

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Ramiro Saraiva Guerreiro
(depoimento, 1985/1991)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2009.

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO
(Depoimento, 1985/1991)

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Aspásia Alcântara de Camargo; Letícia Pinheiro; Mônica Elen Seabra Hirst;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 19/03/1985 a 11/04/1985

Duração: 38h 30min

Fita cassete: 40; Fita rolo: 20;

Entrevista realizada no contexto da pesquisa “Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras”, parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975. A escolha do entrevistado se justificou por sua significativa trajetória diplomática, destacando-se o período em que foi embaixador do Brasil na França, 1978-1979; ministro das Relações Exteriores, 1979-1985; embaixador do Brasil na Itália, 1985-1987.

Temas: Acordo de Compensação Brasil - Alemanha (1936); Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT); Acordos e tratados internacionais; Alvaro Alberto da Motta e Silva; América Latina; Argentina; Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); Bolívia; Brasil; Carlos Silvestre de Ouro Preto; Carreira diplomática; Comércio internacional; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; Conflitos internacionais; Conselho de Segurança da ONU; Correio da Manhã; Cuba; Diplomacia; Energia nuclear; Escola Superior de Guerra; Estado Novo (1937-1945); Estados Unidos da América; Formação escolar; Golpe de 1937; Governo João Figueiredo (1979-1985); Governo João Goulart (1961-1964); Governo José Sarney (1985-1989); Guerra Fria; Infância; Instituto Rio Branco (IRBr); João Batista de Oliveira Figueiredo; João Goulart; José Sarney; Leonel Brizola; Liberalismo; Marcos Azambuja; Ministério das Relações Exteriores; Movimento dos Países Não-Alinhados; Nova República; Olavo Egydio Setubal; Organização das Nações Unidas; Organização dos Estados Americanos; Organizações internacionais; Oswaldo Aranha; Palácio Itamaraty; Política de não alinhamento; Política econômica; Política energética; Política externa; Política nacional; Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro; Redemocratização; Relações econômicas internacionais; Revolta comunista (1935); San Tiago Dantas; Tancredo de Almeida Neves; Terceiro Mundo; União Soviética;

1ª Entrevista: 19/03/1985

A.C. – Primeira entrevista com o Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro Rio de Janeiro, 19 de março de 1985. Ministro, eu queria perguntar ao senhor, sobre as circunstâncias nas quais o senhor deixou o governo, quer dizer, um momento histórico muito importante de passagem do ciclo militar para Nova República, mas, em meio a uma, não diria uma crise, mas um momento de grande apreensão nacional com a doença do presidente. Esses dias dramáticos o senhor os viveu agora em Brasília antes de deixar o governo. Eu gostaria de saber do senhor, quais as suas impressões sobre esses últimos acontecimentos.

S.G. – As minhas impressões são muito boas, tenho consciência de que há um pouco uma tendência de minha parte a tomar muito calmamente todos os acontecimentos, mas eu não tinha dúvida de que tudo se passaria de uma forma correta, naquela ocasião. Naturalmente, havia preocupação com as implicações da crise de saúde do presidente Tancredo porque ele, realmente, passou a significar um certo tipo de conciliação nacional, naquele momento insubstituível; mas eu tive a impressão, primeiro, de que ele se recuperaria. Desde o princípio tive essa impressão embora não muito racional. E segundo que havia um ambiente de muita disposição de evitar qualquer acidente de percurso. Eu creio que de todos os lados havia essa preocupação.

A.C. – Mas, e o senhor, ... eu fiquei pensando se o ... o presidente Tancredo Neves não tivesse sido tão hábil na condução da sua campanha, se essa posse teria realmente se realizado porque, a final de contas, ele está sendo acusado de continuísmo, mas talvez seja esse continuísmo que permite a ele, com tanta tranquilidade, assumir o poder agora, enfim, permitir ao presidente Sarney, ao vice-presidente Sarney de assumir o posto.

S.G. – Eu acredito que foi um concurso muito complexo de circunstâncias e, certamente, o fator pessoal, a habilidade e a experiência do presidente Tancredo, foi uma das concausas, desta passagem normal. Talvez a senhora e a gente mais moça não tinham a lembrança, mas toda sucessão no Brasil, mesmo em períodos ditos democráticos, era um trauma terrível, era um momento de excitação frequentemente com ameaças de golpe etc. E dessa vez, tudo se passou de uma maneira extremamente ordenada. Eu creio que esta acusação de continuísmo não faz muito sentido, por que na verdade não houve aqui, como por exemplo na Argentina ou até mesmo no Uruguai, uma contradição completa de

filosofias. Estava havendo uma preparação para a reinstitucionalização democrática; uma preparação cuidadosa, feita talvez com o receio de que o processo pudesse descarrilar antes do tempo. Não vamos ser tão otimistas ou seguros para pensar que essas coisas se fazem automaticamente, mas eu acho que foi um concurso de circunstâncias e, entre elas, eu creio que a habilidade do Doutor Tancredo foi importantíssima. Ora, eu não acredito que ele tinha escolhido alguns ministros, que são pessoas que serviam a governos anteriores, como o caso do Dornelles, (serviam aliás em nível de segundo escalão) e algum outro caso desse tipo, como uma manifestação de continuísmo num sentido criticável. Simplesmente, não excluiu a priori quem houvesse servindo ao país no passado.

A.C. – Exatamente.

S.G. - ... quer dizer, não haveria vantagem para o país também em não aproveitar...

A.C. – Certo.

S.G. - ... pessoas que gozavam da confiança do presidente, como é o caso do Dornelles, que tem uma vida limpa, conhece a fundo os assuntos do seu ministério, só porque ele serviu a governos anteriores... se nós fossemos atuar, agir desta maneira, nós estaríamos caracterizando justamente uma espécie de mudança preconceituosa, emocional, com uma espécie de recusa de tudo que foi feito anteriormente e das pessoas que participaram nessas administrações como, em si mesmas, intrinsecamente incompatíveis com a nova situação. E não foi esse o espírito evidentemente do novo governo. Felizmente, porque é natural que cada novo governo tenha um enfoque diferente, tenha um estilo, tenha às vezes, programas diferentes em muitos pontos. Mas, no nosso caso não havia porque marcar uma espécie de revolução; quer dizer, eu não vejo a Nova República como uma revolução a partir de uma Fábula rasa...

A.C. – Certo.

S.G. - ..., mas como uma busca de fazer funcionar, e de uma forma mais estável, as instituições democráticas. Eu digo, mais completa, mais sólida...

A.C. – Sim.

S.G. - ... em comparação com o que elas foram no país...

A.C. – Certo.

S.G. - ... na tentativa, por exemplo, da constituição de 46. E não se pode negar que nós tivemos muitos acidentes de percurso, em todo aquele período. Fomos levados a situações que acabaram concluindo em 64. Uma mudança, a de 64 que na verdade e nos anos seguintes, por diversos motivos, evoluiu de formas, eu diria, tópicos transitórias em sentidos muito autoritários, embora a filosofia inicial fosse justamente a de ver se conseguia levar o país a uma forma democrática mais estável ou melhor aceita por um consenso nacional. De modo que, eu não vejo na Nova República, como é chamada, uma quebra propriamente com o passado, mas sim uma busca de refazer tudo de acordo com o que eram ideais do passado que nunca conseguimos efetivar.

A.C. – Uma nova tentativa do mesmo sentido.

S.G. – E, é.

M.H. – Ministro, parece também que esse quadro que todos têm, inclusive, mencionado como um quadro maduro, que nós vivemos... atualmente no processo de redemocratização do Brasil, vem criando uma série de expectativa do ponto de vista externo ao país por esse processo, pela consolidação desse processo, inclusive parece que a presença das delegações brasileiras... estrangeiras, perdão, na... para posse do presidente Tancredo Neves é uma demonstração nesse sentido.

S.G. – Mas é normal que haja esse tipo de expectativa, dada a significação relativa do país e mesmo mundiais. Já o próprio governo Figueiredo se havia beneficiado, externamente, do fato da abertura, digamos, do processo de abertura e restauração de liberdades amplas, de expressão, etc. Esta eleição de um Civil, candidato da oposição, dramatizou muito, marcou um momento. E esses governos nos diversos países democráticos da Europa ocidental e vizinhos, alguns vizinhos nossos com governos democráticos, mas que haviam passado por períodos ditatoriais muito mais

caracteristicamente autoritários até, do que o que tivemos aqui, até por uma questão de satisfação às suas respectivas opiniões públicas acharam importante para eles darem esta demonstração de que prestigiavam a mudança no Brasil. É preciso não exagerar ou deformar esse tipo de solidariedade. Evidentemente eu disse isso em várias ocasiões. Quando estava para vir aqui, por exemplo, o primeiro ministro espanhol Adolfo Suarez, muita gente interpretou mal a resposta que dei a jornalistas lá em Brasília, no aeroporto, vindo de uma longa viagem. Eu não durmo em avião e fiquei irritado. Perguntaram-me: “O senhor acha que a vinda do Adolfo Suarez vai contribuir pelo exemplo da Espanha para o processo de democratização no Brasil?” E eu disse a eles: “Olha isto é uma bobagem porque um processo de democratização ou qualquer outro processo institucional num país tem de ser um produto endógeno. Se não for, não dura.”

A.C. – Se dependesse da Espanha, nós estávamos... [Risos]

S.G. – Dependesse de influência externa, evidentemente estaríamos mal. Um país pode prejudicar ou dificultar na base, por exemplo, de poder relatar comercialmente ou financeiramente, de tornar mais difícil a vida de um governo e, portanto, favorecer ou prejudicar. Mas o processo em si tem de ser um processo nacional. Aí, como eu estava meio irritado e havia muitas moças comunicólogas, eu disse assim: “Olha, isso vai ser muito bom para vocês porque ele é um sujeito muito bonito, as mulheres adoram ver o Adolfo Suarez.” [Risos] E aí saiu a notícia no jornal um pouco na base da gozação, que eu tinha ignorado a significação do processo espanhol e que eu me tinha limitado a dizer que Adolfo Suarez era muito bonito e que as mulheres aqui... [Risos], é que iriam ficar entusiasmadas. É evidente que a visita foi corretíssima e nada tinha a ver com as intenções que os perguntadores lhe atribuíam.

A.C. – Mas de qualquer forma, nessa presença das delegações aqui, quer dizer, essa tentativa do presidente Tancredo Neves adiar...

S.G. – É.

A.C. - ... a operação, é como se ele tivesse algum temor, no fundo, talvez, de que pudesse acontecer alguma coisa imprevista, com o Sarney talvez, mais do que com o problema

dele, e a presença das delegações também fortaleceu muito essa ideia da transição institucional...transição institucional.

S.G. – Sem dúvida, eu não sei o que se passou na cabeça dele, mas é evidente que a cerimônia perdia muito do seu lustre em todos os sentidos. Esse aspecto a que você se referiu, das delegações estrangeiras, vários chefes de estado e de governo, que obviamente desejavam ter a possibilidade de aproveitar a ocasião para um contato pessoal novo, com o presidente Tancredo, embora esses momentos de posse não ofereçam muitas oportunidades para uma conversa séria. Outro aspecto era de ordem interna, considerando que se colocaria um problema se lembra, a televisão informava a cada instante uns achavam que o vice só podia tomar posse junto com o presidente e que, por tanto, como nenhum dos dois tomaria posse, a sucessão recairia no presidente da Câmara e coisas desse tipo. Mas, isso infelizmente foi resolvido também numa base de interpretação correta da constituição e, até mesmo, de precedente. É o caso de Delfim Moreira. Rodrigues Alves não pode assumir porque já estava doente e o vice-presidente foi empossado, ... sem que o presidente o fosse. No curso de uma noite se viu que as coisas se encaminharam para uma solução constitucional defensável, em termos do texto da constituição e em termos desse antecedente, e isso foi possível porque havia um clima político para isso, tanto no Congresso quanto fora dele. É óbvio que há animosidades políticas contra o senhor Sarney, de diversos tipos, tanto de alguns de seus antigos companheiros, que não passaram para a Frente Liberal, como da parte, uma parte considerável do PMDB, sobretudo os grupos mais à esquerda dentro do partido. Mas, você se referiu a maturidade...

A.C. – É.

S.G. - ... o que eu acho que está havendo é isso, ninguém quer balançar o coreto, todo mundo quer ver se consolida o regime com seriedade.

A.C. – Bem, eu gostaria de perguntar ao senhor, como é que o senhor vê nesta passagem, especificamente o problema do seu ministério? Quer dizer, o que... o que o senhor considere que seja o legado da sua gestão para a Nova República e, enfim, quais as suas expectativas com relação ao novo Chanceler.

S.G. – A minha expectativa é boa em relação ao Doutor Olavo Setúbal, uma pessoa de bom senso, uma pessoa experiente na direção de grandes empresas. É homem de uma boa cultura geral também, não é apenas e estritamente, em sua formação, um banqueiro. Sua experiência de vida e de trabalho, nas suas, leituras e interesses, ele é mais amplo do que isso. É homem que, acredito, poderá levar adiante, o relacionamento externo do Brasil. De um certo ponto de vista ele encontra um ambiente muito positivo, externamente. Isso não é tudo evidentemente. Para falar do que eu lego, daquilo que o governo Figueiredo fez e de certa forma criou no relacionamento externo brasileiro, ou consolidou, que não é definível em termos dramáticos e seria longo detalhar aqui, respondo a sua pergunta simplesmente e de uma forma muito sintética: uma casa que funciona com um moral bom; nenhuma controvérsia externa de significação política importante; e um diálogo, já existente, muito fluido com todos os países. Isso assim, muito resumidamente, eu acho que é a situação no momento em que o novo governo assume, em matéria da competência do Ministério do Exterior.

A.C. – Evidentemente nós vamos tratar disso e mais detalhes, não é? Eu queria apenas perguntar se essa política dos resultados que o novo ministro está...

S.G. – Sim.

A.C. - ... anunciando...

S.G. – Sim.

A.C. - ... se ela... se o senhor a vê como uma continuação de sua própria política... ou como uma crítica velada...

S.G. – [Risos]

A.C. - ... ao fato que, [Risos] a política do Itamarati talvez tenha sido mais, enfim, uma política... de posição...

S.G. – É.

A.C. - ... propriamente do que de...

S.G. – de resultados.

A.C. - ... do dinheiro.

S.G. - ... do dinheiro [Risos] bom aí, eu acho aquilo que eu já disse, cada governo novo, ... tem de inovar, quando mais não seja na sua semântica, não é isto? É evidente que ele não poderia assumir, o Dr. Olavo Setúbal, repetindo coisas que nós temos dito exatamente. Ele tinha de encontrar algumas fórmulas que buscassem definir ou sintetizar o que seria sua atuação à frente da chancelaria. Ele citou, aliás, vários outros ministros, o Araújo Castro, o Santiago Dantas, todos anteriores à revolução, ambos amigos meus, ... evitou citar os posteriores a não ser mencionar-me, como não podia deixar de fazer e o fez de forma gentil. Mas isso são frases, não é? Eu evitei nos seis anos usar qualquer rótulo. Se forem examinar, verificarão que eu nunca usei a expressão: política externa independente, embora muitos analistas digam que ela foi mais independente que em qualquer outra época, mas eu não usei a expressão. A própria expressão que caracterizou como um rótulo a política no período do meu antecessor quando eu era secretário geral, o “pragmatismo responsável” eu usei uma única vez, nunca mais. Eu jamais usei a palavra: país potência emergente, referindo-me ao Brasil. Eu jamais usei qualquer expressão que sintetizasse a política externa.

A.C. – Não tem rótulo [Risos].

S.G. – Não tem rótulos [Risos], mais por uma questão de temperamento e porque eu acho que é muito difícil sintetizar em poucas palavras, assim num rótulo, num slogan, o que é a ação diplomática, o que é a política externa. Acaba-se criando um empobrecimento e uma oportunidade para equívocos até mesmo do público. Agora, no caso específico do novo governo, eu compreendo que ele necessitasse ter alguma expressão. Isso é politicamente útil. Eu não tinha pretensões políticas para o futuro, mas, evidentemente, tudo o que se procura fazer é para um resultado. Aí começa o problema dos equívocos. Diplomacia para resultados. Política Externa para resultado. O que é isto? Para que resultados? Quais são os resultados? ... de que forma eles se manifestam? Na sua pergunta, você mesmo acrescentou resultados econômicos ou financeiros, não é? Mas você pode dizer que nossa política externa não é só isso, não é unidimensional. São

resultados no sentido do que? Do prestígio do país? De sua maior participação nos processos decisórios internacionais? São resultados no sentido de criar uma zona de influência ou não é esse o objetivo que se procura? Quer dizer, eu acho que a frase que ele utilizou é correta nesse sentido de que, obviamente sempre se busca um resultado. Mas isso não quer dizer muito.

A.C. – Todos queremos resultados [Risos].

S.G. – ... todos queremos resultados. A questão é saber quais e como defini-los, o que implicam quais os matizes dessa expressão. Mas eu acho que é compreensível que ele faça isso. Todos usaram algum slogan. Talvez o único que não usou esse tipo de expressão fui eu mesmo.

M.H. – Senhor Ministro, eu acho que além de uma questão semântica existe também uma questão de ênfase, ... o senhor se referiu a, o conjunto de discursos que fez durante todo o período de sua gestão aonde me parece que existia uma ênfase a, quanto a questões políticas quanto a uma visão política da... do relacionamento externo do país. E me parece também que, no que diz respeito ao primeiro discurso do novo chanceler, existe uma outra ênfase. O senhor concordaria?

S.G. – Sim, há uma diferença em termos de, sobretudo, da frequência de palavras, da extensão de certos assuntos que são tratados em comparação com a extensão com que outros são tratados e há talvez uma diferença de ênfase, e mesmo diferença de substância que pode aparecer, mas eu sempre entendi que a política externa, é política. Quer dizer, é um problema de relacionamento entre entidades formalmente soberanas e iguais num tipo de convivência em que entram os fatores mais variados. Fatores, todos eles, de poder no sentido mais lato, mais amplo. Não há uma definição estrita do poder. E que depende muito o êxito de um país daquilo que ele é intrinsecamente e da conjuntura externa que muda cada momento, é preciso ter um fio condutor para enfrentar as conjunturas que vão variando, princípios, parâmetros. Se não se tem um fio condutor, como reagir, às vezes, em minutos, nos casos concretos, (vamos ver isso depois)? Isto é essencial e se falhar, tudo mais falha. Agora, o grosso do trabalho pode ser, e deve ser sobre coisas concretas sobre acordos de comércio, negociações sobre medidas protecionistas dos países industrializados, às vezes, até de outros países em desenvolvimento, promoção comercial

etc. Se você for ver a massa de papéis que correm no ministério, grande parte é sobre assuntos econômicos. Uma vez, quando fazíamos um trabalho em Washington – eu era secretário, princípio de 1958 – fora do expediente, quase todos os colegas, ao discutirem política externa, diziam que o objetivo era o desenvolvimento econômico, o comércio, o financiamento etc. Eu disse: “Está tudo muito bem, mas eu gostaria de fazer uma observação. Um país como a Suíça, por exemplo. 90% da atividade da sua diplomacia é para vender relógio, vender equipamento e coisas desse tipo. Mas, qual é a propriedade da política externa Suíça? É que respeitem estritamente a sua neutralidade, é isto. ” Apenas isto depende de uma linha de conduta determinada que, às vezes, se reflete em decisões práticas, mas que não dá uma massa de trabalho braçal muito grande. É uma questão de ter um conceito, uma convicção e não se afastar daquilo. Então nós temos é que procurar ver no caso do Brasil qual é esse conceito, qual é esta ideia que deve ser o ponto em torno do qual tudo mais gira. O que não quer dizer que o grosso do trabalho não seja na área econômica.

A.C. – Claro, o senhor está sugerindo que tem que haver um substrato na política de cada país, um substrato cultural, digamos assim, que transcende o pragmatismo das políticas imediatas e econômicas etc. e que...

S.G. – O imediato não deve contradizer, mas, qualificam os princípios. Por exemplo, se você for examinar princípios ou uma concepção do papel do Brasil, uma fase histórica que ainda teremos talvez por algumas gerações, nós não podemos, seria ridículo, sermos uma espécie de Dom Quixote, de irrealistas, mas temos de ter um fio condutor, quer dizer, ao qual podemos voltar em casos concretos. Como um princípio, se preserva o princípio, e na prática quando se tem de aceitar sua violação, o tipo de reação ante cada violação depende de considerações de ordem prática, mas é importante preservar certos conceitos. Não vejo, por outro lado, novidade no que o Dr. Olavo Setúbal no seu discurso disse de mais concreto sobre tecnologia, transferência de tecnologia. Tudo isso nós temos dito em diversos foros e é importantíssimo. O Brasil teve mesmo em muitos casos uma posição de liderança. Por exemplo, quando se discutia a carta da O.M.P.I. (Organização Mundial da Propriedade Industrial), a delegação brasileira (até não foi na minha administração) teve a iniciativa de alguns artigos sobre cooperação técnica, sobre o interesse dos países em desenvolvimento, coisas que tem tido algum efeito prático. Você vê isso em cada uma das organizações internacionais. No G.A.T.T. a questão de serviços, a que ele se referiu.

É um assunto que nós temos tratado e muitíssimo. Quando eu fui com o Galvêas, em 82, em novembro, havia certa diferença de abordagem entre a área econômica e o Itamaraty nesse assunto, que nós resolvemos bem. E assim por diante. Isso são assuntos importantíssimos. Apenas, eu acho que não precisaria a cada momento dar uma extensão enorme nas minhas manifestações, isto é, conferências na Escola Superior de Guerra, discursos diversos a estes assuntos tópicos embora eles. Na sua essência conceitual estivessem sempre presentes.

[FINAL DA FITA 1-A]

S.G. - ... a esses assuntos tópicos, embora eles estivessem todos, pudessem perfeitamente ser dependurados em alguma coisa dita, conceitualmente nestas ocasiões.

M.H. – Ao mesmo tempo, juntando as duas últimas respostas do Sr., parece que também, na questão da ênfase e da questão das relações concretas existiu durante o período de gestão do Sr., uma preocupação e um esforço muito grande em reforçar determinados interlocutores econômicos e relações econômicas que durante muito tempo foram muito marginalizados nas nossas relações econômicas externas. E obviamente isso ainda é também uma questão política e econômica, falo precisamente das relações nossas com o 3º mundo, que foram muito desenvolvidas nesse período recente.

S.G. – Nossa atenção ao 3º Mundo foi objeto de certa crítica. O próprio Roberto Campos uma vez disse, na Comissão de Relações Exteriores, que o Itamaraty, com o seu “terceiro-mundismo”, tinha perdido canais de comunicação com os países industrializados. Uma crítica que eu rebati lá mesmo na Comissão de Relações Exteriores, quando fui convidado a lá fazer uma exposição. Eles votam nas Nações Unidas e nas suas agências. Nós não temos muitos pontos especificamente brasileiros que exijam apoio nessas organizações ligadas às Nações Unidas. Temos pontos mais de natureza temática, de nosso interesse. Nunca precisamos, ou fomos atraídos, por exemplo, pelo Movimento Não Alinhado como outros países o foram, por interesses muito específicos. Em parte, a Argentina, tanto pela questão das Malvinas como, ainda antes, por causa do uso das águas do Rio Paraná, até quando tentava mobilizar, como em 1973, o movimento não alinhado em apoio seu, em votações na ONU. Nós não tivemos nunca um interesse como a Venezuela teve de entrar no Movimento Não Alinhado, em parte para neutralizar o apoio do movimento às

posições da Guiana no seu diferindo territorial. O Brasil não tinha interesse desse tipo que o levasse a entrar no Movimento Não Alinhado, embora instantaneamente solicitado, em muitas ocasiões. Inclusive, quando da posse do Presidente Figueiredo. Ao dia seguinte, dia 16, eu recebi cerca de vinte ministros do exterior e alguns vice-presidentes e um deles, o da Iugoslávia, me falou – eu dava 20 minutos a cada um – por 40 min. tentando convencer-me de que nós devíamos entrar no Movimento Não Alinhado porque a próxima conferência era na Havana e eles iugoslavos fazendo um esforço muito grande para modificar o documento de base que tinha sido preparado pelo país hospedeiro, como é a regra do Movimento, o qual era alinhado com as posições da União Soviética. Então, a Iugoslávia estava preocupadíssima com isso, como Egito, Tanzânia e outro; e a própria Índia. Os fundadores originais do Movimento achavam que se o Brasil entrasse reforçaria o grupo que queria fazer retornar o movimento à sua filosofia original e evitar a sua instrumentalização em favor de uma das superpotências. Disse-lhe que não nos cabia alterar a posição e que eles tinham responsabilidade de lutar dentro do movimento, cuja filosofia original nós respeitávamos. Não era necessário tornar-se não alinhado para ter uma política positiva em relação a tantos novos Estados. Era preciso ter uma política com relação a estes novos Estados. Ora, que espécie de política? Temos que ver preliminarmente o que é o 3º Mundo. Tudo começa basicamente por uma definição; uma questão de semântica. Em uma entrevista à Manchete, ainda em 79, expliquei claramente qual era a posição nossa; ninguém tomou conhecimento, ninguém lê nada, não é? Nem mesmo os correspondentes, lá no Ministério, acho que não leram, porque muitos continuaram perguntando a mesma coisa. Expliquei sempre que o Brasil é do 3º Mundo por sua situação de fato.

Isso foi um escritor francês de cujo nome não lembro, que fez esta partição e usou os termos que depois se generalizaram. São os países industrializados, desenvolvidos, de economia de mercado. O Brasil não é; é um país de economia de mercado, mas não é um país desenvolvido. Segundo mundo são os países industrializados de economia centralmente planificada, são os....

Socialistas da Europa Oriental. O Brasil, obviamente, não é. O resto, segundo esta classificação, que tem o ar da simplificação cartesiana, o resto é 3º Mundo. Primeira vez em que eu li algo mais detalhado sobre este conceito, eu era secretário em Washington (1958). Li um livro de uma socióloga americana dedicado a uma análise relativamente curta do que era o 3º Mundo, as suas expectativas e seus problemas. A ênfase e o maior espaço eram dados à África, Ásia, Sul da Ásia e sudeste. Ela fazia as gradações

evidentemente e até dedicava pouco espaço à América Latina, porque a América Latina, naquela ocasião, não estava criando um problema de risco estratégico para os Estados Unidos [Risos], tinha uma prioridade baixa na análise que ela fez. Em qualquer meio de Europa Ocidental e Estados Unidos, o Brasil ou América Latina em geral é 3º Mundo. Então é uma questão que entrou no linguajar internacional e é ridículo você querer sair disso. Agora, eu tenho a impressão de que há, primeiro, uma confusão com o não alinhamento, que é um processo. O Movimento Não Alinhado pode ter amanhã até a adesão de um país altamente desenvolvido. A Iugoslávia anda beirando, em termos de renda per capita, quatro mil dólares o que se poderia chamar país desenvolvido. Amanhã os países propriamente neutros da Europa, tipo Suécia, poderiam entrar; e há países que estão dentro do Movimento Não Alinhado do, e que o são só de nome, sendo satélites de potências industriais. Vários, a maior parte dos países Latino-americanos e muitos outros que estão lá têm uma política externa menos caracterizadamente nacional do que o Brasil, e, no entanto, estão no movimento. Ora, nós não temos interesse em ser membro ativo, pois, inclusive, o processo decisório do movimento não nos agrada. O país sede faz o documento de base, difícil de modificar, e na conferência, na hora de decidir, em 48 horas atabalhoadamente se adotam resoluções, sem uma discussão séria dos textos, sem muita ordem. Da maior parte das resoluções do movimento, 90% nós podíamos subscrever o objetivo ou a filosofia. Mas a redação nos criaria grandes dificuldades, o tom vai várias vezes ale daquilo que nós achamos aceitável ou útil, sobretudo útil. Quer dizer, não é o nosso gênero, não é o nosso estilo. Não tem sido. Não sei se mudaremos. Tenho também a impressão de que além dessa confusão de 3º Mundo, com não alinhamento, que é uma confusão muito grosseira, há alguma coisa diferente. Acredito que há, honestamente, uma percepção, equivocada que seja, ridícula mesmo, mas que existe, de que “3º mundismo” significa uma opção pela pobreza permanente [Risos] e uma atitude de crítica aos países desenvolvidos industrializados que enfraquece. O conceito de ocidente do mundo livre, etc. Enfraquece, cria uma divisão interna ou algo parecido, que serve para ser explorada pela União Soviética, pelo MCI – Movimento Comunista Internacional, etc. ou, pelo menos, que é inconveniente falar em Brasil como país do 3º Mundo, porque isso pode sugerir ou levar o país a raciocinar em termos de uma antipatia, de uma atitude de confrontação permanente com os Estados Unidos e com outros países. Isso não se dá na prática, apesar de divergências naturais. Às vezes chegam a achar que nos reconhecermos do 3º Mundo vai influenciar o nosso pensamento em termos de organização interna brasileira, e então dizem: “São todos países ditatoriais”. Citam países que têm economia

centralmente planejada, ou então são os miseráveis que não têm o que comer, vivem de esmolas, etc. É uma concepção simplista, que nós podemos aceitar. Nós nunca tivemos uma atitude, digamos, em matéria de 3º Mundo, de simplificação; ele é extremamente heterogêneo, a única coisa comum a todos, a rigor, é que são países em desenvolvimento, são países carentes de capital, carentes de tecnologia, isso é que os caracteriza, porque quanto ao mais, quanto à organização política, variam muito. Há uma predominância de regimes autoritários, às vezes disfarçados e há outros países democráticos. Os democráticos, no sentido de democracia representativa tipo europeu, estão em sua maior parte, se bem não exclusivamente na América Latina, nós todos sabemos, e até por experiência própria, que buscam a democracia e há muito tempo como um objetivo, que nós estamos lutando para chegar ao aperfeiçoamento, mas que temos tido recaídas, todos nós. Quer dizer, nós temos condições reais que não são idealmente propícias para uma plena institucionalização democrática, embora sempre a procuremos. Até os presidentes do período dito militar aqui, todos, fizeram profissão de fé democrática, todos eles sem exceção e acredito que sinceramente [Risos]...

A.C. – Todos queremos, não é?

S.G. – Todos queremos, não é?

A.C. – O problema é chegar lá!

S.G. – Agora, deter que o Brasil não é a Tanzânia não afeta em nada o conceito geral de uma política. É o óbvio indiscutido. O Brasil tem uma economia incomparavelmente mais complexa, um peso econômico muito maior. Mas não é tampouco, do ponto de vista do essencial da sua infraestrutura, em todos sentidos, infraestrutura física, estrutura cultural etc. não é comparável às grandes democracias estáveis. Quer dizer, nós temos também uma característica muito individual brasileira, dentro da ampla e variada categoria dos pobres, dos subdesenvolvidos.

A.C. – A dificuldade do termo 3º Mundo talvez seja isso, o fato de que é uma categoria residual porque o 1º e o 2º Mundo implicam algum tipo de homogeneidade político cultural...

S.G. – Exato...

A.C. – E o termo 3º Mundo inclui realmente das mais diversas...

S.G. - Extrema variedade...

A.C. - ... composição, e o Brasil realmente tem um particular...

S.G. – Daí esse equívoco. Agora, do ponto de vista do nosso relacionamento externo, em relação aos demais países, esse fato de nós nos apresentarmos pelo que somos como um, país do 3º Mundo, sem dúvida alguma facilitou o desenvolvimento das nossas relações com os novos países. Criou uma receptividade muito maior do que existiria de outra forma, não tenha a menor dúvida. Sem prejuízo do nosso relacionamento com a Europa Ocidental, com os Estados Unidos, com o Japão, porque nestes países mesmos, a percepção é que a América Latina é de 3º Mundo. Então eles não vão se indignar, nem chocar, por nós dizermos que somos do 3º Mundo [Risos]. Em si mesmo, isso não tem significação política negativa.

A.C. – Então, mais uma vez eu acho que o Sr. afirma aí, o princípio da prioridade da política, não é? Nesse sentido de que o Brasil certamente deve ter aumentado muito a sua legitimidade, não é? e a sua circulação...

S.G. – Sem dúvida, sem dúvida.

A.C. - ...no status internacional do que pertencendo, muito disciplinadamente, a um bloco conduzido pelos Estados Unidos da maneira com que o Estados Unidos o conduzem, não é?

S.G. – De várias formas tem sido assinalado e até repisado o aspecto econômico a forma que é mais simples de a opinião pública compreender, porque é mensurável. Como mercado, o 3º Mundo chegou a representar, no caso do Japão, 41% das exportações. Caso dos Estados Unidos, 36%. No nosso caso, em 1981, chegou a 41%, e ano passado estava em 31%, porque os países em desenvolvimento entraram em crises de liquidez e nós não tínhamos meios de estar financiando e nem tínhamos por quê. Mas aí vinham as críticas:

– “Ah, mas eles não pagam”. A proporção de não pagamento é mínima, porque, na verdade, se você for ver, por exemplo, com relação aos países latino-americanos aspecto negativo foi a queda do volume e não tanto a inadimplente.

Houve um momento em que o México não pagava nem os atrasados comerciais. Isso tudo foi amenizado com o sistema de crédito recíproco, etc. Tende o comércio voltar a uma normalidade em um nível mais baixo do que aquele auge a que havia atingido em 80, 81. Mas é importante notar que em 81 a América Latina absorveu 18% das nossas exportações, os Estados Unidos, 17%. Agora os Estados Unidos estão absorvendo, acho que 26, 27%, os termos da proporção exata, eu não sei, e a América Latina, um pouco menos, talvez 15, 16, uma coisa assim. No caso dos países africanos, há que distinguir: por exemplo, o grosso das exportações vai para países que pagam porque nós comparamos petróleo lá com a Nigéria, nós tínhamos o comércio equilibrado, nos dois sentidos, de um bilhão e meio. Depois caiu a 1/3 disso. Ano passado bastou um contrato da Petrobrás, depois da revolução que houve lá, de refino de petróleo nigeriano, que antes era feito por uma firma alemã, para voltar a novamente a um bilhão e meio. Só esse contrato. E o saldo dos serviços da Petrobrás, que supere a importação de petróleo, é creditado lá, e serve para pagar as firmas brasileiras que lá estão implantadas, pelos serviços que prestam: telefone, esgoto, construções de casas populares, as diversas pequenas indústrias que a COTIA em associação com seus interesses locais montou, e assim por diante. Um país como o Gabão paga, não tem problema nenhum, com petróleo. Até o Congo Brazaville em certos anos, dependendo de a Petrobrás comparar ou não petróleo. Angola tem superávit no comércio com o Brasil e se a exploração da quarta área off Shore pelo grupo liderado pela Petrobras, vier a ter êxito, ela terá um saldo grande porque interessará à Petrobras comparar petróleo que é produzido em grande parte por ela mesma não é isso? Pode vir haver problemas com financiamento. Agora, há outros países que não poderão tão cedo manter um comércio regular. Nós fizemos empréstimos a Moçambique, logo depois da independência, sabendo perfeitamente que recebíamos isto talvez muito no futuro. Foram empréstimos políticos, num momento em que não havia nenhuma presença ocidental lá. Eu mesmo em 80 quando eu fui...

A.C. - E. O Sr. quer café, um copo d' água?

S.G. – Água, sim e café. Pode trazer água e café... quando eu passei antes na Alemanha, retribuindo uma visita do Ministro Exterior... e conversando com o Genscher, ele se

mostrou entusiasmado com a política brasileira na África: – “Por quê é que vocês não fazem mais?” Perguntou, ao que responde: – “Não fazemos porque não temos maiôs; se você nos emprestarem, nós fazemos mais” [Risos]. Eles estavam se esforçando, naquela ocasião, para estabelecer um pé em Moçambique e Angola. Isto é, na Europa era bem vista. Nessa política que internamente era criticada, vista por alguns como uma política de orientação ideológica marxista ou de esquerda. Imagine no Governo Figueiredo, um ministro do exterior como eu que até mesmo reacionário; uma pessoa mais bem conversadora, até por temperamento. Era aqui criticado assim, enquanto governos europeus achavam que nós estávamos fazendo bem. Por exemplo, pouco depois da independência de Moçambique, o Brasil era o único país ocidental que tinha uma presença lá, porque a própria Itália tinha, naquele momento, em Moçambique, uma presença via Partido Comunista Italiano. Não que tivéssemos ilusões de influência, mas porque achávamos que era preciso manter bom contatos, sem interferência, com esses países.

A.C. – Coisa engraçada, interessante...

A.C. – É, _____ isso.

S.G. – Não, são coisas, agora...

S.G. – Hoje não, passou, não tem problema nenhum. Nós jogamos uma carta que achávamos que não ia ser perigosa de maneira nenhuma, de um ponto de vista estratégico. O “marxismo”, das elites dominantes não nos inibiam a priori. Eles provavelmente recorreriam ao Ocidente para se desenvolver. Mesmo naquela época, já havia gente que percebia. Alguém local, de que eu não me lembro o nome, sem ser provocado me disse: – “Ah, pois é, a União Soviética foi muito boa para a guerra, mas para paz não adiante nada.” E o problema deles era comer, era voltar a pôr em funcionamento um país que estava desmontado e que eles não sabiam como fazer, não é? E aí o que começou a haver mesmo era uma cooperação internacional não ideológica. O Brasil um pouquinho, modestamente. Um pouquinho mais escandinavos, que fazem doações sem vinculação. A Itália e as havia outros europeus. Na Tanzânia, por exemplo, com financiamento canadense a firma brasileira ECISA, fez a obra da estrada de rodagem, com várias dificuldades e problemas, mas que foi paga integralmente. Em um dado momento, terá

sido a ECISA, porque ela havia trabalhado no Metrô do Rio, e não recebera ainda do governo. Você tem o Banco Mundial, você tem o Banco Africano de Desenvolvimento, de modo que um pequeno país africano, pode interessar a uma firma brasileira que se associa a outras, se há financiamento de um desses bancos. É uma coisa menor, em termos de África, mas volume. A Nigéria sobretudo, está lá, tem potencialidade. Angola, que tem petróleo agora, que se um dia tiver paz e condições normais, pode ser um país rico, tem boas terras, Já foi um grande produtor de café e se auto alimenta normalmente. São poucos países. Agora, a nossa relação tem sido muito explicada em termos comerciais, porque é o que é mais compreensível embora não tenhamos vantagens significativas. Não vai resolver mesmos problemas econômicos. Mas há mais do que isso. Algumas vezes eu mencionei este fato de que afinal de contas, o nosso interesse em termos de África, é que esses países sejam eles mesmos, que eles não se tornem instrumentos da União Soviética, e a rigor nem nos interessa que se tornem instrumento mecânico dos Estados Unidos ou da OTAN, também não temos interesse nisso. Temos interesse em que eles cuidem dos seus interesses nacionalisticamente, que progridam, etc. Quer dizer, ficarmos sossegados em termos do outro lado do Atlântico e termos ali oportunidades do comércio e crescentemente de prestação de serviços, venda de produtos manufaturados, de que eles são comparadores naturais, não dos nossos produtos de base que eles mesmos produzem, mas dos nossos produtos manufaturados e prestação de serviço, pelo menos em igualdade de condições; que não sejamos discriminados contra, que haja receptividade, que haja até quem sabe aqui e ali uma predisposição. Não se trata de pretensão exagerada.

A.C. – Eu tenho a impressão que essa política é uma política...

S.G. – Sem falar no aspecto cultural, não é?

A.C. - ... de médio prazo, não é, Ministro? Seria uma política...

S.G. – De médio e longo prazo.

A.C. – Talvez um dos poucos momentos em que o Brasil ousou este tipo de coisa, quer dizer, pensar em uma política de médio prazo, no sentido de que esses países emergentes serão os países consumidores e os países politicamente ativos de um futuro mais ou menos próximo, digamos...

S.G. – É, em parte é isso...

A.C. - ... e que isso traria, um espaço maior para o Brasil também num mundo que está muito polarizado entre duas superpotências. Seria isso?

S.G. – Em parte, é isso. Não é nada feito propriamente contra os Estados Unidos...

A.C. – Lógico.

S.G. – Nós achamos que ao fazermos isto, nós estamos ajudando de alguma forma. Não vale pensar que o problema Leste/Oeste se resolve mecanicamente. Ele tem vários níveis. Ele tem o nível do confronto e da dissuasão e ele tem o nível da coordenação entre os dois; quando se trata de não-proliferação nuclear, quando se trata de pôr em ordem suas esferas de influência; mas tem também essa área imensa da competição não-militar que é muito complexa e em que nós achamos. Aliás cheguei a dizer isso, numa conferência na Escola Superior de Guerra. Se quiser, a grande força do Ocidente é aquilo que é característico dos princípios básicos ocidentais (quer dizer, não das excrescências); a variedade, a maior flexibilidade que há em termos mesmo da sociedade internacional porque os países não são cópia uns dos outros. Cada qual atua de uma maneira diferente, e porque os países novos, que são tão ciosos da sua soberania, do nacionalismo, poderão, provavelmente encontra-se os países ocidentais agirem de acordo com as suas convicções, com a sua ideologia poderão encontrar muito mais respeito para esse seu nacionalismo, para suas peculiaridades, num tipo de sociedade internacional que não pretende ser mecanicamente homogênea e que é diferente da Europa Oriental em que há uma homogeneidade não natural.

A.C. – O sr. quer dizer, no fundo, que o Ocidente se sustenta na base do liberalismo, quer dizer, participação individual, diversificada...

S.G. – Exato, é.

A.C. – Num determinado fórum.

S.G. – Não um liberalismo abstrato e absoluto, nada disso. Mas uma atitude liberal no sentido de respeito pelas diferenciações. De uma forma mais simples, eu tenho dito isso aqui. Que o Brasil é um país ocidental, ou pelo menos pretende ser ou deseja ser; é um desejo coletivo espontâneo que passa a ser por isso uma realidade.

A.C. – É um valor, pelo menos, não é um valor?

S.G. - ...uma realidade subjetiva, mas que influi sobre a vida e o comportamento, não é? Pretende ser ocidental naquilo que é permanente e pode ter um caráter universal que são os valores da ação individual, do respeito pelo indivíduo, os valores cristãos; se você quiser pode acrescentar também a repulsa a tudo aquilo que foi uma excrescência incompatível com esses valores da parte da prática ocidental, como o racismo, o colonialismo, as formas de dominação. São incompatíveis com os valores autênticos.

[FINAL DA FITA 1-B]

S.G. - ... que, no período da descolonização, os governos das potências coloniais foram de diversas maneiras pressionados por sua opinião pública interna. Em países como a Grã Bretanha, como a França, era muito difícil defender, no séc. XX depois da Segunda Guerra Mundial, formas de colonialismo tradicional. Portugal, entretanto, estava, por circunstâncias muito específicas, isolado da evolução europeia e mundial. Ouvi dizer várias vezes, naquela época, que o Salazar tinha convicção de que cairia se adotasse um processo qualquer para levar as suas “províncias ultramarinas”, como dizia, a uma forma de independência, progressivamente, preparando elites locais para isso.

M.H. – Eu teria uma última pergunta a fazer ainda nessa parte mais geral que é enfim, um pouco ligando com tudo que o Sr. estava mencionando que é a questão da diversificação, quer dizer, de como que a questão da aproximação com o 3º Mundo, a questão de realmente abrir o leque das nossas relações tanto econômica, quanto politicamente, estão vinculados a toda uma... um projeto global de diversificação. Que como o Sr. mesmo estava mencionando no caso da África, por exemplo, tem enormes benefícios pro lado de lá também em termos de que eles também se diversificam. Agora, a minha pergunta é um pouco... como que esse processo pode se dar também e talvez isso tenha alguma coisa a

ver com a sorte, no momento aonde a ordem internacional também apresentava, pelo menos a quatro, cinco anos atrás, condições muito mais viáveis para essa diversificação. Havia uma flexibilidade maior que, digamos de um período para cá, me parece inclusive que está um pouco colocada em risco.

S.G. – Sem dúvida alguma, de um ponto vista concreto. Nós já mencionamos que, depois de 81, houve um processo de iliquidez nos países em desenvolvimento. Não há dúvida nenhuma de que a crise econômica mundial atingiu imediatamente de forma mais dramática os países mais pobres; são os mais vulneráveis. Eram países que tinham, no caso da América Latina, grandes dívidas, ou então países que não estavam ainda num processo de desenvolvimento acelerado como nós, tinham economias mais simples, mas que perderam esperanças porque produziam um produto ou dois e esses produtos perderam preço. Também politicamente a conjuntura se deteriorou, houve um acirramento, no Governo Reagan, da confrontação com a União Soviética, a volta à ideia de negociar só de uma posição de força, de pagar para ver o “blefe soviético”, digamos assim em termos muito simplistas, e tudo isso criou, como é natural, uma redução do espaço de ação individual dos países ditos periféricos. No caso do Brasil a dificuldade era econômica, reduzindo-se o que se podia fazer em termos de expansão comercial, de venda de serviços, financiamentos, exportações, obras conjuntas. Suspendemos quase tudo que estava programado. Depois, eu posso entrar em detalhes sobre o que ficou e o que se levou adiante. Mas, mesmo assim, nada se perde completamente. Esses países continuam a existir, são importantes, até economicamente; um grupo que absorve 31% das exportações, com predominância de produtos manufaturados, e que são quase exclusivamente os comparadores de serviço brasileiro, continua a ser importante. Houve um descenso sem termos relativos. A tendência (para usar as expressões simplificadoras, e necessárias, enfim, até para fins didáticos), a tendência ao poli centrismo se reduziu, bastante a aparecer o bipolarismo. O risco da simplificação (que é necessária como disse para transmitir as evoluções da conjuntura) é este: quando se fala de poli centrismo, e se falava há muito tempo, os primeiros sinais já nos anos 60, havia muita gente que achava que a confrontação bipolar desaparecera. Ela nunca desapareceu, ela ia tomando formas diferentes. Da mesma forma hoje, quando se fala de uma tendência à bipolarização, isso não quer dizer em absoluto que nós estejamos caminhando para uma supressão de todos os centros de atuação internacional, regionais e sub-regionais. Eu não sei como dizer em duas palavras. A imagem que cabe, que uma vez empreguei, é de uma pessoa que joga,

conforme a posição do país no cenário internacional, cinco, quinze, vinte, partidas de xadrez simultâneas, com regras diferentes nos diversos tabuleiros e é preciso ter todos os jogos computadorizados na cabeça. Não estou dizendo que isto coincida com uma situação prática determinada. Mas, na base da caricatura, talvez sirva para dar uma indicação. Por exemplo, o fato de que o Campos se referiu de uma forma crítica na Comissão de Relações Exteriores, de que o terceiro mundismo nos tinha tirado das negociações econômicas, que tínhamos perdido os canais de comunicação com os países desenvolvidos, é falso nesse sentido de que o que houve em termos de ampliação de contatos com o chamado 3º Mundo, da ênfase latino-americana, da ênfase africana, não reduziu em nada a nossa atividade diplomática e política, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, nem podia reduzir. E no Japão, pelo contrário, foi um período de intensificação e de visitas, de contatos de uma franqueza maior, de criação de órgãos de consulta frequente com eles. O que houve foi um acréscimo, não uma substituição, porque a vida externa do país se tornava mais complexa mesmo. Tínhamos de dar atenção a vários cenários e não a um só.

A.C. – E isso tem a ver com a complexificação do quadro internacional...

S.G. - ... quadro internacional.

A.C. - ... nesse sentido, da ordem internacional.

S.G. – Você pode ver essa diversificação ao examiná-la de um ponto de vista econômico, que é mais compreensível, porque é mensurável e afeta a vida das pessoas diretamente. Você pode examiná-la de um ponto de vista político também, você a pode examinar até de um ponto de vista cultural. Apenas, essas separações, essas abordagens diversas, na minha opinião, são exclusivamente de método. É preciso ter a visão do conjunto, tudo isso é interligado, as mutações podem nascer em qualquer ponto. A não ser que se parta do princípio de que o econômico determina tudo mais, em uma visão de popularização, de que eu não participo; como eu disse, sou um conservador. Acho que qualquer processo, qualquer segmento do processo social tem influência sobre os outros. Uma vez vi uma imagem, em um livro sobre história do direito, um livro americano. Na introdução, o autor não me lembro nome, a memória não funcionava como antes, dizia que era como um desses aros de barril, que as crianças empurram com um arame duro e fazem correr. Em qualquer lugar do aro que se empurre o resto todo se mexe igualmente. Agora, eu não

acho que o Brasil ou tenda a ser um país em que tudo é Estado. No caso do Brasil, a função do Estado, em termos de Relações Externas, não é vender, é criar condições para que os operadores econômicos vendam, é procurar anular ou reduzir os óbices às suas vendas criados por ação oficial de outros governos, é criar um clima político propício ao seu comércio quando isso é necessário, por exemplo, em países em que o Estado intervêm em tudo, como é o caso de certos países em desenvolvimento, e criar um clima, de receptividade política para que o operador brasileiro seja bem visto, não seja objeto de desconfianças...

A.C. - ... econômico, puro e simples...

S.G. – É, econômico puro e simples. Jamais um agente de uma política de penetração e de eventual dominação. Eu acho que tudo isso estava dentro dos objetivos de uma concepção geral, que tem necessariamente consequências práticas.

A.C. – Espero que o Ministro Olavo Setúbal esteja perfeitamente a par dessa...

S.G. – Eu não tenho dúvidas que sim, sem dúvida que sim.

A.C. - ... das suas preocupações.

S.G. – Ele não me parece um homem simplista, de maneira alguma...

A.C. – É.. porque seria de uma grande ironia que nós instalássemos esta Nova República para estabelecer realmente o big stick brasileiro [Risos], não é?, com os negócios a frente.

S.G. – É, não é assim. Apenas a atitude dele pode vir refletir a evolução negativa da conjuntura mundial. O que é perfeitamente natural; quer dizer, nós estamos com as mãos muito mais atadas, o que não é uma razão para uma rendição política, mas requer uma prudência talvez maior.

A.C. – Se eu entendi, o Sr. está fazendo uma advertência também no sentido de mostrar que o que o novo Ministro está propondo é alguma coisa que responde à conjuntura imediata, mas não é ainda a definição de uma filosofia, digamos assim.

S.G. – Não, se você ler o discurso dele em geral, ele não tem uma contradição com o que se vinha fazendo.

A.C. – Certo.

S.G. – Não há uma contradição; há, como vocês disseram uma diferença de ênfase. O espaço ocupado muito maior com assuntos, econômicos também se explica pelo historial dele; são as coisas para as quais ele tem mais sensibilidade imediata. Todos aqueles pontos que ele mencionou, na minha carreira eu tive a oportunidade de tratar, pois fui chefe da delegação permanente em Genebra no tempo em que ela tratava de tudo, o que resultava numa correria desesperada, com o desarmamento, os fundos marinhos, o GATT, a UNCTAD, os telecomunicantes que vinham para União Internacional de Telecomunicações; o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (naquele período o Dr. Barata fazia questão de que eu representasse o Brasil); era o OMPI, a Organização Mundial da Propriedade Industrial, tudo. Eu depois como Ministro dividi um pouco, porque achei que era absurda aquela concentração. Muitos países já não tinham mais este sistema concentrado. Não podíamos mais, com o grau de engajamento que tínhamos em cada uma dessas organizações, ter um único responsável. Lógico, quando chefiava a Delegação eu podia descentralizar, porque, tinha uma equipe muito boa, mas sempre tive um contato grande com todos esses assuntos, acho que são fundamentais e tenho uma noção bastante precisa do grau das possibilidades de ação dentro de cada organismo. Achei muito bom que o novo Ministro desse ênfase ao GATT, por exemplo, apesar de suas insuficiências. Não vejo no que ele disse nada incorreto. Há um estilo diferente do meu.

A.C. – E nada que incompatibilize com...

S.G. – Não...

A.C. – O princípio da política...

S.G. – Basicamente, não.

A.C. – Porque a rigor...

S.G. – E lógico que eu tinha uma experiência diferente. Sempre me preocupei muito não em conceber uma unificação do campo, mas ver se era possível pelo menos chegar a ter uma súmula do que que era essencial nessa extrema variedade do relacionamento internacional multilateral e bilateral.

A.C. – É, e cada um tem que trazer, cada ministro tem que trazer o que é que ele tem de melhor...

S.G. – Lógico, evidente...

A.C. – Quer dizer, o que ele conhece mais, não é?

S.G. – É isso mesmo.

A.C. – Mas, realmente eu acho que a gente podia, não é? dar por encerrada esta fase e eu queria perguntar então ao Sr. algumas coisas sobre as origens desse ministro conservador que... [Risos] consolidou uma política de terceiro mundo para o Brasil, enfim, saber um pouco como foram os primeiros anos da vida, que o Sr. falasse um pouco do seu pai, da sua mãe, da sua infância na Bahia.

S.G. – Ta, bom. Eu vou tentar resumir ao máximo. Nasci na Bahia e meu pai era médico. Meu pai não conseguiu viver lá por falta de emprego e clientela; foi um período de grande depressão na Bahia. O Luís Viana me disse que nos anos vinte a cidade chegou a diminuir de população, por aí vocês podem ver. Quando eu tinha três anos de idade, meu pai foi para o Rio Grande do Sul, como era comum, para o interior, fazer a sua vida, para um lugar chamado São Sepé, uma cidade a uns 80 km de Bagé e ao sul de Santa Maria da Boca do Monte. De São Sepé são minhas recordações mais antigas. Estive lá dos três aos sete anos.

A.C. – O Sr. nasceu em Salvador?

S.G. – Em Salvador, é. A família toda baiana. Pelo lado materno, Dias Guerreiro; e Saraiva e Furtado de Simas pelo lado paterno. Com exceção do avô paterno, Felinto Elysio que era paraense, mas, que foi estudar medicina na Bahia, lá se casou com a filha de um professor e lá se radicou. Os tios, porém, quase todos foram para o Sul. Dos três aos sete anos, então em São Sepé, onde meu pai clinicou, fez suas economias, etc. Aí meu irmão tinha que ir para o ginásio, era cinco anos mais velho que eu. Não havia ginásio na cidade. Viemos ao Rio para deixá-lo com um tio materno, tio Mário, que veio moço para cá, era diretor do Instituto de Química do Ministério da Agricultura, ali no Jardim Botânico. Meu irmão o Walter, ficou um ano estudando no Andrews. Mas no período em que ele esteve aqui para deixar o Walter, meu pai procurou ver se arranjava alguma cidade que fosse mais próxima. Viu umas duas no interior de São Paulo, mas acabou indo para uma cidade que era próspera na época, zona da mata em Minas, muito por sugestão de seu irmão, tio Ramiro, que conhecia Manhuaçu. Dos meus sete aos meus treze anos, meu pai morou lá, de 27 a 33 e eu me lembro muito bem do lugar. Em vinte e sete, meu irmão estudou no Andrews; em vinte e oito foi estudar já em Manhuaçu, que tinha ginásio. Estudou dois anos e aí veio a crise do café, fechou o ginásio e ele e eu, que estava começando o ginásio aos dez anos fomos estudar em Carangola, que é relativamente perto de Manhuaçu. Perto é uma maneira de dizer, o trem levava muitas horas, dando voltas, voltas, etc. Nas férias nós íamos a Manhuaçu, entre as férias minha mãe ia a Carangola passava um tempo conosco e assim por diante. Com a crise, o município de Manhuaçu se desmontou e durante anos nós vivemos em parte de economias acumuladas antes, tirando do banco. Em 32, meu irmão mais velho tinha de fazer vestibular para a Faculdade de Medicina, da Praia Vermelha. Em consequência, também vim para o Rio. Estava no ginásio. Ficamos com um tio materno, tio César. Fiz a 3ª, 4ª, 5ª séries no Liceu Francês, na Rua das Laranjeiras. Em 33, meu pai arranhou um emprego na Prefeitura, não de médico; não quis a assistência pública, achou que estava muito velho para sair em ambulância, essas coisas. Arranhou um emprego na Secretaria de Finanças, para poder ficar com os filhos. A partir daí, de 33, nós moramos no Rio. Foi um período difícil, eu entrei na Faculdade Nacional de Direito em 35. Tinha quinze anos e a idade mínima era dezesseis; então meu pai me registrou de novo, como nascido no mesmo dia, na Bahia, na mesma casa, no Corredor da Victoria nº. 39, tudo direitinho, mas, em vez de 1919, em 1918.

A.C. – Quer dizer que o Sr. não nasceu em 1918? O Sr. nasceu em 1919?

S.G. – 1919.

A.C. – E o Itamaraty está nos dando informações falsas. [Risos]

S.G. – E daí por diante... passou a ser 1918. Para o vestibular eu tirei carteira de identidade, tudo isso já com a data falsa e nunca consertei porque a rigor, tecnicamente, foi um crime de falsidade de meu pai embora com a melhor intenção. Eu não ia consertar, não é? [Risos]

A.C. – O Sr. só tem um único consolo, é que eu já ouvi muitas pessoas que estão nesta mesma situação, era uma praxe na época, não é?

S.G. – Comum, era comum, para o rapaz não perder ano, uma bobagem não é? Mas nessa época, os pais se preocupavam e creio que sempre se preocupam, em que os filhos não percam tempo. Havia um pré-jurídico, um pré-médico etc., mas não era obrigatório. Cada qual podia se preparar como quisesse para fazer vestibular. Eu me preparei nas férias.

A.C. – Antes do Sr. falar sobre a faculdade, eu queria saber sobre a sua mãe.

S.G. – Sim.

A.C. – Ela acompanhou essa viagem toda...

S.G. – Tudo. Tudo, é...

A.C. - ... com espírito de sacrifício fantástico, porque foi realmente uma...

S.G. – Ela tinha muito...

A.C. - ... é uma impressão curiosa que eu tenho, mas o Sr. foi de certa maneira, sua família, vítima de crises permanentes, não é?

S.G. – É.

A.C. - ... que atingiram a Bahia em 1919, 20, os anos vinte, depois a crise do café em Minas...

S.G. – Minas, é...

A.C. – E o Sr. teve uma vivência muito pessoal da crise econômica.

S.G. – Muito forte. Quando da crise dos anos trinta, eu era já muito consciente e via o meu pai ter que tirar dinheiro do Banco, que ia acabando durante anos. O que ele ganhava não dava para todas as despesas, mais estudos dos filhos. Naquele tempo, inclusive, universidade era paga, barata, mas paga. O ginásio então, nem se fala. Era um esforço que as famílias de classe média faziam para se passar no gargalo do curso secundário. No meu tempo, no Rio de Janeiro, havia apenas dois ginásios públicos: o Pedro II e o Colégio Militar, mais nada. Tudo mais era privado e pago. As pessoas não têm ideia do que era o país e do que mudou. E minha mãe sempre foi uma pessoa muito disposta. Meu pai, reservado, mais fechado, uma pessoa de muita coragem, controlado, muito calmo, que nunca transmitiu nenhuma sensação, não digo de desespero, mas sequer de insegurança para a casa. Minha mãe era mais extrovertida, gostava mais de conhecer gente, dava mais suas opiniões; era uma mulher de muita disposição e muita coragem. Sempre os dois viveram muito em função, como eu disse, dos filhos, dos estudos e da saúde dos filhos.

A.C. – Quer dizer, havia essa preocupação tanto de um quanto de outro com os estudos dos filhos.

S.G. – Com os estudos dos filhos.

A.C. – Como é que isso se manifestava?

S.G. – De diversos modos. Em primeiro lugar a própria organização de vida deles. A gente vê em retrospecto que eles determinaram o lugar onde moravam, a sua organização de vida em função dos estudos dos filhos, na medida em que era possível. Isso se manifestou também, no caso de meu pai, de várias maneiras. Por exemplo, quando eu estava no quinto ano do ginásio ele me perguntava coisas sobre história natural, que ele

sabia bem, e achou que eu estava muito fósforo, muito superficial e me deu um livro francês de História Natural, de Pinzon, que era muito melhor do que os nossos. Eu conseguia ler francês. Outras vezes, sugeria que eu lesse livros, coisas de literatura. Tinha uma memória incrível, sabia Os Lusíadas de cor, do princípio ao fim e com todos os problemas gramaticais envolvidos, e me chateava com aquilo.

A.C. – Era exigente em matéria de língua, enfim de...

S.G. – Assim em geral. Entretanto, nunca me bateu, nem em mim, nem em meu irmão, mas sempre teve um pouco uma atitude de dar ênfase a responsabilidade individual. Quando começamos a adolescência, nos dizia: “Vocês não vão herdar nada, cada um é responsável por si mesmo”. Aquela velha ideia: só damos a vocês os instrumentos, o resto é com vocês.

A.C. – Eu ouvi isso também, [Risos] do meu pai...

S.G. – Isso é muito corrente, eu mesmo disse isso ao meu filho, é normal. A ideia de que cada um tem que se resolver por si mesmo. Um sinal de que o nosso molde cultural é, em certo sentido, mais extensamente do que se imagina, pelo menos nas classes médias, individualista e tradicional.

A.C. – Liberal, como nós tínhamos falado há pouco...

S.G. – O pai tem a obrigação de preparar, mas cada qual que se arranje, não é? No fundo não é assim na prática, porque todo mundo tem coração mole, tudo isso, não é? Mas a posição teórica, doutrinária é essa.

A.C. – Exato.

S.G. – Mas a minha mãe morreu cedo, quando eu estava terminando a faculdade e tinha dezenove anos, o que me traumatizou muito, que ela morresse justamente na época em que nós estávamos começando a melhorar a vida material. Meu pai ganhava mais, os filhos terminando já os estudos, começando...

A.C. – Aqui no Rio, instalados...

S.G. – Instalados, já um pouco mais folgados. Mas ela sempre teve uma coragem enorme, otimismo, não tinha...

A.C. – Ela morreu em que ano?

S.G. – 1939. Eu tinha dezenove anos. Mas aí terminou a....

A.C. – Eram dois irmãos?

S.G. – É.

A.C. – O Sr. e o Walter.

S.G. – O Walter que tinha cinco anos a mais, que era médico e que era muito bom aluno no ginásio; no ginásio carangolense ele disputava com o Victor Nunes Leal o primeiro lugar, sempre...

A.C. – Ah, quer dizer, eram colegas de turma?

S.G. – É, de turma. E eu, na minha turma, estava no “bolo”, passava sem problemas, mas nunca em primeiro lugar. Sempre me arrumando sem problemas maiores...

A.C. – A vinda para o Liceu Francês deve ter tido alguma importância para o Sr., não é?

S.G. – Para mim sim...

A.C. – Não sei se é por isso que o Sr. lia livros em francês, mas enfim, deve ter tido uma importância na sua formação.

S.G. – É, o que me criou problema, no Liceu Francês, foi a mudança de ambiente. A turma em que eu entrei, eu estava no 3º ano, estava em muitas matérias mais adiantadas do que eu. Tive um problema de adaptação também a novos costumes, tudo isso. Francês

eu lia mais ou menos, mas no Liceu era muito mais apurado. A aula de francês era só em francês, nem uma palavra de português, muita gramática etc. De modo que tive um problema no primeiro ano, de adaptação; depois não, me ajustei bem. Era um bom colégio em termos daquela época. Quase todos que terminaram comigo não tiveram problemas no vestibular, embora me preparasse apenas nas férias.

A.C. – O Sr. tinha filhos de diplomatas frequentando o colégio, porque costuma haver isso, não é? No Liceu...

S.G. – No Liceu, naquela época não havia, pelo menos na minha turma e em turma imediatamente posterior. Havia alguns que tinham estudado no exterior como o Meira Pena, que foi meu colega no Liceu Francês. Me lembro muito disso em 33 quando Lidemburgo chamou o Hitler para organizar o gabinete, ele e um outro colega, o Fernão, se cumprimentavam...

[FINAL DA FITA 2-A]

S.G. – E o Fernão, um outro colega, se cumprimentava no recreio “hail” – veja só – enquanto nós jogávamos bola de gude e coisas assim. E era o jeito que incitava frequentemente a decadência do ocidente. Era um leitor de Nietzsche, ele é mais velho do que eu uns 2 ou 3 anos, mas de qualquer maneira, eu lia muitas coisas, meu pai me dava, mas não esse tipo de coisa né.

A.C. – O Sr. lia mais o quê? Literatura?

S.G. – Um pouco literatura, meu pai me dava para ler os escritores portugueses do séc. XIX, Alexandre Herculano, Camilo, Eça de Queirós. Também os escritores franceses. Comecei a ler muito cedo, mas nada ainda de filosofia ou sociologia.

A.C. – Anatole France, não?

S.G. – Não. Um pouco de Balzac. Eu via Balzac mais pela trama. Só anos mais tarde é que pude ler com outros interesses. Mesmo Stendhal, a primeira vez que eu li, eu tinha

treze, quatorze anos, e achei chatíssimo. Depois é que eu reli com intensa atenção e grande prazer.

A.C. – Sim, eu queria lhe perguntar ainda sobre o Liceu Francês, quer dizer, de qualquer maneira já era um ambiente mais ou menos cosmopolita, não é?

S.G. – Ah, sim havia alguns rapazes franceses mesmo...

A.C. – Não era exatamente como o Colégio Militar, nem como o Pedro II, digamos.

S.G. – Havia alguns de origem francesa ou franceses mesmo, como d' Escoffier, Yersin, Bonniard. Mas a grande maioria era de brasileiros.

M.H. – Com o tempo, o Sr. foi se desconectando da Bahia ou houve...

S.G. – Não, sempre a Bahia esteve muito presente por dois motivos: em primeiro lugar porque, ao contrário de minha mãe que se interessava pelas coisas muito atuais, não fazia referências elogiativas à Bahia, e dizia que “lugar bom é o lugar onde a gente pode viver bem”, meu pai, pelo contrário, era muito saudosista, vivia se referindo a fatos da mocidade e, quando se encontrava no Rio com tio Ramiro ou tio Mário, era um desfiar de memórias do tempo da faculdade, histórias do pai, dos avós, histórias de Camamu, onde ele passava as férias quando menino e adolescente, etc.

A.C. – Era o que? Era fazenda? Não?

S.G. – Não. Camamu é um município; eu não conheço... é uma cidade muito velha. Parece que ficou parada no tempo e tem uma baía de águas profundas, ao sul de Salvador; é mais próxima já de Ilhéus. Daí vinha o lado da mãe de meu pai, da minha avó paterna; era daí o pai dela, o Conselheiro Ramiro Afonso Monteiro. Por causa dele é que na minha família em cada geração há um Ramiro, porque ele só teve um filho homem, tio Romualdo, que não teve descendentes. A filha botou no filho mais velho, tio Ramiro, esse nome. Meu pai me deu esse nome. Eu tenho um primo Ramiro, e um sobrinho-neto Ramiro. Essa gente, Afonso Monteiro, era uma gente tradicional de lá.

A.C. – Era família tradicional do município?

S.G. – De lá, é. A mulher dele, que eu não conheci, aliás nenhum dos dois, morreram muito antes, era também de uma família de lá.

A.C. – E eram famílias que tinham terra tradicionalmente ou era mais...

S.G. – Eu não conheço os detalhes, tinham casa pelo menos na cidade. Eu me lembro que o meu pai tinha fotografia da tal casa na cidade onde ficava quando ia lá para as férias.

A.C. – E ele lembrava desses tempos com muita nostalgia?

S.G. – Muita nostalgia, ele nunca deixou de falar, no fim da vida então, aos oitenta anos, setenta e tantos, só falava. Ele e tio Hermilo, o irmão mais moço que ficou na Bahia até os setenta anos, quando se aposentou e veio para o Rio, só conversavam sobre a Bahia. Mas aí eu já era diplomata e os via raramente, embora nos meus estágios de 61-63 e 67-69 ainda tenho estado muito com eles. Mas isso era um dos lados da presença baiana. Outro lado era a minha avó materna, que morou conosco muito tempo, que era muito baiana, filha de portugueses. Ela era Furtado de Simas de nascimento e Saraiva pelo casamento. Ela tinha dois irmãos engenheiros, Américo e Artur, que deixaram descendência na Bahia, um que foi Ministro das Comunicações, entre outros. Uma vez, em 81 talvez, eu fui a Cachoeira com o conservador do Museu de Arte Sacra, um espanhol que se naturalizou, ficou lá, já morreu, Calderón de La Vara. Cachoeira é muito interessante. Do outro lado do Rio Paraguaçu, em São Félix, um bisavô materno, o açoriano Furtado de Simas, tinha tido fábrica de charutos em meados do século XIX. Meu pai tinha morado em São Félix, em frente, antes de eu nascer. Pois ao sair restaurante, aliás ótimo, em Cachoeira, o Calderon me apresentou o encarregado de supervisionar a restauração da cidade, que era um rapaz, Simas, que vinha a ser um primo distante. Os Simas ficaram lá, não é? A minha avó era uma presença da Bahia, e a outra presença, está sempre permanente, eram os doces e as comidas [Risos]. Quando havia aniversário, etc, era vatapá, caruru, todas aquelas coisas. Eu cresci comendo, não diariamente, é lógico mas em dia de comemoração, essas comidas baianas, todas. Minha mãe fazia muito bem, tia Graziela, que era irmã de meu pai, no Rio, fazia um vatapá extraordinário também.

Não era todo dia, mas, mesmo quando nós estávamos em Minas, mandavam do Rio, azeite de dendê, camarão seco... essas coisas.

A.C. – Os ingredientes...

S.G. – Os ingredientes. No Rio se encontravam, mesmo naquela época havia. Houve muito esse tipo de presença baiana.

A.C. – Agora, o Sr. era mais parecido com o meu pai, de temperamento seu...

S.G. – Em certo sentido sim, muito reservado, muito sério e muito fechado. Eu só fiquei meio irresponsável depois, já na carreira, assim jovial. Antes eu era muito chato, era muito fechado.

A.C. – O seu lado baiano é um pouco enrustido, não é? Realmente a ideia que nós temos do baiano falador, extrovertido...

S.G. – Falador!

A.C. - ... não corresponde em nada ao Sr.

S.G. – Certamente não. Minha mãe era um pouco assim, era mais tipicamente baiana, embora a rigor fizesse restrições à Bahia. Meu pai, que não era o baiano típico...

M.H.. – Era baianófilo...

S.G. – Era baianófilo. No Rio Grande, eu me lembro de ele comentar que alguns clientes ficavam espantados porque ele era baiano, mas era branco e montava bem a cavalo.

A.C. – Baiano tinha que ser preto e montar como um jagunço, não é?

S.G. – Deram-me uma razão para isso: a lembrança, que perdurava ainda nos anos vinte, da infantaria que foi para a Guerra do Paraguai e que era metade baiana e de pretos. Alforriavam o preto para que ele fosse voluntário no Paraguai [Risos]. Lutaram bem e

aguentaram condições horríveis, não só da guerra, mas de epidemias, disenterias, malária, peste etc. Como eles passaram pelo Rio Grande, ficou uma lembrança transmitida de geração em geração. Então a ideia de baiano era de um preto da infantaria.

A.C. – Eu queria perguntar ao Sr. sobre essa decisão do seu pai de ir para o Rio Grande do Sul, porque no Brasil de hoje tudo isso é muito fácil, não é? Realmente, no Brasil daquela época, sair da Bahia e ir para Bagé, nem Bagé era...

S.G. – É, não, um lugarzinho...

A.C. – Como é que se deu esse processo?

S.G. – Isso foi o seguinte, aliás...

A.C. – Essa decisão de ir para lá?

S.G. - ... a primeira vez que ele foi, eu não tinha nascido. Ele se formou. Teve um primeiro emprego numa empresa hidroelétrica, que construiu a primeira barragem de Bananeiras no rio Paraguaçu. O engenheiro que construiu a barragem e a administrava era irmão de minha avó materna, tio Américo, a que já me referi. Foi um grande engenheiro, foi quem fez o primeiro plano dessas vias que há em Salvador pelos vales, tanto que o túnel que liga uma dessas vias para a cidade baixa tem o nome dele, e também uma ponte na Rio-Bahia. Ele contratou meu pai, que era recém-formado como médico, para atender lá o pessoal, os operários, etc. Em mil novecentos.... Acho que quinze, quinze ou dezesseis, os Guinle venderam essa empresa deles à American Power. Então meu pai perdeu o emprego e não conseguiu na Bahia nem emprego, nem clientela. Um cunhado dele, o tio Franklin, irmão de minha mãe, que era farmacêutico do exército, tinha estado no Rio Grande, e aí deixou o exército, casou-se com uma fazendeira do Rio Pardo, aconselhou meu pai: “Por que é que você não vai para São Sepé, onde eu já tive farmácia? É um lugarzinho pequeno. ”, isso eu ouvi contar depois, “mas é um município rico e lá não há médico, só tem um Dr. Pascoal, que é um enfermeiro italiano que botou placa de médico, etc.”. Porque no Rio Grande do Sul, nesse tempo, vigia a constituição castilhistas, positivista, e qualquer pessoa podia se arvorar, se declarar médico, engenheiro, o que fosse, sem ter curso nenhum.

A.C. – Exatamente. A prática livre da profissão.

S.G. – Era uma peculiaridade da constituição do Rio Grande. Meu pai foi e lá ganhou dinheiro. Em 1918, ele foi vítima da febre amarela, ficou muito fraco, escapou por um triz e, convalescente voltou, à Bahia, ficou na casa de minha avó materna, que era viúva já há muitos anos. Nessa casa, 39 do Corredor da Vitória, eu nasci em 2 de dezembro de 1919. Tentou uma olaria que não deu certo. Se a cidade estava parada, era o pior negócio. Então, quando eu tinha cerca de três anos, tendo gasto quase todas as suas economias, feitas em São Sepé, ele voltou a São Sepé, e de lá só saiu em princípios de 27, por causa dos estudos do meu irmão.

A.C. – Enfim já tinha uma indicação segura.

S.G. – Era uma cidade pequena, chamavam de vila, embora fosse sede municipal, mas município rico, fazendeiros ricos. Por isso é que ele montava a cavalo, porque tinha que ir às fazendas atender, etc.

A.C. – Perfeito. Nós íamos então falar sobre a sua entrada na Faculdade Nacional de Direito.

S.G. – É. Quando terminei o ginásio, a minha tendência era não estudar mais nada. Eu sempre tive uma tendência à vagabundagem que nunca pude satisfazer completamente. [Risos]. Ora, o vestibular tido por mais fácil, naquele tempo, era o de Direito, o que me levou a preferi-lo. Havia um professor de História no Liceu, Álvaro Kilkerry, inteligente, simpático...

A.C. – Como era o nome dele?

S.G. – Álvaro Kilkerry, baiano também e mestiço. Era um sujeito baixo assim, muito inteligente, uma pessoa culta, e preparava, para a Faculdade de Direito, Psicologia e Lógica. Fiz à parte uma pequena revisão de latim, as orações de Cícero, o sexto livro da Eneida. Meu latim era rudimentar, mas cheguei a saber de cor boa parte do sexto livro da Eneida. Agora só sei os primeiros versos. A parte de Psicologia e Lógica era

completamente diferente do programa do ginásio. No ginásio davam, em Filosofia, no quinto ano, uma parte de Psicologia na base de um livro francês “Chaillet”. E o exame para a faculdade era Psicanálise, de que havia uns doze pontos, behaviorismo, Gestalt, etc.

A.C. – Psicanálise?

S.G. – É. Porque quem tinha organizado o programa...

A.C. – Que coisa impressionante!

S.G. - ...era um professor chamado Porto Carrero. Não sei se você já ouviu falar; o Porto Carreiro era, na época, uma espécie de Corifeu da psicanálise, aqui no Brasil, etc. Embora parecesse uma relativa novidade, a psicanálise já tinha mais de trinta anos, não é? Em termos de Brasil, como tudo chega atrasado, ainda não era assunto para curso secundário. A parte de lógica era mais clássica, formal. Chegaram da França dois rapazes que foram tomar aulas com o Kilkerry também, um era o Pio Corrêa, que tinha sido não só primeiro aluno no Liceu dele em Paris, mas primeiro aluno de França, porque faziam uma competição entre os primeiros dos diversos Liceus...

A.C. – Qual era o Liceu dele?

S.G. – Era um desses famosos de Paris, eu não sei qual. O pai dele, que era um cientista, tinha morado lá muitos anos, foi um botânico de nome. E José Maria Pimentel Brandão, que era filho do embaixador Pimentel Brandão. Todos dois bem preparados, mas essa parte de psicologia eles também não conheciam, porque nenhum Liceu na França dava...

A.C. – Psicanálise...

S.G. - ...psicologia com essa abordagem das novas teorias. Então o Kilkerry dava as explicações, não havia livro. Eu tinha uma memória enorme; saía dali, escrevia a aula, depois mostrava a ele e conversávamos. Havia também uma matéria de noções de literatura universal e de literatura brasileira. Estudavam-se dois livros de Afrânio Peixoto. Havia um capítulo sobre cada movimento literário, sintético, muito bem escrito e

interessante. E a seguir uma espécie de nomenclatura, nomes títulos de obras, etc. muito cacete. E o Pio falou várias vezes para nós sobre a parte de literatura francesa em geral muito bem, sem cobrar nada, não é? Acabávamos a aula do Kilkerry e ele fazia uma conferência impromptu sobre qualquer assunto literário. Ele era, nessa época, monarquista. Diziam que era um dos três patrianovistas na faculdade.

A.C. – Coisa estranha para uma pessoa que passou tanto tempo na França, num Liceu Francês...

S.G. – Fizemos o vestibular e entramos...

A.C. – O Sr. ensinou alguma coisa a ele?

S.G. – Não, não. Fiz o vestibular sem maior problema. Não havia tantos candidatos como hoje. Éramos 550 e havia duzentas vagas. Fiquei em vigésimo oitavo lugar. O Pio ficou em quadragésimo, embora tivesse uma cultura geral melhor; mas estava menos dentro do programa que pediam. Agora, um episódio. A Faculdade Nacional era ainda na Rua do Catete. Lá puseram num quadro os resultados e sofri muito, porque comecei a ler de baixo para cima [Risos], a partir de 211º até o vigésimo oitavo.

A.C. – Eu acho que isso nos permite fazer um diagnóstico muito claro da sua personalidade, o Sr. é decididamente um pessimista.

S.G. – Ou pelo menos não gosto de ficar...

M.H. – De criar falsas expectativas.

S.G. – De dar as coisas de barato, não é? Entrei na faculdade, no ano de 1935. Foi um ano muito político. Davam-se duas matérias. Tinham tirado Direito Romano e passado para o quinto ano, quando eu cheguei ao quinto ano haviam passado de volta para o primeiro, de modo que eu não dei Direito Romano na Faculdade. Eu li um livrinho, um “prévis” Dolloz sobre a matéria por iniciativa própria. Introdução ao Direito, dada pelo Hermes Lima, que era um professor moço, um tanto cacete, mas muito cumpridor, dava as aulas direitinho e reprovava; e o Leônidas Rezende, que era uma pessoa um tanto florida, à sua

maneira pessoal. Ambos marxistas, não é? Leônidas ainda mais acentuado. Leônidas dava Economia. O que se estudava de economia era na verdade História das Doutrinas Econômicas. E o curso era basicamente isso. Mostrava como as diversas doutrinas continham erros, como algumas delas como a de Ricardo pressentiam o papel do trabalho como valor; depois se entrava um pouco em Hegel, em Furbach, etc. para finalmente encontrar esclarecimento de tudo em Marx, não é? E aí acabava. Não se chegava a estudar nada posterior, nem Pareto, nem Marshall, nada. [Risos] E foi um ano muito politizado. Na faculdade muitíssimo e um pouco o reflexo do que se estava passando na Europa, Front Populaire na França, o fascismo, o nazismo; o fascismo cada vez mais virulento, Guerra da Etiópia; rearmamento alemão etc. Isso tudo de alguma forma se refletia aqui, naquele ambiente muito politizado. Então você tinha o grupo dos comunistas, que era liderado pelo sargento Tirso, Tirso Lira. O grupo dos integralistas que iam a maior parte de camisa verde para a aula e cujo líder era o Correa do Lago, nosso atual embaixador em Paris. Você tinha pessoas tipo Meira Pena que talvez não fossem integralistas, porque estavam um pouco mais à direita.

A.C. – A direita do Integralismo?

S.G. – Talvez, é. E havia tipo Pio Correa, que era patrianovistas. Tinha lá sua vida a parte, foi chamado pelo Salgado Filho para trabalhar em seu gabinete; foi ele dizer, quem desenhou o primeiro uniforme da Força Aérea. Ele tinha gosto por coisas militares...

A.C. – Quem?

S.G. – O Pio Correa.

A.C. – Ah, o Pio Correa foi...

S.G. – Ah, fez cavalaria no CPOR, ia para lá de manhã, ia cuidar dos cavalos, depois fez dois estágios, ele hoje é capitão da reserva.

A.C. – Isso quer dizer que o patrianovismo colaborou estreitamente com os integralistas?

S.G. – Não sei. Era algo próprio, específico. Naturalmente a maioria era do meio, intermediária, incomparável. Frazão, por exemplo, Sérgio Armando Frazão, que foi, aliás, quem tirou o primeiro lugar no vestibular, (ninguém estava concorrendo com ele, não é?) fez o sexto ano de Pedro II, sempre foi um sujeito que queria primeiro lugar e foi eleito para o Diretório. E havia um grande grupo, digamos, centrista, um pouco da direita até a esquerda, que nunca aderiu a posições extremas. Nas eleições para o diretório, havia na prática um candidato dos integralistas, e um outro pelos comunistas. Agora, os comunistas não apoiaram, nesse ano nem nos seguintes, candidatos que fossem comunistas, eles apoiavam um sujeito qualquer do grande centro mais ou menos, mas caracterizadamente não integralista. Mas o ambiente, apesar de extremado, não comportava atitudes pessoais desagradáveis. Pessoalmente se respeitavam, e aos próprios professores. Eu me lembro de que o Lago, ao fim das aulas do Leônidas às vezes pedia para fazer perguntas, fazia perguntinhas embaraçosas e o Leônidas respondia com toda gentileza [Risos].

[FINAL DA FITA 2-B]

A.C. – Havia o chamado diálogo.

S.G. – É. Uma vez, depois da aula, no corredor, perguntei ao Hermes Lima: “É, professor, eu gostaria de ver, sobre sua matéria, se há outras abordagens.” E ele me indicou duas ou três obras, inclusive o primeiro livro em italiano que eu li, que encontrei num sebo, me foi indicado por ele. Era um livro chamado Enciclopédia Giuridica, de um professor italiano, Filomusi Guelfi, em que era dada toda a matéria que nós chamávamos introdução, a partir de uma abordagem de Direito Natural, portanto oposta à abordagem marxista, materialista. Também não me satisfez, mas era um livro interessante na parte específica, muito bem exposto. Depois, no fim do ano, os dois professores foram presos, por causa da Intentona. Em 45, 46, voltaram. Eles não eram do Partido, nenhum dos dois.

M.H. – E nesse clima, perdão, havia muita discussão, muito debate, quer dizer, num clima onde se respeitavam as ideias, mas havia muita troca de opinião?

S.G. – Não muita, não. Não muita. Mas não havia um relacionamento pessoal grosseiro, isso nunca houve, mesmo naquele período, que foi um período de extremismos. É verdade

que a grande maioria não era nem de um lado, nem de outro. Eu mesmo tinha muita pena daquilo. Nunca cheguei a achar muito racional ou inteligente essa certeza das posições extremadas. Talvez dessem maior conforto intelectual aos que participavam, porque tinham resposta para tudo, não é?

A.C. – Certo.

S.G. - ... e os que não estavam dentro deste esquema tinham dúvidas, um pouco sobre tudo.

A.C. – Quer dizer, o Sr. nunca gostou muito da divisão dos blocos?

S.G. – Não, nem nessa época. Eu me dava muito bem com os comunistas, cooperava com o trabalho deles de fazer os pontos, porque eu tinha uma boa memória, e dava anotações, ou corrigia, às vezes sugeria...

A.C. – O Sr. explicou isso fora do gravador, que eles preparavam estas apostilas. Era uma função, digamos, política que eles tinham.

S.G. – É verdade. Achava-os bons sujeitos, etc., e até as minhas “condições objetivas” deveriam inclinar-me para o lado comunista, pois foi o período mais difícil para nós em casa em termos de transição econômica. Eu tinha dois ternos, nada mais, tinha uma vida muito, muito controlada. Mas não conseguia intelectualmente ficar satisfeito com toda aquele esquema extremamente simplificado. E o lado integralista, tão pouco eu entendia. Quer dizer, com esse realmente apenas eu tinha boas relações pessoais com alguns deles, como o Lago, que sempre foi um sujeito educadíssimo, uma flor da humanidade, até hoje; nunca mudou em termos de maneira de ser., mas, além das dificuldades de substância, creio que o brasileiro tem muito senso de ridículo, talvez seja um defeito, um exagerado senso de ridículo, que tornava muito estranha aquela história de camisa, anal; aquela mecanicidade da mobilização deles...

A.C. – Meio grotesco tudo aquilo, não é?

S.G. – É, era meio grotesco, eu não entendia, me irritava um pouco. Então eu fiquei no meio incaracterístico. Em 36, no segundo ano, as coisas sossegaram, porque os integralistas continuaram, e foram até 37, como você lembra, não é?, e mesmo 38, no princípio. Mas havia a impressão, acredito, de que tendo sido suprimido o seu oposto, eles perdiam também a sua razão de ser, como acabou acontecendo no Estado Novo. Ficaram sem função, digamos, no jogo...

A.C. – Bipolar.

S.G. – Bipolar, é, esse é o termo. Em 36, eu mudei muito de vida. Tinha dezesseis anos, e arranjei um lugar na revisão do “Correio da Manhã”, onde havia vários estudantes. O sistema era esse: você chegava e, se houvesse falta de algum revisor, ou conferente, você trabalhava, senão, não. Passei a ir sempre, fui muito assíduo, sem importar-me de sobrar. Então, quando houve uma vaga mesmo, me efetivaram. Eu começava às nove da noite e acabava às duas da manhã. Nessa época também, eu comecei a praticar no escritório de um advogado amigo nosso, Pestana de Aguiar, de tarde, depois ia às aulas e depois ia para revisão do “Correio da Manhã”. Também nesse ano, comecei a fazer CPOR, infantaria, três vezes por semana, período de cinco meses, por ano, por três anos. Então havia dias em que eu saía do Correio às duas da manhã, ia de bonde para casa, chegava aí pelas três, acordava às quatro e meia, às cinco saía correndo para estar às seis horas na Avenida Pedro Ivo; depois saía de lá, vinha para casa, dormia duas horas, saía de novo. Mas aguentava isso muito bem. Foi até um período muito estimulante.

A.C. – Para quem era preguiçoso, eu acho que o Sr. estava bastante ativo.

S.G. – É, pois é. Toda a mocidade, eu estive assim sempre muito ocupado e muito preocupado em saber como é que ia ser materialmente a minha vida, o que é que eu ia fazer, etc. Na faculdade, passei a tomar interesse, a estudar muito mais do que na época de ginásio, e assim foi nesses anos, 36, 37, 38, 39. Já fiz o último ano da Faculdade um pouco mais folgado, não tinha mais o CPOR; mas continuava na revisão porque aquilo me dava um dinheirinho todo mês.

M.H. – E quais eram os principais, os principais interesses que o Sr. tinha nessa época, na Universidade? Em termos assim de matéria... de estudo?

S.G. – Olha, eu acompanhei muito o Direito Civil, li muito naquela época; Penal mais ou menos; Comercial, o suficiente. Eu acho que a matéria que eu mais li mesmo foi Direito Civil, e, ao lado disso, lia muito História porque me divertia. Comparava na Livraria Freitas Bastos, e às vezes encomendava um livro que um mês depois chegava da França, por quarenta mil réis. Li muito vários livros de uma coleção L' Evolution de l' Humanité. Há um deles muito interessante, “Des Clans aux Empires”, sobre a formação do Império Egípcio, mas que é esclarecedor das outras civilizações iniciais. Outros sobre o Egito mesmo, sobre civilização suméria e Babilônia, sobre os hititas, todo o período pré-clássico. E depois sobre civilização grega e romana. Naturalmente, li também Fustel de Coulanges. Li, sobre Creta, um livro muito interessante daquela jornalista francesa, Geneviève Tabouis, que nos anos trinta previu a guerra e ficou conhecida como uma espécie de Cassandra na França, mas que era uma historiadora e tem esse livro fascinante sobre a civilização cretense a sua influência na civilização miceniana e, portanto, em Grécia. Isso, eu lia como meu divertimento, até mais do que romance, propriamente. De romance, lia um pouco os brasileiros que estavam em moda na época, o Ciclo do Nordeste. Li como todos os rapazes daquela época, A Bagaceira, O Quinze, os livros de José Lins do Rego que iam aparecendo.

A.C. – Menino de Engenho...essas coisas.

S.G. – É, Menino de Engenho, até Banguê, depois eu parei de ler. E a Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire, que foi um livro indispensável, por esse tempo.

A.C. – É, 34.

S.G. – 34, não é? Coisas que eram, digamos, a moda em termos de Brasil, naquele tempo. E fora disso, eram esses livros de história, livros que eu lia para me divertir e para encontrar indicações sobre origem de práticas e ideias. Um pouco também, em retrospecto, por escapismo...

A.C. – A história imediata, não é, que estava se travando lá na Europa, o Sr. estava menos interessado, talvez?

S.G. – Não, acompanhava, mas acompanhava pelos jornais e era trabalho para mim. Como revisor, lia jornal, lia uma massa enorme de noticiário de agência; guerra, aquela guerra espanhola, as operações todas, aquilo eu já não podia nem ouvir falar depois.

A.C. – E a Espanha o perseguiu ao longo dos anos, não é?

S.G. – É, alguns tópicos também, às vezes até os artigos do Costa Rego, em certa ocasião...

A.C. – Revisor, que dizer, o Sr. fazia revisão como copydesk?

S.G. – Era o seguinte, vinha da tipografia o texto, então o conferente acompanhava pelo original, que era geralmente manuscrito e o revisor ia lendo o texto, e fazendo as correções na impressão, para não escaparem gatos, erros, linhas puladas, essas coisas, compreende?

A.C. – Ah, certo. Era mais a revisão gráfica, não é?

S.G. – Gráfica. Eu podia mexer um pouco na pontuação, ou se notasse algo meio esquisito, que às vezes o original tinha algo que se prestava a dúvida, e aí levantava o problema. Às vezes era uma simples omissão. Mas aquilo me obrigava a ler uma quantidade enorme de textos de jornal.

A.C. – A história imediata, o Sr. estava tendo como fluxo permanente através do jornal.

S.G. – E os comentários eram muito pobres, assim me pareciam de um modo geral, mesmo nessa época. Foi um período muito politizado, apesar de que, em 37, veio o Estado Novo. Mas até isso era parte, em certo sentido, da presença muito grande das possíveis repercussões do quadro internacional. Os pródromos de guerra, o que isso poderia significar para o país que naquele tempo dependia muitíssimo de importações fundamentais, etc...

M.H. – Então, exatamente neste contexto que o Sr. está descrevendo, o Sr. tendo uma posição digamos, mais independente em relação às opções político-ideológicas da época, o Sr. percebia algumas possibilidades, em termos, digamos, do próprio posicionamento

futuro, mais ou menos, futuro imediato do Brasil em relação a todo esse conflito, a possibilidade de que realmente nós entrássemos num alinhamento maior com a Alemanha, enfim...

S.G. – Não. Como se sabe, houve um momento em que o Presidente Getúlio Vargas ter-se-ia inclinado um pouco pelo eixo. Fez aquele discurso no Couraçado São Paulo e assim por diante. Eu sempre tive, apesar de não ser um ideológico, eu sempre tive, como aliás a grande maioria, uma percepção muito antinazista, embora não soubesse da missa nem a metade, naquele tempo. Muita coisa só veio à luz depois. Mas, de qualquer maneira, era incompatível com a maneira de ser nossa. Havia assim uma espécie de reação quase visceral contra a concepção nazista do mundo. Mas eu sempre tive, ao contrário de muita gente, uma visão negativa da capacidade de reagir ocidental. A queda da França e a ocupação da Europa, não me surpreendeu muito; foi uma grande surpresa em toda parte, mas eu sempre tive um pouco a impressão de que o fato de um país estar dominado por uma concepção de vida, uma concepção até filosófica, que não nos agrada, não quer dizer que ele vá ser incompetente. E claramente, eu tinha a compreensão de que a exploração do sentimento nacionalista revanchista alemão era uma realidade, que podia mobilizar aquele povo com toda a capacidade que ele tem de organização, de disciplina. Depois, em 41, quando eles invadiram a União Soviética, eu estava fazendo estágio de aspirante da reserva no Regimento Sampaio, ali na Vila Militar, em junho, julho, agosto de 41. Pipocavam suposições e as opiniões eram muito definidas de um modo geral: “Isso é muito bom porque arrebenta com a Rússia, e ao mesmo tempo desgasta Hitler”, um raciocínio que tinha seu fundo de verdade, não é? Mas eu achava tudo dúbio, eu achava que não tínhamos base, não tínhamos informação para supor que a Rússia resistisse indefinidamente, embora as condições de espaço a favorecessem. A tecnologia agora era diferente, podia não resistir suficientemente.

A.C. – Quer dizer, havia um pessimismo quanto a reação da União Soviética?

S.G. – É. Naquela época havia notícias esparsas e suspeitas, mas, quando houve a invasão, no início, na Bielorrússia, e sobretudo na Ucrânia, as tropas alemãs foram bem recebidas, foram os próprios nazistas que se encarregaram de humilhá-los e reverter a atitude pública nesses dois lugares; quer dizer, eles contribuíram para a unificação nacionalista da Rússia, da Velha Rússia [Risos]. Mas enfim, eu achava que não se sabia de nada, era melhor esperar para ver. Mas apesar desse meu pessimismo, nunca cheguei a achar, mesmo

naquela época, que qualquer uma daquelas batalhas isoladas, batalha da França, mesmo batalha da Rússia, etc, fosse ser definitiva. Sempre achei que, afinal de contas, os americanos iam ter que entrar nessa história, e era difícil atacá-los, sobretudo naquela época em que não havia mísseis intercontinentais.

A.C. – É claro.

S.G. - ... é um reservatório enorme, vão acabar tendo que entrar, estão procurando jeito de entrar, no fundo era isso que Roosevelt estava fazendo. De modo que eu não fiquei numa angústia extraordinária.

A.C. – De qualquer forma o Sr. viveu esses acontecimentos internacionais com muita intensidade?

S.G. – Ah, sim.

A.C. – Participou deles com muita intensidade.

S.G. – Embora nós vissemos um pouco como plateia, não é? de longe. Mas estávamos começando a sentir problemas de abastecimento mais adiante, aí já foi mais 42, foi o período dos submarinos, etc.

A.C. – Eu queria perguntar ao Sr. o seguinte, como a ordem interna estava sob controle com a ditadura, provavelmente as discussões sobre o problema internacional eram as mais livres ou as mais intensas ou não, naquela época?

S.G. – Em conversa, sim. Todo mundo era estrategista de café, [Risos]. Era um divertimento, também, quer dizer, embora com a sensação de perigo e compaixão.

A.C. – Isso... sim.

S.G. – Enfim... um perigo um pouco escondido aí atrás de tudo. Foi um período que obrigou muito a pensar no problema da relação internacional, do que podia surgir da luta entre as grandes potências, nas sobras para todo o mundo.

A.C. – Como é que o Sr. viu Getúlio e o golpe de 37 nisso tudo?

S.G. – Olha, naquele momento, existia uma impressão ambígua, até mesmo na Faculdade. Houve uma relativa sensação de alívio ou aquiescência, curiosamente. Em primeiro lugar, porque havia um cansaço da coisa ideológica, havia uma certa irritação também no Rio com o crescimento do integralismo, havia muito esta convicção, para mim clara, e mesmo para as pessoas com quem eu conversava, de que se Getúlio tinha dado o golpe e tinha as Forças Armadas, ele não precisava dos integralistas para nada, que ele era personalista mesmo e que... então era uma espécie de antídoto transitório. Havia uma perda de respeito pelo Legislativo também...

A.C. – Na faculdade o Sr. sentia isso?

S.G. – Ah, em toda parte. Ninguém acreditava muito naquilo. Os políticos profissionais tinham conseguido, como é muito comum, se desgastar aos olhos de seus próprios eleitores, votava-se porque não se tinha alternativa melhor, “bom, o fulano é menos mal que o cicrano” e assim por diante. Quer dizer, não havia, não se sentia, a não ser em círculos muito pequenos, um sentido de lealdade às instituições ou um entusiasmo muito definido, quer por José Américo, quer por Armando Sales. Armando Sales visto muito como um representante da oligarquia paulista, homem da Velha República, etc. O outro, muito conhecido, admirado como romancista, essa coisa toda, mas ao mesmo tempo as coisas que ele dizia de público para muita gente pareciam tapeação. Eu estive no comício na Esplanada do Castelo em que ele disse a famosa frase: “– Eu sei onde está o dinheiro.” Olha, eu era um rapazinho, tinha nessa época dezessete anos, e aquilo me pareceu falso; o homem não podia dizer isso, se ele disse sério, é porque estava fabricando frases. Quer dizer, havia um tipo também de demagogia, de slogan hábil, que eu não sei se para o povo em geral fazia sentido. Acho que não era o único que desconfiava dessas coisas, pois não via entusiasmo, propriamente. Não havia, como talvez hoje haja, esperemos, essa ideia de que o Presidente da República pode ser um homem medíocre e que se espera que ele cresça na função. Não havia talvez a ideia de que o país não pode ter a cada momento um gênio ou um grande estadista e que isso é normal num regime democrático, e que o país é que tem que se virar por si mesmo, que o Governo é uma casca aí por cima. Talvez haja um pouquinho mais isso hoje, mas a tradição brasileira era a tradição regalista; o governo

faz tudo; o presidente tem de ser uma espécie de semideus, não é? O presidente resolve tudo etc. Se você tem essa visão, então você nunca vai estar satisfeito com nenhum presidente e qualquer líder carismático acaba ocupando o lugar. O Getúlio transmitia essa impressão de segurança, de resolver tudo, etc., sabia como manipular os políticos; uma autossuficiência muito grande.

A.C. – Uma autossuficiência muito grande. Quer dizer, foi bem aceito, ele?

S.G. – O Golpe de 37, 10 de novembro, eu acho que foi bem aceito, naquela ocasião. Ao mesmo tempo havia muito medo, ante a incerteza de evolução do mundo, de estar o país sem uma direção muito firme, num momento em que tudo podia acontecer... tudo isso contribuía...

A.C. – Uma insegurança generalizada, não é?

S.G. - ... contribuiu para... para aceitação, não digo com entusiasmo, mas com uma atitude de paciência. Eu senti isso muito na Faculdade.

A.C. – A filha de Getúlio, Dona Alzira estava, nesta época, na Faculdade, não é?

S.G. – Estava terminando, ela é de 37.

A.C. – O Sr. tinha convivência com ela?

S.G. – Não, não. Eu a vi lá umas poucas vezes, mas não conhecia, eu só conheci Dona Alzira muitos anos depois em Madri em 56.

A.C. – Esse clima todo de discussão do cenário internacional e da guerra e tudo isso, contribuiu de alguma forma por seu interesse com relação à entrada no Itamarati?

S.G. – Eu acho que de alguma forma sim. É preciso lembrar que, como disse, eu lia muito história, como divertimento, mas lia com seriedade, e todo esse drama humano e nessa época foi sem dúvida muito visível, muito descarnado, e colocava o problema da relação entre potências e do que isso poderia significar em termos de alteração do mundo e da

própria vida dos países, sobretudo de países de certa forma marginais, como o Brasil. Isso, de alguma forma não organizada, vendo assim em retrospecto, certamente despertou algum interesse maior, mas eu não pensava, nessa época, em fazer o concurso. Eu me lembro da primeira vez que me falaram do concurso. O Pio Correia, quando veio para fazer o vestibular, naquela ocasião a que me referi, e o Manuel Maria Pimentel Brandão já se candidatavam ao concurso, já estavam preparados, fizeram em 37, no mínimo de idade. Mas a mim nem me ocorria a ideia de ir para carreira, mesmo a ideia de estar viajando sempre, para longe do país não estava dentro da minha preocupação. A primeira vez que alguém me sugeriu, curiosamente, foi no bonde, vindo da Praça da Bandeira para Lapa, disso eu lembro com grande precisão. Foi um contemporâneo meu de faculdade, um ano mais adiantado, que foi meu colega de infantaria no CPOR, o Mozart Gurgel Valente. Nós nos conhecemos assim: éramos cento e setenta no CPOR, e no primeiro ano, portanto em 36, se dava o que se chama Escola de Soldado, inclusive a ordem unida e havia um grupo de oito a dez que eram os errados, não conseguiam fazer aquilo direito, e por isso foram separados do bolo, postos de lado com um sargento só a treiná-los a acontece que o Mozart e eu estávamos sempre neste grupo [Risos]. O Mozart era uma pessoa compreensiva, inteligente, com o ar assim meio triste e um dia que estávamos no bonde, eu peguei um livro que ele tinha e que era a História Universal de Mallet – Isaac, essa que era usada nos Liceus de França. Como o curso secundário no Brasil sempre foi uma porcaria, então, para o concurso no Ministério, o pessoal usava livros franceses e ingleses. Eu comecei a folhear, achei muito interessante, fiz uns comentários com ele, eram matérias que me haviam interessado, eu tinha lido coisas. Mozart espontaneamente me disse assim: “ – Você que se interessa tanto por história e lê o francês bem, porque você não faz o concurso pro Itamaraty. Eu vou fazer, estou me preparando.”

[FINAL DA FITA 3-A]

S.G. - ... eu vou fazer, estou me preparando e tal. Respondi-lhe que não estava pensando nisso. Só depois de formado, um ano depois, por aí, eu comecei a pensar em emprego público. Acabou a faculdade, resolvi deixar a revisão, porque não tinha futuro, no máximo haveria alguma vaga eventualmente no “Correio” para repórter ou o que fosse. Isso também não me atraía. Continuei trabalhando no escritório desse amigo nosso, o Pestana de Aguiar, mas ele não tinha uma banca enorme e nem eu tinha clientela própria e os

poucos assuntos em que trabalhei com ele me desencantaram um pouco de advocacia. Ir ao escrevente no cartório, fazer andar o papel, etc, era essencial. Houve umas causas trabalhistas em que funcionei; recebia um percentual muito pequeno dos honorários. Não estava entusiasmado. Um amigo do mesmo escritório, o Roquette, sugeria “você arranja um lugar de promotor substituto aí num lugar no interior do Estado do Rio”. Não achei que valesse a pena e fui deixando passar, até chegar à conclusão de que eu tinha que arranjar um emprego público mesmo; as opções no país eram muito limitadas naquele tempo; os tipos de profissão pouco diversificados, o país mais ou menos estagnado, etc... Obviamente, só poderia arranjar emprego por concurso. Felizmente tinham organizado o DASP. Era ótimo, e em 41, eu pensei seriamente em fazer concurso para carreira diplomática.

A.C. – O Sr. terminou o curso em 39, não?

S.G. – 39. Dois anos depois eu resolvi, como disse fazer o concurso pro Itamarati. Pelo menos o concurso pede coisas que eu gosto de ler. Mas para línguas, eu precisava de professor particular, sobretudo de inglês, para falar e escrever corretamente. Havia uns professores que preparavam com êxito. Em francês tomei aulas, mais tarde, com Voisin, havia mais uns dois.

A.C. – Como era o nome do francês?

S.G. – Voisin

A.C. - _____.

S.G. – É. Havia mais uns dois também. Para Inglês, a velha Miss Hull, Melissa Stodart Hull, e alguns outros. Todos davam aulas particulares, caras relativamente. Calculei que ia gastar uns quinhentos cruzeiros, quinhentos mil réis, por mês e isso eu não podia pedir em casa, de jeito nenhum. Então eu fui ao balcão do DASP [Risos], que era no Ministério do Trabalho, em um andar lá em cima, e perguntei quais os concursos que eles tinham, próximos, abertos, para cargos que pagassem pelo menos um conto e cem. Um funcionário me trouxe dois prospectozinhos. Um era do concurso de inspetor do trabalho e o outro o de comissário de polícia. Examinei os dois prospectos. Para inspetor do

trabalho, pediam algumas matérias como direito trabalhista, que embora eu tivesse praticado um pouco, achava muito chato, e contabilidade, que não conhecia. Para comissário de polícia, reservado a bacharéis, o programa incluía Direito Penal, algum Direito Jurídico Penal e uma parte que eles chamavam de prática de serviço, regulamentos de polícia, etc. que era para facilitar os que já eram interinos. Em todo caso, era quase tudo matéria em que bastava, para mim, fazer uma revisão. Havia ainda uma prova de geografia do Brasil, e uma tradução, simples tradução, ou de francês ou de inglês para o português. O português seria levado em conta na correção das provas.

M.H. – Lá se foi o tempo, né?

S.G. – Hein?

M.H. – Lá se foi o tempo em que se exige isso de um comissário de polícia.

A.C. – É, eu estou um pouco surpreendida com esse comissário de polícia.

M.H. – Realmente...

S.G. – Mas, é...

A.C. – Erudito.

A.G. – Não; era uma coisa simples. Era preciso ser bacharel em Direito, também. Como sendo de fora da polícia, preparar-me em prática de serviço, pareceu-me um problema. Mas o já citado Roquette comentou: “Essa parte de prática de serviço, você não se preocupe, isso é muito simples; eu tenho um tio de minha mulher que é comissário no Mangue; você vai lá, conversa com ele e ele explica tudo”. [Risos]

M.H. – Aulas práticas.

S.G. – É. Agradei e fui à delegacia. O tio da mulher do Roquette me deu uma explicação de uma hora e meia, cobriu todos os pontos. Depois ainda, antes do exame, eu fui a uma delegacia ali no centro, a 5º, Rua das Marrecas, e o comissário de dia lá, por sorte minha

era muito preciso e competente. Chamava-se Gouveia e foi depois delegado de certo nome, no tempo do Etchegoyen etc.

A.C. – No tempo do Etchegoyen?

S.G. – É. Fiz o concurso para comissário de polícia e não tive problema nenhum; foram nomeados cinquenta, eu tinha sido o décimo segundo. Tendo feito, uma leitura assim para pôr em ordem o que conhecia de direito penal. Logo em seguida, comecei a me preparar para o concurso de diplomacia, com aulas de francês e inglês, privadas, e a reler as matérias todas, por minha conta. Eu tinha uma base geral de história boa, tanto história geral, quanto história do Brasil. Muito Menos de geografia econômica geral e do Brasil. O problema era achar os livros próprios, mas os encontrei, um livro inglês sobre “produtos” de Clarence Fielding Johnes, de que ainda havia uns exemplares na Livraria Crashley e outro sobre as principais potências econômicas, um livro francês que não se encontrava, mas de que um amigo que tomou aulas de inglês junto comigo, com a Miss Hull, o Reinaldo Ortegá Barbosa, taquígrafo do Senado, me emprestou um exemplar. Para português, tomei umas aulas com Gladstone Chaves de Mello, num colégio ali na Rua do Catete, mais para redação. Éramos uns quatro ou cinco e fazíamos redações sobre os pontos de literatura brasileira e ele corrigia. Era um bom treino. O resto era sobretudo gramática histórica que se aprendia em um livro de autor cujo nome não me lembro. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado, preparei por mim mesmo, pois tinha uma certa base. As noções de Direito Constitucional e de Administrativo, bem como de Civil e Comercial, para mim, não tinham, problema nenhum; de estatística tomei umas três ou quatro aulas, aprendi algumas fórmulas, o que não envolvia nada além de equação do 2º grau. Depois de comissário, continuei a morar com meu pai e meu irmão (meu irmão já estava casado). Continuei a fazer um pouco vida de estudante. Se calculava que haveria um concurso em 43. Não houve, porque nomearam pela janela uns tantos. Uns tantos do concurso de provas anteriores e uns tantos pela janela que ocuparam as vagas que sobriariam e que justificariam outro concurso em 43.

A.C. – Meio a meio?

S.G. – Mais ou menos, nesse caso foi, em 43, meio a meio. Em consequência, só em meados de 44, agosto, começou o meu concurso e assim tive disponível um ano a mais

de preparação. Foi por isso que tirei o primeiro lugar. Obviamente, havia uns cinco ou seis que estavam tão ou mais preparados.

A.C. – O Sr. estudou mais do que todo mundo?

S.G. – Não. Mas como tive um ano a mais, revi tudo, fiz mais redações etc...

M.H. – E o concurso, na época, era tido como um concurso muito difícil, muito exigente?

S.G. – Era, era em termos comparativos, mas em si mesmo não tanto. Na minha opinião injustamente, porque mesmo hoje o que muita gente acha que é difícil, não é tanto. É uma questão de autodisciplina; o sujeito tem que se organizar para aquilo. Uma pessoa normal que se organiza, que já tenha boa base, não deve pensar que é um bicho de sete cabeças. Agora um sujeito que é realmente péssimo em português, que não consegue redigir nada, que não sabe quase nada de língua nenhuma, que não tem uma base de história e geografia, etc. e tem de aprender tudo para o concurso vai ter dificuldades brutais. Parece difícil porque o curso secundário, o curso de humanidade, no Brasil, sempre foi muito pobre. Essa é a razão porque o candidato tem que estudar coisas de que a rigor já deveria trazer uma boa base do ginásio. Mas os livros didáticos são ruins; o estudo é superficial; não se cria o hábito da leitura e menos ainda de redação. Ainda hoje, no vestibular para o Rio Branco o maior problema, curiosamente, não é a língua estrangeira, ou direito, ou economia, ou história ou geografia, é o português mesmo.

A.C. – É, quer dizer, a rigor, se nós formos pensar no que o Sr. nos contou hoje, o Sr. tinha uma formação de português muito sólida, porque tinha lido os clássicos portugueses todos os séc. XIX, o que há de melhor em matéria de línguas, o Sr. sabia francês com familiaridade razoável...

S.G. – Mais ou menos; para ler, não é? não dava para falar ou redigir. Na primeira aula de francês, o professor Voisin me disse: “– Você me fale em francês que eu verei se você consegue dizer o que quer; errado muitas vezes, e vamos fazer os exercícios de gramática”. Achou que eu estava razoável. Em inglês não. A primeira vez que eu fui à Miss Hull, ela me disse: “– Você não está em condições, volte daqui a dois meses; acumule vocabulário”. Então eu fiz um trabalho beneditino. Pegava aquelas revistas que

tinham short stories, “Colliers” “Saturday Evening Post” etc. Lia uma história daquelas e ia traduzindo; cada palavra que eu não sabia, eu ia ao dicionário e anotava num papel; e percorria assim todo o conto ou novela, e eram muitas palavras quase a cada linha havia uma ou duas palavras. Em seguida, lia aquelas palavras com seu significado, depois voltava à História e tentava ler entendendo tudo. Passei dois meses fazendo diariamente uma ou duas horas desse tipo de exercício. Quando voltei, Miss Hull me aceitou logo, e me botou com o Reinaldo Ortegal Barbosa, que era dos melhores alunos dela. Miss Hull, mais tarde foi a primeira pessoa que me disse: “– Eu acho que você pode tirar o primeiro lugar”. Respondi: “Mas como é que a senhora sabe, se a senhora é professora de inglês apenas”. E ela, pessoa pouco conversadora, disse: “– Ah! Não, mas eu sei”. Que coisa curiosa...

A.C. – Quer dizer, havia alguma coisa já...

S.G. – Ela, por algum motivo, achou que eu estava concorrendo com a gente do primeiro time. O Pedro Braga que era professor do Instituto Rabelo e vinha há muitos anos se preparando. Morreu, coitado, na década de sessenta creio. O Antônio Houaiss, que tinha menos tempo de preparação, mas era um sujeito brilhante, professor de português, já conhecido; o João Cabral de Melo Neto, que já era um poeta famoso, já tinha publicado “O Engenheiro” e “A Bailarina de Borracha e Visgo”, com uma memória fantástica. O Silos, que hoje está em Berna, que era jornalista, escrevia para “Noite”, para “Manhã”, dirigia um dos suplementos da “Manhã” que se chamava “Pensamento Pan-americano”. De vez em quando me dava coisas para traduzir, me pagava bem [Risos]. O Sete Câmara, o Calero, etc. Era um grupo muito bom, não é?

A.C. – Sete Câmara e quem mais?

S.G. – O Calero, que agora...

A.C. – Calero, ah, Calero, sim.

S.G. - ... que é um sujeito organizadíssimo, tem ficha de tudo, é um excelente professor. É um sujeito tão pachorrento que, a letra dele sendo ilegível, aprendeu a escrever em letra de imprensa e com grande rapidez.

A.C. – Para facilitar o serviço. E todas essas pessoas foram aprovadas, nesse concurso?

S.G. – Fomos vinte e três.

A.C. – Eram quantas vagas, eram vinte e três e quantos candidatos?

S.G. – Candidatos, éramos poucos; éramos, ao todo, acho que cento e vinte; muito menor a proporção do que hoje, não é? Na primeira prova, apareceram só oitenta.

A.C. – Quem passou em segundo lugar, o Sr. se lembra?

S.G. – Pedro Braga; depois o Houaiss, João Cabral, Silos, Calero, Sette Câmara, depois...

A.C. – Mas que turma incrível, o Sr. pertenceu a uma turma de elite, realmente.

S.G. - ... depois o... depois vinha, se não me engano, acho que..., não sei se o Alarico, por aí, o Alarico, o Paulo Paranaguá, o Mafra, etc.

A.C. – E o Mozart Gurgel já estava na carreira, não é?

S.G. – Já estava, já, ele tinha entrado...

A.C. – Tinha entrado logo.

S.G. – Ele é da turma... Mozart foi primeiro lugar empatado com o Araújo Castro, creio que em 41.

A.C. – Meu Deus do Céu, e isso foi em 40...

S.G. – 41.

A.C. – 40...

M.H. – 41.

S.G. – 41, é. Gibson é dessa turma deles, também, então...

A.C. – E sim, voltar só... como é que ficou o comissário de polícia, o Sr. trabalhou nisso mesmo?

S.G. – Eu trabalhei três anos.

A.C. – É? E isso lhe deu algum, algum dividendo, alguma experiência de vida que o Sr. quisesse registrar?

S.G. – Olha, deu, em primeiro lugar, tempo, não só dinheiro para pagar as aulas, mas tempo. Pelo seguinte, o comissário trabalhava vinte e quatro horas, folgava quarenta e oito; ora, eu me oferecia para fazer o fim de semana inteiro, do meio dia de Sábado ao meio dia de Segunda, para ter dias certos e depois um outro no meio da semana. Os outros colegas, geralmente três ou quatro por delegacia, faziam rodízio nos outros dias, aliás muito satisfeitos de terem garantido o fim de semana. Em geral, tinham família. Eu preferia o fim de semana porque nos lugares onde eu estive, tirante o primeiro que foi o Méier, isto é na Rua do Carmo, depois na Rua da Alfândega, fim de semana é meio morto, e me dava tempo. Eu lia desesperadamente, de vez em quando era interrompido por um caso ou um troço qualquer, mas tinha muito tempo para mim. Por outro lado, dias certos. Isso também me permitia ter horas e dias certos para as aulas, de outra maneira eu teria de ficar numa ginástica, mudando o dia e hora das aulas etc. para harmonizar com dias móveis de serviço. De modo que, desse ponto de vista, foi bom para mim. [Risos] experiência propriamente, mesmo não tendo embocadura para aqueles trabalhos, acho que foi útil, foi interessante, me deu contato com aspectos humanos estranhos, embora curiosamente o que mais me ocupasse no período do Méier, fossem brigas de vizinhos. Me convenci de que devia haver um juiz de paz porque a toda hora chegavam a delegacia mulheres se queixando da vizinha, que atiraram pedra que ameaçaram matar, etc... Chamada, a vizinha contra-atacava no mesmo tom, às vezes com acusação de que lhe queriam roubar o marido, etc...

L.P. – O Sr. tinha por volta de 22, 23 anos, não é?

S.G. – É, vinte e dois anos, no Méier. Mas eu era uma pessoa com um ar muito mais...

A.C. – Sisudo?

S.G. – Sisudo, é. E era uma coisa meio esquisita, as vezes barulhenta quando a delegacia especializada recolhia prostitutas e as punha provisoriamente na cadeia do distrito, onde elas ficavam aos berros dizendo desaforos e palavrões.

A.C. – Mas a sua função era exatamente o que? O Sr. chegava, se sentava numa mesa e...

S.G. – O comissário toma as primeiras providências e registra a ocorrência no livro próprio. Descreve os fatos, com os dados, pessoas, testemunhas, etc. Vai aos locais, chama a perícia, conforme couber, pode presidir o ato de prisão em flagrante, etc... Um comissário estará sempre disponível a qualquer hora do dia ou da noite para as primeiras providências. Pode ser designado para acompanhar um inquérito, mas manualmente isso não acontece. O delegado é quem abre e preside os inquéritos. O comissário é o substituto eventual do delegado. E os delegados eram comissários comissionados. Parece que agora não, passou a ser uma carreira, o comissário é promovido ao cargo de delegado ou algo assim.

S.G. – Quando fui nomeado, era Chefe de Polícia Filinto Muller. Depois veio Etchegoyen que resolveu moralizar instaurou alguns inquéritos, fez uma mexida geral no pessoal, sobretudo nos distritos que rendiam mais, segundo se dizia. Com isso eu fui beneficiado, pois, sem pedir, fui para um distrito disputado, na Rua do Carmo. Ali, os criminosos eram tratáveis geralmente estelionatários, gente que passa cheque sem fundo ou conto do vigário, gente bem falante de aparência limpa. E uma vez ou outra, lá no Arsenal de Marinha ou no mercado de peixe, alguma briga mas era pouco. Nessa época, uma portaria exigiu que o comissário morasse no distrito onde servia ou em distrito vizinho, o que era um absurdo porque a maioria deles eram casados e com filhos. Eu era solteiro e arranjei residências que pouco usava. Uns tempos arranjei um quarto uma pensão na Rua do Carmo, onde às vezes eu até dormia, mas raramente, e frequentava, pois, jantava, se comia muito bem, e havia uma portuguesa agradável a tomar conta [Risos]; depois, arranjei um apartamentozinho num edifício na Rua Evaristo da Veiga esquina de Marrecas, que era o treme-treme original e servia a vários propósitos. Para mim era útil nessa fase, e até

curiosamente para propósitos confessáveis. Era um lugar onde podia me trancar para estudar, sem problema de movimentação de casa e interrupções irrelevantes. Do 7º Distrito, Rua do Carmo, fui para o 8º Rua da Alfândega, que era um pouquinho pior, mas era mais ou menos no mesmo estilo. Acabei ficando três anos e pouco na polícia porque o concurso para a carreira atrasou e além disso, depois de feito o concurso e tudo aprovado, faltando apenas a formalidade da publicação da homologação, ainda o governo nomeou quatro do concurso de títulos anterior, que ocuparam as quatro vagas existentes. Assim, em vez de ser nomeado em dezembro de 44 fiquei esperando até abril de 1945.

M.H. – Que horror, parece um diálogo.

S.G. – Ia ser nomeado em dezembro de 44, e fui nomeado em abril de 45, na primeira vaga seguinte. De modo que fiquei na polícia três anos e dois meses. Acho que foi bom, acho que tudo que se passou foi útil e positivo, me deu experiência mais variada uma percepção menos simples da vida.

A.C. – Aprendeu a exercer a autoridade?

S.G. – Eu não tinha muito gosto para isso, não. [Risos]

A.C. – E aí começa uma nova vida.

S.G. – E aí começa uma vida muito diferente; uma mudança muito grande, assim de perspectivas como de sistema de vida. Eu me senti muito melhor em todos os sentidos, se bem que aquele período meu de polícia, eu não renego, absolutamente. Acho que foi interessante. Era uma tarefa no fundo difícil, às vezes frustrante, mais do que imagina o público, mas eu tinha muita preocupação de não ficar naquilo eternamente, não é?

A.C. – Era um trampolim para outra coisa.

S.G. – Para outra coisa. Mas muitos fizeram carreira lá, foram delegados e até alguns bons. Muitos fizeram concurso depois para outras funções. Um rapaz chamado Waldir, de cujo sobrenome não me lembro, fez concurso para juiz, acabou desembargador; o Mauro Junqueira Aires, foi meu companheiro no Méier, depois fez concurso para

Defensor Público, fez a carreira no Ministério Público. Houve vários que saíram, outros que ficaram, acabaram delegados aí, em diversas funções, não é?

[FINAL DA FITA 3-B]

2ª Entrevista: 20/03/1985

A.C. – Nós tínhamos interrompido a nossa conversa ontem, justamente no momento em que o senhor entra no Itamaraty, e gostaríamos de que o senhor relembresse esses momentos, os primeiros momentos, na instituição.

S.G. – Sim, eu fui nomeado em abril. A 19 de abril tomei posse no cargo, isoladamente porque só havia uma vaga. O resto da minha turma foi nomeada aos poucos. Em maio, o Braga; em agosto, o Houaiss; em dezembro, na reforma João Neves, os vinte outros que faltavam. Naquela época, o Ministério era naturalmente muito menor do que hoje. Toda a gente se conhecia. A carreira tinha 291 cargos. Hoje estão autorizados 820 cargos. Mas nunca conseguimos preencher tudo, haverá uns 750 efetivamente em serviço. Havia naquela ocasião a ideia de que o terceiro secretário que entrasse devia começar o seu estágio por alguma divisão do departamento de administração. Me puseram na divisão do pessoal, o que era útil pro resto da carreira, porque havia uma série de funções administrativas nas embaixadas e era preciso ter um conhecimento da cozinha do Ministério. Estive fazendo, inicialmente, um trabalho puramente administrativo que era o cálculo das ajudas de custo e remunerações dos funcionários removidos, o que chamavam de seção financeira. Era muito mais simples e muito cacete; eu mesmo, naquela época, falei com o chefe da divisão: “Isto deve ficar com uma moça que fará melhor do que eu e que pode ficar permanentemente aí; não é preciso a cada seis meses explicar tudo a um terceiro secretário que está entrando”, e de fato, alguns anos depois, a tarefa passou a ser função de um funcionário administrativo que faz isso sempre e é portanto mais eficiente. Nesse período, na divisão do pessoal, conheci muita gente da carreira. O que também foi bom. Na ocasião fui levado a percorrer a casa, como era do costume, visitando os chefes de departamento e o secretário geral. O Ministro não estava, não havia Ministro efetivo. Havia um Ministro interino, que era o Embaixador Leão Veloso, mas que estava na Conferência de Chapultepec, aquela interamericana, preparatória da de São Francisco, das Nações Unidas. Então fui apresentado ao Secretário Geral interino, que estava respondendo pelo expediente, Embaixador José Roberto

Macedo Soares, cuja função era de chefe do departamento político. O meu chefe na divisão de pessoal, era o Ministro de 2ª classe Jacome Baggi de Berenguer Cesar, um homem inteligente, muito engraçado e que para tirar qualquer bazófia ou entusiasmo que eu pudesse ter, (ele não sabia que não precisava atenuar entusiasmo no meu caso) me disse logo: – “Ah, você sabe, eu também fui primeiro lugar no concurso de 1924, mas isso não quer dizer nada, porque, desde então, nunca mais li livro algum, a não ser romance policial em viagens de avião” [Risos]. Ele me cortou logo: – “Aqui no Ministério, às vezes, pessoas por quem menos se dá e de quem menos se espera alguma coisa são ótimas e outros que entraram com grande expectativa deram péssimos funcionários e tal” ... Foi assim que ele me recebeu [Risos].

A.C. – Foi uma ducha fria, não é?

S.G. – Como você vê. Para mim não adiantava nada porque eu achei muita graça até não me preocupei com isto. De fato eu não vinha com grandes entusiasmos, no sentido de chegar, ver, e vencer, nem nada disso, nem estava preocupado com este aspecto. Mas tirante isso, nos demos muito bem até. Ele conhecia a vida de cada um. Quando eu fazia os cálculos de ajuda de custo, consultava as fichas de família, para saber que dependentes viajavam com o removido, fazia os cálculos e os levava a ele. Ele às vezes dizia: “ Não, para esse ta demais. Esse abandonou a mulher. Esse daqui repudiou o filho, assim por diante [Risos]. Ele sabia das fofocas individuais de todas as famílias naquela ocasião. E há vários episódios do gênero que não vem ao caso contar aqui. Fiquei aí oito meses, foi um período...

A.C. – Se o senhor tiver episódios engraçados para contar eu acho muito bom.

S.G. – Não sei se teremos tempo para todas essas fofocas. Eu me divertia muito. Naturalmente não era do meu gosto o trabalho em si, mas compreendi que era útil ter uma experiência também dessa parte administrativa e o ambiente era agradável. Almoçávamos geralmente no Ministério. Sempre vinham à mesa alguns que eu mal conhecia, mas tipos muito curiosos, Ari Pavão que foi nomeado no tempo do Estado Novo, pela janela que era um sujeito muito inteligente. Foi um compositor de músicas para Teatro de Revista, “Comidas Meu Santo”, não sei o que da Sargeta e coisas assim. A música mais conhecida dele é aquela bonita modinha “Chuê Chuâ as águas a correr” etc. Havia outras pessoas

curiosas. O Nilvado Teles, da antiga carreira consular, que tentava uma porção de histórias sexuais e anedotas porcas com a maior seriedade. Ficou famosa uma história que ele dos tempos dele de Lisboa, com uma mulher com quem fez isto, aquilo, aquilo outro, os maiores disparates e quando chegou a um ponto, em que estava dependurado num lustre, ele parou, pensou e comentou: “Bom. Até aí tudo bem, tudo normal”. [Risos].

S.G. – Havia uns tipos assim, muito curiosos, e outros mais calmos e pachorentos, como o Tannay e sempre o almoço era um momento de divertimento. Naquela época, era mais agradável a comida, comida caseira que serviam no restaurante do Ministério: arroz, feijão, bife acebolado, essas coisas. Depois é que essas coisas passaram de moda, infelizmente. Mas foi muito importante esse período de oito meses que passei na divisão de pessoal, porque aí conheci a minha mulher. Ela era bibliotecária, mas trabalhava no Arquivo Histórico. Havia quatro amigas, desde os tempos do curso primário, no Andrews, que haviam entrado no Ministério, mais ou menos na mesma época, Ieda Maceda, Lígia Mendes Camelo, Mary Mergulhão e Glória. Acontece que a Mary Mergulhão era a minha secretária, na divisão de pessoal. Um dia, Glória passou lá para sair com a Mary, no fim do dia, e aí nos conhecemos. E ela disse: – “Ah, eu conheço de nome a sua família porque o meu pai foi médico de sua avó”. E é verdade, eu me lembrava do pai dela que era médico e tinha uma farmácia na Voluntários da Pátria. Eu o via quando ia tomar o ônibus. Pouco a pouco fomos desenvolvendo uma boa relação. Eu fiquei muito impressionado. Mas, no fim do ano de quarenta e cinco, fui transferido para a Divisão Política. Antigamente, nessa época, e até o ano de sessenta e um, a divisão interna do Ministério era apenas funcional não havia uma estrutura geográfica. Havia o Departamento Político, e Econômico e o de Administração. O Departamento Político tinha uma divisão de base que era a divisão política, e várias outras como a de atos internacionais, e a parte consular estava também no departamento político. A divisão política era, tradicionalmente, ocupada por funcionários que já tivessem tido experiência de exterior inclusive, já primeiros secretários. Naquele tempo não havia a classe de conselheiros e os primeiros secretários iam até uma idade bastante avançada, aos quarenta e poucos anos. Mas aconteceu, como às vezes acontece no Ministério, que houve uma escassez de gente, pouca gente vinda do exterior, muitos tinham saído e havia falta. E o então chefe interino da divisão, que era o Ministro Otávio Brito, estava procurando funcionários. Sem que eu soubesse, por indicação de Miss Hull a seu filho Octavinho, o Ministro Octavio Britto me pediu à Administração. As oportunidades são totalmente imprevisíveis. Em janeiro de quarenta e

seis, eu comecei na divisão política. Eu era um dos pouquíssimos nesse momento. Como disse foi um momento de crise de pessoal, estávamos lá apenas quatro. Estava o velho Blape de Alencastro, meio místico, boníssimo, meio santo, que tratava de umas duas ou três coisas, não muito; estava um rapaz nomeado em dezembro pelo Linhares no último concurso de título, que tinha tentado sem êxito o concurso de prova, mas tinha boa preparação sobretudo em línguas. Fazia a parte mais simples da divisão, encaminhar rogatórias, fazer traduções, essas coisas, que normalmente eram dadas aos mais jovens da divisão. E havia dois que carregaram a divisão durante uns dois ou três meses que eram o Geraldo (Silos) e eu; o Geraldo fazia o Velho Mundo, eu o Novo Mundo e dávamos conta perfeitamente.

A.C. – O Sr. com o Novo Mundo?

S.G. – Com Novo Mundo e Nações Unidas e o (Silos) com o Velho Mundo todo. E dávamos conta perfeitamente do volume de trabalho; quando havia um caso, uma situação especial, havia tempo para discutir com toda calma, escrevendo memorandos o tudo isso. E se podia sair numa hora normal, cinco horas, cinco e meia. Eu ficava até mais tarde por causa do tráfego. Preferia ficar, mesmo lendo algum livro e só sair quando já não houvesse uma fila enorme para o lotação. Pouco depois comprei um velho carro, mas de qualquer maneira evitava o grande tráfego, que era terrível no Rio daquele tempo, embora os automóveis fossem poucos.

A.C. – Sr. Ministro, o senhor poderia descrever um pouco esse trabalho que o senhor realizava então, nessa divisão do Novo Mundo?

S.G. – Esse período durou pouco tempo, porque depois começaram a chegar funcionários... O que me ocupou mais, nesse período, em que eu estive praticamente sozinho com o Novo Mundo, foram alguns assuntos que estavam em curso, como por exemplo, série de problemas relacionados com a construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia. Para essa construção, havia uma comissão mista. Havia problemas de firmas que haviam trabalhado e não haviam sido indenizadas. Havia um problema propriamente político com o governo da Bolívia, referente ao acordo sobre exploração de petróleo, a delimitação da zona que caberia ao Brasil explorar segundo o Tratado de 38. Depois de 38, a Bolívia fez um tratado com a Argentina, em que dava também à Argentina uma

espécie de opção, que cobria parte da zona que havia dado ao Brasil. Havia, pois, um problema de incompatibilidade de tratados, com aspectos jurídicos e políticos. Isso, às vezes, nos levava a preparar projetos de instrução para a Embaixada em La Paz, o que me ocupava bastante. Havia alguns assuntos às vezes originários das relações com o Paraguai, mas não agudamente conflitivos, como problemas da fronteira em Sete Quedas, etc. Mas tudo, mesmo o que não estava na ordem do dia requeria cuidadoso acompanhamento, porque poderia azedar-se. Havia também o começo de Nações Unidas. A primeira parte da primeira sessão da Assembleia Geral foi ainda em Londres, em janeiro de 1946. Não havia nenhum problema imediato maior para nós, mas era indispensável, além de conhecer bem a carta, compreender como se estavam estruturando os órgãos e procedimentos, como se revelavam as atitudes dos principais Estados Membros, etc. Pouco depois, chegaram outros diplomatas mais antigos, o Lulu Souza Bandeira, um homem muito interessante que infelizmente bebia muito, um sujeito culto, mas um pouco excêntrico, na época ele estudava história do Haiti, o que, acredito, era para ele um grande divertimento. Chegou o outro, Garcia de Souza, e nós ficamos cada qual com um setor menor, eu fiquei só com a América do Sul naquela ocasião, que de qualquer forma era um trabalho interessante. Nesse período o chefe do Departamento era o Embaixador Antônio Camilo de Oliveira, que trabalhava furiosamente, saída de lá às 10, 11hs da noite, Ele mesmo corrigia as minutas, imagine? Naquele tempo ainda era possível, mas mesmo naquele tempo, isso já me parecia excessivo. Lógico que o chefe de Departamento e até o Secretário Geral podem, e mesmo devem, uma vez ou outra, verificar alguma minuta. Mas, para os expedientes correntes e medianos, tem que confiar no seu assessor. O assessor do Camilo era um colega meu de concurso e que começou por aí, como assistente do chefe do Departamento Político, o Sette Câmara, que vinha de Belo Horizonte. As minutas eram devolvidas para que o funcionário visse as correções e fosse aprendendo, não é? E o Camilo tinha uma letra quase impossível, umas garatujas incríveis. Vinham as minhas minutas muito corrigidas e eu cheguei ao ponto, então, um dia, de dizer ao Sette Câmara: “Olha, eu estou vendo que o Embaixador Camilo não gosta das minhas minutas, eu não sei fazer muito de outra maneira, de modo que eu ficaria muito à vontade, se você até dissesse a ele para me transferir para outro departamento, eu não quero estar dando trabalho à toa”. Aí o Sette Câmara começou a rir. Havia em sua mesa um monte assim de minutas, puxou algumas, me mostrou e disse: – “Olha, as suas e as do Silos são das raras minutas que ele aproveita, porque geralmente ele risca tudo escreve de novo [Risos]. E ele faz os maiores elogios a você e ao Silos”. Desse

comentário, há que descontar, naturalmente, o que seria mineirice suasória do Sette. Mas é verdade que minhas minutas não eram das mais mutiladas e nunca chegavam a ser substituídas. Naquele tempo a confirmação, a estabilidade, do funcionário era no serviço público. Eu já estava confirmado, pois, nessa ocasião, já tinha quatro anos de serviço público, três e pouco de “polícia” e um pouco de carreira diplomática. A legislação especial do Ministério dizia que para o 1º posto era preciso que o diplomata estivesse confirmado, não falava propriamente em dois anos de Secretaria de Estado como hoje. Então, baseado nisso, um colega já tinha tido posto e eu pensei em ir para posto. Não tinha porque ficar no Rio, embora satisfeito lá na divisão. Pensei em sair para qualquer lugar. Era solteiro, estava namorando, mas não havia nada decidido ainda. Pensei no consulado em Punta Arenas lá no sul do Chile, porque devia ser fácil de conseguir. Fui ver, tinham acabado de extinguir esse consulado [Risos]. Aí, fui ao departamento de administração e que o consulado em Montreal, estava sem titular e sem vice-cônsul. Estava lá, provisoriamente, atendendo ao consulado um secretário da Embaixada em Otanva, o Carlos Sylvestre de Ouro Preto, o Bubu. Se eu me candidatasse a Montreal, ficava muito bem porque resolveria um problema da administração. Mas antes de falar, eu fui a um amigo meu, que estava na Secretaria Geral o Rubens Araújo, que era da turma imediatamente anterior, um rapaz ótimo, que morreu cedo. Tinha experiência de cozinha da administração e pedi-lhe sugestões. Rubem falou com o Assunção (Roberto Assunção, trabalhava na Secretaria Geral) o qual achou que, como primeiro lugar, eu deveria pedir, pelo menos, Paris [Risos]. Você sabe como é este Ministério. Paris não foi possível, porque havia um colega que trabalhava no Gabinete do João Neves, o Jorge Taunay, ao qual o Ministro havia prometido Paris e que era até mais antigo do que eu. Hoje, é Embaixador em Nova Dheli. Eu compreendi, perfeitamente, é obvio. Mas um dia, cerca de umas quatro semanas depois, o chefe do Departamento de Administração, que era o Fernando Lobo, me chama... imagine como era tudo pequeno, o chefe de Administração chamava o 3º secretário para tratar de posto. E me disse: – “Tenho aqui um pedido – ele falava muito rápido – do Embaixador Leão Veloso, de um terceiro secretário solteiro, porque Nova Iorque é muito caro, não pode ser um homem casado e porque o chefe da Chancelaria é um segundo secretário novo, o Henrique Vale”. [Risos] Ele tinha já falado com uns outros quatro terceiros secretários que tinham tempo para sair. Mas nenhum deles quis, preferiam ficar e saírem promovidos. O chefe do D. A. concluiu: “Eu soube que você quer posto. Se quiser, vai para lá, mas eu preciso de uma resposta em vinte e quatro horas”. Eu como nunca fiz nenhum cálculo, na base de ficar para ser promovido

etc... (e estou muito satisfeito porque isto deu certo no final), respondi imediatamente: “Não precisa de 24hs, Embaixador, o senhor pode mandar fazer já a remoção”. E foi assim que eu fui para a missão as Nações Unidas como primeiro posto. Viajei em fins de junho de quarenta e seis, lá chegando em pleno verão.

A.C. – Eu queria lhe perguntar duas coisas sobre esse período. Uma, é sobre criação do Rio Branco, porque foi longo...

S.G. – Quarenta e cinco, é...

A.C. – Logo que o Sr. entrou não é? E outra, relacionada com essa, quer dizer exatamente sobre as diferenças que poderia haver no Itamaraty nessa época, entre os que entravam pela janela e os que eram os concursados... e justamente o senhor citou vários exemplos de pessoas que eram amigos que tinham sido nomeadas por outros canais etc... Como é que se dava a convivência dentro do Itamaraty entre a meritocracia e o clientelismo?

S.G. – Bom, aí há duas fases, dois aspectos... Quando eu entrei tinha havido uma irritação muito grande do pessoal do concurso anterior ao meu pelo seguinte: o concurso de fins de 41, foi o seguinte ao do Araújo Castro e do Mozart, de que já falamos. No concurso de fins de 41 entraram Sérgio Armando Frasso, e mais uns trinta, inclusive o Laurinho Muller, e o Carlos Duarte, etc... o Silveira. Foram nomeados os dez primeiros, porque havia vagas e os outros 23, a partir do 11º, ficaram esperando quase dois anos sendo preteridos por uma turma de “títulos”. Depois disso, em 43, (e foi por isso que eu esperei mais um para fazer o concurso) houve muitas vagas, em consequência da aplicação do artigo 177 da Constituição de 37. Quer dizer, no interesse do serviço público, foram postos na rua muitos, que deram muitas vagas em consequência.

A.C. – Não entendi. Por quê que apareceram tantas vagas?

S.G. – Porque houve uma aplicação de um artigo da constituição de 37 que permitia demissão a bem do serviço público. Isso foi no tempo do Ministro Oswaldo Aranha e puseram na rua quarenta e três, assim de saída. E segundo se dizia, quase todos mereciam sair, com a exceção de uns dois, e foi pena, acrescentavam, que não tivessem saído mais uns cinco ou seis [Risos]. Mas enfim, era uma arbitrariedade, se quiser, não é? Tanto que

dois houve uma espécie de reversão judiciária, etc... Mas, criaram-se muitas vagas em 43, além das vagas vegetativas normais. Portanto, aqueles 22 ou 23 do concurso anterior ao meu que estavam esperando a nomeação tinham expectativa de serem nomeados. A administração, entretanto, inventou um concurso de títulos, primeiro no DASP e o DASP reprovou todos. Aí, na marra, o Oswaldo Aranha fez no Ministério esse concurso de títulos. Ora, um o concurso de títulos para a entrada na carreira é meio difícil. Que tipos de títulos, não é? Os títulos foram publicados no Diário Oficial, as alegações de cada um, etc... Foram aproveitados muitos funcionários administrativos, e pessoas que tinham, na época, influência para arranjar a nomeação. Agora, acontece que, em dezembro de 43, esse pessoal de títulos foi nomeado no dia 10 ou 11 de dezembro e vinte e quatro horas depois aqueles que tinham sido aprovados em concurso e estavam esperando há ano e meio, e que portanto já foram empossados com vinte e poucos na frente deles, os que tinham entrado pela janela. Então esse grupo, que começava a partir do 11º do concurso anterior, que era o Silveira, o Antonio Francisco Azeredo da Silveira, até o Laurinho Muller que era o 31º ou 32º, sei lá, ficou naturalmente muito irritado, havia um ambiente ruim...

A.C. – Mas entraram os 22?

S.G. – Entraram, foram nomeados, mas...

A.C. – Entraram os 22. Ficou metade-metade, não é?

S.G. – Metade, metade. Só que, mas aqueles que estavam esperando há um ano e meio foram nomeados depois daqueles que entraram pela janela. Eu me lembro de que, quando eu entrei, um amigo meu me fez ler a apreciação dos títulos...

[FINAL DA FITA 4-A]

S.G. – ...pelo DASP. Era uma coisa meio cômica, havia títulos ridículos, até diploma da Escola Remington. Coisas desse tipo, que não tinha relação com a carreira. De modo que havia ainda um ambiente de revolta dos que prestavam concurso de provas e foram prejudicados.

A.C. – E queria só... foi pedido do Getúlio, não é? Se não me engano. Porque o Oswaldo resistiu muito, se não me engano...

S.G. – Eu não sei se foi... eu estava, eu tinha estado ainda...

A.C. – Oswaldo Aranha reagiu muito a essa ideia, mas foi um pouco forçado.

S.G. – Enfim houve esse clima, esse ambiente desagradável. Eu me dava bem com todo mundo, não fazia diferença, embora sabendo quem era quem. Na verdade, havia gente boa também entre os de “Títulos” e até alguns competentes. A diferença estava na média, no maior percentual de bons sobre o total das turmas de concurso. Depois do resto da minha turma dezembro de 45, houve um novo concurso de títulos, aí sob o Linhares e se chamava a “Linharada”, inclusive o filho dele. Mas houve o cuidado de nomear esse grupo depois do resto da minha turma. Acentuava-se, em consequência, dos abusos uma preocupação de uniformizar o sistema de admissão.

A.C. – Perdão, internamente havia alguma diferenciação em termos da locação em cargos para um e outro grupo?

S.G. – Não, distribuíam à vontade, apenas haviam alguns de títulos que eram aproveitáveis e uma maioria que era apenas, no fundo, gente de um nível mediano para baixo né. O que se poderia resumir era o seguinte: no pessoal de concurso de provas, digamos, de cada vinte havia cinco ou seis muito bons, havia uns dez bons, e uns quatro ou cinco fracos. No “concurso” de títulos, a proporção era inversa, uns 4 ou 5 bons e o resto muito fraco. A média do curso de provas era boa, porque a maior parte dos admitidos eram utilizáveis em qualquer função e o pessoal que entrava por títulos a maioria era utilizável só para certas funções, não eram, digamos fungíveis, criavam a rigor uma limitação para a própria administração. E era injusto em si mesmo, não é? Daí a tendência a uniformizar o processo de seleção. Quando eu entrei, o Instituto Rio Branco já estava definido. Foi parte das comemorações do Centenário do Barão. Tinha sido objeto de um trabalho de definição por uma comissão presidida pelo Ministro Latour e se acreditava que esse sistema, ou do curso, ou do concurso direto, mas feito no Rio Branco, acabaria

com a possibilidade de nomeação pela janela, o primeiro exame foi em 46 e a turma terminou em 48. Fui bedel de prova nesse vestibular inicial.

A.C. – Eu queria, porque o Sr. falou em Estado Novo e eu fiquei com uma dúvida, quer dizer, tradicionalmente era a fórmula como se entrava na diplomacia, era um pouco pela janela, não é? Agora, eu imagino que o Estado Novo era ainda um resíduo, o comportamento no Itamaraty, seria ainda um resíduo da República Velha, ou o senhor acha que houve um recrudescimento desses métodos clientelistas no Itamaraty?

S.G. – Tradicionalmente, é curioso notar, havia três carreiras no Ministério a carreira diplomática, que era muito pequena, acho que no tempo do Barão era de trinta pessoas. Entrava-se como segundo secretário e se passavam quinze, dezesseis anos, antes da promoção a primeiro etc.

M.H. – Ao contrário. A seleção era feita pelo próprio ministro. As vezes se passava um ano ou dois sem ter vaga e o ministro escolhia pessoas que conheci. Já para a carreira consular havia concurso, pelo menos desde o princípio da República. No tempo do Império o consulado era como um cartório. O cônsul vivia dos emolumentos, e os Consulados tinham níveis muito diferentes de renda porque eram repartições arrecadadoras. Liverpool, para onde já nomeado o Barão rendia muito. Em 1890, quando Ministro do Exterior, Quintino Bocaiúva dividiu os consulados gerais em consulados gerais de 1º classe e consulados gerais de 2º classe, conforme a renda. Com o tempo esse sistema mudava. Então, para a carreira consular se fazia um concurso e para a carreira diplomática e para a terceira carreira, que era de Oficial de Secretaria, era o Ministro que escolhia. Eram muito poucos e o Ministro escolhia dentre as pessoas que conhecia. A carreira consular e a diplomática se exerciam somente no exterior e seus funcionários vinham ao Brasil somente de férias, ou de férias extraordinárias, mas passavam a vida inteira fora até aposentar-se ou serem postos em disponibilidade. Há até um romance de Machado de Assis, “O Memorial de Aires”, que lembra essa circunstância, a história de um homem que fica a vida inteira no exterior e, quando volta, não tem mais ninguém aqui a não ser uma velha irmã e um casal que ele conheceu a bordo. Aluísio Azevedo, por exemplo, fez concurso, foi cônsul por concurso, passou o resto da vida, até morrer, fora, vindo ao Brasil temporariamente. Havia na Secretaria de Estado a carreira de Oficial de Secretaria. A partir de 1922, creio -22- ainda portanto na República Velha, é que começou

a haver concurso também para a carreira diplomática e para a carreira de oficial de secretaria.

A.C. – Não foi 1918? Acho que foi o 1º concurso?

S.G. – O concurso se fazia só no próprio Itamaraty. Até a criação do DASP. Só em 37 ou 38, é que o DASP passou a encarregar-se.

A.C. – É curioso, quer dizer, o concurso foi introduzido aos poucos nos vários segmentos?

S.G. – É.

A.C. – Então quer dizer, só para oficial de secretaria, esse concurso?

S.G. – É. Antes era só para a carreira consular desde os anos 90, creio que foi em 18 que introduziram para a carreira diplomática e para oficial de secretaria. Ronald Carvalho e Maurício Nabuco eram dessa carreira de oficial de secretaria. Odetino era um homem interessado em organização administrativa e foi um dos que trabalharam na estruturação do DASP. No Ministério, terá sido durante muito tempo um introdutor de práticas administrativas inclusive pela, observação da legislação e métodos de outros países europeus e americanos. A ideia do DASP obviamente é inspirada na Civil Service Comisson, americana, inglesa, etc.

S.G. – Pois só... Entro em 33 houve a fusão das três carreiras.

A.C. – Exatamente.

S.G. – Os concursos eram bastante espaçados porque havia poucas vagas. Não se pode dizer que o concurso de garantia total; não dá, de jeito nenhum; não pode dar. Dá é uma média. Em média, entram funcionários aproveitáveis, embora haja sempre um restolho de pessoas que não dão certo. As vezes até acontece que pessoas que têm má classificação depois dão bons funcionários e vice-versa, porque essas coisas não são matemáticas.

A.C. – É a advertência do seu chefe, não é? Que não bastava, acho que foi uma espécie de conselho que ele deu ao senhor, não é? Que não bastava ser, o primeiro, era preciso se esforçar, o tempo todo.

*A.C. – o Jaime Rodrigues, também não é?

S.G. – Esse meu primeiro chefe foi o Ministro Jacome Baggi de Berenguer Cesar. No fundo, se esforçava de uma maneira muito peculiar. Ele me disse, complementando a informação (falsa) de que só lia romances policiais: – “Você tem é que andar nos corredores, conhecer as pessoas e lá fora é a mesma coisa, conhecer todo mundo”. Ele contava suas farofas, mas se sabia que tinha sido eficaz em diferentes postos e se informava muito bem.

A.C. – Mas o senhor achou que o conselho valeu? É bom conhecer as pessoas?

S.G. – Eu nunca segui o conselho como norma predominante, ou excludente, porque cada um tem o seu temperamento. As vezes as pessoas falam para acabar com diplomacia de punhos de renda, etc. Geralmente como forma implícita de crítica ao que se vinha fazendo. Geralmente, essas pessoas não sabem precisamente do que estão falando. Tudo é muito válido, quer dizer, diplomacia não pode ser grosseira. Quando é não pode ser como regra ou por acidente. Dureza, ou até grosseria, só faz sentido quando é deliberada, para obter um certo fim. Quer dizer, quando no curso de uma negociação é preciso endurecer ou até dizer, num último caso, em situações muito especiais, algo muito duro. Mas não é o normal. Por outro lado, é preciso, sem dúvida, conhecer muita gente num lugar para poder não só saber de coisas como ter acesso. Isso varia também de posto para posto, porque há postos em que as pessoas que contam são poucas e determinadas; há outros postos em que é preciso ter um tipo de contato muito variado. Em cada lugar, é preciso saber como é e agir de acordo. Não há uma receita única. Provavelmente, Berenguer me deu seus conselhos por me achar reservado, ou muito fechado. Me, metia lá e trabalhava o tempo todo. Por isso me disse: – “Você tem que andar mais, conhecer as pessoas, falar”. Eu interpretei assim, até mesmo uma coisa, da parte dele, simpática, * no sentido de me puxar pro outro lado um pouco. Nunca fui aos exageros dele [Risos]; não poderia, mas compreendi perfeitamente a intenção.

* A.C. – Certo, eu também.

M.H. – Era exatamente sobre isso que eu queria lhe fazer uma pergunta. Nesse “andar pelos corredores”, do início de sua carreira, houve assim, contatos maiores, enfim, com funcionários mais antigos, os funcionários que estavam entrando no mesmo período que o Sr., quer dizer, houve já assim, a formação de um grupo de amigos dentro do Ministério?

S.G. – Eu me dava bem com todo mundo... Havia uns poucos, mais jovens, com quem eu tinha mais contato, como é natural por uma questão de fase de idade. Alguns do meu concurso e alguns do concurso anterior que estavam lá e até um ou outro mais antigo. Eu era solteiro, e às vezes encontrava um ou outro de tarde ou de noite em um bar restaurante, que depois foi uma agencia de automóveis. Era o “Alcazar” na Atlântica com República do Peru. E nós ficávamos ali, bebericávamos, etc. Naquele tempo ainda as moças passeavam na Av. Atlântica até às 10hs, moças bonitas, e bem arrumadas, às vezes entravam e comiam alguma coisa, até as 10hs. As 10hs saíram, não apareciam mais e aí vinham prostitutas e assemelhadas e o lugar virava um pouco anexo do Bolero. Naquela época se trabalhava de manhã aos sábados. Às vezes um grupo ao sair do Ministério, ia almoçar em algum restaurante, como a “Grotta azzurra” na Rua Regente Feijó, que desapareceu, ou a “Parreira de Vigeu” na Rua da Constituição. “Cabaça Grande”, às vezes. Bebíamos e aí vinha uma porção de estórias, anedotas e até recitação de poesias. E estavam geralmente... quem?... O Silos, o Pedro Braga, o Arnaldo Vasconcelos, que era o subchefe do pessoal era o meu chefe imediato. Hoje está aposentado e voltou a tocar violino. Às vezes levávamos o Braulino, porque o Braulino não bebia nada, então depois ele dirigia o automóvel, que era um carro que eu tinha, muito velho e remendado, e nos ia deixando em diversos lugares. O Braulino era do meu concurso, tinha sido técnico de material do DASP, conhecia tudo quanto era regulamento. Hoje está aposentado e joga golfe. Às vezes passávamos daí para alguma casa de mulheres, etc. Coisas da vida de rapaz daquele tempo, que era muito diferente de hoje, uma concepção, uma prática diferente. Mas eu não tinha propriedade um grupo fechado. Eu sempre me dei com todo mundo e tinha muita paciência mesmo como os mais penosos. Nunca fiz uma maldade, isso é verdade, não por bondade, mas porque não é meu temperamento. Não me dá prazer. Eu tenho um colega de concurso, que estava em Atos internacionais e que chamou uma vez um rapaz do grupo Linhares que trabalhava lá e disse: “Vamos fazer uma revisão deste tratado. Eu leio, você lê aí em francês e eu acompanho aqui no texto português”

[Risos]. O sujeito embatucou. Esse tipo de coisa, eu nunca fiz [Risos]. Eu achava que humanamente não se podia fazer esse tipo de diferenciação e que o que era importante era o que tinha sido feito, quer dizer, criar o Instituto Rio Branco e mudar o sistema, não é? Não se tratava de estar punindo aqueles que se haviam aproveitado de um método facilitado para entrar para carreira. Afinal de contas, não se palmatória do mundo, não se tratava de uma coisa pessoal na minha opinião. E depois com o tempo, de fato, esse ambiente desapareceu, o que é natural.

A.C. – Eu fiquei pensando que havia relação do senhor com aqueles que eram obviamente os menos competentes e que isso criava realmente uma espécie de maldade dentro da instituição. Agora eu estava pensando num outro tipo de maldade, que seria exatamente no sentido oposto, quer dizer, o Itamaraty, é uma instituição que todo mundo sabe tem um certo grau de esnobismo, há muitas pessoas, filhos de velhos diplomatas, enfim, um tradicionalismo muito grande. Então eu lhe pergunto, se o senhor, sendo uma pessoa que veio da meritocracia, quer dizer, sem origens no Itamaraty e além do mais, tendo sido um comissário de polícia, quer dizer, como é que esses esnobes de punhos de renda receberam o senhor? O senhor teve algum problema nessa área?

S.G. – [Risos]. Não, olhe, há muita fantasia em torno dessas coisas. Eu mesmo me lembro que, quando comentei que ia fazer o concurso, houve quem me dissesse: – “Ah, bobagem, porque lá só entra gente de grandes famílias, gente rica, etc”. Uma pura fantasia. Como eu não acreditava nisso, achava que não podia ser, não me preocupei. Lá dentro, há evidentemente gente de famílias que há uma geração, duas gerações ou mais até, tem dado funcionários diplomáticos e a maioria por concurso mesmo. Muitos filhos de diplomata no meu concurso foram reprovados, como até hoje, no Instituto Rio Branco, todo ano há filhos de colegas que são reprovados e outros que passam. Eu devo dizer o seguinte, aqueles que, ou pelo nome ou pela tradição, poderiam ser mais esnobes como você disse, e com quem eu tive contatos nessa época e mais tarde, foram sempre, comigo, da maior atenção e delicadeza. Alguns ficaram muito amigos meus e me distinguiram de todas as formas sempre; nunca houve o menor problema nesse campo. Eu nunca notei nada... nunca me senti embaraçado para nada, pelo contrário. O máximo que se pode dizer é que havia uma cooptação dos sujeitos que eram considerados bons, independentemente da origem. Talvez por causa de coincidência no interesse por assuntos, ou de gosto e atitude. Mas eu acho que não há muito espírito exclusivista, não havia e não há ainda

hoje, a não ser em casos isolados, lógico. Isolados e que nem sempre são da parte dos melhores mesmo, dos que teriam mais razão para ser esnobe. O sujeito que é esnobe mesmo, geralmente é o sujeito que quer parecer o que não é. [Risos] *É coisa ridícula de que tenho muita pena e por isso nunca fui agressivo com essa gente. E eram muito poucos, não tinham muita importância e geralmente não fizeram, boa carreira. Esse tipo de gente, a longo prazo, não funciona.

A.C. – Quer dizer, pro senhor então não foi difícil, de certa forma, se introduzir naqueles códigos do Itamaraty, enfim, no ambiente, que é muito nítida a diferença, não é? Fora e dentro.

S.G. – Sabe que na minha opinião não há um código próprio, específico, digamos assim, a não ser em coisas menores e acessórias. Entendia que eu tinha que ser o que eu era mesmo, quer dizer, uma pessoa que sempre tive respeito pelo próximo, tratava todo mundo espontaneamente da mesma maneira, etc, e isso funcionou muito bem. No fundo, o código é o mesmo. Quer dizer, o sujeito que entra e que é cafajeste, [Risos] aí realmente, ele fica meio de lado ou há mesmo gente maldosa que faz gozações, etc., mas uma pessoa normal, normalmente educada não tem problema. Não se trata de excessos ou de salamaleques, nada disso. Trata-se de ser correto com as pessoas. Sempre agi de acordo com o figurino, nos postos também. As regrinhas são muito simples, são simplesmente regras de bem viver, adaptadas às situações e em caso de dúvida interpretadas a favor do próximo. Nada mais que isso.

A.C. – Facilitar a vida mesmo.

S.G. – Facilitar a vida. Protocolo, todo mundo tem coisas contra o protocolo. Sempre achei que o protocolo era uma coisa muito cômoda, que era feito para comodidade, para não haver confusão, para pessoas saberem o que fazer ou deixar de fazer. Há situações, às vezes difíceis, mas a finalidade é facilitar, não tornar as coisas complicadas. Eu sempre entendi sim.

*A.C. – Exatamente, exatamente.

S.G. - Há algumas deformações profissionais. Por exemplo, a peculiaridade de uma carreira hierarquizada, como acontece também com militares. Em um almoço ou jantar em casa, com vários colegas de diferentes níveis e posições na carreira, se se diz sentem-se como quiserem, todos se sentarão de acordo com o almanaque, direitinho, automaticamente [Risos]. Mas no fundo isso é cômodo, senão ficariam hesitando e o dono da casa a dizer “não, você para cá. Você para lá, por favor”.

A.C. – Não é, como o Presidente Figueiredo que se sentou “a la hippie” agora nessa última entrevista na televisão, foi muito engraçado, estava como um jovem adolescente, sentado com as pernas cruzadas no chão [Risos].

S.G. – Muito à vontade, parecia estar coçando o pé. Ele me disse que fazia massagens, o que é verdade, porque doía, tinha problema de dor ainda, naquela ocasião. Mas, voltando ao protocolo e ao bom senso, já notei, em coluna social e até em declarações formais, o comentário “vamos acabar com a diplomacia de punhos de renda”. Já conversamos sobre isso.

Isso não quer dizer nada. O que é que querem? Que os diplomatas brasileiros no exterior sejam grosseiros? Que sejam mal vistos pela gente local do governo ou da sociedade, é isso? Que endureçam a cada momento, quando não é essa a função, a função é persuadir, convencer, obter as coisas, não é? Não é brigar a cada momento. Como eu disse, às vezes é necessário ser grosso, mas aí tem que ser deliberado, numa situação tática específica, para um certo resultado, não é? Ou uma ameaça, também, é uma coisa muito séria que se faz num momento dado e às vezes se faz de uma forma indireta, sem caracterizá-la, discretamente e deixando abertas as portas de saída na direção que se deseja.

M.H. – Bem, retomando então, a própria trajetória que o senhor descrevia, o senhor chegou então na ONU em meados de 46, e meados de 46 é um momento muito importante na história contemporânea das relações internacionais, um momento aonde começa realmente a se configurar uma nova ordem, a chamada bipolaridade. O senhor pode descrever um pouco o contato do senhor com essa nova realidade internacional?

S.G. – Como não? (Pausa) eu cheguei num fim de semana, num sábado, e (pausa) imediatamente o Embaixador Leão Veloso me disse: “Você vai assessorar o Almirante

Álvaro Alberto no grupo legal, jurídico da Comissão de Energia Nuclear do Conselho de Segurança [Risos] porque, porque...

M.H. – Quente.

A.C. – Quentíssimo nós não imaginávamos isso, né? ** Que o senhor começasse por aí.

**M.H. – Que tinha começado por aí.

S.G. – Porque, disse o Embaixador Leão Veloso, aqui não temos nenhum que seja sequer bacharel em direito. Eles estavam lá, o Roberto Campos, cuja preparação fora de seminarista, estava tirando mestrado em Economia; o Henrique Vale tinha feito concurso quando estava no quinto ano de Medicina, e eu. Esses eram os secretários. O Henrique de Souza Gomes era bacharel mas já era o ministro conselheiro.

A.C. – É o Roberto Campos, o Vale...

S.G. – Depois veio o Mafra, uns meses depois. Nós estávamos instalados no escritório comercial, que naquele tempo era do Ministério do Trabalho, na Quinta Avenida. O escritório comercial havia cedido três salas para a missão junto à ONU, que estava começando tinha sido instalada em março. Fui ao andar de cima, à sala onde estava o Almirante Álvaro Alberto, que era muito amigo de um tio meu, Tio Mário, que era químico e me tinha falado até muito dele; Mário Saraiva, uma pessoa muito interessante.

[FINAL DA FITA 4-B]

S.G. – O Almirante me disse que na segunda-feira às 10 horas estaria no local da reunião para me apresentar aos assessores das delegações que tratavam dos assuntos jurídicos. É para fazer um estudo comparativo do plano Baruch e dos papéis do lado soviético, explicou-me que eram sobretudo poloneses. “Mas você compreenderá lendo aqui esse papelório”... Era um troço que vinha do chão até aqui. Ficava no chão mesmo. Passei o fim de semana lendo os papéis, o plano Baruch, os papéis do polonês e as atas da Comissão de Energia Atômica, que havia criado esse grupo de trabalho para fazer um estudo e ver o que se podia aproveitar de uns e outros documentos com vistas a uma

convenção que regulasse os usos pacíficos da energia atômica e o desarmamento atômico. Naquele momento não se empregava “nuclear”, termo que veio a prevalecer depois da bomba de hidrogênio. Quer dizer, realmente algo assim extraordinário. Passei o sábado e o domingo lendo tudo e na segunda-feira fui jogado no comitê. Álvaro Alberto chegou com aquele jeitão dele, simpático e alegre e me apresentou. Éramos um grupo de onze. Naquele tempo eram só quarenta e oito países na ONU. Os latino-americanos eram os mais numerosos. Ia às sessões de manhã e de tarde, ouvia, lia no hotel à noite. Cada vez mais o trabalho me parecia absurdo porque se a nível político não havia decisão nenhuma, como é que o grupo de trabalho jurídico poderia escrever algum articulado. Durante uns dois dias e meio eu ouvi aquela discussão, vi obviamente que não havia base nenhuma para acordo, as pessoas estavam como se diz em inglês “beating around the bush”, cada qual defendendo o seu peixe, a sua posição de substância, apenas com um jargão jurídico, com um ou outro sugerindo formas conciliatórias irrealistas. Nós tínhamos uma posição muito específica com relação à mineração, preservação da mineração do sistema de controles internacionais. Isto é, admitir o processo de controle a partir somente do beneficiamento avançado do mineral, porque já se supunha ter o Brasil reservas de urânio importantes. O Almirante já tinha tomado firmemente essa posição na comissão, uma posição nacionalista. Nisso havia divergência com relação ao plano Baruch. Obviamente o plano Baruch era uma tentativa de, sob a capa da internacionalização, manter o monopólio nuclear, ou melhor, impedir a proliferação, mesmo ou principalmente para a outra superpotência [Risos] E é. evidentemente...

A.C. – Mesmo que para usos pacíficos, não é?

S.G. – Bom, mesmo os usos pacíficos seriam controlados. O plano Baruch era muito abrangente, compreendia tudo... de certa forma tornaria muito difícil, inclusive, à União Soviética, vir a fazer a bomba, porque ela na época era país não nuclear. Já se entendia que, à vista da grande superioridade militar da URSS, só a bomba americana impedia o passeio soviético na Europa ocidental.

A.C. – Quer dizer, uma proposta americana... basicamente.

S.G. – Americana. E havia, do outro lado, as propostas que não eram tão abrangentes, eram sobre pontos específicos, com controles basicamente “nacionais”, que eram

apresentados pelo delegado polonês e representavam a posição da União Soviética. Então, era impossível chegar a um acordo. Obviamente não havia condição política, nem consenso mínimo de base, e não seria num grupo de trabalho, com mandato de natureza jurídica que se ia resolver a questão.

M.H. – Perdão, e essa comissão tinha representação de quantos países?

S.G. – A Comissão de Energia Atômica, naquela época, era do Conselho de Segurança e eram os mesmos países do Conselho de Segurança, ao todo onze. Nós estávamos lá. Estivemos em 46 e 47. O grupo de trabalho era dessa comissão. Para as questões de desarmamento, o Conselho de Segurança criou duas comissões: a Comissão de Energia Atômica, como se dizia na época, e a Comissão de Armamentos Convencionais, onde eu também trabalhei, e na qual era representante nosso o Ministro Souza Gomes Henrique. Mas ao fim de dois dias do grupo de trabalho, um pouco ingenuamente, com um certo receio, eu resolvi falar e dizer a verdade. Mas o que eu estava dizendo estava na cabeça de todo mundo. Apenas ninguém queria tomar a iniciativa de dizer que aquele grupo de trabalho não tinha objeto, não queria ninguém dar a impressão de que estava pretendendo entorpecer, ou abandonar uma via possível para ganhar tempo, etc., mas eu não estava por dentro desta combinação e disse a verdade mais ou menos assim: “Pelo que eu vejo... etc. não há nenhum acordo a nível político e a discussão nesses dois dias têm provado isso. Como é que vamos tentar redigir uma convenção sobre o controle da energia atômica quando nos pontos essenciais não há um acordo político. Nós vamos nos perder numa eterna discussão que reproduzirá aqui, com uma semântica e argumentos de tipo jurídico, o que já foi feito inconclusivamente na Comissão de Energia Atômica com uma semântica e argumentos de tipo político. Não pode ser, não faz sentido etc.” Acabei de falar. Houve um silêncio calmo. Alguns sorriram, etc. Suspenderam a sessão e combinaram, na hora do almoço, fazer um relatório à comissão dizendo que o grupo de trabalho no momento preferia adiar as suas atividades [Risos]. No fundo, todos estavam loucos para acabar com aquilo, mas nenhum queria assumir a responsabilidade de propor, não é? [Risos]

A.C. – Quer dizer, o senhor deu um golpe de misericórdia.

S.G. – Eu não estava descobrindo a pólvora absolutamente, todos aqueles sujeitos sabiam que o grupo de trabalho tinha sido criado para ganhar tempo, no fundo, para dar a

impressão de que se estava fazendo algo. Eu tinha a percepção disso, mas achei que era um pouco demais, também. Então me liberei e comecei a cuidar de outras coisas. Às vezes, quando o Almirante Álvaro Alberto presidia a comissão, e ficava no lugar dele o coronel Rangel, Orlando Rangel, também químico, também muito amigo desse tio meu, eu voltava a trabalhar com o Almirante, ficava atrás dele na presidência, porque ele podia precisar de alguma coisa, etc. E sempre acompanhava os assuntos da comissão, mas não mais precisei estar em grupos de trabalho, nesse setor. Essa foi minha primeira tarefa, lá e nela se refletia cruamente a atmosfera do pós-guerra, ainda de muita esperança e já de concreta desconfiança.

A.C. – Eu não poderia deixar de perguntar ao Sr. suas impressões sobre Álvaro Alberto e o papel que ele exerceu nesse momento em relação ao Brasil, porque é uma figura tão importante na história das ciências brasileiras que realmente mereceria esse...

S.G. – O Álvaro Alberto, eu não posso julgar dele como cientista evidentemente. Esse tio meu, Mário Saraiva, que era químico, foi professor da Escola Nacional de Química etc. o admirava muito e o considerava um grande químico e um grande professor. Ele pessoalmente era um homem muito simpático, se quisesse, um pouco... não direi desfrutável porque esse termo tem sentido pejorativo que não cabe, nem propriamente excêntrico, era um tipo peculiar, era uma personalidade exuberante e muito curiosa; era um homem com uma cultura humanística grande, além de cientista; tinha lido muito, muito extrovertido, muito afirmativo também. Lá na delegação às vezes, com o Alfredo Pessoa, que era outra figura curiosa, discutia, depois acabava recitando a Divina Comédia, coisas assim [Risos]. Uma vez em que assumiu a presidência da Comissão de Energia Atômica, fez um discursinho com dezenas de citações, o que aliás é muito brasileiro. Fulano disse e beltrano acrescentou, etc. E até no “Time Magazine” saiu uma gozação [Risos] que dizia mais ou menos assim: – Álvaro Alberto, representante do Brasil, etc. (Naquele tempo as coisas de ONU tinham mais repercussão. Eu não falei do ambiente da época, mas vou chegar a isso) ... o Almirante, dizia a revista, fez um longo discurso em que citou desde Heráclito “dono to unknown Brazilian statesman Rui Barbosa”. De fato, ele citou muitas pessoas num discursinho de menos de dez minutos [Risos]. Mas ele citava não na base de um dicionário de citações como muita gente faz por aí, hoje. Ele citava porque conhecia, tinha lido, anotado e meditado. Ele era uma pessoa com uma cultura variada e rica de filosofia, história, literatura. Ultraconservador, reacionário se quiserem, mas, naquele

tempo, tinha uma percepção das implicações do que seria energia atômica e daquele mínimo, pelo menos, de esforço que nós íamos ter de fazer para preservar, primeiro aquilo que se supunha nós tínhamos, que era minério. Possibilidade de dispor desse minério e usá-lo tanto quanto possível como um fator de barganha nesse setor nuclear. No que ele estava basicamente correto. Num período em que nós apoiávamos tudo que os americanos faziam, ele tinha essa discrepância. O governo brasileiro tinha, nesse campo, uma discrepância específica. Isso não impedia que ele cedesse muito bem com Baruch, que visivelmente gostava dele. E por outro lado, ele também, além dessa visão nacionalista, tinha muito a preocupação de que o país comesse a se preparar nessa nova ciência e consequente tecnologia. Eu me lembro dele contar algumas histórias características. Contava em voz muito alta, era muito expansivo, mesmo explosivo [Risos]. Falando dos esforços que ele fez no período pré-guerra e mesmo durante a guerra para importar cérebros judeus. Ele dizia que o Brasil havia feito o que não devia, admitindo judeus que tinham dinheiro ou garantia de poder sobreviver no Brasil, e dificultando homens por quem ele se batera e que, num dado momento, estariam dispostos a ir para o Brasil, e citava cientistas conhecidos. E acrescentava que era uma pena porque nós precisamos ter gente criativa e importar cérebros, e precisamos começar a aprender, a desenvolver o conhecimento científico, e eventualmente a tecnologia sobretudo na energia atômica e na cibernética. Falava muito nisso, tinha a visão do que isso representaria como implicação econômica e política para os países no futuro. Um país que era ainda essencialmente um vendedor de café. Tanto que ele depois arranhou para comparar umas ultracentrífugas na Alemanha, que ficaram no cais, aí em Niterói, e não sei seu destino. Não tivemos continuidade nunca nessa área, não é? Os personagens responsáveis iam mudando, mudando, mudando...

A.C. – Ficou uma curiosidade. Por quê o Sr. disse que ele era ultraconservador e reacionário?

S.G. – Porque ele era, o que para mim não é necessariamente defeito. Inclusive por uma visão em certo sentido da permanência dos valores. Ainda quando moço, naquela revolta da esquadra, lutou com risco de vida. Era um homem da disciplina, conservador, mas nacionalista. Seu negócio era o Brasil, nada mais; o resto é de menor importância. O Brasil 100%, era um pouco essa mentalidade como cientista, não posso avaliar, mas era uma personalidade inconfundível por quem tinha grande estima.

M.H. – Eu queria fazer uma pergunta com relação a essa posição do Brasil por que essa é uma posição que depois inclusive digamos as próprias relações bilaterais com os Estados Unidos vai criar uma série de problemas...

S.G. – Muito depois, é...

M.H. – E nessa época também, a nossa política externa era uma política externa muito alinhada aos Estados Unidos.

S.G. – Muito alinhada, é natural...

M.H. – Havia uma convergência total em relação a essa posição mantida, por exemplo, na ONU, e a posição do Ministério aqui?

S.G. – Do governo? O Álvaro Alberto estava perfeitamente escudado. Ele nunca recebeu nenhuma instrução, que eu saiba, para mudar a posição nisso.

A.C. – E eu gostaria de saber do senhor, porque justamente esse momento é um momento muito especial para o mundo e para o Brasil, também, não é? Quer dizer, é um momento em que se esperava muito do Brasil, pelo menos os brasileiros esperavam muito do Brasil, naquele cenário que estava se transformando, se reestruturando. Como é que o senhor viu exatamente, nesse contexto das grandes transformações que estávamos passando, de reorganização do mundo, a posição do Brasil?

S.G. – Olhe, naquela ocasião, obviamente, havia uma grande esperança. O fim da guerra e a esperança de que se pudesse fazer funcionar um sistema internacional que evitasse a guerra. Já havia os primeiros sinais da rivalidade entre as superpotências, mas todos trabalhavam em termos de Nações Unidas ainda com muita esperança; havia um ambiente positivo, construtivo. Havia poucos estados membros. A rigor eram 48, um pouco depois 52, os latino-americanos representavam 40% do total, tinham um poder de voto importante. Acontece que havia um prestígio americano muito grande em todos os sentidos. Economicamente, naquela época, 70% do produto econômico mundial estava nos Estados Unidos. O Brasil era um país bastante desconhecido – essa é que é a verdade

– em termos de opinião pública em geral. Nas Nações Unidas era bem tratado, porque os latino-americanos era 40%, dos votos, porque nós éramos competentes como delegação, sabíamos das coisas. Éramos consultados, quando mais não fosse para que soubéssemos o que os americanos iam fazer [Risos]. Era um pouco esse espírito. Mas mesmo naquela época houve já sinais da divergência natural em torno de interesse concretos como foi o caso já citado dos minerais atômicos. Já em 47, a criação da Comissão Econômica para a América Latina que basicamente foi, não uma ideia, mas um trabalho do Roberto Campos que preparou uma boa justificação. Já existia uma para a Ásia.

A.C. - ... CEPAL.

S.G. – CEPAL. E o nosso chefe de missão na época, o Embaixador Muniz, achou que a iniciativa podia nos criar problemas. Nós estávamos já no ECOSOL em 47 acumulando os dois Conselhos. A delegação já estava instalada no “Empire State Bldg”. O Campos atravessou o corredor e entregou o papel dele ao chefe da delegação chilena que era o Hernan Santa Cruz, o qual apresentou o projeto no Conselho Econômico e o Chile ficou com essa láurea de haver proposto a criação da CEPAL [Risos].

A.C. – Que coisa interessante...

S.G. – Quer dizer creio que o Embaixador João Carlos Muniz achou a iniciativa podia criar um problema para nós, no relacionamento com os E.U.A. Talvez parecesse ação conjunta regional para excluir os E. Unidos.

A.C. – Por que o Brasil não apresentou... foi através do Chile?

S.G. – Por isso. Porque o Muniz achava que isso podia criar uma linha de atrito com os Estados Unidos, sem razão, sem necessidade, etc. E é curioso que fosse o Campos que tivesse a percepção de que valia a pena criar esse órgão.

A.C. – Hoje ele é o maior inimigo desse pessoal que pode haver no mundo.

S.G. – [Risos]. Mas ele teve uma atuação nesse sentido naquela época. Nesse período também em vários outros pontos houve pequenas manifestações de diferenciação de

posições, mas não fundamentais. Diferenciação em termos de estilo, mesmo nesse tempo, e mesmo mais tarde no período de guerra fria nos anos 50. Nós tínhamos um estilo que não era agressivo. Mesmo em relação à União Soviética, etc. Nunca fomos de destampatórios, etc. O que eu acho que correspondia ao interesse brasileiro, apesar de estarmos naquela época muito alinhados com os Estados Unidos. Isto é curioso porque nunca os agentes nossos de desbordaram em termos de ataques virulentos, o que era muito fácil fazer e cairia até muito bem aqui no Brasil, na imprensa etc. Poucos, muitos poucos cederam a essa tentação. Procurávamos explicar racionalmente as posições, mas sem um excesso de linguagem e sem entrar nesse tipo de troca de desaforos, que foi característico dos anos 50, no período de guerra fria. Houve algumas atuações mais marcadamente brasileiras, como por exemplo: em matéria de colônias italianas, a favor da Itália; em termos de admissão de novos membros, a favor de Portugal, e coisas desse tipo. Nisso os latino-americanos eram mais ativos do que os próprios americanos e os europeus eram discretos; não faziam força. Houve coisas que eu chamaria de diferenciação de ênfase, mas não uma posição caracterizadamente nacional que se desmarcasse fundamentalmente da posição americana. Começava a aparecer uma crítica latino-americana à concentração das atenções na “reconstrução”, com desinteresse pelo “desenvolvimento”.

M.H. – Voltando um pouco para questão que a Aspásia havia colocado em termos das próprias expectativas que o Brasil tinha na época com respeito até ao reconhecimento da sua durante a guerra...

S.G. – Ah, sei...

M.H. - ...e uma das reivindicações me parece na época era de um lugar permanente no Conselho de Segurança. Quando o Sr. chegou lá esta questão mais ou menos já tinha sido resolvida, ficamos com um lugar...

S.G. - ... por eleição.

M.H. – Por eleição, provisória, não é? Por dois anos. Mas de alguma maneira eu imagino que o Sr. tenha sabido um pouco de como se encaminhou essa negociação.

S.G. – Essa questão de um lugar permanente no Conselho de Segurança foi tratada ainda antes, no período da Conferência de São Francisco em 45, e nunca apresentou possibilidade de ser resolvida a nosso favor. Isso na minha opinião. Mas havia no Brasil uma certa expectativa por causa da participação na guerra e porque, com o enfraquecimento das antigas potências, o Brasil contava mais. Se for contar objetivamente o volume e a significação dessa nossa participação em termos materiais, realmente não havia por que nós termos um lugar permanente no Conselho de Segurança. Nós não éramos uma potência com interesses mundiais. Éramos uma potência regional por um lado e por outro não estávamos em condições de assumir responsabilidades militares pela manutenção da paz, que fossem significativas. Sempre achei que era uma pretensão nossa que politicamente fazia sentido, mas que não tinha chance e era prematura. Depois, com o tempo, cheguei mesmo à conclusão de que não haveria vantagem para nós, porque um país não deve ter pretensão a uma situação de responsabilidade que não corresponde ao poder que ele efetivamente tem. Não acho que a um país como o Brasil deva interessar a mera figuração. Nós sempre tivemos, durante muitos anos, uns vinte anos, o desejo de voltar sempre ao Conselho de Segurança e voltávamos frequentemente. Evidentemente, em termos da região, havendo dois lugares para latino-americano, havia certa receptividade quando o Brasil se candidatava. Por outro lado, às vezes saciavam problemas inúteis dentro do grupo latino-americano porque a frequência com que nós voltávamos reduzia as possibilidades de rodízio. Então, havia muitos países menores que tinham dificuldade em aceitar isso, sobretudo a partir de um certo ponto, já nos anos 50. Houve um ano, por exemplo, em que a Costa Rica deu muito trabalho dentro do grupo latino-americano na indicação dos candidatos do grupo. Nós ganhamos no grupo por um ou dois votos, o que era uma situação muito desagradável para nós, quase dividindo o grupo; mas, enfim, o Brasil era o Brasil e todo mundo se acomodou muito bem, etc. Pensavam que a eleição do Brasil para o Conselho rendia internamente. Era uma espécie de vitória, o que, para mim, sempre me pareceu provinciano, pouco maduro.

A.C. – Houve aquela Assembleia Extraordinária também que o Aranha presidiu, né?

S.G. – Ah, foi em 48, Palestina. Eu estava lá, podemos ir a isto... depois. Estávamos falando do Conselho de Segurança... é curioso que o México foi eleito conosco, no início. E aí se tirou a sorte, para ver quem ficava um ano e quem ficava dois anos, para assegurar

que houvesse a renovação anual de uma vaga. Nós ganhamos nos papeizinhos do sorteio. Saiu o Brasil por dois anos e o México por um ano. Depois o México nunca mais se candidatou até muito recentemente. Eu me convenci, com o tempo, de que não havia vantagem para o Brasil estar no Conselho de Segurança por dois motivos. Desde muito cedo me convenci: em primeiro lugar, nós não tínhamos um assunto próprio nacional que algum dia fosse previsivelmente ser discutido no Conselho de Segurança, onde nós pudéssemos influir em nosso favor; não tínhamos como se diz em inglês, um “ax to grind”. Ao passo que estando nós no Conselho, aqueles países que tinham assuntos... candentes, problema da Grécia, problema de Berlim, assuntos coloniais, se empenhavam para obter nosso voto. Ora. Nós não éramos um agente livre em matéria de voto no Conselho de Segurança; tínhamos que levar em consideração, que ponderar muito, a posição ocidental, americana em particular. Então era muito difícil para nós nos caracterizarmos de uma maneira individuada e sobretudo nós estaríamos prestando aqui e ali favores a um país e a outro sem uma contrapartida da parte deles e sendo pressionados constantemente e tendo que tomar opções em processos que não controlávamos, em acontecimentos que não conhecíamos bem de primeira mão. A vida se justificaria se pudéssemos agir apenas segundo princípios absolutos. Então não via muita vantagem. Mas nós continuamos. Em 1968, nós não nos candidatamos. Eu era Secretário de Geral Adjunto para Organismos Internacionais, fui contra, não nos candidatamos. Em 68, já o Castro estava como chefe da missão em Nova York e quis muito de novo candidatar-se. Tínhamos um chefe de missão brilhante e, além do mais, meu amigo. A posição dá um grande destaque, sai na televisão americana, é uma oportunidade de falar. Mas um exame frio da situação me levou a ser muito contra...

[FINAL DA FITA 5-A]

S.G. – Eu fui muito contra e o meu raciocínio era este. Os assuntos das colônias portuguesas estavam por chegar do Conselho. Que papel vai fazer o Brasil? Nós poderemos tomar uma atitude que convenha a nós ou vamos lá estar a defender Portugal de qualquer maneira? Mesmo em outros assuntos que pudessem ir ao Conselho de Segurança, nossa margem de manobra, mesmo dentro dos condicionamentos internos nossos na época, era pequeno. Então para que estar no Conselho a quebrar a cabeça e

sofrer pressões internas e externas desnecessárias? Afinal decidiu-se não nos apresentarmos à eleição, nunca mais voltamos ao Conselho de Segurança.

A.C. – Já talvez pelas razões que o Sr. está alegando?

S.G. – Um pouquinho isto é...

A.C. – Houve uma... um convencimento da parte da diplomacia.

S.G. – Eu cheguei a essa conclusão ainda em 69. Depois, firmei mais ainda essa avaliação. Hoje, ir para o Conselho de Segurança nada acrescenta ao Brasil, ao seu prestígio, ao que ele significa internacionalmente. Ir para o Conselho de Segurança, hoje, acrescenta ao Conselho e houve muitas ocasiões em que não só os Estados Unidos, mas alguns outros países latino-americanos pediram para nós nos candidatarmos para evitar que a América Latina estivesse continuamente representada por dois pequenos países, etc. Quando Ministro, comandeí privadamente com assessores, no dia em que nos pedirem de joelhos, como um favor excepcional, aí nós podemos aceitar honrar o Conselho de Segurança. O fato de o México, tão ativista, ter-se retraído sempre me intrigou um pouco. Em Genebra, creio que em 73, quando eu era chefe da delegação, estive num almoço com o mexicano Padilha Nervo que era juiz da Corte Internacional na época. Nem sei se ainda lá está já estava velho, mas muito bem. Padilha Nervo era o chefe da delegação mexicana em 46, naquele tempo em que o México esteve no Conselho de Segurança; depois nunca mais se candidatou. E eu lhe perguntei: – “Mas por quê é que o México nunca mais se candidatou? O Sr. teve aquela experiência no ano de 46...” e ele me disse: – “É muito simples, já estava muito visível o que viria depois, a Guerra Fria, a confrontação leste/oeste. Então, o que é que o México ia fazer no Conselho de Segurança? Ou tomava uma posição própria, independente e criava problemas com os Estados Unidos que não nos convinham, ou simplesmente seria um “vocero de los americanos” o que nós não podemos ser também” [Risos]. O caso deles era evidentemente diferente do nosso, mas de qualquer maneira eu entendi. E realmente há pouco tempo, em 81 por aí, o México voltou ao Conselho de Segurança, depois de trinta e muitos anos, não é? Passou dois anos lá, e eu perguntei ao Jorge Castaneda, um homem muito capaz que era o Ministro do exterior: – “Ah, como foi a experiência de vocês, eu notei que vocês voltaram...” e ele me disse: em linhas gerais que tinha sido uma fraqueza dele e que o seu país não deveria ter voltado ao

Conselho. Mas acrescentou que o México manteve suas posições de princípio no Conselho e foi coerente.

A.C. – Eu queria só complementar... Talvez isso seja bem indicativo das diferentes pretensões do México e do Brasil, não é? A impressão que o México tinha uma vocação neutra com relação a este conflito leste/oeste, muito mais...

S.G. – Marcada?

A.C. – Marcada, do que teve a brasileira, não é?

S.G. – Pelo menos na verbalização, não é? Em matéria de verbalização apenas, porque no fundo eles nada poderiam fazer que criasse um problema real com os Estados Unidos. Mas não foram falsos ou contraditórios. Mantiveram um curso cuidadoso.

A.C. – É mais retórica...

S.G. – É, mais retórica. Se cuidavam, quer dizer, procuravam cuidar-se para não criar um problema desnecessário.

L.P. – Ministro, eu queria voltar ao período 46/47, tentar resgatar um problema que parece que havia entre Raul Fernandez, então no Ministério já no início de 47, e Oswaldo Aranha e basicamente em relação a eleição da Ucrânia pro Conselho de Segurança Nacional ou...

S.G. - ... Conselho de Segurança...

L.P. - ... e parece que havia algumas divergências entre as instruções do Ministério e a própria delegação, uma certa confusão em relação a essa eleição da Ucrânia, houve depois um atrito entre Oswaldo Aranha e Raul Fernandez, no sentido de que o Oswaldo Aranha teria seguido o voto Soviético e não o voto americano como seria a instrução real do Itamaraty. O Sr. lembra assim...

S.G. – Não, eu não acompanhei esse episódio, embora estivesse lá... É possível que tenha havido. Já começavam a aparecer sinais de confrontação que caracterizaram depois a

Guerra Fria. Episódio semelhante se repetiu em outras ocasiões em que a candidatura de um país do leste europeu para vaga considerada regional provocava a apresentação de um candidato “ocidental”... uma vez foi a Grécia, outra vez foram as Filipinas, outra vez foi a Turquia. No curso do tempo, a posição que nós tomamos nesses casos seguiu sempre a norma original combinada. Nós sempre votamos no candidato da Europa Oriental para a vaga eletiva que se considerava reservada a essa região. O Embaixador Cyro de Freitas Valle costumava recordar o “acordo de cavalheiros” havido na comissão preparatória, ainda em Londres em 45, no qual se previa a repartição dos postos eletivos no Conselho de Segurança, sendo dois postos para a América Latina, um para a Europa Oriental, dois para a Europa Ocidental, etc. E nós sempre seguimos mesmo nos períodos de maior mobilização de “Guerra Fria”, esse “Gentlemen’s Agreement”. Eu me lembro perfeitamente quando houve uma confrontação Polônia Filipinas ou Polônia Turquia, quando nós dissemos, tanto aos poloneses quanto aos americanos, que íamos votar na Polônia porque nos sentíamos obrigados pelo “Gentlemen’s Agreement” de 1945. As manobras na Assembleia às vezes resultavam em um mandato dividido em dois, um candidato ficando com um ano de mandato renunciado para que no ano seguinte fosse eleito seu competidor. A Ucrânia e a Bielo Rússia de fato não eram Estados soberanos. É possível que este aspecto jurídico tenha também influência, na época, para criar uma dificuldade. Mas eram membros plenos da ONU por força de entendimentos negociados entre as superpotências e que tivemos de aceitar. Como disse, porém, naquela ocasião e mesmo no futuro, nos anos cinquenta, sempre seguimos o acordo de cavalheiros, independentemente de outras considerações de tipo político. Achávamos que ou bem havia uma combinação ou não havia. Se se quebrasse a combinação, tudo podia ser quebrado, inclusive os dois lugares da América Latina.

M.H. – Ministro, pensando em termos mais globais a própria criação da ONU...

A.C. – Eu acho que a gente podia...

M.H. – Ah, pois não...

A.C. – Porque eu acho que Letícia levantou um problema que talvez mereça ser mais aprofundado. Quer dizer independente do caso específico da Ucrânia quer dizer houve

realmente essa duplicidade de posições, quer dizer, a delegação brasileira ligada a ONU com uma posição e o Ministério ligado a uma posição mais pró-americana, mais alinhada.

S.G. – Aí eu não sei...

A.C. – O Sr. viveu esse clima...

S.G. – Não...

A.C. - ...assim dessa duplicidade de...

S.G. – Não, não senti não...

A.C. – Negociações, o Sr. citou o caso da Cepal e eu achei que também era muito significativo dessa duplicidade...

S.G. – No caso Cepal, eu acho que nem sequer chegou a ser comunicado aqui ao Ministério, como se fosse uma divergência interna na delegação. Mas no caso da eleição da Ucrânia não conheço o caso. Aquilo que eu falei são coisas que aconteceram depois e eu me lembro do Ciro dizer que respeitávamos o Gentlemen's Agreement, que estava mencionada nos nossos arquivos. Nós não podíamos mudar mesmo num período de alinhamento estreito com os Estados Unidos. Mas aí já estávamos nos anos 50...

A.C. – Porque a impressão que eu tive leva um pouco às questões que Mônica vai introduzir, quer dizer, um grupo de diplomatas atuando na espera, no fórum internacional, não é? E percebendo essas mudanças que estão ocorrendo e o Ministério, quer dizer, vendo as coisas de um ponto de vista muito mais estreito, muito mais talvez... pragmática a curto prazo, pensando justamente em reforçar esse alinhamento como meio de conseguir alguma coisa. Então, eu... talvez nos levasse a essa ideia de que estava se criando na diplomacia brasileira, pelo menos os diplomatas que estavam atuando nessa esfera internacional, um novo tipo de mentalidade ligada a essa nova... enfim orientação da política mundial esse novo fórum que se criou internacional.

S.G. – Eu não saberia lhe dizer se havia uma separação. Tenho a impressão de que sempre houve disciplina. Nunca houve uma posição lá, em termos de ONU, que não fosse coberta pelo Ministro aqui, embora possa ter havido, e é natural, isto sim, ocasiões em que a delegação, o chefe de delegação - para usar uma palavra antipática – obtemperava, o que era sua obrigação. Tais observações poderiam ser levadas em conta ou não, e mudadas as instruções em pontos específicos, mas não sentia isso como sintoma de um clima geral de antagonismo. Agora, o que você falou tem um aspecto verdadeiro. É evidente que aqueles que passavam vários anos trabalhando com Nações Unidas... adquiriam um grau de informação muito grande. A organização é um pouco um espelho do mundo, mesmo dando para a retórica. Sempre foi um lugar privilegiado para um profissional perceber as nuances de posição dos diversos países, a evolução das posições a conformação da conjuntura internacional, de uma forma muito mais complexa do que poderia se estivesse num posto bilateral ou mesmo lendo relatórios. Não só pelo que se discursava e dizia em sessões, senão também por encontros e conversas particulares. Esse enriquecimento não deixou de ter influência mais tarde, quando esses funcionários chegaram à posições de comando na casa etc.

M.H. – Bem, vou tentar abstrair um pouco e pensar, quer dizer...

S.G. – (tosse) Desculpe engasguei...

M.H. - ...na própria questão então da construção desse espaço multilateral, como que isto de alguma forma pensa um pouco um redimensionamento institucional da ordem internacional. E me parece que nesse período havia alguns debates internos também nessa... digamos, nesse espaço multilateral. E aí eu gostaria muito de ouvir o Sr. sobre duas questões: uma que é a questão, digamos dentro do próprio âmbito da ONU que é o espaço de poder atribuído ao Conselho de Segurança e à Assembleia...

S.G. – Sei...

M.H. – Me parece que foi uma questão inclusive bastante debatida nos primeiros anos. E a segunda que tem mais haver com a questão nossa, latino-americana que é a questão regional e toda a discussão quanto a necessidade ou não de se criar um espaço institucional regional...

S.G. – (à parte) Ah, Glória! Podia mandar vir mais água... está muito seco sim... não... A ideia de uma organização regional, uma coisa típica latino-americano.

M.H. – É, a primeira questão seria a discussão interna quanto a existência do Conselho de Segurança como inclusive, com o poder político que ele adquire e, enfim a própria... o espaço político da Assembleia Geral.

S.G. – Este é um assunto que foi muito conhecido e mais ou menos todo mundo sabe que a Carta se baseava num consenso entre as superpotências, em que elas nada abdicavam. Acreditavam que os membros permanentes do Conselho pudessem entender-se e evitar que conflitos localizados crescessem e se transformassem em causas potenciais de uma guerra geral; a ideia de que haveria uma convergência de interesses em evitar isto. Ora, na prática, e desde o princípio, se verificou que justamente as superpotências, nesses conflitos regionais, cada qual tomava um, partido, portanto as decisões eram muito difíceis. Ainda houve, logo no princípio, a retirada das tropas russas do Azerbaijão, um pouco ainda influência do imediato pós-guerra, possivelmente porque não era fundamental para a URSS; o preço que ela pagaria por não se retirar não era compensado. Ainda no caso da Grécia, havia a insurreição, a guerrilha da esquerda, mas foi possível ainda chegar a um acordo para criar aquela comissão de investigação, em 46, em que os delegados brasileiros tiveram muita atuação, o Vasco Leitão sobretudo depois o Mendes Viana, como uma forma de impedir um enfrentamento entre as superpotências, em parte talvez porque a Grécia nos entendimentos de Yalta tinha ficado fora da esfera soviética. Por isso a URSS não se opôs a que se fizesse a comissão de inquérito. E foi à base dessa comissão balcânica que as coisas se ajeitaram e a guerrilha acabou. Não esquecer, porém, os eventos de 48 na Iugoslávia, que propiciaram esse resultado. Nos aspectos de descolonização, embora os americanos defendessem os países europeus que eram importantes como aliados, houve várias resoluções conjuntas com a aprovação de todos, por exemplo, referentes à guerra dos holandeses na Indonésia num processo de independência. A partir de certo ponto, ficou muito claro que o conflito entre as superpotências era de tal ordem se estendia a tudo, permeava tudo que dificilmente o Conselho de Segurança funcionaria, dificilmente chegaria a decisões que um ou outro não vetasse. Naquela ocasião, os americanos contavam com a maioria na Assembleia Geral e fizeram aprovar (1950) resolução, constitucionalmente muito discutível, mas

politicamente muito bem recebida, no sentido de que a Assembleia Geral, havendo inação do Conselho, pudesse tomar todas as medidas para preservar e manter a paz, na base do artigo 14 da Carta, que é muito genérico, até mesmo medidas coercitivas. As resoluções da Assembleia não são obrigatórias por definição, mas se entendia que suas “recomendações” dariam cobertura aos Estados que quisessem agir de acordo com tais recomendações inclusive organizando-se para empregar a força. As possibilidades da “União pela Paz” se reduziram a partir dos anos 60 e tantos, quando os americanos deixaram de ter uma maioria certa, na Assembleia. A Assembleia Geral passou a ser um foro perigoso para as posições americanas, ou para as posições de países que, a rigor, você pode achar que nem sempre representam os interesses americanos propriamente, mas aos quais os americanos, por diversos motivos, até de ordem interna, tendem a apoiar sempre, como é o caso de Israel e foi, por muito tempo, o caso de Taiwan. Então, a Assembleia Geral passou a ser um órgão não confiável para os EUA. Deve-se acrescentar que tampouco é confiável para a outra superpotência.

A.C. – Do ponto dos Estados Unidos...

S.G. – Estados Unidos. Então, obviamente, viria a crise do multilateralismo, que tomou um aspecto muito visível no governo Reagem, a ideia de que “nós só perdemos”, etc.... Não perdem só não. No caso do Afeganistão houve uma resolução muito desagradável para a União Soviética, com o voto inclusive do não alinhados etc... Mas, de qualquer maneira, cresceu a tendência a não utilizar os mecanismos da ONU, porque não são controláveis, e etc.

A.C. – O Sr. acha que houve um esvaziamento da ONU?

S.G. – Houve nesse sentido de que aqueles países mais poderosos tenderam a não tratar questões importantes nesse foro. Logo no princípio sim, ela foi um fator importante em alguns casos em que ela serviu para cobrir uma evolução até de retirada de uma potência, em certo sentido, que numa base puramente bilateral teria sido difícil.

A.C. – O Sr. acha que... o que seria exemplo disso, por exemplo, esses casos bem-sucedidos?

S.G. – Foram poucos casos logo no princípio, que eu citei. A retirada soviética do Azerbaijão que pode ser feita sem nenhuma perda de prestígio como cumprimento de uma decisão consensual, o caso da criação da Comissão para os Balcões, até mesmo a resolução da partilha da Palestina. A resolução da Partilha, aprovada em sessão especial da Assembleia presidida por Oswaldo Aranha, passou mal, passou por dois ou três votos, uma coisa assim, mas as duas superpotências votaram a favor, tanto os Estados Unidos, quanto a União Soviética. A oposição era dos países árabes e alguns países latino-americanos. O Brasil votou a favor o próprio Aranha foi se quiser, muito importante como presidente para conseguir esta maioria apertada. É preciso notar que, naquela ocasião, a delegação do Brasil fez uma explicação de voto que foi lida pelo Arthur de Souza Costa, aquele antigo Ministro da Fazenda do Getúlio, em que se dizia claramente que nós entendíamos que o ideal teria sido um único Estado com tolerância entre as religiões e as populações, etc, etc; mas que o assunto tinha vindo às Nações Unidas já como um – “fait accompli”, quer dizer, com a existência de duas comunidades que não se entendiam, não sendo politicamente possível portanto a solução do Estado Único. Diante dessa realidade, a única solução era mesmo uma participação do país em dois Estados. Ainda fizemos votos para que no curso do tempo eles pudessem cooperar e resolver seus problemas, que facilitassem a vida das comunidades na base do comércio, do intercâmbio etc. É uma explicação de voto curtinha. A rigor, se quiser, a posição nossa atual é, em princípio, a de 47 e 48, isto é, a existência de dois Estados.

A.C. – Quer dizer, nesse caso, ainda nesse caso aparentemente bem-sucedido a longo prazo o sucesso não foi tão grande assim...

S.G. – Não, porque nenhuma das duas comunidades aceitou. Inicialmente os árabes não aceitaram, não tinham talvez condições políticas internas de aceitar, resistiram, foram derrotados; os israelenses aproveitaram aí a confusão para expulsar alguns também tomar propriedades, não é? E assim foi... continuou, fizeram outras tentativas, ainda os árabes, em 67.

A.C. – Guerra dos Seis dias...

S.G. – de 67... Nessa época eu estava em Organismos Internacionais. Depois de 67, os árabes começaram a ficar mais sábios. Houve um momento estranho em que um projeto

de resolução violentíssimo, apresentado pela Síria, implicava, em termos inequívocos, entretanto a aceitação das fronteiras de 67 do Estado de Israel. Mas os árabes não podem admitir como início de negociação, o reconhecimento de Israel, embora óbvio que eles perderam completamente a esperança de jogar Israel no mar. O Nasser ainda falou muito disso e fez uma fanfarronada nos jornais, no rádio e tudo isso, criando um caso politicamente muito negativo pro Egito em 67 e a imagem popular do que, em direito penal, se chama de legítima defesa putativa, a favor de Israel. As próprias palavras do Nasser, aquele negócio de “acabar com Israel, jogar no mar”, etc. Foi talvez o último momento em que Israel teve uma reação pública favorável. Erro grosseiro do Nasser foi pedir a retirada da tropa da ONU, o que parecia um pré-aviso de que ele pretendia invadir. Fez tudo errado. Bom, depois disso Israel ganhou a guerra, etc, estendeu em 70% a sua área em relação aos limites da partilha e aí não era mais possível alterar nada e os árabes não conseguiram se unir em torno de qualquer proposta negociável. Creio que aceitariam o Estado de Israel com as fronteiras de 67 se houvesse um Estado palestino e algum caminho para dar uma solução qualquer, mesclada que fosse, para Jerusalém, mas a negociação é imensamente difícil porque cada governo árabe que mostra uma disposição de aceitar isto publicamente pode cair¹ e o chefe de governo pode ser simplesmente assassinado, não é? [Risos]. Por outro lado, em Israel a posição sobre Jerusalém é inegociável, mesmo para soluções intermédias e até mesmo a ideia francamente imperialista do Eretz Israel tem sua força. É uma situação impossível, inclusive mais de uma vez fui criticado ou por parcialidade, ou por omissão. A um desses críticos, a quem prezo pessoalmente, eu disse: – “Olha, é muito simples. Nós não podemos resolver o problema. Ninguém pode. Os países mais poderosos do mundo não estão podendo, de modo que aí é uma questão muito simples. Os árabes e os judeus continuarão, a se matar periodicamente... e o assunto não será resolvido, por que a única solução possível é a existência de dois Estados. Se eles não chegarem a isso, simplesmente periodicamente brigarão, se matarão mutuamente; um recorre aos Estados Unidos – Israel – o outro se puder recorre a Rússia que dará um apoio até certo ponto, mas não total e ficará nessa história sempre com um risco de guerra. Mas nós não podemos fazer nada, o que a gente pode fazer é dizer (isto parece muito cômodo mas é o que nós podemos fazer): – “Para nós os princípios são estes, é a filosofia da partilha. Não necessariamente cada linha de

¹ A.C. - É absolutamente crucificado.

resolução, mas a filosofia geral. Ou chegam a isso ou então vão se matar periodicamente, de uma forma ou de outra.

A.C. – Eu acho que o Sr. nos deu um quadro assim... muito realista, mas também muito decepcionante da evolução da ONU, e eu gostaria de voltar com o Sr. a esse período em que ela foi criada porque justamente foi um momento de grande euforia, não é? A carta de São Francisco foi uma esperança para todo mundo de que pode, de que alguns problemas que haviam levado uma versão dramática... pudessem ser superados, não é? Então, eu gostaria que o Sr. voltasse um pouco a essas esperanças porque eu acho que inclusive esse problema do Conselho de Segurança vem um pouco disso, não é? Dessa ideia de que os aliados da guerra...

S.G. – Iam se entender...

A.C. - ...viam-se entender nesse Conselho...

S.G. - ...no essencial...

A.C. – e na verdade o que ocorreu foi que logo depois esses aliados entraram numa luta realmente muito radical e puseram em questão essa própria existência dessa própria organização. Então eu queria saber do Sr., se a sua avaliação chega ao ponto de achar que enfim, que a ONU não está servindo muito para grande coisa atualmente, e talvez relembrar conosco esse momento da criação da ONU, e que esperanças o Brasil tinha e o que o Brasil aproveitou desse momento...

S.G. – Não, eu não quero dar uma impressão pessimista, mas uma impressão realista. Nós vimos, o que é de domínio público, como a Organização sofreu, quer dizer, mudou o seu caráter em função do não funcionamento ante graves situações, da não efetivação das expectativas que havia, chegando até ao que se chama hoje da crise do multilateralismo. Mas isso não quer dizer que ela não tenha sido um fator importantíssimo, e não seja ainda, em termos das relações internacionais, sobretudo para um país como o Brasil. Ela foi um foro importantíssimo, por exemplo, inclusive para o lançamento das teorias sobre o desenvolvimento econômico e até certo ponto para a consolidação de vários conceitos e ideias que sem dúvida alguma mudaram a maneira de ver internacional. Nós temos todo

o processo de descolonização em que ela serviu de quadro para esse processo, não estou dizendo que ela fosse...

[FINAL DA FITA 5-B]

S.G. - ...que ela fosse a causa ou que comandasse o processo, mas teve sem dúvida uma influência e serviu de quadro a uma evolução, de certo modo, ordenada e pacífica, do processo de descolonização. O único caso em que não houve aproveitamento da ONU, nem mesmo para contatos negocia tórios, foi o caso de Portugal, por motivos muito especiais. A independência das antigas colônias portuguesas se deu muito tarde, de afogadilho, um pouco desordenadamente e nas piores condições em termos da manutenção dos canais e da cooperação com a antiga potência colonizadora. Como disse, a ONU também teve um papel muito importante em toda a formulação do conceito de desenvolvimento econômico da criação de uma consciência mais precisa do problema da pobreza, da análise dos diversos métodos possíveis e da cooperação internacional nesse campo. Seus organismos regionais, tipo CEPAL, tiveram influência inegável. Não estou dizendo com isso que eu seja um adepto do estruturalismo, das teorias de Prebisch, etc. Mas, bem ou mal, o efeito foi estimulante, isto é o mínimo que se pode dizer, para a criação de consciência em torno dos problemas do desenvolvimento. A ONU teve um papel também, em termos jurídicos, relevante. Se se comparar o que faz a Liga das Nações com o que se diz no período das Nações Unidas, o número, qualidade e abrangência de convenções de codificação e desenvolvimento do Direito é considerável. Ela foi também um fórum onde foram mobilizados talentos e peritos sobre os assuntos mais variados de ordem social, demografia, estatística, desenvolvimento comunitário etc. Quer dizer, hoje em dia, com a maior facilidade, um país obtém através da ONU todo o tipo de informação sobre a experiência dos outros e a possibilidade também de aconselhamento de alto nível, com os maiores peritos de qualquer parte. Ora, tais funções não são a finalidade principal da ONU, mas são todas muito importantes.

A.C. – Não são as principais...

S.G. – Não. O principal é a manutenção da paz. Tudo o mais está encaminhado, de alguma forma, direta ou indiretamente à manutenção na paz. Veja, por exemplo, essa identificação do problema do desenvolvimento econômico. Sempre entendemos que se

trata de um problema que está intrinsecamente ligado a paz. A paz requer a solução deste problema e a criação dos meios de cooperação internacional para resolvê-la. Tais meios não são absolutos, pois o próprio desenvolvimento depende da evolução de cada país, mas é preciso que haja esse respaldo internacional, o apoio no campo financeiro, no campo técnico, etc... Os problemas sociais tem relação com a paz, nós todos sabemos, relação mediata que seja, mas tem, sobretudo no chamado Terceiro Mundo, onde tem ocorrido a maior parte das situações conflituosas. Mas a atuação direta e imediata da ONU na solução de conflitos que está no cerne de suas funções, foi prejudicada, embora a Organização continua a ter um papel politicamente válido. O simples fato de serem os conflitos ventilados na ONU é importante. É um fato que nenhum país envolvido nesses conflitos, ou que tenha de se manifestar sobre eles, pode ignorar. Nós vemos ainda hoje, neste momento de crise do multilateralismo, mesmo sem esperança de obter solução, que os países que estão envolvidos em algum tipo de conflito sempre levantam seu assunto na ONU, na esperança de sensibilizar a opinião de outros governos, de transmitir a todos seus pontos de vista, até a aqueles com quem nunca tiveram relações diplomáticas. Procuram vender o seu peixe, de certa forma, criar pressões; e talvez, por causa dessa ventilação dos problemas, evitar em algum momento os piores eventos, criar um fator de certa forma preventivo de alguma medida unilateral da parte do mais forte, criar uma certa inibição e resistência. De modo que continua a haver, mesmo na crise do multilateralismo, um óbvio interesse dos diversos países que estão envolvidos em controvérsias de se utilizarem das Nações Unidas, embora sabendo que isto não é decisivo. É óbvio que o recurso à ONU terá de ser avaliado caso a caso, em cada situação e oportunidade, com muito sofisticação pois os caminhos tradicionais de negociação direta ou com a cooperação de “países amigos” podem ser prejudicados por debates azedos no foro internacional.

A.C. – Quer dizer é mais uma função de contenção do que...

S.G. – É.

A.C. - ... propriamente decisória, né?

S.G. – É. De utilização frequente mesmo sabendo-se que não é decisivo. Inegavelmente isto existe e é tão importante que basta ver, na avaliação dos diversos Estados membros,

que todos eles têm em Nova York delegações frequentemente com o melhor de que há nos seus serviços; numerosas, ou com um alto nível. A chefia de missão na ONU é frequentemente um lugar para ex-ministros, ou futuros Ministros ou diplomatas destacados. Agora mesmo ouvi críticas pelo excesso de embaixadores brasileiros, em Nova York. No caso concreto da missão junto à ONU, por exemplo, em que o alterno, o chefe substituto, passou a ser um ministro de 1ª classe, quando, antes, era um ministro de 2ª classe. No fundo, a diferença não é tão grande, a não ser que o ministro de 1ª classe pode ter uma base logística melhor, ter casa paga, o que, tendo em vista o volume de trabalho, a variedade e densidade dos contatos e o custo de vida em Nova York, é muito recomendável. Para se ter uma ideia, há trinta e quatro países na ONU que já há muito tempo têm, além do chefe de missão embaixador, um segundo também com nível de embaixador. Os Estados Unidos têm quatro ou cinco, Israel tem um para cada região geográfica, a União Soviética tem dois ou três. Não são casos comparáveis ao do Brasil. Mas há muitos outros, inclusive latino-americano, que têm dois, México, Venezuela, Argentina, alguns centro-americanos, ou sempre, ou por períodos de vários anos.

A.C. – O Sr. acha, portanto, que isso faria parte de um processo de crescimento e diferenciação das funções internas na diplomacia...

S.G. – É.

A.C - ... que justificaria essas várias pessoas?

S.G. – Justificaria. No caso da missão na ONU, estou falando só desse, poderia falar dos outros, mas não é o momento, porque isto tudo sugeriu desta indicação, que é verdadeira, de que apesar da crise do multilateralismo, todos os Estados membros mantêm lá delegações importantes com agentes do seu primeiro time e 34 deles, além do chefe, tem um segundo que tem também a categoria de embaixador. E o Brasil não tinha. Não é obrigatório ter, evidentemente, mas não é exagerado que tenha. Considerando que o Brasil é o 5º país em área, o 6º em população, o 10º em peso econômico, não é nada de extraordinário, nem que cause espécie lá localmente, ter um segundo na sua missão já no último degrau da carreira. Essa conversa veio a propósito da verificação de que os Estados Membros, apesar da crise do multilateralismo, mantêm lá delegações abundantes e de alto nível.

A.C. – Ministro, havia um consenso na época da criação da ONU de que, como o Sr. lembrou assim... o objetivo principal, não é? que... unia todas as nações, era a paz. Mas parece que houve uma diferença já na interpretação do que seriam estes objetivos da paz. Minha impressão é de que os países mais fortes, os países hegemônicos deram a ênfase à questão do desarmamento. Se fosse... ao que me parece é uma questão também que falhou, porque a ONU foi muito falha e os países do 3º mundo passaram a considerar o desenvolvimento econômico como digamos,... o caminho mais, mais curto para se obter ou para se consolidar esta paz. Quais foram os passos que o Brasil deu neste momento e como é que o Brasil se inseriu neste contexto latino-americano com seus aliados neste sentido, de promover a paz?

S.G. – Do ponto de vista da paz, do desarmamento, todos, mesmo os países em desenvolvimento, deram muita ênfase ao desarmamento e justamente à ideia de estimular e pressionar as superpotências para que negociassem desarmamento. Inclusive o Brasil sempre esteve inserido nesse movimento de pressão pelo que o país é, inclusive, sempre esteve em todos os órgãos que não fossem estritamente bilaterais das duas superpotências. Desde de que foi criada, a conferencia do Comitê de desarmamento em Genebra, resultado do acordo do Zorim-Stevenson, aí por volta de 60, mais ou menos, 61 no chamado primeiro degelo, o Brasil esteve presente. Era um Comitê de que se esperava muito e depois foi sendo transformado várias vezes. Até hoje está lá. Originariamente era um Comitê de dezoito e lá estava o Brasil. A questão do desenvolvimento econômico, por outro lado, veja você, mesmo numa época em que não se falava em Terceiro Mundo, em que a ênfase estava na “reconstrução” europeia, em que a política era em geral alinhada com os Estados Unidos, a própria natureza do país, sua condição material, o levou a estar participando de todo o movimento em torno dessa questão e a um entrosamento com os demais países em desenvolvimento para a apresentação de uma plataforma comum, de pretensões comuns. É preciso aqui fazer um parênteses, que está ligado ao que eu vinha dizendo... é que a ONU, com a formação dos grupos regionais, informais, que eram necessários originariamente para indicar candidatos dos grupos às eleições, propiciou um hábito de consulta entre os países latino-americanos que não havia antes em termos coletivos. Eles sempre se reuniam em termos pan-americanos com os Estados Unidos. Na ONU passaram a reunir-se regularmente, a princípio só para as eleições, depois para assuntos substantivos também, com uma certa limitação, mas se

criou muito o hábito da consulta entre os latino-americanos. Isso também é um desenvolvimento novo, colateral, que se foi criando com o curso do tempo. O hábito de... eu me lembro muito bem, ainda nos anos 40 e tantos, em que havia uma diretriz para não se falar espanhol, os delegados brasileiros falavam ou francês ou inglês para que não nos confundissem, não é? Era a ideia ainda do pequeno país, preocupado em que não pensassem que no Brasil se falava espanhol, etc. Eu me lembro que naqueles meus quatro anos em Nova York a única vez em que nós falamos espanhol... foi o Ouro Preto, o Bubu, em 49, em uma reunião da chamada pequena Assembleia convocada para tomar conhecimento e ver o que se podia fazer para ajudar o Equador, que tinha sido vítima de um terremoto brutal. O Bubu falou então em espanhol, para expressar nosso sentimento e solidariedade. Eu me lembro de colegas que até no grupo latino-americano e faziam questão de falar inglês, mesmo conhecendo razoavelmente castelhano. Depois isso passou. Hoje, se fala espanhol ou se fala português devagar e eles entendem, etc. Mas, voltando à matéria econômica, mesmo nos anos 50, nós passamos a ter uma posição não coincidente com os “ocidentais” e mais ligada à dos países em desenvolvimento. Fomos muito ativos nas propostas de criação da UNCTAD e da Unido. Essas não contaram com uma grande simpatia dos países desenvolvidos. Não chegaram a ter de êxito, embora tivessem definido competentemente problemas de desenvolvimento. Em seu quadro, foi criado o sistema geral de preferências, regime de fretes marítimos, continuados esforços sobre produtos de base, etc. Note que houve uma evolução decorrente da própria situação do que era o país, mesmo já nos anos 50, com ênfase, na agenda internacional, do econômico e do conflito norte-sul. Isso não quer dizer que deixássemos de dar importância ao conflito Leste-Oeste. O que houve foi uma percepção de que o conflito Leste-Oeste não esgotava a agenda internacional e que havia um outro problema, que era o problema do desenvolvimento econômico, tão essencial, eventualmente, à paz e à estabilidade do mundo quanto a contenção dentro de certos limites do conflito Leste-Oeste. Não houve, de fato, a não ser talvez retoricamente a ideia de que o conflito norte-sul significava que a confrontação Leste-Oeste ou a confrontação ideológica tinha deixado de existir. Isso só acontecia em termos jornalísticos, ou de alguma retórica. O fato de que os discursos no plenário da Assembleia possam se referir maioritariamente ao desenvolvimento econômico é um reflexo natural do interesse mais imediato e da experiência nacional mais evidente do país do orador. Mas sempre há uma menção evidentemente, aos grandes problemas da paz e do desarmamento. Mas é natural que cada

qual dê mais ênfase ao campo de sua atuação própria e que é predominante nas preocupações de sua opinião pública.

M.H. – De acordo com isso que o Sr. está colocando, o Sr. perceberia uma diferença entre digamos, o espaço multilateral existente na ONU e aquele que depois... pouco tempo depois foi criado na OEA, em termos, digamos, de um espaço mais latino-americano, um espaço, uma articulação mais vinculada aos problemas do desenvolvimento econômico e o outro mais relacionado com a questão da segurança interamericana.

S.G. – As mesmas ideias e conceitos que foram desenvolvidos, contemporaneamente se refletiram em todos os organismos, inclusive na OEA, não é? Lembremo-nos do esforço do governo Kubitschek com a operação Pan-americana, dentro do sistema interamericano. Depois, o governo do presidente Kennedy lançou a Aliança para o Progresso, também dentro do sistema interamericano. Mas o conceito de desenvolvimento econômico era mais amplo. A ideia de que o problema do desenvolvimento pudesse ser resolvido essencialmente por uma ação coletiva dentro do hemisfério, apesar dos Estados Unidos ter a posição central que tem, não só politicamente, mas economicamente, tecnologicamente, etc, tinha um certo sentido basicamente político. Tratava-se de uma certa concepção, que sempre me pareceu um tanto ingênua, de um relacionamento especial da América Latina com os Estados Unidos. De certo modo havia do lado de cá uma percepção de que havia uma obrigação maior dos Estados Unidos em relação à região a qual, no entanto, nunca foi prioridade estratégica militar predominante por parte dos Estados Unidos. Mas havia, pelo menos de parte dos americanos, dos brasileiros e creio da maior parte dos demais latino-americanos, a preocupação de pelo menos, evitar uma crise nas relações interamericanas que chegasse a destruir o próprio sistema regional. Com esse objetivo limitado, foram válidas tanto a Operação Pan-americana quanto a Aliança para o Progresso. Depois disso tudo também desapareceu. A tendência americana voltou a ser o trato bilateral dos assuntos. Nós não nos temos preocupado demais em uma ação coletiva latino-americana junto aos Estados Unidos, não porque pensemos, como em época passadas se pensou, que o Brasil era o tal, importantíssimo, e que bilateralmente teria mais êxito, mas simplesmente porque o problema hoje para nós, é muito amplo. Nós temos problemas de desenvolvimento econômico que requerem um tipo de cooperação universal, e embora os Estados Unidos continuem a ser, sobretudo como hoje em período de crise, o principal mercado, a

principal origem de tecnologia, de capitais de investimento ou financeiro, e assim por diante, nós temos essa percepção de que nem tudo pode ser resolvido estritamente dentro do hemisfério. Houve uma modificação nos últimos quinze anos talvez da economia do país e de seu relacionamento externo muito grande, uma volta a uma presença maior da Europa na economia brasileira, uma busca da diversificação de mercados por todo o mundo, uma enorme diversificação das exportações, com a inclusão de produtos novos, exportações de manufaturas, de serviços etc. Tudo isso está muito entrosado. Agora, os Estados Unidos são centrais não só para nós como para todo o mundo, porque são inclusive centrais nas decisões das organizações econômico-financeiras, e do voto ponderado deles dependerá muito. Mas dificilmente a visão poderá ser de âmbito puramente hemisférico, o que não quer dizer que não se utilizem os mecanismos interamericanos para expor as nossas teses, e se houver ambiente até para negociar, o que revitalizaria tais mecanismos, com importantes efeitos políticos. Mas isso não depende de nós e não podemos centrar nosso jogo nesse tabuleiro. Por exemplo, o protecionismo americano é grave para nós, mas o protecionismo da CEE também é e assim por diante. O país não é hoje tão sub-regional e marginal que possa raciocinar em termos de soluções essencialmente hemisféricas.

A.C. – Qual foi a sua participação nesses... específica, nos diversos órgãos? Nós falamos do problema do Comitê para o desenvolvimento progressivo do Direito Internacional, nessa época, e o Sr. esteve também em Genebra, né? No Conselho Econômico e Social.

S.G. – É, mais tarde...

A.C. – O Sr. queria falar alguma coisa sobre...

S.G. – Olhe, já nos temos extravasado e meio desordenadamente. Mas podemos resumidamente voltar do período de 46 a 50. Em 46, na Assembleia Geral, estive na Comissão Administrativa com o Olinto Machado, que era um funcionário do Banco do Brasil, delegado do competente e dinâmico, mas não me especializei nisso. Acompanhei, foi interessante para ver a parte administrativa do secretariado da ONU. A partir de 47, eu me vinha preparando para o Comitê criado pelas Nações Unidas pela Assembleia para o Desenvolvimento do Direito Internacional e sua codificação. Até a última hora, não sabíamos quem ia ser o delegado. A última hora, foi nomeado o Gilberto Amado e eu

tinha os meus papéis preparados. Estive como assessor do embaixador Gilberto Amado nesse Comitê, que, ao final de seus trabalhos, propôs a criação de um órgão permanente, a Comissão do Direito Internacional. Ao invés de como havia acontecido na Liga das Nações – criar comitê temporários e conferências ad hoc, concluiu-se que era melhor um órgão permanente que faria estudo de vários tópicos, faria projetos de convenção, se achasse que não estava ainda maduro para isso, talvez projetos de resolução, a cada etapa de seu trabalho consultaria os governos sobre os diversos textos e assim por diante. Tinha previsto a linha geral de que aconteceria no Comitê, porque tinha feito um trabalho de informação prévia, parte por conta minha, na base do “American Journal of International Law” que publicou vários artigos e também as conclusões dos trabalhos da “Grotius Society” inglesa e de grupos americanos que haviam estudado essas questões de método de codificação e também por conversas com o diretor da divisão de codificação do secretariado, que era um chinês, o Dr. Yuen-Li-Liang. Quando começamos, eu tinha um papel preparado, dando um pouco indicação das tendências e possibilidades para o embaixador Gilberto Amado e ele disse: “– Ah, você é um menino, não tem experiência para saber o que essa gente vai dizer”[Risos]. Nos sentamos lá e ele começou a ver que as coisas se passavam conforme estava previsto naquele papel. Os russos só queriam convenções, só admitiam convenções, e a comissão que fosse criada eventualmente devia ser de representantes do governo e os suecos (isto sim, era novidade) tinham posição praticamente coincidente. Os ingleses, representados por Mc Nair, um grande jurista, julgavam o método convencional inútil, senão perigoso e recordavam a experiência da Liga das Nações: foi convocada uma conferência para se tratar de vários tópicos e algumas das regras mais tradicionais e indiscutidas do Direito Internacional costumeiro foram postas em dúvidas, porque alguns países não queriam aceitá-las e faziam propostas novas e até absurdas. Era uma posição tipicamente conservadora o exemplo dado, muito apropriadamente para um inglês, era o da largura do mar territorial. Sempre se entendeu, dizia Mc Nair, que o limite era de três milhas e no entanto começaram a propor, nessa conferência, vários Estados, seis milhas; outros, doze milhas; resultado: de certa maneira, se desmoralizou uma regra tida pôs tradicionalmente aceita. O exemplo provocou um debate intercalado que me divertiu. O Sueco, o juiz Sandström, lembrou que a Corte de Haia admitira que historicamente alguns países têm uma largura maior, como no caso das pescarias na costa norueguesa, tanto para definição da linha de base, quanto da largura do mar territorial, quatro milhas. Veio à tona que a França nunca revogou o decreto de Luis XIV que estabelecia também 4 milhas [Risos] e começou a pegar fogo a história. Os

americanos estavam com uma tendência a buscar um meio termo. Eram representados pelo professor Philip Jessup, muito inteligente e hábil. Fez uma análise das posições. Os russos e suecos por um processo exclusivamente governamental que resultasse somente em convenções. Os Ingleses, a favor de uma comissão de juristas independentes dos governos, de reconhecida competência, que fariam projetos de normas publicariam os seus trabalhos, os quais teriam a força de seu valor intrínseco e iriam influenciar a prática dos Estados, como os próprios trabalhos e projetos do Institut du Droit International que eram muitas vezes citados até em decisões da Corte como fontes subsidiárias de direito e influenciavam a prática dos Estados. Em consequência, a delegação americana propunha algumas ideias de conciliação: um órgão cujos membros fossem eleitos pela Assembleia, a título pessoal, mas apresentados pelos governos e que usasse os métodos que fossem preferíveis em cada situação. Em alguns casos seriam projetos de convenção, em outros casos seriam propostas de que a Assembleia aprovasse uma resolução e até mesmo que simplesmente “tomasse nota” do texto. A esta altura, o Gilberto viu que as coisas que eu tinha posto no papel correspondiam às ideias possíveis. É preciso compreender que ele havia sido jogado no Comitê de supetão. Tinha estado nos anos da guerra, em Montreal, na OIT, que se tinha transferido para lá. Pediu-me de volta o papel, leu-o rapidamente, botou-o de lado e improvisou uma “Gilbertada” brilhante jeitosíssima. Começou com elogios, desses que por evitarem chavões e frases feitas tocam mais, ao Soviético Koretsky, a Jessup, a Mc Nair, a cada um dos poucos que a esta altura tinham falado, [Risos]. Mencionou o brasileiro tropical, gente de calor, espírito aberto e dotes de compreensão e conciliação. Falou em francês, com graça inclusive, e terminou usando a conclusão do meu papelzinho que definia uma posição intermediária. Resultado: o presidente do comitê que era um indiano, um homem que parecia muito doente, mas presidia bem...

A.C. – Quem era?

S.G. – Não me lembro o nome, soava como nome de remédio.

A.C. – Sei...

S.G. – O presidente propôs que se criasse um grupo de trabalho composto pelo Russo, pelo americano e pelo Gilberto Amado para trazerem ao comitê um texto de conciliação

e assim foi feito. Ficou o essencial da proposta americana, com algumas modificações. Nós mesmos introduzimos algumas modificações no sentido de tornar mais claro e reiterativo o processo de consulta aos governos, as diversas etapas em que isso tinha que ser feito, o que era uma colher de chá para o lado soviético, sem alterar a filosofia da proposta básica. Mas ao mesmo tempo também se deixava à comissão de direito internacional, a ser criada, bastante iniciativa no que poderia recomendar à Assembleia, que decidiria, como era natural, sobre tais recomendações, ou convocando uma conferência com vistas à negociação de uma convenção, ou aprovando um articulado por meio de resolução ou apenas “tomando nota”. Haveria as gradações, que dependeriam de uma opção política da Assembleia. Daí por diante, eu trabalhei com o Gilberto Amado na Comissão jurídica da Assembleia Geral

[FINAL DA FITA 6-A]

S.G. - ... comissão jurídica da Assembleia Geral...

A.C. – O Sr. acha que esses resultados foram positivos, quer dizer, funcionou isso?

S.G. – Foram. Em 49, houve a primeira reunião da comissão que adotou um programa de trabalho para 20 anos. Ela tinha iniciativa de escolher um tópico, uma matéria para um trabalho de codificação e desenvolvimento, e aí houve muitas discussões. O que é codificação? O que é desenvolvimento do direito? É possível separar as duas tarefas ou, não é? Enfim, isso não interessa aqui, é uma coisa já um pouco técnica. Mas a comissão conservava o direito de escolher assuntos e submetê-los à Assembleia Geral já com o seu parecer; ou poderia receber assuntos e prioritários para sua agenda por decisão e iniciativa da Assembleia Geral. Ficou muito flexível o Estatuto da Comissão. E evidentemente os resultados foram muito lentos, mas a concepção é de que fossem lentos mesmo, por isso se criava um órgão permanente. Mas foram feitas várias coisas úteis, várias convenções que são muito usadas, algumas são mais tipicamente de codificação, mas tornam mais claras e precisas normas como as das relações diplomáticas, das relações consulares. Outras não conseguiram um alto grau de ratificações, mas são importantes, os Estados as citam, até mesmo não tendo ratificado, como a convenção sobre direito dos tratados. As conferências sobre o direito do mar, na base dos projetos da comissão, foram muito úteis,

mas não conseguiram resolver o problema da largura do mar territorial ou chegar a um critério unívoco indiscutível sobre o limite da plataforma continental, matéria está última aliás de “desenvolvimento” do direito. Por isso, mais tarde, quando surgiu o problema dos fundos marinhos (1967), esse problema não poderia ser resolvido sem saber o que eram os fundos marinhos, isto é, onde é que eles começavam. Até onde se estendiam nas águas e na plataforma continental as jurisdições nacionais? Então, toda a problemática do mar foi reaberta (participei muito dessa nova fase, mas isto é outra história). Houve, ainda, trabalhos que não resultaram em convenções, mas foram importantes em termos de influência sobre o pensamento jurídico internacional, etc.

A.C. – Certo. Para nos consolar um pouco dos fracassos políticos da ONU.... [Risos]

S.G. – Não...

A.C. – Sobre a sua participação em Genebra, o Sr. queria falar alguma coisa ou...

S.G. – Isso foi muitos anos depois, Genebra, foi em 70...

A.C. – Sim, mas aqui nós tínhamos uma informação de que o Sr. estaria como membro... (pausa) é, a sétima reunião do Conselho Econômico-Social das Nações Unidas, em 48...

S.G. – Ah, sim...

A.C. - ...membro da delegação brasileira, não sei se o Sr. teria alguma coisa...

S.G. – Na delegação permanente em Nova York eu não trabalhava apenas neste setor jurídico, mesmo porque ele não funcionava o tempo todo, e diplomata, mesmo no início quando pode ter alguma especialidade que conheça mais, tem de fazer de tudo. Então eu tive vários trabalhos, quer políticos, quer na área econômica. Quando se reunia o Conselho Econômico e Social, eu às vezes cuidava da comissão de assuntos sociais do Conselho, ou dos Direitos do Homem, onde se discutiram os primeiros projetos de convenção sobre liberdade de informação, sobre o direito internacional de correção de informações; muito no projeto da convenção sobre o genocídio, que foi preparado por um órgão ad hoc criado pelo ECOSOC, e revisto pelo ECOSOC, não em seus termos mas

sobre como levar adiante o trabalho, até chegar à Assembleia Geral de 48. Nessa Assembleia de 48, em Paris, a Comissão Jurídica foi quase exclusivamente ocupada pela convenção do genocídio. Discutiu e aprovou artigo por artigo. Essa a razão porque nunca mais se fez discussão de projeto de convenção na própria Assembleia, porque entorpecia tudo, não é? ... Melhor convocar uma conferência especial. Em 48, o ECOSOC, no verão, se reuniu em Genebra, e desde então tem-se reunido sempre em Genebra na sessão estival. Foram, de Nova Iorque, o Embaixador Muniz, o Gilberto Amado e dois secretários, o Roberto Campos e eu. O Campos ficou com o comitê Econômico e o de Coordenação e eu fiquei com o comitê de Assuntos Sociais e o comitê, que naquela época existia e depois acabou, de Direitos do Homem. Nós tínhamos, os dois, que dar conta de tudo que fosse se substância, e demos. Em 49, eu estive de novo no Conselho Econômico, na área de Assuntos Sociais e Direitos do Homem. O Campos já tinha saído em 49 e tinha sido substituído, acho que pelo Miguel Osório, que fazia os comitês Econômicos e o de Coordenação. Também o Maфра tinha chegado. Havia vários órgãos ad hoc, interseccionais, que às vezes eu atendia. Enfim fazia um pouquinho de tudo, embora cada qual tivesse o seu setor principal. Mas, havendo necessidade, trabalhava em qualquer outro. Do setor propriamente político, se ocupava o Ministro Conselheiro Henrique de Souza Gomes e o Secretário Henrique Valle, ambos competentes, o Valle muito conhecedor dos procedimentos e táticas, ambas pessoas estupendas.

M.H. – Talvez a gente pudesse...

A.C. – O Sr. ia falar alguma coisa sobre Gilberto Amado, o Sr. continuou trabalhando com ele?

S.G. – Eu trabalhei com ele na Assembleia Geral de quarenta e... (pausa) quarenta e sete, oito e nove. Fui removido para La Paz em 50 e fui substituído pelo Sette Câmara. Depois, voltei a trabalhar com ele em outras ocasiões. Em 52, eu estava já na Secretaria de Estado e as vésperas da Assembleia, o Sette Câmara foi chamado para ser secretário do Lourival Fontes. Então, me mandaram às pressas para Nova York. Disseram-me que eu conhecia os assuntos e sobretudo tinha prática de Gilberto Amado [Risos]. Depois da Assembleia de 52 houve uma interrupção. Estive em Madrid, em 1956, em Genebra, onde fiquei quase um ano. E em fins de 56, fui para Washington, para a embaixada. Estando aí, todo o ano, o Ciro, que era o chefe da missão junto à ONU pedia à Secretaria de Estado que eu fosse

durante a Assembleia, reforçar lá, porque durante a Assembleia é necessário um reforço de gente da Secretaria de Estado, às vezes de outros postos e o Ciro me pedia nominalmente. Então passei a ir anualmente no outono a Nova York o que para mim era muito... cansativo, porque eu tinha família em Washington, ficava em hotel, voltava no fim de semana, etc... Trabalhei em outros setores, às vezes na Comissão Política Especial. Em 58, como disse, voltei à Comissão Jurídica para assessorar o prof. Ataliba Nogueira, porque o Gilberto não pode ir. Em 59, eu deveria ficar na política especial novamente. Mas aconteceu que o Gilberto, ao chegar no aeroporto, brigou com o Silos, que na época era quem o acompanhava e de que era muito amigo. Teria havido uma série de quiproquós. Eu já estava acompanhado a Comissão Jurídica, enquanto eles não chegavam, e reunindo material, etc. Numa segunda-feira de manhã, voltando de Washington, fui ver o embaixador Gilberto Amado, na sua suíte no Black Stone, e comecei a fazer-lhe um pequeno relato: – “Todos lá na Comissão Jurídica, na Sexta, perguntam muito pelo senhor. Lochs, Fitzmannke, Yasseen, todos. Começaram a discutir tal assunto, já foram distribuídos tais documentos que deixei com o Silos na sexta-feira, mas aqui trago a sua coleção”, etc. e conclui que agora eu passava em tempo integral à “política especial”, porque o “Silos está aí, e acompanha o senhor”. Ele aí, parou e disse: “Ontem aconteceu uma coisa horrível” e me contou que tinha brigado com o Silos e outros amigos, inclusive a Dora Vasconcellos. Estava muito sofrido por tudo, porque na verdade gostava muito do Silos. Mas eu não vou entrar nisso, senão não acabamos. Eu ainda comentei: – “Ah, embaixador, isso passa”. Ao que ele retrucou que não. Que tinha sido muito grave. Falei também com o Silos, que também se fechou. Quando o Gilberto me disse: – “Você não quer trabalhar comigo, não é? Agora você já acha que está muito velho para ser meu assessor” [Risos]. Eu só poderia dizer, e era verdade, que esse problema não existia, que eu simplesmente me preocupara em certificar-me de que não era possível restabelecer a excelente relação entre ele e o Silos. Então voltei aquele ano a fazer a sexta comissão com ele, em 59. Em 60, fui removido para a Secretaria de Estado. Assumi e pouco depois, para minha surpresa fui mandado à Assembleia, em setembro, em meio à minha difícil instalação no Rio, que ficou por conta de minha mulher. Foi em 60 última vez em que eu trabalhei com o Gilberto Amado. Mas sempre nos encontrávamos no Rio. Sendo temperamentos tão diferentes, sempre nos demos bem, apesar de duas ocasiões em que ele se irritou, ainda nos anos 40, e depois voltou logo a demonstrar-me sua confiança e amizade. Era uma personalidade fora da craveira comum, com óbvios defeitos, mas lampejos de grande percepção e talento. Não posso esquecer que, em muitas ocasiões se

interessou, de forma totalmente espontânea, por muita carreira. Na verdade, uma de suas irritações, uma das duas, foi porque não o “mobilizei”. Saiu-se com um destampatório, acusando-me do grave defeito de falta de ambição que, no meu caso, ele achava uma traição ao destino, coisa imperdoável.

A.C. – E ele era vitalício no posto?

S.G. – Era membro eleito da Comissão de Direito Internacional e foi sempre reeleito, reeleito, até morrer. Desde 48, quando foi eleito a primeira vez. Morreu acho que em 68 ou 69, ainda no exercício. Era o decano da Comissão, prestigiado e estimadíssimo. Alguns membros da Comissão foram meus amigos e eu via sincero e mesmo emocionado interesses quando me pediam notícia de Gilberto Amado.

A.C. – E com isso o Sr. Se especializou na área, quer dizer...

S.G. – É. Tive uma fase...

A.C. – Praticamente marcou sua carreira de uma maneira muito forte...

S.G. – Muito forte é... No princípio muito, mas depois naturalmente eu tive que fazer de tudo, como é próprio da carreira e é bom que assim seja. Quando fui para La Paz, lá éramos dois secretários, um terceiro secretário fazia a parte consular, eu fazia o resto. Às vezes faltavam por doença, ou outra vazão os poucos funcionários. Então, eu fazia tudo, batia à máquina, cifrava telegramas, ia levar os telegramas para expedir na Western Union, coisa assim. Dá uma prática muito grande, uma embaixada que tem assuntos de todo o tipo como La Paz, chateações de diversas ordem.

M.H. – Antes de a gente entrar na história boliviana, ainda para talvez fechar este período pelo menos esse primeiro momento da experiência no multilateralismo, daria para o Sr. contar um pouco as relações nossas, nesse espaço com os países latino-americanos, como era essa interação, como eram os nossos problemas com a Argentina, como era a relação com o México, enfim, um pouco, um apanhado geral?

A.C. – Antes disso eu só queria perguntar se o Sr. está com hora marcada, se o Sr. quer encerrar...

S.G. – Não...

A.C. – Porque já estamos com mais ou menos três horas de entrevista e os nossos temas vão...

M.H. – É...

S.G. – Um puxa outro, não é?

A.C. – Um puxa outro, nós teríamos muita vontade de continuar um pouco mais...

S.G. - ... eu posso resumir isso...

A.C. – Eu só não queria que o Sr. resumisse demais com...

S.G. – Não, mas no fundo...

A.C. - enfim, com a apreensão de ser muito longo...

S.G. – Se não resumir não acaba mais...

M.H. – [Risos]

S.G. – Por que falar de si mesmo é inesgotável não é? Vocês têm outra experiência, tendem a dar importância a coisas que certamente não terão para o público que são muito marginais. A minha impressão é que o tipo de relação de nossos delegados com os demais latino-americanos era sempre extremamente amistoso, cordial, etc... Nunca notei dificuldade maior. Havia, mas isso lá pouco se refletia, ainda aquele espírito de rivalidade com a Argentina, questões de prestígio, bobagens desse tipo, que lá se refletiam menos, naquele cenário mundial, desapareciam um pouco, mas havia um resquício que não se refletia nas relações pessoais, em absoluto. Havia uma certa preocupação, às vezes, com

o ativismo argentino, pois era o período Perón, que estimulava um pouco esse ativismo. Mas bem; quando Oswaldo Aranha, presidia a Assembleia (1947) o chefe da delegação argentina era o Dr. Arce, um cirurgião. Os dois davam magnificamente, o que era um perigo, porque o Dr. Arce tinha ideias estranhíssimas, e o Aranha se entusiasmava às vezes. E Aranha tinha muita influência com sua personalidade magnética e viva inteligência. Um exemplo da perigosa empatia entre os dois gaúchos foi na questão da admissão de novos membros à ONU. Pela Carta, - o Conselho recomenda a admissão e a Assembleia aprova – e o entendimento sempre foi que era preciso haver uma recomendação positiva do Conselho de Segurança, porque não havendo uma decisão do Conselho, não havia recomendação alguma. E o Dr. Arce meteu-se na cabeça, e de certa forma convenceu o Aranha, de que quando o Conselho não mandava uma recomendação à Assembleia, mas no relatório dele contava que o assunto tinha sido considerado e não se tinha adotado recomendação, isso era uma recomendação negativa e que a Assembleia, portanto tinha diante de si uma recomendação, negativa embora, e, sendo soberana, podia decidir pela admissão. Naturalmente, a turma do “deixa disso” conversou um pouco com o Aranha. O Henrique Souza Gomes, O Henrique Vale, estavam nessa tarefa, quando eu entrei na sala da presidência, aos fundos do Salão do Plenário para não sei o quê, e o Aranha disse: – “O menino o que tu achas?” Eu disse, que não tinha autoridade para dar um parecer definitivo, mas que achava muito estranho o procedimento. Que se ele, da cadeira de Presidente, desse um “ruling”, uma decisão de processo naquele sentido, certamente algum delegado do plenário desafiaria a decisão e o Presidente, de acordo com o regimento, teria de submeter a votos sua decisão e certamente haveria maioria para derrotá-lo. Arce lembrava que Aranha era um gaúcho como ele e que o que a Assembleia precisava era de um Presidente que pusesse “los cujones em la mesa” e resolvesse. Oswaldo Aranha esteve entusiasmado por um momento, mas depois se conheceu de que haveria uma oposição tão forte e variada, da parte do plenário, que desistiu. Era muito inteligente para entrar nessa fria. Com o México, as relações eram muito boas, mas o México, naquele tempo, para nós, e nós para eles, éramos muito marginais e distantes. O México, como disse Juarez e toda a gente sabe, sofre de sua posição longe de Deus e perto dos Estados Unidos. A Colômbia tinha alguns delegados que eram “gente bem” competentes. Os venezuelanos Stolk e Perez Perozo eram amigos do Embaixador Muniz. Os chilenos mexedores, etc...

A.C. – Distantes os mexicanos.

S.G. – Eles tinham também um estilo diferente. Tinham sempre que marcar uma posição pelo menos retórica um pouquinho distanciada dos Estados Unidos, fazendo umas fintas. Nós não tínhamos essa preocupação; não precisávamos. E no mais, era tudo muito bem entre os latino-americanos, embora numa base um pouquinho superficial, decorrente em boa parte da facilidade do relacionamento pessoal e da percepção não explícita da nossa comunhão de defeitos e fraquezas.

A.C. – Era um continente desarticulado, né?

S.G. – Desarticulado...

A.C. – Politicamente.

S.G. – Todos se davam, muito bem, como disse. Eles se entendiam essencialmente para preencher os cargos eletivos que cabiam à região e para amabilidades meio literárias. Tinham estilos muito variados. O Gilberto Amado, por exemplo, era de uma geração para a qual a língua estrangeira era o francês, e não gostava nem de ouvir falar espanhol. Uma vez, no corredor, ia cruzar com o chefe da delegação peruana, aliás um homem ilustre, Belaunde, orador facundo e de boa forma literária barroca. Falava de improviso horas e sempre achava jeito de mencionar o Rio Amazonas caudalosamente. Interessante, mas às vezes fora do clima e do ambiente das reuniões. Como ele, outros “pró-homens”. O Gilberto uma vez surgiu de longe no corredor e começou a gritar – “Luz de América!” – “Nuestro maestro!” “Farol de nosso pensamento!” Uns gritos assim espantosos. Parou para olhar, um momento, uns quinze metros antes de encontrar Belaunde, apressou os passos, encontrou-o, abraçou-o e saiu quase correndo. Perguntei ao Embaixador porque ele tinha jeito esse escândalo todo e ele, de bom humor, me disse: – “É a única maneira de me defender. Porque se eu parasse para conversar, era horrível. Assim, antes de chegar a ele, eu já disse tudo que ele gostaria de ouvir, abracei-o e saí correndo”. Aí ele se virou para mim e concluiu isto, aprenda, é a salvadora amabilidade que afasta...” [Risos]

A.C. – Amabilidade agressiva, não é? [Risos]

S.G. – Amabilidade que afasta [Risos]. Não queria conversar com o sujeito.

L.P. – Ministro, aquele sistema que o Sr. falou que na ONU haveria entre os latino-americanos, uma certa consulta. Era recorrente, essa consulta, entre grupos. Não ajudou a formar uma coesão para nenhuma proposta...

S.G. – Naquela época muito pouco, porque a própria concepção do grupo regional era tratar das eleições. Porque nas questões de substância, cada qual decidia o que quisesse e até hoje, em princípio, é isto. Apenas, no curso dos anos, como é natural, a convivência foi criando o hábito de consultar, de conversar, etc. Eu acho que isto acabou tendo alguma influência em termos de uma pré-disposição dentro das chancelarias para uma consulta mais frequente. Os que serviram nesses organismos se habituaram a isto e ao voltarem às suas chancelarias já não tinham nenhuma dificuldade ou embaraço, por exemplo, em mandar o seu embaixador perguntar coisas no Ministério do outro país. A situação hoje vai muito além; em matéria de consultas houve um salto qualitativo. No Governo Figueiredo, cheguei a tratar com os chanceleres do México, Argentina, Venezuela, Peru, Equador, etc. assuntos importantes pelo telefone, inclusive negociar textos, com a maior “sem cerimônia”. Quer dizer, quebrou-se a desconfiança. Eu acho que a desconfiança no Governo Figueiredo acabou completamente. Mas já havia, digamos, um crescimento dessa concepção de que era justo e razoável que a região, não dispondo de um organismo político próprio, o que criaria problemas muitos sérios, poderia e deveria informalmente ao menos, aproveitando-se de todas as oportunidades, consultar-se e ir atuando de uma forma política coordenada. O SELA não serve para isso, foi mais para fins econômicos, nem podia ser para outra coisa, porque desde a fundação, o México e a Venezuela puseram Cuba lá dentro, então não dá para ser um quadro de coordenação política especificamente latino-americano, fora da plataforma comum dos latino-americanos para negociação multilaterais em matéria de desenvolvimento econômico. Criar um ente político específico acarretaria uma dificuldade grande com os Estados Unidos e interpretações das mais variadas conforme as paixões ideológicas de cada qual. Então, esse desenvolvimento da consulta mútua aproveitando diversas reuniões e oportunidades e até pelo telefone, foi um desenvolvimento, a rigor, muito recente. Pode-se dizer que coincidiu com o Governo Figueiredo. Mas isso, em outra ocasião, a gente fala.

A.C. – O Sr. conviveu com Araújo Castro nessa época, não?

S.G. – Eu convivi com ele... Bom, quando eu estava na ONU, e naquela época eu era 3º secretário lá, ele era 2º secretário, era Cônsul adjunto no Consulado Geral em Nova York. E aí tínhamos apenas contatos sociais. Em seguida, houve um hiato muito grande, até que fui trabalhar com ele em 61, quando houve a grande reforma da estrutura do Ministério, foram criadas as divisões geográficas, foi subdividido o departamento político e o econômico, etc. Inicialmente, eu fiquei chefiando a Divisão da América do Norte e América Central. Meu amigo Henrique Vale, estava na Secretaria Geral Adjunta de Assuntos Americanos. Fiquei muito pouco tempo nisso. O Araújo Castro, chegado há pouco, ficou como Secretário Geral Adjunto para organismos internacionais, cabendo-lhe coordenar a divisão das Nações Unidas e a divisão dos diversos organismos especializados. Convidou-me para chefiar a primeira.

A.C. – Isso foi em que ano?

S.G. – 61. Fins de 61. Foi quando se implementou, já no Governo Jânio. Castro, estava esperando o Calero, para cuidar da divisão da ONU. Mas, quando o Calero chegou, o Gibson, que era o chefe de Gabinete, naquela ocasião, fez um apelo para que ele assumisse a Divisão de Comunicação que andava um pouco à má troca e o Calero era uma pessoa organizadíssima. O Castro compreendeu e falou comigo, falou com o Vale para que me cedesse para organizar a DNU, a Divisão de Nações Unidas. E passei, então, à DNU e aí trabalhei com o Castro, 62, 63, até agosto de 63. Ele se ausentava muito, porque ia ao Comitê de Desarmamento em Genebra e à Assembleia e havia uns cinco meses por ano em que eu ficava respondendo pela Secretaria Adjunta de Organismos Internacionais. Nós trabalhamos muito intimamente todo esse período.

A.C. – Esse período ONU, o Sr. teria alguma coisa a falar sobre suas relações com Araújo Castro, porque a nossa ideia é um pouco de que existe realmente dentro do Itamaraty, uma geração de São Francisco. Quer dizer, que é essa primeira geração que tomou contato com a ordem internacional e que realmente talvez tenha moldado sua visão de mundo em função dessa experiência. O Sr. vê assim, uma afinidade grande com ele na época e em período posteriores? Como é que o Sr. veria isso?

S.G. – Ah, sim. Os nossos estilos, muito diferente, mas que havia uma afinidade de pensamento sobre pontos essenciais de política internacional, sem dúvida. Em todo esse

período houve compreensão mútua. O Castro se concentrava muito em certos assuntos, o Comitê do Desarmamento, suas conferências e discursos, etc. Tinha uma capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo. Na sala dele, que era a da chefia da antiga Divisão Política, ele escrevia telegramas, textos diversos com a porta aberta, entrando gente que conversava e contava histórias, anedotas, etc. Ele intervinha, comentava, voltava a escrever sem perder o fio, ouvindo umas coisas e escrevendo outras, etc. E eu fazia mais as outras coisas da ONU. Ele tinha toda confiança, frequentemente ele rubricava os meus telegramas e minutas do instruções sem ler. Olhava o título, perguntava: – “O que que você acha?” Eu explicava em duas palavras, ele rubricava; nunca houve problema. Toda essa fase de 61 a 63 foi uma fase que eu acho que para explicar, eu teria que demorar muito. Estimulante e decepcionante. Para fins de 62, me convenceram de que a situação não podia durar e as dificuldades financeiras ajudando, comecei a pedir posto. Fui removido Ministro conselheiro em Madrid. Tomei o navio, no Rio, a 13 de agosto de 63. O Castro apareceu no embarque atrasado. Nos últimos dois meses, ele estava como Secretário Geral e eu fiquei respondendo pela AOI interinamente, já removido. A bordo, o Castro me disse que o atraso se deveria a que ele fora chamado pelo Presidente para assumir a pasta do Exterior. Depois de Madrid e Montevidéu, voltei à Secretária de Estado, em 67, como Secretário Geral Adjunto para Organismos na Administração Magalhães Pinto. O Sérgio Correia da Costa que estava nesta função anteriormente foi ser Secretário Geral e me chamou para assumir a Secretaria Adjunta de Organismos. Por isso, todo ano eu ia à Assembleia Geral e o Castro estava lá, porque era o chefe da missão permanente. Voltamos a ter muito contato, nesse período até 70 ou 71. A partir de 70, eu já estava em Genebra, mas ia também à Assembleia Geral por causa de certos temas.

A.C. – E o Sr. vê, portanto, historicamente afinidades entre o Castro e o Sr.?

S.G. – Ah, sim! Fomos muito amigos. Numa certa época, se encarregaram de me dizer que ele havia começado a fazer umas piadinhas a meu respeito. Aliás, o Castro nunca resistia a uma maledicênciazinha, se lhe parecesse divertida. Mas eu nunca me incomodei com isso, não. Muito inteligente e capaz, em mais de uma ocasião ele teve oportunidade e deixou um rastro, uma lembrança positiva, entre os que trabalharam com ele, inclusive os representantes de outros países. Foi excelente chefe de missão na ONU, que era seu gênero, mais do que embaixador em Washington. Foi Ministro de Estado na época errada.

Nem sempre coincidíamos em questões de política externa na avaliação de oportunidade, embora de acordo quanto à substância.

A.C. – Mas tendo chegado ao fim desse período da ONU...

S.G. – Em dezembro de 49, eu fui promovido a 2º secretário, tinha quatro anos e dez meses de carreira. Naquele tempo era um pouco mais lento, e foi muito bem, foi uma promoção feita pela própria casa, como se diz e um mês depois eu fui removido para La Paz. Na época eu não tinha filhos ainda, não era tão complicado ir para lá. Naturalmente eu não gostei muito por causa da surpresa, muito pelo contrário.

[FINAL DA FITA 6-B]

3ª Entrevista: 21/03/1985

S.G. – O Ministro Raul Fernandes havia dito ao Gilberto Amado que me manteria na delegação durante o período do mandato dele, Gilberto, na Comissão de Direito Internacional. Mas enfim, eu fora promovido, é natural que me mandassem para um posto que, naquela época, era um dos quatro piores na carreira. Imagine, hoje é um posto até médio, mas naquele tempo era difícil e....

A.C. – Eu vou só perguntar ao Sr., porque que era muito ruim e hoje é médio?

S.G. – Porque naquele tempo os postos mais difíceis do ponto de vista material eram La Paz, por causa da altura, Assunção. Dakar, onde havia um consulado, e havia uma legação, se não me enganado em Adis Abeba, uma coisa assim. Nos anos sessenta, com os novos países, nós passamos a ter missões em tais lugares que Assunção passou a ser um posto disputado, porque, aliás, melhorou imensamente nestes últimos trinta anos. Dakar, em termos africanos, é uma cidade muito agradável. Em La Paz subsiste sempre o problema da altura, mas, de qualquer forma, mesmo naquela época, eu não fiquei malsatisfeito, no sentido de que era um posto importante para nós, um país limítrofe, aquele com que temos os limites mais longos, havia vários assuntos a tratar, alguns deles delicados, embora o relacionamento fosse mais pobre do que é hoje. Eu ia ser a segunda pessoa da embaixada, a embaixada tinha pouca gente, havia o embaixador, eu, e o Aníbal Graça, que era o terceiro secretário, bem mais velho em idade, mas não mais antigo que

fazia a parte do consulado. Fiquei encarregado de Negócios várias vezes. Era um lugar pequeno, onde a Embaixada do Brasil era importante e isso me deu uma experiência muito grande de gestões, negociações, trato de assuntos bilaterais, informação. Foi um período interessante também porque ainda havia um grande resquício, muito claro, de rivalidade com a Argentina. Quando os argentinos faziam alguma coisa, nós nos preocupávamos e vice-versa. Naquela época, o governo argentino estava com o Perón, e a embaixada argentina tinha uma organização muito peculiar. O embaixador era um antigo repórter de polícia, que fez alguns artigos ditirâmicos ao Perón e por causa disso foi nomeado embaixador lá, um homem, aliás, simpático, que tinha uma mulher muito bonita. Havia um adido militar, um coronel de nome inglês, tinha duas filhas bonitas, morava em frente de nossa casa e nos dávamos muito bem com eles. Havia um diplomata que era uma pessoa muito esquisita, um primeiro secretário que eu conhecia pouco e treze adidos trabalhistas, “treze agregados obreiros”, escolhidos lá pelas organizações ligadas a Dona Eva Perón. Nós tínhamos um embaixador que estava em fim de carreira e que tinha feito sobretudo carreira consular, Paulo Demoro. Um homem de maneiras muito discretas, circulava muito pouco, mesmo em um lugar tão pequeno, havia gente que pensava que eu era o encarregado de negócios permanentes porque nem conheciam o embaixador. Vendo agora em retrospecto, não acho que tenha sido mal que ele não se preocupasse demais em estar fazendo badalações. A recomendação que ele me fez, inicialmente, foi “trate todo mundo muito bem, porque todos aqui ou já foram ministros ou vão ser, aqui muda com tanta rapidez que todo mundo acaba trabalhando nessa base”.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

Nesse período de quase dois anos houve duas fases: no primeiro período estava no governo o partido que se chamava PURS, o Partido da União Radical Social, qualquer coisa assim, eu não me lembro direito, mas a sigla era PURS e o presidente era um homem de origem basca, um homem muito bem, que havia estudado na Inglaterra, Mamerto Urrialagoitia, casado com uma senhora de idade. Iam a todas as festas nacionais. Imagine, o próprio Presidente da República. A nossa festa nacional, por exemplo, o 7 de setembro, iam mil pessoas, convidados e não convidados e isso era comum nas grandes embaixadas lá. Muita gente ia para poder tomar o seu uísque, comer uma perna de peru, coisas assim, não é? Era visível... [Risos] esta coisa assim, este ambiente. Nós tínhamos boas relações e boas intenções com eles, de um modo geral os cultivávamos corretamente. Havia o

serviço do Correio Aéreo Nacional que transportava estudantes, às vezes parentes das pessoas do governo, para grande irritação do Capitão Delayti, que era o encarregado, e que depois teve um caso no período Juscelino, creio que Aragarças. Era às vezes, difícil discutir com ele e mostrar que as pessoas que segundo suas regras, não mereciam viajar no CAN, deveriam viajar porque eram da família do Ministro da Fazenda ou de outra personalidade a cujos bons préstimos podíamos recorrer no interesse do país. Ele nunca compreendeu muito que aquilo era também instrumento para agradar a gente do governo local. E eles pediam muito, dada sua carência total, não é? Na própria festa nacional 06 de agosto, em 50, as bonitas e os capacetes e os instrumentos da banda de música para o desfile, tudo foi mandado do Brasil de graça, na última hora, porque eles não tinham. Nesta primeira fase, em que estava o PURS no governo, eles se mantinham numa posição, naquela época, perfeitamente aberta para nós, nunca houve problema nenhum, havia às vezes, uma certa insatisfação com falta de correspondência prática de nossa parte. Sempre existiram para programas de execução, de cooperação para o desenvolvimento, como nós diríamos hoje, nossas próprias limitações. Mas a Argentina era muito ativa através dos adidos trabalhistas, nos próprios sindicatos bolivianos; quer dizer, se metia, tinha caráter intervencionista. Eu creio que esta situação pode ser sintetizada com uma pequena vinheta: em La Paz, havia o jornal “La Razón”, que era um jornal de centro conservador, mas de muito boa qualidade, feitura e tudo. Pertencia aos Aramaio, e era dirigido por um membro da família, de sobrenome Ribón, que era de nacionalidade colombiana. Ele era casado com uma irmã do Jorge Carvalho e Silva e de Rosita Tomás Lopes. Flavita era uma moça brasileira muito fina, aliás até muito magra também. Nós tínhamos muito contato com eles. Um dia La Razón publica um artigo de fundo muito curioso espécie de resumo da percepção boliviana corrente, não oficial, da atividade do peronismo na Bolívia e da ação dos adidos trabalhistas, que se imiscuíam nos sindicatos, que obviamente procuravam dar orientações que eram diretamente relacionadas com a política interna boliviana. “O imperialismo argentino” fazia várias referências a isso – “nunca desistem...” etc, e lembrava que, felizmente ou infelizmente, a Argentina tinha perdido os meios de ação; era preciso lembrar que dois anos antes o Perón havia prometido à Bolívia empréstimos a perder de vista, prazos longuíssimos, de 150 milhões de dólares e que depois não pode cumprir, quando muito havia uns suprimentos de trigo facilitados. O jornal fazia uma análise do que considerava de imperialismo argentino e ao mesmo tempo mostrava, ou procurava mostrar, que havia uma insuficiência de meios ou de capacidade da Argentina de exercer o seu imperialismo; depois, no último parágrafo, assim, como

quem não quer nada, totalmente separado, advertia que os bolivianos deveriam ter cuidado porque o imperialismo realmente perigoso é o do Brasil; são esses negros que... [Risos] que vão invadindo a Bolívia, como já fizeram com o Acre, vão se infiltrando. Um imperialismo muito mais perigoso porque é inconsciente, não é um plano do governo, mas é a presença de um monstro aqui ao nosso lado [Risos]. Eu achei muito engraçado, depois perguntei ao Ribón: “Como é que você resolveu meter medo, se nós não fazemos nada? Ainda bem que você reconheceu que o governo não tem nada com isso”. Ele ficou preocupadíssimo, disse que nem tinha visto o artigo evidentemente, e aconselhou contra correção porque era melhor não estar remexendo nisso. Acabo de citar esse fato sem me lembrar do texto exato, dei apenas a estrutura do artigo de fundo porque era uma mostra do tipo de preocupação que podia existir. Mas as relações pessoais eram ótimas; nós fizemos um bom grupo de amigos entre gente do corpo diplomático e boliviano também. Com alguns dos quais, até hoje, temos correspondência, trinta e tantos anos depois...

M.H. – Ministro, eu queria fazer uma pergunta dentro desse contexto das relações, digamos, Brasil-Argentina com respeito à questão boliviana, quer dizer, um pouco apesar dessa cozinha, aonde nesse momento, inclusive em função do governo peronista, haja uma série de... até situações anedóticas, existe também uma questão de fundo presente, digamos, ao longo dos anos da política externa brasileira em relação à sua política para a Bolívia e um pouco o reflexo disso nas suas relações com a Argentina...

S.G. – Isso é, em parte, uma herança histórica, não é? Embora as relações com a Argentina fossem boas, havia subjacente aquela velha concepção, que vinha desde o tempo do Império, de que o Brasil havia impedido a reconstituição do Vice-Reinado do Prata. Havia historiadores argentinos, toda uma corrente, que principalmente “rosistas”, que consideravam que essas terras, esses países eram de fato da esfera argentina e tinham sido em algum momento, no período colonial, jurisdicionado pelo governo colonial de Buenos Aires. No caso da Bolívia, até pelo contrário. A Bolívia foi do Alto Peru, era parte do Peru, mas houve um período, no séc. XVIII, em que a Bolívia ou grande parte dela, dependeu durante uns anos de Buenos Aires. Até isso os vizinhos guardavam na memória. Havia muito dessas ideias geopolíticas que impressionaram muito os nossos vizinhos e havia no Brasil uma espécie de tradição de que era fundamental impedir uma hegemonia argentina nesses três países. Tudo isso já muito mais atenuado. Mas havia um substrato um resquício, dessas concepções passadas, não é? Isso dava uma certa ideia de validade

às forças armadas, que ainda podiam fazer hipótese de guerra no Prata e coisas desse tipo, não é? Tudo, como eu disse, muito atenuado, mas sempre ficava esse resquício de desconfiança e uma espécie de volta dos fantasmas assim de vez em quando. Havia, concretamente, no caso da Bolívia, como eu aliás mencionei, uma área de prioridade para a exploração de petróleo reconhecia ao Brasil pelos tratados de 38, e alguns anos depois, nos anos 40, a Bolívia assinou tratado semelhante com a Argentina e também reconheceu uma área de prioridade para a exploração, que em parte se superpunha à área brasileira. Daí um problema que nós tentávamos esclarecer com o governo da Bolívia e estabelecer um limite entre as duas, para evitar possíveis confusões. Em várias notas diplomáticas, inclusive no tempo em que eu lá estive. Era um dos assuntos delicados que se tinha de tratar com muita paciência. Como não havia nenhuma exploração imediata, o que havia era uma comissão mista Brasil – Bolívia, que funcionava em Santa Cruz de La Sierra e que no fundo estava muito parada, por falta de recursos. A melhor coisa da comissão era a gente, o Coronel Floriano, que era uma pessoa muito querida na cidade etc. Os argentinos tinham também a sua comissão mista. Os dois países estavam construindo de ferro no oriente boliviano. A Argentina, por força deste tratado de mil novecentos e quarenta e poucos, uma estrada de Jacuíba a Santa Cruz. E o Brasil a Corumbá Santa Cruz. Tudo isso muito devagar porque os recursos eram também limitados. Especificamente, a construção nossa ia melhor, ia um pouquinho mais rápida e era, sobretudo de melhor qualidade, por incrível que pareça. Eu me lembro, houve uma missão de assistência técnica da ONU, chefiava por um canadense, de cujo nome não me lembro, mas que eu tinha conhecido em Nova Iorque, que estudou vários aspectos da vida econômica boliviana, inclusive transportes. E o técnico para transportes, que viu as duas estradas comentou com o chefe da missão, que a estrada Corumbá – Santa Cruz era uma boa estrada, apesar das circunstâncias e do ambiente, enquanto a estrada argentina disse ele, seria “une espèce de decauville”, essas estradinhas que há nas minas. Mas é natural que a Bolívia tivesse até mais ligações com a Argentina; velhas, antigas estradas que eram importantes; uma antiga estrada que ia de Tucumã à Cochabamba, depois a La Paz; obviamente do ponto de vista cultural a Argentina era muito importante, se bem que nesse tempo já se manifestava, e era então algo de novo, um movimento muito grande de estudantes bolivianos vindos para o Brasil, movimento que continuou e se acentuou, e não sei se chegou em termos de números ao volume dos estudantes bolivianos que estudam na Argentina, mas certamente era algo de novo e que se acentuou muito no correr dos anos; então havia esse aspecto cultural também que estava já começando a pender um

pouco para o Brasil e nós não tínhamos nenhum plano propriamente, a não ser o de criar laços e estimular. Facilitamos muito alguns empresários, escassos. Lembro-me do Senador Lanza Solares, que era considerado muito influente. O pessoal estrangeiro achava que era uma mescla de cavalo com índio; o homem não dizia uma palavra a ninguém. Eu o tratava com discreta cortesia. Tomou-se de amores por nós, não sabemos porque, e nos disse: “No me gustan los recepciones. Ustedes poderiam organizar uma canastra para quatro, los miércoles”. Passamos, então, a jogar nas quartas-feiras, ele, minha mulher e eu. E arranjamos uma parceira que era uma moça filha de italianos, bibliotecária da Universidade e muito paciente. E ele jogava, quase não falava e ganhava o tempo todo além de ter sorte, jogava magnificamente, era um computador a cabeça do sujeito [Risos]. Não nos incomodava, mas era um mistério! Os meus colegas de outras embaixadas se espantavam: “— Mas o quê que você fez para atrair o Lanza Solares?” [Risos]. Esse homem depois foi ao Recife, comprou uma usina de açúcar velha, levou para Santa Cruz, ficou encantado com o Recife, foi tratado a vela de libra, por usineiros e pelo governo do Estado. Mas aí, entramos um pouco na parte econômica. O que havia economicamente com a Bolívia eram coisas relativamente modestas. Havia um senhor Kalafh, brasileiro filho de Sírio, que representava a Federação das Indústrias de São Paulo e a casa Seabra, lá em La Paz. Ele fazia o seguinte: basicamente vendia fazendas e paratos, esses paratos brancos que têm espiga de milho, assim em relevo, que naquela época custavam 40 mil réis, a dúzia. Ele vendia em La Paz a várias casas, ia diretamente às casas comerciais e vendia, etc. E o problema de câmbio era resolvido da seguinte maneira: Ele vendia lá, recebia os bolivianos e comparava os cruzeiros dos trabalhadores da estrada de ferro Corumbá – Santa Cruz; nada passava por nenhum controle de câmbio. Não é que aquilo desse uma fortuna; mas ele vivia direitinho com isso e era um dos esteios do comércio informal entre os dois países. Outro canal de comércio informal era a borracha, então a produção boliviana que era muito pequena, 2 a 3 mil toneladas, numa certa época, quando eu estava lá, desapareceu; não aparecia mais nas estatísticas. E a Bolívia tinha compromisso com o Peru, onde havia uma fábrica de pneus, para vender borracha. Não podia cumprir porque tinha deixado de produzir. Na verdade, a produção toda atravessava os rios era vendida no Brasil como borracha brasileira porque o Banco da Amazônia, ou seu antecessor daquela época, comparava por um preço acima do mercado internacional. Havia também uma troca de gado,... se não me engano era assim: No Acre, nós recebíamos não sei quantas rezes, umas quatrocentas por ano, e em Corumbá, nós fornecíamos outras tantas. Naturalmente havia um comércio oficial, regular. Depois, em

meu segundo ano de La Paz o PURS, o partido do governo se subdividiu e perdeu as eleições. Ganhou o Movimento Nacional Revolucionário, que a gente lá achava que era de esquerda, que eles pretendiam acabar com a chamada rosca, quer dizer, desapropriar as grandes empresas que exploravam o estanho, Patiño, Hoschild e Aramayo e fazer a Reforma Agrária, etc.

M.H. – Ministro, antes da gente entrar, digamos contexto político boliviano, voltando um pouco para questão das relações nossas com a Bolívia, nesse período e digamos, em termos gerais, do ponto de vista geopolítico, tendo em vista que as relações econômicas ainda se davam de uma forma bastante precária e primitiva, qual seria, digamos a perspectiva da política externa brasileira em termos geopolíticos em suas relações com a Bolívia nessa época?

S.G. – Como eu disse, havia um pouco ainda um substrato das concepções que vinham do tempo do Império. Está aí um caso em que as relações internacionais não são determinadas exclusivamente por motivos econômicos, porque nós não estávamos em condições, nem por sermos capitalizados ou tecnicamente muito desenvolvidos, de tirar proveito de uma exploração da Bolívia. Quer dizer, o que se fazia no campo econômico, transportes, todos esses esforços para desenvolver comércio, etc. Tinha uma motivação política. Era a ideia de ter uma presença lá, não deixar que aquele país evoluísse para se transformar num satélite da Argentina de Perón, não é? O Peru, do outro lado, não tinha uma capacidade de atração maior, de modo que havia uma motivação, como sempre houve em relação à Bolívia, predominantemente política, como em relação ao Paraguai, visível em tudo o que se disse e se pensou no século passado. O econômico era quase que, nesse caso da Bolívia, uma espécie de instrumento a ser utilizado para criar e desenvolver a ligação. Nem sempre é assim, às vezes é o oposto, às vezes é o fenômeno econômico que determina a aproximação política, não há uma regra absoluta. Não percebi, na minha experiência na carreira, que houvesse uma regra absoluta de uma determinação sempre mecânica, digamos assim, ou econômico ou política. Varia de caso a caso, varia no curso do tempo, há uma série de fatores... Mas, voltando ao ponto onde estávamos. O gênero perdera a eleição para o Movimento Nacional Revolucionário e não quis entregar o poder. Chamou os generais, entregou o poder à junta militar do General Ballivian e, com esta junta, nós continuamos a ter boas relações, não mudou muito não houve incidentes sérios. Houve um pequeno incidente na ilha de Guajará-mirim que era disputada pelos dois

países. Havia um problema de fronteiras ali, curiosamente foi feito um exercício de tiro que atingiam a ilha e o exército boliviano fez uma nota em cumprimento às instruções da secretaria e que eles responderam como dando mais satisfação, o que era implicitamente um reconhecimento de que a ilha era brasileira [risos] quer dizer, à rigor, de um ponto de vista estritamente formal, essa nota era até um reconhecimento. Evidentemente foi por ignorância no momento da chancelaria ou distração que eles passaram aquela nota. Houve um incidente desagradável também, mas também típico no nosso adido militar que era um bom homem, Coronel Diogo Figueiredo Moreira, vive ainda, somos muito amigos. Nós íamos almoçar em um bairro baixo e estávamos atrasados, ele tinha ido na frente e atropelou um índio bêbado, os índios bebem muito nos dias de festa, fim de semana... Ele ia com velocidade e saiu assim de repente e ele não pôde evitar, e quando eu desci, uns 5 minutos depois, um rapaz, eu até me lembro que era secretário da embaixada americana que morava por ali, me fez parar na estrada. Eu lembro que me contou essa história, eu fui ao hospital americano ali perto, quando eu cheguei lá o índio tinha morrido e o inspetor geral de trânsito estava levando o coronel preso no carro, um carro da inspetoria do trânsito, e ainda protestei e tal. O coronel muito abalado, coitado, um homem bom e estava, realmente, em um maior sofrimento com aquela história, de ter matado uma pessoa, embora de fato ele não tivesse culpa por todos que viram o evento, o acidente. Bom, aí mandei para a inspetoria de trânsito, atrás, ainda reclamei lá "não, vai ficar aqui", "tem que prestar declarações, não se pode, ele matou uma pessoa" eu fiquei meio irritado com isso, foi o embaixador que estava gripado, não podia ir porque estava de cama, foi o chefe do cerimonial, não encontrei, era um sábado... O ministro muito menos, como é que eu vou fazer? Aí recorri ao Kalafh, este que eu já mencionei "o senhor Kalafh, eu preciso falar com alguma pessoa aqui, que eu sei que você é amigo do Ministro do Interior, que era uma General também Filicídio, aí o Kalafh telefonou para ele e fomos juntos lá na casa do sujeito, me recebeu de pijama e tal.

[FINAL DA FITA 7-A]

E expliquei a ele que o coronel tinha imunidade e privilégios que só podia ser processado no Brasil se eles quisessem recolhessem as provas, fizessem um expediente por via diplomática e a justiça brasileira tomaria conhecimento, ele ficou assim... Disse assim "bueno, isso no sé, em lunes voy a consultar los abogados del Ministerio" eu disse "olha general, até lunes haverá uma repercussão enorme no Brasil, de imprensa e tudo isso, isso

pode prejudicar as nossas relações, o coronel não é nenhum criminoso, o senhor sabe, ele não pode ficar preso, em lunes o senhor consulte os seus advogados, mas mande o coronel ir para casa". E assim foi possível, ainda esperei, fui para a inspetoria de trânsito, ele disse que ia telefonar, ainda esperei umas duas horas, no final soltou, levamos o coronel para casa e na semana seguinte houve uma série de artigos de jornal, na maior violência contra ele, enquanto isso ele recebia muitas visitas de todos o exército boliviano, de alguns ministros assim, de solidariedade e tal. Isso para mostrar um tipo de ambiente... quer dizer, não havia segurança nenhuma. Eu passei uma nota, porque eu fiquei encarregado um pouco depois em que evita dar um caráter de protesto, mas que contava os fatos todos, manifestava a preocupação do governo brasileiro, achava que era um incidente menor, porque totalmente contrário, a tradição boliviano de estrito respeito às normas do direito internacional, não sei o que, esse troço todo, e esperávamos que fosse tomadas as providências adequadas e tal. Se desse alguma satisfação, e a chancelaria não respondia, não sabia o que fazer com aquilo, seguia o processo por um lado, o coronel solto, tinha problema nenhum, os jornais cansaram de falar no caso e um dia, eu comentei isso com mais de uma pessoa, comentei também com o Kalafh e ele disse "eles tem que fazer um gesto qualquer, nem que seja um gesto sem maior importância material, mas que nos dê alguma satisfação, mesmo que não usem a palavra 'desculpar-se', nem que 'muito lamento que tenha isso ocorrido' uma coisa desse tipo". Passaram-se uns dias e o Kalafh disse "ah, resolvi o problema", eu disse, "mas como Kalafh, você resolveu isso?" [Risos] "não, você sabe, o general Celine tem um irmão que está desempregado, eu estive com ele quando ele falou desse irmão, disse ele, 'mas o senhor tem tudo aí, a faca e o queijo na mão, esse lugar, inspetor geral do trânsito dá muito dinheiro! E esse inspetor aí, no fundo, praticou um ato nocivo às relações externas da Bolívia que pode criar um problema para o Brasil, de modo que é muito justo e razoável que ele seja demitido, seu irmão nomeado é uma forma de dar satisfação ao governo brasileiro, fica tudo muito bem'" e portanto isso, aí veio uma nota da chancelaria, "com referência à nota tal - a minha- de forma que vossa excelência, o senhor fulano de tal, inspetor geral de trânsito foi destituído de suas funções etc" como se fosse uma satisfação, como se a destituição tivesse resultado, para dar uma ideia de um tipo de coisa que acontecia constantemente. Bom, eu saí de lá em dezembro de 51 e uns três ou quatro meses depois houve a revolução do MNR que tomou o poder e esteve no poder muitos anos com a evolução, como se sabe, variável, primeiro o Paz Estenssoro como foi feita a desapropriação das minas, a reforma agrária, depois o Siles Zuazo que é atualmente o presidente, as nossas relações tiveram um momento, parece, de

relativa frieza, mas nunca foram prejudicadas e pelo contrário, nos anos 51, sendo o Juscelino Kubitschek presidente do Brasil e Siles Zuazo na Bolívia, houve uma série de entendimentos entre os dois países etc. de modo que as mudanças não...

A.C. – Foi um acordo muito discutido aqui no Brasil.

S.G. – É, na época eu estava fora, mas enfim, e tudo isso foi evoluindo, nunca houve um problema maior, também, nós sempre tomamos uma atitude de não nos metermos na vida interna da Bolívia. Isso eu acho que tem sido a pedra de toque do bom relacionamento a longo prazo. Mesmo no meu período de Ministro, houve ocasiões em que certos círculos nos acusaram de ter apoiado o golpe do Coronel Busch. Nós não tínhamos nada com isso. Tive que ir à televisão desmentir.

A.C. – De qualquer forma fica muito claro que na Bolívia havia uma espécie de tensão cruzada, não é?, quer dizer, de um lado com a Argentina, problemas tensos...

S.G. – Eles sempre vêm isso, como às vezes os paraguaios e uruguaios. Às vezes alguns, sempre que falavam conosco, falavam muito mal da Argentina, e com os argentinos, mal do Brasil. Isso acabou, não é? Felizmente, as coisas evoluíram, sobretudo nós mesmos e eu não sei se devo tomar esse fio... Não, deixa isso para depois. Bom, de La Paz eu vim para a Secretaria de Estado. Em 52 eu estive no Departamento de Administração como assistente do Embaixador Leite Ribeiro, que era o chefe do departamento, sendo o outro assistente o Silveira. De modo que eu estive um pouquinho separado dos assuntos políticos. No fim do ano de 52, houve aquele fato que já mencionei, a vinda do Sete Câmara para secretariar o Lourival Fontes e eu fui de repente para a Assembleia Geral, passei três meses lá e quando voltei fui para a Divisão Política, em dezembro. Nessa Assembleia Geral, em Nova York, em 52, eu tinha conhecido o João Neves. Não me metia, nem sou de me meter muito, mas ele me tratava bem.... Um dia até, na casa do Embaixador Muniz, num jantar, Glória falou: “– Talvez no ano que vem, já é época para nós termos posto, ” O Ministro comentou: “– Ah, sim. Há uma vaga na Indonésia...” [Risos]...

M.H. – Depois da Bolívia, a Indonésia...

S.G. – Glória ficou preocupadíssima. E eu disse: “– Mas, oh, Glória! Eu assisti o João Neves dizer isto. Ele disse obviamente brincando, eu achei até muito simpático dele, é uma prova de que estava descontraído e nos tratando com confiança; não estou pensando que ele vá me remover”...

A.C. – E de que ele não ia mandar para Indonésia [Risos]

S.G. – Não, não ia mandar. E de fato, voltando ao Rio, ao fim da Assembleia, soube que o Leite Ribeiro tinha levado ao João Neves, uma lista de nomes para o estágio na Escola Superior de Guerra, embora eu fosse segundo secretário. O Leite Ribeiro, ao propor o meu nome, teria dito ao João Neves: “– esse é um dos meus assistentes, é um bom jurista, e nós precisamos de gente boa na escola, ” ao que o João Neves teria comentado: “ – Esse de fato é tão bom que eu o quero no meu gabinete” [Risos]. Mas havia pouca gente na Divisão Política e eu continuei a trabalhar na divisão e no gabinete. Estavam saindo pessoas do Gabinete do Ministro. Havia a impressão de que João Neves não duraria muito. Cabe aqui recordar o que se dizia e se via à época sobre a situação do Itamaraty. Do ponto de vista da harmonia entre os chefes, o mínimo que se podia dizer é que era vulnerável, pois todos, além do próprio Ministro de Estado, tinham ligações diretas com o Presidente da República. O secretário geral, o Embaixador Pimentel Brandão, teria voltado ao Brasil na expectativa de ser ministro e dizem que soube no cais do porto (ainda se viajava de navio) que ia ser secretário geral e que o João Neves já tinha sido escolhido Ministro era o Pimentel Brandão tinha acesso ao Presidente da República. O João Alberto, chefe do departamento econômico, tinha acesso ao Presidente. O Leite Ribeiro também tinha acesso ao Presidente da República. Mesmo quando estive no departamento de administração com ele, mais de uma vez ele, indo para casa e nos dando carona, parava lá no Catete e nós ficávamos embaixo esperando. Conversava com o Lourival e às vezes com o próprio Getúlio.

A.C. – Se não me engano foi o Leite Ribeiro que foi mediador algumas vezes entre o Prestes e o Getúlio, não é?

S.G. – Parece que em alguma ocasião, não sei...

A.C. – É, em 45.

S.G. – É. Tanto ele, quanto João Alberto, tinham uma relação pessoal não ideológica, com Prestes. O único chefe de departamento que não tinha, ou não usava acesso direto ao Presidente era o Vasco, chefe do departamento político. O qual por sua vez tinha o pé atrás com o secretário geral, porque, segundo se dizia Pimentel Brandão era autor de um despacho que tinha levado o Maurício Nabuco, Embaixador em Washington, a adiantar sua aposentadoria. E o Vasco era um grande admirador e amigo do Maurício Nabuco. Mas o Vasco se dava corretamente com o Pimentel Brandão numa base institucional. Havia, portanto, um ambiente de certa politização do Itamaraty. Não chegava a ser uma guerra de guerrilhas, mas não havia fluidez e cooperação na cúpula da casa, como devia haver.

A.C. – Quer dizer, o Itamaraty não tinha a sua autonomia como... enquanto... sob esse aspecto.

S.G. – Complicado. Além disso, o Luzardo, em Buenos Aires, se entendia diretamente com o Presidente por cartas do que, obviamente, o João Neves não poderia gostar. Houve alguns incidentes, eu vou falar do incidente que acompanhei. Eu estava na divisão política em 53, e já designado para o Gabinete, mas não indo lá o tempo todo (pausa). Um dos episódios foi o seguinte: O Perón estava para ir ao Chile, os jornais falavam que era uma visita importante, era uma visita de congraçamento e grandes e decisivos acordos iam ser concluídos. A embaixada em Buenos Aires quase não informava nada ao Ministério sobre essas coisas. Mandava recortes de jornal, sem uma análise própria. Meu colega na divisão política que era encarregado do setor do Prata, Galba Samuel Santos, estranhava muito porque ele lia os ofícios todos e enfim, procurava localizar material sobre o assunto, aparentemente muito importante, e Buenos Aires informava pouco. A Embaixada em Santiago, onde estava o Ciro de Freitas Valle, começou entrementes a informar sinteticamente, mas com grande precisão, revelando um crescendo de... de tensão e ameaça. Um dia, o Cyro mandou um telegrama pequeno que, em essência, dizia assim: numa sexta-feira santa Mussolini invadiu a Albânia... [Risos]. O Chile iniciou a guerra no pacífico, atacando a Bolívia num domingo de carnaval e Melgarejo só informou o público da invasão na quarta-feira de cinzas quando o Chile já havia ocupado grande parte do país... e enfiou lá mais um outro desses exemplos de guerra iniciada na base da surpresa, em dias feriados, ou quando o outro país se estava divertindo. Depois ele concluía que

domingo próximo, quando o Brasil todo estará entregue aos folguedos carnavalescos, Perón vem a Santiago para proclamar o “anschluss”, “terminar a obra de San Martín e o Higgins” etc. que a imprensa brasileira considerasse que esse evento seria um casus belli. só isso. o ministro João Neves agiu rápido. Fomos convocados. Passamos da sexta-feira à noite até o sábado de manhã escrevendo artigos de jornal, tópicos, sem saber se e onde seriam publicados, sempre de uma forma alarmista. Escrevi uns três ou quatro tópicos, o Galba Samuel Santos também. O Guimarães Rosa, que era o chefe do gabinete, escreveu umas duas coisas, e o próprio João Neves escreveu o rodapé d’ O GLOBO, que ele às vezes escrevia e era da responsabilidade do jornal. Se não me engano, o rodapé falava especificamente em casus belli. O tom era de que se aquilo ocorresse, o que não devia ser verdade, seria um casus belli para o Brasil. Isso tudo foi publicado num Sábado de Carnaval. Passamos o sábado preparando as coleções que foram por via aérea naquele dia a Santiago. No mesmo domingo, nosso Embaixador foi a pessoas influentes e decisórias, inclusive na Chancelaria, manifestando sua extrema preocupação e demonstrando, com os recortes, que o Governo brasileiro estava sofrendo uma pressão da opinião pública insuportável diante da visita de Perón ao Chile. Por isso, desejávamos avisar francamente aos nossos amigos chilenos das repercussões que teria uma visita com os resultados anunciados pelos mais exaltados peronistas. A visita do Perón, que chegou de trem na segunda-feira, acabou sendo uma visita bilateral normal, o que deixou irritadíssimo, pois esperava um grande triunfo e uma espécie de “fusão” dos dois países. Teria sido o primeiro golpe, digamos assim, em termos de Luzardo dado pelo João Neves. Bom, aí passaram-se uns tempos...

A.C. – Rasteira, não é?

S.G. – Houve aí uma série de propósitos, equivocados eu acredito. Passaram-se uns tempos. O Perón tinha um Congresso, não é? No qual ele fazia grandes discursos, etc, quando queria transmitir coisas e o Ciro passa um telegrama, informando de que também curtinho, JORNAIS chilenos mencionavam um discurso de Perón no congresso argentino referindo-se a sua visita ao Chile, em que dizia que o Brasil fez toda espécie de pressão sobre o Chile e de uma forma de todo contrária ao que havia sido combinado, entre ele e Getúlio Vargas, contra a visita dele. Ora, da Embaixada em Buenos Aires não tinha vindo nem telegrama, nem ofício, sobre isso. Aí, desesperado, o Galba, encarregado do setor, disse: “– Eu não via nada, eu leio tudo.” Eu ainda disse a ele: “– Veja toda a série dos

recortes dos jornais de Buenos Aires, sobre o Brasil”. Eram os recortes com notícias sobre o Brasil, que não justificavam comentários e eram enviados com simples bilhete-verbal. Coisas como um ônibus um que virou, um acidente de automóvel, a morte de não sei quem, num lugar assim, assim; no Brasil houve não sei quantos afogados no fim de semana; resultados de jogos de futebol e coisas desse tipo. No meio daquela massa enorme, depois de uma duas horas de pesquisa, o Galba encontra lá um recorte todo dobrado, coisa grande, página inteira vai ver, era o discurso do Perón no Congresso Argentino. Quer dizer, uma falha grosseira da embaixada mandar um texto desse, junto com os recortes sobre o Brasil [Risos]. Li o texto, e me lembro até de umas frases em que o Perón dizia que sua grande obra de integração continental era atacada por “una cancelleria trasnochada y dieciochesca”. Isto é, que trabalhava na calada da noite e racionava em termos de século XVIII [Risos]. Pouco tempo depois, o Luzardo foi exonerado da função não estou ligando as duas coisas e quando ele foi, já todo mundo sentia que o João Neves seria também, conforme o estilo do Getúlio, não é?

A.C. – Tira um, tira o outro.

S.G. – Tira um, tira o outro. O João Neves, eu acho, tinha consciência disso, quer dizer, ele ganhou a parada.

M.H. – Perdeu a guerra...

A.C. – Quer dizer que ele desmontou o ABC? Pode-se dizer isso?

S.G. – Não sei o que ocorreu. O que parecia das palavras de Perón no Congresso é que ele teria tido alguma luz verde do Brasil, via Luzardo, para fazer esse empreendimento com relação ao Chile. Isso eu não sei, isso terá que ser provado ou não, por outros meios, por pesquisa. A minha impressão, como conversei na época com alguns colegas, é que provavelmente, como o Luzardo se correspondia com o Getúlio, ele teria falado, talvez uma base bastante genérica, sobre esta intenção do Perón de ir ao Chile, criar uma ligação mais íntima entre os dois países, Argentina e Chile, sem descrever ou avaliar toda a extensão do que se pretendia fazer. Terá ficado talvez num nível bastante amplo. E o Getúlio possivelmente terá dado uma resposta bastante vaga, mas positiva; tinha boas relações com o Perón tinham interesse em manter essas relações, o que eu acho que estava

correto. Tenho a impressão de que terá havido aí, uma comédia de erros ou uma tragicomédia de erros, quer dizer, erros de interpretação em termos de correspondência. Luzardo na base, talvez, de uma carta bastante genérica terá dito ao Perón que Getúlio compreendia muito bem “a nobreza das suas intenções...”, ou alguma frase desse tipo. É o que eu imagino embora na base da pura especulação; pode estar tudo errado. Mas, como se explica a indignação do Perón de que o Brasil à última hora puxasse o tapete, não é?

A.C. – É. De qualquer maneira, o Ciro desmanchou alguma coisa que havia, algum entendimento.

S.G. – Sem dúvida desmanchou com um telegraminha [Risos] que veio num momento crítico...

M.H. – Agora, o que é interessante também, em todo esse relato do Sr., é como as relações com o Chile, de alguma maneira serviam como contrapeso às possibilidades dessa integração.

S.G. – Ainda eram vistas, naquela época como importante contrapeso sobretudo da parte do Chile com relação a nós e até por nós em dados momentos também. Apesar de relações muito boas com a Argentina não desejamos se formasse um grupo de satélites de Perón. Havia um pouco disso que, como já disse, era uma herança do passado. Isso tudo, dito hoje, é quase como se estivéssemos falando do passado distante. O que se passou de lá para cá corresponde a uma evolução de um século, talvez, em termos de relações sul-americana.

M.H. – Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer ao Sr., diz respeito da questão dos Estados Unidos, que se sabe que eles tinham muito temor quanto a possibilidade de uma concretização dessa... desse arranjo ABC e de alguma maneira...

S.G. – Em certa época...

M.H. – Perdão?

S.G. – Na época em que surgiu, no tempo de Lauro Miller, na segunda década do século.

M.H. – Não, não, nesse período...

S.G. – Ah, bem! Nesse período?

M.H. – Não sei se o Sr. teria alguma coisa a comentar sobre isso, em termos de alguma pressão mais efetiva...

S.G. – Não, isso nós nunca percebemos nenhuma... eu pelo menos nunca soube de nenhuma pressão americana nesse ponto. Pelo contrário, nós às vezes é que teríamos usado a necessidade de, como aliados confiáveis, termos uma cooperação militante que nos mantivesse em condições de enfrentar qualquer situação na região. Houve uma época em que esse raciocínio pode ter ocorrido. Eu acho que mais até que nossa parte do que deles. Não é que uma união latino-americana feita contra eles não fosse preocupá-los e muitíssimo, mas eu acho que eles não tinham razões para se preocupar com essa possibilidade naquela época.

A.C. – Eu tive uma surpresa no seu relato que foi essa ideia do anchluss quer dizer, da anexação porque enfim, o que parece que enfim dominava nessa época era a ideia de uma aliança de três países relativamente importantes, quer dizer, os mais desenvolvidos relativamente, os mais... os politicamente mais expressivos, não é? Que poderiam realmente, ser um contrapeso para negociações, digamos assim...

S.G. – Naquela ocasião, se a ideia existiu, por exemplo, da parte de Perón, ou até da parte de Getúlio Vargas, o que eu não creio muito, porque Getúlio era um pragmático, um homem muito realista, não se sentia na chancelaria nossa. Não se sentia, a ideia não era transmitida, quer dizer, se a ideia existiu terá havido, pelo menos, uma imensa incompetência em termos de sua implementação, compreende? Porque política externa para um grande “design” como esse, uma grande visão desse tipo, que tem suas vantagens e suas desvantagens exige que ela, a política, seja unívoca, quer dizer, que todos os instrumentos de política externa estejam devidamente motivados e endereçados a esse fim, e no caso do Brasil não estavam.

M.H. – Exatamente...

S.G. – No Itamaraty não se sentia, não se percebia...

A.C. – Havia uma paranoia oposicionista, não é?

S.G. – Talvez, é.

A.C. – Que achava, exatamente, que essa política do ABC seria a base externa para um golpe, internamente, quer dizer, o Sr., lá no Ministério acha que isso, que essa hipótese...

S.G. – Não, eu não acredito...

[FINAL DA FITA 7-B]

A.C. - ...quer dizer, o Sr, lá no ministério, acha que essa hipótese lacerdista, digamos assim... era inconsistente?

S.G. – Tenho a impressão, isso é uma coisa a investigar, que quase tudo que era dito e explorado, numa base de política interna era 90% conversa fiada, fantasia. Porque se não fosse assim, por exemplo, se Getúlio Vargas tivesse esta intenção, um homem inteligente como ele era, a primeira coisa que faria era pôr no Itamaraty, um sujeito, um ministro, que estivesse estritamente afinado com ele, e que fizesse, a máquina funcionar para esse fim. Não fez! Ele sabia perfeitamente que, como qualquer presidente, teria de usar os seus instrumentos, não é isso? Se ele não se preocupou em organizar os seus instrumentos, que modéstia à parte são bons no caso do Brasil, é porque, no fundo, ele não estava engajado numa coisa destas. Ele queria boas relações com o Perón, o que, aliás, era muito justo, razoável, equitativo. Mas eu tenho a impressão de que isso ficou em um nível muito daquela conversa geral, sem um projeto preciso.

A.C. – Porque havia, curiosamente, uma relação muito interessante entre Perón e Getúlio. Havia uma espécie de inveja mútua, não é?

S.G. – Talvez, não sei...

A.C. – Perón se inspirou em Getúlio, enfim, na sua primeira fase, depois o Getúlio olhou os frutos do trabalhismo peronista com grande interesse, não é? Com uma espécie de auto alimentação ambiental...

S.G. – É, deve ter havido um pouco isso, sim. Embora com estilos diferentes, quer dizer, um não fez a cópia carbono do outro, e nem podia. Nem eram bobos de o fazerem em ambientes diferentes. Por exemplo, na Argentina havia, sempre houve, sindicatos fortíssimos e no Brasil não havia. Havia a pelegada mesmo, não é? [Risos]. Uma diferença muito grande em termos, pois, de instrumentos de ação social.

M.H. – Um último comentário...

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

A.C. – Espera aí. Eu acho que é bom a gente não perder isso. O Sr. está dizendo que era um momento de lazer e que o Sr. leu as obras de Stalin...

S.G. – É com a chegada de novos funcionários para a Divisão Política, eu passei a ficar mais tempo no gabinete. Havia um ou outro assunto da DPO, da divisão política, que às vezes eu atendia porque lá estavam com pouca gente ainda. Mas já nos últimos três ou quatro meses da administração João Neves, eu fiquei mesmo no Gabinete, numa sala onde estavam o Castelito, que era o introdutor diplomático e o Gilberto Chateaubriand Bandeira de Melo, que recebia milhões de telefonemas, e tinha “bicho carpinteiro”, saía, entrava. Mas eu tinha tempo e li muita coisa, inclusive as obras de Stalin, que havia na biblioteca do Itamaraty. Curiosidade de ver um pouco o tipo de raciocínio; como é que ele defendia as diversas posições que foi tomando ao longo do tempo e até observando a semântica. Eu achava importante fixar o tipo de expressão que ele utilizava para justificar decisões, e as motivações que apresentava. Serviriam para identificar as influências em outros textos. Havia uns intervalos mais agradáveis porque o Guimarães Rosa, que era o chefe do gabinete, naquela época estava escrevendo uma pequena descrição de um Aquário em Nápoles e aquilo era uma tortura para ele. E às vezes dizia: “Oh, Guerreiro, vem aqui, o que é que você acha”, e me lia um parágrafo. Depois de dois dias ele lia de novo: “Olha, aquilo eu mudei, sabe? “Então me lia de novo como tinha ficado. Era uma joiazinha de ourivesaria fina que ele estava montando, em que cada palavra para ele virava

um tormento, mas, curiosamente, não alterava o seu bom humor. Eram assim os intervalos agradáveis. Quase todo dia havia um periodozinho em que eu passava na sala dele. Nunca fui puxar conversa, porque não é meu hábito atrapalhar os outros. Acho horrível! Talvez por isso mesmo, ele me chamava: “E agora, esse trecho daqui o que é que você acha, hein?” Às vezes ele ficava satisfeito com o que tinha feito, ria e ficava, obviamente, na maior satisfação [Risos] de ter encontrado a palavrinha ou a modulação de passagem de uma coisa para outra que ele achava adequada. E sabe que eu não sei se jamais ele terminou qualquer coisa sobre peixes e aquário. A essa altura já se sabia que o João Neves ia sair.

M.H. – Acho que... a Monica quer falar...

M.H. – É uma última perguntinha, última pergunta sobre essa questão com a Argentina, que é sobre a escolha do Luzardo...

S.G. – Sim...

M.H. – Na época se comentava muito que havia sido um pedido do próprio Perón...

S.G. – É, talvez tenha sido, eu não sei. Isso foi no princípio do governo Vargas. Não havia um entrosamento perfeito entre Luzardo e o Ministro. E indispensável, no entanto, que o embaixador em Buenos Aires seja uma pessoa da confiança do Ministro; só um maluco põe lá um possível rival. Mas aí, no caso, era uma escolha do próprio Getúlio, e pelo que você diz, e eu ouvi isso na época, o próprio Perón teria solicitado. Não sei se é verdade. Não é uma boa coisa mandar um embaixador que é solicitado pelo chefe do governo do outro país. Já é um motivo para certa desconfiança. Mas, de qualquer forma, Luzardo era um homem interessantíssimo, foi um grande embaixador no Uruguai, meio uruguaio, e possivelmente teria sido na Argentina, se as circunstâncias fossem outras. Apenas, uma coisa era Gabriel Terra no Uruguai e outra era Perón na Argentina, com outra capacidade de, digamos, mexer internacionalmente e alimentando fortes ambições, que o Uruguai não tinha e que nem eram do estilo do amigo dele, Terra.

A.C. – Com a saída do João Neves, como é que o senhor fica?

S.G. – O João Neves, quando estava para sair, procurou dar postos aos que estavam no gabinete. Minha mulher não queria sair do Brasil, naquela ocasião, e eu queria sair porque já estava muito apertado de dinheiro e não tinha interesse nenhum em ficar. Glória me disse: “– Só se for para Madri” porque sabia que Madri era quase impossível. Falei ao Ministro e ele me sugeriu Lisboa que, na época, não me agradava por causa do problema de colônias portuguesas e nossa política em relação ao assunto. Já me dispunha a voltar para a Divisão Política. Quase no finzinho, porém, João Neves fez a minha remoção para Madrid mesmo. E foi um período, realmente, em que eu pude dar uma meia satisfação à minha vocação para vagabundagem [Risos]. Eu fiquei dois anos e meio lá, um período muito interessante e de muita leitura.

A.C. – Dona Glória teve um papel importante aí, nessas trajetórias diplomáticas do Sr. Por que Madri exatamente? Por que era... Europa?

S.G. – Não. No fundo a minha teoria é que ela queria Madri porque achava que eu não ia conseguir porque a embaixada estava cheia, porque era um lugar muito disputado, inclusive porque a vida era barata. Nós não tínhamos pé de meia nenhum ainda, depois de sete, oito anos de carreira e, enfim, havia essas vantagens todas. Madri foi um período em que voltei a ler, regularmente, li os clássicos espanhóis, sobretudo Lopez de Vega, história, livros sobre a situação internacional e conhecemos um pouco a Espanha.

A.C. – Antes disso tem a conferência de Caracas, foi ainda no período...

S.G. – Não, essa Conferência de Caracas foi em 54 e eu já estava em Madri. Antes da Conferência, quando estávamos nos trabalhos preparatórios, o Embaixador Accioly me havia distribuído uns dois ou três assuntos. Um deles era Malvinas, outro era a Convenção de Asilo Diplomático, isto é, uma revisão da Convenção de Havana. Fiz uns trabalhos preliminares sobre esses pontos. Mas, quando houve a Conferência, eu não fui. Foi metade do Ministério, mas realmente eu estava em Madri, não havia muito porque ir a essa Conferência. O Ministério já tinha outra configuração, Vicente Rao, Jaime de Azevedo Rodrigues, outro grupo.

M.H. – O Jaime estava aonde, estava no...

S.G. – Quando houve a Conferência de Caracas, eu acho que ele estava no gabinete do Vicente Rao. Não estive em Caracas, soube das histórias que aconteceram e achei excessiva aquela massa de gente, e os resultados um pouco desproporcionais. Em Madri, de fato, eu fiquei muito por fora desses assuntos todos. Foi um período calmo, conheci umas pessoas curiosas gostei muito do país e da gente, mas isso não é muito relevante do ponto de vista da evolução da minha experiência, a não ser na medida em que leitura é relevante, não é?

A.C. – Claro, certamente.

M.H. – Só... fechando definitivamente o capítulo, digamos, anterior de Caracas, mesmo que o Sr. não tenha participado, o fato é que de alguma forma a sua preparação, o seu envolvimento na preparação, pelo menos em relação a questão das Malvinas, nesse momento me pareceu assim... muito, bastante relevante, até no que diz respeito às relações do Brasil com a Argentina...

S.G. – Mas naquele tempo o assunto era menos agudo do que hoje e se referia a um item geral sobre colônias e territórios ocupados na região. Nós tínhamos uma posição bastante conservadora, de não mexer muito no status quo, deixar que as coisas evoluíssem e amadurecessem. Era um pouco a tendência nossa naquela ocasião, não ir em frente contra os países reclamantes, Argentina, Guatemala, mas, ao mesmo tempo, tampouco apoiá-los decididamente para mudanças bruscas. O tipo de relação nossa com a Argentina, naquele tempo, não justificaria um apoio maior a suas pretensões, isto é, não se inseria a questão das Malvinas no quadro de uma relação intensa, como veio a acontecer depois.

A.C. - É interessante tocar nesse problema de Caracas porque realmente depois, esses temas que estão relacionados com a Conferência vão tomar uma dimensão muito maior, não é? Então o Sr. tenha essa perspectiva histórica para avaliar nessa conferência, quer dizer, porque o Sr. acha que os resultados não corresponderam, acho que houve um grande investimento...

S.G. – Não teria havido saldo positivo numa relação apenas de, como se diz, “cost-benefit”, investimento em relação a resultado. Quer dizer, houve um excesso de preparação, um excesso de presença para resultados, enfim, limitados. Mas eram as

circunstâncias da época talvez. Eu não estou criticando, acho que cada época tem sua peculiaridade.

L.P. – Nessa questão da... voltando a Caracas, mesmo, para fechar, quer dizer, houve por parte do Getúlio alguma tentativa de atender às reivindicações da Argentina de inclusão do tema de territórios dependentes no programa... na agenda de trabalho de Caracas?

S.G. – O tema já estava na agenda provisória. Até eu sair do Rio, que foi em setembro de 53, portanto bem antes da Conferência, não tinha havido instrução da presidência sobre nada específico. Estávamos em trabalhos preparatórios e, portanto, dentro de uma posição de prudência. A chancelaria, nesse caso, não tinha condições de estar indicando mudança substanciais de posição. Alguém que tenha participado da preparação mais imediata, mais próxima da Conferência, é que pode falar das decisões, das instruções sobre as posições em cada item. Eu estive apenas numa fase muito preparatória. Fiz um memorando, se não me engano, sobre os territórios dependentes, principalmente Malvinas e creio que um outro sobre Caena, etc... e um outro ainda sobre a revisão da Convenção da Havana sobre asilo diplomático. Afinal, saiu um novo texto de convenção em Caracas, mais aperfeiçoado, mais preciso, que não foi ratificado por todo o mundo, mas está em vigor.

A.C. – Sobre Madrid o Sr., quer dizer alguma coisa mais?

S.G. – Não, nada de muito particular. Foi um período em que a Espanha estava ainda com grandes dificuldades econômicas, numa evidente pobreza. Gostei muito do país, da gente. Mesmo naquele ambiente de dificuldades havia uma certa nobreza no povo, na maneira de ser. Ainda a ditadura de Franco no seu auge, mas com, talvez, um primeiro sintoma de que poderia haver uma evolução, se se pensasse num largo prazo, porque nessa ocasião, em fins de 53, a Espanha assinou os acordos com os Estados Unidos para o uso de algumas bases em seu território pelos Estados Unidos, não pela OTAN. Esse foi um fato que, de certa forma, teve, creio, certa significação no sentido de modificar o imobilismo do regime, e o imobilismo da posição internacional da Espanha. Nesse tempo, a política externa espanhola fazia um grande esforço de atração, numa base de relações públicas, da América Latina e também um esforço muito grande com relação aos árabes. A Espanha não tinha reconhecido o Estado de Israel, estava fazendo um trabalho de recuperação da contribuição da cultura árabe na Península Ibérica com a restauração de antigos

monumentos, exposição de Alfarrábios, convites a intelectuais árabes, coisas desse gênero. Uma atitude muito negativa em relação à França; lembravam a cada instante a invasão napoleônica, como Napoleão tinha destruído a indústria espanhola no princípio do séc. XIX, como tinha assassinado os patriotas espanhóis; aqueles quadros de Goya passaram a ter muita vigência, etc... Havia uma série de atitudes de grande envenenamento, não apenas contra a França, mas contra a Inglaterra também, por causa de Gibraltar, mas até menos, e uma aberturazinha para os Estados Unidos, o qual estava correspondendo porque tinha interesse estratégico e naquela época, no governo Eisenhower, na guerra fria, a Espanha tinha adquirido, do ponto de vista estratégico, um valor muito especial para os Estados Unidos. Mas, internamente, não se notava nada ainda. Havia, quando muito, um jornal católico, e não é que fizesse críticas, mas tinha uma relativa liberdade de mencionar certos assuntos. Em outros jornais, os artigos de fundo, às vezes muito bem escritos, como os do “ABC”, por exemplo, eram frequentemente sobre os assuntos menos atuais possíveis. Eu me lembro de ter lido um artigo de primeira página que era uma peça literária sobre como os romanos comiam peixes frescos. Também entendi de uma forma muito direta (e creio que essa experiência de um ponto de vista de compreensão de nossos vizinhos foi importante) como a Espanha, mesmo nos piores momentos, era para suas ex-colônias um pólo de atração cultural, como Portugal nunca foi para nós. Muitos dos embaixadores lá eram literatos ou pretendidos literatos e o posto lhes dava uma grande oportunidade. Apesar de não haver mais aquela vivacidade e criatividade literária na Espanha, ainda era uma glória fazer uma conferência no Ateneu, para qualquer hispano-americano. As livrarias vendiam muito. Nessa época passaram a permitir novamente a venda dos livros de Garcia Lorca. Nessa época foi permitida também a edição de literatura galega, que nos interessa particularmente, porque no fundo era um codialeto do português. Então, houve uma reedição das poesias de Rosalia de Castro, de Piñeyro, etc...É preciso compreender que a Espanha, mesmo nos seus períodos de longa decadência, sempre produziu grandes escritores e continuou a ser um pólo de atração cultural para nossos vizinhos. Inclusive a própria língua uniformizada e muito sujeita à disciplina da “Real Academia” de Madri. E Portugal, em outras épocas, teve verdadeiros hiatos e certamente perdemos familiaridades com a vida cultural portuguesa. Isso me lembra também um pequeno episódio, de outra época. Havia um grande e jovem advogado de Guayaquil, que era o representante do Equador na Comissão Sexta da Assembleia Geral, na jurídica, que é plenária, onde vão os relatórios da Comissão do Direito Internacional e vários assuntos de tipo jurídico. Esse rapaz falava

longamente, de improviso e até muito bem, mas enchia, cansava todo mundo porque estávamos ali cada qual dizendo de uma forma muito objetiva a posição de seu país sobre um texto, ou fazendo propostas ou apresentando emendas, e ele fazia discursos longuíssimos, em que entravam toda a doutrina e considerações paralelas em função de um assunto muito limitado. Dizia coisas que grandes números dos representantes ali presentes sabiam perfeitamente, mas que achavam fora de lugar, trazer ali porque ali não era uma aula [Risos]. E ficava todo mundo muito caceteado. E o Gilberto Amado, umas duas vezes, interveio curtamente em francês. Nosso vizinho de mesa, o delegado belga Josep Nisot, que era um homem que vinha da Liga das Nações, jurista conhecido, com vários cursos na Academia da Haia, e que era neurastênico, uma vez perguntou ao Gilberto: “– Ah, esse amador! Porque o Brasil é tão diferente? Vocês quando falam num assunto concreto são curtos e se dedicam aquele assunto e os seus vizinhos quando falam fazem perorações enormes e querem mostrar que sabem coisas [Risos] e eu fico daqui duvidando de que eles saibam”. E o Gilberto: “– Isso é pelo seguinte” – parou, pensou e muito seriamente disse: “– O Sr. sabe, é que eles continuaram sempre voltados para a Espanha e para o gongorismo e o Brasil ficou órfão porque no séc. XVIII, “le Portugal à demissioné de la culture” [Risos]. “E nós tivemos que nos virar para França e para o resto da Europa” Obviamente era uma caricatura e tinha seu pouquinho de alienação também, mas também seu grão de verdade.

A.C. – Pelo que o Sr. descreve o Gilberto Amado, quer dizer, foi um grande representante do Brasil, uma cabeça moderna, um diplomata...

S.G. – É, sob muitos aspectos. Não quer dizer que ele soubesse a fundo e em detalhe os assuntos, não se trata disso. Era um homem de talento e tinha muito o dom de dizer a cada pessoa o que era adequado. Eu já contei a estória da amabilidade que afasta, não é? [Risos] Era uma forma de se defender. O Joseph Nisot, embora parco e frio ficou encantado, não é? De que o Brasil se tivesse virado para a França e passado a pensar em francês. Esse mesmo delegado de Guayaquil, para contar uma outra estória dele, levou um grupo de uns três ou quatro latino-americanos mais jovens para falar com o Gilberto ao fim de uma sessão da Comissão. Nós nos tínhamos levantado, íamos sair, e eles chegaram. E o rapaz começou a dizer: “O Sr. é o nosso decano dos juristas latino-americano na comissão e nas Nações Unidas está na Comissão de Direito Internacional desde a fundação...” “– Agora, o Sr. deve como é natural ser eleito por nós para o final de carreira de um grande jurista

que é a Corte Internacional”. Eu vi o Gilberto fazer uma cara perplexa e meio esquisita. Ele estava obviamente irritado com a ideia, a ideia de ir morar na Haia, naquele clima horrível, em vez de passar o verão em Genebra e depois ir para Cote d’Azur, passar um mês de férias [Risos]. Eu estava vendo tudo isso passar na cabeça dele e a irritação crescer [Risos]. Estava já disposto a intervir, sugerir que conversássemos mais adiante, lembrar um compromisso urgente, fazer qualquer coisa para desanuviar. Mas aí, de repente o Gilberto ficou com um ar muito calmo, beatífico, esse saiu com essa: “– Meu amigo, meu caro amigo, eu tenho tanta admiração por você! [Risos], mas você sabe, eu não posso ser um juiz, porque eu sou um homem de bem e um homem de bem não pode ser juiz. Como é que pode? Veja você, “– virou-se para o guatemalteco –“ se a Guatemala amanhã tem uma pretensão diante da Corte Internacional da Justiça, você acha que eu, com a ligação afetiva que tenho com a Guatemala, posso decidir contra? Mesmo que ela não tenha razão? Então, eu não posso ser imparcial e objetivo como um juiz é obrigado a ser um homem de bem não pode ser indiferente a suas afeições e paixões” saiu-se com essa. Eu compreendo que haja gente que tivesse horror dele, pois às vezes ele se saía com destampatórios; sobretudo quando estava com fome era incontrolável, fazia coisas desagradáveis. Nunca fez comigo. Mas tinha também reações de todo inesperadas, que, como disse, caíam muito bem, ou desarmavam sem risco o interlocutor.

A.C. – E ele se preocupava com os aspectos mais políticos da participação do Brasil no campo internacional? Porque era um homem de pensamento, não é? Tem uma obra importante.

S.G. – Também. Há uma coisa interessante, por exemplo: Num país onde se diz tanta besteira sobre relações internacionais, tanta fantasia, ele deu uma vez uma entrevista ao Odylo Costa Filho, que era muito amigo dele e pessoa de primeira ordem, que saiu na Manchete, em 59 ou 60, sobre...

[FINAL DA FITA 8-A]

S.G. - ... sobre as duas superpotências, em que ele desmistifica o excessivo emocionalíssimo com que o conflito entre as duas é tratado, as confusões também que suscitava o alinhamento e o não – alinhamento, a falta de objetividade, etc... Mostrava

que os dois países faziam o que eles deviam fazer, cuidando de seus interesses, e que nós temos que cuidar dos nossos, que podem coincidir ou não. Tudo que está na base, se se quiser da ideia de uma política sem alinhamento automático adaptada às nossas peculiaridades, está nessa entrevista dele com o Odylo Costa Filho. Não é que fosse novidade, isso era uma ideia que nós todos tínhamos, mas está ali numa forma límpida para o público. Não faço arquivo e não guardei a entrevista, do que me arrependo.

A.C. – O Sr. considera que foi uma influência na sua vida, o Sr. que trabalhou tanto com ele?

S.G. – Foi uma presença importante. De certa forma nós éramos o oco e o espeto e talvez por isso nos entendêssemos. Tive uns dois atritos, bem superados e limitados. Mas nós estávamos em Madri, acabando. De Madri eu fui para Genebra, fiquei uns nove meses lá e nessa época eu comecei a ser preterido nas promoções, passei nove anos segundo secretário, etc.,

A.C. – Foi preterido?

S.G. – É, umas nove, dez vezes, no tempo do Juscelino. Mas passei em Genebra a maior parte do ano de 56 e voltei a trabalhar em organismos Internacionais cuidava da Organização Internacional do Trabalho e substituía o Alfredo Valadão no GATT quando ele estava fora. Tive um pouco de contato com assuntos de GATT, andei estudando o acordo e as práticas. Mas, nesse período, o Embaixador Amaral Peixoto tinha ido assumir Washington, e me convidou para ir para lá. Eu conhecia pouco, tinha conhecido Dona Alzira e o Senador uma vez em que eles passaram por Madri. Foi muito agradável. Dona Alzira até me contou referências que o Gilberto Amado tinha feito a ela a meu respeito. Conversei também uma vez com o Senador sobre uma entrevista que ele havia dado. O convite para Washington me surpreendeu. Soube, depois, que ele perguntara ao Cyro que era amigo dele antigo, sobre pessoas e o Cyro indicou para Ministro Conselheiro o Henrique Valle e sugeriu me convidasse também. A remoção levou vários meses para se resolver, porque eu estava em Genebra há pouco tempo. Não houve boa vontade por parte do Ministério, nessa época. Mas, afinal, fui para Washington e tive aí um período de três anos e dez meses como encarregado do setor político. Foi um período extremamente fértil por várias causas... Em primeiro lugar, a massa de informações disponível. Eu fazia

política interna americana e América Latina. A documentação era infinita. Nós tínhamos diariamente, distribuído pelo Departamento de Estado, o monitoramento de emissões de rádio de todos os países, além dos grandes jornais americanos. Todos os dias eu dava uma olhadela neles todos, “New York Times”, na época ainda existia o “Herald Tribune”, o “Washington Post”, o “Star”, que era um jornal também de Washington mais conservador, o “Saint Louis Post-Dispatch”, o “Christian Science Monitor”, o “Philadélfia Iriquirer”, etc. Revistas, “New Leader”, “New Republic”, “Atlantic Monthly”, tudo eu recebia. Era uma massa de informação brutal. Para qualquer assunto que você quisesse ir mais a fundo, a biblioteca do Congresso servia embaixadas, sem problema nenhum. Você pedia ou um livro ou o que existisse sobre tal assunto, e a biblioteca mandava, emprestava, em certos casos mandava Xérox de artigos que não era disponíveis imediatamente. Era uma coisa extraordinária. Desse ponto de vista, foram três anos e meio de um acúmulo de informação como eu não tive em nenhuma outra época. Havia tempo, também, pois a cidade era calma. O chefe era ótimo, pessoa muito objetiva, finíssima um gentleman. Tinha muito boa situação lá, ao mesmo tempo bom embaixador, sabendo como dizer coisas que tinha que dizer. Algumas vezes me levava para almoço com políticos brasileiros de passagem que eu não conhecia, “University Club”. Eu ficava um pouco fazendo figura, só ouvindo conversa, às vezes interessante, às vezes divertida. Já se tratava da sucessão de Juscelino, a ideia de um candidato único UDN-PSD. Mais adiante, embora não fosse especialista, sentia, percebia que a fixação em dois nomes opostos, pouco ligados aos partidos ia provavelmente criar problemas graves pro futuro. Nesse período, já havia uma série de problemas de tipo comercial com os Estados Unidos, mas muito menos concretos e precisos do que hoje, porque nós não exportávamos manufaturados. Havia o problema, na época, da negociação eventual de um acordo sobre café e a oposição americana era muito contrária, até mesmo do ponto de vista filosófico a um acordo sobre café ou sobre qualquer produto de base. Forças do mercado funcionavam etc. E o Brasil, a Colômbia, os outros, às vezes, faziam gestões conjuntas... o Frazão, que já cuidava de café, ia muito a Washington, conversava muito comigo sobre este assunto, embora não fosse do meu setor. Uma vez eu resolvi ficar pessimista e lhe disse: “— Ah, e o sistema de quotas vai depender do Congresso Americano e nós vamos ficar pendentes de uma decisão do Congresso, que é um órgão político, amanhã pode querer trocar a quota por alguma coisa de política externa...” Aí o Frazão ficava preocupadíssimo. Mas as coisas foram evoluindo. Houve fatos que, de certa forma, ajudaram, principalmente preocupação política com o futuro dos quatorze países

que, na época, dependiam essencialmente de exportar café, vários na América Latina, Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, vários na África, importantes e pró-ocidentais, como era o caso da Costa do Marfim. A própria França já era muito a favor por causa das suas colônias, que, pouco depois, se tornaram independentes. Havia pois muito esforço de persuasão da administração americana para a importância política de se chegar a um acordo que garantisse um mínimo de estabilidade para o mercado de café. Mas o contencioso comercial era mínimo porque nós não éramos exportadores de produtos manufaturados na época, éramos exportadores de café outros produtos primários. O problema para nós, em termos de cooperação econômica internacional, era o preço de produtos primários e os financiamentos.

A.C. – Essa era a orientação do embaixador, inclusive?

S.G. – Essa era a posição do país, determinada por suas próprias circunstâncias, não é? O embaixador funcionava bem. Tinha muitos bons contatos, era uma pessoa muito objetiva e sabia dizer o que ia dizer como dizer, mesmo as coisas mais duras, de forma muito aceitável. Nesse período, a política em relação à América Latina tendia ao nível de mera “public relations”. Se ressuscitava aquela ideia do hemisfério ocidental, dos anos trinta e princípios da guerra mundial, que já perdera seu sentido estratégico. A própria visão do mundo em termos cartográficos tinha-se mudado para fins estratégicos, mas a ideia servia aos Estados Unidos e perdurava em um certo tipo de “public relations”. Houve uma reunião no Panamá, vocês se lembram? Foram os presidentes das Américas, foi o Eisenhower, para o que foram todos eles, que no fundo, foi uma cerimônia protocolar, mais simbólica do que outra coisa. O presidente Eisenhower usou o seu irmão, que era reitor da Universidade Johns Hopkins, Milton Eisenhower, para tratar de assuntos americanos, para mostrar que era um interesse muito pessoal dele, Presidente. Eu me lembro, que desta coisa no Panamá, saíram 150 bolsas de estudo da OEA, o que bordejava o ridículo [Risos]. Nós sentíamos muito já, o pessoal da minha geração que talvez fosse... melhor não fazer essas coisas meio ridículase dizer as verdades, mesmo que tristes.

A.C. – Mas um fator político importante, vai precipitar, não é?, a criação de um assunto político nessa agenda entre os países, que foi a viagem do Nixon, né? E enfim, a maneira tão desastrada com que o presidente Nixon foi recebido.

S.G. – É exato. A viagem do vice-presidente Nixon, evidentemente estava dentro desse esforço de dar atenção um pouco na base de relações públicas, e logo na Venezuela houve as cusparadas, aquela estória toda a criar uma certa comoção... Evidentemente, nós analisamos aquilo claramente, inclusive fizemos expedientes sugerindo que a Secretaria de Estado autorizasse a Embaixada a fazer reuniões com os demais embaixadores latino-americanos e, Washington para que transmitissem a seus governos certas ideias que tornassem possível ação conjunta. Isto deve estar nos arquivos, em relatórios meus dessa época. Mas não se adotou esse método. Houve a Operação Pan-americana, já...

A.C. – A resposta partiu do Brasil, e não da Embaixada, não é?

S.G. – Partiu do Brasil. Partiu do Brasil, por que teria que partir necessariamente do governo. O que nós tínhamos sugerido é que houvesse uma preparação junto aos outros, latino-americanos, que não houve, não houve nenhuma. O lançamento foi feito na base da grande manchete, “A Operação Pan-americana, iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek”... não tinha havido sondagem junto aos países latino-americanos. Não tinha havido nenhuma combinação com os americanos, que foram apanhados de surpresa, etc, o que desde logo criou uma reação muito fria por exemplo, da parte do México, da parte do Peru e de alguns outros países. Curiosamente não tanto da parte da Argentina. Uma reação no sentido de porem dúvidas, levantarem problemas. Não se solidarizaram num primeiro momento. Aí, nós tentamos corrigir, os embaixadores nossos foram conversar com esses governos, explicar que isto tinha feito daquela maneira porque era preciso uma ação de impacto imediato e não dava tempo, e uma longa explicação do espírito da Operação. Explicações, orientadas por uma hábil, memorando que o próprio Araújo Castro redigiu. Ele assumiu o Departamento Político nessa época. Era um pouco uma satisfação a posteriori, mas sempre ficou um certo ressaibo azedo. Como não se sabia o que fazer, criou-se um comitê dos vinte e um. Bom, mas você tinha uma perguntinha.

M.H. – Um pouco, como se explicaria... que explicação o Sr. daria para esse fato, quer dizer, um pouco... isso não faz muito parte da tradição da praxe diplomática do Brasileiro âmbito interamericano, quer dizer, qual seria a razão, na época, para que o Brasil decidisse tomar essa iniciativa?

S.G. – O momento era um momento adequado, visivelmente, para que os países latino-americanos fizessem alguma coisa, não é? De modo que a Operação Pan-americana veio num momento adequado. Nós estávamos começando a ter grandes dificuldades, como tivemos com o Fundo Monetário, pouco depois, se lembra? Mais ou menos na mesma época. A maneira de fazer é que dava a terceiros a impressão de motivos publicitários. Foi ato solto, isolado, antes de fazer o mínimo de consulta com as demais. Também era difícil fazer essa consulta, porque não havia uma tradição de confiança e intimidade entre nós e os demais latino-americanos, ao ponto de se poder resolver um assunto desses, uma iniciativa dessas, em vinte e quatro, quarenta e oito horas. Os americanos notaram e os latino-americanos notaram também, e exageraram esse aspecto que a “Operação” era muito para efeitos políticos internos no Brasil, quer dizer, algo que destacasse o presidente Juscelino. Acho que exageraram essa avaliação. Mas se sentiam corroborados, por exemplo, porque sempre nos comunicados finais, das 21 uma das preocupações do Schindt era de que ao se mencionar a “Operação Pan-americana”, pelo menos uma vez se acrescentasse: “proposta pelo Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira” [Risos]. Era uma dessas pequenas coisas que evidentemente desgastavam e pareciam confirmar uma impressão, até certo ponto falsa, sobre a motivação do Brasil. A insistência já provocava sorriso e enfraquecia a posição nossa em termos dos demais. É óbvio que, depois de lançada depois de ter havido uma decisão conjunta de reunir um comitê, daí por diante, a “Operação” tinha que ser obra de todos, não podia estar a cada momento sendo recordado que se tratava de uma iniciativa do Presidente do Brasil. Essas pequenas coisas contam, numa negociação internacional, porque os outros não são bobos, eram até muito desconfiados e, em relação a nós, muitíssimo.

A.C. – E ficou óbvio que o Brasil estava querendo seus próprios problemas através dessa... articulação coletiva?

S.G. – Muitos desconfiavam disso, havia muito a desconfiança de que o Brasil sempre tratava dos seus assuntos bilateralmente com os Estados Unidos, que nosso pan-americano era mais para discurso. A “Operação” era algo novo apresentado de supetão, gerava ambiguidade, houve quem pensasse, o que era um disparate, que havia sido combinada previamente com os americanos. As coisas se foram esclarecendo, mas sempre ficava uma interpretação da “macete” publicitário. Eu mesmo ouvi, um nível intermediários, o comentário: “– Ah, esse seu delegado é realmente muito amigo do seu

presidente, não é?, muito interessado” Por outro lado, nós tínhamos a ideia geral da necessidade imperiosa da cooperação para o desenvolvimento. Mas não uma ideia concreta e precisa do que é que nós queríamos.

M.H. – Havia um...

S.G. – Exato. Sim?

M.H. – Em relação ao próprio Itamaraty, aos quadros e aos diplomatas, que tipo de reação houve a essa iniciativa?

S.G. – Eu estava fora e a informação, que eu tive no exterior, era de que alguns funcionários que estavam inclusive em posição chave, fizeram disciplinadamente o que tinham que fazer, como podiam, mas achavam aquilo uma patacoada. Porque saía muito da tradição. Não que houvesse uma reação militante, mas uma falta de compreensão e cooperação. Em consequência os documentos passaram a ser feitos diretamente pelo Araújo Castro, que passou a chefiar o Departamento Político. Também o Mozart, que ficou à disposição do Schimdt. Era um grupo um pouco mais antigo, das duas turmas anteriores à minha, além do Celso Souza e Silva, que era posterior. Portanto, uma renovação de equipe.

A.C. – Num certo sentido, a Operação Pan-americana foi um divisor de águas em termos geracionais dentro do Itamaraty?

S.G. – Em certo sentido, sim. Da minha geração e para baixo, havia muita compreensão. No meu caso, havia uma atitude um pouco crítica daquela rapidez e da falta de pensamento sobre quais seriam os próximos movimentos. A ideia, e o Castro explicou isto, e mais de uma vez, é que a iniciativa sobre o que fazer concretamente caberia a quem podia, aos Estados Unidos. Nós tínhamos de motivar, de criar o movimento. Acontece que os americanos que tinham uma política em relação à América Latina de “public relations”, não tinham um pensamento concreto sobre o que fazer. No governo Eisenhower, havia pouquíssima possibilidade de qualquer forma maior de cooperação internacional, como houve com relação à Europa como Plano Marshal não havia uma motivação estratégica por parte dos Estados Unidos. Isso tudo se sabia, era notório. Era

preciso que nós disséssemos, que as nossas áreas econômicas e outras dissessem que coisas mais, concretamente se poderiam propor. Proposto que fosse possível aos Estados Unidos atender, no todo ou em parte, e se começasse a dar a impressão de que algo acontecia em consequência da Operação. Mas não havia propostas muito claras. No início, o próprio Schimdt andou procurando assuntos e o que ele encontrou para o Comitê dos vinte e um foram uns estudos que o setor econômico da embaixada em Washington tinha feito, sob a orientação do Miguel Osório de Almeida. Ele tinha feito umas projeções, tomando duas ou três variáveis, em quadros enormes, e sobre a evolução da economia americana, em comparação com a economia soviética; da economia do bloco soviético e da economia dos países industrializados de economia de mercado. E naquele momento, nos últimos anos, tinha havido um crescimento da economia soviética maior do que o da americana. No período Eisenhower houve, não uma recessão, mas uma relativa estagnação, uma colocação da casa em ordem, como era da programação do Partido Republicano. Uma espécie de freio na tendência inflacionária que veio depois da guerra e assim por diante, enquanto que por algum motivo nesses anos 50, pelo menos oficialmente, índices de crescimento soviético, inclusive na agricultura, tinham sido bons. Então o Miguel fez um cálculo, utilizando todo o pessoal do setor econômico em Washington, que eram 2/3 da Embaixada e nos gráficos resultantes, daí a sete anos, acho que em 65, a União Soviética e o bloco socialista ultrapassavam os Estados Unidos mais a Europa em matéria de produção, etc... contam que, tais gráficos foram mostrados aos adidos militares e um general, que estava lá na época, botou o dedo antes da interseção das curvas e disse: “Aqui está a guerra atômica”. [Risos]

A.C. – Num ponto da curva, estoura a guerra atômica?

S.G. – Logo antes do ponto da interseção. Com relação a esses gráficos, o Schmidt, muito lisonjeiramente, perguntou minha opinião: “– O que que você acha”? Eu lhe disse: “– Bom, é interessante, está baseado numa série de variáveis, há outros estudos que são menos dramáticos, mas a tendência geral parece ser essa, se nada mudar, ou como os economistas gostam de dizer “coeteris paribus” e acrescentou:” – Apenas a gente sabe que no mundo criado pelos homens os coeteris nunca são paribus. Mas, com essas qualificações, é uma coisa interessante, causa um choque, e até a imprensa aqui, tem discutido isso. Então, numa reunião do Comitê dos 21, a primeira ou a segunda, o Schimdt soltou esse negócio, causou a maior irritação na delegação americana, mas eu achei que

tinha valido a pena, que estava na fase de alertar não é? De criar, digamos, um clima. Mas isso não era uma proposta concreta. No fundo, nos cobravam propostas concretas; já que você propõe um movimento, explica, dá o espírito da coisa, a motivação, você tem que depois traduzir isso em miúdos.

* os índices de crescimento da economia soviética tinham sido bem maiores e etc. e inclusive. Não contar que os outros o façam. De fato, o que saiu de concreto, e os americanos tiveram grande cuidado de não associar à Operação Pan-americana a criação do Banco Internacional de Desenvolvimento. Houve uma preocupação americana de não dar crédito a Operação Pan-americana, como causa da criação. O banco tinha sido proposto em Caracas já 1954, pelo Chile e México e naquela ocasião, parece que nós tivemos uma atitude de reticência e desinteresse pela ideia. Talvez achássemos que nós íamos ter que contribuir muito e receber pouco, que éramos um país grande na região, qualquer bobagem dessas, não é? O BID acabou sendo uma instituição utilíssima para nós. A Operação acabou morrendo de morte natural. Foi interessante, sacudiu um pouco a própria chancelaria brasileira; como você disse, teve uma certa significação em termos geracionais dentro da carreira. Mas, os frutos foram muito reduzidos. A noção de uma relação especial no Hemisfério, que deveria refletir-se cada vez mais na cooperação econômica, ainda teve, pouco tempo depois, uma manifestação na “Aliança para o Progresso”.

M.H. – Em relação à questão, exatamente geracional, justamente dessas diferentes pessoas e cabeças envolvidas nesse projeto, o Schimdt, o Araújo, o Miguel Osório..., havia...

[FINAL DA FITA 8-B]

M.H. - ... Miguel Osório, havia uma convergência total ou se poderia um pouco identificar diferenças e semelhanças de projetos e...

S.G. – Creio que do ponto de vista da atitude geral, sim, havia convergências. Não havia uma grande precisão de pensamentos, como eu disse, sobre como fazer a partir do lançamento. O que me preocupou sempre, é que nós devíamos ter alguma coisinha na manga para apresentar e realmente nada tínhamos ou muito preciso. Dadas as circunstâncias, nem fizemos uma preparação adequada. O país era muito menos preciso do que hoje em termos de seus interesses econômicos externos, como eu disse. Havia dois

aspectos, “me dá um dinheiro aí” e a estabilização dos preços dos produtos de base. O país era bastante mais simples, e atrasado, do que é hoje. Tivemos um problema como sempre, com o FMI. Uma série de molecagens, promessas de adotar medidas em cartas do Alkmin, desmentida uma semana depois quando houve uma passeata em frente ao Catete, o que criava irritação. Não é possível prometer uma coisa numa semana e mudar na outra. Enfim, foi um período difícil. Continuamos com problemas, como sempre. Moreira Sales, o Embaixador seguinte, tinha um grande prestígio nos meios bancários, econômicos. Pessoalmente arranjou, às vezes, dinheiro para a Delegacia do Tesouro para pagar o funcionalismo lá fora. Chegamos a uma situação meio parecida com o setembro negro de 82. Mas para mim foi um período muito interessante, de que gostei muito. Um pouco uma desmistificação americana. Um acúmulo, de informação sobre a América Latina e, ao mesmo tempo, uma percepção do baixo nível que lhe era atribuído nas prioridades do governo e no interesse do público americano.

A.C. – Continua mais ou menos a mesma coisa, não é?

S.G. – A América Latina aparece mais pelo folclore. Voltou a ser significativa quando houve o êxito de Fidel Castro. Foi em janeiro de 59.

A.C. – Isso antes do Sr. entrar nesse ponto, que é importantíssimo, enfim, eu queria lhe perguntar sobre a posição do embaixador Amaral Peixoto, ele foi contra a OPA, ficou muito irritado com a Operação Pan-americana.

S.G. – Não, ele...

A.C. – O senhor se lembra?

S.G. – A minha impressão é de que a maneira como foi feita não era muito do agrado dele, quer dizer, lançada de chofre, sem consultas, sem sequer uma sondagem. O próprio modo de apresentação do assunto não era muito de seu estilo. Mas ele foi corretíssimo, como sempre. Acho, ainda, que a “Operação” teve um valor indireto do estimular o pensamento de que nós não devemos dar uma ênfase exclusiva ou excessiva a um relacionamento puramente bilateral com os Estados Unidos, porque há problemas comuns e era possível agir em termos coletivos latino-americanos. Houve um certo amadorismo,

se se quiser, em alguns aspectos, mas ela foi válida, foi útil e a rigor a ideia da Aliança para o Progresso, do Presidente Kennedy, não deixa de ser uma resposta atrasada.

M.H. – Eu acho... Me parece também ministro, que por trás, digamos, da ação mais concreta da OPA, existe todo um pensar na época, no Brasil que está presente inclusive dentro do Itamaraty, com respeito à questão do desenvolvimento econômico, e com respeito realmente às possibilidades que o Brasil teria, de digamos, dar um salto, um caminho, não é?

S.G. – Sim, sim, sem dúvida. Aliás ela coincidiu com um esforço, no período Juscelino, de alcançar certas metas e uma série de projetos que estavam sendo lançados na indústria automobilística, indústria naval e outras coisas. Havia muito a ideia da prioridade para o desenvolvimento econômico como algo indispensável para o país, uma percepção, digamos, do atraso do país e do que isso significava em termos de risco para o futuro. E as próprias teorias sobre o desenvolvimento econômico, que começaram a ser elaboradas depois da segunda guerra, e que tiveram impulso em certos órgãos das Nações Unidas, tudo isto estava já permeando muito o pensamento nacional. Naturalmente, havia esse background, esse pano de fundo por detrás de todo esse esforço, e a ideia de que a cooperação internacional era necessária. Desde de depois da guerra, houve primeiro uma frustração: “nós participamos da guerra, mas não contamos”. “A Europa está tendo o Plano Marshal e nós nada...” Por motivos óbvios, não é? Eram países que embora estivessem com suas indústrias destruídas, a economia desorganizada, eram também países que poderiam perfeitamente aproveitar-se de um Plano Marshal, porque eles tinham os cientistas, tinham os técnicos, tinham a capacidade de gerenciamento e organização intacta, tinham o grosso da sua infraestrutura facilmente consertável, infraestrutura física, infraestrutura educacional, cultural. Portanto, uma capacidade de absorver recursos externos imensas, e rapidamente voltar a funcionar, como aconteceu. Os países em desenvolvimento obviamente não tinham essa capacidade. O Banco Mundial foi criado em 44, como se sabe, e se chama Banco de Reconstrução e Desenvolvimento, e durante muitos anos a ênfase, a prioridade total, foi para a reconstrução. Nos anos 40 e tantos, nós já dizíamos: “É preciso prestar atenção à outra função do Banco, que é o desenvolvimento.” E já começaram desde de muito cedo, certas medidas de cooperação internacional direcionadas para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, como foi o Ponto Quatro do Presidente Truman, que está na origem

dos programas de assistência técnica bilaterais e da criação na ONU do que mais tarde veio a se chamar o PNUD. Essas ideias já estavam frutificando; a ideia de um financiamento favorecido para o desenvolvimento não havia pegado, ou foi pegando, se se quiser, nos Estados Unidos, com uma motivação estritamente militar-estratégica, quer dizer, era dinheiro barato para certos países que eram considerados importantes para a defesa da linha de frente, da fronteira, do limes, do mundo dito livre. Países como o Brasil, os latino-americanos em geral, que nem estavam na linha de frente, nem estavam na miséria total, tinham um tipo de cooperação em bases comerciais e muito pouca coisa em termos de empréstimos concessionais. Havia um pouco na parte militar, para manter as forças armadas latino-americanas pré-dispostas, sobretudo para os oficiais treinarem lá nos Estados Unidos. Mais adiante nós superamos tudo isso por diversos motivos, e disso falaremos adiante.

A.C. – De qualquer forma ficou um balanço importante no Itamaraty desse pós-guerra, acho que foi a separação de quadros diplomáticos para atuar tanto na frente política, quanto na frente econômica, que a essa altura foi há vários nomes, não é? Dentro da... instituição que estavam se especializando nesses assuntos de desenvolvimento, enfim...

S.G. – Eu Acho que sim, eu acho que foi importante esse aspecto. Houve vários casos. Apenas era preciso evitar uma visão unidimensional, e que na chancelaria se conseguiu, quer dizer, o desenvolvimento econômico e o que os outros países podiam fazer só podiam ser equalizados levando em conta as motivações políticas e militares-estratégicas, que estavam visíveis, senão nós estaríamos apenas pretendendo ou esperando coisas que não viriam naquela época.

L.P. – Ministro, essa questão de aproximação com os latino-americanos, quer dizer, a proposta da Operação Pan-americana, o fato de não ter sido por via da OEA, isso não provocou um esvaziamento ainda maior do... quer dizer, ou essa queixa de alguns países latino-americanos de quem que houvesse consultas anteriores era bilateral ou seria via OEA.

S.G. – Via OEA não se conseguiria naquele momento, dado o próprio método desse tipo de organização. No fundo, o que eles gostariam era de ter sido consultados bilateralmente: “Você é um país importante, vamos fazer isto ou aquilo”. Também se se consultasse,

como o tipo de relação era bom, mas formal, tudo podia se atrasar muito, podia se complicar, podiam surgir várias ideias detalhistas ou dispersivas que desviariam a atenção do objetivo principal, etc... Isso foi um problema que nós tínhamos nesses períodos. Eu acho que só no período Figueiredo se criou um relacionamento com os vizinhos que me permitia, nos exemplos falar ao telefone com quatro, cinco chanceleres e discutir qualquer ideia com informalidade e franqueza. Esse grau de confiança que permite negociar com eficiência e rapidez é recente.

A.C. – Eu acho que o Sr. está nos dando, sobretudo, uma visão sociológica da política externa, quer dizer, é preciso um tempo de estratificação e consolidação das relações entre os países, como acontece também com as pessoas...

S.G. – É uma questão de bom senso. Como é que você, na sua vida privada, pretende mobilizar os moradores do edifício onde mora e de repente chama a uma reunião, se não conhece nenhum deles, ou os esnobou durante muito tempo e propõe um troço? Aí, ao invés de serem razoáveis receptivos, haverá alguns deles que pensarão: “Com esse sujeito, nada...”.

A.C. – Lógico, perfeito. Eu queria lhe fazer uma última pergunta sobre esse período que passou, assim, acho que todo mundo ficou curioso de saber. Por que o Sr. foi tão preterido no início do governo Juscelino?

S.G. – Ah, isso são coisas...

A.C. – Era problema com o Macedo Soares?

S.G. – Não, era um pouco porque estava no exterior. Passei sete anos sem ir sequer de férias ao Brasil porque o dinheiro não dava. Embora eu estivesse em Washington, e o Amaral pedisse muito a minha promoção, até quando eu já estava no número dois ou três da antiguidade, e eu disse a ele: “Por favor, embaixador, não se incomode mais, que eu vou por antiguidade...”. Ele fez questão enfim, até que eu fui por merecimento, sendo o número dois. O Ministro havia sido mudado. Há um mês já era Negrão de Lima. Daí a vinte dias, iria pela antiguidade. Mas isso foi essencialmente por eu estar fora, estar fora e em postos bons, e haver poucas vagas no período Juscelino, muito poucas. Então, na

hora H, eu entrava em todas as listas tríplexes, depois quátuplas, para promoção por merecimento, durante cinco anos, para enfeitá-las.

A.C. – (Eu estou vendo aí) uma implicanciazinha, não?

S.G. – Eu entrava... e não era promovido, nunca pedi para entrar em lista por merecimento ou, mais tarde, quadro de acesso.

A.C. – Eu acho que houve uma implicância, porque o senhor disse que o Sette Câmara...

S.G. – E tudo automaticamente, quer dizer, se reuniam os chefes da casa para organizar as listas e botavam o meu nome, não é? Mas o Sette Câmara não tinha poder de promover, não tinha poder de promover, não, embora chefe da casa civil. Mesmo o Mafra, que era amicíssimo dele, não pode ser promovido. Creio que o Sette arranjou Paris para ele.

A.C. – Ou foi porque o Juscelino talvez tenha sido um presidente muito político nessa área do Itamaraty?

S.G. – Ah, em parte, sim, em tudo.

A.C. – Favorecendo...

S.G. – Aquela brincadeira do Silveira Sampaio, do quadro, de ponderação dos pistolões? Eu estava fora, mas me contaram... Havia um quadro assim: Deputados não sei quantos, peso dois; Senador não sei quantos, peso quatro; e ia por aí a fora; depois, Bispo de Diamantina, peso cinquenta; etc... Dizem que ele negociava tudo. Até remoção de porta lista no interior do Piauí [Risos] era feita na base de algum interesse da política estadual. De modo que isso também foi um fator que pode ter influenciado. Eu não tinha força por fora.

A.C. – Então vamos passar... eu acho que... a consequência mais importante dessa foi ousada. Operação Pan-americana tenha sido a abertura para a política externa independente do Jânio, que veio logo depois...

S.G. – E, em alguma coisa, talvez. No sentido de que era um sintoma dos tempos. Ainda em Washington, e me refiro a 1957 se deu um episódio que passo a contar. A turma que estava lá era muito boa, eram rapazes novos, Geraldo, o Holanda Cavalcanti, o Sérgio Lindenberg, o Marcílio Marques Moreira, o Octavio Rainho, o Proença Rosa, que eram todos novos. Quando eu cheguei lá, em dezembro de 1956, me tratavam de Sr., embora eu fosse segundo secretário, porque eu já tinha idade e estava gordo. Tive dificuldade para eles me tratarem de você. O Henrique Vale, que era Ministro Conselheiro, resolveu organizar uma espécie de seminário ao fim do expediente, para aproveitar aquela massa de leitura que nós fazíamos, num posto de observação como Washington, de onde se podia saber de coisas de todo o mundo. A nossa rede de embaixadas era muito menor, em muitos países se vivia em estado colonial. Mas lá nós tínhamos informação sobre tudo, sobre qualquer assunto. Então fizemos um estudo e a tendência de todos ali, em matéria de prioridade da política externa, era sempre o desenvolvimento econômico. Aí, eu resolvi dizer que não, que a prioridade era a paz, que obviamente, sem paz, você não se desenvolve; se você estiver sempre numa ameaça de conflito, em vez de gastar em desenvolvimento, vai gastar em armamento, o que pode ser até bom porque pode desenvolver sua indústria, indiretamente. Aí, o Miguel Ozório, num aparte veio com toda aquela teoria de que a industrialização francesa começou com a indústria dos canhões sob Luís XIV. Saíam as coisas mais divertidas. Eu dei esse exemplo da Suíça, que já mencionei, não é? Resolvi dar um exemplo assim extremo, dizendo? “– Qual é o principal objetivo da política exterior da Suíça? É o respeito à sua neutralidade. Isso ocupa muito pouco, mas as decisões básicas e vitais que o governo suíço tem que tomar se referem a esse objetivo; o resto é vender relógio, ou coisas Brown Boveri, ou da Nestlé etc.. está muito bem, pode ser 90% da atividade, mas não é a prioridade em termos conceituais. Porque com tudo isso, se ela não tivesse mantido a sua neutralidade e se transformada numa espécie de refúgio do dinheiro do mundo, [Risos], ela não teria satisfeito o seu objetivo.

A.C. – Isso foi em Washington?

S.G. – Em Washington, é. Mas...

A.C. – Quer dizer, o senhor nos dá um elemento muito definidor do que o Sr. vai realizar depois.

S.G. – Houve um ponto nesse trabalho que eu acho interessante. O Geraldo Holanda que, na época, tinha umas ênfases um tanto diferentes, me lembrou isso anos depois. É que me coube fazer um papel sobre a América Latina. Nesse papel, eu dizia justamente que era preciso criar uma intimidade real, não nos colocarmos, como era a tradição, um pouco como uma coisa à parte, tomando atitudes, às vezes, até inconscientemente, condescendentes ou paternalistas, porque essas coisas eram percebidas, por mais que fossem envolvidas em uma retórica amistosa. Que era preciso usar vários instrumentos, o instrumento cultural muito, até os partidos internacionais, tipo Democracia Cristã e outros que floresciam em alguns de nossos vizinhos, Venezuela, Chile, etc. Usar os processos indiretos, gastar algum dinheiro, como os espanhóis tinham feito em períodos piores de isolamento, para convidar gente, políticos, jornalistas, intelectuais, etc., Tudo isso podia soar borocochô, mas era importante, porque... esses países, e nisso até se parecem muito com o Brasil, são muito personalistas e subjetivistas, e as pessoas funcionam muito em razão de sua experiência pessoal, da simpatia, etc. Da parte política, sobretudo com relação à Argentina, fazia uma série de considerações, lembrando que, evidentemente, sempre houve um tipo de rivalidade subjacente, com a Argentina. Manter essa rivalidade, era, de certa forma, do interesse das grandes potências, inclusive dos Estados Unidos, desde que não chegasse à guerra, que houvesse uma certa rivalidade suficiente para evitar que os dois atuassem conjuntamente em termos políticos, em confiança. E que nós não tínhamos mais porque nos preocupar, porque, se há trinta anos atrás, ainda nos anos vinte, a Argentina era um país que até em termos absolutos era mais rico do que o Brasil, hoje já estava, obviamente, numa posição menor e que em mais dez, quinze anos, a diferença poderia ser um hiato gritante, e eu concluía isso: “O grande problema para nós” estava escrito, eu joguei fora tudo...

A.C. – Eu estou querendo aqui pedir pro Sr. esse documento...

S.G. – Como disse, joguei fora tudo. A cada remoção, me aliviava do que não fosse necessário. Diplomata tem dificuldade em carregar arquivo e biblioteca de um lado para outro. Mas, eu concluía mais ou menos nestes termos: “O grande problema da diplomacia brasileira na América do Sul, por uma geração, vai ser acolchoar — foi termo que usei — a passagem da Argentina da condição de rival para a de júnior partnes, sem que isso fique caracterizado ostensivamente”. [Risos] Hoje, eu suprimiria francamente o qualificativo

“júnior”. Sempre acreditei nisso e os fatos já começavam a ser observáveis. A estagnação argentina já era visível e nós, bem ou mal, estávamos crescendo, não é? Mesmo naquele período pós guerra a 5% ao ano, cinco e meio, com todas as crises, mas com uma possibilidade maior. As possibilidades de venda de carne tinham caído muito, de trigo também em termos de preços, etc... A industrialização argentina é mais cara do que a nossa, sempre foi. Então, disse: “Não temos que nos preocupar com que a Argentina tenha um destroier a mais ou a menor que nós, isso não tem importância, porque o poder não é isso, o poder é infraestrutura industrial, etc., Portanto, temos que fazer bem essa passagem, porque se a fizermos mal, se continuarmos com essa ideia de rivalidade, se pretendermos caracterizar uma liderança nossa, a Argentina fará um pacto com qualquer potência que a reequilibre, com os Estados Unidos, com a União Soviética, com o diabo”.

M.H. – Voltando aquela ideia que o Sr. mencionou hoje sobre aquela questão das prioridades econômicas e estratégicas...

S.G. – Sei...

M.H. – Quer dizer, no caso da Argentina, surgiria, então, muito mais, a perspectiva de já nessa época, de que, digamos, a própria história econômica de ambos os países iria determinando o curso dessas relações?

S.G. – É uma evolução, digamos assim, marcada pelas duas motivações; quer dizer, o fato econômico, no caso, ia mudando e deveria levar-nos a um tipo de raciocínio estratégico diferente. Seria um caso em que a evolução do fato econômico me parecia determinante ou, pelo menos, justificadora de uma mudança de visão, de uma visão a longo prazo, no campo político e diplomático. Isso, na minha opinião, tinha que ser feito com muita habilidade, com muita paciência, pois era um caso de herança política estratégica, de certa forma negativa, que os fatos econômicos estavam tornando obsoleta. Mas é evidente que a, evolução das ideias, das concepções gerais da vida internacional, trabalhava no mesmo sentido.

A.C. – O que que o Sr, entende exatamente por uma... mudança, uma... política... uma visão política estratégica obsoleta, no caso da Argentina?

S.G. – Na minha opinião, havia uma inércia de percepções que para o futuro seria muito ruim. De qualquer forma, somando o fato que a Argentina era um país tão poderoso quanto o Brasil, e economicamente até mais, nos anos vinte, por exemplo, e ainda no período da grande crise dos trinta, com um legado histórico ambíguo, em que houve momentos de aproximação e momentos de rivalidade, se criava um tipo de pensamento no Brasil, e na Argentina ainda muito mais, de rivalidade, e mesmo de um eventual enfrentamento. Uma preocupação de um com o progresso do outro. Quando um avançava num setor, o outro ficava muito preocupado. Uma preocupação de ambos, de certa forma, de terem uma presença nos países vizinhos, que evitasse um predomínio político do outro. Eu achava já há muito tempo que tudo isso tinha que desaparecer, não fazia mais sentido. Não havia mais possibilidade de, na prática, vitórias diplomáticas da Argentina nos perturbarem. Era até bom que tivessem, desde que não fossem motivados por um receio do Brasil.

A.C. – Fico com medo de desviar o curso, mas eu não resisto. O Sr. acha que a questão nuclear, e todo o problema, digamos, da Argentina ingressar nessa área, de alguma maneira dificultou para determinadas áreas dentro do ministério, encaminhar, digamos, essa visão de pleno sucesso...

S.G. – Não, não, não... Nisso nós já chegamos ao período em que eu fui ministro e eu acho que quando chegarmos lá, entro em detalhes. Acho que essa visão, do ano de 58, nesse seminário, me orientou sempre, quando eu tive a responsabilidade da chefia, e se harmonizava com o entendimento do Presidente Figueiredo, por diversos motivos, inclusive pessoais dele. E as circunstâncias me pareciam mais propícias e visíveis. Outro assunto, no meu período em Washington, foi a vitória do Fidel Castro, que vivia dizendo todos os desaforos aos americanos. Em 59, 60, ele não era ainda caracterizadamente um líder marxista, não tinha a formação doutrinária quando assumiu o poder.

[FINAL DA FITA 9-A]

S.G. – Como é sabido, o Partido Comunista não o apoiava, aderiu no último momento, no momento da greve geral em Havana. Fui ver o encarregado do “Brazilian Desk” do Departamento de Estado, um rapaz chamado Buggs, que falava português, e que eu tinha conhecido em 52, 53, quando ele foi secretário no Rio. Era um ótimo sujeito, e muito

mais tarde foi embaixador no Uruguai; depois, não soube mais dele. Disse-lhe que gostaria de encontrar o seu colega do Caribbean Desk para conversar um pouco sobre Cuba. Então, fomos almoçar os três na Cantina do Departamento de Estado, cada qual com sua bandeja. Depois de ouvir comentei “— Ah, pois é, esse homem disse os piores desaforos a vocês, desapropriou os usineiros. Mas você sabe o que eu faria se fosse governo americano? Eu arranjava um empréstimo a 25 anos de prazo, com juros de 4% ao ano para dar ao Fidel, vinculado à indenização dos usineiros americanos, porque aí vocês não teriam mais esse lobby aqui dentro pressionando vocês, e envenenando o ambiente contra o Fidel, porque Cuba, no fundo, depende mesmo de vocês economicamente; qualquer aceno que vocês façam, neste tempo, Fidel ainda dirá umas coisas desagradáveis contra os gringos, mas, objetivamente, ele vai encontrar uma forma cômoda de sobreviver e fazer reformas. Aí o encarregado do Caribe disse: “— Nem pensar, é um inimigo dos Estados Unidos”. Teve uma reação muito emocional; deve ter achado meu comentário ingênuo. Eu sabia que era arriscado, mas merecedor de exploração. É sabido que Fidel Castro evoluiu para uma posição marxista já mais adiante, no curso do ano 60. Só se caracterizou publicamente como um marxista-leninista no discurso de 1º de maio de 1961.

A.C. – Já foi o resultado dessa inabilidade...

S.G. – Em certo sentido. Era muito difícil para o Governo dos Estados Unidos agir em tempo com extrema paciência e sofisticação. Do ponto de vista da opinião pública, talvez encontrasse até algum apoio, aqui e ali. O “New York Times” por exemplo, tinha um homem, Mathews, que defendeu Castro até não mais poder, mesmo quando já havia todos os indícios de que Fidel tinha virado para o outro lado. Mas, em 59 e princípios de 60, provavelmente o governo americano encontraria apoio em alguns grandes órgãos de imprensa, sobretudo se fosse desarmado o lobby dos americanos que tinham sido desapropriados sem indenização. É verdade também, que tinha havido a repulsa à prática do Paredón, aqueles fuzileiros. Grande parte da classe média cubana já estava emigrando para Miami, onde aliás estão muitíssimos bem. Era uma gente realmente capaz, e em Miami são hoje, de novo, gente de classe média, e até classe rica e dinâmica.

M.H. – Essa sugestão que o Sr. fez na época ao funcionário do Departamento de Estado, de alguma maneira, enfim, está muito associada à própria proposta que eles vão fazer depois indicada na Aliança para o Progresso.

S.G. – É, um pouco...

M.H. – É...

S.G. – Mas aí em relação à Cuba já estava...

M.H. – Aonde Cuba está excluída...

S.G. – A questão da exclusão já é posterior ao discurso de 1º de maio de 61. Nós chegaremos lá, quando eu falar do trabalho não período Jânio Jango.

M.H. – O Sr. prefere deixar para falar sobre a Aliança também nesse momento, não é?

S.G. – É, Aliança, enfim... mas enfim, este foi o período de Washington, praticamente...

M.H. – Há uma perguntinha sobre o período de Washington que eu gostaria de fazer ainda, que é sobre esse grupo que se forma, que dizer um pouco a dinâmica, era uma espécie de um grupo de estudos, que se reunia...

S.G. – Ah, esse grupo...

M.H. - ... Com que periodicidade, como era isso?

S.G. – Esse grupo se reuniu ao fim do expediente durante um 2 ou 3 meses, com frequência. Vários tomavam a si fazer papéis, conforme os assuntos de que tratavam na embaixada. Houve coisas muito interessantes sobre o desenvolvimento econômico, cooperação econômica, etc... Os participantes vieram a ter uma situação importante no ministério. Nada resultou definido disso; houve os papéis soltos. Foi um bom exercício.

M.H. – E durou muito tempo?

S.G. – Não, isso durou três, quatro meses, talvez. Eu mesmo saí disso quando veio a Assembleia Geral da ONU. Como todo ano, eu fui designado para Assembleia Geral em Nova York.

A.C. – Dona Glória, como especialista nesse assunto de documentações, espero que ela esteja cuidando bem do Sr.

S.G. – Não, também eu não ia pedir isso a ela, não. Desse período de Ministro...

A.C. – Não ela pessoalmente, não. Mas pelo menos não deixar o Sr. rasgar...

S.G. – Não, mas aí eu rasgava sem ela saber, não é? Eu nunca a meti nisso, não. Jogava fora. Do período de ministro é que eu tenho quase tudo direitinho. Eu tinha no gabinete, quem fizesse e organizasse. Algumas coisas soltas eu recuperei. A Alice, minha secretária, pôs em maço, direitinho, e as informações ao Presidente, conferências, discursos fazem muitos volumes. Mas isso vai ficar no arquivo do Ministério. O que ostensivo eu posso usar.

A.C. – Eu não queria, de nenhuma maneira que o Sr. acelerasse de mais esse período tão importante. Eu tinha pensado como uma alternativa se o Sr. quisesse que a gente voltasse de tarde, hoje, não é? O que que o Sr. acha? A gente interrompia agora, dava uma pausa, o Sr. descansava, almoçava...

S.G. – Hoje fica meio difícil, porque eu vou ao Banco, tem um casamento...

A.C. – Ah, hoje é dia do casamento.

S.G. – Amanhã, é o que? Amanhã é sexta-feira, amanhã eu estou indo para Petrópolis, Sábado, é que eu talvez possa fazer um período longo, até duas da tarde, começando às dez, ou até nove e meia, sei lá. Bem, aí eu posso dizer o finzinho de Washington foi em... eu fui removido em julho, por aí, de 60 e a caminho do Rio, o Pío Corrêa, que nessa época estava no Departamento Político, tinha sucedido acho que à Dona Odete, me passa um

telegrama para ir à Costa Rica, que havia duas reuniões de consulta da OEA, de ministros da OEA, uma...

A.C. – Foi em 1960?

S.G. – 60. Uma era a pedido da Dominicana, sobre intervenção cubana, e outra era um pedido da Venezuela, também contra Cuba, intervenção cubana e ação de agentes cubanos na Venezuela. Não me lembro mais dos detalhes. Fiquei duas semanas lá e, na delegação, havia três correntes a posição do Pio Corrêa, muito anti-cubana, próximo do Ministro, que era o Horácio Láfer que foi eleito até presidente da segunda reunião de consulta. No outro extremo, o Jaime de Azevedo Rodrigues, que era muito pró-Cuba, essa coisa toda; e no meio estávamos o Vasco Leitão da Cunha, eu mesmo e o Dário Castro Alves, que estávamos procurando uma fórmula para evitar uma confrontação maior. Foi uma ocasião muito interessante. Gostei muito da Costa Rica. Nós demos algum material, esse grupo do meio, ao Ministro, o Vasco lembrando o Tratado Gondra e outra convenção sobre soluções pacíficas, com a ideia de encontrar uma fórmula processual qualquer que diminuísse a tensão e a confrontação; o que foi muito difícil, não apenas por causa da Venezuela, ou mesmo dos Estados Unidos, mas por causa de Cuba. Como todo-cristão novo, vinham com um fogo terrível. Raul Roa ofendia todo mundo, inclusive o Presidente da Reunião, Láfer. E estavam ali para brigar mesmo, como se tivessem um interesse, em tornar impossível qualquer forma ou de conciliação ou de chutar para adiante o problema, compreende? Foram reuniões propícias para Pio Corrêa ou para Jaime Rodrigues, não para quem quisesse simplesmente evitar o pior ali, porque a própria posição cubana era totalmente apaixonada, a posição americana intransigente, a da Venezuela também. Predominava a violência de linguagem; estava um ambiente horrível. Aquelas duas semanas me deram a impressão de que tudo estava evoluindo para o pior mesmo, para o que podia haver de pior. Cheguei ao Rio de Janeiro em princípio de setembro: “— Venha correndo, me dizia o Pio – precisamos de você aqui”. Logo em seguida, vem a Assembleia Geral, da ONU. E preciso mandar gente da Secretaria de Estado, como sempre, e de novo surgiu esse problema de quem mandar e aí me mandam de volta para Nova York. Quinze dias depois de chegar, pego o avião para voltar. Glória ficou furiosa com isso, porque nós desarrumamos a casa em Washington nas correrias, quando poderíamos ter ficado calmamente, eu iria à Costa Rica, voltava, ela fazia as coisas com calma, e em setembro [Risos] nós poderíamos ter continuado. Só fui voltar em dezembro pro Rio de Janeiro,

para aí realmente trabalhar na antiga divisão política novamente. Eu creio que aí, nós paramos num ponto em que começa o período Jânio Jango, que foi para mim muito interessante como observação, como um prenúncio canhestro.

A.C. – Aprendizado?

S.G. – Aprendizado de coisas, e aí já muito com o espírito crítico, não é? Tinha já muitos anos de carreira, tinha visto muita coisa, tinha algumas ideias sobre como fazer, e a importância do como fazer em termos do que fazer, coisa de que as pessoas se esquecem muito, até mesmo na carreira diplomática. Da forma depende muito o êxito da ideia, não é? O como fazer é fundamental. Nós vamos falar depois, não é?

4ª entrevista: 22/03/1985

A.C. – Quarta entrevista como o Ministro Saraiva Guerreiro, Rio 22 de março de 1985. Nós interrompemos ontem a nossa entrevista justamente no ponto em que o senhor ia começar a falar sobre a política externa independente e realmente o que se poderia dizer que embora o governo Jânio Quadros tenha sido talvez um dos governos mais controvertidos que o Brasil já teve, ele não foi na área da política externa, acho que há uma unanimidade em torno da aceitação do fato de que o governo Jânio Quadros representou um ponto importante nas definições das políticas externas brasileira. O senhor poderia nos falar sobre essas mudanças?

S.G. - Eu posso, eu vou falar evidentemente disso do meu angulo de visão que era necessariamente limitada, eu vou voltar do exterior em janeiro de visão política com o setor principalmente de nações unidas e troquei assuntos de América do Norte que eu tinha estado em Washington, os quais aliás, se tratavam muito pouco na divisão, era só Estados Unidos, sempre foram muito tratados no próprio gabinete, mas a.... Essa área de nações unidas evidentemente tinha uma grande... Era muito pertinente a tendência do novo governo, anunciava de certa forma de uma política mais, uma mudança - digamos assim - de política e uma abertura para problemas mundiais em matéria de colonialismo e outros assuntos de uma renovação, uma adequação às condições da evolução do mundo. Então eu tive bastante relação com o que se fez nesse período por força desta relevância dos assuntos tratados nas nações unidas para a definição da política externa que naquela época o presidente chamou de independente e concretamente o que eu fiz foi o seguinte:

eu havia estado durante toda a última sessão da Assembleia Geral e mesmo nas anteriores, tinha um conhecimento da evolução de assuntos que tinham interesse político evidente para a nova definição de política e fiz memorando, achei que era a minha obrigação fazer algum memorando. Não fiz por exemplo, eu vou por partes para não atropelar, sobre a questão da participação da República Popular da China nas nações unidas que era um assunto que se arrastava há mais de dez anos e que era tratado, vinha sendo tratado durante a maior parte desse período da seguinte forma: a União Soviética apresentava para inspecionar a agenda da Assembleia um item que se chamava... Redigi de tal forma que pré julgava a decisão que se referia aos legítimos direitos da República Popular da China e a expulsão da [inelegível] e todos os anos os Estados Unidos e os países ocidentais conseguiam uma maioria suficiente para impedir a inscrição desse item na própria ordem do dia da Assembleia, então não se chegava a discutir a questão da representação da China nas Nações Unidas Evidentemente tinha no paralelo a via, foi se verificando uma erosão nesta maioria em que se dispunha evitar a inclusão do item na agenda. Em 1960 era visível já que no ano seguinte não haveria uma maioria para impedir a discussão do assunto, estavam começando já a serem admitidos alguns novos estados e no ano 60 vários outros entrariam, já estavam começando a entrar alguns países africanos a ser independentes, a própria... Mesmo entre os países europeus e assemelhados, antigos domínios britânicos, mesmo na América Latina havia uma crescente tendência a não impedir mais, achava que era impossível [inaudível]. Eu fiz um memorando explicando isso e na última Assembleia Geral, tinha ficado muito claro que não seria mais possível em 1961 excluir o item da agenda. E a tal ponto que segundo, havíamos sabido por conversas com outras delegações, o próprio grupo ocidental já havia combinado que a Nova Zelândia tomaria a iniciativa de propor um item sobre a questão da representação da China nas Nações Unidas, um item naturalmente redigido em termos que não prejudicassem do mérito, que deveria ser um item e que seria aprovado amplamente, eu concluí dizendo isso: tendo em vista essa circunstância, é evidente que o Brasil também deveria votar à favor nesse item na Assembleia próxima, e que talvez quando o assunto da representação chinesa viesse a ser discutido no curso do ano de 61 nas conferências, nas Assembleias, nas diversas agências especializadas, sobre tudo, na Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, alguma outra talvez, eu não me lembro se neste ano havia conferência da Unesco, quando o assunto viesse, a questão da inscrição de um item sobre a representação chinesa, consideramos que fosse preferível que isso fosse decidido primeiro no órgão essencialmente político que era a Assembleia

Geral das Nações Unidas, nós deveríamos pelo menos nos abster, seria um sinal de que nós estaríamos evoluindo de posição. E isto foi um dos primeiros assuntos que eu levantei porque tinha a obrigação de levantar em razão das funções do setor que cuidava né. E foi até o presidente sobre forma de uma informação, aí ele [?] bastante no gabinete o que o Dário estava no gabinete, resolveu juntar, fazer acrescentar uma listagem ano por ano dos votos, aquilo que eu dito numa frase "há uma erosão a cada ano" ele fez uma espécie de demonstração matemática, fez umas outras considerações mais amplas que eu naquele momento achava que não eram necessárias e foi ao presidente, Jânio, e aí saiu um bilhete do Jânio publicado nos jornais que não me lembro dos termos exatos, que se referia àquela Ilha que era Taiwan, um negócio assim, meio grosso, já anunciava a posição brasileira à favor da missão da representação de Pequim como representação da China na Assembleia Geral, portanto, queimava todas as etapas, e dava como sempre a impressão de que aquilo era uma ideia dele, que é um órgão inerte como era o Itamaraty, ultra conservador, cutucado por pequenos memorando do presidente, então imediatamente houve uma série de comentários, inclusive repercussões em termos de imprensa americana, diversos meios americanos um tanto negativos. Os próprios americanos vão chegar à Assembleia Geral, aceitar discutir o item, mas nós nos adiantamos e vários [?] sem nenhuma necessidade, na minha opinião. Mas enfim, esse era o estilo do homem, era o efeito público que ele queria interna...

A.C. – A repercussão dentro do Itamaraty, como é que foi?

S.G. – Eu não sei muito não, porque eu estava de acordo, achava que evidentemente tínhamos que evoluir para discutir o assunto e na base da discussão ver que aí sim vinha uma decisão de repercussão interna que era nós reconhecermos como tal ou não, nosso mesmo. Mas eu não posso dizer no conjunto porque quem cuidava disso, as pessoas que tinham, digamos, uma competência para esses assuntos, estavam todas de acordo. Eu propus, portanto de acordo, o chefe da divisão que era o Ouro Preto que estava inteiramente de acordo, o chefe do departamento nessa ocasião não me lembro quem era [?] logo em seguida, a maior parte do tempo. E o Ministro na época era o Afonso que estava inteiramente de acordo. Não havia naquela época uma divisão por área geográfica, quer dizer, não havia um departamento da Ásia, divisão política tratava de todos esses aspectos políticos, portanto, tanto temático quanto geográfico. De modo que aquelas pessoas que tinham que se manifestar estavam todas de acordo.

A.C. – Eu queria perguntar para o senhor, por que essa radicalidade de que o fato de que a China entrasse, implicaria automaticamente que Taiwan seria excluído, quer dizer, nunca se pensou em colocar os dois?

S.G. – Houveram muitas tentativas, inclusive americanas de pôr os dois, mas era impossível, porque o que havia na China, isso mais adiante quando chegarmos ao período Geisel e o reconhecimento que poderei desenvolver, nunca houve duas Chinas, tanto as autoridades de Taiwan quanto as de Pequim se consideram o governo da China, um país único, de modo que é inútil você se reconhece um governo, não se pode reconhecer o outro, porque o outro não aceita essa dupla reconhecimento, querem a posição deles mesmo. Ao contrário de certo modo, por exemplo, da Coreia que é um país que tem embaixada em Seul e embaixada em Pyongyang, um pouco diferente.

A.C. – Um pouco relacionado com isso também, eu queria, eu fiquei achando muito interessante esse bilhete do Jânio, porque na verdade ele revelava as grandes, digamos, ambições, do presidente no plano internacional, ele antes mesmo da posse, fez uma viagem visitando os países não alinhados, fez uma declaração absolutamente histórica no Egito, praticamente se lançando como um Nafero, um Fidel Castro em potencial né. Como é que o Itamaraty viveu isso exatamente dentro da perspectiva de que o presidente queria de certa forma se juntar aos não alinhados?

S.G. – Bom, aí eu só posso falar da minha avaliação, um pouco da do Bubu que tinha alguns contatos e é a seguinte, quer dizer nós tínhamos uma dúvida, uma certa ambiguidade sobre até que ponto o presidente queria chegar, sabíamos porque era público, ele tinha comentado que ele tinha lido e parece, se impressionado muito com o livro de memória, o livro do Maser, sabíamos que ele tinha lido o livro de um colega nosso que tinha muita informação sobre o terceiro mundo, embora seja um livro muito borocoxô quando o mundo ásiaafricano, um negócio assim, do Bezerra de Menezes, que não era tido como... propriamente, um gênio do Ministério, mas tinha levado muitas informações sobre o Bandung e outras coisas que em língua portuguesa ainda não havia sido publicado. Não sabíamos até que ponto ele ia chegar e como ele ia chegar, isso era muito importante e nós tínhamos que pensar como profissionais no como fazer, para fazer com o máximo de proveito e o mínimo de desgaste, era uma preocupação constante. Ele

tinha também um lado que se revelou a cada momento de ordem interna, quer dizer, ele fazia aparentemente uma política externa que agradava as esquerdas e uma política interna no campo financeiro etc. bastante ortodoxa mesmo, conservadora. Então talvez ele tivesse aí uma ideia de uma manobra ligada à sua base de sustentação interna e a sua popularidade ou o que fosse, que era o elemento necessariamente perturbaria o como fazer a execução de uma forma racional e cuidadosa, reduzindo digamos, as áreas de atrito externo normais quando se faz uma reflexão política, fazer uma modulação, digamos, de uma forma que não criasse problemas, mas falando de casos concretos, vão aparecendo assim, depois havia um outro ponto que era a descolonização, em que isto no meu caso e de muitos outros que estavam acompanhando colegas, o processo e etc. Eu pelo menos, tinha essa perfeita convicção de que nós não estávamos errados, que o Brasil estava agindo como um país provinciano super europeu típico em parte pelas motivações mais diversas, no caso da Argélia porque eram pouco francesismo da geração anterior, me lembro do Schmidt em 58, mas a França não sei o que... Como é que podiam ser contra a França?

[FINAL DA FITA 9-B]

S.G.*- Schmidt não via como podíamos ser contra a França. Até a função civilizadora, esse troço todo, vinha à baila. Eu achava compreensível, dada a formação daquela geração. Mas me parecia muito provinciano, não é? Além disso, o fato de que as lideranças dos movimentos independentistas eram muito de esquerda e qualificados, nem sempre com razão, de comunistas não ajudava em nada. Nem sempre se percebia que essa coloração política tinha matizes e deformações que nós não tínhamos qualquer possibilidade de influência no processo interno dos ditos movimentos. Todas essas condicionantes, com relação a Portugal, assumiam proporções realmente catastróficas. E não só no Governo. Era toda sociedade brasileira, toda imprensa, aquela história do “Portugal meu vovôzinho”, aquelas bobagens todas. A sociedade do Rio de Janeiro era facilmente motivada por um bom Embaixador de Portugal, com suas festas na Rua São Clemente (sempre havia bons embaixadores aqui). Tudo isso influenciava muito o clima, naquele meio do Rio de Janeiro, e influenciava muito, infelizmente, o Governo. Todos os Ministros tinham um medo terrível de um rodapé do Globo. Os Comendadores ainda tinham suas presenças, etc.... Era, portanto, o Brasil, um país, desse ponto de vista, extremamente provinciano.

M.H. - Parece que existia também nessa época uma presença política mesmo do salazarismo no Brasil. Quer dizer, de alguma forma, havia elementos na elite política brasileira que representavam e que, digamos, se identificavam com os interesses...

S.G. - Com o salazarismo?

M.H. - Sim.

S.G. - Isso eu não sei bem. Eu acho que menos do que se possa imaginar no nível mais alto creio, por exemplo, que nem Juscelino, ou antes, dele os outros que estiveram no poder mesmo por curto período, ou os Ministros do Exterior dessa época, tivessem uma tendência, do ponto de vista interno ou do ponto de vista ideológico, fascista, salazarista, corporativista, etc. Mas tinha admiração pelo Salazar. Achavam que ele era um sujeito genial, etc. Tinha resolvido os problemas de Portugal. Havia muito a ideia de que Portugal estava criando novos Brasis na África, o que era falta de informação no fundo, ou desejo de não se informar, quer dizer, de receber tudo via Lisboa.

A.C. * - Efetivamente, parece que havia a presença de salazaristas no Congresso, inclusive no Senado.

S.G. - É isso é possível.

A.C. - Porque o Senado tinha muitas facilidades, recebia verbas para viagens, casas em Lisboa, etc.. [Risos]

S.G. - É havia muito isso. Eles faziam o Governo português- uma “paparicação” de pessoas, não é? E Portugal é um país pitoresco e atraente.

A.C. - Exato. Obvia.

M.H. - Obvia.

S.G. - E brasileiro é muito sensível à gentileza pessoal e aos favores e vantagens não é? Sem mesmo... Estou dizendo isso independentemente da ideia de corrupção. O sujeito fica sensibilizado se sente valorizado: “são tão bonzinhos!” E aí acreditavam em tudo. Mas...

A.C. - Havia também aquela ideia de Gilberto Freire, que se difundiu muito na época, de que salazarismo, era enfim, de que a cultura portuguesa era uma cultura democrática, no sentido do conagraamento racial, etc.. não é?

S.G. - É. O que foi uma verdade histórica no Brasil, relativamente a experiências colonizadoras de outros europeus, mas não era tanto na África. As circunstâncias eram muito diferentes. Mas havia um pouco esse mito e também a ideia de uma espécie de luso-tropicalismo...

A.C. - Exatamente.

S.G. -... De que o Brasil acabaria sendo o grande centro, ideia que, evidentemente, aos portugueses não agradava nada. Havia um pouquinho de ideologia, também. Lembro-me que no período em que se faziam aquelas votações sobre o caso da Argélia, por exemplo, havia muito a ideia de que os movimentos de liberação eram todos dominados pelos comunistas; que a Argélia, tornando-se independente, significava a União Soviética no Mediterrâneo. Havia essa simplificação. No caso das colônias portuguesas, também. A época para evitar que nas colônias portuguesas. A liderança do movimento pró-independência acabasse nas mãos de marxistas teria sido justamente nos anos 50. Quer dizer, naquela época –e isso eu não estou falando agora, àquela época eu sentia isso e muita gente sentia- era o momento em que Portugal deveria ter iniciado um processo de encaminhamento das suas colônias para a independência, com ou sem a imigração de portugueses, mas formando uma elite local nas suas universidades, etc., - O Brasil poderia contribuir algo dando bolsas de estudo, por exemplo. Uma elite capaz de liderar os movimentos de liberação e negociar com Portugal, fazendo uma transição não traumática, uma transição como De Gaulle fez, mas em condições muito diferentes. A França sempre teve uma elite africana afrancesada participando inclusive do Parlamento francês. Quase todos esses líderes - Houphouët-Boigny, Senghor, vários outros deles- foram deputados nas Câmaras francesas. São homens formados em universidades francesas, que se mantiveram africanos, mas familiarizados com a cultura francesa e convencidos das vantagens da cooperação para o futuro.

O próprio Sekou Touré foi um deputado no Parlamento francês, dos mais ativos. Eu me lembro da conversa com Bonnefous, Presidente do Senado, um homem já de certa idade. Naquela época, em 1978, já o Sekou Touré estava de volta da sua experiência marxista. Tinha voltado à zona do franco, estava procurando auxílio francês, tudo isso.

Bonnefous me disse: "Ele era um deputado terrível, eficientíssimo, e ele representava todos os sindicatos da África Ocidental. Nos dava muito trabalho, mas era um homem de grande talento e de grande prestígio no Parlamento francês" Quer dizer, a França criou uma crosta, se você quiser, de cultura francesa nesses países africanos. A Inglaterra não chegou a tanto, se bem que todos eles da pequena elite da geração da independência, eram homens formados nas universidades inglesas. Até hoje, na Nigéria, com aquele calor miserável, os juízes aparecem com aquela cabeleira postiça branca, e as togas pretas, etc.. Quer dizer, ficou uma marca. E, na verdade, de todos os países que emergiram dos impérios coloniais franceses ou ingleses, não há um só marxista-leninista. Não há um só. E o Sekou Touré deu a volta de 180° depois de uma experiência fracassada. Quer dizer,

não encontrou do lado de lá o apoio econômico e financeiro que desejaria ou precisaria. E outros se dizem socialistas como é o caso da Tanzânia que durante o período colonial não foi objeto quase da atenção da Inglaterra, porque era um território sob tutela, não era uma colônia. Não tem nada de marxista. A Tanzânia é um socialismo africano que se diz humanista. Um arranjo lá deles, não é? Com liberdade para a empresa privada, inclusive. Para não falar na Zâmbia, que também se diz socialista, tem participação muito grande do Estado na mineração e outras atividades, mas cuja economia é percentualmente, menos estatizada, por exemplo, do que a do Brasil. De modo que é tudo muito relativo. Os únicos que chegaram à independência com uma liderança marxista comprometida ideologicamente e treinada no leste europeu foram as colônias portuguesas. E assim foi porque não houve esforço nos anos 50, que foram os anos, em minha opinião que teriam sido os anos os decisivos para encaminhá-las de outra forma. Pelo contrário, por volta de 1950 ou 51, Portugal (o Salazar) transformou as antigas colônias em Províncias Ultramarinas. Pensou em compensar os primeiros sinais de sublevação, que não eram ainda marcados por guerrilha, mas já eram de um movimento pró-independência, estimulando a imigração portuguesa. Foram muitos para Angola. Dos 500 ou 600 mil portugueses que lá estavam no momento da independência, a maioria teria emigrado por volta dos anos 50 e 60. Essa era a situação. Aqui a opinião pública não se detinha no assunto. Não havia como. E mesmo dentro do Ministério, poucos tinham a informação certa ou se detinham a pensar.

Faziam exceção os que haviam estado a informar-se via Nações Unidas ou via publicações diversas, etc. Predominava a vaga noção de que tudo aquilo não tinha importância. Ora, o processo foi lento e com altos e baixos, mas estava ali a semente. Essas coisas não se param, a não ser que elas sejam levadas em conta e canalizadas. Mas não foram levadas em conta.

M.H. * - Esse diagnóstico que o Sr. faz da diferença entre o colonialismo português, digamos, e dos outros países europeus, quer dizer: qual seria a principal razão para isso? Quer dizer, qual seria principal motivação para esse reacionarismo, digamos?

S.G. - Não tenho a pretensão de se dar uma explicação completa. Isso mereceria uma investigação, um estudo, mas a impressão que se tinha- estou dando uma impressão que se tinha não uma opinião- é motivação para o reacionarismo estaria na natureza rígida do salazarismo, na ausência de debate interno em Portugal, na impossibilidade de qualquer mobilização da própria opinião pública portuguesa rigidamente controlada pela censura. Em Portugal, uma versão dos assuntos, só havia uma forma de saber o se estava passando:

Uma apresentação patriótica! No sentido que, Portugal, um pequeno país, só sobreviveria, só seria grande com todos esses territórios, que eram o resto da grande gesta dos descobrimentos, etc. Eu ouvi tal explicação de pessoas mais familiarizadas com o meio português propriamente, inclusive colegas haviam estado em Lisboa. Tratava-se de uma opinião bastante difundida, em que Salazar parecia acreditar, que, se ele transigisse no mais mínimo em matéria de império colonial, (ou províncias ultramarinas como queria) ele caía.

A.C. - É possível que fosse verdade mesmo, não é?

S.G. - É possível que sim, é possível que não. Diziam que as Forças Armadas jamais tolerariam. E nós vimos, no entanto, que as próprias Forças Armadas, no fim, à vista da experiência longa de guerra na África, passaram a achar que era preciso encontrar uma solução. Porque não havia uma solução militar, como acontece nessas situações em que a força militar pode ocupar as cidades, pode controlar uma estrada, e daí a alguns dias volta tudo: recomeça a sabotagem, recomeça a guerrilha a ocupar espaços isolados. É uma espécie de tonel das danaides, uma luta sem fim, de desgaste, que não depende de uma maior potência bélica no sentido regular, normal. Depende de várias circunstâncias. Havia tudo isso. Mas, concretamente, o que me cabia era informar em que pé estavam essas questões coloniais naquele momento, em termos de ONU. E fiz um memorando sobre isso tendo em vista não a mera informação ou uma posição retórica, mas tendo em vista os votos que teríamos de dar na próxima Assembleia Geral de 61 e, já antes nas Conferências e Assembleias das Agências especializadas, em que o problema das colônias portuguesas, de uma forma ou de outra, se colocava também.

L.P. - Ministro, além dessa questão, dessa crítica a um certo provincianismo em relação à política externa em relação às colônias, ao problema do colonialismo, passava alguma ideia sobre a questão dos interesses econômicos mesmo no Brasil, que estariam sendo prejudicados pela manutenção do sistema colonial? Quer dizer, a questão das matérias primas, inclusive? Essa coisa chegava a ser discutida num momento em que o desenvolvimento econômico era uma coisa presente, importante?

S.G. - Olha, eu tenho a impressão de que não. Esse aspecto aparecia mais jornalisticamente. De fato, Portugal era um grande produtor de café, por causa de Angola (3º ou 4º, uma coisa assim) e, nas negociações, por Angola, Portugal falava. Uma pequena vinheta: o Sr. Medina, o português que representava Portugal nas conversações sobre café

(negociação do 1º Acordo do Café), depois da independência de Angola continuou angolano, e é quem representa Angola nas negociações do café, o que hoje é muito menos importante, porque a produção se desorganizou. Nós chegaremos lá. Mas, neste ponto que você levantou: jornalisticamente se falava muitas vezes (o que era forçar muito as coisas) que o Brasil poderia ter, via Portugal, um grande mercado nesses países, uma expansão para sua indústria. Cabe lembrar que não éramos nada, em termos industriais, comparados ao que somos hoje. O argumento era tolo. Pelo contrário, com a independência – qualquer pessoa de bom senso saberia disso é que teríamos a possibilidade de competir em igualdade de condições. Sempre a potência colonial tem suas próprias preferências, suas vantagens, nos territórios que ela jurisdiciona. Isso ressurgiu até no Governo Médici. Não sei se lembram. O Delfim, que era o Ministro da Fazenda, e o Vilar de Queiroz, um diplomata que trabalhava com ele, tiveram a ideia, e chegaram a pôr em público, de que o relacionamento com a África estava errado, quando o Gibson fez aquela viagem (nós falaremos disso depois). Que o interessante para nós para nós era aproveitar os oferecimentos portugueses e abrir um entreposto em Angola, um entreposto em Moçambique, etc. Era pura fantasia. Isso não tinha relação nenhuma com a realidade. Pode ser que houvesse algum grupo interessado naquele momento. Algum grupo muito concreto Não sei. mas, assim, em tese, não fazia sentido. Mas, vamos chegar lá depois. Na verdade, o que acontecia era o seguinte: Portugal sempre procurou evitar o Brasil tivesse uma presença nas suas colônias. Por todas as maneiras. E inclusive presença econômica. Só já muito no fim, quando as coisas estavam degradingando, é que Portugal começou a querer que houvesse investimentos brasileiros nas suas colônias, que firmas brasileiras se interessassem, e assim por diante. E alguma coisa até foi feita, ainda no período colonial, como a Pão de Açúcar, que tinha ligações portuguesas. O Abílio Diniz é brasileiro, mas o pai era português, tinha ramificação que funcionava em Portugal e se estendeu a Angola. Houve casos assim, isolados, que ocorreram com naturalidade. Mas a posição portuguesa sempre foi de fechar as colônias ao Brasil. Não só não estimular, mas dificultar qualquer forma de presença nossa lá, o que não era difícil, pois o Brasil não é exportador de capitais.

A.C. - E essa abertura de última hora podia até ser um perigo muito grande, não é? Porque o Brasil se associava a Portugal..

S.G. - Lógico. Aí era do interesse português político, e não nosso. E muitos desinformados aqui acharam que era a grande oportunidade. Aí não é só provincianismo, é burrice, também, não é? Mas naquela ocasião, concretamente, o problema era o seguinte: Em 59,

a Assembleia Geral adotou uma Resolução, uma de suas Resoluções fundamentais a 1514, sobre outorga de independência aos povos colônias e territórios não autônomos, etc. Já havia um número de países africanos recém ingressados suficiente para provocar a aprovação. Esta Resolução era muito na base da “independence now”. Dar imediatamente a independência, em termos até pouco realistas. Mas, enfim, era o clima da época, e esta Resolução foi aprovada maciçamente. Até nós mesmos votamos. Eu não me lembro bem, mas acho que a África do Sul e Portugal se absteve. Em seguida, no ano de 60, nessa Assembleia que já citei houve uma resolução que de certa forma decorria da resolução de outorga de independência, e cujo sentido requer explicação histórica. Temos que voltar à própria Carta de S. Francisco para se entender bem. Na Carta de S. Francisco, há um capítulo capítulo 12, que se chama “Declaração sobre territórios não autônomos”, na qual está estabelecido, entre outras coisas, na letra e do artigo 73, que as potências administradoras prestariam anualmente ao Secretário Geral das Nações Unidas, para divulgação e exame pelo Conselho de Tutela, informações sobre o estágio de desenvolvimento social, econômico, educacional, de saúde etc., e inclusive de passos para autodeterminação- quer dizer, o que se estava fazendo nesse sentido nos territórios sob sua administração. As potências coloniais todas elas entendiam que essa declaração, embora fosse parte da Carta, era de fato um texto unilateral delas (por isso chamado declaração), e que elas, portanto eram competentes para discriminar quais os territórios sob sua jurisdição que não eram autônomos. Essa tese durou até os fins da década de 50. Então o que acontecia? A Inglaterra, e mesmo a França, tinham tomado a opção de encaminhar as suas colônias para uma forma de autodeterminação. Se possível- no caso da França- com a ideia de mantê-las ligadas para efeitos de defesa, de representação externa e talvez de moeda, numa grande união, mas com autogoverno local; a Inglaterra, com a ideia que vem desde o Governo trabalhista de Attlee, de levar as colônias à independência, eventualmente desobrigar-se e reduzir os seus encargos de defesa, de auxílio econômico, etc. Quer dizer, em ambos casos reduzir encargos aos limites do respectivo poder que se tinha amesquinhado. Tais potências declaravam todas as suas colônias, com a exceção de uma ilha ou outra, no caso da França, etc. Portugal e Espanha não declaravam. Portugal, mesmo, passou a considerar suas colônias como Províncias Ultramarinas e parte do território metropolitano. Havia ainda a situação, no caso da França, de Caiena e Martinica, e até muito tarde da Argélia lugares que ela considerava Departamento e Território Nacional. A evolução em Portugal não se deu de forma alguma. Veio no ano de 60, então, essa Resolução (há vários outros aspectos, mas o

essencial era isso) A Assembleia Geral declarava que a competência para discriminar quais eram os territórios não autônomos era da Assembleia Geral, e não das potências administradoras. A “Declaração “do Capítulo XII não podia ser unilateral, pois era parte de um tratado multilateral. A Assembleia fez em anexo à Resolução uma lista e botou na lista as colônias portuguesas e as espanholas. Bom, nessa Resolução, se não me falha a memória, acho que o Brasil se absteve. Ficou isolada, com Portugal, África do Sul, uma coisa assim. Um voto muito curioso, muito típico do que era o país da época. Se não me engano (isso era preciso verificar), acho que nos abstivemos nessa Resolução que fazia a listagem dos territórios não autônomos e incluía as Províncias Ultramarinas portuguesas entre eles. A finalidade dessa listagem era obrigar a potência administradora a cumprir o artigo 73, letra e, da Carta, que como eu disse, se limitava a pedir relatórios sobre a situação social, econômica, educacional, de saúde e de medidas de autodeterminação, etc., etc. Coisas desse tipo. Pura informação. Evidentemente, a informação já implicaria, eventualmente, um debate, uma crítica, um elogio, ou o que fosse, à potência administradora, uma explicação, uma necessidade de ela se justificar mostrando que estava fazendo um esforço sério nas suas colônias. Portugal não aceitou. A Espanha livrou-se da pressão com uma declaração em que dizia não aceitar por uma questão de princípio a interpretação que a Assembleia Geral tinha adotado, afirmava que seu Governo é que tinha a competência de considerar quais os seus territórios que eram não-autônomos, acrescentava que não tinha territórios não-autônomos, mas como nada tinha a esconder, prestaria ex gratia, graciosamente, ao Secretário- Geral informações sobre aqueles territórios que a Assembleia Geral havia resolvido, na opinião dela ultra-vires, listar como não-autônomos, e que eram a Costa do Ouro, Ifni, o Rio Muni, Anobone e Fernando Póo. Então a Espanha, embora tendo feito a sua reserva de princípio, deixou de sofrer pressões, porque ela de fato informava de tudo, ainda no Governo de Franco. Na verdade, o único que tinha alguma significação era o Rio Muni, porque produzia cacau, e a Espanha levava o cacau do Rio Muni. Mas parece que era até antieconômico. Era mais negócio para a Espanha comparar cacau aqui no Brasil ou na Costa do Marfim do que comparar da sua colônia, onde a produção parece que não era das mais econômicas. Portuguesas, São Tomé e Príncipe, por exemplo, produziam muito mais e melhor cacau naquela época. Então, eu fiz um memorando relatando a situação e dizendo que era impossível nós continuarmos a votar com Portugal ou mesmo nos abstermos nessa questão das informações ao Secretário Geral. Isso era o princípio de um processo de intromissão crescente da ONU nestas questões das colônias portuguesas. Alertava que

isso iria passar a ser um ponto da ordem do dia permanente, com pressões e resoluções cada vez mais drásticas. E aí fazia umas certas sugestões sobre como devíamos agir.

A.C. - Eu queria perguntar ao Sr. qual era a repercussão exatamente, nos foros internacionais, dessa posição tão retrógrada do Brasil com relação a um item tão importante como a descolonização? O que é que isso custava ao Brasil, em termos de desprestígio internacional?

S.G. - Apesar de que, por exemplo, os europeus e outros entendiam, de certa forma, que o Brasil tivesse uma relação muito especial com Portugal, a posição certamente implicava um desgaste para nós até junto à maior parte dos latino-americanos. E, obviamente, com relação aos novos Estados africanos que crescentemente estavam entrando na ONU. Já se colocava até mesmo a questão de como organizar as relações bilaterais com esses novos Estados, e assim por diante. Não é que fossem adotar resoluções contra o Brasil por causa de sua atitude, evidentemente não. Mas nossa posição ia ficar cada vez mais isolada, incoerente com nossas declarações de princípios, e ia ter reflexos em tudo mais. Nós tínhamos uma posição de cooperação e coordenação com os países em desenvolvimento nas questões econômicas, nas plataformas comuns econômicas, e, curiosamente, no assunto colonial nos divergíamos deles de uma forma muito patente e com resultados negativos, que no curso do tempo iriam acentuar-se. Mas, nessa ocasião, o que eu sugeri concretamente... (estou falando de um nível de Setor que naquele momento era muito sensível, porque tinha muita relação com as decisões de linha política fundamentais.) Sugeri o seguinte: que nós teríamos, na Assembleia Geral, de mudar o voto. Teríamos de votar pela resolução que insistisse com Portugal para prestar as informações. Portugal não ia prestar informações naquele ano, sabia-se disso, e haveria naturalmente uma resolução mais dura, e nós íamos ter de votar a favor. Era minha opinião. Já deveríamos começar a nos abster, para preparar a mudança, ainda nas conferências das Agências especializadas. A primeira que ocorreria seria a da Saúde, que é em maio. Depois, em junho, vinha a da Conferência Internacional do Trabalho. Haveria talvez uma da União Internacional de Telecomunicações, e em todas essas...

[FINAL DA FITA 10-A]

S.G. - haveria talvez uma da União Internacional de Telecomunicações e em todas elas surgia esse problema de uma forma ou de outra. No caso da OMS em termos da situação

da saúde, das epidemias, etc., etc., em Angola, Moçambique, etc. No caso da Organização Internacional do Trabalho, acusações sobre violações da Convenção sobre o trabalho forçado. E assim por diante. Em cada uma delas havia um assunto, uma matéria, que se prestava. Então, eu sugeria o seguinte: que, nessas conferências em que nós sempre tínhamos apoiado Portugal, passássemos a nos abster sem nada dizer, já como indício. Todo mundo ia entender, mas não precisávamos fazer uma coisa dramática num foro especializado. Tal procedimento de certa forma já reduziria choque quando viesse a Assembleia Geral, porque todo mundo já teria uma expectativa: O Brasil teria notado, está evoluindo nesses assuntos. Mas sugeria mais o seguinte: como nós tínhamos Tratado de Aliança e Consulta com Portugal – acho que de 1951 (do tempo do João Neves, até) que era muito genérico, mas de qualquer forma previa consultas quando se tratasse de assuntos de interesse comum dos dois países, nós devíamos ser absolutamente corretos e darmos satisfação a Portugal. Termos um contato com o Governo português num nível adequado, ou pela Embaixada, ou mesmo em um nível mais alto, explicar francamente a Portugal que, dada a situação na ONU, nós não podíamos nos isolar, não havia por que. Agora, eu ainda acrescentava o seguinte: que nós devíamos estar dispostos a propor a Portugal apoiá-lo se Portugal apresentasse à Assembleia Geral da ONU um plano em que ele se proporia, ele a executar por um prazo mesmo longo, de 10 anos, de 15 anos, um programa para levar à autonomia e à independência as suas colônias, podendo elas escolher livremente se queriam continuar ou não em uma forma de união com Portugal. Um plano com etapas definidas. Se Portugal tivesse disposto a fazer isto, nós o apoiariamos, demonstraríamos confiança na capacidade do Governo português, na sua boa-fé. Mesmo assim, alertava que essa posição implicaria um desgaste, porque o clima é de “independência já” e qualquer medida desse tipo vai parecer uma medida protelatória e irrealista. Mas é, pelo menos, racionalmente defensável. O Brasil poderia prometer a Portugal se ele apresentasse um plano desse tipo. E depois, se Portugal não cumprisse, nos sentiríamos desobrigados.

M.H.- Seria, no fundo, uma proposta quase que de interlocução num processo de descolonização.

S.G. - É. Mas implicava, se quisesse, nós damos um palpite sobre assunto que Portugal considerava de ordem interna. Nós teríamos de dizer que, não poderíamos mais considerar como de ordem interna. Obviamente, tratava-se de, uma questão colonial. A própria Assembleia Geral se declarou competente. Nós não poderíamos ficar isolados com Portugal e a África do Sul. Se o Governo português nada disso, nós nos sentiríamos

liberados. Teríamos cumprido honestamente o Tratado de Consulta, apesar de ele ser muito genérico, mas teríamos cumprido. Teríamos feito a consulta. Teríamos dado nossas razões nossas razões. Não podíamos ficar obrigados por uma por uma intransigência absoluta da parte portuguesa. Esse memorando foi ao Gabinete. O Gibson, que era o Chefe de Gabinete, gostou. Aí, o Diário também meteu a colher torta dele, botou lá umas coisas, inclusive uma coisa que me parecia ruim, mas que todo mundo topou, inclusive o Afonso Arinos: que nós proporíamos a formação de um embrião de comunidade luso-afro-brasileiro. Quer dizer, era um pouco ainda a influência de Gilberto Freire no espírito das pessoas, etc. Eu achava isso intempestivo nas circunstâncias e um perigo danado para nós, porque a gente votar está muito bem. Agora, assumir a responsabilidade direta, sendo o Brasil, o que era e o que ainda é, termos de ser um corresponsável executivo, com objetivo predeterminado de uma comunidade luso-afro-brasileira, que podia ser repelida violentamente pelos africanos (a minha opinião, até os portugueses não gostariam) ...

a.c.* - De quem era esta proposta?

S.G. - O Diário é quem botou lá na informação. O Gibson achou interessante, etc..

A.C. - Mas, de qualquer maneira, O Diário era uma espécie de aliado seu nessas propostas

S.G. - Estava na mesma linha, mas com essas coisas que eu achava meio “borocochô”, com essa, que era uma ideia de Gilberto Freire dos anos 30. Uma ideia, que em minha opinião não tinha nenhuma relação com a realidade política imediata, inoportuna. Poderia até vir a ter sentido quem sabe daqui a uma ou duas gerações. Mas, naquele momento, nem pensar. Naquele momento, a única coisa que se poderia fazer mesmo assim aceitando um desgaste, era darmos um apoio político a Portugal numa promessa formal que ele fizesse de executar um plano para suas colônias, por etapas, etc. Seria visto como um pretexto para delongas, mas, de qualquer maneira, era defensável racionalmente.

M.H. - Eu queria colocar uma questão, que é a seguinte: O Sr. colocou antes que, digamos, a situação... própria posição de Portugal estava muito vinculada à situação política interna. Nós, no nosso caso, estávamos justamente vivendo um momento de democracia e de debate. Essa discussão e essa transformação na posição do Itamaraty o Sr. veria como uma coisa muito isolada ou de alguma maneira havia um debate interno que estaria alimentando e estaria também, digamos, referida..

S.G. - Não. Do país para o Ministério, nada. Havia, pelo contrário, toda a imprensa brasileira, como de hábito, em regra lusitanófila no sentido tradicional. Um ou outro jornal às vezes dava um topicozinho. O “Jornal do Brasil” naquela época às vezes dava

um toquezinho assim mais inteligente. Estava lá o Odylio Costa Filho, um grupo bom naquela época.

A.C. - É, porque realmente o Globo tinha uma posição terrivelmente hostil, inclusive abertamente hostil.

S.G. - Hostil. O Estadão, por motivos ideológicos, porque os Mesquita achavam que tudo era comunismo. A imprensa brasileira, sempre teve incompreensão do que estava se passando no mundo e dos interesses nossos. Agora, o Presidente, nós supúnhamos, pelo que ele havia dito publicamente, era um homem que entenderia essas coisas. Tinha até uma predisposição para entender. Queríamos saber até que ponto ele ia e, naturalmente, íamos tomar a iniciativa de apresentar formas de execução levando em conta vários fatores, inclusive alguns que ele não poderia saber que dependem de vivência, de uma série de contatos, de conversas com representantes de vários países. Mas, evidentemente, eu não tinha a pretensão de dar a solução. Eu era um Primeiro Secretário. Estava fazendo aquilo que era a minha obrigação em função das coisas que sabia que tinha conversado que tinha avaliado. O Ministro Afonso Arinos não só me causava dúvidas a respeito, mas era estimulante. E o Bubu² estava de acordo, todo mundo. O Gibson achou muito bom. A única alteração eu acho que foi a ideia do Dário, que é assim uma espécie de reflexo distante - ele estava no Gabinete - da ideia luso-afro-brasileira do Gilberto Freire. Mas também sabia que os portugueses não iam gostar da ideia. A minha impressão era que eles não iam aceitar nada e, em consequência, feito o nosso gesto, nós nos liberávamos. Creio que o Gibson tinha também essa impressão.

A.C. - Sinal verde.

S.G. - Sinal verde. Mas aí ficou decidido que o Afonso Arinos fosse a Portugal. Eu achava que estava muito bem. Afonso Arinos era um homem excelente do ponto de vista de formulações.

A.C. - E primeiro ele foi à África, não é? Nessa famosa viagem.

S.G. - Não. Não me lembro, não.

A.C. - Eu tenho a impressão de que ele primeiro foi ao Senegal. Ele foi comemorar a independência do Senegal. E de lá foi à África, o que teve um efeito psicológico muito forte, não é?

S.G. - É verdade. A caminho, no Senegal. O Afonso Arinos é realmente um homem que é bastante criticado, dizem que é um poço de vaidade, como toda a família. Não senti

² Embaixador Carlos Sylvestre de Ouro Preto.

isso. É uma pessoa excelente, com excepcional capacidade de formulação e percepção rápida das coisas. Não se perde tempo com ele. Com três palavras ele pega o que você quer o que você está dizendo. Achava que era um excelente interlocutor para ir lá explicar isso, trocar em miúdos. Bom, ele foi e aparentemente não pôde explicar coisa alguma, porque a atitude do Salazar foi um fim de non-recevoir, não discutir, etc. O Gibson me contou uma vez que o Salazar (não sei se foi nessa ocasião, acho que sim) disse assim: “Pois é se houvesse uma manifestação revolucionária em São Paulo, vocês admitiriam que eu, Salazar, mandasse um emissário ao Presidente, do Brasil para dizer como é que ele deveria tratar essa rebelião?” Quer dizer, colocando - o que é um disparate completo - a situação nas colônias em analogia com uma revolução aqui dentro do Brasil.

A.C. - Só faltava ter lembrado a revolução de 32...

S.G. – É. Sei lá, uma coisa assim. O fato é que ele simplesmente não discutiu. Teria sido tudo muito agradável, mas não houve possibilidade de conversar sobre o mérito da questão de uma maneira aprofundada séria. O Governo português trancou-se completamente. E eu ouvi contar - também não sei se isto é verdade- tempos depois, por gente da nossa Embaixada, que o Salazar teria comentado não sei com quem que o “Brasil, realmente, é uma pena, porque devia estar ainda a ser governado desde o Terreiro do Paço” (que é aquela praça em Lisboa onde estão os Ministérios). Quer dizer, achou o maior disparate a proposta nossa, que era a única possibilidade minimamente razoável. Aí, como houve essa resposta negativa, a suposição minha, e também da Budu e dos outros, era de que daí por diante não havia a menor dúvida. Nós íamos votar contra Portugal na ONU e nas Agências e com a consciência tranquila de termos feito corretamente tudo o que era possível, etc...

L.P. - Estou me lembrando. Essa viagem que o Sr. está falando do Afonso Arinos é de 61. E, pouco antes da viagem dele, teve o episódio do Santa Maria. Em que medida isso influenciou nas relações?

S.G. – Princípios de 61, janeiro. Eu posso voltar a isso porque já estava no Rio. Últimos dias do Governo Juscelino e primeiros dois dias do Governo Jânio. Tive alguma coisa que ver com o episódio. Volto a isso depois. Fiquemos ainda um pouco com as colônias e a ONU. Passaram-se uns poucos meses, ia-se colocar o problema de Portugal nas Conferências das Agências. Minha sugestão, como já disse, era de nos abstermos e, na Assembleia Geral, votarmos contra. Mas não houve nada. O próprio Presidente passou um desses memorandos para os jornais. Pareciam coisas da iniciativa dele, não é? O Itamaraty ficava lá dormindo e ele, de vez em quando, o instigava a fazer alguma força

com um memorando, de que se tomava conhecimento pela imprensa (o Correio da Manhã, que era o jornal que se lia de manhã no Rio, na época). Sobre colônias portuguesas, nós tomaríamos uma posição contra o colonialismo, anunciou publicamente e imediatamente o Presidente. Na ocasião, o Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro (eu acho que era o Rocheta, não me lembro) foi ver o Jânio em Brasília e as instruções do Presidente foram revogadas sem publicidade. Vou contar uma estória, o peixe como venderam, porque eu não assisti. Quem me contou foi o Ouro Preto (o Bubu), que também não assistiu. Ouviu de gente nossa que estava lá. Havia um pequeno escritório do Ministério em Brasília e uns dois ou três funcionários, que acompanhavam pessoas que iam lá, que cuidavam do telex, das comunicações, etc., para o Rio. O Ministério estava todo no Rio, menos esse pequeno escritório. Na época, acho que estavam lá o Maury³ e o Carbonar⁴, se não me engano. Então Bubu veio às gargalhadas me contando: “Ora, vejam só. Todo esse barulho, o Rocheta foi falar com o Jânio, se trancaram lá quase uma hora e, quando saíram, saíram abraçados e chorando...” [Risos]

A.C. - Parece que é verdade. Essa eu já ouvi falar também.

S.G. - “Então nós vamos nos abster.” Ele prometeu abstenção na Assembleia. Aí, então, não havia como agir racionalmente nesse assunto. Era deixar o barco correr. Não era uma política que nós pudéssemos fazer sem o respaldo do Presidente. [Risos]. É uma coisa muito engraçada. Na época, eu não fiquei irritado porque não é do meu hábito me irritar, mas achei assim tristemente típico.

A.C. – Quer dizer, ao final nós votamos...

S.G. – O Jânio caiu antes da Assembleia, não é? Em 61, votamos bem. É, e depois nós às vezes votávamos contra, às vezes nos abstinhamos.

A.C. – É, porque tudo indicava que íamos ficar na mesma.

S.G. – O outro assunto português que ela mencionou, foi o...

A.C. -... Santa Maria...

S.G. -... foi o Capitão Galvão. Nisso eu tive uma participação menor, mas acho que útil, porque não se sabia precisamente como fazer (o navio aportou no Recife, se não me engano). Um dia, o Bubu me chamou de repente, me disse que o Embaixador de Portugal ia vê-lo daí a pouco e me perguntou o que eu achava que deveríamos dizer. Não podíamos concordar com a tese portuguesa de que era pirataria, senão teríamos que prender o Capitão Galvão e criaríamos um problema aqui interno. Acho que já era o primeiro dia

³ Embaixador Maury Gurgel Valente, à época Ministro de 2ª classe.

⁴ Embaixador Orlando Soares Carbonar, à época Terceiro Secretário.

do Governo Jânio Quadros. Portanto, era muito difícil levar o assunto até a Presidência, fazer informação imediata e obter resposta imediata. A coisa tinha que ser resolvida na hora. Eu sugeri ao Bubu: que dissesse ao Embaixador português que nós considerávamos que não podia ser pirataria. Seria qualquer outra coisa, menos pirataria. Porque, para tipificar o crime de pirataria, faltava um elemento essencial, o *animus furandi*, quer dizer, a intenção de roubo, de proveito próprio, de enriquecimento, por parte do pirata. Isso está até na Convenção de Genebra, de 58, sobre Alto Mar, que eu conhecia bem ainda restos dos tempos em que cuidava de Direito Internacional. Apanhei na Biblioteca da ONU, no Itamaraty, o texto da Convenção. Nós não a tínhamos ratificado, nem Portugal, nem quase ninguém, mas essa Convenção era suposta ser, e era mesmo em quase todos os seus dispositivos, uma espécie de codificação de normas preexistentes. Tinha uma grande autoridade, e mesmo Governos que não a tinham ratificado por um motivo ou por outro (questões de largura de mar territorial ou outros pontos específicos) citavam seus outros dispositivos, que eram pacíficos. Quando veio o Embaixador de Portugal e fez sua gestão, o Bubu perguntou se ele achava que o Capitão Galvão se teria apossado dos dinheiros na caixa do navio, das joias dos passageiros, etc. O Embaixador respondeu que não, que se tratava de uma pirataria política. E o Bubu, aí disse: “Bom, infelizmente então nós não podemos qualificar como pirataria. Sr. veja aqui a definição. É elemento essencial o *animus furandi*.” Esta foi a minha participação na história.

A.C. - Decisiva, não é? Decisiva.

S.G. – Não, isso qualquer um faria. Apenas, era necessário lembrar na hora com precisão e fornecer o texto pertinente.

A.C. – O Sr. sabe que o Sr. está me dando um bom exemplo, primeiro da utilidade da diplomacia nesses momentos difíceis, não é? Em segundo lugar, do direito internacional, que o Sr. exerceu com tanta intensidade.

S.G. – É normal. As Chancelarias sempre têm que ter um bom Consultor Jurídico, não é? Nem sempre têm. Naquela época, tínhamos. Até um homem que é realmente um jurista, o Haroldo Valladão, que depois deu um parecer sobre isso exatamente nesse sentido, mas com grande erudição, não uma coisa de momento, mas mostrando porque é que tinha que existir a intenção de furto, se não se confundia com outras hipóteses, como motim. Enfim, fez um trabalho realmente de jurista. Eu fiz um trabalho de leguleio, mas é que o Bubu daí a meia hora ia receber o Embaixador e era bom que já tivesse assim um “tijolo” para jogar e obstruir as coisas.

A.C. – Sem querer nos desviar desse assunto, esse princípio se aplicaria também ao problema da pirataria aérea, do terrorismo aéreo?

S.G. - A rigor, sim, quando o objetivo é o lucro. Apenas, para o terrorismo aéreo, por se estar repetindo com frequência, foi-se desenvolvendo uma normatividade específica, via ICAO e Convenções diversas, etc. Tem características até diferentes, em termos factuais, da situação num navio. O risco de vida é muito maior, mais imediato, ressalta de uma forma muito mais dramática e é mais fácil de realizar. Mas, enfim, isso é outro assunto e eu não sou especialista. Quando começou a se desenvolver essa normatividade, eu já não mais acompanhava os assuntos jurídicos internacionais com a mesma disponibilidade de tempo e o mesmo interesse, de modo que eu conheço muito menos.

S.G. - Então, resumindo. A representação da China na ONU era uma mudança que se ia fazer. Colônias portuguesas, uma mudança maior, que nunca se fez com clareza e que depois nós estivemos um pouco para lá, um pouco para cá. Houve um ou dois anos em que votamos contra, nos abstivemos noutros, e assim por diante. Houve sempre uma flutuação da posição brasileira, mas o suficiente para caracterizar, em termos de grupo africano, um evidente apoio a Portugal ou uma grande hesitação, pelo menos. Bom, para me ater ao período Jânio, nessa época também o outro assunto que veio à baila de forma muito aguda foi Cuba, de que eu não cuidava diretamente. Eu cuidava também de América do Norte, além de ONU, e os assuntos com os Estados Unidos eram tratados quase sempre no Gabinete ou na Presidência, e eram importantes, mas poucos. Não havia essa massa que hoje há do contencioso comercial, contencioso em matéria de energia nuclear e outras coisas. Eram grandes assuntos apenas, de arranjar empréstimo ou o que fosse. A Divisão tinha muito pouca participação nesses assuntos. Acompanhava-os, lia as coisas que a Embaixada mandava dizer. Estava a par, mas não tinha uma participação operacional. Não acompanhei o assunto Cuba o tempo todo. Vinha acompanhando na base de informação há 4 anos, desde Washington em 59, como eu já contei. No dia 1º de maio de 61, Fidel fez o grande discurso em que pela primeira vez, de fato, se via claramente que era o discurso de um líder marxista -leninista adequado ao país e ao momento. Eu me lembro que na época saiu um rodapé do Globo em que se dizia que ele havia proclamado uma república socialista em Cuba, mas não comunista. Estava errado, como quase sempre. Não leram o discurso do sujeito. Ele não proclamou, nem podia proclamar, porque o discurso era um discurso correto do ponto de vista de um líder marxista e a situação de Cuba não era, na semântica marxista, a de uma república socialista. Era a de uma república democrática popular. Funcionalmente, eu não tinha

nada com isso. A Embaixada nossa em Cuba – o Encarregado de Negócios, o Jacyntho de Barros⁵...

A.C. – O Sr. interrompeu, não completou a ideia.

S.G. – Qual?

A.C. – O Sr., que leu bem Stalin, sabia que havia uma diferença...

S.G. – Na semântica, é lógico. Semântica deles. Definição precisa de termos.

A – E a diferença significava o que, politicamente? Que Cuba ainda estava dando uma chance de negociação?

S.G. – Não. Não estava dando chance, não. República Democrática Popular quer dizer que ainda se admite e se permitem partidos não comunistas, desde que sejam marginais. Desde que sejam satelitizados pelo Partido Comunista. Ainda se permite um grau considerável de iniciativa privada. É uma fase de transição, em que ainda não foi destruída completamente a classe burguesa. Essa é a concepção deles, um período de transição. Socialismo, já é muito tempo depois, quando já há uma classe única, etc. Comunismo mesmo é quando o próprio Estado começa a se tornar desnecessário e se retrai. O *withering away* do Estado. Nenhum chegou até lá, não é? Longe, longe, longe desse objetivo final. Mas há essa gradação teórica. A Embaixada nossa (o Jacyntho) mandou o texto com o comentário, dizendo que era um discurso que mostrava ainda muitas esperanças de que Cuba pudesse evoluir não ser atraída pelo bloco soviético etc. Naquela ocasião, o Bubu me disse: “Olha, você lê isso aí e me dá a sua opinião sobre esse discurso”. Aleguei que não tinha nada com Cuba, propriamente dita, ao que ele retrucou: “Não faz mal, você lê e dá uma opinião.” Então, eu li e dei uma opinião. Fiz um memorando sobre o assunto, em que concluía que se tratava do discurso de um líder marxista-leninista perfeitamente consciente do que estava dizendo e adaptado ao momento de Cuba. De modo que era finalmente, e publicamente, a assunção por Fidel desse papel de líder da transformação no sentido comunista *latu sensu*, o que até então nunca tinha sido claro e específico de um ponto-de-vista doutrinário. No ano de 59, ele era tipicamente um líder revolucionário reformador. No ano de 60, meio ambíguo. E, em maio de 61, ele foi à declaração completa da coisa, isto é, à ascensão do Partido Comunista Cubano, que quando ele tomou o poder não tinha nenhum prestígio particular. Foi contra Fidel até os últimos dias. Quando ele já estava para entrar em Havana é que aderiu e pouco a pouco foi assumido uma função maior. Quer dizer, o Castro encontrou

⁵ Embaixador Carlos Jacyntho de Barros, à época Conselheiro.

naquela doutrina uma justificação toda feita para a sua revolução. Então, esse discurso de 1º de maio era muito importante, porque era a declaração pública da assunção, por parte do Fidel, desse papel e da caracterização final da revolução cubana.

[FINAL DA FITA 10-B]

S.G. - ... A caracterização da revolução cubana como uma revolução marxista-leninista. Em seguida, eu fazia no memorando uma série de observações a esse respeito e mais adiante mencionava o que fazer. Examinava a Carta da OEA, examinava os princípios de soberania, igualdade soberana dos Estados e o seu corolário necessário, que é a não-intervenção, o princípio de autodeterminação e a relação desses princípios com um dispositivo que é específico da Carta da OEA (não é da ONU), isto é, a declaração de que a convivência continental requer dos Estados membros a sua organização na base da democracia representativa e respeito aos direitos do homem. Até que ponto este requisito do sistema podia ser objeto de ação coletiva sem infringência do princípio de não-intervenção consagrado na Carta em sua maior amplitude. É um memorando bastante complicado do ponto de vista desse tipo de análise. Concluía que evidentemente Cuba se tinha posto fora do quadro da Carta da OEA, como outros Estados-membros em diferentes ocasiões, mas que o jogo dos princípios (não-intervenção etc., sobretudo não-intervenção) impedia que se tomassem medidas para modificar essa revolução interna de Cuba. O princípio de autodeterminação, em termos mundiais, não implica necessariamente – em termos de Carta de ONU – o uso de eleições livres para determinar a autodeterminação, mas, no caso da OEA, sim, por força daquele dispositivo que é um compromisso de todos os Estados membros. Acrescentava: na prática, evidentemente, nem sempre tem prevalecido o requisito democrático representativo, a tal ponto que são numerosos os casos de países latino-americanos que, por períodos, têm estado sob regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais. Eu mencionava, entretanto, uma diferença que, anos depois, a Sra. Kirkpatrick explorou muito⁶, em outro contexto. Eu dizia que, entretanto, os regimes ditatoriais na América Latina nunca tomavam uma posição filosófica contrária ao princípio da autodeterminação através da democracia representativa; pelo contrário, frequentemente até, diziam que seu objetivo era restaurar a pureza desses princípios etc. No caso de Cuba, não. Houve uma opção filosófica contra. Uma filosofia diferente de

⁶ A – Quem explorou? S – A Kirkpatrick.

abordar o problema da organização da sociedade. Por fim, eu concluía que o máximo que se podia esperar de Cuba, se houvesse uma certa habilidade, era a sua “iugoslavização”, que ela não se transformasse estritamente num satélite soviético, e que o nosso tipo de relacionamento com Cuba devia ser correto, mas não poderia ser muito diferente do que tínhamos, por exemplo, com a Tchecoslováquia ou qualquer outro país socialista. Isto é, não comportaria a intimidade de cooperação política, mesmo que marcada por divergências, como é próprio da coparticipação da OEA.

M.H. — Também tem uma questão que o Sr. vai comentar. É que essa questão cubana ela é muito paralela à questão também da União Soviética e do nosso reatamento das relações no período. Em algum momento, seria interessante também a gente entrar nesse terreno.

S.G. — É. O reatamento veio depois, acho que no período parlamentar do Ministro Santiago Dantas.

A.C. — Mas, sobretudo, talvez na questão filosófica do ter ou não ter relações com a União Soviética, não é?

S.G. — É.

M.H. — Da coexistência, não é?

A.C. — Foi um problema dos anos 40, não é? Da ruptura, exatamente por essas razões.

S.G. — É. O problema com Cuba era muito mais grave, porque era um país latino-americano, dentro da nossa região, ligado a toda essa família, digamos assim. Tinha um sentido muito grave, em termos de demonstração de que poderia haver novas Cubas, e desde o princípio (dizem que em parte até sem ordem do Fidel), tinha havido tentativas cubanas de ingerência em assuntos internos de outros. Uma vez foi um grupo ao Paraná, para participar de uma rebelião — se lembra? — e depois, já não nessa época, mas depois, aquela tentativa do Che Guevara na Bolívia, e declarações de que transformariam os Andes numa grande Sierra Maestra; Quer dizer, uma ideia claramente de obrigação até moral de apoiar todas as sublevações populares, etc., que mudassem a ordem interna dos

outros países. De modo que era um caso diferente. Mas Cuba, nesse período de Jânio Quadros, foi objeto de muita ambiguidade. Ainda em maio, Afonso Arinos fez uma conferência na Escola Superior de Guerra, a que eu assisti (ele tinha algumas notas apenas), uma conferência brilhante, em forma fluida e elegante. E sobre Cuba, em resposta a uma pergunta, ele disse isso: que nós mantínhamos as negociações e um certo esforço para trazer Cuba à convivência continental (não usou esse termo, mas algo parecido), que ainda havia esperanças; mas que, no momento em que se transformasse em um país comunista, nós não prosseguiríamos. Ora, não sei se o Ministro achava que Cuba não havia ultrapassado o *point of no return*, como me parecia claro, ou se achou melhor, não dar a impressão de fechar as portas.

A.C. – Eu queria comentar com o Sr. esse aspecto da questão que me sensibilizou muito. Foi justamente o depoimento dele na Comissão de Relações Exteriores. E ficou muito claro que o Brasil teve um grande azar. A política externa brasileira teve um grande azar com essa história de Cuba. Porque houve um investimento muito grande na teoria da autodeterminação, que era um ponto importante da agenda nossa. E, no meio do caminho, Cuba muda de posição, e realmente ficou muito difícil a defesa do ... como o Sr. mostrou na sua argumentação jurídica, não é?

S.G. – Apenas, não havia ambiente, ou condição, talvez, para o Presidente vir a público e dizer: aconteceu isso. Fizemos tudo que era possível para evitar. Não tivemos (podia até acrescentar) a cooperação norte-americana nesse esforço...

A.C. – ... de resgatar, não é?

S.G. – ... e aconteceu essa definitiva opção cubana. Não tiramos todas as consequências. Não conseguimos dizer. Depois houve o episódio, que eu não conheço direito, só por ouvir contar, da condecoração ao Che Guevara. A explicação do Presidente Jânio Quadros de que ele havia conseguido a liberação e a permissão para sair de Cuba de várias pessoas, inclusive de uns padres espanhóis, e coisas desse tipo, que seriam a justificação para aquela condecoração feita assim de momento, não ficou clara para o público. Não sei os detalhes. O público não teve informação e ficou intrigado, para dizer o mínimo.

A – ... esta é a versão do Afonso Arinos, também.

S.G. – O próprio Jânio contou essa estória. Aí, internamente, dadas as circunstâncias, houve os efeitos que a gente sabe, talvez desproporcionais à causa. Mas em política essas coisas contam muito, não é? Às vezes, um fato isolado tem um...

A.C. – O que eu tenho impressão é que essa mudança de Cuba, de regime em Cuba, exacerbou muito a oposição...

S.G. – É, é natural.

A.C. – ... e tornou essa política externa muito vulnerável, porque realmente a imprensa e todos os órgãos...

S.G. – Vulnerável nesse ponto. O Araújo Castro mais adiante – não nesse momento, mas mais adiante, já no período do Jango – disse uma coisa muito acertada e que, enfim, nós todos sabíamos. Ele a colocou de uma forma engraçada: “Pois é, o Brasil é onerado por duas hipotecas: uma é defender Cuba de qualquer maneira, e a outra é defender Portugal de qualquer maneira.” De modo que, em matéria de coerência, é um troço... [Risos] Mas, enfim, houve isso.

M.H. – Eu queria só fazer uma perguntinha ainda sobre a questão cubana nesse período. Esse... Junto com, digamos, esse esforço e essa ginástica do Itamaraty de tentar, enfim, manter uma posição não excludente, houve algum intento a nível diplomático, seja, digamos, do Brasil ou de outros países da América Latina na época, de tentar mostrar a Cuba o custo, digamos, dessa guinada, ou...

S.G. – Isso eu acredito que tenha havido, mas muito pouco aberto, compreende? Eu tenho a impressão de que não houve de uma maneira bastante...

A.C. – ... contundente.

S.G. – ... clara e contundente. Esta é a minha impressão. Eu não posso afirmar, porque não conhecia todo o nosso relacionamento com Cuba. Quer dizer, nesta fase eu fui chamado pelo Chefe do Departamento para dar uma opinião sobre um texto, analisá-lo e

dizer o que é que eu achava daquilo. E eu acho que dei uma opinião correta, num momento em que ainda muita gente tinha uma percepção ambígua da revolução cubana. De fato, a semântica eu conhecia bem; a cada frase que Fidel dizia soavam várias campainhas. Elas se colocavam num quadro, numa tipificação preexistente na minha cabeça;

A.C. – Agora, se eu entendi bem, o seu memorando foi positivamente ambíguo também. Quer dizer, ambíguo não no sentido de não querer tomar uma posição, mas no sentido de perceber que a situação era ambígua também.

S.G. – Não, eu já dizia claramente quer era uma opção marxista-leninista.

A.C. – Certo.

S.G. – Aí, fazia o exame dos princípios da Carta da OEA, como eles poderiam se compatibilizar ou não; até que ponto o princípio da intervenção excluía as possibilidades de intervenção e, nesse caso, como é que o outro princípio da organização democrática dos Estados membros se manifestaria ou desempenharia algum papel. Mas não chegava a tratar, porque essa questão se colocou bem mais tarde, propriamente na questão da expulsão ou não de Cuba da OEA.

A.C. – Quer dizer, isso não estava em questão ainda.

S.G. – Não estava.

A.C. – O senhor sugeriu alguma...

S.G. – Na análise que eu fiz, estava implícita a possibilidade de tal consequência. Mas não estava excluído, evidentemente, manter as relações bilaterais com Cuba. Apenas, no final, eu dizia: Devemos ter relações corretas na medida em que Cuba não se intrometer nos nossos assuntos, como podemos ter, ou temos, com países da Europa Oriental, e que a única esperança é uma evolução no sentido de uma “iugoslavização”. Mesmo isso, eu achava, era muito pouco provável, porque obviamente se via em todos os textos e nas maneiras... um entusiasmo de cristão novo.

A.C. – Certo. E essa expressão que o Sr. usou, “iugoslavização”, é uma expressão extremamente importante do ponto de vista histórico, porque ela foi ter uma circulação, uma vigência muito grande depois, com a crise dos mísseis, não é?

S.G. – É. Mas nunca Cuba evoluiu para tal posição. Nem podia. A rigor, houve uns períodos em que ela se inclinou um pouco pela China, depois voltou ao redil soviético e por uma razão não só de defesa, porque os Estados Unidos estão ali ao lado (toda aquela história da Baía dos Porcos, por exemplo), como porque, durante anos e anos, a economia cubana foi subsidiada pela União Soviética (a garantia de compra de açúcar etc.). Hoje o subsídio é muito menor e se faz através do comércio. Um preço de açúcar acima do mercado internacional, uma venda de petróleo abaixo do preço do mercado internacional. É indireto e é menor do que foi nos anos 60 e 70 e poucos. Mas isso já é outro assunto. De qualquer maneira, havia uma dependência inclusive econômica fundamental, uma ligação umbilical de Cuba com a União Soviética e com, de um modo geral, o COMECON, em função das deficiências econômicas da ilha, que tinha toda a sua economia voltada para o mercado americano. ... No início, houve um esforço de industrialização, que não deu certo, não é? Mas...

A.C. – O último ponto sobre Cuba seria que, ligada a esse problema da... Quer dizer, a Baía dos Porcos foi nessa época também.

S.G. – Foi por aí. Foi no princípio do Governo Kennedy.

A.C. – É. Porque eu estou pensando o seguinte: que há um dado importante. Quer dizer, no fundo, essa resposta marxista-leninista de Cuba veio em consequência da Baía dos Porcos também, não é? Da invasão.

S.G. – Não propriamente.

A.C. – Essa invasão, se não me engano, não foi em abril?

M.H. – É anterior a essa definição.

A.C. – Abril de 61. A definição foi em maio.

S.G. – É. 1º de maio. Já estava feita, não é? Ela foi publicitada, digamos.

A.C. – Quer dizer, os Estados Unidos empurraram digamos assim, Cuba para a...

S.G. – Já era tarde. Quando foi feita a Baía dos Porcos, já era muito tarde. Provavelmente, as opções já estavam feitas. Elas foram publicitadas em 1º de maio. Agora, eu acho que os Estados Unidos empurraram o Fidel para esse caminho em 59, princípio de 60, que era quando... (eu imagino, posso estar errado; nessa história não adianta querer fazer um julgamento a posteriori), eu tinha a impressão de que um pouco de dureza combinada com um pouco de cooperação generosa teriam mantido o Fidel como um reformador meio raivoso, dizendo uns desaforos, mas não perdido...

A.C. – Mas certamente a Baía dos Porcos deu internamente a Fidel essa legitimidade para justificar uma mudança, não é?

S.G. – Ah, sim, provavelmente.

A.C. – Porque foi uma mobilização interna em Cuba violentíssima, a população armada e tudo isso.

S.G. – Ah, sem dúvida o ajudou, em termos de dizer publicamente aquilo que já devia estar na cabeça dele, evidentemente, nessa altura. A Baía dos Porcos foi uma operação totalmente errada do princípio ao fim, e até dá muito medo do processo interno de decisão americana. Há um livro sobre isso de um repórter. Eu não consigo me lembrar o nome. É um alemão, naturalizado americano, que ouviu todas as testemunhas da época, leu toda a documentação e faz uma descrição minuciosa, detalhadíssima, ponto por ponto, dia por dia. É uma coisa de dar calafrio, que um país como os Estados Unidos possa ter um processo decisório tão abstruso como aquele. Era uma coisa herdada do Governo Eisenhower, que o Kennedy executou e onde a gente via que as informações que chegavam a ele, Presidente, eram inseguras e até deturpadas já. Impressionante. Uma coisa de meter medo, sabe?

A.C. – É, e isso ficou mais grave porque se tratava...

S.G. – Eu tenho muito medo de que no Brasil, muito no futuro, nós venhamos, pela usual imitação dos Estados Unidos, a ter esse tipo de excesso de variedade de órgãos e de gente dando palpite, transmitindo informações e chegando ao Presidente de uma forma que, no fundo, como neste caso e vários outros, podem levar a decisões que chegam a ser contrárias ao sentido comum.

A.C. – O Sr. se refere especificamente à comunidade de informações, nesse caso?

S.G. – Em parte, em parte. Não era só isso, não. Não era só o Departamento de Estado, não era só a CIA. Havia as fontes de informações mais variadas. O Pentágono, por outro lado. Cada qual com uma maneira de abordar o problema diferente. E isso é um perigo terrível. Nós, ainda, pela nossa relativa pequenez, não estamos nisso. Os países europeus não chegam a esses extremos. Certa ou errada, em geral a decisão deve ser unívoca, centralizada; o Gabinete resolve sabendo das coisas, embora ouça as vozes discordantes. Nem sempre, é lógico. Agora mesmo essa história do afundamento do Belgrano tem dado muita discussão no Parlamento inglês, não é? Houve, aparentemente, um problema de transmissão de informações que se atrasaram. Uma ordem, que poderia ter sido revogada à vista de uma informação interveniente sobre o rumo do cruzador, só teria chegado a mesa de decisão, depois da execução do ato, baseada numa ordem anterior. Mas, no caso da Baía dos Porcos, o conjunto de erros de informação factual e de avaliação, é apavorante. Esse livro que mencionei, pelo menos, parece muito realista. Todo ele. É documentação, é testemunho de pessoas... Tem o nome mesmo de “The Bay of Pigs”. Agora, não me lembro é o nome do autor. Eu tinha esse livro. Não sei se mandei para a Biblioteca do Ministério, porque grande parte do que eu tinha doei à Biblioteca do Ministério. Neste meu apartamento, não caberiam os livros e papéis acumulados.

M.H. – Agora, é curioso. Por que é que o Sr. acha que nós podemos, eventualmente, correr um risco semelhante?

S.G. – Porque se o Brasil crescer muito e começar a ter (não digo agora, mas daqui a uma geração ou até antes) ter necessidade, ou a aparência da necessidade, de maior ação externa, as pessoas, sobretudo as que pensam pouco, podem ser tentadas a imitar modelos dos Estados Unidos, e de repente começarem a dizer que o Itamaraty é retórico, ou o

Itamaraty não tem todas as informações, ou vê as coisas de uma maneira deformada. Eu não sei, tenho medo, no futuro, de que haja esse tipo de dispersão do processo de informação e avaliação, deixando o Presidente – que na hora H é quem tem que decidir mesmo, e solitariamente – ou com versões contrapostas, ou com arranjos entre diversos organismos, arranjos de conciliação, em que se perca o essencial, sobretudo se as funções de primeiro escalão tiverem de ser loteadas entre concorrentes. Mas, enfim, nós estamos perdendo um tempo grande com isso, que não é um assunto de que eu possa realmente tratar ou em que ter qualquer influência futura. Então... Ah, bom, nesse período Jânio Quadros, há um fato também de que ia me esquecendo, porque estou falando sem esquema. Houve um fato que foi muito gratificante para mim, em termos de carreira, um fato interno, e que é o seguinte: não me lembro bem, mas deve ter sido nos princípios de março. Ao voltar de um almoço, o Bubu⁷ me chamou, a mim e ao Duarte⁸ - tínhamos almoçado num restaurante ali por perto – e disse: “Olhem, é preciso fazer o capítulo sobre política externa da Mensagem do Presidente ao Congresso”. A mensagem se entregava creio que no dia 15 de março e havia muito pouco tempo. Faltava uma semana, uma coisa assim. Tinha que ser feita a minuta, a ser levada ao Ministro; o Ministro revia e levava ao Presidente. Então me disse o Bubu: “Hoje, às 6 da tarde a minuta tem que estar pronta.” (Seriam 3, nós estávamos voltando do almoço). “Tem de estar pronta. Eu vou levar isso, em seguida, à Rua D. Mariana, ao Afonso Arinos, etc.” Perguntei: “Mas que espécie de abordagem o Presidente quer dar?” O Bubu esclareceu que se devia dizer que política externa era independente, mas ideologicamente ocidental e flexível. É preciso ter uma parte muito enfática sobre a África, acrescentou. E deve conter uma frase, que é a seguinte: que o Governo de Bonn é o legítimo representante do povo alemão. Eram as 3 instruções que recebi. Trabalhei assim: fui para uma sala no mezanino do Ministério, que era utilizada pela Secretaria da Ordem do Cruzeiro do Sul (guardavam lá o estoque das condecorações e os arquivos, etc.), com duas excelentes datilógrafas, as irmãs Luzio Araújo, e comecei a escrever a lápis (eu não sou bom na máquina). Passava cada página, cada lauda, para uma delas, elas batiam com uma rapidez espantosa, sem um erro (mas também eu não tenho uma letra difícil) e mandava-as lá em baixo para o Duarte e o Bubu lerem. E assim eu fiz 8 páginas. Quando chegou à Operação Pan-Americana, de que ainda sobreviviam os restos, eu telefonei para o Duarte: “Ô Duarte, a Operação Pan-Americana eu não aguento mais. Você me faz favor, escreve aí uns parágrafos sobre a Operação.”

⁷ Embaixador Carlos Sylvestre de Ouro Preto.

⁸ Embaixador Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, à época Primeiro Secretário.

Ele fez lá uns três parágrafos, genéricos, e aí o Chefe do Departamento Econômico, que na época era o Carneirinho (o Octavio Carneiro⁹), então ficou de fazer a parte econômica (fez umas 3 páginas, um resumo). Bom, isso foi batido, Bubu achou ótimo, levou ao Afonso Arinos, que achou muito bom, mas só entregamos ao Afonso Arinos em casa dele já muito tarde, acho que às 7 e meia da noite, porque, entre bater a máquina tudo, depois corrigir e bater de novo... Mas eu escrevera quase que de um jato. E no dia seguinte estávamos na expectativa. No dia seguinte, vem o Bubu e diz: “Estive com o Ministro, que levou ao presidente (ao Jânio) aquele projeto e o Jânio não mexeu uma vírgula e disse a ele que estava antológico.” Muito bem, antológico! [Risos] Então ficamos muito satisfeitos. Achávamos que tínhamos agora uma orientação muito geral, mas uma orientação sobre o que é que ele queria. Se ele aprovou o texto sem mexer nada, chamou de antológico, etc. ... E teve até muito boa repercussão pública. Houve um rodapé do Globo elogiando a Mensagem, citando trechos, aquele onde se dizia assim: “Política externa independente”, etc., e aí se acrescentava se não me falha a memória: “Isso não exaure o conteúdo da política externa. Ideologicamente, o Brasil é um país ocidental, historicamente e culturalmente.” Depois havia uma parte sobre África extremamente positiva, em que havia uma insinuação de evolução, mas fazendo confiança na experiência histórica portuguesa para encaminhas as suas colônias, os seus territórios, para o futuro. Umas coisas assim. Enfim, era um texto equilibrado que, se se tivesse seguido dentro de seu espírito, a política externa se teria marcado bem como uma política independente – eu não gosto do termo –, mas sem criar uma onda brutal contra. Mas era o gosto da época: a política externa independente. Eu nunca usei rótulos. Tenho dificuldades mentais para utilizar rótulos. E ficou nisto. Depois, ele ainda deu uma entrevista (o Presidente) à imprensa estrangeira, acho que em princípio de junho, em que estive improvisando muito bem. Eu ouvi no rádio. Mas as decisões eram às vezes estranhas e críticas, vinham incompletas e através dos jornais, embora fossem quase sempre despachos em informações nossas. Uma vez foi uma consulta a ele sobre um projeto nigeriano na Conferência Internacional do Trabalho. Em junho portanto, meados de junho. Era um projeto de Resolução que tinha duas partes: uma que era a condenação de todas as formas de racismo, etc., e uma outra parte que era uma condenação específica a Portugal e à África do Sul por violação da Convenção que proíbe o trabalho forçado. Foi feita a informação chamando a atenção para os dois fatos, sendo que no primeiro,

⁹ Embaixador Otávio Augusto Dias Carneiro.

obviamente, nós podíamos votar a favor – deveríamos – mesmo pedir voto em separado, e, quanto ao segundo ponto, nós podíamos nos abster, propondo que a Conferência – sugerindo, deixando que outros propusessem, mas sugerindo – enviasse uma missão de investigação para apurar os fatos e que só no ano seguinte viesse a tomar uma resolução no mérito. E a resposta veio pelo Correio da Manhã, naqueles pequenos memorando do Jânio, dizendo: “Delegação brasileira etc., na Conferência Internacional do Trabalho deve votar a Resolução nigeriana contra o racismo, a discriminação racial no trabalho etc., etc.”, ignorando a segunda parte. Ora, para a primeira, nós nem precisaríamos consultar o Presidente. [Risos] Queríamos a opinião dele sobre a segunda, sobre aquela fórmula intermediária que nós propúnhamos, que irritaria enormemente Portugal e talvez não satisfizesse os africanos, mas que era racional, defensável e de acordo com a prática da OIT. Não era uma atitude *a priori* de que, sim, estão violando. Pedia para mandar uma missão investigadora independente de peritos, qualquer coisa assim. A isso, concretamente, ele não respondia. Nós ficamos no ar. Eu não me lembro mais como é que votamos, sabe? Creio que a Delegação lá saiu da sala.

[FINAL DA FITA 11-A]

S.G. – De modo que eu sentia certa flutuação diante do concreto, do tópico. Ele tinha as ideias gerais muito bem, a boa inclinação, tinha um gosto, como é comum nos políticos, por *slogans*, mas era impreciso diante da “cozinha” da coisa, em que ele tinha também de tomar decisões pelo menos em seu primeiro ano, porque tinha implicação para um lado ou para o outro, para caracterização da política. Sentia um pouco isso. Ou então ficava naquela atitude, com relação a Cuba, sem querer dar o braço a torcer, apesar da evolução da situação. E mesmo depois, no período Jango, nós continuamos a defender Cuba de todo o jeito, não é? Uma das duas hipotecas a que se referia o Araújo Castro.

M.H. – Quer dizer, de alguma maneira, o período do governo Jânio e o período, digamos, nesse primeiro início, da política externa independente, haveria quase que 3 instâncias. Quer dizer, a Presidência, digamos, um Ministro muito vinculado ao Ministério, mas também não como uma pessoa do Ministério, e o próprio Ministério, que estariam mais ou menos caminhando numa mesma direção, mas de vez em quando um pouco desafinadamente.

S.G. – Havia completa lealdade, naturalmente, como não podia deixar de ser. Agora, a decisão tem que ser do Presidente. Você pode alertar. Eu acho que nós alertamos. Pelo menos aqueles assuntos de que eu tratei foram analisados, foram assinaladas as consequências num sentido ou no outro. Agora, houve falta – eu uma vez disse isso, conversando sobre essa época com colegas – houve falta de *métier* na execução. Falta de profissionalismo. As coisas eram feitas um pouco assim para impressionar o público.

A.C. – Minha impressão é de que havia...

S.G. – Aqueles memorandos às vezes incompletos...

M.H. – Não o que me deu impressão...

S.G. – Muitas vezes o que falta é a palavrinha que tem uma implicação ampla. Não é apenas a ideia geral. Até que ponto em cada caso e concretamente se pode ir? Onde parar? Isso é que é o difícil. Em muitos casos, esse é o ponto decisivo em que a máquina opina mas requer orientação do Ministro ou, até do Presidente. Política exterior não se limita apenas a grandes e genéricas opções que produzem, quase automaticamente, efeitos de execução técnica. Automaticidade, rotina, técnica, tem pouco espaço na execução da política externa, na ação diplomática, exceto no uso de fórmulas, de instrumentos. Cada opção produz, na prática, numerosas ocasiões para opções mais específicas. Por isso, o Ministro do Exterior precisar ter a visão dos passos futuros, das prováveis reações, da medida do que faz e diz.

A.C. – Exato. E eu queria justamente perguntar ao Sr., dentro dessa linha do problema que a Mônica levantou, sobre o papel do Ministro exatamente aí. Por que o Sr. dá a impressão de que havia quase que uma comunicação direta, às vezes, com o Presidente...

S.G. – Não, sempre através do Ministro.

A.C. – ... e que o Ministro, enfim, ficava às vezes em dificuldades diante dessa política do Presidente. E o Sr. lembrou o caso da Alemanha. E eu estou até curiosa de saber o porquê dessa insistência na questão.

S.G. – Não sei exatamente. Motivações de ordem econômica? Um na bigorna, para compensar outro na ferradura?

A.C. – Porque houve o episódio, uma crise séria logo depois...

S.G. – Logo depois. Com a Alemanha Oriental.

A.C. – ... com a Alemanha Oriental e que levou, inclusive, à demissão do Vasco Leitão da Cunha.

S.G. – É verdade.

A.C. – Então o Sr. acha que tem alguma relação esse sentido de incluir na Mensagem...

S.G. – O Afonso Arinos foi, como eu disse, um Ministro de grandes qualidades intelectuais, rapidez de percepção, rapidez de redação; os despachos dele eram claros, ele enfrentava os assuntos, etc. Mas eu tenho a impressão – posso estar errado – de que o grau de prestígio ou intimidade dele com o Presidente não era extraordinário, para dizer o mínimo. Tenho a impressão, também, de que, naquele caso da missão daquele rapaz, houve umas decisões exclusivamente da própria Presidência. À última hora, criaram problemas. Eu não sei. Num dos aspectos – porque isso também não era da minha área – num dos aspectos apenas, sim, eu fui envolvido, porque o Bubu Ouro Preto¹⁰ me chamou. Quando o Ribeiro Dantas estava em Berlin (Potsdam), na negociação com a RDA, houve uma série de planos, de fórmulas, para comércio e outros aspectos, que o Governo local chamou de Protocolo. Ele aceitou essa denominação. Era um documento assinado por uma missão brasileira oficial e por um Ministro – do Exterior talvez, ou do Comércio – da RDA. Era, portanto, um ato oficial. Então se discutia esse problema: se isso implicava reconhecimento. Porque nós não tínhamos sequer, naquela época, reconhecido o Governo da RDA. Perguntado, disse ao Bubu que, na minha opinião, qualquer acordo internacional bilateral entre pessoas que tenham credenciais dos respectivos governos implica o reconhecimento. Reconhecimento é o estabelecimento de relações “oficiais” por qualquer meio. Ora, como se criara uma dificuldade política, o próprio Afonso Arinos estava

¹⁰ Embaixador Carlos Sylvestre de Ouro Preto.

querendo descaracterizar esse reconhecimento... Então, sentei, fiz lá um “relambório de leguleio” na máquina, que bato mal, lembrando que o nome ou o título “Dos atos internacionais” não é o que define a sua verdadeira natureza. Há que examinar o próprio texto e o contexto e, no caso, embora se chamasse protocolo e fosse assinado pelas duas partes, o documento era, na verdade, uma simples ata de conversações, o que era explicação já apresentada. [Risos] Ficou assim uma chicanazinha... Também, não adiantou. Não pegou muito, não é?

A.C. – Eu acho que não, porque seria, de certa forma, uma defesa dessa manobra do Jânio por cima do Ministério. Foi esse que foi o grande problema, não é?

S.G. – Foi. Aí, o Vasco de demitiu. Até fui ao apartamento dele um dia, à noite. Foi muita gente lá. O Afonso Arinos não se demitiu. Muita gente achava no Itamaraty, naquela ocasião, que o Afonso Arinos deveria ter-se demitido. Eu não julgo, em absoluto, porque o Afonso Arinos era um homem político. Talvez pensasse que poderia prestar serviço ainda, ficando. Tenho no caso uma visão muito limitada, de um ângulo de pura aparência. A julgar pela aparência, se fosse comigo, me demitiria.

A.C. – À sua revelia.

S.G. – Ah, ia para casa. Mas é diferente. Não posso, a partir da minha condição objetiva e subjetiva, estar julgando um homem que sempre fez carreira política, que era mesmo um dos líderes da UDN, em termos, se não eleitorais, pelo menos em termos de condução intelectual do partido, e tudo isso, não é? É muito difícil saber. O Vasco é diferente. Era um profissional, e foi para casa. Já não era a primeira vez que ele pedia demissão. [Risos] Não sei. Acho que no período Jânio Quadros, essas coisas que eu contei esgotam mais ou menos o essencial do que foi a minha participação, sem dúvida marginal.

A.C. – Eu queria só pedir a sua opinião sobre um último assunto.

S.G. – Há um ponto ainda que devo mencionar, é de caráter pessoal e nunca esqueço. Não esqueço nunca as coisas boas. O Jânio Quadros aprovou a Reforma de 61 (junho de 61), que criou os Departamentos geográficos, ao lado dos temáticos, o que era uma necessidade. Enfim, a execução foi muito difícil no princípio, mas acabou funcionando.

Em consequência, houve um aumento de cargos da carreira, tendo em vista o número de Departamentos novos, tendo em vista também o número de embaixadas que se estavam criando e aquelas que se planejava criar para representar-nos no grande número de novos Estados africanos e asiáticos, consequente, inclusive, a uma opção política de estimular ou de estreitar as relações com os novos Estados. Havia, pois, o aumento de cargos e número considerável de promoções. Naquela época, eu soube que o Afonso Arinos comentou que um dos promovidos a Ministro de Segunda classe seria eu. Ele disse isso para pessoas do seu Gabinete naquela época. Eu estava inteiramente despreocupado; nunca pedi, nunca precisei pedir, e aí saiu o Jânio. E veio o período do Jango.

A.C. – Agora, eu queria lhe fazer uma última pergunta sobre o Governo Jânio, justamente sobre essa questão da África, da expansão para a África. Eu tive a nítida impressão, inclusive eu ouvi do Ministro Afonso Arinos, de que o fracasso da Operação Pan-Americana tinha sido um sinal de alerta à diplomacia brasileira e, enfim, à política externa brasileira de que não se podia esperar nada a curto prazo da América Latina, exatamente pelas razões que o Sr. nos explicou tão bem aqui: pela falta de uma solidez maior, de um entrosamento maior...

S.G. – Falta de entrosamento, desconfiança...

A.C. – ... e por essa espécie de disputa entre vários filhos, uns mais ricos, outros mais pobres, com relação aos Estados Unidos. E que essa ideia de África teria sido uma forma inteligente de expandir essa política de neutralidade, de independência, justamente numa área que era uma área mais, digamos, um espaço mais aberto, mais desocupado, em termos de hegemonia americana. Quer dizer, então eu achei que realmente foi alguma coisa que...

S.G. – Naquela época eu não via as coisas assim. Por exemplo, eu não usaria o termo política externa independente. Jamais falaria de neutralidade – eu acho que nós não precisaríamos, nisso podíamos ser totalmente ambíguos – nem de não-alinhamento. Agora, eu achava a política africana essencial, não necessariamente porque a América Latina não fosse eventualmente coordenável, digamos, para uma ação comum, pois havia tal possibilidade, se nós trabalhássemos direito e com tempo na região. Quando houve a Operação Pan-Americana, como eu disse, nós não vínhamos trabalhando bem a região.

O José Carlos Macedo Soares fez visitas a países vizinhos e coisas desse tipo, mas não havia a atitude necessária. De qualquer maneira, no entanto, independentemente de qualquer outra consideração, tornara-se importante – começava a ser importante para um país como o Brasil – jogar em vários tabuleiros, inclusive com uma presença, um tipo de relacionamento com a África. Criar uma relação de confiança com esses novos países, desfazer um pouco o efeito negativo do nosso apoio a Portugal. Isso era muito importante. Quer dizer, eu não achava que o Brasil pudesse ser eternamente uma potência sub-regional apenas. Via a coisa em termos de uma ou duas gerações para adiante, cabendo começar a semear desde logo.

Houve naquele período um esforço concreto, embora naturalmente limitado, porque não havia uma tradição entre nós. Eu me lembro da primeira missão que foi à África, chefiada por um Deputado do Rio Grande do Sul, um de cabeleira branca, Ruy, não me lembro o sobrenome, que era até “crente”. Foram com ele o Sizinio¹¹, que trabalhava lá na Divisão (estava-se começando a implementar a Reforma; então, dentro da Divisão Política, um passava a ser a Divisão da África, o outro se chamava Divisão das Américas Central e Septentrional e assim por diante). Foram o Sizinio e o Wagner Pimenta Bueno¹², que cuidava de assistência técnica, para ver se havia alguma coisa que nós pudéssemos oferecer. Até então, nós éramos apenas receptores de assistência técnica, e aí surgiu a ideia de que nós podíamos ser doadores, em algum sentido, para países tropicais etc. Na preparação dessa missão, a informação que nós tínhamos era tão limitada sobre esses novos países (eu acho que eles foram a Gana, Nigéria, se não me engano à Costa do Marfim, Senegal, por aí; estiveram no Togo, também, se não me engano), que os dados foram tirados inicialmente do “World Almanach of Facts” e de um ou outro livro da Biblioteca. Quer dizer, nós estávamos muito por fora. Não tinha havido uma precisão, realmente, no Ministério, no período do Juscelino, e antes mesmo. Tudo foi novidade. Foi designado Embaixador em Acra um senhor Raimundo, jornalista – Raimundo Dantas – não era mau sujeito. Situação muito curiosa, porque os africanos não recebiam muito bem Embaixadores pretos, porque eles achavam, e comentavam isso abertamente, que eram pessoas sem prestígio nos seus países de origem. Tanto que havia gente que achava que o Embaixador Raimundo devia ser acreditado na Suécia. Ficaria muito bem. E mandar para esses países africanos, ainda muito susceptíveis, pessoas – se o Presidente quisesse nomear gente de fora – pessoas que se soubesse que eram ligadas

¹¹ Embaixador Sizinio Pontes Nogueira, à época Segundo Secretário.

¹² Embaixador Wagner Pimenta Bueno, à época Primeiro Secretário.

ao Presidente, pessoas de prestígio etc., ou então profissionais. Mas houve um primeiro esforço, realmente, quer dizer, uma tentativa de começar, da parte do Presidente Jânio Quadros e do Ministro, de começar a fazer alguma coisa concreta em termos de relações com a África, o que era muito justo e estava de acordo com a ideia geral, não é? Houve um esforço racional e correto de tentar estabelecer as ligações bilaterais com esses países. No período que vem depois...

M.H. – Ministro, desculpe, estou vendo que o Sr. está suando muito. O Sr. quer dar uma paradinha antes de começar o período do Jango?

S.G. – Não, não adianta nada, porque o calor não vai acabar... A gente tem que se acostumar. O período do Jango é ainda mais ambíguo que o do Jânio. Como Ministros, Jango também escolhe homens de primeira ordem, como o Santiago Dantas, que foi uma das pessoas mais impressionantes que conheci. Não o conhecia, como não conhecia o Afonso Arinos, e tive um contato limitado com ele. Fiquei muito grato de saber, por diversos meios, que ele me tinha em boa conta, que pretendia me promover, esse troço todo, não é? Eu tinha um chefe imediato, o Bubu, que era um homem de bem a toda prova e, quando mais de uma vez o Afonso Arinos elogiou informações que eu tinha preparado, ele fez questão de dizer ao Ministro quem era o autor delas. Em uma informação que eu tinha feito sobre o estatuto jurídico dos territórios portugueses, concluía que não eram províncias, não eram territórios autônomos, eram dirigidas diretamente por Lisboa. Havia, apenas, uma especialização do órgão administrativo, o Ministério das Colônias de Portugal, que resolvia tudo centralizadamente. E mostrei, da Revista Colonial Portuguesa que era editada pelo Adriano Moreira, vários exemplos de portarias, por exemplo, autorizando uma professora primária a ter passe num trem de ferro de Nova Lisboa não sei para onde, e coisas desse tipo, de detalhe mínimo da administração, tudo decidido em Lisboa. Não havia sequer descentralização administrativa, havia apenas uma especialização administrativa. O Afonso Arinos elogiou muito a informação e disse ao Bubu que a iria até usar no seu curso de Direito Constitucional. O elogio podia ser, em parte, boa técnica de liderança, mas era agradável. Nesse caso, como em todas as vezes que havia um elogio a algum trabalho, o Bubu dizia: “Isso foi feito por Fulano ou Sicrano”. Nunca se enfeitou com penas de pavão. Nem precisava. Vindo o período do Jango, houve a primeira fase parlamentar. Quando Jânio renunciou, eu estava momentaneamente em Montevideú. Tinha ido para a primeira sessão das Partes

Contratantes da ALALC, em que havia vários assuntos jurídicos – acordo da sede, privilégios e imunidades, regimento interno etc. E o Paulo Cabral¹³, que cuidava disso, propôs o meu nome, e fui surpreendido. Ainda telefonei para ele procurando me desvencilhar e alegando nada que ter a ver com a ALALC. Mas acabei indo, com o Lago¹⁴, que chefiava a delegação. O problema era a eleição do Diretor-Geral, cargo que estava reservado ao Brasil por entendimentos prévios, e nós fomos mudando de candidato quase a cada 24 horas. Afinal foi indicado o Rômulo de Almeida, às vésperas. Nós estávamos em Montevideu vendo um jogo (Botafogo x Nacional) quando um uruguaio, que estava logo abaixo ouvindo o radinho, disse: “El Presidente de Uds. Há renunciado”. E nós achamos graça. Quando deu a segunda vez a notícia, daí a uns 15, 20 minutos, ele levantou rápido o rádio e um dos que estavam conosco, um rapaz do Banco do Brasil, ouviu. Parou a conferência, etc. Em fins de agosto, voltamos. Houve o problema da ... posse. O Jango tinha estado na China. Estava ainda na China. Tinha feito declarações muito corretas, a não ser em Xangai. Em Xangai, “se le fui de la mano” ... Fez um elogio extraordinário à Revolução chinesa, que era um modelo para o Brasil ou algo por esse estilo. Isso saiu até no “New York Times”. E houve até telefonemas do Estado Maior para a Divisão Política naquele período, perguntando se era verdade ou não. Dissemos que não tínhamos comunicação oficial, o que era verdade. Depois o Castro¹⁵ me contou o episódio. O Castro, que era Ministro-Conselheiro no Japão, tinha sido mandado à China para ficar à disposição do Jango, e sempre teve, naturalmente, uma influência moderadora. E me disse que justamente Evandro Lins, que foi Ministro por um mês e depois Ministro do Supremo, era também um elemento moderador. Mas a Xangai, o Jango foi sem os dois, e lá se soltou...

A.C. – Foi sem o Castro e sem...

S.G. – ... e sem Lins. Como era o nome dele? Um grande advogado.

A.C. – Evandro?

¹³ Embaixador Paulo Cabral de Mello, à época Primeiro Secretário.

¹⁴ Embaixador Antônio Corrêa do Lago.

¹⁵ Embaixador João Augusto de Araújo Castro, à época Ministro de 2ª.

S.G. – Evandro Lins, que é um homem de esquerda, mas não era maluco, nem fanático, e apoiou segundo me disse o Castro, as observações que fazia para moderar um pouco a linguagem e a influência de outros. Não precisava Jango, evidentemente, chegar a esse ponto de apontar a Revolução chinesa como modelo para o Brasil, o que talvez não fosse nem sequer o pensamento dele. Não precisava dizer isso para agradar os chineses. Nós não sabíamos bem que caminho as coisas iam tomar. Mas foi para o Ministério Santiago Dantas. Seguiu-se um período interessante em termos de formulação. O Ministro tinha capacidade de formulação extraordinária. Mas às vezes a expressão era substantivamente difícil e ambígua na minha opinião, mais até do que em qualquer outra época, talvez por uma incongruência entre a pressão do Planalto e o discurso possível, porque continuava o Brasil, de certa forma, com as duas hipotecas: Cuba e Portugal. Houve a preparação para Punta del Este, a possível expulsão de Cuba, rompimento de relações e outras recomendações. Na fase preparatória, era visível que nós estávamos isolados, que, em termos americanos, nos desgastaríamos muito. Por mais brilhante que fosse a verbalização do Santiago Dantas, era muito difícil a situação, politicamente e, mesmo, na minha opinião, do ponto de vista de uma racionalização, tendo em vista o que é a Carta da OEA, que de certa maneira limita, a soberania dos Estados, nesse sentido de que eles ali assumem um compromisso sobre a sua própria organização interna. É um dispositivo específico que pretende refletir uma maior homogeneidade no hemisfério em matéria de organização interna dos Estados. Homogeneidade que nunca chegou ser mais do que uma aspiração. Eu me lembro de uma reunião que o Lolô Bernardes¹⁶, Secretário-Geral, convocou. Eu fui porque estava, na época, respondendo interinamente pela chefia dos Organismos Internacionais, pois o Castro tinha ido ao Desarmamento, em Genebra. Estavam outros Chefes de Departamento envolvidos – na época, o Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Americanos, que era o Valle¹⁷, o Chefe do Departamento Jurídico, Jayme Souza-Gomes etc. ... Veio até o Câmara Canto¹⁸, que era Chefe do Departamento de Administração, mas tinha tido uma incumbência de ir a Cuba exigir a libertação, o salvo-conduto para os refugiados que estavam em nossa Embaixada. Tinha instruções muito jeitosas, mas chegou lá e agiu na base de Câmara Canto, e na base até de ameaçar romper. Arriscou, mas conseguiu que o Fidel desse o *laissez passer*. De fato, a impertinência cubana era extraordinária. Enquanto o Brasil se desgastava defendendo Cuba,

¹⁶ Embaixador Carlos Alfredo Bernardes.

¹⁷ Embaixador Henrique Rodrigues Valle.

¹⁸ Embaixador Antônio Cândido da Câmara Canto.

nós tínhamos uma porção de refugiados na Embaixada, aos quais, pelas convenções assinadas por Cuba em Governos anteriores, Cuba devia dar o salvo-conduto, pois quem qualifica se se trata de crime político ou não é o país que dá o asilo e nós não havíamos abusado. Simplesmente Cuba se recusava. Por causa dessa recente missão, foi chamado também o Câmara Canto, o qual começou a reunião (pediu logo a palavra) para dizer que tinha muito que fazer. Que achava que não tinha nada a contribuir para a discussão. No caso de Fidel Castro, lembrou que teve de ameaçar. Ou eles dão importância ao que nós estamos fazendo por eles, concluía, ou então não adianta nós estarmos fazendo. E saiu. [Risos] Mas o Bernardes não se incomodou. Aí, falou o Chefe do Departamento Jurídico, que era o Jayme Souza Gomes¹⁹, e disse: “Pois é, antes de entrar no mérito, eu preciso apresentar aqui três observações preliminares”. Quando ele acabou de dizer isso, o Bernardes, com ar de enfado, comentou: “Jayme, você diga o que você pensa e deixa as preliminares para o fim”. [Risos] Em pouco tempo o objeto da reunião ficou claro. Era o Bernardes transmitindo decisão do Presidente de que nós defenderíamos Cuba em Punta del Este. Quer dizer, que eu me lembre, decisões presidenciais de Jango, em matéria de política externa, foram duas: defender Cuba; e, em termos de Nações Unidas (Assembleia Geral), depois de um voto anti-português em 62, um arrependimento, uma mudança para abstenção em conferências especializadas, uma decisão de que no ano seguinte íamos nos abster, e assim por diante. De modo que eram as tais hipotecas.... O contrário, em ambos casos, do que me parecia o interesse específico do Brasil, àquela altura.

A.C. – A hipoteca continuava.

S.G. – Continuava. Eram os dois pontos de que eu me lembre em que havia uma posição do Jango em matéria de política externa.

M.H. – E com respeito à questão do reatamento com a União Soviética?

S.G. – Bom, isso foi uma coisa que o Santiago Dantas teve de ir ao Congresso explicar várias vezes. Eu não tive uma atuação direta nisso. Eu sempre achei – tinha essa posição em conversa, muitas vezes disse – que não era possível ver as relações com a União Soviética por nenhum dos dois prismas pelos quais geralmente eram vistas no Brasil. Uns,

¹⁹ Embaixador Jayme de Souza Gomes, à época Ministro de 2ª classe.

que a defendiam, que defendiam o reatamento, diziam que se ia resolver o problema de balanço de pagamento do país. Um grande mercado, etc. Outros, que eram contra, diziam que isso ia levar a um afrouxamento das nossas instituições, a uma ajuda imensa aos comunistas aqui dentro, e que era contra os interesses do mundo ocidental e cristão, que era contra a democracia. As duas posições me pareciam absolutamente burras, como pareceriam a qualquer pessoa de bom senso. Quer dizer, eu via a União Soviética como uma grande potência, participando de todo o jogo de poder internacional, podendo interferir em tudo. Um país importante para se ter um tipo de relação, de conhecimento, com as reservas necessárias em matéria de não-interferência em assuntos internos. No caso de haver, era preciso reagir prontamente e tomar as providências: expulsão de pessoas, de diplomatas, ou o que fosse, como os países ocidentais faziam. Aí, havia quem retrucasse: “Não, mas é que a nossa Polícia, os nossos serviços, não tem condições de saber o que se está passando”. Comentei que, então havia uma falha grave dos serviços que era preciso corrigir. Uma democracia requer uma excelente Polícia, senão está perdida... O que achavam um paradoxo ou desejo meu de fazer graça. Não era. Sempre tive essa teoria de que uma polícia, sofisticada e eficiente, é até mais necessária a uma democracia do que a uma ditadura, porque na ditadura, se já dificuldades, pode-se descer o pau. Numa democracia tem-se de seguir certos trâmites. Então é preciso estar-se muito bem informado por meios legalmente admissíveis, não é? Saber das coisas, ter os dados. [Risos] Eu defendia um pouco essa tese e...

[FINAL DA FITA 11-B]

M.G. – Eu defendia essa tese. Uma vez, na Escola Superior de Guerra, muitos anos depois, me fizeram uma pergunta sobre o risco do número de comunistas em Embaixadas aqui, tendo em vista as limitações de nossos aparelhos de segurança e dos métodos democráticos etc., Eu me lembrei dessa tese e perguntei: Qual é talvez o país mais tipicamente democrático do mundo, que resolve qualquer assunto de alguma importância por meio de referendos, de plebiscitos, consultas populares diretas, com um respeito total aos direitos individuais até de uma forma às vezes um pouco irritantes? É a Suíça. E por que é que funciona assim? Porque a Suíça tem uma Polícia magnífica, sabe exatamente o que cada pessoa está fazendo, quem é quem, e, além do mais, tem 5 milhões de policiais, porque cada cidadão suíço polícia o próximo. É um lugar onde um sujeito dá uma batidinha de para-choque no carro de trás, ao entrar numa vaga, e quem estiver na rua

imediatamente para e se dispõe a denunciar e a testemunhar. Quer dizer: isto é democracia! [Risos] A velhinha que morava ao lado de um amigo nosso chamou a polícia porque ele um dia foi cortar grama depois das 7 da noite no verão. A Polícia foi à casa desse nosso amigo e pôs-lhe uma multa, porque havia um edital da Comuna proibindo cortar grama depois das 7 horas, para não perturbar os vizinhos com o barulho do cortador. É por isso que há uma disciplina espontânea; porque todos são policiais. Todos estão ali fiscalizando o que o vizinho faz. Se sair da linha... Mas, sem anedota ou exageros, democracia é lei e sem instrumentos refinados para o cumprimento da lei, sem adesão dos espíritos à lei, a democracia perde sua alma e morre.

A.C. – É o totalitarismo ao contrário, não é?

S.G. – Ao contrário, é. Totalitarismo por decisão consensual ou convencimento, por escolha, para manter um equilíbrio entre os cantões e as pessoas. Talvez porque a Suíça era um país originariamente paupérrimo e que teve que se organizar muito, minuciosamente, para sobreviver, resistir a todas as pressões e invasões, e acabar tirando do nada essa riqueza que tem, não é?

A.C. – Esses países nórdicos são um pouco assim, também.

S.G. – Um pouco assim, também. Bom, é até uma vida, para nós, une tanto cacete, não é? Certinho sempre, etc. Eu me adapto razoavelmente, mas não é compatível com o temperamento meridional, ainda mais na sua inquieta versão latino-americana. Mas, voltando à questão de Cuba. Não trabalhei no assunto diretamente. Nessa reunião de Chefes, de que falava, eu disse ao Bernardes²⁰ mais ou menos o seguinte: “Bom, se há uma decisão do Presidente, está decidido. A questão é encontrar argumentos a posteriori. Eu acho difícil, mas, enfim, é possível”.

M.H. – Houve, inclusive, uma pressão bastante forte dos ex-Ministros. Na época, fizeram uma declaração, inclusive, contra a posição do Brasil.

S.G. – É, não é? É curioso.

²⁰ Embaixador Carlos Alfredo Bernardes.

M.H. – Na época houve, inclusive, uma declaração de ex-Ministros, com exceção de Afonso Arinos, tomando posicionamento contra a decisão de manter Cuba na comunidade.

S.G. – Eu não me lembro disso. É curioso. Deve ter havido, eu não estou dizendo que não houve. Eu estou dizendo que não me lembro, não acompanhei tudo. Eu tinha a impressão de que havia que moderar naquele momento. As decisões de Punta del Este, na minha opinião, foram além do que era útil no momento. Se nós tivéssemos tomado uma posição intermediária, talvez se tivesse conseguido um pouco mais do que em uma posição de defesa à outrance de Cuba, embora brilhante, brilhante mesmo. Isso eu ouvi de vários Delegados, até de posições opostas, que estiveram lá na época e que encontrei depois em outras ocasiões. Mostravam grande admiração pelo Santiago Dantas. Mas...

A.C. – O Brasil se absteve ou... Se absteve, não é?

M.H. – O Brasil se absteve. Ficou com México, Argentina, Chile, Bolívia e Equador. Eu, inclusive, gostaria de perguntar se, na medida em que não era uma posição isolada do Brasil, mas, sim, uma posição junto, inclusive, com outros países muito importantes no continente, se isso também, no momento, não teria servido como uma forma de aproximação à América Latina?

S.G. – Poderia. E possivelmente teve um efeito favorável, em termos de México, por exemplo, que manteve sempre essa política, até hoje. A minha impressão, naquela época – mas eu não posso creditar-me isto porque nunca pus por escrito, nunca propus, de fato estava um pouco por fora deste setor, participei ocasionalmente – a minha impressão poder ser deduzida do meu memorandum já referido, a conclusão lógica do que eu tinha dito nesse memorandum, de maio de 61, seria que, em último caso, sim, caberia a suspensão da participação de Cuba na Organização, embora não necessariamente. Não havia por que haver uma decisão de romper relações com Cuba. Isto é, eu achava que, para justificar rompimento de relações, suspensão de relações bilaterais, o que já é uma forma de sanção, era preciso provar uma intervenção cubana nos outros países, o que naquela época era alegado. Parece que havia, mas não estava tampouco claro. Quer dizer, a posição intermediária que eu podia imaginar era esta: Está bem, suspende-se Cuba da

Organização, porque ela fez uma opção incompatível com um dos princípios básicos da Organização, fez uma opção declarada e filosófica, com ânimo definitivo, não apenas accidental, como nas diversas ditaduras que tem ocorrido na América Latina, as quais não repudiam os princípios e frequentemente até procuram caracterizar como formas transitórias para atender a situações emergenciais. Agora, a sanção, propriamente, de romper as relações bilaterais, acho que talvez se pudesse evitar. Neste período do Santiago Dantas, também participei um pouco da questão da ITT, a desapropriação feita pelo Brizola. Estive numa reunião em que estavam o Brizola, o Lincoln Gordon, o Ministro nosso...

A.C. – Ministro Santiago Dantas?

S.G. – É. Depois, numa outra reunião de um grupo maior, mas sem Brizola, em que veio, bastante mais adiante, o Dr. Brochado da Rocha, que era então Primeiro Ministro, e o Santiago... Entrou depois o Lincoln Gordon. Queria trazer os advogados da companhia. O Santiago não deixou no início. O Santiago deixou entrar, mais adiante, os advogados da companhia. Tomei a liberdade de passar-lhe um papelzinho, por intermédio do Valle, lembrando a regra do esgotamento dos recursos internos, o que era desnecessário fazer. Cada qual disse a sua coisa, e aí Santiago Dantas, como o gato que brinca com ratos, explicou muito claramente qual era a situação, que não tinham sido exauridos os recursos internos na Justiça brasileira, e, portanto, nós não podíamos reconhecer que se tivesse caracterizado uma situação de responsabilidade do Estado. Mas acrescentou que, independentemente disso – cortou logo toda a argumentação dos advogados -, independentemente disso poderíamos racionalmente considerar uma solução extrajudicial. Aí o Roberto Campos, que era Embaixador em Washington, lembrou que o México e a Colômbia tinham feito desapropriações baseadas no pagamento de uma indenização negociadora com a parte desapropriada, mas com a condição de que 80% dos recursos financeiros da indenização fossem aplicados na economia do país, em setores menos sensíveis (os serviços de utilidade pública eram politicamente e crescentemente muito sensíveis, etc.). Esta era a ideia que abria um caminho. O próprio Santiago Dantas apoiou. Estariam combinados? Foi uma reunião muito interessante. Depois é que se deu, já no período Hermes Lima, uma grande discussão, porque a Comissão encarregada de fazer o cálculo, a estimativa do acervo desapropriado, deu uma opinião que foi muito criticada. A companhia disse, naturalmente, que a avaliação estava abaixo da realidade.

O pessoal mais nacionalista disse que estava muito além da realidade. Mas a solução possível para não criar um caso grave com o Governo americano era, de fato, a negociação. A negociação de um tipo de indenização sem transferência de recursos para o exterior, quer dizer que a companhia aplicaria em outros investimentos aqui no Brasil, como acabou acontecendo, não é? Nesse período, também, de Santiago Dantas...

M.H. – Eu queria colocar uma questão que é, enfim, um pouco mais geral, mas que, enfim, a questão da ITT suscita, e o próprio cargo que o Sr. tinha na época também, que são das nossas relações com os Estados Unidos nesse período, quer dizer, um pouco com a presença inclusive de Campos na Embaixada o Sr. no Ministério. Quer dizer, como que, o próprio enfim, os Estados Unidos se relacionavam com toda essa nova visão, digamos, do relacionamento externo que o Brasil vinha tendo....

S.G. – Eles tinham uma preocupação óbvia, não é? Sentia-se isso, embora não tivesse havido ainda nesse momento, não percebera, uma pressão americana maior. Inclusive ainda continuava aquela história da Aliança para o Progresso. Mas, nesse período, o Brasil não tinha uma organização interna, suficiente, com base em critérios definidos e controle central, para esses programas. As ajudas que eles davam, empréstimos concessãoais, e coisas assim, passaram a ser feitos diretamente a autoridades estaduais e até municipais. Quer dizer, deixava-se o campo aberto e, como há permeabilidade muito grande no país, os americanos começaram a trabalhar de forma a favorecer líderes que eles achavam propícios - como Carlos Lacerda, por exemplo – e a dificuldade esse tipo de ajuda para outros: Era natural. Possivelmente, na época também começaram a motivar a imprensa nossa. Estavam no papel deles, cuidando de seus interesses num país em fase de inquietação e incerteza. Houve simultaneamente, como é sabido, uma sucessiva demonstração de falta de disciplina e de competência da parte do Governo Jango nos assuntos político-sociais; crescentemente no palácio se notava a influência de gente tipo Dante Pelacane, etc... Ora, não havia uma raiz, uma base sólida de sindicalismo no Brasil. Criava-se uma ambiguidade com a ação desses supostos líderes sindicais de orientação muito extremada, muito além, para a esquerda, do próprio Presidente. Em contraposição, ou pelo menos em contraste, estava a necessidade de pôr em ordem as finanças. O próprio Santiago Dantas depois foi Ministro das Finanças, vocês se lembram? Foi a Washington, teve suas entrevistas. Voltou, fez uma explicação na televisão sobre a necessidade de uma certa ortodoxia. Vários colegas meus a acharam brilhante. Eu comentei que tinha sido

péssima. Ele pareceu muito bem para nós, que pudemos entender. Mas ele nem agradou a gente de direita aqui, nem, muito menos, se fez entendido popularmente. Ficou numa meia água, [Risos] muito inteligente, mas com uma comunicação muito defeituosa. E todos os Ministros da Fazenda do Jango, que procuravam, enfim, pôr um pouquinho de ordem no orçamento e no comércio externo, eram derrubados sucessivamente. O próprio Brizola se encarregava de derrubar. Clemente Mariane, Carvalho Pinto, Walter Moreira Salles, Santiago Dantas, todos eles duravam 6 meses, 8 meses, e caíam. Havia essa falta de sequência, de continuidade na parte econômico-financeira, com os resultados que a gente pode imaginar.

A.C. – Na questão do ITT o Sr. esteve com o Brizola. O Sr. viu esse... enfim, pôde observar alguma coisa no comportamento dele?

S.G. – Não. No Gabinete do Ministro, ele esteve com o Lincoln Gordon, ainda no princípio. Falou muito pouco. O Lincoln Gordon, naturalmente, tentando vender o peixe dele. O Santiago, um pouco moderador. Não houve nada de maior substância. Foi uma apresentação de posições. Ele me deu muito uma impressão de simplicidade no raciocínio. Quer dizer, para ele, o problema era um problema essencialmente dele. Tinha que desapropriar, aquilo não funcionava mesmo, no curso de muitos anos a Companhia tinha recebido muito, etc... Não funcionava porque as tarifas eram ridículas e obviamente as companhias não investiam, não é? Nós tínhamos isso no Rio de Janeiro, também. Telefone era barato, mas funcionava. A rigor, não era desídia, nem ganância, das companhias.

A.C. - ... não tinha o telefone.

S.G. – Empresas não subsidiadas, se não tem lucro simplesmente não investem. Havia da parte do Brizola nem sei se uma motivação ideológica. Talvez mais (naquela época) uma motivação propriamente política. Era popular uma atitude de machão, de que gaúcho gosta muito. Entrou e tomou conta da companhia. Depositou em juízo lá o que ele achava [Risos] que valia o acervo da companhia. Sem pensar, ou sem se preocupar, porque isso não era problema dele. Era um problema do cunhado, com as implicações externas e tudo isso. Mas a conversa no Gabinete não foi grosseira. Um pouco vazia, mas serena. Ficou

assim: cada um disse o que tinha que dizer, e pronto. Creio que Brizola era sincero e acreditava na justiça do que fizera.

A.C. – Eu queria perguntar ao Sr. sobre esse período. Houve vários temas importantes ligados mais à política econômica, digamos assim. O Sr. falou na ALALC muito rapidamente, mas, enfim, foi uma novidade nessa época. E houve também a Aliança para o Progresso, que ocupou muito essas relações Brasil-Estados Unidos. O Sr. acompanhou essas negociações?

S.G. – Eu não trabalhei diretamente nisto. A Aliança para o Progresso, evidentemente, era útil para um país extremamente carente, como o Brasil. Mas as prioridades eram, a rigor, escolhidos pelo doador. E a forma de executar também acabou sendo instrumentada para fins políticos pelo doador. De modo que era um risco. Qualquer país que dependa de um tipo de programa concessional de outro, a não ser que ele tenha capacidade administrativa e política de apresentar uma frente unida e de saber exatamente o que é que quer, corre um risco muito grande de permeação. No caso da ALALC, apesar de todos os pesares, ela foi, eu acho, muito importante. Muito importante, em primeiro lugar, porque começou a criar um hábito de conversa entre latino-americanos, que não havia assim em conjunto. Começou a criar até uma certa intimidade no trato de setores específicos e concretos. No caso do Brasil, que estava começando a ter uma indústria capaz de exportar um certo surplus, foi na área coberta pela ALALC que os nossos industriais cruzaram as suas primeiras armas em mercados externos. Aí é que começaram a ter experiência de ir ao exterior vender suas coisas. É óbvio que a ALALC em grande parte, sobretudo nos acordos parciais de complementação industrial estimulava o comércio entre sucursais das multinacionais. Era o ramo brasileiro de uma multinacional, o ramo argentino, o ramo mexicano, etc; trocando-se, com facilidades decorrentes das negociações tarifárias, peças ou partes para os seus produtos. Isso foi um pouco criticado, mas eu acho que até isso foi bom. Além disso, houve realmente uma oportunidade que se criou, uma certa vantagem relativa, em termos de acesso a mercados, para indústrias brasileiras. Aliás, alguns empresários, que tiveram muita experiência em vendas na área, me confirmaram que a oportunidade foi importante para eles naquele momento. Com o tempo, se exauriram as possibilidades decorrentes daquelas concessões de lista nacional. As condições mudaram muito, sobretudo nos últimos anos, no período já dos anos 70 e tantos e 80 e poucos, em que a Argentina e o Chile baixaram tanto as tarifas que a margem

preferencial das concessões perdia significação. Não adiantava nada. Mas as nossas concessões, dadas aos demais, eram significativas, porque nós sempre tivemos tarifas muito altas. Foi preciso buscar outros métodos, do que resultou a ALADI. Mas disso se pode falar mais adiante. Mas no período Santiago Dantas, ainda havia um pouco de atividade no Ministério. O período Hermes Lima, em matéria de política externa, foi um tanto abúlico. Porque, no fundo, a evolução da situação política interna era muito dominante e a política externa, sobretudo em relação a Portugal e Cuba, “dava bolo”, como dizia o Araujo Castro.

A.C. – Mas, de qualquer maneira, a hipoteca aliviou um pouco, porque...

S.G. – Aliviou um pouquinho em 61, não é?

A.C. – Não é? Portugal já passou...

S.G. – É., mas aí, depois do voto anticolonial em 61, e à vista de reações internas, houve vários sinais de dúvida, de hesitações, novamente, sobre Portugal, mas não sobre Cuba. A tal ponto que, quando estava o Hermes Lima de Ministro – agora, eu não sei se foi 62 ou 63...

M.H. – Hermes Lima é 63.

S.G. – 63. Tinha sido meu professor na Faculdade, nos dávamos bem e tudo. Um homem de bem, muito preocupado, sobretudo, em não gastar dinheiro. Só pensava no Supremo Tribunal, que era o ideal dele, e para o qual, acabou sendo nomeado. Fui envolvido em um ponto da minuta do capítulo sobre política externa da Mensagem presidencial ao Congresso, de 63. Veio uma Circular dizendo que o Jayme Rodrigues²¹, que estava na Presidência, tinha sido encarregado de coordenar a contribuição do Itamaraty para o capítulo de política externa.

A.C. – Ele estava aonde, o Jayme Rodrigues?

²¹ Embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, à época Ministro de 2ª classe.

S.G. – Na presidência. Umas coisas ele pediu às Divisões, outras ele mesmo fez, e levou ao Ministro, ao Hermes Lima. Com essa fase, eu não tive nada que ver. O Jayme não me pediu nada. Eu era Chefe da Divisão da ONU.

[FINAL DA FITA 12-A]

S.G – Em primeira minuta foi levada pelo Jayme ao Hermes Lima, o qual, na parte que se referia a colonialismo, que era longa (falava de colônias portuguesas e da necessidade de que elas fossem autodeterminadas), cortou quase tudo, deixando uma única frase genérica, uma declaração de que o Brasil tinha uma posição anticolonialista. Ponto. Parágrafo. Acabou. Bom. Aí o Jayme Rodrigues²², não satisfeito, foi-me ver na Divisão (eu não conhecia o texto anterior) e me disse: “veja só, o Ministro deixou só isto. Você acha que está bem? Eu acho muito pouco”. Eu respondi que de fato achava muito pouco, mesmo em um capítulo que ao todo não devia ter mais do que 12, 13 páginas, considerando-se que colonialismo era um assunto importante, um tema candente. Nós mesmos tínhamos tomado uma série de posições mais significativas que não se podiam resumir nessa frase genérica. Então, o Jayme me pediu que escrevesse alguma coisa sobre colonialismo, ao que acedi, pois havia recebido tal instrução circular de cooperar com o Jayme Rodrigues. Muitas Divisões deram subsídios – não textos finais, subsídios, que ele depois arrumaria. Fiz um texto sobre colonialismo em que, entre outras considerações sintéticas, mencionava o nosso apoio ao princípio de autodeterminação de todos os territórios não-autônomos. E pus entre parênteses: “inclusive, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde”. Seguiu-se uma qualificação no sentido de que a autodeterminação devia ser feita ordenadamente, que tínhamos muita confiança na experiência histórica de Portugal para levar a cabo esse processo com êxito, etc... Era um texto moderado nos termos, mas que tocava na ferida. Mostrei ao Araújo Castro, que era meu chefe imediato, ele deu uma olhadela e disse que estava muito bom, que era isso mesmo. Aí, passei ao Jayme Rodrigues, que não mostrou ao Hermes Lima (porque o Hermes Lima não estava, tinha ido a Brasília) embora tenha mostrado ao Castello²³, que era o Secretário-Geral, e ao Henrique Valle²⁴, que era o Chefe de Gabinete, e os dois acharam que estava muito bem. O Henrique Valle ainda disse que achava que o Ministro

²² Embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, à época Ministro de 2º classe.

²³ Embaixador Antônio Borges Leal Castello Branco Filho.

²⁴ Embaixador Henrique Rodrigues Valle.

iria aceitar, pois estava tão moderado nos termos. Na base disso, o Jayme manda para a impressão e sai o livrinho da Mensagem. De toda essa sequência só vim a saber depois. Tendo entregue o subsídio, considerei minha tarefa terminada. Uns dois ou três dias depois, sou surpreendido pela situação seguinte: O Hermes Lima estava com o Jango, quando aparece lá o Negrão de Lima (que era Embaixador em Portugal) com o texto na mão da Mensagem do Jango e verbera o Presidente e o Hermes Lima, alegando que o texto ia atrapalhar a missão dele em Lisboa, que iria criar um problema para nossas relações com Portugal. Sempre a mesma coisa. O Hermes Lima fica irritado por não ter visto o texto, diz que havia cortado tudo sobre colonialismo: “Como é que puseram isso?” Mandaram buscar o Jayme de Azevedo Rodrigues. O Jayme não assumiu, chutou a bola para o meu lado e disse: “Mas, Ministro, isso foi feito por um funcionário seu, pelo Ministro Guerreiro”. O Hermes Lima que, enfim, me conhecia, me via com bons olhos e teria comentado: “Mas como o Guerreiro fez isso comigo?” Eu não fiz nada contra ele. Eu dei ao outro um subsídio, que eu achava que refletia corretamente nossa posição. Se o Jayme não levou de volta ao Ministro, o problema não era meu. Eu não sabia. Mas, enfim... O Hermes Lima resolveu me punir, segundo os jornais, inclusive segundo coluna do Castello, o qual, anos depois, me disse não se lembrar do episódio. Foi onde eu soube, pelo jornal, antes do Hermes Lima voltar ao Rio. O Hermes Lima, de volta, chegou a comentar no gabinete, que era preciso me punir, como é que eu dizia uma coisa quando ele tinha cortado tudo, e cortado porque não era conveniente no momento, etc. Na ocasião, o Henrique Valle e o Castellito, pessoas de bom caráter, informaram o Ministro de que haviam aprovado o texto. E o Valle chegou a acrescentar que assumia a responsabilidade. Explicaram o que que aquilo significava, e que dizer menos seria interpretado por quem analisasse o texto, certamente pelas próprias Embaixadas estrangeiras, como uma mudança de ênfase, quando menos. Enfim, convenceram o Hermes Lima, que era uma pessoa correta, também. Convenceu-se e se esqueceu. Mas fizeram publicar – veja você! – publicar uma nova edição da Mensagem, expurgada de tudo aquilo que se referia a Portugal, mas aproveitando todo resto. O próprio Hermes Lima fez uma conferência na ESG um mês depois e disse: “Sobre o colonialismo, nada melhor do que... O texto que se encontra na Mensagem do Presidente ao Congresso”. E leu, exatamente o que eu tinha escrito, menos a menção, a título ilustrativo, que eu tinha feito, entre parênteses, das colônias portuguesas e que fora suprimida. Mas, no período do Hermes Lima, havia muito pouco que fazer. As coisas estavam muito paradas, em termos da política externa.

Conversávamos muito. Eu ia almoçar no “Tim-Tim por Tim-Tim” com o Castro²⁵, o Zappa²⁶, às vezes o Galba Samuel Santos²⁷, e ficávamos muito tempo na conversa que acabava tocando em política externa e, como é hábito entre brasileiros, na salvação da pátria, tradicionalmente postada à beira do abismo...

A.C. – O Castro estava aonde, no Ministério?

S.G. – Ele era o meu chefe imediato. Era o Secretário-Geral Adjunto – como eram chamados na época, hoje se chamam Chefes de Departamento – para Organismos Internacionais, o lugar que eu ocupei depois, em 67.

A.C. – Certo. E a sua posição aí... Eu estou querendo entender um pouco a hierarquia. Quer dizer: Secretário-Geral Adjunto. E o Sr. era o que?

S.G. – Chefe da Divisão das Nações Unidas. O Valle, Henrique Valle, era o Chefe de Gabinete do Hermes Lima, e o Castellito²⁸ era o Secretário-Geral nesse período. Nessa época, eu estava convencido de que tudo, inclusive internamente, estava sendo levado de uma maneira extremamente solta, ambígua e pouco inteligente, e que, obviamente, não ia durar. E achava melhor eu estar fora quando houvesse qualquer coisa. Além de que eu não tinha renda privada e com o que se ganhava no Rio, pagando estudo de filhos e tudo isso, eu tinha de enfrentar um déficit enorme cada mês. Era um inferno. Então, fui ao Chefe do Departamento de Administração, ainda em 62, pouco antes de ir para a Assembleia. Eu tinha sido promovido a Ministro de 2ª classe no Governo Jango, sendo Santiago Dantas, Ministro, e Tancredo, Primeiro Ministro. Eu era Ministro de 2ª classe. Fui ao Chefe do Departamento de Administração, que era o Câmara Canto²⁹ (eu sempre fiz as coisas pelos caminhos normais) e disse que gostaria de sair. Gostaria de ir para a Europa. Só havia tido um posto na Europa, o resto foi na América. Quando for possível. Concluí sugerindo Bruxelas, caso vagasse. Segundo constava, o Ministro-Conselheiro em Bruxelas, o Eiras³⁰, queria vir para a Secretaria de Estado. Se ele viesse, eu era candidato

²⁵ Embaixador João Augusto de Araújo Castro.

²⁶ Embaixador Ítalo Zappa, à época Primeiro Secretário.

²⁷ Ministro Galba Samuel Santos, à época Conselheiro.

²⁸ Embaixador Antônio Borges Leal Castello Branco Filho.

²⁹ Embaixador Antônio Candido da Câmara Canto.

³⁰ Embaixador Carlos da Ponte Ribeiro Eiras.

a substituí-lo. Quando terminei, o Câmara Canto me diz: “Por que tu não vais para onde eu for?”. Eu respondi: “Não sei para onde você vai, mas vou”. O Câmara me indicou que esperava Lisboa, porque o Negrão de Lima voltaria para fazer a campanha do Juscelino. Afinal, não veio, e demorou meses e meses. Eu fiquei esperando. Mas o Câmara, afinal, foi para Madrid e me levou.

A.C. – De novo, Madrid.

S.G. – De novo, Madrid. Desta vez, eu não tinha pedido nada de específico. Eu tinha sido convidado pelo Roberto Campos para Ministro-Conselheiro dele em Washington, quando recém-promovido. Ele apresentou três nomes: o Paulo Leão de Moura, o Maciel³¹ e eu. Me falou pessoalmente. Eu achei que estava recém-promovido, não devia sair. Estava devendo aquela promoção, etc. Fui convidado pelo Ilmar Penna Marinho, também, para ser Ministro-Conselheiro dele na OEA. Também me senti obrigado a permanecer. Quando quis sair, mais tarde, tive de ficar esperando o Câmara resolver as coisas dele. Só em agosto de 63, eu embarquei. Já em junho tinha saído o Hermes Lima para o Supremo, tinha ido o Evandro Lins (ficou um mês e pouco). Com o Evandro Lins, o Castro foi para a Secretária-geral e eu, embora já removido, fiquei respondendo pela Secretaria Adjunta durante um mês e meio. E o Calero³² veio para a Divisão da ONU. Quando eu estava a bordo (eu acho que já contei isso), o Castro esteve lá e disse que tinha sido convidado para Ministro naquele dia (13 de agosto). Começou uma outra fase para mim. Em Madrid, não tinha muito que fazer. Período em que li muita coisa, porque a Biblioteca do dono do apartamento, que era um diplomata espanhol, Embaixador na Holanda, era riquíssima. Eu tive milhões de coisas à disposição para ler, e tempo para ler. E estava observando de longe as coisas, e preocupado. No dia do aniversário de minha filha, que é 29 de março – aquele esquema brasileiro, depois da festa das crianças, ficam os adultos tomando drinks – estavam o Câmara, o Pereira Pinto³³, o Ernesto Carvalho³⁴, um antigo auxiliar, que na época era Oficial de Chancelaria, o Soroa, etc. – e houve um silêncio num dado momento quando resolvi puxar para fora nossa inquietação e perguntei: “Vocês já pensaram no que vão fazer no exílio?” [Risos] Estavam todos muito alegres. Seguiu-se um silêncio.

³¹ Embaixador George Álvares Maciel, à época Ministro de 2ª classe.

³² Embaixador Carlos Calero Rodrigues, à época Ministro de 2ª classe.

³³ Embaixador Carlos Alberto Pereira Pinto, à época Primeiro Secretário.

³⁴ Embaixador Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho, à época Segundo Secretário.

Empalideceram, todos começaram a levar a sério a situação, mas a tratá-la jocosamente, como para exorcizá-la. Surgiram várias sugestões, algumas deliberadamente estapafúrdias, sobre o que cada qual ia fazer. Afinal, chegaram a uma conclusão. No prédio onde morava o Soroa, havia uma loja em baixo não alugada; era perto do estádio Bernabeu; se podia fazer um restaurante e, ao lado, um antiquário. E os objetos que cada um tivesse se punham no antiquário, e aí rendiam bem, porque iam sendo vendidos aos poucos, em vez de se queimar tudo. E eu ainda disse: “Não, eu aqui não fico. Eu prefiro ir para os Estados Unidos, porque lá, mesmo você sendo um empregadinho de bomba de gasolina ou o que seja, você se sente muito mais com sua vida própria do que aqui. Aqui, ou o sujeito tem dinheiro, ou não tem. Quem não tem, não tem chance de nada nesta cidade”.

A.C. – Mas quais eram as expectativas que estavam por trás dessa brincadeira?

S.G. – Eu disse de brincadeira, em parte, mas achando que obviamente havia uma mudança radical em preparação. Assim parecia. O comício da Central, a história do Automóvel Club, que tinha sido na véspera (que nós sabíamos porque o Câmara ouvia rádio de ondas curtas todas as noites e de manhã nos dava todas as notícias), etc., indicavam tal mudança, talvez até no sentido de grande anarquia. E achávamos que, iniciado o processo, fatalmente o grupo mais capaz, que era o grupo comunista, acabaria dominando. Quanto ao Jango, jogariam pela janela sem remorso. Porque ali, gente competente, mesmo, era o Partidão, não é? Era um pouco essa teoria. Então, o que é que vamos fazer no exílio?... Mas, no fundo, eu não acreditava muito nessas aparências e elucubrações. Ou não queria acreditar.

A.C. – Ninguém estava esperando naquele momento ainda que as coisas corressem pelo outro lado, o que de fato ocorreu.

S.G. – Havia uma desconfiança de que sim. O Câmara achava isso. Eu achava muito possível, apesar de o país estar meio desorganizado, e tudo isso. Nós estávamos longe. Quando pedi posto, uma das motivações é que eu não queria estar aqui vendo aquela espécie de descoordenação, de abulia e de eventual disponibilidade para agitação e para tudo. Ou ia para um lado, ou ia para o outro, mas não podia continuar naquela disponibilidade. Quer dizer, parecia que qualquer sujeito, que tivesse um mínimo de base,

com 3 ou 4 gritos tomava o poder no Brasil, porque ninguém estava governando. No Ministério, a sensação era de ausência de capacidade de decidir. Não se conseguia uma decisão clara sobre coisa nenhuma. A gente ia levando como podia. Ambiente muito esquisito.

A.C. – Como é que o Sr. recebeu a ida do Vasco Leitão da Cunha para o Ministério?

S.G. – Achei que, nas circunstâncias, era um indício muito bom. Achei até que, de certo modo, para ele, era um sacrifício, dado o tipo de sensibilidade que ele tinha, mas que ele podia prestar um bom serviço nas circunstâncias, como soube que fez (pelo que eu soube, já aqui, depois, muito tempo depois). Defendeu muita gente contra excessos que sempre há nessas ocasiões; nunca estimulou os ressentidos que, nessas ocasiões, aproveitam para “dedurar” outros. Tanto quanto era possível, pelo que eu soube de várias fontes, ele teve uma influência boa e positiva nesse período. Evitou uma espécie de caça às bruxas numa base meio macarthista, e coisas assim. Aliás, quando eu vi a Comissão que ele criou, eu fiquei com uma boa impressão, porque o Camillo de Oliveira³⁵ era um sujeito extremamente conservador, muito mais do que eu, embora eu seja reacionário, mas era um homem de bem. Não era um sujeito que quisesse fazer crédito para si à custa de ser um grande defensor da Revolução. Ele fazia sua tarefa objetivamente. Podia errar, podia ser exagerado, mas honestamente. Aquele General, que tinha sido Adido Militar em Madri no meu tempo de 54, 55, que tinha um nome alemão, Friedrich creio, embora fosse também um homem de direita, era correto. E o terceiro elemento era o Temístocles Cavalcanti, grande jurista e personalidade respeitável. Era compreensível que o pêndulo voltasse, fosse muito na outra direção naquele período. Mesmo assim não chegamos nem à matança, nem a uma perseguição generalizada. Pagamos um preço pela - como é que se pode dizer? - falta de clara direção das coisas nos anos anteriores.

A.C. – Quer dizer, o preço da proteção à instituição foi, de certa forma, um retrocesso no conteúdo da política, não é? Porque aí veio uma fase de alinhamento aos Estados Unidos muito marcada, não é?

S.G. – É, o que era natural. Muito marcada.

³⁵ Embaixador Antonio Camillo de Oliveira

A.C. – O Sr. acha que teria havido outra possibilidade, que não essa?

S.G. – Talvez sim. Eu não sei. Eu estava fora, mas compreendo que o que se passava estava associado ao desejo de obliterar o período anterior e marcar o oposto, de certa maneira. Como já disse, a política externa dita independente, sempre foi feita, na minha opinião, com falta de sofisticação, de direção, embora algumas pessoas brilhantes estivessem envolvidas nisso, como o Afonso Arinos, como o Santiago Dantas, e no Ministério muita gente³⁶. Mas havia uma falta de percepção da extrema complexidade da política externa e da influência fundamental de um certo sentido da gradação, quer dizer, de não avançar o sinal desnecessariamente.

A.C. – É o que o Sr. chama de “como fazer”?

S.G. – Como fazer. Não entrar num desgaste inútil. Talvez houvesse uma necessidade política interna (não estou discutindo isso) da parte do Jânio, ou mesmo da parte do Jango, alguma contaminação ideológica, de fazer um tipo de política externa que fosse marcada, por vários gestos, como uma política independente. Quer dizer, uma preocupação de demonstrar a independência, você entende? E isso necessariamente torna o exercício perigoso, porque o que é política externa independente? Em primeiro lugar, isto não existe, nem os Estados Unidos têm, não é? Com todo o poder. Mesmo hoje, no período Reagan. Então, é um termo relativo. Em uma aproximação, se pode racionalmente dizer que é uma política que não é mecanicamente determinada em todos os casos. É um tipo de política que é motivada essencialmente pelo interesse do país. E qual é o interesse do país, não só o imediato, mas o de médio e longo prazo, e até que ponto ele pode ser defendido, e a cada momento como é que ele deve ser defendido, qual é a tática. Isso é uma coisa muito mais complexa do que parece. A rigor, todo slogan contém em si mesmo, por definição, o risco de equívoco, porque é uma fórmula sintética para definir algo que é extremamente complexo. A própria expressão pragmatismo responsável eu só utilizei uma vez, quando Ministro. Quando chegarmos ao meu período, eu explicarei melhor por que eu não a utilizei. É óbvio que o slogan favorece muito o político do ponto-de-vista interno, porque é uma coisa simples, que os jornais podem utilizar, que o povo pensa que

³⁶ A.C. - Essa, por exemplo...

entende, às vezes acha bonito - política externa independente, pragmatismo responsável, diplomacia para resultados, e coisas desse tipo. Agora, eu tenho uma dificuldade intelectual de me colocar dentro de um escaninho delimitado tão estreitamente. Acho que, possivelmente, havia pouco mais do que a ideia geral da parte do Jânio, e da parte do Jango talvez menos ainda [Risos]. Apenas uma ideia geral, uma atitude, um estado de espírito, e não uma política no sentido de “esse é o meu objetivo, os caminhos são esses, as etapas são essas”.

A.C. – Uma “Policy”.

S.G. – É. ... as determinações são estas, podemos manear aqui, não podemos lá; as consequências, indicações de cada ação são estas ou aquelas. E isso o órgão técnico se se quiser poderia dar, com maior ou menor competência, mas era preciso que houvesse uma confiança nesse órgão. Eu acho que não houve muito no período Jânio. E, no período Jango, sei lá? A coisa era tão incerta que eu não sei.

M.H. – Agora, além da questão, digamos, da condução propriamente dita, o Sr. acha também que havia, digamos, em termos materiais, condições mais precárias para levar adiante nessa época uma política mais diversificada de relações? Porque nós tínhamos ainda uma relação muito forte, economicamente, com os Estados Unidos. Nossa pauta exportadora era muito pouco diversificada. Tudo isso também teria contribuído?

S.G. – Havia também isso. Nós tínhamos menos meios de atuação, e, portanto, tínhamos que ser muito mais prudentes. E éramos muito mais permeados naquele tempo pelos Estados Unidos. Se o objetivo era chegar a um maior grau de autonomia, a médio prazo, era preciso pensar como começar. Como ir pouco a pouco criando nosso espaço. Com os nossos meios, o que é que se poderia fazer. Isso não houve. Houve uma atitude e um estado de espírito que depois não se sabia como corporificar claramente. A ideia em si era correta. Como as coisas estavam evoluindo no mundo, não havia necessidade, nem conveniência, de ser tão estritamente alinhado. Quer dizer, as condições já permitiam realmente uma diferenciação, uma individualização da atividade externa do país. Agora, até que ponto, qual o tom exato, é que é difícil. Eu não sei. Se tivesse a responsabilidade, que não tinha – naquela época, como eu disse, eu era um funcionário encarregado de um Setor, depois de uma Divisão – eu não sei se saberia medir exatamente. Algumas coisas

até estão nos meus memorandos, certas indicações sobre oportunidades e limites de ação. Quer dizer, mudanças, decisões novas, que eram indispensáveis. Era necessário evoluir em matéria de China Popular, era necessário ser menos equívoco em matéria de colonização, era preciso aguentarmos internamente a irritação que seria provocada em vários meios por uma dessolidarização com Portugal, não havia, a partir de certa altura, por que sermos o corifeu da causa cubana, etc. Tudo isso estava certo. Uma maior ênfase na aproximação com os países em desenvolvimento numa base não só das plataformas comuns econômicas, mas de um trabalho bilateral de criar maior confiança, maior intimidade, tudo isso era necessário. Mas não houve nem tempo, nem, talvez, continuidade. Tudo mudava muito. Os Ministros mudavam muito, a economia mudava muito, os assuntos sociais começavam a pipocar de uma maneira que dominava todas as atenções do Governo, não é?

A.C. – Em matéria de aproximação econômica com sentido desenvolvimentista, foi justamente criada na... às vésperas do golpe, ou junto com ele, a UNCTAD, não é? Isso teve um sentido muito...

S.G. – A UNCTAD. Já vinha de antes. Ainda no tempo do Juscelino, nós já nos batíamos na Assembleia pela criação da UNIDO, a agência do desenvolvimento industrial, já tínhamos umas posições caracteristicamente de país em desenvolvimento, no âmbito de plataforma econômica, digamos. Na própria criação da UNCTAD, nós apoiamos, tivemos uma participação. Porque essa reunião se fez logo antes da revolução, até mesmo a UNCTAD ficou sendo suspeita no período seguinte, como se fosse algo meio marxista. Associavam alguns, com simplicidade, esse esforço com as ideias, desenvolvidas muito pelos chineses dos tempos maoístas, mas que vem de um ensaio conhecidíssimo de Lenine sobre o imperialismo como último estágio do capitalismo, do que decorre aquela ideia da periferia da grande massa proletária e “campesina” do mundo pobre acabando por pressionar os países ricos etc. Daí a transposição, simplista, de que a UNCTAD era algo feito por inspiração comunista para atrapalhar os Estados Unidos. E não era nada disso. Lógico que os países industrializados eram objeto de críticas, etc., mas os países em desenvolvimento tinham posições políticas de todo gênero, inclusive muitos eram aliados militares dos Estados Unidos.

A.C. – Talvez o fato de que a Iugoslávia tenha tido um papel – parece que teve, não é? na criação da UNCTAD – importante...

S.G. – Teve. Não há país mais antissoviético do que a Iugoslávia, para começo de conversa. Seu pavor constante é a Rússia. Agora, é um país socialista. Mas havia vários outros países aí que estavam engajados na UCTAD - latino-americanos, asiáticos, africanos – tratando de coisas muito concretas: acesso a mercados, preços de produtos de base, condições de financiamento que a todos interessavam. Nós não éramos exportadores de produtos industriais, estávamos começando a exportar para a América Latina, nem éramos vendedores de serviços lá fora, nessa época. Havia um pouco a falsa ideia de que a UNCTAD era uma espécie de conjura...

[FINAL DA FITA 12-B]

S.G. – Talvez porque a UNCTAD chegava a recomendações estatizantes ou dirigistas, de intervenção nos mercados em favor dos débeis. Havia um fundo de verdade. Era uma análise corrente na UNCTAD, na CEPAL e outras instituições que os países em desenvolvimento, justamente por causa das deficiências e lacunas, para desenvolverem certas indústrias, certas atividades de infraestrutura, etc. teriam de recorrer à ação do Estado. Mas essa ideia não implica em absoluto o monopólio estatal dos meios de produção e se acomoda perfeitamente com uma filosofia básica de livre empresa. Mas criava desconfiança. Se crítica se pode fazer é de que a UNCTAD não serviu de um foro de negociação, mas de confrontação, durante muito tempo. Mas a culpa não é apenas, nem mesmo preponderantemente dos subdesenvolvidos.

M.H. — Nesse sentido, a UNCTAD, de alguma maneira, cumpriu um papel muito mais objetivo e concreto do que o grupo de não-alinhados, não é?

S.G. – Para nós, tinha maior interesse, embora sempre tenhamos achado que o grupo não-alinhado teve um papel histórico importante numa certa época. Ainda pode ter, se voltar a agir de acordo com a sua filosofia original. Mas nós não tínhamos um interesse nacional específico em entrar para os não alinhados. A rigor, se quiser, nós temos um alinhamento básico com os Estados Unidos – o Tratado do Rio. Agora, isso é uma coisa. Isso não obriga a estar de acordo com tudo, ou ter as mesmas avaliações de cada situação. Nós

podemos achar que eles estão errados, e não vamos segui-los porque eles estão errados. Devemos é dizer a eles a verdade como a vemos, coisa que fizemos, e ultimamente com uma franqueza absoluta nas visitas do Presidente Figueiredo lá, e do Reagan aqui, e nas consultas políticas. Nunca houve, nos últimos anos, a menor hesitação em dizer o que achávamos. Mas, não fizemos disso uma onda para o público. Agimos com certa confiabilidade. Nunca dissemos nesses últimos anos uma coisa a uns e outra coisa a outros. Posso estar satisfeito porque nesses 6 anos nunca tentamos subestimar a inteligência dos outros, nem tentamos tapear ninguém. Quer dizer, as nossas atitudes e posições foram sempre claras, e isso é reconhecido, sobretudo pelos nossos vizinhos, e foi uma das razões fundamentais de ter-se criado um clima como nunca houve tão aberto e fácil em termos de diálogo.

A.C. — Eu queria perguntar ao Sr., quer dizer, numa avaliação desse período, parece muito interessante observar que, realmente, essa iniciativa de abrir a política externa foi uma iniciativa política, inclusive ligada a projetos pessoais, como o projeto do Jânio, etc. Mas ocorreu que o Itamaraty, como órgão de apoio estava absolutamente maduro para isso, e de certa forma, como o Sr. mostrou hoje, muitas vezes dava, tomou iniciativas até mais avançadas, que depois o Jânio e os militares, inclusive, tentaram incorporar.

S.G. — Não digo que em todo o Ministério, porque as experiências dos diplomatas eram muito diferentes, não é isso? — Mas havia um grupo que tinha uma...

A.C. — ... uma nova visão...

S.G. — ... uma visão muito clara de sentido em que era preciso evoluir — com cuidado, mas evoluir. Eram sobretudo aqueles que haviam estado mais em contato com assuntos de Nações Unidas, muitos também que não haviam estado em contato com Nações Unidas, mas haviam vivido nos Estados Unidos, na Embaixada, acompanhado detalhadamente os mecanismos, as maneiras de raciocinar, as motivações... Enfim, havia um grupo grande de gente que estava muito preparada para as mudanças, e mesmo desejosa de que saíssemos um pouco de uma espécie de casulo, de uma espécie de casca tradicionalista na política nossa, não para quebrar tudo, mas para fazer os *aggiornamientos* que eram necessários, que estavam já começando a ficar atrasados, não é?

A.C. – E isso significou, de certa forma.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

A.C. – Não, eu queria justamente perguntar ao Sr., quer dizer, exatamente esta geração que foi gerada na ONU, dentro do Itamaraty, com uma visão nova da política internacional, que vai comandar um novo ciclo da política externa, que será um ciclo identificado com os Ministros da Casa, não é? E que corresponde mais ou menos ao período militar, que nós vamos analisar da próxima vez.

S.G. – Há um pouco isto, sim. Há um pouco esta questão da história pessoal, que necessariamente – houve a experiência ou vivência pessoal – que necessariamente influencia a maneira como se vai exercer a função mais adiante. Com um maior grau de informação específica. Isso houve, sem dúvida.

A.C. – Eu acho que foi exatamente por isso que se justificou esse longo trajeto de querer recuperar com o Sr. toda a experiência anterior, para dar mais sentido e mais, digamos inteligibilidade, não é? A esse período que nós vamos analisar agora e no qual o Sr. já será o ator, digamos, de primeiro escalão, de primeira grandeza, no quadro do processo decisório.

S.G. – É óbvio que um Ministério não pode fazer nada substancial sem o Presidente. Assim deve ser porque a responsabilidade é do Presidente. Mas, na medida em que há a predisposição do Presidente, ou pelo menos sua compreensão, e se o Ministro sabe apresentar os assuntos corretamente, sem dúvida o Ministro pode ser fundamental no processo. A política externa começa a atualizar-se a partir do período Geisel sobretudo. O Presidente sabia o que queria e tinha no Silveira um Ministro capaz. No período Médici, o Gibson era uma pessoa informada, mas havia ainda muitas luzes vermelhas.

A.C. – Exatamente.

S.G. – No período Geisel, você vê que a presença do Presidente é determinante. Ele tinha um tipo de experiência um pouco diferente. Tinha sido Presidente da Petrobrás, entendia

de petróleo, tinha relacionamentos práticos com os árabes, e assim por diante. Enfim, isso permitiu uma mudança sensível naquela ocasião. Mas vamos chegar lá, não é?

A.C. – Claro, inclusive ver um pouco como o seu período, de certa maneira, é o coroamento desse ciclo, na medida em que quase que o Ministério funciona sozinho, não é?

S.G. – Sozinho não digo. Mas bem integrado, sim.

A.C. – Por que o Presidente Geisel foi uma espécie de coautor, digamos assim, enquanto que com o Sr. talvez nunca o Itamaraty tenha tido tanta liberdade de definir as rotas como nesse período.

S.G. – Dentro de uma orientação geral do Presidente, clara e consciente. Assim deve ser. Há um caso único, que não chegou a ser de divergência e que depois eu mencionarei. Mas, de um modo geral, sempre houve compreensão e percepção muito clara do Presidente, que era firme na sua orientação geral. Se pude servir bem é porque, por convicção estava afinado com essa orientação geral.

A.C. – O Sr. leu o Stalin muito cedo, não é?

S.G. – É.

A.C. – Perfeito.

S.G. – Também não... Bom, amanhã, então.... Amanhã é sábado, eu espero vocês lá.

A.C. – Amanhã é nossa sessão.

[FINAL DA FITA 13-A]

5ª entrevista – 23/03/1985

AC – Petrópolis, 23 de março de 1985, quinta entrevista com o Ministro Saraiva Guerreiro. [INTERRUPÇÃO] Então nós tínhamos conversado ontem sobre esses primeiros momentos do regime militar, do... eh... Ministério Vasco Leitão da Cunha, e... talvez fosse bom perguntar ao Sr. agora, enfim, sobre sua opinião, sobre aquelas cassações que houve no Itamarati, que enfim... embora o Ministro realmente tenha feito um trabalho de proteger a instituição...

SG – Sei.

AC – ... muito unanimemente aceito como um trabalho muito importante naquele momento, houve apesar de tudo, algumas cassações, não é?

SG – É.

AC – E como é que o Sr. recebeu isso, o que o Sr. achou desse – como é que se deu esse momento aí de relacionamento com os militares?

SG – Bom, como eu disse, eu estava em Madri, portanto bastante fora de qualquer conhecimento maior. Saíram naquela ocasião, que eu me lembre, as cassações do Jaime Rodrigues – o qual, desde Genebra, onde estava na UNCTAD, passou um telegrama ao próprio Ministro, cujos termos exatos não conheço, mas em que comentava que não trabalharia para gorilas, coisas deste tipo; portanto, ele mesmo procurou a sua coroa de espinhos, como dizia o meu antecessor, o Silveira, que tem umas coisas muito engraçadas. Ele (dizia): “pois é, o Jaime, ele mesmo escolheu para si uma coroa de espinhos e andava no bolso com umas corozinhas, chegava para um e para outro e perguntava ‘você não quer uma coroa de espinhos?’” [Risos] Coisas assim. O Houaiss, que segundo o que se falava foi acusado de fazer proselitismo na missão na ONU, no tempo que estava lá. Eu, quando ia à Assembleia naquele tempo, não notei isso. Notei até o Houaiss cuidadoso e moderado. No período do Jango, eu ia à Assembleia porque chefiava a Divisão das Nações Unidas e passava lá um mês, um mês e pouco. O Castro ia primeiro e ficava um mês, um mês e pouco, e eu ia para parte final da Assembleia. Não havia notado isso. Estado de Encarregado o Silos novamente, se não me engano, e notava até o Houaiss muito prudente, digamos. Ora, eu não sei, aparentemente o que eu ouvi falar era que a alegação contra ele era de que ele fazia proselitismo dentro da missão. Não posso ter uma

opinião a respeito, não vi a documentação, nem depoimento, nem nada. Além desses dois, não me lembro mais quem foi para fora. Esses eram os que eu conhecia mais...

AC – Houve um terceiro nome que eu não me lembro.

SG – Houve um terceiro nome...

LP – De quem o quê?

AC – Um terceiro nome de pessoa que foi cassada.

LP – O Antônio Houaiss, foi o Jatir?

AC e SG – Ah, o Jatir!

LP – É.

SG – Jatir tinha estado na presidência, muito ligado, enfim, à situação, tudo isso, e havia um pouco tradição de família, dos Almeida Rodrigues. Os outros casos, alguns escaparam e muito justamente como o Rouanet, que não foi para rua e que não tinha porque ir de fato, e que depois fez uma boa carreira, na base de suas excelentes qualidades. Eu o chamei quando Ministro, para chefiar o Departamento da Ásia e o Presidente o promoveu ao cargo final sem hesitações. Como promoveu a Ministro de 2ª, antes, o Amaury Banhos Porto de Oliveira que estava injustamente encruado. De modo que a impressão que eu tive foi muito marginal, muito de longe, sobre o que se passou naquela ocasião. Eu estava perfeitamente normal que o pêndulo fosse um pouco para o outro extremo... eh... a minha impressão de longe, e do tempo ainda em que eu estive na secretaria de Estado, até a minha viagem para Madri em agosto de 63, era de que – como eu disse – de que aquela situação não poderia continuar. Vamos lembrar. Jango voltou da China, assumiu com o parlamentarismo, e pouco depois começou a campanha para a volta ao presidencialismo, e pouco depois começou a campanha para a volta ao presidencialismo, em que estavam empenhados não só o Jango, mas os demais que eram candidatos a presidente com todos os poderes, como o Carlos Lacerda e o Juscelino. Havia uma convergência de interesses que levou aquele plebiscito para a volta ao presidencialismo, praticamente sem oposição,

ninguém estava defendendo o regime parlamentar. Se dizia que o regime parlamentar não era decisivo, que amarrava as mãos do presidente, que o Jango não podia se realizar como presidente etc., etc. Eu me lembro de que o Castro, que no fundo era uma pessoa muito inteligente mas gostava de fazer comentários descritivos engraçados, com sua ponta de maledicência, no meio da campanha para o plebiscito, comentava às vezes, quando nós estávamos lá no “Tim-tim por Tim-tim”, que não sabia para que o Jango queria ser presidente no regime presidencialista, pois, como presidente parlamentarista, ele faz tudo aquilo que realmente gosta de fazer, que é nomear pessoas, arranjar empregos, arranjar facilidades [Risos] para um ou para outro. Governar para ele é isso, é atender às situações pessoais. [Risos] Era um pouco a sua visão do Jango, de quem pessoalmente gostava e de quem veio a ser Ministro. Nesse período a que já me referi de uma certa falta de direção, coerente e consistente, tirante Cuba e Portugal, o Castro fez discursos e conferências em que falava dos três “dês”, não sei se lembra disso...

MH – Hum-hum.

AC – Estou lembrando.

SG – Desenvolvimento, eh...

AC – Desarmamento...

SG – ... descolonização e... qual era o terceiro?

MH e AC – Desarmamento.

SG – Desarmamento. E isso deu grandes manchetes nos jornais do Rio, e tudo isso [Risos]. A ideia não era nem sequer dele, o próprio novo Secretário-Geral da ONU depois da morte do Hammarskjöld, que foi o U Thant, no seu relatório à Assembleia Geral, dava ênfase a esses três pontos, e era uma forma feliz de definir os temas principais de preocupação na agenda internacional. A descolonização tinha o seu “lobby” fortíssimo, que eram os novos Estados; o desarmamento era um tema fundamental da paz; o desenvolvimento era então uma ênfase que se afirmava cada vez mais, mas que ele colocou no mesmo pé dos outros dois e que Paulo VI destacou em uma encíclica.

AC – “Pace in Terris”.

SG – Acho que era.

AC – É.

SG – O discurso de Castro sobre esses três temas era muito inteligente, muito bem estruturado, teve uma grande repercussão, manchete no “Jornal do Brasil” etc. Eu me lembro do Castro explicando jocosamente porque estava insistindo nos três d. A conversa era na pequena sala de câmbio, onde o Castro, como SGAOI, funcionava. Esse ambiente, onde nos reuníamos, sobretudo depois do almoço, um ou outro dormitando, me puxa para uma digressão. Interrompemos aqui a sequência séria. A essa hora, sempre lá passava o Everaldo Dayrell de Lima, um dos que às vezes dormitava. Muito calado, inteligente, quando trabalhava na Secretaria Geral escrevia pequenas notícias no estilo do “Time” magazine, engraçadíssimas (geralmente contra alguém). Quando atendia o telefone fazia questão de dizer que era o Everaldo com v de veado, para se distinguir de outra pessoa com b que era suspeita. Naquela ocasião, seu divertimento era falar mal do Lollô Bernardes [Risos] por causa de uma não designação para chefia do departamento a que o Dayrell se achava com todos os títulos. Everaldo atribuía as maldades a comentários que ouvira do Valle, que não sabia de nada. A esse grupo se juntava quase sempre o Zappa e, às vezes, o Galba. Dizia-se qualquer bobagem ou anedota. O Castro, referindo-se aos 3 d, explicava que como não se fazia nada, como não se sabia o que se ia fazer da política externa, qualquer um que falasse alguma coisa dava-lhe um conteúdo. Por isso falava nos três d que, pelo menos, faziam uma boa fachada e não poderiam ser contestados. Eu consigo ouvir e ler coisas diferentes ao mesmo tempo. Mas o Castro, coisa que me espantava, ouvia, lia, escrevia e falava simultaneamente, além de rir. Em outro momento, tratava-se da preparação de uma grande conferência, que se realizaria em Genebra, sobre o maior emprego, ou melhor emprego de ciência e tecnologia ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Deveria ser organizada como uma conferência científica, embora fosse de governo, com a participação de associações científicas não governamentais. Haveria simpósios sobre diversos assuntos. Os países apresentariam memórias diversas. Havia a preocupação natural de o Brasil se apresentar bem, com boas memórias, bons trabalhos dos seus cientistas. Conversei com o Castro que para mim era

difícil, pois não tinha uma ligação especial com o meio científico. Se dizia que era um meio muito dividido, muito cheio de ciúmeiras e tudo isso, mais ciúmeira aparentemente do que nesse meio só no meio artístico, em que todos são prima-donas. Era preciso encontrar alguém que circulasse bem em todos os segmentos e grupos de cientistas e tecnólogos. O Castro falou com o San Tiago Dantas, que sugeriu uma lista de nomes para formarem a comissão coordenadora, os quais não só eles próprios poderiam contribuir memórias, mas poderiam mobilizar outros que eles conhecessem, todos de alto bordo. Nós estávamos para organizar isto, convidar essas pessoas em nome do Ministro, o que já competiria a mim porque Castro estaria indo creio que à Assembleia Geral. O Penner da Cunha – hoje Cônsul-Geral em Munique – trabalhava na minha divisão e ia ficar como uma espécie de secretário do grupo. Antes de Castro viajar, fomos juntos ao então subsecretário parlamentar, que era o Archer. O Castro explicou ao Archer em que pé estavam as coisas e que estávamos preocupados, porque nos próximos meses era necessário arrancar de cientistas brasileiros alguma coisa, para nós não chegarmos à Conferência de mãos abanando, sem uma contribuição brasileira importante. Como o San Tiago tinha outros assuntos, o Castro pediu ao Archer sua especial atenção. O Archer pegou a lista de nomes que o San Tiago tinha dado, e começou a rir [Risos]. O San Tiago, disse Archer, não conhece as pessoas; ele só sabe que fulano é um grande químico ou sicrano um biólogo de renome, mas não sabe nada do eles são como pessoas humanas. Continuou mais ou menos assim, “este aqui roubou a mulher deste outro; se virem juntos é capaz de se engalfinharem” [Risos]; “este daqui já disse, até pelos jornais, que esse outro é um charlatão” [Risos]. Ele sabia a *petite histoire*, compreende, daquelas pessoas todos, e então modificou a lista, deixando alguns nomes que já estavam. Havia um homem que o Archer escolheu, acho que se chamava Espiridião, não me lembro bem, tinha um nome assim, um ex-oficial de Marinha que era um grande matemático, para fazer a ligação e a coordenação. Era um homem de jeito modestíssimo e o Archer disse que talvez fosse aceito por todos, porque era uma pessoa extremamente humilde de atitudes e era, realmente, respeitado como um grande matemático. O Castro viajou, e nós mandamos chamar Esperidião que era também amigo San Tiago. Entre ele e o Penner da Cunha, os dois fizeram um trabalho de mobilização dos cientistas e técnicos brasileiros excelente, para surpresa minha. Ao fim de uns três ou quatro meses havia 50 memórias. Eu não podia julgar do nível das memórias, mas me lembro que foram muito apreciadas na Conferência. Algumas até com técnicas novas como a do engenheiro Marcondes, que construiu a barragem de Paulo Afonso utilizando uns grandes caixotes que ele punha no

fundo do rio, que os técnicos do Banco Mundial achavam que não ia dar certo e deu muito certo. Tudo isso foi então mandado à Genebra em tempo e foi distribuído. Dos países em desenvolvimento, só a Índia apresentou um maior número de memórias que o Brasil, o que é natural porque a Índia em termos de ciência está muito à nossa frente. Tem grandes centros de pesquisa desde os tempos coloniais. Os próprios ingleses já implantaram, curiosamente, na Índia, centros de pesquisa. Dispõe de uma massa de Ph.D. enorme, mais ou menos desempregada. Aqui mesmo no Brasil havia, poucos anos atrás, uns 220 professores universitários indianos, sobretudo no Nordeste, em Campina Grande, por exemplo.

AC – 220 é um número impressionante!

MH – É!

SG – Enorme!

AC – É o que eu imaginei.

SG – É. O Dr. Lynaldo deve saber disso porque ele é de lá, e acho que essa Universidade de Campina Grande foi talvez a que mais se aproveitou dessa mão-de-obra, desses cérebros que se contentam com muito pouco. O que você paga a um professor brasileiro já tão pouco, para eles parece extraordinário. Os outros países em desenvolvimento ficaram muito longe da Índia e do Brasil. A nota dramática e publicitária foi dada, porém, pelo Josué de Castro, que era o Chefe da Delegação permanente em Genebra. Atendia ao Desarmamento, a não ser quando o Castro ia lá. Tinha um sendo de publicidade espantoso.

AC – (Era uma coisa), uma coisa impressionante!

SG – Tempos depois, quando eu fui Chefe da delegação em Genebra, o pessoal se lembrava de que ele vivia com os jornalistas lá, com gente da televisão alemã etc. Tudo que ele fazia tinha que ser trombeteado, de render do ponto de vista de publicidade. [Risos] Era um homem feio, mas inteligente e com muito humor e charme. Ele imaginou que aquela conferência de cientistas precisava alguma coisa, associada a ele, Josué, que

desse repercussão, sobretudo repercussão pública no Brasil. Então, formulou uma espécie de declaração, e a vendeu aos cientistas, pela paz, pelo desarmamento, contra a arma nuclear, uma porção de coisas desse tipo. A rigor, fora da competência da Conferência, quer no sentido jurídico, quer no sentido comum da palavra. Mas ninguém podia ser muito contra, porque [Risos] pareceria estar contra, como dizem os americanos, o amor maternal, não é? [Risos] A “grande trouvaille”, apresentada nos jornais no Rio em primeira página como uma ideia original do Josué de Castro – os jornais não têm especialistas em assuntos internacionais – era “grande” ideia de que os recursos liberados pelo desarmamento deveriam ser empregados...

AC – No combate (à fome).

SG – ... no desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

AC – Tecnologia?

SG – ... no apoio à pesquisa científica etc. nos países em desenvolvimento. [Risos] Eu ria muito, porque os jornais todos apresentavam aquilo como uma grande iniciativa do Josué e uma ideia dele, de grande repercussão mundial. E era uma ideia bastante velha. Surgiu formalmente em termos de Nações Unidas, em documento de 1953, produzido por grupo de peritos que a Assembleia havia criado para apresentar sugestões sobre como tratar a questão do desarmamento. Entre outras coisas, os peritos acentuavam que, se se gastassem 10% das imensas somas já então consumidas em armamentos para reforçar o Banco Mundial e outras fontes de financiamento de programas de desenvolvimento e assistência técnica, os efeitos seriam revolucionários nos países pobres, com efeitos positivos para o comércio de bens e serviços dos países ricos, etc. ..., [Risos] uma ideia que já entrara na máquina de reza do desarmamento. Mas, para o Brasil, era novidade total. Josué de Castro tinha uma imprensa magnífica. Também no exterior, diga-se de passagem, por seus trabalhos sobre a fome e suas causas sociais.

AC – Não, e o fato de ser nordestino também, eh...

SG – Nordestino e de esquerda, não é? Aquela ideia do sujeito [Risos] que tinha inventado a fome. Não tenho competência para avaliar a substância de seu livro, que era contestado por outros peritos, mas era sem dúvida um livro interessante e humano.

AC – “Geopolítica da Fome”, não é?

SG – É. Todo sujeito que tem êxito cria ondas contra. Um outro caso do Josué que também me impressionou muito, também foi num período em que Castro estava em conferência fora. O Ministério da Agricultura havia insistido numa conferência regional da FAO no Brasil e o Itamarati tinha concordado com a ideia. A FAO faz conferências regionais periodicamente. O Brasil se ofereceu. O Ministério da Agricultura ficou encarregado da organização, em cooperação com o Itamarati – e ficava entendido que o Ministério da Agricultura é quem arcaria com os custos locais em cruzeiros, que eram consideráveis. Para a tarefa, a Agricultura designou um engenheiro do IBDF, cujo o nome não me lembro. Então, esse bom homem ia me ver e a situação me embaraçava horivelmente, porque ele me dizia: “Já pedi o dinheiro mas não me dão, dizem que não tem o dinheiro” [Risos]; quer dizer, eles prometeram, eles se entusiasmaram, sem pensar nas consequências; “e eu não consigo falar com o Ministro da minha pasta nem com o chefe de gabinete. O Sr. não pode me ajudar?” Eu explicava que o Itamarati não tinha dinheiro para tudo isso, podia gastar um pouquinho, que eu ia falar com o chefe da administração, ver se arranjava um dinheirinho a mais, mas “para uma conferência dessas, o Sr. sabe, vem o secretariado, vem as delegações etc. haverá uma série de despesas que é preciso calcular. Mesmas coisas aparentemente menores quando somadas tomam vulto. Nós havíamos concordado porque a Agricultura se dispusera a assumir os ônus. O Copacabana Palace, onde se realizaria a Conferência, daria o máximo de facilidades, cobrando mínimo que pudesse. Mas o Sr, pode estar certo de que vão faltar cadeiras, que vai haver problemas de telefone, que é preciso pensar numa sala com datilografia e telex para a imprensa, porque provavelmente vêm muitos jornalistas especializados, Talvez até nem tanto dos nossos vizinhos, mas da Europa, dos Estados Unidos etc.” E ele ficava atônito e desesperado, esse homem: “e a delegação brasileira, como é que vamos fazer?” me perguntava. Eu falei ao Ministro Hermes Lima um dia, e lhe disse: “é preciso o Sr, falar ao Ministro da Agricultura, porque o homem dele, supostamente da confiança dele, esse engenheiro do IBDF, não consegue falar com ele nem com o chefe de gabinete dele, o que é uma situação absurda; um homem com essa responsabilidade na mão, de coordenar,

não tem dinheiro e não tem o ouvido do Ministro para apresentar os seus problemas” [Risos]. E o Hermes Lima falou com o Renato Lima, Renato Costa Lima se não me engano...

AC – Certo.

SG – ... que era um homem de São Paulo...

AC – É, exatamente.

SG – ... e parece que muito entendido em assuntos de agricultura mesmo. Ele é que dizia que o problema da agricultura no Brasil, com o perdão da palavra, era merda, querendo dizer com isso que era um problema de... de adubação! [Risos] De fato, nós usávamos pouco fertilizante naquela época em que a nossa agricultura era muito primitiva, muito mais do que é hoje. Não havia ainda essas enormes plantações de soja, por exemplo.

AC – Exatamente.

MH – Ah! Ministro, eu queria talvez... perdão...

SG – Não, pode interromper.

MH – O Sr. vai terminar o...

SG – Não, não, isso não... pode interromper...

MH – Não, era um pouco para...

SG – ... depois eu continuo com isso, que é um história meio...

MH – Não, então o Sr. termina a história e depois eu retomo.

SG – ... Não tem maior interesse, eu mesmo hesitei em contar a vocês...

AC – Não, eu acho interessantíssima.

SG – Mas, afinal nós fizemos um aviso ao Ministro da Agricultura, sugerindo que a delegação do Brasil deveria ter poucos delegados, três ou quatro, e o número de assessores indispensáveis para atender à variedade dos itens da agenda. [INTERRUPÇÃO]

[FINAL DA FITA 14-A]

LP – Pode ir.

SG – Aí começou para mim uma outra angústia, porque passamos o aviso à Agricultura e ela nos deu uma indicação de 150 pessoas para delegação. Ora, não havia nem espaço no Copacabana para esta gente se reunir. O Hermes Lima ficou irritadíssimo com isso e me disse: “não; você reduza a delegação”. Eu me defendi um pouco: “mas Ministro, isto é um aviso do seu colega da Agricultura, de modo que para reduzir eu teria que dizer que o Sr. mandou reduzir; vamos reduzir a 50, a 30, a quantos?” E assim foi, houve uma negociação, feita por mim mesmo com o gabinete do Renato Costa Lima, em que eu me escudava no meu Ministro. De qualquer forma, eu não podia escolher os nomes e cortar, arbitrariamente pessoas indicadas pelo outro Ministro [Risos]. E um dia, acho que o chefe-de-gabinete do Renato Costa Lima me disse: “o Sr. corta quem o Sr. achar que deve”. Eu disse: “mas a questão é que eu não acho” [Risos] – “eu não sei; aqui há especialista nisso, naquilo, naquilo outro; qual é a prioridade nossa? Nós cuidamos de FAO mas não da agricultura, os Srs. é que sabem”. Enfim, houve uma negociação enorme, e afinal se conseguiu reduzir de uns 170 para um pouco menos de 100. Aí o meu trabalho foi vender esta lista ainda enorme ao Hermes Lima que afinal aceitou, muito irritado, mas aceitou. A ideia era de que haveria três delegados que seriam os coordenadores da delegação, os três que iriam aos comitês que se reunissem, ou designariam as pessoas adequadas quando não fossem. Eram o Simões Lopes, o Dr. Grilo e um terceiro de que eu não me lembro, mas que era também um nome conhecido nesse ramo. Mas na hora, nas vésperas, eu via que esses três não estavam coordenando nada, nem entre si; estavam cheios de dedos também. Podia ser uma bagunça, quer dizer, 100 pessoas entrarem num comitê ou mesmo no plenário para representar o país-sede [Risos], ocupando todas as cadeiras de trás, ia ser uma coisa ridícula completamente...

AC – Um vexame, (como se diz).

SG – ...é, um vexame. Estava preocupadíssimo porque eu não tinha autoridade para mandar nessa gente, não é? Aí chega, talvez 24 horas antes da conferência, o Josué de Castro que vinha de Genebra, e foi à minha sala, muito simpático como sempre [Risos], eu contei o que se estava passando e conclui mais ou menos nestes termos: “eu estou numa situação chata, o único jeito é o próprio Ministro Hermes Lima falar com o Renato Costa Lima e darem um jeito. Talvez o próprio Ministro Costa Lima possa assumir – paciência – tomar conta dessa delegação. Essa gente não pode entrar toda no plenário, muito menos em reuniões de comitê, tem que haver um inferninho à parte para delegação do Brasil”. Ele riu muito e me disse: “Ah, não se preocupe!” [Risos]; foi para o telefone e falou com o Simões Lopes, falou com o Grilo, falou com não sei quem, e não perguntou a opinião eles. Ele tinha um tal prestígio na verdade – inclusive prestígio, com o presidente – que, ao telefone, já adiantava: “eu já conversei com o presidente” – nem tinha visto ainda o Jango – “conversei com o presidente, e nós vamos trabalhar de uma maneira que eu acho extremamente eficiente. Nós poderemos colher as opiniões de todos os nossos técnicos em reuniões internas; eu estarei no plenário onde vocês me acompanham e nos comitês fica sempre um de vocês; nós quatro seremos a delegação, em termos operacionais; mas será da maior utilidade nós termos todos esses técnicos especialistas, e eu me proponho, estou disposto a fazer o seguinte: todo dia de manhã, antes da sessão, oito e meia, nove horas, nós nos reunimos numa das salas de jogo do Copacabana Palace, e eu faço uma explicação a eles do que está se passando”; [Risos] e foi assim.

AC – [Risos] Não foi nem pedir subsídios, não é? Foi...

SG – Depois que ele chegou, não tive mais o menor aborrecimento, a menor preocupação; qualquer coisa ele resolvia de cima para baixo com a maior gentileza, era um homem muito gentil até, mas fazia o que queria; dava papéis a cada um [Risos]. Era um artista, era um homem, se quisesse, emérito em tapeação; mas uma tapeação que era útil e funcionava porque ele conhecia o meio brasileiro extraordinariamente bem.

AC – É.

SG – E era uma coisa que eu tinha uma dificuldade enorme de fazer, não é? Chegar para um deles e... e falar com aquela autoridade com que ele falava...

LP – (Aqui)?

() – Hum-hum.

SG – Mas são pequenas coisinhas desse período.

AC – E o Sr. está realmente lembrando fatos que me dão a impressão de que, realmente, alguém que passa muito tempo fora do Brasil em delegações internacionais, e ONU etc., deve ter uma enorme dificuldade de montar alguma coisa aqui dentro, quer dizer, em termos de, exatamente, não é, quer dizer, seria uma réplica, não é?

SG – É.

AC – ...de um encontro internacional aqui, não é? Muito domesticamente organizada, quer dizer, isso dava um pouco a ideia da... de um certo desequilíbrio entre o Itamarati como instituição...

SG – É.

AC – ...organizadora de eventos e os outros Ministérios, não é? Que estavam muito mais...

SG – É. Isso mudou muito, não só os outros Ministérios melhoraram desse ponto de vista, e hoje todos têm uma assessoria internacional, como no período militar – diga-se isso de passagem – havia a decisão do presidente; bem ou mal, havia. O presidente decidia, estava acabado; fazia-se uma informação, ele aprovava e daí por diante você, na base da informação escrita, fazia as comunicações e estava acabado. No caso do presidente Geisel havia às vezes até uma decisão “não mais do que tantas pessoas” [Risos], e os Ministérios que se arranjassem. O Figueiredo foi mais liberal, até por temperamento, mas sempre decidia em tempo também. Também uma pessoa encarregada de uma coisa importante querer falar com o seu Ministro e não poder [Risos], isso eu nunca mais vi acontecer em outros Ministérios.

AC – Foi uma dificuldade da época mesmo, não é?

SG – Era um pouco reflexo daquilo que eu disse, havia uma falta de governo no período Jango; uma falta, se quiser, de ordenamento, talvez por motivos políticos, talvez porque foi um período até mesmo para ele, presidente, muito atribulado, porque havia tendências de modificações até de estrutura social não claramente definidas no próprio espírito do presidente, etc. ...

AC – Certamente.

SG – ...como isso se refletiria na administração, então havia um pouquinho...

AC – É.

SG – ...esta, se quiser, não uma anarquia mas um certo desmanchamento da máquina do Estado.

AC – É, e isso me faz lembrar realmente que esse tipo de ocorrência seria inconcebível no governo Vargas, por exemplo, que era um homem...

SG – Ah, Vargas também não.

AC – ...de grande sentido de autoridade nesse ponto.

SG – e um burocrata terrível, não é?

MH – Hum-hum.

SG – ...via tudo quanto era papel. Eu mesmo quando entrei para o Ministério, em 45, vi muito papel distribuído por ele, “Exterior”. Às vezes coisas de somenos, mandando perguntar etc. Lógico, os papéis teriam sido levados a ele pelo Lourival com a sugestão. Mas estava lá a letra dele [Risos].

AC – (Exatamente), ele controlava muito.

SG – É. Não estou dizendo que isto esteja certa não, acho excessivo. Acho que o presidente deve delegar, mas, quando delega, o delegado deve ter autoridade e responsabilidade, não é?

AC – Exato, agora, o Sr. ...

SG – ...e saber o que se passa no seu Ministério, até...

AC – Agora, o Sr. mostrou assim com uma clareza incrível, ao longo desse depoimento, como o Brasil mudou, não é? Como tudo ficou mais complexo, enfim...

SG – É, muito mais...

AC – ...e isso exige realmente uma outra postura de um presidente, não é?

MH – É.

SG – É, uma outra, uma outra organização. O próprio Itamarati, que era um pequeno clube, hoje não pode mais ser um pequeno clube, não tem mais jeito de ser.

AC – ().

SG – A centralização, eu acho que só se justifica quando há uma mudança de política. Aí, no princípio, é preciso que tudo vá por um mesmo canal, ou então num momento de crise; mas quando já há uma diretriz claramente estabelecida, aí cabe a descentralização, porque...

AC – É; isso que o Sr. está dizendo é de uma enorme utilidade para se entender um pouco a situação que nós estamos vivendo hoje, não é? Essa ideia, essa coisa do presidente Tancredo Neves também muito centralizador, não é? Indicando as pessoas e tudo, eu acho que é muito dentro do espírito do que o Sr. está lembrando; esse início, não é? De mudança...

SG – É. No início. No caso do presidente Tancredo Neves, como ele foi eleito por uma coligação muito heterogênea e na base se de um equilíbrio talvez muito delicado de correntes, é natural essa centralização inicial. Para o presidente Sarney que surge de uma das correntes e numa situação delicada, a operação requer um certo cuidado e sofisticadas etapas.

AC – (É verdade).

SG – Quer dizer, ele não pode assumir uma responsabilidade política nessa escolha, quando essa escolha, da parte do presidente eleito, provavelmente reflete uma difícil combinação de correntes, de interesses, de ambições, que ele tentou de certa maneira contemplar.

AC – Exato.

SG – ...e, enfim, infelizmente está atrasando um pouco tudo, não é?

AC – Exato.

MH – É.

AC – Um pouco; bastante.

MH – [Risos] Bastante, não é? Voltando um pouco para questão anterior, e pensando até em termos temáticos na política externa brasileira nesse período dos, enfim, meados da década de 60, a questão do desenvolvimento econômico, essa posição, digamos, mais, às vezes até mais retórica que se encontravam em figuras como Josué de Castro e tudo – como é que fica, quer dizer, a partir de meados dos anos 60, na política externa brasileira, esse lado, quer dizer, o lado inclusive muito mais vinculado à experiência multilateral, toda uma tentativa de criar um novo diálogo, em termos internacionais, de reivindicação para questão do desenvolvimento econômico, quer dizer...

SG – Eu tenho a impressão de que, logo depois da Revolução, as ideias não foram abandonadas, mas baixaram de prioridade. Eu estava fora mas era visível, como já mencionamos, que havia uma desconfiança do multilateralismo da UNCTAD. Uma desconfiança acerca de uma plataforma comum dos países em desenvolvimento, para a qual nossas delegações tinham contribuído muito. Na ONU, em várias épocas, vários representantes nossos tiveram muita atuação, na Assembleia Geral, no ECOSOC. Grande quantidade de gente trabalhou nisso, com muita competência. Havia, porém, uma atitude mais confrontacionista do que o necessário. Talvez um excesso verbalizante, no que eu achava às vezes de utilidade duvidosa. Mas, é a tal história, quando se lança uma ideia relativamente nova é preciso exagerar um pouco, para depois se chegar a um termo razoável, ou a um ponto em que seja possível iniciar negociações. Tenho impressão de que nesse período inicial da Revolução houve uma perda de ênfase nesses assuntos; não chegamos a mudar de opinião, que eu saiba, nas Nações Unidas, em resoluções relativas ao problema Norte-Sul, mas deixamos talvez, por um período, de ter posição destacada na matéria. Maneiramos, como se diz, nesses assuntos, que deixaram também de estar no centro das preocupações da alta direção do país. E havia até, em opiniões de políticos que apoiavam o governo, em jornais, a ideia de que o Brasil não era tão subdesenvolvido assim, tinha apenas bolsões de subdesenvolvimento, que no fundo não era um país tão pobre, tão primitivo. Isto é, ignoravam que o que interessa é a média. Obviamente, mesmo hoje, nós temos zonas relativamente desenvolvidas e zonas atrasadíssimas, não somos iguais à Tanzânia [Risos] nem somos iguais aos Estados Unidos, mas sem dúvida somos conceitualmente, e de fato, um país em desenvolvimento. Creio que já no Governo Costa e Silva começou a haver uma certa volta à realidade.

AC – Perfeito.

SG – Eu vim trabalhar de novo na secretaria de Estado em 67. Chego lá depois. Quando era Ministro Conselheiro em Madri, somente há 2 anos no exterior o Pío Corrêa, tendo assumido a Secretaria Geral, me chamou; e eu não quis dar um não por telex. Vim ao Rio de Janeiro e expliquei a ele que não poderia, pois nem sequer estava preparado financeiramente, o que era verdade. Havia estado quase três anos antes na Secretaria e agora estava há menos de dois anos no exterior. O convite era para chefiar o Departamento Jurídico, que existia na época. Precisava de mais tempo no exterior, fazer algum economia, para poder me financiar de novo na Secretaria de Estado. O Pío

compreendeu e me disse que, nesse caso, ele me removeria para um posto em que ele achava que precisava de alguém como eu. Respondi-lhe que estava bem, pois ficaria no exterior ainda uns tempos [Risos]. Fui mandado para a Embaixada em Montevideu, como Ministro Conselheiro com o Frazão, que era Embaixador no Cairo, e estava removido para Embaixador em Montevideu. Tinha sido Embaixador lá, logo antes, o próprio Pio. Seguiu-se um período interessante porque ainda havia no Uruguai, em relação ao Brasil, em toda a imprensa e nos meios políticos, uma atitude extremamente negativa. Faziam passeatas, os estudantes da Universidade, em frente à residência da Embaixada, com cartazes contra “la dictadura sangrienta de Castello Blanco” [Risos], jogavam na fachada lâmpadas cheias de piche ou de tinta a óleo vermelha; a primeira coisa que os soldados locais, de guarda, faziam era fechar o portão e ir para cozinha, [Risos] não queriam saber de encrenca. Uma vez por semana, havia um negócio desses. O Frazão, como era natural, se incomodava muito. Uma vez mandou raspar a fachada. Eu procurei sossegá-lo e sugeri que não mandasse raspar, deixasse que não tinha importância. Um tempão a Embaixada ficou com aquelas marcas. Quando da visita do Juracy Magalhães para uma reunião de ministros da ALALC, o Frazão ficou muito preocupado com a segurança, pois não podia admitir que o Ministro do Exterior do Brasil sofresse um *desaire*. Foi à chancelaria, chateou Deus e todo mundo, reclamou porque o Uruguai era muito desorganizado, a administração naquela época era um horror – mas o Frazão insistiu tanto que acabaram fazendo uma demonstração extraordinária de meios de segurança. Quando desembarcou o Juracy, ia um carro blindado na frente, outro blindado atrás, do automóvel dele fechado [Risos]. Quando o Juracy chegou na Embaixada, onde ia ficar hospedado, estava furioso, e reclamou: “mas Embaixador, isso é uma humilhação, essa segurança toda, eu não tenho medo, o Sr. sabe, eu não sou homem de me esconder atrás de esquemas de segurança”...

AC – Um homem da Revolução de 30, não é? [Risos].

SG – É [Risos]. Ele disse algo mais ou menos assim: “o Sr. sabe, quando eu era interventor na Bahia também fui vítima de infâmias, a imprensa açulando os ânimos contra mim e lançando mão de argumentos emocionais, bairristas etc. Uma vez o meu carro parou no meio da rua, cercado por estudantes, no Terreiro de Jesus, e eu não me acovardei, abri a porta e enfrentei, os estudantes e disse-lhes – ‘estou aqui e brigo com todos vocês, agora se vocês são homens não venham em conjunto, mas um por um’” – [Risos]. O Frazão

explicava que a situação do Ministro em Montevidéu era diferente, pois ele simbolizava o Brasil. Imagina se sei deixa oportunidade para um *desaire*? Uma ofensa? Que escândalo seria. Os Tupamaros, naquela época, não estavam ainda praticando atos de terrorismo regularmente, mas ameaçavam, telefonavam para o Embaixador, às vezes até para minha casa. Uma vez telefonaram para minha mulher e a avisaram para não mandar os filhos à escola. Nós não acreditávamos muito, embora já tivessem havido atos esporádicos de terrorismo. O Uruguai era um país democrático, como legislação social avançada. Mas estava em crise e havia um desmanchamento na administração, no governo. Acontece que o terrorismo na América do Sul, que teve o apoio e a simpatia da Europa e dos Estados Unidos, era profundamente contrário as instituições democráticas representativas – antecedeu e provocou a reação militar. Nós éramos amigos de um arquiteto de era do “claustro” da Universidade. O chamado “claustro” se compunha de professores e alunos e representantes dos diplomados na Universidade, os egressados. Esse Senhor Balpardo Blengio me contou que já não podia dizer nada no “claustro”. Toda vez que abria a boca, os representantes dos estudantes pateavam e faziam algazarra. Quer dizer, não havia mais liberdade de expressão. Quem não tivesse uma posição de extrema-esquerda não podia nem abrir a boca em lugar nenhum. A visão do mundo, o temperamento dos estudantes era francamente repressivo e totalitário. Esta era a situação no Uruguai, de que as pessoas no exterior não se davam conta. É verdade que o governo dos “nove arcontes”, do Conselho de Estado, democrático sem dúvida, perdera autoridade, era objeto de acusações de corrupção, como sempre não provadas, mas correndo à boca pequena, etc. ... Mais de uma vez estive no prédio do Conselho de Estado, em frente ao Hotel Victoria Plaza, acompanhando o Frazão, para falar com um ou outro sobre algum assunto de interesse dos dois países. Havia um certo ar de casa de Orates, com uma massa de gente esperando audiência e os conselheiros recebendo solicitantes o tempo todo. A grande maioria tratando de algum interesse pessoal. Havia muitos interesses pessoais feridos. O Uruguai, sem chegar a se um país desenvolvido, teve grande prosperidade até os anos 50, quando ainda a guerra da Coréia valorizou seus produtos. Com a crise que veio depois, os efeitos sobre a estrutura de redistribuição dessa renda agropecuária, que mantinha bom nível na capital macrocéfala, foram devastadores. O nosso chofer, por exemplo, um homem que não tinha 50 anos, já era aposentado. Aposentavam-se aos 40 e poucos. Aquela grande massa de gente tinha sem esforço um nível comparável ao da pequena e sofrida classe média brasileira, praticamente sem trabalhar. De repente quase, essa sopa acabou. Não sei como os conselheiros de Estado conseguiam pensar e trabalhar.

MH – Hum-hum.

SG – ...havia uma plethora imensa de universitários, um proletariado profissional, digamos, que já estava começando a emigrar, até para o Brasil, sobretudo médicos. E houve até um caso que eu vou contar, de uma família conhecida nossa. A senhora contou que o filho “ahora es brasileño”. Perguntei se ele se havia naturalizado. Ela então contou como foi: ele era formado em Medicina, não teve campo no Uruguai, porque o Uruguai já estava em crise nessa época. Ela explicou que o filho então, fora para uma cidade do interior do Rio Grande, depois de uns tempos fez exames de revalidação, mas, como se fosse brasileiro teria alguma vantagem, e como tivesse no local bons amigos brasileiros, simplesmente se registrou, com tais testemunhas, no cartório, como tendo nascido ali, naquela cidadezinha. Quer dizer, ele simplesmente passou a ser brasileiro nato. Isto é, recorreu ao processo mais expedito e barato. Eu disse à Senhora para não falar dessas coisas porque constituíam crime [Risos]. E acrescentei, sem dramatizar, que não entendera a conversa, senão teria de denunciar isso às minhas autoridades [Risos]. Não sei também até que ponto a Senhora soubera dos fatos com exatidão. A doutrinação comunista já estava entrando, e muito, nos liceus; meninos de liceu, adolescentes de 12, 13, 14, 15 anos, mobilizados, fazendo passeatas e coisas assim. Os professores ou eram desta linha, ou não podiam dar aula, compreende. Nós tivemos um caso típico, o do Dante Pelacani, que circulava por lá. Contaram-me que o Pio, quando Embaixador em Montevideu, reclamava do Ministro do Exterior da época, que era filho de uma lavadeira italiana, um político de bairro, onde tinha suas bases, seu clube político. O Pio reclamava, falava de Direito Internacional, de obrigações do Uruguai de não permitir que os refugiados tivessem atividades políticas no seu território, esse tipo de coisa...

[FINAL DA FITA 14-B]

SG – ... O Ministro não compreendia com precisão o que lhe era dito. Perguntava, depois, a algum alto funcionário: “mas que quiere el Embajador de Brasil?” – riso – “quer que eu mande prender essas pessoas? Não posso”. A chancelaria uruguaia tinha gente muito capaz, como Tolle Martinez, Gros Spiell e outros. Podiam não ter capacidade decisória, mas compreendiam o sentido das gestões. No caso de Dante Pellacani houve ação. Pellacani ia a reuniões da Central Única de Trabalhadores do Uruguai, fazia a sua

pregação, inclusive política, sendo um estrangeiro. Aí os uruguaios se sensibilizaram um pouco, não gostaram da história de um estrangeiro se manter em movimentos uruguaios. Então, não por nossa causa mas por motivos próprios, inclusive suas leis, resolveram tomar uma providência. O Ministro do Interior conseguiu do Conselho um decreto de expulsão do Dante Pellacani. Não publicaram, com medo das reações [Risos], mas a coisa vazou e um grupo de deputados, o grupo comunista que era de uns dezessete, fez um movimento enorme, conseguiu adesão – como é normal nesses casos – de um grande número de liberais e de gente dos Partidos tradicionais, contra o governo, e aí o governo se acovardou e nada fez [Risos]; era assim o Uruguai. No fim do ano de 66, havendo consciência generalizada de que era preciso pôr ordem no país, fizeram o famoso referendo para passar para o presidencialismo e simultaneamente eleger um presidente. Foi eleito o general Gestido que morreu 6 meses depois e assumiu o vice-presidente Pacheco Areco, que era um homem inteligente, apoiado por um grande jornal, politicamente pouco expressivo, carregado pelo General Gestido.

MH – Há nessa época uma intensificação das relações militares também, não, entre Brasil e Uruguai?

SG – Mais ou menos. Havia, evidentemente, algum tipo de contato. Um extremado me disse uma vez, jocosamente: “eles deviam dar um golpe de estado; o Corpo de Bombeiros aqui é que talvez possa fazer” [Risos]. A atitude de certos brasileiros com relação ao Uruguai, sobretudo entre gaúchos, sempre foi ambígua. Naquela ocasião, o pessoal mais extremado achava que o Uruguai não era problema, bastava a brigada do Estado do Rio Grande entrar ali ajeitar aquele negócio todo [Risos]. Em outras épocas, gente do mesmo país, mas de sinal contrário, achava que se devia intervir pela democracia. Evidentemente, o governo brasileiro, mesmo naquele período, jamais pensou numa coisa dessas, nem deu atenção a esse tipo de piadas, mesmo porque o sentimento do riograndense médio é de respeito e fraterna simpatia pelos uruguaios. Também no Uruguai, sempre há ambiguidade em certos meios, ora de simpatia, ora de receio ou preconceito, com relação ao Brasil, mas nunca influenciam o governo ou predominam na opinião pública.

AC – O Sr. diz os extremados à direita?

SG – À direita, é...

AC – Certo.

SG – Os dois jornais que nos defendiam, que eram os do Manini Rios – “La Mañana” e “El Diario” –, que eram totalmente independentes de nossa influência, às vezes seguiam uma linha correta e de interesse uruguaio, no sentido de que o Uruguai nada tinha a ver com a vida interna do Brasil, um país com o qual devia ter boas relações. Não se tratava de defender o governo brasileiro como tal, mas defender o princípio de que não interessava, não podia interessar, ao Uruguai estar a meter-se em assuntos internos brasileiros. Depois, em outros períodos – muito mais recentemente, no governo Figueiredo – houve quem me criticasse porque naquele caso de Universindo...

AC – Diaz.

SG – ...Diaz e não sei quem, como era a outra?

AC – Lilian Celi..., Lilian Celiberti.

SG – ...Celiberti, nós não tínhamos protestado ante o governo uruguaio. O Senador Brossard, com quem me dou com cortesia e apreço, chegou a falar no Senado, lembrando que o Barão, quando houve o caso da canhoneira Panther, fez um protesto e a Alemanha acabou se desculpando; que, antes disso, em 80 e poucos do século XIX, um juiz argentino fez auto de prisão em Uruguiana, nós reclamamos e a Argentina deu satisfações e desfez a prisão dessa pessoa; mas agora o governo não defendia a soberania nacional. Concluía que era preciso termos um Ministro político e com visão histórica que soubesse dessas coisas [Risos]. Tínhamos boas relações pessoais. Eu compreendia que ele levaria em conta fatores de ordem política do meio riograndense. Depois, quando tive a honra e o prazer de reunir num almoço a Comissão de Relações Exteriores do Senado, na hora do café, o Senador Brossard, em conversa comigo, voltou ao assunto. Expliquei-lhe o que, sinteticamente, já havia dito a um jornal: que o governo brasileiro não pode tratar desse assunto, a não ser na base da sentença do Tribunal de Apelação do Rio Grande do Sul, que eu li do princípio ao fim. Não há nada ali que prove, ou que tenha admitido como provado, que autoridades uruguaias praticaram atos de jurisdição em território brasileiro. O máximo que há, em alguns depoimentos, é que agentes uruguaios teriam

identificado essas pessoas, as quais foram apreendidas pela polícia brasileira. Ora, ir a um agente de um país a um outro para identificar um criminoso apenas e dizer “é aquele fulano mesmo”, isso não é um ato de jurisdição, é da rotina de cooperação entre polícias. O ato de jurisdição é a prisão, e isso teria sido feito por autoridades brasileiras. Não sou um órgão investigador, nem um órgão judicante [Risos], eu tenho que partir da sentença. Ora, a sentença, o máximo que se pode deduzir dela é que a autoridade brasileira entregou na fronteira – na fronteira, portanto em território uruguaio – essas pessoas à polícia uruguaia; então, eu vou protestar ao Uruguai por quê? Porque autoridades brasileiras teriam praticado abuso de poder? Isso é um problema interno nosso, que nossos órgãos competentes podem julgar e condenar, mas não nos autoriza a chegar a um governo estrangeiro e acusá-lo de haver-se beneficiado de ato de funcionário brasileiro praticado no Brasil. Não caberia nem sequer gestão para proteção de nacionais, como fizemos com enorme paciência, cuidado e persistência, com a Flávia Schilling. Disso não se sabe nem a centésima parte da história, mas era outra coisa. Expliquei que, como Ministro, jamais faria um protesto que não estivesse fundamentado no direito internacional, como haviam estado os casos que ele citava. Desculpei-me, porém, por um fato que me aborrecia e em que o Senador tinha razão. Quando recebi sua comunicação, se não me falha a memória, um telegrama, mandei recolher a informação disponível. Foi, depois, necessário obter o texto da sentença, o que levou tempo. É óbvio que eu deveria ter desde logo acusado recebimento do telegrama. Como não o fiz na hora, outros assuntos vieram e eu fiquei nessa omissão.

AC – Quer dizer, no caso o problema todo seria punir os policiais brasileiros que cometeram esse ato...

SG – Se usar a _____ ...

AC – ...de agarrar à força duas pessoas e entregar na fronteira.

SG – É, lógico, porque...

AC – Quer dizer, o problema era com a nossa polícia...

MH – Interno, não é? O problema era doméstico.

AC – ...era com a nossa polícia?

SG – É, os atos de jurisdição, quer dizer, a prisão dessas pessoas, a sua entrega na fronteira, foram praticadas no Brasil por brasileiros. Então como é que nós podíamos protestar junto ao governo do Uruguai? Mesmo que tivessem feito isto a pedido de autoridades uruguaias. (ué)! Você pode o que quer, mas o outro, as autoridades do outro país farão o que quiserem. Nós fizemos o que quisemos, mesmo que se julgue que estava errado.

MH – Certo.

SG – Aí o Senador insistiu: “mas não se pode fazer alguma coisa”. Eu disse que não. Quando muito, o Raul, nosso Embaixador lá, pode informalmente dizer que essa estória era uma pedra no meio do caminho, que se os uruguaiois encontrassem uma forma qualquer de se desfazer do problema, seria muito bom, porque a imprensa aqui explora, certos meios políticos também,. Era politicamente conveniente evitar que esse assunto se azedasse. A Itália, por sua parte, se interessava porque considerava as pessoas envolvidas como seus nacionais. Para o Uruguai, porém, eram uruguaiois.

AC – E o Brizola, estava por lá também nessa época, quando o Sr. esteve lá?

SG – Estava sim. Estava em Atlântida, mas tinha autorização para ir a Montevideú uma vez por semana, porque acho que a mulher dele estava em Montevideú. Diziam na época que ele mandava agentes ao Rio Grande, uns pombos-correios, uma coisa assim. O Jango também estava lá, e não dava trabalho nenhum. Ele até enriqueceu, dizem. Contavam que os criadores uruguaiois estavam muito irritados com ele, no princípio do exílio, porque ele mandava o seu pessoal aos leilões de potros e de reprodutores, e comprava; comprava a preços acima do mercado. Todos achavam isso uma maluquice, além de ficarem irritados porque ele estava elevando o preço desses reprodutores. Mais tarde, entretanto, reconheceram que ele foi muito inteligente; que realmente os ranchos dele iam de vento em pôpa. De fato, parece que era um excelente negociante em termos de criação de gado, cuja instalação ele financiou em Montevideú – em grande parte para dar emprego a exilados – parece que acabou dando bons resultados [Risos]...

AC – Ele era um bom homem de negócios.

SG – Parece que era [Risos].

AC – Mas aí, não foi nessa época em que houve também esse problema com o Brizola de uma guerrilha, enfim, de uma operação...

SG – Isso foi antes.

AC – Isso foi antes?

SG – Foi antes. É, quando... isso foi antes de eu chegar lá...

AC – O Sr. estava em Madri, não é?

SG – É. Mas é... contavam essa história, era um coronel que chefiou uma guerrilha que entrou aí pelo Rio Grande e depois no Paraná foi destruída...

AC – Caparaó, não?

SG – Não, Caparaó é Minas.

AC – Não, Caparaó é outra coisa, é isso _____ ...

SG – É outra coisa. Essa guerrilha, parece que não deu em nada...

AC – É, foi uma coisa que não deu em nada.

SG – ...não havia ambiente. Havia, talvez, esta visão errônea de que eles entrariam e teriam uma adesão em massa da população; e não havia no Brasil naquele tempo, aparentemente e de jeito nenhum, uma ideia, uma disposição, um sentimento, nos meios rurais do Rio Grande ou de Santa Catarina e Paraná, para entrar numa rebelião. A guerrilha simplesmente ficou isolada e foi desbaratada.

AC – E como é que ficou – bom, isso foi o período do Pio, não é? Do Pio Correia?

SG – Isso foi... Eu creio que esse caso de guerrilha foi no período Pio Correia. Aí houve reclamações junto ao governo uruguaio, com toda razão, porque essa guerrilha se organizou em território uruguaio.

AC – De qualquer maneira, para o Sr. foi uma experiência de certa forma dura, não é?

SG – Ah, sim!

AC – ...porque o Itamarati tinha de responder por situações...

SG – É, um pouco... difíceis...

AC – ...politicamente muito duras, muito difíceis, não é?

SG – É. Mas, nós sempre agimos, pelo menos em relação ao governo uruguaio, estritamente de acordo com as regras. Quando reclamávamos, nós tínhamos razão dentro das normas de Direito, das convenções existentes etc. O governo uruguaio é que estava quase sempre em falta, simplesmente porque não controlava bem o país; não tinha condição de controlar.

AC – Outra coisa que eu queria perguntar ao Sr., é o seguinte: o Sr. deu a entender que esse movimento do Pellacani etc., que haveria, digamos assim, alguma, algum concerto internacional da parte de, não sei, da União Soviética, do bloco socialista, para ativar, não é? Aquela área do continente. O Sr. acha que isso foi uma coisa deliberada?

SG – Eu não sei, até que ponto havia um plano, digamos, um plano soviético ou da Europa Oriental, ou até que ponto era uma ideia do próprio Pellacani ou de um grupo, que teve um mínimo de apoio em termos da RDA, por exemplo. Foi na RDA que ele obteve os documentos que usou naquela ocasião. Tinha lá, evidentemente, apoio. Mas ele tentou criar ou pensou que poderia criar, ou estimular a criação, de uma espécie de solidariedade através das fronteiras entre as organizações de trabalhadores, que poderiam talvez tomar,

eventualmente, ações coordenadas em todos esses países. Uma ambição um tanto exagerada; não resultou em nada, que eu saiba.

AC – Como é que a Embaixada soube disso? Foi através do adido?

SG – Ah, isso todo mundo sabia, e não só os serviços nossos. Reuniões de sindicatos uruguaios em que Pellacani deitava falação. Saíram até nos jornais.

AC – Quer dizer que essa ideia de que, hoje, o nosso SNI vai se expandir para fora é mais ou menos verdadeira; quer dizer, naquela época já havia...

SG – Havia um pouco, é...

AC – ...essa possibilidade de acompanhar, de saber que ele foi para Alemanha, que voltou, enfim...

SG – Havia um pouco, não muito, mas havia; havia naturalmente contatos com gente local e contados com outros serviços. Todos os países funcionam mais ou menos da mesma maneira. É lógico que hoje há muito menos necessidade disso. Naquele tempo havia uma razão certamente, porque havia um certo tipo de exilado – não todos, um certo tipo de exilado – que era ativista e que procurava organizar-se fora com vistas a influenciar a vida interna do país. Hoje não há disso, que se saiba. É menos grave lá fora, e como nós não temos um problema do outro tipo – quer dizer, de guerra, de ameaça de agressão – há pouca necessidade realmente. Há um certo tipo de informação que as embaixadas não podem ter mesmo, e todos os países organizados, de alguma importância, têm seus serviços, inclusive os nossos vizinhos, e muitas vezes acreditados como secretários de embaixada, conselheiros, etc. Coisa que nós não fazemos, não temos feito. É muito delicado. Sempre cuidamos de que as nossas embaixadas se mantivessem no respeito às normas de Direito Internacional e da boa convivência com os governos junto aos quais são acreditadas.

AC – Quer dizer, o Sr. acha que justamente, dividir bem essas funções é uma forma de preservar o Itamarati desses...

SG – Lógico, é...

AC – ...dessas contaminações.

SG – É. Eu acho que é necessário – como já disse que um regime democrático tenha uma boa polícia, e acho que um país de certa importância precisa ter seus serviços. Apenas, no caso do Brasil, naquela época se justificava até mais do que hoje; hoje não há um problema desse tipo. Naquele tempo havia, sem dúvida. Com o desmanchamento que havia no ano de 66 no Uruguai, começou a haver atividade maior dos Tupamaros, sequestros e tudo. Depois, quando veio o golpe militar, que já não mais estava. Eu havia passado de novo pela Secretaria de Estado e em fevereiro de 70 estava em Genebra. Não me surpreendi em absoluto com o golpe, dados os antecedentes.

MH – Era o caminho natural mesmo.

SG – É.

MH – Ministro, o Sr. falou antes, digamos, da importância da relação do Brasil com a Bolívia e com a Argentina. E o Uruguai? Qual é, como que se coloca nessa constelação digamos?

SG – Eu gostaria até de voltar a esse assunto quando falasse do meu período de Ministro.

MH – Está bom.

AC – Perfeito.

MH – Perfeito.

SG – ...aí, desse conjunto de...

MH – Está.

AC – É, porque me ficou uma dúvida histórica que a gente podia tratar no momento devido, que é justamente essa, a viabilidade, não é; países como Bolívia, Uruguai, por exemplo. Quer dizer, no fundo é uma aberração geopolítica, não é....

SG – [Risos] Isso é a sua opinião [Risos].

AC – ...ou histórica. A deles certamente não será, mas eu digo, é uma coisa tão difícil, não é, que realmente se não for um período de grande prosperidade, não é, em que a agricultura e os produtos da pauta estejam altamente cotados, quer dizer, como é que esses países sobrevivem... ?

SG – É muito difícil, é...

AC – ...não é, é nesse sentido que eu...

SG – É verdade. Eles são dependentes, eu disse uma vez a bolivianos, da prosperidade dos vizinhos. Se o Brasil for um grande mercado, e puder comprar à vontade e tudo isso, a Argentina etc., eles serão prósperos também.

AC – É, eu acho que é uma boa...

SG – Voltei ao Rio com 11 meses de Uruguai; assumi em maio de 67 a Secretaria Geral adjunta para organismos internacionais. Quando o Magalhães Pinto foi indicado Ministro – e todo mundo sabe que ele pretendia a Fazenda, não tinha pensado no Itamarati – acho que ele conhecia muito pouca gente do Ministério e chamou, por escolha pessoal dele, o Celso Diniz para Chefe de Gabinete, porque o Celso Diniz era filho de um amigo dele de Minas, amigo dele de mocidade. Escolheu para Secretário Geral o Sérgio Corrêa da Costa. Diziam na época que fora uma indicação do Senador Daniel Krieger, via, portanto, o lado Aranha da família. Mas se tratava de um candidato natural, com todas as qualificações.

AC – O lado gaúcho.

SG – É, o lado gaúcho. Ora, o Sérgio ocupava naquela ocasião a Secretaria Geral adjunta de organismos internacionais. Quando foi escolhido Secretário Geral, recebeu a

incumbência de escolher os secretários-adjuntos, pois o Ministro não tinha preferência pessoais. Sérgio me convidou então para voltar à Secretaria de Estado e assumir a Secretaria Geral adjunta de organismos internacionais, que ele desocupava. Aí eu achei que podia vir.

AC – Quer dizer, o Sr. ficou no lugar dele.

SG – É.

AC – Que ele tinha ocupado antes.

SG – Que ele tinha ocupado antes. Achei que devia vir. Era a segunda vez em um ano que era convidado para uma chefia na Secretaria de Estado não devia estar desafiando o destino o tempo todo. Me parecia prematuro em termos de promoção, mas, paciência, as coisas são como são. Financeiramente, já estava em condições, porque no Uruguai se vendia o automóvel muito bem. Então, fiz o cálculo do que eu ganharia vendendo a Mercedes que tinha e vi que podia financiar os déficits talvez uns dois anos no Rio de Janeiro, como um pouco de controle, dividindo por mês etc. Assumi em maio os organismos internacionais, que estavam esvaziados porque o Sérgio levou o chefe da divisão da ONU, o Ovídio Melo, para chefe de gabinete dele na Secretaria Geral; havia uma moça – Cecília Bittar – que se casava com o Antônio Carlos Andrada, hoje embaixador no Paquistão. Outro funcionário, o Zézinho Bonifácio, primo do Antônio Carlos Andrada, saía para chefiar uma das divisões da África, não me lembro qual.

AC – Ele é parente desse Zézinho Bonifácio?

SG – É, tudo da mesma família.

AC – Que foi deputado.

SG – Uma família de gente inteligente, mas que foi muito negativa para mim naquele momento. Eu mexi com eles: “você me prejudicaram muito, um saiu, o outro desencaminhou uma boa funcionária”. Havia um rapaz, mas que já estava removido. Enfim, quando eu assumi eu tinha o Marcos Azambuja como assistente direto, e, na

DIVU, um Teles Ribeiro, sobrinho de Milton que era amigo meu – que, fazia o setor do “espaço cósmico” e fazia bem.

AC – Milton era do Itamarati também?

SG – Milton é, ainda vive, está aposentado...

AC – É Milton?

SG – Milton Teles Ribeiro.

AC – Certo.

SG – Era... ele tem um filho na carreira e tem esse rapaz, o Paulo Fernando, que é sobrinho dele. Bom funcionário mas, era um terceiro secretário, cuidava daquele setor dele e não gostava de, de improviso, tratar de outras tarefas. Havia um outro terceiro secretário que fazia desarmamento; muito bom de cabeça, inteligente, escrevia muito bem, que era o Miguel Darcy. Quando assumi, a situação era esta, estávamos no final da negociação de Tlatelolco; estava a pleno vapor a negociação do TNP – assuntos em que o Sérgio se tinha engajado. Vocês se lembram da cebola irradiada?

AC – Cebola irradiada [Risos].

SG – [Risos] Depois falamos. Estávamos nos pródromos da Guerra dos Seis Dias, a fase da fanfarronada do Nasser, não é? Das suas constantes declarações ameaçadoras no rádio, depois o pedido de retirada da tropa da ONU, da UNEF. Ao prometer, ao ameaçar, ao dizer que ia jogar os judeus no mar, que ia acabar com Israel, ao retirar a tropa da ONU, Nasser foi criando, com incompetência política extraordinária, em favor de Israel, o que, em Direito Penal, se chama de legítima defesa putativa. Os israelenses não deixaram de aproveitar, e têm muitos meios de fazer chegar aos meios de comunicação em massa, em todo mundo, suas versões e ênfases. Foram os pródromos da Guerra dos Seis Dias, não foi? Seis dias ou sete?

AC – Foi, dos Seis, é.

MH – Seis.

SG – Seis Dias. Depois, a própria guerra e suas consequências. De modo que foi um período terrível para mim. Além disso, tinha de ir ao Ministro – eu ou o Escorel, às vezes os dois – quando o Ministro, quase diariamente, recebia o embaixador de Israel ou o embaixador do Egito.

AC – O Escorel esta em...?

SG – Escorel nessa época era Secretário Geral Adjunto para a Europa Oriental e Ásia, o que incluía o Oriente Médio.

AC – Certo.

SG – Depois mudou a estrutura. No fundo, eram audiências e que tinham um aspecto divertido, porque o Magalhães Pinto...

[FINAL DA FITA 15-A]

SG – ...o Magalhães Pinto ouvia, ouvia aquela chorumela toda. Cada qual com todas aquelas atitudes de reclamação previsíveis, mas misturadas com choradeira e indignação. E ele ouvia aquilo, com paciência e me pedia para traduzir que “o Brasil é pela paz”. [Risos] Nunca se comprometia com nenhum dos dois, o que no fundo eu achava muito bom. Era mesmo melhor que ele não fizesse comentários sobre os pontos específicos que eles estavam levantando. A gente traduzia a frase genérica com uns floreios variados, mas sem alterar em nada a pouca substância. Mas com isso eu perdia muito tempo. Ou então ia ao Sérgio, o Sérgio chamava, ele tinha uma ideia que aliás era do gosto israelense naquele momento, que era fazer uma conferência de 14 ou 15 estados, fora da ONU. Era uma ideia que o Magalhães Pinto acabou comprando etc. Felizmente não chegamos a propor oficialmente. Eu tinha as minhas dúvidas, e as expus: a iniciativa, naquele momento, podia ser interpretada como uma posição pró-Israel, embora fosse construtiva e tivesse uma aparência de imparcialidade. Durante a guerra colocou-se o problema da retirada do batalhão brasileiro da Força de Paz da ONU. No princípio da guerra, aliás.

Tudo acontecia simultaneamente, em parte já quando a guerra estava em curso. Tive um trabalho infernal, porque todos os países que tinham batalhão na UNEF aceitaram o esquema das Nações Unidas. As Nações Unidas contrataram uns navios noruegueses que de Chipre iriam a um porto, ainda em território egípcio perto da fronteira com Israel, recolheriam a tropa, a levariam a Chipre, e de kpa cada país retirava seu contingente. Mas o Brasil, como a Marinha tinha um navio transporte que estava no Mediterrâneo, levando café para o entreposto em Trieste, achou que ficava bonito ser um navio brasileiro a recolher o batalhão nosso. Bom, esse navio foi e no meio do caminho, estando no mar ainda, o Cabal que era o embaixador no Cairo, se entendeu pelo rádio com o comandante e o convenceu a pedir autorização ao Estado Maior da Marinha para parar em Port Said e recolher uns 40 oficiais brasileiros que estavam no Egito. Era no Egito que se trocava dinheiro, se descansava um pouco etc. Resultado da história: o batalhão brasileiro foi o último a embarcar, o local onde estava foi cercado pelos israelenses, que mandaram todo mundo se sentar e por a mão na cabeça com se fossem prisioneiros; um negócio humilhante. Quando soubemos desse fato, conseguimos um contato com o nosso embaixador em Tel Aviv, que era o Aluísio (Régis) Guedes Bittencourt, o qual funcionou muito bem. Foi à chancelaria de Israel e exigiu a cessação do constrangimento. Fez a gestão a nível político, assinalando que aquilo ia ter uma repercussão horrível no Brasil. O governo de Israel tomou logo medidas para tratar muito bem o batalhão brasileiro. Os próprios israelenses providenciaram transporte em caminhões até um porto israelense – (Ashdod) – e o “Barroso Pereira” afinal recolheu o batalhão. Mas isso também me ocupou brutalmente. Houve um domingo em que praticamente tive de assumir a Divisão de Comunicações do Ministério, pois tinha de resolver tudo pelo telefone; telefonava para o Estado Maior da Armada onde havia um plantão – aí é que soube que o nosso embaixador no Cairo é que tinha pedido para mudar o esquema e aportar primeiro em Port Said – e para falar para o Cairo e para Tel Aviv. Não funcionava a comunicação direta; a única maneira era falar para Genebra e de Genebra, via Nações Unidas, para nossas Embaixadas. E eu não tinha gente na secretaria adjunta. A rigor, só o Marcos Azambuja. Então, era assim: eu chegava na AOI e dizia a ele. “tenho que passar um telegrama para tal lugar dizendo isto ou aquilo, etc.”; ele ia para máquina e o fazia, geralmente pulando coisas porque ele é dessas pessoas muito rápidas, e a cabeça andava muito mais depressa do que os dedos [Risos]. Estava ele numa alegria extraordinária, “que coisa, ainda nos pagam para fazer isso”. Ele tinha um jeito que parecia uma festa de foguetório, mas sempre vinha com alguma sugestão inteligente, no meio da barafunda.

AC – e da conjuntura?

SG – Ah, quando há um momento de crise assim ele fica na maior alegria, por ter de pensar e agir rapidamente, usar a imaginação.

MH – No maior entusiasmo [Risos].

AC – Porque eu imagino que, enfim, esses Departamentos e esses organismos estão mais ou menos numa rotina, não é? Quer dizer, têm um dia-a-dia. De repente uma crise internacional terrível, não é, em cima de um acontecimento, deve ser mesmo um sufoco.

SG – É, com pouco gente. Chegou um dia o coronel Pedro Braga, que era do Gabinete do Ministro do Exército, e queria que nós fizéssemos um resumo dos telegramas que estávamos recebendo, e que, em troca, eles nos trariam, e de fato trouxeram, os rádios do comandante do batalhão brasileiro lá da UNEF. Expliquei: “olhe, coronel, eu aqui não vou poder. O único jeito é o seguinte: o senhor senta aqui, lê os telegramas e toma nota [Risos], porque eu não tenho gente para resumir coisa nenhuma”. E assim foi feito: ele ia lá, sentava, lia, tomava nota [Risos], levava para o Exército...

AC – Agora, nessas situações não pode, o senhor não pode convocar outros de outros Departamentos que estão mais ou menos...

SG – Não dava jeito, eu estava assumindo, eu não queria criar problemas.

AC – Certo.

SG – Eu não precisei convocar, e isso é um fato que vou contar porque é interessante para comparar com o período posterior. Naquela ocasião, a divisão do Oriente Próximo era chefiada pelo Hosannah, que tinha como seu funcionário único na ocasião o Sampaio. O Hosannah que foi chefe do Departamento de Administração no meu tempo de Ministro até meses atrás, e o Sampaio que hoje é embaixador, é Ministro de segunda comissionado embaixador em Damasco. O Sampaio conhecia bastante de Oriente Médio: já tinha servido tanto no Cairo quanto em Tel Aviv. Os dois tinham tão pouco que fazer na sua

Divisão, que na época era uma Divisão mais informativa, pois bilateralmente não havia uma atividade operacional brasileira significativa nesses países, que eles simplesmente, depois de uma ou duas semanas, primeiro apareciam lá aos pouquinhos para saber como estavam as coisas, depois eu mesmo disse a eles: “se vocês quiserem vocês fiquem aqui, porque...” [Risos]. E tanto o Hosannah quanto o Sampaio passaram praticamente a trabalhar comigo, tanto que mais tarde, quando foi possível arranjar um chefe para a Divisão do Oriente Próximo, o Hosannah passou a chefe da Divisão das Nações Unidas. Ele já estava lá praticamente e gostava do assunto. Então, a partir de fins de junho, eu já tinha esses dois informalmente trabalhando, e muito bons todos os dois.

MH – Mas de alguma maneira a política para o Oriente Médio nessa época começa a se esboçar, não?

SG – É. Era, digamos, protoplasmática; não havia interesses bilaterais concretos e definidos. Percebi que, embora aqui haja muito mais gente de origem árabe, eles são libaneses, católicos etc. Grande parte dos antepassados deles vieram para cá...

AC – É.

SG – ...porque foram perseguidos pelos muçulmanos no regime otomano [Risos].

AC – Não tem nada a ver com a...

SG – Não tem nada que ver, mas enfim, têm a sua simpatia árabe. Mas não eram atuantes. São brasileiros completamente absorvidos no meio brasileiro. Mas a parte judaica é muito diferente. O que é uma coisa curiosa: a rigor o Brasil foi um dos países onde houve uma maior assimilação do judeu, tradicionalmente, a tal ponto que grande organizações judaicas americanas se preocupavam, mandavam conferencistas, estimulavam o judaísmo, digamos assim, dessas comunidades, porque o ritmo de perda era sensível, de judeus deixando a religião, ou se tornando judeus pró-forma apenas, absorvidos pelo meio local, talvez por não haver uma sensível resistência aqui, uma mentalidade de gueto. E os casos eram numerosos, eu mesmo conheço alguns. Mas, sobretudo os que vieram nos anos 20 e 30 em consequência dos eventos na Europa, esses se mantiveram muito mais dentro de uma cooperação, de uma mentalidade judaica e de ligação com o estado de

Israel. Era visível, por exemplo, que via um “lobby” judaico aqui, não comparável ao dos Estados Unidos onde domina o país politicamente, pode decidir uma eleição, mas de qualquer forma importante. Tinham acesso aos níveis altos e o utilizavam. Poucas semanas depois da Guerra dos Seis Dias foi convocada uma Assembleia especial sobre a situação no Oriente Médio, por iniciativa dos árabes com o apoio da União Soviética; naquela época, o Egito ainda tinha uma cooperação muito estreita com a União Soviética. Era normal a convocação. Os árabes, parece, tinham um pouco a ideia de que em termos de Assembleia Geral eles obteriam o que quisessem, não perceberam tinha havido uma mudança. Foi essa a ocasião em que Israel teve melhores condições, em termos de opinião pública, porque tinha havido, pelo menos, uma evidente compreensão para a reação de Israel, naquele momento, ante a imagem de iminente agressão que o Nasser tinha criado. Todo mundo entendeu, mesmo os que consideravam que Israel era expansionista etc. etc., que naquela ocasião da Guerra dos Seis Dias a iniciativa havia sido de Nasser. Os árabes perderam a guerra, como muita gente, mesmo o nosso pessoal militar, achava que aconteceria. Um negócio mal feito, uma prova de incompetência brutal. Mas depois da guerra, eles pretendiam, como é natural, por toda uma ação de Nações Unidas e de opinião pública mundial, limitar os ganhos israelenses. Israel tinha estendido o seu território em 70%, na Guerra dos Seis Dias.

AC – Impressionante.

SG – Hum?

AC – Isso é realmente impressionante, não é, como é que tudo, o tiro saiu pela culatra.

SG – Exatamente. Então ia haver a Assembleia especial. Nosso representante permanente era o Sete Câmara... Foi um dos casos em que o grupo latino-americano trabalhou coordenadamente porque o Brasil, a Argentina e o México estavam preparando um projeto de resolução muito bem equilibrado, o que se deve em grande parte às pessoas que estavam lá. O Sete Câmara da nossa parte, o representante argentino, Ruda, hoje também juiz da Corte Internacional (quando Peron ganhou ele arranjou um jeito de se eleger juiz da Corte) [Risos], e o mexicano Cuevas Cancino, que foi embaixador aqui e depois esteve na UNESCO. E foi um dos primeiros casos em que num assunto político,

houve uma iniciativa latino-americana conjunta. O Sete me telefonava muito sobre o texto da resolução, à medida que negociava com os outros dois, e havia muitos parágrafos...

AC – Interessante isso.

SG – Hum?

AC – Muito interessante isso, quer dizer...

SG – Havia muitos parágrafos que eram bastante pró-árabes, embora o sentido geral fosse muito equilibrado. Eu o alertava de que alguns textos eu nem levaria ao Ministro porque, ao contrário do que ele pudesse imaginar, o “lobby” judaico aqui era importante, tinha muito mais influência do que os árabes. Por outro lado, naquele momento, não havia um relacionamento bilateral com os estados árabes que justificasse um esforço extra. Achava o projeto excelente, mas pedia maneirasse com as palavrinhas. Ele insistia, porque estava vendo a coisa do ângulo das Nações Unidas...

MH – De lá.

SG – ...naturalmente, mas de qualquer forma o projeto era muito equilibrado, e naquele momento era o máximo que os árabes poderia esperar.

AC – Quer dizer, as Nações Unidas tinham uma predisposição favorável, em geral, aos árabes; à causa árabe.

SG – Havia; mas não, como eles pensavam, suficiente para dar-lhes uma vitória diplomática tal que compensasse a derrota. Havia uma disposição, se se quisesse, de limitar os efeitos da guerra, de não reconhecer uma *debellatio*, de criar um processo de negociação, mas não mais do que isso. Não podia haver naquela época disposição de fazer diplomaticamente a guerra dos árabes, sobretudo porque, como eu disse, este foi talvez o único episódio dessas guerras, que periodicamente se repetem, em que psicologicamente e do ponto de vista de opinião pública havia compreensão pela situação israelense.

MH – E no âmbito da...

SG – A provocação tinha sido de tal ordem, o Nasser tinha sido tão incompetente politicamente em tudo o que ele disse, pensando na sua opinião pública interna, que exteriormente conseguiu convencer que estava planejando uma agressão. Pediu para sair a tropa da ONU, como se aquilo não servisse a ele, não tivesse sido para ele um anteparo, apresentando-o como se fosse uma defesa de Israel, etc.

MH – É, no âmbito da ONU, esse posicionamento latino-americano – inclusive seria interessante conhecê-lo, digamos, melhor -, mas houve alguma reação dos Estados Unidos?

SG – Naquela ocasião, esse projeto latino-americano não gozava tampouco da simpatia americana. Mas os árabes o achavam muito fraco; achavam que não ia até o ponto que devia ir. O texto, eu não o tenho aqui. A votação foi significativa, embora não alcançasse os 2/3 necessários à aprovação. Eu acho que foi importante, porque, em primeiro lugar, foi talvez a primeira vez, que eu me lembre, em que num assunto político agudo a América Latina tomou a dianteira e apresentou unanimemente uma proposta. Segundo, porque a proposta foi derrotada por pouquíssimos votos, e essencialmente porque os árabes e o bloco soviético não estavam satisfeitos com ela; erroneamente, calculavam que podiam conseguir texto melhor para eles. Houve algum apoio de europeus, de alguns asiáticos e africanos esparsos. Era uma proposta racional e equilibrada, era a que era possível, tanto assim que nenhuma outra foi aprovada. A sessão especial da Assembleia Geral sobre esse episódio do conflito do Oriente Médio, a que compareci acompanhando o Ministro Magalhães Pinto, acabou sem que fosse adotada uma resolução; o que é coisa rara. A proposta que teve mais votos foi a latino-americana.

AC – E essa colaboração teve efeitos assim para o futuro, quer dizer, houve outros casos de crises semelhantes, ou enfim...

SG – Não, pouco.

AC – ...em que a América Latina tenha tido esse papel assim?

SG – Pouco. Não me lembro nada tão caracterizado, mas foi um período em que houve um bom relacionamento pelo menos – pelo menos – em termos das delegações em Nova Iorque. Em parte, também, como eu disse, por causa das chefias dessas delegações.

AC – Perfeito.

MH – E essa proposta, do que consistia mais ou menos?

SG – Eu não me lembro dos termos, seria preciso ver, verificar, mas basicamente era uma proposta que encaminhava negociações pacíficas, e reiterava certos princípios inspirados na ideia geral da partilha. Previa, de certa forma, uma retirada de Israel de áreas que teria ocupado pela força, coisas desse tipo, mas não era muito específica. Por isso os árabes a acharam fraca. Era tão bom para eles, nos termos relativos daquela ocasião, que, meses depois, em novembro, quando o assunto é debatido no Conselho de Segurança – em 67 nós estávamos ainda no Conselho. Os árabes queriam que de novo, então, o Brasil e o outro latino-americano no Conselho – creio que era a Argentina – reapresentassem a mesma proposta. Não mais o fizemos porque a situação tinha mudado. Não fazia mais sentido reapresentar o projeto.

AC – Foi realmente um episódio delirante, não é, da política externa, digamos assim, porque o tempo todo havia um cálculo equivocado, não é, dos, das possibilidades de negociação.

SG – O tempo todo. Mas foi um período em que começou a haver, como disse, uma certa evolução, talvez muito matizada, de nossa posição. O pêndulo começou a mover-se para a vertical.

AC – Certo.

SG – O Costa e Silva, dizia-se, tinha a intenção de agir conforme a Constituição de 67, como ela se achava. Teria sido provavelmente o caminho para a restauração democrática do país num tempo muito mais curto, mas muitíssimo mais curto, talvez no quinquênio seguinte. Mas essa real possibilidade foi destruído. Começou primeiro o terrorismo, a tal bomba lá em Recife que foi um fato isolado, depois houve o sargento que fez outra

explosãozinha na Rua Real Grandeza e foi para o Uruguai. Começaram os vários sinais, e depois as manifestações de estudantes, já no ano de 68, no Centro da cidade, fechando o trânsito, virando carros oficiais, etc. Isso teve uma influência, eu acho, muito grande, muito maior do que se pensa. Lembro-me perfeitamente que, mais de uma vez, a telefonista do Ministério recebia ordens de nos avisar para não irmos de carro oficial para casa. Então, eu pegava a carona de um dos secretários; íamos pelo Túnel Rebouças que estava aberto experimentalmente, e evitávamos o centro. Não dava uma grande importância àquilo, embora achasse que não havia uma *rationale* muito clara naquilo tudo. Mas uma vez eu estive num jantar na casa de um amigo, que foi oficial de Marinha, e lá estavam vários almirantes. Civis mesmo, só eu e um outro amigo. A indignação...

LP – Só um tempinho, que aí eu troco logo antes que...

[FINAL DA FITA 15-B]

SG – ... a indignação desses almirantes, com os fatos: restaurantes fechados, comércio que tinha de fechar; indignidade para eles de não poderem ir para casa no carro oficial, de ter de usar subterfúgios, coisas desse tipo; era uma indignação de gente que se sentia sitiada e humilhada. Eu até cheguei a dizer: “Não se preocupam, isso é uma coisa que passa, não pode ficar assim por muito tempo, é fogo de palha; os padres de passeatas e mulheres do teatro rebolado não representam muito; isso vai acabar em pouco tempo”. Admiti, porém, que, em qualquer país civilizado, quando isso acontece, a polícia desce o pau e se evita; não se pode deixar que haja manifestações à hora que se quiser e no lugar que se quiser. Há o direito de reunião, mas com regulamentação normal em todos os países democráticos para justamente não prejudicar a vida da cidade; isto é, há lugares permitidos e outros não permitidos; há horários; e é preciso executar as normas com autoridade, não deixar que haja bagunça e insegurança. De um modo geral eu não estava acreditando que aquelas perturbações tivessem um grande efeito. Entretanto, quando ouvi aqueles homens falarem, achei que, se eles pensavam assim os generais deveriam estar pensando a mesma coisa e que se estava criando um clima perigosíssimo. Fiquei com esta impressão, que não tinha antes, depois desse jantar.

AC – Quem era o dono da casa?

SG – Era um comandante lacerdista, um homem excelente, um pouco lacerdista demais, Por isso, no período Costa e Silva, tinha sobrado, pediu reforma e foi trabalhar noutra coisa. Naquele período, creio que o Costa e Silva tinha uma tendência muito clara, primeiro de viver de acordo com a Constituição de 67 e, se aquilo funcionasse direito, a minha impressão é de que nós teríamos tido uma evolução no sentido da volta completa a uma institucionalização democrática da vida política, relativamente rápida. Infelizmente, uns por açodamento, outros porque achavam que quanto pior melhor, balançaram demais o coreto e desviaram o curso da história.

AC – O Sr. não acha que foi o AI-5?

SG – É. Foi essa que foi a grande revolução.

AC – Em dezembro de 68.

SG – 68, é. 13 de dezembro. Até então, sentia-se muito claramente uma pré-disposição a uma volta a uma vida política normal, que viria, na minha opinião, e que foi interrompida por uma série de equívocos. Depois, o discurso do Marcito Alves a que na época ninguém deu maior importância, embora tivesse passagens infelizes. Tudo isso servia de matéria a ____ e dava substância para aqueles que estavam refletindo preocupados com o rumo dos acontecimentos nas forças armadas...

AC – Eu não sei se o Sr. concordaria comigo, mas eu acho que também houve o fato de que havia dentro do grupo militar muitas divergências, havia um grupo que pensava... realmente...

SG – Havia. Que era cedo...

AC – Exato, que era cedo, que enfim, então esse grupo também, de certa forma...

SG – Foi reforçado...

AC – Foi reforçado, indiretamente.

SG – Foi reforçado, exato.

AC – Porque, a rigor, em dezembro de 68, essas manifestações de massa...

SG – Tinham acabado...

AC – ...que o Sr. se referiu, tinham... Estavam em descenso, não é? E não havia nada de muito espetacular assim, ocupando... e o próprio discurso do Marcito, como o Sr. lembrou, parece que realmente na época, nem mesmo as pessoas no Congresso levaram muito ao pé da letra.

SG – A tal ponto que o Coronel Boaventura, amigo meu que eu conhecera e apreciara numa Assembleia Geral das Nações Unidas, um bom homem, tido como pessoa influente, foi procurado por políticos em casa, congressistas...

AC – Exato, exato...

SG – ...para que ele fizesse uma avaliação do que significava, em termos de forças armadas, o discurso de Marcito Alves e a suspensão das imunidades parlamentares. Ele se teria saído repentinamente o que o Ministro da Guerra tinha dito algumas vezes: Congresso era soberano. Talvez ele tenha feito um erro de avaliação da gravidade do que se passava na área dele. Ou subconscientemente projetasse o que era sua tendência. Se os congressistas iam conversar com ele, é porque queriam que ele desse uma ideia dos limites possíveis. Talvez fosse um desses momentos em que é preferível dar um dedo a perder a mão. Houve uma série de erros de interpretação e mal-entendidos. Esta é minha impressão. Haveria que pesquisar testemunhos diversos para saber o que de fato ocorreu.

MH – Não, um pouco, no interior do Ministério, como é que esse retrocesso foi vivenciado? O Sr. estava aqui na época...

SG – Foi o único período em que o Congresso esteve fechado, esteve um ano em recesso. Propriamente, para o Ministro Magalhães Pinto foi um choque terrível, porque teve de acompanhar a decisão de 13 de dezembro. Ele vivia cultivando o Congresso; nunca a

Assembleia Geral teve tantos observadores parlamentares quanto em 68. [Risos] Como Secretário Geral Adjunto para Organismos Internacionais, eu fazia um quadro das delegações, uns quadradinhos, cinco para delegados, cinco para suplentes. A lista de assessores era mais ou menos automática, os que na Secretaria de Estado cuidavam dos assuntos do temário da ONU e mais o pessoal de missão, mais ou menos calculando um ou dois para cada comissão, conforme a comissão. Na parte dos delegados e delegados alternos também, na maioria dos casos. A parte dos observadores parlamentares, eu deixava em branco do lado, fazia uma coisa a lápis [Risos]. Deixava um quadrado de delegado alterno em branco. Aí o Ministro incluía algum mineiro. Comentava, depois de pensar um pouco – “Ah, o fulano seria muito bom”. Aliás as pessoas que ele indicou nunca deram problema, e algumas até foram úteis. Para observadores parlamentares eu lembrara, institucionalmente, os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores, do Senado e da Câmara, e dizia: “Agora os outros o Sr. pensa, porque o Sr. é que conhece esse meio...” [Risos]. Os congressistas eram o eleitorado do Ministro porque formavam o colégio eleitoral do Presidente da República. Foi um período, que me pareceu muito interessante, infelizmente cortado. Nas coisas essenciais de política externa, não houve mudança em 69, nem no que se refere ao Tratado de Proscrição da Proliferação Nuclear, ou nas outras questões de proliferação nuclear, nas posições em matéria de desarmamento, mesmo no Diálogo Norte-Sul, ao qual nós havíamos voltado a dar uma ênfase maior no período Costa e Silva. Não houve em 69 diferentemente de 64, desse lado externo, um reflexo maior. Nós continuamos com as mesmas posições em todos os casos. Apenas (eu peguei muito isso em Genebra) uma pressão contra, da parte de certos órgãos internacionais. Disto eu falarei melhor quando falar de Genebra. Fui ainda à Assembleia de 69 e estava lá, quando em consequência da doença e morte do Costa e Silva, veio o período da junta, e a escolha do Presidente Médici. Estava em Nova Iorque e ia ficar um mês e meio como de costume, mas achei que com essas mudanças todas, era provável que eu não ficasse o tempo previsto. Eu já estava pensando e muito em posto. Ainda no tempo do Magalhães Pinto tinha conversado com ele *en passant*; tinha conversado muito com o Zappa, que era o Chefe de Gabinete dele e nessa época conversávamos muito. Pensou-se na OEA para mim, do que eu não gostaria porque, meu amigo Valle, o Henrique Valle, que era o nosso delegado, nessa época estava doente, doença que acabou com ele, afinal. O Gibson, que era muito amigo dele, era o Secretário Geral, nessa época, chegou a ir a Washington para conversar com ele e ver como estava. Chegou à conclusão de que era preciso mandá-lo para um posto de menos

responsabilidade, mais discreto, etc. Em atenção ao grande funcionário que ele foi, para não chamá-lo definitivamente.

AC – E o que ele tinha, Ministro?

SG – Ele teve um negócio que os médicos nunca souberam dizer o que era, diziam que era um vírus. Quando não sabem o que é, dizem que é um vírus ou que é genético, ou que é psicossomático. Com essas escapatórias explicam tudo. [Risos] O caso do Valle seria de vírus, que nem nos Estados Unidos, e nem em lugar nenhum tinha cura. Então, ele foi removido para a Dinamarca. Quando a doença se agravou não houve outro jeito senão aposentá-lo por saúde, com grande tristeza de todo mundo.

AC – E o Sr. não queria ir para OEA por quê?

SG – Não, porque eu nunca tive muito gosto pela OEA, achava chatíssimo. Nunca foi o meu gosto.

AC – Também, a OEA não contava muito para nada... O Sr, tem toda razão...

SG – Para nós sempre tem... Temos que ter um bom delegado lá, não é? Tem que ser uma pessoa paciente, jeitosa; o Daro está lá muito bem; o Alarico também estava bem. Pode dar bolo para nós; mas não é um instrumento de que nós possamos tirar vantagens, propriamente.

AC – Só pode atrapalhar, não é? Não pode ajudar...

SG – Precisamos ter lá uma pessoa paciente e competente profissionalmente. Eu achava muito chato, sempre achei os assuntos em si, a maneira de tratá-los. Falou-se em Bonn. Glória não seria feliz com a ida para a Alemanha, uma língua que ele não sabe. Eu tinha estado lá mais de uma vez rapidamente. O posto era importante embora não me atraísse particularmente. O tempo se foi passando, e para Bonn foi indicado o Mozart, que era secretário geral, há poucos meses. O Sérgio Corrêa da Costa tinha sido Secretário Geral no início da administração Magalhães Pinto. Talvez, por causa da questão nuclear e da presença constante do Sérgio na imprensa, veio-lhe um certo desgaste e ele foi para

Londres. O Gibson, que era Subsecretário, passou a Secretário Geral, com o Mozart de Subsecretário. Depois, Gibson foi para Washington e Mozart ficou sendo o Secretário Geral e eu o Subsecretário (meados de 69).

AC – Eu me lembro, eu tenho uma perfeita clareza da presença dele em cena...

SG – Secretário Geral não pode tirar crédito das coisas, não é? É um homem...

AC – Dos bastidores...

MH – Dos bastidores...

SG – Como ninguém da casa pode tirar. O ministro é que tem que ter os créditos. Diziam que o Sérgio Corrêa da Costa queria se lançar para Ministro da Ciência e Tecnologia. Eu achava certo, sem qualquer dúvida, nossa posição na questão nuclear. Mas também achava exagerado o tipo de campanha em matéria de Tratado de não Proliferação. Achava que nós devíamos manter rigidamente a posição, mas nunca dar um ar de briga, que não se precisava. Aliás isso mesmo foi sentido, ainda ao tempo do Sérgio, tanto que houve umas conversar com os americanos; o Paulo Nogueira, que era o Secretário para planejamento político, e pessoa ligada ao Sérgio escreveu, um pequeno editorial que saiu no *O Globo*, chamado assim: “Pax Atomica”, procurando moderar um pouco. O Ovídio era mais exagerado, como é do temperamento dele, da maneira de ver as coisas que ele tem. Eu fiquei muito satisfeito quando a situação mudou e para as discussões do TNP, as últimas, foi possível mobilizar de novo o Castro, que estava de embaixador em Lima. Conversei com ele e vi que tinha exatamente as mesmas opiniões, que o problema era um problema parlamentar, era defender firmemente uma posição, deixá-la *for the records*; mas ter o cuidado de não fazer coisas engraçadinhas, de ironia, que irritavam e não nos ajudavam em nada. Os discursos no desarmamento saiam no tom justo, sem me dar trabalho.

MH – Os discursos...

SG – Me pareciam contra producentes, mesmo que inteligentes, as piadinhas sobre o comportamento das superpotências e o acordo entre elas. Estavam criando um ambiente

ruim desnecessariamente. Muitas vezes, diplomatas inteligentes, bem informados, com grande capacidade de trabalho, se deixam levar a uma argumentação rica, com ironias, que podem caber em um parlamento, ou simpósio, mas em conferências ou organismos internacionais, devem ser empregadas em casos raros, em que a agressividade ou o espicaçamento do adversário pode ter um sentido. São casos extremos. Tanto no desarmamento, quando na UNCTAD, esses extremos foram por vezes atingidos, impropriamente. Quando se tem que fazer uma coisa agressiva, ela deve ser deliberada, para um certo fim, e não porque sim, porque há boas frases a empregar. A contenção é, não raro, uma virtude. Além do mais, nós não podíamos ter a ilusão, no caso, ele convencer a União Soviética e os Estados Unidos. Não se tratava disso. Castro teve o sentido da medida ao debater o TNP, fazendo racional e objetivamente a crítica do texto, dentro do que era suficiente para nós, para explicarmos corretamente nossa posição.

AC – Já se sabia que...

SG – Havia quem achasse que os africanos nos acompanhariam. Ou que se reproduziria a mesma situação de solidariedade dos subdesenvolvidos, como na UNCTAD. Eu achava que não, porque a grande maioria deles não tem os mesmos problemas nossos; para eles energia nuclear é algo quase mirífico, pois não vêem possibilidade de, num futuro próximo, previsível, tentar desenvolver tecnologia nenhuma. Então, se não é um interesse nacional autêntico para eles, porque é que vão criar uma dificuldade a mais no seu relacionamento com os Estados Unidos e União Soviética e respectivos aliados e satélites, que são em grande parte os provedores de fundos e auxílios, quando já tem suas causas mais imediatas, como o combate ao *apartheid*, e descolonização, os produtos de base etc. Não os vi apoiando as superpotências, mas na hora H, iriam se abster, não iriam brigar, quando não tinham um interesse nacional claro. Isto era coisa para o Brasil, a Índia, a Argentina, e poucos mais que esperavam poder desenvolver a tecnologia, chegarem a ser, no futuro previsível, produtores de equipamentos atômicos, explorarem eles mesmos as suas jazidas etc...

AC – E era até uma coisa curiosa, porque justamente ao contrário, o Tratado de não Proliferação tem um lado muito sedutor, em si mesmo. Se não se pensar nos efeitos, digamos, individualizados sobre os países como o Brasil etc., realmente, o Tratado de não Proliferação todo mundo quer.

SG – É lógico. Nós somos do terceiro mundo, mas *modus in rebus*. Não se precisa dizer a cada instante, mas é óbvio que cada país tem as suas especificidades, que há uns países intermédios sob certo pontos de vista, setorialmente, o que não justificaria criar uma categoria de países intermédios para todos os efeitos. Como interessa aos países desenvolvidos. Nós seríamos tratados numa base de taco a taco, quer dizer, sem nenhum favorecimento ou sem nenhuma modulação nas normas de comércio, de financiamento, etc. Já não obtemos mais empréstimos concessionais, assistência técnica bilateral, etc... e bem que ainda precisamos em certas conjunturas, ou para certas regiões.

AC – Certo, isto é importantíssimo. Quer dizer, já estamos mesmo como a segunda potência.

SG – De qualquer forma já estamos perdendo certo tipo de apoio; então, não temos porque reforçar essa tendência, não é? Mas, no caso específico do TNP, não havia porque contar com motivação semelhante da parte da grande maioria dos subdesenvolvidos. Não nos convinha dizer isso; pelo contrário. Mas não cabia ter ilusões, como alguns tinham.

AC – Acreditavam?

SG – Um pouquinho aí nessa coisa...

AC – Tinham esperanças.

SG – Bom, mas aí saiu o Sérgio e veio o Gibson. Foi mobilizado o Araújo Castro, que estava em Lima, e não se adaptara bem no Peru. Ele dizia: “Pois é, o Peru é um país que chegou à conclusão de que não pode se desenvolver mesmo, desistiu e concentrou todos os recursos em desenvolver Miraflores e San Isidro”. Que eram os bairros elegantes de Lima. Mas... onde é que estávamos mesmo? Estava voltando um pouco ao período Costa e Silva e certos aspectos da política externa, não é?

MH – Saindo já a caminho de...

AC – O Sr. saindo para o Gibson, o Gibson, o Araújo Castro volta.

SG – Ah bom, ainda no período Magalhães Pinto, continuava o problema das colônias portuguesas. Houve um ano em que o Magalhães Pinto aceitou a ideia da abstenção. Em 67, creio. Era uma evolução.

AC – Por que... enfim, ignorância minha, mas no período Vaso, voltou-se àquela reunião...

SG – É, defesa, é?

AC – É.

SG – Havia um... Depois que isso continuou na base de certas resoluções...

[FINAL DA FITA 16-A]

SG – Depois o Magalhães Pinto fez uma visita a Portugal, eu não estive com ele, e lá teria assumido um compromisso de mudar novamente. Terá feito uma avaliação em termos da imprensa brasileira, sendo ele candidato à presidência? Não sei porque.

MH – Voltamos aos velhos tempos?

SG – Eu acho que o Ministro tendo feito uma promessa ou assumido um compromisso com uma autoridade estrangeira, você não pode alterar, não pode mais, acabou, mesmo que você não goste. Você pode tentar de novo com o tempo, quem sabe, mais adiante. Mas, logo antes da Assembleia Geral, tendo o Magalhães Pinto já viajado a Nova Iorque, ele recebe lá uma instrução em que “por ordem do Presidente” devíamos nos abster. O Sérgio, eu imagino, falou com o Costa e Silva e o Costa e Silva concordou em repetir o voto do ano anterior. O Magalhães Pinto recebeu aquilo, não disse nada. Eu já estava em Nova Iorque e quando vi “isso não vai dar certo”. Ou o Ministro faz o que pretende e prometeu ou se demite. Nós acabamos votando bestamente, sem dizer uma palavra, contra a resolução relativa às colônias portuguesas. O Sérgio estava até com a razão, se você quiser, na substância, mas você não pode, sendo ministro interino, alterar uma instrução que foi aprovada pelo Ministro, levando a coisa surpreendentemente ao presidente. Por

outro lado, o Sérgio estava muito em evidência, e não apenas como o grande diplomata que era, mas sem intenção, fazendo uma certa sombra do ponto de vista publicitário. Mas é lógico que o crédito, ou o demérito da política é sempre do Ministro, porque ninguém na Casa pode fazer política externa sem o Ministro aprovar, não é? Você pode até ser muito autônomo, mas autônomo dentro da diretriz; autônomo quanto ao modo de fazer, que aí é até bom descentralizar se você tiver bons chefes na casa; você pode ser até veemente na defesa de seus pontos de vista portas a dentro, não para fora. A responsabilidade política ante o público é do Presidente e do Ministro.

AC – Não, mesmo na formulação, mesmo que ele tivesse formulado, teria que passar como alguma coisa do Ministro?

SG – É, ministro interino não pode alterar algo de substância. Pode tomar uma medida de emergência, uma coisa dessas. Se quer alterar alguma coisa, pode entender-se com o titular da pasta, se ele estiver ausente, por telefone. Bom, nesse período eu não me lembro se há algum outro assunto importante que eu devesse mencionar...

MH – Tem um tema que eu não sei se ainda coincide com o período do Sr. aqui, que é a questão do sequestro do embaixador americano...

AC – Isso é importantíssimo... essa relação Itamarati e governo militar.

Mh – Exato, exato...

SG – Falamos já de não proliferação que foi um dos assuntos muito importantes; da guerra dos seis dias e suas consequências; colônias portuguesas, que era sempre um assunto pendente. Ah, ligado a isso, a questão do Tratado do Atlântico Sul.

MH – Ah, eu estava deixando isso para depois, mas...

SG – É importante, é que rendeu muito...

AC – A Mônica vai vibrar.

SG – ...muito, rendeu muito equívoco inclusive para o futuro. Um dia, o Magalhães Pinto volta da Presidência com um papel que era originário da Marinha, o qual não vi. Mas me foi pedida a opinião sobre a ideia sul-africana, conversada pelo embaixador deles da época, com o Estado Maior, o Ministro da Marinha etc. Propunha-se um tratado do Atlântico Sul, para a defesa contra o comunismo, justificado pela presença soviética nas rotas do Atlântico Sul, grave risco para as bases sul-africanas, para o comércio de produtos estratégicos, etc. Daí a necessidade de cooperação entre as marinhas dos Estados ribeirinhos.

MH – Era uma iniciativa totalmente sul-africana?

SG – Era, mas havia atraído um pouco o pessoal de marinha. Era natural, a proposta realçava uma função externa que justificaria o desenvolvimento, o equipamento, o adestramento, uma maior utilização das potencialidades, uma maior preparação da força naval. Para fazer despesas de um programa naval, tem que haver um objetivo, não é? A hipótese da guerra com a Argentina já era uma coisa secundária, embora ainda existisse em termos de resquício de memória. A hipótese da guerra anti-submarina como complemento da ação americana numa guerra mundial era cada vez mais duvidosa. Com a possibilidade de uma guerra atômica, se enfraqueceria a ideia de uma guerra mundial longa, prolongada, convencional. A hipótese de um acordo, de um tratado do Atlântico Sul, essa era a minha impressão, daria novamente uma justificativa e um quadro estratégico importante às forças navais do Brasil, Argentina, África do Sul. Não creio que a proposta tivesse chegado a ser endossada pela Marinha. Mas teria parecido suficientemente importante para levar ao presidente Costa e Silva, sem consultar o Itamarati. O Presidente passou para o Magalhães Pinto para ele dar uma opinião. Você vê que, mesmo nos períodos mais autoritários, o Presidente tem, qualquer que seja ele, uma certa percepção, dessas coisas. No caso, a percepção de que se tratava de matéria de fundamental importância para as relações exteriores.

MH – Só uma perguntinha, Sr. Ministro. Sabia-se também do interesse do Departamento de Defesa norte americano, não?

SG – Naquela ocasião eu não ouvi falar nisso. Alguns diziam que sim, que os americanos estavam por detrás; mas se estavam, nunca houve uma gestão americana; gestão junto à

chancelaria, nem mesmo informal, certamente não houve. Então as áreas competentes no Itamarati deram a sua opinião. Eu fiz um memorando bastante longo, mostrando o disparate da coisa; o Escorel (África) fez um ou outro, também muito contra, mas de ângulo diferente. O Maciel, da área econômica, dizia que não queria fazer porque era uma bobagem. Eu lhe disse: “Mas também por ser bobagem você tem de fazer uma análise do ponto de vista econômico, porque um dos argumentos que vão usar, e já tem usado, é que a África do Sul é um país próspero e que nós temos interesse no comércio etc.” E ele deu uma opinião acachapante do ponto de vista comercial e econômico. Isto tudo foi juntado, foi à Secretaria Geral, onde o Fragozinho encarregado de unificar os papéis e sintetizar os argumentos. A informação foi levada ao Costa e Silva e o assunto morreu completamente; morreu aí, no ano de 1968. Anos e anos depois, nós tínhamos que estar negando sempre, negando sempre, porque vinham sempre notícias ou de Pretória ou da Agência *Tass*, dizendo que estava sendo reconsiderado o assunto. É uma coisa curiosa, essa coincidência de que tais notícias falsas que nos obrigaram, ao Silveira e a mim mesmo, mais adiante, já ministro, _____ desmentidos, vinham de duas fontes, que eram as fontes interessadas em fazer parecer que nós topávamos a África do Sul, por motivos óbvios e a União Soviética, por motivos mais sofisticados, talvez de nos indispor com o resto da África de uma maneira definitiva, não é?

AC – Como definitiva?

SG – Se fizéssemos... se corresse a história que estava se negociando...

AC – Certo, incompatibilizava...

SG – Incompatibilizava com todo o resto da África. Não haveria possibilidade de termos uma política africana. A invencionice repetida em várias ocasiões e sempre repetida, se originara ou da África do Sul, ou da Agência *Tass*. Uma coisa muito curiosa para quem observa.

MH – Qual, na época, era o posicionamento da Argentina em relação a essa possibilidade?

SG – Não sei exatamente.

MH – Hum, hum.

SG – Mas, pelo menos oficialmente, não embarcaram nessa canoa. Que me lembre, o assunto só foi considerado uma vez, em 1968 e os memorandos devem estar no arquivo do Ministério; no conjunto eles escarafuncharam todos os aspectos da questão, e foram definitivos, irrespondíveis. Isso eu acho que encerra talvez, as coisas de que eu me lembro do período Magalhães Pinto.

AC – O que podia estar por trás também, é essa ideia de ser uma potência militar, de alguma maneira, não é? Porque no caso da Argentina, por exemplo, é evidente, a preocupação da Argentina com armas, etc. Com estar bem equipada, o Brasil muito menos, não é? Talvez seja um país em que há... até um equilíbrio entre o que ele...

SG – Podia ser militarmente...

AC – Poderia usar e o que ele realmente, efetivamente tem em termos de...

SG – Mesmo...

AC – ...equipamentos etc.

SG – ...no chamado período militar, a parte do PNB nosso dedicada à defesa chegou a 2,3% no período em que andamos comprando fragatas. Normalmente, tem estado ao redor de 1%, quanto o da Argentina andava ao redor de 3%. Mesmo na América Latina, em termos percentuais do PNB, o Brasil sempre estava aí pelo décimo sétimo lugar.

AC – Não tem correspondente com a, digamos, o poder potencial do país, não é?

SG – Felizmente, não há necessidade, agora...

AC – Graças a Deus!

SG – Agora na... Já tem duas horas. O tempo passa rápido.

AC – O Sr. não fique... o Sr. quer dar uma paradinha? Porque a gente pode... continuar depois do almoço, não é, Mônica?

MH – Tudo bem, tudo bem...

SG – Mas aí eu costumo fazer a sesta...

AC/MH – Ah, bom... [Risos]

SG – Podemos, mas aí vocês vão perder tempo, que eu tenho dormir um pouquinho...

AC – Uma meia hora assim, não é isso que o Sr. disse que dorme?

SG – É, meia hora, por aí...

AC – Só se hoje o Sr. está tão cansado...

SG – Não, não estou não, aqui eu me canso muito menos, do que naquele calor. Mas enfim, nesse período, do ponto de vista pessoal, o que aconteceu foi isso: no momento em que saiu o Sérgio Corrêa da Costa para Londres, veio o Gibson para Secretário Geral, e aí o Mozart foi ser Subsecretário, que era um cargo que depois desapareceu. Subsecretário de relações era um só, já se sentia necessidade de aliviar o Secretário Geral da massa de coisas...

AC – O Mozart era...

SG – O Mozart Gurgel Valente.

AC – Sim, era o subsecretário.

SG – Foi, foi subsecretário quando o Gibson veio substituir o Sérgio Corrêa da Costa.

AC – Entendi, perfeitamente, o Gibson, Secretário e o Mozart...

SG – O Sérgio Corrêa da Costa criou esse lugar de Subsecretário. Para o lugar, veio o Gibson, que era Embaixador no Paraguai. Aí saiu o Sérgio Corrêa da Costa para Londres, o Gibson assumiu a Secretaria Geral e chamou o Mozart para Subsecretário. Menos de um ano depois, o Gibson foi mandado Embaixador em Washington e o Mozart assumiu a Secretaria Geral. Nesse momento, o Mozart, me chamou para Subsecretário. Isso já foi muito tarde, já foi em julho, por aí, de 69. Fui ser subsecretário por uns meses, e curiosamente o Mozart me passou assunto de ciência e tecnologia e os assuntos econômicos. E eu o alertei de que conhecia pouco assuntos econômicos; apenas leio os telegramas, etc., mas nunca foi a minha área de operação. Mozart comentou também não era dele. Ciência e tecnologia era um assunto tratado por divisões que estavam em vários departamentos e secretarias adjuntas, então tentei fazer uma coordenação; fiz uma série de reuniões com os chefes de divisão, avisando os chefes deles, para identificar onde havia duplicações ou omissões. Eu achei que não devia cuidar da substância mas cuidar da organização e método de uma matéria que estava excessivamente dividida no Ministério. A parte econômica andava muito bem. O secretário geral adjunto para assuntos econômicos era interinamente, o Souto Maior, que era ótimo, tomava muito tempo para explicar as coisas, porque é dessas pessoas muito detalhistas; mas muito seguro, sabia o que fazer, não tinha problema. A promoção comercial não era ainda o que veio a ser no futuro. Não havia fluidez nas rotinas e as sugestões da área nem sempre eram transparentes. Mas enfim, isso durou pouco tempo. Eu fui para a Assembleia Geral, e estava lá há pouco tempo quando houve a junta. A junta escolheu o Presidente Médici. O Presidente Médici chamou o Gibson, que estava em Washington para Ministro. O Araújo Castro me aconselhou que voltasse e providenciou, ele mesmo, de me por no avião com o Gibson, sentado ao lado dele. Falei de posto ao novo Ministro. Mas ainda fiquei na Subsecretaria, por pouco tempo. Não havia posto disponível. Eu me dava com o Mozart muito bem, tudo andava muito depressa, ele tinha toda a confiança. No fim do dia se não pudesse ir vê-lo pessoalmente, às vezes, até no telefone, em 5 minutos, resumia o que tinha resolvido sem mandar a ele por escrito e ele percebia rapidamente, não havia problema. O Jorge Carvalho Silva, que vinha ser secretário geral do Gibson, me perguntou: “O que que você acha desse lugar?” Eu disse: “Olha, se você arranjar uma pessoa que seja o seu alterego, em que você tenha toda confiança, muito bem; se não é melhor não. Se você puser um homem aí, que esteja querendo ser secretário geral, ele não vai funcionar bem, porque vai querer se entender com o Ministro, vai querer, mesmo que implicitamente se afirmar em espaço próprio; só deve ser, pois, alguém que pense como

você, etc.” O Jorge achou melhor não pôr ninguém, e acabou esse lugar de Subsecretário. Eu estava meio preocupado porque não havia posto vago. Mas, de repente, num sábado de manhã, até foi Glória que recebeu o telefonema da *Pomona Politis* que perguntava se já estávamos arrumando as malas para Genebra. Glória me falou e eu comentei que não devíamos dar atenção, porque a *Pomona* dá dez notícias e uma delas sai certa, faz vinte especulações e uma dá certo; com certeza ouviu o galo e não sabe aonde. Absurdo, o Frazão está em Genebra há apenas um ano; nem está vago o posto. Fui ao Ministério, porque era o sábado do meu plantão. O Mozart e eu nos alternávamos no plantão do sábado. Já estava na minha sala, vendo uns telegramas, só coisas urgentes, quando um dos rapazes que trabalhava comigo, me disse: “O Secretário Geral está na casa”. Estranhei: “Ué, hoje não é plantão dele! Talvez tenha alguma coisa especial para fazer”. Pouco depois, na primeira pausa, fui ver o Mozart. No meio da conversa, com toda naturalidade ele me disse: “Achei ótima a solução para você”. “Que solução, Mozart?” perguntei. E ele, espantado, “o Gibson não lhe falou, você vai para Genebra”. Então me contou o que houve: o Gibson, preocupado com que a vacância da Embaixada em Washington, que havia deixado, pudesse suscitar a ideia de nomear sujeitos de fora da carreira, políticos, militares ou o que fosse, resolveu de chofre propor ao Presidente um Embaixador para Washington, e a pessoa que ele podia propor, que tinha currículo, que tinha *status* na carreira etc. era o Secretário Geral. Mozart já tinha *agrément* para Bonn e estava adiando a viagem por causa da transição na administração. Ele queria Bonn, porque era muito mais ligado à Europa do que aos Estados Unidos, de espírito, de hábitos, de tudo. E a mulher também, a Eliane. Mas obviamente teve que aceitar Washington. Era, então, preciso dar uma satisfação imediata ao governo alemão. Ao retirar o pedido de *agrément*, já concedido ao Mozart, era preciso logo indicar outro nome. O Gibson se lembrou do Frazão, que estava em Genebra, embaixador antigo que havia exercido funções significativas. Convidado pelo telefone, Frazão teve que aceitar na hora. Mozart me contou, que em seguida, na mesma noite, o Gibson comentou: “É, agora temos que ver alguém para Genebra, mas isso não tem pressa”. Ao que Mozart ajuntou: “Ué! Mas Genebra não é problema nenhum; o Guerreiro quer sair, é um homem que passou metade da vida em organismos internacionais...” E o Gibson concluiu: “Ah, perfeito!” [Risos].

MH – Fecharam negócio.

SG – Então em fevereiro, desculpe, fins de janeiro de 70, eu fui para Genebra; assumi nos primeiros dias de fevereiro.

MH – Ministro, em relação ao ano de 69, em que o Sr. esteve mais envolvido assuntos econômicos, quer dizer, é um período...

SG – Um período curto, aliás...

MH – Mas é um momento onde a economia brasileira está tomando um novo fôlego, inclusive em termos das suas relações externas, um período onde começa-se toda uma diversificação com as, digamos, grandes empresas multinacionais, começam a investir mais no Brasil, enfim, com relação aos primeiros momentos de milagre...

SG – A conjuntura externa estava boa. A economia mundial em expansão. Petróleo barato. Os juros a rigor eram negativos, eram inferiores a inflação americana, não é?

AC – Que beleza... Bons tempos.

SG – Mas a ...

AC – Juros negativos até parece um milagre, realmente...

SG – Nós tivemos...

MH – Fazia parte dele, não é?

SG – Nós tivemos tais juros talvez por uns cinco anos. A parte econômica funcionava bem e em meu curto período de subsecretário não houve muita alteração, não houve nenhuma reunião particularmente importante; a parte de promoção comercial, como eu disse, deixava a desejar e me preocupava. Depois, já no período Gibson, foi chamado o Paulo Tarso para pôr em ordem aquele serviço.

AC – É uma coisa que... bom, o Sr., a essa altura nós nos esquecemos desse pequeno detalhe, o Sr. é Ministro de Primeira Classe, não é? Nós não vimos esse...

SG – Eu fui promovido a Ministro de Primeira Classe em 68, 68...

AC – Exato.

SG – Tive uma espécie de pre-aviso curioso. Eu estava na Secretaria Geral, com o plano da delegação à Assembleia Geral da ONU, inclusive com os quadradinhos. O próprio Ministro Magalhães Pinto, por algum motivo, quis tratar disse na sala do Gibson. Na proposta que apresentei, ainda a lápis, naturalmente me coloquei entre os delegados substitutos, pois era Ministro de Segunda. Como o Ministro de Estado é incluído entre os cinco delegados principais, quando volta ao Brasil, depois da primeira semana, abre-se uma vaga entre os delegados. Lembrei, a propósito que devíamos pensar em um dos substitutos para essa vaga. Aí o Gibson disse: “Mas o Ministro não precisa estar entre os delegados. É de qualquer forma o chefe da delegação; então, já existe essa vaga de delegado”. Aí virou-se para o Ministro e perguntou se já não “poderíamos incluir o Guerreiro entre os cinco”. [Risos] Lembrei que para mim era um pouco chato porque nós nunca incluíamos Ministro de Segunda entre os delegados, ficavam como delegados substitutos e, no curso da Assembleia, havendo vaga, os acreditávamos como delegados. O Gibson virou-se para o Ministro e perguntou: “Mas o Guerreiro, nós já podemos botar, não é? E realmente, eu fui promovido nessa época, nos últimos dias de setembro de 68.

AC – Por merecimento?

SG – Bom, para Ministro de primeira, só há promoção por merecimento.

AC – Certo.

SG – Mas aí, realmente não havia dúvida...

AC – Esse período da passagem de Ministro de segunda para Ministro de primeira, não foi vão longo quanto aquele período anterior? Quer dizer, esse foi rápido.

SG – Eu só tive um período muito longo, como segundo secretário, quase nove anos. Depois em 58, eu fui a primeiro, ainda em Washington, naquelas condições, quando era

o segundo da antiguidade, mas fui por merecimento. Depois em fins de 61, mas numa vaga de setembro de 61, no tempo do Santiago Dantas fui a Ministro de Segunda. Recuperei o tempo perdido e sete anos depois fui a Ministro de primeira.

AC – Dentro das regras?

SG – É, estritamente. Eu estava na Secretaria, numa função importante, e, modéstia à parte, dando boa conta do recado.

AC – Isso é que é interessante, quer dizer...

[FINAL DA FITA 16-B]

SG – ... aí já estou entrando em muitos detalhes, também, demais...

MH – Graças a Deus!

AC – Graças a Deus! A história é uma... você já ligou?

MH – Já.

AC – Não porque eu tinha... do que estávamos falando... eu me perdi...

SG – Não, você perguntou pela promoção, é, sim, perfeito.

AC – Sim, esta questão interessante da... enfim, são as regras mesmo da instituição, não é? Quer dizer, o fato de ficar na Secretaria...

SG – Ajuda, não é?

AC – Ajuda a promover mais rápido, e ao mesmo tempo significa um ônus econômico, não é? E ao mesmo tempo sair significa a possibilidade de uma recuperação econômica, mas alguma perda...

SG – Em termos de possibilidade...

AC – Em termos de tempo, não é? De promoção.

SG – Muitos são promovidos fora, porque a antiguidade no Ministério entra na seguinte base: no quadro de acesso só concorrem os que estão na primeira metade do quadro de antiguidade, e que tem três anos de interstício. Então a antiguidade funciona, preliminarmente, por meio dessas duas limitações. As promoções de terceiro para segundo são, se não me engano, uma por merecimento e duas por antiguidade, de segundo para primeiro, uma/uma, de primeiro para conselheiro duas ou três por merecimento e uma por antiguidade...

AC – Vai invertendo o critério.

SG – Vai invertendo. De conselheiro para ministro, são quatro por merecimento e uma por antiguidade. De ministro de segunda para ministro de primeira, é só merecimento. Então, a antiguidade, a rigor, funciona em todas as classes, até mesmo para ministros nas pré-condições para entrar no quadro de acesso. E atualmente é preciso ter o curso de altos estudos para entrar no quadro para promoção a ministro de segunda...

AC – Seria o correspondente, no Exército, à Escola de Alto Comando do Estado Maior?

SG – É, não é tão organizada, se faz de uma forma diferente. O candidato escreve uma memória sobre um assunto de interesse profissional que é julgada por uma banca. A banca lê aceita ou não a memória. Se aceita, o candidato é arguido oralmente. E isso é puramente habilitador. Não quer dizer que o sujeito vá ser promovido. Eu não estabeleci regra nova, além das que já existiam na legislação. Acho que a administração tem muita dificuldade de cumprir com certas regras que parecem racionais. Já houve! Era preciso ter não sei quantos anos de América Latina para ser promovido a ministro porque, naquela época, os postos da América Latina eram considerados muito ruins. Não havia ainda os africanos e outros... [Risos] Hoje, em geral, os postos da América Latina são disputados. Mas eu não adotei tais normas porque as administrações que fizeram esse tipo de regra acabaram por violá-las, em alguns casos. Então é melhor não fazer. Apenas pretendi demonstrar estatisticamente que os postos menos desejáveis ajudavam a promoção. Se se examinar as promoções de secretário e mesmo até ministro de primeira, em vários casos, os sujeitos que serviam na África, por exemplo, quando não eram perna de pau, quando eram bons,

todos deram pulos consideráveis, como se estivessem na Secretaria de Estado. Se se for examinar, pesquisar as promoções, se verá isso, claramente. Mas é uma média estatística, não uma regra, nem se aplicou automaticamente. Não havia promessa explícita nesse sentido.

LP – Sr. Ministro, o Sr. falou da preocupação do Ministro Gibson em preencher a vaga de Washington rapidamente, não é? Com alguém da carreira, quer dizer, essa preocupação, ela vem junto com a volta de alguém da carreira para o ministério mesmo, quer dizer, com a saída do Magalhães Pinto, vem o Gibson e saem os políticos da gestão do Ministério. Como é que o Itamarati sentiu isso?

SG – Isto acontece não necessariamente quando o Ministro é da carreira. O próprio Magalhães Pinto manteve como Embaixador em Washington e em Buenos Aires homens de carreira. No fundo depende da situação. Mesmo um ministro político pode ter interesse em ter um homem de carreira, competente e disciplinado, nesses lugares, de preferência a um outro político que tenha ligações especiais com o Presidente da República, e que possa ser um candidato potencial a substituí-lo. Nós vimos caso Luzardo, João Neves. Um ministro político esperto, procurará evitar tal situação.

AC – A seu serviço, não é?

SG – ...a seu serviço, do que um outro político também de prestígio, que seja quase que naturalmente uma alternativa para ele, ou que possa se entender com o Presidente por cima da cabeça dele.

MH – É, a competição fica mais aguda, nesse caso.

SG – De qualquer forma, com o Gibson começou uma sucessão de três ministros da carreira. Mas, voltando à cronologia, quando indicado para Genebra, fui um dos primeiros a ir ao Senado, depois de sua recente reabertura. Fui à comissão de delegações exteriores [Risos]. Foi tudo muito bem, ainda era Benedito Valadares o presidente da Comissão. A primeira coisa que ele me disse foi: “seja breve que nós temos outros dois para ouvir”. [Risos]

AC – Eu queria comentar com o Sr. um pouco esse fato, de que o Sr. foi ao Senado e tudo isso, eu acho que indiretamente o Itamarati teve um papel, na abertura do Senado, no sentido de que as negociações da Junta, para formar um novo governo, implicaram ouvir certas recomendações que o Itamarati fez, naquele momento, muito importantes, com relação ao problema da ordem interna, da legitimidade do reconhecimento do novo governo, enfim, parecer que realmente, esses componentes da Junta receberam sugestões do Itamarati, no sentido de institucionalizar o regime e consequentemente de abrir o Congresso, porque isso tornaria a vida do Brasil muito mais fácil externamente, e isso criou, de fato, uma situação histórica absolutamente *sui generis*, quer dizer, um regime militar, com um Congresso funcionando, não é?

SG – Eu não sei, sabe que eu não estava aqui...

AC – O Sr. não estava aqui nesta época?

SG – Eu estava em Nova Iorque na Assembleia. Não sei o que houve, naquele momento. Ouvi uns comentários sobre isso. Naturalmente fez sentido, é lógico, mas não tenho ciência certa.

AC – É, eu estou, na realidade, transmitindo um pouco os dados que foram fornecidos pelo General Muricy, na explicação toda da questão do rapto do Embaixador americano, que foi justamente nesse momento e o Itamarati teria esse papel...

SG – Quando houve o rapto do Embaixador, eu já estava removido para Genebra, estava na fase de preparar viagem, mas indo ao Ministério diariamente porque, como disse, o próprio Jorge Carvalho e Silva me pediu para ir ficando até eu viajar. Realmente me desliguei dez dias antes da viagem. Até 20 de janeiro. De modo que quando houve o rapto desse Embaixador Elbrick eu ainda estava lá. Me lembro de ter ido ao gabinete, conversar muito com o Zappa, etc...

AC – O que eles achavam? Que devia trocar o Embaixador? Ou devia deixar ele morrer?

SG – A tendência do próprio Magalhães e, de um modo geral, do Ministério, era de que era uma bobagem deixar morrer o sujeito. Não fazia sentido, era melhor trocar. Eu

perguntei, em caso, ao meu filho, que tinha, nessa época, quatorze, quinze anos, o Antônio José: “Olha, se você assistisse a um crime, um sujeito ferindo um outro, etc., qual seria a sua primeira preocupação? Se você tivesse uma única opção entre socorrer o ferido, evitando que ele morra, ou prender o agressor?” [Risos] Ele disse: “Socorrer o ferido, salvar a vida do sujeito que foi agredido. O agressor é outro problema...” [Risos] Eu contei essa história lá ao Zappa e ao Jorge também, um pouco para dar a minha opinião.

AC – Fantástica, meu Deus do Céu!

SG – Hein?

AC – O Sr. realmente arranhou uma...

SG – E, afinal, fizeram aquele arranjo. No fundo, a posição americana, era de não negociar com terroristas e deixar o sequestrado morrer. Essa era a posição, o tempo todo, americana, e aliás uma norma geral deles, não é?

MH – Era um consenso dentro dos Estados Unidos?

SG – Era posição de governo e geralmente apoiada.

MH – De governo.

SG – Nós sabíamos que...

AC – O Brasil ficava numa estranha situação, não é? De ter que defender alguém que...

SG – ...se isso acontecesse, acabariam achando aqui dentro e no exterior que o Governo brasileiro foi incompetente, que poderia ter salvo a vida do sujeito e ainda por cima prendido os terroristas. Acabariam dizendo isto.

MH – Uma pergunta... Mas isso implicaria, inclusive na... na possibilidade e que ele não fosse salvo, que o Governo americano respaldaria o Governo brasileiro?

SG – Bom, a julgar pela atitude americana publicamente declarada, eles não poderiam reclamar, porque a política deles era não negociar com os terroristas. Nós achávamos que havia uma responsabilidade, cujo limite é difícil estabelecer, mas que exigiríamos de outros governos, em casos semelhantes, de dar proteção aos agentes diplomáticos estrangeiros, dentro de limites do razoável. Aquilo para o Brasil era uma novidade total, uma novidade total em termos da história do Brasil. Até então, sublevações e outras formas de guerra civil, revolução, etc. etc. se tinham manifestado em lugares isolados, e na base de revolução mesmo. A ideia do terrorismo era uma coisa nova. Tinha havido alguns sinais já, a tal bomba que explodiu em Recife, no aeroporto em 67, quando estava lá o Costa e Silva; o tal sargento que fugiu para o Uruguai depois de explodir um automóvel, na rua Real Grandeza, umas coisas isoladas, não é? O sequestro foi o primeiro ato dramático. Havia muito o receio de que, se atendêssemos às exigências terroristas, estimularíamos outros atos do mesmo tipo. Havia também problemas de ordem legal que envolviam pessoas presas, sob as ordens da Justiça. Como libertá-las? Você não pode. Então, inventaram uma pena antiquíssima, o banimento, que não se tinha no Direito Penal Brasileiro. Era uma forma de tirar o sofá da sala, ao simplesmente mudou a natureza da pena. Uma substituição de pena. E depois vieram vários outros casos até que esse método perdeu eficácia. O último caso, se não me engano, já foi enfrentado com técnicas desenvolvidas para frustrar sequestros. Acho que foi melhor assim, do que simplesmente, para frustrar de todo os terroristas, deixar que eles matassem o sequestrado. Acho que a forma seguida estava mais de acordo com o temperamento brasileiro.

AC – Eu acho que, sobretudo, foi um gesto muito político da Junta, o sentido de perceber a fragilidade política do governo brasileiro, naquele momento, quer dizer, mesmo que fosse seguida a recomendação americana, o fato de que o Brasil estava numa posição incomoda, não é? Com uma Junta, enfim, uma situação constitucionalmente precária, isso daria certamente razões para que o fracasso, não é? A morte do Embaixador, pudesse render muito.

SG – Depois, do ponto de vista imprensa, a minha experiência em quarenta anos, é que a atitude em relação ao Brasil, nos Estados Unidos, na Europa, é sistematicamente contra qualquer que seja o governo, seja lá o que fizermos. É impossível você ter matérias favoráveis, mesmo nos melhores momentos do país, sem uma crítica violenta aos aspectos negativos. De modo que é inútil. Muita gente se preocupava com isso, sobretudo colegas

mais novos. No próprio período Médici, quando eu estava em Genebra, ao abrir todo dia o *Le Monde* e mesmo o *Herald Tribune*, mas sobretudo *Le Monde*, lá estava sempre a tortura do dia ou algum detalhe pavoroso do genocídio dos índios. O pessoal mais moço ficava indignado, e eu dizia: “Não tem nada de mais, isso é normal, jamais tivemos nem teremos boa imprensa”. Depois eu posso desenvolver isso e explicar porque.

AC – É, porque inclusive, eu acho que o Sr., pelo menos, houve muito boa imprensa, pelo menos sob certos aspectos do seu governo.

SG – Não, eu digo lá fora e sobre o país como tal.

AC – Ah! Certo.

SG – Não, lá fora...

AC – Não, nessa situação, que o Sr. diz, de exceção, de regime brasileiro.

SG – Evidentemente, no período Médici, havia uma arregimentação muito forte lá fora, não é? E muito instigada, o que aliás se compreende, pelos exilados brasileiros, que circulavam junto a vários grupos partidários, etc., nos países europeus. Quando assumi em Genebra, lá estava o Miguel Darcy, que eu mesmo tinha mandado para Genebra, uns meses antes, quando eu nem pensava ir. Mas achei que ele era um rapaz de valor, muito pretensioso, mas de valor, e que lá na delegação ele poderia dar muito certo. Cuidava de desarmamento, na Secretaria Adjunta de Organismos, conhecia bem os assuntos, podia ser um bom auxiliar para o Frazão, que na época era o chefe da Delegação. O Frazão aliás se irritava muito com ele porque ele não carregava a pasta com documentos. O Miguel Darcy tinha uma espécie de excesso de auto-estima intelectual, o que é normal; todo mundo se acha muito melhor do que é, não é? Mas ele exagerava um pouco... [Risos] e chegava a dar na vista. Nunca me irritei com esse tipo de coisa. Dou o desconto e às vezes, acho graça. Quando cheguei a Genebra, Miguel Darcy estava já sob suspeita. Lá foi ouvido por uma comissão de inquérito, que tinha começado na Secretaria de Estado, sobre o abuso da mala diplomática. Participava, segundo apuraram de um grupo que mandava, pela mala diplomática, como remédio, às vezes dentro do vidro, material sobre o suposto genocídio dos índios, para publicação na Europa. A maior parte dos fatos haviam ocorrido

durante o governo Jango, obviamente não por decisão de Jango ou sequer com seu conhecimento, mas por causa daquilo a que me referi, ausência de direção, abolia ou falta de exação do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, como possivelmente ocorria em outras repartições menos estruturadas. Na imprensa européia tudo apareceu, a história do sarampo dos índios, etc. Como ação do governo militar, vejam só! Então, nos jornais europeus, o Brasil aparecia como um país, realmente, de uma brutalidade inacreditável. O que aconteceu aqui, nesse período e em qualquer outro período, com os índios, era uma brincadeira comparado com o que houve nos Estados Unidos e na Argentina, 90, 100 anos atrás; com o que houve nas colônias inglesas e francesas, a trinta, quarenta anos atrás. Todos esses países, no fundo, tinham uma consciência pesadíssima, tinham feito coisas infinitamente piores do que jamais se fez no Brasil, com as populações indígenas. Houve dizimação organizada; no caso da Argentina, o General Roca foi encarregado de limpar de índios toda a parte sul do Pampa e a Patagônia. Aí foi genocídio mesmo no duro. Os americanos passaram gerações matando índios e glorificando os sujeitos que mataram.

AC – Os heróis.

SG – Os europeus e americanos, passado o processo de descolonização para os primeiros e os bons efeitos da campanha dos direitos do homem para os segundos, logo em seguida adquiriram um fervor de cristãos novos. Agradava-lhes indiciar um país infame que servia para demonstrar os recentíssimos bons sentimentos de todos eles, não é?

MH – O Sr. havia mencionado também o noticiário na imprensa européia sobre a questão da tortura, também esse tema havia sido veiculado por esse...

SG – Suponho que sim; quer dizer, era de supor que houvesse algum fogo por trás da fumaça, como viemos a saber, não é? Mas isso era dramatizado ao extremo, diariamente, na imprensa européia. Surgia de certos organismos internacionais não governamentais. Lá em Genebra esse era um assunto que eu mesmo tinha que tratar, não delegava a ninguém porque achava que poderia ter uma implicação política muito grande. Houve várias tentativas de certos órgãos intergovernamentais de condenar o governo brasileiro. Na Comissão de Direitos do Homem, houve várias queixas, examinadas pelo sub-comitê contra a discriminação racial e a proteção de minorias, que apesar desse título tinha funções muito mais amplas. As queixas eram ali examinadas, antes de irem à Comissão.

Não éramos membros da Comissão. Eu sabia das coisas através de alguns membros que eram amigos meus pessoais. Houve iniciativas, e muitas, na Comissão de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho. Essa Comissão era uma comissão do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho. Ela tem dois vogais dos empregadores, dois dos trabalhadores e dois governamentais, um dos quais preside a Comissão. Na época, e durante muitos anos, era o Professor Roberto Ago, eminente jurista, internacionalista, mas que era um grande especialista em assuntos também da OIT, membro do Partido Socialista Italiano.

AC – O Ago, como é que se escreve?

SG – Roberto Ago, A G O.

AC – Ah, bem. Ah, bem.

SG – Eu me dava bem com ele. Em todo o período em que estive em Genebra, fui o representante permanente junto ao Conselho de Administração da OIT, de que o Brasil era membro, praticamente permanente, reeleito sempre. Foi permanente, deixou de ser, voltou a ser; mas, quando não era, foi eleito. E o Dr. Júlio Barata, que era ministro do Trabalho, fez questão de que a representação coubesse ao chefe da delegação permanente, ao Embaixador, e não a um especialista. E eu tinha mais essa carga, que me ocupava muito, por causa dessas circunstâncias referidos nessa Comissão e em outras também. Havia reclamações das Federações Internacionais de Sindicatos, a comunista, de Praga, também a Católica de Bruxelas, em grande quantidade, sobre o cerceamento da liberdade sindical e inclusive uma, contra o Ato Institucional n.º 5. O secretário da Comissão, Valticos, um grego competente e hábil, me alertou que, com a pressão dos jornais e tudo mais, a bancada trabalhista queria aprovar alguma recomendação ao Conselho, pôr o Brasil na lista negra, etc. Talvez fazer uma comunicação conceinatária ao governo brasileiro. Mas a Comissão de Liberdade Sindical só tinha o poder de recomendação. Nem era um órgão criado pela Carta da OIT, mas nascera de uma resolução do Conselho de Administração da OIT. Chamei para almoçar um dos vogais operários, um belga, não toquei neste assunto, só para amolecer o homem um pouco. Um dia, telefonei para o Dr. Ago e lhe disse que precisava muito falar-lhe.

[FINAL DA FITA 17-A]

SG – Disse ao Dr. Ago, mais ou menos o seguinte, Carbonar que me acompanhava talvez se lembre: “Hoje estou muito preocupado, eu nem comuniquei ainda ao meu governo essa iniciativa aí, na Comissão de Liberdade Sindical sobre o Ato Institucional n.º 5, o qual é hoje, no Brasil, parte da própria Constituição do país. Estou muito preocupado com a repercussão que isso possa ter em termos do Governo brasileiro. Ainda há pouco tempo, houve um problema na OEA; tratava-se da eleição para a Comissão Jurídica Interamericana, com sede no rio de Janeiro e o Brasil tinha um candidato, ex-Ministro do Exterior, um jurista muito conhecido, o Dr. Vicente Ráo. Tínhamos os votos prometidos, e na hora uns dois ou três roeram a corda, e o candidato brasileiro não foi eleito, sendo o Brasil sede da Comissão Jurídica Interamericana. Isso criou uma grande irritação em quase todos nós e não apenas no Governo, e houve jornais até insuspeitos que chegaram a aconselhar o governo brasileiro que nessas circunstâncias era preferível abandonar a OEA. O assunto acabou sendo emendado e Ráo eleito. De modo que eu não sei, no caso da OIT, o que ocorreria. Você sabe, a OIT teve um grande papel no Brasil, a primeira legislação social nossa, ao tempo do Getúlio Vargas, foi muito inspirada nas convenções da OIT, sempre houve uma boa cooperação, mas eu acredito que uma atitude condenatória, por parte do Conselho de Administração, mesmo da Comissão de Liberdade Sindical sendo publicitada, sobre o Ato Institucional n.º 5, sobre intervenções em sindicatos, etc. Pode provocar uma reação muito forte da parte do governo. Por uma questão de nacionalismo isso pode encontrar até um bom eco, em termos de imprensa”. Disse-lhe que ainda não havia comunicado nada para não levantar a lebre. Tendo Ago explicado as obrigações da Comissão de Liberdade Sindical e mencionado caso em que influíra no sentido até de salvar vidas. Retruquei que o Ato Institucional era parte da própria constituição do país, e a OIT não podia interferir até nisso, que é o próprio âmago da vida nacional. De qualquer forma, eu estava preocupado com o que achava que seria pior, pois não via vantagem para o meu país ou para a OIT em sairmos da organização, por uma circunstância conjuntural. Concluí: “Você acha que seria bom?” Ele disse: “Não, absolutamente, mas não é o caso”. Citou um país X, um país Y, a Líbia, não sei que outro. “Pois é, acrescentei, mas o Brasil não é nenhum desses países, é muito diferente, é um país que não tem necessidade de se sentir tão aprovado pela opinião pública européia; tem sua vida própria; em mais de um certo sentido e distante”. Ele ainda falou: “Mas é, realmente, um sistema incompatível com os princípios e normas da OIT...” Eu disse:

“Bom. Isso é uma questão que se pode discutir, mas eu não estou discutindo isso, estou apenas conversando com você, porque estou pessoalmente preocupado, achando que um incidente podia ter um resultado muito ruim, um resultado que eu não quero e suponho que você não queira também”. [Risos] E saí... Houve, em anos seguintes, um esforço para empurrar com a barriga o assunto e um incidente maior. Outra vez foi na Comissão Social do Conselho Econômico Social. O Conselho Econômico Social tem sua sede em Nova Iorque, mas a sua grande sessão anual é em julho, em Genebra, porque no verão Nova Iorque é um horror e Genebra é um lugar muito agradável. Então, vários órgãos da ONU, quando têm a sessão no verão, se reúnem em Genebra. Nós, na ocasião, nem éramos membros da Comissão social, que é um órgão subsidiário do ECOSOC. E eu recebo um telegrama daqui, da secretaria, que dizia que a Comissão de Assuntos Sociais, por iniciativa da Suécia, ia fazer um estudo sobre os índios no Brasil. Pedi, então, para contatarem a delegação da Suécia e veio um rapaz que era um conselheiro da delegação, falava português, tinha servido no rio, muitos anos, e explicou que a Comissão social tinha uma programação em que havia doze projetos ditos prioritários, mas não conseguia executá-los porque o secretariado não tinha dinheiro. Entre os projetos havia um sobre a condição das populações tribais nos países independentes, que o governo sueco resolveu financiar para que pudesse ser feito logo, embora, pela ordem das prioridades, fosse o oitavo ou nono. Além de financiar a Suécia iria cooperar inteiramente, abrindo aos peritos que forem preparar o relatório, a visita ao território dos Lapões. “Não há nada contra o Brasil, é um projeto universal”, concluiu. Observei que as intenções do Governo sueco poderiam ser as melhores, mas, tendo em vista a campanha diária dos exilados e da imprensa européia, sobre o “genocídio” dos índios brasileiros, o efeito da iniciativa só poderia ser visto como um ato inamistoso ou mesmo hostil. Pedi-lhe que conversasse em sua delegação, mas nada podiam fazer. A delegação já havia proposto uma resolução e não podia retirá-la. Mande-me para o “Palais des Nations”, onde estava reunida a Comissão. Não podia e não achava conveniente penetrar na sala de reunião. Quis levar comigo um secretário, mas não havia, estavam todos ocupados em várias reuniões, pois a delegação permanente cuidava de todos os organismos. Passou por lá o Murillo Gurgel Valente, que era um dos dois Ministros Conselheiros, irmão mais moço do Mozart. Agarrei-o, embora a tarefa não coubesse a ele normalmente. Avisei-o de que ele nada tinha com o assunto, mas ia funcionar agora como terceiro secretário. Acompanhou-se, embora na sala e ia falar com um ou outro delegado que eu indicava, agachando-se ao lado de sua cadeira. Pedi que falasse com os latino-americanos da Comissão, que eram

um argentino, um colombiano, um uruguaio; creio que esses quatro. Vieram conversar comigo no corredor. Expliquei-lhes o assunto e suas implicações graves para nós. Eles já se tinham manifestado a favor da proposta sueca. O mexicano ainda disse: “Mas é até bom para o Brasil que tem muito a mostrar, como eu sei, porque eu sou do Instituto Indigenista Americano, e vocês tem feito grandes coisas, tem muita coisa positiva para mostra nesse campo”. E eu expliquei: “Olha, o problema é muito simples: cria-se um embaraço porque, para a opinião pública, para a imprensa européia, vai aparecer isso como uma iniciativa para deter o genocídio dos índios no Brasil. Os críticos ficarão excitados, ignorarão qualquer aspecto positivo”. Todos comentaram que, se soubessem antes, teriam procurado falar com o sueco para adiar a iniciativa. Mas, já haviam apoiado a resolução e era tarde. Como eu insistisse, o argentino, o Ernesto de La Guarda, que era um jurista, que eu conhecia de muito tempo, foi decisivo: “Bueno, se eso es molesto para Brasil, nosotros vamos cambiar de posicion”. Todos falaram com a delegação sueca que, embora apreciando em princípio a iniciativa, achavam no momento inoportuna e conseguiram adiá-la por tempo indeterminado. Quer dizer, havia esses pequenos episódios que eram um reflexo dessa campanha continuada na imprensa contra o Governo brasileiro, na base do genocídio dos índios, tortura, etc. Não me lembro de nenhum país que tenha sofrido uma campanha difamatória tão violenta, a não ser em casos de guerra.

AC – O Sr. deve ter tido problemas também com questões de passaporte, essas coisas todas, não?

SG – Bom, disso eu não cuidava, era problema do Consulado...

AC – Sim, mas eu digo, a Embaixada não dava diretrizes assim de controle, problemas...

SG – Não; havia umas regras, havia muita gente lá fora que só podia ter passaporte válido para o país onde estava morando, não para outros países. Isso depois, já no Governo Geisel, começou a ser aligeirado; admitiu-se dar para viagens específicas a outros países pelo prazo da viagem, mas ainda não válido para todos os países, quando o normal é excluir apenas aqueles com os quais não temos relações diplomáticas. Isso é uma coisa discutível do ponto de vista da nossa legislação que nesse ponto é libérrima, não há nenhuma tão livre em toda parte do mundo, inclusive Estados Unidos...

AC – Estados Unidos é terrível...

SG – Esse negócio de visto para viajar. O Secretário de Estado pode negar, pode negar a autorização, por interesse da política externa ou da segurança nacional. Em certos casos em que ele fez isso, levou muito pau da imprensa, no tempo da guerra do Vietnã. [Risos] Mas enfim, tem esse poder. Nós não temos a rigor esse poder e tudo era discutível.

AC – De qualquer forma o Sr. pegou, como se diz, um rabo de foguete terrível, não é? O Sr. foi para o pior lugar em matéria de...

SG – Ah, porque as coisas pipocavam lá de todos as formas...

AC – ...de política externa. Porque realmente o Sr. estava na sede de um organismo internacional que tem determinados compromissos programáticos e de princípios, não é? Que o país estava transgredindo, não é?

SG – E era fácil levantar os problemas nesses foros com motivações políticas.

AC – E o Sr. mandava essas... essas, digamos assim, esses resultados dessas dificuldades de volta ao país ou não?

SG – Mandava, mandava, mas sem dramatizar, quer dizer, eu achava que eu mesmo como agente devia aguentar e não estar dramatizando excessivamente, nem criando um enrijecimento aqui. Houve um episódio com o Dr. Jenkins, Diretor Geral da OIT, um inglês, um jurista, que viveu a vida toda na OIT, muito conhecido como especialista em assuntos de legislação trabalhista, um executivo e também um tipo acadêmico de muita categoria. Ele me levantou um problema que o embaraçava. A Organização evitava provocar os Estados Membros nomeando funcionários que eram considerados opositores ou perigosos para seus Estados de origem. Havia uns brasileiros que desejavam empregar-se e preenchiam os requisitos. O que é que eu achava? Obviamente, algum outro brasileiro que quisesse o emprego e preenchesse os requisitos não encontraria a mesma boa disposição por parte da OIT se não fosse exilado. Não havia objetividade por parte de Jenkins. Queria ele fazer-se de protetor de perseguidos, meio herói, etc... No fundo, era um malandro. Mas o problema não era Jenkins. Era nós. O que nos convinha?

Felizmente, estava em Genebra, na ocasião, o Ministro do Trabalho, o Dr. Júlio Barata. Combinei com o Dr. Barata uma resposta, convidei-o para almoçar em minha casa com o Jenkins e a este dissemos que, ao contrário dos países do Leste europeu, o Brasil não impunha à Organização funcionários de sua confiança, mas não chegávamos ao extremo oposto de não nos importarmos se a Organização empregasse desafetos do Governo brasileiro para opinar e tratar de assuntos que nos afetassem. Tratando-se, porém, como era o caso, de empregos na área de assistência técnica e em países que recebiam tais exilados, não tínhamos qualquer objeção. O Dr. Barata ainda disse “não estamos querendo evitar que os exilados, em sua maior parte voluntários, ganhem dinheiro. Não queremos é que isso afete nossos interesses em organismos internacionais”. E assim se passou e houve vários, numerosos casos de exilados que foram contratado para projetos específicos em diversos países, sobretudo na época do Allende, no Chile, não é? Não eram funcionários permanentes da organização, mas eram peritos por ela contratados na execução de projetos de interesse daquele país e para aquele fim específico. Houve coisas assim e se evitou um pouco criar desnecessariamente um enrijecimento. Mas foi o trabalho mais chato que havia em Genebra, no meu tempo. Como a entrada de Cuba no grupo latino-americano, apresentou-se uma situação de embaraço. Havia uma maioria no grupo favorável à entrada de Cuba no grupo regional latino-americano, que era originário da UNCTAD, mas depois servia um pouquinho para tudo. Havia uma maioria inegável; até o Uruguai, que já estava de volta dos tupamaros e da influência da extrema esquerda. Recebi instruções para evitar, mas sabia que ia ficar absolutamente sozinho. Isso já foi no último terço do meu período lá. Fui à reunião do grupo com o Souto Maior, que era na época o Ministro Conselheiro. Lá em Genebra, tive inicialmente o Paulo Cabral, um ano e pouco, e o Murilo. Os dois saíram, veio o Paulo Nogueira Batista, ficou um ano e pouco, e depois o Souto Maior. Fui só com o Souto Maior; era uma sala grande, não me sentei com o bolo; me sentei separado e bastante à frente. Estava presidindo o jamaicano, que era um sujeito aliás muito hábil...

MH – O Sr. lembra mais ou menos em que ano foi isso?

SG – Acho que foi em 73, no mês de junho ou julho. Logo depois veio a Junta da UNCTAD. Havia certa expectativa sobre como me comportaria. Estive totalmente calmo, falei só em inglês, sem citar Cuba, mas desenvolvendo a tese de que, em termos da América Latina, os grupos regionais nos diversos organismos, deveriam seguir o formato

do grupo latino-americano em Nova Iorque, porque lá é que estava a Assembleia Geral, estavam os órgãos políticos da organização e a composição do grupo, necessariamente, era uma questão política, era uma questão de chancelaria, e que não faria muito sentido nós decidirmos em termos puramente locais, uma questão dessas. Desenvolvi essa tese, alguns não entenderam porque não havia tradução simultânea, mas o presidente entendeu. Não houve críticas; houve um rapaz, um Ministro Conselheiro da Colômbia, Fonseca, que perguntou, por intermédio do presidente, se no caso de Cuba ser admitida o Brasil se retirava, que era o medo deles. Eu respondi o seguinte: “Isto não é assunto da minha alçada; a questão de participar ou não de um grupo não é nunca da alçada do representante permanente; isso será decidido pelo meu governo e eu não tenho a menor ideia de como ele vai decidir”. Deixei no ar [Risos].

AC – O que agravou muito mais a situação...

SG – É.

AC – Criou um clima.

SG – Mas evidentemente entrou Cuba, etc. Aí eu mandei dizer a Secretaria de Estado. Conteí tudo como tinha sido.

AC – Quer dizer, aí entrou Cuba e a Secretaria de Estado não...

SG – Em seguida, pedi instruções sobre se continuaríamos no grupo, e, no caso de não, indiquei quais as implicações que se poderiam esperar. Deveríamos cooperar de alguma forma com o grupo, mas sem participar, ou não. Recebi a instrução de que deveria julgar da oportunidade de participar do grupo no caso de haver significativo interesse brasileiro em alguma questão a ser discutida no grupo, Deixaram comigo a oportunidade, o momento. Ora, bastava participar uma vez, para deixar claro que não nos afastávamos do grupo e, portanto, a decisão para participar em um dia caracterizava uma decisão definitiva. Simplesmente descascaram a banana jogando a casca para mim, não é? Eu percebi o negócio, mas compreendi que no momento era a instrução possível.

AC – Mas quem é que decidiu dentro da Secretaria de Estado?

SG – Não sei, o Jorge é que fez o telegrama, mas deve ter consultado o Gibson. O meu pessoal dizia: “Mas o Sr. não pode ficar assim... o Sr. tem que pedir uma precisão da parte do governo, o Sr. não pode decidir...” E eu disse: “Eu não sei, vamos ver, vamos ver como é que eu faço. Não vou pedir, porque eu acho que se veio uma instrução dessas, é porque eles estão tendo dificuldade de dizer claramente o que é que é. E o agente tem que se arriscar um pouco, paciência”. E deixei correr o pau; houve umas duas reuniões do grupo, não fomos; passaram-se duas ou três semanas, o pessoal e os chefes de outras delegações me encontravam com frequência, pois estava reunido o Comitê dos Fundos Marinhos, na época, onde vários deles estavam...

AC – Fundos Marinhos?

SG – É. Eu atendia por uma questão de tradição pessoal, do tempo em que era Secretário Geral Adjunto de Organismos e eles me perguntavam: “O Sr. já tem instruções? É uma coisa muito grave o Brasil não participar do grupo; descaracteriza o grupo”. Eu dizia mais ou menos o seguinte: “Bom, eu não sei, isso não é um assunto para eu resolver, até agora eu não tive uma instrução muito clara, afinal de contas, vocês optaram pela participação de Cuba, isso também já altera para o meu governo o caráter político do grupo, mas enfim, eu não estou dizendo com isso que não participemos, mas também não sei se vamos participar”. Deixei o pessoal em suspenso durante umas três semanas. Alguns me falavam assim: “Tem que insistir com o seu governo, porque isso não afeta o prestígio do Brasil”, etc... Eu deixei eles ficarem preocupados...

AC – Por que? O Sr. pensava que...

SG – Não, eu não pensava nada...

AC – Que isso de certa forma iria...

SG – Eu achava que não tinha um problema.

AC – ...controlar um pouco Cuba nos seus arroubos?

SG – Não, eu achava simplesmente, que era uma forma de chateá-los, já que eles tinham assim, tão alegremente, decidido um assuntos desses, alguns deles sem instruções. Nestes casos, em conversa, eu acrescentava à resposta um comentário: “Olha, eu não sei. Mas eu acredito que o meu governo, que tem excelente relações com os demais, antes de me dar instruções definitivas, vai talvez consultar o seu governo”. [Risos]

AC – Quer dizer, criava um caso para eles.

SG – Para alguns deles, não é? Os que não houvessem explicado bem a decisão. Eu estava certo de que não haveria esse tipo de consulta, e muito menos reclamação *a posteriori*, mas não fazia mal deixar esta peninha pairando no ar. Aí, em agosto, houve uma reunião da Junta da UNCTAD e o Souto Maior veio falar-me. Ele é uma pessoa competentíssima e muito curiosa, porque quando fala dá a impressão de que vai tratar de um assunto gravíssimo, que está apavorado. Porque ele fala com o olho esbugalhado, não senta, pede licença para ficar em pé, e fica andando, e falando coisas, articuladíssimo. Mas eu já estava acostumado com ele e não me preocupei. Ele disse: “Ah, Embaixador, eu preciso ir nessa reunião do grupo latino-americano, antes da Junta; há muitas ideias meio bobas em curso; a gente tem que explicar, discutir um pouco, etc. Coisas que nos afetam”. Respondi: “Bom, Souto, se você acha que realmente é importante para nós, eu acho que as instruções me cobrem, de alguma maneira...” E ele disse: “Não, o telegrama não está cobrindo o Sr. porque se a gente for lá uma vez, estamos participando sempre, não existe essa história de ser *part time member* do grupo, não é?” “Não, você vá e veja. Depois veremos. Se, na prática, a gente vai mais ou vai menos. Desta vez eu não vou, vai você, ouve e se tiver que intervir, intervenha nos pontos do nosso interesse”. Quando o Souto voltou, no fim do dia, já de tardinha, veio para mim, com aquele seu ar e, peripatético, contou-me da discussão, da substância dos assuntos, o que ele tinha feito, quais as táticas previstas, que decisões o grupo tinha tomado, enfim, diversas coisas, e nada de falar em Cuba. Quando acabou de falar, perguntei-lhe: “Oh, Souto e o cubano? Deu algum trabalho?” Ele parou e, como se se tivesse esquecido, disse: “Ah, o cubano, não, não; ele só interveio para me apoiar entusiasticamente...” [Risos] Aí eu mandei dizer à Secretaria apenas isso, que o delegado cubano fizera uma intervenção para apoiar as posições brasileiras. O que, no quadro específico da UNCTAD, não dera de surpreender. Eu acho que agora a gente pode interromper e tentar ir...

AC – Só porque ficou evidente que apesar das diferenças políticas, nesse foro, pelo menos, nesse foro econômico, havia quase que um consenso, talvez...

MH – É, foi a primeira vez também que se reuniam num grupo os dois países em termos multilaterais, com a possível exceção de negociações sobre açúcar.

AC – Não, e eu fiquei muito impressionada...

SG – Era um assunto limitado realmente à plataforma, digamos, dos países em desenvolvimento em que os cubanos estavam até numa campanha de charme, não é? Não ia ser discutido nenhum assunto que tivesse implicação Leste-Oeste visível.

[FINAL DA FITA 17-B]

SG – ... 4 anos.

AC – 4 anos em Genebra.

SG – Em Genebra, eu acompanhava UNCTAD, GATT, Organização Internacional do Trabalho, desarmamento, o Comitê dos Fundos Marinhos. Também dávamos apoio logístico e, de certa maneira, para assuntos administrativos, orçamentários etc., e para as questões política que surgiam, às delegações especializadas que vinham para os organismos técnicos como a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Organização Mundial da Saúde, a Organização da Propriedade Intelectual, etc. Além disso, mantínhamos contatos com organizações não-governamentais e com aquelas de que o Governo não participava como tal. Como a Cruz Vermelha, por exemplo, tivemos que ter contatos por diversos motivos. Quando veio o governo Geisel, houve um período entre novembro de 1973 e a posse, muito longo. Eu estava em Nova Iorque, na Assembleia da ONU e em dezembro, voltei a Genebra. Em dezembro, já havia um pouco a ideia de que o Ministro seria o Silveira, que havia estado com o Presidente Geisel longamente. Eu não tinha nenhum plano pessoal, mas achava normal que com a mudança de governo, quisessem dispor de Genebra, posto bastante cobiçado. Como ia fazer 4 anos no posto, pensei em alternativas caso o novo governo o desejasse. Pensei em me propor para Belgrado; achava que saindo de Genebra para

Belgrado não iam fazer oposição. Se a situação se mostrasse difícil, pensei em El Salvador, onde eu tinha estado uma semana numa reunião dos latino-americanos de 200 milhas, e tinha achado o país bonito e muito interessante. Foi muito antes de haver essa guerra civil que há lá hoje. Não fiz nenhum plano, como de hábito. Por volta de janeiro ou fevereiro, Fanor Cumplido, que era um dos últimos ministros para assuntos econômicos, lotado em Genebra, voltou ao posto depois de férias no Rio.

AC – Quem era?

SG – Fanor Cumplido. Uma pessoa extraordinária. Havia estado em dezembro no Rio de Janeiro com o General Geisel. Era amigo do irmão, Orlando, dos tempos ainda do governo Dutra. Sempre foi pessoalmente ligado aos irmãos. Como ele servia há muitos anos em Genebra, Geisel perguntou sobre o Silveira. Perguntou ainda a meu respeito, o que me surpreendeu muito porque eu não o conhecia. Fanor me fez grandes elogios e o Geisel teria dito que ouvira falar muito bem de mim. [Eu não sabia como, nem porque. Desconfiei que pudesse ter sido pelo Dr. Nunan, consultor jurídico da Petrobrás, que havia estado em delegações, aos Fundos Marinhos e, por um motivo meio inexplicável, ficou meu fã, mesma época], em que nem se pensava em Geisel. De qualquer forma, eu não esperava nada. Me dava bem com o Silveira, mas não tinha do ponto de vista pessoal uma ligação maior. Tínhamos trabalhado juntos no Departamento de Administração, em 52, depois em Madri no meu primeiro período em 54-55. Nós dávamos bem, apreciávamos a Mei, moça muito final, mas sem uma grande intimidade. Na hora da escolha do Secretário Geral, segundo consta, o Silveira apresentou três nomes ao Presidente Geisel, o qual se fixou no meu nome. Então, já se falava, nos jornais tudo isso, que eu seria o Secretário Geral de qualquer que fosse o Ministro daqueles que se indicavam. Eu sabia que provavelmente seria no caso do Sérgio Corrêa da Costa, que me havia inclusive sondado em Nova Iorque através do Paulo Nogueira; se fosse Araújo Castro, talvez fosse possível; se fosse o Silveira, eu não esperava. Em qualquer hipótese, procurei esconder-me o máximo possível, evitando qualquer movimento, mas tive de vir, cheguei aqui em 8 de abril de 1974.

MH – Ministro, não é muito comum que o Secretário Geral não seja, digamos, uma escolha ou uma preferência do próprio ministro escolhido?

SG – Geralmente é pessoa de confiança do Ministro. No caso do Silveira, é evidente que os três nomes, que teria levado ao Presidente, seriam todos de sua confiança. O Presidente se inclinou pelo meu nome; não foi uma iniciativa dele, formalmente, pois o Ministro preferiu levar a ele três nomes.

MH – E a escolha do Silveira, porque na época, o Sr, mesmo menciona que havia outros candidatos como o Araújo, como o Sérgio Corrêa, a escolha do Silveira o Sr. atribui...

SG – Eu não sei. Desconfio que aí há pelo menos duas coisas que é preciso ver. Vou ver se consigo resumir: uma, que o Presidente Geisel tinha sido Presidente da Petrobrás durante muitos anos, muito antes mesmo da crise do petróleo, ele já tinha tido muito contato com árabes e muita avaliação do problema do petróleo mundialmente. Por exemplo, em 1971, quando houve a nacionalização do petróleo no Iraque, o Brasil foi o primeiro país que rompeu o bloqueio que as grandes multinacionais tentaram impor. O Brasil foi o primeiro país a comprar petróleo lá, depois do bloqueio. O que nos rendeu dividendos no futuro em termos de Iraque. Tenho a impressão que daqueles com ele conversou, o Silveira era o mais próximo de sua tendência. Foi o único com quem ele teve uma conversa realmente muito longa. Teria havido uma convergência, em termos de necessidade da atualização da política externa, em relação ao problema do Oriente Médio, em relação ao colonialismo português, à China e outros assuntos; e em relação a toda problemática do diálogo Norte-Sul. Tenho a impressão de que a exposição do Silveira em termos gerais coincidia com a visão do Presidente eleito. Era uma visão determinada por várias leituras, por relatórios e por experiência. Inclusive sua experiência na Petrobrás, em termos de comércio mundial de petróleo, que tem ramificações e implicações políticas de todo o gênero. Tenho a impressão eu terá sido isso. Não sei direito, talvez o depoimento do Silveira tenha deixado isso mais claro, visto do ângulo dele, mas de qualquer maneira com algum elemento de que eu não disponho. Nunca tentei investigar particularmente, nem ficar perguntando sobre isso. Como disse, cheguei no dia 8 de abril. O Silveira me esperou no aeroporto, lá estava o pessoal todo do Itamaraty, alguns congressistas amigos etc. Fui para o gabinete do Silveira, direto, e daí para um hotel onde fiquei quinze dias, depois em um apartamento de trânsito. Não tinha o menor interesse pessoal em voltar. Já estando no exterior e bem instalado, quando eu saí em janeiro de 70, esperava passar o resto da carreira fora, até os 65 anos de idade. Nessa época eu tinha 55. Era uma honra onerosa, que não podia declinar e de que absolutamente não me arrependo.

MH – Não foi bem o que aconteceu, não é?

SG – Pois é. Achei que não podia recusar o lugar de Secretário Geral. É difícil recusar sem um argumento muito forte, que eu não tinha, de saúde ou de outra natureza objetiva, a não ser o meu próprio interesse pessoal, se quiser financeiro. No dia 8, então, no gabinete, o Silveira me falou das três modificações que o Presidente Geisel queria introduzir na política externa do Brasil e que em resumo eram essas: em relação ao Oriente Médio, deixar de ter uma posição flutuante, ambígua ou pretensamente equidistante; era preciso ter uma posição definida, e me explicou os pontos essenciais que eram a retirada de Israel dos territórios que havia ocupado, depois de 67, quer dizer, depois de já ter incorporado em 48-49 e 56 70% a mais do seu território; o reconhecimento dos direitos do povo palestino à auto-determinação. Ainda perguntei se inclusive aceitaria que a auto-determinação levasse à formação de estado, o que ficava implícito naquele momento. Mais tarde, começamos a falar claramente no direito a um Estado, dependendo do processo de auto-determinação, em uma solução pacífica em que participasse a OLP como representante do povo palestino e com respeito à soberania, à existência soberana de todos os Estados da região, inclusive Israel. O outro ponto era o apoio à auto-determinação das colônias portuguesas, sem excitações e agressividade, mas firmemente, e aproximação com a África. Esse era um ponto fundamental, pois não se poderia fazer política de aproximação com a África, continuando a ser ambíguo ou de vez em quando tentando defender Portugal custasse o que custasse. O Presidente Geisel não se incomodaria em absoluto de que isso pudesse dificultar nossas relações com Portugal por um período; achava que se Portugal não queria atualizar-se, nós não podíamos ficar eternamente ligados à sua posição. E o reconhecimento do governo de Pequim como o governo da China. Esses pontos me tornaram a situação como Secretário Geral muito mais interessante, porque elas correspondiam a coisas que há muito tempo eu já achava, que deviam ser feitas e que só podiam ser feitas por convicção do Chefe do Governo.

MH – Ministro, é a questão do Oriente Médio fica muito clara em função da participação anterior do General Geisel na Petrobrás, agora a questão da África, da redefinição da posição com relação a Portugal e a questão chinesa, que explicação o Sr. teria em termos de antecedentes de...

SG – Isso eu não sei direito, talvez um dia o general Geisel possa falar, mas eu tenho muito a impressão de que ele era uma pessoa que se sentia muito menos atado com coisas muito tradicionais brasileiras com relação à Portugal, talvez porque não estava muito preocupado que o elogiassem; ele tinha uma atitude muito autônoma, pessoal nessas coisas. Além disso, já era claro que a independência das colônias era inevitável. No caso da China, havia a percepção de que a posição era artificiosa; era visível há anos a tendência de vários países irem pouco a pouco negociando com a China. Os americanos ainda não tinham começado. Ainda em Assembleias Gerais em fins dos anos 60 e princípio dos 70, o Castro queria forçar a mão para que nós na ONU votássemos a favor da representação chinesa e insistíssemos nesse sentido. Eu lhe dizia que era inútil. Como eu chefiasse organismos internacionais na Secretaria, ele ficava meio chateado com essa minha atitude, pois achava que eu precisava fazer uma força. Eu explicava que não ia fazer força, porque o assunto não se resolvia racionalmente. Não acreditava que o governo brasileiro estivesse disposto a enfrentar dificuldades internas ou atritos com os Estados Unidos. O reconhecimento de Pequim deveria ser feito com convicção que me parecia faltaria ao governo brasileiro. Ele não gostou muito dessas minhas observações, achou que eu estava muito pró-americano ou talvez muito borocochô; mas eu de fato simplesmente achava que a fazer a mudança era preciso fazer com seriedade. Não era possível fazê-la de forma que amanhã ante gestões do Embaixador americano, nós tivéssemos de estar com panos quentes ou hesitantes. Ter-se-ia que aguentar a mão, o que foi possível no governo Geisel. Eu me dei muito bem com o Silveira nesses 4 anos. Não era fácil para mim, nós temos temperamentos e estilos muito diferentes. Ele inclusive era muito centralizador num certo sentido, embora sempre me dissesse: “Você faz tudo, mais de 90% dos papéis param em você, não vêm a mim”. Mas, de fato, ele era um tanto centralizador, tinha métodos também que não eram os meus em matéria de administrar a casa; mas nos dávamos bem porque pessoalmente não havia nada de série entre nós. Havia mesmo uma certa afeição e respeito. Nunca fomos levados a nenhuma briga, em absoluto. E havia muito, da minha parte, uma certa satisfação de estar trabalhando numa direção com a qual eu estava inteiramente de acordo. Nem sempre, como é natural, com todos os detalhes, ou com a maneira de apresentá-los.

AC – O Sr. disse que os métodos, quer dizer, a visão com relação aos problemas da Casa eram um pouco diferentes. Eu gostaria que o Sr. falasse um pouco mais sobre isso. Porque

o temperamento está bem claro, quais são as diferenças e, enfim, essa afinidade de propósitos, qual seria a diferença com relação à Casa?

SG – Ele tinha uma tendência um pouco ligada ao próprio espírito de centralização, que era até certo ponto necessário naquele momento que era um momento de mudança de política. Então, até que tudo isso, todas essas mudanças de direção, muitas vezes de ênfase, se filtrassem completamente, levaria algum tempo e era preciso, em muitos casos concretos, em todos os acontecimentos que tivessem relação com essas mudanças, ter uma decisão unívoca, e na direção certa. Então havia uma certa justificação de ordem geral. Mas ele tinha um hábito de fazer certas coisas, como às vezes, telefonar para o Secretário que estava numa divisão diretamente, passando por cima de todo mundo, a pretexto de ganhar tempo. Fazer, às vezes, no gabinete diretamente certas coisas, quando a urgência não exigiria. Isso pode reduzir o senso de responsabilidade dos Chefes de Departamento etc. A ideia dele era de que os auxiliares de gabinete informavam para baixo, nesses casos, o que pode não acontecer automaticamente. Na segunda vez em, que eu fiquei interino, porque Silveira foi à Assembleia Geral em setembro de 79, para o início da sessão. Um dia me telefona o Golbery e me diz que o Presidente assinara as promoções que haviam sido propostas. Eu fingi que sabia os nomes, mas não sabia. O Secretário Geral não pode deixar de saber. Mandeí buscar na Divisão de Pessoal os dados, telefonei para o Silveira e calmamente lhe disse que estava havendo um fato grave de erro de comunicação entre nós; que eu não podia deixar de saber dessas coisas e mesmo ser ouvido previamente. Conteí que o Golbery me telefonou e eu fingi que estava sabendo porque não queria que ele ficasse com a impressão de tal descoordenação. Silveira se espantou como é que isso acontecera. Ficou meio embaraçado. De fato daí por diante sempre ele evitou que o fato se repetisse. Mas o Silveira era um pouco despreocupado desses aspectos, e eu não tinha tempo para assistir o despacho dele com seus auxiliares. Fora disso, foi tudo muito bem; foi um período muito estimulante em que realmente, desde que estou no Ministério, foi o único em que eu posso dizer que houve uma mudança de política, uma mudança de rumo firme e continuada. Silveira às vezes se irritava muito com críticas de imprensa, e às vezes deixava transparecer. No fundo ele tinha subconscientemente um desejo de ser admirado, de que gostassem dele etc. O que é natural, compreende? Mas o Ministro tem que ser um sujeito frio, que se importa somente com aquilo que deve fazer, que sabe que tem de fazer. Precisa de muita coragem, para [ir em frente mesmo que criticado até em termos *ad-hominem*, como acontecia. Coragem,

felizmente, o Silveira tinha. Sofria, mas se mantinha nas posições]. O Presidente o apoiava, ele sabia qual era a orientação do Presidente e estava inteiramente de acordo. A execução da política foi feita, com raríssimas exceções de pouca monta, com muita competência, muito profissionalismo. As mudanças eram mais do que explicáveis. O país estava já se tornando outra coisa que não era antes. Era possível maior coerência entre as diversas partes da política externa. O que então se chamava “pragmatismo responsável”, realmente se procurava aplicar a todas as áreas do relacionamento externo, não mais como a política independente dos anos 60 e poucos, que tinha implícita uma certa flutuação e uma certa ambiguidade com relação à Cuba e Portugal, as duas hipotecas a que o Araújo Castro se referia.

[FINAL DA FITA 18-A]

SG – Não tenho a memória de tudo detalhado. Mas posso referir um assunto, ou outro. Por exemplo, no tocante às colônias portuguesas, o próprio Gibson nos últimos meses de sua administração teria ficado extremamente irritado com Portugal, em particular, por causa de uns comentários do sucessor do Salazar...

AC – O Marcelo Caetano.

SG – Teria chegado a redigir uma carta creio que propondo ao Presidente da República uma mudança de nossa atitude. Mas já era um pouco tarde. No caso das colônias portuguesas e da política africana em geral, o Governo Geisel foi de certo modo curto-circuitado pela revolução dos Cravos, em 25 de abril. Eu estava na Secretaria Geral desde o dia 8. Pouco antes de que nossa posição fosse implementada, embora já fosse ela comentada nos jornais, mas não tivesse ainda um começo de implementação, mesmo porque não tinha havido ainda uma oportunidade prática. Ao contrário do Jânio que punha memorandos no jornal anunciando suas decisões, a ideia era manifestar a mudança de posição no momento em que ela devesse ser manifestada, isto é, quando o país tivesse de se pronunciar nas Nações Unidas. Não havia preocupação de informar Portugal, considerando-se que aquele acordo de 52 estava já superado pelos fatos há muito tempo. Foi assim que antes de que houvesse um ato de execução, um voto por exemplo nas Nações Unidas, que dramatizasse a mudança de posição, houve a revolução dos Cravos

e se iniciou em Portugal o processo de descolonização. O assunto ficou muito menos candente.

MH – De certa forma a revolução dos Cravos facilitou essa mudança, digamos, da política externa brasileira, na época, não?

SG – Ela veio depois da decisão ter sido tomada firmemente. A revolução não influiu na decisão. Quando eu cheguei, a decisão com relação às colônias portuguesas e à política africana em geral era definitiva e a nível presidencial. Era coisa acabada. Mas a revolução facilitou, digamos assim, se se quiser, no sentido de que essa mudança de posição nossa não criou um problema específico nas relações com Portugal. Também tirou o tapete de baixo daqueles que aqui no Brasil, na imprensa e em certos círculos, sempre pretenderam que nós mantivéssemos uma posição de apoio a Portugal, provincianamente, sem perceberem nossos interesses de longo prazo.

AC – Esvaziou a reação, não é?

SG – É, esvaziou a reação.

AC – A reação que seria eventualmente favorável ao colonialismo português.

SG – Ao colonialismo, aqui internamente. A reação cessou no essencial, mas nos episódios de particular veremos que essa reação continuava a existir. Portugal, em seguida, teve o período do Gonçalvismo, período em que as nossas relações bilaterais ficaram difíceis porque Portugal estava enveredando por uma linha de extrema esquerda. O Primeiro-ministro se apoiando muito no Partido Comunista Português, na sua capacidade de mobilização etc. Período em que as Forças Armadas portuguesas de certa forma estavam divididas, em que havia alguns membros dessas forças que pretendiam levar a revolução portuguesa por um caminho mais extremado, não se contentando com a queda do Salazarismo e a democratização. Vieram as invasões das propriedades do Alentejo, a produção agrícola do Alentejo praticamente desapareceu, ficou tudo desorganizado, começaram as dificuldades da vida material portuguesa, a ocupação de jornais, a estatização etc. ... Culminando com a ocupação do jornal do partido socialista-democrático, o de Mário Soares, o que provocou uma reação muito grande. Por outro

lado, não vamos nos iludir a respeito, deve ter havido bastante apoio europeu e americano às forças de resistência política. Como não era possível ao Gonçalvismo proclamar uma “república popular” ou abolir a possibilidade de eleições verdadeiras, ele acabou perdendo. Mas permaneceram no poder bastante longo. Tinha havido os acordos do Alvor para a descolonização. A situação nas colônias não parecia permitir um processo ordenado. As oportunidades se haviam perdido, talvez nos anos 50. Em Angola havia três movimentos de liberação nacional. Durante anos e anos o Brasil tinha ignorado esses movimentos todos, não teve contato com nenhum deles. Lembremos que Portugal não admitia conversar conosco a respeito. Esses movimentos não encontraram apoio em nenhuma nação ocidental por causa das ligações de Portugal, no caso Estados Unidos principalmente por causa da base de Lajes nos Açores, e pelo papel geo-estratégico de Portugal, dominando a entrada do Mediterrâneo. Os demais membros da OTAN, um pouco por isso, ficavam inibidos. As circunstâncias favoreceram as lideranças comunistas, o que não nos facilitava, internamente, uma abertura para esses movimentos. Desse ponto de vista “ideológico”, a situação nos três movimentos não era idêntica. Ao norte, os bacongos estavam liderados pela FNLA de Holden Roberto, creio que cunhado de Mobuto, Presidente do Zaire. Tinha ligações ocidentais, fora educado por metodistas americanos, tinha a proteção do Zaire e assessores, creio de língua francesa. Já no processo de independência, lembro-me de termos recebido comunicação do FNLA em francês, o que, interna, nos levava a duvidar de um chefe nacionalista que não empregava a língua do país. A UNITA congregava as tribos do sul que representam a maior parte do país. Seu chefe, Sarinubi, tinha o apoio da China dos tempos de Mao; mais tarde, quando Pequim se desengajou de envolvimento africanos, passou a gozar do apoio da África do Sul, o que era, do ponto de vista de imagem, extremamente oneroso. O MPLA, marxista-leninista (com matizes e as deformações próprias da realidade africana) dominava nos centros urbanos, em Luanda sobretudo, no centro do país e havia atraído os que, poucos numerosos mas importantes para a futura administração, poderiam vir a ser os “quadros” nacionais. Tinha, naturalmente, apoio de países do bloco comunista e até, durante o Gonçalvismo, maior acesso à administração colonial no período de transição. Não tínhamos contato com nenhum deles. A oportunidade, digamos, de uma evolução controlada para a independência, acho que tinha passado nos anos 50. Nem então, nem nos anos 60, o Brasil, voltado sobre seus próprios problemas políticos e de desenvolvimento econômico, não teria o estímulo, nem os meios de envolver-se nesse processo.

MH – Ministro, perdão, a nível informal chegou haver contatos desses movimentos com políticos e mesmo com funcionários do Itamaraty, ou nem a nível informal?

SG – Eu acho que muito pouco em termos de ONU.

MH – Aqui não?

SG – Aqui não. Em termos de ONU, talvez um funcionário almoçasse com um deles, não é? Eu mesmo uma vez estive num almoço com um angolano que era funcionário das Nações Unidas, convidado por um colega nosso. Esse rapaz era, digamos, um subversivo em termos da Angola colonial. Eu não me lembro do nome dele, nem sei se estava ligado a qual dos três principais movimentos de libertação. Era educado e conversava muito bem. No período do Gonçalvismo o governador de Angola, um almirante, como o de Moçambique, teriam fortes inclinações de esquerda. Como combinado nos acordos de Portugal com os movimentos de libertação nacional, Moçambique e Angola passaram a ter internamente um certo grau de autonomia. Em Angola, o governo de transição incluía os três movimentos. Nessa época, nós entramos em contato com eles. Retiramos o nosso cônsul em Luanda, dos tempos coloniais, e mandamos um outro; transformamos o consulado em representação especial, com a concordância do governo português e dos três movimentos de libertação nacional. A coisa foi feita com todo o cuidado para não demonstrar preferência por nenhum dos movimentos. A informação toda que nós tínhamos era de que dos três movimentos, o MPLA era aquele que dominava em Luanda de fato; nos musseques, quer dizer, nas favelas; e era também o que tinha o maior número de angolanos treinados e que poderiam constituir os quadros administrativos e técnicos, embora fossem em número muito pequeno. A UNITA correspondia basicamente à tribo dos Ovimbundos, que representa talvez mais da metade da população, mas não tinha uma implantação nacional importante fora de sua região, nem nas cidades maiores e era muito deficiente em termos de quadros. Eram nesse sentido as informações que o Ovídio Mello, nosso representante especial, mandava e que correspondiam de certa forma às informações de outras fontes, inclusive de fontes públicas, da imprensa americana, e às vezes de publicações francesas mesmo. As indicações de várias fontes convergiam.

AC – Ministro que expectativas esses movimentos tinham do Brasil e até da diplomacia brasileira, na época?

SG – Bom, já nessa época como nós tínhamos obviamente mudado de posição e apoiado, eles consideravam de certa forma importante a posição brasileira, embora nos tivéssemos chegado tarde. Quando nos decidimos tivemos de procurar recuperar um terreno perdido durante uma geração e anular desconfianças.

AC – Muitas desconfianças, não é?

SG – Muitas em relação ao Brasil, ao passado etc. etc. Sobre isso eu voltarei a falar. Nessa ocasião, quando começou a briga entre os três movimentos que participavam do governo de transição de Luanda, o governo português de certa forma favoreceu o MPLA. Armas para o MPLA foram desembarcadas, mandadas pela Yugoslávia; começaram a chegar uns poucos cubanos, assessores, ainda antes da independência. Então, no momento apazado, na data que havia sido fixada para a independência, 11 de novembro, essa era a situação e já tinha havido uma série de refregas entre os movimentos. O MPLA tinha expulsado a FNLA. Houve lutas nas ruas etc. O MPLA, como movimento de liderança marxista-leninista, tinha o objetivo de chegar à independência com um regime comunista implantado. Em Portugal, prevalecia o Gonçalvismo e nossas relações com Portugal correram algum risco, porque muitos portugueses quiseram vir para cá, inclusive o próprio Marcelo Caetano, o general Espinola, este transitoriamente. Todos esses casos exigiram decisões políticas de alto nível, que foram tomadas ordenadamente, na base de conceder o asilo e não admitir que o governo português tivesse qualquer dúvidas, a respeito de nossa não interferência. Essas pessoas não tinham apoio do governo brasileiro, que agiu sempre corretamente, mas tiveram seu asilo territorial sem problema e viveram aqui. O Marcelo Caetano, inclusive tinha muitas relações no Rio de Janeiro e era um professor de Direito Administrativo, parece que de grande nível, inclusive ensinou na PUC na época do seu exílio. Mas, no caso de Angola se tinha criado uma situação curiosa, porque nós tínhamos uma representação especial, como eu disse, aceita pelos três movimentos e pelo governo português. Angola ia tornar-se independente com data marcado e, provavelmente, com um governo comunista. O que fazer? O próprio Silveira ficou numa grande angústia, porque tinha que aconselhar o Presidente Geisel. A tendência natural era manter a representação, transformá-la numa Embaixada. O Silveira

determinou, o que eu achei uma coisa muito boa, logo no princípio de novembro, fazer uma consulta aos Estados Unidos, França, Grã Bretanha, República Federal Alemã. As respostas que vieram de nossas Embaixadas sobre o que que esses países iam fazer revelavam da parte deles, certa perplexidade e hesitação, a não ser no caso da França que disse que reconheceria, mas que achava a situação péssima. Os próprios Estados Unidos deram uma resposta inconclusiva. Então, a todos, nós transmitimos que a nossa tendência era reconhecer o novo Estado e todos acharam isso normal.

MH – Ministro, esse acidente de percurso no sentido de que o governo, certamente não seria... o governo angolano não seria um governo afinado ideologicamente com o Brasil. Não havia sido previsto nessa mudança de orientação anterior?

SG – Não, exatamente. Creio que havia uma certa previsão de probabilidade de que prevalecessem, no caso de Angola, o MPLA e no, caso de Moçambique, a FRELINO. Havia uma certa previsão embora não uma certeza. Mas se esperava que houvesse pelo menos uma fase com governos de coligação, como havia no próprio governo de transição de Angola. Evidentemente que esses movimentos não comunistas teriam tido com relação ao Brasil desde logo uma ligação possivelmente muito estreita, havia todos os indícios disso. Dos países consultados nenhum tinha uma situação peculiar como a do Brasil, com uma representação especial. A alternativa, isto é, retirarmos a representação especial, era um ato inamistoso para com o novo governo e a nova situação. Seria inútil reconhecer o Novo Estado e interromper a situação já de certo modo privilegiada, que nós tínhamos naquele momento. Na verdade, havia muito mais sólida justificativa por detrás, havia o óbvio na minha opinião. O Silveira ia levar uma informação sobre o assunto ao Presidente, e pediu ao Zappa para prepará-la. O Zappa tinha vindo em 74 também, mas já em junho. Quer dizer, ele não está na origem da política africana. Quando ele chegou já estava ela totalmente determinada e muito firme, mas ele se dedicou à execução com uma grande compreensão pelos problemas africanos. Ele vinha me chatear às vezes de noite, ficávamos até 9, 10 horas na Secretaria Geral atendendo um pouco ao Zappa, com seus entusiasmos e as desconfianças que tinha dos portugueses, disso, daquilo e daquilo outro. Achava que a coisa ia andar mal e que era preciso fazermos mais etc., e eu dizendo: “Olha, não é assim, esse Embaixador português que está aí é um achado”, era o Fuchter Pereira, “sem ele já teríamos tido encrencas muito maiores com Portugal; cada coisa tem seu momento, etc.” Mas, nessa ocasião, a então Secretaria Adjunta, hoje o Departamento

preparou uma longa informação dando todos os detalhes, que o Silveira reviu e levou ao Geisel, para o reconhecimento do novo governo. Achei que devia dar a minha opinião também, e não apenas verbalmente, que devia de certa forma me comprometer, porque era um ato decisivo, passível de ser atacado. Fiz, um “papel” para o Silveira, um “paper” informal mas assinado. Era muito sintético, duas páginas e meia ou três páginas. E ele levou o “papel” junto com a informação, o despacho, em mãos. Eu sei disso, porque gente do Conselho de Segurança me falou que correu aquele meu papel lá na Secretaria do Conselho. Era uma coisa muito simples. Começava com a afirmação sintética, que eu não explicava, de que seria feita a independência e que o MPLA, que é um movimento de liberação nacional de orientação marxista, iria ter o poder, gostássemos ou não. Daí tirava todas as consequências: que era preciso reconhecer e tratar normalmente com o novo país soberano; transformar a representação especial em Embaixada; que esse reconhecimento provocaria uma forte crítica internamente no Brasil, uma campanha da imprensa considerável, mas que com o tempo era de supor que os fatos acabariam por tornar menos justificável ou compreensível esse tipo de crítica. Raciocinava que não tínhamos meio de alterar a realidade; ou aceitávamos o mundo como ele era, ou estaríamos de fora completamente, em uma posição irrelevante em termos de Angola. Se estivesse presentes, pouco a pouco poderíamos ter uma posição de certa significação nesse novo Estado. Que reconhecimento não implica “aprovação” de ideologia ou tendências do reconhecimento. Se, como alguns analistas achavam, a UNITA viesse a ganhar o poder depois, isso também não era grave, porque o máximo que podia acontecer era um período de esfriamento por alguns meses mas, pela própria natureza das coisas, voltaria a haver uma relação com o Brasil e até mais fácil e desinibida, depois dos primeiros momentos de uma mudança de governo, desde que mantivéssemos uma posição de isenção com relação aos problemas internos de Angola. Houve um período muito difícil, logo depois da independência, por causa do problema da intervenção cubana. Já havia alguns conselheiros cubanos há meses, uns poucos russos, alguns alemães orientais, um grupo pequeno. O país se desorganizou, os portugueses foram embora, etc. com a desapropriação das propriedades e a insegurança. Muitos vieram para o Brasil. A grande maioria “retornou” a Portugal.

MH – Lembro, foi uma invasão.

SG – Granes traineiras de pesca vinham para cá. Nós não dificultamos nada disso, nem estimulamos. Era um direito que nós tínhamos de dar asilo e até uma tradição nossa em relação aos portugueses quando eles têm problemas, como houve na proclamação da República em Portugal, em 1910 e em outras ocasiões. A recíproca tem sido verdadeira, historicamente. Essa prática, aceita por todos, não deixa de às vezes gerar atritos e é preciso atenção e respeito às normas para evitar irritações maiores. Tínhamos naturalmente a preocupação de que as novas autoridades angolanas não interpretassem erroneamente a posição do Governo brasileiro na matéria e até que compreendessem que, mesmo num governo visto de forma como militar e autoritário, havia toda liberdade de imprensa, de expressão de opiniões em favor ou contra o Governo angolano. [Lembro-me de que o nosso Ovídio chegou a dizer, em telegrama, que os portugueses atravessaram o Atlântico em suas traineiras para criar problemas entre Brasil e Angola, o que causou em todos nós estupefação. Às vezes, o melhor agente, sob tensão muito tempo, perde algo de seu sentido comum].

[FINAL DA FITA 18-B]

SG – É, houve também um incidente com um navio mercante angolano, que estava no Rio de Janeiro e os angolanos o reclamavam, e os portugueses que eram os proprietários também o reclamavam. Minha teoria era de que o registro no porto de Luanda definia a nacionalidade, mas achava que o governo brasileiro, não devia decidir isso, e sim a justiça. [O Zappa queria que o governo resolvesse. Disse-lhe que não podíamos; nós podíamos orientar os angolanos, que mandaram agentes aqui, para procurarem bons advogados e até lembrar argumentos, mas cabia à justiça resolver. A solução judiciária foi satisfatória para eles. Mas houve, logo depois da independência, a chamada dos cubanos].

MH – Ministro antes do Sr. entrar no caso de Cuba, o Sr. antes mencionou a questão da discussão no Conselho de Segurança Nacional do problema todo africano, e digamos...

SG – Do reconhecimento da Angola.

MH – O reconhecimento de Angola, havia sem dúvida nenhuma, uma discussão interna no governo na época sobre essa questão, não?

SG – Não, havia uma decisão do Presidente Geisel. Sobre a questão do reconhecimento em si, não sei se havia opiniões divergentes no Conselho, mas não houve problemas, quer dizer, o Presidente Geisel resolveu e nós continuamos a reconhecer as autoridades locais, após a independência; acreditamos a representação especial junto ao novo Governo. Ganhava ela assim o *status* de verdadeira missão diplomática e o Ovídio passou a Encarregado de Negócios, até que se pudesse formalizar a criação da Embaixada e a designação de Embaixador (decreto de criação, pedido de “agrément”, submissão ao Senado, que entrara em recesso e nomeação, o que requeria tempo para providências administrativas e orçamentárias). Então, os angolanos ficaram preocupados, irritados. Talvez por ignorância, como é que não tem um Embaixador? Não há uma Embaixada? Tivemos o trabalho de explicar a eles que a criação da Embaixada no Brasil dependia de ato administrativo, de decreto, que não podia haver Embaixador antes do Senado estar novamente reunião em março. Era uma situação juridicamente meio esquisita. Tratava-se de uma representação especial que de repente passa a ser acreditada junto a um governo soberano. Mas isso é um pormenor que foi esclarecido na época e decorreu da incompreensão, da extrema desconfiança em relação ao Brasil, que teria gerado talvez a ideia de que nós estávamos fazendo uma malandragem qualquer, mantendo lá o representante especial em contato com eles e não pretendendo ter relações diplomáticas, uma besteira dessa que nunca nos ocorreu. Mas a questão dos cubanos naturalmente criou um problema para nós. Na verdade, o governo angolano havia pedido auxílio a todo o mundo, alegando o que é verdade, e foi noticiado na imprensa internacional inclusive, que a UNITA estava avançando atrás de um batalhão de blindados da África do Sul que chegou a 40 km de Luanda, uma coisa assim, e os países que responderam ao apelo do governo de Luanda, foram, como era de supor, os países da Europa Oriental e Cuba, em particular, que rapidamente mandou tropas para lá. Então, não era juridicamente uma intervenção, porque era pedido de um governo soberano, que nós havíamos reconhecido, e não para, formalmente pelo menos, para debelar uma ressurreição interna, mas para proteger-se contra uma intervenção estrangeira que havia sido notoriamente caracterizada. O modo que essa foi, do ponto de vista da análise jurídica, a situação da “intervenção cubana”. Legalmente não era uma intervenção. [Mas como é natural houve uma grande reação, a imprensa toda aqui disse as piores coisas. “O Estado de São Paulo” desceu ao nível de ataques *ad hominem* contra o Silveira, fazendo referências até a aspectos físicos, ao tamanho dele, aos *Silveira’s boys*; inventou o adjetivo silveiresco, se

referiu ao fato de que a origem dele não era estranha a essa preferência pela África. Talvez uma insinuação de que um avô dele era mulato, o Senador Azeredo, que foi um político eminente de grande atuação aqui, entre 1900 e 1930. Usavam todo o tipo de argumento.]

AC – Isso é até honroso, uma crítica honrosa.

SG – Argumentos inaceitáveis, num grande jornal nacional como é “O Estado de São Paulo” e numa imprensa civilizada e que não tinham nada que ver, objetivamente, com a situação que não era cômoda para nós. Nosso objetivo em Angola, como os outros, sempre esteve muito claro: o que nós oferecemos como opção era apenas a manutenção de uma presença e que eles não se sentissem isolados, tendo como único ponto de contato com o exterior os países comunistas. Era essencialmente isso e jogar um pouco no tempo, jogar um pouco nas tendências nacionalistas. O nacionalismo em si é uma força ideológica brutal. Esses países necessariamente iam afirmar sua nacionalidade e, no seu processo de desenvolvimento, não poderiam contar apenas com os mesmos países comunistas. Eu tinha muita convicção de que, a médio e longo prazo, era preciso ter paciência e não interromper o contato.

AC – E, eu queria perguntar ao Sr. que, realmente nós estamos diante de uma situação digamos, surpreendente não é? Por muito menos do que isso, Cuba, saiu, foi expulsa da OEA, nós cortamos relações e tudo o mais, porque afinal de contas, estava caracterizada, inclusive, a presença de Cuba em Angola, e um governo marxista-leninista em Angola, mas por outro lado, quer dizer, eu acho que foi também uma forma do Brasil recuperar aquela, digamos, aquele... o prestígio ruim que ele tinha junto aos países africanos, no sentido de não ter apoiado durante tantos anos o movimento...

SG – Bom, teve esse efeito. Mas as duas situações, Cuba no sistema interamericano e os outros países na África, eram radicalmente diferentes. Cuba era um país latino americano, um país ligado às organizações e a convivência regional, a revolução cubana nos primeiros anos tentara interferir em países vizinhos etc. Além disso, Cuba criava uma tensão imediata e estratégica com o próprio centro de poder do Ocidente, com riscos de escopo mundial. Os países africanos eram países muito menos estruturados e países em que, na nossa visão, o elemento principal era o nacional, era a afirmação nacional. Não chegava eu ao ponto de excluir o fator ideológico, [achava que estava muito presente. O

Zappa excluía praticamente esse fator. Eu disse: “Olha, não é assim, não vamos nos enganar, o que eu acho é que o fator nacional a médio e longo prazo vai se afirmar e que a única coisa que nós podemos fazer, no momento, é ter um tipo de presença e de boa relação com eles e ver como as coisas se desenvolvem”. Com essa conclusão estávamos de acordo. Nas conferências sobre energia e petróleo em Paris, em dezembro daquele ano, que foi uma iniciativa francesa, os americanos foram um pouco de má vontade, não deu em nada porque não havia uma possibilidade de convergência naquele momento entre os produtores de petróleo, os industrializados e mesmo os outros países em desenvolvimento importadores.

MH – Já era a crise, inclusive.

SG – Já. O Silveira esteve lá e me contou que o Kissinger perguntou-lhe porque nós estávamos tendo essa relação com a MPLA, que era um governo comunista, que estava dirigindo Angola num sentido contrário aos interesses do ocidente inclusive, portanto, aos nossos interesses e o Silveira respondera: “Se você me diz que os Estados Unidos vão intervir em Angola, vão mandar tropas para lá e botar outro governo ao poder, você me avisa que eu tiro a nossa Embaixada de lá e depois que vocês fizerem tudo eu ponho de novo a Embaixada, acreditada junto ao novo governo”. Ao que Kissinger retrucou lembrando a decisão do Congresso americano contrário a esse tipo de ação e as operações da CIA no local. Silveira concluíra: “Então, se vocês não podem fazer nada, nós também não podemos fazer nada, vamos deixar lá nossa Embaixada”. Uma forma simplista de responder, mas que no caso se justificava plenamente.]

AC – Eu tenho a impressão que seu raciocínio foi um pouco o raciocínio que os Estados Unidos não fizeram com Cuba na época, mas é um pouco esse de jogar com uma estratégia de médio e longo prazo e de que o nacionalismo poderia funcionar como um fator corretivo.

SG – Poderia, sei, se houvesse uma diluição dos problemas em torno de um quadro em que o país encontrasse caminhos para se aguentar, digamos assim, na base de um apoio ocidental.

AC – Porque dificilmente se poderia imaginar Cuba se mantendo, o regime cubano, o castrismo se mantendo sem o anti-americanismo que foi a base de sustentação desse regime.

SG – Durante meses em Angola o único país ocidental, presente além de Portugal, era o Brasil. Só muitos meses depois é que acho que veio a França e depois a Itália. No caso de Moçambique desde o princípio estiveram vários, mas inicialmente também foram Brasil e Itália. Itália inclusive utilizando o partido comunista como um instrumento do governo italiano para penetrar em Moçambique, fazer assistência técnica, as “combinazione” italianas típicas mas, no caso de Angola então, tinha esse problema...

MH – Ministro só um instantinho, não deixa de ser curioso também, em termos de América Latina, Brasil e Cuba eram os únicos países a desenvolver desde o início uma relação com os movimentos de libertação.

SG – Depois da independência, pois Cuba vinha de antes, porque os comunistas há muito tempo, de todas as origens, apoiavam esses movimentos porque, nas colônias portuguesas, já falamos disso, esses movimentos de libertação, liderados por marxistas, eram importantes, eram dominantes por causa do seu isolamento total e porque a potência colonizadora nunca negociou nada, não engajou em tempo um processo político para encaminhar a independência. Aí se explica a ação de Cuba, um país pequeno mas totalmente mobilizável para fins políticos, subsidiada pelo União Soviética. O Brasil é um país com um potencial incomparavelmente maior, mas totalmente incapaz de se mobilizar para um objetivo de política externa, a não ser se agredido. Não há projeto externo que justifique ou explique uma mobilização, um esforço nacional. Tem que ser baratinho tudo, e não... não envolver nada, além de ação diplomática ou política e um pouco ação econômica dentro de limites muito modestos. Mas no caso das colônias portuguesas, havia vários fatores subjacentes, a língua, muitos elementos da cultura e da história. Um certo interesse interno por essas coisas. Se não tivéssemos feito nada, provavelmente teríamos sido também criticados por não termos feito nada, em termos dessas colônias portuguesas no momento da independência. De modo que não havia muito outra escolha. Há gente que diz: “Ah! O Brasil fez isso por causa dos mercados, porque começava a ser exportador de produtos manufaturados e de serviços”. Começou na década de 70, muito lentamente; em matéria de exportação de serviços a Mendes Júnior

na Mauritânia, era o único caso, a estrada de rodagem; manufaturados estava já começando a exportar-se para América Latina e um pouco para alguns mercados africanos, como a Nigéria. Mas não era essa a motivação principal, porque nós sabíamos que não eram grandes mercados imediatos. A motivação no fundo era política e, na minha opinião, de segurança. Isso não era dito ostensivamente por autoridades ou pela imprensa. Eu disse isso em conferência na Escola Superior de Guerra, pública; nem sempre os jornais pegavam os pedaços mais importantes das conferências que fiz. Eu disse que, até de um ponto de vista de segurança nacional, era importante que nós tivéssemos países, do outro lado do Atlântico, que tivessem receptividade para nós, que nos visse como amigos e que não se deixassem transformar em instrumentos das superpotências ou piões num jogo de guerra fria, num jogo eventual de guerra entre elas. Não disse isso com tantas palavras, mas está muito claro para quem quiser ler, com um mínimo de atenção o que eu disse naquela ocasião. Talvez isto até mesmo não estivesse muito claro no momento da independência. Então, ninguém estava satisfeito com a forma [dos acontecimentos nas colônias, mas, para o Brasil, não havia alternativa. Era pior não ter nenhum tipo de relação, era muito pior. Alguns jornais nossos, particularmente o *Estadão* não entendiam ou não queriam entender que obviamente não havia outra opção racional. Havia quem escrevesse que se tratava de uma espécie de posição ideológica do Itamaraty, o que era um disparate. Logo depois da independência, nós reconhecemos no dia, na hora e sabendo o que fazíamos. Outros reconhecimentos, mesmo de alguns países africanos demoraram muito. Aí começou a haver até mesmo dentro do governo umas certas dúvidas. Creio que chegavam a falar com Geisel, “está vendo, o Brasil está isolado, fez um gesto desses, uma maluquice, etc.” Nunca tive dúvidas. Afinal vieram, levaram uns meses, mas vieram os outros reconhecimentos e já no ano seguinte, pouco a pouco, de alguns europeus.]

MH – Eu queria fazer uma pergunta para o Sr. a respeito da questão da segurança, porque de certa maneira essa ideia da importância, desse relacionamento com a, com Angola, do ponto de vista de segurança, era como se a gente tivesse incluindo dentro de uma outra teoria, digamos, de uma outra perspectiva geopolítica que era a da segurança hemisférica, um interesse agora nacional que extrapolasse digamos esse círculo interamericano.

SG – Mas sem dúvida. Não de um ponto de vista de ação militar nossa, mas de um ponto de vista de prevenção de situações negativas eventuais, era muito importante para nós que esses países, sobretudo aqueles justamente que tinham liderança marxista, não evoluíssem

no sentido de em troca de apoio, darem bases para União Soviética, se transformarem no que eu chamava de instrumentos de uma superpotência, coisa que eles conseguiram evitar e que não estavam desejosos de ser. Em alguns casos menores, como por exemplo, a Guiné Bissau e Cabo Verde, nós sabemos perfeitamente que a União Soviética pressionou para ter bases e eles se recusaram.

AC – O Brasil teve um papel nesse sentido? Indireto ou não?

SG – Se teve foi muito indireto, por seu discurso e suas atitudes compreensivas e amistosas. Mesmo anos depois, em 1980, em que visitei os países africanos da “linha de frente”, e fui o primeiro Ministro brasileiro a fazê-lo, encontrei ainda em alguns lugares, sobretudo em Moçambique, muitos ressentimentos e desconfiança. Meu discurso foi sempre no sentido de que não queríamos mais do que a afirmação da independência dos países africanos, que eles fossem eles mesmos, que evoluíssem por si mesmos, de acordo com seus interesses nacionais. Nossa ênfase era sempre esta: nós estaremos sempre com a melhor disposição na base do mais estrito respeito à soberania de cada qual, conscientes da necessidade de mantermos o Atlântico Sul como uma zona de cooperação pacífica entre os países em desenvolvimento que o margeiam (o que exclui a África do Sul). Nunca fizemos gestões para organizar nada. Não era o tempo, mas mantivemos um discurso desse tipo, que caía bem. Uma vez, quando Secretário Geral, recebi uma equipe do Departamento de Estado. Os participantes se mostravam preocupados e faziam valer, o que em tese tem seu fundamento, que um grupo marxista-leninista quando empolga o poder, mesmo associado a outras correntes, nunca mais larga o osso e funciona internacionalmente como sucursal da URSS, por uma esquemática visão dos interesses da revolução socialista universal. Respondi-lhes que não era bem assim, que conviria levar em conta certas diferenciações geográficas e mesmo culturais. Lembrei que aqueles que foram perdidos definitivamente são países que estão ao lado do Exército vermelho e que todas as vezes que tentaram se subtrair, Hungria, Tchecoslováquia, simplesmente a Rússia interveio sem hesitação nenhuma. Mas esses países africanos não só eles não representam para União Soviética estrategicamente aquela função essencial e não alienável dos países do Leste europeu, como ainda por cima estão muito longe do Exército vermelho, de modo que no dia em que eles evoluírem por um motivo ou por outro para formas próprias, iugoslavas, chinesas, ou mesmo que comecem por diversos motivos, econômicos e outros, a se aproximar mais do Ocidente, a União Soviética simplesmente

não pode fazer nada e não vale a pena para ela correr o risco, a tensão de fazer uma intervenção àquela distância, uma intervenção aberta. Que realmente a situação geográfica, um fator fundamental e a própria estrutura do país, em que por baixo daquela capa dominante, o que há é uma estrutura tribal, não permitem confundir as duas situações. É preciso não aplicar mecanicamente os raciocínios. [Problema da independência da Guiné. Aí de novo o Zappa queria logo que a gente reconhecesse. Eu prendi um pouco. O Silveira também me disse: “Vamos esperar o momento seguro” e acrescentou: “Você vê essa coisa, que o Zappa está muito angustiado”. O Zappa, naturalmente, muito preocupado em não perdermos o bonde.]

AC – O Zappa era a própria encarnação dos ideais africanos.

SG – Eu esperei até que um dia veio um telegrama de Lisboa, da nossa Embaixada, informando que havia dentro do partido socialista a intenção de aprovar na semana seguinte a independência da Guiné Bissau. Aí eu disse: “Bom, então está na hora, não é?”; fui ao Silveira com o Zappa. O Silveira estava saindo para um almoço oficial lá no Ministério, e eu disse que era o momento, ao que ele respondeu: “Então fala os telegramas”. Foram feitos enquanto durava o almoço. O Zappa escreveu nota a imprensa etc. Mostramos ao Silveira quando ele ainda estava no almoço. Soltamos os telegramas e reconhecemos antes de Portugal. Fomos o primeiro país a reconhecer a Guiné Bissau, o que até hoje os próprios guineenses nos lembra. Trata-se de um país muito carente que desde o princípio se voltou muito para nós; voltar-se-ia para qualquer lugar de onde pudesse receber qualquer tipo de ajuda, embora fosse também marxista como Cabo Verde. Esses dois mostravam uma evolução no sentido de um não-alinhamento verdadeiro, talvez por causa das suas extremas carências. E eu via nisso uma indicação de que o mesmo fenômeno poderia ocorrer nos maiores, que eram talvez menos carentes, podiam aguentar mais, mas no fundo sabiam que era do lado de cá que iam poder encontrar os apoios econômicos e de outra natureza para seu desenvolvimento. Nesse período, de Angola e Moçambique não vieram missões praticamente. Houve um ou outro caso isolado de pessoas que vieram para tratar de um assunto específico. Da Guiné Bissau veio, e mesmo Cabo Verde. Da Guiné Bissau veio uma vez uma missão até grande que almoçou lá no Ministério. Eu me sentei ao lado da comissária da educação (eles ainda chamavam de comissários os ministros). Era uma mulata clara caboverdeana de origem, o que era comum na administração. Perguntei-lhe se já havia estado com Nei Braga,

Ministro da Educação. Disse-me que sim, que fora boa a entrevista e que ele prometera um tipo de auxílio. Acrescentou que no momento queriam sobretudo professores primários. Comentei então: “A Sra. sabe, eu li no jornal que o Brasil tem um déficit de 5 mil professores primários, que no interior são justamente moças que sabem ler e escrever e são contratadas por muito pouco dinheiro, para ensinar o que sabem apenas. Mas, de professores primários formados, treinados para serem professores primários, há um déficit imenso, de milhares”. Ela aí disse assim: “Ah! Pois é, possivelmente. Já em falaram isso no Ministério da Educação, mas nós queremos apenas 30. Se os senhores tem um déficit de 5 mil, passar a ter um déficit de 5.030, não faz diferença”.

AC – Aliás é um raciocínio perfeito que se aplica muito bem, cada vez que eu ouço o Brasil emprestando alguma coisa a alguém, eu falei como é que pode.

Sg – É um roto emprestando ao esfarrapado.

AC – Bem, com isso eu acho que está acabando a fita, não é?

SG – Vamos ver, eu estou pulando coisas, mas eu acho que o essencial está aí, sobre as colônias portuguesas, sobre...

AC – Ah, ainda tem o outro lado? Então está ótimo. [INTERRUPÇÃO]

SG – [Não teve, e aí teve o problema do tratado com a Alemanha no princípio do governo Carter, não é?

AC – O problema de direitos humanos.

SG – Direitos do homem, tem esses dois pontos importantes, com os Estados Unidos no meu tempo de Secretário Geral.

AC – A questão dos reféns também, não foi, não é? Mas aí o Brasil não foi...

SG – Quais reféns? Não, eu já era Ministro.]

MH – E, talvez, o Acordo Nuclear, também.

AC – Mas acho que os Estados Unidos hoje não dá.

MH – Não, hoje não. Talvez China, não é?

SG – Mas com mais uma sessão acabamos com o período de Secretário Geral. Posso falar rapidamente sobre o reconhecimento da China comunista, que foi feito de uma forma ordenada. Tomada a decisão, foram missões lá. Holanda, Geraldo, que tinha estado em Hong-Kong, foi muito utilizado para isso e, na primeira missão, foi também o Sardenberg etc. Tudo combinado corretamente. Veio então, uma missão comercial chinesa ao Brasil, mas já com certo entendimento que daí sairia oficialmente o reconhecimento do governo da China. Isso foi ainda em 74, acho que em agosto, por aí. O reconhecimento do governo de Pequim provocou um certo problema de ordem interna com a perda do *status* diplomático, da representação de Taiwan. Eu tive o penoso dever de transmitir ao ex-Embaixador de Taipé a nova situação e suas principais consequências jurídicas e diplomáticas.

[FINAL DA FITA 19-A]

SG – A parte comercial poderia continuar, mas sem representação comercial de Taiwan aqui, ou do Brasil em Taiwan. Mas nada impediria que alguma sociedade comercial brasileira, sujeita às leis brasileiras, se ocupasse de comércio com Taiwan e houvesse taiwaneses trabalhando nesse escritório. Eles montaram em São Paulo um escritório e periodicamente tentam dar-lhe um caráter oficioso, o que temos conseguindo evitar sempre. O movimento de pessoas poderia continuar também pelo sistema, que nós seguimos com nacionais de países com os quais não temos relações diplomáticas. Não se dá o visto no passaporte, mas o consulado pode emitir um *laissez passer* para aquela viagem. Nosso consulado em Hong Kong estava autorizado a fazer isso. Houve no princípio um certo problema porque havia a tentativa de vinda de taiwaneses em grandes grupos, a título de turismo. De repente, começou a surgir um suspeito interesse taiwanês por turismo no Brasil. Iam a Los Angeles, ao Consulado, pedir visto etc. Havia congressistas nossos que se interessavam e nós resolvemos checar isso e não admitir que houvesse, por simulação, um movimento desse tipo. Mas nunca se fechou de todo o

comércio e os contatos pessoais legítimos. Isso deu muito trabalho porque o Chefe do Departamento Consular em cada caso me consultava, mesmo depois de termos diretrizes e normas sobre como fazer. O problema também das propriedades chinesas, da propriedade da Embaixada. Fiz uma reunião com o Departamento Jurídico, na época, o Dr. Resende, não estava. O Dilermando Cruz, que trabalhava com ele e era competente e aplicado [compareceu. O Dilermando, porém, talvez influenciado por opiniões de imprensa que eram bastante críticas, defendia a tese de que, quando reconhecíamos um país, as propriedades do país de que o novo Estado se desmembrara continuavam com seu dono antigo. Lembrou que o prédio em Brasília, automóvel, móveis, etc. das repartições taiwanesas no Brasil haviam sido comprados pelo Governo de Taipé, com dinheiro dos impostos pagos pelo povo de Formosa e não nos cabia tomá-los para os passarmos a outras autoridades. Procurei, então, explicar] detalhadamente que não se tratava de reconhecimento de país mas de governo; o país era o mesmo, era a China, com a qual temos relações seculares, apenas havíamos reconhecido com um atraso de 25 anos um novo governo da China; então, o antigo governo para nós não era sujeito de direito e não podia ser proprietário de coisa nenhuma no Brasil, nem mesmo a título particular. Isso me deu grande trabalho, porque mesmo depois, de ter dito isso, ainda veio um parecer jurídico defendendo basicamente a tese de que Taiwan era de fato, senão de jure, um estado soberano. Foi preciso insistir que, no caso, não existiam dois Estados, pois nem Taiwan, nem Pequim admitem que haja dois estados, tratava-se de puro reconhecimento de governo. Tirante, porém, esses pequenos tropeços de execução, que chateavam mas tinham solução racional, não houve maior dificuldade. O outro problema a que eu me referi, que era o Oriente Médio...

AC – Antes disso, eu queria perguntar ao Sr. por que realmente a questão da China foi uma questão que não passou apenas pelo Itamaraty? Quer dizer, ela foi ao Conselho de Segurança Nacional e parece que foi imperialmente com a ordem de Geisel para que fosse aprovado.

SG – Isso eu não sei, as condições em que foi feita a decisão. Mas o Presidente Geisel quando se decidia, estava acabado; ele já teria feito as consultas que achava que devia fazer.

AC – Quer dizer, o Itamaraty não tomou conhecimento dessas instâncias?

SG – Pessoalmente, pelo menos não me preocupei porque se a opção fosse minha, não hesitaria em tomar o curso que se tomou. E Silveira também, certamente. Acho que deve ter havido algo, não sei se é verdade, porque naquele período houve momentos em que alguns jornais inclusive *Jornal do Brasil*, e se não me engano, o *Estadão*, disseram que a política externa era uma coisa muito séria para ser tratada só por diplomatas, era preciso que o Conselho Nacional estivesse sempre presente. Ora, o Conselho provavelmente esteve. O erro dos jornais foi esquecer que era política externa quem decide é o Presidente. O Itamaraty assessora, sugere, executa. Tomada a decisão do Presidente nós não tínhamos que estar perguntando a opinião de outros órgãos da administração.

MH – É interessante, também, que em 77, na demissão, quando saiu o General Frota um dos elementos que constava do documento era, se referia que a questão chinesa não é? A questão de Angola e a questão chinesa.

SG – De um modo geral, achava ele que a política externa era de esquerda. Falar de uma política externa de esquerda no governo Geisel realmente era uma brincadeira. Opinião decorrente, provavelmente, de profunda ignorância do mundo. Não era uma política externa de direita na base de paixões, como não era uma política externa de esquerda na base também de paixões ideológicas. Era a política que o meu antecessor tentou definir como pragmatismo responsável. Eu não gosto muito dessa definição, como não gosto de nenhum rótulo, como já disse, mas os rótulos contêm um grau de verdade. Quer dizer, no caso, que a política brasileira não era determinada por simpatia ou antipatia ideológica, mas por uma análise do que era a situação real no mundo e da posição relativa nossa no mundo.

AC – Sobre esse aspecto Ministro, houve realmente uma diferença muito grande com relação a política de 14 anos antes, quer dizer, no início da década de 60, o Brasil era uma potência realmente, era um país, enfim, sem expressão maior, quer dizer, um gigante adormecido um pouco e acho que já nós, talvez, não pudéssemos dizer o mesmo nesse início de 74. O país já tinha mostrado sua pujança, um ano de desenvolvimento importante, então, é como se houvesse uma reciclagem dessa política, não é?

SG – Foi crescendo. O que eu diria é que o país passou a ser uma potência de quinta categoria, para ser uma potência de terceira categoria, se se quiser falar em termos simplificados de poder nesses 20 e poucos anos. Como não há muitas na primeira e na segunda, estar na terceira já começa, as vezes, a incomodar um pouco, mas a ...

AC – Segundo o Araújo Castro era uma potência média com resquícios de pequena potência, quer dizer, uma espécie de inadequação.

SG – Eu nunca fiz comentários públicos como os que acabei de fazer. Nem usei essas expressões, nem a palavra potência emergente, porque achava que nós não precisávamos, nem devíamos. Externamente nós não devíamos pretender apresentarmo-nos como mais do que somos, nem como menos. Não nos devíamos qualificar, mas deixar que a nossa ação nos qualificasse, o fato que nós representamos. Falamos de China e íamos passar para Oriente Médio. Aí, sim, provavelmente o Presidente Geisel era influenciado pela sua experiência de Petrobrás. Aqueles pontos, quatro pontos, a que eu me referi, eram perfeitamente defensáveis. Na minha opinião, era uma volta, se não ao texto, a filosofia da Resolução da partilha. Em certo sentido, representavam portanto, a verdadeira tradição da posição de princípio do Brasil com relação ao Oriente Médio. Os jornais falavam que esquecíamos Oswaldo Aranha. Mas na verdade, estávamos voltando, no fundo, aquilo que Aranha propugnou e que satisfazia Israel enormemente em 48, que era a criação do Estado de Israel, a partilha, os dois Estados.

MH – Quem havia se distanciado era Israel.

SG – É, tinha evoluído. Árabes nunca aceitaram a partilha, inicialmente o quiseram jogar Israel no mar, uma maluquice, descontroladas paixões e fraqueza política dos governos. Só depois de 67 de forma muito implícita começaram, em alguns países árabes, a haver grupos ou líderes que entendiam isso, que não podiam deixar de admitir a existência de Israel. Isso só muito mais tarde veio a se manifestar de forma mais clara, embora, implícita, em certas resoluções, projetos apresentados pelos árabes. Ambos os lados sempre pretenderam mais do que podiam, ou do que o resto do mundo poderia aceitar. Nossa posição original me parecia boa, no sentido de que se escudava em princípios, mas não permitia ativismo à vista da complexidade de fatores atuando na região e da profundidade dos sentimentos e engajamentos das Partes. Uma ou outra delas,

ocasionalmente, poderia nos estimular a algum tipo de iniciativa, mas por interesse tático específico e momentâneo dela. Quando acompanhei o Ministro Magalhães Pinto à Sessão Especial da Assembleia em junho ou julho de 67, ele se entrevistou com os Ministros do Exterior do Egito e de Israel e chegou a falar-lhes, sob a forma de apelo, de uma possível solução à base de certos princípios imparciais. Foi ouvido com toda atenção e gentileza por um e por outro. Mas ficou claro que não havia receptividade para começar nada. Anos depois, o Gibson teria tentado alguma gestão e os jornais aqui chegaram a falar da “mediação” brasileira. Felizmente, a coisa não teve repercussão internacional, pois, posta nesses termos de “mediação”, ela roçava o ridículo. Se nem os Estados Unidos ou a URSS, isoladamente ou em cooperação, conseguem apaziguar todas as contradições na região! Se se tratasse de uma tragédia em representação. Ainda se poderia imaginar um Deus ex-machine que tudo resolvesse. Como não é assim, continuarão a matar-se periodicamente, com maior ou menor risco para a paz mundial. Os quatro princípios nos davam uma orientação correta, política e moralmente defensável no foro da ONU, o único onde nos caberia pronunciarmo-nos. É evidente, porém, que os projetos de resolução frequentemente refletiam um encarniçamento verbal em uma ou outra expressão, em algumas de suas partes, que ia além de nossas intenções. [Nesses casos, é perfeitamente legítimo votar a favor por se estar de acordo com o sentido geral e o objetivo do projeto, se compatível com a posição de princípio, e fazer em declaração de voto uma reserva sobre partes que vão além do que se considere apropriado. Vocês se lembrarão do chamado “voto sionista”. Tratava-se de um parágrafo que condenava a discriminação racial, o que não nos causava qualquer dificuldade. Em seguida, destacava dois exemplos: o *apartheid*, o que tampouco nos causava perda e o “sionismo”. Evidentemente, há em Israel discriminação, como em alguns países árabes e sempre que a religião é elemento definidor da nacionalidade. Na Inglaterra, se não me engano até 1870, havia contra católicos. O excesso, obviamente, era por no mesmo pé de igualdade *apartheid* e sionismo. O voto causou furor. Felizmente, nos anos subsequentes, não houve repetição de proposta desse tipo. Minha tendência, como a dos serviços do Ministério, era a abstenção. A decisão de mais alto nível foi o voto favorável que, naturalmente, teve excelente efeito nos países árabes. Defendemos o voto das críticas, lealmente, com argumentos, aliás verdadeiros, de que se pode ter relações corretas, e mesmo boas, com um Estado sem aprovar a filosofia em que se baseia ou com que se justifica. O argumento sempre preservava o essencial da posição, mas não poderia explicar o excesso. Em minha opinião, foi um erro tático dos árabes haverem insistido no ponto, naquela ocasião. Em

certo sentido também, o *apartheid*, tem uma origem ou pretensa justificação religiosa na teoria da graça do calvinismo. É, de certa maneira, uma deformação dessa teoria. Mas todo o governo em que há uma legitimação próxima ou remota de tipo religioso geralmente é discriminatório e não há nada mais intolerante do que religião.] O mesmo acontece com qualquer grupo, que se defina em torno de uma especificidade excludente, na relação com indivíduos e grupos com que tenha de conviver. [Um outro assunto importante foi a questão do governo Carter, que assumiu com duas ideias, a ideia da não-proliferação, e da ênfase dos direitos do homem.

AC – Eu acho que essa a gente não devia entrar não, porque nós não vamos ter fita e o Sr, já deve estar cansado.

SG – Estou cansado já, eu estou correndo o risco de pular as coisas.

MH – É, é por isso, talvez seja melhor a gente parar por hoje, não é?

AC – E depois nós estamos com a fita acabando, quer dizer, um assunto dessa importância talvez seja melhor fazer uma, deixa eu ver, desliga aí um instantinho. [INTERRUPÇÃO]

AC – ...Inflexão a essa mudança de orientação com relação ao problema Israel-Árabe realmente foi muito interessante porque teve consequências na imprensa muito fortes, eu me lembro que houve uma mudança total na orientação do *Jornal do Brasil*, por exemplo, com relação a isso nessa época, quer dizer houve uma mudança na cúpula do *Jornal* que implicou a saída de, não se eram judeus, mas o jornal mudou de posição de um dia para o outro.

SG – O Dines.]

AC – O Dines, exatamente, o jornal mudou de posição de um dia para o outro e os leitores ficaram um pouco perplexos.

SG – Essas coisas acontecem.

MH – Ministro, vou voltar só rapidinho para uma questão que o Sr., enfim, em relação a política africana que ficou de fora, que é a questão da África do Sul, que é a nossa relação com a África do Sul, que certamente ficou...

SG – Aí houve a decisão de não mandar mais embaixador para a África do Sul. Esse é um caso, a África do Sul, em que há gente da esquerda, que acha que nós deixamos romper relações e restabelecer com Cuba e há outros que acham que nós devemos mandar embaixadores e fazer um esforço de aproximação porque é um grande mercado africano. Ambas as posições, são obviamente não racionais. A posição que nós seguimos com relação à África do Sul era de que não se poderia ter intimidade política com a África do Sul e nós não tínhamos necessidade ter essa intimidade política e ao mesmo tempo ter uma política africana. O argumento de que certos países africanos negociam por baixo do pano, o que é um argumento verdadeiro, não pode nos afetar pela razão muito simples de que os países da linha de frente, e às vezes alguns francófonos, simplesmente não podem viver sem algum comércio com a África do Sul, porque a economia deles, nos tempos coloniais, e até hoje isso não foi radicalmente modificado, estava organizada em função desse comércio com a África do Sul. Inclusive Moçambique muito, a Angola menos, porque tinha uma abertura mais para a Europa e uma produção que se vendia bem na Europa (café, diamantes e petróleo). Então, eles têm uma justificativa de, mesmo a contragosto negociar com a África do Sul. Ora, nós nunca proibimos o comércio com a África do Sul a não ser o de armamentos e equipamentos correlatos porque é a decisão do Conselho de Segurança, obrigatória. Mas, fora disso nunca proibimos, apenas não estimulamos. Nossa Embaixada lá não faz campanha ou promoção, embora dê as informações para qualquer empresário sul-africano que as queira sobre importadores ou exportadores brasileiros. Em matéria de vistos, a Embaixada age como qualquer Consulado atenta particularmente, a boa fé do pedido, para evitar vistos obtidos por falsos pretextos. Mas não havia porque romper, nem era essencial na minha opinião romper com a África do Sul para ter uma política africana, mas certamente era necessário não desenvolver essas relações, deixá-las em banho-maria ao nível de Encarregado de Negócios que tem funções a rigor mais consulares que outra coisa e informaria da parte política como informação. Afinal, o país existe. As relações de esportes também foram cortadas de todo o que deu muito trabalho. No princípio, a regata Cape Tour/Rio criou problemas difíceis, porque era de fato interessante para o pessoal o iatismo.

[FINAL DA FITA 19-B]

6ª entrevista – 25/03/1985

A.C. – Rio, 25 de março de 1985. Sexta entrevista com o ministro Saraiva Guerreiro. Na última sessão, em Petrópolis, nós estávamos conversando sobre o seu período na Secretaria Geral e sobre já a gestão do Ministro Azeredo da Silveira. Hoje, nós gostaríamos, talvez, de recomendar a discussão sobre o Governo, centralizando, de início, nas relações Brasil-Estados Unidos e em tudo que girou em torno disso, porque foi realmente um dos momentos mais importantes da política externa nesse período.

S.G. – É verdade. Durante o fim do Governo Ford, na verdade desde o fim do Governo Nixon e no período Ford, não houve nada de muito particular nas relações. A não ser, no último ano em que Kissinger foi Secretário de Estado. Ele nunca havia dado atenção particular a assuntos latino-americanos e, no último ano, passou a tomar conhecimento de tais assuntos. Foi o período em que veio ao Brasil e o Silveira esteve lá, e passaram a se tratar de “Dear Tony” e “Dear Henry”, nas cartas, e a terem conversas mais à vontade. Houve um certo esforço das duas partes e maior compreensão. Infelizmente, já muito no fim do Governo Ford. Se tivesse sido antes, esse maior interesse de Kissinger pelos assuntos latino-americanos poderia levá-lo, com o prestígio que tinha junto ao seu Governo e sua vivacidade intelectual, a criar um clima melhor de relacionamento. Houve, inclusive, alguns casos, como, por exemplo, quando foi necessária uma decisão do Governo americano sobre a exportação de um material para a nossa Polícia, em que a exportação era difícil, mas a Casa Branca poderia autorizar excepcionalmente. O Silveira recorreu ao Kissinger e a autorização foi obtida. De modo que a melhora no relacionamento tinha efeitos práticos. Havia maior compreensão política da parte do Secretário de Estado para a necessidade de atender a pretensões nossas, aqui e ali, criando-se melhor ambiente. Assisti a umas duas conversas Silveira – Kissinger muito boas.

M.H. – Ministro, perdão. A questão do Memorandum de Entendimento é dessa época.

S.G. – É. Um sinal dessa fase foi o Memorandum de Entendimento, cuja linguagem equilibrada revela maturidade nas relações entre os dois países. Nele, se previam

consultas, inclusive consultas das equipes de planejamento. Nós não temos propriamente uma equipe de planejamento, mas já havia, no Gabinete, uma... um grupo que fazia as vezes de equipe de planejamento. O que era uma coisa útil, interessante. Naturalmente, sempre se incorporavam elementos dos Departamentos geográficos e funcionais, conforme os assuntos. Mas era sempre um grupo pequeno. À época do Silveira, era basicamente o Holanda³⁷ e, mais tarde, o Sardenberg³⁸, que trabalhara comigo na Secretaria Geral e voltou a trabalhar comigo quando fui Ministro. Também o Gelson³⁹, em ambas administrações, e outros. Poucos contatos nesse período, porque veio logo o Governo Carter, mas ficou o quadro com o Memorandum de Entendimento. E também o subgrupo de comércio Brasil - Estados Unidos, que é dessa época, sempre foi continuado e é útil, porque ali as duas partes expõem as suas pretensões, as suas queixas, etc. Nesse quadro do subgrupo de comércio, as Partes não chegam a resolver problemas, mas os equacionam e encaminham a níveis superiores. Examinam-se periodicamente as apreensões, as preocupações, os pedidos de uma e outra parte. Serve para esclarecer dúvidas, para melhor conhecer, tanto a legislação quanto a prática do outro, para melhor explicar porque que é assim num país e no outro. Mas você ia fazer uma pergunta.

M.H. – Sim, quer dizer, pensando inclusive num marco mais global desse período da política externa que o Sr. mesmo descreveu no sábado, e a ideia, enfim, do que se chamou na época do rompimento do alinhamento automático. Quer dizer, qual era a expectativa que se tinha desse relacionamento com os Estados Unidos a partir dessa decisão?

S.G. – Bom, a visão nossa era a seguinte: a ausência de um alinhamento automático não implicava, em absoluto, uma atitude de hostilidade ou de recusa de cooperação. Pelo contrário. Não se tratava de um alinhamento às avessas. Apenas considerávamos que o entendimento com os Estados Unidos tinha de ser muito maduro. Tinha de ser feito na base de uma compreensão dos interesses específicos de cada um. Nós tínhamos alguns interesses específicos que era preciso que eles compreendessem, que nós pudéssemos explicar, manter o diálogo com os Estados Unidos, sem partimos de uma presunção a priori decorrente de concepções gerais, elas próprias em nosso espírito sujeitos a análise. Dá mais trabalho. Não era uma política externa que estivesse preocupada em marcar

³⁷ Embaixador Geraldo Egidio da Costa Holanda Cavalcanti

³⁸ Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, à época Conselheiro

³⁹ Conselheiro Gelson Fonseca Júnior, à época Segundo Secretário

posições independentes dos Estados Unidos porque sim, para jogar para as galerias. Quer dizer, na medida até em que fosse possível estar de acordo com eles, tanto melhor. A possibilidade de divergência, no nosso entendimento, se justificaria apenas quando houvesse uma especificidade do interesse brasileiro; ou, como os dois países têm papéis diferentes no cenário internacional, fosse contrário ao interesse brasileiro, e inútil, que o Brasil simplesmente fizesse a mesma coisa que os Estados Unidos. Esse período foi relativamente curto. Durou até a posse do Presidente Carter, que tinha escassa experiência de política externa. Dizia-se que era homem de grande habilidade política. Mas, em termos do exercício de funções da mais alta responsabilidade no quadro da vida pública americana, extremamente complexa interna e externamente, parecia um homem de experiência limitada. E ele veio, como é natural, com uma política que procurava marcar contrastes com a do Governo anterior. Alguns desses pontos de contraste que ele desejava marcar nos afetaram. Pois dos pontos da política Carter, que ele havia na própria campanha eleitoral referido muitas vezes, como forma de crítica ao Governo anterior e que portanto, no seu Governo, ele tinha de caracterizar como passando a ser pontos fundamentais, eram a não-proliferação nuclear e os direitos do homem. Entendia que o Governo americano poderia fazer muito mais no campo dos direitos do homem e que teria de empenhar-se muito mais no sentido de evitar a proliferação nuclear.

M.H. – Na época se dizia que a aplicação dessas políticas, dessas bandeiras, no caso da América Latina, era, digamos, uma forma bastante barata de implementação com um efeito. Porque, no fundo, eram bandeiras vinculadas a uma perspectiva global, mas que, digamos, como a América Latina era um terreno mais seguro, havia por parte da administração Carter a ideia de que aqui seria mais fácil e teria, digamos, uma ressonância maior.

S.G. – É. A pergunta sua é absolutamente correta. Havia um pouco esta ideia [Risos] de que essas políticas, que eram políticas obviamente de escopo universal, poderiam mais facilmente ser demonstradas no hemisfério. Pelo menos parecia que no espírito, na análise dos assessores do Presidente Carter e dele mesmo, era na América Latina que ele podia dar uma prova concreta de que estava levando a sério esses dois engagements, esses dois compromissos da não-proliferação e da promoção de direitos do homem. No caso, nós pudemos notar que, não imediatamente, mas no curso dos primeiros meses, por exemplo, em matéria de direitos do homem, houve uma série de amolecimentos e

esquecimentos, em outras regiões, por motivos estratégicos: no caso da Coréia do Sul; em relação ao Irã do Xá; mesmo no caso das Filipinas, etc. Então, não era uma política de princípios. Era uma política que se exerceria onde pudesse ser exercida. Era uma adaptação de um princípio geral às possibilidades de ação que ele considerava disponíveis. Na verdade, a influência americana na América Latina é notória e não havia o risco estratégico da proximidade ou iminência de “perigo” soviético. Além disso, as chamadas “ditaduras” latino-americanas eram sensíveis à tese e, em alguns casos, já se propunham um processo de democratização. De certa forma, Carter estaria forçando portas semi-abertas. Talvez, já que se levantou o problema de direitos do homem, pudesse começar por aí. Em matéria de direitos do homem, houve, em relação ao Brasil, um equívoco considerável. Aliás, é uma coisa curiosa. Há um artigo que saiu no “New Yorker”, de um repórter que acompanhou toda a campanha eleitoral de Carter. Referiu que o candidato falava de direitos do homem, mas foi só numa parada em S. Francisco que alguém lhe sugeriu engajar-se mais a fundo na promoção dos direitos do homem; que isso teria bom efeito, etc. E ele se engajou enfaticamente, mas sem ter ideia de como, estando no Governo, iria proceder em consequência internacionalmente. Não posso, evidentemente, verificar essa realidade. Mas o fato parece verossímil, embora não saiba como ele se encaixa, ou entrosa, na evolução do Governo Carter. Tendo assumido no dia 21 de janeiro, já teria ele encontrado, nos primeiros dias na Casa Branca, cartas diversas em que refugiados russos lhe pediam certas ações com relação à União Soviética em favor de oprimidos, de dissidentes, da liberdade de emigração e coisas desse tipo. Carter não podia ignorar seu engajamento, mas não sabia bem como fazer o que lhe pediam. Começar criando um caso, e grave, com a União Soviética? Ainda tentou alguma verbalização, levou uns coices verbais de volta, e o assunto foi esquecido. Mas, com relação à América Latina, parecia mais fácil. Não é que ele tivesse tomado uma iniciativa específica e isolada a respeito do Brasil. E o momento era muito ruim para tomar essa iniciativa. Aliás, qualquer momento teria sido. Porque se nós estivéssemos na ocasião sob um regime autoritário, de vocação demagógica, a reação poderia ter sido, muito violenta. Apesar da dependência que temos em relação aos Estados Unidos, mesmo que tivéssemos um Governo tipicamente autoritário, já era perigosa a iniciativa. Com relação ao Governo do Presidente Geisel, caía muito no vazio, porque, apesar dos retrocessos do período, pacote de abril, etc., era meio ridículo estar pressionando o Governo Geisel, em matéria de direitos do homem quando, obviamente, nas circunstâncias, dificilmente uma pessoa teria mais autoridade que o próprio Presidente Geisel, naquele momento, para ir — como

ele começou a fazer a partir de janeiro de 75 — para ir afrouxando as restrições características do período anterior, não é? Primeiro, eram os jornais: liberdade de fato da imprensa; os jornais metendo o pau no Governo o tempo todo e a pretexto de tudo. A lei ainda dava poderes discricionários ao Governo, mas ele não usava, não é? Havia um clima de liberdade nas eleições. Vocês se lembram que, mesmo em 74, o MDB quase ganhou o controle da Câmara — uma coisa assim de 4 ou 5 votos a menos na Câmara? Enfim, já estava havendo, obviamente, uma evolução dentro do Brasil, e seria muito pouco inteligente querer forçar as coisas e provocar uma reação talvez desnecessária ou a exploração nacionalista contra a intromissão americana. O Governo Carter não teria tomado uma decisão específica de pressionar o Governo brasileiro. Uma lei americana, pouco anterior ao Governo Carter, estabelecia que o Executivo tinha de fazer um relatório anual sobre a situação de direitos do homem nos países que recebessem ajuda americana, inclusive a militar. Era uma lei de iniciativa do Congresso. De modo que, foi feito um relatório sobre direitos do homem, que compreendia 80 a 90 países, inclusive o Brasil...

A.C. — Como?

S.G. — O relatório sobre os direitos do homem, o primeiro apresentado segundo esta lei e mandado ao Senado pelo Departamento de Estado, é de setembro de... O Carter foi em que ano, meu Deus?

M.H. — 76.

S.G. — 76, é?

A.C. — 76 a 80, não é?

S.G. — É, são esses quatro anos. Então a lei é de setembro de 75 e o relatório...

M.H. — É o primeiro, não é?

S.G. — É o primeiro. E era um relatório que continha críticas, continha elogios. Não era uma coisa, se você quiser, das piores possíveis, em termos de relatórios, nem podia ser. Estava baseado, naturalmente, em informações da Embaixada aqui, etc. Poderia estar

exagerado num ponto ou noutro, mas, no conjunto, mostrava uma transição, um progresso, embora ainda não completado. Não reagimos ao envio do relatório ao Congresso, porque era uma coisa interna e não nos afetava. Não por enquanto, pelo menos — não havia nenhuma ação de Governo dos Estados Unidos que resultasse desse relatório. Ignoramos.

M.H. — Nessa época, não houve reação nem por parte das autoridades militares? Quer dizer, realmente o relatório não incomodou a nenhum setor do Governo?

S.G. — Não, nem se deu publicidade. Nós resolvemos também não estar circulando aquilo, nem provocando. Pelo menos, no Itamaraty não se pensou nisso. “Deixa lá, isso vai para o Senado, fica lá, não convém dramatizar, criar incidentes inúteis, etc. Mas, quando se tratou, já no princípio do Governo Carter, da implementação do Acordo de Assistência Militar o tal relatório teve consequência operacional. Todo ano (obedecia a uma lei americana) o Congresso americano legislava sobre esses acordos. O acordo previa isso: que a ajuda dependeria de uma lei anual do Congresso americano que estabelecia modalidades e montantes orçamentários. Sempre se entendeu que, pela própria natureza e objetivos do acordo, essa lei anual abrangia alocação de fundos ou outras medidas que fossem relacionadas com o assunto, com a matéria do acordo militar. E direitos do homem era uma matéria que nós considerávamos totalmente estranha ao acordo e imprópria à sua execução. De modo que, não podíamos aceitar a decisão de supeditar, subordinar a condicionalidades de direitos do homem o resto que havia de ajuda militar que já era muito pouca (é preciso levar isso em conta, também). Já há tempos que a ajuda militar americana, em termos do que é o Brasil, do próprio volume das Forças Armadas e de suas necessidades, era bastante secundária. Naquela época, o que eu ouvi, inclusive, de meios militares é que a Aeronáutica ainda precisava muito de certas peças sobressalentes e coisas assim. Todos se interessavam pelos tais cursos de atualização, que eram dados nos Estados Unidos. Nada mais.

M.H. — Era muito mais o que funcionava nessa época, era esta parte de treinamento, não é?

S.G. — É. Treinamento. Porque achavam que havia muitas experiências americanas, etc., que era interessante assimilar. Mas mesmo isso não era essencial para as Forças Armadas.

A tendência, a filosofia, já se havia deslocado de uma filosofia que era essencialmente a de comprar ou receber de fora o melhor, na convicção de que o país estava muito longe de produzir mesmo o essencial. Essa era a posição, digamos, tradicional brasileira desde 1880, quando houve a evolução em matéria de construção naval, há um século atrás, e em matéria de armamentos. Nossa industrialização emperrou, e as Forças Armadas passaram a comprar os equipamentos inteiros lá fora. Nos anos 70, ao contrário, já era possível pensar em dar prioridade ao desenvolvimento da indústria bélica aqui mesmo. Já estava havendo uma certa indústria militar no Brasil, começando a funcionar como um subproduto da industrialização do país, embora atrasada nas tecnologias de ponta. Mas, de qualquer forma, os equipamentos que recebíamos como “caixas pretas” eram igualmente obsoletos. Já a Marinha foi a que mais se atrasou nisso, porque a própria Aeronáutica tem Centro Tecnológico da Aeronáutica em S. José dos Campos desde 1949, e nunca deixou de ir pouco a pouco aprimorando o pessoal e as pesquisas e os equipamentos, etc. Mas a Marinha estava muito atrasada. Eu me lembro de ouvir dizer que os destroyers, os navios americanos, mais ou menos era tudo ferro velho, mal serviam para treinamento de pessoal. Quer dizer, não valia a pena continuarmos a receber essa sucata flutuante. Achava melhor ter muito pouca coisa, mas boa ou feita aqui. Havia, portanto, uma dupla atitude. Primeiro, uma filosofia de dar ênfase à produção local e à pesquisa local, mesmo que ela não resolvesse todos os problemas, mas já resolvia alguns e importantes; segundo, o que é curioso sendo um regime militar, uma, não digo despreocupação, mas uma diminuição ou perda, mesmo, da obsessão de ter em funcionamento Forças Armadas poderosíssimas mas caras e dependentes de importações. Quer dizer, a hipótese de guerra com a Argentina estava, apesar de tudo, um pouco posta de lado. A ideia da guerra geral em que nós fôssemos um complemento das Forças Armadas americanas também [Risos] parecia extremamente improvável. Então, nós vamos ter tempo. Creio que havia, explícita ou implicitamente, essa ideia. Mas a razão principal, então, foi essa: que nós não estávamos dispostos a aceitar que a execução do programa de assistência militar ficasse subordinada a uma decisão do Senado americano na base de uma análise e julgamento da situação dos direitos humanos no Brasil. Quando a Embaixada americana entregou o tal relatório sobre os direitos do homem, já no principiozinho do Governo Carter, lá no Ministério, ao nível de Divisão e sem uma nota, propriamente, com um pequeno aide-mémoire, talvez preocupada em não criar uma onda, tínhamos de reagir imediatamente. Eu me lembro que, no fim do dia o non paper foi entregue às 5 da tarde numa 6ª feira — às 6h. o Silveira me chamou e já o encontrei com

o Geraldo Holanda e o Chefe do Departamento das Américas, o Embaixador Pereira de Araújo, que hoje é Embaixador em Buenos Aires. Ele me chamou, me mostrou as coisas: “O que é que você acha?” Eu disse que, como não havia nota, não cabia devolver, mas nós tínhamos de agir rápido no mesmo espírito de não aceitação. Discutiu-se um pouco como fazer. Minha posição foi de que devíamos passar nota abrindo mão da ajuda militar, consultadas as áreas competentes, com o que o Silveira estava de acordo. Sugeri que a nota fosse simples, curta, e rápida. Então ele foi ao Planalto, foi ter um encontro com o Presidente. O Presidente reuniu os Ministros da Casa e eu acho que também o Ministro do Exército (não sei quantos, certamente esses estavam), estava o Figueiredo, que era o Chefe do SNI. Silveira voltou já eram talvez 10 horas da noite, nos reuniu de novo e disse que tinha sido aceito o procedimento proposto. E ainda estudar a forma de nos desvencilharmos do Acordo de Assistência. Então se discutiu como seria a substância da nota. Considerei que o essencial era o princípio de não-intervenção. Porque o Brasil não aceita que qualquer órgão de um outro Estado julgue, e aja em consequência, sobre assuntos que são internos brasileiros. Dizer só isso, e não entrar em detalhes. E o Embaixador Pereira de Araújo e o Embaixador Holanda Cavalcanti ficaram então os dois de, na base do que se tinha conversado ali, redigirem o projeto de nota. Eu ainda fui para casa. O Silveira, eu não sei se ficou lá ou se foi para casa. Voltei à 1 da manhã, quando me avisaram que a minuta estava feita. Discutimos o texto da nota. O Silveira fez lá umas modificações, etc. Eu achei que a nota estava boa, que realmente os dois tinham preparado um texto muito competente, muito correto. Não havia nada emocional na nota. Ela era curta, fria, seca e correta.

A.C. – E o argumento básico era esse, da não-intervenção.

S.G. – O argumento básico era este. Que o Brasil não aceita que órgãos de Governos estrangeiros passem julgamento sobre seus assuntos internos.

[FINAL DA FITA 20-A]

S.G. – Em consequência, o Governo brasileiro abre mão de qualquer forma de assistência decorrente do acordo. Bom, aí se combinou que no dia seguinte, que era um sábado, eu chamaria para ver-me, logo cedo, de manhã, o Embaixador americano, que era o John Crimmins. Ele foi avisado à noite. Acho que não se chegou a falar com ele, porque ele

estava, enfim, dormindo, o que é natural. Foi avisado um dos funcionários da Embaixada, que fez chegar a ele a convocação. E, no dia seguinte, eu estava lá às 9hs. para entregar a nota, na Secretaria Geral, onde ele chegou às 9:30.

M.H. - Ministro, só uma pergunta. Eu não queria, inclusive, cortar a narração.

S.G. – Não, não tem importância.

M.H. – Mas, de qualquer maneira, uma decisão como essa, por mais que na época, realmente em termos práticos e objetivos, não houvesse mais uma relação tão intensa de equipamento...

S.G. - ... de volume e de valor tão grande...

M.H. - ... de volume de valor tão grande, era, sem dúvida nenhuma, uma modificação bastante profunda, inclusive, digamos, na própria geo-política, na própria visão geo-estratégica militar brasileira.

S.G. – Exato.

M.H. – Desde o período da guerra, que havia, depois reforçado com o Acordo de 52, havia uma relação realmente muito próxima. Quer dizer, é a discussão disso na época, deve ter sido bastante densa entre as autoridades militares, não é?

S.G. – Olhe, não sei. Suponho. Lá, nessa reunião das 6hs. no Gabinete do Ministro, que acabou antes das 7, não tínhamos a menor dúvida. Dei minha resposta assim, imediata, e vi que era um pouco o que todos estávamos pensando, com diferenças apenas quanto ao linguajar a empregar. Mas, desse ponto que você tocou, nós tínhamos muita consciência. Um país soberano, porém, quando admite um certo tipo de restrição à sua soberania, quer dizer, num assunto como esse, que toca no âmago da sua vida interna, depois não tem mais onde parar suas concessões. Quer dizer, tratava-se de um ponto crítico que, fosse qual fosse a circunstância, não se poderia aceitar. O país que aceita formalmente uma coisa dessas, ser fiscalizado e julgado por outro num assunto da própria essência de sua vida interna, como as relações do Estado com os cidadãos, está perdido. Pedidos, gestões

diplomáticas, isso é normal, sobretudo em favor de nacionais, em torno de nacionais do outro país. Em torno da própria organização interna do país, só pode acontecer quando há um grau de intimidade muito grande e da maneira mais informal e reservada possível. Mas aceitar uma situação que decorria de uma lei americana, segundo a qual o Senado americano anualmente examinaria um relatório do Executivo americano sobre observância de direitos do homem no Brasil e passaria um julgamento: “sim, pode continuar com a “ajuda” ou: não”, isso nós todos achávamos que nem se poderia pensar. Ninguém tinha a menor hesitação sobre isso.

A.C. - Ministro, em todo caso, havia dois argumentos que o Sr. (inaudível)...

S.G. – E quando, digamos, o Ministro do Exército, o Ministro das Forças Armadas, Chefe da Casa Militar, Chefe do SNI, foram ouvidos lá na Presidência – porque o Geisel chamou todo mundo quando o Silveira disse que tinha urgência, etc., e fez uma reunião — não houve, aparentemente, qualquer dúvida sobre a questão de princípio.

M.H. – Mas então ...

S. G. - Houve preocupações da Aeronáutica com isso ou com aquilo; sobre modos alternativos de fazer. Houve ainda claramente a decisão em todas essas instâncias de não transformar isto num cavalo de batalha nacionalista anti-americano, explorar a opinião pública. Não houve esforço nesse sentido, mas simplesmente de marcar o ponto e dizer: Não, isso não é possível, não aceitamos.

M.H. – Agora, então, pelo que o Sr. está contando, quer dizer, a iniciativa do rompimento do Acordo partiu, nessa época, do Itamaraty.

S.G. – Bom, foi o primeiro ponto em que o assunto foi discutido. Mas não foi uma posição, digamos, peculiar nossa; não, absolutamente. Em termos de princípio, todos estavam de acordo. Porque não havia outra solução, na verdade. Mas não se denunciou o Acordo imediatamente. Se foi estudar ainda, inclusive do ponto de vista da cláusula de denúncia. Apenas, num primeiro momento, se...

A.C. Questionou...

S.G. - Renunciou à ajuda, quer dizer, se renunciou à execução do Acordo ou de coisas novas baseadas no Acordo que tivessem de depender desse julgamento. Havia coisas em execução. Continuaram. Aí, já, como se diz em inglês, estavam no pipe line e foram para adiante. Não tomamos uma atitude emocional. Foi uma questão de preservar o princípio muito claramente.

A.C. – Ministro, esse sagrado princípio da soberania, que se defendeu tão bem nesse momento, nem sempre é possível, não é? Por exemplo, o caso do FMI é um caso que inquieta todas as consciências, não é?

S.G. – Mas é muito diferente.

A.C. – Ver essa senhora Ana Maria com essa pasta, etc. [Risos] Mas eu fico pensando que o Sr. realmente... quer dizer, as razões que teriam tornando relativamente pouco doloroso para o Brasil essa iniciativa, que foi uma iniciativa histórica, não é? Em primeiro lugar, o que o Sr. já lembrou. Quer dizer, no fundo, as Forças Armadas dependiam pouco do que os americanos...

S.G. – Já pouco.

A.C. – O próprio comércio a essa altura, embora os Estados Unidos sejam um parceiro privilegiado, já não era mais, como em outras épocas, quase que o monopólio do comércio exterior.

S.G. – Não era mais 50%, já estava em 20%, por aí.

A.C. – É, já era 20, não é? Melhorou muito. Mas havia talvez uma outra razão para tornar isso tudo mais ou menos fácil, que era a própria fragilidade do Governo Carter, não é? Essas razões mesmo que o Sr. lembrou: era um Governo meio inábil, todo mundo criticava muito...

S.G. – É, mas ele tinha acabado de ser eleito e empossado. Ele estava com autoridade naquele momento. Apenas, era um ponto sobre o qual não podíamos admitir outras

considerações. Não se podia. Isso eu disse na reunião, todos estavam de acordo. Não se podia ceder. Cedendo nesse ponto, amanhã não se poderia resistir em ponto nenhum, não é? Mas, na entrega da nota ao Crimmins, ele leu a nota. Ficou, me pareceu, surpreso. Sobretudo, ficaram muito surpreendidos com a rapidez. Olhe que eles tinham entregue o papel deles, uma espécie de aide-mémoire com o tal relatório, às 5 da tarde da sexta-feira, e às nove e meia da manhã do sábado eu estava com a resposta, e uma resposta que era do Governo mesmo. Todo mundo consultado e, sem a menor hesitação, uma resposta curta, seca, cordial, com a simplicidade e a força de um silogismo. O Uruguai, por exemplo, também renunciou. A nota uruguaia, de que nós recebemos cópia depois, era de 5 páginas. A da Argentina tinha 4 páginas. Eram relatórios. Falavam da solidariedade continental, da frustração, disso, daquilo e daquilo outro, uma porção de troços meio emotivos. A nossa não dizia uma palavra que não fosse estritamente necessária e relacionada com aquele silogismo. [Risos] Crimmins leu o texto, ficou meio vermelho e disse algo assim: “Mas vocês já aceitaram uma participação dos Estados Unidos em assuntos internos de vocês. A Aliança para o Progresso implicava aprovação de projetos sociais diversos no país.” Expliquei-lhe que era muito diferente. Quer dizer, quando um país pretende obter poupança externa para certos e determinados fins, é perfeitamente natural, razoável e equitativo que explique ao país que vai emprestar, inda mais naquelas condições de empréstimos concessionais, que o que recebe é para projetos que visam a objetivos específicos de acordo com o plano geral – no caso, o da Aliança para o Progresso – e que aceite comprovar que está empregando o dinheiro de acordo com aqueles objetivos estabelecidos no projeto. Tratava-se de algo muito diferente no caso presente. Nós não estávamos pedindo. A questão de direitos do homem no Brasil, certo ou errado, não é parte de um projeto internacional por nós negociado. É um assunto estritamente interno nosso. [Risos] Não há, da parte do Governo brasileiro, nenhuma intenção de recorrer a uma ajuda externa, de uma forma ou de outra, para promover direitos do homem. Porque isso é da própria essência da organização político-social do país. Não são projetos concretos econômicos ou sociais em que, ao pedir dinheiro, se tenha de provar que o dinheiro está sendo bem empregado. Empréstimos, e sobretudo concessionais, podem ter até muita importância, ser fundamentais para o país, mas são assuntos que permitem perfeitamente um tratamento objetivo, concreto, negociado. Ele aí disse: “Mas direitos do homem é um assunto internacional. Assumimos compromissos, nós todos, países membros da ONU, na Carta das Nações Unidas.” [Risos] Aí eu achei engraçado... Quer dizer, eu tinha passado desde Terceiro Secretário mexendo com isso

um pouco e conhecendo a opinião de juristas americanos sobre este assunto e a evolução do pensamento americano, desde os anos 40 e tantos. Então expliquei que, realmente, o compromisso que nós assumimos ao assinar a Carta da ONU era o que existia quando o Congresso brasileiro aprovou a ratificação da Carta, e era aquilo que se havia combinado em São Francisco. O próprio texto da Carta, fala de “cooperação para promover os direitos do homem” e cria uma Comissão de Direitos do Homem que é a única comissão criada pela Carta. Sempre se entendeu, e isso ficou claro nos “Travaux préparatoires” em São Francisco, que o texto não dava às Nações Unidas, que é um organismo multilateral, em que todos estamos, um poder judicante de passar sentenças sobre a situação concreta de um certo país. É um trabalho, sempre se entendeu, de promoção das normas (declarações, convenções, etc.), que a Organização pudesse desenvolver, até mesmo de fiscalização, mas com a cooperação das partes – porque lá está dito: “cooperação dos Estados membros, individual e coletivamente” –, e esse sempre foi o entendimento de todos. Está nos relatórios da Conferência de São Francisco, do Grupo de Trabalho que redigiu esses artigos da Carta. Está num livro, se o Sr. quiser ver, de fácil acesso (a Embaixada deve ter), que é “The Law of the United Nations”, de Hans Kelsen, que cita esse relatório e desenvolve essa análise. Sempre foi essa a posição e o entendimento inclusive do seu Governo. Eu me lembro que em 1949 houve, inclusive, uma pessoa que levantou o assunto perante a Corte Superior (District Court) da Califórnia. Invocou a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos do Homem para um caso concreto que estava perante a Corte, e a Corte disse que o dispositivo da Carta das Nações Unidas não era self executing, que dependia da legislação americana. [Risos] Essa sempre foi a jurisprudência dos tribunais americanos. Até hoje, nos Estados Unidos, se amanhã o seu Governo lhe fizer algo que o Sr. considerar que é uma violação dos seus direitos individuais, o Sr. não vai arranjar nenhuma Corte americana que aplique a Declaração dos Direitos do Homem diretamente. [Risos] E, aliás, não podia ser de outra forma. Em 1948, quando foi aprovada a Declaração, que não é juridicamente obrigatória, porque é uma Resolução da Assembleia Geral – a Assembleia Geral não tem poderes decisórios, como se sabe –, houve perto de 50 declarações de voto, inclusive a nossa, e inclusive a americana, que foi feita por Mrs. Eleanor Roosevelt. Todos falaram de um grande passo, de objetivos e “standards” universais. Em nenhum momento se falou de obrigação jurídica. Nem se podia falar. Imagine o Senhor, acrescentei, se em 48 o Governo federal americano poderia aceitar como juridicamente obrigatória, e criando responsabilidade internacional para ele Governo federal, a Declaração Universal de Direitos do Homem,

quando em vários Estados americanos havia legislação – legislação! – discriminatória contra os pretos!

A.C. – Claro, exatamente o que eu estava pensando.

S.G. – Só depois do movimento de “Civil Rights” nos Estados Unidos e dos êxitos que obtive, e todos nós nos congratulamos não só com o movimento mas com o espírito de liberdade, de democracia [Risos] com que foi possível superar esse problema nos Estados Unidos, só depois disso é que os Estados Unidos passaram a achar que podiam dar lições ao mundo. Enquanto não estavam com seus problemas resolvidos, nunca tentaram se fazer de juizes. [Risos] Ele não tinha o que dizer, embora evidentemente não concordasse. Eu disse ainda que não era nossa intenção criar um ambiente de irritação popular anti-americana. Que o Presidente Geisel jamais pretenderia usar isto, como seria muito fácil para ele, na base de emoções nacionalistas. Não se pensava nesse tipo de exploração para congregação opinião pública em torno do Governo. O Presidente não era homem dessas coisas, até por temperamento...

M.H. – Ele foi embora muito irritado, não é?

S.G. – e achava que seria contrário ao interesse nacional fazer esse tipo de mobilização emocional da população, etc. Crimmins ainda, já em pé, de saída, comentou que o Ministro Silveira daria seus “leaks” à imprensa, como de hábito. Resolvi, dada à tensão em que ele estava, ignorar o comentário e o despedi normalmente. Mas ele depois ficou muito irritado, porque saíram umas coisas nos jornais, o que era explicável embora lamentável. Não posso afirmar quem foi que mexeu na ferida desnecessariamente. Então, os direitos do homem ficou nisso. E a parte dos Tratados de Não-Proliferação também foi levada com pouca habilidade pelo Governo Carter.

A.C. – Antes do Sr. entrar nesse ponto, quer dizer, não sei por que me ocorreu uma comparação muito abstrata com o Governo Jânio. Porque o final, o que o Silveira fez também, foi um pouco isso. Quer dizer, a política externa se tornou uma política popular, até certo ponto, não é? Quer dizer, essa espécie de popularidade que ele deu, que incomoda inclusive um pouco, talvez tenha dado um pouco essa aura assim de

popularidade, de um certo nacionalismo incontrolado (que o Governo brasileiro sempre quis proteger contra ele). Mas, enfim, criou um pouco de teatro, assim...

S.G. – Pouquinho, é.

A.C. - ... e criou simpatia, também.

S.G. – Talvez. Talvez a ideia... Mas não se chegou nunca a fazer uma campanha de mobilização da opinião popular aqui em torno disso.

A.C. – Exato. Porque de certa forma as pessoas, digamos, a oposição de esquerda ficou um pouco dividida.

S.G. – É, acho que isso...

A.C. – Porque, obviamente, defender os direitos humanos nessa base, ninguém achava que seria muito razoável, não é?

S.G. – É. Depois, isso coincidiu praticamente com outro assunto, que foi a não-proliferação nuclear, não é? Nós tínhamos feito, em 75, os Acordos com a Alemanha Federal que implicavam transferência de tecnologia, todo o ciclo nuclear, naturalmente com fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica sobre o que decorresse do Acordo. Como se disse, um dos cavalos de batalha durante a campanha de Carter havia sido, justamente, o controle da energia nuclear. Uma atitude inclusive contra os reatores rápidos, os fast breeders. O próprio Governo americano parou as experiências que estava fazendo com reatores nucleares de... Como era o nome do lugar? Bend River, creio. Era um lugar lá onde eles tinham...

A.C. – Como é, Ministro?

S.G. – Os americanos tinham um centro de pesquisa de reatores nucleares rápidos. Estavam desenvolvendo essa tecnologia. E o próprio Governo Carter parou isso, ou desacelerou, embora esse tipo de reator economize enormemente combustível, porque produz plutônio, de modo que há uma espécie de permanente reciclagem do material

combustível. Para Carter, na prática, a decisão comprovava que ele estava sério em matéria de não-proliferação.

M.H. – Essa política, na época, não é, Ministro? provocou uma reação muito grande da própria indústria.

S.G. – Americana, é lógico.

M.H. – Americana. Eles foram perdendo a competitividade no mercado, não é?

S.G. – Competitividade, é. Mesmo nesse campo dos reatores rápidos, a França passou adiante, com aquele reator Phoenix, etc. Houve também uma redução do ritmo de implantação de usinas nucleares nos Estados Unidos, embora já tivessem 70 e tantas. Digamos, em vez de aumentar mais 50, que estavam em projeto, aumentaram mais 20 e tantas, o que também, naturalmente, irritou setores da indústria americana do setor. O assessor principal para assuntos nucleares no Departamento de Estado era um homem moço, talvez uns 35 anos, que era professor, se não me engano, no MIT e se chamava Nye, Joseph Nye, eu creio. Eu havia lido uns 2 artigos, em diferentes épocas, que ele escrevera para a revista “Foreign Affairs”. As ideias dele eram muito conhecidas. Um homem sem experiência de negociação internacional ou de vida internacional geral. Era um acadêmico, talvez brilhante. E eu tenho a impressão de que houve um pouco a ideia de que, se os Estados Unidos quisessem, paravam tudo. E, para parar, era preciso tomar logo providências práticas. Então, a primeira providência do Governo americano, no caso, foi mandar a Bonn uma delegação chefiada, se não me engano, pelo Vice-Presidente dos Estados Unidos...

M.H. – Mondale, não é?

S.G. - ... Mondale, para convencer os alemães a desfazerem os tratados com o Brasil, a propor uma renegociação. E, aliás, nesse primeiro momento, não nos disseram nada. Nos ignoraram solenemente.

M.H. – Perdão. O Sr. associa diretamente essa iniciativa do Governo americano à reação que o Brasil já vinha tendo com respeito à política de direitos humanos?

S.G. – Não.

M.H. – Não.

S.G. - Foi simultâneo. A relação, creio, era apenas cronológica. Foi nos mesmos dias, talvez até um pouco antes a ida do Mondale a Bonn. Não nos disseram nada. Enfim, foram lá a Bonn para ver se convenciam os alemães ...

A.C. - ... os alemães...

S.G. - ... os alemães. Talvez com a teoria de que se a Alemanha não quisesse, o que é que nós íamos fazer? Não encontraríamos outro parceiro. Acontece que os alemães nos informaram de tudo minuciosamente, com a maior correção. Foi talvez a primeira vez que em um assunto político, propriamente, a RFA disse “não” aos Estados Unidos. De outra forma, ela perderia toda a credibilidade. E ela pretendia transformar-se – tinha os meios técnicos para isso, e econômicos – num exportador de equipamento, de tecnologia nuclear e achava que, cedendo, prejudicaria sua credibilidade, mais adiante, junto a qualquer parceiro. Além de que, criaria um problema com o Brasil muito sério. E não é que nós sejamos importantes para a Alemanha, em termos mundiais; em comparação com os Estados Unidos, não somos nada. Mas somos algo suficiente para que nas circunstâncias ela hesitasse. E tomou então uma atitude muito correta, nos informou de tudo e nós nos plantamos. [Risos] Era um ponto de princípio que estava envolvido, além e acima de outras considerações. Aí eles mandaram o Subsecretário do Departamento de Estado, que era um advogado da Califórnia, um homem especializado em júri, um advogado de júri, muito inteligente e muito bem, aliás. Como era o nome dele?

M.H. – Warren Christopher?

A.C. – É.

S.G. – Christopher. Warren Christopher. E veio aqui, foi bem recebido, e usou todos os seus argumentos. Nós usamos os nossos, e saiu tudo cordial e ficou por isso mesmo, não é? Ficou tudo parado. Ele saiu um pouco caceteado, achando que, sob certo ponto-de-

vista – de novo o problema de temperamento –, o Silveira tinha dito uma coisa sobre o que se diria à imprensa e, na hora de redigir o comunicado, objetou a certas palavras. Mas isso, na minha opinião, que assisti à conversa e assisti depois à dúvida sobre a redação do documento, se devia mais ao fato de que se estava trabalhando em inglês apenas e podia ter havido alguma imprecisão de linguagem. Mas foi tudo muito claro, a posição nossa, etc. E ficou nisso. A própria administração Carter, pouco tempo depois, procurou mend fences, não é? Veio aqui o Secretário de Estado. Um homem, aliás, muito bem, grande advogado também. Você vê como a minha memória está ruim. Eu estive com ele...

M.H. – Quem? O Vance?

S.G. – Vance. Cyrus Vance. Que tinha trabalhado em outras coisas antes. Ele tinha mediado entre Turquia e Grécia, tarefa difícil. E a visita Vance foi boa. Não teve problemas. Depois o próprio Carter mandou a sua mulher, Rosalyn, que esteve com o Presidente Geisel. Naturalmente, houve uma sessão lá no Itamaraty, a que eu assisti. Ela trazia um caderno e ia olhando as folhas e comentando que Jimmy acha isso, Jimmy acha aquilo, etc. Posições já conhecidas. Mas era uma mulher simpática. Até fisicamente era muito apresentável. [Risos]

A.C. – Soou patético, não é? Isso é que ...

S.G. – É, um pouquinho. Foi muito bem tratada. Foi embora. Mas, na ida, ela parou no Recife, você se lembra?

M.H. – Claro, é isso que eu ia lembrar.

S.G. – Havia um funcionário nosso acompanhando.

A.C. - Exatamente.

S.G. - Ela disse que ia ficar no hotel. Estava cansada. Que ele, por favor, não se incomodasse. Meia hora depois, ela foi ao Consulado americano para receber aquelas pessoas que eram “perseguidas” aqui no Brasil, com grande espalhamento de imprensa, do que, novamente, como é natural, o Governo brasileiro não gostou. Muitos acharam que

era uma cafajestada inominável. Nem ajudava a “causa”, no Brasil, onde o processo seguia seu curso normal, nem era importante ou perdurável para a imagem popular do Governo americano.

M.H. – Quer dizer, no fundo, era um mend fences em termos, porque algum esforço se continuava...

S.G. – Era o desejo de tirar uma casquinha, algo chinfrim, fazer alguma coisa para a opinião americana. Mas nós nos mantivemos totalmente frios nesse negócio todo. Não reclamamos nada. Ignoramos esse falso problema. O processo nosso interno seguia seu curso natural e não ia ser mudado por causa disso. Se tivesse sido maior a pressão, talvez mudasse para trás. Jamais Geisel aceitaria que se pudesse imaginar que ele estava fazendo coisas porque...

A.C. - ... os americanos queriam. Inda mais os americanos... [Risos]

M.H. – Agora, o Sr. acha que nessa época... Porque justamente é um período em que os Estados Unidos, como a Aspásia estava falando antes, estavam bastante enfraquecidos. Quer dizer, a moral está um pouco afetada, a questão do Vietnam, a questão do Watergate e...

S.G. – É, por causa lá do Nixon.

M.H. - ... a questão econômica. Há toda, assim, uma perda de poder econômico...

[FINAL DA FITA 20-B]

M.H. - ... enfim, um período, inclusive, da iniciativa da trilateral. Então havia toda a ideia da...

S.G. - ... do Zibrzinski que esteve aqui umas duas vezes. Eu estive com ele uma duas vezes.

M.H. – É. E a ideia, justamente, é de que os Estados Unidos estariam tendo uma espécie de descenso de hegemonia. O Sr. acha que essa ideia, primeiro, é correta? E, depois, se de fato criou um pouco um clima mais à vontade, digamos assim, a Alemanha podendo de fato enfrentar os Estados Unidos numa decisão em relação a uma relação bilateral com o Brasil, o Brasil podendo reafirmar a sua soberania e os seus interesses nacionais na época.

S.G. – Olhe, eu acho que o que você na sua pergunta disse, isto é, que os Estados Unidos estavam num período de hesitação, para dizer o mínimo, pode ter tido de uma forma subjacente alguma influência. Creio, entretanto, que, em nosso caso, foi sobretudo a maneira incompetente como foi feita a abordagem dos problemas, tão sem jeito, a principal responsável pelas dificuldades. Não que melhor maneira evitasse, obviamente, a afirmação de nossos interesses, mas podia evitar inúteis fricções.

A.C. – Um pouco desastrada, até, não é?

S.G. – Não nos davam muita alternativa, entende? A política americana de não-proliferação continua. Mudou um pouco de caráter e de métodos. Veja, o Governo Reagan, que se elegeu na crista de uma onda de restauração ou recuperação do poder americano, etc., etc., por contraste com o Governo anterior, procurou justamente desfazer o que poderia ter ficado de resquício de irritação externa com o Governo Carter no caso do Brasil e de alguns outros países. Na verdade, como eu disse, nos próprios dois últimos anos do Governo Carter, as relações foram boas, porque os pontos de divergência ficaram um pouco entre parênteses. Por exemplo, nos assuntos nucleares, eles puseram de lado Nye e chamaram de volta o Gerard Smith, negociador muito experiente, que sabia os limites do que é que podia fazer ou não fazer, conhecedor de todas as sutilezas do assunto. O Governo Reagan veio até com uma atitude crítica em relação ao Governo anterior, por não ter dado importância ao Brasil. Quando eu chegar ao meu período de Ministro, voltarei a esse ponto.

M.H. – Uma coisa _____, não é? Uma coisa assim...

S.G. – É. Talvez no Governo Carter, inicialmente, havia a pretensão de que essas coisas se resolviam definitivamente e se obteriam resultados que permitiriam anunciar o fim

Acordo Alemanha-Brasil. Ou então que o Brasil resolvera tomar medidas para uma mais estrita observância dos direitos do homem por causa da ação de Carter. Uma pretensão ilusória e que nos obrigava a um fin de non-recevoir. Mas tais atitudes não tiveram um efeito desastrado, no conjunto das relações, porque, como eu disse, nem foram exploradas demagogicamente por nós internamente, como as pessoas podem estar lembradas, nem, por outro lado, apesar do que você chamou de descenso dos Estados Unidos, a nossa avaliação, pelo menos de Chancelaria, a minha opinião e a dos outros, é que os Estados Unidos continuavam a ser o que sempre foram. [Risos] Quer dizer, que eles não haviam entrado numa fase de decadência. Tratava-se de episódio conjuntural. Essa própria hesitação e as circunstâncias que levaram o Carter ao poder eram analisadas num ou noutro sentido por todas as fontes americanas e de outros países. Nunca nós interpretamos o que se estava passando como um indício de que os Estados Unidos haviam entrado numa fase de decadência propriamente ou que pudessem vir a se tornar secundários em termos de nosso relacionamento externo. Mas, ao mesmo tempo, sim, tínhamos uma consciência muito clara de que não havia por que voltar a uma atitude de achar, a todo pano, que o que os americanos fizessem estava bem feito, que tudo que eles fizessem era para a defesa do Ocidente cristão e outros conceitos excessivamente genéricos desse tipo. Quer dizer, independentemente do Governo americano, tinha mudado, nosso modo de ver as coisas, mas não em decorrência de uma avaliação momentânea propriamente negativa sobre os Estados Unidos.

M.H. – E o Sr. não acha que essa mudança, inclusive, de enfoque de alguma forma facilitou e criou, digamos, uma nova imagem internacional para o Brasil na sua aproximação com os países do Terceiro Mundo? A ideia de que o Brasil, de alguma forma, não estava mais tão diretamente...

S.G. - ... caudatário.

M.H. – Exatamente.

S.G. – É possível que, indiretamente, tenha ajudado um pouco, em termos de áreas do Terceiro Mundo (América Latina, árabes, etc.). Isto tudo teve um certo efeito. Uma demonstração de que o Brasil não era um satélite mecânico dos Estados Unidos. Quer dizer, que ele tinha limites na sua adesão à liderança americana. Aderia para certos fins e

não necessariamente para outros. Tivemos alguns indícios nesse sentido. A abertura, porém, para o Terceiro Mundo não era o elemento determinante no caso, mas nossas próprias avaliações e necessidades, porque criar um atrito com os Estados Unidos não é de nosso interesse e só se justificava havendo uma razão muito séria e substantiva.

A.C. – Eu queria perguntar ao Sr. se, à parte essas questões de interesses políticos, tanto dos americanos, quanto nossas, com relação ao Acordo Nuclear, seja a favor, seja contra, se havia no próprio, digamos, conteúdo do Acordo alguma coisa que tornasse realmente esse Acordo discutível em termos de uma política, digamos, ecológica, digamos assim. Porque foi por aí um pouco que as críticas prosseguiram depois do Governo Geisel, não é?

S.G. – O que? O Acordo militar?

A.C. – Não, o Acordo nuclear propriamente dito.

S.G. – Ah, nuclear. Sei, sei.

A.C. – Se haveria alguma questão de conteúdo que pudesse tornar esse Acordo, enfim, controvertido, ou, enfim...

S.G. – Eu acho que, do nosso ponto-de-vista, não. As críticas que se fizeram depois, de um modo geral, não foram críticas muito objetivas. O Acordo em si era perfeitamente válido. Haveria, de fato, transferência de tecnologia. Estava havendo. E foi realmente uma pena que as circunstâncias materiais nos tivessem obrigado a uma desaceleração. Na verdade, ele não era tão ambicioso, em termos de número de reatores, etc., como poderia parecer. Embora nós tenhamos energia hidráulica, nós temos hoje uma certa folga, porque houve no país uma estagnação por uns 2 ou 3 anos. Se nós tivéssemos continuado a consumir energia elétrica na base de 12% ao ano a mais, provavelmente ano que vem, se não fosse Itaipu, haveria uma grande crise aqui no Brasil de fornecimento. Mas baixou a 5%. Ano passado, voltou a ser alta, um incremento ao nível de 10 ou 11%, que se explica mais pela mudança para energia elétrica como alternativa a óleo combustível, etc., em várias indústrias, parte do programa de substituição de fontes de energia do período Figueiredo, que teve um êxito considerável. Quer dizer, várias indústrias deixaram de

lado o óleo combustível e passaram a usar eletricidade. Indústria de metalurgia pesada e grandes fornos. A indústria cimenteira, não. Passou a usar mais o nosso carvão ordinário, e assim por diante. Então se o consumo de energia elétrica passa de novo a crescer ao ritmo de 10 ou 11%, quase tanto quanto antes da grande crise, é prudente ter fontes termo-elétricas ou núcleo-elétricas na base de pelo menos 10% do consumo. É prudente, no longo prazo e numa economia dinâmica, não depender tanto de anos molhados e anos secos. E, depois, essa tecnologia é uma tecnologia, no fundo, de transição. Quer dizer, daqui a umas duas gerações nós passaremos para outra. Mas quem passar em brancas nuvens por um dos estágios, dificilmente chega ao seguinte. Estará sempre comprando “caixas-pretas”. Tivemos essa experiência historicamente, inclusive, e devíamos estar lembrados dela. De modo que o Acordo em si tinha uma base racional. Eu não estou discutindo cada um dos detalhes, etc. Também, não sou competente. A ideia geral do Acordo estava correta e, de fato, a vesânica ideia da bomba [Risos] dificilmente podia sair deste Acordo, não é? que é sujeito a todas as salvaguardas.

A.C. – Eu não estava pensando exatamente na bomba, que me parece, talvez, um pouco delirante, mas nos problemas de segurança coletiva, mesmo. Às vezes eu tenho a sensação de que este país é ainda um país muito frágil, não é? A sociedade é muito incipiente para se usar um tipo de energia que implica altos riscos, etc. Quer dizer, e foi por aí um pouco que os americanos também...

S.G. – Mas aí no caso não era muito um assunto que os americanos ressaltassem e é um assunto muito característico de países em desenvolvimento, em que convivem coisas muito primitivas e coisas muito sofisticadas. Em matéria de segurança nuclear, por exemplo, nós estávamos a par do que havia de mais moderno, via AIEA e via outros países. E até nesse campo os americanos sempre estiveram dispostos a cooperar muito e nós a procurarmos essa cooperação. E a própria CNEN tem standards exigentíssimos, dos mais exigentes. Tanto que uma das grandes dificuldades da construção das usinas em Angra, era que a CNEN exigia standards altíssimos, o que havia de mais rigoroso em matéria de instalação nuclear.

A.C. – Mas o local foi mal escolhido, se eu estou bem certa.

S.G. – Isso foi muito discutido, sim, porque depois, justamente, para poder...

A.C. – Itaorna, não é? Essa história de pedra podre.

S.G. – É. Na hora de fazer, saiu uma fortuna, porque tiveram que fazer colunas subterrâneas imensas até encontrar rocha firme. Mas o simples fato de que tivessem atrasado e aumentado os custos desta forma por uma preocupação de segurança é uma indicação.

L.P. – Ministro, a assinatura do Acordo de salvaguardas que a Alemanha e Brasil...

S.G. -e a Agência Atômica.

L.P. – Exatamente. Teve algum sentido de suprir tecnicamente, ou mesmo politicamente, o fato de o Brasil não ser signatário do TNP, ou não?

S.G. – Não. De qualquer forma, a Alemanha não teria assinado o Acordo e, a rigor, para nós interessava também, sem um Acordo trilateral aprovado pela Agência, porque era uma forma de dar uma garantia urbi et orbi de que esse Acordo principal não levaria a um abuso, em termos de desvios para outros fins que não os pacíficos. Inclusive, o Acordo com a Agência já tinha sido aprovado pela Agência com a participação dos Estados Unidos. Isso era um dos nossos argumentos quando houve a iniciativa do Governo Carter. Quer dizer, o próprio Governo americano tinha aprovado na Agência o Acordo de salvaguardas entre Brasil-Alemanha-Agência Atômica. Teve oportunidade de examinar à vontade e não teve objeção.

M.H. – Ministro, antes de a gente encerrar o tema do Acordo, não sei, talvez valesse a pena a gente fazer uma brevíssima discussão sobre as próprias negociações com a Alemanha. Porque o Acordo é em 75, quer dizer, um ano depois do Governo Geisel. Então foi uma coisa muito rápida, foi uma coisa muito ágil, digamos, em termos de uma negociação bilateral.

S.G. – Levou talvez um ano. Mais de um ano. Na verdade, no início do Governo Geisel, o Paulo Nogueira Baptista⁴⁰ era Chefe do Departamento Econômico lá do Ministério.

⁴⁰ Embaixador Paulo Nogueira Baptista.

Ainda aos tempos de Ministro-Conselheiro na Alemanha, tinha acompanhado o desenvolvimento alemão neste campo. Já ... se havia começado, há uns poucos anos, uma programação de cooperação no campo científico e tecnológico com a Alemanha, que funcionava muito bem. Muito bem organizado, supervisionada por uma comissão mista governamental.

M.H. – Foi criada na época do Magalhães Pinto, não? essa comissão.

S.G. – É verdade. Essa comissão teve o seu primeiro encontro já com o Gibson. Depois, o Jorge Carvalho e Silva⁴¹ esteve na Alemanha chefiando Delegações brasileiras. E vinha de lá o Secretário Geral do Ministério da Ciência e Pesquisa Tecnológica da Alemanha. Tal Ministério propriamente não tem o controle, mas o conhecimento do que se faz e meios para estimular e mobilizar todo o estabelecimento científico e tecnológico alemão de pesquisa. Do lado brasileiro, as coisas funcionavam razoavelmente bem, em função até mesmo do grau de organização do lado alemão. [Risos] Como Secretário Geral, eu é que presidia o lado brasileiro da delegação e todo ano tínhamos uma reunião, alternando entre Brasília e Bonn. Do lado brasileiro, tinha de ser o Secretário Geral para assegurar que o Secretário Geral do Ministério da Pesquisa Científica e Tecnológica alemão estivesse presente e tomasse as providências do caso. E para cada setor de cooperação havia um responsável brasileiro, um responsável alemão, e funcionou muito bem. Não tenho dúvidas de que o fato da existência desta Comissão, de um certo hábito de cooperação, até certo ponto facilitou o conhecimento de um e do outro país neste campo e, portanto, facilitou a negociação. A negociação, entretanto, não resultou de se ter escolhido a Alemanha a priori. Houve contatos com autoridades francesas. Me lembro de uma visita do próprio Comissário para Energia Atômica francesa. Me lembro de ter estado com ele no Gabinete, com o Silveira. Com os Estados Unidos, houve contatos, mas era mais ou menos inútil, porque eles já tinham leis muito restritivas em matéria de cooperação com o exterior nesse campo. A França era um pouco mais aberta. Mas a França jamais foi além de um certo ponto, pois não aceitou um tipo de Acordo que cobrisse todas as etapas do ciclo nuclear. O grau de transferência de tecnologia a que eles podiam chegar era bastante limitado.

⁴¹ Embaixador Jorge Carvalho e Silva.

M.H. – Foi uma negociação muito fácil, então, nesse sentido.

S.G. – Não diria que fácil, tanto que levou quase um ano, por aí, mas a atitude por parte da Alemanha sempre foi aberta à hipótese da transferência de tecnologia. E a atitude dos franceses sempre foi restritiva para a transferência de qualquer tecnologia além das fases muito iniciais do ciclo.

A.C. – Bem, isso fazia parte, no caso do Brasil, de uma estratégia que está bastante clara. Mas, da parte da Alemanha, o que é que a Alemanha queria exatamente com isto?

S.G. – Aí, você teria que saber deles. Em parte, era ter o freguês, digamos. Em grande parte. Em grande parte, também, é que um tipo de Acordo desse tipo, que já vinha acompanhado de um grau de cooperação no campo científico e de pesquisa científica e tecnológica de alguma importância, cria um laço muito íntimo entre os dois países. Eu não sei até que ponto isso pesava, em termos políticos, da parte da Alemanha. Isto é, como afirmação de presença importante e penetração na América Latina em geral, de afirmação como potência industrial e parceiro industrial e comercial. Até que ponto isso teria pesado, eu não sei. Ao mesmo tempo, não estavam receosos de que o acordo pudesse levar o Brasil à decisão de fazer a bomba. Em parte, também, pelo argumento verdadeiro de que se quiséssemos fazer a bomba, por uma forma ou por outra, mais cedo ou mais tarde, chegaríamos lá. Podia levar mais tempo, [Risos] mas chegaríamos. E aí sem inspeção, sem nada, não é? Há muita gente no Brasil que acha – inclusive certos meios científicos – que foi muito bom a desaceleração do programa com a Alemanha, porque pode permitir, e há indícios disso, de nós chegarmos a certos estágios do ciclo combustível por caminhos nossos mesmos, mais baratos. Até há gente que critica o Acordo alegando que, se não houvesse o Acordo, nós já estaríamos mais adiantados em processos nossos mesmos. O que é discutível. Não tenho competência para opinar nessa discussão que envolve conhecimento e avaliação de dados factuais, não claramente conhecidos.

L.P.. – Em que medida o sucesso de um Acordo nuclear com a Alemanha, quer dizer, apesar das pressões americanas, teria contribuído mesmo para que posteriormente, quer dizer, o rompimento do Acordo militar com os Estados Unidos fosse uma coisa menos drástica pelo lado brasileiro?

S.G. – Tanto quanto eu saiba, não houve uma ligação. As duas coisas foram tratadas em função delas mesmas, quer dizer, das circunstâncias em que se apresentavam. Quando se renunciou à ajuda, já havia a decisão de fazer um estudo em grupo – estavam os militares, acho que foi coordenado até no EMFA, ou teve sede no EMFA – sobre quais os efeitos da denúncia do Acordo em termos práticos, etc. Em termos jurídicos, não havia problema, porque o Acordo continha cláusula de denúncia. Esse trabalho levou uns poucos meses e só depois se fez a denúncia do Acordo.

A.C. – Eu vou lhe fazer uma pergunta um pouco... que exige, talvez, um pouco de exercício de imaginação, mas, enfim... Eu acho que esses dois tópicos que nós tratamos hoje, tanto a questão do rompimento do Acordo militar quanto a questão nuclear, seriam iniciativas inconcebíveis se não houvesse um poder militar organizado e relativamente coeso e coerente dentro do Governo, não é? Até que ponto, numa situação como a que nós vamos começar a viver agora, de democracia, de abertura, de discussão livre no Congresso, seria possível iniciativa dessa gravidade e dessa importância?

S.G. – É um pouco difícil dizer isso, como você mesma observou. Aí há duas coisas, dois aspectos. Um, que trabalharia contra esse tipo de decisão, no caso de os assuntos serem todos ventilados e dependerem sempre de obter um consenso no Congresso, etc., que é a permeabilidade do país. Um regime democrático, desse ponto-de-vista, é, por sua própria natureza, mais permeável a influências estrangeiras. Permeável, em termos da possibilidade de mobilização de congressistas, da imprensa, de grupos nacionais ligados a interesses estranhos, e até mesmo por causa de divergências legítimas. Oferece maior abertura à vociferação e a pressões. Também, por outro lado, há sempre o risco, sobretudo em períodos pré-eleitorais, de grupos ou correntes que são contra porque precisam caracterizar uma posição contrária ao Governo, mesmo que nem sempre muito racional. Olhe, eu acredito que, politicamente, seria em média mais rentável para as correntes políticas, num sistema de livre jogo de partidos, tomarem eles a posição nacionalista. O risco que eu vejo mais, até, é das questões serem exploradas de forma demagógica extremada, aí sem interesse para o país. Mas deveria haver pressões e contra-pressões que, acredito, levariam a uma tendência para tomar decisões semelhantes em linhas gerais às que foram adotadas. Apenas, não seriam tão rápidas e possivelmente não seriam tão frias e tão preocupadas, ou matizadas na sua maneira de fazer, em não entornar o caldo

inutilmente, em não ir além daquilo que era necessário para marcar a nossa posição e, ao mesmo tempo, preservar certas opções negociadoras. Eu acho que, num regime estritamente democrático, o risco maior que se correria é que esse tipo de decisão fosse mais lento ou viesse colorido por uma tonalidade demagógica. O remédio estaria em termos partidos nítidos, com militantes conscientes e lideranças com autoridade. A pedida é grande, mas não se deve desistir da saída.

[FINAL DA FITA 21-A]

M.G. – Mas isso é pura especulação no ar, não é? Não tem... [Risos]

A.C. – É. Não, exatamente. Mas essas especulações eu acho que são muito convenientes para nós, no sentido de que o Sr. teve, viveu esse período, não é? E então pode sentir um pouco as tendências.

M.H. – É, inclusive no sentido de que o Sr. viveu esse período num processo de distensão política interna.

S.G. – (inaudível)

A.C. – Em que havia esses dois elementos jogando já um pouco, não é?

M.H. – E, de certa maneira, a escolha do Sr. inclusive, como Ministro, ele acompanha este processo. Está vinculado justamente a um aprofundamento.

S.G. - É, nesta...

M.H. - Dessa tendência e dessa opção política interna.

A.C. – Você quer perguntar mais alguma coisa sobre o Acordo?

M.H. – Não, eu acho que a gente podia entrar...

A.C. – Não? Eu queria fazer uma proposta ao Sr., quer dizer, quais seriam os temas que o Sr. acha que seriam importantes do período Silveira? Porque eu talvez fosse lhe propor de a gente deixar isso para complementação e entrar no Governo. A menos que o Sr. ache que não é uma boa sugestão.

S.G. – Está bem. Não, nesse período em que eu fui Secretário Geral...

A.C. - ... há a questão de Itaipu, não é?

S.G. - ... que eu me lembre, assim, que nós não tratamos, foi Itaipu. Podemos tratar depois. Isso eu posso até tratá-la...

A.C. - ... dentro da sua própria gestão...

M.H. – Perfeito.

S.G. - ... dentro do meu período, fazendo um retrospecto, porque, obviamente isto vinha de... Não só vinha de antes, mas...

A.C. - ... foi, de certa maneira, o coroamento, não é?

S.G. - ... não só vinha de antes como tinha havido um grande trabalho e progresso na delimitação da questão. Senão, não teria podido talvez resolver tão rapidamente. Poucos meses.

M.H. – Vai fumar um pouquinho menos, não é?

S.G. – É, vou fumar menos.

M.H. – Agora que o Sr. vai falar desse período do Sr., o Sr. pode fumar um pouquinho menos...

A.C. – O que mais que o Sr. sugere como período Silveira? Só Itaipu?

S.G. – Basicamente, foi isso. Porque colônias portuguesas...

A.C. – Nós já vimos.

S.G. - ... nós já vimos, já vimos essas questões com os Estados Unidos...

A.C. – América Latina, de um modo geral, não é? que ficou de fora.

S.G. – Ficou um tanto, de fora. E um esforço de aproximação, também, maior com a Europa... Japão, aquelas viagens do Presidente Geisel... Já houve...

M.H. - ... a diversificação, mesmo, não é?

S.G. – É. Um certo esforço nesse campo, inegavelmente. E, no período Figueiredo não houve uma quebra nessa.... concepção básica.

A.C. – Não houve uma quebra dessa tendência.

S.G. – Não. Houve um aprofundamento, uma dinamização natural. As coisas foram se acentuando e com outro estilo.

A.C. – E se agravando, também, não é?

S.G. – Agravando sob certo ponto de vista. A crise mundial, propriamente, já vinha de antes, mas ela estourou em termos de Brasil com certo atraso. Os países europeus tiveram a sua recessão antes da nossa e nós fizemos um grande esforço, ainda no período Geisel, para continuar nos desenvolvendo, para não parar os projetos. Houve uma opção, na área econômica, no sentido de substituir importações em matéria de grandes equipamentos. Quer dizer, a indústria pesada de fabricação de fábricas foi muito desenvolvida nesse período Geisel, porque na composição das nossas importações o segundo item eram talvez equipamentos, e depois vinham alguns produtos, insumos básicos, como alguns metais não-ferrosos, e, em matéria de comida, trigo. O resto é meio acessório. Há anos em que há uma falta de feijão, uma falta de arroz, mas é marginal, não é todo ano. Há as

coisas de luxo, bacalhau, coisas desse tipo. Então, você tomando essas grandes categorias de produtos de importação, como não havia solução para um deles – o petróleo –, que representava pouco e passou a representar metade, ou quase a metade do total – tentou-se a substituição principalmente nos equipamentos. Porque a substituição em matéria de petróleo não era tão rápida, dependia de vários outros fatores, e, a rigor, o grande esforço de substituição de energéticos já se deu no Governo Figueiredo. Então, a primeira fase, logo no primeiro choque do petróleo, foi a tentativa de substituição de importação de equipamentos pesados. Se desenvolveu aqui uma indústria importante, e depois, com a parada [Risos] dos projetos nossos de desenvolvimento e a falta de recursos nacionais, quer dizer, em cruzeiros, até essa indústria ficou muito ociosa. Isso é outro problema que não me cabe tratar aqui.

M.H. – O Sr. quando entrou, enfim, iniciou o período de gestão já previa que o período do Sr. seria um período muito mais de vacas magras e que as dificuldades [Risos] estariam, digamos, cada vez maiores para exercer a continuidade de uma diplomacia já iniciada?

S.G. – Olhe, quando o Presidente Figueiredo foi eleito... Ele me chamou em janeiro de 79. Eu estava em Paris. Tinha saído há poucos meses, em abril de 78, e não esperava, em absoluto, ser chamado, nunca tinha dito a qualquer pessoa sequer que gostaria de ser Ministro. Não estava pensando nisto de modo nenhum. Sempre me preparei um pouco para ser Ministro, não querendo ser. Como disse, mais de uma vez, a Terceiros Secretários (as turmas do Rio-Branco quando entram, são apresentadas ao Ministro), mutatis mutandi: “Vocês sempre atuem como se vocês fossem a última instância. Procurem, se têm de dar uma opinião num memorandum sobre um assunto qualquer, sobretudo um assunto de implicação política, diplomática, colocar-se como se fossem realmente os responsáveis. Como se vocês fossem o Ministro ou até o Presidente da República. Procurem ter desde cedo a tensão, a angústia de optar, de procurar chegar a uma conclusão, embora apresentando as alternativas. Porque essa é a única maneira de vocês crescerem com o tempo, com a experiência, e poderem ter as funções de comando mais tarde. Se a decisão depois vier diferente daquela que vocês teriam preferido, não discutam, executem”. [Risos]

A.C. – Que conselho difícil o Sr. deu, não é?

S.G. – Com um ar assim... Mas eu sempre segui um pouquinho essa diretriz.

A.C. – A quem o Sr. dava esses conselhos?

S.G. – Aos Terceiros Secretários. Dei a umas duas ou três turmas do Rio-Branco. Dei a meu filho, também, a quem disse: “Nunca pense que, porque há outras camadas aí de decisão acima de você, que você pode se limitar a fazer o trabalho básico de reunir documentos, dar as alternativas, fazer umas análises. Procure você mesmo ter uma opinião e fazer uma sugestão. Não se aborreça se acharem até que a sugestão não é aceitável. Corra esse risco. Procure saber, se for o caso, porque não gostaram. Não se preocupe, mas procure pensar sempre, se você tivesse que decidir, como decidiria. Não fique nessa posição meio cômoda de dizer: “Bom, uma solução tem tal vantagem e tal inconveniente, essa outra tal vantagem e tal inconveniente”. Tudo isso é muito bom, muito normal, mas isso não lhe vai acostumar àquilo que você, quando tiver uma chefia qualquer, vai ter de fazer, que é optar. Certo ou errado, mas optar, optar no tempo certo e em sua consciência e aguentar a mão”. [Risos]

M.H. – De alguma maneira, fazendo um trocadilho, estavam se formando jovens guerreiros, não é?

S.G. – Um pouco assim. Um guerreiro melhor. Então, eu nunca tinha pensado em ser Ministro. Tive antes algumas indicações muito vagas em que não acreditava. E havia gente interessada em ser Ministro, com boas qualificações e brigando pelo lugar. Chamado, tive o primeiro encontro com o Presidente eleito a 14 de janeiro de 1979. Foi um encontro de meia hora, ou pouco mais, em que ele me explicou que pretendia, em matéria de política externa, seguir a mesma linha geral do Governo anterior, porque achava que estava dando certo. De assuntos específicos, é curioso, ele me mencionou justamente a compatibilização entre Itaipu e Corpus. Disse-me que queria resolver isto. Se fosse necessário iria a Buenos Aires. [Risos] Disse-lhe que esperava que ele fosse, mas com o assunto já resolvido. [Risos]

M.H. – O Sr. já havia tido um contato mais aprofundado antes com o Presidente Figueiredo?

S.G. – Não. Eu o conhecia socialmente e relativamente pouco embora tivesse muito boa impressão. Tínhamos amigos comuns. Ele me disse nesse dia 14 de janeiro que me conhecia muito mais do que eu pensava. Eu disse que sendo ele Chefe do SNI não me estranhava que conhecesse. [Risos]

A.C. – Realmente.

S.G. - E ele me disse uma outra coisa, mais ou menos nestes termos: “Eu tenho confiança e o Sr. irá levando o carro. Apenas, eu me reservo, quando achar necessário, parar e ver como está o nível do óleo, [Risos]...” Ele teve uma atitude muito espontânea, que é o jeitão dele, mas mantendo sua autoridade, como devia. E então fiquei aqui. Só voltei a Paris para me despedir, já em fins de fevereiro. Houve, portanto, uma transição ordenada. Eu conhecia os assuntos todos, praticamente, não é? E escolhi o meu pessoal. Começaram a trabalhar comigo. Era preciso preparar as chamadas diretrizes do Presidente para cada Ministério. Os Ministros escolhidos preparariam as propostas para submissão ao Presidente eleito. E eu fiz isso com o Carbonar⁴², o Baena⁴³ quando tinha tempo (porque ele estava trabalhando). O Carbonar é que estava recém removido da Venezuela e não tinha assumido ainda. Ele ia assumir a Divisão Financeira, mas passou a Chefe de meu Gabinete. O Sardenberg⁴⁴, que tinha trabalhado comigo na Secretaria Geral e, quando o Holanda⁴⁵ teve posto, o Silveira o chamou. E o Abdenur⁴⁶, que também tinha trabalhado comigo na Secretária Geral. E preparamos a proposta de diretrizes.

M.H. – Eu queria...

S.G. - Eu ia falando, eles iam tomando nota, escrevendo. Faziam sugestões valiosas. O Presidente aprovou. Naturalmente, me orientara pelo que ele me havia dito – queria as mesmas linhas gerais. Apenas, nós fazíamos uma série de indicações também, mais pormenorizadas, para sentir a reação dele, com relação às nações latino-americanas, os Estados Unidos e outras regiões e também, um pouco, questões de estilo e de maneira.

⁴² Embaixador Orlando Soares Carbonar, à época Ministro de 2ª classe.

⁴³ Embaixador João Clemente Baena Soares.

⁴⁴ Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, à época Conselheiro.

⁴⁵ Embaixador Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti.

⁴⁶ Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, à época Conselheiro.

Depois da aprovação e tendo as reações presidenciais, eu me senti muito mais seguro. Você ia fazer uma pergunta.

M.H. – É. Antes de entrar na questão das diretrizes, mesmo, há duas questões em relação à nomeação do Sr., que o Sr. mencionou que, enfim, talvez fosse interessante esclarecer. Uma é que o Sr. mencionou a questão de que certamente havia outros no Ministério, na época, interessados em ser Ministro. O Sr. teria ideia de candidatos naturais?

S.G. – Não. Era sabido, os jornais falavam muito, e parece que é verdade, que o Roberto Campos pretendia ser Ministro.

A.C. – Exatamente.

S.G. - Havia também o próprio Sérgio Corrêa da Costa, enfim. O Expedito⁴⁷, certamente o Expedito Resende. Atuaram como puderam, através de pessoas que tinham acesso ao Presidente, etc. Eram pretensões perfeitamente legítimas. Eu não movi uma palha. Pensava ficar em Paris até me aposentar.

A.C. – Em Paris.

S.G. – Em Paris. Esperava, com sorte, me deixassem lá até fazer os 65 anos, que era a idade da aposentadoria na época. Depois, quando veio a lei dos 70 anos, quando eu estava em Paris há pouco tempo, a perspectiva mudou. E eu disse à Glória: “Nós devemos estar preparados para, depois de Paris, termos outros postos. E, provavelmente, será uma descida. Espero apenas que os degraus não sejam tão íngremes como foram os do Mendes Vianna⁴⁸...” [Risos] Mendes Vianna saiu de Paris para o Chile, do Chile para a Indonésia e da Indonésia para o Haiti.

M.H. – Que horror! [Risos] Que tobogã, hein? Agora, o Sr. disse que, enfim, que o Sr. não mexeu uma palha. Mas, sem dúvida nenhuma, o Ministério, e o próprio Ministro na época, devem então ter mexido algumas palhas...

⁴⁷ Embaixador Expedito de Freitas Resende.

⁴⁸ Embaixador Antonio Mendes Vianna.

S.G. – O Silveira?

M.H. – Sim.

S.G. – O Silveira não se mexeu, propriamente, por mim. A solução para ele foi muito boa, e tudo isso, mas eu tenho a impressão que naquela época ele se teria mexido para evitar o Campos⁴⁹. Porque o Campos significava, na interpretação dele, eu acho que correta, uma mudança de diretrizes. Então, ele terá alertado sobre esse risco, mas eu não conheço esta parte, nem quis conhecer. Agora, especificamente, não foi ele que me fez Ministro. Foi outra pessoa.

A.C. – Quem foi?

S.G. – Foi o Presidente obviamente. Aqui os jornais falaram de Octavio Medeiros. Não tenho dúvidas de que, se Figueiredo o consultou, ele terá influído. Nunca pergunto essas coisas. Havia umas razões objetivas evidentes. Quer dizer, se o Presidente Figueiredo pretendia manter a mesma linha política, lançando porém um novo ministério, provavelmente nenhuma pessoa estava mais intimamente envolvida com a política externa do Governo anterior, além do próprio Ministro, do que o ex-Secretário Geral. Além disso, ele me conhecia de referências diversas. Você não ocupa um lugar desses, em qualquer país minimamente organizado, sem que os Serviços de Informação tenham uma ficha detalhadíssima a seu respeito. Ele conhecia muita gente que me conhecia também. Não havia, também, nenhum grupo interessado que tivesse uma objeção ao meu nome. Apenas, eu não pedi, expressa ou implicitamente, não sugeri nem insinuei, direta ou indiretamente. Em outubro de 78, quando vim acompanhando o Giscard d'Estaing em visita oficial ao Brasil, o Octavio me disse, en passant, que não tomaria iniciativa, mas que, se perguntado, indicaria meu nome. Agradei sua generosa opinião a meu respeito, e mudei para outro assunto. Mas, enfim, isso é petite histoire.

A.C. – Eu acho que isso é uma grande história, porque eu tinha vontade de perguntar ao Sr. se o Presidente Geisel também não deve ter tido um papel importante aí.

⁴⁹ Embaixador Roberto de Oliveira Campos.

S.G. – Eu não sei. Certamente, não teria objeções. Ele sempre me tratou muito bem. Mas se dizia que ele tinha muito escrúpulo em meter-se em coisas da responsabilidade de seu sucessor, o que estava de acordo com seu estilo.

A.C. – Porque certamente ele teria tido interesse em manter a política externa, também, não é?

S.G. – Fiquei interino várias vezes. Nessas ocasiões, o Presidente dava, mostras de confiança e consideração pessoal. Naquela época, houve gente da Casa Civil que comentou com meu pessoal, com o Carbonar sobretudo, que, no caso do Itamaraty, ninguém se preocupava com as interinidades frequentes porque, quando eu assumia, era a mesma coisa, era um interino que tinha nível de Ministro e não criava problemas. De modo que sempre houve um relacionamento muito bom. Mas não sei se houve alguma referência pessoal dele. Ele tomou uma atitude declarada, o Presidente Geisel, de que absolutamente não interferiria na formação do Ministério do Presidente Figueiredo. Que isso era responsabilidade de cada qual. Quem assumia, tinha a responsabilidade e o poder.

A.C. – Mas evidentemente que ele teria que ver com muito temor a ida do Roberto Campos, por exemplo.

S.G. – É possível, não sei. Dizia-se que tinha restrições ao Campos, mas não sei se tem fundamento o que se dizia, ou se era coisa importante ou marginal.

A.C. – Bem. O Ministro Otavio Medeiros, o Sr. conhecia há muito tempo, também, não é? Era uma relação já de família, enfim.

S.G. – Conhecia de referência muito antes de conhecê-lo pessoalmente. Glória é que o conheceu ainda rapaz. Até 1974, eu conhecia apenas os irmãos mais velhos dele. O Benjamin, casado com Maria irmã de Gloria, e que é, para nós, como um irmão. E, há mais tempo, mas menos, o Flávio, que foi meu contemporâneo de CPOR (1936-38). Mas com o Octavio e Olga só vim a ter mais contato, quando fui Secretário Geral. Ele estava em Brasília, e às vezes nos convidávamos. Gostei muito do casal. Mas, inclusive, não era de estarmos na casa um do outro a cada instante, nessa época, embora nos déssemos muito bem.

A.C. – Não eram muito íntimos.

S.G. – Nos dávamos muito bem.

A.C. – E ele, evidentemente, que compartilhava dos...

S.G. – E havia muito gente que se agarrava nele, não é? Mas não é meu gênero. Nunca foi. E sempre me dei bem. Enfim, começou o Governo. Eu entrei com grande preocupação.

M.H. – Em relação às diretrizes que o Sr. mencionou antes, haveria diferenças, a continuidade com relação ao, digamos, à gestão anterior?

S.G. – Não, de substância não, havia nenhuma.

M.H. – Ou de ênfase, talvez.

S.G. – Diferenças de ênfase. Talvez algumas de estilo. Nenhuma crítica, absolutamente, substantiva e direta. Havia um desejo de detalhamento de certas coisas. Eu achei que devia ser tão claro quanto possível com o Presidente para saber a quantas andava. Mas assumi com muita preocupação, como é natural. Um primeiro assunto de prioridade era o problema de Itaipu, em que o Presidente estava pessoalmente interessado. Como é sabido, ele tinha até, pessoalmente, um certo “fraco” sentimental pela Argentina. Tinha estado lá adolescente. No período em que era Secretário Geral, eu evitava meter-me nos assuntos relativos à Argentina. Eles vinham a mim, eu os acompanhava, conhecia, mas sempre eu consultava o Silveira, porque o Silveira tinha sido Embaixador.

M.H. – Embaixador.

S.G. - Lá em Buenos Aires, tinha vivência desses assuntos, teria suas opiniões próprias, etc. E ele tinha, se se quiser, uma maneira de sentir esses assuntos que em parte a mim causavam não, propriamente, estranheza, mas um certo desconforto porque não consigo nunca ser tão seguro de nada. Porque havia um certo grau de..., não direi emocionalismo,

mas opiniões muito definidas sobre o que é o país, a Argentina. Sobre como são os argentinos. Quer dizer, ele tinha ideias muito claras e muito definidas, embora, devo acrescentar, sem antipatia. Isso sempre, no meu caso, causa uma certa dificuldade, porque eu nunca tenho sobre um país, sobre um povo inteiro, ou sobre, até, pessoas, ideias tão precisas assim, sobretudo não tendo tido, ao contrário dele, vivência do país. Tenho impressões. Mas opiniões assim de pedra e cal não é fácil para mim formar. Silveira, estava muito empenhado, é lógico, em resolver o problema do aproveitamento das águas do rio Paraná. A posição argentina era uma posição que nós não podíamos aceitar como tese. Era uma posição baseada em que as bacias fluviais eram um todo e o que se fizesse em alguma parte delas afetava todo o resto. Portanto, deveria haver uma consulta prévia quando um dos participantes da bacia quisesse utilizar as águas. Nós tínhamos tido antes uma vitória em reunião dos países da Bacia do Prata, a Declaração de Assunção, que definiu como compartilhados apenas aqueles rios que servem de fronteira. Mas não qualificou como recursos compartilhados os rios que passam de um país para outro, sucessivos. Simplificando, quando a fronteira é longitudinal, no meio do rio, o rio é compartilhado. Quando a fronteira é um corte seccional, transversal ao rio, não é. Nossa posição, no caso de rios sucessivos, era simplesmente que se aplicava o princípio geral de direito da responsabilidade por danos causados, o que não implica consulta prévia. Implica da parte de quem usa o rio a responsabilidade de não causar danos a jusante (ou montante), e portanto de tomar as precauções para não causar um dano significativo.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]⁵⁰

Só se coloca um problema internacionalmente quando ocorre esse dano. Essa, em resumo, na sua essência, a diferença das posições de princípio.

M.H. – É, o problema deles me parece que talvez fosse muito vinculado a uma outra concepção geo-política.

S.G. – É possível. Ao mesmo tempo, o que havia, por fora dessa divergência, e motivando-a também, era talvez uma forma de desconfiança, exploração nacionalista de certos grupos. Certos grupos, há 40 e tantos anos atrás, se referiam ao Brasil como a

⁵⁰ Chegada do fotógrafo que registrou a entrevista.

“China negra”. Obviamente, isso não era opinião esclarecida, nem generalizada, mas talvez houvesse, subjacente, uma preocupação com expansionismo, até mesmo inconsciente, do Brasil. A circunstância de que a Argentina se atrasara na exploração das águas, até porque não tivera tanta necessidade, poderia ter ajudado a campanha dos que, por tese ou por avaliação de conveniências, criavam dificuldades.

[FINAL DA FITA 20-B]

M.H. - ... enfim, um período, inclusive, da iniciativa da trilateral. Então havia toda a ideia da...

S.G. - ... do Zibrzinski que esteve aqui umas duas vezes. Eu estive com ele uma duas vezes.

M.H. – É. E a ideia, justamente, é de que os Estados Unidos estariam tendo uma espécie de descenso de hegemonia. O Sr. acha que essa ideia, primeiro, é correta? E, depois, se de fato criou um pouco um clima mais à vontade, digamos assim, a Alemanha podendo de fato enfrentar os Estados Unidos numa decisão em relação a uma relação bilateral com o Brasil, o Brasil podendo reafirmar a sua soberania e os seus interesses nacionais na época.

S.G. – Olhe, eu acho que o que você na sua pergunta disse, isto é, que os Estados Unidos estavam num período de hesitação, para dizer o mínimo, pode ter tido de uma forma subjacente alguma influência. Creio, entretanto, que, em nosso caso, foi sobretudo a maneira incompetente como foi feita a abordagem dos problemas, tão sem jeito, a principal responsável pelas dificuldades. Não que melhor maneira evitasse, obviamente, a afirmação de nossos interesses, mas podia evitar inúteis fricções.

A.C. – Um pouco desastrada, até, não é?

S.G. – Não nos davam muita alternativa, entende? A política americana de não-proliferação continua. Mudou um pouco de caráter e de métodos. Veja, o Governo Reagan, que se elegeu na crista de uma onda de restauração ou recuperação do poder americano, etc., etc., por contraste com o Governo anterior, procurou justamente desfazer

o que poderia ter ficado de resquício de irritação externa com o Governo Carter no caso do Brasil e de alguns outros países. Na verdade, como eu disse, nos próprios dois últimos anos do Governo Carter, as relações foram boas, porque os pontos de divergência ficaram um pouco entre parênteses. Por exemplo, nos assuntos nucleares, eles puseram de lado Nye e chamaram de volta o Gerard Smith, negociador muito experiente, que sabia os limites do que é que podia fazer ou não fazer, conhecedor de todas as sutilezas do assunto. O Governo Reagan veio até com uma atitude crítica em relação ao Governo anterior, por não ter dado importância ao Brasil. Quando eu chegar ao meu período de Ministro, voltarei a esse ponto.

M.H. – Uma coisa _____, não é? Uma coisa assim...

S.G. – É. Talvez no Governo Carter, inicialmente, havia a pretensão de que essas coisas se resolviam definitivamente e se obteriam resultados que permitiriam anunciar o findo Acordo Alemanha-Brasil. Ou então que o Brasil resolvera tomar medidas para uma mais estrita observância dos direitos do homem por causa da ação de Carter. Uma pretensão ilusória e que nos obrigava a um fin de non-recevoir. Mas tais atitudes não tiveram um efeito desastrado, no conjunto das relações, porque, como eu disse, nem foram exploradas demagogicamente por nós internamente, como as pessoas podem estar lembradas, nem, por outro lado, apesar do que você chamou de descenso dos Estados Unidos, a nossa avaliação, pelo menos de Chancelaria, a minha opinião e a dos outros, é que os Estados Unidos continuavam a ser o que sempre foram. (Riso) Quer dizer, que eles não haviam entrado numa fase de decadência. Tratava-se de episódio conjuntural. Essa própria hesitação e as circunstâncias que levaram o Carter ao poder eram analisadas num ou noutro sentido por todas as fontes americanas e de outros países. Nunca nós interpretamos o que se estava passando como um indício de que os Estados Unidos haviam entrado numa fase de decadência propriamente ou que pudessem vir a se tornar secundários em termos de nosso relacionamento externo. Mas, ao mesmo tempo, sim, tínhamos uma consciência muito clara de que não havia por que voltar a uma atitude de achar, a todo pano, que o que os americanos fizessem estava bem feito, que tudo que eles fizessem era para a defesa do Ocidente cristão e outros conceitos excessivamente genéricos desse tipo. Quer dizer, independentemente do Governo americano, tinha mudado, nosso modo de ver as coisas, mas não em decorrência de uma avaliação momentânea propriamente negativa sobre os Estados Unidos.

M.H. – E o Sr. não acha que essa mudança, inclusive, de enfoque de alguma forma facilitou e criou, digamos, uma nova imagem internacional para o Brasil na sua aproximação com os países do Terceiro Mundo? A ideia de que o Brasil, de alguma forma, não estava mais tão diretamente...

S.G. - ... caudatário.

M.H. – Exatamente.

S.G. – É possível que, indiretamente, tenha ajudado um pouco, em termos de áreas do Terceiro Mundo (América Latina, árabes, etc.). Isto tudo teve um certo efeito. Uma demonstração de que o Brasil não era um satélite mecânico dos Estados Unidos. Quer dizer, que ele tinha limites na sua adesão à liderança americana. Aderia para certos fins e não necessariamente para outros. Tivemos alguns indícios nesse sentido. A abertura, porém, para o Terceiro Mundo não era o elemento determinante no caso, mas nossas próprias avaliações e necessidades, porque criar um atrito com os Estados Unidos não é de nosso interesse e só se justificava havendo uma razão muito séria e substantiva.

A.C. – Eu queria perguntar ao Sr. se, à parte essas questões de interesses políticos, tanto dos americanos, quanto nossas, com relação ao Acordo Nuclear, seja a favor, seja contra, se havia no próprio, digamos, conteúdo do Acordo alguma coisa que tornasse realmente esse Acordo discutível em termos de uma política, digamos, ecológica, digamos assim. Porque foi por aí um pouco que as críticas prosseguiram depois do Governo Geisel, não é?

S.G. – O que? O Acordo militar?

A.C. – Não, o Acordo nuclear propriamente dito.

S.G. – Ah, nuclear. Sei, sei.

A.C. – Se haveria alguma questão de conteúdo que pudesse tornar esse Acordo, enfim, controvertido, ou, enfim...

S.G. – Eu acho que, do nosso ponto-de-vista, não. As críticas que se fizeram depois, de um modo geral, não foram críticas muito objetivas. O Acordo em si era perfeitamente válido. Haveria, de fato, transferência de tecnologia. Estava havendo. E foi realmente uma pena que as circunstâncias materiais nos tivessem obrigado a uma desaceleração. Na verdade, ele não era tão ambicioso, em termos de número de reatores, etc., como poderia parecer. Embora nós tenhamos energia hidráulica, nós temos hoje uma certa folga, porque houve no país uma estagnação por uns 2 ou 3 anos. Se nós tivéssemos continuado a consumir energia elétrica na base de 12% ao ano a mais, provavelmente ano que vem, se não fosse Itaipu, haveria uma grande crise aqui no Brasil de fornecimento. Mas baixou a 5%. Ano passado, voltou a ser alta, um incremento ao nível de 10 ou 11%, que se explica mais pela mudança para energia elétrica como alternativa a óleo combustível, etc., em várias indústrias, parte do programa de substituição de fontes de energia do período Figueiredo, que teve um êxito considerável. Quer dizer, várias indústrias deixaram de lado o óleo combustível e passaram a usar eletricidade. Indústria de metalurgia pesada e grandes fornos. A indústria cimenteira, não. Passou a usar mais o nosso carvão ordinário, e assim por diante. Então se o consumo de energia elétrica passa de novo a crescer ao ritmo de 10 ou 11%, quase tanto quanto antes da grande crise, é prudente ter fontes termo-elétricas ou núcleo-elétricas na base de pelo menos 10% do consumo. É prudente, no longo prazo e numa economia dinâmica, não depender tanto de anos molhados e anos secos. E, depois, essa tecnologia é uma tecnologia, no fundo, de transição. Quer dizer, daqui a umas duas gerações nós passaremos para outra. Mas quem passar em brancas nuvens por um dos estágios, dificilmente chega ao seguinte. Estará sempre comprando “caixas-pretas”. Tivemos essa experiência historicamente, inclusive, e devíamos estar lembrados dela. De modo que o Acordo em si tinha uma base racional. Eu não estou discutindo cada um dos detalhes, etc. Também, não sou competente. A ideia geral do Acordo estava correta e, de fato, a vesânica ideia da bomba (Riso) dificilmente podia sair deste Acordo, não é? que é sujeito a todas as salvaguardas.

A.C. – Eu não estava pensando exatamente na bomba, que me parece, talvez, um pouco delirante, mas nos problemas de segurança coletiva, mesmo. Às vezes eu tenho a sensação de que este país é ainda um país muito frágil, não é? A sociedade é muito incipiente para se usar um tipo de energia que implica altos riscos, etc. Quer dizer, e foi por aí um pouco que os americanos também...

S.G. – Mas aí no caso não era muito um assunto que os americanos ressaltassem e é um assunto muito característico de países em desenvolvimento, em que convivem coisas muito primitivas e coisas muito sofisticadas. Em matéria de segurança nuclear, por exemplo, nós estávamos a par do que havia de mais moderno, via AIEA e via outros países. E até nesse campo os americanos sempre estiveram dispostos a cooperar muito e nós a procurarmos essa cooperação. E a própria CNEN tem standards exigentíssimos, dos mais exigentes. Tanto que uma das grandes dificuldades da construção das usinas em Angra, era que a CNEN exigia standards altíssimos, o que havia de mais rigoroso em matéria de instalação nuclear.

A.C. – Mas o local foi mal escolhido, se eu estou bem certa.

S.G. – Isso foi muito discutido, sim, porque depois, justamente, para poder...

A.C. – Itaorna, não é? Essa história de pedra podre.

S.G. – É. Na hora de fazer, saiu uma fortuna, porque tiveram que fazer colunas subterrâneas imensas até encontrar rocha firme. Mas o simples fato de que tivessem atrasado e aumentado os custos desta forma por uma preocupação de segurança é uma indicação.

L.P. – Ministro, a assinatura do Acordo de salvaguardas que a Alemanha e Brasil...

S.G. -e a Agência Atômica.

L.P. – Exatamente. Teve algum sentido de suprir tecnicamente, ou mesmo politicamente, o fato de o Brasil não ser signatário do TNP, ou não?

S.G. – Não. De qualquer forma, a Alemanha não teria assinado o Acordo e, a rigor, para nós interessava também, sem um Acordo trilateral aprovado pela Agência, porque era uma forma de dar uma garantia urbi et orbi de que esse Acordo principal não levaria a um abuso, em termos de desvios para outros fins que não os pacíficos. Inclusive, o Acordo com a Agência já tinha sido aprovado pela Agência com a participação dos Estados Unidos. Isso era um dos nossos argumentos quando houve a iniciativa do Governo Carter.

Quer dizer, o próprio Governo americano tinha aprovado na Agência o Acordo de salvaguardas entre Brasil-Alemanha-Agência Atômica. Teve oportunidade de examinar à vontade e não teve objeção.

M.H. – Ministro, antes de a gente encerrar o tema do Acordo, não sei, talvez valesse a pena a gente fazer uma brevíssima discussão sobre as próprias negociações com a Alemanha. Porque o Acordo é em 75, quer dizer, um ano depois do Governo Geisel. Então foi uma coisa muito rápida, foi uma coisa muito ágil, digamos, em termos de uma negociação bilateral.

S.G. – Levou talvez um ano. Mais de um ano. Na verdade, no início do Governo Geisel, o Paulo Nogueira Baptista⁵¹ era Chefe do Departamento Econômico lá do Ministério. Ainda aos tempos de Ministro-Conselheiro na Alemanha, tinha acompanhado o desenvolvimento alemão neste campo. Já ... se havia começado, há uns poucos anos, uma programação de cooperação no campo científico e tecnológico com a Alemanha, que funcionava muito bem. Muito bem organizado, supervisionada por uma comissão mista governamental.

M.H. – Foi criada na época do Magalhães Pinto, não? essa comissão.

S.G. – É verdade. Essa comissão teve o seu primeiro encontro já com o Gibson. Depois, o Jorge Carvalho e Silva⁵² esteve na Alemanha chefiando Delegações brasileiras. E vinha de lá o Secretário Geral do Ministério da Ciência e Pesquisa Tecnológica da Alemanha. Tal Ministério propriamente não tem o controle, mas o conhecimento do que se faz e meios para estimular e mobilizar todo o estabelecimento científico e tecnológico alemão de pesquisa. Do lado brasileiro, as coisas funcionavam razoavelmente bem, em função até mesmo do grau de organização do lado alemão. (Risos) Como Secretário Geral, eu é que presidia o lado brasileiro da delegação e todo ano tínhamos uma reunião, alternando entre Brasília e Bonn. Do lado brasileiro, tinha de ser o Secretário Geral para assegurar que o Secretário Geral do Ministério da Pesquisa Científica e Tecnológica alemão estivesse presente e tomasse as providências do caso. E para cada setor de cooperação havia um responsável brasileiro, um responsável alemão, e funcionou muito bem. Não

⁵¹ Embaixador Paulo Nogueira Baptista.

⁵² Embaixador Jorge Carvalho e Silva.

tenho dúvidas de que o fato da existência desta Comissão, de um certo hábito de cooperação, até certo ponto facilitou o conhecimento de um e do outro país neste campo e, portanto, facilitou a negociação. A negociação, entretanto, não resultou de se ter escolhido a Alemanha a priori. Houve contatos com autoridades francesas. Me lembro de uma visita do próprio Comissário para Energia Atômica francesa. Me lembro de ter estado com ele no Gabinete, com o Silveira. Com os Estados Unidos, houve contatos, mas era mais ou menos inútil, porque eles já tinham leis muito restritivas em matéria de cooperação com o exterior nesse campo. A França era um pouco mais aberta. Mas a França jamais foi além de um certo ponto, pois não aceitou um tipo de Acordo que cobrisse todas as etapas do ciclo nuclear. O grau de transferência de tecnologia a que eles podiam chegar era bastante limitado.

M.H. – Foi uma negociação muito fácil, então, nesse sentido.

S.G. – Não diria que fácil, tanto que levou quase um ano, por aí, mas a atitude por parte da Alemanha sempre foi aberta à hipótese da transferência de tecnologia. E a atitude dos franceses sempre foi restritiva para a transferência de qualquer tecnologia além das fases muito iniciais do ciclo.

A.C. – Bem, isso fazia parte, no caso do Brasil, de uma estratégia que está bastante clara. Mas, da parte da Alemanha, o que é que a Alemanha queria exatamente com isto?

S.G. – Aí, você teria que saber deles. Em parte, era ter o freguês, digamos. Em grande parte. Em grande parte, também, é que um tipo de Acordo desse tipo, que já vinha acompanhado de um grau de cooperação no campo científico e de pesquisa científica e tecnológica de alguma importância, cria um laço muito íntimo entre os dois países. Eu não sei até que ponto isso pesava, em termos políticos, da parte da Alemanha. Isto é, como afirmação de presença importante e penetração na América Latina em geral, de afirmação como potência industrial e parceiro industrial e comercial. Até que ponto isso teria pesado, eu não sei. Ao mesmo tempo, não estavam receosos de que o acordo pudesse levar o Brasil à decisão de fazer a bomba. Em parte, também, pelo argumento verdadeiro de que se quiséssemos fazer a bomba, por uma forma ou por outra, mais cedo ou mais tarde, chegaríamos lá. Podia levar mais tempo, (Riso) mas chegaríamos. E aí sem inspeção, sem nada, não é? Há muita gente no Brasil que acha – inclusive certos meios

científicos – que foi muito bom a desaceleração do programa com a Alemanha, porque pode permitir, e há indícios disso, de nós chegarmos a certos estágios do ciclo combustível por caminhos nossos mesmos, mais baratos. Até há gente que critica o Acordo alegando que, se não houvesse o Acordo, nós já estaríamos mais adiantados em processos nossos mesmos. O que é discutível. Não tenho competência para opinar nessa discussão que envolve conhecimento e avaliação de dados factuais, não claramente conhecidos.

L.P.. – Em que medida o sucesso de um Acordo nuclear com a Alemanha, quer dizer, apesar das pressões americanas, teria contribuído mesmo para que posteriormente, quer dizer, o rompimento do Acordo militar com os Estados Unidos fosse uma coisa menos drástica pelo lado brasileiro?

S.G. – Tanto quanto eu saiba, não houve uma ligação. As duas coisas foram tratadas em função delas mesmas, quer dizer, das circunstâncias em que se apresentavam. Quando se renunciou à ajuda, já havia a decisão de fazer um estudo em grupo – estavam os militares, acho que foi coordenado até no EMFA, ou teve sede no EMFA – sobre quais os efeitos da denúncia do Acordo em termos práticos, etc. Em termos jurídicos, não havia problema, porque o Acordo continha cláusula de denúncia. Esse trabalho levou uns poucos meses e só depois se fez a denúncia do Acordo.

A.C. – Eu vou lhe fazer uma pergunta um pouco... que exige, talvez, um pouco de exercício de imaginação, mas, enfim... Eu acho que esses dois tópicos que nós tratamos hoje, tanto a questão do rompimento do Acordo militar quanto a questão nuclear, seriam iniciativas inconcebíveis se não houvesse um poder militar organizado e relativamente coeso e coerente dentro do Governo, não é? Até que ponto, numa situação como a que nós vamos começar a viver agora, de democracia, de abertura, de discussão livre no Congresso, seria possível iniciativa dessa gravidade e dessa importância?

S.G. – É um pouco difícil dizer isso, como você mesma observou. Aí há duas coisas, dois aspectos. Um, que trabalharia contra esse tipo de decisão, no caso de os assuntos serem todos ventilados e dependerem sempre de obter um consenso no Congresso, etc., que é a permeabilidade do país. Um regime democrático, desse ponto-de-vista, é, por sua própria natureza, mais permeável a influências estrangeiras. Permeável, em termos da

possibilidade de mobilização de congressistas, da imprensa, de grupos nacionais ligados a interesses estranhos, e até mesmo por causa de divergências legítimas. Oferece maior abertura à vociferação e a pressões. Também, por outro lado, há sempre o risco, sobretudo em períodos pré-eleitorais, de grupos ou correntes que são contra porque precisam caracterizar uma posição contrária ao Governo, mesmo que nem sempre muito racional. Olhe, eu acredito que, politicamente, seria em média mais rentável para as correntes políticas, num sistema de livre jogo de partidos, tomarem eles a posição nacionalista. O risco que eu vejo mais, até, é das questões serem exploradas de forma demagógica extremada, aí sem interesse para o país. Mas deveria haver pressões e contrapressões que, acredito, levariam a uma tendência para tomar decisões semelhantes em linhas gerais às que foram adotadas. Apenas, não seriam tão rápidas e possivelmente não seriam tão frias e tão preocupadas, ou matizadas na sua maneira de fazer, em não entornar o caldo inutilmente, em não ir além daquilo que era necessário para marcar a nossa posição e, ao mesmo tempo, preservar certas opções negociadoras. Eu acho que, num regime estritamente democrático, o risco maior que se correria é que esse tipo de decisão fosse mais lento ou viesse colorido por uma tonalidade demagógica. O remédio estaria em termos partidos nítidos, com militantes conscientes e lideranças com autoridade. A pedida é grande, mas não se deve desistir da saída.

[FINAL DA FITA 21-A]

M.G. – Mas isso é pura especulação no ar, não é? Não tem... (Risos)

A.C. – É. Não, exatamente. Mas essas especulações eu acho que são muito convenientes para nós, no sentido de que o Sr. teve, viveu esse período, não é? E então pode sentir um pouco as tendências.

M.H. – É, inclusive no sentido de que o Sr. viveu esse período num processo de distensão política interna.

S.G. – (inaudível)

A.C. – Em que havia esses dois elementos jogando já um pouco, não é?

M.H. – E, de certa maneira, a escolha do Sr. inclusive, como Ministro, ele acompanha este processo. Está vinculado justamente a um aprofundamento.

S.G. - É, nesta...

M.H. - Dessa tendência e dessa opção política interna.

A.C. – Você quer perguntar mais alguma coisa sobre o Acordo?

M.H. – Não, eu acho que a gente podia entrar...

A.C. – Não? Eu queria fazer uma proposta ao Sr., quer dizer, quais seriam os temas que o Sr. acha que seriam importantes do período Silveira? Porque eu talvez fosse lhe propor de a gente deixar isso para complementação e entrar no Governo. A menos que o Sr. ache que não é uma boa sugestão.

S.G. – Está bem. Não, nesse período em que eu fui Secretário Geral...

A.C. - ... há a questão de Itaipu, não é?

S.G. - ... que eu me lembre, assim, que nós não tratamos, foi Itaipu. Podemos tratar depois. Isso eu posso até tratá-la...

A.C. - ... dentro da sua própria gestão...

M.H. – Perfeito.

S.G. - ... dentro do meu período, fazendo um retrospecto, porque, obviamente isto vinha de... Não só vinha de antes, mas...

A.C. - ... foi, de certa maneira, o coroamento, não é?

S.G. - ... não só vinha de antes como tinha havido um grande trabalho e progresso na delimitação da questão. Senão, não teria podido talvez resolver tão rapidamente. Poucos meses.

M.H. – Vai fumar um pouquinho menos, não é?

S.G. – É, vou fumar menos.

M.H. – Agora que o Sr. vai falar desse período do Sr., o Sr. pode fumar um pouquinho menos...

A.C. – O que mais que o Sr. sugere como período Silveira? Só Itaipu?

S.G. – Basicamente, foi isso. Porque colônias portuguesas...

A.C. – Nós já vimos.

S.G. - ... nós já vimos, já vimos essas questões com os Estados Unidos...

A.C. – América Latina, de um modo geral, não é? que ficou de fora.

S.G. – Ficou um tanto, de fora. E um esforço de aproximação, também, maior com a Europa... Japão, aquelas viagens do Presidente Geisel... Já houve...

M.H. - ... a diversificação, mesmo, não é?

S.G. – É. Um certo esforço nesse campo, inegavelmente. E, no período Figueiredo não houve uma quebra nessa.... concepção básica.

A.C. – Não houve uma quebra dessa tendência.

S.G. – Não. Houve um aprofundamento, uma dinamização natural. As coisas foram se acentuando e com outro estilo.

A.C. – E se agravando, também, não é?

S.G. – Agravando sob certo ponto de vista. A crise mundial, propriamente, já vinha de antes, mas ela estourou em termos de Brasil com certo atraso. Os países europeus tiveram a sua recessão antes da nossa e nós fizemos um grande esforço, ainda no período Geisel, para continuar nos desenvolvendo, para não parar os projetos. Houve uma opção, na área econômica, no sentido de substituir importações em matéria de grandes equipamentos. Quer dizer, a indústria pesada de fabricação de fábricas foi muito desenvolvida nesse período Geisel, porque na composição das nossas importações o segundo item eram talvez equipamentos, e depois vinham alguns produtos, insumos básicos, como alguns metais não-ferrosos, e, em matéria de comida, trigo. O resto é meio acessório. Há anos em que há uma falta de feijão, uma falta de arroz, mas é marginal, não é todo ano. Há as coisas de luxo, bacalhau, coisas desse tipo. Então, você tomando essas grandes categorias de produtos de importação, como não havia solução para um deles – o petróleo -, que representava pouco e passou a representar metade, ou quase a metade do total – tentou-se a substituição principalmente nos equipamentos. Porque a substituição em matéria de petróleo não era tão rápida, dependia de vários outros fatores, e, a rigor, o grande esforço de substituição de energéticos já se deu no Governo Figueiredo. Então, a primeira fase, logo no primeiro choque do petróleo, foi a tentativa de substituição de importação de equipamentos pesados. Se desenvolveu aqui uma indústria importante, e depois, com a parada (Riso) dos projetos nossos de desenvolvimento e a falta de recursos nacionais, quer dizer, em cruzeiros, até essa indústria ficou muito ociosa. Isso é outro problema que não me cabe tratar aqui.

M.H. – O Sr. quando entrou, enfim, iniciou o período de gestão já previa que o período do Sr. seria um período muito mais de vacas magras e que as dificuldades (Risos) estariam, digamos, cada vez maiores para exercer a continuidade de uma diplomacia já iniciada?

S.G. – Olhe, quando o Presidente Figueiredo foi eleito... Ele me chamou em janeiro de 79. Eu estava em Paris. Tinha saído há poucos meses, em abril de 78, e não esperava, em absoluto, ser chamado, nunca tinha dito a qualquer pessoa sequer que gostaria de ser Ministro. Não estava pensando nisto de modo nenhum. Sempre me preparei um pouco para ser Ministro, não querendo ser. Como disse, mais de uma vez, a Terceiros Secretários

(as turmas do Rio-Branco quando entram, são apresentadas ao Ministro), mutatis mutandi: “Vocês sempre atuem como se vocês fossem a última instância. Procurem, se têm de dar uma opinião num memorandum sobre um assunto qualquer, sobretudo um assunto de implicação política, diplomática, colocar-se como se fossem realmente os responsáveis. Como se vocês fossem o Ministro ou até o Presidente da República. Procurem ter desde cedo a tensão, a angústia de optar, de procurar chegar a uma conclusão, embora apresentando as alternativas. Porque essa é a única maneira de vocês crescerem com o tempo, com a experiência, e poderem ter as funções de comando mais tarde. Se a decisão depois vier diferente daquela que vocês teriam preferido, não discutam, executem”. (Risos)

A.C. – Que conselho difícil o Sr. deu, não é?

S.G. – Com um ar assim... Mas eu sempre segui um pouquinho essa diretriz.

A.C. – A quem o Sr. dava esses conselhos?

S.G. – Aos Terceiros Secretários. Dei a umas duas ou três turmas do Rio-Branco. Dei a meu filho, também, a quem disse: “Nunca pense que, porque há outras camadas aí de decisão acima de você, que você pode se limitar a fazer o trabalho básico de reunir documentos, dar as alternativas, fazer umas análises. Procure você mesmo ter uma opinião e fazer uma sugestão. Não se aborreça se acharem até que a sugestão não é aceitável. Corra esse risco. Procure saber, se for o caso, porque não gostaram. Não se preocupe, mas procure pensar sempre, se você tivesse que decidir, como decidiria. Não fique nessa posição meio cômoda de dizer: “Bom, uma solução tem tal vantagem e tal inconveniente, essa outra tal vantagem e tal inconveniente”. Tudo isso é muito bom, muito normal, mas isso não lhe vai acostumar àquilo que você, quando tiver uma chefia qualquer, vai ter de fazer, que é optar. Certo ou errado, mas optar, optar no tempo certo e em sã consciência e aguentar a mão”. (Riso)

M.H. – De alguma maneira, fazendo um trocadilho, estavam se formando jovens guerreiros, não é?

S.G. – Um pouco assim. Um guerreiro melhor. Então, eu nunca tinha pensado em ser Ministro. Tive antes algumas indicações muito vagas em que não acreditava. E havia gente interessada em ser Ministro, com boas qualificações e brigando pelo lugar. Chamado, tive o primeiro encontro com o Presidente eleito a 14 de janeiro de 1979. Foi um encontro de meia hora, ou pouco mais, em que ele me explicou que pretendia, em matéria de política externa, seguir a mesma linha geral do Governo anterior, porque achava que estava dando certo. De assuntos específicos, é curioso, ele me mencionou justamente a compatibilização entre Itaipu e Corpus. Disse-me que queria resolver isto. Se fosse necessário iria a Buenos Aires. (Riso) Disse-lhe que esperava que ele fosse, mas com o assunto já resolvido. (Riso)

M.H. – O Sr. já havia tido um contato mais aprofundado antes com o Presidente Figueiredo?

S.G. – Não. Eu o conhecia socialmente e relativamente pouco embora tivesse muito boa impressão. Tínhamos amigos comuns. Ele me disse nesse dia 14 de janeiro que me conhecia muito mais do que eu pensava. Eu disse que sendo ele Chefe do SNI não me estranhava que conhecesse. (Risos)

A.C. – Realmente.

S.G. - E ele me disse uma outra coisa, mais ou menos nestes termos: “Eu tenho confiança e o Sr. irá levando o carro. Apenas, eu me reservo, quando achar necessário, parar e ver como está o nível do óleo, (Risos)...” Ele teve uma atitude muito espontânea, que é o jeitão dele, mas mantendo sua autoridade, como devia. E então fiquei aqui. Só voltei a Paris para me despedir, já em fins de fevereiro. Houve, portanto, uma transição ordenada. Eu conhecia os assuntos todos, praticamente, não é? E escolhi o meu pessoal. Começaram a trabalhar comigo. Era preciso preparar as chamadas diretrizes do Presidente para cada Ministério. Os Ministros escolhidos preparariam as propostas para submissão ao Presidente eleito. E eu fiz isso com o Carbonar⁵³, o Baena⁵⁴ quando tinha tempo (porque ele estava trabalhando). O Carbonar é que estava recém removido da Venezuela e não tinha assumido ainda. Ele ia assumir a Divisão Financeira, mas passou a Chefe de meu

⁵³ Embaixador Orlando Soares Carbonar, à época Ministro de 2ª classe.

⁵⁴ Embaixador João Clemente Baena Soares.

Gabinete. O Sardenberg⁵⁵, que tinha trabalhado comigo na Secretaria Geral e, quando o Holanda⁵⁶ teve posto, o Silveira o chamou. E o Abdenur⁵⁷, que também tinha trabalhado comigo na Secretária Geral. E preparamos a proposta de diretrizes.

M.H. – Eu queria...

S.G. - Eu ia falando, eles iam tomando nota, escrevendo. Faziam sugestões valiosas. O Presidente aprovou. Naturalmente, me orientara pelo que ele me havia dito – queria as mesmas linhas gerais. Apenas, nós fazíamos uma série de indicações também, mais pormenorizadas, para sentir a reação dele, com relação às nações latino-americanas, os Estados Unidos e outras regiões e também, um pouco, questões de estilo e de maneira. Depois da aprovação e tendo as reações presidenciais, eu me senti muito mais seguro. Você ia fazer uma pergunta.

M.H. – É. Antes de entrar na questão das diretrizes, mesmo, há duas questões em relação à nomeação do Sr., que o Sr. mencionou que, enfim, talvez fosse interessante esclarecer. Uma é que o Sr. mencionou a questão de que certamente havia outros no Ministério, na época, interessados em ser Ministro. O Sr. teria ideia de candidatos naturais?

S.G. – Não. Era sabido, os jornais falavam muito, e parece que é verdade, que o Roberto Campos pretendia ser Ministro.

A.C. – Exatamente.

S.G. - Havia também o próprio Sérgio Corrêa da Costa, enfim. O Expedito⁵⁸, certamente o Expedito Resende. Atuaram como puderam, através de pessoas que tinham acesso ao Presidente, etc. Eram pretensões perfeitamente legítimas. Eu não movi uma palha. Pensava ficar em Paris até me aposentar.

A.C. – Em Paris.

⁵⁵ Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, à época Conselheiro.

⁵⁶ Embaixador Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti.

⁵⁷ Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, à época Conselheiro.

⁵⁸ Embaixador Expedito de Freitas Resende.

S.G. – Em Paris. Esperava, com sorte, me deixassem lá até fazer os 65 anos, que era a idade da aposentadoria na época. Depois, quando veio a lei dos 70 anos, quando eu estava em Paris há pouco tempo, a perspectiva mudou. E eu disse à Glória: “Nós devemos estar preparados para, depois de Paris, termos outros postos. E, provavelmente, será uma descida. Espero apenas que os degraus não sejam tão íngremes como foram os do Mendes Vianna⁵⁹...” (Risos) Mendes Vianna saiu de Paris para o Chile, do Chile para a Indonésia e da Indonésia para o Haiti.

M.H. – Que horror! (Risos) Que tobogã, hein? Agora, o Sr. disse que, enfim, que o Sr. não mexeu uma palha. Mas, sem dúvida nenhuma, o Ministério, e o próprio Ministro na época, devem então ter mexido algumas palhas...

S.G. – O Silveira?

M.H. – Sim.

S.G. – O Silveira não se mexeu, propriamente, por mim. A solução para ele foi muito boa, e tudo isso, mas eu tenho a impressão que naquela época ele se teria mexido para evitar o Campos⁶⁰. Porque o Campos significava, na interpretação dele, eu acho que correta, uma mudança de diretrizes. Então, ele terá alertado sobre esse risco, mas eu não conheço esta parte, nem quis conhecer. Agora, especificamente, não foi ele que me fez Ministro. Foi outra pessoa.

A.C. – Quem foi?

S.G. – Foi o Presidente obviamente. Aqui os jornais falaram de Octavio Medeiros. Não tenho dúvidas de que, se Figueiredo o consultou, ele terá influído. Nunca pergunto essas coisas. Havia umas razões objetivas evidentes. Quer dizer, se o Presidente Figueiredo pretendia manter a mesma linha política, lançando porém um novo ministério, provavelmente nenhuma pessoa estava mais intimamente envolvida com a política externa do Governo anterior, além do próprio Ministro, do que o ex-Secretário Geral.

⁵⁹ Embaixador Antonio Mendes Vianna.

⁶⁰ Embaixador Roberto de Oliveira Campos.

Além disso, ele me conhecia de referências diversas. Você não ocupa um lugar desses, em qualquer país minimamente organizado, sem que os Serviços de Informação tenham uma ficha detalhadíssima a seu respeito. Ele conhecia muita gente que me conhecia também. Não havia, também, nenhum grupo interessado que tivesse uma objeção ao meu nome. Apenas, eu não pedi, expressa ou implicitamente, não sugeri nem insinuei, direta ou indiretamente. Em outubro de 78, quando vim acompanhando o Giscard d'Estaing em visita oficial ao Brasil, o Octavio me disse, en passant, que não tomaria iniciativa, mas que, se perguntado, indicaria meu nome. Agradei sua generosa opinião a meu respeito, e mudei para outro assunto. Mas, enfim, isso é petite histoire.

A.C. – Eu acho que isso é uma grande história, porque eu tinha vontade de perguntar ao Sr. se o Presidente Geisel também não deve ter tido um papel importante aí.

S.G. – Eu não sei. Certamente, não teria objeções. Ele sempre me tratou muito bem. Mas se dizia que ele tinha muito escrúpulo em meter-se em coisas da responsabilidade de seu sucessor, o que estava de acordo com seu estilo.

A.C. – Porque certamente ele teria tido interesse em manter a política externa, também, não é?

S.G. – Fiquei interino várias vezes. Nessas ocasiões, o Presidente dava, mostras de confiança e consideração pessoal. Naquela época, houve gente da Casa Civil que comentou com meu pessoal, com o Carbonar sobretudo, que, no caso do Itamaraty, ninguém se preocupava com as interinidades frequentes porque, quando eu assumia, era a mesma coisa, era um interino que tinha nível de Ministro e não criava problemas. De modo que sempre houve um relacionamento muito bom. Mas não sei se houve alguma referência pessoal dele. Ele tomou uma atitude declarada, o Presidente Geisel, de que absolutamente não interferiria na formação do Ministério do Presidente Figueiredo. Que isso era responsabilidade de cada qual. Quem assumia, tinha a responsabilidade e o poder.

A.C. – Mas evidentemente que ele teria que ver com muito temor a ida do Roberto Campos, por exemplo.

S.G. – É possível, não sei. Dizia-se que tinha restrições ao Campos, mas não sei se tem fundamento o que se dizia, ou se era coisa importante ou marginal.

A.C. – Bem. O Ministro Otavio Medeiros, o Sr. conhecia há muito tempo, também, não é? Era uma relação já de família, enfim.

S.G. – Conhecia de referência muito antes de conhecê-lo pessoalmente. Glória é que o conheceu ainda rapaz. Até 1974, eu conhecia apenas os irmãos mais velhos dele. O Benjamin, casado com Maria irmã de Gloria, e que é, para nós, como um irmão. E, há mais tempo, mas menos, o Flávio, que foi meu contemporâneo de CPOR (1936-38). Mas com o Octavio e Olga só vim a ter mais contato, quando fui Secretário Geral. Ele estava em Brasília, e às vezes nos convidávamos. Gostei muito do casal. Mas, inclusive, não era de estarmos na casa um do outro a cada instante, nessa época, embora nos dêssemos muito bem.

A.C. – Não eram muito íntimos.

S.G. – Nos dávamos muito bem.

A.C. – E ele, evidentemente, que compartilhava dos...

S.G. – E havia muito gente que se agarrava nele, não é? Mas não é meu gênero. Nunca foi. E sempre me dei bem. Enfim, começou o Governo. Eu entrei com grande preocupação.

M.H. – Em relação às diretrizes que o Sr. mencionou antes, haveria diferenças, a continuidade com relação ao, digamos, à gestão anterior?

S.G. – Não, de substância não, havia nenhuma.

M.H. – Ou de ênfase, talvez.

S.G. – Diferenças de ênfase. Talvez algumas de estilo. Nenhuma crítica, absolutamente, substantiva e direta. Havia um desejo de detalhamento de certas coisas. Eu achei que

devia ser tão claro quanto possível com o Presidente para saber a quantas andava. Mas assumi com muita preocupação, como é natural. Um primeiro assunto de prioridade era o problema de Itaipu, em que o Presidente estava pessoalmente interessado. Como é sabido, ele tinha até, pessoalmente, um certo “fraco” sentimental pela Argentina. Tinha estado lá adolescente. No período em que era Secretário Geral, eu evitava meter-me nos assuntos relativos à Argentina. Eles vinham a mim, eu os acompanhava, conhecia, mas sempre eu consultava o Silveira, porque o Silveira tinha sido Embaixador.

M.H. – Embaixador.

S.G. - Lá em Buenos Aires, tinha vivência desses assuntos, teria suas opiniões próprias, etc. E ele tinha, se se quisesse, uma maneira de sentir esses assuntos que em parte a mim causavam não, propriamente, estranheza, mas um certo desconforto porque não consigo nunca ser tão seguro de nada. Porque havia um certo grau de..., não direi emocionalismo, mas opiniões muito definidas sobre o que é o país, a Argentina. Sobre como são os argentinos. Quer dizer, ele tinha ideias muito claras e muito definidas, embora, devo acrescentar, sem antipatia. Isso sempre, no meu caso, causa uma certa dificuldade, porque eu nunca tenho sobre um país, sobre um povo inteiro, ou sobre, até, pessoas, ideias tão precisas assim, sobretudo não tendo tido, ao contrário dele, vivência do país. Tenho impressões. Mas opiniões assim de pedra e cal não é fácil para mim formar. Silveira, estava muito empenhado, é lógico, em resolver o problema do aproveitamento das águas do rio Paraná. A posição argentina era uma posição que nós não podíamos aceitar como tese. Era uma posição baseada em que as bacias fluviais eram um todo e o que se fizesse em alguma parte delas afetava todo o resto. Portanto, deveria haver uma consulta prévia quando um dos participantes da bacia quisesse utilizar as águas. Nós tínhamos tido antes uma vitória em reunião dos países da Bacia do Prata, a Declaração de Assunção, que definiu como compartilhados apenas aqueles rios que servem de fronteira. Mas não qualificou como recursos compartilhados os rios que passam de um país para outro, sucessivos. Simplificando, quando a fronteira é longitudinal, no meio do rio, o rio é compartilhado. Quando a fronteira é um corte seccional, transversal ao rio, não é. Nossa posição, no caso de rios sucessivos, era simplesmente que se aplicava o princípio geral de direito da responsabilidade por danos causados, o que não implica consulta prévia. Implica da parte de quem usa o rio a responsabilidade de não causar danos a jusante (ou montante), e portanto de tomar as precauções para não causar um dano significativo.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]⁶¹

Só se coloca um problema internacionalmente quando ocorre esse dano. Essa, em resumo, na sua essência, a diferença das posições de princípio.

M.H. – É, o problema deles me parece que talvez fosse muito vinculado a uma outra concepção geopolítica.

S.G. – É possível. Ao mesmo tempo, o que havia, por fora dessa divergência, e motivando-a também, era talvez uma forma de desconfiança, exploração nacionalista de certos grupos. Certos grupos, há 40 e tantos anos atrás, se referiam ao Brasil como a “China negra”. Obviamente, isso não era opinião esclarecida, nem generalizada, mas talvez houvesse, subjacente, uma preocupação com expansionismo, até mesmo inconsciente, do Brasil. A circunstância de que a Argentina se atrasara na exploração das águas, até porque não tivera tanta necessidade, poderia ter ajudado a campanha dos que, por tese ou por avaliação de conveniências, criavam dificuldades.

[FINAL DA FITA 21-B]

S.G. -... É possível que preocupasse o fato de poder o Brasil fazer um projeto tão grandioso, quando eles no momento não podiam nem pensar em fazer algo parecido. Podia haver um aspecto psicológico, não reconhecido, atrapalhando as tendências mais racionais de uma negociação.

A.C. - Eu tenho a impressão de que realmente esse, digamos, esse problema exigiu da diplomacia brasileira o máximo de habilidade e de competência, porque realmente é um problema delicado, não é? Que se coloca.

M. H. - É, a Argentina parece que... Enfim, agora, morando lá, eu percebo que há uma preocupação real de que as cidades possam ser totalmente afogadas pelas... Enfim...

⁶¹ Chegada do fotógrafo que registrou a entrevista.

S.G. – Se arrebenta aquela barragem lá... (riso)

A.C – Como é que nós os convencemos de que nós não vamos fazer isso?

S.G – Eu tenho a impressão de que as pessoas responsáveis não pensam mais, se é que jamais pensaram, que uma ação deliberada nossa possa levar a isso. Deve haver uma preocupação com um acidente, não é? Muito mais do que com o uso impensável do que se chama de “arma ecológica”. (riso) É difícil imaginar que pudesse haver, em alguma circunstância, interesse brasileiro de criar uma coisa dessas, não é?

MH – É, mas de qualquer maneira, existe o risco, um risco de antigamente, ou anteriormente, não existia. Isso do ponto de vista estratégico, ainda mais num país aonde a questão estratégica é sempre tão presente, a questão geopolítica é sempre tão presente...

S.G – A preocupação com a geopolítica pode atrapalhar artificiosamente. Aqueles vários escritos estratégicos do Golbery, que eu não li porque o livro estava esgotadíssimo e o exemplar da Biblioteca do Ministério tinha desaparecido, sempre são lembrados como epítome de seu pensamento, o que acho que é falso. Mas até hoje, de vez em quando, há em nossos vizinhos, um ou outro geopolítico que fala de Golbery, Travassos, Meira Mattos, aliás, com admiração. O estudo da geopolítica é legítimo, mas se presta para o leitor simples e desprevenido a conclusões nefastas. O fator geográfico tem influência sobre as relações entre os Estados, mas você não precisa chegar a tanta sofisticação e imaginação. Você não precisa ir muito além de Ratzel para entender, ficando em terreno seguro. Além do mais, o próprio avanço tecnológico mudas às vezes radicalmente as visões geopolíticas. Imagine hoje a força de discussão nuclear. Talvez o elemento de maior equilíbrio sejam os submarinos, que se postam em todos os mares, quer dizer, russos no meio do Pacífico, americanos o meio do Atlântico, no Mediterrâneo, etc. Já li até um artigo, um pouco gozativo, que seguia esta de linha de raciocínio: porque os dois não se desarmam e deixam só os submarinos? Basta para garantir a mútua destruição. (Risos) Basta... Ficam aí escondidos, difíceis de detectar. Hoje se conhece muito de oceanografia. Há lugares que são como se fossem ocos, lugares onde um submarino se esconde e não é detectado por nenhum meio eletrônico. Basta isso. Então cada qual ficaria com medos dos submarinos do outro. Geopolítica, para ter sentido, muda muito. É melhor ficar entre especialistas, que vêm a matéria com suas complexas qualificações. A

vulgarização simplista pode ser perigosa. Nós vimos como as teorias do General Hanshofer serviram a Hitler. Uma espécie de “prostituição” desse tipo de estudo.

A.C – É preciso ser _____, ainda mais.

S.G – É. Você vê, como as coisas mudam muito, não é?

A.C – É. Eu queria perguntar ao Senhor ainda sobre as diretrizes. Se houve explicitamente no documento que o senhor encaminhou ao Presidente Figueiredo um reforço dessa política chamada do Terceiro Mundo?

S.G – Não houve nada assim claro e específico nesse sentido. Quer dizer, fizemos um exame área por área, etc., apresentamos sugestões sobre cada área; quanto a métodos, visitas, coisas desse tipo. Não havia nada de dramático. Era bastante preciso e já encaminhado a uma espécie de diretriz para o que eu deveria fazer. Era útil, um bom exercício, digamos assim. Mas no espírito do que o Presidente me disse.

A.C – O senhor fez também alusão a “como fazer”, talvez sugerindo alguma diferença com relação aos métodos, enfim, do...

S.G – Anteriores?

A.C – ... do seu antecessor.

S.G – Nada que fosse explícito. Havia talvez uma atitude, se você quiser, um pouco desdramatizante e todo o papel; o estilo, até a maneira de dizer. O que é natural. Nada que fosse buscado ou rebuscado para marcar novidade. Havia, digamos assim, uma atitude própria, mas nada mais do que isso. Só que também eu não me lembro de cada pedaço, não é? do que foi escrito naquela ocasião. Mas cobria todas as áreas, todos os temas principais.

A.C – Certo. Eu queria perguntar, também, sobre os seus assessores diretos? Porque o Senhor fez referência ao fato de que eles já estavam na Secretaria com o Senhor

S.G – É. O Carbonar⁶², por exemplo, trabalhara comigo em Genebra no princípio dos anos 70. Foi chefe do meu Gabinete na Secretaria Geral. Quando fui para Paris, ficou como Chefe do Departamento Consular e Jurídico. Quando voltei Ministro, chamei-o de novo para Chefe do Gabinete. O Sardenberg⁶³ tinha passado para o Gabinete do Silveira, com a Secretaria Especial de Assuntos Bilaterais, nome que, de fato, não correspondia à realidade. Era uma forma de obter do DASP um DAS. A tarefa era muito importante, envolvia certo tipo de planejamento, preparação de papéis etc. E trabalhavam lá com ele o Gelson⁶⁴, depois Florêncio e Viegas. E assim por diante. O Abdenur⁶⁵ tinha trabalhado comigo na Secretaria Geral. Era Assessor para Assuntos Econômicos. Tinha continuado na Secretaria Geral e eu o chamei então para o Gabinete. Os outros, Ruy Casaes⁶⁶ tinha trabalhado comigo na Secretaria Geral. Da mesma forma, Cantuária⁶⁷ que eu herdara do Jorge Carvalho e Silva⁶⁸. Para Secretaria Geral, eu chamei o Baena⁶⁹ (que estava no Gabinete do Silveira com os Assuntos Multilaterais). Quando eu era Secretário Geral, a maior parte do tempo ele este como Chefe do Departamento de Organismos Internacionais. Eu o conhecia e apreciava muito, desde os tempos em que ele era Secretário na Missão na ONU. Era, naquela época, pessoa de confiança do Araújo Castro⁷⁰. Ele era em 1979, um Ministro de Primeira Classe relativamente novo, mas eu chamei pessoalmente. Alguns que estavam na Secretaria de Estado eram mais antigos do que ele, na classe. Eu dei uma satisfação pessoalmente a cada um deles. Eram sujeitos de primeiríssima qualidade, como o Embaixador João Hermes Pereira de Araújo. Ele era Chefe do Departamento das Américas e compreendeu perfeitamente, etc. Aliás, eu sabia que ele já estava pensando em posto, que só pode ter uns dois anos e pouco depois. Foi para Bogotá, e depois de Bogotá, mais recentemente, ano passado, para Buenos Aires.

MH – Buenos Aires.

S.G – É o homem, talvez, que mais conhece a Argentina no Ministério. História, literatura, artes, economia, política, personalidades, enfim, é um...

⁶² Embaixador Orlando Soares Carbonar, à época Ministro de Segunda Classe.

⁶³ Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, à época Conselheiro.

⁶⁴ Conselheiro Gelson Fonseca Júnior, à época Primeiro Secretário.

⁶⁵ Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, à época Conselheiro.

⁶⁶ Conselheiro Ruy de Lima Casaes e Silva, à época Segundo Secretário.

⁶⁷ Embaixador Antônio Sabino Cantuária Guimarães.

⁶⁸ Embaixador Jorge de Carvalho e Silva.

⁶⁹ Embaixador João Clemente Baena Soares.

⁷⁰ Embaixador João Augusto de Araújo Castro.

MH – É, eu o conheci agora. Realmente, tive uma impressão fabulosa.

S.G – É um homem muito interessante. E, ao mesmo tempo, uma pessoa de uma correção, de uma decência e de um conhecimento e competência profissionais extraordinários.

MH – Houve alguma qualidade especial na escolha de Baena, na época, para escolher?

S.G – Eu achava que o Baena ia dar certo para isso, porque é uma pessoa ágil, com capacidade de trabalho brutal, se interessa por tudo; é capaz de se colocar em qualquer assunto rapidamente. Pessoa com sensibilidade política e, ao mesmo tempo, de uma lealdade absoluta. Quer dizer, um homem de bem, à toda prova, como, aliás, o Embaixador João Hermes também. Mas este, eu achava que era um desperdício tirá-lo do Departamento de Assuntos Americanos, onde ele ia mais profundamente no conhecimento desses assuntos chave. O Secretário Geral, como o próprio Ministro, é muito um caleidoscópio, não é? Você muda de assunto a cada dois, três minutos, tem que ter reações imediatas muitas vezes. Lembro-me de que, na Secretaria Geral, era raro eu ficar 5 minutos sem ter duas interrupções. Não é o gênero do Dr. João, como nós chamamos, é mais o gênero do Baena. O Baena fica até muito satisfeito quando há cinco assuntos diferentes para ele mexer. Paulo Tarso⁷¹, eu conservei. Eu acho que ele era da mesma época, ou pouco mais antigo que o Baena. Mas também não era ainda o momento de tirá-lo daquele Departamento que, a rigor, é criação dele. Porque o que antes havia em matéria de promoção comercial no Ministério era muito limitado e muito artesanal. Ele é que, durante anos e anos, foi sofisticando e tornando aquilo o que é hoje, uma organização moderna em seus métodos e muito rápida. Eu achava que ele ainda tinha muito que dar nessa área, completar o que havia começado. Chamei-o, expliquei-lhe, pedi que ficasse. Continuou exemplar nas funções. O resto foi indo bem. Agora, muitos deles ficaram comigo e não tiveram posto durante 10 anos, quase quatro na Secretaria Geral, mais seis de Ministro. Quando eles saíram, houve críticas que se refletiram na imprensa, porque foram para postos significativos. O oposto, entretanto, é que seria estranho. Você não pode punir os sujeitos por terem servido excelentemente. Ou sequer ignorar os serviços tão duradouros e duros nesse tipo de função.

⁷¹ Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

A.C – Eu fico pensando justamente nesse problema que o Senhor colocou a pouco de um Ministro de Primeira Classe que é mais jovem do que os outros que já estavam lá. Quer dizer, como é que funciona isso?

S.G – Não, quando se chega a funções...

A.C – Quer dizer, o Ministro pode e deve, em certos casos, apressar a carreira de uns? Enfim...

S.G – Aí, há duas teorias. Eu acho que, a partir de um certo ponto, o que é necessário é responder às seguintes perguntas: quem dos Conselheiros indo a Ministro de Segunda, ou quem dos Ministros de Segunda indo a Ministro de Primeiro, pode executar ou assumir todas as funções próprias da nova categoria? Aqueles que podem atender a todas as funções próprias da categoria mais alta, isto é, todos os tipos de chefia de missão diplomática, de chefia de departamento na Secretaria de Estado, em cuja competência, senso de responsabilidade, percepção, habilidade você confia, esses devem ser escolhidos, mesmo que dêem pulos grandes. Eu acho que é do interesse do serviço. Depois, você vai àqueles que podem fazer bem algumas dessas funções próprias da categoria superior. E finalmente você não vai dar prioridade àqueles que você sabe que, às vezes, são até bons funcionários e não comprometem no seu nível atual, mas são pessoas que você vai ter que pensar três ou quatro vezes de pôr aqui, ou pôr ali, etc. Você precisa ter gente no final da carreira para qualquer função, que você sabe que assume, aguenta e faz bem. Fará umas tarefas melhor que outras, mas qualquer fará bem qualquer deles. Eu acho que esses devem ter uma preferência, o que é naturalmente muito difícil. Mas, o final da carreira é de chefia, requer variedade de experiência, controle próprio, senso de medida, critério, além do conhecimento das matérias e capacidade de sintetizar esse conhecimento e utilizá-lo. Requer capacidade de adequar o que sabe às situações, mesmo que imprevistas e até de avaliar e rever o que sabe. Deve ter o potencial de crescer com a função. Entram critérios um pouco subjetivos, nessa avaliação. Mas, se você for estritamente objetivo, você terá resultados realmente absurdos e o país pode chegar a uma posição em que os sujeitos que estão lá em cima no seu serviço – os Embaixadores, os Chefes de Departamento, etc. – são pessoas que em que você não pode confiar cem por cento. E é erro grave pensar que o telex e o telefone superaram as deficiências do agente no

campo, em todas as circunstâncias. Então é muito pior, porque a Administração acaba ficando quase sem escolhas, não é? Fica muito presa a meia dúzia de pessoas apenas, que por acaso foram também até o final, no meio de uma maioria que lá chegou pela passagem do tempo ou por influências ocasionais.

MH – E diante do fato de que o Senhor, de fato, teve uma equipe que trabalhou com o Senhor durante 12 anos...

S.G – Durante 10 anos.

MH – 10 anos. Uma equipe que primeiro trabalhou sob a gestão do Ministro Silveira e depois sob a sua. Mas, enfim, no final, a conta fica de que houve uma relação muito profunda com o Senhor com, enfim... com a prática diplomática. O Senhor acredita que, de alguma forma, o Senhor criou uma escola, uma maneira nova de pensar a diplomacia, uma maneira nova de fazer essa diplomacia?

G – Isso eles podem responder melhor do que eu. Alguns deles acham que sim. Mas não sei. Cada um deles tem a sua personalidade, inclusive. Nunca foram, como se diz em inglês, “yes-men”. Nenhum deles. Todos tinham opiniões marcadas e refletiam responsavelmente sobre cada assunto.

A.C – Seguindo o seu conselho. Talvez não seguindo o seu conselho, mas...

S.G – Discutiam.

A.C – ...obedecendo esse princípio.

S.G – Eram disciplinados, mas não eram executores mecânicos e eu os ouvia, assim como também muitos dos chefes de Departamento, etc.

A.C – Eu queria perguntar ao Senhor também, ainda a propósito dessa questão tão delicada que o Ministro tem que encaminhar ou distribuir as pessoas pelo mundo a fora, etc. se, de alguma forma, por exemplo, uma pessoa que trabalhou com o Senhor, um bom assessor... Quer dizer, o senhor tenderia, por exemplo, a utilizar, ao escolher um cargo

novo para ele, aquilo que ele, já sabe, ou a seguir um pouco esse princípio do caleidoscópio, quer dizer, e, ao contrário, enviá-lo para algum lugar no qual ele vai aprender coisas que ele não sabe ainda?

S.G – Olhe, de um modo geral, repito, de um modo geral, a minha teoria é que um sujeito que é muito bom numa coisa é geralmente bom no resto, embora haja, evidentemente, variações de qualidade. Tanto que mais de uma vez me aconselharam, por exemplo, a exigir para o vestibular do Instituto Rio-Branco, que os candidatos houvessem concluído ou estivessem fazendo cursos universitários, que tivessem alguma relação com algum aspecto da carreira, ou com as próprias matérias que se dão no curso. E eu sempre achei que não. Já que se tinha que exigir um pouco de nível universitário – eram 2 anos, agora são 3 –, que não se devia fazer discriminação. Porque se o sujeito fazia o vestibular bem, se depois era um bom aluno, etc., e finalmente dava um bom funcionário, o que é que interessava o currículo escolar dele anterior? Sobretudo num país em que a conclusão de cursos não é prova de competência? Era apenas atender a um mínimo de requisitos, mais para efeitos de entrosar a carreira neste sistema educacional brasileiro, etc. O Instituto Rio-Branco, durante muito tempo, não tinha nível universitário, porque não estava sujeito à fiscalização, à direção do Conselho Universitário. Foi no Governo Geisel que passou a ser reconhecido o diploma do Rio-Branco como diploma de nível universitário, porque o Ney Braga resolveu que sim, o quer era justo. Não só se tratava de um curso superior, como era sério, não só em termos de entrada apertada, senão também do nível das matérias e exigência de estudo. A minha experiência é de que nós temos ótimos funcionários, alguns (das últimas turmas, então, vários) que são engenheiros, são médicos, as coisas mais raras, mais estranhas para um diplomata. Por algum motivo, em algum momento, resolveram largar o que estavam fazendo e fazer o Instituto. Fizeram bem e deram bons funcionários. Porque perder essa valiosa fatia de candidatos potenciais sérios, que já não são muitos? Quer dizer, isso não importa. O que importa é que o sujeito tenha boa cabeça e faça bem. Esses sofrem até um *handicap* inicial, porque um candidato que fez Direito, que fez Economia ou que fez História, Letras, Línguas, tem até uma vantagem quando vai se preparar, não é?

A.C – Lógico.

S.G – Há umas tantas matérias que ele conhece mais, ou que leu mais, tem mais humanidades, etc. Agora, se um rapaz que andou com ciências exatas, resolver fazer e faz o vestibular para o Rio Branco é porque teve capacidade de mudar de ramo e funcionar bem no outro. Então, por que impedir? Por que rigidez? Dentro da carreira, também – eu acho isso, e tenho observado muito – os que são muito bons numa coisa, quando designados para outra, funcionam bem. E às vezes até muito bem. Rapazes que fizeram mais a parte política ou jurídica e que vão para a econômica e dentro de pouco tempo estão muito bem, e até vice-versa. É menos comum, mas acontece, também. E depois há o seguinte: quando o funcionário chega ao final, nas chefias, ele tem de entender um pouquinho de tudo, não é? Tem de mexer um pouco com todas as coisas.

MH – Uma pergunta que eu queria fazer ao Senhor ainda no âmbito das escolhas, é sobre a escolha do ex-ministro Silveira como o novo Embaixador em Washington. (risos) Porque, realmente, em termos, digamos, da própria personalidade que o Senhor foi descrevendo – uma pessoa assim um pouco, digamos, muito expressiva e às vezes um pouco passional – e em vista de um momento de tentar não aprofundar algumas diferenças políticas em relação com os Estados Unidos – ainda é um período do final do Governo Carter, quando inicia-se o Governo Figueiredo –, enfim, eu fico um pouco sem entender como é que uma coisa encaixa na outra. (Risos)

S.G – O Silveira tinha uma vantagem, em termos de Washington. É que ele seria lá um homem muito afinado, digamos, com a posição geral em relação aos Estados Unidos, porque conhecia muito bem. É uma Embaixada também de muito trabalho, e ele é um grande trabalhador. É uma pessoa altamente dedicada. Mas ele mesmo teria preferido Paris. Todo mundo sabe disso. E talvez tivesse sido melhor. A primeira vez em que eu falei com o Presidente Figueiredo a respeito de Paris, ele concordou. Mas, dois dias depois, ele me chamou e me disse que o Gonzaga havia cobrado uma promessa de ida para Paris. O Presidente me esclareceu que em novembro ele tinha falado de Paris ao Gonzaga, com quem ele tinha ligações e para com o qual sentia responsabilidades (me disse que foi ele quem convenceu o Gonzaga, a deixar a banca e os arranjos que tinha aqui no Rio de Janeiro e ir trabalhar como Ministro da Previdência no Governo Geisel). Gonzaga esteve duvidoso, em novembro de 78, sobre Paris, deixou passar o tempo e não disse nada. Ele, Figueiredo, ouviu de amigos comuns que o Gonzaga hesitava e que estava pretendendo, de fato, voltar à sua banca de advocacia. Sempre se falou inclusive que ele

ia assumir as Organizações Globo. Então, ele, Figueiredo, embora não tivesse tido uma resposta negativa expressa do Gonzaga, tinha posto a ideia fora da sua cabeça. Por isso, concordara com a indicação do Silveira para Paris. Mas, no entanto, na véspera, o Gonzaga telefonou para ele aceitando, com esse atraso de quase dois meses, não é? Isso criou para Figueiredo um embaraço. Me criou um embaraço, também, porque eu tive que explicar isso ao Silveira. Na hora, eu disse ao Presidente que então se teria de oferecer ao Silveira algo à altura e ele prontamente me disse que o que o Silveira quisesse estaria bem. E quando eu falei ao Silveira, que naturalmente ficou muito sentido com isso na hora, e já estava com a cabeça feita para ir para Paris...

MH – Até por motivos familiares.

S.G – É, também. E, no fundo, de certa forma, eu acho que teria sido preferível. Mas, enfim...

MH – O Senhor acha que não deu muito certo ele em Washington?

S.G – Não, não, eu acho que para ele teria sido melhor. Aí eu ainda sugeri a ONU, mas ele preferiu Washington, nas circunstâncias, ante uma situação embaraçosa, boa para exploração jornalística, que podia parecer um *desaire* para a pessoa, quando o Presidente Figueiredo, que o estimava muito, queria distingui-lo. Eu acho que ele pensou em Washington também como uma maneira de superar, publicamente, qualquer dúvida.

MH – Compensar publicamente, perdão?

S.G – Compensar até do ponto de vista de imagem. Foi para um grande posto da carreira. Depois houve aquele acidente com o neto – filho, aliás, não é? Porque é perfilhado. Os jornais aqui criticaram. Ele tinha inimigos, tinha críticos.

MH – Há umas versões bastante escabrosas sobre esse evento, não é?

S.G – É. Acho que ele tem vários inimigos. Diziam que, talvez, candidatos a Washington.

MH – Inimigos de...

S.G – Dele, pessoais, da política, ou que eram simplesmente candidatos a Washington e queriam aproveitar-se disso.

MH – Mas o Senhor acha que chegaria a esse ponto?

S.G – De quê?

MH – A rivalidade, ao ponto, inclusive, de uma provocação desse nível de violência na época, ou não?

S.G – Nível de violência, como? Você diz, de insinuar a saída dele, e etc.?

MH – Claro.

S.G – Ah, sim. Oh! Oh! (riso) Sem dúvida. Houve o incidente e eu achei que não se devia tirá-lo em consequência, ou no meio disto.

MH – Bem, houve a coincidência do incidente justamente na data de visita de Reagan ao Brasil.

S.G – É. Mas não se devia tirar o Silveira nesse momento, de uma forma relacionada com o incidente. Cabia deixar passar. Mais tarde, de foi, em condições absolutamente normais para uma remoção, para Lisboa, em momento em que esse posto era de seu gosto e onde foi feliz.

[FINAL DA FITA 22-A]

S.G – Em março de 1983, estive em Washington para um almoço e reunião de trabalho com Shultz para lançar aqueles grupos de trabalho resultantes da visita Reagan ao Brasil. Conversei, na ocasião, com Silveira sobre possível posto, de modo que, quando surgiu a ideia de Lisboa, a remoção veio naturalmente.

A.C – Esse comportamento que o senhor teve no caso é um comportamento muito “geiseliano” também, não é? Igual ao Figueiredo, também, não é? Quer dizer, essa ideia de que não se mudam as pessoas assim, ao sabor das pressões descontroladas.

S.G – É. Senão, quem quiser demitir alguém, já sabe que basta fazer uma campanha. É óbvio que, quando há um motivo real, sério, para uma mudança, o Governo não deve omitir-se por ranzinze, mesmo que haja uma campanha desabrida. Não era o caso.

A.C – É.

S.G – E podem fazer campanha pelos motivos mais espúrios. Tanto pode haver um fundo de verdade, naquilo que se diz, como pode não haver. É muito perigoso. A não ser casos gritantes, evidentemente. Aí é diferente.

MH – Agora, partindo para a substância, não sei por onde o Senhor gostaria de começar. Talvez, tendo em vista que nós começamos a falar do Embaixador Silveira, não sei se valeria a pena começar com as relações com os Estados Unidos durante a gestão do Senhor, ou se o Senhor prefere começar por outro... por outro caminho.

A.C – Por outra...

S.G – É. Ou talvez, do ponto de vista da ordem cronológica, em que os assuntos se colocaram, que eu assumi. Qual era o problema mais urgente, mais imediato. Poderia começar por Estados Unidos ou por Argentina e América Latina em geral.

MH – Porque os Estados Unidos é um período bastante...

A.C – ...carregado.

MH – ...carregado. Inclusive na parte econômica, não é?

A.C – Eu achava melhor a gente deixar para amanhã os Estados Unidos, não?

S.G – Não sei. É.

A.C – Porque já tem dívida externa, enfim, todo esse problema. Não sei.

S.G – Então, podemos começar pelo problema imediato, em termos cronológicos, que foi Itaipu - Corpus. E aí voltar um pouquinho para trás, para lembrar. Como eu disse, o Silveira estava muito interessado em resolver. O Embaixador argentino em Brasília, o Camillión, também. Diziam que era candidato – pré-candidato – à Presidência argentina, que tinha muitas ambições. O Silveira, por seu lado, via na solução um coroamento. Os dois países tinham, como nós já mencionamos, duas filosofias ou concepções diferentes em matéria de recursos compartilhados. Entretanto, já no Governo Videla, sobretudo depois que foi Ministro do Exterior o concunhado do Videla, o Pastor, que era um Brigadeiro reformado, notou-se uma predisposição maior por parte da Argentina de procurar um caminho pragmático. Eu mesmo, uma vez, quando estávamos no Clube de golfe em Brasília, disse ao Camillión que enquanto nós estivéssemos a discutir questões de princípio jurídico, seria muito difícil. Teríamos de procurar uma solução prática, se possível técnica. Nós temos bons engenheiros de um lado e do outro. (riso) Vamos ver o que é que eles nos dizem. Eles sabem o que é que implica um reservatório desses, os riscos que podem haver, que medidas tomar para evitar, como é que uma usina pode prejudicar a possibilidade de outra a jusante ou, pelo contrário, até facilitar, essas coisas todas. Nós devemos dar ênfase a esses fatores. Comillión concordou e disse que estava cansado de dizer isso (lá para o Governo dele). Tinha havia uma certa evolução na negociação nesses termos, inclusive em 77 e 78. Eu fui para Paris em abril de 78. Portanto, a abertura de caminho se dera em 77. Silveira tinha vindo de uma reunião, acho que da Bacia do Prata (Chanceleres da Bacia do Prata) muito entusiasmado, achando que em suas conversas com Pastor tinham chegado a um certo ajuste,. A uma certa coincidência sobre a quota da Usina de Corpus, a quota 105.

Na Argentina, elementos ultranacionalistas, tipo Almirante Rojas, achavam que devia ser 120, o que era, mesmo até logicamente, uma coisa inaceitável. Observe-se que o rio, o recurso água, não é só a água. É o declive que é da essência desse recurso para fins energéticos. O rio vai descendo. Tem um pedaço aqui que é Brasil-Paraguai. Depois um pedaço seguinte é da Argentina e do Paraguai. Se o rio, ao descer, for represado em Corpus, na cota 120, a água sobre a esse nível e entra em território brasileiro. (riso) Isto é, você está usando uma parte do declive do território brasileiro-paraguaio, como se fosse parte do recurso natural argentino-paraguaio. Isto era o que o Isaac Rojas queria.

MH – Claro.

S.G – Então nós insistimos para que fosse 105, que era mais que suficiente para Corpus dar uma produção enorme também e para tornar econômica Itaipu. Era uma questão de raciocinar objetivamente. Silveira se convenceu que o essencial estava combinado e falou à imprensa, tornando público que ia haver uma reunião dos Chanceleres em Brasília (Brasil, Argentina e Paraguai) em junho de 77, para definir o Acordo. Poderia ser uma imprudência, mas ele se sentia seguro. Aí, perto do fim de maio, foi vê-lo (Camillión) com uns papéis. Eu não assisti, mas ele me mencionou depois, irritadíssimo. Nesses papéis, as considerações argentinas anteriores voltavam a centrar-se, e se dava ênfase às teses da indivisibilidade das bacias e ao requisito da consulta prévia.

MH – Posso fazer um parêntese? O Senhor acredita que isso era mais uma atitude do próprio Camillión ou realmente o Governo argentino, na época, havia recolocado as instruções?

S.G – Acho que ele recebeu instruções, naturalmente.

MH – Instruções diretas.

S.G – Deve ter havido alguma reavaliação e, como não havia um compromisso formal, voltaram à posição inicial. Eu não sei. Silveira comentou comigo que iria tornar isso público para ficar claro que a Argentina é que não queria. Eu ainda sugeri que esse passo para trás poderia ser visto como uma etapa numa negociação. Seria talvez melhor não torná-lo público no momento, e simplesmente dizer que fora adiada a reunião dos Ministros, dar uma desculpa qualquer, e voltar a discutir com os argentinos. Silveira, que devia conhecer melhor a outra parte, me disse que só uma reação forte e pública seria entendida. E ele realmente tornou pública essa posição argentina, as coisas andaram para trás por muito tempo, embora já estivessem estado muito próximas de uma base de entendimento. Houve erros de um lado e do outro, provavelmente por problemas políticos e psicológicos.

MH – Mas o senhor acredita que havia um interesse do Governo argentino na época de chegar a um termo de negociação positiva, ou que tinham realmente uma divisão interna, a tal ponto que não havia... Em não havendo um consenso, havia essa, digamos ida e vinda...

S.G – É. Provavelmente havia um pouco disto. Uma falta de decisão final e firme. Em 78, estava em Paris e voltei a Brasília por uns dias em outubro, acompanhando o Presidente da França. Antes eu tinha sabido que se tinham reiniciado as conversas ao nível de Chefe do Departamento das Américas, do nosso lado, e um correspondente argentino, do lado de lá, com os técnicos também de um lado e do outro, no Rio de Janeiro, no antigo Itamaraty, e que se tinha chegado, creio que em setembro, praticamente a uma solução técnica, que previa a quota de 105 metros, uma garantia durante o enchimento da barragem de Itaipu de um nível mínimo d'água nos portos fluviais argentinos, que garantiria a não interrupção da navegação, etc. Enfim, medidas para tornar compatível o funcionamento de Itaipu com Corpus e, ao mesmo tempo, evitar danos no período de enchimento da Itaipu e depois na operação regular das usinas. Naturalmente, os paraguaios participaram e competentemente. De modo que estava tudo muito bem nesse pé. Quando eu vim com o Giscard, em outubro de 78, o Silveira me disse preocupadíssimo que, um engenheiro de Itaipu, Gelásio, um nome assim, inventou que a barragem, que estava prevista para ter 18 turbinas (sempre se negociou nessa base), ficaria muito melhor se tivesse duas turbinas a mais. Um

perfeccionismo qualquer, (riso) 20 turbinas, Parece que isso não alterava, de fato, basicamente nada, mas, dadas as circunstâncias e o quadro que havia na Argentina...

MH – Era mais um elemento a ser negociado...

S.G – Acabou! Quer dizer, reabriu tudo, não é?

A.C – Complicador...

S.G – O Ueki tinha endossado, que era Ministro das Minas e Energia, a ideia das duas turbinas adicionais, e acho que convenceu o Geisel. A teoria era de que os argentinos não poderiam reclamar nada, porque isso não ia causar dano nenhum a eles. Apenas melhoraria a operação de Itaipu nos momentos em que houvesse uma demanda de ponta de energia. Até pode ser que isso fosse verdade tecnicamente, (riso) mas politicamente e psicologicamente era um horror, não é? Porque...

MH – Um desastre, não é?

S.G – ...um negócio que vinha sendo negociado com uma dificuldade brutal! Toda vez que os jornais falavam, o Estadão ou o que fosse, um pouco movidos pelo Camillión, que usava a imprensa brasileira para pressionar o governo, o Silveira ficava irritadíssimo e, segundo me diziam, o próprio Presidente. Fechavam-se as possibilidades de conversa por uns tempos. (Risos) Eu não estava no centro dessas negociações. Como eu disse, em tudo o que se referia à Argentina, era o Ministro mesmo. Eu apenas acompanhava, às vezes comentava uma coisa ou outra com ele, como esta, quando os argentinos trouxeram aqueles documentos, que eu aconselhei a não comentar para a imprensa. Deixar passar um pouco e voltar a conversar. Essa história das duas turbinas, emperrou as negociações, como era de esperar. Ainda pouco antes de acabar o Governo Geisel (eu já estava aqui em Brasília escolhido pelo Presidente Figueiredo, cuidando apenas da transição), quando veio o Almirante Colombo, argentino, com uma série de

documentos, a propor coisas ao Silveira que eu não conheço bem. Essa documentação a examinamos depois. Mas, como eu estava partindo de uma outra maneira de abordar o problema, não me preocupei demais com o papelório anterior, a não ser aquilo que tinha sido uma quase solução, que era a quota de 105, uma garantia de nível médio do rio no momento do enchimento e certas normas de coordenação para o futuro das duas turbinas. Mas em tudo mais, que era incidental, eu não me concentrei. O Silveira recebeu o Almirante Colombo em casa. Silveira, depois, me comentou que os papéis eram ruins e inaceitáveis. Então, a coisa sobrou para mim.

MH – O Senhor herdou.

S.G – Herdei... E o Presidente, muito interessado. Das coisas de que ele me falou, concretamente, destacava-se essa. Queria resolver.

MH – O interesse do Presidente Figueiredo refletia, também, uma imagem sobre as relações Brasil-Argentina, não é?

S.G – É, de um modo geral. E, como eu disse, ele tinha um fraco pela Argentina.

A.C – É, sempre teve esse fraco, não é? Pela Argentina. Morou lá, enfim...

S.G – É. Submeti-lhe a forma como pretendia agir. “Presidente, primeiro, ter uma posição definitiva e unívoca da área técnica brasileira. Eles terão de dizer o que acham, definitivamente. Depois de dizerem isso, eu trago ao Senhor; se o Senhor aprova depois não se admite nenhuma alteração, por mínima que seja”. (riso) Ele aí balançou que sim com a cabeça. “Quando isso estiver pronto, eu venho ao Senhor de novo; antes de negociar”. E aí começou o trabalho. Achava que era essencial que a imprensa não soubesse de nada nessa fase preliminar e na negociação. Quer dizer, o público tem de saber, mas a negociação em si de uma coisa delicada destas não pode ser pública. Não pode haver vazamento. Porque é preciso que as duas partes tenham muita confiança

uma na outra – tinha de se criar este clima de confiança. Que não estava havendo –, nas intenções, na atitude uma da outra. E era preciso que as peripécias naturais da negociação não fossem públicas para não servirem de matéria a dramas, excitações emocionais ou explorações. O negócio tinha de ser tratado racional e friamente, ou então não se ia chegar a nada. E só podia ser tratado na base de as duas partes passarem a confiar uma na outra, senão não era possível.

MH – Além do aspecto técnico, havia também a questão da política interna argentina. Quer dizer, esse período já é um período, digamos, do Viola, não é?

S.G – Videla.

MH – Mas já estamos iniciando uma certa...

S.G – 79 é o Videla.

MH – 79 é o Videla. O Viola... já em esqueci quando começa...

S.G – ...vem depois.

MH – Vem depois, não é?

S.G – Eram Videla e Pastor. Bom, o Pastor veio à posse do Presidente Figueiredo, chefiando a delegação argentina. No dia 16, eu recebi uns 20 Ministros do Exterior, em reuniões de 15 minutos a 20. Só um dos Vice-Presidentes iugoslavos se demorou mais, queria que nós entrássemos no movimento não-alinhado; e o Pastor ficou um pouquinho mais, o que era natural. Ficou muito surpreso, como ele mesmo me disse, com a maneira como eu falei com ele. Estabeleceu-se uma espécie de confiança implícita entre nós, inclusive pessoal, que se intensificou no curso do tempo. Inclusive em alguns

momentos, meses mais tarde, nos falávamos ao telefone sobre matéria de substância, sem inibições. Começamos esse processo de conversar pelo telefone para tratar de pontos difíceis da negociação. De modo que aquele primeiro contato, na minha opinião, foi muito bom, porque eu tenho a impressão, e ele depois me disse claramente, que se criara uma confiança muito grande, que eu achava indispensável, sobre as intenções um do outro. E eu disse mesmo a ele: “ Eu vou evitar de todo jeito que a imprensa se meta nesta fase que nós vamos começar agora. Não vamos marcar data para acabar nem para assinar coisa nenhuma. Vamos fazer o máximo que a gente puder”. Aí, houve o Dia do Diplomata. Foi em janeiro, 21. Os jornais já começavam a comentar, quando é que vai haver uma manifestação? O novo governo – já se passaram 3 ou 4 semanas – já poderia estar tratando deste assunto de Itaipu, etc. Diziam. E nós, nada. Silêncio total. No Dia do Diplomata, em que havia uns jornalistas, umas moças e uns rapazes, eles me perguntaram sobre uma nota, que tinha saído já na imprensa, no sentido de que em algum momento, talvez até num cocktail, em algum momento ocasional, o novo Governo, o Ministro, dará algum sinal ao Embaixador da Argentina. O que provavelmente era algo plantado pelo próprio Camillión para começar a fazer cobranças via imprensa brasileira. Uma das meninas me pergunta: “Afinal de contas, já tem mais de um mês que o Governo assumiu e não disse ainda a que veio neste assunto”. A essa altura eu comentei, pernosticamente, que cada país tem seu ritmo e que nós não agiríamos nem com açodamentos impulsivos, nem com tardanças artificiosas. Quando chegasse o momento, (riso) íamos tratar. Depois, a pressão sossegou.

MH – Entendeu.

S.G – ...se convenceu de que não havia uma “tardança artificiosa”. Porque eu levei meses para ter o que achava fundamental e que tinha dito ao Pastor no dia em que o conheci, dia 16 de março, isto é, que só iria conversar com ele quando realmente pudéssemos conversar, e não simplesmente para fingir que estávamos fazendo alguma coisa. E durante esses meses, então, houve um trabalho para ter uma posição técnica nossa definitiva e uma base para negociar segura. Nesse período todo, dentro do Ministério, as únicas pessoas com quem eu conversava em certos momentos, formavam

um grupo de 4, que eram o Baena⁷², porque embora a área não fosse muito da militância dele, ele tinha bom critério, e tinha que saber das coisas, porque era Secretário Geral; o Carbonar⁷³, que era meu representante no Conselho de Administração da Itaipu e que é um homem de muita sensibilidade política e muita sutileza; e o Embaixador Pereira de Araújo⁷⁴, que era o Chefe do Departamento das Américas e conhecia a fundo o assunto. E qualquer um deles jamais vazaria coisa alguma. Todos eles eram, por competência e caráter, notáveis servidores que honram o país. O Embaixador Pereira de Araújo e o Carbonar mantinham contato periódico com o Costa Cavalcanti e o pessoal da Itaipu, por causa das funções eu lá desempenhavam. Eu chamei para almoçar o César Cals e pedi-lhe que me trouxesse uma posição técnica definitiva, com a sua autoridade.

MH – Havia um bom entendimento, então...

S.G – Eu sempre mantive.

MH – ...dentro do Governo sobre essa questão?

S.G – Eu sempre mantive. Simultaneamente, como eu tinha os meus canais para Itaipu, por força das circunstâncias, essas duas pessoas lá, prudentíssimas, discretíssimas, o Dr. João, então, conhecendo todos os engenheiros, foi iniciado um trabalho informal dentro da Itaipu, na área técnica.

A.C – Quer dizer, a rigor, o Senhor dependia muito pouco do Cals.

S.G – Mas eu pedi a ele, porque a responsabilidade final era dele.

⁷² Embaixador João Clemente Baena Soares.

⁷³ Embaixador Orlando Soares Carbonar, à época Ministro de Segunda Classe.

⁷⁴ Embaixador João Hermes Pereira de Araújo.

MH – E havia alguma discussão por parte do Ministério com respeito à questão dos recursos necessários adiante?

S.G – Não. Naquela época, Itaipu era prioritária, etc. Mesmo quando começaram a faltar recursos, durante muito tempo Itaipu teve praticamente tudo que estava previsto. O Embaixador Pereira de Araújo e o Carbonar trouxeram a impressão de que a ideia do Gelásio não era predominante entre o pessoal da Itaipu. Achavam que seria bom, que seria uma coisa útil, mas não necessária. Melhoraria as condições de funcionamento da Itaipu em certos momentos, não atrapalharia nada a Argentina, etc., mas era acessório. Até que um dia me veio o Costa Cavalcanti ao Gabinete com o Mário Behring que é uma espécie de Consultor a título pessoal do Costa Cavalcanti, mas que é o maior barragista que nós temos e autoridade mundialmente reconhecida. Dirigindo-se ao Costa Cavalcanti, Mário Behring comentou que a ideia do acréscimo de turbinas não se justificava. Aí eu já fiquei descansado. O Mário Behring ainda disse que se tratava de um falso problema. Se nós tivéssemos dito inicialmente que eram 22 turbinas, os argentinos iam acabar concordando com 22. Mas, para nós, mesmo se forem 14, está muito bem. (Riso) Pelo que disse, deixou-me a impressão de que a discussão do sexo dos anjos se repetia agora, no caso. Então, eu fiquei sossegado e perguntei ao César Cals se ele já tinha uma resposta da área dele. (Risos) Respondeu que me telefonaria. Telefonou; Marcamos outro almoço, ele veio com umas fichinhas que lia e me disse exatamente o que o Costa Cavalcanti (riso) tinha me dito. Então, eu voltei ao Presidente, contei-lhe o resultado das consultas feitas e mencionei a necessidade de desistir das duas turbinas. O Presidente teve escrúpulo, porque o governo Geisel havia aprovado o acréscimo há pouco tempo, mas afinal se convenceu de que sim. Que, para efeito da negociação, como já se haviam passado vários meses, não era uma questão de vida ou morte, não ia refletir-se mal sobre o Governo anterior desistirmos das duas turbinas, e me autorizou a agir de acordo. O pessoal de Itaipu, em contrapartida, achava útil e possível que a Argentina cedesse um pouco nos parâmetros de navegação, a serem assegurados durante o enchimento da represa. Coisa pequena. Então, nós resolvemos conversar com os paraguaios, que estiveram de acordo, sem maior problema, caucionando embora. Na ocasião, o próprio Presidente teve dúvidas de que os argentinos concordassem mesmo com nossa nova proposta conciliatória. Lembrei que ainda nessa pior hipótese a situação seria melhor do que a anterior, porque se

recusassem nossa atitude conciliatória, ficava claro, publicamente, que a culpa do impasse era da Argentina. Até a imprensa nossa teria de reconhecer. Até então, do ponto de vista da aparência, em todas as ocasiões se dava a impressão de que nós é que éramos o país atrabiliário, mandão, que fazia o que queria, não é? Essa imagem era falsa, uma cretinice, mas vinha sendo cuidadosamente construída. Agora, o ônus de criar impedimento passaria para a outra parte. Nós somos os bonzinhos, chegamos a uma coisa muito razoável que a outra parte, a rigor, já tinha informalmente aceito na sua essência.

[FINAL DA FITA 22-B]

S.G – ... O menos que a gente pode fazer quando não consegue resolver é jogar a culpa para o outro lado. Ficar claro que não somos nós que estamos criando nenhum problema a mais. E muita...

A.C – Foi uma negociação muito estranha?

S.G – É. Eu com muita preocupação de que continuasse aquela “coisa” entre os dois países, que me parecia boba demais. Me pareciam falsos problemas, compreende? São os mais difíceis.

A.C – Quer dizer, de certa forma, talvez, se não tivesse havido essa mudança de orientação, o problema não tivesse se resolvido.

S.G – É, eu acho que tinha que se resolver. Mas já vinha a muitos anos, mesmo de antes do Silveira. Houve uma ocasião, ainda no Governo Médici, em que houve por ocasião da Assembléia Geral da ONU um acordo do Gibson com o Ministro do Exterior deles, que, aliás, tinha um nome inglês. Era curioso, porque era Gibson, do lado do Brasil, e do lado deles era um “Mac-qualquer-coisa”, um nome assim. Depois, no ano seguinte, os argentinos repudiaram o acordo. Creio que haviam mudado de ministro. Mobilizaram os não-alinhados para aprovarem uma Resolução nas Nações Unidas que era contrária à nossa tese. E conseguiram, apesar dos grandes esforços do Frazão⁷⁵, porque o movimento não-alinhado, meio mecanicamente, os apoiou, porque eles eram membros e nós não, e porque o grupo africano votou quase todo pelo projeto de Resolução deles. Nessa ocasião,

⁷⁵ Embaixador Sérgio Armando Frazão.

aliás, nós soubemos – eu estava nessa Assembléia de 1973 – que na reunião do grupo africano se tratou dessa proposta argentina, e o representante da Nigéria teria dito que era preciso dar uma lição ao Brasil, por causa de nossa posição sobre colônias portuguesas. Tudo se entrosa.

A.C – É.

M.H – Vai tudo encaixando, não é?

S.G – Mas, enfim, durante o Governo Geisel, a Argentina não insistiu muito nesta ação nas Nações Unidas, porque ela viu que o “machin” não ia resolver. Havia países lá que tinham posições parecidas com a nossa e até muito mais violentas, como era o caso da Índia (problemas com o Bangladesh de uso das águas. E a maioria que eles tiveram foi mínima. Fizeram passar a Resolução, em 73, na base de uma maioria mínima dos presentes e votantes. Os numerosos que se abstiveram, conforme o Regimento Interno da Assembléia, eram considerados como não-votantes. E as abstenções eram enormes, e compreendiam todos os países de alguma importância no mundo. Voltando, porém, ao pé em que nós estávamos, quando obtivemos uma posição unívoca da área única. Os paraguaios duvidavam que os argentinos viessem a aceitar a nova proposta., mas não se opunham à tentativa que, por outro lado, lhes parecia generosa. Como conversar com os argentinos? Tivemos um primeiro contato que ninguém soube, mantido em absoluta reserva, sem usar os Embaixadores. Nem eu queria usar o Cláudio Garcia de Souza, que estava em Buenos Aires, porque já pretendia mudar. Como disse, queria evitar qualquer oportunidade de indiscrição ou que alguém precisasse em receber créditos ou impulsos pessoais. Além disso, novos palpites poderiam surgir e eu achava que já se havia chegado ao ponto de equilíbrio. Então, achei que o ideal era tratar com o Pastor, que era um sujeito que tinha influência, era concunhado do Videla, era um homem de bem, me pareceu sempre assim. Eu tinha essa impressão de que o que ele queria era prestar um serviço ao seu país e voltar para casa. Ele não estava preocupado com outras coisas. Como começar sem ninguém saber? Então, nós aproveitamos, por sugestão do Embaixador Pereira de Araújo⁷⁶, um engenheiro que conhecia muito bem o assunto, engenheiro da Itaipu e da Eletrobrás, se não me engano, se chamava Roessler, que é casado com uma argentina. Era

⁷⁶ Embaixador João Hermes Pereira de Araújo.

natural que fosse a Buenos Aires, como ia às vezes com a mulher, privadamente. Ali conversou com técnicos que conhecia de Aguas y Energía, que tinham uma função relevante nesses assuntos. E voltou com a informação de que eles acharam que a proposta como estava podia ser o caminho, pois era basicamente a mesma com pequenos aperfeiçoamentos que, acho que em setembro de 78, havia sido discutido no Rio. Isso não era nada conclusivo, porque se tratava de impressões de um nível puramente técnico, o que era útil, mas o assunto era um assunto político. O problema se havia colocado, como já disse, como um falso problema, que envolvia uma série de atitudes subjetivas, de tradições idiotas, de bobagens e de explorações públicas. Estes são os piores problemas, porque, quando um problema está definido em termos reais, você o ataca objetivamente e pode resolver. Mas quando o problema é artificial, você pode passar a vida inteira tentando resolver e não resolve, porque ele, a rigor, não existe, a não ser na cabeça das pessoas. Pode ser um problema real para psicólogos ou psiquiatras.

A.C – ...de outro problema.

S.G –...de outro plano, não é? Mas, na base do plano real nós começamos então a conversar com os argentinos. Passamos a informar as Embaixadas em resumo do que havia e contatamos o Governo argentino ainda informalmente. Telefonei para o Pastor mais de uma vez e lhe disse que esperávamos ter tudo resolvido. Que nos convinha esperar ter tudo acertado para anunciar. Vamos evitar publicidade. Pedir-lhe um favor. O nosso pessoal aceitaria melhor o acordo se houvesse uma melhora para nós nos chamados parâmetros de navegação a fusante durante o enchimento da usina, uma coisa pequena. E era mesmo. Ele consultou lá os técnicos dele e atendeu parcialmente ao que eu estava pedindo. Não custava muito a eles. Poderia custar muito a nós, se o ano em que houve o enchimento, fosse seca. Porque aí se teria que esvaziar as barragens que nós temos no rio Iguaçu, para dar vazão suficiente para manter aqueles parâmetros de navegação a fusante no rio Paraguai, quando se estivesse enchendo o reservatório da Itaipu. Então poderia haver um problema, porque ia haver uma carência de energia no Paraná, Santa Catarina, aquela zona que é servida pelas usinas no rio Iguaçu. Teriam de ser ativadas, ou teriam de trabalhar mais algumas usinas termoeletricas. Mas, enfim, era uma coisa factível, se podia fazer. Apenas, a redução mesmo ligeira dos parâmetros de navegação aliviava nosso problema. Não houve necessidade prática disso. Foi um ano até de muita chuva. Foi um ano que criou problemas inversos. Se chove, chove. Em princípios de setembro

nós tínhamos chegado a conclusão praticamente definitiva. Houve uma moça, Miriam Leitão, que trabalhava na época para a “Gazeta Mercantil”, se não me engano (ou era para o “Globo”, não me lembro). Ela soube e nós pedimos a ela que não desse o furo. Ela foi responsável bastante para não dar o furo. Depois, ele foi furada, já muito mais adiante, nas vésperas da coisa. Mas teve uma atitude assim muito responsável, não tão comum. Ela é realmente das melhores, intelectual e moralmente, que eu conheci nesses 6 anos, em matéria de correspondente de jornal.

MH – Ministro, esse contato, então, que passou a ser de Governo a Governo, inclusive com pouquíssima participação das próprias Embaixadas, não criou nenhum problema interno?

S.G – Não, não.

MH – Nem dentro do Ministério? Ou entre o Governo argentino e o seu Embaixador aqui na época?

S.G – Não sei. O Camillión eu acho que sabia do essencial sempre, não é? Ao Cláudio Garcia de Souza eu informava sinteticamente. Eu queria manter o assunto dentro do grupo de quatro pessoas, que mencionei e com o qual podia tratar verbalmente. Não por desconfianças de terceiros, mas por uma limitação objetiva de qualquer possibilidade de risco. Em fins de setembro, em Nova Iorque, naquela segunda semana da Assembléia Geral das Nações Unidas, em que os chanceleres estão em sua maioria presentes, o Alberto Nogués, paraguaio, o Pastor e eu nos encontramos, conforme combinado. E cada um de nós levou o seu representante permanente ante as Nações Unidas. Eu levei o Sérgio Corrêa da Costa, eles levaram os respectivos, a um jantar na suíte do Nogués, no Waldorf-Astoria. E ali, nos drinks, nós ficamos um pouquinho separados do pessoal, cada qual puxou um papelzinho do bolso, manuscrito, (risos) para checar os dados essenciais. E coincidiram os papeizinhos. Então, não havia dúvida nenhuma e nós marcamos a data que, por diversas obrigações de um e de outro, só pôde ser 17 de outubro. Sugeri que fosse na fronteira e nos três países, do que eles gostaram muito. Então, no dia 17 nós assinamos o Acordo Tripartite em Presidente Stroessner. Depois eu dei um drink no Hotel Borbon, em Foz do Iguaçu, antes do almoço. Daí fomos almoçar num hotel do lado

argentino, em meio a um parque de onde se vêem as cataratas. Assim acabou esta *vexata quaestio* de Itaipu/Corpus (riso), que rendeu pra' burro, não é?

A.C – E que foi uma vitória diplomática, não é? Do Brasil.

S.G – Para os três, eu acho. Eu acho que foi bom para os três. Nós não apresentamos, em absoluto, o acordo como uma vitória nossa. Meu palavreado foi sempre contido e responsável. Se não o fizéssemos, por momentânea gloriosa, desmontávamos tudo. Íamos dar pábulo, íamos dar matéria àqueles que na Argentina – e eram, felizmente, uma minoria – criticavam o Governo. O Almirante Isaac Rojas, na véspera, fizera uma grande cerimônia de lançamento de um livro atacando violentamente (riso) qualquer solução conciliatória para Itaipu-Corpus e atacando a aproximação com o Brasil. Ele era contra o Chile, era contra tudo. Depois desse Acordo assinado, então, é como se tirássemos uma pedra do caminho. E começou a haver um tipo de relação com a Argentina muito aberta, de total confiança, com todos os Governos que lá se sucederam. Acabou o regime militar, continuou com o Governo Alfonsín.

A.C – Quer dizer, isso é que eu ia perguntar ao senhor quer dizer, foi uma etapa importante...

S.G – Ah, foi!

A.C – ...no caminho do amadurecimento das relações entre os países latino-americanos.

S.G – Sem dúvida. Eu acho que foi fundamental, porque, enquanto aquela controvérsia existisse, era muito difícil.

MH – Claro.

S.G – Desfeito aquilo, havia, no fundo, uma concepção muito mais amadurecida do tipo de relacionamento. E uma preocupação de fazer que esta abertura e esta confiança levassem à exploração objetiva das possibilidades de cooperação, sem lirismos. Quer dizer, sem pensar que tudo iam ser rosas, mas sem preconceitos negativos. Quer dizer, há uma convergência de interesses fundamentais dos dois países em não brigarem, em não terem um problema que os enfraqueça. Porque disputa entre os dois, enfraquece a ambos.

Cria um campo, se se quiser, uma facilidade, a ser explorada por outrem. Mas, ao mesmo tempo, a percepção desse interesse maior de uma convergência também a longo prazo, etc., não nos fazia cegos a que haveria problemas no dia a dia difíceis de resolver, de tipo comercial, transporte, etc. Mas houve a decisão política de não deixar tais coisas tomarem um curso autônomo, por elas mesmas. Quer dizer, tratá-las, tanto quanto possível, objetivamente, racionalmente, e fazer o que fosse possível. Isso caía muito bem. O Presidente muito disposto fez memorável visita a Buenos Aires. Depois de longo período, de anos e anos, de reservas e desconfianças, a visita foi um êxito extraordinário. Assinaram-se inumeráveis Acordos. Era possível examinar tudo construtivamente.

A.C – O Presidente deve ter tido uma satisfação enorme, não é? Com o êxito dessa etapa.

S.G – Ah, muito!

A.C – Deve ter dado a ele uma enorme alegria.

S.G – Ah, sim. Eu falei com ele só umas 3 ou 4 vezes, ao fim de cada etapa. Quer dizer, quando a área técnica chegou a um acordo, eu, falei com ele, já contei. Depois das conversas iniciais que houve, também. Os telefonemas para o Pastor, eu voltei a mencionar a ele. Quando voltei de Nova York, então, dei um quadro completo. Quando ele foi a Buenos Aires, a visita foi extremamente interessante. A Argentina mudava de Presidente de vez em quando, mas isso não atrapalhou, basicamente. Criou-se, realmente, eu acho, entre as pessoas responsáveis em um e outro país um alto nível de compreensão. E não quero dizer que não haja lá, ainda hoje, uma preocupação com o Brasil, mas já não mais com animosidade, pelo menos em média. Pelo menos, não tenho essa impressão.

MH – Agora...

S.G – Por exemplo, quando aqui houve aqueles anúncios de televisão de que o Brasil já era o terceiro produtor latino-americano de petróleo, vários jornais argentinos glosaram essa história, mas glosaram para meter o pau no Governo deles... (Riso) Uma espécie de crítica: “Veja, o Brasil está indo para frente”, etc...

A.C – Até petróleo, não é?

S.G – ... “E nós não fazemos nada...” É um pouco isso. Mas não tenho notado um ânimo adverso em relação ao país. Agora, há grupos que sim. Na Argentina, há de tudo, até grupos rosistas, não é? Quer dizer, entre os historiadores argentinos. Tem gente de todo tipo. É um país que tem muito essas coisas, e muito consciente de coisas do passado, pelo que me contam, pois não tive experiência pessoal.

MH – É, mas é verdade.

S.G – E nós não pensamos muito no passado. Aliás, o Silveira uma vez me disse uma muito engraçada. Porque ele tinha umas observações muito gráficas. Às vezes eu o provocava para ver as reações dele. “A Argentina” – ele falava muito metálico, assim – “a Argentina é tão voltada para o passado que até hoje há uma lei lá que proíbe os ossos de Rosas de voltarem ao país. E, veja você, os nossos subversivos todos daquela época são nome de rua: é Pedro Ivo, é Frei Caneca, todos eles.” (Risos) E, aliás, o público nem sabe direito quem eles são... (Risos)

MH – É verdade.

S.G – Para mostrar um pouco a diferença, dizia ele, de temperamento, não é? De...

A.C – É. De cultura política, mesmo.

S.G – Disse-me que havia gente na sociedade argentina que nega cumprimento aos descendentes de Bartolomeu Mitre até hoje... (risos)

MH – Agora, esse período da gestão do...

S.G – Isso, evidentemente, é um pouco caricatura, mas para...

A.C – ...tem seu fundo de verdade.

S.G – Um fundozinho de verdade. O país é diferente. Tem um nível, aliás, muito superior – cultural e educacional –, muito superior ao do Brasil. É mais homogêneo, tudo isso.

Mas é muito preocupado com essas coisas. E nós, por algum motivo, somos um pouco mais aligeirados dessa carga. De certo modo, mais descontraídos e disponíveis. Não temos um Libertador que seja o Pai da Pátria, não é? Pedro I não chega a ser, José Bonifácio não chega a ser...

A.C – ...exatamente o nosso herói...

S.G – Não temos uma imagem de Pai, assim, como os nossos vizinhos, que têm Bolívar, ou San Martin, ou O’Higgins, etc.

MH – Mas esse período, de qualquer maneira, recente da diplomacia, esse período da gestão do Sr. foi um período muito denso nas relações com a Argentina. E talvez o episódio seguinte da maior importância seria relativo à guerra das Malvinas.

S.G – É verdade. (Nós...) [Risos] A relação com a Argentina está sempre presente, para o bem ou para o mal, o que é natural, é assim mesmo. A visita do Presidente a Buenos Aires, como disse, foi muito significativa, em todos os aspectos. Uma vez, passando na Calle Florida, ele foi aplaudidíssimo. Em todo lugar em que passava gritavam: “Democracia! Democracia! Figueiredo!”, coisas assim. Alusão lá à situação deles na ocasião. Tudo é relativo. Hoje, talvez se invertesse (risos). É, hoje, não, no ano passado. Mas, enfim, isso tudo a gente tem de ver dentro da sua circunstância. A visita dele ao San Lorenzo de Almagro foi uma choradeira que vocês não podem imaginar. O grande barracão cheio de gente. Figueiredo falou, o prócer esportivo que o saudara e ele choraram, o público chorava... (Risos) O almoço, na Remonta do Exército eu vou contar, porque embora reservado foi muito interessante. O anfitrião, o General Galtieri, que era, creio, o Inspetor do Exército, na época, era um sujeito alto, simpaticíssimo, desses italianos de gestos largos, alourado, de olhos azuis. Eu tenho muito medo de gente excessivamente afetuosa, porque tanto pode ir para um lado como para o outro. Mas ele foi de uma simpatia extraordinária. Então, nós comemos o assado, aquelas carnes todas, ótimas. Éramos só militares, do lado brasileiro e argentino, e uns poucos diplomatas que estavam na comitiva, eu e mais uns dois ou três. E começaram a contar histórias, anedotas, coisas de quartel, de cavalaria, etc. Riam muito, às vezes choravam também, e só nós, os diplomatas, é que ficávamos ali achando aquilo muito engraçado, muito simpático, mas sem entrar no clima emocional. Antes, tinha havido a oferta de um cavalo ao Figueiredo.

Aí, o Figueiredo mandou os Ajudantes de Ordem experimentar os cavalos. Foi o Marcon, que é muito bom cavaleiro. E o Major Dourado. Acharam muito bons os cavalos. Para mim, eu achei todos muito bonitos. Disse ao Presidente: “É, aquele ali é o mais bonito.” Ele disse: “É, mas é o piorzinho deles”. (Risos) Mas, enfim... E o Galtieri pergunta: “Então, Presidente, qual o Sr. escolhe?” O Presidente responde: “Eles são tão bons que eu estou hesitando até agora”. E Gualtieri prontamente: “Entonces, llevese los três”. Depois veio o almoço, num ambiente extraordinário. Aí, o Galtieri fala, faz um discursinho sem texto, emocionalmente e oferece a Figueiredo uma *fusta*, um rebenque, com um trabalho de incrustações de prata no cabo, que é uma coisa que fazem muito bem no Rio da Prata, tradicionalmente. A *fusta* era antiga, naturalmente. Às vezes são coisas muito finas, muito interessantes como trabalho. Ao fazer a entrega, o anfitrião disse algo assim: “Esto es para poner en orden al país y al pueblo”, uma expressão dessas que ele achou apropriada. Em seguida, Figueiredo agradece, lágrimas nos olhos. E talvez, e sem pensar, eu acho, em dar uma resposta ao Galtieri, mas muito espontaneamente, disse assim: “Isto é tão bonito, é uma obra de arte, que eu vou pôr na parede de minha casa, porque eu não teria coragem nem de dar num cavalo meu com esse rebenque”. (Riso) Um negócio curioso, o temperamento dos dois. As coisas andaram direito. Em 82, surgiu o problema das Malvinas. Temos 15 minutos. Eu vou dar o principiozinho do episódio das Malvinas, que foi um dos momentos, mais angustiantes porque passei nesses seis anos de Ministro. Uma das poucas atuações de que eu talvez possa dizer que me orgulho. Das poucas. Fiz o que pude, não houve uma mancada quando me movia em estreitíssima área de manobra. Foram circunstâncias muito estranhas. (Riso) Eu estava voltando de uma viagem à China. Depois eu conto um pouco os pródromos da coisa. Hoje eu vou contar só esse primeiro momento e depois paramos, também, porque isso requer uma explicação. Eu tinha parado em Nova York 24 horas, porque nesse tipo de viagem é preciso dar uma parada no meio, por causa da diferença dos fusos, 13 no caso. Os médicos mandam até parar, indo ao Extremo Oriente, pelo menos dois dias, não é? Em cada terço da viagem. Mas, enfim, eu parei um dia. Chego a Nova York e durmo. Chego tarde. No dia seguinte devo pegar o avião da Varig, que sai de Nova York às 8 da noite, Mas eu ia passar essa noite e o dia seguinte até 5 e meia da tarde no hotel, e acordei tarde. Quando acordo, de *robe de chambre*, o Pericás⁷⁷ me diz que os jornalistas todos queriam falar comigo. Respondi: “Está bom, eu falo no Brasil”. Os jornalistas que tinham ido à China. Eu me

⁷⁷ Embaixador Bernardo Pericás, à época Ministro de Segunda Classe.

lembro de dois deles, que estavam presentes, o Luiz Orlando e o Chico Dias, se não me engano, o Luiz Orlando do “Jornal do Brasil” e o Chico Dias, do “Estadão”. Acho que havia um ou dois daqueles permanentes em Nova York, de outros jornais. Eram uns 4 ou 5, no máximo. E o Pericás disse: “Não, eles querem falar logo com o senhor, porque a Argentina invadiu as Malvinas”. (Risos) Estava dando na televisão a notícia. Incrédulo, disse: “Isso é uma maluquice”. Para mim foi uma surpresa total e absoluta, a única que tive nos seis anos de função. Não previ. Tinha tratado do assunto antes com o próprio Costa Mendez. Tinha ele estado em Brasília (depois eu conto) um mês antes, mais ou menos. Nem chegou há um mês antes. Antes não havia nenhuma indicação disso. Os jornalistas vieram e me perguntaram. E eu dei uma resposta de momento, pois não podia consultar, nem para cima, nem para baixo. Foi a resposta perfeita para a circunstância e para o resto do episódio, como depois percebi. Eu disse: “Olha, é muito simples”. Eu me lembrava de ter lido isto. “A nossa atitude” – disse muito calmo, fazia de conta que não havia nada – “a nossa atitude é de reconhecimento da soberania Argentina desde 1833. Os ingleses tinham ocupado as ilhas, expulsado de lá uma pequena guarnição Argentina, o Governo argentino nos informou, nos pediu um apoio e o Ministro (naquele tempo, era Legação do Brasil) em Londres foi instruído a secundar o protesto que o Ministro argentino, Mariano Moreno, ia fazer junto à Corte britânica. E desde então nunca mudamos de opinião, de modo que nós reconhecemos que a Argentina tem o direito de soberania sobre as ilhas. Agora, nós sempre favorecemos uma solução política diplomática negociada para essa controvérsia entre os dois países amigos e daqui para o futuro, mesmo neste momento, quaisquer que sejam as circunstâncias, nós continuamos a favorecer uma solução negociada”.

[FINAL DA FITA 23-A]

S.G – “O que eu posso dizer apenas é que, no interesse das partes, no interesse de todos, é preciso procurar uma solução pacífica, negociada”, etc. E fiquei nisso. O que foi muito bom, porque nós ficamos apenas nesses dois pontos, e nada mais. De uma forma ou de outra, eram sempre esses dois pontos que caracterizaram nossa ação, até o fim do episódio. Na minha volta a Brasília (soube depois porque à chegada por questão de horário nos desencontramos) estava lá me esperando o Coronel – hoje General – Moretzsohn, para me cumprimentar em nome do Venturini, de quem era o Chefe do Gabinete e me agradecer, porque no Planalto eles não estavam certos de que dizer

naquele momento; (riso) chocados com o episódio também; bolando fórmulas. O Presidente tinha ficado muito satisfeito com as palavras que eu tinha dito em Nova York e que considerava deveriam ser a posição oficial nossa, e nada mais. (Riso)

A.C – E eles souberam pela imprensa, ou não?

S.G – Pela imprensa. [INAUDÍVEL]

A.C – Quer dizer, o senhor não se comunicou com o Brasil.

S.G – Não, não tinha tempo. Eu não pude, não pude consultar o Presidente, nem nada, não é? Pouca gente sabia desse pequeno episódio de história diplomática de 1833.

A.C – Do qual o senhor era especialista, porque o senhor tratou disso desde Caracas, não? ...

S.G – Não, não sou. Não sou especialista.

A.C – ...que o senhor estava lidando com este assunto?

S.G – Havia mexido nisso. Quer dizer, eu tinha guardado em algum lugar da memória esse fato. Houve depois quem criticasse, mas o fato histórico é inquestionável.

A.C – Em todo caso, tenho a impressão de que nós, como opinião pública na época, tivemos a mesma sensação que o senhor está transmitindo agora, que tinha sido realmente um gesto de extrema habilidade e oportunidade, não é? Para conciliar as dificuldades da situação.

S.G – No fundo, houve críticas: José Honório Rodrigues, por exemplo. A imprensa, de um modo geral, foi muito anti-Argentina por ter tomado a iniciativa no uso da força, por ser ditadura militar ou por outros motivos menos evidentes.

A.C – O José Honório Rodrigues, segundo consta, copiou da Enciclopédia Britânica o artigo dele.

S.G – Não sei.

A.C – Um funcionário seu no Itamaraty descobriu isso.

S.G – Eu não sabia. Mas o artigo dele não me fez a menor moça.

A.C – Foi confrontar, abriu a Enciclopédia Britânica e viu que o verbete era exatamente o artigo do José Honório no jornal. Por isso mesmo, era pró-britânico, não é?

S.G – Inclusive ele usou argumentos que não sei se historicamente valem. Juridicamente e politicamente, do ponto de vista internacional, não querem dizer nada, como o de que o Governo da Regência era um Governo fraco, muito incompetente. Mas era o nosso Governo da época, não é? E mesmo historicamente é uma afirmação discutível.

A.C – Aí eu tenho a impressão de que ficou, enfim...

S.G – Nós tínhamos dado à imprensa o texto da nota argentina passada naquela época ao Governo Imperial, o texto das instruções mandadas ao nosso Ministro em Londres. Toda a parte documental nós demos à imprensa. Que, aliás, não publicou, porque não interessava à sua posição. E o próprio José Honório devia saber disso. Teria acesso à hora que quisesse.

A.C – Eu tenho a impressão que a posição do Brasil nesse episódio fortaleceu muito a solidariedade entre os países, não é?

S.G – Sim, sem dúvida.

A.C – Porque, mesmo numa situação desastrosa como essa, o Brasil foi solidário, não é?

S.G – Não com tudo. Mas aquele ponto de omissão nossa eles acabaram entendendo. Eu amanhã conto como eu disse ao próprio Costa Mendes porque nós ao falarmos nos omitíamos num ponto determinado, que era a iniciativa da ocupação militar das Ilhas. Disse francamente a ele, também. E ele agradeceu. Cheguei a Brasília na semana Santa e passei todos os feriados da semana em casa, com o Dr. João⁷⁸, às vezes o Rubens Ricúpero⁷⁹, que era o Chefe da Divisão naquela época, o meu pessoal do Gabinete, o Baena⁸⁰ ia lá também, o Pericás⁸¹ aparecia. Foram dias de grande angústia, porque qualquer incidente podia desmontar nosso esquemazinho muito delicado e medido. Devíamos manter-nos dentro de uma estreita faixa. Foram inumeráveis os contatos com os dois Embaixadores, o Harding⁸² e o Caminos⁸³, os dois homens da melhor qualidade. Sorte nossa termos dois agentes aqui que entenderam a situação. Havia uma necessidade de coordenação interna muito grande com o Palácio, o Chefe da Casa Militar, o Chefe do SNI, e tudo isso. Foram dois meses muito angustiantes, cansativos. Mas saímos bem. Das coisas que mais satisfação me deram em termos dos resultados obtidos. Agora que nós estamos falando, entrando numa fase em que a diplomacia democrática visa a “resultados”... E aí tivemos um resultado...

⁷⁸ Embaixador João Hermes Pereira de Araújo.

⁷⁹ Embaixador Rubens Ricúpero, à época Ministro de Segunda Classe.

⁸⁰ Embaixador João Clemente Baena Soares.

⁸¹ Embaixador Bernardo Pericás, à época Ministro de Segunda Classe.

⁸² Sir William Harding, Embaixador.

⁸³ Embaixador Hugo Caminos.

A.C –...palpável.

S.G –...bastante bom. (Riso)

7ª entrevista: 26/03/1985

A.C – Rio, 26 de março de 1985, sétima entrevista com o Ministro Saraiva Guerreiro. Ontem nós tínhamos interrompido o início do seu relato sobre a questão das Malvinas. Poderíamos então continuar nesse tema.

S.G – Está muito bem. Nós não estávamos na Chancelaria brasileira muito preocupados anteriormente com o assunto das Malvinas. Vinha a algum tempo se desenrolando uma negociação entre a Argentina e a Grã-Bretanha sem resultados, mas não havia uma aparência de maior excitação ou agudeza dessa controvérsia. Ainda em novembro de 81, quando eu estive em visita oficial a Londres e conversei com o então Ministro do Exterior, Lord Carrington, ele me mencionou as Falklands de uma forma meio humorística, descontraindo, sem grande preocupação, até me falando muito bem do Embaixador argentino lá, o Ortiz de Rosas. Achava até que Ortiz de Rosas podia ser o Secretário Geral das Nações Unidas, cargo que ia vagar. Nos primeiros dias de fevereiro, o novo Ministro de Relações Exteriores da Argentina, Nicanor Costa Mendez, veio aqui em visita oficial. Ele tinha assumido acho que em dezembro. Andou trocando mensagens comigo, falando ao telefone, assegurando que ia continuar tudo a mesma coisa entre Brasil e Argentina, com um esforço até de maior aproximação. Ele tinha sido já Ministro do Exterior da Argentina em outra época. Inclusive no ano de 69, quando foi assinado o Tratado de Brasília, que criava a Organização da Bacia do Prata. Era um grande advogado, inclusive de grandes firmas americanas. Tinha sido membro de um escritório de advocacia de Nova York. Conversamos – quando ele veio aqui oficialmente em principiozinho de fevereiro de 82 – sobre assuntos bilaterais muito bem. Fizemos também uma espécie de *tour d’horizon* de assuntos americanos. Nas conversações que ele quis fazer privadas, a sós os dois, ele tratou particularmente de Malvinas, e me disse que a questão das Malvinas era a prioridade n.º 1, nas relações externas da Argentina. Que a questão do Beagle estava com o Papa, era muito difícil,

mas estava dentro do mecanismo de mediação papal, em que eles acreditavam. Mas, enquanto as Malvinas, a Inglaterra não estava negociando de boa fé. Estava sempre arranjando pretextos para atrasar. Que eles estavam muito preocupados com isso e que, na próxima sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 82, iam dar uma grande ênfase, fazer um grande barulho em torno da questão das Malvinas. Iam propor uma Resolução muito forte, no sentido de pressionar a Grã-Bretanha a negociar com mas empenho. Ora, esta posição indicava a continuação de um processo pacífico. De modo que a ideia propriamente de uma (riso) ação militar contra as Malvinas nem me passava pela cabeça, nem de ninguém. Portanto, quando eu soube, como contei, ao vir da China, chegando a Nova York, da invasão, realmente tive uma surpresa. Depois de chegar a Brasília, naturalmente tive vários contatos telefônicos com nosso Embaixador em Buenos Aires, Carlos Duarte⁸⁴. Também tinha sido apanhado de surpresa. E até no dia da invasão – no dia– o Nicanor tinha telefonado para ele. Já tinha começado a operação do transporte de tropas, etc., e o Nicanor estava falando ao Duarte com a maior naturalidade de assuntos dos dois países. Sobre Malvinas não disse nada de especial. Disse que realmente estavam considerando vários aspectos da questão. Ora, Nicanor, provavelmente, sabia. Eu tive até a primeira impressão, à vista do que me contou o Duarte, de que o Nicanor estava por fora, o que era grave para sua posição. Mas depois, várias outras indicações mostravam que ele, como é natural, sabia. E acho que se ele estivesse por fora, sendo Chanceler, em um ato dessa natureza, era muito difícil para ele continuar. O desenrolar da questão, como eu disse, criou para nós uma grande angústia, porque nós não tínhamos nenhum problema com a Grã-Bretanha e tínhamos todo interesse, por todos os motivos, inclusive a longo prazo, de preservar uma relação que se tinha formado nos últimos anos com a Argentina muito especial, muito aberta. Todo aquele esforço que fora feito podia perder-se bestamente por causa de um incidente sobre o qual não podíamos ter controle. Nessa ocasião, portanto, nós vivíamos muito ocupados e preocupados, ligando para Buenos Aires, para Londres e para Washington. E houve aquela primeira tentativa americana de bons ofícios, de mediação, não é? O Secretário de Estado, Haig, de avião para cima e para baixo, com várias alternativas.

⁸⁴ Embaixador Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha.

A.C – Impressionante, não?

S.G – Parecia que ia chegar a um acordo, depois tudo dava para trás. Muito se tem escrito sobre isto. Na conversa que eu tive no café da manhã com o Secretário de Estado por ocasião da visita do Presidente Figueiredo a Washington, que já estava marcada há bastante tempo, para maio – depois de vários adiamentos – ficamos uma hora e tanto presos a Malvinas, do que resultou infelizmente, que os assuntos bilaterais foram tratados superficialmente. Os assuntos bilaterais não eram agudos – eram importantes, mas não eram agudos, enquanto Malvinas estava a pegar fogo. Nessa ocasião, ele me disse que tinha chegado quase a um entendimento com os argentinos. Que era extremamente difícil, e eu compreendia muito bem por que. Mas que... E aí, curiosamente, ele me disse que o Nicanor era um elemento dos mais difíceis e que ele achava que o Gualtieri não era o mais intransigente. Houve uma ocasião – os jornais deram isso – em que ele, Secretário de Estado, já estava dentro do avião para partir de Buenos Aires e teve de descer do avião. Nessa ocasião, contou-me ele, tinha estado com o Nicanor e com o Gualtieri, e que eles teriam concordado afinal com aquela fórmula que ele estava propondo de uma presença, nas ilhas, além da Inglaterra, da Argentina e dos Estados Unidos. Era muito difícil para o Governo inglês aceitar, acrescentou, mas talvez aceitasse se, naquele momento, no princípio, o Governo argentino tivesse aceitado. Depois, pensaram nessa mesma fórmula com a presença de mais um ou dois países. Falou-se até em Brasil, e é possível que tenham aventado – como presenças apenas, não para administrar – que tenham aventado essa hipótese em algum momento. Prosseguiu Haig dizendo que, depois de estar no avião, foi chamado para fora por Nicanor que lhe transmitiu a notícia de que a Junta reunida tinha recusado a fórmula. E dizia ele, Haig, que o homem que na Junta tinha vetado a fórmula era o Almirante Anaya, “Anaja”, como dizem os argentinos. Então, na visão dele, Haig, o homem mais duro, mesmo, e intransigente, era Anaya, que era da Marinha.

MH – Uma pergunta, Ministro. Dizia-se na época, enfim, que a Argentina tinha uma expectativa totalmente diferente do comportamento norte-americano e que houve um erro total de avaliação.

S.G – É, eu vou chegar lá. Bom, Haig me disse isso naquele momento. Eu achava muito difícil o Governo argentino, a Junta, mudar, porque, no momento da invasão, houve uma espécie de consenso nacional na Argentina. Fecharam as portas a uma acomodação prática, o que só se deve fazer quando se tem certeza de resultado.

A.C – Exatamente.

S.G – Quer dizer, aquilo parecia uma jogada. Muitos até interpretam que a decisão da invasão foi uma forma de salvar o Governo da Junta, o sistema da Junta. Não sei se foi isso. É coisa possível. Teriam usado um elemento externo para se esforçar internamente. Mas é verdade que naquele momento toda a população argentina apoiou a ideia da invasão, da recuperação das Malvinas, mesmo pela força. Um grande entusiasmo, etc. Mas eu achava que mesmo uma solução intermediária que não desse plena satisfação à Argentina era boa para a Argentina, porque mudava o *statu quo ante*, que nunca mais voltaria a ser o mesmo. Não digo a fórmula Haig, mas um certo tipo de diluição, talvez via ONU. Mas para isso era preciso poder transigir e negociar. Mas ela tomou uma posição, da qual nunca saiu, que era: primeiro, o reconhecimento da soberania argentina, e depois negociações de modalidades. Enfim, os interesses dos habitantes sempre seriam preservados. Não o direito de autodeterminação, que os argentinos negavam a essa população que estava num território que era argentino e nunca tinha sido reconhecido por eles como britânico; mas os interesses, sim, atenderiam de todas as formas, etc., etc. Aí, começou uma verdadeira comédia de erros, que eu acho que resultava em boa parte dessa avaliação inicial errada a que você se referiu, e que era uma avaliação estranhíssima. Não sei como eles chegaram a ela. Sobre esse erro de avaliação, na época se dizia – segundo várias informações, inclusive da nossa Embaixada, transmitindo informações de terceiros, também do Adido Militar de uma potência europeia muito ligado lá, e de outros meios –, que o Adido Militar argentina em Washington tinha previsto que os Estados Unidos não se meteriam. Não estou seguindo uma ordem estritamente cronológica, mais deixando que um aspecto da questão vá puxando outro. Quando a questão estava militarmente perdida, já em maio (mesmo depois da visita do Presidente Figueiredo a Washington), o Nicanor foi a Havana para uma reunião dos não-alinhados (Comitê dos Não-Alinhados). Quer dizer, já a Argentina se preparando para uma mobilização em termos de votos n ONU, não é?

E sem necessidade técnica – ele viajava num avião grande da Aerolineas – fez parar o avião em Brasília, me avisou, estive no aeroporto, estivemos conversando a sós, uma hora. Uma espécie de *post-mortem*. Depois eu voltarei a esse ponto. Mas, sobre esse ponto específico da avaliação da provável atitude dos Estados Unidos, ele me contou o seguinte: que eles tinham comunicado aos americanos, muito claramente, a importância e a prioridade que davam à questão das Malvinas e a intenção de resolver o assunto, etc. Que eles tinham dito isto a um grupo de Senadores americanos que havia estado lá em Buenos Aires em princípio de janeiro, e os Senadores, ficaram até meio surpresos, alguns não sabiam bem do que se tratava. [PEQUENA INTERRUPÇÃO] O que me pareceu um canal impróprio no caso. Por mais importância que tenham os Senadores, e têm muita nos Estados Unidos, não é de espantar que não conhecessem o problema. (Riso) Estamos acostumados com isso. Eles sabem certas coisas e até às vezes escarafuncham muito, mas não têm necessariamente uma visão de todos os assuntos, nem do conjunto. A ideia de que essa transmissão de uma impressão de grande prioridade dada pela Argentina às Malvinas, fosse marcar muito a cabeça desses homens, ou que eles fossem uma correia de transmissão direta e imediata para o Governo americano, já começou a me dar noção do grau de incompetência nas avaliações prévias do episódio. Provavelmente, eles ouviram com atenção e ficaram com essa coisa um pouco entre parênteses na cabeça. Pouco tempo depois, me disse Nicanor, esteve lá o Enders, que ainda era Secretário Adjunto para Assuntos Americanos. E que ele tinha exposto ao Enders também essa prioridade que a Argentina dava, etc., etc. Sobre Malvinas e as dificuldades que estavam tendo nas negociações com a Grã-Bretanha, e o Enders teria dito na ocasião que a atitude americana com relação a Malvinas era de *hands off*, o que também, para mim, me pareceu que não era nenhum elemento de convicção para invadir. (Riso) *Hands off*, em termos da controvérsia em si, quer dizer, que não pretendia se manifestar sobre o fundo da questão. Quando ele me contou, fiquei espantado dele considerar relevante esse comentário, *hands off*. Eu teria ficado preocupado, porque suporia que *hands off* implicaria os Estados Unidos não fazerem nenhuma pressão sobre a Inglaterra para negociar. Inclusive, tinha-se que ver o outro lado da medalha, não é? Era uma reação de simpatia. Talvez, acredito que terá feito uns comentários simpáticos e de bons votos, etc., ou o que seja, mas o uso da expressão *hands off* não implica a ideia de neutralidade ante uma operação bélica não anunciada, imprevista.

MH – Não envolvimento, não é?

A.C – É, realmente.

S.G – Não envolvimento. E num trato não bélico do assunto, porque Nicanor não levantou o problema de uma eventual solução coercitiva da questão, ou pelo menos não me disse que mencionara essa hipótese a Enders, nem era de supor o fizesse. Eu achei fragilíssimo tudo isso, como base para ele me dizer que o Governo argentino ficara surpreendido com a reação americana praticamente de apoio à Inglaterra, quando ultrapassada a fase da tentativa inicial de mediação. E o Reagan teria feito apelos ao Gualtieri para suspender, para retirar, não sei o que, e não tinha conseguido nada, nenhuma reação positiva. De modo que eu não entendi. Devo introduzir aqui um outro elemento que poderia ter influenciado na avaliação argentina. Era um ponto, aliás, em que havia uma divergência de posição, não publicitada entre a Argentina e o Brasil. Nunca fizemos nenhum comentário, nós, nem eles, publicamente, sobre essa diferença de atitude em relação à América Central. Em relação aos métodos, pelo menos. Quanto ao objetivo da não comunização, da não satelitização da Nicarágua e da América Central, está todo mundo de acordo, etc. Mas os argentinos estavam dispostos a cooperar com os americanos nessa área, nessa sub-região, davam mostras dessa disposição e até já haviam começado agir. Tinha havido uma reunião de Estados Maiores de Exércitos americanos, um ou dois anos antes. São reuniões periódicas. E eu vi o relatório do nosso General, Matos se não me engano, que lá esteve e era o Subchefe do Estado Maior do Exército. A Argentina esteve representada pelo próprio Gualtieri, que era o Inspetor Geral do Exército. As comunicações que vi eram secretas e não posso prestar delas. Mas a matéria já é história hoje. Posso dizer que o nosso General expôs pontos de vista harmônico com nossa política externa. Mas Gualtieri dava ênfase a uma ação comum na América Central, falou até mesmo de uma espécie de força interamericana para intervir e declarou que a Argentina daria todo o apoio, inclusive desde logo com assessores militares, etc., etc. a El Salvador...

MH – Como deu, não é?

S.G —... É. Havia alguns em El Salvador e Honduras. E o nosso General tomou uma atitude no sentido de que nós apoiariamos qualquer método de solução pacífica; que uma consideração de problemas de cooperação militar era muito delicada e que teria que decorrer de decisões política; que provavelmente isso teria que ser considerado na OEA. Saiu, chutou para outra jurisdição, não é? Entendendo que não cabia a um representante do Exército se manifestar sobre isso, porque não era uma operação militar de execução. Isso só poderia decorrer de uma decisão política e a posição geral que nós tomávamos, por enquanto não previa esse tipo de ação. Então havia, talvez, esta convicção do Governo argentino de que a cooperação deles em termos de América Central, era de tal ordem, tão importante, que os Estados Unidos não poderiam dispensar esse tipo de apoio. É matéria a ser pesquisada, para ser confirmada ou não.

MH – Seria um toma lá, dá cá.

S.G – Toma lá, dá cá. Eles passariam a ser o pivô da política norte-americana na região, etc. Ora, de certa forma, nós, nesse setor, deixávamos o campo livre para eles, pois não estávamos interessados nisso. E até divergimos, até certo ponto, das concepções americanas de como tratar o assunto, quer dizer, quanto aos métodos. Todo mundo tem os mesmos objetivos de evitar uma satelitização definitiva da Nicarágua, todos são contra o apoio de Nicarágua e Cuba à guerrilha salvadorenha. Ninguém estava de acordo com isso. A questão era outra. De modo que eu tenho a impressão de que se formou no Governo argentino a impressão de que os Estados Unidos valorizavam muito a ação Argentina na América Central. É possível até que reações favoráveis, ou até sondagens de órgãos do Governo americano, possam ter sido magnificados (desculpe-me o neologismo) e induzido em equívoco. Nessa ocasião no aeroporto em Brasília, quase nada disse a Nicanor, mas referi que se eles tivessem conversado conosco sobre reações americanas, nós teríamos dito francamente que num pega pra' capar, num enfrentamento, os Estados Unidos estariam com a Inglaterra, que é o pivô deles na OTAN. Não teria a menor dúvida sobre isso. Para os Estados Unidos, o Brasil e ainda mais a Argentina são relativamente marginais. No episódio das Malvinas tomaram o curso previsível, com a esperança de depois remendarem as relações com a Argentina.

[FINAL DA FITA 23-B]

S.G – Nicanor comentou que, de qualquer forma, os Estados Unidos tinham obrigações interamericanas pelo Tratado do Rio e pela participação na OEA. Então, acrescentara Malvinas afetava o sistema interamericano e não faz sentido a neutralidade. A OEA, então, não faria sentido. Comentei que sempre faz sentido desde que se aceitem os parâmetros reduzidos em que ela existe politicamente. (Riso) Quer dizer, perdeu ela muito de seu objeto em termos de segurança, porque dificilmente alguma potência extracontinental vai atacar um país latino-americano. Não vai, porque não tem o menor interesse e nem meios para uma iniciativa maior. O risco para nós é interno. O problema não é externo, a não ser na medida em que possa haver ajuda externa à subversão interna. Pulando para trás no tempo, mas ainda com relação ao apoio americano à Grã-Bretanha, depois daquela primeira tentativa frustrada do Secretário de Estado, cabe referir a visita do Presidente Figueiredo a Washington. Houve muita gente que achou que ele devia adiar a visita, porque ia ser um momento muito difícil. Eu fui muito a favor de que ele fosse, e ele próprio também. A inclinação dele era ir e raciocinava, em minha opinião corretamente, que a visita fora marcada antes do episódio, nosso tipo de relação com os Estados Unidos é uma relação que tem de ser muito aberta, muito franca e nós não podíamos por causa das dificuldades de momento deixar de ir lá. Até porque as dificuldades do episódio das Malvinas constituíam uma razão a mais. E assim foi feito. A visita foi muito bem. Figueiredo fez um discurso ali no jardim da Casa Branca, como é o sistema deles, que alguns jornais aqui criticaram porque ele falou dos subdesenvolvidos, do Terceiro Mundo, da África, etc. (Riso) Mas foi bem. Quer dizer, pode não ter sido o ideal, do ponto de vista americano, mas era compreensível. Essas coisas não criaram problema. As conversas foram boas. E, naquela ocasião, em que claramente já estava muito avançada a situação nas Malvinas e a frota inglesa se aproximava, o Presidente ainda disse, e disse preocupado, que uma derrota humilhante para a Argentina podia desorganizar o país. E havia o risco, muito grande, ou de uma própria decisão da Junta no sentido de recorrer a apoios em qualquer parte, até fazendo das tripas coração – embora a União Soviética talvez não desse apoio além da verbalização – ou, muito mais grave do que isto, podia haver uma queda de Governo e uma anarquia na Argentina, com resultados que nós não sabíamos. Eu mesmo tinha dito ao Embaixador inglês aqui, ao Harding⁸⁵,

⁸⁵ Sir William Harding, Embaixador.

que estávamos preocupados, como se tivéssemos uma bomba aí ao nosso lado que podia explodir (riso) e era preciso ter uma certa moderação. Ele até me disse: “Mas como? Eles não tiveram moderação nenhuma quando invadiram”. Retruquei que ele tinha razão do ponto de vista dele. Mas a situação de fato, independentemente de sua origem, implica os riscos. O próprio Presidente Reagan, nessa ocasião, telefonou para a Sra. Thatcher. Pensávamos em termos de uma parada da frota para ganhar uns dias, uma semana, e se continuar a negociação, talvez via o quadro das Nações Unidas ou outro caminho qualquer que as partes pudessem aceitar como mecanismo para negociarem. A Sra. Thatcher foi intransigente. A situação já estava de fato muito adiantada. Por outro lado, nós não tínhamos qualquer autoridade para dizer que a Argentina ia ceder também, não é?

A.C – Exatamente isto é que eu me pergunto. Quer dizer...

S.G – Não.

A.C –...se tivesse se passado a coisa desta forma, provavelmente isto teria sido um estímulo para que, digamos, essas intenções argentinas continuassem...

S.G – ...a ser excitadas, bom. A ideia era...

A.C – ...a ser alimentadas [INAUDÍVEL] ultra-nacionalismo, não é?

S.G – A ideia era de que, se houvesse uma parada no caminho da frota, se poderia talvez trabalhar a Argentina no sentido de aceitar também alguma negociação. Mas era tarde. De qualquer forma, a nossa preocupação foi transmitida. Nós soubemos por alguém, americano, que leu o *transcript*, que Reagan, no telefonema, teria levado um pito da Sra. Thatcher. Não se pode saber com certeza, mas era voz corrente que a atitude dele em relação à Sra. Thatcher era uma atitude reverencial. (Risos)

M.H - Inclusive porque, no caso da Grã-Bretanha, ela também passou a capitalizar internamente a ...

S.G – Pois é. Ah, enormemente. O Partido Conservador foi eleito, se dizia abertamente na imprensa inglesa, por dois homens. Dois homens reelegeram a Sra. Thatcher. Wilson, que era o líder dos trabalhistas, e o Gualtieri... (risos) Estou rindo agora, mas foi tudo tenso e preocupante na ocasião... (Risos) Outro ponto importante que levantávamos era de que era essencial que a Grã-Bretanha não levasse sua revide a atacar território continental argentino, pois aí nossas opções, já limitadas, desapareceriam.

L.P- Ministro, parece que teve também, por parte do Brasil, uma tentativa de, através do Chanceler Helmut Schmidt, entrar em contato com Margaret Thatcher, ou não? De pedir que...

S.G – Nós chegamos a pedir aos europeus da CEE – quando houve aquele boicote da CEE –, para que atuassem junto a Sra. Thatcher. Se houvesse algum sinal positivo acreditávamos que poderíamos, com algum argumento, falar com os argentinos. Mas, como as coisas estavam, era muito difícil. Não houve prosseguimento. Voltando agora ao princípio das operações, que já deixamos tão longe, lembremos que nesse primeiro momento não havia muito o que fazer. O grau de excitação na Argentina, de fervor patriótico era desbordante. Por causa da nossa posição, o nosso Embaixador lá chegava a receber rosas de senhoras. (Riso) Depois é que – quem perde, perde, não é? – todo mundo se virou contra os militares. Foi a última tentativa deles, e foi incompetente. Inicialmente, nós não propusemos nada de muito específico à Argentina. Apenas nesse período ficamos encarregados dos interesses argentinos na Inglaterra; fizemos isso muito bem, nos agradeceram várias vezes. Houve algumas tentativas iniciais peruanas. Eu talvez possa dizer que, dos latino-americanos, os dois que, nesse período, agiram de uma forma mais preocupada com o interesse verdadeiro e de longo prazo da Argentina mesmo, especificamente, foram o Peru e o Brasil.

MH – Ministro, perdão, mas está dentro do que o Sr. está colocando. Quer dizer, a expectativa geral do Governo argentino na época com respeito à América Latina, quer dizer, era de uma solidariedade absoluta? E em respeito ao Brasil, particularmente?

S.G – Era, com certas dúvidas, não é? Quando eu chegar à Reunião de Consulta, em Washington, eu acho que isso vai ficar mais claro. Naquele momento, eu conversei, como durante todo o episódio, ora com o Embaixador inglês, ora com o Embaixador argentino.

Quase todos os dias. Ambos homens de excelente qualidade, o Harding e o Caminos⁸⁶. Eu sempre disse a um e a outro a mesma coisa. O mesmo discurso para um e para o outro. Surgiram vários incidentes que a qualquer momento podiam nos envolver demais. Incidentes ou oportunidades de ação. Por um lado, pedidos argentinos de cooperação. Houve momentos em que eles pediram Exocets, mas felizmente, sem mentir, foi possível dizer a eles que não tínhamos. A Marinha tinha o mínimo indispensável para o armamento das suas fragatas. Não tinha nem reserva, porque é muito caro o Exocet. E Exocet portado por avião, não tínhamos nenhum, nunca tivemos. Houve alguns outros pedidos de certo equipamento, também, e que nós não tínhamos no momento. O Brasil não tinha expectativa de promover ou sofrer ação bélica. Andava mais ou menos desarmado. Da aviação, nós nos dispusemos a emprestar dois Banderulhas (Bandeirantes de Patrulha). Porque a Argentina sempre fez questão de não comprar armamento nenhum aqui. (Riso) Nós emprestamos e eles serviram até muito bem, porque são aviões muito práticos para a função de patrulha marítima. Na verdade, tem tarefa defensiva. A Aeronáutica achou que podia emprestar ou vender Xavantes, que são lentos, mas tem grande raio de ação. Entrementes, eu tinha reuniões com os Ministros do Planalto, sobretudo o Chefe do SNI, o Chefe da Casa Militar, que era também Secretário do Conselho de Segurança, e ocasionalmente algum Ministro de pasta militar. Acabamos até entregando à Argentina, mas já no fim – porque eles hesitaram, etc. – uns desses Xavantes. Enfim, são aviões obsoletos, num certo sentido, e destinados normalmente a apoio tático para a tropa de terra, mas também funcionam em cima do mar, com as mesmas características. Obviamente, o Embaixador inglês reclamava e eu dava as explicações: “Nós não estamos fazendo nada que decida a sorte dos combates”. Expliquei o tipo de relação especial que tínhamos com a Argentina, o que era importante preservar até para a estabilidade da região. Os ingleses podiam não gostar muito, mas compreendiam. Sempre fomos muito francos – totalmente francos – com o Embaixador inglês sobre essas coisas. Mas a qualquer momento podia haver um incidente que nos “embrulhasse” com a Grã-Bretanha sem necessidade. Houve um momento em que a Argentina nos pediu para estabelecermos um sistema de navios radar-picket. Os americanos estavam dando informações aos ingleses obtidas via seus satélites. São esses satélites espões. Estavam agindo como aliados da Inglaterra. Acontece que nós não tínhamos esses navios radar-picket na Marinha. Andávamos no fio da navalha e o público não podia saber dos pormenores.

⁸⁶ Embaixador Hugo Caminos.

Tudo foi extremamente delicado. A cada momento podíamos tomar uma atitude sobre uma dessas questões concretas que criaria na Argentina ressentimento que ia durar gerações. Não ia só acabar o esforço que se tinha feito nos últimos anos, mas ia durar gerações, infernizando a vida dos dois países. Podia fazer reviver todos os fantasmas do passado. Tínhamos que medir milimetricamente nossos movimentos. Alternativamente, poderíamos tomar uma atitude que nos “embrulhasse” definitivamente com a Grã-Bretanha. Houve um momento, inclusive, em que da área econômica me chegaram comentários de fontes indefinidas de que (precisa não esquecer que isso foi o ano de 82) a nossa atitude pró-Argentina, digamos, nos ia ser cobrada no campo financeiro. Era a ideia de que nós devíamos fazer tudo em função dos aspectos financeiros e numa vista de curtíssimo prazo, o que eu recusei completamente. Achava inclusive que não era verdade. O Presidente me apoiou nisso sempre. Nunca tive força nenhuma. Se as coisas saiam mais ou menos como queria, é porque o que eu sugeria era intrinsecamente correto e o Presidente era um homem de muito maior percepção e sensibilidade do que o público jamais imaginou. Nesse caso, em todos esses incidentes e outros. Estivemos ao borde, várias vezes, de nos encencarmos ou com a Argentina ou com a Grã-Bretanha.

A.C – No caso da venda dos aviões, não houve resistência de algum setor do Governo? Enfim...

S.G – Não. Não houve. Isso era tratado naquele grupo muito pequeno e decidido pelo Presidente, e estava acabado. O Presidente ainda fez alguns esforços em termos de avaliação da situação bélica argentina, inclusive em contatos muito amigáveis, entre militares, mas sem qualquer interferência nossa. A avaliação dos nossos militares sempre foi muito próxima do que efetivamente veio a ocorrer. Como todo mundo, se supunha que a aviação argentina podia atrapalhar muito e tornar oneroso o ataque inglês, e que atacar uma força instalada em terra é penoso e difícil. Isso foi a primeira avaliação. Depois que conheceram o tipo de tropa que os argentinos tinham lá, ficaram apavorados e alguns me disseram: maluquice total. Porque eram recrutas, tinham poucos meses de treino, eram originários da zona tropical ou subtropical argentina de Tucuman, e postos num lugar gelado. Tudo isso, aliás, foi publicado nos jornais. Um de nossos militares teria conservado com um colega argentino e estranhou: “Mas esses homens, que são de uma região tropical, norte da Argentina, com poucos meses de treino...” E o interlocutor comentou: “Pero son muy buenos con el cuchillo, en el cuerpo a cuerpo”. Umas noções

que soavam apavorantes, sobre o que podiam fazer com aquele pessoal lá. Não é questão de coragem ou de falta de coragem. (Riso) É que, em guerra moderna há uma densidade tecnológica enorme, que depende em alto grau do manejo de equipamentos complicados e domínio de técnicas sofisticadas. Não no princípio, mas a partir de um certo ponto, quando o nosso pessoal teve informações mais precisas, a impressão era de desastre. Parecia-me uma tragédia grega em que os fados levavam os homens à insensatez e, inexoravelmente, à punição.

A.C – Foi um massacre, não é?

S.G – ...e botar os caboclos das fraldas dos Andes com armamento convencional e pouco treino num lugar que é um inferno de frio e de vento, e esperar que essa gente funcione? Não pode funcionar. Ser “muy bueno con el cuchillo” (riso) é bom para uma briga num botequim, não é?

MH – Claro.

S.G – Outra coisa estranhíssima que se dizia na época A.C – naturalmente sem confirmação, mas parece que é verdade –, é que não permitiram os Fuzileiros Navais argentinos irem, como a Marinha deles queria, para a Ilha. Lá, como aqui e em quase em toda parte, os Fuzileiros Navais são uma tropa de elite, profissionalizada. Aqui no Brasil, a única tropa militar profissional são os Fuzileiros. Eles entram e ficam até 15, 20 anos. Não é que nossos países possam fazer as coisas perfeitas, nesse ramo. Mas são sujeitos, de qualquer modo, que têm a sua saúde bem cuidada durante anos e anos, fazem exercícios o tempo todo, sabem fazer as coisas que têm de fazer em ação bélica, porque as repetiram em exercícios várias vezes. O soldado acaba tendo até um reflexo condicionado. Segundo notícia que se teve naquela época, foram vetados os Fuzileiros porque sua participação dava prestígio à Marinha demais. Não sei de ciência certa. Tudo isso é à parte. Não é a parte diplomática. Pode ser bastante fruto da boataria normal nessas ocasiões. Agora, a nossa avaliação diplomática era que como a expedição bélica era caríssima para a Inglaterra, caberia aproveitar para buscar qualquer fórmula intermediária. Se os argentinos não queriam uma presença predominante americana na Ilha, buscassem alternativas, até mesmo jogassem logo a questão na ONU, criassem um problema lá, mas tomassem a iniciativa diplomática seriamente e ao menos nesse campo

pussem a Inglaterra na defensiva. É difícil julgar, por causa da rigidez inicial da atitude e do emocionalismo que se criou.

MH – Eu queria fazer uma perguntinha ao Sr. O Sr. estava exatamente descrevendo esse quadro até de amadorismo e de precariedade da parte da Argentina. E, sem dúvida nenhuma, isso preocupou muito mais ainda o Brasil. Agora, que preocupações, quer dizer, qual era o nível de ameaça e de que maneira realmente uma situação, digamos, mais desastrosa dessa guerra poderia realmente nos afetar na época?

S.G – Você diz, um desastre maior por parte da Argentina?

MH – Claro.

S.G – Com repercussões internas?

MH – Exato.

S.G – Nós poderíamos ter, na Argentina, um período de anarquia, ou um período em que as forças de esquerda pudessem tomar o poder e criar um foco de provocação muito grande. Se se estabelecesse uma liderança em qualquer país vizinho nosso, tipo marxista, essa liderança ia tentar intervir nos vizinhos, inclusive Brasil, como nós temos visto em todos os lugares onde há esse tipo de revolução. Ia nos dar uma chateação muito grande. Não ia ter êxito, mas ia nos provocar enormemente, com efeitos internos e externos num momento em que operávamos uma delicada transição. Agora, passando a outro aspecto. Havia em certos meios, geralmente fora do Governo, a preocupação de que a Argentina ganhasse 100%. Poderia a Junta ficar embandeirada de tal maneira que começasse a criar problemas com os demais vizinhos. (Riso) Previam que a Argentina ia querer até as Missões, Santa Catarina... Isso nós achávamos que era uma preocupação paranóica e fora de questão.

A.C – Certamente que Beagle eles iam querer, não é?

S.G – Isto nós achávamos que era bobagem. Se quisessem, iriam apenas chatear. Não ia dar em nada, mas ia talvez nos obrigar a fazer um esforço idiota, caro. Não acreditávamos

nisso. Podiam ameaçar o Chile, coisas desse tipo. Quando houve a Reunião de Consulta, que foi no dia... Foi abril, foi no fim...

L.P- Foi em maio, 26 a 28 de maio.

S.G – Não, foi... Reunião de Consulta da OEA?

L.P- Foi.

S.G – Não foi em maio, não. Foi ou fim de... Acho que últimos dias de março, primeiro de abril.

L.P- É, 25 a 28 de abril, parece.

S.G – De abril?

L.P- Não sei, eu acho que foi maio, mesmo.

S.G – Não, isso foi acho que finzinho talvez de abril. Cheguei a Washington e no Domingo, ainda, estive com alguns Ministros do Exterior de países vizinhos que quiseram conversar comigo. Veio Nogués do Paraguai, que pensava se abster. Disse que não queria saber de nada dessa história argentina, que achava tudo muito ruim, muito perigoso e, no fundo, torcia até certo ponto pela Grã-Bretanha, para evitar uma explosão de nacionalismo na Argentina.

A.C – O Paraguai poderia ser o primeiro a ser comido nisso tudo, não é? (Risos)

S.G – Disse-lhe que teríamos de arranjar alguma resolução que desse uma satisfação à Argentina. Nogués, que era homem sutil e inteligente, não tinha objeção de princípio. Esteve comigo o uruguaio, que tinha uma posição bastante parecida com a nossa: não brigar com a Grã-Bretanha; não servir, evidentemente, entretanto, à Grã-Bretanha em sua ação contra a Argentina. Foi me ver o Ministro do Exterior do Peru, Javier Arias Stella, médico patologista que hoje é representante na ONU; político à época e Secretário do Partido do Belaúnde. Veio ao hotel com um projeto de Resolução enorme mas que, a não

ser pela extensão, coincidia em substância com o que queríamos. A redação era difícil por causa de certas ambiguidades da situação. A invocação do Tratado do Rio era manca. A posição de que simplesmente se tratava de uma agressão por parte de uma potência extracontinental não pegava, porque quem tinha iniciado a ação armada fora a Argentina. O argumento de que as Malvinas eram território argentino ocupado por uma potência extracontinental há 150 anos, não poderia eliminar a controvérsia. Era um fato que já existia quando o Tratado do Rio fora concluído. A recuperação pela força, à luz das normas atuais de não-emprego da força, descaracterizava a ação britânica como agressão imotivada. Era, então, juridicamente ambíguo, pouco firme político política e juridicamente, tirar todas as consequências do Tratado do Rio de Janeiro. Era inútil adotar, na nossa opinião, uma Resolução que caracterizasse ou tipificasse claramente uma agressão de potência extracontinental, porque não haveria as consequências daí decorrentes – sanções, rompimento de relações e outras medidas que nós, inclusive, não estávamos dispostos a tomar, não só os Estados Unidos como a maior parte dos latino-americanos. Então era preciso encontrar a fórmula de dar um apoio à causa Argentina na substância, sem caracterizar uma operação automática do Tratado do Rio de Janeiro. Isso em minha opinião era o que era possível e está melhor para a própria Argentina. À noite, o Embaixador argentino havia convidado um pequeno grupo (nós, o peruano, mais uns dois, não me lembro quais) e duas ou três pessoas da delegação argentina, o Embaixador em Washington e o Quijano⁸⁷, que era o representante na OEA. Pedi para chegar antes uma meia hora e tive uma conversa a sós com o Nicanor. Trocamos ideias.

[FINAL DA FITA 24-A]

S.G – Disse a Nicanor que minha impressão era de que já àquela altura o caminho que tinham a recorrer levava logo às Nações Unidas. Referi-me à tentativa americana de colocar as três bandeiras nas Malvinas e o receio americano de solução na ONU por causa da participação nas deliberações da URSS. Mas não acreditava que tal receio fosse insuperável, ou que a URSS tivesse interesse ou possibilidade de interferir pesadamente; se limitaria a alguma verbalização. Quanto à proposta Haig, Nicanor disse que não podiam aceitar, porque, se os americanos entrasse, não saíam mais. (Riso) Disse-lhe que mesmo tendo em conta essa avaliação, podia-se diluir o risco com outras

⁸⁷ Embaixador Raul Quijano.

presenças, como os próprios argentinos num dado momento teriam pensado. Mas conclui que o melhor naquela altura era recorrer à ONU, mas recorrer imediatamente. Porque a OEA não pode resolver. Pode dar um apoio político que seria de aparência unilateral. Ele comentou: “Isso nós sabemos”. Eles não tinham nenhuma ideia tola de que, fosse possível uma decisão em termos de OEA, que resultasse em rompimento coletivo com a Inglaterra ou sanções, etc. Tinham uma visão realista dos limites de ação naquele foro. Nicanor achou a ideia de recorrer à ONU aceitável e mesmo boa. Fiquei meio animado. Parecia-me, e disse, que recorressem à ONU, os americanos não iriam gostar muito, a Inglaterra muitíssimo menos naquele momento, mas os argentinos retomavam a iniciativa diplomática. Poderia colocar a Inglaterra contra a parede, com alguma proposta suave mas que alterasse o *status quo ante*, isto é, as Malvinas deixariam de ser de fato puramente inglesas. Eu achava que o risco de haver, na ONU, interferência da URSS e seus satélites, era de somenos, porque, obviamente, num assunto desses, eles jamais seriam uma *pars magna*, jamais teriam uma participação importante. Não podiam Ter. Mas a Argentina não tomou iniciativa nenhuma nesse campo até muito tarde, como veremos.

A.C – Essa conversa que o senhor teve foi com o Nicanor, não é?

S.G – Nicanor.

A.C – Onde?

S.G – Na Embaixada da Argentina em Washington. Logo em seguida, jantamos.

A.C – Certo.

S.G – Durante a reunião da tarde de domingo com o peruano, combinamos que o meu pessoal e o pessoal dele preparariam um projeto de Resolução. Pedi ao Sardenberg⁸⁸, ao

⁸⁸ Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, à época Ministro de Segunda Classe.

Maury Gurgel Valente⁸⁹, que era Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, não me lembro também ao Ricupero⁹⁰ para trabalharem com os peruanos. Então, fizemos um anteprojeto junto com os peruanos, mais curto, mas que refletia o pensamento dos dois Governos. Depois, o próprio Ministro peruano me disse que o rascunho que havíamos preparado era muito melhor do que o que ele me trouxera. Isso foi a base para a Resolução da Reunião de Consulta. Nessa ocasião, era preciso encontrar uma fórmula que obtivesse os 17 votos. Ora, a Argentina não podia tomar a posição intermediária, conciliatória, não é? Dentro daquele quadro dos participantes da reunião. A Venezuela, por motivos dela, passou a ser a grande defensora da posição argentina, exagerando, com grande embaraço para os argentinos, (riso) que tinham que apoiar, de certa maneira, e agradecer, mas sabiam que o que a Venezuela estava propondo tornaria totalmente impossível qualquer decisão. México e alguns outros países certamente não iriam nem perto da posição venezuelana. Mas para chegar aos 17 votos, incluindo os principais (menos os Estados Unidos, que se dava de barato que não votariam era preciso buscar uma fórmula como a nossa que dava a base para chegar-se a uma acomodação majoritária. La Colina⁹¹, o mexicano, ficou agradecido. O México pode estender, espichar sua posição para poder votar a favor com a América Latina. Os Argentinos sabiam disso. Que, no fundo, estávamos trabalhando para ter algo que lhes fosse útil e pudesse ser aprovado. Mas foi principalmente no grupo de trabalho o esforço da nossa delegação.

MH – O senhor poderia explicar um pouco essa posição mais extremada de um lado venezuelano e mais moderada do outro, do México?

S.G – A Venezuela, por motivos muito próprios dela, entendendo poder, por analogia – não que ela estivesse pretendendo invadir a Guiana, mas por analogia, (risos) – aplicar o raciocínio que se adotasse em relação às Malvinas, como território indevidamente ocupado ou perdido por um país americano em virtude da ocupação de uma potência extracontinental, à Guiana, embora no caso da Guiana houvesse um laudo arbitral, injusto ou não, e o caso das Malvinas fosse muito diferente. Esse raciocínio foi usado

⁸⁹ Embaixador Maury Gurgel Valente.

⁹⁰ Embaixador Rubens Ricupero, à época Ministro de Segunda Classe.

⁹¹ Embaixador Rafael De La Colina Riquelme.

contra a posição do Governo brasileiro internamente, inclusive nos jornais, isto é, que nós, ao apoiarmos a pretensão da Argentina sobre as Malvinas, estávamos abrindo o precedente para apoiarmos a Venezuela nas suas pretensões contra a Guiana, a Guatemala nas suas pretensões sobre Belize, e que, portanto, estávamos tomando uma posição contraditória com toda a tradição brasileira de respeito a tratados e laudos arbitrais. Era um argumento sem relação nenhuma com os fatos históricos. Não convinha à Argentina esta associação, no caso, com a posição da Venezuela e da Guatemala. Mesmo porque isto alternava o apoio de outros países. O México, por sua vez, teve uma atitude muito independente, mas na base do vozerio, por um lado para não criar um caso com os Estados Unidos e, por outro, para ressaltar seu repúdio ao uso da força, de que foi vítima no passado. Para o México era muito difícil qualquer tipo de solução que pudesse ser interpretado como uma tolerância, uma aceitação mesmo implícita do uso da força nas relações internacionais. Para nós, também. E, mesmo aí, eu mantive a omissão quanto ao fato inicial argentino. Fiz uma intervenção no plenário da Reunião de Consulta que caiu muito bem por motivos do momento. Intervenção sem texto escrito. Não diria que fosse de improviso, porque eu tinha pensado muito no assunto. Mas sem texto escrito. Resolvi ouvi o debate no primeiro dia, só falando ao fim da sessão da tarde, para sopesar a tendência da discussão. E caiu muito bem, pelo seguinte: porque, pela ordem de inscrição, às 6 horas da tarde, falou o panamenho, Illueca⁹². Falou uma hora, não acabava. Ele é dessas pessoas que são capazes de falar horas seguidas e têm dificuldades de acabar. Pode acabar no meio de uma frase. Era muito articulado e de excelente memória, mas ninguém aguentava mais. Estava todo mundo cansadíssimo. E logo depois me deram a palavra e eu falei 8 minutos. Muitos me agradeceram depois... (Riso) E foi uma coisa muito curta, que dizia apenas o necessário. Justamente para mostrar que nossa posição não era ocasional e também para distinguir implicitamente, e todo mundo entendeu, o caso das Malvinas do caso da Guiana e do caso de Belize. Conteí aquela história, de 1833, quando, tendo havido a invasão britânica e a expulsão da guarnição argentina, o Governo brasileiro reconhecia as ilhas como território argentino; que naquela ocasião houve um protesto argentino; que o Governo brasileiro, tendo sido informado pelo Governo argentino desses fatos, deu instruções ao seu Ministro em Londres para apoiar o protesto, etc. Em seguida, acrescentei que desde então nunca houvera um tratado ou um laudo arbitral ou qualquer

⁹² Embaixador Anibal Illueca.

ato jurídico formal pelo qual a Argentina tivesse reconhecido a soberania da Grã-Bretanha. E nem sequer a passagem do tempo revestiu o fato da ocupação de validade jurídica, porque o país que tinha perdido território por ação da força nunca deixou de reclamar. Nunca deixou que, digamos, o fato cru se formalizasse ou seus direitos prescrevessem. Não disse, não era necessário, mas todos entenderam que essas circunstâncias separavam completamente o caso das Malvinas do da Guiana ou de Belize e, mais ainda, de qualquer caso da expansão portuguesa e depois brasileira, que ocupou territórios que não estavam sob efetiva jurisdição estrangeira, não conquistados pela força. Territórios ocupando de fato em áreas que eram, por Tordesilhas, de jure da Espanha, mas que nunca haviam sido ocupados. E durante gerações e gerações não houve protesto e tinha havido tratados – o Tratado de Madrid, Santo Ildefonso, etc. – em que a Espanha havia reconhecido a soberania portuguesa. Depois da independência, tratados de limites com os vizinhos e três laudos arbitrais. Então, o caso das Malvinas não tem absolutamente nada que ver com aquilo que o Brasil alegou nas negociações sobre trados de limites no século XIX, o princípio do *uti possidetis*. Uma situação factual e legal totalmente diferente; Como disse, sem citar qualquer situação que não fosse a das Malvinas, todo mundo ali entendeu as implicações. Esse texto depois foi recuperado, tirada da transcrição, distribuído à imprensa, mas não adiantou nada. Aqui no Brasil não tomaram conhecimento do argumento. Não mencionei a invasão argentina das Ilhas. Falei – com toda ênfase – na necessidade de reverter o processo de violência que se estava desenvolvendo e voltar à mesa de negociações. Isso retirado sob diversas formas, foi o que eu disse.

A.C – Quer era a sua posição desde o início, como o senhor lembrou.

S.G – Desde o início. Não mudamos nada. Aí, o mexicano, Rafael De la Colina, depois da sessão me disse: “O Sr. fez muito bem, porque é nessa base que nós podemos votar pelo texto, com pequenas modificações”. O texto do projeto de resolução favorecia a Argentina, e ainda, foi reforçado, nas negociações no grupo de trabalho, mas não continha expressamente um reconhecimento de que tinha havido uma agressão de potência extracontinental que levaria à adoção de sanções, etc. Os jornais americanos até disseram que a reunião não deu em nada. Deu, entretanto, politicamente. Foi uma demonstração de apoio à Argentina, mas não se podia pretender mais do que isso. Não

foi um caso de não funcionamento da OEA. Ela não podia funcionar além do ponto atingido. Nós reconhecíamos os direitos argentinos, mas não reconhecíamos o uso da força para fazer valer esses direitos. Evitamos dizer isso. Deixamos isso, se se quiser, implícito. Eu disse ao Nicanor Costa Mendez: “Olha, eu não vou falar da ocupação das Malvinas por vocês, nem vou entrar numa análise de se houve ou não houve uma agressão britânica, justamente porque senão teria de condenar, dada a nossa posição, o ato inicial de vocês”. Ele compreendeu e me agradeceu muito. (Riso)

A.C – De qualquer maneira, esse episódio mais uma vez tendeu a reforçar a integração latino-americana, e talvez tenha sido o aspecto mais relevante, não é?

S.G – Teve um certo efeito, sim. E, do ponto de vista argentino, o próprio Nicanor, refletindo análise corrente em Buenos Aires, me disse que o episódio tinha servido para enfraquecer a fantasia da Argentina européia, que às vezes levava a uma certa atitude de desprezo, de condescendência em relação aos países latino-americanos. Nunca nos impressionamos com essa atitude, mas o episódio reforçou muito o processo, que já tínhamos iniciado, de aproximação com a Argentina. O importante é que até o fim conseguimos manter, simultaneamente, a compreensão da Grã-Bretanha, a compreensão de que estávamos exercendo uma ação moderadora em termos de OEA, que era do nosso interesse e que nós achávamos que era até de próprio interesse argentino. Uma resolução como favoreciam os venezuelanos não passariam e caracterizaria uma derrota política. Os anglófonos do Caribe de qualquer forma ou votaram contra ou absteriam. O México não poderia acompanhar. E um ou outro latino-americano – Chile, por exemplo. A Colômbia por motivos jurisdicistas se absteve até na resolução moderada, ficou mal e se explicou mal. Tudo isso permitiu que nós terminássemos o episódio, tendo reforçado as relações com a Argentina, o grau de confiança mútua, uma maior solidez nas relações. Voltando agora àquele momento em que o Nicanor, no aeroporto de Brasília a caminho de Cuba, me falou longamente sobre que eles consideravam uma espécie de traição americana, ele fez outras considerações sobre observações que fizemos, inclusive a de que deveriam levar o assunto logo às Nações Unidas. Os argentinos não o fizeram logo, levaram duas semanas a mais. Houve um momento em que eu telefonei de novo para Nicanor e ele me disse que eu teria notícias próximas. Não por causa do meu telefonema, obviamente. (Riso) Era uma coincidência; eles estavam já decididos. Eu

achava que em 24 horas deveriam arranjar jeito de jogar o problema na mão do Secretário Geral. Eles levaram ainda vários dias para mobilizar o Secretário Geral. Mas aí, a Grã-Bretanha já estava com a sua força muito próxima das Malvinas e não tinha possível interesse em voltar atrás. Quando Nicanor passou para Cuba – como ia dizendo – no final da conversa, lembrou várias observações nossas, referia-se a nossa avaliação de provável comportamento americano, à atitude que tínhamos tomado nos meses anteriores com relação à América Central, bastante diferenciada da deles, mas sem chamar a atenção para isso. E concluiu: “Ahora veo que la política de Uds. es un paradigma de sabiduría”. Mas aí era tarde. (Risos) Talvez eles não tivessem tido condição interna para o trato frio e racional. No caso das Malvinas, especificamente, Gualtieri de saída rompeu todas as pontes: Plaza de Mayo cheia, entusiasmo popular. Depois, qualquer recuo pareceria internamente uma desmoralização. O resultado é que se desmoralizaram da mesma maneira. Foi o princípio do fim do regime, não é?

MH – Agora, na época também se dizia... Quer dizer, esse período, inclusive o encaminhamento na ONU, parece que foi, além de moroso, bastante inábil. Quer dizer, havia uma dificuldade imensa por parte, digamos, dos representantes argentinos de realmente conduzir diplomaticamente a questão, não é?

S.G – Tenho a impressão de que não tinham muita liberdade. Todas as vezes em que houve aparentemente um progresso havia de Buenos Aires uma chamada para trás. Tenha essa impressão. Nossa missão junto à ONU tinha também essa impressão. Se davam muito bem as duas missões permanentes e mantinham contato. Devo dizer que em todo o episódio, e, sobretudo no fim dele, as manifestações de agradecimento argentinas, escritas e verbais, foram sempre muito fortes e muito generosas. A Inglaterra também agradeceu. A Sra. Thatcher em junho foi à Nova York para Sessão Especial da Assembléia Geral sobre desarmamento e, quando recebeu lá os Chefes de Missão, agradeceu ao Sérgio Corrêa da Costa calorosamente a correção com que nós nos tínhamos conduzido no episódio das Malvinas. Isso está contado pelo Sérgio Corrêa da Costa em telegrama que está no Arquivo. Pouco tempo depois, mais ou menos na mesma época, o Ministro do Exterior, (Secretário do *Foreign Office*), deu um almoço diplomático e ao final, já em pé, no café, disse ao nosso Encarregado de Negócios, o

Rache⁹³, a mesma coisa, agradecendo a atitude do Brasil, a correção com que nós nos tínhamos conduzido no caso das Malvinas, o esforço que tínhamos feito também de manter boas relações com a Inglaterra em momentos muito difíceis, sempre muito francos etc. Isso também consta de telegrama, que está nos Arquivos do Ministério. Eu achei que não tinha o direito de tornar público, não é? Embora a tentação fosse grande, porque os jornais foram geralmente contrários a nossa atuação no episódio. Terminado o episódio, cessaram naturalmente as críticas, mas nenhum teve a honra de reconhecer que havíamos agido acertadamente de acordo com os interesses nacionais. Em um dos jornais chegou a aparecer em primeira página um artigo que falava de tudo; dos variados fantasmas do passado e até acentuava que não podíamos esquecer que durante a guerra a Argentina dava homizão, esconderijo, aos submarinos do Eixo que afundavam os nossos navios. O articulista tinha direito à sua opinião. Não fazia sentido responder. Apenas eu me perguntei: E como andam hoje as relações do Brasil com os donos dos submarinos? Com os alemães e os italianos? (Risos) Vamos manter eternamente, por causa de um episódio passado, ressentimentos contra um país que para nós é fundamental? Então a História não muda, não evolui? Quarenta anos depois, a gente se motivar por coisas desse tipo? Mas isso, enfim, é a pequena História. Compreendia, entretanto, muito bem que se criticasse o regime argentino ou sua iniciativa de usar a força. Embora, como Governo, o interesse nacional a prazo médio e longo me obrigasse a rigorosa descrição naqueles momentos. Eu acho que foi um dos períodos mais angustiados para mim, mais difíceis, pelas razões que já expus. Saiu bem como autoridades estrangeiras e comentaristas estrangeiros reconheceram pública ou privadamente. Alguns, como Moleón que cobre, sobretudo a OEA, chegaram a falar de “virtuosismo diplomático do Brasil”, com exagero.

A.C – Bem, eu acho que talvez o sucesso da diplomacia brasileira nesse episódio possa ser testado pelo fato de que se consolidou um diálogo Sul-Sul, sem prejuízo de um entendimento Norte-Sul. Quer dizer, esse é que foi o...

S.G – Não houve nenhum aspecto negativo com relação aos Estados Unidos, porque, inclusive, nós tínhamos compreendido a atitude americana. Não é que fossemos elogiar.

⁹³ Ministro José Olympio Rache de Almeida.

Mas não nos surpreendemos ou indignamos. Nós nunca esperamos que os Estados Unidos fossem uma coisa diferente daquilo que ele é, isto é, um país que tem interesse no mundo todo e interesses estratégicos de outra ordem. Então, não criamos um problema com os Estados Unidos. Fomos muito francos, nos empenhamos, sobretudo quando o Presidente esteve lá, para que eles fizessem o máximo junto ao Governo inglês. Era um país que podia fazer alguma coisa junto à Inglaterra, com vistas a evitar uma derrota humilhante que pudessem causar dentro da Argentina uma série de evoluções internas, que não podíamos prever, mas que podiam ser perigosas. Eles compreenderam e respeitaram essa atitude. Era o mínimo que se podia fazer corretamente. Com os ingleses, também. Depois de maio, ainda houve incidentes. A história dos aviões ingleses que iam para as Malvinas. Quando veio aqui, em agosto de 82, um dos “Ministers of State” – porque eles têm dois, além do Secretário do *Foreign Office* – falou-me de uso de nossos portos para escala de navios que iriam às Malvinas. Respondi que tudo aquilo que foi necessário no sentido de atender a um navio ou avião *in trouble* faríamos para evitar desastre. Mas não poderíamos servir de base para o aprovisionamento regular, normal, das ilhas Falkland. De outra forma estaríamos tomando uma posição pró-britânica muito clara. Essa posição se manteve, apesar de situações de fato às vezes fora do previsto, resultantes, na minha opinião, não tanto de uma intenção, mas de um facilitário, o que é muito nacional nosso, não é? A Aeronáutica mandava aviões à Inglaterra periodicamente, onde buscam peças, compram coisas e uma vez um aeronauta até me disse isso: “Mas, como? Amanhã eles vão proibir os nossos aviões militares de iram lá à Inglaterra, e nós precisamos”, e tal. Eu lhe disse: “É muito diferente. Acontece que nós não temos um problema de ocupação da Irlanda, não é? Os nossos aviões vão lá para coisas do nosso interesse puramente bilateral e que também interessam a eles, ingleses, porque são coisas que nós compramos lá”. Mas havia um pouco desse tipo de raciocínio, de que era a mesma coisa, a mesma situação. Em um dado momento houve a notícia de que os aviões ingleses estavam pousando até com data marcada, o que era a negação da emergência. A própria Embaixada em Buenos Aires nos informava que os jornais lá falavam muito disso e houve entrevista do Comandante da Base Naval de Canoas, que praticamente reconheceu o fato. Era preciso parar essa prática, não perder a credibilidade. Fiz nota à imprensa reiterando nossa política no assunto. Pedi que o Presidente fizesse uma declaração, pois o assunto ia além da área de ação do Itamaraty. O Presidente reafirmou a política: exclusivamente em casos de emergência; não serviríamos de base regular para a aviação britânica que se

dirigia às Malvinas. De fato, os pousos passaram a se espaçar e a ocorrer sem regularidade, depois esporadicamente. O tempo, aos poucos, resolveu o problema. Mas cada incidente renovava a tensão.

MH – um desgaste...

S.G –...uma preocupação, um trabalho de entendimento com a Aeronáutica. O Presidente firme.

[FINAL DA FITA 24-B]

S.G – Ao mesmo tempo, a própria Aeronáutica tinha excelentes relações com a força aérea argentina. Tanto que eu pedi ao Délio que falasse com seus colegas argentinos, procurasse atenuar reações, etc. (riso) [INTERRUPÇÃO DA FITA]

M.H - A pergunta que eu queria fazer ao senhor diz respeito com a questão dos Estados Unidos. Porque, de fato, a partir desse incidente, a partir do episódio das Malvinas, houve quase que uma constatação sobre a dificuldade e sobre até a falência do sistema interamericano, quer dizer, sobre uma ideia de que havia um alinhamento, de que havia um sistema que funcionava quase que automaticamente. Ficou muito evidente que já não era assim.

S.G – Como eu disse ao referir-me à Reunião de Ministros, Reunião de Consulta em Washington, havia um pouco a ideia de que o funcionamento do sistema deveria levar a uma uniformidade, a uma ação solidária contra o agressor extracontinental. Mas expliquei também porque na avaliação da maior parte dos Estados Membros, não se configurava um caso típico de agressão de potência extracontinental. Porque o ato inicial que havia provocado a ação militar inglesa, isto é, a esquadra que estava já no Atlântico Sul, mas longe ainda das Malvinas, quando houve a reunião, era um ato, no fundo, de reação à ocupação militar das Malvinas por parte da Argentina. Então, era um caso, para dizer o mínimo, extremamente ambíguo, ambiguidade a que nós não queríamos dar ênfase. E daí o tipo de Resolução que fizemos, que era de solidariedade com a Argentina quanto à

substância, fazia vários apelos e se pedia que os Estados americanos não apoiassem a Grã-Bretanha. Veja só, não é uma sanção, no sentido de romper relações. Por quê? Porque nós nos sentíamos sobre areias movediças. Não era uma situação clara. Quer dizer, a interpretação popular ou jornalística concluía que houve um fracasso do sistema. Simplesmente, o sistema ficou confrontado com uma situação que não era clara. Nós fizemos sempre saber aos americanos e mesmo aos ingleses que era necessário não ocorressem ataques ao território continental argentino, como em algum momento se aventou – a própria imprensa inglesa mencionou essa possibilidade. Se ocorresse, a coisa mudaria de figura e nós não íamos poder, numa reunião interamericana, Ter a posição que estávamos tendo, até então, de moderação. Teríamos de esquecer a origem de todo o processo de violência e agir numa função que não desejávamos.

MH – E a nível interno no Brasil havia essa preocupação também entre as autoridades militares?

S.G – Eu acho que sim. Pelo menos, o Presidente tinha muita noção disso. E até eu acho que ainda falou, quando esteve em Washington, ao Presidente Reagan sobre esse ponto. Esse ponto e o outro, que foi, de uma certa forma, um pedido de que houvesse um esforço para evitar uma derrota humilhante da Argentina ou que se criasse uma situação imprevisível internamente dentro da Argentina.

A.C – Eu queria perguntar ao Senhor, enfim, sobre um problema de fundo. Quer dizer, a rigor, a razão que levou o Brasil a apoiar, em princípio, a Argentina foi uma razão histórica, não é?

S.G – Histórica e política.

A.C – E política, certamente. E, enfim, eu lhe perguntaria se essas razões históricas eram, vamos dizer, juridicamente assim tão sólidas. Porque, a rigor, houve dois fatos que, se não me engano, a Inglaterra utilizou para defender os seus pontos de vista. Um deles foi, talvez *a posteriori*, o fato de que... Bom, um era que a população era inglesa, não é isso? A população da Ilha. E que posteriormente houve uma consulta e essa população, então prefere ficar com a Inglaterra, enquanto que a Argentina representava um sistema autoritário, etc., o que evidentemente mobilizou muito a opinião pública. Uma estranha

simpatia pela Inglaterra, não é? Apesar do conservadorismo do Governo, etc. E um outro argumento que foi usado também se não me falha a memória, foi o problema da própria distância da Ilha com relação à Argentina, não é? Quer dizer, seria justo reivindicar historicamente uma ilha que está... Enfim, eu não me recordo exatamente a distância, mas parece que é muito afastada do território, não é? Isso seria... Só quem entende bem dessa coisa de distâncias da costa, de direitos do mar, etc.

S.G – A nossa motivação era histórica e era política. Mas era, sobretudo, política. Apenas, nós tínhamos um apoio no fato histórico. Aquilo que eu disse na Reunião de Consulta. Quer dizer, que o território era argentino, nós o reconhecíamos como tal, secundamos o protesto argentino quando a Grã-Bretanha o tomou pela força. Você dirá: bom, o Direito Internacional na época, não proibia a guerra, nem o uso da força. Mas a Argentina nunca reconheceu a soberania inglesa. Os habitantes que lá se instalaram mandados pela Inglaterra, portanto, se instalaram num território que sempre esteve sob disputa entre a Argentina e a Grã-Bretanha, não um território de posse mansa e pacífica por parte da Inglaterra. Esses habitantes eram parte da população inglesa, embora fossem cidadãos de segunda classe. Eles não podiam até pouco antes do incidente, acho, imigrar para a Inglaterra sem uma autorização, e coisas assim. Não eram, de qualquer forma, um povo em si, com direito a uma autodeterminação nacional. Eram parte de um outro povo que vivia numa colônia. Porque é uma colônia, embora com alguma forma de autogoverno local, digamos de tipo municipal. Era muito difícil aplicar o princípio da autodeterminação também, ou, pelo menos, o princípio não se aplicaria lá com a mesma força com que se aplicou nos territórios coloniais, que eram habitados por povos dominados, subjugados, e que tinham a aspiração de constituir uma nacionalidade própria. Não é o caso dos Kelpers, que se consideram ingleses e querem continuar ingleses e são ingleses vivendo em um território ocupado pela força e sempre contestado. De modo que não era clara essa aplicação do princípio da autodeterminação, que é, de qualquer forma, um princípio menos preciso do que o da soberania. E, quanto à questão da distância, se elas, as Ilhas, estão longe da Argentina, estão muitíssimo mais longe da Grã-Bretanha. (Risos) E o que é mais: as Ilhas, do ponto de vista prático – e isso existia antes da ocupação – dependem, para a comodidade da população, do território continental argentino. Havia antes arranjos, acordos, que facilitavam a vida dos Kelpers seu acesso à Argentina. Os argumentos ingleses, no fundo, não tinham grande consistência, eram muito discutíveis. E a nossa posição, como eu disse, tinha apoio no fato histórico. Nós

éramos talvez o único país latino americano que tinha essa tradição de 150 anos de reconhecimento expresso da soberania argentina. Reconhecimento expresso e até ação, pois secundáramos o protesto feito em 1833 contra o esbulho britânico, etc. E tínhamos um interesse político de não criar um problema, como eu disse, com a Argentina, o que calaria fundo na própria opinião pública lá. E eles, como nós dissemos já antes, têm a memória muito longa, ao contrário do nosso caso. Isso duraria gerações aí, nos atrapalhando.

MH – Certo.

A.C – Eu queria perguntar ao senhor rapidamente sobre... Falou-se que, quando os argentinos tomaram essa decisão, um pouco abrupta de invadir as Malvinas, que a alternativa seria Beagle. Tem fundamento esse tipo de _____?

S.G – Eu não sei. Acho pouco provável, porque antes, quando eu estava em Paris, a Argentina esteve a um passo da guerra com o Chile. O próprio Pastor me contou isso mais tarde. E quando o Videla, o Presidente, o chamou, em fins de novembro de 78, na base de uma confiança pessoal muito grande (eram concunhados), já tinha começado a contagem regressiva da invasão: 48 horas, 47, 46, etc. Diversas medidas de mobilização e movimentação já começavam a ser tomadas. Houve apelos de vários países, inclusive do Brasil, naquela ocasião, dos países da CEE em seu conjunto, da Itália em particular, dos Estados Unidos, enfim, e que reforçaram a mão do Presidente Videla naquele momento. O Pastor foi chamado a instrução de imediatamente obter a mediação papal. Foi à última hora. De modo que, em 82, parecia menos provável a alternativa de guerra contra o Chile, considerando-se que há havia a mediação papal. As coisas já estavam encaminhadas, embora sem grande progresso; estava tudo meio parado, mas havia um processo pacífico.

A.C – E o Senhor caracterizaria, a partir desses dois episódios, de Beagle e das Malvinas, a Argentina como um país, ontem e hoje, com tendências expansionistas?

S.G – Não, a Argentina tem um pouco a ideia – eu não sou um perito em Argentina – de que foi um país meio castrado, não é?

A.C – É, exatamente. Ao contrário do Brasil, não é?

S.G – É. A ideia do Vice-Reinado do Prata, no século XIX. A política brasileira, dizem os historiadores, era evitar a reconstituição do Vice-Reinado com a inclusão do Uruguai e Paraguai. A Argentina sempre variou muito entre uma concepção de confederação muito solta e uma concepção mais unitária, baseada na hegemonia de Buenos Aires. Isso no passado. Mas tanto o Paraguai quanto o Uruguai se afastaram, se constituíram em entidades independentes de firmes raízes. O Chile sempre foi uma coisa à parte no período colonial. A própria Bolívia parece que foi, num período relativamente curto, ao fim do século XVIII, jurisdicionada desde Buenos Aires. A maior parte do tempo, historicamente, a Bolívia, então audiência de Charcas, era parte do Vice-Reinado do Peru. O Chile era uma Capitania Geral autônoma, separada do Vice-Reinado do Prata e do Vice-Reinado de Lima. Acho que a ideia expansionista se tornara anacrônica e não era mais um motor para ação. A ação sobre as Malvinas, naquele momento, era específica e tinha motivação independente de velhas ambições continentais. Havia, como disse, quem achasse que um Governo argentino, que tentou legitimar-se pela satisfação de uma aspiração nacional histórica, se tivesse êxito, tenderia amanhã a continuar no empenho de ter êxitos militares sucessivos. Mas nós não estávamos pensando nisso, nem achávamos provável. Porque as condições de fato eram incompatíveis com essa hipótese.

MH – Ministro, duas questões que eu queria colocar. Quer dizer, a primeira é que, realmente, o comportamento do Brasil no período da guerra das Malvinas facilitou muito, inclusive, um entendimento rápido e quase que automático do Brasil com o novo Governo argentino.

S.G – Você diz, quando veio o Alfonsín?

MH – Claro.

S.G – É. Continuou o mesmo ambiente. O Governo Alfonsín, quando eleito, tinha muitas ligações pessoais com gente do PMDB, conhecimento pessoal, através até do Dante Caputo, que foi acho que aluno do atual Senador Henrique Cardoso, em Paris. Alfonsín havia estado em São Paulo, esteve com Ulysses Guimarães e outros líderes nos tempos em que estava na oposição. Entretanto, eu devo dizer que ele sempre teve preocupação

de não perturbar, de não dar passos atrás na relação com o Brasil. Por exemplo, em novembro, quando foram lá o Ulysses e outros políticos brasileiros que ele ia receber, como Presidente eleito, o nosso Embaixador tinha pedido uma audiência. Alfonsín estava em um hotel, no centro de Buenos Aires, e fez questão de receber o Duarte⁹⁴, um dia antes de receber o Ulysses e os outros. Foi simpaticíssimo. Fez um grande estardalhaço. Chamou a televisão e os jornais. Saiu nas páginas de rosto dos jornais de Buenos Aires, ele com o Duarte na mesa conversando, o que foi um sinal de que ele não queria, em absoluto, por causa dessas relações pessoais, ou se quisesse de tendências políticas um tanto aproximadas de certos políticos brasileiros, prejudicar em nenhum momento as relações entre os dois países. Faço aqui um parêntesis: havíamos combinado, no período pré-eleitoral, que o Duarte convidaria para jantar ou almoçar todos os prováveis pré-candidatos, de todos os partidos, para deixar claro que, para nós, a aproximação em curso com a Argentina, superava peripécias eleitorais. Todos foram, um de cada vez, inclusive Alfonsín, e todos demonstraram um espírito muito positivo em relação ao Brasil. Eu tinha ido a uma reunião da Bacia do Prata em Assunção no princípio de dezembro de 83, no finzinho do Governo Bignone, sendo ainda o Aguirre Lanari, chanceler argentino. Na volta, passei o fim de semana – a reunião terminara numa sexta, à tardinha –, com o Duarte, privadamente, em Buenos Aires. Tinha um pouco a ideia de aproveitar para encontro informal com Caputo. O Caputo foi à Embaixada, depois do jantar, no sábado. Ele me disse, em essência, que deveríamos definir um modelo de relação entre os dois países, em essência, que deveríamos definir um modelo de relação entre os dois países, com vistas à integração, da forma mais positiva possível. Havendo a decisão política de mais alto nível, os efeitos se filtrariam para baixo. Embora fosse, como ninguém, consciente da necessidade da integração, achei que devia, na base de minha experiência, introduzir um *caveat* realista. Disse-lhe que devíamos ter firmemente tal objetivo de aproximação e integração para impedirmos que as peripécias, os acidentes de percurso, prejudicassem essa política de ordem geral. Acrescentei que achava meio difícil definirmos exatamente a que nível máximo, nós podíamos chegar, *a priori*. E depois, cada um dos dois países tem a sua evolução própria. Vocês têm a sua evolução, nós a nossa, não iguais, mas Oxalá sempre compatíveis. Ele, aliás, me fez uma descrição da União Cívica Radical, das tendências que havia. Eu disse que no Brasil as coisas, esperamos, vão caminhar bem, mas, enfim, cada país tem sua peculiaridade, e nós temos que nos

⁹⁴ Embaixador Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha.

entender, aceitando-nos como somos etc. Eu soube depois que o Presidente Alfonsín disse ao Duarte, que tinha ficado muito surpreso, muito surpreendido negativamente com meus comentários. Porque o Caputo tinha dito a ele, que eu tinha dito que o Brasil e a Argentina, cada qual devia seguir o seu caminho. (Risos) É verdade que usei a expressão “cada qual seguirá seu caminho”. Quer dizer, ele interpretou mal. Mas nós nos encontramos de novo, quando houve a Conferência de Quito, a econômica, em janeiro de 84, e tivemos um longo café da manhã, em que nos entendemos e ficamos muito amigos. Na ocasião ele mesmo disse que era um cartesiano, etc. Expliquei-lhe que teríamos de partir das dificuldades de fato, em termos objetivos, pois não podíamos predefinir até que ponto íamos chegar. Mas o que temos é de fazer um esforço concreto diante dos fatos e das dificuldades que forem surgindo. Lembrei que, no Brasil, mesmo nos períodos mais autoritários, qualquer subsetor da economia brasileira, que se sentia prejudicado por alguma ação de integração com um país vizinho – Argentina ou qualquer outro – faria a maior onda possível. Há pouco tempo, mencionei, havíamos visto produtores de carvão de Santa Catarina fazendo uma campanha brutal, por televisão e tudo, porque tínhamos resolvido comprar um carvão melhor da Colômbia que, segundo os nossos técnicos, não ia prejudicar os produtores de carvão no Brasil. Mesmo assim, fizeram uma onda enorme. Eu estive discutindo com meus colegas da área econômica, para efeitos de ALADI, a listas de acesso a mercado dos países de menor desenvolvimento relativo e até um deles me lembrou, quando falamos de caramelos paraguaios, para mostrar a pequena proporção das concessões, que havia um produtor não sei aonde, creio que em Marília, (riso) que já tinha reclamado... De modo que, na vida diária, via-se o grau de embaraço que criam às vezes pequenos interesses, mesmo quando estamos convencidos, do ponto de vista da economia dos dois países e do seu entendimento político, que é preciso cortar através de interesses subsetoriais. Isso é muito difícil, acrescentei sobretudo em países pobres que não tem sobras para acolchoar os ajustamentos internos necessários. Era isso que queria se entendesse, que as dificuldades não desapareciam como uma decisão de não perdermos de vista o objetivo da crescente integração, sem estimularmos grupos de militância contrária. Nós ficamos amigos, e nos tratávamos com informalidade e total sinceridade, o que ajudou muito depois. Já cabe passar para assuntos da América Latina em geral.

MH – Antes de a gente passar para a América Latina, havia uma pergunta em relação à Argentina que, não sei, talvez... Porque o Senhor mencionou o cuidado do Presidente

Alfonsín em relação a não aprofundar demais os seus contatos, digamos, com alas mais de oposição no Brasil. No entanto...

S.G – Ele recebeu muito bem essa gente. Foram vários, convidados para a posse. A representação oficial foi chefiada pelo Leitão de Abreu. At´é o Camillión, num jornal lá, estranhou, dizendo que o Leitão de Abreu é, na ordem protocolar, um dos Ministros que ficam mais em baixo. A implicação era de que devia ir o Ministro do Exterior ou, quem sabe, um Chefe de poder. Ora, a nossa praxe é de que às posses presidenciais vai sempre um Ministro, que não é o do Exterior. Só o Brasil e a Santa Sé é que tinham regras para isso. Entendíamos que se o nosso Presidente vai a uma posse, ou o Ministro do Exterior, como é que ele vai deixar de ir em circunstância igual a outro país também amigo? Ou você vai fazer uma gradação: o país é pequeno, vai um Ministro qualquer; o país é importante, vai o Ministro do Exterior; fica o Presidente para casos excepcionalíssimos. A Santa Sé manda geralmente o núncio em um país vizinho, e não um homem da Cúria ou um legado papal. Nós evitávamos fazer uma gradação que parecesse discriminatória. E até a escolha do leitão foi sugestão minha ao Presidente. Sugerí justamente, não por causa do protocolo, mas porque notoriamente o Leitão é uma pessoa que despacha diariamente com o Presidente. De certa maneira, de um ponto de vista simbólico, era um sinal de maior interesse pessoal do Presidente. Até mesmo o Ministro do Exterior, que é externamente muito importante, pode não ser a pessoa mais ligada ao Presidente pessoalmente, ou de maior prestígio interno.

MH – Agora, de qualquer maneira, dizia-se muito na época na imprensa brasileira que o processo argentino havia, digamos, de alguma forma indiretamente influenciado, talvez a condução final do processo aqui, de abertura e toda a questão das eleições diretas. E um certo receio, inclusive, por parte das autoridades militares aqui, de que houvesse um processo semelhante de questionamento em termos de medidas de segurança. O Senhor acredita nisso?

S.G – Acho que não. Desde o princípio o Presidente me autorizou, mesmo antes da posse do Alfonsín, a dizer ao Dante Caputo que, algum dia, quando for oportuno, os dois se encontram, para se conhecerem. O Presidente Figueiredo, disse eu, não vem à posse, não vai a posse nenhuma. É uma praxe nossa. Mas terá muito prazer de se encontrar na fronteira. Inclusive haveria então mais oportunidade de conversar, de conhecer a pessoa,

do que na ocasião em que há vários Chefes de Estado e dezenas de Missões e uma série de cerimônias protocolares que tomam muito tempo. Ao passo que, em meio dia, uma conversa de manhã com tempo livre e um almoço, rende incomparavelmente mais. E também até tem um valor simbólico maior. Como ele fez com Viola e Bignone. Demorou o encontro – eu posso dizer isso também – por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o Alfonsín teve de fazer aquela espécie de julgamento dos ex-Presidentes da Junta, membros de Junta, etc., etc. Havia alguns casos, mesmo o Bignone, que o próprio Dante Caputo me disse me disse ser o último homem que gostaríamos que fosse preso. Mas o Videla, por exemplo, que nos recebera muito bem. E assim por diante. Então, havia um pouco essa preocupação de que não era um momento bom. Havia também a campanha pelas “Diretas já” na rua. Eu conversei muito francamente com o Dante Caputo no sentido de que o Presidente Alfonsín fosse ao Brasil no meio dessa campanha, as oposições tentariam instrumentalizá-lo para seus próprios fins. Usar muito isto, o que não era do interesse nem nosso, nem do Presidente Alfonsín. Ele naturalmente comentou que nada tinham com o assunto, que era interno do Brasil. Não convinha, de fato criar-se, concordou, uma aparência contrária à atitude de mútuo respeito dos dois governos. O encontro não servia aos objetivos normais de marcar um relacionamento entre os dois países. Atrasou-se por causa da operação do Presidente também e acabou ficando para janeiro de 84. Finalmente cancelada. Ficou tarde, a época não era apropriada. Não é que Alfonsín deixasse de ter relações com políticos brasileiros, tampouco que o processo argentino tivesse influenciado, no sentido da abertura aqui. Nosso processo vinha de antes e era endógeno. Havia todo cuidado, de um e outro lado, em não enfraquecer, antes reforçar, o clima de cooperação e confiança na região.

A.C – Mas onde talvez, a questão da Argentina tenha tido influência no cenário brasileiro desse período, é na questão do revanchismo, não é?

S.G – Ah, sim. Sim.

A.C – Quer dizer, o medo do revanchismo, como, talvez, como o Senhor lembrou ontem, como fator que poderia precipitar uma solução mais dura, não é? Mais conservadora.

S.G – Eu tenho a impressão de que, evidentemente, se a ideia do revanchismo pegasse aqui no Brasil – e o exemplo argentino era preocupante, num certo sentido – aí, sim, teria

havido um efeito negativo brutal. Porque as Forças Armadas do Brasil não estavam desmoralizadas. Nem houve nada semelhante em intensidade e extensão ao que houve na Argentina. Nem a perda de prestígio e credibilidade de uma derrota em guerra. A vida política não desaparecera de todo. O processo de transição nosso vinha de longe, por etapas.

[FINAL DA FITA 25-A]

S.G – Aliás, o Dante Caputo uma vez me fez esta análise, comentando a diferença. Disse mais ou menos o seguinte: “É muito diferente. Você não pode imaginar. Porque na Argentina milhares e milhares de famílias foram atingidas. Houve uma guerra civil, como vocês não tiveram, com aquela extensão. Vocês tiveram casos relativamente esporádicos, ou muito localizados. E todo o período de domínio militar na Argentina foi também um período de decadência econômica, enquanto que, no caso do Brasil, bem ou mal, durante os longos e longos anos, os regimes militares obtiveram resultados econômicos brilhantes de desenvolvimento do país, de modificação do nível de vida, etc., etc. Por outro lado, também, a vida política brasileira, que tem características diferentes da Argentina, evidentemente, nunca foi completamente suprimida. Bem ou mal, funcionava o Congresso, sem todos os seus atributos, mas havia as eleições, e então era possível refazer a vida política, a partir disso”. Quer dizer, ele mesmo tinha muita consciência da diferença da conjuntura argentina e da conjuntura brasileira. E quanto ao revanchismo, a grande maioria da oposição brasileira tinha muito a consciência de que era essencial ou fundamental dissociar-se da ideia de revanchismo, para permitir a transição, não é?

MH – Eu acho que a gente podia passar para a América Latina, então.

S.G – Nós tínhamos boas relações com a América Latina. A única controvérsia importante que tínhamos era aquela das águas do rio Paraná, que foi resolvida em poucos meses. O processo de abertura do Brasil já se havia iniciado. Do ponto de vista de certos governos dos países vizinhos, como a Venezuela, o fato tornava fácil uma aproximação com o Brasil, sem que eles recebessem críticas internas maiores. Durante esse período dos anos 70, o Brasil se havia tornado um importante mercado para grande número desses países. Dos países menores, nem se fala. Tradicionalmente, por exemplo, o Uruguai tinha mais

comércio com a Argentina e há mais de 10 anos que, pelo contrário, o Brasil passara a ser seu maior parceiro. Paraguai, também. Nós passamos a ser um comprador de vários produtos deles. Não comprávamos petróleo da Venezuela, mas a própria crise do petróleo e o interesse em diversificar as fontes de suprimento, tinham começado a criar um interesse maior por Venezuela, por México, pelo Equador, pelos produtores. O desenvolvimento industrial nosso havia levado também a uma certa diversificação e à possibilidade de nos tornarmos um mercado significativo para certos metais não-ferrosos (Peru: zinco, cobre; cobre do Chile, e assim por diante). O comércio estava crescendo. Havia uns restos de desconfiança tradicionais que talvez em algum período se tenham acentuado um pouco, em consequência de fatos no fundo artificiosos. Por exemplo, no período Médici, sobretudo, se falava muito no Brasil em “potência emergente”, expressão que eu nunca usei. Vários colegas meus usaram. Achavam muito bonito. Eu sempre fui contra o uso dessas expressões. Quando foi feita a transamazônica, também surgiram no Peru uma porção de ideias de expansionismo brasileiro em direção ao pacífico. Os livros do Golbery, do General Travassos, etc. eram analisados e discutidos em certos círculos, certos meios. Havia um pouquinho disto ainda. Nós nunca tínhamos feito um esforço com os países do Norte da América do Sul. Bom. O Presidente Figueiredo quis, desde o princípio, visitar esses países, e todos os vizinhos. Cuidamos também de uma mudança de semântica, no sentido de não usarmos expressões que implicassem a ideia de um país, o Brasil, que se pretendesse um país grande ou grande potência. Pelo contrário, era mais produtiva uma atitude de modéstia em relação aos vizinhos. Por exemplo, logo no princípio, uma atitude que teve importância em relação ao Grupo Andino e só deixou de ter, ser seguida, por causa da evolução negativa do grupo. O Grupo Andino, quando se formou, criou objeções aqui no Brasil, em termos até das relações dentro da ALALC, pois se tratava da integração de um subgrupo que poderia levar de princípio do esfacelamento da unidade latino-americana. E o Brasil ficou com uma atitude que foi falsamente interpretada como anti-integracionista. Eu achava que havia aí em boa parte um problema de semântica. Nós não usávamos, os nossos técnicos e mesmo os nossos diplomatas, a palavra “integração”, senão com um sentido muito preciso. Integração é, pelo menos, mercado comum, ausência de tarifas dentro da área e tarifa comum externa. Ora, para isso nós não estávamos preparados. Achávamos que estávamos muito longe disso, etc. A própria ALALC previa um mercado comum eventualmente, mas nós não achávamos isso realista com prazo marcado. Então, não usávamos essas expressões. Quando eu assumi, reuni uma vez o meu pessoal e disse: “Olha, não vamos ter medo das palavras. Porque os

nossos vizinhos usam essas expressões com a maior sem-cerimônia (riso). Não vamos nós ficar preocupados.” Estavam, na ocasião, reunidos os Presidentes do Grupo Andino em Santa Marta, na Colômbia, para comemorar alguma data relativa a Bolívar, e o Embaixador Pereira de Araújo⁹⁵, chefe do Departamento das Américas, sugeriu que o Presidente mandasse uns telegramas. Aceitei a sugestão e pedi-lhe minutassem um telegrama particularmente caloroso. E eles foram surpreendidos em Santa Marta com o telegrama do Figueiredo, “calorosíssimo”, (riso) inclusive em termos do Grupo Andino. Era um sinal de nossa parte.

MH – É o que se chamou na época da diplomacia presidencial, não é?

S.G – Começou a haver um relacionamento com os andinos, a partir daí, muito positivo. Todos eles responderam à mensagem em telegramas também “calorosíssimos”. Logo depois veio aqui o Presidente do Peru, o General Bermudes. Muito boa visita. Trazia ele, inclusive, um convite dos andinos para que eu fosse a uma reunião, a nível de Chanceler, em janeiro de 80, em Lima. Era a primeira vez que convidavam o Chanceler do Brasil. Eles ainda funcionavam bem. Pode-se dizer assim, apesar de que no Grupo andino ainda existia extrema dificuldade do ponto de vista integracionista, como na da execução dos Acordos, em especial dos Acordos Setoriais de Industrialização. Por exemplo, para fazer um automóvel, um fazia tais peças, o outro tais outras, um terceiro o motor, e assim por diante. Isso nunca funcionou direito. Todos reclamavam. Também as normas comuns sobre investimento privado estrangeiro provocavam discórdias em alguns membros do grupo, etc. Enfim, fui em janeiro a Lima e as conversas foram excelentes. Assinamos um memorando de entendimento que previa um método de mútua consulta e informação. Eles estavam com essas dificuldades internas no campo econômico, mas houve um momento, em 79, 80, em que eles todos tinham Governos democráticos, na medida em que há governos democráticos na América Latina, e cooperantes entre si, e estavam começando a ter uma participação política conjunta, coordenada. Por exemplo – isso é um fato também que foi importante – em junho de 79, por aí, veio a furo, afinal, no quadro da OEA, a sublevação sandinista. Tratava-se de uma situação interna da Nicarágua, mas que criava uma tensão internacional muito grande. A Costa Rica, por exemplo, sempre havia estado numa situação de pré-guerra contra Somoza. Os vizinhos haviam facilitado a vida

⁹⁵ Embaixador João Hermes Pereira de Araújo.

dos sandinistas de todas as formas. Havia um grupo do Norte, que era dirigido pelos que acabaram no poder. Havia o grupo do sul, que tinha elementos democráticos. Havia a oposição interna, inclusive já até dos empresários, de todas as classes sociais, dos trabalhadores e da Igreja. Somoza estava isolado com a sua Guarda Nacional. Como fazer? Naquela época, quando a coisa foi levada à OEA, houve um momento em que os americanos pretenderam até alguma força interamericana de intervenção. Chegaram a nos sondar – e era o Sayre⁹⁶, o embaixador – muito discretamente. Descartamos a ideia, não havia ambiente para isso. Os andinos começaram a tomar uma posição de liderança para encaminhar uma solução. Os jornais – os correspondentes lá no Ministério – a quem dei entrevista na ocasião, me pediram opinião. Diziam que sendo o Brasil um país tão importante, porque não tomávamos uma certa liderança. Expliquei-lhes que não podíamos influenciar. Nós entendemos que, sobre Somoza, quem pode atuar são os americanos, não somos nós. Não temos relações importantes com Somoza, nenhuma intimidade. Não temos uma influência econômica ou comercial ou o que seja. Não temos responsabilidade no desenvolvimento interno política da Nicarágua, nunca influímos nisso. Por que é que agora, na crise, nós vamos tirar a castanha do fogo? Agora, pelo lado da sublevação contra Somoza, há vários países que estão intervindo, que estão defendendo os sandinistas politicamente: a Costa Rica, a Venezuela, muito. Então, eles é que têm canais de comunicação com os insurretos. Não somos nós. Porque nós sempre, nesses assuntos internos de outros países, temos sido muito escrupulosos em não intervir, em não nos metermos. Então, perguntei: por que é que achavam que nós é que devemos assumir a liderança, quando nós conhecemos menos, temos menos vivência, não temos nenhuma ligação especial, nem com o Governo, nem com a oposição, na Nicarágua, e há outros países que têm? Por isso nós estamos acompanhando, estamos em consulta com os países andinos, etc. Quando houve a Reunião de Consulta da OEA, sobre a Nicarágua, o texto base para o projeto de Resolução, foi elaborado pelos andinos e modificado, sem alteração fundamental, nas consultas com os Estados Unidos, os sandinistas e outros, inclusive nós mesmos. Foi num sábado, eu estava em casa, o Alarico⁹⁷ me telefonava a cada meia hora, mostrando a evolução do texto da Resolução. E chegou a um ponto em que eu achei que a Resolução era aceitável para nós. A Resolução entre outros dispositivos que terminavam com Somoza, falava da organização da Nicarágua em termos democráticos, representativos, pluralistas, com respeito aos direitos do homem, e

⁹⁶ Embaixador Robert Sayre.

⁹⁷ Embaixador Alarico Silveira Júnior.

assim por diante. Os sandinistas, na ocasião, se comprometiam com tais objetivos. Considerando que não havia outra solução senão o fim de Somoza, indicamos nosso apoio ao texto que era o melhor nas circunstâncias, o que teve um efeito decisivo, pois em seguida até a Argentina aceitou. O Presidente Figueiredo tinha muita reserva porque achava que os sandinistas iam ser dominados pelo grupo comunista. No fundo, tinha ele razão. Mas não havia alternativa política. Insisti que o novo governo da Nicarágua certamente não estava definido, era ambíguo, mas não dava para tomar uma atitude prematura e isolada. Como alguns outros poucos Ministros, achei desnecessário ir pessoalmente à Reunião de Consulta. De certo modo até inconveniente.

MH – Por quê?

S.G – Porque eu achava que dramatizava. E eu indo, nós quase que automaticamente, teríamos que ser muito solicitados. Achava que não devíamos tomar a dianteira nessa questão. De qualquer forma, pelo telefone, acompanhei *paripassu* toda a evolução das negociações e dei as instruções tempestivas. Eram precisos 17 votos e nós fomos o 14º e, a rigor, o que decidiu. Porque quando chegou a negociação do texto da Resolução a um ponto aceitável, não havia mais tempo para consultar o Presidente, e a rigor eu estava agindo dentro do que havia conversado com ele em tese, sendo necessário dar instruções imediatas, eu disse ao Alarico, ao telefone, que anunciasse, nas conversas, que poderíamos votar a favor. Isso foi, na verdade, decisivo, porque aí a Argentina, pesar de ter um regime militar, ainda numa fase, em 79, mais retardada, nós, votando a favor, pode também votar a favor e não se isolar. Aí, foi o 15º. Os americanos acabaram votando a favor, o que ainda não se esperava quando dei as instruções finais ao Alarico. Já no ano de 81, estava claro que a liderança marxista-leninista ia predominar, como é o hábito nessas coligações, pondo de lado os demais. E veio aqui o General Vernon Walters, ainda acho que em 80, com aquelas fotografias, mostrando que eles estavam apoiando a guerrilha salvadorenha, etc. Era um pouco uma tradição dos países da América Central intervir, se meterem uns na vida dos outros. Mesmo que o apoio não fosse decisivo, existia. Mas nós não tomamos isso como fato central, por enquanto, na esperança de que pudesse ser isso desfeito pela pressão americana, pela pressão dos outros latino-americanos e na área houvesse um pouco de bom senso. Aqui estive, em novembro de 81, o Padre D'Escoto. Eu estive conversando com ele longamente e lembrei que o Brasil, como se sabe, votou a favor da Resolução, depois até renovou os créditos que eram

pequenos. Ao tempo do Somoza eram de 10 milhões de dólares e passaram a 30 milhões. Não nos temos metido. Somos muito escrupulosos em matéria de interferência nos assuntos internos de outros. Acrescentei que a melhor defesa para um país pequeno é o princípio da não-intervenção, e se esse país viola esse princípio ele quebra o seu próprio escudo. De modo que vocês, disse-lhe, têm de ter um grande cuidado, se estão sendo acusados. Eu não tenho os fatos na mão, nem tenho meios próprios – não temos meios próprios – de verificação, mas digo que os americanos estão convencidos do apoio em armas à guerrilha salvadorenha. Esse fato de eles estarem, certos ou errados, convencidos de que vocês estão ajudando a guerrilha salvadorenha é politicamente determinante da atitude deles. Vocês vão ter pela frente uma pressão americana muito forte, porque eles não podem aceitar que vocês se transformem no que eles interpretem como uma ameaça à segurança deles. Seguiu-se um diálogo franco. Perguntei por que estavam treinando pilotos para manejarem Migs na Bulgária. Ele concordou que era verdade, mas acrescentou que não tinham Migs, nem pretendiam ter, a não ser que fosse necessário. Comentei que estavam hoje se armando, enquanto seus vizinhos não tinham defesa. El Salvador não pode pensar em nada, porque tem a guerrilha. Honduras tem um pequeno exército. E a Costa Rica só tem uma Guarda Nacional. Então, vocês estão se armando para quê? Se é para bater nos seus vizinhos, é demais. Se é para resistir aos americanos, é de menos. (Riso) Mas, é sempre um ônus político. D’Escoto comentou que isso era porque poderia haver aventuras tipo Baía dos Porcos, ou flibusteiros. Observei que isso se evita – e eles ainda tinham essa possibilidade – por meios políticos. Vocês têm de se entender com os americanos, demonstrarem que são autenticamente não-alinhados, que não são instrumento da União Soviética ou de Cuba. D’Escoto insistiu que a revolução nicaraguense não tem nada de comum com a cubana. Nós temos muito boas relações com Cuba, e ninguém pode nos proibir de tê-las, mas não somos satélites”, etc. Eu comentei: “Você tem toda razão, vocês podem ter relações com Cuba perfeitas, mas não podem é caracterizar um grau de intimidade tal e esperarem ao mesmo tempo que não haja desconfianças e mesmo uma reação americana. É preciso que vocês atuem com uma grande sofisticação. Perguntei sobre as declarações que foram publicadas na Costa Rica, declaração no Conselho da Revolução, dos Irmãos Ortega, também de Tomás Borge, de que eram marxistas-leninistas, que a doutrina da revolução era o marxismo-leninismo e a *praxis* era o sandinismo. Perguntei o que é que isso queria dizer? Ele me explicou de forma enrolativa. Acabou por me dizer que os Irmãos Ortega eram católicos, que iam à missa, etc. Enfim, negou quando era sabido que sim. Mencionei que a imprensa dera

notícia de uma lei que criou uma situação que levou à prisão de empresários. Ele me explicou tudo, disse que respeitavam a iniciativa privada, mas os empresários estavam agindo contra o interesse nacional. Na verdade, disse, se beneficiaram sempre de Somoza. Só aderiram quando Somoza começou a tomar as propriedades, e comprar os bancos, a comprar as fazendas com o dinheiro que o mundo mandou para a Nicarágua, depois do terremoto, para a reconstrução de Manágua, e assim por diante. “Agora, concluiu, os jornais não falam de nós prendemos 17 líderes comunistas”. Informei-o de que lera a notícia, sim, em jornais brasileiros, mas que todo mundo sabe que o partido chamado comunista na Nicarágua é trotskista. De modo que é perfeitamente natural, se está no Governo um grupo de outra orientação, que prenda os trotskistas. (Risos) D’Escoto descreveu a economia deles como uma economia mista; até as multinacionais trabalham lá e não tinham tido nenhum prejuízo. Não começaram desapropriando. Concordei. Mencionei, entretanto, a maciça doutrinação dos jovens e as queixas da imprensa nicaraguense, ao que ele respondeu que as restrições ocorridas se justificavam como defesa contra a calúnia e o incitamento à desordem, etc. No final, ele me falou que a União Soviética achava muito estranha a revolução nicaraguense. De qualquer forma, a Nicarágua não poderia agir em absoluto, nem era a intenção, nem poderia ser – como um satélite soviético, porque a União Soviética, inclusive, não poderia subsidiar mais um país. Já subsidiava o Vietnã, já subsidiava Cuba, não poderia subsidiar a Nicarágua. (Riso) Foi tudo muito amável. Eu sempre me dei bem com ele. É um bom conversador. Toda a informação que nós tínhamos era de que ele é um homem um pouco de fachada, que não mandava, era utilizado. Creio que era mais do que isso. Um ano depois, tudo continuava, assim, na ambiguidade. O Enders, quando esteve aqui, em 81, me disse que estava no limite da possibilidade de conversar com os nicaraguenses. Ele era até um homem de boas intenções e que acabou se interessando e compreendendo a América Latina. Mas tinha um jeitão que acredito possa ter irritado os nicaraguenses, aos quais teria dito, entretanto, palavras moderadas, no sentido de que se quisessem se organizar de uma forma socialista, os Estados Unidos não tinham nada com isso, mas não poderiam admitir que ajudassem a guerrilha num país vizinho. Informou-me de que, de fato, objetivera o compromisso deles de que iam parar etc. Portanto, implicitamente, houve o reconhecimento de que estavam ajudando. Continuou informando que haviam verificado que durante quatro semanas reduziu-se muito, quase desapareceu, o tráfico de armas, etc., para El Salvador. Eu ainda perguntei: “Mas como é que se faz esse tráfico de armas se não há fronteira comum?” Respondeu-me que se fazia de avião, em avionetas, ou em barcos pelo Golfo

do Fonseca, ou até por terra, porque a região de Honduras, que separa os dois países, é impossível de controlar. Tem florestas, montanhas, etc. [BREVE INTERRUPÇÃO] Uns dois meses depois, segundo Enders, o tráfico de armas para a guerrilha de El Salvador se restabeleceu (isso sem contar guarida e apoio à liderança guerrilheira na Nicarágua, operação de rádio, etc.). Continuamos a não nos metermos na história, porque não adiantava. Que influência íamos ter sobre os sandinistas, não é? Levamos as coisas normalmente, mas sem intimidade. Nós empurrando com a barriga a visita de líderes sandinistas, também para não dividir internamente sem utilidade as correntes políticas, não causar uma onda. Bom, aí, no ano de 82, houve primeiro umas declarações do Presidente do México, acho que em setembro, sobre a necessidade de uma solução pacífica, uma negociação. A Venezuela, também, muito preocupada. Houve declarações do Herrera Campins. Quando da visita ao Brasil em 82 do Presidente Reagan, no discurso, no jantar no Itamaraty a 2 de dezembro, o Presidente Figueiredo se referiu às declarações dos Presidentes do México e da Venezuela. E acrescentou que essas opiniões sobre a necessidade de um encaminhamento pacífico negociado da crise centro-americana feitas pelos Chefes de Estado latino-americanos próximos à sub-região deviam ser muito levadas em conta. Deviam continuar esse esforço os países que tinham experiência da região. As palavras de Figueiredo, num parágrafo curto, mas claro, eram uma declaração em termos gerais, mas importante. Onze dias depois, a 13 de dezembro, se reuniam os Ministros do Exterior da Venezuela, México, Colômbia e Panamá em Contadora, e começou o processo diplomático que tomou esse nome. Daí por diante, ficamos sempre apoiando Contadora, que na verdade apoiáramos *avant la lettre*, na esperança de que esse mecanismo evitasse o pior: a consolidação da satelitização nicaraguense pela URSS e Cuba e uma interrupção armada americana. Lembram-se quando o Presidente Figueiredo esteve em visita ao México? Em resposta a entrevista *impromptu* nas ruínas de uma cidade Maia, ele disse: “Não, não aceitamos intervenção militar americana”. Foi até mais forte do que aquilo que eu vinha dizendo, que deixava isso claro por implicação. (Riso) Obteve muito boa repercussão na época.

MH – Eu queria fazer uma pergunta ao Senhor, porque, realmente, o caso da Nicarágua na América Central em geral, há um... Digamos, em 79, quando o Senhor iniciou a narração, o quadro era bastante diferente. Inclusive a própria atuação do Governo americano anterior...

S.G – ...foi de ajuda, de ajuda.

MH – ...foi de ajuda, não é? Quer dizer, talvez tenha sido a única área bem sucedida, de certa maneira, da política de direitos humanos de Carter, no sentido de um resultado concreto.

S.G – Emprestou dinheiro. A primeira reação americana, apesar das dúvidas que eles tinham, foi muito positiva.

MH – Agora, a partir do Governo Reagan, a coisa vai mudando de figura, não é? O que eu queria perguntar ao Senhor é como é que isso ficou em relação ao nosso Governo aqui. Porque, sem dúvida nenhuma, na medida em que o conflito foi se agudizando e foi, inclusive, se transformando um pouco num palco de recrudescimento do conflito Leste-Oeste, o apoio mesmo que discreto, à Nicarágua, na época, deve ter criado alguns problemas internos, não? (Risos)

S.G – Há o seguinte. Tivemos sorte. Estávamos torcendo para que os países latino-americanos mais ligados à região – México, Venezuela, depois Colômbia, que estava começando a desejar um protagonismo, ela que sempre esteve muito escolhida, em certo sentido – comessem a atuar. E se criou esse Grupo de Contadora. Não tivemos influência na sua formação, embora até o Presidente Figueiredo tenha feito aquela declaração no jantara Reagan (cuja importância os jornais daqui não perceberam). Não fosse Contadora, o assunto Nicarágua teria ido à OEA ou à ONU em caráter definitivo. Foi, em alguns momentos isolados, à ONU, com farto acompanhamento de diatribes e declarações. Mas sem criar-se uma confrontação definitiva entre latino-americanos.

[FINAL DA FITA 25-B]

S.G – ...de confrontação insolúvel...

M.H- Claro!

S.G – Debate a fundo e voto na ONU e, mais ainda, na OEA, naqueles momentos poderiam dividir a América Latina e, pior que isso, iam dividir cada país internamente. Aqui mesmo havia um grupo que diria “são comunistas, pau neles”, numa ponta. E, na outra ponta, “vamos defender o direito de autodeterminação desse pequeno povo, defender os sandinistas até o último cartucho”. Para nós, o ideal era, de fato, continuar o esforço de Contadora, em uma tentativa de ver se se neutralizava a Nicarágua. Era coisa, realmente, extraordinariamente difícil, porque a liderança, a parte predominante da liderança sandinista, era motivada por ideologia. Por outro lado, a tendência a considerar, que só a derrubada do Governo poderia eliminar o problema, parecia ir ganhando terreno nos Estados Unidos. Nesse caso, é muito difícil você negociar. Razão porque, também, e nisso fomos às vezes criticados, nós, embora não concordando, nunca fizemos declarações públicas veementes de condenação às pressões americanas – manobras em Honduras, manobras navais, etc. Eu tinha pelo menos essa avaliação: que, se não fosse essa pressão, a Nicarágua nem negociaria no contexto de Contadora. Contadora passou a ser importante para eles sobretudo, por causa da pressão americana. Por outro lado, nós achávamos que uma solução cirúrgica americana ia ter efeito extremamente grave para a América Latina, que era a divisão dentro da América Latina e a divisão dentro de cada país. A imprensa nacional nos criticava. O “Estado de São Paulo” dizia que não estávamos preocupados com o perigo, com a segurança hemisférica na nossa fronteira Norte, quer dizer, na América Central, etc., etc. Queria o quê? Que nós tentássemos resolver esse problema, quando tínhamos a opção de não nos metermos, de não criarmos um problema interno no Brasil? Metermo-nos em que sentido? No sentido de apoiar as posições americanas? No sentido...

A.C – Talvez uma espécie de República Dominicana? Reprodução daquilo?

S.G – Não sei. Não sei o que é que estava na cabeça deles. Ou, ao contrário, metermo-nos, tentando entrar para Contadora? O fato de não tentarmos participar de Contadora era uma crítica que vinha do outro lado, que nos criticava alegando que dávamos apoio puramente retórico, verbal, a Contadora. Saiu em alguns jornais uma vez ou outra. Uma vez, na “Folha de São Paulo”. Ora, eu sabia perfeitamente que o próprio Grupo de Contadora na ocasião, não queria mais do que aquilo que nós estávamos dando, que era um apoio moral e político muito ostensivo e reiterado.

MH – Por quê? Por que é que não havia um interesse de Contadora por um envolvimento maior do Brasil?

S.G – Bom, isso eu teria que perguntar a eles. (Risos) Mas, em grande parte...

A.C – O senhor faz muito isso com a gente... (Risos)

S.G – Mas eu tinha essa impressão. E por vários motivos. Até para não complicar as coisas, talvez, ou porque, até por protagonismo, esperassem ter eles sozinhos o Prêmio Nobel da Paz, que mereciam plenamente. O fato é que não estavam sequer insinuando um passo a mais de nossa parte. Sempre mantive o interesse. Toda vez que me encontrava com eles, eles me davam informações sobre como se estavam desenvolvendo as negociações, as conversas; Houve uma ocasião em 82, quando três Chanceleres vieram dar conferências na inauguração do Curso de Direito Internacional, que anualmente é dado por acordo entre a OEA, via Comissão Jurídica Interamericana, e a Fundação Getúlio Vargas. Tratava-se do Centenário de Bolívar e vieram três chanceleres latino-americanos. O Lucho Valencia, do Equador, com quem não estive porque ele veio mais tarde e eu não pude voltar ao Rio. Mas, logo no início veio o Alberto Zambrano, da Venezuela que fez uma conferência na inauguração do curso sobre Bolívar e o Direito Internacional. Veio o Bernardo Sepúlveda, do México, que fez uma conferência. O Afonso Arinos até os saudou de improviso, falando como sempre muito bem, etc., etc. Estive na inauguração do curso, visitei a CJI e por primeira vez, desde a mudança para Brasília, nós usamos o Palácio Itamaraty para uma recepção. No dia seguinte à inauguração, de manhã, o Bernardo e o Alberto Zambrano foram conversar comigo, no Copacabana, onde eu estava hospedado. Era uma sala pequena de uma suite. Um foi mais cedo do que o outro. Depois ficamos os três, por umas 3 horas, conversando trabalho. E o pessoal da imprensa descobriu e foi para o Copacabana. Felizmente, em cada andar, o hall dos elevadores é muito grande. Terminada a conversa reservada e antes do almoço a que convidara os visitantes, os repórteres entraram e avançaram sobre nós que estávamos sentados. Perguntavam, de diversas formas, aos visitantes: “O senhor não acha que o Brasil devia fazer mais por Contadora? Suponho que os senhores terão reclamado do Ministro Guerreiro um apoio mais definido, mais concreto, e não apenas verbal”. Perguntaram todos, fizeram essas perguntas repetidamente. E os dois responderam que estavam muito satisfeitos com o apoio que o Brasil estava dando, que era um apoio amplo,

de grande interesse político para eles, etc., que absolutamente não tinham nenhuma pretensão de pedir ao Brasil mais do que isso. Essa resposta, inclusive saiu em alguns jornais, não todos. Saiu na “Folha”, etc. Dois anos depois, ainda há pouco tempo, a “Folha” reclamava num artigo ser o nosso apoio puramente retórico. Então, eu mandei até uma carta, que eles publicaram no mesmo lugar, citando as declarações dos próprios chanceleres do México e Venezuela noticiadas em sua época pelo jornal. A prova de que estávamos naquele tempo avaliando bem, tivemos de fato que, no início do Governo Alfonsín, houve uma tentativa argentina de ter uma participação maior – se lembra? – e no fundo, muito delicadamente, os de Contadora tiraram o corpo fora. Chegou ao ponto de, em Bogotá, o então Ministro do Exterior da Colômbia, Loreda Caicedo, perguntado e apertado na televisão, ter dito que estavam agradecidíssimos à Argentina, por seu interesse, seu apoio, etc., mas que não havia necessidade, e haveria talvez algum inconveniente, em que a Argentina participasse diretamente dos trabalhos do Grupo de Contadora. E a Argentina se retraiu da pretensão, continuando a dar apoio. De modo que, felizmente, nós chegamos ao fim dos 6 anos, sem termos que fazer opções maiores. Seguimos a linha mais estritamente adequada aos interesses nacionais específicos.

MH – Agora, na outra direção, a questão, digamos, de um apoio que de fato estava se dando internamente no Governo, isso criou alguns problemas?

S.G – Internamente?

MH – Claro.

S.G – Não propriamente, não propriamente. No Governo havia uma certa percepção de que não nos convinha estarmos num excesso de intimidade com o processo e que era muito bom nós estarmos por fora. Apenas às vezes na imprensa havia umas coisinhas. Mesmo no Congresso, apesar de que havia um grupo de esquerda, e tudo isso, houve uma certa compreensão. A própria Nicarágua, nunca reclamou demais de nós, nem tinha porquê. O Embaixador andou fazendo campanha aí em Assembléias Legislativas estaduais e reuniões de diversos grupos que causaram má impressão. Uma vez, não querendo falar diretamente para não dramatizar, pedi ao Secretário-Geral e ao Chefe do Departamento das Américas que o alertassem que estava criando uma certa irritação aqui por se meter tanto numa espécie de mobilização de meios brasileiros. Mas não houve

nada grave, ou de maior repercussão pública. Achávamos também que visitas de personalidades nicaraguenses poderiam ser contra produtores. A personalidade máxima que recebemos foi o Ministro da Agricultura, Weelock⁹⁸, que é tido como um dos mais militantes e extremados, mas que aqui se portou muito corretamente. O assunto Nicarágua vai durando. A única esperança que haveria era ver se é possível a liderança marxista de uma revolução, levada pelos fatos, pela avaliação da equação de poder e das circunstâncias, aceitar ser neutra, realmente? Esse é o problema.

A.C – Eu acho que essa é a pergunta. O senhor falou...

S.G – Do ponto de vista da organização interna, eles repetem muito que o objetivo deles é uma economia mista, que é um regime democrático, etc. Não é tanto assim. Mas em nenhum lugar na América Central, com a possível exceção da Costa Rica, há propriamente eleições plenamente livres. Agora, eu rezei muito para que a coisa não estourasse nesses 6 anos... (Risos)

A.C – Fica para o próximo, não é?

S.G – É.

A.C – Mas o senhor quando mencionou as reações dentro do Governo, disse que não houve propriamente reação, se eu entendi bem.

S.G – Não, nunca... O Presidente sempre entendeu, embora ele tivesse feito a avaliação crucial de que os comunistas prevaleceriam. Também se compreendiam que se a Nicarágua visse a se caracterizar, como uma ameaça à segurança americana, tudo podia acontecer.

A.C – De qualquer forma, nesse episódio, provavelmente a diplomacia brasileira deve ter sido mais calma e mais tranquila do que os militares, porque é um ponto muito sensível para eles esse da penetração comunista, não é?

⁹⁸ Ministro Jaime Weelock,

S.G – Sem dúvida, mas nunca interferiram nisso. A diplomacia não se preocupava menos. Não havia, entretanto, que eu saiba, um desejo de ação militar por parte das Forças Armadas brasileiras, uma coisa tipo São Domingos, nada disso. Não havia ambiente nenhum para isso. Pensávamos todos muito de acordo com a especificidade do interesse brasileiro. Uma visão ponderada daquilo que podíamos fazer ou deixar de fazer e dos efeitos políticos no caso de uma decisão em termos de tomar uma responsabilidade num processo que nós não controlávamos, não tínhamos o poder de controlar.

MH – Agora, Ministro, o senhor mencionou a questão de Contadora e da dificuldade de uma participação maior, seja por uma decisão política daqui ou até dos próprios governos envolvidos. Agora, uma questão que ficou assim um pouco, digamos, no ar, durante todo o período da gestão do Sr., e que, digamos, estaria talvez mais harmonizada com toda a atuação do Brasil na América Central indireta foi a questão das relações com Cuba, porque aí talvez, teria sido uma decisão que de alguma forma, distensionaria um pouco esse recrudescimento da guerra fria na América Central, na época. Não sei. Eu queria ouvir um pouco o que o senhor diria sobre...

S.G – Eu acho que seria irrelevante desse ponto de vista. Não alteraria. Os países centro-americanos têm suas peculiaridades. A gente não pode fazer uma transferência mecânica. Embora, sejam países em desenvolvimento, sejam países latino-americanos, etc., etc., têm grandes peculiaridades. O México, por exemplo, mantém contatos com Cuba. E o próprio Bernardo Sepúlveda me disse que é uma via de duas mãos. O México obtém em muitas ocasiões o atendimento as suas ponderações. E o México internamente desce o pau nos comunistas e fidelistas, e Cuba respeita. A verdade é que a revolução cubana, apesar de tantos anos, ainda se sente um tanto na obrigação moral de dar apoio, quando mais não seja político, às sublevações que ela acha que representam aspirações populares. Nós vimos ainda recentemente o Governo colombiano fazer uns gestos, umas aberturas. Pessoalmente, o Presidente Belisário Bettancourt, usando muito o Gabriel Garcia Marques, que é amigo do Fidel, procurou obter a influência do líder máximo sobre guerrilheiros colombianos. Quando houve, por exemplo, o sequestro do irmão do Presidente pelo M-19, o assunto parece que foi resolvido via Cuba. Fidel fez umas declarações pró Belisário Bettancourt, pró relações, etc., e pouco depois, o homem foi liberado. Sinal evidente de que há uma ligação e uma interferência em assuntos internos de outros países. Ora, havia uma tradição histórica, e nossos meios militares muito

marcados por ela, de apoio cubano a terroristas, treinamento de terroristas e outras coisas. Uma vez me disseram: mas isso a Tchecoslováquia fez também. Mas a Tchecoslováquia é a Tchecoslováquia. Está para lá. É como o Mandarim da China daquela história do Eça de Queiroz. Mas Cuba está daqui do lado. Mesmo que Fidel tenha maneirado em certo sentido, em certos momentos, taticamente, sempre se via aqui como uma atitude tática, que poderia ser abandonada a qualquer momento, se as circunstâncias propiciassem algum tipo de interferência. É por isso que, perguntado várias vezes, o Presidente eleito Tancredo, disse: “ Isso é uma questão de segurança nacional, deve ser vista deste ângulo”. Era uma fórmula política, de político mineiro.

MH – Sai pela tangente...

S.G – Na verdade, por ser uma questão – se é uma questão – de segurança, é essencialmente uma questão política. Sempre evitei, entretanto, usar linguagem agressiva, desnecessariamente. Sempre me limitei a dizer, desde o princípio, que havia uma contradição entre o tipo de sociedade internacional que nós desejaríamos e o que Cuba desejaria, porque nós achamos que um país, um Governo, não tem o direito de se fazer de juiz do que se passa no interior do outro e julgar se um movimento, uma rebelião, etc., é justa ou injusta e, de acordo com a sua própria determinação e julgamento, passar a dar apoio ou não dar apoio a uma rebelião, apoio de qualquer tipo, material, político, moral, etc. Eu achava que essa era a forma mais suave de falar. E tivemos até, nesse período de 6 anos, uma melhora nas nossas não-relações. Cooperávamos em assuntos concretos de mútuo interesse como açúcar. Começamos a admitir comércio via terceiros, etc. Nunca tivemos problemas. Conversávamos em nível não político, informalmente, muitas vezes. Vieram até aqui uma vez funcionários dos serviços deles de açúcar ou de industrialização, interessados em usinas da Dedini. E na parte, também, de relação cultural, houve uma ligeira melhora. Quando há reuniões intergovernamentais de que Cuba é parte, sempre se deixa vir. Quando não é uma reunião intergovernamental, mas internacional de associações privadas, se examina cada caso. De modo que houve uma ligeira atenuação, para fins práticos. Mas não havia ambiente nesse período para relações plenas. Eu achava também que não havia necessidade. Eu acho (como no caso que já referi, do Conselho de Segurança. Em que nossa participação é que daria prestígio ao Conselho de Segurança e não ele a nós) que no caso de relações com Cuba a vantagem política é de Cuba. Isso não nos acrescentaria mais nada hoje em dia, o que não é uma razão para não ter relações,

mas, já que não havia um ambiente inteiramente consensual dentro do país, não havia um interesse específico nosso para forçar.

MH – Quer dizer, seria uma forma de não cutucar a onça com vara curta, para poder ter um espaço maior para um outro tipo de política, ao mesmo tempo na América Central e na América Latina.

S.G – Isso foi uma interpretação que foi dada por comentaristas, Carlos Conde, por exemplo, mas não havia um plano nesse sentido. Quer dizer, eu nunca achei que se tratava de dar um pouco de sangue para um lado para ter liberdade no outro. Achava mesmo que não era uma grande prioridade nossa. Quando eu cheguei aqui em janeiro de 79, os repórteres me perguntavam sempre sobre dois pontos: Cuba e Flávia Schilling. Até uma vez, eu respondi que não podia acreditar que eles imaginassem que para um país como o Brasil as prioridades de política externa fossem estas. Não são. Evidentemente, temos outras prioridades. Não é que vamos ignorar esses assuntos, que são assuntos legitimamente discutíveis, mas não podiam ser prioritários. “Vocês só me perguntam sobre isso!” disse autenticamente espantado. (Risos) Eu nunca me preocupei excessivamente com Cuba; muito mais com o caso da Schilling.

MH – É, vamos Ter que chegar a essa _____.

S.G – Levou um ano para resolver. Não está nos arquivos. Foi tudo tratado por telegrama particular quase. Só eu, o Carbonar⁹⁹ e o Embaixador em Montevidéu, o Lago¹⁰⁰. Foi tratado na base de proteção a brasileiro. Sempre expliquei isso. Primeiro, ela tem um advogado que a atrapalhava, parecia mais interessado em fazer barulho e promover-se. Depois passou a ter um advogado, Gerson, de São Paulo, da melhor qualidade profissional e humana, com quem cooperamos muito bem.

A.C – Esse caso o senhor quer contar agora?

S.G – Posso contar rapidamente,

⁹⁹ Embaixador Orlando Soares Carbonar.

¹⁰⁰ Embaixador Antônio Corrêa do Lago.

A.C – Porque eu tinha a impressão que o senhor podia deixar isso para...

S.G –... para o fim? Está bem.

A.C –... para o fim, porque, enfim... Eu queria só fazer uma última pergunta.

S.G – Não é um caso fundamental político. É uma questão interessante e que foi delicada.

MH – Mas é um “case study”... interessante.

A.C – Interessante. Justamente porque o Senhor... Eu achei muito curioso assim o contraste que o senhor fez entre o caso da Lilian Celiberti e da Flávia.

S.G – São dois casos totalmente diferentes.

A.C – Quer dizer, duas questões aparentemente iguais, porque se tratava de um problema de política envolvendo problema de terrorismo e tudo isso, e um tratamento específico para cada um. Eu achava interessante a gente ver isso.

MH – É. Ver à parte, não é?

S.G – Eram dois casos muito diferentes.

MH – É, então de América Central ainda temos a questão de El Salvador, que é outro caso.

A.C – Outro nó...

S.G – Com El Salvador, nós sempre mantivemos relações corretas com o Governo. Nunca nos metemos nos assuntos internos de El Salvador, como é do nosso hábito, nem achamos que poderíamos ter um papel útil. As informações que sempre tivemos, mesmo nos períodos em que, tanto da parte dos Estados Unidos como de outras fontes, se dizia que o Governo estava muito bem, eram informações da nossa Embaixada muito preocupantes. Em certo sentido, eu preferia acreditar no que a Embaixada dizia. Mesmo à leitura de

telegramas das agências, imprensa, etc., eu preferia ler os telegramas da nossa Embaixada. [INTERRUPÇÃO DA FITA] Eram mais bem informados, tudo era visto do ângulo brasileiro, e, além disso, eram mais bem escritos, do ponto de vista precisão e matizes. Era um outro nível. O meu pessoal às vezes lia o que aparecia na imprensa, anotava alguma coisa que não vinha pelas Embaixadas na região. A informação proveniente da Embaixada sempre foi muito menos otimista quanto à rapidez periodicamente anunciada com que o Governo ia acabar com a guerrilha. Quando houve eleições lá, nos pediram observadores. Mas, no meu tempo, seguimos a norma de não mandar observadores oficiais para eleições no exterior. Porque quem manda observador, o Governo, assume uma certa responsabilidade, de dizer se o pleito foi ou não legítimo, honesto. Ora, você manda dois ou três figurões, e como é que eles vão saber? Eles vão ouvir coisas. Ora, ouvir coisas, o Embaixador ouve. Quem é que vai lá ao lugarzinho para ver? Quem é que vai ter alguém acompanhando as urnas que são levadas para a capital? Quem é que vai estar lá presente na hora de abrirem a urna e contar? De modo que nós sempre evitamos assumir, mesmo que marginalmente, alguma responsabilidade. Nunca mandamos observadores. Se algum observador brasileiro quisesse ir, que fosse por entidades privadas. O Governo nunca mandou. Nós sempre tivemos uma atitude desse tipo com relação a El Salvador ou a qualquer outro país.

MH – Mas houve – não estou conseguindo me lembrar direito – mas uma reunião da OEA, inclusive, discutiu o envio de observadores da própria OEA.

S.G – É verdade. Nós não nos opomos a que haja uma decisão majoritária nesse sentido. A única restrição que fazemos é que os observadores que forem pela OEA têm responsabilidade pessoal. Fazemos uma certa distinção, para não nos comprometermos. Nós temos boas relações com o Governo de El Salvador, diplomáticas, e agimos e consequência. Quer dizer, os guerrilheiros, para nós, são uma força insurgente, não são Governo. Quando houve a declaração franco-mexicana – se lembra? – nós não só não nos solidarizamos, como fizemos, na época, algum comentário de que nós, por termos relações diplomáticas com o Governo de El Salvador, só reconhecíamos o Governo com o qual tínhamos tais relações.

MH – Quer dizer, de acordo com a visão de Governo nessa época, Governo brasileiro, as forças, digamos, guerrilheiras não seriam interlocutores políticos que estariam, teriam que estar presentes nas negociações políticas?

S.G – Quer dizer, nós não passávamos julgamento público sobre isso. Achávamos que era um assunto interno de El Salvador. Não achávamos que nós, como um Estado soberano, devêssemos dizer a um outro: “Olhe, negocie com seus insurgentes”. No máximo, se tivéssemos um grau de intimidade maior ou de responsabilidade maior, poderíamos dizer isso de boca, informalmente, a pessoas do Governo salvadorenho, o que é outra coisa. Mas uma declaração pública seria contra todas as nossas normas, a não ser que estivéssemos para virar a mesa, o que no caso era impensável.

MH – E, de boca, qual era a opinião do senhor?

S.G – Nós nunca chegamos a dizer nada especificamente, a não ser coisas muito genéricas. Uma vez estive aqui o Ministro do Exterior deles, que hoje não é mais, mas é membro do Governo Democrata Cristão – Chavez Mena. Um homem de boa qualidade, aliás. Ele mesmo contou tudo, toda a evolução, como muitos da Democracia Cristã, da geração dele, passaram para a guerrilha, desiludidos quando Presidente eleito em 71 não foi empossado, etc. Ele foi muito franco, contou como se formou a convicção de que só a força mudaria o país, mas concluiu que a guerrilha de fato era dominada pelo pessoal extremado a que não havia outra solução senão continuar a combatê-la. Ele era favorável a negociações, mas o problema era saber até que ponto. Não se podia “dar” o Governo à insurgência. A opinião do Governo americano, bem como a do Governo salvadorenho, sempre foi que os guerrilheiros estavam exigindo entrar no Governo como, praticamente, donos do Governo, porque continuariam com a sua força militar intacta. Até mais. Em algum momento, chegaram a exigir um expurgo no Exército, o que, concordei, era impossível para qualquer Governo. Então, seria como se tivessem, de fato, ganhado a guerra, não é?

MH – Exatamente.

[FINAL DA FITA 26-A]

MH – Exatamente.

S.G – Mas nunca demos um conselho ao Governo de Salvador sobre detalhes de como devia negociar ou o que seja.

A.C – Ministro, nós gostaríamos de ter a sua avaliação de um problema mais amplo no qual essa questão da América Central está inserida, que é o problema estratégico da União Soviética com relação à América Latina. Porque evidentemente que houve, da parte deles e dos seus aliados na América Latina, essa ideia de que, enfim, entrasse esse... da autodeterminação, enfim, toda uma ideia de que não havia um expansionismo soviético e de que a União Soviética não teria interesse direto nesses países. Mas, a rigor, a gente pode fazer essa pergunta, quer dizer, qual é a posição, o interesse da União Soviética na América Latina e se isso a leva efetivamente a procurar uma cunha na América Central, como uma forma de penetração mais organizada e como uma forma de enfrentar os Estados Unidos.

S.G – Eu acredito que a ela interessa muito, até. Apenas, ela não vai se arriscar ao ponto de um enfrentamento com os Estados Unidos por causa disso. Mas, na medida em que as condições na América Latina levarem à instabilidade e a Governos simpáticos a ela, isso a interessa naturalmente, desde que não tenha que se comprometer ao ponto de dar um apoio como deu a Cuba num dado momento. Isso eu tenho a impressão de que ela evitaria. Não sei se chegaria ao ponto de não apoiar, não dar algum tipo de ajuda econômica, facilidades outras, etc., desde que não se envolva demais. Agradar-lhe-ia, como é óbvio, criar problemas para o adversário, desde que tal benefício não lhe custe muito.

A.C – Mas o Senhor Acha, por exemplo, que em outras partes do mundo existe também esse problema? Na África, ou, enfim, na...

S.G – Quando há condições propícias, eu acho que sim. Não creio que vá à guerra por essas coisas. Foi o que eu disse outro dia sobre as ex-colônias portuguesas. Que se houvesse uma evolução nessas colônias – como já houve em Moçambique, na Guiné Bissau está havendo – no sentido de um real não-alinhamento e uma ligação econômica, social, cultural, etc., com o Oeste muito aberta – Bissau está até restabelecendo propriedade privada e coisas assim – não haveria o risco de intervenção russa para manter o *statu quo ante*. O exército vermelho não está ali ao lado; não são terras fundamentais para a estratégia defensiva dela. Terá seu limite naquilo que em inglês se diz “what the traffic will bear”, isto é, o que ela puder fazer, sem criar um problema grave do ponto de vista de confrontação com os Estados Unidos nos chamados países do Terceiro Mundo, ela fará. É preciso lembrar que, ao contrário do que se imagina, o Terceiro Mundo é basicamente ligado ao Ocidente em termos econômicos, em termos de posição geoestratégica e tudo isso, não é?

A.C – Porque me parece que essa questão da América Central recrudesceu muito, quer dizer, a partir de uma certa fragilidade também do Governo Carter, não é? Quer dizer, talvez o momento...

S.G – Naquele momento?

A.C – É, em que os Estados Unidos estavam numa posição, como nós lembramos ontem, de maior fraqueza em termos internacionais. Havia aquela sensação de que os Estados Unidos tinham perdido o controle do mundo depois do Vietnã, aquela coisa toda. E de repente as coisas mudaram, não é? O Governo Reagan veio mostrar que, ao contrário, os Estados Unidos nunca foram tão prósperos, tão... e tão combativos, não é? E tão zelosos de defender os seus interesses. Então, até que ponto essa...

S.G – Veio com a decisão de pôr um limite ao que se via como expansão soviética, não é?

A.C – Exato.

S.G – Há um pouco disto, sim. Houve um duplo fenômeno. O Governo Carter ajudou muito a Nicarágua sandinista, no princípio, não ameaçou, e os resultados não foram satisfatórios. O Governo Reagan deixou de ajudar e ameaçou, quando talvez devesse ter havido uma combinação das duas coisas. Mas isso é um pouco de julgamento a posteriori. É difícil saber. Me lembro, por exemplo, de coisas antigas, do princípio da revolução cubana. Em 59, eu achava (e cheguei a dizer isso a um rapaz do Caribbean Desk) que, se os americanos ajudassem o Castro, como Cuba era muito dependente dos Estados Unidos, talvez pudessem reencaminhar ou canalizar a revolução de forma não perigosa. Não para restabelecer o *statu quo ante*, mas aceitar uma Cuba diferente que no tabuleiro de xadrez internacional não fosse uma peça do lado adversário. No caso da Nicarágua, a rigor, isso era até mais difícil, porque aquilo que aparentemente Castro a ser, quer dizer, um líder convencido das doutrinas marxistas-leninistas terá levado um ano e tanto para se caracterizar, enquanto no caso da Nicarágua a liderança sandinista que prevaleceu, o núcleo central, já era doutrinariamente marxista quando chegou ao poder. Em certo sentido, uma situação mais difícil. Em outro sentido, mais fácil, porque as circunstâncias da Nicarágua e a própria experiência cubana já não levaram a desapropriações em massa e à amplitude do “paredon”. Maneiraram muito mais na revolução.

MH – É. Nesse período ainda temos o caso até patético da invasão a Granada.

S.G – É verdade.

A.C – E esse é terrível!

MH – O que realmente, assustou muito.

S.G – É. Nós não nos emocionamos demais com a invasão de Granada. Mas nos preocupamos com a questão de princípio. Fizemos uma declaração à época, que

demorou um pouquinho a sair, como alguns críticos de esquerda notaram. Mas não notaram que, no dia que a nota saiu, saíram três ou quatro das mais importantes. México, inclusive, e Venezuela. E por que é que demorou? Demorou porque eu me consultei por telefone com o Sepúlveda, com o Zambrano, etc. Cada qual deu o seu tom. O do México, mais duro. O da Venezuela, ambíguo e muito longo. E o nosso, curto, com um verbo específico, que era “deplorar”, e que era tão adequado que a Revolução que veio a ser aprovada pela Assembléia da ONU sobre Granada, depois de várias discussões sobre alternativas, acabou sendo o mesmo da nossa declaração: “deplora”. Tomamos uma atitude para preservar o princípio. Não havia ambiente para estar brigando por causa de Granada. Não tínhamos interesse específico nosso em nos engajarmos na defesa de Granada. Antes, pelo contrário. Mas era preciso preservar o princípio de não-intervenção. Não é uma questão puramente retórica, ao contrário do que se possa pensar. Frequentemente, acontece nas relações internacionais que já *un fait accompli* que você não pode alterar mas com relação ao qual você continua a preservar e a reafirmar o princípio. No caso da Granada, não havia porque um país como Brasil estar-se desgastando. Da parte americana, houve uma grande satisfação interna. Os resultados práticos foram muito duvidosos quanto ao futuro porque não parece haver liderança capaz de dominar a situação nova. O antecessor do Bishop, que era interessado em OVNI, era uma figura meio pitoresca; um homem inadequado às soluções novas que precisavam ser encontradas. Mas isso é outro problema. No momento, tínhamos de levar em conta que as pequenas ilhas que se juntaram para dar uma aparência de intervenção coletiva, são países com quem nós temos boas relações, geralmente votam conosco, elegem os candidatos brasileiros, tudo isso. Não podíamos concordar com a fragílissima base jurídica em que se escudavam, mas não tínhamos razão de sermos agressivos com eles. Nossa declaração foi cuidadosamente medida pelo interesse brasileiro. Afirmamos que compreendíamos as preocupações dos países da região com os desenvolvimentos internos em Granada. Uma colher de chá para eles. Não para os Estados Unidos, que não precisavam. Cada palavra foi ponderada. Mas, voltando à política continental geral, é essencial falarmos de novo das viagens do Presidente. Presidente Figueiredo, o Presidente eleito da Venezuela, Herrera Campins, mandou uma missão aqui, justamente chefiado pelo Zambrano, que veio a ser Ministro do Exterior. Nós combinamos, o Zambrano e eu, nessa ocasião, que reuniríamos a Comissão Mista em Caracas ainda no princípio dos dois Governos. Seria minha primeira viagem. A iniciativa de Herrera Campins determinava com naturalidade que a

primeira vista do Presidente fosse à Venezuela. As relações se acentuaram muitíssimo nesse período, embora já houvessem superado a frieza anterior desde o Governo Carlos Andrés. Outro aspecto interessante, é que por primeira vez, pretendíamos dar uma atenção particular a toda a zona norte do continente e a Venezuela se inseria nesse esquema.

MH – Houve uma aproximação muito grande com a Colômbia nesse período, não é?

S.G – Muito grande. Também com o Equador. Não chegou a haver visita do Presidente lá, mas veio o Presidente Hurtado aqui. Houve um incidente Peru-Equador, que provocou reunião dos Garantes, como diziam os peruanos ou dos países amigos, como queriam os equatorianos. Nós fizemos um grande esforço para limitar o incidente. Não se tinha a pretensão irrealista de resolver a questão de fronteira. Mas há um aspecto muito positivo: evitar-se que um incidente degenerasse em conflito armado. Quando a coisa explodiu, eu estava na Europa com o Presidente Figueiredo (janeiro de 1981). O Baena¹⁰¹ me telefonava, falava comigo ou mais frequentemente com o Carbonar, que me transmitia sempre, no meio da noite, a conversa. Depois, quando voltei, ainda houve novas fases do episódio, como o envio da missão de investigação, já a nível de oficiais generais. Falei com o Venturini, que era Chefe da Casa Militar, que precisávamos de um General hábil e calmo para, no local, com os Oficiais Generais dos dois países envolvidos e os dois outros países garantes procurarem reduzir no terreno a tensão entre os elementos armados de um e outro lado e criar ambiente para evitar a confrontação. O General Machado fez muito bem o seu papel. Eu não vou entrar nos detalhes. São longos e ocuparam muito o Baena e depois a mim; exigiram muitas reuniões dos garantes, em Brasília. Dei muitos telefonemas para os chanceleres das duas partes duas o maior cuidado, inclusive semântico, para desmontar o incidente. Mas foi a primeira vez em que um incidente desse gênero, entre Equador e Peru, foi tratado por nós de uma forma tal que não houve em Quito manifestações públicas contra a Embaixada do Brasil. O Presidente do Equador ficou satisfeito. O Governo do Peru, também. De novo, atuamos com precisão, seguindo uma linha possível de que não nos afastamos um milímetro e mantendo as partes informadas honestamente, sem pretender êxitos

¹⁰¹ Embaixador João Clemente Baena Soares.

ambiciosos, mas confiando no bom senso e nos méritos dos próprios contendores. Houve uma ocasião em que as coisas pareciam ir por água abaixo. Porque meu amigo Arias Stela, chanceler do Peru, ia para a televisão peruana todo dia e fazia declarações nacionalistas. A cada vez, se criava irritação e desconfiança em Quito, Ora, não havia solução se qualquer das partes parecesse creditar-se uma vitória unilateral. Um dia eu telefonei para ele e pedi-lhe que, pelo amor de Deus, deixasse para fazer suas declarações depois de tudo resolvido. (Risos) Ele as fazia porque lhe davam popularidade. Quando estive em Lima, acompanhando o Presidente, vi que na rua, quando passávamos no mesmo carro, ele era aplaudido e seu nome escandido pelos populares.

MH – Agora, Ministro, as relações com a América Latina, elas se intensificaram muito economicamente e politicamente. Mas a partir de 81, em 82, principalmente, com a crise, nós tivemos que retrainer inevitavelmente o nosso comércio.

S.G – É isso mesmo.

MH – E, não sei, talvez poderia se entra um pouco agora na discussão desse tema, inclusive pegando a questão da discussão coletiva da dívida, enfim, como que a questão comercial e a questão financeira se presenciaram, enfim, se fizeram tão contundentes nesse período.

S.G – É verdade. Em 82, houve o episódio das Malvinas. Abalçou um pouco a atitude dos meios financeiros internacionais. Em seguida, veio a moratória do México, que provocou a paralisia do sistema financeiro. Até então, o que nós fazíamos era rolar a dívida, e não tínhamos tido problemas para conseguir os novos empréstimos, etc. No ano de 82, quando eu acompanhava o Presidente ao Canadá, alguns comentários que saíram em colunas econômicas, se não me engano, em vez na coluna de Joelson Beting, em que se mencionavam opiniões de gente da área financeira – até um deles falava de um Ministro da área financeira – no sentido de que a política externa independente estava dificultando as negociações com os banqueiros. O que era uma mentira absoluta.

Era a busca de um bode expiatório. Mesmo quando veio aqui o Presidente Reagan, nós tínhamos a preocupação de que não se pretendesse pagar uma cooperação americana com alterações de política externa, o que afinal não houve. Não houve pressão americana nesse sentido. Tudo o que eu ouvi de Shultz e Regan – Regan, o homem do Tesouro – se referia a coisas econômicas, quer dizer, as mesmas declarações americanas que vinham de antes, relativas ao BEFIEX, aos subsídios, o que consideravam práticas deformadoras do comércio, lei de remessa de lucros, serviços no GATT, área aeronáutica e já informática. A agenda habitual.

MH – É. Depois houve um momento que nós poderíamos falar da questão específica da correspondência com o Brock dessa época, não é? Com o William Brock. Mas talvez num outro momento.

S.G – É. Isso tudo está meio ligado. A América Latina sofreu um impacto muito forte da crise financeira e comercial. Em 82 e 83, o próprio nível geral do comércio mundial decaiu. Os países em desenvolvimento sofreram na pela mais diretamente, porque têm menos margem de manobra. Sobretudo, ficaram numa situação de iliquidez. Todos passaram a comprar menos no exterior e naturalmente o comércio entre eles necessariamente decaiu muito. Para os países do chamado Terceiro Mundo, em 81, nós tínhamos chegado a vendera mais de um terço das nossas exportações. 81 foi o ano em que, pela primeira vez na história, as nossas exportações para a América Latina haviam superado um pouco as nossas exportações para os Estados Unidos. E de repente tudo decaiu, em alguns casos dramaticamente. No caso do México, se criou inclusive um problema de 200 milhões de atrasados comerciais. Mesmo quando o Presidente lá esteve ainda existia o problema. Depois foram feitos esforços, que reduziram muito esse saldo negativo. No caso da Nigéria, em que o comércio tinha atingido nos dois sentidos 1 bilhão e meio, o nível caiu primeiro à metade, depois a 1/3. Agora voltou quase ao nível máximo, por causa de um contrato da Petrobrás de refino do petróleo nigeriano e outras coisas. Com a Argentina, o comércio havia chegado a quase 2 bilhões e se planejava ir além. Caiu em um ano a menos de 1 bilhão nos dois sentidos. Houve um decréscimo geral. Naturalmente, apareceram, as críticas. Há gente que critica o terceiro-mundismo do Itamaraty, porque esses países não pagam, o que não é verdade. Eles tiveram dificuldades momentâneas, mas, tirante aqueles casos, tipo Moçambique,

Bolívia, e casos extremos, acabam pagando. Às vezes há atrasos, mas não uma situação dramática de não pagamento. É evidente que todas as dificuldades dentro do país, levando a uma retração, se se quiser, teve um efeito negativo em termos de política externa, em termos daquilo que se poderia fazer na prática. Do ponto de vista do comércio, reduziram-se as possibilidades, embora isso tenha até estimulado um esforço no sentido de procurar novos caminhos, dinamizar o uso...

MH – Caminhos alternativos, não é?

S.G – Alternativos. Dinamizar o uso dos créditos recíprocos e, em muitos casos, procurar identificar operações comerciais não propriamente vinculadas, mas em que havia um paralelismo nas trocas não formalizado. Eu compro isso de vocês, vocês compram isso de mim.

MH – Um escambo, não é?

S.G – É, mas sem tomar esta forma explicitamente. Houve um esforço, também mais intenso de venda de serviços. Tudo isso muito limitado, porque nossa capacidade de financiamento de exportação diminuiu muito. Não poderíamos financiar, no momento justamente em que esses países precisavam cada vez mais de financiamento e, portanto, davam preferência ao vendedor que pudesse financiar as vendas. Também houve um aspecto negativo em termos de obras comuns no caso da América do Sul. Quer dizer, as obras comuns de fronteira, estradas de rodagem, pontes, transportes, etc. A cooperação em obras se desacelerou. A redução dos meios atingiu também a assistência técnica. Nós tínhamos passado, há pouco tempo, a sermos não só receptores se não também doadores, sobretudo na América Latina e na África. Ficamos com meios bastante limitados. Também isto estimulou muito o Itamaraty a explorar as possibilidades dos Governos estaduais e de várias instituições que antes já vinham cooperando, como o SENAI, SENAC, etc., novos elementos, como a FUNDAP, de São Paulo, e outras que, enfim, deram o suficiente para que não decaísse demais o nível de cooperação técnica. Esses foram efeitos práticos. A atitude política, porém, não mudou. O ritmo de

comunicação, a descontração no diálogo, a confiança que se havia gerado e desenvolvido...

MH – ...isso tudo se manteve.

S.G – ...isso tudo se manteve.

MH – Agora, mesmo no período de expansão dessas relações econômicas e principalmente comerciais, e depois, talvez, no período de retraimento, algumas coisas ficaram mais claras. Havia diferenças dentro do próprio Governo em termos de valorizar ou não essas relações como, digamos, a melhor alternativa do relacionamento econômico externo do Brasil, não é? Quer dizer, parece que os Ministérios econômicos não viam, realmente, com tão bons olhos e como um empreendimento tão lucrativo essas relações.

S.G – Como é natural, aqueles que tinham de pagar as contas estiveram, no ano de 82, praticamente desesperados, e ainda em 83, porque cuidavam de tapar buracos imediatos. No ano de 82, a crise não foi, talvez, ventilada e debatida publicamente em toda a sua gravidade, por causa das eleições de novembro de 82.

MH – Claro. Foi um pouco jogado para adiante, não é?

S.G – E então se acabaram as reservas do país. Negociamos numa situação de grande fraqueza. E foi naquele momento que houve o empréstimo-ponte, em que o Presidente Figueiredo fez um apelo pessoal ao Presidente Reagan para obter um empréstimo do Tesouro americano. Diga-se de passagem, que era do nosso interesse, mas era também do interesse americano, porque um *default* brasileiro ia criar um problema enorme para o sistema bancário americano e internacional. Era preciso evitar esse *default* naquele momento. Volto, agora, a outro aspecto a que me referi, quando saiu em letra de forma a noção de que a política externa e nossa aproximação com o Terceiro Mundo

prejudicaram a situação financeira. Ajudada por preconceitos raciais subliminares, confusões ridículas entre conflito Leste-Oeste e Norte-Sul, admiração colonial pelos ricos e poderosos, começou a extravasar de certos meios, sobretudo econômicos, a visão curta e simplista, de que tínhamos de nos voltar para o Primeiro Mundo como se o tivéssemos ignorado ou hostilizado. Diziam que o Terceiro Mundo, como dependia de financiamentos, não nos servia porque nós mesmos precisávamos era de poupança externa. Jamais nossa relação com países em desenvolvimento visou a captar poupança, o que seria um disparate e a crítica, portanto, era irrelevante. Mostravam que o Terceiro Mundo não pagava, o que não era toda a verdade. Houve atrasados comerciais que geralmente, acabaram sendo pagos. Concedemos financiamentos, no período de otimismo, para exportar serviços e produtos gravosos, sendo que somente alguns, para América Latina e África, tiveram motivação política.

MH – Claro.

S.G – Apontavam o Primeiro Mundo como chave para a solução de todas as coisas. Uma visão muito daqueles 3 ou 6 meses ou 1 ano ou 2 anos que fossem, de crise. A Chancelaria não podia deixar-se dominar por uma visão de curto prazo. Uma coisa era indispensabilidade de ação de emergência, mas isso não nos devia fechar o horizonte ou demonstrar que havia uma opção exclusivista ou excludente, em favor do comércio com os industrializados. De fato, dadas as circunstâncias, os saldos comerciais nossos, o grosso, foi obtido nos países industrializados. O grande déficit comercial americano, nos ajudou do ponto de vista comercial. Com os países europeus, já não tanto, porque eles também não saíram de uma fase de certa estagnação. Com o Japão, melhorou. Nós tínhamos, costumávamos ter grandes déficits, que se reduziram. Nós continuamos a ter saldos, e grandes, com a América Latina, e com a África, embora em níveis mais baixos. Não se pode dizer que o comércio com o Terceiro Mundo nos tenha prejudicado, apenas passou, na crise, a representar uma fatia bem menor do total. E nunca foi visto, em absoluto, como algo excludente do Primeiro Mundo.

MH – Do outro, não é?

S.G – Tem características próprias. Nele o Estado tem de funcionar mais, porque em grande parte desses países o comércio é estatal, ou em grande parte conduzido por empresas estatais. Então, na Argélia, para você vender, você tem que conversar com o Governo. Você tem de saber, segundo o Plano Quinquenal argelino, quais são as prioridades. Em que é que os vendedores brasileiros de bens e serviços podem entrar de forma que atenda aos planos locais. Na Nigéria mesmo, que é um país de economia de mercado, o grande elemento comprador e vendedor, é uma companhia estatal, a Petrobrás deles. 90% das exportações. Quer dizer, em todos esses países, mesmo naqueles que têm economia livre, de mercado, o Estado intervém muito. Intervém muito; ou as pessoas que mandam entrar nos negócios para facilitá-los.

MH – Agora, aqui também. Quer dizer, esse comércio foi feito, digamos, incentivado muito pelo próprio Estado e pelo próprio Itamaraty. Quer dizer, toda a área, digamos, de Promoção Comercial trabalhou 100% nessa direção.

S.G – Muito. Mas também, aí está uma confusão. Por exemplo, nos países desenvolvidos de economia de mercado, o grosso do comércio se faz de empresa privada para empresa privada. Ou, se é uma companhia estatal nossa, ele funciona como se fosse uma empresa privada. Não são os Governos lá que compram. São os empresários. E compram na base da vantagem de preço e qualidade. De modo que o que o Governo pode fazer é facilitar os contatos, facilitar todas as informações aos empresários, aos de lá que queiram comprar e aos nossos que queiram exportar, e, sobretudo, porque aí sim é ação de Governo a Governo – evitar, tentar evitar, gestionar para evitar que a legislação do Estado importador imponha barreiras alfandegárias, ou não alfandegárias de qualquer tipo à entrada dos produtos brasileiros. São países que agem sobre o comércio dessa forma indireta, dificultando a entrada de produtos estrangeiros através de barreiras alfandegárias, ou barreiras não alfandegárias, ou por meio de facilidades ou dificuldades de financiamento. Então, o que se faz é a gestão, a negociação sobre normas e práticas restritivas. Isso sempre houve, e intensamente, com os Estados Unidos. Com a CEE, nós sempre trabalhamos muito, e politicamente também, numa tentativa de aligeirar ou de impedir as medidas de proteção dos mercados, para que houvesse compreensão para as necessidades nossas. De modo que a natureza da ação, digamos assim, do Estado em matéria de comércio com esses países

industrializados é diferente. Agora, para você ter uma ideia da Promoção Comercial, de que você falou, é lógico que em certos países em desenvolvimento, muitos deles menos desenvolvidos e menos complexos do que nós, a ...

[FINAL DA FITA 26-B]

S.G –... Do ponto de vista da massa de trabalho e de informação, o nosso sistema de promoção está adequado, como originariamente foi imaginado, essencialmente às economias de mercado, principalmente, às economias desenvolvidas de mercado. A razão é óbvia: nesses mercados a decisão de compras está distribuída entre inumeráveis agentes privados autônomos. Depois vimos que tínhamos de trabalhar também, e intensamente, e com formas um tanto diferentes, nas economias menos desenvolvidas em que o Estado tem uma grande participação e é o grande comprador. Mas isso foi um acréscimo, não foi uma substituição.

M.H – Claro!

S.G – Veja você: há muita gente que nos critica por temos muito pessoal servindo nos Estados Unidos em nosso serviço diplomático. Isso é a prova de que jamais descuidamos do 1º mundo. Os Estados Unidos são, longe, a maior fonte econômica (e, poderia acrescentar políticas, estratégicas, etc.).

MH – Claro. Agora esse...

S.G – É o que você mais recebe nos escritórios comerciais: pedidos de informação. Vêm montes e montes de milhões de compradores potenciais. Você tem de responder e rapidamente. Então, você tem que ter recursos de pessoal, máquinas, informática no escritório comercial de Nova York, por exemplo, excepcionais, além de métodos e rotinas seguras. Agora, a natureza do trabalho diplomático e do trabalho de promoção comercial num país em desenvolvimento é diferente. Num grande país, como os Estados Unidos, Inglaterra, França...

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

MH – Mas essa descrição do senhor é muito interessante, porque, sem dúvida nenhuma, as relações, digamos, econômicas com o Terceiro Mundo, pelo que o senhor mesmo está dizendo, além do interesse de mercado, revelam também um interesse político, porque há uma possibilidade maior de articular, digamos, as relações econômicas com as relações políticas, na medida em que se está discutindo e se está criando relações com países muito menos diversificados em seus atores.

S.G – É verdade. São países que têm, cada um deles, os seus problemas. Os países africanos são muito mais voltados, a rigor, para a Europa, por causa da tradição colonial. Então, nós tínhamos de meter uma cunha transversal nisso. Uma vez, Samora Machel, na que tínhamos de provar que os produtos industriais brasileiros funcionam, porque os pretos (ele dizia) acreditam em capacidade industrial dos Estados Unidos, Alemanha, Japão, e olhe lá. Já da Itália e até da França foram os francófonos, desconfiam muito. Todo tipo de informação, de visão de mundo, era geograficamente vertical. Lógico que essas coisas não mudam radicalmente da noite para o dia. Mas nós não temos porque deixar o espaço vazio, quando os países industrializados, já tem a tradição e o prestígio, e complementam mais completamente os subdesenvolvidos porque, além de terem os produtos de que eles carecem, têm possibilidades de financiamento ou até de doações, que nós não temos... Mas nós tínhamos algumas vantagens relativas, como experiências com o clima tropical, certos tipos de tecnologia intermediária, ausência do risco de neocolonialismo e até certa ligação cultural e receptividade política. Então, por que é que íamos deixar o campo desses países aberto para os demais, sem interessar-nos? O Japão chegou a ter 42% de suas exportações destinadas ao mundo em desenvolvimento. Os Estados Unidos, 36%. A CEE anda também aí nos 30 e poucos por cento de exportação para esses países. Então, por que é que o Brasil vai abandonar, não é? Houve redução na capacidade de importar do Terceiro Mundo, o que não é bom também para o Primeiro, porque provoca desemprego em suas indústrias de exportação. O Brasil, que exporta vários produtos industrializados e elaborados sofre dos dois lados pelo protecionismo dos desenvolvidos, pela queda dos preços dos produtos de base e pela redução da capacidade de importar dos outros subdesenvolvidos.

MH – Claro!

S.G – Mas houve críticos que viam em nossa cooperação com o Terceiro Mundo uma preferência ideológica, algo ideológico, o terceiro-mundismo, como se houvesse uma doutrina filosófica a impelir-nos.

MH – E uma pergunta que eu queria fazer ao senhor Em termos, digamos, dos próprios meios empresariais brasileiros. Houve alguma, enfim, clivagem, alguma resistência de setores a ingressarem nesse tipo de relacionamento?

S.G - Não. Não notei. Aquelas firmas que vendem para esses países e que são sobretudo firmas industriais e de serviços, achavam muito bom. Tinham mercado na América Latina, na África, etc. Se queixavam de que às vezes o pagamento atrasava, isso e aquilo. As firmas nossas que vendem serviços, as firmas de consultoria, de engenharia de construção, essas tinham possibilidade de exportação essencialmente nesses países.

MH – ...uma maravilha!

S.G – Ao mesmo tempo, havia uns poucos empresários críticos. Alguns achavam que esse comércio levava a maior interferência do Estado, que tal interferência decorria de uma posição ideológica estatizante, de um terceiro-mundismo à *outrance*. Era uma crítica ridícula e escassíssima.

MH – Que setores seriam esses?

S.G – Eu acho que mínimos, sabe? Mas faziam algum barulho. Isso eu creio, que havia mais na imprensa. O Motley¹⁰² teria feito comentários nesse sentido. Creio que era opinião pessoal dele. Nós soubemos por alguém de jornal, que ele chegara a dizer que se o Brasil pensava que ia arranjar alguma coisa com esses países, não iria arranjar um “tostão”, porque eles não têm nada. O Brasil tem que se virar é com os Estados Unidos. Ele falava um português coloquial, com gíria dos anos 50. Disse até um palavrão para qualificar “tostão”. Se disse isto, de que tenho dúvidas, não compreendeu nada. Jamais passamos em arranjar dinheiro de fontes financeiras em países mais pobres até do que nós, não é? Mas interessava ao país diversificar, explorar todas as possibilidades de

¹⁰² Embaixador Anthony Motley.

mercado. Além de que o Brasil tinha possibilidades boas de diálogo político com tais países.

MH – E o senhor nunca se preocupou com o fato de que um dos setores mais beneficiados com essa diversificação eram as próprias empresas multinacionais instaladas no país?

S.G - Achei sempre normal. Até mesmo na ALALC, eu me lembro, os Acordos de complementação industrial favoreciam frequentemente as sucursais das multinacionais nesses países. Mas se nosso modelo de desenvolvimento previa investimentos estrangeiros em importantes setores, o nosso interesse era que as matrizes das multinacionais não limitassem a exportação de suas sucursais, com práticas restritivas, reservando-se mercados, etc. Portanto, logicamente, devíamos facilitar e estimular as exportações das sucursais aqui instaladas. Afinal de contas, quando elas exportam o produto aqui feito, o grau de nacionalização é grande em termos de insumos brasileiros, de mão-de-obra brasileira, de impostos pagos ao Governo, de emprego criado, etc. Por outro lado, elas produzem em geral produtos que firmas genuinamente nacionais não produzem. Automóveis, por exemplo. Quanto mais produzissem aqui, haveria uma tendência à redução de custo unitário. Isso favoreceria também o comprador brasileiro. Sobretudo no período de estagnação, em que havíamos entrado, houve um momento em que, sem a exportação por parte dessas sucursais, o desemprego teria sido maior ainda e os efeitos depressivos na economia aumentariam. A rigor, sempre raciocinamos em termos de um tipo de economia em que havia uma participação de capital estrangeiro importante. Havia setores fechados ao capital estrangeiro, havia uma regulamentação do que era aberto, mas, do ponto de vista de promoção comercial lá fora, o Itamaraty sempre agiu como sendo todas essas firmas nacionais, com direito ao mesmo empenho nosso em termos de facilitar o que se pudesse. Em alguns casos, quando se tratava de concorrências para obras, nos empenhamos da mesma maneira.

MH – Agora, o que é realmente interessante nessa experiência brasileira é como se foi costurando diversos aspectos diferentes. Quer dizer, há um perfil transnacionalizado da indústria com uma participação efetiva do Estado, com uma atuação política da diplomacia.

S.G – Acho que há uma diferença conforme o país e a época no trato das multinacionais. De um ponto de vista prático, não há uma regra absoluta em matéria de influência externa via multinacionais. Depende muito das condições de cada país. Há gente que é totalmente a favor das multinacionais. Outros os vêm com a maior preocupação e acham que é preciso fazer tudo por nós mesmos. Eu acho que varia conforme a condição do país. No Brasil não há um risco maior. Em outros países talvez. Quando houve a “Caribbean initiative”, eu transmiti ao Secretário Schultz as dúvidas que nós tínhamos, independentemente da questão do açúcar, para nós muito negativa, porque fomos excluídos praticamente do comércio americano. Disse-lhe que, embora não fosse fazer crítica de público, havia um aspecto de iniciativa que me preocupava. O eixo da iniciativa era a criação de condições para facilitar o investimento de firmas americanas nesses países, para produzirem para o mercado americano. Está muito bem, em princípio, pode criar empregos, pode criar mais impostos para o Governo. Mas, politicamente, é explosivo. Porque se tratam de economias muito pequenas. Se você tem uma economia pequena, com uma ou duas multinacionais que produzem uma proporção exagerada do produto interno bruto e acabam tendo influência no Governo, ao lado de uma economia local de empresa privada muito débil, ou então, empresas do Estado, você tem um tipo de confrontação ostensiva e as sucursais passam a ser objeto fácil, alvo fácil, para toda demagogia nacionalista. Não é a mesma situação num país como o Brasil, com uma economia variada, em que essas multinacionais são importantes, mas não têm condições de terem o domínio político do país. Elas estão diluídas numa economia em que há grandes empresas estatais, em que há um empresariado local de alguma importância. Acrescentei que era importante que a área privada brasileira se desenvolvesse mais; seria politicamente saudável. Mas, num pequeno país centro-americano ou antilhano, estimular um tipo de economia dominada por uma ou duas multinacionais e toda ela dirigida para o mercado americano, pode fazer muita lógica em termos econômicos, mas politicamente é um risco muito grande.

MH – Talvez, a gente pudesse agora passar para a questão financeira, não é? Ainda no âmbito latino-americano, e ver um pouco como é que foi esquentando, não é?

S.G – É. O lado financeiro... Eu dei uma entrevista a VEJA, que saiu nas páginas amarelas, quando começaram a comentar na imprensa que o Itamaraty ia assumir a dívida externa, e coisas assim. O que eu achava uma bobagem. Recordemos que haviam chegado

a uma situação em que tínhamos de negociar em emergência. O quadro negociador era muito ruim, e continua a ser. Quer dizer, não há recursos do Fundo Monetário suficientes ou flexíveis bastante. Quando houve Bretton Woods, por exemplo – isso em Cancún, na reunião dos Chefes de Governo, eu disse, quando lá fui por estar o Presidente doente, não é? –, o Fundo Monetário, as disponibilidades sob diversas formas que ele tinha para financiar os seus Estados membros, correspondiam a 16% do valor do comércio mundial. Quando houve Cancún, a proporção estava reduzido a 4%, quer dizer, a própria capacidade de atuação do Fundo...

MH – ...havia reduzido.

S.G –...se havia reduzido. Ora, nós estávamos em uma crise de liquidez imediata (embora houvesse fatores mais profundos), confrontados com um descenso do comércio internacional, forçado em grande parte pela própria crise, uma situação como nunca tinha havido desde a fundação do Fundo; como nunca tinha havido desde os anos 30. Uma situação que ia além, até, daquilo que se tinha previsto para o Fundo, isto é, ajuda para um ou outro país que enfrentasse um problema transitório, acoplada a ajuda a uma obrigação do país de pôr sua casa em ordem, para que não se tornasse permanente assistência do Fundo, que só deveria ser emergencial. Ora, de repente, você tinha quase que o mundo todo precisando de algum tipo de assistência financeira. Até alguns países desenvolvidos. Houve um momento em que a França precisou; a Inglaterra, alguns anos antes da crise, tinha tomado grandes empréstimos. Mas, de repente, o mundo em desenvolvimento, quase todo, precisou recorrer ao Fundo. A América Latina em particular, mas muitos outros também.

MH – É. A Índia já tinha recorrido.

S.G –Já tinha recorrido. Então, era um conjunto. Era uma situação anormal. Não era uma emergência nacional ou uma emergência de poucos Estados membros, era uma situação de escopo quase mundial. E não se via nenhuma disposição de aumentar as disponibilidades do Fundo, ou os direitos especiais de saque, ou que outras formas técnicas tomassem. Não havia disposição ou liderança política nos países altamente desenvolvidos para adotar medidas à altura da crise, que pudessem implicar, mesmo que potencialmente, um ônus para os contribuintes. No próprio Banco Mundial, o que

chamam de *gearing ratio*, quer dizer, a proporção entre o capital e o que se empresta, era muito conservadora, era 1 a 1. Mesmo os bancos privados vão além disso. Eu não sou um entendido nisso, mas, para Cancún, fizemos um contato com a área financeira nossa, quer era favorável a que a *gearing ratio* passasse a ser de 1 para 2 ou de 1 para 3. Também, havia uma decisão antiga, jamais formalizada no sentido de aumento do que chamam de *callable capital*, quer dizer, o capital que os Estados Membros se comprometem a efetivar se o Banco Mundial necessitar, mas que não implica o dispêndio orçamentário imediato. O efeito sobre o contribuinte é apenas potencial, talvez nunca se concretize, mas reforça a ação do Banco. Em Cancún, ficou claro que os Estados Unidos não concordavam com tais facilidades de liquidez que, naquele momento, e durante o período de recessão, pareciam muito urgentes. Por outro lado, no ano de Cancún, e sobretudo nos seguintes, se verificou o crescimento sistemático da taxa de juros. Chegou uma vez, com *spreads* e tudo, a 21%, o que é impossível, mesmo se descontada a desvalorização do dólar. Não há atividade econômica lícita que renda tanto por muito tempo. Aumentar os juros, unilateralmente, nessa proporção, chega a parecer ilícito: abuso de direito? Enriquecimento sem causa? Lesão enorme? Imprevisibilidade absoluta?

MH – É agiotagem, não é?

S.G – Você pode ter uma atividade econômica produtiva que renda isso num momento, no momento em que o produtor, digamos, tem o monopólio de um produto – inventou uma coisa. A.C. – até que surja um concorrente. Agora, na economia de um país, ter uma rentabilidade de investimento que dê para pagar juros, mais *spreads* e comissões, de 21%, isso não existe. Você pode aguentar isso um ano, depois tem que minorar a coisa. De modo que nunca houve da nossa parte, em termos concretos, uma posição de ordem geral, em contradição com a área fazendária nossa. Pelo contrário, sempre tivemos a preocupação, quer na preparação de Cancún, quer depois, na Conferência de Quito e em Cartagena de nos coordenarmos. Tanto para Quito, como depois para Cartagena, os participantes ficaram de apresentar um documento de base. Em ambos casos, o documento usado pelas duas reuniões para os debates foi o brasileiro que era sempre o mais completo e equilibrado. Nesse caso, o Proença Rosa¹⁰³ e o Abdenur¹⁰⁴ trabalharam muito. Prepararam as posições. Mas, naquela parte de propostas específicas, de propostas

¹⁰³ Embaixador Carlos Augusto de Proença Rosa.

¹⁰⁴ Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur.

concretas, tudo foi combinado com o Planejamento e com a Fazenda, particularmente o Banco Central, representado pelo Madeira Serrano, um sujeito muito competente. Evidentemente, não tiramos crédito público da qualidade dessa contribuição de base às reuniões referidas. Não é nosso estilo, nem convinha às negociações. Agora, nós, os latino-americanos insistíamos num diálogo político, porque entendíamos que o quadro existente de normas, de regras, etc., estava anquilosado e não se conseguia alterar até então. Achávamos que, para alterar, era preciso que se levassem em conta as implicações políticas e sociais, inclusive internas, da continuação de um sistema em que os países devedores, os países em desenvolvimento, tivessem de repente secadas as fontes de financiamento ou abertas apenas em condições excepcionais. Os bancos privados, muito utilizados no caso da América Latina, têm uma margem de manobra muito pequena, e com juros enormes, etc. Sem um esforço a iniciativa corajosa dos Governos dos países emprestadores, as soluções não dariam certo. E até hoje não estão dando certo. O problema não está em vias de solução. Continua a haver um atamancamento, simples *meddle trough*, como se diz em inglês.

MH – Não deu.

S.G – Nós estamos, evidentemente, numa situação um pouquinho melhor.

Reconstituímos um pouco as reservas, mas isso foi com sacrifício brutal. O país conseguiu exportar muito e, sobretudo, importar muito pouco. Se você pensar, o Brasil fez, de fato, nesse campo, um esforço extraordinário. Acho que nenhum país, em termos proporcionais, conseguiu reduzir a sua importação de energéticos, em termos percentuais, tão rapidamente e tão acentuadamente quanto o Brasil. É talvez um recorde mundial. Aumentou as suas exportações, houve uma fase de substituição de importações em matéria de equipamentos, aumento da produção de insumos, de minerais não-ferrosos, tudo isso, e conseguiu obter um dos maiores saldos em todo o mundo, mesmo em termos absolutos. Mas você não pode fazer isso ano após ano. Não só os outros mercados começarão a se fechar, pois se todo mundo tentar fazer isso o resultado final é impossível. Alguma coisa está errada, que é preciso encarar em seu conjunto. Agora, a posição americana era de que tudo estava dando certo. Mencionavam o México, que fez sacrifícios até piores que os nossos em termos de consumo. Mencionavam nosso saldo.

MH – Na comparação com o México – perdão por ter-lhe interrompido –, diz-se normalmente que o México recorreu antes. Que teria sido uma das razões. Porque o México não deixou que a situação chegasse ao ponto que o Brasil deixou, até talvez, em função daquele contexto eleitoral que o senhor mencionou antes.

S.G – É, em parte é isso. Em parte, também, por exemplo, se não fosse o problema da iliquidez do México em 82, porque ele tinha uma dívida de curto prazo muito grande, talvez, não tivesse havido a paralisia do sistema financeiro e nós não tivéssemos tido a crise como a tivemos. O perfil de pagamento da nossa dívida era um pouco melhor naquela ocasião.

MH – Claro.

S.G – Em termos de salários, por exemplo, uma redução de 2/3 em termos reais, que é uma coisa a que no Brasil nunca se chegou. Só o funcionalismo público civil no Brasil é que teve uma redução dessa proporção. Mas, em média, não. O país não chegou a tanto. E o México, no entanto, passou a ter, durante um período, falta de coisas elementares: não tinha pasta de dentes; não tinha papel higiênico; coisas assim.

MH – Uma loucura! Eu morei lá nessa época. Era uma coisa impressionante.

S.G –... que nós nunca tivemos. Não tivemos carência de produtos de consumo, a rigor. Ficou tudo muito mais caro, mas havia. Tivemos foi uma inflação descontrolada, se você quiser, mas para cujos efeitos, de qualquer forma, você tem que levar em conta o desconto da correção monetária, que aumenta a inflação, se você quiser, mas ao mesmo tempo, você tem que descontar, se quiser saber qual foi a inflação real. Em um país sem correção monetária, um súbito aumento de 20, 30% no preço de tudo passa a ser terrível, insuportável.

MH – Agora, Ministro, o senhor mencionou que, enfim, que não havia tantas diferenças como a imprensa tentou, talvez explorar numa época, em relação...

S.G – Houve um pouquinho, em 82. O Galvêas, acho que falou: “Ah, o Brasil não é o México”, dando a impressão de que estávamos muito melhores, não é? O que até causou

mau efeito lá. Em entrevista coletiva, os correspondentes lá no Ministério me perguntaram se eu não achava, como dissera o Ministro da Fazenda, que a situação nossa era diferente e melhor. Respondi que, o México é um grande país, um país que tem todas as possibilidades de sair das suas presentes dificuldades. Nós temos as nossas, também, acrescentei. Fiz um elogio ao México e o Embaixador, depois me agradeceu. Eles tinham ficado obviamente meio chateados, com as declarações, de que o Brasil não era o México e tinha uma dívida muito mais bem administrada. Meses depois, estávamos nós com a corda no pescoço... Havia coisinhas pequenas desse tipo.

MH – Mas com respeito, por exemplo, a negociações com o FMI e com a forma até como essas...

S.G – Isso também foi feito pelo nosso representante no FMI, que era o Ministro da Fazenda, e gente dele. Nunca foi a Chancelaria. Em todos os países do mundo, nunca foi a Chancelaria que negociou com o FMI, exceto a Bolívia, em certa ocasião. A Argentina, depois que o Alfonsín foi ao poder, quis fazer uma negociação política. O Dante Caputo ia com o Grinspun¹⁰⁵, nessas viagens. O resultado prático foi o mesmo, como se não tivesse havido nada. Houve, sim, da ação coletiva latino-americana, algum efeito. Houve o que eu chamei de “campanha de persuasão”. Não que isso venha a ser reconhecido jamais pelo Governo americano ou pelos países europeus, etc., mas os próprios homens da área financeira nossa. – do Banco Central e o próprio Galvêas –, o argentino e o mexicano reconhecem que isso facilitou um pouco. Criou um ambiente de maior preocupação por parte dos bancos e, nos Estados Unidos, por parte até do Governo. Ficaram com um certo receio de que pudesse deteriorar-se o espírito da cooperação latino-americana em matéria de dívida num sentido – que nós tínhamos sempre ostensivamente refutado e recusado – de Clube de Devedores. Havia pairando no ar esta ameaça, que nós sempre negávamos. Mas não fazia mal uma certa inquietação. Houve, inegavelmente, um certo efeito, no ano passado, 84, em termos de persuasão. O fato mesmo de que os latino-americanos tivessem podido organizar-se com aquela rapidez, era um fato único e virgem. Primeiro, houve, em 83, em ritmo lento, a preparação de Quito. Depois, quando começou a haver subida de juros muito violenta, nós nos entendemos para fazer declarações isoladas presidenciais. Você se lembra disso. Logo depois, o Dante Caputo veio aqui e,

¹⁰⁵ Bernardo Grinspun.

quando estava conversando com o Presidente Figueiredo, o Presidente Figueiredo falou com grande preocupação e termos duros sobre essa história da taxa de juros...

[FINAL DA FITA 27-A]

S.G –...da taxa de juros, que não adiantava fazer sacrifício nenhum se a taxa continuasse a crescer dessa maneira, etc.

MH – Me lembro.

S.G – Soltou uns palavrões, virou-se para Caputo e pediu-lhe que não estranhasse. Observou o Dante Caputo: “Eu não estranho nada, porque o Presidente Alfonsín disse palavrões ainda piores do que o senhor sobre a taxa de juros”. E aí perguntou: “Por que não tomamos uma atitude conjunta?” O Presidente topou e eu me dispus logo a preparar o projeto de declaração conjunta. E preparamos um projeto de declaração conjunta no Itamaraty. Não mostrei à área financeira, porque não havia tempo e porque achei que eles iam querer qualificar demais. Telefonei para o Galvêas e disse: “Olha, estamos negociando isso, a ideia geral é essa”, mas não dei o texto. Ele estava no Rio. Dispôs-se a telefonar para o Delfim, que estava em Tóquio. E aí andamos muito depressa. Foi realmente uma coisa nova e extraordinária que uma declaração conjunta de quatro presidentes – o venezuelano saiu da raia no meio do caminho...

MH – Por quê?

S.G – Não sei. Acho que ele ficou com algum receio. Ou talvez pela falta de tempo que tivemos para uma explicação mais completa. Depois, ele fez uma declaração pública de apoio. Talvez, achassem que podiam ficar por fora, que estavam muito bem, etc.; não iam negociar com o Fundo e coisas desse tipo. Mas a Colômbia, sim, participou, o Presidente Bettancourt assinou. Justamente a Colômbia, que tinha menos problemas, que é um país que nunca tomou muitos empréstimos, até a poucos anos atrás tinha mais

reservas do que dívidas. Talvez para marcar um contraste com a política externa anterior da Colômbia. Mostrar a *latino americanidad*, essas coisas assim. A declaração foi escrito, tomando por base nosso papel, por Brasil, Argentina, México e Colômbia, por telefone e telex em 48 horas. Um recorde para esse tipo de ação.

MH – O México topou na hora?

S.G – Topou. Fez uma porção de sugestões que não eram muito do Ministro do Exterior. Eram do Embaixador Navarrete¹⁰⁶, que achei muito competente, mas muito longa, muito cheia de histórias. Eu telefonei para o Bernardo Sepúlveda e disse algo no estilo seguinte: “Olha, as sugestões, não é tenhamos nada contra; mas, ou essa declaração é curta e grossa, ou não vale a pena fazer. Não precisamos estar fazendo, como fizemos em Quito, um inventário de reclamações nossas. Eu acho que o papel tem que ser firme e centrado na taxa de juros, que é imediata. Mas tem que ser uma coisa curta, de Presidentes. Eles não podem entrar na discussão de detalhes”. E o Bernardo disse: “Também acho”. E então deu lá suas instruções.

MH – O senhor acha que...

S.G –...talvez uma chave de galão no Navarrete... (Risos) A ideia de reunir os Ministros do Exterior e da fazenda não foi nossa. Isso foi, se não me engano, um acréscimo originariamente mexicano. Mas, achamos que estava bem.

MH – Um detalhe, apenas, na primeira discussão da nota. O senhor acha que foi mais uma iniciativa... A primeira iniciativa teria sido da Argentina ou foi uma ideia que surgiu no próprio contato?

S.G – Surgiu da conversa do Caputo com o Figueiredo. Pouco antes, tinham sido feitas declarações isoladas. Caputo sugeriu uma declaração conjunta. Apenas, eu me propus a

¹⁰⁶ Embaixador Jorge Eduardo Navarrete.

escrever, porque tinha medo de que viesse algo ou muito gongórico, ou muito violento. Achei que, ao preparar o papel inicial, daríamos o tom. E assim foi feito. Foi feito na hora. Eu cheguei ao Ministério de volta, falei com Abdenur, dei um pouco as coordenadas; ele fez o primeiro projeto, eu revi, nós mandamos para os outros. Rápido, não é?

Letícia Pinheiro¹⁰⁷ - E o senhor falou que, quer dizer, o Ministro Delfim Neto só soube do texto da nota após a publicação.

S.G – Depois, depois. É.

L – E como é que foi a reação? Como que...

S.G – Não sei. Não sei se ele gostou ou não gostou, mas aí já estava. Era uma decisão do Presidente. O Presidente tinha aprovado, acabou. Depois, ele achou bom. Com tempo depois, eu tive um encontro com eles, Delfim e Galvêas, para tratar da reunião de Cartagena, para vista na nota conjunta. Eu tenho a impressão de que eles estavam muito preocupados. Mas aconteceu que dias antes, estando na China com o Presidente, ao fim de um dia em que estava até muito esgotado, dei a entrevista que prometera a um correspondente da VEJA, que se chamava, creio Etevaldo, Chefe da sucursal em Brasília, o qual gravou tudo e depois fez o texto, muito fiel, o que me espantou, pois não é comum tal fidelidade ao que diz o entrevistado. E publicaram direitinho, fim de semana, sem comentários deformadores. Na segunda-feira, eu tinha esse encontro com o Delfim e o Galvêas. Quando eu cheguei lá, no escritório do Delfim, no Planalto, ele e Galvêas estavam aliviados e satisfeitos. Acharam muito bem a entrevista. Porque, a rigor, na entrevista, eu até os defendia. De fato, eu dizia que a movimentação latino-americana uma campanha de persuasão para mudar o quadro em que se realizavam as negociações. No imediato, admitia que se tinha de negociar dentro do quadro existente, que era extremamente adverso. Os nossos negociadores, dizia, encontraram as maiores dificuldades e negociaram da melhor forma que era possível, nas circunstâncias. Eu

¹⁰⁷ Será identificada como L.

nunca joguei nada, culpa nenhuma, para cima de terceiros, no Governo. Me perguntavam: “O Governo é muito bem coordenado?” O pessoal da imprensa, às vezes, ria, mas eu sempre dizia, que era relativamente bem coordenado. Era uma aproximação da verdade, não a verdade toda. Mas me parecia que outra resposta seria desleal, da parte de um Ministro e em nada aproveitava ao povo.

MH – Agora, de qualquer maneira, Ministro, a partir dessa época, cria-se uma espécie de uma esquizofrenia em relação à questão da dívida externa, porque, de um lado, nós seguíamos assinando cartas de intenções e nos subordinando a metas e, digamos, a princípios...

S.G – ...irrealizáveis, irrealizáveis. É.

MH – ...que até não conseguíamos realizar e, de outro lado, vamos nos envolvendo, gradualmente, mas vamos nos envolvendo numa discussão política latino-americana sobre a questão da dívida.

S.G – O que está, na verdade, muito certo, porque é aquela história dos dois níveis a que eu me referi na entrevista à VEJA, havia o nível da negociação concreta com bancos ou instituições que seguem regras bancárias, e que é muito estreita e dentro de um quadro que nós pretendíamos modificar; e havia o nível da negociação política que visava a modificar os próprios parâmetros da negociação e que dependia de difíceis decisões de Governo. Propusemos o diálogo político de alto nível com os países industrializados, em Cartagena, e depois reiteramos. Nunca aceitaram, sobretudo os Estados Unidos e a Inglaterra, que faz o que os Estados Unidos disserem. A França e a Itália estavam predispostas, mas não agem na prática fora do quadro dos 7 mais industrializados. Os Estados Unidos, a Inglaterra, RFA, eram muito contra, e só tinham uma ideia: que era preciso que os devedores pusessem sua casa em ordem. O que é certamente necessário e nós nunca negamos que era preciso tomar medidas de austeridade. Apenas, nós vínhamos tomando tais medidas, ao ponto de haver parado nosso desenvolvimento econômico, com fatal ônus político para nossos governos. Em 84, começou a haver um

ligeiro sinal de recuperação, estimulado pelas exportações. Mas, como eu disse, nós não podemos nos basear em que vamos conseguir anualmente esse crescimento das exportações, e sobretudo esse salto tão grande. Enfim, não tínhamos, e não temos, acho, a percepção de que o problema esteja resolvido, ou pudesse ser resolvido mesmo a prazo médio por métodos convencionais, como se a situação da economia mundial fosse normal. Nós achávamos que isto é uma visão capenga, uma visão que não leva em conta o preço que se está pagando, a redução da expansão da economia mundial, o papel que os países em desenvolvimento poderiam ter nessa expansão e as implicações políticas e sociais da continuação por anos e anos, de um período de austeridade sem muita segurança para o futuro.

MH – E qual seria uma negociação que não levasse a um resultado como esse que o senhor está descrevendo?

S.G – Havia diversas medidas possíveis, algumas, das mais moderadas, previstas em Quito, previstas no consenso de Cartagena, que levavam a maior liquidez e a uma taxa de juros razoável, porque atualmente elas tinham chegado a um nível nunca visto na História. Em todo o século XIX, uma parte do século XX, a taxa real de juros era 2, 3%. Foi o período do desenvolvimento americano, etc. De repente, as taxas reais, descontada a inflação do dólar, estavam aí e, 7, 8, 9%, e até mais. Então, era preciso, por exemplo, que a política macroeconômica americana pudesse reduzir os juros e reduzir o déficit público. O argumento deles era o seguinte: “Mas, se nós não tivéssemos esse déficit comercial, vocês também não os venderiam na atual proporção”. Mas isso também é uma situação, que não é saudável a longo prazo. Era preciso restabelecer o fluxo de recursos reais para os países em desenvolvimento. E, pelo contrário, estes é que estavam transferindo recursos para o exterior.

MH – O senhor acha que a capitalização dos juros seria uma forma?

S.G – Isso é uma das várias fórmulas. Parece mais fácil para credores europeus, mais difícil para os americanos. Por outro lado, os países em desenvolvimento não têm todas

a mesma preferência pela capitalização dos juros. A capitalização de juros pode ser uma solução num caso, em outro não. Para outros, em vez da capitalização dos juros propriamente dita, é mais importante um prazo mais extenso de carência, ou um prazo de pagamento mais longo, ou a criação de novas formas de financiamento para certos fins determinados. Para terceiros, para muito deles, sobretudo os países em desenvolvimento que exportam manufaturados, como é o nosso caso, a questão do acesso a mercados é muito importante. Quer dizer, há uma grande variedade, se você for examinar, em termos práticos. Agora, a questão é que você, negociando tecnicamente em cada foro, se não houver uma decisão política, por exemplo, do Governo americano, de explorar todas as possibilidades com uma disposição de chegar a resultados favoráveis, uma pré-disposição nesse sentido, com um tipo de liderança política capaz de vencer os ajustamentos internos que foram necessários – ajustamentos industriais, no caso de indústrias obsoletas, redução da proteção ao produtor interno, no caso daquilo que nos interessaria e a outros países em desenvolvimento, que exportam produtos manufaturados –, se não houvesse uma disposição de eventualmente aceitar formas de aumento de liquidez das instituições internacionais, mesmo que pudessem implicar eventualmente, alguma contribuição via orçamento, se não houver uma disposição política de reformular as regulamentações bancárias e ao mesmo tempo pressionar os bancos a reduzirem ao mínimo seus lucros, etc. ficaríamos onde estamos... Se tudo isso acontecesse, já o problema da dívida começaria a encontrar um caminho de solução. Nunca pretendemos ter um receituário rígido, mas insistíamos que era preciso um tratamento eficaz para a doença, ao invés de fingir que ela desapareceria com as mesinhas da rotina.

MH – Com o México, inclusive, isso foi conseguido nas negociações do ano passado, a redução dos *spreads*.

S.G – É. De modo que é um conjunto de coisas, que você pode elencar e até outras, que possam surgir da imaginação. Há analistas que acham simplesmente que devia haver um cancelamento de grande parte da dívida, ou uma espécie de resseguro da dívida, por parte dos Governos dos países industrializados. O Brasil, por exemplo, não propugnava o cancelamento, mas a ideia do resseguro poderia ser um dos caminhos. Há várias ideias. Agora, isso tanto pode ser conseguido por acréscimos, por decisões isoladas, o

que nós achamos de efeito duvidoso, ou por uma decisão política de enfrentar o problema em termos de longo prazo. Os técnicos encontrariam várias formas.

MH – E o senhor acha que, diante dessa recomendação, até o tipo de recomendação que o senhor está fazendo, a decisão do México, por exemplo, no ano passado, de fechar um pacote de negociações, desmobilizou parcialmente essa possibilidade na América Latina?

S.G – Não, absolutamente. Pelo contrário, foi em certo sentido uma boa coisa, porque o que dão a um é difícil negar a outro, a não ser que haja razões específicas para negar.

MH – Mas o que se deu ao México foi bem menos do que o senhor está sugerindo agora.

S.G – Certamente. Não é uma solução. Isso foi examinado inclusive em Mar del Plata, pelos participantes do Consenso de Cartagena, em setembro passado. O Ministro da Fazenda do México, Herzog, fez uma ampla exposição do que é que eles tinham conseguido, e ele mesmo concluía, que não era uma solução definitiva. Trata-se de uma melhora das condições. E até atribuiu em parte essa melhora ao movimento latino-americano, a uma maior consciência por parte tanto do Governo como das autoridades bancárias americanas, da necessidade de fazer alguma coisa, de começar a dar a impressão de que estão fazendo alguma coisa.

MH – Agora, em relação à Argentina, parece que justamente é uma situação... Está do outro lado, no sentido de que às vezes a gente tem a impressão de que houve uma. – e há uma. – expectativa, talvez agora menor, de que essa negociação coletiva, e até um posicionamento mais duro do Brasil, criasse um espaço maior, para eles levarem adiante também uma posição mais dura em relação a ...

S.G – É. Os jornais falaram disso. Houve até, como é natural que haja na imprensa, gente que é crítica do Governo porque sim, não é? Me lembro de ter lido, não me lembro mais em que jornal. Eu não leio quase jornais. Mas o meu pessoal fazia uma seleção. Me mostravam uma coisa e outra. Eu lia a sinopse, apenas. O comentarista, no final, dizia assim: que o Brasil se tinha negado a enfrentar, junto com os demais e coletivamente, nos Estados Unidos, a comunidade bancária, e isso tinha forçado o Governo Alfonsín a recuar, porque sozinho não dava para enfrentar, etc. Bom, isso nunca apareceu em nenhum momento nas nossas conversas com os argentinos. Em absoluto. Pelo contrário, em Cartagena, por exemplo, a cooperação foi íntima e nem sequer a Argentina era dos países mais excitados. Sempre viram Cartagena como um esforço político importante, importante inclusive...

MH – Eles nunca forçaram a barra.

S.G –...do ponto de vista de criar um hábito latino-americano de consultas, sem ter de juntar automaticamente os 30. Isso também, foi outro assunto extremamente delicado e difícil que foi resolvido, porque, se juntássemos os 30, não era possível.

MH – Não saía nada.

S.G – Tinha que ser tratado em pequeno grupo. Esta, sim, era uma ideia que os próprios argentinos tinham de fazer, uma ação inicial na base de quatro, pela facilidade de operação. Nós é que tínhamos uma certa dificuldade. Mas procuramos explicar, como outros fizeram, que se tratava da necessidade de agir, muito rapidamente, quando houve a declaração dos Presidentes, por um lado e, por outro, que éramos os países mais profundamente atingidos, tínhamos as maiores dívidas e que, portanto, devíamos nos expor mais imediatamente. Mas, em nenhum momento, houve uma atitude argentina de pretender uma atitude de marginalização de outros latino-americanos ou de desafio agressivo aos industrializados. Eles estavam apenas muito favoráveis à formalização do convite aos industrializados para um diálogo com data marcada. Inicialmente, tinham alguma esperança. Tinham tido alguns sinais bons de italianos e franceses. Nós não

tínhamos tido tanto. Eu mesmo, quando estive em agosto – em fins de agosto – em Paris e conversei com o Cheysson longamente, e depois no almoço que me deu, ouvi dele que tínhamos que trabalhar junto ao Governo americano, que é quem decide essas coisas. “Vocês devem trabalhar junto ao Governo americano”. Basicamente, era isso que ele me disse. Tínhamos sondado a Itália que mostrava muito boa disposição, mas não iria contra um consenso entre os sete mais industrializados. Portanto, nove fora, nada.

MH – Era uma alta financeira, não?

S.G – Portanto, prevaleceria entre os 7 o mínimo denominador comum, que, no caso, eram os Estados Unidos. O que fazer? Aí houve uma certa divergência. O Caputo e alguns outros achavam que nós devíamos fazer o convite, de qualquer maneira e jogar a bola para o lado dos credores. Eles, então, que recusassem o convite. Eu achava que a gente devia esperar, porque um convite desses eles não iam recusar diretamente. Iam inventar desculpas. Iam empurrar com a barriga. Ou, talvez, reunir para conversa fiada... Quer dizer, no fundo, era preciso que o convite, fosse precedido de uma indicação e receptividade, não que fossem atender ao que nós queríamos, mas que estavam dispostos a considerar alguma forma de procurar melhorar o quadro das negociações. Não tínhamos esse tipo de reação. Isso ainda hoje é um problema que não foi resolvido no grupo de Cartagena: se se formaliza ou não, um convite para uma reunião. Haverá consultas de Cartagena, em fins de abril, e a questão do convite volta à tona. E, se as coisas não tiverem evoluído, vai ser meio difícil fazer um convite formal. Isso mesmo disse a meu sucessor.

MH – Ministro, o senhor mencionou em um momento, digamos, e eu me lembro desse momento, aonde realmente o Presidente Figueiredo parecia bastante irritado com a política monetária e com o aumento das taxas de juro. Nesse momento, eu em algum outro, se ventilou a possibilidade de uma moratória?

S.G – Não. Não mencionou isso. Nem mesmo nesse momento. Mas estava realmente muito irritado e disposto a soltar os cachorros, etc., a dizer umas coisas duras naquele

momento, não é? O que não deixou de ter um certo impacto. Depois da declaração dos quatro Presidentes, houve uma carta de Chefes de estado latino-americanos aos Chefes de Governo dos 7 mais industrializados, que se reuniam em Londres, junho do ano passado. O tema “Dívida Externa” não tinha a menor prioridade nessa reunião. Estava, na agenda, em Outros Assuntos, mas passou a ser um grande tema de conversa. Em termos de comunicado final, ocupa quase que a metade. Então, houve já, pelo menos, nessa ação dos Chefes de Governo e de Estado latino-americanos, houve um efeito de pôr na mesa o problema, como um problema importante, em termos políticos. O comunicado final dos 7 mais industrializados mencionava a intenção de dar ao problema da dívida “uma atenção especial”. Resolver é outra coisa, não é? (Riso)

MH – Agora, talvez só para terminar, quer dizer, pensando para o futuro e inclusive, nessa imensa dificuldade de uma flexibilidade maior por parte dos Estados Unidos. Eu me lembro, recentemente de ter lido aquele artigo do Brock, no *Foreign Affairs*, onde ele relaciona a questão do comércio com a questão da dívida...

S.G – Ah! A tendência no Congresso é cada vez mais protecionista.

MH – A tendência é um endurecimento.

S.G – Um endurecimento, porque acham que está dando certo. Eles estão no bem-bom, não é isso?

MH – Quer dizer, nesse contexto, é possível vislumbrar que talvez a saída de uma moratória, seja a única saída?

S.G – Não. Eu acho que a moratória não resolveria, porque, em primeiro lugar, seria muito difícil fazer isso coletivamente. Em segundo lugar, todos esses países precisam de dinheiro novo. Se não precisassem, se pudessem aguentar a mão seria outra situação. Isso por um lado. Por outro lado, teriam uma série de problema, sobretudo aqueles que,

como o Brasil – não todos os países em desenvolvimento – tem bens no exterior importantes.

MH – Claro.

S.G – Companhia de navegação aérea, marinha mercante importante, chegando a esses lugares, bancos nacionais – uma quantidade enorme de agências aí fora –, e bens que podiam ser objetos de tentativas de penhora. Do ponto de vista jurídico, o risco é muito discutível, mas se podia criar um problema bastante sério. Eu acho ilegal tais tentativas, mas podem criar grandes dificuldades. De modo que eu vejo o risco de que se criem de novo situações emergenciais. Por exemplo, num ano não se consegue saldo comercial suficiente para pagar os juros, não é? Aí surge de novo o problema de renegociar numa base emergencial. Não se pode pagar, se não se tem com que. A corda não deve ser levada a um esticamento excessivo, por um lado ou pelo outro. No caso do Governo brasileiro, se criticava que não havia tomado posição muito clara. Deixou a Argentina sozinha, etc. Mas agora, que vamos ter um Governo democrático, diziam, nossa posição se reforça. E poucos dias depois, o próprio Governo argentino demitiu o Grinspun. Mudava um pouco. Você não pode sair de certos limites. Nem você pode ficar satisfeito com o sistema atual, nem você pode modificá-lo na base da força. Você tem que persuadir e esperar que os fatos demonstrem que você tem razão. No momento, por exemplo, os Estados Unidos estão achando que está tudo muito bem, não é? Se essa prosperidade deles, em 84, vai se transmitir ao Japão, Europa e depois aos países do Terceiro Mundo – porque essa é a tese – de que a prosperidade vai se filtrando para fora, se essa tese é verdadeira, muito bem. Mas não parece. No caso do Japão, sim, quase imediatamente, porque tem uma capacidade de competir no mercado americano enorme. No caso da Europa, até hoje os resultados foram mínimos. Na Europa, eles continuam, não digo desesperados, mas andam muito próximos disso. O capital financeiro europeu indo para os Estados Unidos; a Europa sem se aproveitar na proporção que desejaria dessa prosperidade americana, em termos de maiores rendas; sofrendo, pelo contrário, a competição japonesa em toda parte. Tiveram alguma vantagem em terceiros mercados, porque a moeda deles se desvalorizou em relação ao dólar, evidentemente. Eles aumentaram, portanto, o poder de competição, apesar da sua relativa obsolescência tecnológica, da CEE, em relação aos Estados Unidos e sobretudo

em relação ao Japão. Mas por quando tempo durará essa sobrevalorização do dólar? Para nós, aliás, teve, indiretamente, um efeito negativo, porque, como os nossos preços são cotados em dólar, nós perdemos competitividade em relação aos europeus em terceiros mercados. Não sei avaliar quanto isso representa, mas há algum efeito; a área econômica nossa se queixa disso, etc. De qualquer forma, eu estava convencido de que não era responsabilidade minha, quer dizer, do Ministro das Relações Exteriores, renegociar a dívida com os bancos. Não era aqui, como não foi em nenhum país, e eu, inclusive, nem dominaria, na prática ou controlaria, os órgãos, como o Banco Central, que teriam que dar os dados para essa negociação. Mas aquilo que competia à Chancelaria fazer, que era dar a ênfase política, um plano político, um incremento da campanha de persuasão, para mudar as regras do jogo, aligeirá-las, etc., isso nós temos feito, na medida do possível, com toda ênfase, sem nenhuma hesitação e em coordenação com os latino-americanos, o que foi muito facilitado, como eu disse, pela criação do clima de confiança na região, para o qual tanto contribuímos.

MH – É, talvez a saída não fosse a transferência de responsabilidade para o Ministério, mas, sim, uma harmonia maior entre os Ministérios.

S.G – Uma maior coordenação interna, talvez.

MH – Exato.

S.G – Que houve, para o essencial, mas não foi continuada. Essas negociações com o Clube de Paris, isso desde o princípio eu mesmo alertei o Delfim e o Galvêas de que o Itamaraty tinha de envolver-se desde o princípio, porque os Governos eram diretamente responsáveis. Nossas embaixadas iam ser envolvidas. Criou-se até um grupinho de trabalho onde nós estávamos. Na execução, em alguns episódios, entretanto, houve falhas de coordenação. Cartas do Galvêas a Embaixadores estrangeiros e coisas desse tipo, que nós soubemos *a posteriori*. Outras que ele me mostrou acidentalmente. Esse método das cartas do Ministro da Fazenda era possível, mas não recomendável. Houve defeitos de coordenação em alguns momentos. Por exemplo, num assunto inteiramente

à parte da dívida. Um dia, o Galvêas resolveu acabar com o subsídio às exportações. Durou pouco. E nós soubemos pelos jornais. Eu tive que parar um pouco isso, ir à Presidência, porque a nós interessava que se tomássemos uma atitude dessas...

[FINAL DA FITA 27-B]

S.G – ...tomássemos uma atitude dessas, ao menos a fizessemos render no GATT; negociar a cassação dos subsídios em troca de alguma coisa, quer bilateralmente, com os Estados Unidos, quer no contexto do GATT. Enfim, coisas desse tipo. Por exemplo, a reunião a nível ministerial do GATT de 82, novembro, em que a questão dos serviços interessava muito aos americanos. Nós estávamos opondo resistência, como todos os países em desenvolvimento. E na época, também a CEE. Os americanos pressionaram bilateralmente. Motley falou-me, sobretudo, que Brasil e Índia é que faziam a resistência. Certamente apertaram na área econômica. O Delfim me disse que precisávamos mudar isso, o que, segundo ele, não tinha importância, porque o assunto ia levar anos em discussão. Expliquei que não costumamos mudar prematuramente, nunca damos cambalhotas no ar, senão a longo prazo perdíamos credibilidade e respeito, mas eu já havia pensado, desde o início, em certas linhas de recuo. Mas isso seria resultado das negociações e não antes da reunião ministerial. Mas ele estava com a preocupação de resolver um problema emergencial da área financeira, e achava que a posição no GATT atrapalhava.

M.H – É, acho que esse assunto do GATT vai ficar para a próxima sessão que nós vamos...

S.G – Não, talvez não, porque talvez não justifique um...

MH – Mas é um tema interessante. Eu não descartaria, não. Eu não vou estar mais aqui...

S.G – Não justificaria um esforço, não é? De análise maior. O que é que ficou faltando mesmo?

8ª entrevista: 8/04/1985

A.C – Rio de Janeiro, 8 de abril de 1985. Oitava entrevista com o Ministro Saraiva Guerreiro. Ministro, nós interrompemos nossa entrevista já há mais de uma semana e hoje nós queríamos retomar, talvez não exatamente, no ponto em que a entrevista foi interrompida, mas falando de novo um pouco sobre América Latina. Houve alguns assuntos, que nos pareceram ter ficado de fora, nessa conversa anterior, e talvez, o primeiro deles tenha sido a questão do Suriname. Foi enfim, um assunto que empolgou muito, enfim, que teve muitos lances interessantes e que envolveu um pouco problemas que nós já discutimos, não é? Esse problema da relação com Cuba, a questão dos Estados Unidos, enfim, e uma política externa brasileira assim chamada independente, não é?

S.G – É. Como você sabe, eu não chamo a política externa de independente, por motivos que já expliquei.

A.C – Exato.

S.G – Acho que não há nenhuma, realmente, independente. É uma fórmula, como outros rótulos. Mas, eu sempre me preocupei com a Guiana e o Suriname, tanto quanto com qualquer outro vizinho, e talvez, até, em certo sentido, mais, pela fraqueza estrutural desses países e porque, embora nossas fronteiras sejam mortas, a não ser um pouco com a Guiana, lá em Roraima. De qualquer forma, são pontos muito próximos em que, se houvesse uma alteração fundamental, ia-se criar uma grande emoção aqui dentro em todos os círculos. Não só no povo, mas em certos setores, até muito acentuadamente. E a tendência normal nossa era deixar aquilo um pouquinho de lado. É natural. Nós não temos meios de estar agindo aqui e ali de uma forma eficiente. No caso da Guiana, por exemplo, ainda durante o Governo Geisel, quando eu era Secretário-Geral, criou-se uma fantasia contra nós, muito estimulada, eu acho, que por terceiros, inclusive pela imprensa venezuelana, um pouco, talvez, por Cuba também, que naquele tempo, tinha um relacionamento com a Guiana, muito mais íntimo do que passou a ter

mais adiante. Deixou de ter esse relacionamento porque o Burnham¹⁰⁸, percebeu que a presença cubana, ou a influência cubana, tendia a favorecer o Cheddi Jagan, que era o chefe do Partido Comunista Guianense. Burnham queria caracterizar a Guiana como um país de esquerda, com o que ele chamou de cooperativismo, desapropriou as fábricas, as explorações de alumínio das grandes multinacionais. Com resultados práticos bastante negativos, mas mantendo um programa socialista. Então, houve um momento em que surgiu a desconfiança de que o Brasil, no período Médici, em que se auto designava potência emergente, programava ocupação da Amazônia, etc. tinha desígnios sobre a Guiana. Criou-se, possivelmente, na Guiana uma espécie de receio do Brasil, infundado mas real. Ainda no Governo Geisel, eles tinham apenas um encarregado de Negócios aqui, que uma vez foi me ver e me falou da concentração de tropas brasileiras em Roraima e outros indícios preocupantes. Expliquei-lhe que não tínhamos o menor interesse em nenhuma ação de pressão sobre a Guiana. Expus-lhe longamente nosso raciocínio: que interesse tem o Brasil de pressionar a Guiana? Naturalmente, se vocês se tornassem uma base para ações subversivas no Brasil, é lógico que sim, aí vocês podem esperar tudo, porque nos defenderíamos. Mas não é o caso, conclui. E arranjamos até para ele fazer uma viagem a Roraima. Ele foi lá. Foi bem recebido. Viu o batalhão em Boa Vista, viu a fronteira, as instalações. E também, começou um trabalho, ainda no Governo Geisel, de reduzir as desconfianças da Guiana. No Governo Figueiredo, a tensão havia desaparecido. Já ministro, me encontrei em Nova York, para a Assembleia Geral, com o Ministro do Exterior deles, que é até hoje o Rasleigh Jackson, um sujeito ótimo. E começou a criar-se entre nós, Governo brasileiro e Governo da Guiana, um bom relacionamento. Mais adiante, Rasleigh Jackson e mesmo Burnham vieram ao Brasil; fui à Guiana; reuniu-se regularmente a Comissão Mista, prepararam-se alguns pequenos projetos, que não pudemos levar a cabo como desejaríamos. Os principais, mesmo a ponte sobre o rio Tacutu, se atrasaram muito com a superveniência de nossa crise. Mas outras coisas, foram feitas. E, hoje o relacionamento é muito bom. Nós fizemos um esforço muito grande para mostrar isenção na questão territorial da Venezuela com eles. Disse aos venezuelanos exatamente qual era a nossa posição: não nos metermos, não darmos opinião, mas levamos adiante todas as formas de cooperação com a Guiana, mesmo que elas se efetuassem no território sob contestação, e citava o art. 4º do Acordo de Port-of-Spain, que havia congelado entre os dois países,

¹⁰⁸ Forbes Burnham, à época, Presidente.

por dez anos a discussão de controvérsia, e que estabelecia que tudo aquilo que ocorresse no território contestado, não afetava, não prejudicava, do direito de qualquer das partes. Quer dizer, tudo o que nós fizéssemos na área, sem alterá-la, não estava prejudicando nada sobre a questão. Como o Suriname, nós fizemos muito pouca coisa...

A.C – Antes de entrar na questão do Suriname, eu queria lhe perguntar sobre as Guianas. Isso era um assunto, que me passou no momento, em que nós discutimos o Governo Jânio. Mas houve, aquele famoso episódio em que o Jânio encomendou ao Estado Maior das Forças Armadas, que na época era dirigido pelo Marechal Cordeiro de Farias, e ao General Golbery, um relatório de intensificação das fronteiras, etc., no qual aparentemente ele estava preocupado exatamente em, digamos assim, em ativar a presença brasileira nas Guianas, mas através de uma política de fronteira. Isso teve, na época, uma repercussão grande, e tal, e o senhor justamente estava lá nessa época, não é? No Ministério. O senhor acompanhou isso? Enfim...

S.G – Não, isso não chegou a se refletir, que eu saiba, no Ministério. Talvez, na área americana alguma coisa, mas eu nem soube disso na época. Depois, muito recentemente até, é que, eu ouvi comentários sobre este assunto, inclusive de uma ou outra pessoa que poderiam ter sabido e que confirmam uns certos planos de Jânio Quadros. Mas, o espírito nosso era muito diferente. E nem poderia deixar de ser. E era uma coisa muito minha, uma preocupação, com criar um clima de confiança nesses países, em relação ao Brasil, e que era harmônico com a linha de política externa do Presidente. Não assumirmos uma responsabilidade que eu sabia que não tínhamos meios de assumir, mas criarmos um tipo de confiança, tal que mesmo esforços de terceiros, intrigas de qualquer sorte, não pudessem interferir. Insistir para que, quer a Guiana, quer o Suriname, se tivessem qualquer dúvida a respeito, de alguma atitude nossa, falassem sempre conosco. Não se deixassem impressionar com opiniões de terceiros, etc. Era isso que eu pretendia, apenas, quando iniciamos. E, naturalmente, um pouquinho de presença brasileira em cooperação técnica, melhora das condições de comércio e transportes, alguma cooperação cultural. No Suriname, por exemplo, o Governo anterior ao de Bouterse, à revolução de fevereiro de 80, tinha mostrado interesse em que abrissemos um centro cultural, para o estudo do português em Paramaribo. Naquele momento, não tínhamos meios adequados. Fiz algumas informações ao Presidente

Figueiredo, nesse ano de 80, assinalando a importância desses dois países de um ponto de vista estratégico, e longo prazo, e a necessidade de fazermos alguma coisa. Em uma deles, eu cheguei a fazer uma estimativa de custos para obras, cooperação técnica e cultural. No caso da Guiana, a ponte sobre o rio entre Roraima e a Guiana e a estrada de Lethen até Mabura Hill, que nos ligaria a Georgetown; algumas outras despesas com programas de cooperação técnica. No caso do Suriname, era menos até naquele momento. O Suriname tinha uma situação melhor, porque ainda recebia a ajuda holandesa, ou tinha deixado de receber há muito pouco tempo. Mas podíamos estender alguma cooperação técnica e abrir um centro cultural. Eu levei isso ao Presidente, que achou ótimo, gostou muito das informações. Apenas, ele me disse: “Olhe, agora dinheiro nós não temos”. (Riso) De qualquer forma, em janeiro de 81 visitei Paramaribo e Georgetown. Alguns anos antes, o Gibson tinha também visitado os dois países. Em Paramaribo – vamos então falar particularmente de Paramaribo, por causa do que veio depois –, minha visita foi um grande êxito. Ficaram encantados e me deram toda a atenção. Pensamos em alguns pequenos programas de cooperação técnica. Na parte cultural, embora sem dinheiro, prometi alguma coisa. Havia na Embaixada um Oficial de Chancelaria que tinha sido professora primária. – normalista. – e que começou a dar aulas de português para grupos pequenos. Não recebia nada a mais por isso. Em vez de trabalhar na Chancelaria da Embaixada, ela dava aulas para os grupos, etc. Nessa ocasião, era Presidente do Suriname Chin-A-Sem, que era um médico, dizem que muito competente até. O nosso Embaixador lá se tratava com ele, parece que com êxito. Era de origem chinesa, um mestiço de chinês e holandês. Nos recebeu muito bem, inclusive com um belo espetáculo de folclore, em que participavam toas as raças, ameríndios, indonésios, indianos, negros. O próprio Presidente me sugeriu ir ao térreo do prédio onde estava a Presidência, ao *Beleidszentrum*, que era de fato a fonte do poder. Porque já tinha havido a revolução de fevereiro, e era esse grupo de militares, no fundo, que estava já manipulando. Eu estava preparado. Levei três pistolas para dar de presente a eles. E aí tivemos uma conversa com o Cel. Bouterse, que presidia o grupo, o Major Graanoogst, que até hoje está lá (ele vem muito aqui ao Brasil), e um terceiro, cujo nome não consigo me lembrar, que foi morto mais tarde e que era tido, como mais moderado. Graanoogst, também, de certa maneira, mas sem muito prestígio próprio. E o Cel. Bouterse era já o homem forte do país, digamos assim. A conversa foi muito bem. Começou um pouco com o pé atrás. Ele me deu a impressão um pouco de uma certa timidez, uma certa falta de *aisance*, de segurança, mas se interessou muito por alguns

aspectos. Por exemplo, me perguntou sobre as funções sociais das Forças Armadas no Brasil. Procurei dar uma ideia em termos sintéticos: o Exército tem um Batalhão rodoviário, outro ferroviário; alfabetiza recrutas; mantém pelotões de fronteira; a Marinha tem umas corvetas que sobem o rio Amazonas ou param nos pequenos portos, nos lugares isolados, e dão assistência médica, também; a Aeronáutica tem um sistema de transportes, que se chama Correio Aéreo Nacional, que vai a pequenos lugares, onde não se justificaria uma linha comercial, tudo isso. Ele se interessou muito por esses aspectos. E ao fim da conversa ele já estava muito simpático, muito aberto. E perguntou como é que se podia fazer para uma cooperação militar. Disse-lhe que tínhamos boa vontade. Sugeri que ele mandasse uma comissão da sua confiança ao Brasil e ver o que havia. Eu me entenderia com os meus colegas da área militar e se marcaria uma data para eles irem e verem. Depois, na base do que examinassem e vissem, esse grupo poderão fazer um relatório e ele, Bouterse, veria o que poderia interessar em matéria de cooperação nesse campo. Voltei a Brasília. Eles não mandaram logo a missão. De vez em quando falavam com o Embaixador. O Embaixador dizia: “Mas mandem, o Ministro não disse? À hora que os senhores quiserem. É preciso que vão lá para saber exatamente o que é que os senhores querem e o que é que se pode dar como cooperação nesse campo”. Passaram-se vários meses. Estive lá em janeiro de 81. Aqui no Brasil não deram a menor importância a essa visita. Me lembro que os jornais falaram que era uma visita apenas política, quer dizer, a países miseráveis. Mas eu achei importante. Em dezembro de 81, 13 de dezembro, o Bouterse, alegando uma conspiração, matou uma porção de gente, etc. – pessoalmente, dizem alguns. O Chin-A-Sem foi para o exterior. Assumiu a chefia do Estado homem que eu tinha conhecido na minha visita, porque era Presidente da Corte Suprema, Misier¹⁰⁹. É de origem indiana. Um homem culto, interessante até; conversamos muito. Eles tinham na Corte Suprema pelo menos um branco, tinham uns dois indianos, tinham uns pretos. Era bem um retrato do país. Com a supressão das aparências democráticas e as execuções, a Holanda suspendeu a ajuda. Os Estados Unidos seguiram o caminho da Holanda. Quer dizer, de certa forma. – e segundo nos disseram na época, que era a avaliação deles –, o Bouterse não poderia durar muito sem a ajuda da Holanda. Não seria popular. No Suriname, havia e há ainda um movimento sindical bastante organizado, organizado pelos sindicalistas holandeses, desde o tempo da colônia. Um nível médio melhor do que o nosso. Tanto o Governo

¹⁰⁹ Randat Misier.

holandês quanto o Governo americano avaliavam que a nova situação não ia durar muito. A minha posição e minha avaliação sempre foi a de que era inútil estar estabelecendo datas para a queda do Bouterse, porque ninguém sabia o que é que poderia acontecer. Essas coisas não são matemáticas. E que, de qualquer forma, deveríamos manter, apesar disso ser difícil, a relação no mesmo pé. Porque nós não íamos querer, nem poder, intervir para alterar nada. Então, o melhor era continuar presente lá, continuar como se nada houvesse, não interferindo nos assuntos internos do país. Mudei o Embaixador, o Nestor Santos Lima, porque estava lá há muito anos. Tinha tido uma boa atuação, era muito amigo de todo mundo, mas estava emocionalmente envolvido. Por exemplo, um dos grandes advogados de lá era um dos líderes que foram assassinados em dezembro, o Sr. Gonçalves...

A.C – Como era o nome dele?

S.G – Gonçalves, como em português. A duas casas, além da Embaixada, ele morava quando foi assassinado. A mulher dele procurou os Santos Lima, a mulher do Nestor ficou emocionadíssima, o Nestor foi ao enterro dos assassinados. Achei tudo compreensível e mesmo correto mas, para o futuro, não dava. Era preciso tirar o Nestor e então, nós o mandamos para a República Dominicana. E para o Suriname, eu pensei numa pessoa muito inteligente e fria, desengajado, bom profissional, que era o Lampreia¹¹⁰, então Ministro-Conselheiro em Washington. Fazia a parte econômica da Embaixada. Passou no Rio e conversamos, etc. Nesse ínterim, já tinha havido uma missão de gente do SNI, que tinha ido lá. Eu vi o relatório deles. Não tinha nada que não soubéssemos sobre a situação política. Nem podia acrescentar. O Embaixador estava lá há sete anos. Sabia por dentro e por fora tudo. Conversou bem com a missão.

A.C – Era um super SNI. (Risos)

S.G – Deram, porém, informações sobre o tipo de avião que podia descer no aeroporto, no outro aeroporto auxiliar, distância para a cidade, coisas assim. Cumpriram

¹¹⁰ Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia.

corretamente seu dever, embora eu pessoalmente não pensasse que viríamos a ter interesse nesse gênero de informações. Mas nessa ocasião, num dado momento – em janeiro, eu creio, de 82 – quando houve a retração americana e holandesa, o Bouterse começou a falar muito contra o imperialismo, contra os monopolistas, uma atitude de independência, Terceiro Mundo, países não alinhados, etc., em termos violentos, talvez pensando com isso mobilizar a opinião. O que não era tão fácil no Suriname, porque, como eu disse, eles tinham um nível médio muito bom e sindicatos com uma mentalidade muito européia, reivindicativa em termos de vantagens específicas para o trabalhador, não tão politizados, propriamente. Cuba encheu a sua Embaixada de gente. Mandou para lá um Embaixador muito ativista.

A.C – Muito ativista, não é?

S.G – É, muito. Os americanos ficaram muito preocupados. Nesse período, então, a preocupação deixou de ser minha apenas. Como aparentemente havia uma crise aguda, aí começou a preocupar outras áreas: o próprio Presidente e o Conselho de Segurança. E um dia à noite, eu fui chamado e me entrevistei com Otávio Medeiros e Venturini. O Otávio me explicou que o Presidente queria que o Venturini fosse como emissário pessoal dele ao Suriname, queria avisar-me e pedir minha opinião. É assim que isso foi colocado. Eu disse: “Eu acho ótimo. Há pelo menos dois anos que venho falando da importância desses países. E diante desta crise, acho que não podemos fazer nada senão nos aproximar, abrir uma opção para esse homem”. Lembrei que Bouterse, mesmo recentemente, vinha repetindo, que queria inserir o país na sua a região latino-americana. Ele cita Cuba. Mas cita também o Brasil, a Venezuela e a Colômbia. Então, por que não tomar sua palavra ao pé da letra? Conversamos muito antes de Venturini partir, até sobre o linguajar que devia utilizar lá. Foi um grande êxito sua visita. Erroneamente, a imprensa holandesa achou que era uma tentativa brasileira de satelitizar o Suriname. Não era nada disso. Nem nós tínhamos condições de nos substituímos aos holandeses, em matéria de recursos, de ajuda, não é? Mas pudemos realizar e realizamos, algumas formas de cooperação técnica. Abrimos o Centro Cultural lá, que tem professores diversos. Hoje, tem mais de 500 alunos, numa cidade pequena. Os oficiais quase todos, estão fazendo curso de português. O Major Graanoogst veio, foi bem recebido, combinou com os Estados Maiores uma série de

coisas. Houve uma abertura de linhas da CACEX para o Suriname, comprar os carros da Engesa e outras coisas. Houve aí, uma preocupação dos holandeses quando veio aqui, meses depois, o...

A.C – Primeiro Ministro?

S.G – Primeiro Ministro. Veio com ele o Ministro do Exterior que é Ministro até hoje, Van den Broek¹¹¹. Ele me disse que o que estávamos vendendo, seria usado para massacrar a população. Respondi-lhe que esse material não iria desequilibrar coisa nenhuma, porque os 1.000 homens do Exército, treinados e armados, mesmo de carabina e revólver, seriam suficientes para uma população indefesa. De modo que não víamos uma próxima queda de Bouterse. Apenas estávamos abrindo uma nova porta para o exterior. Não víamos vantagem num isolamento, dando a Cuba o monopólio dos contatos externos do Suriname. Em março de 83, eu fui a Washington, numa visita de trabalho – conforme havia combinado com o Secretário de Estado, por ocasião da visita Reagan, já feitos os estudos preliminares, lá e cá, e por via diplomática trocadas as nossas opiniões – resolver os últimos pontos pendentes e lançar os tais grupo de trabalho que o Presidente Reagan tinha proposto quando esteve aqui. Conversamos antes do almoço de trabalho e durante o almoço. Depois do almoço, houve uma reunião, não em mesa formal, mas sentados em sofás e poltronas, os membros das duas delegações. Fora do assunto específico que vínhamos tratando, não chegamos a fazer um *tour d'horizon* completo, mas mencionamos coisas curtas. Schultz me disse que, apenas *for the record*, ia me dar opinião americana sobre o Suriname, que em resumo era de que Bouterse iria cair, que não podia continuar, que tudo o que se fizesse de ajudas, apenas vai ajudá-lo a durar um pouco mais, sem alterar sua disposição. Uma avaliação à holandesa. Fez aquilo *for the record*, como ele me disse. Quer dizer, ele não nos estava pressionando. Eu comentei que não sabia do futuro. Tudo muda. Mas Bouterse está aí, antes apenas com influência através do Governo Chin-A-Sen, e já há muito tempo inteiramente sozinho. De fato, não é popular, mas está-se aguentando. Os ditadores se aguentam tendo os meios de pressão necessários, de repressão. Talvez, nós entendamos disto mais, acrescentei, porque temos mais experiência com ditadores na

¹¹¹ H. Van den Broek.

América Latina. (Risos) “Francamente, disse, sabemos que é assim, mas não vamos mudar nada, porque também não vemos que outra coisa fazer”. Já era visível, indiquei, que Cuba deixara de ter a influência que teve no início da chamada Revolução do Bouterse. Ele deixou de se apoiar em Cuba e, como se sabe, num dado momento, mais adiante, até mandou embora o Embaixador de Cuba. Declarou *persona non grata* sem estardalhaço, e o embaixador foi embora. Continuaram com certos programas com Cuba, o que também não nos incomodava, em absoluto, desde que não houvesse aquela penetração, e quase que uma espécie de tutela e professorado cubano sobre o Governo surinamense. Nós não tínhamos nenhuma pretensão de nos substituímos aos holandeses, como professores ou juizes. Bastava-nos criar confiança. Quer dizer, eles se habituarem a ver no Brasil um país que não se metia com as coisas internas deles para nada, tratava todo mundo lá muito bem. Mandáramos um Embaixador de primeira linha, que é o Lampreia, muito jeitoso e frio. Aquilo que prometíamos, fazíamos. As coisas que o Venturini, naquela época, prometeu foram concretizadas como previsto, com a exceção de duas, que não foram prometidas de pedra e cal, mas expressamente sujeitas a estudos, que eram uma compra de alumínio e uma compra de arroz. Então, se criou um grau de confiança muito grande. Eles hoje estão menos isolados. Desde 83, já na Assembleia Geral da ONU, estavam conversando com os americanos, procurando se aproximar. A Embaixada americana lá fora reconstituída, embora os Estados Unidos ainda não dessem ajuda. Mas já não vetavam...

[FINAL DA FITA 28-A]

S.G – Mas já não vetavam empréstimos do Banco Interamericano ao Suriname, ou do Banco Mundial. Já estavam, portanto, numa posição menos rígida. Mesmo antes, creio que setores do Governo americano, compreendiam nossa linha, como de interesse comum, embora como claramente visível dos antecedentes, que citei e de nossa posição geral, em relação aos vizinhos, ela fosse tipicamente nossa.

A.C – Como chegou a situação do Suriname a ficar tão difícil com os Estados Unidos? Porque evidentemente, que a questão da ditadura, para os Estados Unidos, não é uma questão...

S.G – Não, não era essencial. Quando houve, em dezembro de 81, a matança, etc. etc., tudo indicava que o Bouterse ia para uma posição de extrema esquerda, ligando-se a Cuba.

A.C – Quer dizer, foi uma questão mais ideológica deles.

S.G – Também, em parte. Em parte, também, porque havia a política de direitos do homem, que, embora muito atenuada...

A.C – Certo. Perfeito.

S.G – ...no Governo Reagan. Não deixava de ser, de continuar a ser um elemento da política externa americana, com alguma repercussão em termos de imprensa e de opinião pública. Havia, portanto, uma maior inibição, digamos, do que haveria a 30 anos atrás. Havia ainda este aspecto da ligação com a Holanda, membro da OTAN. A Holanda tomou essa atitude muito drástica e os Estados Unidos tinham dificuldade de ir totalmente contra a avaliação holandesa, inclusive porque era de supor que ninguém conhecesse melhor o Suriname do que os holandeses. E eles achavam que o Bouterse não ia durar. Ele está aí há quantos anos? Cinco?

A.C – Exato. Agora, quer dizer, no fundo, foi uma situação semelhante, do ponto de vista de política externa, à questão com Angola, não é? De certa forma, porque o problema foi mais ou menos o mesmo, quer dizer, o Brasil tentar, vamos dizer, envolver um país que estava tentando ir para uma esfera...

S.G – É mais grave e menos grave. Mais grave potencialmente, porque é um país vizinho, tudo isso. Afetaria muito mais diretamente, não é? Menos grave, porque a opção do Bouterse não era clara. Quer dizer, o Bouterse não era um ideólogo marxista-leninista, e não é. Ele veio de sargento, com um grau de preparação limitado, mas com qualidades de liderança. Depois de estar no poder é que foi estudar línguas. O atual Primeiro Ministro era professor dele. Dava aulas particulares.

A.C – Interessante.

S.G – Era muito diferente da liderança angolana, que era convicta e ideológica. Mas era menos grave nesse sentido de que, embora culturalmente mais próxima, Angola não nos afetava imediatamente. O jogo tinha que ser muito mais a longo prazo, etc. Mas em ambos os casos, o que há de comum, eu acho, é, primeiro, essa verificação de que os nossos meios de ação eram limitados. Nós não podíamos agir diretamente sob a forma de uma intervenção ou de interferência eficaz. A minha opinião é que, quando se intervém, se intervém para valer e para acabar, mas nunca para ficar numa situação intermediária e dúbia. Com os ônus da intervenção e sem as vantagens da mudança da situação. Em segundo lugar, mas não menos efetiva, de princípio contra a intervenção por motivos jurídicos, morais e políticos. Havia um pouco esse tipo de posição geral nossa na política externa de Figueiredo. No caso de Figueiredo, ainda mais conscientemente limitada em termos dos meios de ação e, ao mesmo tempo, mais clara, também, no sentido de que as posições ou as atitudes não são, não devem ser, de tudo ou nada. Quer dizer, sua opção não é entre agir para modificar, o que você não gosta, ou nada fazer e ficar abespinhado, emburrado e hostilizando bestamente a situação indesejável. Em atitudes extremas, neuróticas, nunca nos atraíram. Quer dizer, nós agíamos conforme o caso, conforme os méritos do caso, e aceitando que a realidade é a realidade. Agora, não uma atitude de omissão, mas de presença modulada, adequada à realidade. Procurar entender, aceitar sem nos modificarmos, nem tentar modificar os demais.

A.C – De qualquer maneira, foi, digamos, uma jogada diplomática também complexa, no sentido de que este Governo, que era um pouco um Governo, embora com tonalidades de esquerda, uma ditadura, não é? Quer dizer, o Brasil aparecia um pouco como um aliado, talvez natural deles, não é?

S.G – Militar ditador... (Risos)

A.C – ...dando armas, enfim, facilitando, etc., e a população podia ver o Brasil...

S.G – ...mal.

A.C – ...como uma espécie de protetor externo.

S.G – Essa imagem não se formou.

A.C – Agora, isso é que eu queria saber do senhor, como é que foi?

S.G – Acabo não sendo assim. Pelo contrário, houve vários indícios de que vários segmentos da sociedade lá, surinamense, apreciaram a presença do Brasil. Por que, você me perguntará, me dirá? Primeiro, porque ela foi não um antídoto.

A.C – Pelas mesmas razões que o Brasil apoiou.

S.G – Não um antídoto violento a ligação exclusiva e militante com Cuba, mas algo diferente, outra abertura, outra opção. Quer dizer, num momento extremo de isolamento, abriu-se uma janelinha para o outro lado, não é? Mesmo do ponto de vista operário, digamos, os trabalhadores da indústria de alumínio, etc., não eram controlados por uma liderança comunista, mas por sindicatos muito fortes e marcados pela experiência europeia de sindicato reivindicador, mas não ideológico no sentido de buscar uma mudança na estrutura política do país, e sim, defender concretamente os interesses.

A.C – É, sindicalismo mesmo, não é? No sentido clássico.

S.G – É. Então, não havia uma simpatia específica por Cuba ou o que seja. Então, a janela aberta para o lado de cá não foi mal recebida. A informação que temos é que o Brasil, não é objeto de grande interesse, não é um país, digamos assim, da primeira prioridade no visto do mundo dos surinamenses. É uma coisa curiosa que, no fundo, estamos bastante isolados, apesar de vizinhos. Mas nós, também, nunca buscamos, como eu disse, nem satelitizar – Deus nos livre de satelitizar algum país! –, nem termos a responsabilidade pela evolução do Suriname.

A.C – Claro.

S.G – Mesmo porque quando um país intervém assume uma responsabilidade brutal. Você pode é abrir uma janela, você pode cooperar, você pode criar condições que a liderança daquele país queria aproveitar e que sejam úteis. Porque, ao aproveitar, tal liderança, muda um pouco o seu rumo. Ele qualifica as suas posições com uma abertura para o Brasil, por exemplo. E, sobretudo, criar-se uma certa confiança. Tanto num caso,

quanto no outro, o objetivo que sempre tivemos, em Angola ou Suriname, era que confiassem no Brasil. Nos vissem, não como um perigo, uma semi-grande potência, ou o que fosse, e sim, como um país grande mas construtivo, um país em que eles pudessem ter confiança e, se surgisse alguma desconfiança, que falassem francamente conosco, se entendessem conosco. Acho que, isso se conseguiu com esses dois países.

A.C – De certa forma, o fato de que o Brasil é um país pobre, não é?

S.G – Lógico, eles sabem disso.

A.C – ...nos ajuda nesse ponto, porque nós estamos, na verdade...

S.G – ...também lutando.

A.C – Quer dizer, o grande trabalho que o senhor, enfim, impulsionou foi esse: de consolidar as relações independente dos interesses que possa haver. Porque, na verdade, interesses, propriamente, são poucos.

S.G – São poucos os imediatos e concretos. Não são países que nos dêem grandes mercados, nem, muitíssimo menos, financiamentos do nosso interesse. (Riso) Cooperação técnica, sempre se pode fazer um pouquinho. E aí, como as proporções são minúsculas, em alguns casos, é a proporção de um Município brasileiro, ou pouco mais – alguma coisa que se faça representa, proporcionalmente, algo importante. Tínhamos igualmente a preocupação de que é melhor prevenir do que remediar. O óbvio da sabedoria popular. Quer dizer, desenvolvendo-se uma situação de risco potencial num desses países, antes que ela tome forma definitiva, é preferível você estar presente. Uma das coisas, por exemplo, que nós sempre criticamos nos americanos, com relação à América Central é que eles só se mexem quando há uma crise. Ora, se é uma região estrategicamente importante para eles, eles teriam que ter não só a presença privada comercial importante, mas uma preocupação de Governo constante sobre a evolução desses países. E se não estão dispostos a intervir mecanicamente e militarmente, etc., então, têm que ter um trabalho constante, ou deveriam ter tido durante gerações, para criar esse tipo de confiança que não existiu. Evidentemente, no nosso caso, se dirá, terá sido

muito mais fácil, guardados as proporções de poder, responsabilidade e limitados âmbitos geográficos. Mas um pouco o espírito era esse.

A.C – É. E a rigor, quer dizer, o que fragiliza muito a política externa americana é esse fato de que parece sempre haver alguma corporação por trás. Quer dizer, eu acho, que nós vamos até ter condição, depois de discutir um pouco esse problema das tarifas e tudo, mas, quer dizer, as grandes empresas, não é? E as grandes corporações, elas têm uma força muito grande decisiva, não é?

S.G – Muito grande, é.

A.C – Na América Central é um situação típica.

S.G – Se bem que hoje, em termos de Estados Unidos, na América Central as grandes multinacionais já não são...

A.C – ...o que eram.

S.G – ...um elemento de pressão interna muito grande. A *United Fruit* está praticamente vendendo tudo o que tem. Já não ganha mais dinheiro lá. A revolução nicaraguense, por exemplo, teve o cuidado de não mexer com o interesse de nenhuma multinacional. Tem lá sua tática. Mas não era um país tão completamente dominado pelas multinacionais, porque o próprio Somoza preferia ele mesmo ser dono. (Risos)

A.C – Por exemplo, falando em cooperação técnica, enfim, se assim pode chamar, houve uma cooperação do Ministério das Relações Exteriores brasileiro com o do Suriname, para formar...

S.G – Diplomatas, sim. Participamos de um curso lá, como em outros países, junto com um programa de treinamento da ONU.

A.C – Diplomatas? Como é que foi isso?

S.G – Isso é uma coisa feita em cooperação com o país interessado e com a UNITAR, que é um órgão das Nações Unidas para treinamento de pessoal, e o Brasil, via Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco. A UNITAR faz uma parte do programa, geralmente de ordem geral, e nós fazemos a parte mais profissional, propriamente. Vai um coordenador nosso, vão conferencistas nossos, pessoas do Instituto Rio Branco, funcionários diversos, Chefes de Departamento e de Divisão. E, naturalmente, há também sempre uma parte que é dada pela alta chefia das Cancelarias locais. Mas a parte profissionalizante, propriamente, nós é que damos, com uma preocupação de objetividade. Nós fizemos isso no Suriname com muito bom êxito, grandes agradecimentos, etc., e em Cabo Verde, onde vários dos Chefes na Chancelaria são egressos do Instituto Rio Branco, fizeram curso aqui em Brasília. Todo ano há uns três, quatro cabo-verdianos. Fizemos isso na Guiné-Bissau e Angola, também. No Gabão, não se conseguiu fazer ainda. Eles querem muito, mas havia uns problemas de ordem prática. Não sai muito caro. Faz-se com as verbas normais. Como nós podemos mandar funcionários nossos como se fossem para conferências, usando as verbas nossas. Temos feito com boa disposição, porque não dependemos de arranjar um crédito especial, porque aí seria um problema. Aí entra SEPLAN, Fazenda, o diabo! É difícilimo! Mas essa cooperação, quer os cursos lá fora, quer as bolsas no Instituto Rio Branco, tem dado muito bom resultado, todos têm ficado satisfeitos com esse tipo de cooperação.

A.C – Isso significa, talvez, que a médio prazo o Brasil pode estar criando até uma escola diplomática, porque...

S.G – Não, não chega...

A.C –... a partir de um determinado momento, a gente pode imaginar...

S.G – Não chegaria a tanto, não. Inclusive, no caso...

A.C –... que essas pessoas serão as elites dos seus respectivos países.

S.G – Em vários deles, já há em funções chave nas Chancelarias pessoas que estudaram aqui. O Chefe de Gabinete do Ministro do Exterior de Cabo Verde, Chefes de Divisão e coisas assim. Dos que vêm estudar no Instituto Rio Branco, os resultados são

heterogêneos. Alguns ficam até meio chateados. Alguns têm uma base muito ruim. Outros são muito bons. Houve uma ocasião, há uns 4 anos talvez, em que o melhor aluno do Instituto, entre nacionais e estrangeiros, era uma moça barbadiana, uma preta, brilhante. Às vezes, não têm condição para nada, não é? Depende. É muito heterogêneo. Cria certo problema para a administração do Instituto. Mas, como resultado médio, tem sido muito bom mesmo.

A.C – E me diga uma coisa, Ministro. Essa questão das fronteiras com a Guiana. Quer dizer, o senhor não quis, realmente, valorizar muito esse aspecto da questão. Mas eu tenho ouvido documentários, enfim, mostrando que está havendo um fluxo muito grande de populações do Brasil que vão para a área das Guianas e que, enfim, voltam muito empobrecidos. Enfim, uma *via crucis* terrível. Isso o preocupa?

S.G – Ah, isso é na Guiana Francesa. É outra coisa.

A.C – Isso é área da Guiana Francesa, não é?

S.G – É. Sobre a questão da fronteira Guiana-Venezuela, nós tivemos sempre a preocupação de dizer aos dois a mesma coisa. Inclusive quando eu fui, em janeiro de 81, a Paramaribo e a Georgetown, voltei, e em fevereiro, 20 dias depois, fui a Caracas. Embora, o nosso Embaixador tivesse explicado, eu achei que devia ir, porque eu me dava muito bem com o Alberto Zambrano e o próprio Presidente Herrera Campins. E fui, justamente para não deixar qualquer resquício possível de desconfiança. Reiterei que esperávamos que as duas partes conversassem, encontrassem o caminho, mas não daríamos opinião. Nós tivemos nosso caso com a Guiana, também, perdemos. Também, foi um laudo arbitral arbitrário. (Riso) O grupo de juristas, que fez o exame das memórias se inclinou pela causa brasileira. Mas o árbitro, o Rei da Itália, passou uma linha no meio da área contestada, que deixou 13.000 km conosco e 19.000 com a colônia inglesa, por motivos políticos, no princípio do século. Mas se fazem, enfim, essas arbitragens para não ter mais o problema. Não havia populações, a não ser índios, para os quais estarem de um lado ou do outro, é a mesma coisa, etc. No caso da Guiana Francesa, trata-se de um assunto completamente diferente. Há uma emigração brasileira para a Guiana Francesa, já há bastante tempo, de gente que é indocumentada. Em 74 ou 75, por aí, quando eu era Secretário Geral, o Governo francês, fez questões para nós repatriarmos

essa gente. Diziam que havia 5.000 e tantos brasileiros em Caiena, e que eram geralmente meliantes, prostitutas e coisas desse tipo. Bom, era um pedido originário da Prefeitura do Departamento. Nós resolvemos fazer uma operação de repatriação, que foi coordenada pelo Ministério e envolveu o Ministério do Trabalho, o Ministério de Marinha, que deu o transporte, o Ministério da Justiça, para a questão de documentação; uma espécie de grupo interministerial. Encarregamos de coordenar isso, o Didu Alves de Souza¹¹², que era o Chefe da Divisão Consular à época, e que hoje é Chefe do Cerimonial da Presidência. Bom executivo. Didu foi lá, ouviu, cadastrou todo mundo, providenciou a repatriação em navios da Marinha, de mais de 2.000 brasileiros. Outros não quiseram ir. Quando ele estava lá, curiosamente, houve uma grita da população local contra essa repatriação dos brasileiros. E aí, é que se viu, fazendo o levantamento e diante das queixas da população local, que não eram meliantes e prostitutas. Havia disso também. Mas a maioria era de gente útil, os mestres-de-obras, os carpinteiros, os pedreiros, os bombeiros hidráulicos, as boas cozinheiras, tudo, era tudo brasileiro na cidade. A população local começou a reclamar. Os repatriados, um ano depois, nós soubemos, estavam quase todos de volta a Caiena. E a razão é muito simples: é que os salários pagos na Guiana Francesa são muito mais altos, porque é um Departamento considerado parte do território metropolitano francês. Não é juridicamente uma colônia. Então, recebe muito dinheiro da França, através do sistema de seguro social. Por exemplo, um guianense desempregado recebe *assurance chaumage*, e com isso pode perfeitamente pagar duas ou três brasileiras: um para cozinhar, outra para limpar... (Risos) Quer dizer, o desempregado tem um nível de classe média brasileira, compreende? E é essa a razão dessa imigração de uma região brasileira muito pobre. Isso mostra também o grau de pobreza do país, em certas regiões. E os sujeitos vão para fazer um pé-de-meia. Alguns ficam. Alguns têm a situação regularizada. É uma minoria. Agora, nós não podemos reclamar quando a autoridade local deporta os brasileiros, porque isso é um direito que não se discute. De nenhuma maneira, nós abriríamos mão desse direito de deportar um estrangeiro irregular...

A.C – ...sem documento.

S.G –sem o visto de permanência, etc. Então, não podemos exigir de um outro Governo que não deporte os brasileiros que estão ilegalmente em seu território.

¹¹² Carlos Eduardo Alves de Souza, Embaixador, à época, Ministro de Segunda Classe.

A.C – Claro.

S.G – Nunca caso de mau trato, de sevícia ou de condições desumanas, aí é outra coisa. Pode-se fazer uma gestão. Mas isso geralmente não tem havido. Nós não temos tido queixas de brasileiros, propriamente de maus tratos. Na televisão, eu vi um programa... Aliás, eu tinha removido uma pessoa para lá, para ser o Cônsul, e que não foi. Eu nem sabia que ele não tinha ido. Há 7 meses que estava vaga a chefia. Mandamos um provisoriamente. Depois foi um rapaz em caráter permanente. Mas na televisão mostraram, como sinal de mau trato, dois brasileiros, eram levados para o avião presos por algemas a um policial, o que é um procedimento que em si mesmo não é desumano. O sujeito está preso para ser deportado, não é? Não pode é ficar preso indefinidamente. Há um prazo, geralmente de 15 dias, um mês no máximo. Mas, não é um caso para um protesto. Agora, há muitos brasileiros, até comerciantes, que têm negócios lá e tudo isso. Havia, talvez, da parte de certos meios – ou, naquela ocasião, do Prefeito do Departamento – uma preocupação de que essa presença muito numerosa de brasileiros mudasse o caráter da população local ou que o Brasil tivesse algumas intenções de infiltrar-se, ou coisa assim, o que jamais nos passou pela cabeça. Não há um movimento pró-independência da Guiana significativo. Há um pequeno grupo, que às vezes nos mandava cartas. Agora, acontece que não há um movimento significativo, porque a grande maioria da população, como eu disse, vive de transferência de recursos da França para lá. Quer dizer, a Guiana, para a França, é um sorvedouro de recursos financeiros. Lógico, tem outras vantagens. A tal estação de Kourou para lançamento de satélite, por exemplo. Força ou inércia da história, etc. Mas não é uma fonte de renda para a França. Pelo contrário.

A.C – Enfim, a América Latina lhe deu um certo trabalho, não é?

S.G – É natural. Agora, eu acho que terminamos com um grau de confiança muito grande, sem problema nenhum com nenhum dos países da região. E o problema da América Central, por enquanto pelo menos, não criou um emocionalismo excessivo aqui dentro do país, que poderia ser muito perigoso, em termos gerais. Mas, há milhões de tópicos e temas porque a América Latina é inesgotável. Cada país, se você for entrar num deles...

A.C – Pois é, inclusive você estava muito interessada em saber a questão da Bolívia, não é? O problema, enfim, de um acordo com a Argentina.

L.P – É o seguinte: quer dizer, parece que... Eu não tenho muita certeza, mas houve, existiu alguma preocupação durante a sua gestão em relação à estabilidade do regime boliviano, quer dizer, não apenas do Governo brasileiro, como também, do Governo argentino. Em relação ao Presidente Siles Suazo, e tudo. Existe, existiu essa preocupação conjunta com o Governo argentino agora, com o novo Governo?

S.G – Houve trocas de ideias. Aí, basicamente, a situação é a seguinte: a Argentina, de certa forma, teria intervindo lá, ao tempo dos Governos militares. Deu dinheiro, emprestou; diz a Argentina, que 800 milhões; dizem os bolivianos que 400 milhões. Não se sabe muito bem para onde esse dinheiro foi, ou todo ele para onde foi. A Argentina tem um problema com a Bolívia em matéria de gás, porque ela tem um contrato para compra de gás. Seria uma quantia muito grande a pagar anualmente. Depois, a Argentina descobriu muito gás em seu território. Tem excedentes. Uma solução possível era vender gás ao Brasil, mas isso vai demorar muito tempo e nós entramos num período de certa estagnação. Deixamos de ser um mercado em expansão rápida, como até a poucos anos atrás. Havia um problema de encontro de contas entre eles, além da preocupação de que o Governo Siles se mantivesse. Nos falaram disso mais de uma vez. Sempre disse que estávamos dispostos a cooperar com os bolivianos, na medida em que pudéssemos. Quando o Presidente foi a Santa Cruz, houve uma série de Acordos que se referiam a créditos da CACEX, créditos para o vendedor brasileiro poder exportar, etc. Desse total, pouca coisa foi efetivada. Mas, nunca houve nada de especial, além da troca de impressões sobre a evolução interna da Bolívia, com a natural preocupação de que uma Bolívia desestabilizada, cria problemas para todos os vizinhos. Confesso que, pessoalmente, nunca me emocionei demais, embora sabendo que é muito grave a situação, porque a Bolívia vive assim há muito tempo. Achava que não havia muito o que nós pudéssemos fazer, nas circunstâncias, embora me empenhasse por fazermos um esforço. Se houvesse uma evolução da Bolívia muito grave, seria não só grave para nós, como para todos os vizinhos e para o continente. Se a Bolívia se transformasse realmente num foco de subversão ou o que fosse, com uma fronteira mal guardada de 3.300 km, não sei o que aconteceria. Mas, achava quase normal na evolução boliviana essa história de golpe

de Estado, greve de fome, greves trabalhistas, confrontações de camponeses ou mineiros, etc. De modo que sempre tivemos muito boa disposição com relação à Bolívia. Houve uma ocasião em que a Bolívia esteve interessado em obter um financiamento de 80 milhões do Brasil, Argentina, Venezuela e México, enquanto negociava com o Fundo Monetário. E, nós dissemos que sim, apesar de estarmos com a corda no pescoço. 16 milhões. Estávamos dispostos a dar a quinta parte. E os grandes amigos do Governo Siles, os mais ligados, todos eles começaram a tergiversar. A Argentina topava se topássemos. Não queria ficar sozinha, o que era compreensível, nem tampouco nós. Acabou não se fazendo, não me lembro por que. Ou o Fundo Monetário arranhou um jeito de adiar a pressão sobre a Bolívia.

A.C – E a questão da droga, Ministro? É um problema sério, não é? Que envolve talvez muitas gerações diplomáticas.

S.G – É. Na questão da droga já se vem desenvolvendo uma boa cooperação. O problema aí, pelo que entendo, é que, na medida em que os americanos forem eficientes em fecharem o seu mercado, o pessoal da droga procurará outros e tentará reduzir a sua perda de mercado nos Estados, expandindo as vendas mesmo em mercados menores, como o Brasil.

[FINAL DA FITA 28-B]

S.G – ...a sua perda de mercados nos Estados Unidos, abrindo mercado aqui no Brasil, por exemplo. Isso por um lado. Por outro lado, nos últimos anos tem-se visto que há um sucedâneo da coca, um tipo de coca, chamado *epadu*, que dá muito bem na Amazônia. Então, é preciso uma de repressão, etc. Apesar das dificuldades físicas e do que custa isso em termos de dinheiro, antes que se forme um grupo de pressão econômica, que tenha interesses muito fortes a defender e que comece a corromper o aparelho policial e depois outras esferas. No caso da Bolívia, por exemplo, eu não sei se isso é verdade, mas justamente quando eu estive em Santa Cruz, antes do Presidente, um ano antes, numa reunião da Bacia do Prata, ouvi dizer de mais de uma fonte que o cálculo era de que exportação boliviana ostensiva era de 800 milhões de dólares, enquanto a coca rendia 1 bilhão e 200 milhões, o que lá se chamava de “ingresos informales”. Era o que se ouvia dizer, inclusive em meios supostamente bem informados. Ora, num país em que quase 2/3 do que se obtém em divisas, não entra nas estatísticas, você vê o grau de força interna que tem a gente que produz e negocia tão grande valor.

[INTERRUPÇÃO NA FITA]

A.C – Mas, sim, o senhor dizia que esses dados são dados, são informações...

S.G – Lógico, você tem que receber com uma certa reserva, porque você não tem meios de verificar. São informações baseadas em conversas, não é?

A.C – Mas é muito razoável, porque se o...

S.G – Mas qualquer que seja o montante, que seja a metade...

A.C – ...já é enorme, não é?

S.G – ...já é enorme. Já é algo que cria um problema brutal para qualquer Governo reprimir.

A.C – E parece que realmente o Presidente e os Ministros estavam envolvidos, não é? Com esse tráfico clandestino de droga.

S.G – Não sei. Parece que alguns dele no período...

A.C – ...com o processamento, não é? Da...

S.G – Alguns deles recebiam, tinham uma participação, etc. Mas é muito difícil saber e é um problema muito sério. Não é um problema apenas policial. É um problema econômico, social, político, muito grave. Aqui no Brasil ainda é um problema, se você quiser, de âmbito policial e educacional para evitar o consumo. Policial, no sentido de impedir o desenvolvimento de plantações ou do tráfico. Mas não chega a ser um problema econômico e um problema...

A.C – ...de sobrevivência, quase, não é?

S.G – ...político. É por isso que é importante, para nós, fazer parar aí e mesmo fazer regredir...

A.C – ...antes que vire uma parte importante do nosso PIB.

S.G – ...antes que vire um monstro, dentro do país.

A.C – Claro. Bem, falando ainda de América Latina, nós temos um assunto que deixamos passar da outra vez, que era a questão da Flávia Schilling...

S.G – Ah, sei, é verdade.

A.C – ...e que o Senhor nos disse que realmente o Ministério teve uma participação importante, que...

S.G – É, houve uma troca...

A.C – ...não se calcula até que ponto foi importante, não é?

S.G – Houve uma troca de telegramas com o nosso Embaixador em Montevidéu, que era o Antônio Corrêa do Lago. Um montão, assim. Mas ele fazia quase tudo em “Secretos – Particulares”. E eu usava o Carbonar¹¹³, para a coisa não circular. Depois, no fim, eu até disse ao Carbonar: “Manda tudo isso para o Arquivo”. Por algum motivo, ele me desobedeceu. Depois, eu vi que não mandou. Mas foi a questão...

A.C – Para que Arquivo, Ministro?

S.G – O Arquivo do Ministério, o arquivo regular.

A.C – Se, não foi para o Arquivo.

S.G – Não, ele não mandou. Achou que...

¹¹³ Embaixador Orlando Soares Carbonar.

A.C – Espero que não tenham destruído...

S.G – Mas a situação era a seguinte: ela tinha direito a proteção consular, como brasileira, no sentido da que se dá a qualquer nacional. Terrorista (não teria chegado a praticar atos, mas treinou terroristas), mocinha, etc. Havia no Brasil um grau de interesse, por parte da imprensa e do pessoal de esquerda muito grande, do pessoal liberal também. O Brossard também falava. No Rio Grande talvez houvesse uma certa excitação. Era importante impedir que este assunto se tornasse uma espécie de prioridade nacional. Era ridículo fazer disto o essencial da política externa brasileira. Como eu disse, quando eu cheguei aqui, em janeiro de 79, o que os repórteres me perguntavam, os correspondentes, era sobre Cuba e sobre Flávia Schilling, como se fossem as duas grandes prioridades nacionais. Uma certa falta de proporção. Mas era um assunto que naturalmente exigia atenção e podia aborrecer. Era, inclusive, uma pedra no caminho de um relacionamento normal com o Uruguai. E a maneira de atuar tinha que ser extremamente cuidadoso, porque o Uruguai é um país pequeno, qualquer pressão nossa mais ostensiva teria resultados contraproducentes. Era preciso fazer ver às autoridades uruguaias, que era no interesse delas mesmas, se possível, encontrar uma forma de tirar essa pedra do caminho. Isso sensibilizava certos meios aqui no Brasil, imprensa, Congresso, etc. Certo ou errado, justificadamente ou não. Eu nunca quis entrar nisso, porque não era a minha função estar julgando. Mas, era óbvio que era uma dificuldade do ponto de vista do relacionamento com o Uruguai, do ponto de vista da aceitação pública, ou da receptividade da imprensa ou do Congresso, etc. E nós fizemos sentir isto às autoridades uruguaias, com a maior discrição e delicadeza. A chave para tudo era a discrição completa. Essa moça teve inicialmente um advogado, que eu não conheço, creio que se chamava Ferri, do Rio Grande, que ia para os jornais, fazia escândalo, etc. Eu achava que, enquanto esse advogado estivesse fazendo isso, não seria possível obter nada do Governo uruguaio. Mas, num dado momento, Flávia Schilling passou a utilizar-se de um grupo de São Paulo, Gerson... Como é o nome dele, meu Deus?

L – Mendonça Melo.

S.G – Mendonça. E esse era realmente competente, muito inteligente e perceptivo. Começou a trabalhar conosco. Nós demos todo apoio legítimo a ele e na base da discrição

absoluta. Ele foi ao Uruguai conversou, tentou os meios legais, nos informou muito da situação jurídica, do ponto de vista da legislação uruguaia. Fosse ela qual fosse – não se tratava de achá-la boa, má ou o que fosse – o importante era preliminarmente examinar o que se poderia fazer no quadro existente. Então, nós começamos um trabalho de conversas por via diplomática e por via particular, algumas vezes. Encontrei-me com o Ministro do Exterior do Uruguai várias vezes. Também exploramos outros caminhos, sempre procurando explicar a realidade, criar uma sensibilidade para a necessidade de resolver o problema, sem jamais nos fazermos de mestres ou juizes, alardearmos autoridade moral, ou que fosse; mas pensando apenas a eficácia de uma solução favorável à interessada e às relações dos dois países. No fim de quase um ano, chegou-se à conclusão de que tal solução requeria mudança de legislação. Ora, nenhum país muda a sua legislação por pressão de outro. Era essencial que houvesse um convencimento próprio. O Governo uruguaio tentou fazer a mudança. Foi um ato espontâneo seu. Também se aplicaria a algumas outras pessoas de outras nacionalidades. A grande dificuldade final é que para a nova legislação era preciso haver o consenso dos 30 ou 32 generais uruguaio. Todos tinham que estar de acordo, senão o Presidente não poderia. Isso foi dito ao nosso Embaixador em um dia, na hora do almoço, por um amigo bem informado. Não me lembro o nome dele. Depois, eu o conheci em Montevideu. O Lago me telefona às 3 da tarde, me disse que, naquela tarde, às 5:30, o Presidente ia estar com os Generais e que havia ainda dois que eram contrários ao novo texto de lei e que talvez, um apelo do Presidente do Brasil reforçasse a mão de seu colega uruguaio. Porque inicialmente a reação uruguaia, fora da Chancelaria, em outros meios, era de que nosso interesse era uma coisa minha, ou do Itamaraty. Que não era do Governo brasileiro. De modo que, no período prévio, tive que pedir a outras autoridades que fizessem saber que era uma preocupação do Governo mesmo, que não era uma invenção minha. Tinha começado como uma preocupação minha. Mas eu havia exposto logo ao Presidente e ele tinha entendido e concordado. Então, é por isso que eu lhe disse que não foram meios só diplomáticos. Também, por outros caminhos se transmitiu a autoridades uruguaia influentes que isso era uma preocupação do Governo brasileiro. Nós não tínhamos o hábito de o Ministério do Exterior tratar de um assunto de tais implicações sem estar coordenado com o resto do Governo, com a Presidência. O Lago, como disse, me telefona às 3 horas. 3 horas era a hora da sessão da tarde do Presidente com os Ministros do Planalto. Mas, eu telefonei às 03h20min, mais ou menos, via ajudante-de-ordens. Rarissimamente, eu fazia isso e as poucas vezes em que fiz foi sempre para coisas

urgentes, de modo que o Presidente atendia mesmo. Sabia que eu não telefonava para conversa fiada. Expliquei em três minutos do que se tratava. Ele estava a par dos antecedentes, sempre o tinha informado, inclusive por escrito. Ele me disse imediatamente que eu poderia providenciar apelo ao Presidente do Uruguai. Disse-lhe: “Bom, então vou fazer a minuta e mando ao Senhor” Ao que ele retrucou, sem hesitar, que não precisava. Que eu escrevesse e assinasse como se fosse ele e expedisse ao Embaixador. Aí, eu fiz o telegraminha, em termos muito humanitários, e com um relambório de apelos à generosidade uruguaia, etc. O telegrama chegou à Embaixada às 04h30min. O Lago estava saindo para ir ver o Presidente do Uruguai. Chegou na hora em que ele estava saindo. Lago entregou ao Presidente do Uruguai imediatamente antes da reunião com os generais. Ficara claro, pois, que a decisão representava, ao mesmo tempo, um gesto amistoso em relação ao Brasil. A nova lei permitiu que Flávia Schilling e mais uns 3 ou 4 que estavam em situação parecida fossem liberados. Contado assim, não é nada, mas levou quase um ano de conversas e explicações cuidadosas, informais e em estrita reserva. Por isso, é que eu não usava nem o Departamento, embora o chefe do Departamento, o embaixador Pereira de Araújo¹¹⁴, fosse mantido a par. Usava o Carbonar, porque tinha a certeza de que dele jamais se originaria um vazamento prematuro, que ele faria sugestões úteis e não se preocuparia em tirar qualquer crédito.

A.C – Por que é que o Carbonar era o homem de confiança nisso?

S.G – O Secretário-Geral, Baena¹¹⁵, sabia, também. Mas a minha experiência é que, quando um assunto circula muito na Casa...

A.C – ...acaba vazando.

S.G – ...se for um assunto de interesse da imprensa, acaba vazando. Há algum sujeito irresponsável que acaba conversando e nunca se apura quem foi. Então, tinha que limitar a pessoas que eu soubesse serem totalmente confiáveis, como foi no caso de Itaipu, que eu tratei internamente com quatro pessoas apenas. Normalmente, não; eu usava a máquina para tudo. Mas havia certos assuntos que eu achava arriscado dar à máquina para operar.

¹¹⁴ Embaixador João Hermes Pereira de Araújo.

¹¹⁵ Embaixador João Clemente Baena Soares.

A.C – E o papel do Embaixador Corrêa do Lago foi crucial, não é?

S.G – Foi crucial. Ele foi, como sempre, discretíssimo e corretíssimo. Tinha os contatos todos lá. Esses advogados agiram com a maior correção, também, e habilidade. Nunca criaram um problema, não é? Foi um trabalho, assim, que durou muito tempo, com paciência, continuidade e eficácia.

A.C – É, realmente esse trabalho de mudar a legislação é uma coisa... É um *tour de force*, realmente, não é?

S.G – Nesse período, e ainda antes, ainda no período Geisel, o Uruguai andou se aproximando muito da Argentina. Nós nunca nos preocupamos demais com isso. Ao contrário, do que teria ocorrido há vinte e tantos, trinta anos atrás, não nos preocupamos. Achamos natural, achamos que as coisas têm a sua situação normal e que isso não seria nunca feito de uma forma que fosse afetar interesses nossos. Houve certa mudança de visão do que é o relacionamento na região. Não ficamos preocupados com penetrações argentinas no Uruguai, ou na Bolívia, ou no Paraguai, ou o que seja.

A.C – Porque o senhor tinha a convicção de que o Senhor tinha, enfim, realmente, consolidado essas relações. Então, não havia mais esse perigo, essa...

S.G – Consolidado, porque não havia um interesse substancial que pudesse levar nenhum desses países a se entregar de pés e mãos atados à Argentina ou ao Brasil. Quer dizer, sempre partimos do princípio de que eles tinham uma individualidade muito forte e que não havia porque preocupar-se, embora estivéssemos atentos a alguma iniciativa específica que pudesse afetar interesse real nosso, como a navegação no Prata, discriminação comercial, etc.

A.C – Claro. Eu queria perguntar ao Senhor quer dizer, a sua gestão foi um pouco acuada de terceiro-mundismo, enfim. Eles se referem a essa política latino-americana? Ou essa política americana foi de fato a tônica do seu Governo? Ou como é que o senhor vê? Nessas relações com o Terceiro Mundo, que bloco o Senhor acha que foi o bloco que exigiu mais cuidados e...

S.G – Creio que há na crítica coisas diferentes e muita confusão. Sempre evitei usar a expressão “relações especiais” ou “relações seletivas”, etc. Aliás, disse mais de uma vez que a atitude, o espírito com que nós encarávamos as relações com os demais países, era um só. O que variava eram as situações de fato. O tipo de trabalho que você tem com relação aos Estados Unidos, ou a países europeus, ou ao Japão, é um. Com relação à América Latina, é outro. Na esfera estritamente política, talvez, você tenha mais trabalho com a América Latina, pela natureza das coisas. E, dentro delas, você tem mais ligações com certos países; relações mais densas. Com os países africanos, intensificamos os contatos. Mas, é óbvio que não se tratava de uma opção que ia excluir outras; cada qual na sua especificidade. Um comportamento adaptado a cada situação e que ocupa mais, dá mais trabalho, mas o interesse do país, atual e futuro requer. Continuava dizer que a América Latina é uma prioridade e a África, também. Porque era preciso criar e desenvolver laços. Porque aquilo que nós temos nas relações com os países desenvolvidos e industrializados, de certa forma, já existia, e havia todas as forças naturais econômicas trabalhando por elas.

A.C – Claro. Não precisava de um *surplus* do Ministério.

S.G – *Surplus*, é. Ao passo que a África, sim. Você tinha que tomar a iniciativa. Mesmo com relação à América Latina, você tinha que tomar a iniciativa. Havia tradição positiva, mas faltava uma confiança autêntica, sem reservas. Havia ressentimentos, havia pé atrás em muitas coisas. Isso tudo, nós achávamos que tinha que desaparecer, na medida do possível. Aceitávamos essas realidades negativas, às vezes sutis, mas nos esforçamos por destruí-las, não só pelo presente, mas, e muito mais, para o médio e longo prazo.

A.C – Porque, para o observador, que vê as coisas de fora, realmente, talvez, a coisa mais espetacular, tenha sido esses investimento na América Latina, que é uma coisa muito nova, não é?

S.G – Sempre foi uma área importante. Mas era muito o Prata, também por motivos de ordem prática, e passou a ser mais completo, em termos geográficos, mais intenso e, se se quiser, menos dominado por preocupações herdadas de afirmação de lideranças, e coisas assim. Pelo contrário, tomamos uma atitude de recusa de lideranças. Mesmo quando, fazíamos coisas por iniciativa própria, tínhamos a preocupação de diluí-las em

uma ação coletiva ou uma ação bilateral, em igualdade de condições. A expressão Terceiro Mundo é que criou muito problema. Os críticos, conservadores, davam à expressão curiosamente, a interpretação marxista, dos países periféricos, pobres, contra os países ricos, centrais, quando o Terceiro Mundo tem o sentido, como eu já disse, de uma descrição de uma situação de fato, não de intenções. É quanto às origens dessa situação de desigualdade e, portanto, sobre os meios de corrigi-la, que podem dar-se interpretações ideológicas. Por exemplo, com relação à UNCTAD, onde há grupo dos países em desenvolvimento, o grupo dos desenvolvidos de economia de mercado e o dos países desenvolvidos de economia centralmente planificada. Este último grupo, o dos socialistas da Europa Oriental, tomava basicamente a posição de que não eram culpados do subdesenvolvimento das antigas colônias, das relações coloniais e neo-coloniais. Que a Rússia, a União Soviética, não tinha culpa disso. Isso era culpa dos países capitalistas e que, portanto, não tinham porque cooperar em programas concretos. Aí, sim, trata-se de interpretação ideológica. Mas, nós nunca concordamos com isso. Sempre entendemos que os países socialistas deveriam cooperar multilateralmente, que não se tratava de fazer um processo de culpas, mas de, a partir das situações de fato e da convergência de interesses na expansão do comércio e da economia mundial, desenvolver formas de ajuda e cooperação, etc., etc. Quer dizer, nós sempre demos um sentido não ideológico à ideia de Terceiro Mundo, que em si mesma não tem essa carga ideológica. Isso nós deixamos claro muitas vezes, em várias ocasiões.

A.C – Quer dizer, era até uma questão pragmática, também, como o Senhor já mencionou antes. Quer dizer, essa ideia de nos incluir no Segundo Mundo é uma ideia que, primeiro, não é muito verdadeira, realmente. Em segundo lugar, porque nós perderíamos muito também nisso, não é?

S.G – É, lógico. É.

A.C – Isso eu acho que o Senhor já mostrou bem. Agora, eu fico pensando se essa questão, por exemplo, da OEA, não é? O Senhor mandou o Embaixador Baena Soares, que era uma pessoa ligadíssima ao Senhor, etc. para a OEA, não é? Seria isso, uma visão nova do que poderia representar a OEA dentro desse contexto de uma América Latina mais dinâmica? Ou qual foi a sua intenção ao enviá-lo para esse posto?

S.G – Nós ainda não havíamos falado disto, não é? Acho que não. Houve uma conjunção de fatores. Nunca considerei que a OEA pudesse ser o futuro das relações do Brasil, ou mesmo que a OEA pudesse ser o fulcro das relações do Brasil, ou mesmo, da maior parte dos países latino-americanos, em termos continentais. Ela é um elemento, um foro, apenas; e um método possível de atuação, entre outros. Mas, nós somos um Estado membro. Ela tem uma Carta que nos interessa preservar em termos de princípios inclusive. A desmoralização permanente da Organização, quer por se desejar ou exigir dela mais do que o que ela pode fazer, quer por uma atitude meio cínica de dizer: “Não, isso daí, os americanos não querendo, não se faz nada”, e ignorá-la, eu achava que a longo prazo não era útil para nós. Por outro lado, também não achava que fosse possível transformá-la num instrumento de grande eficiência na cooperação econômica, por exemplo, ou necessariamente num instrumento para a solução de todas as controvérsias, de tipo político e de segurança do continente. Mas entendia que ela tinha um papel que era preciso preservar, ou uma potencialidade de exercer um papel. De modo que não era, a rigor, uma atitude ou um compromisso de transformar a OEA num centro da nossa política externa, centro principal, mas, sem dúvida, de reconhecer-lhe a relevância, as potencialidades e de mostrar nosso interesse.

A.C – O centro da nossa política.

S.G – É. Mas, de mostrar que nós continuávamos interessados, que nós estávamos dispostos a cooperar e que estávamos dispostos a fazer algum esforço nesse sentido. Não podíamos fazer tudo sozinhos. Não esperávamos que a OEA se transformasse de repente num *Deus ex machina* que resolvesse todos os problemas continentais, mas achávamos que era preciso manter esse foro com um mínimo de seriedade, com um mínimo, pelo menos, de atenção e de utilização, quando mais não fosse para as consultas coletivas, para a análise de problemas, para tentativas de cooperação, e assim por diante. Mas isto, só, não teria explicado a indicação do Baena.

A.C – Eu acho que não.

S.G – Isso era uma atitude de ordem geral, que não nos levaria a apresentar um candidato a essa função. Mesmo porque, nós nunca nos empenhamos por ocupar esses cargos. Inicialmente – inicialmente, eu digo, quando se criou a OEA. – a tendência nossa era

achar que esse cargo devia ser ocupado por um nacional de um dos países menores. Houve quebra desse entendimento com Orfila, um argentino. Depois, criou-se uma situação muito curiosa no período, digamos assim, dos pródromos da eleição. Uma situação curiosa, que era um pouco o reflexo de tudo o que eu falei sobre a nossa política, em relação à América Latina e mesmo aos Estados Unidos. Alguns países menores, que não tenho o direito de citar aqui, alguns deles até com um nacional candidato, mesmo alguns centro-americanos, comentaram comigo reservadamente, ou com nosso Embaixador no posto, que a eleição para Secretário-Geral da OEA, ia ser muito difícil, ia dividir a América Latina. Alguns hispano parlantes não queriam um anglófono do Caribe, como era o caso do McComie¹¹⁶, embora pessoalmente a estimassem. Muitos viam um pouco os caribenhos como uma espécie de corpo estranho na Organização. Não era a nossa posição, pois nos dávamos muito bem com eles. Em outros casos, havia um candidato, pessoalmente bem visto, mas o país vizinho não o desejava. E vários deles nos disseram que a única maneira de evitar uma divisão de votos brutal, com vários escrutínios, com grande irritação, era o Brasil, ter um candidato. É o único país, alguns acrescentavam, que pode lançar um candidato que será votado pelas ditaduras, pelas democracias, pelos anglófonos, pelos hispanófonos, por todos. Uns três ou quatro me disseram isso muito claramente e várias vezes, até insistindo. Aí eu conversei com o Baena e comentei que achava meio difícil arranjarmos candidato. Nós não temos mais esse tipo de personagem, tipo medalhão, aqui no Brasil. Por outro lado, tinha que ser uma pessoa, um profissional, com os pés no chão, e probidade inquestionável, para uma OEA que, além de suas dificuldades e fraquezas habituais, passava por uma crise aguda de administração, por causa dos últimos tempos de Orfila. “E, embora você me faça falta, conclui com Baena, eu acho que, se o Brasil tiver que apresentar candidato – e nesse caso estará apresentando quase como prestando um serviço – eu acho que você é a pessoa ideal para esse sacrifício”. Resolvi, que, na Assembleia de 83, faríamos uma sondagem. Conversaríamos com alguns outros, e só apresentariamos, se houvesse mesmo uma disposição receptiva, sem maiores objeções. Essa sondagem começou. Alguns ficaram entusiasmados. Alguns disseram: “Não sendo o meu (quer dizer, o meu nacional), o segundo voto é do Brasil, certamente. É para o Baena”. Era o denominador comum. Os anglófonos já se tinham decidido pelo McComie, mas se sabia que se não fosse o McComie, prefeririam o brasileiro. Nós éramos o denominador comum, o país que estava sem questiúncula com

¹¹⁶ Embaixador Valery McComie, de Barbados, Secretário-Geral Adjunto da OEA.

nenhum outro. Mas, aí tudo se precipitou, porque, na Assembleia de 83, de forma inopinada, o Orfila¹¹⁷ pediu dispensa do cargo. Queria sair no dia 31 de dezembro, porque já tinha o seu arranjo com uma companhia americana.

[FINAL DA FITA 29-A]

S.G – ...de *Public Relations*. Orfila é muito rico. Tinha negócios em Washington. Ante a renúncia, o Presidente da Assembleia, que era o Maeso¹¹⁸, então Ministro do Exterior do Uruguai, manobrou para que a eleição, a sessão extraordinária da Assembleia, para a eleição do Secretário-Geral, ficasse para março, para dar tempo e não deixar uma interinidade enorme para o McComie, que facilitasse o fortalecimento da candidatura dele. Manobrou para facilitar a eleição do Baena, sem que nós pedíssemos nada. Por causa desse pedido de demissão do Orfila, nós tivemos naquele momento, durante a Assembleia, que formalizar a candidatura do Baena, sem ter feito gestões prévias, sem ter promessa de voto, nem nada. Mas, aí tudo veio de cambulhada, rapidamente. A Venezuela retirou o candidato dela. Disse que nos apoiava. A Argentina apoiou imediatamente. A Colômbia demorou mais, porque o Ministro do Exterior colombiano, Lloreda Caicedo¹¹⁹, tinha inclinação pelo cargo, era um homem de qualidade e teria sido um bom candidato. Mas hesitou. Quando eu estive lá, para uma reunião do Tratado da Amazônia, em dezembro de 83, ainda disse a ele: “Olhe, mesmo agora, se surgir um grande nome latino-americano que congregue, nós não temos problema nenhum em retirar o Baena. Nem ele, pessoal, nem o Governo brasileiro. Não nos acharemos diminuídos com isso”. Mas, por diversos motivos, a candidatura Baena rapidamente foi obtendo muitos apoios. Não era mais nossa. Nós aí fizemos questões, naturalmente. Fui, em março de 84, a Assembleia Extraordinária para a eleição. Por primeira vez, na história da OEA, a eleição do Secretário Geral não necessitou de vários escrutínios ou sequer de um só. Na hora da eleição, o próprio representante do Peru, que tinha sido um dos pré-candidatos, pediu que não houvesse votação, que fosse por aclamação. Os americanos ficaram até o fim em cima do muro, mas participaram da aclamação.

¹¹⁷ Embaixador Alejandro Orfila, da Argentina, Secretário-Geral da OEA.

¹¹⁸ Ministro Carlos Alberto Maeso.

¹¹⁹ Ministro Rodrigo Lloreda Caicedo.

A.C – O que é que os americanos queriam?

S.G – Naquela ocasião, acho que eles teriam preferido um candidato colombiano.

A.C – Isso talvez explique porque que a Colômbia retardou...

S.G – Ficou um pouquinho com a esperança, não é? Mas os americanos nisso nunca se empenham, a não ser que tenham uma razão contra, muito específica, o que não era o caso. Mas nós soubemos que, num dado momento, o representante na OEA, o Middendorf¹²⁰, estava fazendo força para que fosse um colombiano.

A.C – Mas por que é que os Estados Unidos preferiam a Colômbia?

S.G – Aí, não sei exatamente. É possível que por ser a Colômbia um país muito ortodoxo, em termos de OEA, etc. Sobretudo no governo anterior. Com o Betancur é que eles começaram a mudar um tanto. Entraram para o movimento não-alinhado. Certo protagonismo do Presidente. Um pouco política externa independente, no sentido em que nós tivemos há vinte e poucos anos atrás: para marcar posição. Não no sentido atual, em que nem usamos o adjetivo e não temos a preocupação de estar marcando posição. Sem intenção de marcar posições antiamericanas, até pelo contrário, sempre que possível.

A.C – Eu queria perguntar ao Senhor se o Senhor atribui essa, enfim, essa prova de confiança e de prestígio do Brasil, nesse caso da eleição do Embaixador Baena, como um resultado da sua política e da política de...

S.G – ...do Governo Figueiredo.

¹²⁰ Embaixador William B. Middendorf II.

A.C – ...do Silveira.

S.G – Eu acho que sim. Eu acho que o Brasil sempre tem um significado grande em termos de OEA. Em termos continentais. E que se se empenhasse, mesmo, em qualquer época, teria provavelmente conseguido, talvez, em uma eleição muito contestada, com vários escrutínios. O que eu acho que sim, terá sido resultado da política desde 74, e em particular, da política do Governo Figueiredo, foi a facilidade, foi o fato de que quase nos pediam. Não tivemos que cavar a eleição do candidato. Isso veio quase como um desafogo para muitos, que afinal, o Brasil tivesse um candidato. O grau de confiança, de ausência de ciúmeiras, de coisas desse tipo, de desconfianças, isso é que eu acho que foi o resultado de um clima que se criou, de fato, principalmente por Figueiredo. Não ficou nenhuma irritação, nem sequer entre os anglófonos do Caribe.

A.C – ...que foram os grande perdedores, não é?

S.G – Que foram os perdedores. Mas um brasileiro eles aceitavam. A novidade foi essa característica da eleição sem escrutínio, unânime...

A.C – Essa tranquilidade, não é?

S.G – ...na base de ninguém ficar irritado. Lógico, o Baena era conhecido no meio. Ele foi várias vezes à Assembleia da OEA e eu fui a duas, apenas. Geralmente, eu pedia a ele que fosse, embora a representação seja de Ministro e a maior parte dos Chanceleres vão a essas reuniões. Era uma pessoa respeitada, um homem de bem, competente.

A.C – E ele também, era uma pessoa da sua confiança. Quer dizer, ele deveria vir como uma pessoa prestigiada pelo Ministro, não é?

S.G – É, e pelo Governo, enfim.

A.C – E eu lhe pergunto, Ministro, se o senhor acha que a presença do Embaixador Baena na OEA, dentro desse espírito da sua política, que foi a dele, também, não é? Se isso nos pode fazer esperar alguma coisa de bom da OEA, no sentido de um fortalecimento, enfim, de um papel mais ativo...

S.G – É, eu mexia muito com o Baena, dizendo: “Olhem todos os sujeitos com quem eu falo estão satisfeitos, e você tem uma responsabilidade brutal. Porque se a OEA não der certo agora, a culpa é sua. Não tenho mais nada com isso... (Risos) A culpa é sua...” Não, não esperamos nenhum milagre. Havia duas coisas: primeiro, um pouco mais de respeitabilidade, pois um Secretário-Geral pessoalmente respeitado, como o Baena, que estava ali apenas para servir, já melhorava um pouco a imagem da Organização. Mas, a par disso, é uma pessoa de muito bom senso, firme sem dar murro em ponta de faca e que procura honestamente soluções praticáveis. Isso ajudaria bastante numa Organização que às vezes, tende a se extrapolar num excesso de retórica e coisas assim. Isso só já era uma vantagem. Naturalmente, nos cria talvez, uma obrigação maior de apoiar um pouco mais a Organização, dentro de limites do razoável. Mas eu acho que a Organização tem um papel a desempenhar ou é uma reserva para certas situações, além de ser um foro de debates. Por exemplo, eu já referi a vocês que, quando houve a Assembleia Geral da OEA aqui em novembro de 84, no tal diálogo informal, no Domingo com o Shultz presente, tudo aquilo que num diálogo político sobre dívida, se diria foi dito a ele. Vários falaram, alguns falaram muito bem, com todos esses argumentos de ordem política e social, etc., as implicações do problema da dívida e do problema do subdesenvolvimento. Ele respondeu também, de uma certa maneira reconhecendo que o problema era um problema de desenvolvimento. Sem o desenvolvimento dos devedores era impossível resolver o problema da dívida. Um tipo de ênfase que não era, à época, comum entre americanos. Apenas, o remédio dele era um pouco diferente, pois se fiava exclusivamente na mágica do mercado e apontava como modelo Taiwan, Singapura, Hong-kong, etc. A organização cria, inclusive, ocasiões e pretextos para se poder ter um diálogo coletivo de nível político com os Estados Unidos.

A.C – É, porque a minha impressão é, exatamente, que o Senhor, de certa maneira o Brasil, não é? Semeou uma política que está precisando justamente de um foro em que as forças se congreguem e se negociem de certa maneira.

S.G – É, é verdade.

A.C – E que a OEA talvez, pudesse ser esse foro.

S.G – É uma alternativa que não se deve fechar. Não sei se terá um instrumento ideal, porque não se tem prestado à negociação concreta, mas é um canal possível. Nós temos que usar todos. Como eu disse, jogar várias partidas de xadrez simultâneas em tabuleiros diferentes, com regras diferentes. E, no fundo, com um poder de barganha muito limitada.

L.P – Mas, não sendo uma alternativa que se deva fechar, quer dizer, o Senhor teria alguma ideia, de uma outra alternativa, a se abrir em termos de sistema interamericano? Quer dizer, uma coisa...

S.G – De sistema multilateral?

L.P – É.

S.G – Não, aí não vejo muito, não, fora dos foros já existentes. Evidentemente, há o bilateral, há possíveis ações de grupos, há a ação de Chefes de Estado pré-combinada. São tipos de atuação que não congregam todos. Foi o caso, por exemplo, de Cartagena. Quer dizer, uma declaração, como houve a 19 de maio de 84, dos Presidentes do Brasil, Argentina, México e Venezuela tem uma força política, talvez maior do que uma Resolução, por consenso de 30 membros da OEA. Isso é uma das alternativas à OEA e

há outras. Mas, não são excludentes. E inegavelmente Cartagena teve uma certa influência, quando mais não fosse para trazer à tona a preocupação com a dívida, como um problema prioritário, na agenda internacional, como se viu na reunião de Londres, etc. Não estamos conseguindo o que queremos, mas alguma coisa nova, em termos, pelo menos, de uma maior preocupação de análise, de como resolver o problema tem havido, inegavelmente.

A.C – Se eu entendo bem, quer dizer, a dificuldade que haveria num foro como a OEA é que, no fundo, são muitos países, não é? Em situações muito diferentes, também, não é?

S.G – Também.

A.C –... com um, digamos, poder político, inclusive, muito desigual, não é?

S.G – O foro multilateral, regional ou mundial, é necessário, mas é preciso que se usem muito os processos políticos e diplomáticos de negociação, de busca de consenso, e haja menos dependência da ação mecânica, normal quando se reúnem esses órgãos formalmente, que resulta na adoção de Resoluções, porque em certos casos é meio inútil e as resoluções têm um papel pequeno. Tem o papel de mostrar uma tendência, apenas. Mas, as organizações oferecem também, como eu disse, um âmbito para negociação. Agora, para persuasão, para explorar soluções, eventualmente para negociar, há que usar todos os caminhos.

A.C – Perfeito. Eu queria agora tocar com o Senhor num outro pacote, que seria o pacote Oriente Médio, que é uma coisa de... Evidentemente, que teve uma grande importância na política externa, nesses últimos anos e que envolveu vários, enfim, problemas, não é? A questão da OLP foi uma delas, não é? Não se o Senhor gostaria de começar por aí ou, enfim... O problema do Iraque e Irã, também...

S.G – Nós tivemos – eu acho que já falei nisso, não é? Um pouco *en passant* ...

A.C – Exato.

S.G – ...essa posição que se deu no Governo Geisel. Posição a favor da retirada de Israel dos territórios ocupados, entendendo-se como tais, aqueles posteriores à guerra de 67 e não os definidos na partilha de 48; o reconhecimento do direito do povo palestino à autodeterminação e à independência, porque a autodeterminação pode levar à criação de um Estado. Lógico que isso não é automático, mas o direito inclui a faculdade de criar um Estado. O que era uma posição divergente da posição de Israel, que durante muitos anos, e até hoje, formalmente considera que não há propriamente um povo, ou uma nação palestina, mas refugiados árabes – porque os árabes têm vários Estados soberanos – e que os palestinos deviam se assimilar naqueles Estados. Porque, argumenta Israel, os palestinos deixaram os seus lares, porque quiseram, porque se insurgiram contra a partilha. O que é em parte verdade, mas muito pouco verdade. Quer dizer, é em parte verdade, no sentido, que os árabes não aceitaram e nem tiveram condições políticas de aceitar a Resolução da partilha e se insurgiram contra a própria existência de Israel. No fundo, foi bom para Israel, porque foi um bom pretexto para sua expansão. Os israelenses estavam muito satisfeitos, com a partilha na medida em que era o reconhecimento do Estado de Israel, mas não com os limites, que criavam problemas estratégicos de defesa, além de econômicos e outros. Além de que, há dentro de Israel uma tendência maximalista do Eretz Israel, que incluiria até a Jordânia. Então, não consideravam os palestinos como um povo. Não podiam gostar que se reconhecesse a nacionalidade palestina. Aliás, lembre-se que os dois pontos básicos de nossa posição, acima referidos, os países da CEE, reconheceram na reunião de Veneza, creio que em 80 ou 81. Na Resolução sobre Oriente Médio, adotada pelo Conselho da CEE, em Veneza, os europeus favoreceram a retirada dos territórios ocupados e não usaram a palavra “Estado”; matizaram, mas mencionaram um “lar nacional” para os palestinos. Um “lar nacional”, uma forma eufemística se se quiser. A expressão, curiosamente, reflete a terminologia da Declaração Balfour, Ministro do Exterior inglês, em 1917, que, em atenção ao apoio judeu durante a Primeira Guerra Mundial, apoio das finanças, fez essa declaração, em que se previa a criação de um lar nacional para os judeus, na Palestina. Já havia judeus lá, mas a Inglaterra, que, após a Primeira Guerra Mundial, recebeu o mandato sobre a Palestina, favoreceu a imigração judaica para o seu mandato,

por muitos anos. Quer dizer, aumentou a população. Outro ponto era o reconhecimento...

[INTERRUPÇÃO NA FITA]

...da OLP como representante da Palestina. É preciso considerar que, depois de 73, a OLP tinha conseguido congregar sob uma única liderança suas diversas facções, havia sido reconhecida pelas Nações Unidas, como um movimento de liberação nacional, o que quer dizer que, quanto aos assuntos atinentes à situação dos palestinos, ela tinha o direito de ser ouvida na comissão competente, ou no plenário se fosse o caso. Então, nós reconhecíamos a OLP como tal. Não como um Estado, que não era. Isto é importante, quando se falar mais adiante do Escritório da OLP. Sempre a reconhecemos como um elemento real, na situação, que não podia ser ignorado em termos de uma eventual negociação. Uma vez, num debate geral da Assembleia Geral, no meu discurso, eu dizia que era um ator político, naquela região, e que, portanto, em uma negociação, ela tinha que ser, de alguma forma, ouvida. Os judeus não reconhecem a OLP, nem admitem que participe de eventuais negociações, porque é terrorista, tem por objetivo ainda mantido na sua constituição básica o aniquilamento do Estado de Israel, com o que tampouco, nós estamos de acordo. Mas, o fato de você reconhecer um movimento de liberação nacional, não quer dizer que você concorde com todas as teses desse movimento. Isso em primeiro lugar. Em segundo lugar, a prática da OLP estava evoluindo num sentido de uma progressiva aceitação (como muitos árabes, depois de 67) implícita, da existência de Israel. Quer dizer, estavam convencidos, todo mundo sabia disso, que não iam poder obliterar o Estado de Israel, ou incluí-lo num Estado palestino unificado, embora mantivessem essa posição para efeitos políticos, para efeitos, enfim, da manutenção de uma tese antiga, de que não abririam mão em troca de nada. O quarto ponto, que era incompatível com essa interpretação da OLP, como um organismo inaceitável para qualquer negociação porque a sua constituição previa a obliteração do Estado de Israel, o quarto ponto muito claro era o respeito à soberania de todos os Estados da região, obviamente, inclusive, Israel, com o qual temos relações diplomáticas e é um Estado membro das Nações Unidas. (Riso) Ninguém pode ter a menor dúvida a respeito. De modo que, era uma posição muito clara, de princípio. Como eu disse, a CEE chegou perto disso, com pequenas variantes. Os árabes, em 81,

na reunião de Fez, 81 – é, 81 –, chegaram muito perto disso, por influência da Arábia Saudita. Claramente, era uma indicação de uma disposição de negociar, implicitamente reconhecendo Israel. O Plano Reagan se aproximava da posição dos árabes em Fez, mas não falava em Estado palestino. Não reconhecia. Mas reconhecia que os palestinos tinham direito à autodeterminação. (Aí pode parecer uma contradição). Desde que unidos, por alguma forma associativa, à Jordânia. A ideia de uma Confederação, ou o que fosse. Então, nós tínhamos ido além da CEE, antes dela e além da posição americana, mas ao mesmo tempo, com uma posição muito clara de reconhecimento de Israel. Eu acho, que é uma posição que reflete com fidelidade, senão os termos, o espírito da Resolução da partilha de 1948, de forma um tanto mais favorável a Israel. Isso coincidiu com a crise do petróleo. Atribuíram nossa posição ao petróleo, pressões, etc. A rigor, nós tínhamos um problema de petróleo, mas, que eu saiba. – eu era Secretário-Geral – não houve pressão para tomarmos essa posição. Preciso lembrar, que o Presidente Geisel, vinha da Presidência da Petrobrás. Era sensível a esses aspectos, sem dúvida. Ele tinha já tido uma experiência com o Iraque, que foi a origem mais distante do tipo de relacionamento que se criou com o Iraque. Quando o Iraque nacionalizou o seu petróleo e as grandes companhias procuraram evitar que se comprasse petróleo no Iraque, a Petrobrás foi, creio, a primeira companhia que furou essa espécie de bloqueio. Criou-se, desde então, um relacionamento muito particular com o Iraque. De modo que, havia todos esses aspectos. Naquele período, a grande dificuldade eram os votos na ONU, porque as Resoluções eram, às vezes, muito extremadas. Iam além, na terminologia e na fraseologia, do que nós desejaríamos, mas era muito difícil, também, votar contra, ou se abster, sem criar uma desconfiança de que a posição de princípio não era para valer. Mas sempre e frequentemente, na maioria das vezes, fizemos declarações de votos, para efeitos das Atas, no sentido de que votávamos a favor, estávamos de acordo com os objetivos da Resolução, embora tivéssemos reservas sobre parte dela ou sobre a fraseologia empregada. [Houve uma, entretanto, do que nós já falamos, do voto chamado “sionista” e que, de fato, foi além do objetivamente correto, no sentido de que sionismo não é, não tem o mesmo grau, digamos, de intensidade, em termos das suas implicações discriminatórias, que o *apartheid*, que era o único outro caso expressamente destacado]

A.C – Claro.

S.G – [Apenas por isso, Quer dizer, implica discriminação, também. Se você quiser – e disso os judeus falaram muito – em certos países muçulmanos há também discriminação por motivo religioso, o que é verdade].

A.C – Inclusive contra as mulheres? Bárbaras...

S.G – [Não vamos discutir isso, porque aí quase todo mundo tem telhado de vidro, ou pelo menos alguma telha, não é?]

A.C – É, é exato.

S.G – [De uma forma ou de outra, não conheço nenhum país que não tenha, no mínimo por motivo político. Nos países totalitários, há discriminação por esse motivo, por definição, além de outros. Porque você tem que ser do partido e o partido é uma minoria, uma minoria compacta. Os países altamente desenvolvidos da Europa e] os Estados Unidos têm formas larvais de discriminação, de preconceito, em alguns casos mais visível, em outros menos. [E até em países, como o Brasil, que não tem discriminação ostensiva, há preconceitos, às vezes como deformações individuais mal vistas pela sociedade. Não é fundamental, não é uma coisa que se reflita na prática social de uma maneira obscena. De forma alguma. Mas existe, como um resquício. É natural, a essas coisas não se acabam só com a lei, requerem um esforço por todos os meios.] Mas o esforço para desenvolver relações bilaterais com os árabes foi progredindo, se desenvolveu, particularmente, com dois países: a Argélia e o Iraque, que são países de economia centralmente planificada, onde o Estado tem uma influência direta nas compras, nos contratos, etc. etc. E nesses houve uma certa abertura. Isso coincidiu com o período em que empresas brasileiras prestadores de serviços, tentaram contratos no exterior. Começou por aí, nessa época, e tiveram êxito em alguns deles. Na Mauritânia, ganharam uma concorrência. A Mendes Júnior, acho que foi o primeiro caso, para uma estrada de rodagem que era financiada pela Arábia Saudita. Mas, com a Argélia, o comércio se desenvolveu bastante. Quando eu saí em 78, no ano anterior, em

77, tinha chegado a uns 400 milhões de dólares nos dois sentidos: mais ou menos 200 milhões para cada lado. E, havia algumas firmas nossas com contratos lá. A Rebelo já tinha há muito tempo. Havia outras. Quando eu voltei Ministro, em 79, tinha caído a 90 milhões, uma coisa assim, de um ano para o outro. Me preocupei com isso. Procurei saber. Falei num almoço lá no Ministério, num jantar a visitante oficial, com o então Embaixador da Argélia, que me deu umas explicações meio vagas e se referiu a questões do café. Depois, perguntei ao Paulo Tarso¹²¹ o que era essa história. Ele explicou. Os argelinos tinham um representante deles aqui, para compra de café, que era um brasileiro, e depois o Governo lá mudou e entenderam que esse sujeito, em associação com o chefe da companhia estatal argelina que representava, estava envolvido em corrupção. Quer dizer, que nós havíamos corrompido um alto funcionário. Então, para desfazer isto, que era injusto, totalmente injusto para com o Governo brasileiro, como verificamos por todos os meios e fontes, nós levamos muito tempo. Eu pedi ao Paulo Tarso para ir lá. Ele foi, umas duas ou três vezes. Depois houve uma comemoração da Revolução argelina da Independência, acho que já em 80, e cabia mandar, conforme o convite, um Ministro. Então, propusemos que fosse o ...

[FINAL DA FITA 29-B]

S.G – ...propusemos que fosse o Heitor Beltrão, Ministro da Desburocratização. Ele levou uma carta do Presidente para o Presidente argelino. As coisas se passaram muito bem. Criou-se um bom ambiente. Não tratou o Ministro do assunto em si, mas contribuiu o fato para criar um melhor ambiente. Ainda assim, passou-se mais quase um ano para que houvesse uma retomada significativa do comércio. Veio aqui – não sei se em 81, creio que sim – o Ministro da Fazenda argelino, Yala¹²², que era o homem que cuidava dos assuntos do Brasil. Lá, certos Ministros cuidam de um setor externo. Foi uma visita esfuziante. A partir da visita do Yala, as coisas começaram a abrir-se e o comércio voltou quase aos níveis antigos. Acho que passou a 300 e tantos milhões. O outro país foi o Iraque, um pouco por causa desse antecedente.

A.C – Dessa questão do...

¹²¹ Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

¹²² Ministro Mohamed Yala.

S.G – ... desse antecedente.

A.C – ... da prioridade do Brasil no reconhecimento da...

S.G – É.

A.C – Na compra, não é?

S.G – Na compra do petróleo, depois da nacionalização. Ainda no Governo Geisel, a Mendes Júnior obteve um contrato. Começou a trabalhar. Quando eu era Embaixador em Paris, praticamente todo mês passava lá o Ângelo Sá com o Paulo Tarso¹²³. Iam a Bagdá para negociar coisas, etc. Enfim, começou um relacionamento especial, que se tem desenvolvido bem. Também nas ocasiões, e houve várias – vocês estarão lembradas –, em que o problema do fornecimento do petróleo era difícil e outros fornecedores reduziam a quota do Brasil, o Iraque cobria tais deficiências, a tal ponto que chegou a suprir 48% do petróleo que importávamos. E a Petrobrás, antigamente, tinha muito pouco diversificadas as suas fontes de suprimento. Depois, com o tempo, é que foi diversificando.

[INTERRUPÇÃO NA FITA]

Por exemplo, já no governo Figueiredo, eu me lembro de uma vez o Rischbieter dizer, na primeira reunião e acho que única do Ministério, como novidade, que importantes eram a Venezuela e o México; que nós tínhamos que diversificar, por causa do petróleo. Eu não disse nada, mas não só por causa do petróleo, mas por motivos políticos gerais já estávamos tratando dessa aproximação. Nós já havíamos combinado – eu acho que contei – antes da posse do Presidente Figueiredo, a reunião da Comissão Mista com a Venezuela, e que a primeira visita minha seria lá, assim como, a primeira visita do Presidente. E, como o México, nós já nos estávamos entendendo para desenvolver tudo o que fosse possível, inclusive petróleo. Com a Nigéria, nem se fala, quer dizer, a opção africana, tudo isso. Mas, como eu disse, quando as fontes de suprimento antes eram limitadas, ou mais especializadas, e quando havia problemas de suprimento, o Iraque sempre aceitou

¹²³ Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

compensar a deficiência de outros fornecedores, chegando a ter 48% do nosso mercado importador. Isso se desenvolveu muito no Governo Figueiredo. Houve um problema, que foi muito criticado aqui pelos jornais, porque os iraquianos não cumpriram um compromisso que tinham com a Petrobrás para desenvolver um campo de petróleo que a Petrobrás identificara, em Majnoon. Propunham renegociações. E, no fundo, a Petrobrás não ficou mal satisfeita com o arranjo renegociado. Por quê? Porque ela não tinha capital para desenvolver o campo que havia identificado. Ela recebeu todo o dinheiro que tinha investido e mais um lucro, garantia de fornecimento, e um contrato de assistência técnica para desenvolver o campo. Portanto, sem o risco, ganhava o *pro labore* da assistência técnica. De modo que o fato não afetou nossas relações com o Iraque, embora a imprensa aqui tivesse criticado muito esse arranjo. Na verdade, nenhum país produtor de petróleo aceitava mais o tipo de contrato original de exploração entre a Petrobrás e o Iraque.

A.C – Eu queria perguntar ao senhor sobre essa, quer dizer...

S.G – Houve uma crise depois, uma ameaça de crise, por causa do Irã. Mas isso a gente mais adiante fala.

A.C – É exatamente sobre isso que eu queria dizer. Porque dá a impressão de que havia uma certa opção a ser feita, não é? Quer dizer, ou nós desenvolvíamos a relação com o Irã ou com o Iraque. Acho que Deus nos ajudou, porque, realmente, a situação do Irã, com o Aiatolá e tudo o que veio depois, se complicou muito.

S.G – No período do Xá, nós não tivemos chance no Irã. Houve uma vez, ainda no Governo Geisel, em que veio aqui o Ministro da Fazenda do Irã, que fez um acordo com o Simonsen; acordo entre eles. Nós compraríamos petróleo e do total do valor das compras do petróleo eles nos comprariam 30% em produtos industriais. Nós, no Itamaraty, não acreditávamos nisso, e de fato o arranjo não funcionou. Eu mesmo estive, em fevereiro de 78, em Teerã. Tínhamos interesses, companhias nossas que queriam participar da construção de barragens, e não se conseguiu nada. Trataram-nos à vela de libra, com a maior gentileza, me deram um banquete belíssimo, mas nada concreto. Não foi possível. Depois veio a revolução. Houve um período difícil, a história dos reféns americanos, ambiguidades e emocionalismo. Nós nos mantivemos numa atitude que não era antiiraniana no atacado, embora quanto aos reféns, apoiássemos as regras do direito

internacional, incompatíveis com a ação iraniana. Mas isso não nos criou problema com o novo Governo iraniano. O novo Governo iraniano teve dificuldades de relacionamento com os países industrializados que tinham cooperado com o Xá e que tinham grandes interesses de obras, contratos, fornecimentos etc. Os Estados Unidos em particular, que tinha uma cooperação militar importante. Nesse quadro, num dado momento, quando as coisas sossegaram um pouco em termos internos no Irã, procuraram se aproximar de nós na base de desenvolver o comércio e a cooperação industrial, etc. Infelizmente, nesse momento, havia já começado a guerra Iraque-Irã. Nesse momento, o Irã tinha também um interesse político em romper ou deteriorar a nossa relação com o Iraque. Estava visivelmente disposto a pagar um preço por isso. Sabia que nossa relação com o Iraque incluía esse aspecto de firmas brasileiras, que tinham negócios lá, comércio, entendimentos sobre petróleo, etc. Ofereceu, então, coisas mirabolantes. A iniciativa criava um problema para nós. Ante dois países em guerra, de que você não quer participar, das duas, uma: ou você não faz nada com nenhum dos dois e mantém uma neutralidade estrita; ou faz a mesma coisa com os dois. Ora, nós estávamos numa situação em que não podíamos tomar nem uma atitude, nem a outra. E a explicação que eu dei, que submeti ao Presidente, dei também aos iranianos. Expliquei aqui ao diretor Geral de Política da Chancelaria iraniana, que tinha ido a Buenos Aires para uma reunião dos 77, em preparação da UNCTAD. Expliquei depois ao Ministro do Exterior deles, o Velaiyatti, na Assembleia Geral, em Nova York, como mais tarde, ao novo Embaixador do Irã em Brasília, quando ele veio. Disse sempre que estávamos dispostos a manter e estimular toda relação normal com o Irã: comércio, cooperação econômica e técnica...

A.C – Com o Irã?

S.G – Com o Irã. “Relações diplomáticas. Vocês vão mandar um Embaixador para o Brasil. Nós estamos com um Encarregado de Negócios, vamos mandar um Embaixador para Teerã. Pode demorar um pouquinho, mas vamos mandar. Cultural: Vocês podem explicar a revolução iraniana no Brasil como quiserem. Agora, nós temos uma inibição, que é a venda de armamentos. E por quê? Porque normalmente nós não venderíamos a nenhum dos dois. Mas acontece que, com o Iraque, nós temos obrigações anteriores à guerra e contratos que prevêm uma verdadeira programação de vendas futuras, além das relações concretas que se desenvolveram com o Iraque”. Expliquei tudo. Lembrei que, o Iraque, nos momentos de escassez nos forneceu petróleo. Quando as empresas brasileiras

tentaram prestar serviços no exterior, foi um dos raros países, que se abriu para isso, numa época em que o Irã, sob o Xá, não aceitava nada. “Vocês não têm culpa disso, disse, mas é um fato histórico”. Então, se criou uma ligação muito especial com o Iraque. E, em matéria de armamentos, havia contratos. Havia até contratos, como era o caso da AVIBRÁS, em que o Iraque pagou adiantado 100 milhões de dólares. Foi com esse dinheiro que a AVIBRÁS desenvolveu a tecnologia desses foguetes, porque nem ela tinha dinheiro, nem o Governo brasileiro, para desenvolver essa tecnologia. No gênero, são os melhores. Serão os melhores por um ano e meio, dois anos, até que os concorrentes façam melhor. Os mísseis demoraram quatro anos para se desenvolver. Isso não se faz da noite para o dia. E nós, não podemos deixar de cumprir os nossos compromissos. Mas o Irã fez várias tentativas, navios, equipamentos diversos, somas enormes. Coisa de 1 bilhão. Depois, falaram em 2 bilhões. Houve gente que falou em 5 bilhões de dólares. Isso tudo convergiu no ano de 82. Foi um ano difícilimo. Nós, com a corda no pescoço. E o risco da tentação passou a ser muito grande. Era natural que algum setor militar ou econômico se impressionasse. Tínhamos, porém, de considerar os aspectos de política externa e mesmo os econômicos em contraste com possíveis vantagens imediatas. Deterioraríamos as relações com o Iraque, onde uma firma brasileira empregava cinco mil trabalhadores brasileiros, além de outras com contratos menores e problemas a resolver. A Arábia Saudita e os países do Golfo que apoiavam o Iraque, se fechariam para nós e perderíamos possibilidades, para exportação de material bélico inclusive, para a Arábia Saudita. Eu estava convencido de que a execução de fornecimento de armas ao Irã, se e quando atingisse a primeira ou segunda centena de milhões de dólares, já produziria todos os efeitos políticos que interessavam ao Irã e o resto das promessas seriam postergadas, diminuídas ou esquecidas. Felizmente, prevaleceu o bom senso e não embarcamos nessa canoa, poupando-nos sérios aborrecimentos futuros. Tudo tinha de ser feito, entretanto, mantendo contatos normais com o Irã e respeitando sua situação especial. Quando o Presidente voltou de Cleveland, meados de 82, eu já estava para ir a Bagdá. Havia surgido um problema de atrasados e compensação por danos de guerra para a Mendes Júnior e outras dificuldades lá. Falei com o Presidente que estava disposto a ir a Bagdá, e a ele submeti duas condições que me pareciam essenciais para o êxito da visita. Lembrei que ia estar com Saddam Hussein, com o Ramadan, que é o Primeiro Ministro, com o Ministro do Exterior, Tarek Aziz, que é lá uma pessoa influente também, e precisaria dizer a eles o que havia dito aos iranianos: vamos ter toda espécie de relação com o Irã, menos venda de armamentos. Isso nós não podemos mais fazer. Isso nós temos de assegurar aos

iraquianos. A outra coisa é que eu só vou a Bagdá, se eles se comprometerem, a criar pelo menos um mecanismo operacional para solucionar os atrasados e correções de preço resultantes da guerra, etc., para as firmas brasileiras, basicamente a Mendes Júnior. Havia umas coisas menores, também. E o Presidente esteve inteiramente de acordo. Eu ainda acrescentei: “Eu vou falar em nome do senhor” Ele disse: “Pode falar”. Superadas assim as miragens dos “bilhões” iranianos, pedi ao Paulo Tarso, que já tinha bolado a fórmula para essa instrumentação, uma espécie de comitê *ad hoc* dos dois países com pessoas autorizadas a decidirem, para que ele fosse antes a Bagdá. Esteve lá uns 10 dias, antes da minha visita. Quando me mandou dizer que estava bem, aí eu fui. E, realmente, foi uma visita muito proveitosa, muito interessante, porque eu conversei com essas pessoas do Governo do Iraque, de uma forma muito ampla e segura. Foi criado o comitê *ad hoc*, de um lado Paulo Tarso, do outro o Prefeito de Bagdá. Levou meses para resolver, mas resolveu esses problemas todos. Eram 300 milhões de dólares, etc. Encontraram uma fórmula com um novo contrato para a Mendes Júnior, um ressarcimento em parte em petróleo, e coisas desse tipo. Nesta altura também, já tinha sido em parte resolvido o problema da venda de carros da Volkswagen para o Iraque, que havia sido objeto de várias gestões nossas e até do Governador Maluf para darem nova encomenda. Os iranianos aproveitaram a visita para me dizer que iam dobrar a encomenda, o que fato fizeram pouco depois. E de lá para cá se tem mantido uma atitude...

A.C – Eles não sabiam de nada dessa história do Irã ou suspeitavam de alguma coisa?

S.G – Sabiam de tudo detalhadamente.

A.C – Ah, é mesmo?

S.G – O Embaixador do Iraque foi me ver, preocupado. Sabia de tudo. Sabiam de tudo exatamente.

A.C – Inclusive que o Brasil...

S.G – Souberam também, eu não disse nunca a eles, mas souberam que eu tinha agido daquela maneira, que o Presidente tinha decidido, etc...

A.C – Ah, e sabiam, estavam absolutamente a par das divisões internas.

S.G – Sabiam. Porque o país é muito transparente, não é? O Brasil.

A.C – Mas é curioso. Quer dizer, essa questão, eu tenho uma dúvida. Quer dizer, realmente, nesses casos... Uma dúvida a respeito da ética diplomática, não é? que eu acho que é uma coisa difícil da gente captar nesses momentos de crise. Quer dizer, normalmente, o que impedia o Brasil de ter um contrato de armamentos com o Irã era o fato de que ele já vendia armamentos para o Iraque?

S.G – Basicamente, era isto. Quer dizer, aí, de um ponto de vista ético, se você quiser, como eu disse no princípio, ou você vende aos dois, ou não vende a nenhum.

A.C – Certo.

S.G – O certo é não vender a nenhum. Mas se você já tem um compromisso com um dos lados que é anterior à guerra, como é que você vai deixar de cumprir? Sobretudo quando o não cumprimento implica perda substancial em termos econômicos e comerciais e, sobretudo, o que eu acho mais importante, em termos de confiabilidade junto a outros potenciais compradores. Quer dizer, um país como o Brasil, que não tem os recursos e o poder de atração dos Estados Unidos, tem que ser muito claro: tomou um compromisso, cumpre.

A.C – Claro. Não, e aí, realmente, outro aspecto que me preocupa muito...

S.G – E por isso eu me preocupei de dizer aos iranianos exatamente a mesma coisa que eu disse aos iraquianos. O mesmo discurso. O que eu disse a um, podia tirar cópia e dar para o outro. Foi como eu fiz no período das Malvinas: o que eu dizia a um, dizia ao outro, exatamente; qual era a nossa posição e por que...

A.C – O senhor acha que é muito importante isso na diplomacia, não é?

S.G – Eu acho que sim.

A.C – Porque senão cria uma confusão terrível.

S.G – Eu acho que a esperteza, entre entidades soberanas, não funciona muito bem, porque ninguém é bobo, não é? É melhor ser franco, dizer as coisas como elas são. Pelo menos, para um país como o Brasil, que não tem, como eu já disse, um excedente de poderes, de atração econômica, militar, cultural, financeira, etc., etc., e, portanto, tem que ser cuidadoso. É um país que não é marginal; é suficientemente presente no mundo, significa alguma coisa, mas não é uma potência com tais excedentes e sobras que forcem os outros países a terem um interesse fundamental de manter relações, de procurar, etc. Quer dizer, um país irritado pode se passar do Brasil sem um dano maior. Os Estados Unidos, por exemplo, pode até cometer gafes, fazer coisas que desagradem, dar um passo em falso, porque todo mundo está interessado em manter os canais abertos. Porque é uma fonte de finanças, de tecnologia, de comércio, tem uma capacidade de pressão considerável. Hoje em dia, não há mais capacidade de pressão decisiva, nem mesmo para as chamadas superpotências, mas não é vantagem para um país estar mal com os Estados Unidos, permanentemente. O país fica com suas opções muito limitadas, em termos de cooperação internacional. Trata-se da realidade do poder, não no sentido de seu exercício grosseiro, mas de sua presença nas avaliações racionais.

A.C – Ministro, antes de... Eu queria perguntar ao senhor o seguinte: quer dizer, ficou muito claro que na área militar – Exército, propriamente – não havia nenhum interesse. Era uma coisa mais da Marinha...

S.G – Não, isso foi mais Marinha, porque eles procuraram mais especificamente...

A.C – ...os problemas de navios.

S.G – Talvez, tivesse interesse. Também a minha avaliação era de que os iranianos a rigor não precisavam desse nosso armamento para a manutenção da guerra, sobretudo, o tipo de guerra que eles levavam, não é?

A.C – Quer dizer, o senhor achou, o senhor tinha evidências de que se tratava...

S.G – Eu tinha indícios, a impressão de que se tratava disso.

A.C – ...mais de desmanchar alguma coisa...

S.G – De um movimento político, é.

A.C – ...do que propriamente de uma necessidade.

S.G – É. O que não quer dizer que não houvesse um interesse ou uma potencialidade econômica na relação com o Irã. Havia. Tanto havia que o comércio bilateral Brasil-Irã nesses últimos anos tem sido maior, em termos de nossa exportação para o Irã, maior do que para o Iraque. Um pouco maior, mas _____ ...

A.C – Quer dizer, que, no final das contas, vamos acabar ficando com os dois.

S.G – É. A não ser o contrato mirífico de bilhões de dólares, em que eu nunca acreditei e que, se por acaso e contrariamente à minha avaliação, viesse a se concretizar plenamente, nos amarraria de pés e mãos atados ao Irã, no que eu não via vantagem.

A.C – É.

L.P – E os Estados Unidos, Ministro, eles se manifestaram de alguma forma sobre essa atitude brasileira em relação ao conflito Irã-Iraque, ou...

S.G – Não, nunca. Você lembra que o Iraque foi considerado pelo próprio Reagan, se não me engano, uma vez, como um país terrorista, etc. Depois, começaram a melhorar as relações muito. Não tem relações diplomáticas (como não tem com o Irã) mas, nas embaixadas dos terceiros países que assumem a proteção de interesses de um na capital do outro, as seções americanas e iraquiana cresceram muito e os canais de comunicação estão desimpedidos. A atitude americana em relação ao Iraque e vice-versa melhorou muito nos últimos anos. Não vou dizer que fomos precursores. Não é esse o caso. Mas não estávamos tão errados em manter a relação com o Iraque ativa o tempo todo.

A.C – Eu não posso deixar de perguntar ao senhor a sua opinião sobre esse fenômeno iraniano, não é? Porque afinal de contas é um tipo de...

S.G – Isso é muito difícil de saber. É uma coisa muito específica. Há várias teorias.

A.C – São dessas coisas que mudam o quadro diplomático de repente.

S.G – Mesmo para nós, foi uma surpresa, embora eu não acreditasse muito na durabilidade do Xá. Eu, quando estive em Teerã, em fevereiro de 78, tive uma impressão muito curiosa. Como eu disse, o meu hospedeiro, o Vice-Ministro, que era um homem muito bem, um perfeito europeu, me deu um grande banquete, gostosíssimo, muito refinado. O melhor arroz que comi em minha vida, memorável. O Ministro do Exterior era um sujeito que falava francês como um francês. Fez uma exposição excelente, no *tour d’horizon* das relações internacionais que fizemos. Tudo perfeito. O Embaixador nosso na época, o Aluizio Guedes Regis Bittencourt, estava lá há vários anos e conhecia todo mundo. Deu uma recepção na Embaixada, um *cocktail*, para eu conhecer pessoas. Enfim, em parte, aproveitou a visita para isso. Me apresentou a muitos iranianos. Eram todos sujeitos que falavam um francês perfeito, ou um inglês perfeito, muito europeizados, todos com casas em Paris ou na Côte d’Azur e coisas desse tipo. Alguns, quando iam a Teerã, ficavam em hotel para tratar de seus negócios, e voltavam. Quer dizer, eram ausentes do país. Eles iam ao país para tratar dos seus negócios, basicamente. Aquilo me impressionou muito. Quer dizer, dava a impressão de uma camada alienada, por cima de um país. O próprio Xá tinha a programação de ocidentalizar o seu país a toque de caixa. Isso me foi anos depois confirmado, quando lhe pedi a opinião, quando aqui veio em visita oficial, pelo Príncipe ____ Faïçal, Ministro do Exterior da Arábia Saudita. Comentou que conhecia muito o Xá e toda a estrutura iraniana e estivera lá várias vezes. Sempre havia notado a sofreguidão com que o xá tentava ocidentalizar o país. Essas coisas têm que evoluir naturalmente, acrescentou, e não se pode fazer uma coisa dessas de cima para baixo. Contou como na Arábia Saudita, eles tinham feito para as meninas irem à escola. Abriram as escolas em vários lugares. Os chefes tribais e os chefes de família eram contra. Depois, no segundo ano, alguns puseram as filhas na escola; no terceiro ano, um pouco mais, e acabou havendo, mesmo num país tão tradicionalista como a Arábia Saudita, esse tipo de evolução. “Mas, nós nunca forçamos”, disse ele. Apenas criavam a oportunidade. *A posteriori*, todo o mundo identificava o perigo óbvio de tentar mudar um país, um meio social, baseado, ainda por cima, em crença religiosa, da noite para o dia e de cima para baixo. Sem dúvida, a revolução iraniana foi muito uma reação contra o

estrangeirismo, se se quiser. O Xá e a classe dominante foram vistos como uma espécie de representação de potências estranhas, justa ou injustamente pouco importa. A imagem era essa.

A.C – Um corpo estranho dentro daquele cultura milenar, não é?

S.G – Isso é um pouco a impressão que tenho. Eu não conhecia o Irã suficientemente para ter uma opinião. Mas foi das coisas que eu vi que me impressionaram, quando estive lá, essa espécie de dicotomia entre uma sociedade muito européia, muito refinada até, tudo isso, e uma massa vivendo como na Idade Média. Com as concepções...

A.C – Eu queria perguntar ao senhor, quer dizer, se a diplomacia, depois dessa revolução muçulmana, enfim, se mudou. Mudou de modo de agir, etc...

[FINAL DA FITA 30-A]

A.C – ...modo de agir, etc., ou se permanece mais ou menos a mesma, seguindo os mesmos padrões?

S.G – O Irã?

A.C – É.

S.G – Não, o Irã tem uma visível programação de exportar a sua revolução. Vem tentando isso por diversas formas – com os peregrinos que vão a Meca. – já houve até um incidente –, o que cria uma grande irritação e preocupação na Arábia Saudita, e outros países da região, que são sunitas. Mandou tropas para se juntarem aos sírios, naquela intervenção no Líbano. O Embaixador nosso lá, o Sampaio¹²⁴, contou-me uma historieta. Damasco é uma cidade onde há hotéis de luxo. E num deles há um terraço, com piscina, não a nível da rua, mais alto, primeiro andar, onde havia mulheres de biquíni, inclusive nativas. E quando esses soldados iranianos passaram nos caminhões, creio que indignados com a provocação ao pecado, deram gritos desesperados de ódio,

¹²⁴ Embaixador Antônio Amaral de Sampaio.

xingavam, e coisas assim. Mas a exportação da revolução até hoje não deu grandes resultados. A Síria se entende com o Irã, em parte por causa de duas coisas: primeiro, o Irã é profundamente anti-sionista, tem uma posição maximalista, e talvez, mais diretamente porque a Síria tem problemas com o vizinho Iraque. Então, o inimigo do meu inimigo...

A.C – É meu amigo.

S.G – Mas, no resto do mundo árabe, com exceção da Síria e da Líbia, o Irã é olhado com desconfiança, pelo menos. A tendência, sobretudo na Arábia Saudita e nos países do Golfo, é naturalmente de preocupar-se com esse expansionismo religioso. E ao mesmo tempo, com a tendência hegemônica do Irã, maior potência da região, que já se manifestava ao tempo do Xá, quem ocupou umas ilhas contestadas no golfo. A rigor, o que à Arábia Saudita interessa é que nem o Iraque, nem o Irã saiam completamente vencedores desta guerra.

A.C – Que eles se enfraqueçam mutuamente.

S.G – Se enfraqueçam. Porque também receiam que o Iraque se vencedor, tenda a alguma forma de hegemonismo no Golfo. Essa hipótese parece afastada, porque agora o próprio Iraque, já há 3 anos pelo menos, quer a paz, a volta ao *statu quo ante bellum*, etc. É possível que os países árabes, se não fosse Israel, talvez se estivessem engalfinhando entre eles o tempo todo. Israel funciona como uma espécie de catalisador. Porque eles são muito diferentes em termos de estrutura social, de orientação política, etc.

A.C – O senhor falou na Líbia agora há pouco. Realmente, a Líbia lhe deu algum trabalho, não é? Na sua gestão.

S.G – É. Com a Líbia temos relações e comércio. Não há porque não ter relações. O Kadafi é uma pessoa muito discutida e tal, mas nós não temos porque nos metermos muito. Evitamos, porém, intimidade e comprometimento político. A Líbia pretendeu, numa certa época, um acordo nuclear com o Brasil, bastante extenso, que o Governo brasileiro, com muito jeito, foi limitando. Reduziu-se simplesmente a uma eventual troca de técnicos, cursinhos, coisas assim muito secundárias, e a um contrato com a CPRM para a prospecção de minérios, inclusive o urânio, mas nada além disso. Mesmo com o Iraque, com o qual ampliamos o escopo da cooperação, não entramos em áreas sensíveis em matéria de energia nuclear. Houve uma época, me lembro, quando eu era Secretário-Geral, logo no início do Governo Geisel, em que os líbios queriam comprar tudo aqui. Haviam chegado as fragatas, construídas na Inglaterra. Estavam sendo feitas duas no Arsenal do Rio. Eles queriam comprar as fragatas, os submarinos que estávamos fazendo na Inglaterra, etc. Obviamente, não podíamos vender, ou construir aqui. Depois quiseram mandar estudantes para cá. Um Acordo para, inicialmente, doze. Mas queriam todos na Universidade de Brasília, porque havia um entendimento qualquer com o Reitor. Nós achávamos que esses estudantes deviam estar distribuídos por várias universidades. Não formarem um grupeto isolado no mesmo lugar. Mas, nisso acabamos cedendo, porque eles já tinham entrado em contato com a UnB, que tinha ficado encantada com o dinheiro que eles iam pagar. De modo que, é sempre um pouco essa história com a Líbia. Uma surpresa qualquer do lado de lá, uma paciência de nosso lado, e empurrar com a barriga, mas continuar vendendo as coisas que se podem vender. Eu perguntei muito ao Andreotti¹²⁵, na última Assembleia Geral, sobre Kadafi, porque a Itália tem uma grande experiência e grandes interesses na Líbia e tem tido consideráveis problemas. Há ainda uns 20 mil italianos trabalhando lá, etc. As relações às vezes são duras e difíceis. Ele me confirmou que, até àquela ocasião, tinham tido dificuldades, como se sabe, mas tinham de estar muito presentes, por causa de seus interesses, da tradição, dos 20 mil italianos que trabalham lá. Tudo haviam feito com a Líbia, menos organizar visita oficial do Kadafi a Roma... (Risos) Acho que ele só foi à Áustria, no tempo do Kreisky¹²⁶, do Presidente Kreisky. Andreotti concluiu o seguinte, depois de vários comentários, uma coisa muito italiana, muito sofisticada: achamos que devemos dar esta opção a ele, porque ele quer se afastar da União Soviética. É uma relação de amor e ódio, às vezes se estreita, às vezes se afrouxa, mas também não

¹²⁵ Giulio Andreotti, Ministro das Relações Exteriores da Itália.

¹²⁶ Bruno Kreisky.

adianta repudiá-lo, porque ele está lá mandando mesmo. Um pouco esse tipo de raciocínio. Quando houve a história do avião – eu acho que eu já expliquei, não é? – eles pediram autorização de sobrevôo sob falsa alegação. Saiu tudo nos jornais. Foi um incidente que tratei friamente, à base da Convenção de Chicago, mas que não achava de nosso interesse “magnificar”. Depois disto, eles quiseram reunir a Comissão Mista. Eu não tinha pressa, mas achei que sim, estava bem. Viria o Ministro do Exterior deles (que não manda nada) aqui, em outubro do ano passado, mas afinal ele não pode vir, por motivos lá deles. Eles ficaram de vir, então, durante nosso novo Governo. Não sei ainda em que pé ficou. Porque a Comissão Mista é uma coisa normal. Sua reunião não é um marco político, a não ser em situação excepcional, como num reatamento.

A.C – Essa questão da Líbia, o senhor não nos contou.

S.G – Não?

A.C – Não.

S.G – O negócio dos aviões, não?

A.C – O senhor não contou.

L.P – ...sobre a imprensa. Ainda não.

S.G – Foi uma coisa um tanto inesperada. Eles pediram sobrevôo e pouso alegando que eram aviões que iam levar medicamentos e equipamento médico para a Nicarágua. Eu, quando soube disso, estava até numa reunião no meu Gabinete com o Galvêas e com o meu pessoal, falando sobre coisas econômicas. E estava o Baena¹²⁷, que me disse: “Olha, veio esse pedido de sobrevôo”. Eu comentei: “Vamos esperar um pouquinho

¹²⁷ Embaixador João Clemente Baena Soares.

para nós analisarmos isso com cuidado. É difícil negar um sobrevôo para fins humanitários, mas, enfim, vamos ver isso direito.”

A.C – Era para a Nicarágua, não é?

S.G – Para a Nicarágua. Bom, aí, quando terminou, o Baena me disse: “Olha, veja só”. A Divisão de Transportes, que era chefiada por um Conselheiro, achou que nós tínhamos boas relações com a Líbia, que era um vôo humanitário e disse logo que o Itamaraty não tinha objeções. Não tiveram a sensibilidade política para ver que o destino, e o caráter militar dos aviões, sugeriam um compasso de espera e talvez, gestões confirmatórias. Se impressionaram, porque os líbios estavam com muita pressa, pediram instantaneamente, recorreram a todos os argumentos e tínhamos boas relações com eles. Trataram como rotina. Não era propriamente uma coisa absurda que se desse a autorização. Apenas eu queria fazer render um pouco para ver. Bom, mas o que estava feito, estava feito.

L.P – Só um instantinho. O senhor sabe quem foi que deu essa autorização inicial, assim? O senhor disse Chefe da Divisão Política? Eu não entendi.

S.G – Não. Divisão de Transportes e Cargas, nesse nível. O telegrama para a Aeronáutica saiu em nome do chefe do Departamento, que era o Proença Rosa¹²⁸, que aliás, nem viu a minuta. O Chefe da Divisão que era um funcionário eficiente, botou: “De ordem”, compreende? Ele podia fazer isso. O que houve foi uma falta talvez de sensibilidade, uma matéria que surgiu à noite, urgente e com ar de rotina.

A.C – ...com tanta facilidade.

S.G – É. Negar de saída também era difícil. Bom, aí vieram os aviões. Houve um deles que ficou retido em Recife, por uma pane; os outros dois esperaram, mas em Manaus.

¹²⁸ Embaixador Carlos Augusto de Proença Rosa.

Para consertar a tal pane, o pessoal da Aeronáutica entrou no avião e viu umas caixas lá suspeitas. E, aí se aplicou a Convenção de Chicago, que permite perfeitamente ao país territorial a verificação da carga. Eram armamentos. E aí se fez a verificação também em Manaus. Também se tratava de armamentos. Minha posição era essa: aplicar a Convenção de Chicago estritamente, não ter pressa, não demorar demais, anular o vôo, não contribuir para agravar um incidente que não nos interessava. Kadafi, estava numa visita a países africanos. Estava em Lagos. Ficou furioso. Fez umas declarações. Aí, eu resolvi fazer uma espécie de nota à imprensa, pondo água na fervura mas, ao mesmo tempo, pondo os pontos nos ii, citando a Convenção. Bom, até aí, tudo bem, tudo normal. Não podiam dizer nada. O Governo da Nicarágua fez apelos. O D'Escoto¹²⁹ me mandou um telex e Ortega ao Presidente. Respondi ao D'Escoto citando a Convenção de Chicago e a falsa alegação humanitária do pedido de sobrevôo. Não falaram mais. Não insistiram nos apelos. Porque não podiam, legalmente não havia como discutir o assunto. O que enrolou, o incidente foi a ausência na Convenção de dispositivo expresso sobre o que é que você faz com a carga. Deixa seguir para o destino? Fica com a carga?

A.C – Devolve?

S.G – Devolve? Devolve por que meios? Bom, a minha posição era a seguinte: seguir para o destino, não tem por que. Não temos nada com a Nicarágua; a Nicarágua pode comprar armamentos onde quiser. Mas temos o direito de não querer que o nosso território seja o caminho. Não vendemos nossas armas e não faz sentido sermos utilizados para o tráfico de terceiros. E houve um abuso da nossa boa fé por parte da Líbia, evidentemente. Ficar com a carga, porque à vezes pensavam nisso, também não podemos, porque é apropriação indébita. Isso não é propriedade nossa, como é que nós vamos nos apropriar? A África do Sul, uma vez se apropriou de um avião que tinha armamentos, que ia não sei para onde. Também assim sob falsa declaração. Precedente que nada tinha a ver com a política externa e o estilo brasileiro. O Brasil não pode agir assim. Tem que devolver. A questão era quando e como devolver. O pessoal da Aeronáutica, segundo se sabia, veria muito mal que, tendo descarregado tudo, tivesse de novo de carregar nesses mesmos aviões. Então, se procurou uma solução, utilizando um

¹²⁹ Miguel D'Escoto, Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua.

tertius, que levasse de volta a carga. O que era muito difícil. Pensou-se na Alitália, porque a Itália teria boas relações com a Líbia. E a Alitália estava disposta. Mas houve, obviamente, alguma contra-ordem do Governo italiano para não se meter nessa história. Pensou-se em deixar num ponto intermediário, em Dacar, talvez. Os aviões líbios apanhariam a carga lá em Dacar. Havia uma compreensível teimosia do Délio, de que não podiam voltar nos mesmos aviões. Minha posição foi sempre de que não tínhamos nenhuma pressa, para resolver o incidente. Mais uma semana, mais dez dias... De qualquer forma, porém, nós não deveríamos excluir, por princípio, a possibilidade de restituir a carga nos próprios aviões líbios. Quando nós propusemos um *tertius*, aí o Kadafi estava de volta a Trípoli, e fez outra declaração desaforada. Vocês se lembram.

A.C – Lembro.

S.G – Que ele tinha o direito de mandar para a Nicarágua as coisas, insinuando que agiríamos sob pressão americana. Que fizéssemos o que quiséssemos com os tripulantes e outros disparates. Q não foi por pressão americana. Quer dizer, no caso, eles ficaram muito satisfeitos, os americanos, não é? Mas não houve pressão, nem era necessário. A época, na imprensa se noticiou que os americanos é que sabiam e haviam denunciado a natureza ilegítima da carga. A mim, sempre me disseram que nossa Aeronáutica é que detectara a carga. Para mim, era irrelevante. O fato em si, a autorização de voo dada por falsa alegação, era determinante de tudo o que se fez. E aí, nós fizemos uma outra nota dizendo que se ele, Kadafi, não se incomodava com a sorte dos tripulantes, achando que nós íamos fazer alguma coisa contra eles, prender, etc. nós afirmávamos que o Governo brasileiro não podia nunca ser indiferente à sorte de seres humanos, mesmo que culpados. (Risos) Não adiantava brigar com ele, não é? Não me parecia que devêssemos levar a sério a esse ponto. Sobretudo que não era nosso papel consertar Kadafi. Mas havia, sempre a dificuldade de o pessoal lá que descarregou as armas ter de colocá-las de novo no avião. Mas a minha teoria era de que não se devia excluir essa hipótese. Mesmo quando, eu estive no Senado, (naquela época, por algum outro motivo, eu fui à comissão de Relações Exteriores) e me perguntaram, eu não excluí essa hipótese, como última alternativa. Eu disse que nunca se fecham portas, se auto-limitando, se não há um princípio envolvido. Por que é que nós vamos fechar? Quem sabe, mais adiante. E isso, se tivesse sido feito tempestivamente, depois de um atraso razoável, quase como uma

questão de rotina, não teria causado essa onda de imprensa, nem nada disso. Mas, como demorou um mês a mais do que o necessário, o incidente se azedou fora de proporções.

A.C – E virou um caso, realmente.

S.G – virou um caso, quando não havia porque ser. Eu achava que não fazia sentido a gente brigar com a Líbia. Nós temos negócios lá e o sujeito é peculiar. O melhor é fazer apenas aquilo que normalmente caberia fazer. Quer dizer, houve um pedido de sobrevôo e pouso, sob a alegação de fins humanitários, o pouso foi concedido, nesta base e de boa fé. Verificou-se que não se tratava de medicamentos e material hospitalar. O Kadafi, de alguma maneira, na sua primeira declaração, se desculpou, coisa que ele nunca fez. Porque ele disse que as autoridades líbias, os funcionários que tinham enganado as autoridades “amigas” do Brasil, seriam punidos. Declarou isso. Poderíamos ter pegado nessa declaração dele, que, no fundo, eram desculpas, e agido logo, ou deixado passar uma semana, chatear um pouco... Porque tudo é uma questão de medida. Meu entendimento era de que cumprido o que era nosso direito pela Convenção de Chicago, o essencial era anular o vôo, como se ele não tivesse existido. Os aviões voltam para o ponto de origem, o que é fácilimo de verificar, com as suas coisas. Basicamente era isso. Acabou sendo feito isso. Em junho.

A.C – Mas é que a preocupação do Délio não era exatamente que eles fossem para a Nicarágua e não voltassem à Líbia?

S.G – Também, porque esses aviões têm raio de ação suficiente para virarem ao saírem de Pernambuco e irem à Nicarágua.

A.C – Exato.

S.G – Mas aí, nós saberíamos. Seria um caso muito sério para a Líbia. Seria um caso de rompimento de relações e não creio que Kadafi tivesse interesse nisso. Sentia-me seguro nessa avaliação.

A.C – É o caso de rompimento?

S.G – Ah, seria. Aí no caso, seria.

A.C – Se estabelecem um compromisso de voltar e eles mudam de ideia.

S.G – A culpa seria toda deles. Quer dizer, eles ficariam sujos completamente. Mas, como disse, não acreditava nessa hipótese. Porque nós temos meios de verificar isso com a maior facilidade.

A.C – Como?

S.G – No aeroporto de Trípoli. Quer dizer, quando os aviões devessem chegar lá, nós podíamos combinar, e foi combinado assim, que a Embaixada teria uma pessoa lá, o Embaixador, verificando se tinham chegado os aviões, etc.

A.C – Quer dizer, que o problema do Délio era um problema de, basicamente... Quer dizer, curioso isso. Isso não apareceu realmente, não é?

S.G – É. Era compreensível. Houve uma violação de nossa boa fé, descarrega-se e carrega-se e não acontece nada?

A.C – É como se, digamos, as armas cedessem à diplomacia. É mais ou menos isso.

S.G – Havia um pouco uma questão, se você quiser, meio psicológica de avaliação dele, ou mesmo a informação que ele tinha, de que isso cairia muito na sua arma. Era compreensível. Nós víamos friamente o que os sujeitos que executaram não viam tão friamente.

A.C – Claro, viam passionalmente. Agora, me ficou uma dúvida de informação, talvez. Três aviões? Quer dizer, por que isso, essa incidência toda? Quer dizer...

S.G – Não, porque eram muitas coisas. Eram aviões diferentes. Dois foram até Manaus, outro parou no Recife.

A.C – Mas, quer dizer, foi uma conspiração contra o Brasil? De repente, esses três aviões aqui em cima da gente...

S.G – Não, eles faziam, talvez aí para aproveitar, a rota mais fácil, em termos. Porque via Cuba, eles poderiam ter feito. Cuba sempre foi um lugar de entreposto para o envio de armas para a Nicarágua. O grosso das armas vem da União Soviética. Talvez, ele quisesse experimentar outra rota ou talvez, um dos aviões não tivesse raio de ação. Tinha que fazer uma parada aqui para seguir. Esse parou no Recife, justamente.

A.C – Exato.

L.P – Agora, eu tenho uma dúvida, Ministro. Quer dizer, a descoberta da carga, quer dizer, da realidade da carga, foi puramente casual ou houve alguma...

S.G – Pelo que eu soube, foi casual mesmo. Quer dizer, o avião teve uma pane, eles tiveram que consertar no Recife. Aí, quem podia consertar era a Aeronáutica. Sobre tudo tratando-se de um avião militar estrangeiro, isso era normal. E, para consertar, talvez aí é que tenha havia uma certa malandragem: os que foram consertar acharam que era

indispensável entrar no avião. E entraram. E aí, na base de justificável desconfiança, foram ver e era.

L.P – Mas isso será que teria sido uma instrução da Aeronáutica, ou não? De aproveitar o fato de ter que...

S.G – Não sei se foi de mais alto nível ou se foi uma coisa local mesmo. Isso eu não sei e para minha ação não alterava.

A.C – Agora, eram três aviões. Quer dizer...

L.P – Eram quatro.

A.C – Eram quatro, não é? Quatro aviões.

S.G – Quatro ou três?

L.P – Um ficou em Recife.

S.G – Um ficou em Recife...

L.P – E os três outros foram para Manaus.

S.G – ...outros de Manaus.

A.C – Quer dizer, é uma incidência de aviões, realmente, espantosa, não é?

S.G – É.

A.C – Agora, eu queria perguntar ao senhor. Você quer fazer mais alguma pergunta?

L.P – Tenho mais alguma coisa. Quer dizer, de alguma forma, o fato de ter sido evidenciado que era um carregamento de armas para a Nicarágua, isso teria reforçado a posição americana de ingerência externa nos assuntos na Nicarágua?

S.G – Sim. Dava a essa ingerência verossimilhança.

L.P – E, em contrapartida, ter, de alguma forma, abalado...

S.G – Foi explorado pelos americanos em declarações. Estão vendo? A Nicarágua recebendo ajuda de fora... Apenas, se tratava de uma doação de um Governo a outro Governo. Não eram armas para uma rebelião na Nicarágua, mas para o próprio Governo. Então, formalmente, juridicamente, não tocamos nesse ponto. Nossa ação decorria do abuso do voo. Nós nos baseamos na Convenção de Chicago, que é muito clara. Precisa-se de autorização específica para sobrevoo de aviões com armamentos. Não foi dada. Pelo contrário, foi pedida de má fé, para transporte de remédios e material hospitalar.

A.C – É. Estava muito caracterizado, não é?

S.G – De modo que nós não precisávamos ir além desse fato para justificarmos a nossa ação. Bastava isso.

A.C – Ministro, eu queria perguntar ao senhor quer dizer, o Ministro Délio esteve nessa posição, enfim, ele era...

S.G – Não, depois ele compreendeu.

A.C – Claro.

S.G – Pelo fato de levar tempo, ficou essa especulação na imprensa. Eu também, não podia falar francamente à imprensa. – estou falando agora, porque é esse depoimento – porque aí daria a impressão de uma divisão dentro do Governo, quando de fato, por cima de divergências essencialmente táticas, não havia conflitos de princípio.

A.C – Claro.

S.G – Se divisão houvesse era sobre métodos ou sobre a maneira de fazer. E era uma questão que não era decorrente de uma controvérsia sobre a substância da política em relação à Líbia, ou em relação à Nicarágua. Nada disso.

A.C – A imprensa noticiou que ao lado do Ministro Délio ficaram também o Venturini e o Medeiros. Houve, de fato, esse...

S.G – Ficaram muito preocupados, participaram muito e também o Ludwig. A partir de um certo momento, entretanto, se encaminhou uma solução unânime.

A.C – O senhor os convenceu de que o senhor estava certo.

S.G – Eu nunca briguei com essa coisa. Apenas dei opinião...

A.C – Certo.

S.G – Sempre achei que, como desejavam, caberia tentar ver se conseguia um *tertius*, que levasse a carga. Não tínhamos porque ser apressados. Não tendo sido possível, a partir de um certo momento, me parecia claro que a única alternativa era a de por a carga nos aviões, mandá-los de volta e anular o vôo, solução que não afetava nosso prestígio. O assunto não merecia...

A.C – ...mais do que isso.

S.G – ...uma complicação maior, não é?

A.C – Certo.

S.G – Seria a criação de um incidente grave inutilmente, coisa meio abstrusa, sem interesse real para nós.

A.C – O senhor está falando da Líbia assim um pouco, de certa maneira, como...

S.G – Agora, os outros acabaram entendendo isso. Num dado momento, começaram a sentir...

A.C – Unificou. A posição do Itamaraty unificou as demais posições.

S.G – Aliás, isso foi resolvido quando eu estava viajando. Nem eu dava mais palpite, porque já tinha dito tudo que devia dizer. E eu estava até viajando quando chegaram a uma conclusão.

A.C – Eu queria lhe perguntar sobre a Líbia. Porque, realmente, o senhor falou assim: “Não, o Kadafi é meio maluco, e tal”. Isso tudo nós estamos falando aqui é, realmente, isto aqui é sigiloso.

S.G – Ao mesmo tempo, ele é em termos do que é o país dele, um líder carismático. Se você quiser, até um gênio. Não podemos julgar, com nossos critérios, o que é produto de um meio totalmente diverso. Hoje já há uma oposição grande a ele. Já houve tentativas lá mesmo, mas ele tem um carisma inegável, em termos da Líbia. Também, é preciso ver o que é a Líbia: 1 milhão e 800 mil pessoas num território enorme de deserto, rico em petróleo, em que o Governo pode tudo, com os recursos que tem. É o que nunca tivemos: riqueza sem fazer força. O que os americanos chamam de “windfall gains”.

A.C – É um país rico.

S.G – Mesmo assim, está endividado. Em tantas coisas, ele se meteu em matéria de armamento, financiamento de revoluções em outros estados, em Gana, aquela coisa do Tchad e outras, que já está com dívidas.

A.C – Pois é, sobre isso que eu queria perguntar ao senhor. Porque, de vez em quando, se vê, enfim, se ouve essa interpretação de que a Líbia é uma espécie de grande centro de treinamento das guerrilhas que abastecem todos os movimentos terroristas, europeus, inclusive, não é?

S.G – Há esse tipo de acusação. Não sei.

A.C – Brigadas Vermelhas, essa coisa toda.

S.G – Nisso eu não sei até que ponto ele funciona. Apoio e estímulo dará. Me disse o Andreotti que não há conexão, não se provou nenhuma conexão entre Kadafi e as

Brigadas Vermelhas, e que ele mesmo, tem assegurado que absolutamente não estimulará, não ajudará movimentos terroristas na Itália. Ele afirma. Não se isso é verdade ou se os italianos preferem acreditar que isso assim seja, porque convém a eles. (Riso) Agora, que ele é capaz de dar – e em diferentes momentos, não digo que continuamente, deu – ajuda a movimentos subversivos, isso é possível. Por exemplo, o que tenho dito sobre Cuba e sua atitude de juiz e suporte de subversão, se você fosse raciocinar *in abstracto* seria também uma dificuldade, para nós termos relações com a Líbia. Mas é muito diferente, porque a Líbia tem feito essas coisas...

A.C – ...muito longe.

S.G – ...na África, no Oriente Médio, em lugares pelos quais nós não temos maior responsabilidade. E você não pode ser palmatória do mundo, também, não é? Essas coisas têm uma medida, uma medida que é difícil de calcular. Mas, obviamente a obrigação de uma Chancelaria é não agir de forma mecânica. Nem diante de situações às vezes, de um ponto de vista formal, bastante semelhantes ou até piores. (Riso)

A.C – É, e há também essa questão, essa interpretação de que a Líbia é uma espécie de entreposto ou de ponto intermediário da União Soviética. Quer dizer, muitas coisas que a União Soviética não pode fazer...

S.G – ...faz por via Líbia.

A.C – ...explicitamente, ela faz por via Líbia.

S.G – Essa é uma teoria a que as pessoas que conhecem mais a Líbia, não são muito...

A.C – ...favoráveis.

S.G – ...favoráveis. O Kadafi faz o que lhe dá na veneta; muda de posição, até de 180°, com a maior rapidez. Você vê que alguns tempos atrás, até um ano e meio, ele era o principal fornecedor de armas e de dinheiro para o Polisário. E há coisa de uns...

A.C – Para onde?

S.G – Polisário, aquilo...

[FINAL DA FITA 30-B]

S.G – E, no entanto, há poucos meses atrás, ele simplesmente foi ao Marrocos, em visita oficial e fez um acordo com o Rei Hassan, pelo qual mudou de posição. A Tunísia vive apavorada com Kadafi, mas às vezes começa um período em que o Kadafi começa a fazer gentilezas e...

A.C – Enfim, é uma política...

S.G – Tiveram, a Líbia e a Tunísia, um problema gravíssimo de ilhas na plataforma continental. Depois de todas as pressões, um dia, um belo dia, o Kadafi resolveu aceitar a proposta tunisina de submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça, que decidiu.

A.C – Em favor de quem?

S.G – Eu acho que aí a Tunísia ganhou mais que a Líbia. Houve uma solução salomônica. Eu tenho até essa decisão aqui, que o Sette¹³⁰ me mandou, mas eu não pude ler. Eu li um resumo quando saiu. E era um desses assuntos em que, durante muito tempo, Kadafi tentou utilizar meios de pressão sobre a Tunísia para obter ganho de causa. Mas a Tunísia aguentou a mão e ele acabou aceitando de ir à Corte. E cumpriu direitinho o que a Corte decidiu. De modo que ele parece ser o que em inglês se chama de *maverick*, um sujeito

¹³⁰ Embaixador José Sette Câmara.

imprevisível. Ele pode até ter agido objetivamente como um auxiliar da União Soviética, mas ele age, tem dado mostras de que age de acordo com as coisas que imagina.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

A.C – No fundo...

S.G – No fundo, cada caso isolado tem que ser tratado dentro de um quadro que não é simples. Dá muita tensão, muita angústia, porque qualquer incidente pode desviar o curso das coisas. Mas, nesses seis anos, eu acho que nós pudemos navegar, dadas nossas longitude e latitude, sem escolhas, sobretudo sem fabricarmos escolhas para nós mesmos.

A.C – ...o bom senso.

S.G – ...o curso natural das coisas. Nunca abrimos mão de posições, propriamente, mas nunca fizemos tudo em função de uma posição absoluta. Sempre preservamos os princípios, mas não agimos mecanicamente, como se fossemos automeados paladinos.

A.C – O que eu fico às vezes muito impressionada, com os episódios que o senhor conta, é como em cada um há toda uma historicidade das relações que comandam e que as pessoas que estão de fora não conhecem, não é? Por exemplo, esse caso do Iraque que o senhor citou é muito típico. Quer dizer, no fundo, houve um gesto de confiança, etc., que, enfim, justificou depois toda uma solidariedade.

S.G – Criou um ambiente, e em consequência desse ambiente criaram-se novas ligações. Uma coisa puxa a outra.

A.C – E o diplomata, no fundo, como o senhor me mostrou, é aquela pessoa especializada nesse tipo de assunto, quer dizer, de conhecer um pouco a jurisprudência, ou conhecer as peculiaridades culturais dessa relação e que sabem, justamente, jogar com esses elementos, não é?

S.G – Isso não é novidade nenhuma, não é? É preciso levar em conta uma variedade muito grande de fatores, inclusive fatores mais profundos, de geografia, de história, de

cultura, de temperamento. As situações às vezes são difíceis de avaliar, sobretudo quando você entra na área cultural, ou na pessoal, num momento determinado. Não que os atores possam definir o curso das peripécias arbitrariamente. Eles estão dentro de um quadro. Mas esses quadros nunca são totalmente determinantes. Há uma margem de atuação, e às vezes de atuação irracional. Você tem que avaliar, como se os outros agentes fossem racionais, mas admitir a hipótese, dadas ou as circunstâncias pessoais ou da conjuntura interna do outro país, que a ação seja irracional. Ou seja, aparentemente irracional, mas racional em termos de objetivos outros que aquele agente tem. Então, é uma coisa difícil. E tem que ser tudo também avaliado em relação com o que você pode fazer, quer dizer, com o que seu país pode fazer, com o que seus interesses, conforme o caso, aconselham apenas ou exigem. É um tipo de exercício às vezes fascinante, mas onde é fácil chegar a uma avaliação errada ou agir de forma errada.

A.C – Em todo caso, é uma situação em que sempre há algo a fazer, não é? Quer dizer, não é o imobilismo de uma estrutura determinada...

S.G – Ah, não.

A.C – ...e pessoas que representam interesses. Quer dizer, são situações...

S.G – ...que mudam.

A.C – ...em que há muita margem...

S.G – Mudam. E mudam de um cenário para outro. E não se pode agir mecanicamente nunca. E às vezes pequenos fatos, pequenas ações, declarações, palavras soltas até, têm um efeito mais adiante muito grande, quando criam suspeitas, quando são vistas como indícios pequenos de uma tendência. Porque, assim como nós fazemos, fazem também, sobretudo os países mais organizados. As embaixadas no local e as respectivas Chancelarias estão sempre com as antenas ligadas para perceber qualquer sinal. E muito do que se faz em matéria diplomática é na base de sinais, de indicações que sirvam para alertar, às vezes deliberadamente, outras partes. Naturalmente, é por isso que, muitas vezes, há erros de avaliação grosseiros. Por exemplo, de uma Embaixada que acha que um jornal, ou um comentarista de jornal, é uma espécie de porta-voz escondido da

Chancelaria local. E pode entrar por um cano luminoso, porque aquela pessoa não tem nenhuma ligação maior, ou aquele jornal está dizendo o que ele realmente pensa. Aquilo não é indício de nenhuma mudança. Essas coisas todas têm que ser avaliadas e conhecidas pelo diplomata.

A.C – Eu fiquei muito impressionada com a história que o senhor contou da Bolívia, daquele cidadão que conhecia todo mundo e que ia jogar...

S.G – Ah, o Lanza Solares.

A.C – Quer dizer, isso é uma coisa assim, realmente, de uma sofisticação muito grande, não é? Por que...

S.G – Agora, porque é que ele resolveu...

A.C – Quer dizer, foi detectado que aquele cidadão tinha realmente uma representatividade, não é?

S.G – Ah, tinha. Todo o corpo diplomático lá o paparicava. Estranharam alguns amigos meus que ele fosse lá em casa uma vez por semana jogar canastra. Eu nunca soube por quê. Porque, não sei. Falava pouquíssimo, ganhava quase sempre. Essas coisas acontecem. Depois eu soube que ele – e aí pode ser uma coisa meio passional – que ele tinha sido destrutado na Argentina uma vez. Mas isso não explica tudo.

A.C – Mas eu ficou me perguntando, por exemplo, sobre um assunto que a gente tem que tratar intensamente amanhã, que é o problema das relações com os Estados Unidos, não é? Por exemplo, o senhor teve tanto contato com o Shultz e, enfim, com várias pessoas do *top*, não é? Da diplomacia americana. Quer dizer, esse conhecimento dos homens, essa espécie de sensibilidade, assim, conta também nesses casos de países já muito organizados, muito estruturados?

S.G – Aí conta menos, porque o grau de atuação pessoal é muito mais limitado pela própria estrutura mais complexa e mais definida do país. Institucionalmente, em termos dos diversos grupos de pressão, em termos dos métodos políticos, que são também mais

previsíveis, esse aspecto é relativamente menos ponderável. Não é que deixe de existir. Sempre existe. Mas, numa avaliação global, digamos, de uma situação, essa margem de atuação pessoal tem que ser ponderada muito menos do que num país mais desorganizado, com instituições menos firmes e métodos de trabalho e decisão menos estabilizados. É uma questão de grau, o que é em si mesmo um elemento da situação a considerar.

A.C – Eu queria perguntar ao senhor. Por exemplo, a diplomacia brasileira tem realmente um prestígio no mundo inteiro incrível, não é? Eu mesma ouvi de um norueguês assim elogios incríveis, não é? Ele disse: “Jamais vi diplomatas, tantos diplomatas tão bons quanto os brasileiros”. Enfim, pode ser que seja uma visão...

S.G – ...exagerada, um pouco, é.

A.C – ...norueguesa, mas eu tive realmente oportunidade de ouvir isso várias vezes. Agora, eu queria perguntar ao senhor o seguinte: como é que o senhor vê esse problema da diplomacia em geral? Quer dizer, quais os diplomatas que o impressionaram mais, quer dizer, o Corpo Diplomático que atua com mais eficiência, com mais profissionalismo, etc.?

S.G – É um pouco difícil dizer. Quer dizer, no início, por exemplo, das Nações Unidas – 46, quando eu cheguei lá, mesmo até o fim da década de 40, logo depois da guerra – longe, a delegação mais competente, mais homogeneamente competente, era a inglesa. Mas longe. Dava banho nos americanos, nos russos, etc. Sabiam das coisas, tinham muito sentido de humor, eram hábeis, etc. A França, por exemplo, que teve uma grande tradição, com a guerra se tinha desorganizado. Grande parte dos diplomatas franceses antigos tinham ficado com Vicky. Depois da guerra, a França teve que reorganizar tudo, com um ou outro sujeito isoladamente muito bom. Uns eram do Corpo Permanente do Conselho de Estado, outros vinham do Serviço Colonial. Depois, mais adiante, fizeram via ENA a seleção. Mas uma coisa curiosa, por exemplo, na França é que a carreira diplomática atrai pouco. Não atrai os melhores. O francês não é muito de sair do “hexágono”, como eles dizem. Muitos sujeitos têm uma preparação de ordem geral muito boa, na ENA. Ao sair, eles escolhem as carreiras que formam a espinha dorsal do serviço público. Escolhem as suas carreiras conforme a classificação. Em 78, quando eu estava lá, por exemplo, os primeiros lugares preferiram a carreira de Inspetor de Finanças. Em segundo lugar, vinha

a carreira “Préfecturale” da Administração dos Departamentos, onde terminam como Prefeitos, têm todas as mordomias, moram num palacete em capital de Departamento e tudo isso. E preferem viver na França. Sair de lá é um sacrifício. Em terceiro lugar, a escolha era para o Corpo Permanente do Conselho de Estado. Em quarto, por aí, é que vinha o *Quai d’Orsay*. Depois vinham os outros Ministérios. Você vê que varia muito. Nos Estados Unidos, também, as opções tradicionalmente eram de tal ordem que a carreira diplomática raramente atraía os melhores estudantes, saídos da Universidade, etc. Nos países latino-americanos, havia a tradição política, como houve nos Estados Unidos. A carreira deles é de que pouco antes da guerra. Antes prevalecia o *spoils system*. Vinha um Governo, mudava todo mundo, até os níveis mais baixos. Os nossos vizinhos, também. Eles têm lutado, porém, para criar uma carreira. Alguns já a tem bem organizada. Há outros que não têm, mas há pessoas que atravessaram vários Governos no serviço. Alguns num Governo foram Embaixadores, depois voltaram como Cônsules ou como Conselheiros. Não tinham uma grande tradição. O Chile, até o princípio do século, usava diplomatas honorários. Não gastavam nada com os diplomatas. Eram pessoas das grandes famílias, que queriam viver na Europa, nos Estados Unidos, e que trabalhavam de graça, pela honra.

A.C – Como foi no Império, não é? No período do Império no Brasil.

S.G – Não, nós sempre pagamos, mesmo no tempo do Império. Desde 1852, existia um Regimento Básico da Carreira. Foi baixado em agosto de 52, por José Paulino Soares de Souza, futuro Visconde de Uruguai. A Bolívia, por exemplo, teve o velho Patiño como Embaixador em Paris. Ele não só não recebia nada como pagava de seu bolso todas as despesas da Embaixada, inclusive o salário dos secretários. Nós, por algum motivo, herdamos de Portugal diretamente uma tradição não interrompida. No princípio, na independência, não havia um Corpo feito. Usavam-se pessoas diversas, embora reiteradamente empregadas. A partir de 52, começou a haver uma certa regularidade. Acho que isso criou uma sedimentação. Os países europeus tinham também, tradicionalmente, sua carreira. Mas as guerras quebraram um pouco essa tradição. E ultimamente até as mudanças política têm influído muito.

A.C – O senhor por exemplo, como o Itamaraty mesmo, quer dizer, uma Escola especificamente para preparar diplomatas... Quer dizer, é muito difícil. Porque a ENA não é exatamente. Quer dizer, a ENA, como o senhor, disse, é uma coisa geral.

S.G – De fato, trata de preparação para o serviço público em geral, embora seja de um nível altíssimo.

A.C – Exato.

S.G – Não vale a pena estarmos a examinar maior ou menor qualidade dos serviços diplomáticos. Em todos, há de tudo, como é de esperar em atividades humanas, embora a média, a regularidade, conte muito. A nossa média é razoável, embora às vezes elogiada com exagero que devemos evitar. Você vê em conferências, por exemplo. Isso uma vez me foi dito na ONU por um perito do Secretariado, esse mesmo Dr. Yuen-li Liang, que era o Chefe da Divisão de Codificação, a que já me referi.

A.C – Quem?

S.G – Yuen-li Liang. Era o Chefe da Divisão de Codificação. Disse-me ele que a Delegação brasileira era a única Delegação, além da inglesa, que, se não estivesse na Comissão o Delegado, o segundo era muito bom; se os dois não estivessem e viesse um rapazinho, o rapazinho era muito bom também, e que isso era raro. Todos falavam as línguas de trabalho, todos sabiam acompanhar as coisas, todos conheciam o Regimento Interno. Todos conversavam nos corredores e sabiam das coisas. Eu expliquei que a delegação era posto que tem sido (e era, até aquele momento) um lugar de gente muito escolhida. Os Secretários eram o Campos¹³¹, o Henrique Valle¹³², o Mafra¹³³, depois o Miguel Ozório¹³⁴, enfim, era um grupo muito bom. De modo que, realmente, cada um deles, quando assumia o lugar na ausência do Delegado, era um participante competente. Nos anos 50, vieram Sette Câmara, Celero, Duarte, Frazão, David Silveira da Motta, etc.

¹³¹ Embaixador Roberto Campos, à época Segundo Secretário.

¹³² Embaixador Henrique Valle, à época Segundo Secretário.

¹³³ Embaixador Egberto da Silva Mafra, à época Terceiro Secretário.

¹³⁴ Embaixador Miguel Álvaro Ozorio de Almeida, à época Segundo Secretário.

A.C – E de qualquer foram o senhor, quer dizer, na sua longa carreira, o senhor pôde ver mudanças importantíssimas dentro da Instituição, não é? Quer dizer, realmente, é quase inacreditável, não é? O que o Itamaraty... A maneira como a instituição se estruturou, enfim, se diversificou internamente, não é?

S.G – Tem que adaptar-se. Quer dizer, a tradição, a rigor, é essa: é adaptação a cada realidade, sem desmontar esse mínimo de coisas que é um certo espírito de corpo, embora vários falem mal de outros, esporte o que, por formação e temperamento, não me dediquei.

A.C – Quer dizer, como é que conseguem esse milagre desse *sprit de corps* com solidariedade interna?

S.G – Acho que é um pouco difícil saber. Acho que isso tem muito que ver com a relativa uniformidade do recrutamento e com a circunstância de que, apesar de tudo – pistolões, isso, aquilo e aquilo outro –, o sujeito que é realmente bom acaba tendo as oportunidades. Conta aí o fato de que a carreira é hierarquizada, o sujeito capaz vai subir; mesmo que tarde, vai ter mais responsabilidades. Ele sabe que é competitivo, que tem de demonstrar a sua capacidade; que um passo em falso dentro da Casa e todos ficam sabendo e o sujeito de atrasa por muito tempo. Não há grandes punições, mas há premiação ou não. Lógico que o sujeito pode ser premiado por circunstâncias ocasionais, que às vezes ajudam ou desajudam. Não é que não haja pistolão. Às vezes, há. Mas isso não funciona permanentemente no curso de uma carreira. Pode funcionar numa promoção. O sujeito que se beneficiou de um pistolão violentíssimo, provavelmente daí a 4 ou 5 anos já não disporá desse recurso e vai perder terreno.

A.C – Claro.

S.G – Ao passo que se o sujeito é realmente bom, vira e mexe está sendo chamado.

A.C – E, como o senhor disse, que é bom numa coisa é bom em tudo, em geral.

S.G – Em geral. Pode ser melhor numa ou noutra, mas nunca é ruim num setor determinado.

A.C – Que interessante.

S.G – O que é que é o sujeito que é bom? É o sujeito que tem uma base boa geral, que usa a cabeça, está acostumado; não tem medo de responsabilidade, tem disposição para trabalhar, se for necessário o tempo que for necessário, não é? Não fica dominado pela preocupação de horário, férias ou o que seja. É um sujeito que, quando pega um assunto, vai querer saber como é o assunto, vai estudá-lo, vai se meter a fundo, vai conversar com quem sabe mais. Naturalmente, se a tudo isso se juntar uma atitude não jactanciosa, de dar crédito aos outros, (riso) os elementos favoráveis vão-se acumulando. São numerosos os casos de funcionários da Carreira que nem são de grandes famílias, nem têm grande apoio político, e que sempre estiveram bem. Um Ministro ou um Secretário-Geral hesita muito em chamar um sujeito para chefiar um Departamento se ele não for bom. Porque, se chamar um sujeito que não for bom para chefiar um Departamento, o trabalho da alta chefia vai aumentar, vão chegar as coisas cruas, mal digeridas...

A.C – É, exato.

S.G – ...e vão tomar o escasso tempo para substituir ou corrigir. Um Chefe de Departamento tampouco pensa num rapaz para chefiar uma Divisão, um Conselheiro ou o que seja, se não achar que vai ter uma ajuda do escolhido. Pode, às vezes, fazer uma escolha errada e aí paga um preço.

A.C – Quantas pessoas, quantos funcionários há no Itamaraty hoje? O senhor tem ideia?

S.G – No Ministério todo, eu não sei. Na Carreira, estão autorizados 820. Há uns 750 de fato. Acho que hoje há umas 70, 80 vagas. Geralmente, havia 100, 120 vagas. Não se conseguia preencher. Agora há 70, 80.

A.C – Exato. Porque aí tem os funcionários, também.

S.G – Há os funcionários administrativos e o pessoal de portaria, de garagem.

A.C – Claro, aí já é mais...

S.G – Aí vão alguns milhares, uns 4 mil talvez, no mundo todo, quer dizer, em Brasília, nas Embaixadas, nos Consulados, nas delegações.

A.C – E é um tipo de vida muito especial para quem não faz parte dela? Quer dizer, esse contraste enorme entre o que um funcionário, enfim, de carreira ganha no Brasil e o que ele ganha fora? Quer dizer, o senhor mesmo nos mostrou aspectos curiosos de como se organiza a vida das pessoas, não é? Que tem que juntar dinheiro fora para poder sobreviver quando volta.

S.G – Nós tivemos um único período em que o pessoal que estava na Secretaria ganhava mais ou menos o suficiente para viver. Depois dos fins de 75 até 80. Mas, geralmente, a tradição é esta: o sujeito chega aqui, não consegue viver, mesmo se levar uma vida discretíssima. Bom, só a educação dos filhos é um problema. É raro quem não tem problemas desse tipo. Professores particulares, por exemplo. Os meus filhos chegavam aqui e tinham que ter aula de português para poder acompanhar. Aí, eu arranjava professor de francês e inglês para não perderem as línguas de que já tinham uma base. A parte de Geografia e História do Brasil, eles se viravam como podiam, porque, enfim... Mas, para português, precisavam ter explicador e tudo, embora falassem. Em casa, sempre falamos com eles em português.

A.C – Nunca os funcionários, enfim, os diplomatas, pensaram em pedir uma equiparação aos salários dos militares? (Riso)

S.G – Atualmente, um Embaixador aposentado ganha o que ganha, se não me engano, um Tenente-Coronel reformado, embora, do ponto de vista do Protocolo...

A.C – ...ele equivale...

S.G – ...ele corresponde a um General de Divisão.

A.C – É, a diferença é grande.

S.G – Mas isso é geral, porque é um funcionário público civil. Nunca podemos sair dessa classificação.

A.C – É, exato. O problema do funcionalismo civil em geral.

[FIM DA 8ª ENTREVISTA]

9ª entrevista. – 9/04/1985

A.C – Rio de Janeiro, 9 de abril de 1985, nona entrevista com o Ministro Saraiva Guerreiro. Ministro, ontem nós interrompemos nossa conversa falando do Itamaraty, não é? E comparando um pouco a experiência do Itamaraty com outros países, enfim. E talvez, fosse o caso de conversarmos um pouco agora sobre os aspectos internos da sua gestão, o que se chama a “política da casa”, não é? Quais foram, enfim, as medidas que o senhor introduziu, algumas delas, inclusive, complementares às da Reforma Silveira, e qual foi a repercussão que elas tiveram na prática do serviço?

S.G – As reformas que eu introduzi, na verdade, são complementares da Reforma Jânio Quadros, de 1961. Naquele ano, houve uma mudança na estrutura da Casa, que antes era organizada por assuntos. Havia um Departamento Político, um Econômico e um de Administração. Uma organização tradicional de Chancelaria. Em muitos países, países menores, tinha havido já, há tempos, uma estrutura também baseada em áreas geográficas. O essencial da mudança da Reforma de 1961 foi a introdução dos Departamentos geográficos. Levou muito tempo para ajustar os métodos e fazer as acomodações necessárias. O Departamento Político em si desapareceu, porque os Departamentos geográficos eram competentes para verem o aspecto político, e deviam ter a visão do conjunto, de todos os aspectos, inclusive econômicos, comerciais, culturais, etc., etc., relativos a cada país e região.

[FINAL DA FITA 31-A]

S.G – O conjunto das relações do Brasil com uma região ou país. Foi criado um Departamento para Organismos Internacionais, um assunto que havia crescido muito. Um Departamento Cultural também foi criado, que substituiu uma simples Divisão do

antigo Departamento Político. E, houve sempre um problema de coordenação, desde o princípio difícil. Eu participei do início da execução desta mudança de estrutura. Em fins de 61, já era o Governo Jango e o Ministro do Exterior era Santiago Dantas. Chefeiei, primeiro, a Divisão da América Setentrional e Central, que era da Secretaria Adjunta de Assuntos Americanos; depois passei para a Secretaria Geral Adjunta de Organismos Internacionais, e organizei a Divisão das Nações Unidas. O Castro¹³⁵ era o Secretário-Geral Adjunto. E havia sempre o problema de coordenação. Mas se resolvia aquela época relativamente bem, porque as pessoas que estavam nessas Secretarias Gerais Adjuntas se davam bem, de modo geral. Eram o Castelito¹³⁶, na parte de Europa e Ásia; na Econômica estava o Carneirinho, Otávio Dias Carneiro¹³⁷, etc. Foi um período de experiência. Depois, de 67 a 70, voltei à Secretaria e era o mesmo sistema. Da mesma forma, de 74 a 78, quando fui Secretário-Geral. Não tinha havido mudança de estrutura. Tinha havido, isto sim, uma mudança no volume de trabalho muito marcada, de 69 para o período 74-79, uma expansão das relações do Brasil com várias áreas. Quando eu voltei, ministro, em 79, continuei com a mesma estrutura. O que é que aconteceu? Foi necessário desdobrar. As Secretarias-Adjuntas passaram a ser de novo Departamentos – acho que no período Médici ainda – e, por causa do aumento das relações com certas áreas, foi necessário em dado momento desdobrar os Departamentos, isso já na minha gestão. Não fiz as mudanças no princípio, simplesmente por fazer, por marcar passagem. Elas foram lentamente induzidas da experiência. Havia um Departamento, por exemplo, que cuidava de África, Oriente Médio e Ásia, de modo que o mesmo homem que supervisionava de perto os assuntos da África Austral, também supervisionava os assuntos do Oriente Médio e do petróleo e as relações com o Japão e as relações com a China...

A.C – É um super homem...

S.G – ...e, de sobra, a Austrália. Enquanto, com grande parte dos países dessas regiões as relações eram pouco mais do que formais ou de representação, estava muito bem. Mas, na medida em que as relações se adensaram muito com esses países, foi preciso

¹³⁵ Embaixador João Augusto de Araújo Castro.

¹³⁶ Embaixador Antônio Borges Leal Castello Branco.

¹³⁷ Embaixador Otávio Augusto Dias Carneiro.

subdividir. Inclusive, uma pessoa que pode dar muito bem para chefia do Departamento da África, pode ter um temperamento incompatível com o tratamento de japoneses e chineses. Quer dizer, é um tipo de...

A.C – Em geral, é assim.

S.G – Em geral, é, embora seja de supor que um diplomata já Ministro de Segunda ou Ministro de Primeira, como são os Chefes de Departamento, seja capaz de ter sua versatilidade. Mas, enfim, é preciso levar em conta as circunstâncias humanas, também. Então, eu já fiz, em meados de minha administração, esta separação, a divisão desse Departamento. Não é que ele fosse de maior volume de trabalho. Talvez, o Departamento das Américas tivesse mais trabalho. Mas era muito heterogêneo e havia crescido muito. Aconteceu o seguinte: no princípio, quando eu entrei para a Carreira e mesmo nos anos 50 e 60, o Ministério das Relações Exteriores e, em particular, a Secretaria de Estado, funcionava quase como um clube. Quer dizer, a chefia, antes da Reforma Jânio Quadros, era o Secretário-Geral e três Chefes de Departamento. Depois, se criou informalmente – fora da lei e não contra a lei – o Departamento Consular, que se destacou do Departamento Político. Eram cinco pessoas, que se encontravam com facilidade. Não havia problema nenhum, de ordem prática, para haver uma coordenação entre eles. No período Geisel, modificações de rumo em certos pontos na política exterior, como se sabe, e a própria ampliação da “superfície” externa do país, exigiam uma atenção e ação mais definida e constante.

A.C – Sem querer interromper o senhor, essa mudança de... espécie de condensação, não é? De atividades no Itamaraty veio com o período Gibson, se eu entendi direito.

S.G – A densidade já se fazia sentir no período Gibson com muitas limitações. Ela teve uma evolução, digamos, geométrica, a partir de 74. Eu já contei essa história de que, quando houve a Guerra dos Sete Dias, o Chefe e o outro diplomata da Divisão do Oriente Próximo tinham tão pouco o que fazer no bilateral que, estando eu sem gente na Secretaria Adjunta de Organismos Internacionais, eles ficaram comigo o tempo todo.

A.C – Exato.

S.G – Bom, em 74, em consequência da crise do petróleo em fins de 73; em consequência da atividade de firmas prestadoras de serviços brasileiras no exterior, ainda muito incipiente; em consequência da ênfase na África e a superação das inibições que até então, nós tínhamos em relação a Portugal, a atividade tinha que aumentar, e muito. Começou a haver inclusive um desusado movimento de visitas oficiais, de missões técnicas de todo tipo, muito intenso; com relação aos países do Oriente Próximo, cada um deles passou a nos ocupar mais do que, antes, toda a região. Tudo isso somado, sem nenhuma diminuição, pelo contrário, das relações com o chamado Primeiro Mundo e com a América Latina, fez crescer o bolo. No período Geisel, houve uma certa concentração, no Gabinete, das decisões, sobretudo em contraste com o período anterior. Isso por quê? Porque houve um aumento enorme de trabalho que implicava opção política, ponto que se tratava de execução de uma nova política em três áreas-chave. Em parte, por causa disso houve uma concentração bastante grande em termos do próprio Ministro, Silveira. Eu estava sempre a par, todo dia despachava com ele. O trabalho da Secretaria Geral aumentou muito, também. Foi-se acumulando, normalmente 10, 12 horas por dia, isso semana após semana. Quando assumi, encontrei, portanto, um Gabinete de certa maneira um tanto inflado, com uma Secretaria Especial Bilateral – o termo não tem nada que ver com a substância, era para poder obter o DAS do DASP – e uma Secretaria Especial Multilateral e assessores especiais. E, muita coisa se fazia no Gabinete, porque tinha que ser feita com grande rapidez.

A.C – Isso é uma herança do Silveira.

S.G – Em parte. Essa concentração. Ora, eu tinha trabalhado com esse sistema durante os 4 anos de Secretaria Geral. Vi que fora necessário, porque era preciso ter muito cuidado em cada caso, em cada instrução, em cada comunicação aos Governos estrangeiros, porque se tratava de novas posições que não convinha ainda rotinizar. Tinha que passar um tempo para que as coisas filtrassem completamente, passassem a ser entendidas no sei matiz exato, nem demais, nem de menos. Quando assumi, em 79,

já havia muito mais esta percepção da nova linha política, etc. Haveria uma mudança de estilo decorrente até de temperamento e da nova circunstância, também. Em certo sentido, o Presidente Figueiredo descentralizava mais do que o Presidente Geisel. Eu fazia questão de informá-lo sempre minuciosamente, mas, por método mesmo de trabalho, ele descentralizava mais.

A.C – E o senhor? Era mais descentralizador, também?

S.G – Eu não tenho uma tendência centralizadora, a não ser o vício profissional, de que já falei, de em interessar por uma variedade muito grande de assuntos, coisas em que eu tinha uma certa tradição de mexer ou que tinha acompanhado sempre. Ora, o volume do trabalho continuou a crescer. É a bola de neve: uma coisa traz outra. No período Figueiredo, por exemplo, durante meses e meses, tirante o período das festas de fim de ano, tirante às vezes o mês de julho ou agosto, que é o verão do hemisfério Norte, nós tínhamos sempre visitas ou de Chefes de Estado ou de Governo, ou de Ministros das Relações Exteriores aqui, ou visita do Presidente nosso ao exterior, ou visita minha ao exterior, praticamente uma por semana. E, ainda houve semanas em que tínhamos duas aqui... isso não implica só trabalho logístico ou o trabalho do Cerimonial, para o qual são necessários atenção e recursos, mas que o Ministro não tem que fazer diretamente. Isso implicava um trabalho enorme, também, para as áreas geográficas. É lógico que, com o tempo, se vai refinando e se tornando cada vez mais sintética a análise dos assuntos bilaterais e de temas comuns, porque há uma certa repetição em termos de áreas. Mas, por exemplo, havia que fazer um *dossiê* sobre o país a ser visitado ou de onde vem a personalidade, que era grande, no princípio. Eu fui reduzindo, reduzindo, reduzindo. Para você reduzir e dar o essencial, o trabalho é enorme, porque você tem que escolher o que é que é realmente essencial e de forma que o próprio Presidente possa ler. Você tinha que preparar tópicos para conversações, como sempre se fez tradicionalmente no Ministério, como sempre se fez tradicionalmente no Ministério, e que dessem ao Presidente uma indicação de assuntos que ele devesse mencionar, ou de interesse bilateral, ou sobre a situação regional do outro país ou da América Latina. Coisas que ele sabia, digamos assim, mas que era preciso atualizar sempre e pôr, precisamente, curto. E, que também, servisse a outros Ministros, em maço mais reduzido, expurgado, com os assuntos que pudessem interessá-los, se eles fossem

receber autoridades da comitiva do visitante. E, assim por diante. Uma mão de obra muito grande. Também, os perfis econômicos e comerciais dos países, que eram feitos pelo DPR. Ter que fazer isso semanalmente, e mais projetos de discursos para mandar à Presidência, no caso de visita de Chefe de Estado ou de Governo, com dez, doze dias de antecedência, para que lá pudessem ver e modificar, se quisessem; discurso para o Ministro, no caso de Ministro visitante, às vezes mais de um, porque havia mais de uma ocasião. E fazer isso semanalmente...

A.C – É, é uma massa de trabalho muito contínua, não é?

S.G – Era uma massa muito grande. E a tradição nossa era que o Ministro visse isso. Já no tempo do Silveira tinha havido, como eu disse, a criação da SEB, da Secretaria de Assuntos Bilaterais, que era, no fundo, a Assessoria Política, que fazia a revisão desses discursos que vinham das áreas geográficas, etc., com vistas a manter uma certa uniformidade semântica e harmonia com o tom que o Ministro tinha usado em outras ocasiões, em conferências e tudo isso.

A.C – Quem chefiava essa Secretaria no tempo que o senhor era Secretário-Geral? Quem era?

S.G – Era o Sardenberg¹³⁸, no meu tempo. No tempo do Silveira foi primeiro o Holanda¹³⁹, depois o Sardenberg. O Silveira, uma vez me perguntou o que é que eu achava, e eu disse que achava ótimo, porque uma das coisas de que, como Secretário-Geral, eu sentia falta era de alguém que pudesse parar e refletir. Sentia falta ante a massa de assuntos que vêm à Secretaria Geral, mesmo um pouco de rotina. Você não pode evitar completamente se os Chefes de Departamento acham e sentem necessidade de mandar à Secretaria Geral (há certas coisas que você diz, “sim, não me mandem”, mas há outras que são duvidosas, e em caso de dúvida você mantém). Eu estava reagindo ante a massa variada de assuntos, rapidamente, na base de um tipo experiência

¹³⁸ Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, à época Conselheiro.

¹³⁹ Embaixador Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti.

e conhecimento que está lá no fundo do poço e que de repente a gente puxa de lá. E, era preciso ter alguém de boa cabeça que ficasse liberado deste tumulto do dia a dia, dessa espécie de caleidoscópio, a cada dois, três minutos, mudando de um assunto para o outro, e que pudesse com calma ver as coisas, ver os projetos de discurso, etc., sabendo o que é que você pensa, o que é que você tem dito, o que é que nós temos posto em instruções para diversas áreas. Porque a área geográfica já faz isso, mas ela vê do ângulo dela. Há coisas que se dizem, mesmo nas visitas puramente bilaterais, que são parte, digamos assim, de uma cartilha de ordem geral sobre relações internacionais, sobre os grandes temas universais, tudo isso. A coordenação horizontal nem sempre se faz, digamos, da área com Organismos Internacionais, da área com a parte econômica, ou não se faz em termos já de redigir textos, limitando-se à simples troca de subsídios. Então, é preciso que alguém possa ver o conjunto, com tempo. E, por isso surgiram, no tempo do Silveira, essas duas Secretarias Especiais, a Multilateral e a Bilateral, e um dos...

A.C – A Bilateral era... ficou com o Sardenberg. E a Multilateral...

S.G – A multilateral com o Souto Maior. Em meu tempo, com o Abdemir. Os títulos não eram fiéis. A multilateral, no fundo, tratava de assuntos econômicos. O Holanda e o Souto Maior foram removidos e substituídos pelo Sardenberg e o Baena¹⁴⁰.

A.C – Foi para o México, o Holanda.

S.G – Não, ele foi primeiro para a UNESCO.

A.C – Certo.

¹⁴⁰ Embaixador João Clemente Baena Soares.

S.G – Aí, o Silveira me pediu o Sardenberg. Eu não podia negar ao Ministro, não é? Ele trabalhava comigo na Secretaria Geral. E na Multilateral estava o Souto Maior¹⁴¹, que foi para a CEE, um ano e pouco antes do fim do Governo, e foi sucedido pelo Baena, que era Chefe de Organismos Internacionais. Quando assumi, o esquema era esse. Já havia notado na Secretaria Geral que era muito difícil para mim receber regularmente para despacho todos os Chefes da Casa, os Chefes de Departamento e os assemelhados: Chefe do Protocolo, Diretor do Instituto Rio-Branco (este não precisava ir com frequência lá, muito autônomo), e assim por diante. A Comissão de Coordenação não se reunia, porque eram 16 pessoas, 17. Era muito difícil. Havia entre os chefes da Casa vários que tinham interesse muito específicos, já muito limitados pelo aumento do volume das tarefas. Tinha havido uma crescente especialização. Então, eu fazia, às vezes, reuniões em função de um assunto que afetava três ou quatro e, depois de Ministro, continuei assim também. Às vezes, chamava em função de uma visita, de um Acordo a negociar ou o que fosse, de uma situação particular. Chamava aqueles Chefes de Departamento, junto com o Secretário-Geral, que estavam mais diretamente interessados. Mas isso era sempre uma decisão *ad hoc*. E, eu me queixava um pouco dessa situação, inclusive, com o meu pessoal no Gabinete. Conversei um pouco com o Baena, que era o Secretário-Geral. O Baena era um “fominha” terrível. Ele trabalhava até não sei que horas, via tudo, cada minúcia, etc. E os horários eram muito longos.

A.C – Havia quem reclamasse desse excesso de minúcia do Baena. (Riso)

S.G – Para o pessoal da Casa, Embaixadores de passagem, gente que queria vê-lo, ele, às vezes marcava audiência às 08h30min da manhã. Isso não é cedo, mas, para quem sai todo dia às 08h30min da noite, é um pouquinho cedo. Eu chegava um pouco mais tarde sempre, perto das 10 horas, e saía às 08h30min. Saía para almoçar quando podia. Mas isso depois de Ministro e depois de anos e anos de uma tal vivência dos assuntos que para mim era rapidíssimo decidir um negócio. Eu não precisava estar lendo longos memorandos. Os rapazes despachavam comigo, ou às vezes vinha o Baena, me dizia duas ou três palavras e eu tinha uma visão muito clara do que é que estava por detrás, e assim por diante. Então, por causa disso, por ter muito arquivo na cabeça, eu saía cedo.

¹⁴¹ Embaixador Luiz Augusto Pereira Souto Maior.

De qualquer forma, lia de 100 a 150 telegramas por dia e, sábado à noite, 6 a 8 horas de leitura de material importante, mas menos urgente. Agora, ia ao Ministro assunto demais. Na minha opinião, já estavam estratificadas as modificações de política. As modificações que fiz foram modificações mais de estilo, de ênfases, de intensidade, não da substância. De estilo de atuar, se se quiser, mais suave e descontraído e muitas vezes mais indireto, e de ênfases determinadas pela conjuntura. Então, como resolver essa situação, já de há muitos anos, de concentração excessiva no Gabinete? Estava havendo um excesso de coisas chegando ao Gabinete. Como dar mais tempo ao Ministro e ao Secretário-Geral para pensarem, para discutirem? Eu cheguei à conclusão seguinte: que, realmente, nesses anos todos em que fui Ministro, houve alguns assuntos que exigiam tratamento totalmente centralizado, por sua gravidade e por sua densidade política, porque qualquer desvio, qualquer implicação, qualquer palavra errada, qualquer erro sobre oportunidade, poderia causar resultados totalmente indesejáveis. Houve certos assuntos muito tensos, muito agudos. Mas esse tipo de assunto não era de todo dia. Aconteceu, digamos, com Malvinas; como o problema dos aviões; num dado momento, a preparação da visita Reagan, etc. Quando acontecia isso, o Ministro é que tinha que atuar, estar muito em contato com o Presidente, etc. A máquina da Casa podia ser usada via Secretário-Geral, que devia estar sempre sabendo das coisas, sendo ouvido. O pessoal do Gabinete, um ou dois, fazendo a ligação, indo, informando também os Chefes de Departamento, na medida em que pudessem ser informados. Mas isso não é a rotina da Casa. A rotina das relações do Brasil com os países latino-americanos, com os países africanos, com os países europeus, com o Japão, com a China, com os Estados Unidos etc. é importante e requer competência, mas, *por supuesto*, está dentro de um quadro... Estava; pelo menos, tinha voltado a estar, depois de um período de transição, de vaís e vens nos anos 60 e princípio dos 70.

A.C – Isso de certa maneira...

S.G – Tinha havido definição mais precisa nos Governos Geisel e Figueiredo. Eu disse: “Agora é tempo de mudar”. O meu...

A.C – Eu queria só fazer um comentário, porque realmente é, digamos, um marco, talvez, dentro da diplomacia brasileira. Porque o que se vê no período do Barão era exatamente o oposto, não é? Quer dizer, o Ministro era tudo...

S.G – Tudo, é.

A.C – ...e a Casa era praticamente nada, não é?

S.G – É.

A.C – O senhor estava nessa situação de poder delegar automaticamente aos outros escalões essas decisões ministeriais?

S.G – No tempo do Barão, o Estado intervinha em muito pouca coisa. Havia, na parte comercial, tarifas. Havia exposições. Antes de ser Chanceler, o Barão mesmo, em 90, eu acho, trabalhou para uma exposição, fez um folheto sobre o Brasil, umas coisas para uma exposição. Esteve uma vez em S. Petersburgo, para uma exposição comercial. Mas, os grandes assuntos, não se repetiam a cada instante. E a responsabilidade era principalmente dele. Em um ano acontecia uma coisa importante. Ele podia ir a fundo naquilo. Visitas, então, de Chefes de Estado, naquele tempo, e mesmo em tempo muito recente, eram raríssimas. Ainda nos anos 30, por exemplo, o Presidente Justo, argentino, veio aqui e depois foi o Getúlio lá. O Getúlio foi no encouraçado São Paulo, levou os Cadetes da Escola Militar, ficou 15 dias em Buenos Aires...

A.C – É um acontecimento fora do comum, não é?

S.G – Fora do comum. Era tudo assim, não é? Passavam-se anos entre uma visita e outra. Em 38, veio aqui o Presidente da Bolívia. Eu me lembro, era estudante, fiquei preso num ônibus parado para passar o Peñaranda, se não me engano. Era um acontecimento. Ora, quando você tem isto...

A.C – ...quase toda semana...

S.G – ...quase toda semana! Visitas de Ministros, então, nem se fala. E, também, muitos Ministros de outras Pastas, mas importantes em seu país. Estes davam uma mão de obra grande, às vezes maior, porque tinha de haver uma coordenação com o outro Ministério.

A.C – Claro.

S.G – Quando você chega a esse ponto, você tem que pensar de uma outra maneira. E a maneira de alterar o menos possível a estrutura, que basicamente estava certa, e o mesmo tempo aliviar a carga do Secretário-Geral e a do Ministro, era criar uma nova categoria, a de Subsecretários, poucos, que pudessem de novo reconstituir aquele pequeno grupo que, há 40 anos atrás, era, digamos, a base da ação da Chancelaria. Já havia essa ideia já algum tempo, abordada ainda em 81, por pequeno grupo de trabalho. Resisti muito à mudança. Por que é que eu resisti? Porque sempre achei que o organograma é o de menos. O importante são os métodos e as pessoas. Eu receava que a mudança no organograma não alcançasse, por mais que se desejasse, uma mudança nos métodos e que o Subsecretário passasse a ser apenas mais uma etapa na tramitação de papéis e assuntos, atrasando em vez de agilizar.

A.C – Certo.

S.G – Hesitei muito em fazer a mudança. Também não queria executá-la enquanto o Baena estivesse. Não que isso fosse diminuir o Secretário-Geral, mas não era muito do temperamento dele, embora ele achasse a ideia boa. Em 83, é que me convenci de que tinha que fazer uma reforma criando Subsecretários, tirando do Gabinete esta concentração de ações operativas propriamente, o vazo de fazer coisas impróprias desse nível, etc. Como fazer isso sem atrasar as decisões, sem atrasar os papéis, e assim por

diante? E, ao mesmo tempo, sem que houvesse desvios da orientação do Ministro? Fomos estudando esses problemas. Praticamente, a reforma foi definida em fins de 83 como ela está. Depois, você tem que negociar com o DASP, com a Secretaria de Modernização Administrativa da SEPLAN, e assim por diante. Toda essa gente tem critérios próprios, dá palpite, altera muita coisa, porque têm normas de caráter geral. Criamos afinal um maior número de Divisões do que o que achávamos indispensável. Havia uma porção de regras a atender. Por exemplo, um Chefe de Departamento tem que ter sob...

[FINAL DA FITA 31-B]

S.G – ...sob sua direção pelo menos duas Divisões. Um Subsecretário tem que ter pelo menos dois Departamentos. Para mim isso não fazia muito sentido. Eu podia imaginar um Subsecretário, até com consideráveis poderes e muita confiança do Ministro e do Secretário-Geral, que não tivesse Divisão nenhuma, trabalhasse ele e quatro gatos pingados. Mais aí passaria mecanicamente a assessor, com menos remuneração e autoridade do que suas funções reais justificariam.

A.C – Até melhor, não é? Porque ele ficaria mais livre para fazer coisas vitais.

S.G – Pois é. Por exemplo, aquilo que era a SEB. Eu imaginava uma Subsecretaria que funcionasse como a SEB funcionava. Eram quatro, cinco pessoas. Apenas, era um nível alto, porque a função é uma função alta. Um certo braço coordenador do Ministro e do Secretário-Geral, mas ao nível das outras Subsecretarias, não mandando nelas. Uma espécie de repositório da semântica, da harmonização das verbalizações e das comunicações, de preparação ou revisão de conferências e discursos que o Ministro tivesse que fazer. Era uma coisa muito importante, que eu achava que não devia ser feita em nível baixo. Mas, para fazer a nível de Subsecretário, havia que criar dois Departamentos debaixo dele. Então, nós pagamos todos esses preços. Isso, afinal, dava mais DAS para o pessoal, era muito bom. O pessoal estava ganhando pouco, mesmo muito pouco. Durante os anos de 80 até 84, estava sendo reajustado abaixo do aumento do custo de vida. Estavam ganhando 35% em termos reais do que ganhavam em 80.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

Enfim, negociação com os outros órgãos saiu muito bem. A SEMOR da SEPLAN ficou satisfeita, porque nós nos ajustamos mais ao Decreto-lei 200, quando antes tínhamos muitas peculiaridades. O Secretário-Geral passou a ter um papel central no planejamento do Orçamento. Antes não era assim. Era tudo com o Chefe da Administração. Não vou entrar nesses detalhes. Mas o essencial é o seguinte: demorou muito, o decreto da nova estrutura foi aprovado justo quando o Baena¹⁴² deixava as funções e vinha o Calero¹⁴³. Foi uma preocupação minha fazer nesse momento. A implantação teve que levar meses, porque dependia de várias outras providências, inclusive do novo Regimento Interno. A rigor, só desde outubro de 1984 entrou em execução, em um momento em que a administração que terminava não ia obviamente tomar novas iniciativas de política exterior. Logo, veio a crítica fácil: como se faz uma coisa dessas em fim de Governo? Não se tratava, porém, de uma decisão apressada de fim de Governo. Era o resultado da maturação de uma experiência de Chefia da Casa, de nove anos: os meus quatro de Secretário Geral e cinco até então, de Ministro.

A.C – Foi um coroamento, de certa maneira.

S.G – É. Não foi uma coisa *a priori* feita. Reuni os novos Subsecretários com o novo Secretário-Geral ainda em outubro, quando voltei de Nova York. Acentuei que, como eles sabiam, organograma era uma coisa e realidade outra. A mudança no organograma só faz sentido se houver uma maior descentralização. Cabia a eles, assumirem as responsabilidades e assegurarem maior coordenação. “É preciso que se saiba o que vocês estão fazendo com precisão, etc. Tem que ser intensificado o contato pessoal, verbal, franco”. Sublinhei que eles deviam pensar no conjunto dos problemas da Casa, cada qual aportando, trazendo a sua opinião, suas impressões, em função daquilo que faz, daquilo que sabe. A questão de método é fundamental. Continuei, substancialmente, a falar-lhes como se segue. O Subsecretário não pode ser uma escala para atrasar papéis, mas para levar as coisas ao Secretário-Geral e ao Ministro mais mastigadas e somente quando necessário. E terem a sensibilidade de saber o que é aquilo que tem uma implicação política externa ou interna que requeira, realmente, não só o conhecimento, mas uma opção do Ministro. Porque o Ministro deve estar aqui apenas para optar, para decidir. Ele não tem que ser um profissional, um homem de Carreira. Pode ser um político. Pode ser

¹⁴² Embaixador João Clemente Baena Soares.

¹⁴³ Embaixador Carlos Calero Rodrigues.

uma política, até, que não tenha tido experiência de relações internacionais. E, apesar disso, ele deve poder optar e decidir e dar instruções conscientemente. Isso não pode ser feito na base de vocês fazerem um *dossiê*, um maço, como nós chamamos, para um Ministro, com 300 páginas para ele saber todo o *dessous* da história. Tem que chegar a ele mastigado, claro, preciso, etc. É por isso que dizem, que eu fiz essa reforma para anular o Ministro. Isso é ridículo! Quem resolve é o Ministro. Se o Ministro quiser, inclusive, muda tudo, muda os métodos todos, não é? Mas, eu fiz na base da minha experiência, imaginando a situação de um sujeito que não tivesse na cabeça 40 anos de arquivo, de experiência, de antecedentes, de precedentes, e que fosse mesmo um homem de ideias gerais muito boas, um homem culto, vamos admitir isto, mas que teria que decidir, coisas muito concretas, com muitas implicações. Então, era preciso levar a ele essas coisas de uma forma em que essa, digamos, sensibilidade política dele, essa preparação de ordem geral que ele pudesse ter, ele a pudesse mobilizar em função de uma explicação e propostas de ação, que não obrigassem a passar as noites lendo papéis. E todos os fins de semana. Mesmo porque não teria tempo.

A.C – De certa maneira, o senhor estava preparando o Ministério não para anular propriamente o Ministro, mas para o Ministro que não fosse da Casa, não é? Essa hipótese...

S.G – É, basicamente, porque era a hipótese provável...

A.C – ...provável de transferir...

S.G – ...da evolução. É.

A.C – Como é que o senhor vê isso, a propósito, sem querer interromper o ...

S.G – Praticamente, eu vou dizer o seguinte: nos últimos meses, eu fiquei menos ocupado, sem risco. Bom, em parte, porque era fim de Governo e não cabia tomar iniciativas, mas, em parte, porque essas cinco pessoas, o Secretário-Geral e os quatro Subsecretários, se reuniam diariamente. Todo dia de manhã, às 9 da manhã (8:30 – 9), eles se reuniam. Passavam uma hora conversando. Todos tinham uma visão do conjunto das coisas do Ministério. Quando o Secretário-Geral vinha tratar dos assuntos comigo, era quase tudo

verbal, mas era o suficiente. Enfim, funcionou, nesses meses, muitíssimo bem. A preparação da posse, por exemplo, saiu muito bem. Eu tinha grande preocupação de que saísse bem. É mais difícil e complexo de que parece. E houve três ou quatro opções que eu tive que fazer. Naturalmente, depois da eleição do Presidente Tancredo, havia um canal de comunicação com o pessoal dele, que era o Paulo Tarso¹⁴⁴. De certa forma, também. Ricupero. Porque o Presidente a empossar tinha que estar de acordo, dizer não, ou sim, ou o que fosse. Na questão de convites, por exemplo. Mas, para as providências iniciais de ordem administrativa, da montagem do esquema, eu tinha de dar um impulso decisivo e tempestivo, mas que me ocupou muito pouco tempo. Pedi ao Paulinho Pires do Rio¹⁴⁵ que conversasse com o Fragoso¹⁴⁶, porque ele havia organizado muitíssimo bem a posse do Figueiredo. Havia que levar em conta que haveria muito mais gente; poderiam ocorrer espontâneos, populares, pois havia várias ideias no ar, incontroláveis. Virá mais gente a nível de Chefe de Estado para a posse. Prometi ao Paulinho, o pessoal que ele quisesse. Gente só para cuidar de automóveis, outros para tratarem só do problema da entrada dos convidados, outros só para o Congresso, etc. E, assim foi feito. Vieram perto de 30 funcionários do exterior. Mas eu acho que, para o Ministro, bastava decidir isso. Ele não tem que decidir mais nada. O resto tem que andar sozinho. Se não andar, então, responsabilizam-se os responsáveis. Um Embaixador, Chefe do Cerimonial, tem que ser um sujeito capaz de organizar uma operação dessas. Voltando à Reforma, fiquei muito satisfeito com ela. Agora, é lógico que pode haver ajustamentos. Há dúvidas, parece, no Ministério, sempre houve, sobre a Subsecretaria de Coordenação e Planejamento, que é a antiga SEB, mais alguma coisa da Secretaria de Imprensa. Entre outros, o objetivo era dar às Embaixadas informação mais sistematizada, mais frequente e mais ativa para o nosso pessoal no exterior, sobre o que se passa no país e sobre o que se passa nas nossas relações com outros países que afetem o posto.

A.C – E essa seria a Secretaria de...?

S.G – Planejamento e Coordenação. Faria tudo aquilo que a SEB fazia, etc. e mais isso. Mais uma série de coisas relativas também, à documentação especializada e à manutenção de um diálogo, não sobre o tópico, mas sobre a documentação de base, com as

¹⁴⁴ Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

¹⁴⁵ Embaixador Paulo Pires do Rio.

¹⁴⁶ Embaixador João Carlos Pessoa Fragoso.

Embaixadas. Há gente que acha que não, que não deve existir essa Subsecretaria, que o que era a antiga SEB deve voltar ao Gabinete, que é uma coisa muito ligada ao Governo. Relações com o Congresso, que era Gabinete, mas se dava satisfações ao Secretário-Geral, eu passei para a Secretaria Geral, embora ligada também ao Ministro. Porque o chamado Secretário legislativo tem que servir aos dois, quer dizer, basicamente ao Ministro, noticiário político, de contatos, etc., e ao Secretário-Geral a maior parte das informações sobre o que é a rotina dos assuntos do Ministério no Congresso, sobre o ritmo e o estágio da ratificação de Tratados, se o Secretário-Geral ou a área geográfica acham que é preciso acelerar por isso ou por aquilo, ou atrasar. Não precisa o Ministro estar entrando nisso tudo, a não ser que deva pedir pessoalmente a algum congressista.

A.C – Claro, é para isso que ele serve. (Risos) Para facilitar... Fazer com que o Ministro...

S.G – É. Então, é um sujeito que tanto pode ficar ligado ao Ministro quanto ao Secretário-Geral. Num caso ou noutro, ele tem que servir aos dois, um pouco em razão dos assuntos, da natureza do assunto a tratar. Aí, eu acho que pode haver ajustamentos. Há talvez, um excesso de Divisões em certos Departamentos, consequentes um pouco da doutrina do DASP de que um Chefe tem que ter dois Chefes intermediários abaixo. Coisas desse tipo. Mas, enfim, isso foi a Reforma em si. Eu acho que foi certa. Foi criticada, naturalmente, como era de esperar.

A.C – Foram quatro Subsecretarias, não é? As outras duas eram de quê? O senhor mencionou a de Coordenação...

S.G – As quatro incluíam Coordenação e Planejamento.

A.C – Relações com o Congresso...

S.G – Não, não. Isso não é uma Subsecretaria. É uma Secretaria Especial de Relações com o Congresso, ligada ou ao Ministro ou ao Secretário-Geral. Havia a Subsecretaria de Assuntos Econômicos e Comerciais, que compreendia os dois antigos Departamentos, o de Promoção Comercial e o de Assuntos Econômicos. São coisas diferentes, mas têm uma ligação evidente. E também, nesta Subsecretaria ficou o Departamento de Ciência e Tecnologia, que eu havia criado, havia destacado do Cultural – nele está toda a parte de

Assistência Técnica e dos Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica. A Subsecretaria - Geral de Administração, com um Departamento de Administração e outro de Pessoal. A Subsecretaria de Assuntos Políticos, que coordena os Departamentos Geográficos e o de Organismos Internacionais. Agora, se falha, embaixo, a coordenação horizontal, a suposição é de que ela fatalmente acaba se fazendo na reunião da manhã do Secretário-Geral com os quatro Subsecretários. Quer dizer, passou a haver uma coordenação muito mais fluida e segura dentro do Ministério. E, se os subsecretários forem bons e se entenderem, a ação em todas as áreas será muito mais facilmente dirigida em função de uma decisão central. O Subsecretário tem uma área específica, mas tem a visão do conjunto. Ele pode ali decidir, sabendo que o que ele está decidindo está de acordo com o que é o pensamento do Secretário-Geral, que deve refletir o pensamento do Ministro. Cada qual terá consciência das repercussões do que faz nas outras áreas do Ministério e terá a oportunidade diária de informar e checar com os demais, o que era impossível em uma comissão de coordenação de 17 membros de competências muito mais limitadas.

A.C – Quer dizer, isso, de certa maneira, essa reunião, de certa forma, é uma garantia também para o Ministro.

S.G – Deve ser. A ideia é de que seja.

A.C – Quer dizer, de que o Secretário não será simplesmente um mediador, que pode funcionar bem ou mal, não é?

S.G – Ah, não! Tem que ser um grupo muito...

A.C – Porque aí há essa coesão total da equipe toda.

S.G – É, tem que ser. Tem que ser uma equipe que tenha o conhecimento, a sensibilidade e a percepção do que é a intenção do Governo e faça isso ser assimilado, e filtrar para a Casa toda.

A.C – Quer dizer, é um corpo político.

S.G – É. Quer dizer, é um nível intermediário entre a Administração, que já é no caso uma administração muito especial, e o homem político, que é o responsável pela Pasta.

A.C – Houve outras medidas que o senhor tomou e que geraram talvez mais...

S.G – É, muitas, mais críticas, até.

A.C – Mais críticas, não é? Que foi a questão da... De certa forma, eu a vejo como uma extensão da política, da decisão do Ministro Silveira, não é? Quando ele elevou a faixa de idade, não é? De 65, que é o limite, não é? Para 70 anos. Mas, enfim, houve uma expansão nos quadros, não é? Sobretudo do primeiro escalão, digamos os Ministros de Primeira Classe.

S.G – Vamos por partes. Primeiro, o aumento da idade de 65 para 70 anos, o que, no fundo, me beneficiou, senão eu já estava aposentado. A situação era a seguinte no começo do Governo Figueiredo. Havia ainda algumas vagas do aumento de quadros do período Silveira. Porque ele não aumentou o quadro total, mas suprimiu 6 cargos de Terceiros Secretários, 6 de Segundos. Como as vagas de Terceiro Secretário nunca eram preenchidas completamente... Como eu disse outro dia, não se consegue recrutar suficientemente. Foram criados, então, 12 Ministros de Primeira sem aumento do total da carreira. Havia, pois, algumas vagas dessa Reforma, que durariam acho que 3 semestres. Depois disso, durante 3 anos e meio, não haveria vaga para promoção, a não ser por morte. Aposentadoria voluntária é raríssima. Até morte é mais frequente que aposentadoria voluntária... Ora, qual é o Governo, a Administração, que vai passar 3 anos e meio sem promover? Então, todos aqueles sujeitos que servissem, e servissem muito bem, ao Governo Figueiredo lá no Ministério das Relações Exteriores não tinham expectativa nenhuma. Isso não é possível numa organização racional. As chefias de Missão estavam todas praticamente ocupadas e durante 5 anos não vagariam, a não ser por morte ou se o Governo tomasse a decisão traumática de tirar um Chefe de Missão, um Embaixador, removê-lo para a Secretaria de Estado e deixá-lo sem funções, o que é uma coisa que nós, não temos na nossa tradição. Tínhamos, antigamente, a disponibilidade, no tempo do Barão. E, foi até os anos 30. Depois acabou. Ora, qual é o Governo que vai passar 5 anos sem poder mexer numa chefia de Missão, a não ser criando um trauma, um problema de ordem pessoal, com repercussões no próprio moral da Carreira, etc.? Não faz sentido.

Durante dois anos, eu quebrei a cabeça procurando uma solução, até encontrarmos esta fórmula, que não é a ideal, mas era a menos traumática, que era a seguinte: dariam vaga os dois mais velhos, não os mais antigos, os dois mais velhos Ministros de Primeira, saem em junho e os dois seguintes em dezembro; dois a cada semestre. E os mais velhos Ministros de Segunda saem, um em junho e o seguinte em dezembro. Isso assegura um movimento normal de promoções, nem de mais, nem de menos. E todos aqueles numa certa faixa de idade seriam um pouco prejudicados, mas todos iriam além dos 65 anos. Iriam a 67, 68. No meu caso, aos 69. E a aplicação dessa lei teria o efeito de uma disposição transitória, na prática. Porque, por volta de 1990, 91, todos estariam saindo com 70 anos. Isso, afinal, passou. Foi uma lei, foi ao Congresso, tudo isso. Bom, isso ficou resolvido dessa forma, assegurando um ritmo normal. O outro problema que se criou um pouco...

A.C – Mas aí eu lhe pergunto o seguinte: será que não houve um erro de, digamos assim, formulação nessa política do Ministro Silveira¹⁴⁷? Porque, afinal, o senhor teve que acomodar isso, não é? De alguma forma. Mas...

S.G – É. A ideia em si era muito defensável, mas havia que ajustar seus efeitos no tempo.

A.C – que é que inspirou essa política? Quer dizer, afora o fato de que eu acho justo que se forme um quadro durante tantos anos e que o Estado aproveite mais, não é? Da competência das pessoas, mas, enfim...

S.G – Eu não participei da formulação disso. Já estava em Paris. Ele vinha, o Silveira, cuidando disso, mas nunca conversou comigo. Eu estava saindo e soube dessa mudança, já em Paris. E as razões apresentadas eram que um homem até os 70 anos vai muito bem, que essa é a idade limite do funcionalismo civil em geral, que nós sempre tivemos antes que estar defendendo, explicando por que, é que na carreira, aos 65 anos o sujeito vai para casa, etc. Há países em que se sai até aos 60 anos, como na Inglaterra. Mas o Presidente da República tinha 69, o Geisel. Se ele pode ser Presidente, por que é que não pode ser Embaixador? Enfim, esse tipo de argumento. Podia haver aí um interesse pessoal do Silveira, que eu acho, perfeitamente compreensível e humano. Ele ia passar 5 anos de

¹⁴⁷ Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira.

Ministro, se aposentava sendo Ministro, como no meu caso. E, não teria mais a possibilidade de um posto no exterior. Na verdade, como Ministro, você não tem uma folga financeira. A não ser – não vou falar disso – se você aceita certos favores, digamos assim, o que não é o caso. No caso dele, jamais, nem no meu caso, nem, acho eu, na grande maioria dos casos.

A.C – O Ministério das Relações Exteriores tem ficado à parte dessa tendência geral.

S.G – Não me meto nesse ponto. Não é assunto nosso. Não há dúvida que há interesse público em aproveitar a experiência de funcionários que exerceram funções de chefia, com êxito, com segurança. Mas é possível que o Silveira tivesse também um interesse, que eu acho defensável, humano, legítimo, de ter uns anos de exterior ainda. Como eu tenho. Estou muito satisfeito de ir para um posto. Não sei se serei feliz ou não, mas me agrada muito voltar, por pouco que seja, ao que poderíamos chamar de “tarefas de campo”.

A.C – ...a ideia...

S.G – ...para mim, é muito bom, ainda, porque os proventos da aposentadoria são modestos.

A.C – Claro.

S.G – Achei que a fórmula era muito boa. Havia uma faixa de gente...

A.C – Bem, de qualquer forma, isso criou algumas coisas que, enfim, a imprensa comentou e tal. O senhor poderia talvez esclarecer.

S.G – Cabe notar que isso não implicava um aumento do número de Ministro de Primeira Classe. O pessoal que vai para o Quadro Especial (até o momento da aposentadoria) não tem que ter posto no exterior, nem chefia de Departamento ou o que seja na Secretaria de Estado. Eles continuam ligados ao Ministério, continuam no Quadro e podem ser chamados para tarefas especiais. E geralmente não são. Um ou outro, sim. Podem ser úteis em uma porção de serviços sem criar problema. O que criou problema foram as regras sobre agregação. Me penitencio de nos havermos baseado em um cálculo errado

de probabilidades. O sujeito agrega. O agregado pode ser promovido sem preencher a vaga, quer dizer, preenche e devolve imediatamente, porque continua agregado. Então, isso, sim, criou um aumento, se se quiser, informal, indireto, do número de Ministros de Primeira, porque o sujeito era promovido e não ocupava a vaga, porque continuava agregado. Teoricamente, tudo se restabeleceria, porque um dia ele desagregava e ocuparia uma vaga. Mas, quando ele desagregava criava uma grande confusão, porque alterava as expectativas dos demais.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

Bom, então, para evitar que o desagregado, que podia voltar de supetão, ocupasse as vagas, eu adotei um critério, que era o seguinte: o desagregado espera um certo tempo, um terço do tempo em que ele esteve agregado, até ter número. Isso resolveu o risco da desagregação inopinada que ocupava uma vaga que já estava de certa forma, equacionada para a promoção de Fulano ou Beltrano. Você tem um tempo. Você sabe que ele só vai ocupar a vaga daí a um ano, um ano e meio ou o que seja. Você já pode planejar melhor. Mas, o resultado disso é que se criou um aumento de quadros indiretamente, não tecnicamente, não planejado, mas de fato. Porque os sujeitos desagregavam, mesmo desagregando, não ocupavam logo a vaga, mas para a coisa se compensar era preciso que outros agregassem, o que não acontecia sempre e se criava uma confusão muito grande. Já no último ano, em 84, tendo visto que não havia equilíbrio entre as agregações e as desagregações, nem mesmo num prazo médio, estabeleci a norma de que, além de 20% de cada classe, as agregações não criavam vagas. Mas isso já era para evitar que aquilo continuasse indefinidamente. Pouco a pouco, conforme a experiência, essa percentagem poderia ser diminuída.

A.C – Mas é verdade que há hoje no Itamaraty mais Terceiros Secretários do que... na Carreira?

S.G – Mas Ministros do que Terceiros Secretários? Não, isso não é verdade, mesmo com tudo isto, se tomarmos o quadro legal.

A.C – A *Veja* cita um dado impressionante, não é? Cento e oito Ministros de Primeira Classe e 101 Terceiros Secretários.

S.G – É uma forma desinformação. A meia ou terça verdade. Já expliquei. Quer dizer, não há 101 Terceiros Secretários. São 190 cargos de Terceiro Secretário. O que acontece é que você não consegue recrutar. Porque, com todas as supostas enormes vantagens da Carreira, a que às vezes se alude, você não consegue preencher o quadro de Terceiros Secretários. Quer dizer, você não tem no país gente em condições mínimas e interessada – interessados há muitos, há sempre perto de 1.000 por ano – que você possa recrutar em concurso honesto e que aguentem depois o curso do Instituto Rio Branco para preencher o desgaste normal de mortes e aposentadorias e mais as vagas que foram criadas em 1961 e 1966. Nós estamos a 24 anos dessa época e não conseguimos.

A.C – Isso facilitou, de certa maneira, a política do Ministro Silveira antes: expandir para cima.

S.G – Para cima, um pouco.

[FINAL DA FITA 32-A]

S.G – ... dessa época, e não conseguimos.

A.C – Isso facilitou, de certa maneira, a política do Ministro Silveira, não é? De expandir para cima.

S.G – Para cima, um pouquinho. Bom, então havia e há de fato uma plethora de Ministros de Primeira Classe. Os Ministros de Segunda Classe, pela Reforma de 61, passaram a poder ser comissionados Embaixadores, o que é uma prática corrente internacionalmente. Nos países europeus, até Conselheiros, em certos lugares. Mesmo, por exemplo, uma das críticas que fizeram, meio idiota, é que há poucos Ministros de Primeira na África e muitos nos Estados Unidos e na Europa. E aí, eles chamam logo de Embaixador, não é? Embaixador é um tratamento que se dá socialmente a esses Ministros de Primeira. De fato, o Embaixador é o sujeito que está acreditado ante o Governo local ou em algum Organismo Internacional, quando houve Resoluções desses Organismos, como é o caso da ONU, OEA, etc., recomendando que fossem, que

tivessem o *rank*, o nível de Embaixador. Não há um cargo permanente de Embaixador no Ministério. É sempre comissão. Mas os países europeus têm. Alguns têm interesses enormes na África, até maiores que os nossos. É o caso das ex-metrópoles. França, por exemplo, Inglaterra, Espanha, Itália têm grandes interesses, maiores que os nossos, em países africanos, e às vezes têm de Embaixador um Conselheiro, ou um Ministro de Segunda. Ou países que têm Ministros de Terceira, como a Espanha. Por quê? Porque são lugares que são muito interessantes para um comissionado, para ele se provar, não é? Mas...

A.C – ...mas que não exigem ainda toda aquela...

S.G – Em que as condições de vida desaconselham um velho. Um sujeito que tem uma grande experiência, que já está ficando velho, você não vai mandar para um lugar em que é preciso uma resistência, inclusive física e de saúde muito maior. Mas, nós estávamos falando da pletera. De fato, há uma pletera de Ministros de Primeira, embora mais aparente do que real. A nova administração adotou uma medida sobre as agregações: que os sujeitos que forem para o Serviço Público Federal em funções, tipo assessoria internacional de Ministérios e outras não agregam, o que já é uma forma de ir reduzindo isso. Eu acho que está certo. Eu ia acabar me encaminhando para uma solução dessas, também. Porque era um problema o excesso de vagas decorrentes de agregação, sem que houvesse a volta proporcional de agregados. De modo que, o único problema é esse. Agora, os outros casos que criticaram muito, sobretudo a *Veja*, são defensáveis e justos. Eu estive com o Chefe da Sucursal da VEJA, o Etevaldo, não uma hora e meia, como naquela carta ao leitor ele disse. Eu estive quatro horas. Expliquei, caso por caso. Eu não vou ter tempo de explicar a vocês o que eu expliquei a ele.

A.C – Claro.

S.G – Por que é, por exemplo, que criei novas repartições a nível de Ministro de Primeira? Bom, em primeiro lugar, as representações especiais. O que é a representação especial? É um homem que cuida de um certo tema ou conjunto de temas afins em um

ou mais organismos internacionais e que, de certa forma, libera a Delegação Permanente daqueles assuntos, assuntos que requerem uma especialização maior, por um lado, e, por outro lado, em que você não precisa, talvez, ter uma permanência. Quer dizer, passados uns anos, aqueles assuntos podem decair de interesse para o Brasil e você retira, suprime o Representante Especial. Os casos foram os seguintes: primeiro, foi a Representação Especial no Desarmamento. Eu fui Chefe da Delegação Permanente, em Genebra por quatro anos (1970-74). E eu cuidava de GATT, UNCTAD, Desarmamento, Fundos Marinhos, Organização Internacional do Trabalho, e dava apoio às Delegações especializadas que iam para a União Internacional de Telecomunicações, Organização Mundial da Saúde, aonde ia o Ministro da Saúde todo ano, e assim por diante. Naquela época, os Chefes de Delegação Permanente tinham duas opções: ou viam um pouco de tudo, como era o meu caso – atendia pessoalmente ao Desarmamento sempre e um pouco mais UNCTAD, GATT um pouquinho, mas estava a par de tudo –, ou então, se especializavam num setor, como era o caso do meu amigo Castañeda, o mexicano, que era um sujeito excelente, e o resto deixavam um pouco, não digo à matroca, mas por conta dos Secretários, e não acompanhavam. Porque era impossível, dar uma atenção, a fundo a todas essas matérias. Inclusive, as reuniões eram simultâneas. O sujeito não tem o dom da ubiquidade. Tem que mandar os seus auxiliares para os diversos lugares, etc. E todo dia, no fim do dia, eu estava na Delegação, ficava até tarde, e ouvia todos eles de volta das Comissões. Via minutas de telegramas que eles preparavam, contando o que é que tinha havido, se tinham alguma dúvida sobre as instruções, etc. Eu assumia a responsabilidade. Dizia a eles: “Façam assim, façam assado”. Bom, então criei uma Representação Especial para o Desarmamento. É um Comitê que tem 33 membros e há 15 países que têm Representantes Especiais. Quinze. Então, o Brasil foi o 15º a criar essa Representação Especial.

A.C – Está acima da taxa do PIB. (Riso)

S.G – Bom. Aí, Viena. Você tem a Embaixada que, geralmente, utilizando-se o Ministro-Conselheiro, ou outro diplomata e às vezes o Embaixador, mantém a relação permanente com a Agência Internacional de Energia Atômica e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Industrialização, a UNIDO, que está virando Agência e que foi criada até em grande parte por iniciativa nossa, nos anos 50 e

muitos. Os países europeus raramente têm em Viena um permanente, a não ser, às vezes, um homem para a Atômica. O próprio Rex Nazareth queria um Assessor Científico permanente na Embaixada para tratar da energia atômica, achando que nós íamos ter problemas cada vez maiores com a Agência. Eu achava isso ruim. Achava melhor fazer um inferninho à parte, cuidando dos organismos, onde esses assessores estivessem, mas com um homem de Carreira, responsável pela Representação. Havia o Fundo da OPEP. Obtivemos desse fundo de financiamento da OPEP alguma coisa já, dinheiro para a pesquisa do carvão em Moçambique, para telefones em Cabo Verde e tínhamos esperança de conseguir mais. Havia vários órgãos da ONU que se reúnem em Viena, que você não precisa tratar diretamente, mas deve acompanhar durante o ano, nos períodos intersessionais, como a Comissão de Narcóticos e várias outras. Havia em Viena cerca de 18 países com Delegações permanentes junto a esses Organismos. Então, o Brasil criou uma: foi a 19^a. Na FAO, há muitos anos, se pensava em uma representação específica. Era um sujeito dentro da Embaixada, que cuidava da FAO, o que criava alguns problemas administrativos dentro da Embaixada em Roma; Secretários que serviam à Embaixada e serviam a Representantes na FAO, e todas as confusões decorrentes daí. Então, criei uma Representação Especial na FAO, que foi acho que a 31^a. Inclusive, seis latino-americanos já tinham. O caso do Calero¹⁴⁸, por exemplo. O Calero era Embaixador em Varsóvia antigamente, não é? Passava seis meses fora do posto. Porque ele ia à Conferência do Mar (me substituiu nisso quando eu fui ser Secretário-Geral). Depois, foi eleito para a Comissão de Direitos do Homem. Depois, ia à Assembleia Geral aonde essas coisas confluíam para discussão. E ficava, fora do posto. Como o Sette Câmara¹⁴⁹, quando era Embaixador em Praga, também ia à Comissão de Direito Internacional... Em outras palavras...

A.C – Quer dizer, Ministro, o que aumentou muito foi a representação nos órgãos multilaterais, que foram reativadas.

S.G – Isso, em parte. É.

¹⁴⁸ Embaixador Carlos Calero Rodrigues.

¹⁴⁹ Embaixador José Sette Câmara.

A.C – Depois da guerra...

S.G – Quer dizer, houve uma certa especialização. Porque, por exemplo, um homem como o Calero, que é Membro da Comissão de Direito Internacional, com dois meses e meio por ano de sessão e a obrigação de estudar e preparar as matérias no período interseccional, às vezes, fazer relatório, também membro da Comissão de Direitos do Homem – foi Presidente da Comissão sem nós mexermos uma palha. – que se reúne também dois meses, mais ou menos, em Genebra. Como poderia funcionar bem, ser reeleito, ir à Assembleia Geral, onde atenderia as Comissões 6ª de Assuntos Jurídicos e 3ª de Assuntos Sociais, por três meses? Você vai somando tudo isso e você vê que não faz sentido. Ou você põe um homem na Secretaria de Estado viajando para lá e para cá o tempo todo, ou num posto bilateral, em que ele, considerando as férias, tudo isso, vai ficar quase 2/3 do tempo fora de sua Embaixada. Não é sério! O correto era fazê-lo um representante especial dedicado às suas tarefas principais.

A.C – Quer dizer, faltava realmente representação nesses Organismos.

S.G – O outro caso era do altermo na Missão junto às Nações Unidas. Você poderia criar ou não criar. Mas há em Nova York – na lista das Missões você pode ver – 33 países que têm, além do Chefe da Missão, um segundo, que é também Embaixador. Tem o título de Embaixador, entenda-se. Tem o título e o tratamento. Não estou falando da Rússia, que tem três, ou dos Estados Unidos, que tem 5 ou 6 Embaixadores, além do Chefe da Missão, ou de Israel, que tem 5, porque tem interesses especiais, cada um deles cultiva delegações das diversas áreas geográficas. Mas de 33 países. Ora, sendo o Brasil o 5º país em área, o 6º em população, o 10º em Produto Nacional Bruto, não é de estranhar tenha Representações Especiais, em Organismos onde exerce uma certa função, (regionalmente, os demais latino-americanos cada vez mais se voltam para nós, para saber o que nós pensamos, etc.) em Organismos, onde há em média entre 15 e 33 Representações Especiais. Agora, custa algum dinheiro, não é?

A.C – É, exato. Eu queria justamente, enfim, fechar um pouco essa questão que, enfim, me parece que a gente podia se estender mais, mas, realmente, o tempo...

S.G – Há o problema dos Consulados-Gerais de primeira classe, que foram até dos mais criticados e...

A.C – Sim, porque houve uma questão do Cônsul em Los Angeles, que ganhava não sei quanto, tinha um aluguel de uma casa de 6 mil dólares...

S.G – É. E Nova York... É, umas coisas assim. A ideia é antiga. Eu sempre resisti, mesmo no tempo de Secretaria Geral. Acabei me convencendo. Por exemplo, o Embaixador do Canadá, em Brasília, ao tempo em que eu era Secretário-Geral, o Steers¹⁵⁰, saiu daqui para ser Cônsul-Geral em Nova York. O Embaixador da Holanda, van Ufford¹⁵¹, saiu daqui para ser Cônsul-Geral em Nova York. Há 2 anos eu conheci o Cônsul-Geral espanhol em Nova York, em uma cerimônia das duas Missões, inauguração nos jardins da ONU, de uma escultura de uma brasileira que mora em Madrid. Os dois países contribuíram para que isso fosse possível. Conversando com ele, falou-me com sotaque alfacinha, sem acento, quer dizer, puramente lisboeta, e eu disse: “Mas o Sr, fala um português extraordinário”. Ele me disse: “É porque fui durante 6 anos, antes de vir para cá, Embaixador da Espanha em Lisboa”. E foi terminar a carreira em Nova York. Vejamos Los Angeles, eu mandei para lá o Igor Carrilho¹⁵², Ministro de Segunda. Ele chega lá, dois meses depois, passa uma carta ao Chefe do Departamento de Administração, em que dizia que estava num apartamento, desses que renovam o contrato por mês, um pequeno apartamento de trânsito, procurando casa. Já procurara em todo lugar. Não um palacete, não uma mansão, mas uma boa casa, num endereço decente. E o mínimo que encontrara foi a 6 mil dólares. E é mesmo esse o aluguel em Los Angeles. Ora, ele ganhava 7.100 dólares. Então, nós íamos ter que pagar o aluguel, o que legalmente não está previsto para Cônsul-Geral. O consulado já tinha um automóvel oficial, porque em Los Angeles não há outro meio para ir aos lugares. E o

¹⁵⁰ Embaixador Barry Connell Steers.

¹⁵¹ Embaixador Leopold van Ufford.

¹⁵² Ministro Igor Torres-Carrilho.

que é que adianta ter em Los Angeles, Nova York, mesmo Miami, que é a verdadeira capital da América Central e das Antilhas, ou em Hamburgo, ou em Milão, por exemplo, um sujeito apenas para emitir passaportes, quando algum brasileiro for preso, ele mandar uma pessoa do consulado ver o que é que se pode fazer, e coisas assim? Para isso, não se precisa ter um Consulado-Geral. Você põe um vice-cônsul, um Oficial de Chancelaria.

A.C – Quer dizer, o Cônsul tem um papel importante na questão do comércio, assim, na...

S.G – Agora, para você ter um Consulado, com um bom Serviço de Promoção Comercial, inclusive, você espera que o Cônsul tenha, nessas cidades que são grandes centros regionais, um conhecimento com os banqueiros, com a gente de sociedade, com os políticos locais – então, nos Estados Unidos onde os estados têm uma autonomia para muitos assuntos –, que possa agir quando for necessário e saber das coisas. Para isso você tem que dar uma base de vida e uma representação suficiente para essa pessoa. Não pode ele ficar trancado em casa pensando na sobrevivência, numa cidade, como essas cidades americanas onde um hambúrguer e uma coca-cola custam 6 dólares...

A.C – E casa, sobretudo em Nova York e Los Angeles, realmente o preço é exorbitante, é.

S.G – Casa em Nova York é uma fortuna. Agora, isto eu expliquei tudo a *Veja*. Eles não levaram nada em consideração. Expliquei detalhadamente, caso por caso. Até no Porto, por que é que eu fiz? O Porto não é um grande centro econômico. É um grande centro cultural, com grande interesse humano pelo Brasil. 80% dos sujeitos de origem portuguesa que vieram para cá são daquela região. Era região de grande emigração, por causa do minifúndio. E foi o João Cabral de Mello Neto para lá. No dia em que saltou em Lisboa, deram a ele uma espécie de jantar imenso, um banquete de toda a intelectualidade portuguesa. É um sujeito que no Porto vai ser um...

A.C – Ministro, eu queria assim um...

S.G – Ora, então é conveniente ter nessas cidades, que são centros regionais fundamentais, ter um homem que possa se desenvolver, que tenha meios.

A.C – Eu acho que talvez, essa política toda de pessoal complexa que o senhor acabou de nos descrever, ela pudesse ser interpretada de uma outra maneira, que não essa coisa simplesmente do clientelismo, digamos, interno, não é? Que foi a versão da imprensa. Talvez, como realmente um momento assim de expansão da diplomacia brasileira, de ocupação de espaços, não é? Seja na área comercial, seja nos Organismos multilaterais, como se o Brasil realmente pretendesse, não é? Dar talvez, uma consistência maior daqui para a frente à política externa, que ela tivesse um papel outro que aquele que ela teve de – talvez no passado, não é? – se concentrar em temas muito específicos e muito em torno dos Estados Unidos, não é? Quer seria o nosso próximo tema.

S.G – É. A grande crítica que me faziam do terceiro-mundismo, não é? E agora, porque o pessoal está nos Estados Unidos, estão dizendo: “Ah, por quê? Não querem ir para a África?” Bom, nós temos na África embaixadas que funcionam. E o sistema de funcionar é muito diferente do que é nos Estados Unidos. Num país como a Nigéria, foi preciso construir um *compound* para poder instalar gente, porque senão os aluguéis são também caríssimos e adiantados três, quatro anos. Nenhum funcionário pode pagar isso. Acaba o Governo pagando. Então, construímos um *compound*. Agora há lugar para mais um Secretário, para um eventual Adido Militar, que interessa às Forças Armadas nossas, e assim por diante. Mas é muito diferente. Quer dizer, é um país onde você tem que cultivar poucas pessoas. Gente do Governo. O Estado é que decide quase tudo. Agora, um país como os Estados Unidos, que é multifário, que é descentralizado, você tem que ter gente que, não só em Washington, o Embaixador, mas em Los Angeles, em Nova York, conheça gente que influi de uma forma ou de outra nos nossos destinos.

A.C – O contato com a sociedade é dos mais complexos.

S.G – Com a sociedade é muito maior. Com os meios acadêmicos. O Consulado em Nova York passou a fazer um levantamento de todas as teses – na área de jurisdição do Consulado há 40 e tantas universidades de primeira linha. – sobre Brasil e América Latina.

A.C – É bom saber, Ministro. Isso nos interessa muito.

S.G – É. Há uma mocinha nipo-brasileira, nisei, que foi contratada. Tem muitos contatos nesse meio, etc. Ela fez um levantamento completo, ponto por ponto. Cada rapaz que tira um *Master*, um Doutorado, em assunto latino-americano ou brasileiro, que faz a tese, fica-se sabendo. Recebemos cópia. Pequenas coisas que se somam a outras para criar presença.

A.C – É, perfeito. Eu acho que isso foi dito muito claramente. É uma questão de inserir o Brasil mesmo no processo.

S.G – O Cônsul-Geral lá, agora, tem muito mais contatos com os banqueiros. O anterior era ótimo, mas não tinha os meios, o atual toda semana almoça com a Diretoria do Chase, e assim por diante. Ou você faz isso – que leva tempo, pouco a pouco, mas com determinação – ou então, você faz a opção de ter um Consulado puramente administrativo. É outra concepção. O João Paulo Rio-Branco¹⁵³, em Los Angeles conseguiu que o Governador da Califórnia vetasse lei da Assembleia Legislativa do Estado sobre o uso do “gasohol”, o álcool de milho, que praticamente excluía o nosso álcool. Barrou essa história num fim de semana. Porque conhecia o Chefe de Gabinete do Governo que o aconselhou a falar com a pessoa muito amiga do Governador. A INTERBRÁS nos disse que isso significou, em 84, 30 milhões de dólares, e, em 85, pelo menos 50 milhões. Até que a Assembleia Legislativa possa examinar o veto do Governador e transformar tudo de novo...

¹⁵³ Embaixador João Paulo da Silva Paranhos do Rio-Branco.

A.C – Uma vitória. Quer dizer, de certa forma...

S.G – Agora, o que é que adiantava ter um sujeito lá em Los Angeles contando os níqueis para comer um sanduíche no almoço?

A.C – É, não é possível. Não, não, não é possível.

S.G – Não dá!

A.C – E o senhor então com isso, de certa forma, pode eventualmente refacilitar a chamada “diplomacia de resultados”? Porque, a rigor, seria isso, não é? Quer dizer, que os consulados...

E – Em parte, é isso. Apenas...

A.C – Enfim, que a diplomacia podia servir como um elemento de captação de recursos.

S.G – É, apenas é preciso cobrar desses sujeitos, já que eles são homens, Ministros de Primeira, em fim de carreira. Então, em um nível econômico e financeiro privado pouco inferior ao do Embaixador, 10% menos. A casa, também, não é um palacete. Há menos empregados, coisas desse tipo. Mas eles têm, no local, uma possibilidade de atuação muito grande, podem estar recebendo, conhecendo gente. Então, você tem que cobrar deles. Quer dizer, você tem um assunto qualquer que implica uma ação junto a gente dos meios políticos, dos meios culturais, dos meios econômicos, comerciais, naquele grande centro regional. Em Milão, na Itália, por exemplo, o Serviço de Promoção Comercial do Consulado é mais importante que o de Roma. O centro econômico da Itália é Milão, não é Roma.

A.C – Lógico, lógico. Isso é perfeito.

S.G – E assim por diante. Mas, enfim...

A.C – Exatamente. Então, eu acho que a gente podia passar para... Enfim, eu queria que o senhor me fizesse uma avaliação das relações do Brasil com os Estados Unidos nesse período. Porque realmente o senhor foi um pouco acusado de terceiro-mundismo, e isso também, significou para o senhor muito apoio, sobretudo na área de Congresso, etc.

S.G – É, é verdade.

A.C – Quer dizer, trouxe benefícios também em política, não é?

S.G – É, também, indiretos.

A.C – Mas, então, seria interessante a gente examinar com mais cuidados como é que ficaram as relações com os Estados Unidos, tanto na área política quanto na questão econômica, que se agravou muito com a crise, não é, depois disso.

S.G – O problema das relações com os Estados Unidos, obviamente, é central para o Brasil. Como para qualquer país. Não excluiria nenhum dessa visão, porque é lógico, é o país mais poderoso, em todos os sentidos. Além disso, há objetivos a longo prazo, ou permanentes, ou o que seja, em que há uma coincidência. Nós preferimos, dada a própria estrutura do país, do Brasil, um tipo de sociedade internacional baseado, digamos, naquilo que são valores básicos ocidentais. Do ponto de vista das relações internacionais, nós nos achamos no direito de interpretar tanto quanto, qualquer outro país ocidental, tais valores (eu sempre disse, por exemplo, que somos um país ocidental e do Terceiro Mundo, e que as duas coisas não são contraditórias). Tais valores se refletem num tipo de sociedade internacional baseado na igualdade soberana dos Estados, numa organização internacional de coordenação, e não de subordinação ou satelitização. Subordinação, se você quiser, você tem na Europa Oriental, onde os

satélites soviéticos, seguem rigorosamente a linha política da União Soviética. E se vê isso na ONU. Eles votam sempre, sistematicamente, nas menores coisas, com a União Soviética. Alguns têm na própria Constituição, como é o caso da Polônia, um artigo sobre relações externas, que inclui “Amizade e cooperação com a União Soviética”. Então, amizade e cooperação com a União Soviética é institucional, não é política. Não é uma política polonesa, é um, se você quiser, condicionamento da própria soberania do país. Quando Brejnev, naquela ocasião da invasão de Praga, fez menção ao que se chamou de doutrina Brejnev, que espantou todo mundo, ele estava perfeitamente correto, do ponto de vista jurídico. Os países da Europa Oriental, de fato, têm institucionalmente essa limitação. Isso, além da coordenação dos Partidos Comunistas centralizada, em termos de interpretação da doutrina, no PCUS, no Politburgo, nos órgãos partidários centrais em Moscou. Ora, no mundo ocidental isso não é cabível. Os países podem influir uns sobre os outros. Mas, formalmente, há a ideia de que cada um segue o seu caminho e é independente. Quer dizer, neste sentido, você pode falar do chamado mundo livre, mesmo incluindo países com regimes autoritários. É uma pequena distinção, que não cabe acentuar como foi feito, por exemplo, no período Dulles, quando se falava de mundo livre incluindo ditaduras terríveis. Criava-se uma ambiguidade facilmente vulnerável.

A.C – É, exatamente.

S.G – Era muito criticada a expressão “mundo livre”. “Como, livre!” Mas, do ponto de vista do contraste, com uma sociedade internacional organizada hierarquicamente, a expressão adquiria significado. O que digo, é que há um objetivo final, semelhante em nosso caso com o Ocidente, porque a aspiração nossa compreende um tipo de organização interna que só pode florescer ou se aperfeiçoar em uma sociedade internacional em que haja um respeito comum aos direitos do homem, ao pluralismo de opiniões e de partidos, a um sistema de eleições e de transitoriedade de mandatos, etc., etc. Então, teríamos esse objetivo em larga medida essa prática, em comum com os Estados Unidos, com os países da Europa Ocidental, etc., contanto que tais valores sejam autênticos, endógenos, e não reflitam uma ação de Estado fazendo pressão sobre outro, pela razão muito simples de que também o mesmo sistema, a nível internacional, implica a não-intervenção.

A.C – O que o senhor está dizendo parece que é uma coisa óbvia, mas, na verdade, não o é, porque o senhor sabe que o senhor tem opositores, não é?

S.G – Porque as pessoas se esquecem do essencial.

A.C – Há pessoas, como o Meira Penna¹⁵⁴, por exemplo, que muito recentemente estavam advogando essa nova política de alinhamento, achando que o normal é que a gente siga, mesmo, os Estados Unidos. Até que isso, me surpreendeu muito, porque, enfim, tantos anos depois, não é?

S.G – Bom, aí então, o que é que há de diferença em relação aos Estados Unidos? É que os Estados Unidos, em primeiro lugar, têm um papel na sociedade internacional diferente do nosso, pela própria circunstância do seu poder. Tem um tipo de responsabilidade diferente. Ele toma suas decisões por ele mesmo. Ele não consulta, às vezes e, frequentemente, nem os seus aliados europeus, que são partes numa aliança militar efetiva, como é a OTAN. Ora, então, por que é que nós temos que seguir cada decisão americana, se a nossa avaliação de uma situação típica, até mesmo, do ponto de vista desses objetivos últimos em que coincidimos, é diversa? Por que levar a cooperação ao ponto de achar que eles são infalíveis? Se nós fizéssemos isso, nós estaríamos agindo como os satélites soviéticos agem, em relação à União Soviética, ou como antigamente a Igreja agia em relação ao Papa. Eu digo antigamente, não é isso? Não é! Nós queremos ter a nossa capacidade de avaliar, tomar a decisão, ter um papel diferente, não necessariamente negativo. Achamos que em muitos casos, o que temos feito tem sido melhor para os Estados Unidos, do que eles poderão achar à primeira vista...

A.C – ...do que eles têm feito.

¹⁵⁴ Embaixador José Oswaldo de Meira Penna.

S.G – ...do que eles têm feito.

[FINAL DA FITA 32-B]

A.C – ...do que eles têm feito...

S.G – ...do que eles têm feito, ou do que não podemos fazer, ou do que, na sua própria avaliação, não devem. Há casos concretos em que aquilo que fizemos, porque podíamos fazer, eles acabaram, de certa forma, implicitamente reconhecendo como certo, como foi o caso do Suriname, e até certo ponto o que fizemos com relação a Angola, Moçambique, etc. Compreenderam, ou muitas pessoas influentes lá dentro compreenderam, melhor muitas vezes do que aqui dentro do país em certos círculos. Agora, acontece às vezes nos Estados Unidos uma tendência a resolver os assuntos como se eles estivessem legislando para o mundo, não é? Sobretudo, em matéria comercial. Ou agem como se fosse, no fundo, um pequeno país, como qualquer pequeno país marginal, cujas decisões não afetassem o resto, sem uma liderança política capaz de sopesar completamente e decidir em função de suas responsabilidades mundiais. Nem sempre, tem havido na opinião pública americana, disposição de aceitar uma liderança, capaz de ponderar suficientemente, os efeitos sobre a economia do resto do mundo, das decisões econômicas americanas. Ou, então, achar que o que eles fazem é bom para o mundo, não é? Só ante dramáticas situações ou visíveis perigos estratégicos se “mancam”, como dizemos e, às vezes, já é tarde. Então, isso cria muitos problemas, não apenas conosco, mas com os países desenvolvidos também.

A.C – Europa...

S.G – Europa, Japão, etc. Sempre dissemos que o quadro geral das relações do Brasil com os Estados Unidos é muito bom, inclusive melhorou; essa questão dos direitos do homem desapareceu, em parte pela evolução interna nossa, em parte pela redução de ênfase da administração Reagan, neste ponto; a questão de não-proliferação nuclear, em parte também por causa da desaceleração do nosso programa, perdeu agudeza, embora continuemos com posições divergentes. As relações, em termos gerais, são boas. Agora, nós temos muitas controvérsias com os Estados Unidos. Que tipo de controvérsia? Temos aquelas que decorrem da política econômica americana, e comercial em particular, e que

são conhecidas – não preciso aqui entrar em detalhes –, sobre as quais nós conversamos. Temos o subgrupo de comércio, com gente principalmente do Itamaraty e da Fazenda. Temos os contatos entre as autoridades econômicas, financeiras, o tempo todo. Além desse tipo de controvérsia, que é normal e tende a aumentar – na medida em que o Brasil, for cada vez mais exportador de produtos industriais – temos às vezes diferenças de opinião, que procuramos evitar se transformem em controvérsias políticas. Isso aí é uma questão de política e estilo nosso, a não exploração demagógica. Temos evitado êxito fácil, para a galeria, em termos de nacionalismo, com o maior cuidado. Temos frequentemente diferenças de avaliação de situações políticas, sub-regionais, em particular, não apenas na América, mas às vezes na África, e assim por diante. O que se pode dizer é que passamos a pensar por nós mesmos, a termos uma contribuição a dar, própria, em termos de análise dessas situações, o que eu acho, que aumenta a significação do país, nas suas relações externas. E, temos até, em terceiros mercados, e teremos cada mais, não rivalidades políticas, mas alguma competição econômica, certamente, aqui e ali. Soja, de que eles nos tomam clientes porque financiam. Frangos, que eles acham que nós subsidiamos, etc. Isso se reflete depois no GATT e coisas desse tipo. Tudo isso eu acho normal. Não pode ser interpretado, a não ser por uma visão meio primitiva das coisas, maniqueísta, como se fosse uma política antiamericana. Não há nada disso. Agora, nós somos o que somos. Também, sempre houve equívocos da relação com a América Latina, em função de nossas relações com os Estados Unidos, tipo “o Brasil vai para o bilateralismo e não para a ação coletiva regional”. Ou, às vezes, o inverso, no período da Operação Pan-americana, no período da política externa “independente”. Na área econômica, às vezes surge um tipo de reação no sentido de que o Brasil é um país importante e se se juntar a nossos vizinhos é pior para nós. São falsos problemas, alternativas simplificadas que resultam de preguiça de pensar. É uma mistura de alhos com bugalhos. Um país na situação do Brasil que agir com grande sofisticação. Ele tem que utilizar todos os meios, tanto os coletivos quanto os bilaterais. Cada qual tem uma certa função. E tem que agir de tal forma que a ação em um nível reforce a outra, e vice-versa. Não é fácil. É mais fácil dizer do que fazer. E implica uma questão de medida e tempestividade. Por exemplo, uma Organização só latino-americana. Temos assuntos que se podem tratar nesse âmbito, outros não. É óbvio. E tem havido já num campo muito especializado de comércio, como o caso da ALALC, hoje ADADI, que não cria um problema político com os Estados Unidos significativos. Criou-se o SELA, sobre o qual nós tínhamos muitas dúvidas, na minha opinião com toda razão. Foi lançado pelo então

Presidente do México, que era o Echeverria, e o Carlos Andres Perez, da Venezuela, ambos homens com pretensões carismáticas, com pretensões a jogar para a platéia muito, o que, evidentemente, não é o nosso gênero. E fizeram de uma forma um tanto demagógica, pondo Cuba desde logo. Depois, nós até elegemos o Diretor Geral, o segundo, que foi o Alzamora, que nos deu muito trabalho pois queria dar ao SELA um papel político. Eu expliquei muito a ele: “Olha, é impossível nas condições atuais, com Cuba”. Como é que você pode ter um papel de coordenação latino-americana para fins políticos em alto nível, como ele pretendia? Reuniões de Chefe de Estado. Você já pensou, uma reunião com Fidel Castro e Pinochet, e Figueiredo no meio? Não faz sentido. Quer dizer, a América Latina não é isto, não tinha essa homogeneidade, essa organicidade. Algum esforço você pode fazer. Não se pode recrutar Cuba, porque, queira ela ou não, ela está atrelada ao grupo soviético: economicamente, ao COMECON, e politicamente, a uma certa concepção das relações internacionais. Nós achamos que o conflito Leste-Oeste não deve determinar tudo. Mas não achamos também que ele não exista. Ele existe. É um fator que você tem que levar em conta. É evidente que seria falso ignorá-lo. Para tratar de Cuba, mesmo visando a uma aproximação, há que assimilá-lo ao processo, acompanhar sua evolução. Para efeitos retóricos e até, se se quiser, de pressão, às vezes temos dito – não eu, você veja que nesses seis anos eu não disse – que o verdadeiro problema é o conflito Norte-Sul, e não o conflito Leste-Oeste. Foi dito em outras ocasiões, com grande feito público. Mas eu acho que isso não corresponde à realidade. Não se pode dizer que uma coisa exclua a outra. Os dois estão aí. Eles são de natureza diferente. O que nós temos dito – eu disse em várias ocasiões de formas diferentes – é que o conflito Leste-Oeste não deve contaminar (seria uma burrice, não usei o termo burrice, mas é isso), não deve contaminar todas as situações de controvérsia e de conflito no mundo. Não deve contaminar o chamado conflito Norte-Sul. Não deve contaminar as situações de risco para a paz, de tensão, etc., sub-regionais, as quais frequentemente têm causas próprias, e que é preciso endereçar-se a essas causas, e não tentar vê-las sob uma ótica maniqueísta Leste-Oeste. Quer dizer, isso é uma coisa. Agora, é mais cômodo mentalmente você dizer: “Tudo é Leste-Oeste” ou “Tudo é Norte-Sul”. É mais cômodo, mas não tem nada a ver com a realidade. É como a grande discussão entre bipolarismo e policentrismo, não é? Numa certa época se dizia: “o policentrismo está superando o bipolarismo”. E faz sentido, você dizer isso, como reação ao hábito de raciocinar dos anos 50, claramente bipolar. Houve a recuperação econômica européia, a recuperação econômica do Japão, a emergência dos novos Estados independentes, as ex-

colônias. Tudo isso criou um quadro, um cenário internacional muito mais complexo. Então, se começou a falar de policentrismo, de potências regionais, etc. Aqui se embandeiraram muito: “Brasil, país-chave”, que é um pouco uma visão de certos meios americanos, e achavam muitos aqui que isso era muito bom para nós. Na verdade, as duas coisas existem. Há um conflito básico, que é bipolar, mas o cenário internacional não se esgota nisso, como qualquer observador de bom senso percebe. Há atores que não são controlados pelas super potências a cada momento. Não são mais. Você vai dizer: “Bom, então há um policentrismo”. Há, sim, para certos efeitos, não para todos, nem em todas as conjunturas. Em consequência, uma Chancelaria tem um problema muito sutil de avaliação, a cada momento, das diversas forças em jogo.

A.C – Isso de certa forma torna o trabalho da Chancelaria muito mais complexo, porque tem que ter um...

S.G – É, complexo, e muito mais interessante. Senão, você podia botar qualquer idiota lá, e diz: “Bom...”

A.C – Seguir os Estados de forma...

S.G – Saber como é que os Estados Unidos vão votar.

A.C – Ah, exato. Ou então votar ao contrário.

S.G – Ou então, ao contrário.

A.C – Exato.

S.G – Voltando às relações com os Estados Unidos, o que se procurou fazer é um tipo de relacionamento na base da maturidade. Ser muito franco com eles, e ouvi-los. Sabemos que eles têm uma força de pressão brutal. Nós temos interesses vitais que são afetados pelas relações com os Estados Unidos, mas nem por isso temos de mecanicamente concordar com tudo.

A.C – Exato. Eu me pergunto como é que os Estados Unidos receberam essa nova posição do Brasil, que coincidiu também com uma diminuição relativa, não é? Do papel dos Estados Unidos como importador e exportador, não é? Balança comercial. Enfim, houve uma tendência realmente a diminuir, etc., que realmente nos deu também essa possibilidade, talvez de ter uma política mais aberta, mais madura, como o senhor diz.

S.G – Acho que, em termos gerais, não chegou a haver uma preocupação maior nos centros decisórios americanos. Podem não ter gostado muito. Um ou outro poderá ter pensado, sobretudo quando começou a administração Reagan, numa reaproximação com o Brasil, na base da nostalgia dos anos 50. Nós sabemos um pouco o que foi isso. Nessa época, o pessoal aqui se queixava de que os Estados Unidos “não nos davam bola”; nós que tínhamos lutado na guerra com eles, éramos aliados fiéis, etc. Tudo meio infantil.

A.C – Foi uma grande decepção.

S.G – Meio infantil, mas natural, espontâneo. E havia lá talvez alguns que achavam que era muito bom se se pudesse reconstituir esse tipo de relacionamento dando mais atenção, muito mais na base talvez de public relations do que de política. Uma volta aos anos 50. Mas isso era impossível. Fora disto, há também gente, lá nos Estados Unidos, que criticava o terceiro-mundismo, embora não abertamente. Eu soube, por exemplo, que o Motley criticava. Até me contaram que o Motley comentava que não íamos arranjar um tostão no Terceiro Mundo e que eu estava muito enganado se pensava que isso ia resolver os problemas do Brasil... O comentário, se verdadeiro, mostra que ele, inteligente e brasileiro-filo, nesse ponto não estava entendendo coisa alguma. Porque nunca ninguém pensou em obter financiamento no Terceiro Mundo, a não ser, eventualmente, dos petroleiros, que, aliás, não punham dinheiro aqui. Punham dinheiro...

A.C – ...lá.

S.G – ...nos grandes bancos, não é? Nunca se pensou nisso. Podia-se pensar limitando o raciocínio à área econômica, que era talvez a que estava na cabeça do Motley e de muita gente, porque é mais simples, é mensurável, é fácil de entender, não requer uma sofisticação maior podia-se pensar em termos de mercados. E é importante. Basta percentualmente ver, mesmo com a crise, ainda 30% das nossas exportações vão para

países em desenvolvimento. Podia-se pensar em termos de contratos para a prestação de serviços por firmas brasileiras, coisas desse tipo. Não se podia pensar em obter financiamento do Terceiro Mundo, nem nunca se pensou. Maluquice não é o nosso forte. Mas politicamente tinha a sua importância, por diversos outros motivos, que não podemos...

A.C – O senhor já explicou muito bem.

S.G – É, eu tentei explicar. De modo que eu acho que havia avaliações diferentes dentro dos Estados Unidos, como é normal. É um país onde há avaliações diferentes. Mas, houve compreensão, porque, no fundo, não houve nenhum caso em que a nossa ação, a rigor, tivesse resultado em um prejuízo para os Estados Unidos, do ponto de vista político e estratégico.

A.C – Eu acho que houve dois elementos que devem ter tido uma interferência política muito grande. Quer dizer, o primeiro foi o fato de que com Reagan os Estados Unidos voltou à sua política de grande potência e recrudescimento da guerra fria, e isso obviamente tinha implicações, em termos de pedir um alinhamento.

S.G – É verdade.

A.C – Eu acho que isso foi um fator muito complicador da sua política, que eu gostaria que o senhor falasse sobre ele. E, enfim, eu acho que a gente podia falar primeiro disso, porque...

S.G – Sim. Tem toda razão a sua pergunta. O próprio Reagan foi eleito numa onda de reação contra atitudes supostamente fracas, ou, pelo menos, hesitantes, do Governo Carter. Reagan criou a imagem de um homem decidido. Um homem capaz de um esforço para superar o trauma do Vietnam, de Watergate, de Irã, etc. Toda a política Reagan reflete isso. Houve um recrudescimento da guerra fria, se você quiser, e isso tem uma implicação em termos de maior demanda de alinhamento, etc. Bom, apesar disso, se você for examinar as posições brasileiras, elas não mudaram em nada. Porque eram posições bastante amadurecidas e nós tivemos sempre um estilo – e no Governo Figueiredo muito claramente – muito cuidadoso na maneira de fazer, que é muito importante em política e

diplomacia. Houve uma melhora das relações com o Brasil no sentido, como já disse, de que deixou de haver uma ênfase militante em direitos do homem. Além do mais, nós estávamos evoluindo, e rapidamente, no sentido da reinstitucionalização. Era uma linha política geral do Governo Figueiredo, nesses seis anos, fazer a transição sem levar a uma baderna prematura. Na parte nuclear, por causa da desaceleração do programa, houve menos problemas, problemas menores. A recarga de Angra afinal, se resolveu bem. Nós fizemos um acordo com a Urenco. Os americanos adiaram sine die – quando veio o Vice-Presidente Bush aqui trouxe a notícia – a questão do pagamento de multa se não utilizássemos a recarga americana. O assunto também não se colocou, porque Angra-I se atrasou muito. De modo que só vai precisar de recarga muito mais tarde. Talvez, até lá até nós possamos fabricar a recarga. E assim por diante. Há uma certa preocupação nesse campo, ainda há, nas consultas políticas que se fazem. Quando veio aqui o Presidente Reagan, o ambiente era bom. As cincadas dele, todo mundo levou com humor, aquela história de confundir Brasil com Bolívia...

A.C – Confundiu o Brasil com a Bolívia...

S.G – Essas bobagens não afetaram. Ele propôs os tais grupos de trabalho. Eu tinha conversado com o Schultz antes sobre isso. Antes de entrar na sala dos Presidentes, ele me falou que estavam pretendendo isso.

A.C – Mas foi proposta dos Estados Unidos.

S.G – Foi. E nós achamos boa. Apenas, fiz uma análise com o Schultz, lembrando que, um desses grupos (que era o relativo a armas) poderia criar problemas e equívocos de apresentação. Trataria, de fato da cooperação industrial militar e era preciso deixar claro seu escopo específico. Disse-lhe que não tínhamos objeção a discutir com eles qualquer assunto, este ou qualquer outro. Entendia que, cada empresa brasileira decidirá se lhe convém, ao usar um insumo americano, uma patente ou uma peça, ficar sujeita a uma supervisão americana das exportações para terceiros. Agora, a empresa vai ter que pensar muito, porque ela só poderá então, fabricar equipamentos para venda a certos países. Ora, os países que nos comprem, geralmente, são países aos quais os Estados Unidos não vendem, ou vendem com fortes condicionamentos. Ora, uma empresa nossa só pode viver, vendendo para o exterior, porque as Forças Armadas brasileiras não têm condição,

em absoluto, de manter qualquer indústria como consumidoras únicas. Não têm volume para isso. Toda a indústria bélica brasileira, com poucas coisas que as próprias Forças Armadas fizeram, se desenvolveu como um subproduto da industrialização e ela tem que ter uma base comercial. Ela não é subsidiada. O governo dá apoio para venda no exterior; às vezes, quando pode, a CACEX financia, como qualquer outro produto, mas ela tem que ter sua base própria. Era preciso evitar que se criasse a impressão de que se iniciava uma negociação para renovar o Acordo Militar com os Estados Unidos, “o que, disse a Schultz, não nos convém, nem a vocês”. Eles mesmos estavam convencidos disso. Uma cooperação militar que possa interessar a uma ou outra Força Armada pode resolver-se ad hoc em cada caso, conforme os interesses de um e de outro país e atendendo às respectivas legislações. Quando se reuniu esse grupo, a primeira coisa que fez foi saber qual era a realidade, qual era a legislação, qual era a prática americana nesses casos de contratos de associação, de utilização de tecnologia americana, de incorporação de insumos americanos, etc. Também nós, explicamos qual era a nossa política, em matéria de exportação de armas. Depois de feito isto, eu tinha a certeza de que quase nada ia sair, porque...

A.C – ...porque havia uma incompatibilidade natural aí.

S.G – De interesses. Há um Acordo sobre sigilo de informação, que eles queriam fazer. Está certo, nós temos acordos dessa natureza com vários outros países, com a França, com a Itália, com a Austrália, países dos quais nós compramos algum tipo de equipamento para fabricar aqui ou patente. Dão-se garantias de sigilo, de não transferência a terceiros, etc. Mas o projeto americano é tão detalhado que a própria definição do que é informação, compreende praticamente tudo. Inclui, sistemas de verificação in loco. Então, nós empurramos com a barriga. Fizemos um memorando de ordem geral, para ver como na prática se desenvolvia. Mas o ambiente nesses diversos grupos foi muito bom. Foi útil. No econômico, houve uma troca de opiniões muito franca. E, no fundo, se viu que o subgrupo de comércio, que é permanente, era adequado para esses efeitos de troca de reclamações e informações. E o mais, quando há um assunto mais grave, é tratado diretamente pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento, e pelas vias diplomáticas normais. Acho que os grupos melhoraram o entendimento. Pelo menos, o diálogo foi sempre muito mais _____.

A.C – Quer dizer, esses grupos colaboraram nesse sentido e...

S.G – É, pelo menos em criar um bom ambiente e...

A.C – Porque a impressão da opinião pública, na época, que o Reagan veio ao Brasil era realmente de grande aflição, como se realmente essa política externa, que nós estávamos desenvolvendo...

S.G – Que fosse acabar.

A.C – ...pudesse ser ameaçada pelo fato de que o Brasil estava numa crise seríssima econômica...

S.G – ...dependendo de...

A.C – ...na qual os Estados Unidos poderiam, nós esperávamos, talvez, que eles pudessem exercer um papel mediador, ou, enfim, aliado.

S.G – Existiu, até mesmo no meu espírito, um certo receio de que a área econômica, apavorada, quisesse negociar tudo, até política externa, em termos de compensações em outros campos. Sobre a preservação da política externa conversei com o Presidente, fiz informações escritas a ele, e ele nisto era muito firme. Por outro lado, na base da experiência com os americanos, acreditava que eles não tinham uma questão vital com a nossa política externa ou que quisessem usar meios de pressão para mudá-la. Não tinham dificuldade estratégica, fundamental. Então, politicamente, a minha avaliação era de que não interessava a eles usarem a situação econômica como meio de pressão e criarem talvez, aqui no Brasil, muito mais que um mal-estar, uma espécie de...

A.C – Um recrudescimento nacionalista, por exemplo.

S.G – ...nacionalista violento. Mesmo que o Governo não quisesse tornar públicas as pressões, todo mundo perceberia e haveria uma reação muito forte. Eu achava, me pondo na posição deles, e de uma maneira racional, eu pensava que, a não ser que houvesse um ataque de burrice, em termos de médio prazo, não de longo prazo, mesmo médio prazo,

eles não iriam ter interesse em usar situação vulnerável, em que nós estamos no campo financeiro para pressionar nesse sentido. E assim foi. As pressões que eles fizeram – que, aliás, fizeram, do ponto de vista da forma, corretamente, diga-se de passagem, não na forma do “dá ou desce”, nada disso – foram no campo econômico. Era o BEFIEX, eram os subsídios...

A.C – Eu acho que a área mais delicada foi a informática, não é?

S.G – ...um pouco a abertura de mercados e serviços, e particularmente, informática.

A.C – Eu tenho a impressão de que era a área mais delicada, por muitas razões, inclusive pelo fato de que todo o desenvolvimento industrial americano se encaminha para esse tipo de quase monopólio, não é? Na área dos serviços, da sofisticação dos serviços.

S.G – É.

A.C – Então, me parece que há dois elementos, dois contenciosos aí, que são graves.

S.G – A controvérsia, digamos, com os Estados Unidos, de novo, com a visita Reagan e o que veio depois, ficou limitada a esse campo econômico, basicamente. Não teve um reflexo sobre a política externa, no sentido político ou de relacionamento com terceiros países ou atitudes que nós temos tomado, nem nada. Era informática, era BEFIEX, subsídios, uma certa abertura de mercado, de compensação, coisas desse tipo.

L. P – Em compensação, também havia, quer dizer, a questão, não é? Do Brasil de estar muito preocupado com o protecionismo americano.

S.G – Também.

L. P – Quer dizer, a resposta era a abertura de mercados de lá. Como é que ficou mais ou menos essa situação?

S.G – Isso nós teríamos que levar um período muito longo para explicar, porque esse tipo de discussão se manifesta no bilateral, se reflete no GATT, em várias instâncias.

Geralmente, há reclamações e contra reclamações, não é? Isso vai continuar. E permanentemente; talvez, se intensifique para o futuro, na medida em que o Brasil se industrializar. Nós temos uma atitude, que é a seguinte: um país em desenvolvimento, durante o seu período de desenvolvimento, tem que ser protecionista, embora ele deva se abrir paulatinamente, porque não deve proteger suas indústrias...

[FINAL DA FITA 33-A]

S.G – ... de uma forma tal que elas tenham sempre e eternamente altos custos. É uma forma, se se quiser, modificada, ou com maior prazo de aplicação, da teoria da proteção das infant industries, das indústrias novas. Portanto, o país em desenvolvimento, tem que ter um tratamento diferenciado em matéria de tarifas, de protecionismo, de acesso a mercados. E isto é bom para os países industrializados. Porque esses países em desenvolvimento, no caso um país como o Brasil, na medida em que se desenvolvem, se tornam mercados mais importantes e compram mais dos países industrializados. A experiência mostra isso. O que pode levar um país a procurar a autarquia, que é impossível, é justamente a reação oposta: o fechamento de mercados dos países industrializados; a impossibilidade de pagar suas dívidas; ter que produzir saldos comerciais um ano após o outro, imensos. Eu mesmo disse uma vez ao Secretário Schultz, num desses encontros anuais na Assembleia Geral, naquela segunda semana da Assembleia. Eu disse: “Olhe, (isto em 84, não é?), a Federação das Indústrias de São Paulo fez um cálculo, que parece correto, da substituição de importações ano passado. Chegou a 3 bilhões e 800 milhões de dólares, nesse ano de 84. Calculam que vá a 4 bilhões e 300 milhões, em 85. Tudo isso são insumos que eram importados e que agora, pelas circunstâncias, tiveram que ser procurados dentro do país. Quem produzir esses insumos, mesmo que a alto custo, se se regularizar depois a nossa situação comercial, vai querer uma proteção. Vai exigir uma área fechada. E assim por diante”. Quer dizer, a continuação, ano após ano, dessa necessidade de produzir um saldo comercial enorme, o que tem sido facilitado pela recuperação da economia americana. – os Estados Unidos, que tinham chegado a 17% como mercado para a nossa exportação, voltaram a ser 20 e tantos por centos, 26, 27, não sei exatamente –, tudo isso nos tem indiretamente servido, mas tem seu risco. A médio prazo e longo prazo, nesse sistema cruel, o país vai ter que se desenvolver na base de exportar cada vez mais, e ter esse saldo. E, para ter esse saldo, ele vai ter que produzir tudo lá dentro, mesmo que a custos absurdos. E depois se cria uma...

A.C – Se eu estou entendendo bem, o senhor estava dizendo a eles que eles, no fundo, estavam indiretamente incentivando.

S.G – A longo prazo, prejudicando as vendas deles.

A.C – As vendas deles, porque estavam incentivando esse protecionismo.

S.G – Não podendo importar, você faz um esforço imenso para substituir a importação. O Brasil fez um esforço enorme, uma queda do nível de vida, tudo isso. Mas é uma coisa curiosa, por exemplo, que o nosso esforço foi muito menos penoso, apesar de tudo, do que o do México ou da Argentina, para obter esse saldo enorme. Por quê? Porque nós já tínhamos uma indústria muito diversificada. Quer dizer, as coisas de uso corrente industriais no Brasil não faltaram. Faltaram alguns insumos para certo tipo de indústria mais sofisticada, não é? No México, faltou papel higiênico, faltou pasta de dente e coisas desse tipo, de uso corrente. Na Argentina, os automóveis argentinos custam 4 a 5 vezes mais do que um automóvel brasileiro. Quer dizer, a redução de consumo lá ainda foi muito mais violenta por causa disso. Você corta a importação, os preços sobem brutalmente, não é?

A.C – Vamos dizer, a discussão política tem girado muito em torno de uma questão que é econômica, e até filosófica, que é o problema do modelo liberal, não é? Porque os americanos alegam que a concorrência brasileira com os produtos americanos é...

S.G – ...é desleal, porque é subsidiada.

A.C – ...uma concorrência desleal, na medida em que nós subsidiamos os produtos, e eles não, o que evidentemente significa que os que estão sendo prejudicados internamente, pressionam o Governo, não é? Quer dizer, como é que o senhor vê isso? Quer dizer, a rigor, eles estão corretos, não é? Desse ponto de vista é...

S.G – Bom, grosso modo, esse...

A.C – Grosso modo. Quer dizer, seria o caso, então, de ver que produtos, não é? Eles estariam dispostos a beneficiar ou não. Quem é que tem que pagar o preço? Se é a United Steel, não é? Em favor de um outro, que nós poderíamos...

S.G – É, todo mundo, todo mundo, quando eles precisam subsidiar, eles subsidiam.

A.C – É verdade.

S.G – Você veja... Ou, se não subsidiam, fazem coisas que não são proibidas pelo GATT, mas que têm o mesmo efeito, como financiar as vendas de produtos agrícolas. Nós não podemos estar reclamando muito, porque nos beneficiamos com o trigo. Mas, quando eles fazem isso com a soja e nos tiram mercados, porque financiam a venda de soja, esse financiamento é uma forma, de certa maneira, de distorção do mercado. Há formas de subsídio a produtos agrícolas lá, algodão, açúcar, e vários outros produtos.

A.C – Porque é a área em que eles estão realmente muito enfraquecidos, também.

S.G – É, dificuldades, é.

A.C – Quer dizer, no fundo, o senhor espera que nesses próximos anos, ou nesse próximo decênio, haja uma redivisão internacional do trabalho? Porque, no fundo, seria um caso quase que político, não é? De acertar isso.

S.G – É. Eu acho que por uma...

A.C – Bom, vocês vão produzir chapas de ferro e nós vamos produzir computadores. Ou, não sei, quer dizer, como é que se dará esse entendimento.

S.G – Acho que uma nova divisão internacional de trabalho, de que se fala, nunca se fará na base de uma acordo político a priori. Os fatos podem levar a nova divisão internacional do trabalho que depois seja, de certa maneira, refletida em Acordos tarifários e outros. Há um pouco esta concepção, que pode ser voluntária quando determinada por políticas industriais. O único país que tem política industrial é o Japão, porque funciona com uma unidade, o país todo. No caso dos Estados Unidos ou dos países democráticos

tradicionais, é mais difícil, porque as decisões são de cada produtor e o Estado o que faz é facilitar ou dificultar, na base de financiar ou não financiar, pôr mais impostos ou diminuir os impostos, e assim por diante. Empregam-se meios indiretos. No Japão, pode haver uma decisão, como houve, de se concentrar crescentemente em produtos de alta tecnologia, por se achar, por exemplo, que nos tipos de produção em massa tradicionais, como siderurgia, dificilmente o país poderia continuar competindo com Coréia do Sul, Taiwan, Brasil, mesmo o México e outros. Nos Estados Unidos, não há uma política industrial que resulte de um consenso nacional. Aquilo é um pouco um saco de gatos. Mas isso é uma tendência normal, desses países altamente industrializados, de que eles têm consciência, aliás. É o problema do chamado ajustamento industrial interno, quer dizer, a necessidade que eles têm de ir abandonando indústrias tradicionais em que eles perderam competitividade e concentrando naquelas em que há um maior valor agregado de cérebro, em que eles têm uma vantagem relativa evidente: capacidade de pesquisa, etc. É uma consequência natural da evolução, mas é muito difícil, porque as indústrias tradicionais empregam muita gente, têm um significado econômico muito grande, tem um poder político de pressão muito grande para obter medidas protecionistas. Num período de retração ou estagnação econômica, é extraordinariamente difícil... a um Governo resistir a esse tipo de pressão. Se estivéssemos num período de expansão da economia mundial, talvez fosse mais fácil resistir. Hoje, esses países industrializados, mesmo tendo uma consciência de que têm que ir cada vez mais concentrando em qualidade e sofisticação, não têm condições de fazer esse ajustamento industrial interno. Nós compreendemos isto. Mas o nosso papel é pressioná-los, para que eles façam esses ajustamentos, que são necessários.

A.C – Certo.

S.G – Porque nós estamos começando a produzir esses produtos industriais menos sofisticados. Agora, pode-se chegar a uma situação em que continue a haver uma divisão do trabalho modificada, com uma maior porcentagem ou ponderação de produtos industriais feitos nos países em desenvolvimento, o que deveria levá-los a um nível de vida melhor e à saída do subdesenvolvimento. Mas pode haver também, uma situação de nova divisão do trabalho em outro patamar, no qual os países altamente desenvolvidos continuam com uma diferença enorme em relação aos países em desenvolvimento, estes produzindo produtos industriais mais simples, os quais, se todos os países em

desenvolvimento passarem a produzir, vão ficar numa situação de super oferta, uma situação como os produtos de base hoje. Não estamos tão longe disto.

A.C – Exato.

S.G – Com o mesmo problema, apenas a pauta dos produtos mudando. Ora, um país como o Brasil não pode correr o risco de uma nova divisão do trabalho em que ele seja um país industrializado só de indústrias não sofisticadas.

A.C – Exatamente, a isso é que eu queria chegar.

S.G – Então, é fundamental para nós...

A.C – ...garantir o primeiro patamar.

S.G – ...garantir o primeiro patamar. Quer dizer, nós temos que levar adiante a industrialização, etc., mas não podemos pensar que se chega a um ponto satisfatório. Somos um dos raros países em desenvolvimento que tem capacidade eventualmente para ir além. O problema é muito difícil. É mais fácil dizer do que executar. Não podemos deixar de, desde logo, procurar chegar ao ponto em que sejamos um país inovador em matéria de tecnologia. Estamos muito longe disso. Não há empresas brasileiras que tenha capital, para dedicar à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, os recursos que são necessários. O Governo teria, em limites bastante reduzidos, isto é, nós estamos com esse gargalo aí pela frente para o futuro, para daqui a uma geração, ou menos.

A.C – Porque a impressão que me deu, Ministro, é que havia, realmente, na pauta, não é? De assuntos econômicos e comerciais, enfim, de troca a serem discutidos com os Estados Unidos esses dois patamares. Quer dizer, um era o das tarifas, que implicava produtos agrícolas e produtos semi-industrializados, etc. E o segundo, que era um problema muito mais sério, que era essa questão de nós podermos ou não garantir num futuro relativamente próximo a capacidade de dominar o setor estratégico, que seria esse setor da informação, da informática.

S.G – No caso, é.

A.C – E a impressão que me dava é que eles queriam negociar na seguinte base, quer dizer, abrimos mão da questão das tarifas, desde que se, enfim...

S.G – Vocês...

A.C – ...o Brasil ceda a reserva de mercado, o que me parecia uma forma muito desigual, enfim, de negociar nesse caso, não é? Quer dizer, como é que o Ministério...

S.G – É. O pior é que eles, a rigor, não estavam prometendo abrir muito o mercado para os produtos industriais tradicionais. Alegavam que suas tarifas eram baixas, o que é verdade. Mas impunham quotas.

A.C – Nem isso...

S.G – É.

A.C – Mas o senhor podia falar um pouco mais sobre exatamente esse item, quer dizer, nas conversas que o senhor teve?

S.G – Não, eu não participei diretamente. Eu ouvi comentários, inclusive do próprio Secretário de Estado, antes do almoço que ele teve no Itamaraty. Estava o Delfim. O Delfim até reconheceu que, em parte, ele tinha alguma razão. Tem, eu não estou dizendo que seja de todo descabida a observação dele. Há dois tipos de observação que Schultz fez, que são posições americanas, que eles nos têm transmitido sob diversas formas. Bom, sobre informática, a teoria é a seguinte: a informática permeia hoje toda a produção industrial. Permeia, inclusive, várias atividades técnicas de interesse social, como medicina, administração de empresas, arquivos de toda sorte, e não apenas a produção industrial propriamente dita. Um país que se atrasar no uso, no emprego da informática, portanto, se atrasa em tudo. Ou, se tentar desenvolver por si mesmo, pode não só não conseguir, estar sempre atrasado de uma geração, quer dizer, de uma geração tecnológica, e, portanto, em desvantagem até competitiva para vender ao exterior os seus produtos acabados, como terá custos muito altos, porque não se beneficiará das grandes linhas de produção que absorvem, digamos, os custos iniciais de pesquisa, que são brutais.

Isso faz muito sentido, logicamente. É um aspecto da argumentação americana. Nós temos um pouco a ideia de que é melhor ter algo nosso e importar aquilo que não fizemos. E argumentamos: mas nós continuamos, em matéria de informática, a ser um grande comprador dos Estados Unidos.

A.C – A argumentação nossa foi essa?

S.G – É. Em grande parte, como na indústria de aviação, a CESSNA reclama por causa das linhas da Embraer de pequenos aviões. A Boeing nos apóia, porque nós compramos os aviões maiores. O comércio de aviação, para citar um exemplo, Brasil-Estados Unidos é altamente deficitário para o Brasil.

A.C – Apesar [inaudível] produzindo.

S.G – Apesar de os Estados Unidos serem o maior mercado para os produtos da Embraer. Com todo meu chamado terceiro-mundismo, por exemplo, eu dei sempre a maior atenção ao consulado em Atlanta, onde está a Federal Aviation Commission, e assim por diante. É um assunto constante. No caso da informática, há um pouco isso, também. O que nós compramos de IBM é muitíssimo mais do que o valor total do que a indústria de informática no Brasil produz. De modo que não é tão simples assim. Agora, quanto a todos os aspectos da lei de informática, eu não tenho condição de julgar. Porque tem havido muitas críticas por parte de empresários. Por exemplo, o sujeito faz um certo tipo de sistemas de sinalização para trens ou para coisas também...

A.C – Para que, Ministro?

S.G – Sinalização para trens, por exemplo, coisas desse tipo, ou um aparelho qualquer bastante sofisticado para controle de voo. Isso só pode funcionar hoje com produtos de informática. Se não se produz aqui no Brasil, é melhor esse fabricante se associar a um produtor estrangeiro que traga esses elementos. Mas, se ele está associado, e não emprega uma tecnologia nacional, pela lei de informática ele não consegue vender ou ser considerado como firma nacional para efeitos de concorrência numa construção de estrada de ferro no Brasil. Eles se queixam muito sobre pontos assim, específicos. Eu não tenho conhecimento de causa para julgar. Sobre a ideia geral de que é preciso proteger

durante um largo período, não tenho dúvida. Hoje acho que há um consenso nacional nesse ponto de vista. E eu acho que os americanos, o Governo americano, passou um pouco o campo de batalha para a questão da regulamentação e da prática. Porque, também, na base da regulamentação e da prática, eles, que já são os principais fornecedores de produtos de informática ao Brasil, poderão até ampliar esse mercado. Na medida em que você desenvolver a sua própria indústria, mas depender de importação de insumos externos, você vai comprar mais, em termos de valor. A verdade é esta. Quer dizer, basicamente, nós ainda não chegamos a um nível de massa crítica em termos de inovação tecnológica. Essa é a verdade. Coisa a que o Japão chegou. O Japão começou trabalhando, copiando, também se protegendo.

A.C – O Sr. acha que a gente pode seguir esse modelo japonês? Aprender, copiar?

S.G – Não sei, é um dos caminhos. Lógico que nós não somos o Japão. Mas é um dos caminhos possíveis, não é? Eles têm um sistema de fechamento do mercado que não está na lei japonesa, é da prática. Quer dizer, você não vem de lá a não ser através das tradings japonesas, e elas controlam os negócios. Está tudo entendido entre elas e com o Governo.

A.C – Quer dizer, não era exatamente um mundo livre... Não é exatamente um mundo livre...

S.G – Não é o nosso caso. Aqui, tudo é livre, a rigor. Quer dizer, o Governo interfere muito, mas todas as medidas de proteção são publicadas. Mesmo nos períodos mais autoritários, qualquer Embaixada, assinando o Diario Oficial, fica sabendo de tudo. Porque não vale se não tiver sido publicado, como decreto, como portaria desse ou daquele órgão. Não há muitos arranjos administrativos. Muito poucos. Quando há, todo mundo sabe. Como os nossos vizinhos argentinos, sobretudo, se queixavam, era o caso do “cajón de Benedito”, quando o Benedito era o chefe da CACEX. Esquecia-se por semanas, o importador brasileiro reclamava, o exportador argentino também, e coisas assim, às vezes coisas que nós tínhamos obrigação de deixar entrar por Acordos dentro da ALALC. Mas esse tipo de medidas administrativas ou de execução restritiva de operações nós não temos muita capacidade de fazer pela própria natureza do país, enquanto o Japão faz isso com a maior facilidade. Quando chegam à conclusão de que

têm que fazer, dentro daqueles conciliábulos entre os Ministérios e as empresas, fazem, calmamente.

A.C – Me diga uma coisa, Ministro. Esse assunto da informática foi elemento de discussão do Presidente Reagan com o Presidente Figueiredo?

S.G – Eu acho que, pessoalmente, não. Falaram em termos muito genéricos. Por exemplo, meses depois o Presidente Figueiredo retribuiu a visita, estava já tudo marcado. Coincidiu que, depois de estar tudo marcado, houve o episódio das Malvinas. Então, era preciso considerar se cabia o Presidente ir lá naquele momento, num ambiente de grande excitação na Argentina, os Estados Unidos agindo como aliado da Inglaterra, esse troço todo. Nós consideramos isso cuidadosamente. Demos satisfações ao Governo argentino e ao Embaixador deles aqui. Tínhamos chegado à conclusão de que, até mesmo do ponto de vista dos interesses argentinos na questão das Malvinas, era melhor que o Presidente Figueiredo não mudasse a data da sua visita. E isso, de certa maneira, contaminou muito a visita do Presidente Figueiredo, porque eles conversaram muito sobre a questão de Malvinas, sobre as preocupações nossas com uma derrota humilhante na Argentina, o que é que poderia acontecer internamente, etc. Isso infelizmente tomou muito espaço em termos da visita Figueiredo. Mas foi muito bem. Ele fez o seu discursinho no lawn, ali no gramado atrás da Casa Branca, não é?

Que é o sistema: um fala, depois o outro fala. Figueiredo reafirmou todos os pontos da política externa brasileira, não sei se se lembra. Isso não criou problema nenhum. Alguns jornais aqui publicaram.

A.C – Isso foi quando mesmo, a data?

S.G – Maio de 82.

A.C – Maio de 82. Então foi esse... Foi no momento em que ele esteve na ONU, então.

S.G – Não, ele foi à ONU em fins de setembro, 28 de setembro.

A.C – Fim de setembro, certo.

S.G – 82 foi o ano das grandes dificuldades, não é?

A.C – Depois desse discurso...

S.G – Setembro de 82 o Figueiredo fez o seu discurso.

A.C – Esse discurso foi um discurso histórico, não é? Como é que o Sr. interpreta isso? Todo mundo, enfim, reagiu com muita efusão a essa...

S.G – Pois é. Nunca tinha ido um Presidente brasileiro lá. O Professor Leitão me tinha falado. Procurava algo que o Presidente fizesse que chamasse muita atenção em termos de afirmação da política externa. Talvez convidar os outros Presidentes latino-americanos, por exemplo. Lembrou talvez uma visita à ONU. Mas com muita reserva. Eu mesmo tinha a obrigação de fazer todas as observações sobre possíveis inconvenientes. É que há muitos Chefes de Estado que têm ido às Nações Unidas. Alguns vão com relativa frequência. E aí se desgasta, se dilui e perde o significado. Mas, em todo caso, como nenhum Presidente do Brasil tinha ido, não se criara uma rotina; a ida do Presidente Figueiredo teria um sentido. Houve a preparação do discurso, etc. E foi um discurso forte de alerta, como decidira o Presidente. Os jornais aqui, as revistas, acho que a Veja, inclusive, quiseram dar a impressão de que foi algo feito à margem do Itamaraty. Houve um jornal que chegou a dizer que o Merquior, que trabalhava no Palácio, tinha tido que rasgar o que foi do Itamaraty, jogar na cesta e fazer outro discurso. Deve ser algum inimigo do Merquior, porque o Leitão de Abreu não gostou dessa estória e mandou botar no Globo – saiu num daqueles pequenos editoriais – que tinha sido um discurso feito pelo Itamaraty e revisto pelo Leitão. Na verdade, foi uma minuta feita, como dizia o editorial estritamente de acordo com o processo normal e que refletia o pensamento do Presidente.

A.C – Quem é que fez o discurso?

S.G – O discurso foi feito pelos processos normais. Quer dizer, é óbvio que um Presidente não vai sentar e escrever um discurso, não vai, não faz sentido.

A.C – Lógico, lógico.

S.G – Foi feita uma primeira minuta lá no Ministério, com a participação do Sardenberg, do Abdenur, que também era do Gabinete, com alguns elementos do Departamento Econômico, sobretudo eu acho que do Hugueney, que era o Chefe da Divisão de Política Comercial. Organismos Internacionais, que era o Marcos Azambuja, deu uns subsídios. Mas a forma final foi o Sardenberg, ele ou alguém lá por ele, em boa parte, o Gelson, enfim, esse pessoal que trabalhava com ele. Fizeram uma minuta. Eu tinha apenas dito isto: que o discurso deveria transmitir uma impressão, um enfoque de um alerta para a gravidade da situação, que parecia algo como a crise dos anos 30 e que um país como o Brasil, nessa fase em que ele estava, tinha uma contribuição a dar, sua opinião, sua experiência. E que se voltasse aos ideais originais da Carta das Nações Unidas, que tinha vindo depois da grande depressão dos anos 30 e de uma guerra terrível, e que nós estávamos vendo as coisas se encaminharem para uma situação parecida àquela, o que tornava necessário um esforço de cooperação internacional multilateral para evitar tensões políticas, tensões econômicas, situações incontrolláveis. Naquele momento, era preciso parar e agir racionalmente. Voltar a inspirar-se na experiência histórica e não deixar que as forças que estavam atuando, as forças naturais, levassem de novo a uma situação semelhante à dos anos 30 e 40. Que era preciso ter liderança política para isso. Eles fizeram lá o discurso com os pontos concretos. Ficou muito grande, o que é natural. Ficou em 33 páginas. Aí, primeiro, eu mesmo cortei para 28. Havia muita coisa. Foi à Presidência. Dr. Leitão pediu para reduzir ainda mais. Aí reduzimos para 23, e foi assim. Nessa altura, sim, o Professor Leitão fez várias sugestões concretas.

A.C – Dr. Leitão?

S.G – É. Ele, ou o pessoal dele, ou coisas assim. Houve um momento em que o Planejamento quis dar palpites. Ficou com medo que a gente pusesse alguma coisa demagógica. E foram dois rapazes lá, conversaram com o Abdenur e acabou a contribuição do Planejamento sendo útil e fácil de encaixar. Ficou reduzida a pouco menos de uma página com aspectos concretos. Foi bom isso, porque não houve mais desta área uma preocupação. Eles viram que o discurso não tinha nada que criasse problema.

A.C – Quer dizer, o Planejamento fechou com o discurso, com...

S.G – Acabou pelo menos fechando. O Presidente queria ser duro, mesmo. Até algumas considerações foram no sentido de uma maior dureza nas afirmações.

A.C – Vindas via Leitão de Abreu?

S.G – É, ou do próprio Presidente, algumas vezes. O Presidente enfim estava um pouco com saco cheio, como ele é às vezes. E tinha toda razão. Houve algumas sugestões do Professor Leitão, que, aliás, era um homem muito lhano. Ele foi me ver e comentou que era preciso haver uma proposta concreta do Presidente, como a reforma da Carta. Expliquei-lhe, e ele acabou compreendendo, que não era um filão recitável: já havia um Comitê para a reforma da Carta, originário de uma iniciativa colombiana, na qual nós estávamos. Ora, se fizermos uma proposta, todo mundo vai cobrar, porque nós temos sido um país muito responsável, em termos de Nações Unidas. Vai cobrar: “Então, qual é a reforma? Quais são os pontos?”. Ora, todos os pontos são muito estudados. Nós não temos interesse em estar brigando por eles neste momento. E vão nos perguntar: “A ONU tem aí um Comitê para isso, vocês apresentem as suas propostas concretas no Comitê de Reforma da Carta”. De modo...

[FINAL DA FITA 33-B]

S.G – ...Comitê de Reforma da Carta. De modo que, para pôr isto no discurso, eu teria que submeter ao Presidente uma análise do que é que poderiam ser as propostas concretas que, em consequência do que ele dissesse, nós apresentaríamos nas diversas comissões e no comitê competente. Eu não estou seguro de nenhum ponto específico de reforma que fosse fundamental para nós e que tivesse chance de ser aceito. Também, fazer algo simplesmente por fazer, para obter um êxito momentâneo, uma manchete de jornal – não é sério. O Professor Leitão compreendeu isso.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

As outras sugestões que ele fez, não me lembro de todas, em grande parte se referiam a uma redução da parte política sobre desarmamento, o que era possível. Nós re-redigimos para ficar mais genérica, não entrar em detalhes. O que não era grave. Era uma coisa que se podia fazer, embora empobrecendo um pouco o texto, para reduzir a 17 páginas. Conseguimos reduzir. Algumas sugestões de forma, que eram boas, melhoravam o texto

em muitos pontos. Houve uma contribuição, portanto, da Casa Civil, boa. Houve apenas um ponto, além desse da proposta de reforma da Carta, que ele compreendeu, em que eu tive mais dificuldade. Tratava-se de um trecho em que, falando de discriminação racial, se dizia: “O Brasil condena a discriminação racial, inclusive o odioso sistema do apartheid”.

A.C – Odioso?

S.G – É, algo assim. Que é o mínimo que se diz na ONU sobre o apartheid. Até os americanos dizem isso, até o Reagan. Mas, por algum motivo, isso criou uma reação no sentido de que não podemos falar nesse tom, porque temos relações diplomáticas com a África do Sul. Eu ainda expliquei: “Isso é o mínimo que se diz na ONU sobre o apartheid. Países que têm não só relações diplomáticas, mas uma presença muito grande, muito grande lá, de investimentos e tudo, que nós não temos. Até o Reagan diz coisas desse tipo”. Não convenci. As verbalizações, em foros multilaterais, às vezes são dificilmente compreendidas por pessoas normais. Afinal, como era de fato indispensável dizer alguma coisa, propus e foi aceita uma fórmula em que se dizia que o Brasil condena firmemente todas as formas de discriminação racial (o que era pacífico) e acrescentei particularmente aquelas institucionalmente estabelecidas – que era a definição do apartheid.

A.C – Dá no mesmo...

S.G – Mas não se usou a palavra, nem se mencionou a África do Sul, como estava no texto original. Também sobre o uso da expressão Terceiro Mundo houve dúvidas. Sobre tudo sua reiteração, “tem muito Terceiro Mundo”. Então, nós pusemos muitas vezes países em desenvolvimento e deixamos Terceiro Mundo aqui e ali umas duas vezes apenas. Não tem importância, não é? Mas você vê a preocupação. Era um pouco uma preocupação acho que com os jornais. Mas que não afetou. E, como eu disse antes, do ponto de vista da forma, até em muitos lugares melhorou. Agora, eu acho que o discurso refletia muito o estado de espírito do Presidente, o que era o desejo dele em termos de ir à ONU dizer umas coisas autênticas e impactantes. O discurso reflete seu pensamento. E, realmente, o discurso teve uma excelente repercussão lá naquele meio. Reagan não tinha vindo ainda à Assembleia. Figueiredo recebeu o Schultz, recebeu vários americanos e com boas conversas.

A.C – Se não me engano, logo depois o Kissinger vai apoiar essa mesma posição do Brasil...

S.G – Basicamente, é.

A.C – ...que foi, me parece, um fator importante, enfim, de...

S.G – É, e continuou depois. Publicou um artigo na Newsweek, se não me engano, sobre o GATT, sobre o problema da dívida, muito próximo das posições nossas de princípio. Sobre a impossibilidade de resolver o problema da dívida sem um tratamento político.

A.C – Porque, ao que parece, quer dizer, o fundamental da mensagem era isso, não é? Quer dizer, que não se tratava de problemas isolados, não é? Era a ordem internacional que estava...

S.G – ...que estava...

A.C – ...funcionando mal.

S.G – Estava em uma disfunção, não é isso?

A.C – É.

S.G – Basicamente, é isso.

A.C – Eu acho que foi isso que...

S.G – Quer dizer, nós criamos uma ordem em São Francisco, as Nações Unidas, as Agências Especializadas, com Bretton Woods para a parte econômica e financeira. Hoje nós temos um problema. Esse sistema não está mais funcionando. Nós vemos no plano político tensões crescentes, uma volta ao acirramento do conflito entre as super potências. Vemos no plano econômico a estagnação da economia mundial, do comércio mundial; os países em desenvolvimento com tais e tais problemas, etc. Essas instituições não estão

atendendo às circunstâncias, seus métodos estão inadequados, etc. É preciso rever isso. No fundo, era essa a ideia. Rever antes que se crie uma situação como a que tivemos nos anos 30, de depressão seguida de guerra, que foi, digamos assim, o prólogo ou a razão da criação dessas organizações todas.

A.C – Agora, o senhor já insistiu várias vezes que o Presidente Figueiredo estava com vontade de dizer essas coisas. Ele estava realmente chateado, enfim. Por quê? Quer dizer, foi mais ou menos na época em que as coisas ficaram pretas para nós, não é?

S.G – Porque não estava havendo caminho prometededor... Foi o setembro negro...

A.C – Setembro negro.

S.G –...quando o Banco do Brasil diariamente tinha problemas de arranjar um dinheirinho... Não se tinha reserva nenhuma mais. E a dois meses de uma eleição.

A.C – Quer dizer, que esse discurso do Presidente Figueiredo nos valeu aquela famosa dépannage do...

S.G – Não sei, não sei. Quando houve o tal empréstimo-ponte...

A.C – ...dos Estados Unidos?

S.G – ...ponte, não é? Do Tesouro americano. Enfim, mas havia também um interesse americano em salvar o sistema bancário americano. Não foi só pelos nossos belos olhos. Eles tinham que fazer alguma coisa, porque nós não íamos poder pagar mesmo. Agora, nós assumimos. Eles zeram um empréstimo ponte, sujeito a um período no qual nós negociaríamos com o Fundo e adotaríamos as medidas que o Fundo recomendasse. De modo que, houve as duas coisas. Naturalmente, não interessava para o sistema que houvesse um default brasileiro, não é? Que os bancos americanos, no fim do trimestre, tivessem que apresentar perdas brutais. Pela legislação americana, a cada 3 meses, se não me engano, eles têm que mostrar que estão com saldos...

A.C – ...em vermelho, mesmo.

S.G – ...fora do vermelho, não é? Estão no preto. E, portanto, para eles era fundamental, também. Ao mesmo tempo, ninguém tinha interesse em que o Brasil afundasse. Os prejuízos seriam muito grandes em todos os sentidos. De modo que aí houve um momento, de fato, em que o Presidente Figueiredo telefonou para o Reagan para arranjar mais um quantum, vamos dizer, mais 400 milhões, ou algo assim.

A.C – Isso foi um pouco depois, não é?

S.G – Foi depois da visita Reagan aqui.

A.C – Foi em abril, março, é.

S.G – Já no ano seguinte.

A.C – É.

S.G – De modo que, realmente, não é que nós tivéssemos conseguido, com esse discurso, uma mudança fundamental. Mas eu acho que foi importante, do ponto de vista da conscientização, dessa campanha de persuasão a que eu me tenho referido. Da implicação política. Do que é que podia vir, não só no campo econômico, mas, se não se encontrasse alguma solução, também no campo político e no social. Mesmo um país extremamente moderado, como é o Brasil, iria começar a abrir o “berrador”, como se diz na gíria, fazer a maior onda, e com excelente receptividade por parte do Terceiro Mundo. Havia um pouco isto.

A.C – Isso ia nos dar uma liderança grande.

S.G – É, mas apenas essa história de liderança só interessa quando ela reflete autenticidade. Quando é uma liderança só para efeito de vaidade, não faz sentido.

A.C – Como o senhor diz, “de platéia”...

S.G – Platéia... Isso não era o desejo do Presidente. Acho que o discurso transmitia o que ele desejava. Ele fez com gosto.

A.C – E foi, de certa forma, esse discurso que incentivou a viagem do Reagan ao Brasil? Porque, a partir daí, intensificou-se muito a ... Intensificaram-se as visitas, não é?

S.G – É verdade, é.

A.C – Quer dizer, veio o Reagan, depois o senhor foi, veio o Schultz, e foi, enfim, houve uma intensificação enorme.

S.G – É verdade. Porque a visita Reagan já estava prevista; mas eu acho que a data foi em outubro que se tratou. Aí, sim o Motley foi muito eficaz nisso. Ele tinha acesso à Casa Branca e convenceu que tinha que ser o mais rápido possível, etc., Motley é um brasileiro-filho, disso eu não tenho a menor dúvida. A diferença que eu poderia ter com ele era que ele tinha uma visão das coisas, às vezes meio esquemática e simplificada. Mas, parece que, de fato, ele se empenhou para que o Presidente Reagan marcasse logo a viagem, fizesse um esforço.

A.C – Quer dizer, a ida do Motley para a Subsecretaria de Assuntos Interamericanos foi importante para o Brasil, nesse sentido.

S.G – Em certo sentido, foi. Eu acho que sim.

A.C – Facilitou esse ajustamento da...

S.G – Em todas as coisas que eram de interesse nosso ele se interessou. Isso, sem dúvida. Havia também, uma preocupação natural de que as relações não se deteriorassem em consequência da própria crise. Não é que eles nos dessem tudo o que nós queríamos, ou nas condições que queríamos. Não havia meios, talvez, para isso, nem liderança política suficiente, nem preparação de opinião pública suficiente nos Estados Unidos. Mas, houve uma preocupação, pelo menos, de não ser burro, de tentar fazer algum gesto, alguma coisa que mostrasse preocupação e atenção para a situação brasileira, naquele momento, em que estávamos muito vulneráveis, não é?

A.C – Exatamente. Quer dizer, nesse momento, eu acho que partiu, talvez, do Governo brasileiro a ideia de solicitar, talvez, não o Presidente Reagan diretamente, mas o Schultz parece que sim, na viagem que ele fez ao Brasil, os Estados Unidos para, talvez, nos ajudar a resolver em parte – quer dizer, politicamente, não é? – esse impasse da dívida.

S.G – Houve sempre isso. Apenas, sempre a posição americana, até a posição, digamos, filosófica, era essa: que o Governo não podia fazer nada, que era um problema com os bancos privados que tinham as suas regras, que o Fundo Monetário tinha suas regras úteis e necessárias, e que era preciso fazer, enfim, um esforço próprio, ajudar-nos a nós mesmos, etc. O que, aliás, nós fizemos, de uma maneira politicamente muito desgastante para o Governo. Mas não havia alternativa. Houve, em momentos emergenciais, uma atitude americana de nos ajudar, que nós reconhecemos, embora sabendo, obviamente, que era do interesse deles, também. Também, não esperávamos obter alguma coisa que não fosse do interesse da outra parte. Essa ideia ingênua nós não temos. Houve uma certa preocupação de atender nas emergências, não deixar que se criasse uma situação impossível, naquele momento.

A.C – Agora, isso, de certa maneira, fragilizou muito o Brasil. Quer dizer, talvez, não a política externa diretamente, mas o país, sim. Porque, a rigor, nós ficamos sempre com a corda no pescoço. Quer dizer, dependendo de um gesto de socorro à última hora, digamos assim. Como é que o senhor viveu, quer dizer...

S.G – Foi um período em que as nossas autoridades financeiras ficaram desesperadas. Reunião ministerial no GATT, por exemplo, em novembro.

A.C – Novembro de 82?

S.G – De 82. Nós estávamos negociando pela Delegação Permanente em Genebra, essa questão de serviços. A posição americana era tratar de serviços no GATT, um assunto novo, fora do quadro institucional, etc. As regras do GATT, são, basicamente, de busca da liberdade no comércio de mercadorias, etc.

A.C – Livre comércio, não é?

S.G – É, livre comércio. E nós nos opúnhamos, como, em geral, os subdesenvolvidos, a inclusão dos serviços. A Delegação americana lá achava que o Brasil é que estava liderando a oposição dos subdesenvolvidos. E um pouco a Índia. Ora, isso não era verdade. Aquela época, nunca fizemos gestão de chancelaria, nem conversamos sequer com os outros subdesenvolvidos. Tínhamos a nossa posição. Mas havia um pouco esta aparência, simplesmente porque as duas delegações, Brasil e Índia, dentre os subdesenvolvidos, eram as mais articuladas, as que sabiam mais desses assuntos, que viam mais claramente os perigos. E, porque são dois países que já têm um pouco de competição no mercado internacional, para a venda de serviços, certo tipo de serviços. Não no campo da informática, mas outros tipos de serviços. E, não sabiam muito o que fazer. Quer dizer, nós não tínhamos uma noção muito precisa de como tornar operacionais nossos interesses, nesses assuntos. Apenas víamos que tratar no quadro do GATT, era um risco muito grande. E, houve um momento em que a área econômica se sensibilizou com a posição americana. Nós estávamos na Foz do Iguaçu, para a inauguração da barragem propriamente, e não ainda das turbinas. Quando as águas foram soltas num espetáculo muito bonito e grandioso. De noite, no Hotel Bourbon, eu estava com alguns da Presidência, Leitão de Abreu, Venturini, Octavio Medeiros. Estávamos ali comendo qualquer coisa leve e vieram o Galvêas e o Delfim, e mencionaram esse problema que os americanos, além do que podíamos imaginar, estavam falando muito que nós estávamos torpedeando a iniciativa deles no GATT, o que não podia ser, no momento em que eles estavam nos socorrendo.

A.C – Justamente, eu me lembro muito bem disso.

S.G – “É preciso mudar isso”, etc., etc. O Motley chegou a me dizer uma vez: “Olha, o Maciel está impossível. Ele, aliás, é muito bom Delegado. Se ele quiser, nós arranjamos um excelente emprego para ele nos Estados Unidos”. Expliquei, nessa reunião no Hotel Bourbon, que nós tínhamos, inclusive, como é natural em uma negociação, pensado já nas diversas formas de recuo tático possível, mas que isso não se ia fazer antes da reunião a nível ministerial. Era preciso manter aquela posição bastante intransigente, mas racional, muito bem demonstrada, em termos de interpretação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, mostrando que não cabia ali, etc., e esperar a reunião ministerial. Aí, nós podíamos ser mais conciliatórios, procurar alguma solução que desse uma saída aos

americanos. Porque o Brock alegava o seguinte: que ele tinha uma luta difícilíssima com o Congresso americano, que era dominado por tendências protecionistas. Que ele tinha que levar para casa, dessa reunião ministerial, alguma coisa, para mostrar que, na negociação internacional, eles estavam conseguindo alguma coisa, para evitar medidas unilaterais protecionistas, etc. É um argumento que eles usaram, usaram muitas vezes.

A.C – O Brock era o representante dos Estados Unidos no GATT?

S.G – Representante, não. Ele tem o nível de Ministro, ou de Secretário, como eles dizem. Secretário Especial para negociações comerciais. Tudo, em geral. E, é um homem interessante, até me dei muito bem com ele. E, eu disse no hotel: “O Brasil não pode fazer uma pirueta dessas; mudar assim de repente. Isso nunca foi do nosso estilo. Não vamos fazer. Nós perderíamos credibilidade, etc. Nós vamos encontrar uma fórmula”. Os outros me apoiaram, o pessoal da Presidência. E foi muito bom.

A.C – O pessoal da... Quem?

S.G – O pessoal da Presidência, Venturini, Dr. Leitão, o próprio Octavio. Enfim, então, fomos à reunião ministerial do GATT, o Galvêas e eu. O Botafogo trabalhava com o Defim e também foi. Logo no primeiro dia, fomos, o Galvêas e eu, ter uma conversa com o Brock, com as duas delegações. Na conversa com o Brock reconheci que o problema dos serviços existia. Vocês, disse-lhe, querem que haja uma regulamentação internacional. Nós não sabemos até, com precisão, onde está o nosso interesse. Apenas há essa ideia de que não cabe estritamente dentro do GATT. Nós estamos dispostos a examinar outras soluções, algum comitê ad hoc, independente de qualquer Organismo, alguma forma de coordenação entre vários Organismos interessados. O clima melhorou muito nessa conversa. Até o Galvêas gostou. Estive sozinho no Grupo de Trabalho que fez o breakfast sobre serviços. Começou...

A.C – Que breakfast terrível...

S.G – Começou às 8 da manhã e acabou às 10 da noite...

A.C – Meu Deus do Céu!

S.G – E aí, eles viram que o duro, muito mais do que nós, era o indiano, que não cedia uma polegada. A CEE, que era contra, também, apresentou uma fórmula intermediária. Eu não apoiei, mas fiz modificações à fórmula da CEE. Abríamos um caminhezinho para os americanos. E o Brock viu que eles seriam derrotados, naquela ocasião, não tinham ninguém 100% com a posição deles. E, que os subdesenvolvidos não estavam sendo instigados por nós. Era a posição mesmo deles. Apenas nós. O Maciel no caso, era mais articulado, tinha mais argumentos, quando discutia naqueles grupos preparatórios com o representante americano, Mike Smith.

A.C – O gato e o rato... (Risos)

S.G –...em termos do tipo de trabalho. Havia um grupo preparatório e um sujeito que tinha tudo quanto era argumento, tinha previsto os possíveis argumentos da parte contrária e os havia destruído um por um. E o outro ficava furioso, porque ele era o representante do grande país e ficava naquela situação. Mas com o Brock foi diferente. O próprio Brock, viu que nós não estávamos sendo o mais intransigente. Éramos intransigentes por uma questão de princípio: isso não é um assunto que caiba só ao GATT. Depois, até, nas discussões que se seguiram, havia pontos em que estávamos de acordo com eles contra a CEE: subsídios agrícolas, açúcar, carnes, sistemas de salvaguardas seletivas da CEE, e coisas desse tipo. Nós tínhamos muitos pontos em que apoiávamos os americanos, pois era do nosso interesse, contra práticas restritivas da CEE. Já no fim da sessão, não se chegava a redigir o tal documento ministerial. No breakfast e no Grupo de Trabalho, eu tinha perdido um tempo enorme. Estava falando pelos subdesenvolvidos o Jaramillo, da Colômbia, que era Presidente dos 77, lá no GATT, e que funcionava muito bem. Alguns outros países participavam do grupo menor: Brasil, Índia. Dos subdesenvolvidos era isso: Brasil, Índia, Argentina (num certo período), Nigéria. E fora desses países em desenvolvimento, os mais representativos, que acolitavam o Presidente dos 77; havia ainda a CEE, os Estados Unidos e o Japão, os grandes comerciantes. E isso durou, já nas vésperas do encerramento, e mesmo no dia em que devia encerrar, até às 6 da manhã. Aí, eu saí correndo, para pegar o avião às 7, para vir para cá. Ficou o Maciel. E, no fim, os americanos até nos agradeceram, porque o texto final que saiu era razoável, embora não desse ao GATT uma competência, propriamente, para tratar de serviços. Previam documentos nacionais sobre serviços, contribuições de Organismos interessados – além

do próprio GATT, a UNCTAD, a OMPI (a Organização Mundial da Propriedade Industrial, patentes, etc.), a UNESCO (que tem um aspecto, também, de serviços, de direitos autorais e outras coisas), enfim, a IMCO (que trata de matéria marítima). A questão dos serviços estava diluída: se aguardariam opiniões de todos os países, todos os órgãos, etc. Com isso, se ganhava tempo e talvez um melhor conhecimento de assunto. Continuou sempre a discussão sobre serviços, mas perdeu agudeza naquele momento. De modo que, eu acho que foi uma solução boa. Era a solução que era possível no momento. Os americanos querem mais; querem, realmente, que esse assunto seja tratado no GATT, mas naquele momento, isso foi o suficiente para o Brock, poder dizer em casa que tinha conseguido, um começo de tratamento da questão de serviços ao nível internacional; ao mesmo isso se tinha que admitir, que dar essa colher de chá. Afinal de contas, o problema existe em si, não é?

A.C – Mas, enfim, minha impressão também é que, no fundo – quer dizer, foi assim que eu interpretei na época...

S.G – Naquele momento, terminou muito bem. Quer dizer, nós mostramos que não havia motivos de irritação conosco.

A.C – Mas, não foi também um contra-ataque, digamos assim, no caso de relação com o Brasil nesse confronto, um contra-ataque, digamos assim, em função dos resultados precários que foram obtidos com a visita do Reagan aqui, em termos de...

S.G – Isso foi antes da visita do Reagan.

A.C – Ah, isso foi antes.

S.G – Foi em novembro. A visita Reagan foi 2 e 3 de dezembro. Criou um ambiente melhor para a visita, porque havia, digamos, este assunto, que irritava muito; o Delfim e o Galvêas estavam preocupadíssimos, porque diziam que isso ia prejudicar as negociações financeiras. Uma irritação americana muito grande; o Brock, todo mundo, muito irritado. “No momento que eles nos ajudavam, como é que a gente criava esse problema?”

A.C – É, isso é que eu digo. É.

S.G – E esse clima...

A.C – Houve esse clima.

S.G – É, mas esse clima, com a reunião em novembro a nível ministerial, em que fomos o Galvêas e eu, se desfez um pouco. Quando veio a visita Reagan, não havia esse ponto de irritação. Porque eles viam, em primeiro lugar, que nós não estávamos instigando os 77. Aquilo era uma posição autêntica dos 77. Em segundo lugar, que nós aceitávamos encontrar alguma fórmula em que eles se saíssem decorosamente da iniciativa que havia tomado. Apenas, tínhamos uma limitação. Eu lhes dissera que o assunto não poderia ser uma tarefa específica do GATT, dentro do quadro geral do Acordo, com a aplicação das regras do GATT, mecanicamente, à questão de serviços. Vamos ver, vamos estudar, vamos ver mais o que é que está envolvido nessa questão de serviços. Acho que o próprio Brock terminou a sessão satisfeito. Não digo satisfeito no sentido de ter obtido o que ele queria, mas tendo visto que a nossa atitude não era uma atitude emocional e que nós tínhamos levando em conta inclusive, obviamente, a necessidade que o Executivo americano tinha de mostrar que estava fazendo um esforço no campo multilateral, que tinha alguma chance de obter algo pelas negociações multilaterais, como uma maneira de diminuir a fúria protecionista no Congresso americano.

A.C – E com isso ficou patente que, mais uma vez, enfim, a sua ação, a ação do Ministério, era no sentido de, vamos dizer, conciliar, quer dizer, de...

S.G – ...conciliar, sem perda de princípios, é.

A.C – ...acomodar as coisas, não é? Sem perda de princípios. Que era a atitude possível num caso desses...

S.G – O possível, é.

A.C – ...em que o Brasil estava com a corda no pescoço, dependendo...

S.G – Corda no pescoço. Isso melhorou o clima da visita Reagan. Não estou dizendo que fosse o fundamental, mas melhorou o clima. Quando ele chegou aqui, nós não tínhamos nenhum problema agudo em termos de controvérsia.

A.C – E, também, deve ter melhorado as relações com a área econômica.

S.G – Eu acredito que sim.

A.C – ...que era a área, como o senhor disse, que estava com a situação de mais aflição, digamos assim.

S.G – É. Agora, como eu disse, as controvérsias continuaram. Continuou o problema de serviços, o problema de subsídios, dos diversos tipos de incentivo à exportação, de tarifas e, sobretudo, da informática. Nós forçamos as multinacionais aqui estabelecidas a exportar daqui. Nem eles gostam, nem os alemães, nem nada. Nós acabamos, ou tentamos acabar com as chamadas práticas restritivas, quer dizer, uma sucursal de uma multinacional não pode exportar, porque os mercados são reservados para a matriz. Pouco a pouco, isso foi sendo limitado. Elas foram, inclusive, dividindo mercados, etc. Embora, isso não seja absoluto, melhorou enormemente.

A.C – Porque havia uma pressão também para a remessa de lucros, não é? Para os americanos para...

S.G – Ah, isso sempre há. Isso sempre há, mas eu acho que se entrou um pouco numa espécie de “máquina de rezer”. Isso, não só os americanos. Os alemães, todos eles, se queixam da nossa legislação. Mas isso não tem sido um impedimento para investimentos estrangeiros aqui. A grande dificuldade dos investimentos estrangeiros é de outra natureza. Porque, inclusive, o importante nisto é ter um tratamento, para o investidor estrangeiro, que seja previsível, que lhe permita fazer os seus cálculos. O que não pode é estar mudando a cada momento.

A.C – Claro.

S.G – Desde que você tenha algo que é razoável e que o investidor possa prever e calcular, ele tenderá a decidir-se favoravelmente.

[FINAL DA FITA 34-A]

S.G – Aqui, os investimentos caíram brutalmente simplesmente porque a economia brasileira deixou de se expandir. Então, não havia porque estar investindo aqui para produzir; para vender para quem? O principal fator de estímulo ao investimento estrangeiro é aproveitar a expansão da economia local. O país não pode comprar de fora. Então, produz aqui e vende aqui mesmo ou começa a exportar, e coisas assim. Métodos indiretos, compromissos que assumiram algumas indústrias, para se implantarem ou ampliarem aqui, de exportarem uma proporção x da sua produção, e assim por diante.

A.C – Ministro, eu não sei se foi coincidência ou não, mas a partir daí a questão das tarifas realmente ficou mais aguda, não é? Aí, houve várias viagens, acho que até do próprio Galvêas, se não me falha a memória, aos Estados Unidos.

S.G – É. Sempre houve problemas graves.

A.C – O agravamento a partir de 84, tem a ver com essa posição do Brasil em defesa da informática, disso e daquilo, ou não?

S.G – Não só, porque havia vários outros assuntos. Havia o problema de subsídios, que era grave. Houve um momento em que a área financeira, antes de 82, tinha prometido um phasing-out, uma redução progressiva dos subsídios. Quando estava para reduzir, não pôde. Resolveu restabelecer o nível dos subsídios. A primeira vez, que fez isso nos criou um problema, porque não negociaram antes com os Estados Unidos, nem avisaram. E eles se queixaram, e com toda razão, dizendo que não tínhamos o direito de mudar. Quando foi adotado o Código de Subsídios no GATT, nós negociamos, e obtivemos satisfação em um ponto que eles afinal acabaram aceitando: isto é, que para impor uma compensação ao subsídio é preciso provar um dano material à produção local, quer dizer...

A.C – _____

S.G – ...O simples fato de aumentar a exportação não era suficiente. Digamos, do Brasil para os Estados Unidos. Mesmo que subsidiado, esse aumento por si só não era suficiente para justificar a medida protecionista. Era preciso provar que a indústria americana tinha tido um prejuízo real em consequência dessas exportações. Em troca disso, quando foi adotado o Código de Subsídios, nós assumimos um compromisso, com plena participação, obviamente, do Ministério da Fazenda, de ir reduzindo os subsídios, gradativamente, num período de 3 anos. Antes de terminar esse período, a Fazenda chegou à conclusão de que não podia. O nosso câmbio não era bastante real para garantir as exportações de produtos manufaturados. Restabeleceu de repente, sem nos consultar, nem ao Itamaraty. Depois tivemos uma reunião na sala do Golbery, que era então Chefe da Casa Civil, num Sábado de manhã. Mas o restabelecimento dos níveis de subsídio não foi publicado no Diário Oficial, se atrasou, e se fizeram, então, contatos com os americanos, etc., que já sabiam. E, estavam furiosos, com toda razão. Então, houve uma série de explicações. Foi lá uma missãozinha, chefiada por um rapaz do Itamaraty, que era o Chefe da Divisão de Política Comercial, que hoje é Ministro-Conselheiro em Washington – que é ótimo, é o José Artur -, com alguns técnicos da Fazenda. Eles explicaram, etc. Deu-se uma satisfação, e o assunto não criou um problema maior, embora, nós tenhamos perdido um pouco de credibilidade com isso. Havia uma certa diferenciação nos métodos do Itamaraty. Quer dizer, sujeito pode fazer tudo, até mesmo, se desvencilhar de um compromisso desses, se forçado pelas circunstâncias, mas para isso você tem que negociar com a outra parte, explicar, mostrar. Você está com a corda no pescoço, você não vai vender mais. Isso vai ter tais ou quais efeitos internos. Nem sempre é de esperar necessariamente o acordo da outra parte, mas, pelo menos, que ela compreenda, que ela tenha uma satisfação adequada. E a decisão nossa sobre subsídios foi repentina. Pressão dos exportadores brasileiros de produtos industriais. Criou-se um problema bem maior do que o necessário. Depois, ainda houve, até uma outra ocasião em que foi necessário, de novo atrasar o processo de redução dos subsídios, mas foi tudo antes tratado com os americanos, explicado, etc. Era indispensável porque nós nos tínhamos comprometido com eles a fazer algo em troca de alguma coisa.

A.C – De qualquer maneira, quer dizer, era uma dúvida que eu tinha desde sempre, o papel desses Organismos multilaterais na política, enfim, dos países. Quer dizer, nesse caso, a influência do GATT é muito grande, não é? Porque tem um efeito, realmente, determinante.

S.G – É, quando se chega a um acordo lá, evidentemente o acordo deve ser cumprido de boa fé. A dificuldade é chegar a um acordo. Agora, de qualquer maneira, há muitas cláusulas de escape sempre. O outro país pode reclamar da aplicação dessas cláusulas.

A.C – Por exemplo, se o Brasil vota contra, ele se sente desobrigado de aplicar? Ou, do momento que entra em votação a medida, todo mundo...

S.G – Não, não, não, tem que ser... Por exemplo, quando se torna juridicamente obrigatório é porque há um Acordo, mesmo. Por exemplo, o Código de Subsídios é um Acordo internacional assinado e ratificado. Foi para o Congresso.

A.C – Por todos os países.

S.G – Não todos. Mas a nós interessou estar nele, porque ele estabeleceu uma regulamentação também para as medidas de retaliação aos subsídios e deu um mínimo de garantias, embora, na prática, também a aplicação pelos americanos, nós tenhamos muitas vezes criticado, etc. Por exemplo, considerando que a avaliação do dano material à indústria americana era muito subjetiva, não correspondia aos padrões de objetividade que o Código determina. Quer dizer, na aplicação, você terá tropeços, mas, enfim, você tem um texto onde se agarrar, não é?

A.C – Perfeito.

S.G – Como as concessões tarifárias resultam na adoção de listas de concessões, que são assinados, ratificados, isso tudo. Por uma simples Resolução, o GATT não pode alterar. Pode interpretar os efeitos, a aplicações. Mas, enfim, é um foro para negociar Acordos.

A.C – Certo.

S.G – Não é um...

A.C – Estamos na sua hora.

S.G – É. Agora, hoje eu não sei...

[INTERRUPÇÃO DA ENTREVISTA]

A.C – ...um pouco, assim, de tristeza, porque o tempo é curto e a gente pode realmente ter que falar mais de muitas coisas, não é?

S.G – Também falo demais, é.

A.C – Mas, enfim, acho que teremos também a oportunidade de... Depois, se o senhor se lembrar de alguma... Não sei, o senhor viaja depois de amanhã, não é?

S.G – Sexta-feira, é.

A.C – Quer dizer, está muito em cima, realmente. Mas eu tenho a impressão de que hoje daria para a gente, pelo menos, cobrir coisas mais importantes e eventualmente, depois nós vamos encontrar o senhor em Roma, para fazer o epílogo. Mas, eu queria perguntar ainda ao senhor sobre esses assuntos meio difíceis, que são o comércio e a parte econômica, essa questão do GATT. Porque eu fiquei assim me perguntando, qual seria a importância, quer dizer, como é que o senhor vê a importância do GATT para o Brasil. Porque, a rigor, nesses episódios todos, talvez, pela especificidade deles, a sensação ficou um pouco de que... Uma sensação até um pouco constrangedora de que nós tínhamos que conciliar interesses que, na verdade, eram importantes para nós. E, então, eu me perguntei: em condições normais, qual seria a importância do GATT? E quais, seriam também, as digamos, qual seria a autoridade do GATT sobre nós para nos impor, em momentos e dificuldades, uma política que não nos convém, digamos assim?

S.G – Não, o GATT não tem a mesma capacidade, digamos de influenciar a política dos Estados Membros que tem o FMI. Isso, não por motivos estatutários, quer dizer, decorrentes do Tratado que o criou, porque ambos são Organismos internacionais de Estados soberanos. Não têm poderes supranacionais. A diferença é que, no FMI, o Estado, quando chega a negociar numa situação de desespero de balanço de pagamentos, se já recorreu àquelas primeiras reservas que todos têm no FMI, e às quais se pode recorrer sem aceitar recomendações do FMI (há um quantum inicial, depois se passa para uma

outra etapa, em que se pode recorrer aceitando algumas reservas, algumas recomendações do Fundo), quando se esgota tudo isso e não há mais reservas próprias, não há mais reservas no FMI e se necessita imediatamente de recursos para pagar importações, senão pára tudo, pára a importação, ou não se pagam dívidas e se corre o risco no exterior, até de serem seus bens acionados, não há mais crédito, quando se chega a esse estado, fica-se numa situação de barganha fraquíssima. E o Fundo Monetário e os países, as instituições, mesmo privadas, credoras, os que podem emprestar dinheiro novo, como se diz, aos Estados Membros, requerem que ele se ajuste primeiro com o FMI, ponha sua casa em ordem, como se diz. Não vão emprestar a fundo perdido. Então, o Estado que chega a essa situação tem que se entender com o FMI, que age segundo certas fórmulas, ou certas políticas, que são impostas pelos Membros maiores contribuintes – outra diferença do GATT. Isto é, no Fundo Monetário há o voto ponderado. Os países que mais contribuem, e que são os países com mais capital, têm um voto proporcional, não é isso? Então, os Estados Unidos, por exemplo, acho que têm 33%. A Alemanha, França, Inglaterra, etc., terão 5, 6%, por aí. O Brasil terá 1 vírgula qualquer coisa por cento. Então, as decisões do Fundo dependem dos Estados Unidos, de mais 3 ou 4 países credores, digamos. O país recorre ao Fundo para poder levantar dinheiro nos bancos privados de outros países, ou mesmo em bancos oficiais, está numa situação em que a margem de manobra dele é mínima. E, ele tem que se ajustar ao receituário do Fundo. Negocia, não precisa ceder tudo, apresenta alternativas, faz carta, mas deve prometer fazer tais e tais coisas. Às vezes, não consegue, e muda estas cartas de intenção. As cartas de intenção não chegam a ser propriamente um Tratado com um valor jurídico obrigatório, um Tratado formal, no sentido próprio. Mas se o Estado, que se comprometeu a cumprir certas recomendações e chegou a um acordo com o Fundo, nesse sentido, não cumpre, o Fundo já não empresta mais, declara isso publicamente e daí resulta uma sanção natural no mecanismo, porque os bancos se retraem.

A.C – Mas a sanção é proporcional ao que ele pode dar, também, que é o empréstimo, não é?

S.G – É.

A.C – O GATT não tem essa função, não.

S.G – Não. Agora, de qualquer maneira os recursos de empréstimo que o Fundo tem, para situações como a nossa, como a do México e como a que se criou em vários países devedores nesses últimos anos, são claramente insuficientes. O valor do entendimento com o Fundo é o valor catalítico, porque os bancos privados, e mesmo os bancos oficiais de exportação, nos Estados Unidos, Japão, Alemanha, etc., os órgãos que financiam exportações nesses diversos países ou que fazem o seguro oficial para o exportador nesses países, se fecham, se trancam todos. Quando se chega ao acordo com o Fundo, eles se abrem. Então, o valor não é aquele valor que se recebe do Fundo, apenas. É o que representa esse acordo, em termos de mobilização de toda a rede bancária internacional, etc. Essa é a significação. O poder do Fundo é esse, é decorrente dessa circunstância. Agora, o GATT, não. O GATT é uma organização em que cada Estado tem um voto. Não adiantaria, entretanto, se estar passando Resoluções a torto e a direito, que não seriam cumpridas, porque o GATT é, sobretudo, um mecanismo de negociação de tarifas e barreiras não tarifárias. Em cada negociação, cada parte faz certas concessões em troca de outras. A finalidade do GATT é reduzir as tarifas e as barreiras não tarifárias.

A.C – Quer dizer, instituir o sistema liberal, digamos, de mercado.

S.G – É. E multilateralizar o comércio. Foi criado como reação ao sistema do bilateralismo e do comércio de compensações vinculado, que se desenvolveu muito durante a grande depressão nos anos 30, sobretudo praticado pela Alemanha, por um grande Ministro da Fazenda deles, Hjalmar Schacht, que fez isso para sair do marasmo do comércio alemão. Mas, evidentemente, um bilateralismo na base dessas compensações tem um efeito deformador do comércio, e mesmo, de redução eventual do comércio. Em princípio, é melhor que aquilo que você vende, seja pago numa divisa que você pode dar para comprar, onde melhor lhe convier, e não necessariamente, só no país a que você vendeu.

A.C – Mas, por exemplo, eu me pergunto exatamente nessa situação de crise, de depressão mundial em que nós vivemos, não é? Inclusive no caso do Brasil, com toda essa ativação das relações, enfim, diplomáticas com países de Terceiro Mundo, se esse comércio compensado não seria vantajoso, eventualmente, pelo menos, nessa etapa.

S.G – Já chegaremos. Bom, voltando ao GATT. O GATT fez uma série de rodadas de negociação, fez Annecy, depois Torquay, o Kennedy round. Mais recentemente o Tokyo Round, cuja preparação eu acompanhei bem, porque era o Chefe da Delegação em Genebra e o Paulo Cabral, Ministro-Conselheiro, depois o Paulo Nogueira, trabalharam mais diretamente nisso e vários funcionários meus da Delegação, Rouanet e os outros. Tradicionalmente, essas grandes negociações, afetam, sobretudo, o comércio entre as grandes potências comerciais, quer dizer, CEE, Japão e Estados Unidos. Sem dúvida, houve um efeito liberalizante para o comércio entre elas, mais o Canadá, os escandinavos, etc. Tiveram, sem dúvida, um efeito positivo em geral, porque, pela aplicação da cláusula de Nação favorecida, em uma negociação entre a Noruega, por exemplo, e os Estados Unidos, as concessões que um ou outro se dão, se entendem a todos os demais participantes, compreende? Acontece que, no caso dos países em desenvolvimento, esse tipo de negociação não acrescia muito ao comércio deles, a não ser indiretamente, na medida em que resultavam ou ajudavam a expansão do comércio internacional e da economia internacional, portanto, criando uma maior capacidade de compra nesses países desenvolvidos: CEE, Estados Unidos, Japão, etc. Mas aquelas posições tarifárias que tinham sido objeto de concessões negociadas entre industrializados nessas grandes negociações, com raras exceções, não cobriam produtos da pauta exportadora dos subdesenvolvidos. É possível que um país como o Brasil hoje, não no início do GATT, possa se beneficiar aqui e ali de algum produto. Agora, a regra do GATT, que é a regra da Nação mais favorecida, porque tudo se estende a todos, tem uma série de exceções, de cláusulas de escape. O próprio Acordo Geral de Tarifas e Comércio, no fundo, pode ser definido como uma cláusula de Nação mais favorecida, com as exceções, que são numerosíssimas, por motivos de balanço de pagamento, por motivos de proteção de indústrias nascentes, etc... e há várias formas de salvaguardas. Nos últimos anos, já no Tokyo Round, o GATT tentou criar um quadro negociador, um método para negociar barreiras não tarifárias. Porque as barreiras tarifárias já haviam caído muito entre os países desenvolvidos, e o protecionismo passara e recorrer a formas indiretas, a barreiras não tarifárias. Requisitos de sanidade animal, vegetal, de saúde pública, retardamentos, complicações, exigências administrativas, supostas quotas voluntárias. Recentemente, por exemplo, a França fez uma coisa inacreditável. Ela estabeleceu que todas as importações tinham que ser liberadas na Alfândega de Orleans, que é lá no meio do país, criando um custo extra para o importador, mesmo de produtos beneficiados pelo GATT. As coisas mais imaginosas foram surgindo. Então, houve um esforço de negociar

barreiras não tarifárias, que foi feito juntamente com uma tentativa de regulamentação mais detalhada das salvaguardas, dos subsídios, etc. Nós, aí passamos a ter um interesse um pouco maior, um interesse em termos de, por exemplo, produtos agrícolas, que quase não são regulamentados, por oposição da CEE, porque ela tem telhado de vidro.

A.C – Para proteger a agricultura européia.

S.G – A agricultura européia. Por exemplo, um sistema de salvaguardas seletivas, que não se aplicam a todos os países, mas a alguns. Isso não pode ser pelo GATT. Quando você estabelece uma salvaguarda, alegando problemas de balanço de pagamentos, ou algum problema maior, previsto no Acordo, a salvaguarda tem que se aplicar a todos os exportadores daquele produto, e não a alguns. Nós temos interesse em que seja assim. Que não seja seletiva, discriminatória. Nós não temos conseguido muita coisa, não. É nesse campo, por exemplo, que nós coincidimos com os americanos. Por outro lado, os americanos têm também seus telhados de vidro. Houve casos concretos em que o GATT foi útil. A Espanha impôs uma taxa a um certo tipo de café, que era o café que o Brasil exportava. E nós fomos ao GATT, reclamamos, o GATT nomeou um grupo de peritos, que examinou o caso e nos deu ganho de causa. A Espanha mudou. Tinha sido uma tentativa de retaliação, porque nós vendemos muito, compramos pouco e, temos um saldo brutal no comércio bilateral. Agora, as cláusulas de escape são de tal ordem, as possibilidades de um país ser constrangido pelo GATT a mudar sua política são tão diminutas, as possibilidades de ele escapar são tão grandes que o Alfredo Valladão, que durante muitos anos trabalhou na Delegação, chegava a comparar o GATT a um hímen complacente. Nós coincidimos na delegação em Genebra, em 56. Eu estive lá uns 9 meses e o substitui no GATT. Eu fazia outras coisas, OIT e também, um pouco o ECOSOC, quando o pessoal de Nova York vinha, em julho. Mas, nós tínhamos um sistema de um substituir o outro, para permitir férias e coisas desse tipo. Por isso, eu tinha um pouquinho de acompanhamento das coisas do GATT ou ele me transmitia quando saía. Naquele tempo, o GATT funcionava muito menos. Uma vez, em que substitui ocasionalmente o Valladão, reuniu-se o Comitê Permanente e um dos pontos a tratar era que os ingleses queriam retirar uma concessão, que haviam feito ao Brasil para bolsas de couro de senhoras, feita creio que em 49. E o argumento do inglês era esse: “Bom, isso é uma concessão que vocês não utilizaram. Nesses 8 ou 9 anos em que ela vige, houve a exportação de uma bolsa de couro brasileiro para a Inglaterra”... (Risos) Mas,

tecnicamente, os ingleses tinham que oferecer, para retirar aquela concessão, uma outra de valor equivalente. No caso, era difícil encontrar alguma concessão de valor equivalente. Eu me diverti muito com a coisa. Conversei com o Valladão, na volta, e disse: “O que eu acho estranho é que nós tenhamos pedido uma concessão naquela negociação para um produto que nós não estávamos em condições de exportar, o que nós devíamos saber”. E o Valladão riu muito: “Ah, isso era muito feito de orelhada. Mesmo com a presença dos representantes das Federações de Indústria e Comércio e tudo isso, e outros das classes produtoras. No fundo, nós não sabíamos muito bem, ninguém sabia muito bem o que é que o Brasil tinha interesse em obter concretamente”. Ora, hoje, a situação é diferente. Nós temos uma porção de produtos industriais que sabemos. Mas quando ofereciam as concessões, sobretudo nos últimos anos, ocorria fenômeno inverso: você negociava uma concessão, daí a 6 meses surgia uma indústria aqui produzindo aquele produto e pedindo proteção, quando o país estava numa fase de transição do processo de industrialização. Então, havia muita gente que achava que o GATT não nos interessava. Nós sempre achamos que sim. Por quê? Por causa das tais cláusulas de escape. Por exemplo, nós mudamos a nossa lei tarifária, em 67 ou 66. Então, fomos renegociar tudo no GATT, país por país. Quando, eu assumi a Delegação, em 70, em fevereiro de 70, ainda havia 3 ou 4 países para fechar a negociação. Era o Japão, que fechou logo, havia ainda, acho que a Suécia, uns poucos assim. A chamada Lista Três. Foi tudo renegociado. E a nossa tarifa mais alta já havia entrado em vigor imediatamente, ao ser decretada, quebrando todas as concessões. E, nós levamos 4 anos renegociando, pagando as concessões que foram retiradas, e assim por diante. Então, nunca foi uma coisa grave. Por outro lado, mesmo nos assuntos normativos negociados no Tokyo Round, como o Código de Subsídios e outros, nós aceitamos aqueles que nos interessavam, e outros, como o Código sobre Comércio, de aviões e partes para aviões, em que os americanos se interessavam muito que nós entrássemos, nós não entramos, porque achamos que não nos convinha. Quer dizer, o país tem muito mais liberdade de ação. O GATT, nos dá às vezes também meios de reclamar e pressionar. De modo que há os dois aspectos. Agora, pensar que o GATT vai ser um instrumento eficaz para nós removermos as barreiras protecionistas americanas ou o problema da política agrícola européia, só nos levaria à frustração. A CEE, já aceita discutir um pouco agricultura numa nova rodada que os Estados Unidos, e sobretudo o Japão, querem muito. Mas evitará concessões substantivas. Uma nova rodada geral. A posição dos subdesenvolvidos, Brasil e outros, é dar prioridade, antes desse novo “round”, a cumprir aquilo que está prometido

no consenso dos Ministros, de novembro de 82. Porque tal consenso tem muita coisa, não só na parte de serviços. Tem parágrafos, digamos, muito mais definidos sobre salvaguardas, sobre não aplicação de forma seletiva de salvaguardas, sobre temporariedade das salvaguardas. Sobre a questão de subsídios, tem recomendações antiprotecionistas, que nos interessam, em princípio, mas que não estão sendo cumpridas. Está muito bem a nova rodada de negociações, mas primeiro vamos ver se se cumprem essas recomendações da reunião dos Ministros, ou pelo menos, que haja boas indicações, porque nós não temos interesse em entrar de chofre nesse tipo de rodada de negociações. O outro ponto, para nós, é termos uma preparação...

[FINAL DA FITA 34-B]

S.G –... uma preparação dessas futuras negociações, em que, nos métodos de negociação, nas técnicas de negociação, se preveja com precisão um tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento. Desde o Tokyo Round, nós nos batemos por isso, sem conseguimos muito. O que é que é um tratamento diferenciado? Foi a nossa delegação que formulou na preparação do Tokyo Round, diversas fórmulas, sobretudo o Sérgio Rouanet , o Paulo Nogueira , que presidia o Comitê de Desenvolvimento do GATT na época. Foram fórmulas que discutiram comigo, eu aprovei, o Ministério aprovou e negociamos lá, mas com resultados muito aquém daquilo que desejaríamos. Por exemplo, quando um país em desenvolvimento desse uma concessão x, tarifária ou não tarifária, em troca da concessão de um país desenvolvido, a concessão do país desenvolvido entraria em vigor imediatamente.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

Enquanto a concessão feita pelo país em desenvolvimento não entraria em vigor imediatamente. Teria uma vigência diferida no tempo. Entraria em vigor daí a 5 anos, daí a 10 anos, ou por etapas. Isso é uma das formas de tratamento diferenciado possível para países em desenvolvimento. Outras coisas pelas quais sempre nos batemos – aliás originárias da UNCTAD, mas que podiam ser concretizadas no GATT – implicavam, por exemplo, transformar o sistema geral de preferências, que hoje decorre de atos unilaterais dos que concedem, em atos contratuais, compromissos que os concedentes não pudessem alterar unilateralmente, mas somente segundo um processo negociador previsto. Em matéria de subsídios, por exemplo, há uma certa diferenciação no tratamento de

desenvolvidos e subdesenvolvidos no próprio texto do Acordo do GATT, se não me engano art. 16. Uma maior permissividade para os países em desenvolvimento subsidiar exportações, etc., e assim por diante. Então, há diversas formas – não vamos entrar aqui nisso, porque é uma coisa muito técnica já – e que decorrem de uma ideia básica de tratamento diferenciado para países em desenvolvimento, que foi introduzida no GATT pelo que se chama a Parte Quarta. Foi uma nova do Acordo Geral, aprovada e integrada no Acordo, acho que nos anos 60. É o princípio geral de reciprocidade relativa para os países em desenvolvimento, que nunca teve uma aplicação muito concreta. Todo o esforço em matéria de tratamento diferenciado é para dar uma definição concreta a esse tratamento diferenciado. Ora, o GATT não tem meios de resolver os nossos problemas. Nós lá somos também atacados. Os Estados Unidos querem introduzir e aplicar as regras do GATT a serviços, por exemplo. Nós teremos dificuldades com isso no futuro próximo. Devemos, talvez, discutir e ver o que é que se pode fazer, mas não podemos aceitar na base de uma negociação imediata. Se houver uma negociação mundial nova, serviços provavelmente vão entrar. E nós temos que nos precaver e nos preparar para tanto. Temos interesse em que o comércio de produtos agrícolas seja melhor regulamentado, mesmo pelas normas do GATT, etc., etc. Temos interesse também, numa aplicação dos princípios do GATT liberalizante, para o comércio de produtos tropicais, embora isso nós apoiemos muito por nós e em parte por solidariedade com africanos, asiáticos, etc. Uma mão lava a outra. Temos um interesse, também, como eu disse, em matéria de salvaguardas. De modo que há uns tantos assuntos no GATT, em que nós temos um interesse próprio. Há países em desenvolvimento que não se interessam. O México, por exemplo, nunca entrou no GATT, talvez, pelas condições peculiares do México. O grande produto de exportação deles é o petróleo, a Segunda indústria deles, talvez seja o turismo, não é? E, em grande parte, há uma exportação de produtos industriais para os Estados Unidos, que é em grande parte de sucursais de firmas americanas, ou de trabalho semi-artesanal, que entra nos Estados Unidos sem problemas de tarifa. E, os Estados Unidos absorvem, acho que 60% ou mais das exportações mexicanas. De modo que eles não têm um grande interesse no GATT. Agora, muitos outros países em desenvolvimento, que antes não participavam, nos últimos anos têm entrado no GATT. Latino-americanos, como Colômbia, por exemplo; a Nigéria e vários países em desenvolvimento significativos, os quais às vezes, não têm gente preparada, com tradição nos assuntos. A Índia, sim. O Brasil, sim. Para certos efeitos, os pequenos países especializados e prósperos, tipo Cingapura, Hong-Kong, Coreia do Sul, têm interesses muito específicos, em tecidos, por exemplo. O

Acordo Geral sobre multifibras foi negociado no GATT. Depois, a CEE não quis cumprir e inventou um sistema de Acordos bilaterais, dentro do Acordo multifibras, com desvios das regras gerais do Acordo, com quotas, que ela impõe, negocia com as partes, mas sempre na base de o exportador aceitar a quota ou perder mercados. Aliás, é até um diplomata brasileiro que é o Presidente do Comitê multifibras, o Raffaelli. Quer dizer, ele está fora do serviço. Está agregado para isso. Nós não o elegemos, nem nada. Ele foi chamado porque entendia muito disso. Tinha trabalhado nisso, em delegações brasileiras. De modo que o GATT é importante, mas não é, digamos assim, suficiente para resolver o problema do comércio mundial. O GATT é um elemento, um foro, um mecanismo no qual, nós temos que estar atentos e temos trabalhado sempre com interesse. Há anos e anos, alguns dos melhores elementos do Ministério vem trabalhando nessa área. As delegações nossas têm sido muito ativas. Mas, evidentemente, não tem o GATT função tão direta e pesadamente importante, quanto o FMI, embora a longo prazo, possa ter efeito comparável. Nós sempre defendemos a tese, nos últimos anos sobretudo, de que as questões de finanças e de comércio tinham que ser tratadas em um plano de negociações globais, em que tudo fosse integrado. Os Estados Unidos e os países desenvolvidos, nunca aceitaram isso. Os americanos insistem em que cada foro trabalhe, de acordo com as suas regras e nos assuntos de sua competência. E, nós temos dito que é impossível tratar de comércio sem tratar de finanças, e vice-versa, sem tratar de problemas de transferência de tecnologia, que se colocam na OMPI, na Organização Mundial de Propriedade Industrial, e assim por diante. Há falta de algum foro, onde tenha a visão de conjunto. A relação entre pagamento das dívidas, fluxos de capital, etc. não faz sentido, sem levar em conta exportações, acesso a mercados, progresso tecnológico e desenvolvimento. Por que a dificuldade com as negociações globais? Porque a ideia surgiu no seio das próprias Nações Unidas e, portanto, implicava discussões na base de cada país, um voto. Os americanos não queriam diluir o poder que têm, ponderado, no Fundo Monetário e no Banco Mundial. Mas, eles mesmos, nos últimos dois anos, têm admitido que comércio e finanças estão interligados, que é preciso haver uma coordenação. Tem havido algum trabalho sob a forma de seminários, em que se trata dos dois assuntos. Houve, um em Lausanne, a que fui. Depois, houve, um em Atlanta, ao qual não pude ir. Sugerir que fosse o Galvêas e o Brock tinha falado com ele, também, lá. Daí, o Galvêas convidou o grupo para reunir-se aqui no Rio, etc. Mas tudo isso está muito numa base de conversa. Os americanos têm usado esses seminários, inclusive para persuadir os demais, sobretudo os países em desenvolvimento, a participarem das negociações no GATT, na nova rodada

de negociações mundiais. Isso virá, mas levará algum tempo ainda. E, nós não estamos apressando. Pelo contrário, nós estamos prendendo um pouco, dando ênfase a progressos no cumprimento da declaração dos Ministros de 82.

A.C – ...de 82.

S.G – ...de 82, primeiro.

L.P – O senhor acha que o GATT, não é? Enquanto um foro multilateral... Quer dizer, pela descrição que o senhor fez, parece bem claro que o Norte está muito bem articulado no GATT.

S.G – É.

L.P – E que o Sul... Quer dizer, a ausência do México, por exemplo, seria um grave problema. Quer dizer, seria por isso que...

S.G – Não, nesse sentido, não.

L.P – Não seria...

S.G – A falta do México, aí não é essencial. Mas tradicionalmente os países em desenvolvimento, achavam que não tinham muito que ver com o GATT. Nos últimos anos, passaram a se interessar. Agora, o que você disse inicialmente é verdade. Os países europeus...

A.C – ...são mais articulados.

S.G – ...e Estados Unidos, Canadá e Japão estão muito articulados. Sabem o que fazer, etc. E, dos países em desenvolvimento, poucos são os que têm um conhecimento técnico daquilo. Talvez, o Brasil seja o que mais tem entre os países em desenvolvimento.

A.C – Já é um jogo complexo.

S.G – Tem gente... É, tem...

A.C – Eu fiquei pensando, que a sua geração, por exemplo, é uma geração que se desenvolveu e se formou dentro desse tipo de fórum, não é?

S.G – De organismos, coisas... Agora, vários...

A.C – De organismos. De ser meio difícil para...

S.G – Vários. Tanto assim, que o diretor Geral do GATT tem dois Adjuntos: um indiano e um brasileiro, que é um diplomata nosso, o Barthel-Rosa . Também, está agregado para ser Diretor Adjunto do GATT. As nossas delegações têm condições de enfrentar nas discussões as dos países industrializados e às vezes criarem dificuldades e reclamações. Mas têm que criar. Há uma questão aí, às vezes, de medida. Depende um tanto do tipo de agente. Mas a dificuldade é natural. Agora, a negociação concreta em si e, internamente, a alimentação de dados é relativamente deficiente no Brasil, mesmo no Brasil. Quer dizer, pode haver deficiência no conhecimento exato do interesse, do valor de uma concessão a obter, de uma concessão a dar, quando se trata de coisas tarifárias ou outras barreiras. Há uma certa dificuldade, porque o país está em evolução, em transição, em processo de industrialização. As coisas não estão muito estáveis na economia brasileira, como nada no Brasil. Está tudo um pouco em estado de fluidez, não é? Então, você negocia algo e pode acontecer que daqui a um ano as condições sejam totalmente diferentes e se crie um problema.

A.C – Mas, de qualquer forma, eu tomei isso, talvez erradamente. Quer dizer, há interesse do Brasil pelo GATT, talvez, como um sintoma de amadurecimento. Quer dizer, o senhor citou o caso da Índia, também, que parece ser um país muito ativo. Quer dizer, são países que estão pretendendo, enfim, se desenvolver mais.

S.G – É verdade. Há um pouco isto.

A.C – Então, a estabilidade talvez, seja um pouco maior do que para os países africanos e para o próprio México. ____ que está ____ dependente, não é?

S.G – É óbvio, que para um país, por exemplo, que produz dois ou três produtos de base, o que é que ele vai fazer numa negociação mundial? Lógico, que ele tem interesse, mas é um interesse em que haja Acordo de produtos de base, que são negociados mais na UNCTAD, até ou em conferências especializadas. Ele pode ter um interesse em que haja uma negociação no GATT sobre produtos tropicais, por exemplo, que facilita o acesso desses produtos ou torne menos oneroso o acesso desses produtos aos mercados dos países desenvolvidos, mas são interesses relativamente simples e claros. Quando um país começa a ter alguma indústria e tem que protegê-la, já é mais difícil negociar no GATT.

A.C – Exato.

S.G – Agora, no caso de um país em desenvolvimento, como é o Brasil, como é a Índia, que está num processo de industrialização já bastante avançado, os objetivos são mais complexos, às vezes, até de difícil compatibilização. Garantir acesso para os seus produtos de base, tanto quanto os mais pobres, porque eles são ainda grandes exportadores de produtos de base. Poder, entretanto, proteger as suas indústrias. Como já começam a exportar, e exportar de forma significativa, produtos industriais, terem concessões para esses produtos. Começam, pois a ter, pela própria complexidade da sua economia, uma necessidade de estarem muito mais agudamente presentes e entendendo, essas negociações do GATT. Agora, os países em desenvolvimento no GATT, só muito recentemente passaram a formar um grupo, os “77”. Têm certos denominadores comuns. O tratamento diferenciado para países em desenvolvimento, se apresenta sob diversas formas e é um denominador comum. Mas as posições são muito específicas, são mais claramente individuais em muitos pontos de que na UNCTAD ou na ONU. Por exemplo, há certos aspectos em que, como eu disse, na questão de produtos agrícolas, o Brasil fica aliado dos Estados Unidos, do Canadá, contra a CEE. Já outros assuntos, pelo contrário, em serviços, em que a posição da CEE, pelo menos no início e até um certo momento, esteve mais próxima da dos países em desenvolvimento; ela também, com medo de entrar nessa canoa, sem saber bem que mar enfrentaria. Mas fez bons levantamentos internos e, assim por diante. Quando se trata de negociações muito concretas, a coincidência de interesses não é tão simples, não se bifurca automaticamente entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Há essa dicotomia geral, certamente, mas há também um ponto ou outro específico, em que a divisão de posições pode não seguir essa linha.

A.C – Exatamente. Agora, enfim, parece que o senhor estava comparando um pouco GATT e FMI e... Tradicionalmente, o Ministério das Relações Exteriores tem estado mais ligado...

S.G – ...ao GATT.

A.C – ...ao GATT, não é? Quer dizer, o FMI fica mais sob a órbita, na órbita...

S.G – ...da Fazenda.

A.C – ...do Ministério da Fazenda.

S.G – Quer dizer, na verdade, o que é importante é que haja coordenação interna. Eu, quando Ministro, mais de uma vez me falaram: “Ah, por que não tratamento político da dívida? O Itamaraty tem os negociadores para a dívida...” E eu sempre disse: “Há dois níveis. Não cabe, por exemplo, a nenhuma Chancelaria negociar com os bancos. Não é isso. Nenhum país faz isso. Por que é que nós vamos fazer?” No GATT, você tem, conforme o país um ou outro Ministério com a responsabilidade principal. Na Reunião dos Ministros, em 82, por exemplo, você tinha do lado do Brasil dois Ministros, o da Fazenda e o das Relações Exteriores. Normalmente, a Delegação Permanente, que é um órgão do Ministério do Exterior, é que acompanha o GATT e tem bons negociadores. Você vê que um diplomata nosso foi chamado para Diretor-Adjunto, o outro chamado para presidir o Comitê multifibras, enfim, tinha gente que funcionou muito bem, nessas coisas. Agora, é impossível negociar no GATT sem uma cooperação íntima com o Ministério da Fazenda, com o Conselho de Política Aduaneira, com o próprio Ministro, quando as coisas surgem neste nível, e assim por diante. É um problema de coordenação. Outros países tinham lá, como era o caso dos Estados Unidos, o seu Representante especial para negociações de comércio, que é o Brock, que tem o nível de Ministro de Estado, apesar de, eles terem um Secretário de Comércio e um Secretário de Estado, etc. Havia gente de outros Departamentos, como chamam os Ministérios lá.

A.C – Mas o Brock é para atuar na área diplomática. Quer dizer, na área de _____

S.G – Toda, é. Negociação externa. Ele é o sujeito que faz isto, só isto.

A.C – Exatamente.

S.G – Tem o ... Mas tem também, uma função interna agora. Ele, por exemplo, tem responsabilidades nas medidas protecionistas americanas. Pode negociar concessões, mas quem aplica a Lei de Comércio, o “Trading Act”, são outros órgãos, de certa forma independentes, como a Tariffs Commission, com recurso a órgãos judiciais especializados. O Ministério do Comércio tem uma intervenção, o Ministério da Agricultura tem outra, dá proteção aos produtores agrícolas. O problema da coordenação interna é muito importante. Para nós, vai ser cada vez mais, na medida em que se torna mais complexo o Brasil, e mais complexo o seu relacionamento externo. Agora, o que é importante é que não haja guerrilha entre Ministros, o que nem sempre é fácil, porque cada qual, quer aparecer como o sujeito que resolveu isso ou aquilo, ou que está enfrentando tal ou qual problema. Isso tudo é bobagem, mas afeta a imagem pública, a aparência, de quem pretende atrair o eleitorado. É um problema que pode ser grave numa democracia, mas que deve ter meios de auto-correção, ou correção por via presidencial ou partidária. Eu, sempre me esforcei muito para que tudo o que fizesse e pudesse afetar o interesse de outro Ministério, fosse coordenado ou pelo menos, fosse objeto de informação. As Assessorias Internacionais dos outros Ministérios, podem ser muito úteis, na medida em que forem órgãos de coordenação com o Ministério do Exterior, e que também nos informem rotineiramente com precisão. Conversem conosco, antes mesmo de irem para reuniões muito especializadas.

A.C – Por exemplo, eu fiquei pensando no papel do Botafogo .

S.G – O importante é que a Chancelaria, tenha a visão do conjunto, da face externa. Ela não tem que negociar tudo.

A.C – Por exemplo, essas pessoas do Itamaraty que estavam no Ministério da Fazenda, enfim, dando assessoria, etc. Eles funcionavam como, vamos dizer, pessoas do Itamaraty, nesse Ministério, ou eles acabavam aderindo...?

S.G – Aí, variava de um caso para o outro, não é?

A.C – Por exemplo, o caso do Botafogo. Eu me pergunto se ele era do time do Delfim ou...

S.G – A mesma pessoa podia variar de comportamento conforme o assunto, ou, no mesmo assunto, no curso do tempo. Cooperar muito ou pouco. Os próprios Ministros é que tem a responsabilidade de estimular e cobrar coordenação. Mas, são muito ocupados para providenciar, em detalhe, a cada momento, tal ou qual providência de coordenação. É preciso maior conscientização deles e mais sólidos métodos institucionais de seus auxiliares encarregados, dessa importante tarefa, nos diversos níveis.

A.C – Porque o Galvêas, de certa maneira, era o Delfim, quer dizer, era o ...

S.G – É. É a área econômica, não é?

A.C – Era o homem do Delfim, também. Mas, eu acho que nós não falamos, Ministro. O senhor citou alguma coisa aí que podia ter a ver, mas, na verdade... Quer dizer, houve algum problema, na questão das restrições que os Estados Unidos fizeram às chapas de carbono, enfim, chapas de aço, e essa coisa toda...

S.G – Aços _____

A.C – Exatamente. Aí, houve uma negociação no sentido de diminuir as exportações, não é isso? Que o Brasil diminuísse a sua quota.

S.G – É.

A.C – Mas, aí, num certo momento, houve uma divergência entre o Galvêas e o senhor, enfim...

S.G – Não, o que houve nisso foi o seguinte: propunham-nos quotas voluntariamente negociadas para evitar a imposição unilateral de quotas, que podia ser pior. Os Estados Unidos negociaram com a CEE. Em novembro de 82, no GATT, tanto o Galvêas quanto eu, falamos com o Brock, o que fizeram com a CEE, tinham que fazer conosco. Porque o Acordo que eles fizeram com a CEE era bastante satisfatório e nós estávamos ainda

sujeitos à decisão unilateral americana. Não tinha havido decisão ainda, mas estávamos sujeitos a esse tipo de decisão a qualquer momento. E os americanos levaram meses até aceitarem negociar conosco. Tinham uma certa reserva em fazer isso, porque aí, teriam que negociar com a Espanha, com a Coréia do Sul, mesmo o México, e outros tantos. Eles achavam que, resolvendo o problema da CEE, que era o principal fornecedor para eles de chapas e produtos siderúrgicos, o resto vinha de cambulhada ou que eles podiam resolver na base de decisões unilaterais. Mas, afinal, aceitaram negociar. A tradição era que esse tipo de negociação fosse coordenada pelo Itamaraty. E, nós seguimos métodos muito rigorosos de consulta a outros Ministérios e às entidades de classe, SIDERBRÁS, inclusive, e aos produtores privados também. Num dado momento, o Tarcísio passou a negociar ele mesmo. O Galvêas o apoiou. Assumiu a coisa. Nós soubemos via nossa Embaixada, em Washington, o que era de todo incorreto. E, isso criou uma certa irritação. Agora, acontece que a negociação que o Tarcísio estava levando a cabo – só depois, passaram pelo menos a nos informar – estava indo, no fundo, muito mal. Ele tinha aceitado, preliminarmente, quotas que criaram a maior irritação entre os produtores e exportadores brasileiros, porque não tinha havido a negociação interna suficiente. A partir, de um certo momento, já nas fases finais, voltou a chefia desse grupo negociador ao Itamaraty, ao Rego Barros, embora o Tarcísio continuasse, etc. E, foi feita uma negociação, no fundo, excelente. Tinha havido, em 83, um grande aumento de nossa exportação. Nós não poderíamos tomar por base aquele ano. Os americanos, porém, queriam um período longo de base, o que por sua vez dava média muito baixa. Afinal, concordaram, com um total que cobria amplamente o total do que, nós tínhamos exportado para eles, em volume recentemente. Apenas, a distribuição desse total entre as diferentes categorias de produtos, quer dizer, produtos laminados, tarugos, outros produtos acabados, como canos sem costura, fio máquina, sei lá, uma série de coisas, deixava os produtos mais elaborados com uma quota que não satisfazia certos produtores nacionais, geralmente privados. Afetava, sobretudo o setor privado de nossa siderurgia. A SIDERBRÁS estava satisfeítíssima, porque seus produtos de exportação estavam perfeitamente atendidos. A distribuição interna entre produtores nossos, justamente, cabia ao Ministério da Fazenda, que tem o contato mais direto, internamente, e ao Ministério da Indústria. Nós tínhamos negociado numa base global. Ante as reclamações internas houve, aliás, um esforço do Galvêas. Nós agimos nesse particular, como coadjuvantes apenas, junto ao Governo americano, para ver se eles ajustavam um pouco o acordo para satisfazer a grita dos produtores privados nossos, que produzem os produtos mais

acabados, com maior valor agregado. É, óbvio, que nos interessava vender produtos com o valor agregado maior. Mas, o Acordo em si, tinha sido muito bom. Foi até surpreendentemente bom, mesmo, para nós. Fiquei surpreso de que os americanos tivessem aceitado aquela quota global, que correspondia ao melhor ano de exportação que o Brasil tinha tido. Mas, a verdade é que, nesse caso, se tivesse havido uma coordenação desde o início, ou se fosse centralizada a coordenação no Departamento Econômico do Itamaraty, provavelmente, a negociação teria ido melhor desde o princípio. A Fazenda, até conhece mais a produção nacional, quer dizer, os produtores, os custos, tudo isso. Isso é indispensável. Mas é possível que a negociação em si da quota com os Estados Unidos, tivesse seguido um caminho mais eficaz, se levada desde o princípio com nossas cautelas tradicionais.

A.C – Em todo caso, eu acho que hoje de manhã o senhor lembrou um ponto que me parece extremamente relevante, que é o problema realmente... Quer dizer, este é um problema que não vai ser sanado com negociações parciais. É um problema a longo prazo, não é?

S.G – Resolve um caso, surgem outros, e por aí afora.

A.C – Vai haver fatalmente essa colisão, não é? Os americanos, inclusive, alegam que eles gastam... Eles têm déficits, não é? Parte do déficit comercial deles, se deve ao que eles comprem no Brasil, não é? Que eles não podem aumentar essa faixa de déficit. Então...

S.G – É, mas, ao mesmo tempo, tudo que eles nos pagam por nossos produtos, volta para lá em pagamento de juros. Não é que haja uma safadeza da parte deles. Eu acho que há às vezes, imaturidade aqui na liderança intelectual, jornalística e politiqueria. Minha experiência no Governo Figueiredo, muito claramente. No Governo Geisel, também e, dentro do Governo, da parte do Presidente, certamente da parte da Chancelaria, mostrava uma visão madura, realista, matizada. Os Estados Unidos não são bons nem maus. Eles são um país como qualquer outro. Apenas com enorme poder. E tem os seus processos decisórios, às vezes complicados, seus grupos de pressão, suas decisões no varejo que nem sempre incorporam as implicações para nossos interesses comuns, globais e de longo prazo.

[FINAL DA FITA 35-A]

S.G – Por um lado, você ouve dizer: os Estados Unidos é o grande líder, defesa da civilização ocidental cristã, etc. Muito bem, se você quiser. Vamos, por hipótese, admitir isso. Mas, então, se um país é responsável por uma coligação extremamente heterogênea, com países nos mais diversos estágios de desenvolvimento, ele assume uma responsabilidade brutal que, na verdade, não está em condições de desempenhar, nem deseja assumir nessa proporção. Teria que avaliar, a cada medida macroeconômica que tomasse, os efeitos sobre o resto dos seus aliados.

A.C – Pela taxa de juros é um exemplo, não é?

S.G – E, agirem de acordo; se inibirem muitas vezes, para manter essa coligação coesa e agindo de forma uniforme, etc. Ora, isso não é possível. Então, é preciso distinguir. Há duas coisas diferentes: uma é aquilo que eu chamei de objetivos finais e a outra é o pão nosso de cada dia, em que cada qual procura se defender como pode. Agora, não é por malvadeza que nenhum país faz isto ou aquilo. Quer dizer, faz por circunstâncias objetivas de cada um deles, não é?

A.C – Claro. De qualquer forma, fica bem claro que, por exemplo, a política externa de países como o Brasil, ela, de certa forma, é muito mais, eu diria assim, consistente, no sentido de que ela representa um Estado mais homogêneo, talvez, do que países liberais, como os Estados Unidos, em que, como o senhor disse, quer dizer, os interesses permeiam as cidades, as regiões, enfim, os grupos econômicos, etc.

S.G – Nós temos um pouco disso. Mas, evidentemente, inclusive no futuro pode vir a existir algum risco de decisões nossas de política exterior e de política econômica, motivadas por interesses muito setoriais. Um grave dano a ser evitado. Nós devemos criar algum método de trabalho e algum tipo de motivação de opinião pública e de organização política que resista a essa tendência e que, embora nos levando a um sistema mais liberal em geral, ao mesmo tempo nos permita ter focos de decisão suficientemente preservados e que decidam, de acordo com uma avaliação do interesse do conjunto do país. Como fazer isso é muito difícil, mas necessário.

A.C – Exatamente. Quer dizer, no caso dos Estados Unidos, por exemplo, quer dizer, eu vejo... Como é que...

S.G – Os Estados Unidos dependem – talvez, aqui se venha a depender – do grau de liderança política do Chefe do Governo. Os Estados Unidos tem, às vezes, um presidente forte que influencia o Congresso, etc. Para o bem ou para o mal. Às vezes tem um presidente fraco, que tem dificuldade de decidir, fica flutuando, como foi no período Carter, o que também é um risco. Curiosamente, um período tipo Carter é tão difícil ou mais até do que um período Reagan, porque com Reagan, você sabe um pouco mais a quantas anda.

A.C – Curiosamente, às vezes, os Governos conservadores são mais tranquilos, para nós do que os liberais.

S.G – É, em certo sentido. Dependendo, não é? Se for um Governo liberal com grande autoridade política e competência, pode ser melhor.

A.C – De qualquer forma, Ministro, o que nós vemos é que essa situação de dependência muito grande nossa hoje, em relação aos Estados Unidos pela questão da crise, não é? Tem levado a algumas tendências um pouco paradoxais, como essa do Governo que está se iniciando e que aparentemente está, talvez, mais preocupado do que os Governos militares anteriores, em mostrar simpatia em relação aos Estados Unidos, enfim, em reafirmar, de certa maneira, esta velha amizade e a boa vizinhança, etc.

S.G – É, é possível. É, em parte. Talvez, o Governo, que está começando, procure evitar o que aconteceu com o anterior, que sem nenhuma razão para isso foi, em termos de imprensa, um pouco acusado de ter deteriorado as relações com os Estados Unidos, de ter tido uma política externa terceiro-mundista suspeita, etc. Tudo isso a gente sabe que é fantasia, mas há quase que uma obrigação de fazer um contraste qualquer. É também um fato histórico, não é? Que frequentemente são os Governos de uma tendência que podem praticar certas ações que seriam mais características de Governos da outra tendência. Cita-se o caso de toda a história inglesa do século XIX, em que os conservadores frequentemente adotavam medidas que os liberais haviam passado anos e anos, fazendo campanha a favor, mas só um Governo conservador executava. Até aqui no Brasil, em

certo sentido, às vezes, os Governos conservadores tomavam certas medidas que dificilmente um liberal poderia. Isso é um fenômeno que ocorre, sem ser uma questão mecânica. Mas, seria mais fácil a um Governo, historicamente de origem militar, ser mais duro com os Estados Unidos, do que um Governo que tivesse receio de ser taxado de esquerdista, de simpatizante do outro lado e coisas assim. Mas é justo que se diga que, nessas matérias, aos nossos governos dessa época, repugnava fazer demagogia ou encenações para a platéia.

A.C – Certamente. E, exatamente, sobre isso eu queria perguntar ao senhor por que...

S.G – Agora, nunca houve uma atitude antiamericana, em absoluto. Não houve nunca, em nenhuma situação.

A.C – Por exemplo, voltando um pouco, aos grupos de trabalho que foram instituídos por, enfim...

S.G – ...na visita Reagan...

A.C – ...na visita Reagan, parece que houve um grupo que funcionou magnificamente bem, que foi esse grupo ligado à questão aeroespacial, enfim...

S.G – É, aí não havia problemas. Há uma longa tradição do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Houve cooperação com a NASA, por longo tempo. E, havia uma série de programas que eram úteis para nós e com os quais as entidades americanas estavam dispostas a cooperar. Não houve dificuldade nesse campo.

A.C – O senhor sabe que, para quem está de fora, é um pouco de perplexidade que a gente brigue, por causa de chapas de aço e que tudo se dê bem na área aeroespacial, não é?

S.G – ...espacial. Porque aí, não chega a haver uma situação de conflito com os Estados Unidos. Nós não estamos exportando produtos aeroespaciais. Nós estamos na fase ainda de aprendizado, com um certo progresso. O programa tem necessariamente algum efeito militar lateral, digamos; mas o desnível tecnológico é tal que não há problema.

A.C – Claro. O convite é para a gente participar com um astronauta na próxima viagem... Mas, enfim, de qualquer maneira, o Ministro da Aeronáutica foi, enfim, o Ministro Délio esteve lá. Enfim, houve pelo menos nessa área de...

S.G – É, não temos problemas sensíveis. Aliás, nos grupos, os resultados, de modo geral, não foram ruins. No nuclear, curiosamente, não houve uma confrontação maior, as posições eram conhecidas. O problema da recarga de Angra, que tinha criado uma controvérsia, havia praticamente desaparecido. Havia algumas áreas em que era possível uma cooperação útil. Havia uma divergência quanto a salvaguardas. Os americanos requerem, na sua política de não proliferação, salvaguardas universais, isto é, que se apliquem a todas as instalações. Nós tínhamos aceitado salvaguardas da Agência Internacional para tudo aquilo feito aqui que decorra de um Acordo, de uma cooperação de outros países, mas, em princípio, não para aquilo que resulta de um desenvolvimento autônomo nosso. O IPEN tem umas experiências próprias, parece que há algumas experiências na UNICAMP, etc. Mas o grosso do que nós temos em matéria de energia nuclear, ou o grosso daquilo que está funcionando, em termos além de laboratório, resultou de cooperação internacional, de Acordos com outros países e está sujeito a salvaguardas. Mas há uma diferença de abordagem, realmente, entre nós e os Estados Unidos, que já vem de muitos anos. Essa controvérsia é, evidentemente, mais complexa, técnica e politicamente, do que indiquei.

A.C – E essa questão dos aviões? Quer dizer, que o Brasil, exportando aviões e... Enfim, também é outra coisa que parece tão estranha... Quer dizer, a Inglaterra ven..., o Brasil vencendo concorrência na Inglaterra, vendendo Tucano para os Estados Unidos... Enfim, são áreas mais ou menos acomodadas, ou...

S.G – Aí há duas coisas. A EMBRAER entrou na produção em série com tipos de produtos que as grandes produtoras americanas e européias haviam deixado de lado. Por exemplo, quando Bandeirante foi feito, ele praticamente não tinha concorrentes. E, no entanto, havia um mercado para esse tipo de avião. Havia um interesse na aviação, chamada de terceiro nível, para pequenos percursos e muito para transporte de carga entre uma cidadezinha e outra ou de uma cidadezinha para um grande aeroporto. Havia um interesse nos países menos desenvolvidos, que têm aeroportos insuficientes ou pouco adequados. Os próprios Estados Unidos passaram a ser o grande mercado do Bandeirante.

De repente, ficou provado que esse tipo de avião tinha uma função comercial a desempenhar ainda muito útil. Já no caso de outros tipos de avião, como o Xingu, aviões executivos pequenos, e outros, surge um problema, porque a EMBRAER fez isso em associação com uma empresa americana, e a outra empresa americana concorrente, se não me engano a CESSNA, que antes vendia muito aqui no Brasil, deixou de vender e se sentiu prejudicada. É ela que tem pressionado o Governo americano e a Comissão de Aeronáutica Civil, para impor medidas contra a importação pelos Estados Unidos de produtos da EMBRAER. Mas, nesse caso, para você ver como isso tudo é bastante complicado, houve momentos em que a Boeing nos ajudou. Por quê? Porque nós somos compradores dos produtos dela, que valem muito mais. Agora o Brasília, por exemplo, já vai encontrar uma concorrência maior. A EMBRAER começou a planejar este avião num momento, também, em que nenhum outro avião desse tipo era feito. Mas, já várias das grandes produtoras estão prontas para lançar aviões do mesmo tipo, talvez, até melhores. Mas, a EMBRAER talvez, tenha uma vantagem no tempo, de um ano ou dois. Então, ela inicialmente vai vender, talvez, o suficiente, para dar sentido econômico, a essa produção do Brasília. E, terá sempre o mercado interno nosso. Quer dizer, é um avião que substitui o Avro, que foi utilíssimo, muito seguro, etc. O Brasília é o mesmo tipo de avião: turbo-hélice e mais ou menos do mesmo tamanho, 30 lugares, mas muito melhor, porque é mais rápido (são 500 e poucos km/hora, em vez de 420), cabine pressurizada, pode voar mais alto, joga menos, etc. Mas, essa vantagem dura um período x, até que os concorrentes entrem de novo nessa faixa de mercado.

A.C – Essa nova industrialização, quer dizer, em parte baseada num certo complexo industrial militar, que a gente podia dizer, por exemplo, aviões e armamentos, etc., teve um papel extremamente relevante, não é? Nessa etapa recente da...

S.G – Eu acho que é uma tendência sadia a estimular nas Forças Armadas, que a prioridade seja dada ao desenvolvimento tecnológico aqui. Quer dizer, que sejamos capazes de fabricar as armas. Isso é mais importante do que ter um poderio existente no momento com armamentos importados e muita gente. Não vejo uma expectativa de guerra próxima para nós. Então, porque não aproveitar o tempo para desenvolver a capacidade de defesa, mais do que a manutenção da aparência de grandes forças, dependentes essencialmente de importações. Em nosso caso, felizmente a produção de armas, embora estimulada pelas Forças Armadas, foi principalmente um subproduto do processo geral

de industrialização. No caso dos aviões, se poderá dizer que o Governo teve um papel fundamental, porque foi o Centro Tecnológico da Aeronáutica, que é de 49 e que nunca deixou de ir se desenvolvendo aos poucos, aonde se formaram os engenheiros, inclusive o próprio Osires. Foram eles que saíram e fundaram a companhia, que tem ações do Governo, mas tem muitas ações privadas, negociáveis em bolsa. A própria indústria de foguetes, a AVIBRÁS, também é de gente que saiu do CTA. O Governo tem ajudado, mas a AVIBRÁS, por exemplo, não é estatal. O Governo tem emprestado dinheiro, tem adiantado, mas ela não é estatal, e para ela era fundamental essa venda ao Iraque, por exemplo. Depois disso, ela já fez um contrato para venda à Arábia Saudita, mais importante. Fez um tipo especial de foguete não inteligente, para saturação de área à distância, 30 km, até 60 km, que, no momento, é o melhor do gênero que há no mundo. Você dirá, porque é óbvio: “Se Estados Unidos, Alemanha ou Japão quiserem fazer um foguete desse tipo, vão acabar fazendo melhor”. Pode ser, mas é uma etapa importante e a vantagem comercial pode durar um ano e meio, dois anos.

A.C – ...aparecem.

S.G – Temos que partir para outra daqui a pouco, mas já estamos ocupando um espaço que, mesmo não sendo da maior sofisticação, é importante. Há um mercado para esse tipo de armamentos. E assim por diante, na ENGESA, Bernardini, etc. Cabe observar que, no caso dos aviões, o grosso são partes vindas do exterior. O que há de brasileiro num Bandeirante, será pouco mais de 50% do valor. O resto é tudo importado. Os motores são importados. Poucos países fazem motor de avião. Os Estados Unidos, a URSS, a Inglaterra, que tem a Rolls Royce, o Canadá que tem a Pratt Whitney. E mais ninguém. Nem a França faz motor de avião. Não é econômico. Há que vender ao mundo todo para ter séries suficientes que justifiquem a produção. Elementos essenciais de aviões “avionics” são importados. Nós não fazemos aqui.

L.P – Ministro, eu tinha uma curiosidade, quer dizer, o senhor falando, falou muito da Aeronáutica, quer dizer, a Aeronáutica tem um papel muito importante, nessa questão dos aviões, da venda, tudo. E o Ministro Délio parece que tem todo interesse no reforço dessas...

S.G – Sem dúvida. Mas é preciso saber: a EMBRAER é separada. Não é uma repartição.

L.P – Não, tudo bem, tudo bem.

S.G – O CTA é que é uma coisa dependente. E muito bem, admirável como organização.

L.P – O que eu me pergunto, não é? É se caminhou sempre em harmonia a questão do interesse da venda de aviões para diversos países e a orientação da política externa mesmo. Se houve, algum momento em que interessava a venda de algum avião, para um determinado país, que não se adequava bem às linhas...

S.G – À política externa.

L.P – Isso.

S.G – Não, em geral, pelo seguinte: o sistema de venda de equipamento militar está regulado internamente por normas que funcionam. Ele passa primeiro pela Força Armada que tem interesse naquela arma e que pode atestar a qualidade, para não se vender porcaria, e que, quando tem interesse em comprar, tem obviamente preleção. Depois, passa pelo Ministério, que dá uma opinião sobre implicações de política externa. E termina no Conselho de Segurança Nacional, Secretaria do Conselho, que dá o parecer final e leva ao Presidente. Naturalmente, há alguns casos de alguns países e alguns produtos em que as vendas já parecem rotina, mas nós temos que manter o sistema, porque a conjuntura pode mudar. Quer dizer, a situação de um país comprador muda, o nosso relacionamento com ele também pode mudar. É preciso se consultar a cada caso, embora agilizando os trâmites, de modo geral, nunca houve problemas. Um assunto que veio a furo, a público, foi o dos aviões Tucano para Honduras, não é isso? Nós tínhamos tomado uma posição desde 82, se não me engano, de não vender nem para Honduras, nem para Nicarágua, nem para El Salvador, pois esses países que estavam envolvidos, em questões de risco para a paz. Inclusive, em apoio ao próprio Grupo de Contadora, que tinha, como um dos seus objetivos, a desmilitarização da área, a redução dos níveis de armamentos. Nós sabíamos perfeitamente que os russos davam armamentos para a Nicarágua, por um lado, à vontade, e os Estados Unidos, por outro lado, para o Governo de El Salvador e para Honduras, etc. Mas, de qualquer forma, como nós dávamos apoio a Contadora, nós nos abstinhamos de fazer negócios de armamentos com esses países. Agora, o que é que

acontece? O Tucano, tecnicamente, não está na lista dos equipamentos militares sujeitos a esse processo, porque é um avião de treinamento, embora, possa ser usado para operações de guerra. Na base de apoio a forças de terra, e coisas assim. Tem alguma utilidade, dependendo do tipo de equipamento que exista entre os adversários. Você pode também completar o avião botando uns foguetes, uns troços. Então, isso criou um certo problema, o pessoal pró-Nicarágua do Congresso reclamou. Não fui ao Congresso, porque tudo que se sabia, tudo o que havia a dizer, nós tínhamos dito aos jornais. Tínhamos explicado que o assunto não passar pelo processo político de checagem de venda de armamentos. É discutível se é um equipamento militar ou não. O que se pode discutir é porque é que está fora da lista um problema mais de ordem técnica. Na verdade, qual o limite para se considerar um equipamento como militar? Até de uma avioneta civil se pode lançar manualmente uma bomba. Depende do tipo de conflito. Uma explicação, já pública e racional, serviria apenas para escarafunchar o problema da América Central, em que o país não teria vantagem nenhuma naquele momento. Não houve problema nenhum. Nem houve andamento no requerimento do pedido para que eu comparecesse. As próprias direções das Comissões de Relações Exteriores estavam de acordo em que não era conveniente. Serviria apenas para botar fogo nesses assuntos, num momento impróprio para nós. E foi um dos raros casos em que eu não me voluntariei a ir de uma vez ao Senado ou à Câmara, tendo havido uma demonstração de interesse por parte de congressistas.

A.C – Ministro, o que me impressionou muito nos diversos casos que nós examinamos aqui, inclusive nessa questão também dos armamentos e dos aviões, etc., é a enorme confluência da política externa e da política militar, não é? Quer dizer, houve, realmente, uma concordância, um acordo tácito, que me pareceu muito consistente, no sentido de que os militares deram respaldo a essa política externa que foi desenvolvida nos últimos 8, 10 anos, mais até, 12 anos...

S.G – Onze anos.

A.C – ...e que, por outro lado, também, enfim, eu acho que o Ministério, de certa forma, compreendeu e colaborou também com as inquietudes dessas áreas nos vários casos que o senhor nos contou. Por exemplo, Cuba, enfim, América Central. Os casos que pareceram mais delicados, foram contornados.

S.G – Nós levamos em conta todos os fatores internos. Havia nas Forças Armadas, frequentemente, entre indivíduos membros das Forças Armadas, incompreensões, dúvidas, etc. Mas os Ministros militares sempre estiveram afinados com o Presidente. E, os vários segmentos militares entenderam muito bem a política externa. No caso em particular, da denúncia do Acordo Militar com os Estados Unidos, as Forças Armadas estiveram completamente de acordo, por motivos que já expliquei. A Aeronáutica tinha uns problemas, porque ela ainda depende, bastante mais do que as outras duas, de equipamento americano. Mas, enfim, havia maneiras laterais de resolver isto. No caso das exportações de material interna dentro do Governo em que o elemento de política externa entrava, e era decisivo, a rigor. Quer dizer, nunca houve um caso em que a recomendação do Ministério não tivesse sido acatada no Conselho de Segurança. Houve uns dois casos em que me falaram do interesse na venda, e nós abrandamos um pouco, mas dentro de limites muito racionais e objetivamente defensáveis. Também, nós não tínhamos uma inibição excessiva. Tínhamos em função de critérios gerais, para certos casos muito específicos. No continente, por exemplo, no período em que havia ainda os resquícios da guerra do futebol entre Honduras e Salvador, não vendemos a nenhum dos dois. Houve um período na Guatemala, também, de ameaças contra Belize, além dos problemas de guerrilha interna, em que nós, sem tomarmos uma decisão formal, empurramos com a barriga as vendas para a Guatemala...

[FINAL DA FITA 35-B]

S.G – ...as vendas para a Guatemala, e assim, por diante. No caso do Marrocos, também, parecia que uma promessa de compra de armamentos excessiva tinha motivação política; seria preferível ou uma venda menor ou escalonada por um período de vários anos, porque tínhamos boas relações e comércio também com Argélia, e os dois países estavam em uma fase difícil no momento. Acabou não se concretizando o interesse marroquino pela compra. O único problema mais sério foi esse do oferecimento iraniano para compras, em grandes proporções. Era extremamente atraente, não é? Mas aí havia razões políticas muito sérias decorrentes do relacionamento do Brasil com o conjunto da região, motivos que não podíamos deixar de acentuar e que foram muito compreendidos no Planalto.

A.C – Houve a impressão, também, de que, de certa forma, os assessores do Presidente, quer dizer, o General Venturini e o General Medeiros, de certa forma eles compartilharam mais, não é?

S.G – Muito!

A.C – ...desses princípios da política externa do que propriamente os Ministros militares, que muitas vezes, não por indisposição, mas por questões de interesses, como o senhor citou, por exemplo, o caso da Marinha...

S.G – Eram mais setoriais, é.

A.C – ...o caso da Aeronáutica, às vezes _____...

S.G – Porque, no fundo, eram mais setoriais e os outros tinham que ver um pouco o conjunto. Sempre tive muito contato com eles numa base de explicar. Porque, eu não podia estar vendo o Presidente diariamente. Eles é que viam, o Chefe da Casa Civil, o chefe da Casa Militar, o Chefe do SNI, o Secretário do Conselho. Então, eu sempre tive contato grande com eles, para que eles se mantivessem a par de certos pontos essenciais, além de mandar as minhas informações escritas ao Presidente, em grande número e que ele lia, todas. O Presidente uma vez reclamou, que eu o massacrava com papéis, que ele passara toda a noite do sábado, lendo-os. Lia, mesmo. E lia com muita rapidez.

A.C – Quer dizer, não é verdade essa história de que o Figueiredo não lia.

S.G – Não. Lia, sim.

A.C – Porque houve muito disso. Dizer que o Presidente Geisel era um grande leitor de relatórios...

S.G – O Geisel era, se interessava por tudo.

A.C – ...e que o Figueiredo, não.

S.G – Informações minhas, e muitas, que depois eram devolvidas com a aprovação dele, está lá, sublinhadas, com comentários na margem e coisas assim. Estão no Arquivo do Ministério. Estão lá para o futuro, não é?

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

A.C – Certo. Então, o senhor estava dizendo que o ...

S.G – Ele sempre me apoiou. Num caso ou noutro, teve uma dúvida, como eu já contei na história do reconhecimento do Governo sandinista. Mas compreendeu muito bem. Nisso o Golbery me ajudou, porque eu comentei com o Golbery que não adiantava atrasar. Todo mundo ia reconhecer, mesmo os Estados Unidos, depois da Resolução da OEA, etc. Mas sempre me apoiou. Como eu disse, lia com grande rapidez e rápida compreensão.

A.C – E o senhor o via com que frequência?

S.G – A cada duas semanas, somente. Entretanto, quando tinha necessidade, pedia audiência extra. Ele se interessou muito por coisas de política externa. Era um tipo de assunto em que se tratava do Brasil como tal, em geral. Nele não predominava o aspecto partidário, ou um interesse apenas setorial.

A.C – Exato.

S.G – Uma vez, na sala de espera, um Ajudante de Ordens comentou que “O Chefe hoje está muito irritado”. Tinha havido qualquer coisa que o irritara. Eu entrava e ele falava com o maior descontraimento, sem problema. Acho que meu despacho quebrava um pouco aquela pressão dos assuntos dos outros Ministérios. Despesas brutais, reclamações de algum Governador, imprensa etc.

A.C – Quer dizer, questões ou ...

S.G – ...ou econômicas.

A.C – ...ou econômicas, que são muito difíceis, realmente, muito complexas, não é?

S.G – Difíceis ____ na base de interesses contrariados ou da impossibilidade de fazer o que se desejaria. E, na parte de relações externas, graças a Deus, nunca houve um passo em falso, não é? Nesses seis anos. Isso eu posso dizer. Nunca houve nada que fosse feito de que ele tivesse que se arrepender depois.

A.C – Quer dizer, foi, de certa forma, uma área que o gratificou muito.

S.G – Eu acho que sim. Ele nunca me disse especificamente, mas acho que sim. Não é que tivesse uma grande compreensão para as peculiaridades do trabalho diplomático. Devia achar aquilo por vezes, um pouco, conversa fiada. E só deu certo, justamente, porque foi feito com competência diplomática e sob diretrizes do Presidente.

A.C – Mas eu fico pensando, Ministro, se no fundo haverá coisa mais parecida do que o Itamaraty e o Exército, não nos seus conteúdos específicos, mas na sua estrutura organizacional, na sua...

S.G – São muito diferentes nas tarefas, mas, nesse ponto que você levantou, existe de alguma forma uma similaridade de espírito, nesse sentido de que é o único Ministério Civil em que há uma carreira central, baseada em cursos e concursos, que é hierarquizada e disciplinada.

A.C – Exatamente.

S.G – Isso tem uma certa parecença com as Forças militares. Um tipo de hierarquia e disciplina menos formal, mas muito precisa. Eu contei essa história, não é? Você tem um grupo de gente do Ministério em casa para almoçar, só gente do Ministério. Você diz: “Sentem-se aí como vocês quiserem”. E todos se sentam segundo o Almanaque... Não há a menor... (Risos) Em dois minutos, está todo mundo sentado, onde devia estar mesmo, não é? Os casais, separados, tudo direitinho. Certas formas de atual são necessárias. Você imagina uma embaixada aí fora, uma embaixada grande, com um embaixador e cinco, seis diplomatas, oito, dez. Com vinte, trinta administradores. Ou até, pior ainda, uma embaixada pequena, onde está o embaixador, um secretário e dois ou três administrativos. Se não houver disciplina, se cada qual puser em discussão a autoridade do Chefe, fica

uma situação horrível e, o que é inadmissível, cada qual falando para o estrangeiro, para as autoridades locais, de uma forma diferente. Não pode! Tem que ser tudo centralizado, não é?

A.C – Inclusive porque o poder é delegado, não é?

S.G – É delegado, lógico.

A.C – Quer dizer, é uma extensão do país num outro país.

S.G – Num outro país, é. Tem que ser unívoco. Então, a disciplina é necessária. E, nós temos isso razoavelmente. Nem todos os serviços diplomáticos têm. Não é raro você ver socialmente – isso eu vi no curso da minha carreira, em épocas mais remotas, evidentemente – um Secretário estrangeiro meter o pau no seu próprio Embaixador na frente de estrangeiros e de autoridades locais. Isso, no nosso serviço, geralmente não acontece. Pode acontecer, mas é a exceção raríssima. O sujeito pode detestar o Embaixador, achar que está tudo errado, ou até que a posição do país está errada, mas, com o estrangeiro, não deixa transparecer. Uma vez, quando eu respondia por organismos internacionais, havia um coronel que trabalhava no Conselho de Segurança que me foi ver por causa de um assunto e se acostumou. Depois, até às vezes ia me ver sobre assuntos que não eram da minha área. E sugeria: “Mas isso não é meu. Isso é do meu colega Fulano”. Ele retrucava: “Eu sei, mas o que é que o senhor acha?” E, uma vez em que eu estava conversando com ele entrou o Marquinhos Azambuja, que era meu assistente, naquele foguetório dele, com sua inteligência espocando a grande velocidade. Há via discussão, um assunto qualquer na Assembleia da ONU, acho que de Oriente Médio, o Marcos deu lá um palpite: “Então, vamos fazer assim, assado e tal. Guerreiro, o que é que você acha? Eu acho que nem há dúvida, devemos fazer”. Respondi que não, não vamos fazer assim, vamos fazer assado. E o Marcos imediatamente concluiu. “Está bem. Você quer, vamos fazer.” E o Coronel depois comentou comigo: “Isso no Exército não acontece. Se um Coronel diverge do General, a esse ponto, o mínimo que ele faz é fazer um memorando, para constar dos Arquivos que ele tem um opinião diferente”. No Itamaraty, nos falamos francamente, mas para escrever é preciso uma divergência muito grave.

A.C – Quer dizer, que são mais disciplinados que os militares.

S.G – Não digo isso. Disse ao Coronel: “Olha, aqui o pessoal não tem tempo de estar fazendo esse tipo de memorando, não”.

A.C – Mas, de certa forma, isso até pode se aplicar ao Brasil, também, não é?

S.G – Não era por disciplina automática. Marcos, que me conhecia bem talvez, tenha percebido imediatamente, sem necessidade de menores explicações, que eu tinha alguma razão para não decidir na hora, não é? Mas o Coronel ficou impressionado com aquela disciplina absoluta.

A.C – Mas, de qualquer forma, quer dizer, de certa forma o que ele disse se aplica ao Brasil, também, porque realmente os diplomatas foram, em termos políticos, não é? Foram sempre muito mais disciplinados do que os militares, que às vezes entram, irrompem, não é?

S.G – Bom, os diplomatas não têm armas para...

A.C – Exatamente. Quer dizer, são funcionários mais ordenados, digamos assim.

S.G – Não têm força, nem têm expressão política interna. Nem devem ter.

A.C – Mas haverá outros, talvez, outros elos profundos entre as duas instituições. Eu fiquei pensando. Por exemplo, o senhor estava falando no interesse nacional, não é? E o Presidente Figueiredo, no fundo, se tocava, não é? Com os temas que estavam sendo resolvidos.

S.G – É, onde era mais claro um interesse nacional suprapartidário, não setorial, não regional.

A.C – Exato. Por exemplo, eu fico pensando que os militares...

S.G – De modo que isso entrava mais no quadro mental dele, talvez, embora viesse ele de um ambiente diferente, em que os parâmetros de atuação seriam diferentes.

A.C – Exato. De certa forma, o Itamaraty, por exemplo, e o Conselho de Segurança Nacional não são coisas tão diferentes em termos de coordenação. Quer dizer...

S.G – Têm que se coordenar muito, coordenar muitíssimo.

A.C – E, por exemplo, historicamente, houve serviços que o Ministério prestou ao país, como, por exemplo, a questão das fronteiras, não é? A consolidação do território...

S.G – Até hoje, em questões de fronteiras tudo é feito em coordenação com o Conselho de Segurança. Qualquer obra na fronteira, questão de concessão de terras na fronteira, em tudo isso o Ministério é ouvido, ou o Ministério provoca a Secretaria do Conselho. E vários outros. Essa questão, como eu disse, de venda de armamentos passa necessariamente, pelo Itamaraty, em todos os casos, e se conclui no Conselho.

A.C – Eu queria perguntar ao senhor, quer dizer, como é que o Ministério interagiu com as forças políticas dentro do Ministério ao longo desse processo político de abertura, enfim, em que realmente houve um momento em que os próprios grupos militares estavam, se não divididos, pelo menos houve dificuldades, não é? Por exemplo, a questão do Golbery com o General Medeiros, enfim, porque houve tensões sérias.

S.G – Nunca me envolvi diretamente nessas questões. Do ponto de vista dos meios políticos, o que me preocupou sempre foi ter relações corretas com o Congresso, com as Comissões de Relações Exteriores e com os Presidentes das Casas, etc. Não ia lá frequentemente. Acho que, também, não há porque o Ministério ir com frequência. Mas fui várias vezes. Tem até um livrinho aí, que eles publicaram, com os meus depoimentos lá no Congresso e tudo.

A.C – Não, esse livro eu não sei, não. Eu sei que o Sr., enfim...

S.G – É, eu acho que tinha um ou não?

A.C – ...o senhor foi liberado daquela sabatina tradicional agora, não é? Para...

S.G – É, pois é, quando eu fui me despedir lá.

A.C – Serão os seus depoimentos na Comissão de Relações Exteriores?

S.G – Ah, está aqui! A forma está muito ruim. Algumas dessas coisas não foram revistas. Alguns dos depoimentos tocam em muitos pontos de política externa, numa base, realmente, de explicação quase didática de posições, etc. Há sobre Malvinas, sobre Terceiro Mundo - Primeiro Mundo, que foi provocando por umas declarações do Campos na Comissão de Relações Exteriores. O Pedro Simon, é da oposição, sugeriu que eu fosse convidado para poder rebater. E, houve um certo consenso. Também, fui me despedir, agora, antes de ir a Roma e estive com os Presidentes das duas Casas e os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores. Na Câmara, eles estavam em sessão informal na hora que me haviam marcado, a sessão continuava, e o Presidente interino, que era do Paraná, não me lembro agora, porque o Deputado Colin estava doente, me fez entrar, me fez sentar lá, falou, etc., e aí, todos falaram. Eu acho que contei essa história, não é? O Deputado Nomura, o Bierrenbach, o Deputado Benjamin, da Bahia, o Deputado Teixeira, do Piauí, que é Presidente da Seção Brasileira do Parlamento Latino-Americano, todos eles com elogios rasgados, etc. naturalmente, depois eu agradeci. No agradecimento, eu me referi à existência de um consenso, que defini assim: “Não, quer dizer, que não haja opiniões diferentes, ou que tido o que se fez, fosse aquilo que cada grupo aqui faria”. Quer dizer, havia consenso, no sentido, de que houve uma aceitação geral, de que o que foi feito em política externa era aceitável por todas as pessoas. Realmente, não tive propriamente uma oposição no Congresso. Houve gente que queria que se fosse mais longe ou se ficasse aquém em casos concretos. Há gente, por exemplo, que acha que nós devemos mandar Embaixador para a África do Sul. Outros, ao contrário, que acham que devemos romper relações com a África do Sul. Há quem ache que nós devemos dar um apoio mais direto a Contadora, financiar a Nicarágua, etc. Outros que dizem: “Os sandinistas são uns comunistas, Pau neles!” Quer dizer, havia, como é natural, posições mais extremadas. Mas, de um modo geral, foi aceita posição nossa nesses casos mais agudos, posição muito matizada, muito equilibrada, discreta, às vezes, e que evitava tirar crédito do que se fazia. Houve uma certa compreensão de que essa atitude decorria de uma interpretação do interesse nacional na conjuntura, sem outras motivações. Mesmo

com relação à Cuba, muitos desejariam o restabelecimento das relações, mas o clima geral não era favorável e, a rigor, nós não tínhamos um interesse nacional maior nisso. Não havia porque dar ao assunto prioridade. Mesmo assim, nesse período, nós fomos muito menos agressivos quando falávamos sobre Cuba. Eu mesmo falei, sempre em termos quase, que de teoria de relações internacionais, sem dizer nada que fosse agressivo com relação a Fidel Castro ou qualquer aspecto interno de Cuba.

A.C – Quer dizer, o senhor se empenhou, de certa forma. Quer dizer, esse resultado feliz nas relações com o Congresso, não foi puramente espontâneo. Quer dizer, o senhor teve preocupação em cultivar essas relações, em esclarecer...

S.G – Sempre tive essa preocupação. Recebia qualquer um que quisesse, dei esclarecimentos informais, muitas vezes, em conversas. Nunca deixei de dar atenção. Evidentemente, o meu caso era diferente do caso dos Ministros da área econômica. Era mais fácil em certo sentido, se você quiser. Havia menos interesses pessoais ou setoriais concretos envolvidos de dinheiro ou do que fosse, não é? Esse excelente relacionamento se expressou nesta Reunião da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e na minha visita de despedida. Homens da oposição, Ulisses Guimarães, Fragelli, que estavam presidindo as duas Casas, não podiam ter sido mais positivos e simpáticos a meu respeito. Isso não é por habilidade minha. É porque a própria matéria de que tratava, de certa forma, como eu disse, não criava um pomo de discórdia em termos partidários no Brasil. Pelo menos no essencial. Apenas por isso.

A.C – De certa maneira, em algum momento, o Ministério das Relações Exteriores talvez, tenha sido o vértice do que nós podemos chamar, uma certa política nacional, que em parte os militares apoiavam e em parte a oposição apoiava. Quer dizer, militares e oposição se entendiam muito pouco, mas, no fundo, ambos confluíam para algumas coisas, que me parecem muito importantes, e com as quais, o Ministério esteve envolvido. Essa questão da defesa do mercado, não é? Da informática, essa questão de um certo nacionalismo, digamos, entre aspas.

S.G – Sem demagogia, sem...

A.C – ...sem a conotação mais política, mais mobilizante, mas como uma defesa, digamos.

S.G – ...ou ideológica, no sentido de achar, que essa é uma atitude necessária contra o “imperialismo americano”.

A.C – Exato, mas uma defesa consistente dos interesses nacionais, não é?

S.G – Consistente, nos casos concretos, não é?

A.C – Exatamente. E aí, eu perguntaria ao senhor por que houve uma cisão ao nível dos quadros, dos grandes quadros da diplomacia brasileira, não é? Eu acho que o Roberto Campos, por exemplo, que é uma figura ilustre e respeitadíssima, etc., foi um pouco o defensor, e tem sido, de uma outra política do que esta que está aí. Quer dizer, uma política provavelmente muito mais alinhada, uma política que sonha com um Brasil, que seria alguma coisa, se eu entendi bem, entre Taiwan e Hong-Kong, que não sei bem o que é que ele pensa, mas, enfim...

S.G – É, um Taiwan grande.

A.C – Um Taiwan maior, não é? E eu vejo que esta linha, não é? É uma linha muito presente hoje, não é? Eles foram muito agressivos contra o Ministério, o Meira Penna , enfim, criticando o comunismo dos seus assessores...

S.G – ...dos barbudos.

A.C – ...dos barbudos, e a juventude deles. Enfim, é uma política de maior alinhamento, não é? Uma política mais liberal, no sentido clássico da palavra, que aproximaria mais o Brasil dos Estados Unidos. Como é que o senhor vê, enfim, essa polêmica e o encaminhamento dessa questão? O senhor acha que isso, essa posição pode recrudescer dentro de um regime que seja mais liberal, mais aberto, não é? Mais civilista, mas, ao mesmo tempo, também mais vulnerável nesse ponto, não é? A esses interesses?

S.G – É. Um regime democrático mais autêntico aqui é mais permeável a pressões externas. Isso é normal. Mas, se um país não tem capacidade, por ele mesmo, de desenvolver e fazer funcionar um sistema democrático representativo, com um grau

considerável de liberalismo, então, é melhor que ele não tenha democracia. Eu acho. Não é que haja um sistema melhor do que a democracia. Não haveria, não há, não vejo. Mas, enfim, ela corresponde a um certo tipo de sociedade, a uma certa concepção, de visão do mundo. E, é natural, que faça surgirem discordâncias, pontos de vistas diferentes, inclusive, sobre política externa. É natural também, num regime desses, se você quiser, mais aberto, que interesses estrangeiros possam ter um maior acesso ou influência...

A.C – Em matéria de lobbies, enfim...

S.G – Lobbies, influência na imprensa e tudo isso. Mas, eu tenho a impressão de que em todos os momentos – pode ser que eu me engane – a linha da política externa era satisfatória para a opinião pública, apesar dos jornais, às vezes, criticarem, o que é normal. Mas, eu acho que se, apesar de não ter havido propriamente aplausos da imprensa, nunca houve uma dificuldade para a política externa no Congresso. Nunca, senti nenhuma pressão por parte de grupos sociais organizados contra. É verdade, que no Brasil não há muita militância, mas, de qualquer maneira, acredito que houve uma aceitação generalizada, de que o que se fez nesse campo correspondia honestamente ao interesse do país. Eu acho que tal opinião prevalecerá, mesmo que haja uma discussão, mais intensa ou uma organização maior dos críticos que desejariam outro tipo de política externa. Acredito que o que pode acontecer, e aí, seria muito negativo, no caso de se acirrar uma disputa, seria o recurso à demagogia de um lado e do outro. Mas, não creio que nenhum Governo nosso no futuro próximo, mude radicalmente. Um Governo democrático num país como o Brasil tem muito mais medo da imprensa. Antes de 60, era um pouco assim. Ministros tremiam nas bases, ficavam preocupados. Hoje em dia, será a televisão que terá esse poder. Os governantes têm que ganhar uma eleição. Têm medo de serem atacados, xingados e coisas assim. Que não era o meu caso. Não tinha nenhuma pretensão de tipo eleitoral que, no meu caso, seria ociosa e frustrante. Quando há tal pretensão, há um enfraquecimento da capacidade de agir autonomamente. Sobretudo porque esse tipo de pressão, na minha opinião, geralmente não vem de baixo, não vem das bases. Há um erro de cálculo nessas coisas, eu acho. Por exemplo, esse tipo de pressão que se expressaria, digamos, de uma forma coincidente com a posição do Campos ou do Meira Penna, que é mais extremada até, eu creio que jamais viria das bases mesmo. E aí, vai depender do homem político, saber avaliar essas coisas. Saber a quantas, ele anda em termos de apoio, não é?

A.C – O que o Campos deseja, no fundo, é também essa famosa política do... diplomacia dos resultados? Quer dizer, mais exportação, mais... Como é que o senhor vê?

S.G – Isso todo mundo deseja, não é?

A.C – Não, porque a acusação implícita que ficava é exatamente aquela...

S.G – O Itamaraty tinha saído do centro da negociação econômica, não é?

A.C – ...de que o Itamaraty tinha... É, estava fazendo uma política, política, e não uma política _____... Exato.

S.G – É retórica. Isso é fácil de responder. Aliás, dei uma resposta justamente na Comissão de Relação Exteriores do Senado, em termos gerais. Está nessa publicação. O que se fez em matéria de promoção comercial, em matéria de negociações econômica, propriamente contra medidas protecionistas, tudo isso, revela atenção e mesmo desvelo. Em matéria de apoio às pretensões de prestadores de serviços no exterior, o apoio que temos dado tem sido total. Não há, não houve, uma medida de tipo econômico restritiva contra o Brasil que tivesse tido qualquer motivação de política externa ou que fosse discriminatória contra o Brasil como retaliação econômica e alguma atitude política nossa. Na verdade, não houve nunca isso. Então, como é que é possível culpar o órgão das Relações Exteriores por coisas que não existiram?

A.C – Essa parcela de 30% de trocas, enfim, como países do Terceiro Mundo – é mais ou menos essa cifra, não é? – é uma cifra que se manteve estacionária no seu Governo ou...?

S.G – Não, não. Em 81, chegou a 41%.

A.C – Chegou a 41%. Quer dizer, houve a queda por conta da crise.

S.G – Da crise, Então, esses países todos, como nós, ficaram com um problema de liquidez.

A.C – Quer dizer, era 41 para esses países de Terceiro Mundo, mais ou menos 20 para os Estados Unidos, não é?

S.G – É, por aí. Em 81, foi 17 e qualquer coisa para os Estados Unidos, 41 para o Terceiro Mundo, sendo que 18% para a América Latina. A CEE importava quase 30%. Depois dos Estados Unidos vinha o Japão sozinho. Importava acho que perto de 10%. O Leste Europeu, cerca de 8%, uma coisa assim. Isso tudo, evidentemente, mostra que individualmente, de longe, o maior mercado é o dos Estados Unidos. Mas isso é óbvio. E, depois da crise, passou a ser até mais. Mas isso não é uma razão para você menosprezar as outras possibilidades...

[FINAL DA FITA 36-A]

S.G – Mas isso não é uma razão para você ignorar as outras possibilidades.

A.C – Diversificar essa pauta.

S.G – Diversificar. Por exemplo, nos Estados Unidos, como eu já expliquei, o problema de comércio, propriamente, não depois maiormente de decisões diretas do Governo americano de comprar ou facilitar, etc. As decisões do Governo americano que nos podem facilitar ou prejudicar são negociadas bilateralmente, ou em termos de GATT, relativas às barreiras tarifárias e não tarifárias, a protecionismo, à competição em terceiros mercados, com ajuda do Governo Federal, etc. Mas, fora deste quadro normativo definido, o resto é basicamente livre. Vende quem pode, compra quem quer. Então, o que é que o Ministério das Relações Exteriores, pode fazer? Ele tem o seu Serviço de Promoção Comercial, tem os seus escritórios. Ele presta informação a qualquer exportador brasileiro, hoje em dia, tão rápida que quem se interessar em saber quem nos Estados Unidos compra o que, tem a informação completa em 48 horas. Está tudo computadorizado, ligado a bancos de dados nos Estados Unidos, e coisas assim. Qualquer sujeito, que chegue a Nova York e vá ao SECOM do consulado, ao Escritório Comercial, tem todo o apoio possível. Agora, nós não fazemos os negócios, lógico, porque isso não é função diplomática.

A.C – É muito pedir, isso é muito pedir.

S.G – Aí, não seria uma função diplomática. Naturalmente, é o operador econômico que faz o negócio. Mas, nós damos todas as informações disponíveis e podemos promover os contatos com quem realmente seria útil que ele tivesse um contato. Dar informações sobre hábitos locais e todo. Editamos livrinhos, que esclarecem como exportar para tal ou qual país e coisas desse tipo. Agora, isso é o que todos os países organizados fazem em matéria de promoção comercial. E nós fazemos isso, modéstia à parte, muito bem.

A.C – De qualquer forma, Ministro, enfim, o senhor dá uma visão...

S.G – Há uma certa confusão de alhos com bugalhos, como aquela coisa que o Maluf disse, que as Embaixadas devem ser postos de venda, o que é estranho e mesmo incompatível com a função diplomática. Posto de venda, propriamente dito, é o escritório de firmas, de tradings. Não são repartições do Governo. Nós mesmos não aceitamos que uma repartição de um Governo estrangeiro goze aqui de qualquer imunidade ou privilégio se ela se dedica a praticar atos de comércio regularmente. Ela aí passa a estar estritamente sob a jurisdição das leis brasileiras, como qualquer escritório de representação comercial. Como é que vamos querer transformar as nossas Repartições diplomáticas e consulares lá fora em escritórios de venda? Não é isso, elas nunca fazem, nunca concluem o negócio. Elas podem acompanhar e levar o interessado até concluir, segundo sua conveniência. Mas, você não vai discutir nem fazer o negócio.

A.C – Ministro, voltando um pouco ao Ministério, quer dizer, o senhor deixou bem claro que a sua relação era uma relação direta com o Presidente e com os assessores que lhe davam apoio, etc.

S.G – Que estavam com ele o tempo todo.

A.C – Mas o senhor, enfim, sentiu o apoio incondicional de outras áreas? Por exemplo, na área econômica visivelmente havia algumas diferenças, pelo fato de que estavam, inclusive, atuando, às vezes, em...

S.G – ...autonomamente, com falta de informação mútua.

A.C – Exato.

S.G – O que se consertava periodicamente, mas, enfim...

A.C – Exatamente.

S.G – Eu tinha um certo trabalho de procurar que o fluxo, pelo menos, de informações mútuas se verificasse. Em certos raros momentos, no entanto, a própria área econômica, até nos pedia para atuar.

A.C – Mas, de qualquer forma, não me parece que a filosofia do Ministro Delfim Netto, seja esta filosofia que o senhor defendeu aqui nesse longo depoimento. Quer dizer, é uma visão, acho eu, muito mais instrumental, talvez, muito menos...

S.G – É, ele tinha um problema diferente, também, não é? Ele não acredita muito em planejamento a longo prazo, no que talvez tenha razão, se planejamento for rígido ou visto como panacéia. Ele era muito um homem de ir locando os troços, examinando cada caso nas suas implicações imediatas, e assim por diante, conhecendo muito bem os seus assuntos. Ele achava, como muito gente acha, que diplomacia é um pouco conversa fiada, não é?

A.C – Pois é. Não, eu me pergunto, por exemplo, o Ministro Delfim, com esse abacaxi que ele tinha na mão, que é essa dívida externa do tamanho do mundo, se ele realmente não estaria disposto a negociar certos princípios, não é? Como a informática, a questão da nacionalização dos bancos, por exemplo, que nós não tocamos. Se ele não estaria disposto a ceder isso em troca de uma facilidade para resolver essa questão.

S.G – Mais imediata.

A.C – É.

S.G – Ah, isso eu não sei. É difícil falar do que os outros pensam. Quando você entrevistar...

A.C – Quando a gente entrevistar o Ministro Delfim Netto...

S.G – ...o Delfim, ele poderá lhe dizer. Eu não sei. Houve coisas, que nunca pude averiguar. Quer dizer, quando nós estávamos no Canadá, na volta do Canadá, me mostraram recortes de imprensa. Eu vi vários, no fim de julho de 81 (eu creio que foi quando fomos lá), nas páginas econômicas dos jornais. Todos no mesmo sentido, sendo que um deles, acho que a coluna do Joelmir Betting, referia que até um Ministro da área econômica tinha comentado que as dificuldades para a rolagem da dívida se deviam em grande parte à política externa “independente” do Brasil, o que é um disparate. Enfim, era a busca de um culpado, de um bode expiatório, para uma dificuldade que decorria de circunstâncias óbvias naquele momento. Não tinha nada que ver com a política externa. Foi em 81 ou 82, quando da visita ao Canadá. Mas isso morreu. Ninguém disse claramente de onde tinha vindo o comentário. Eu resolvi partir do princípio de que não poderia ter vindo de um Ministro do Governo Figueiredo, porque nesse caso, ele estaria traindo o próprio Presidente. E a política externa, ao contrário do que os críticos diziam, não era a “política do Itamaraty”; isso não existe –, política externa, num regime presidencial como o nosso, é a política do Presidente. O Ministro é o principal assessor e o principal executor nessa política. Mas é só isso. Quando queriam criticar, diziam ou insinuavam que era uma coisa do Ministro, ou até dos barbudos que o assessoravam, quando nada foi feito de importância que não fosse uma decisão de Governo, mesmo. De modo que eu achei melhor não passar recibo e entender, que aquilo era coisa de especulação de jornalista ou de comentário de alguém que não estava autorizado a falar em nome de Ministro algum, etc. E, era uma tal baboseira que realmente não merecia...

A.C – Que outros Ministros, por exemplo, se afinaram bem com essa política, quer dizer, foram entusiastas? Que o senhor sentiu... Por exemplo, Camillo Penna, eu imagino que deve ter tido afinidades com essa política.

S.G – Nunca criou problema nenhum, não. Elogiava muito. Às vezes em que precisamos de usá-lo, em que pedi por exemplo, para ele ir à Feira de Bagdá, ele sempre atendeu. Não é que fôssemos vender coisas nesta Feira, no caso. Mas era parte, digamos, das boas relações com o Iraque. O Iraque fazia questão de que a gente estivesse lá. Então, ia um Ministro nosso para o Dia do Brasil. O Camillo Penna se prestou a isso mais de uma vez. Quando pedimos a ele para presidir a seção brasileira de certas comissões mistas, como

a do Marrocos, ele também foi, sempre com muito boa vontade. O Ministério dele não cobre todos os assuntos de comércio e indústria, como se sabe. O Cals tomava às vezes iniciativas, no princípio, sem se coordenar. Depois, ele se entrosou muito conosco, pois viu que a cooperação do Ministério do Exterior era sempre vantajoso para ele, porque nós sempre procurávamos informar do quadro. E, quando tínhamos uma objeção a alguma coisa, era uma objeção racional, nunca para impedir a iniciativa de outro Ministério. Isso nunca fizemos na base de guerrilha de Ministros, ou de luta por influência, ou para mostrar serviço. Eu nunca me preocupei com tais aspectos. E o Cals percebeu que nós estávamos ali para ajudar, como o Camillo Penna também.

A.C – O Aureliano, quer dizer, não era Ministro, era Vice, mas...

S.G – Nas vezes que ele assumiu a Presidência, na minha área não houve problema. Ele sempre se preocupou em não introduzir modificações nas linhas da política externa e até sempre foi muito elogiativo e amável.

A.C – E o General Golbery, que foi Chefe da Casa Civil um tempo, como é que ele via? Porque depois ele estava muito... Quer dizer, neste final agora, ele foi muito Maluf, não é? Quer dizer, imagino que essas coisas...

S.G – Ele esteve sempre inteiramente de acordo. E, até me ajudou muitas vezes e eu o informava de meus despachos com o Presidente. Precisava de alguém no Palácio, porque cada decisão de política externa se desdobra numa série de outras e tem implicações a que se deve estar atento, porque vai mudando o quadro. Tem-se que manter o Presidente informado. Em outros Ministérios não é tanto assim. Por exemplo, o Ministério dos Transportes tem um plano: construir uma ferrovia X, ou uma estrada de rodagem. A decisão é tomada pelo Presidente. Daí por diante, é execução. O assunto só volta ao Presidente quando há um problema maior: o dinheiro vai acabar, é preciso verba, mais verba; surgiu um problema político com o Governo do Estado, onde está sendo feita a estrada ou o que seja, Mas, quanto ao mais, quanto à execução, não precisa ir ao Presidente. Agora, em política externa os fatos podem alterar-se de hora em hora. No desenvolvimento da posição geral, que nós tomamos no caso das Malvinas, por exemplo, a cada momento havia algum incidente, que podia estourar tudo e que era preciso levar ao mais alto nível ao menos como informação.

A.C – Certo.

S.G – Você tinha que motivar toda aquela equipe do Planalto. Um assunto, como o consenso de Cartagena de uma mobilização dos próprios Presidentes. Durante vários dias, tínhamos pelos canais diplomáticos de juntar todo mundo. Eu mandava cartõezinhos ao Presidente: a reação na Venezuela foi esta, na Colômbia foi aquela, vamos mudar isso, há certos pontos, certas frases que nós pretendíamos incluir na declaração, que vamos modificar para atender a tal país, etc. Ele sempre teve um retrato da coisa, como evoluía. E, assim muito outros assuntos. Outros assuntos, já não, pois entram numa rotina, quando as posições já são muito bem definidas.

A.C – Mas o General Golbery o ajudou nessa, enfim, no encaminhamento dessas questões ao Presidente Figueiredo?

S.G – No período em que ele esteve lá, sempre. Sempre, sempre. Bem como, depois, o Leitão de Abreu.

A.C – E como é que o senhor reagiu a essa crise que dividiu ao meio o Governo, que foi o caso do Rio Centro, enfim, e que teve realmente repercussões políticas enormes, não é? Inclusive, levou à demissão do General Golbery, enfim...

S.G – É. Eu nunca entendi bem o que é que se tinha passado. Confesso que nunca entendi bem. Nunca, também, fiz uma inquirição dos que tinham ficado. Eu poderia dizer o seguinte: que, tanto no caso do Presidente, quanto no caso do Otávio Medeiros, eles me deram a impressão de não entender bem, porque é que o Golbery tinha chegado àquela decisão. No caso do Otávio Medeiros, mesmo surpresa.

A.C – Porque a ideia que o Golbery deixou entender era que, um pouco, que ele estava sendo derrotado dentro do Governo, não é?

S.G – É.

A.C – ...nessa questão do Rio Centro, enfim. Depois, eu acho que houve o problema da política salarial, enfim.

S.G – É, qualquer coisa assim.

A.C – Mas o senhor, quer dizer, isso não chegou a...

S.G – ...a sentir isso? Não.

A.C – O senhor não chegou a se envolver diretamente com isso.

S.G – Não.

A.C – Não havia, por exemplo, reuniões ministeriais ou consultas...?

S.G – Não, não havia. Em que o assunto fosse debatido no Gabinete, não.

A.C – ...nada disso, que pudessem contaminar, digamos, a área.

S.G – Nunca foi. Apenas eu notei, tanto da parte do Presidente quanto do Chefe do SNI, uma surpresa com a reação do Golbery. Não esperavam. Ou não haviam sentido uma divergência que pudesse levá-lo a tanto. Pelo contrário, se houve divergências, elas teriam sido aplainadas. Mas isso é uma impressão, não é uma opinião minha. É uma impressão que me ficou dos comentários ouvidos.

A.C – Quer dizer, o senhor deu uma participação, por exemplo, do Ministério, sua, pessoalmente, nessa política de abertura do Presidente Figueiredo? Quer dizer...

S.G – Não, isso é uma coisa dele mesmo, e das circunstâncias. Internamente, tive oportunidade de manifestar-me no sentido democrático, enfaticamente e sinceramente, em conferências na Escola Superior de Guerra, em 79 e 80. Eu acho que facilitou a minha tarefa externamente, não é? Em termos do relacionamento com certos países, tipo Venezuela, mesmo o México, e até com os países europeus. Tivemos o cuidado de que nossa situação não nos atrapalhasse, por outro lado, com os países que tinham ditaduras:

Argentina, Chile, etc. Tomamos uma posição, nos discursos do Presidente no exterior, inclusive em alguns desses países, de nos referirmos a democracia, mas, em termos de Brasil, sem extrapolar nada. Sempre com o cuidado de não nos fazermos, como eu disse, mais de uma vez, de juizes ou professores dos outros. Se havia uma prioridade, para a região, se havia um esforço no sentido de criar confiança, de criar um clima de diálogo fluido com todos os países da região, é óbvio que não se poderia adotar uma política militante de democratização internacional e coisas desse tipo. Você tem o Paraguai, você tinha na época a Argentina, Chile e Uruguai, Bolívia (que só muito depois mudou). Então, você tinha que pôr um pouco entre parênteses esses problemas, em termos internacionais. Mas a abertura, sem dúvida alguma, terá tornado mais fácil a Governo de certos países democráticos de se aproximarem do Brasil. A opinião pública nesses países já não tinha objeções. Já não havia uma campanha contra, o problema de torturas, etc. etc.

A.C – E a sucessão presidencial, Ministro, como é que, enfim, repercutiu na política externa, enfim, e do seu Ministério?

S.G – Não senti muito, em termos de nossas relações com outros países, um problema por causa disso. Grande interesse, curiosidade. Quando eu estive na Assembleia Geral em 84, encontrei-me com Ministros do Exterior de mais de 20 países e muitos deles perguntavam. Eu explicava, que não haveria nenhuma mudança, em termos de política externa significativa. Às vezes, os mais chegados, perguntavam: “O que é que acha? Maluf ganha ou Tancredo ganha”. E eu sempre contestava que isto só se ia saber quase que no momento da eleição, porque os dois tinham potencialidades. Nunca entrei em coisas de política interna com Ministros do Exterior de outros países, sobretudo na Assembleia Geral, que foi o momento em que houve mais oportunidade para que alguns me perguntassem. Limitava-me a dar ênfase ao fato de que, quer ganhasse um, quer o outro, não haveria mudança fundamental da política externa e que as relações entre o Brasil e o país do interlocutor se manteriam bem. Fazia um pouco esse blá-blá-blá.

A.C – Mas o senhor tinha candidato?

S.G – Eu não podia ter candidato, não é? Eu não podia ter candidato.

A.C – Por quê?

S.G – Porque eu sempre fui totalmente fiel ao Presidente. Nem podia deixar de ser, senão eu me demitiria. Era membro do PDS, contribuinte. Mas não podia, realmente, nem tinha necessidade, não sendo um político militante, de dizer coisas de apoio ao Paulo Maluf. Porque, afinal de contas, ele tinha feito declarações públicas que implicavam uma crítica à política externa do Presidente Figueiredo. Sendo o candidato do partido do Governo, ele abria a boca para dizer que ele ia botar empresários e políticos nas Embaixadas. Então, era, por implicação, uma crítica a Figueiredo, que não fez isso. Ele dizia que as Embaixadas tinham que ser mais agressivas em matéria de comércio, de vendas, que deviam ser postos de vendas. Então, era uma crítica a todo o esforço do serviço exterior no Governo Figueiredo de promoção comercial, de apoio aos empresários brasileiros, mas sem ultrapassar as normas internacionalmente aceitas, etc. Parecia achar que tínhamos sido, talvez, inertes, insuficientes, etc. Era uma atitude crítica, claramente. Ao mesmo tempo, propunha algo que era incompatível com a própria natureza do serviço diplomático. Porque o diplomata, não é um vendedor propriamente dito, é um sujeito que tem, entre outras, uma certa função de apoiar quem vende, apoiar o operador econômico, mas não ele mesmo realizar ou responsabilizar-se pela operação. Enquanto isso, o candidato da oposição, toda vez que falava, era para elogiar a política do Itamaraty. Não dizia que fosse a política do Presidente. Mas o Itamaraty é um instrumento do Governo, não é mais do que isso. Não é uma entidade soberana, com personalidade jurídica e política própria. Quando se fala da política do Itamaraty é uma forma de falar. De modo que, do ponto de vista daquilo que era minha responsabilidade particular, ficava muito difícil para eu tomar uma posição de apoio ao candidato do Partido do Governo. Mas, como era totalmente fiel, também ao Presidente Figueiredo, jamais diria nada que pudesse implicar uma atitude divergente da dele. O Deputado Maluf é um homem de grande envergadura. Sempre foi amabilíssimo, aliás, como ele é. Sempre me muito pessoalmente, tudo isso. Foi me fazer uma visita. Ele visitou todos os Ministros, se lembra? Marcou dia, etc. Eu preparei uma nota para a imprensa, que dizia mais ou menos assim: o Ministro das Relações Exteriores recebeu hoje o senhor Fulano de Tal, candidato do Partido do Governo à Presidência da República. A conversa girou em torno de assuntos de política externa. O que, aliás, é verdade. Ele perguntou muito sobre Iraque e Irã, a situação de conflito, coisas assim. Ele disse que o meu Ministério era exemplar. Em particular, dizia isso. Sobre o que eu lhe disse na ocasião, não me lembro dos termos exatos, mas o sentido da substância indicada na nota era de que o Ministro acentuou que a política externa é

objeto de amplo consenso nacional e era necessário fosse continuada no interesse do país. Ponto. Mais nada. Essa nota, eu mostrei ao Presidente Figueiredo de manhã e o informei de que, para não haver equívocos, ia dar nota à imprensa. Ele leu a nota e disse que estava muito bem. Quer dizer, ele não me pediu em absoluto que eu desse nenhuma indicação de caráter pessoal com relação à candidatura Maluf. Não pediu, não insinuou.

A.C – Quer dizer, já estava desligado, não é?

S.G – Sei lá. Eu não queria interpretar, nem entrar dentro da cabeça das pessoas.

A.C – Claro.

S.G – Eu acho que isso é uma coisa muito delicada. De modo que eu me senti inteiramente confortável.

A.C – É, porque, a rigor, o senhor, enfim, manifestou a sua lealdade ao candidato ao Presidente. Nós todos sabemos que o Maluf realmente nunca foi o candidato dele, não é? E sobre isso eu queria...

S.G – Era o candidato do partido do Governo, ____

A.C – Exato, o que é diferente.

S.G – Maluf, na saída do Gabinete, me perguntou se eu não queria acompanhá-lo, pois a imprensa estava esperando. Como você se lembra, alguns Ministros saíram com ele, foram televisionados, e tal. Respondi, um pouco brincando: “Ih, imprensa! Deus me livre! Deus me livre!” Ele saiu sozinho. E fez, aliás, boas declarações, por primeira vez declarações de apoio à política externa e de elogio ao Ministério, etc. Quanto à sucessão, confesso que, no íntimo, não achava que houvesse uma solução perfeita. Nunca há, evidentemente.

A.C – Exato. Na primeira etapa do processo sucessório, enfim, muitas pessoas, muitos observadores achavam que o candidato de preferência do presidente Figueiredo era o General Medeiros e que, na hipótese de vingar, ainda, uma candidatura militar como uma

candidatura de transição, que este seria o candidato natural do Governo. Como o senhor que tinha muitas ligações, inclusive de proximidade com o General Medeiros, como é que o senhor viu essa...

S.G – Olhe, eu nunca, nunca fiz a menor pergunta ou insinuação quer ao Presidente Figueiredo, quer ao Otávio sobre esse assunto. Um assunto, que jamais toquei com eles. Porque eu acho que o sujeito não tem o direito de se meter nisso. Evidentemente, o Otávio Medeiros era um amigo de todas as horas do Presidente e pegou muito rabo de foguete por conta. Pessoa de toda confiança, dedicação canina ao Presidente, de grande inteireza, lealdade, etc. Mas, eu não tenho a menor ideia realmente se era ou tinha sido candidato in pecto do Presidente.

A.C – É, porque era um pouco... Era até natural, quer dizer, dado que...

S.G – É.

A.C – Inclusive, como nós vimos, quer dizer, que houve realmente um apoio, não é? Da área militar grande...

S.G – É.

A.C – ...ao Ministério, não só à sua gestão, mas, enfim, às outras também que precederam, não é? Quer dizer, era uma, de certa forma...

G - _____

A.C – ...uma relação que havia. Agora, eu queria perguntar ao senhor o seguinte: como é que o Senhor viu essa possibilidade de mudar as regras do jogo e de que o Itamaraty, daqui por diante, tenha Ministros políticos? O senhor estava preparado para isso, o senhor já nos disse.

S.G – É.

A.C – Mas, enfim, como é que o senhor vê isso? Porque, eu acho que a sua atitude no Governo e no Ministério, como o senhor inclusive acabou de nos esclarecer, era muito uma postura de um profissional da Carreira que ocupava o cargo máximo, mas que não deixava de ser um funcionário, digamos, leal ao Presidente. Os políticos são em geral, mais...

S.G – Necessariamente, por força das...

A.C – ...mais fluidos, talvez...

S.G – ...das circunstâncias, é.

A.C – ...mais participantes politicamente, digamos.

S.G – É. Eles têm necessidade de criar uma imagem pública própria, não é isso?

A.C – Claro. Certamente, neste caso, por exemplo, teriam tido um candidato, ou teriam participado com muito mais, digamos, intensidade do que...

S.G – Isso eu tenho pensado. Eu acho que é normal, não é necessário. Não digo que seja necessário, em absoluto. Mas, é normal que, num regime democrático, frequentemente o político que ocupa o Ministério do Exterior entre na dança da distribuição, pois os pães são poucos para tantos famintos. E, aliás, aqui no Brasil os Ministros foram quase sempre políticos, com raríssimas exceções. Ficou um pouco a ideia de que não, porque os últimos três foram da Carreira. Se é bom...

[FINAL DA FITA 36-B]

S.G – Se é bom, ou se é mal, é um ponto a apreciar. Eu acho que não há uma regra absoluta. Há vantagens e desvantagens, tanto num caso quanto no outro. Me preocupei não no sentido de anular, como a imprensa e certos comentaristas disseram, o futuro Ministro com a Reforma. Pelo contrário, preocupei-me com que, qualquer ele fosse, mesmo que não fosse uma pessoa com vivência dos assuntos de relações exteriores,

tivesse um serviço capaz de servi-lo e supri-lo. Inclusive, ele ia precisar de mais tempo para tratar da sua vida política, eleitoral, etc., do que eu, não é?

A.C – Certamente.

S.G – Minha preocupação apenas era que, qualquer que fosse a solução, o Ministério em si, a Casa, como nós dizemos, desse o melhor de si ao Ministro, porque é do interesse do país. Quer dizer, que o homem tivesse diante de si sempre opções muito bem mastigadas, que levassem em conta, com toda a massa enorme de informação que nos chega das Embaixadas e Delegações, etc. Uma avaliação muito séria de cada situação, de cada alternativa para tomar uma opção, etc. Pode funcionar muito bem e pode não funcionar. Não há uma regra absoluta. No regime presidencial, a responsabilidade é do Presidente. Se ele, Presidente, acha que há uma pessoa de carreira que pode servi-lo melhor que um político e se ele acha que as condições políticas, o quadro político lhe permitem escolher realmente com plena liberdade, ele pode escolher um homem de carreira que funcione muito bem, ou pode escolher um homem de carreira que funcione mal. Quer dizer, você não tem meios de garantir a priori a melhor escolha. Da mesma maneira não posse acreditar que, necessariamente, sem discussão possível, ou a que o Geisel fez foi a melhor possível, ou o Médici. Eu não sei. Acho que foram razoáveis e defensáveis, em termos da observação e análise do que foi feito. Enfim, são seis anos passados. Assumi com grande preocupação, justamente por saber que havia possibilidades muito grandes de passos em falso. Era preciso medir as palavras. Eu sabia que havia, por debaixo de uma aparente relação externa boa, desconfianças, ressentimentos, coisas a superar em certas áreas. E, nós tivemos muitos momentos angustiantes, muitas situações delicadas que, felizmente, foram bem superadas, o que deixou no público uma imagem de facilidade e normalidade, que é o que se quer. Historicamente, foi um período extremamente construtivo em termos das relações com os demais países, inclusive, no campo econômico e comercial, naquilo que o Ministério do Exterior poderia fazer. Agora, eu posso dizer isso, porque antes, e mesmo durante, eu nunca estive seguro em todos os momentos. Houve vários momentos em que as coisas podiam desandar, por diversos motivos, em situações que neste depoimento aparecem. Agora, dizer a priori que um homem de carreira é melhor, porque conhece mais os assuntos, e digamos assim, tem mais vivência, visualiza mais concretamente o que é que vai se passar, quando um Embaixador, for fazer uma gestão num outro lugar, ou pode, talvez, sentir mais o que está pensando o seu colega do outro

país, tem um conhecimento, talvez, muito mais objetivo do que são nesses outros países, porque ou viveu neles, ou os estudou muito, às vezes a fundo – bom, isso é uma coisa. Mas, você não pode excluir que também haja um político que seja um homem de bom senso, de habilidade, que deixe uma impressão excelente, nos seus contatos aí fora, que seja um homem capaz de saber aproveitar o que a Casa pode oferecer, extrair dela todo o suco, compreende? Pode acontecer. Pode ser um grande Ministro um homem de fora. Quer dizer, eu acho que não há regra e no regime presidencial, o Presidente é que decide. O Presidente tem uma responsabilidade brutal, uma espécie de carga em cima dele extraordinária, que não pode transferir. Quando começa a transferir, é porque sua situação está ruim.

A.C – Em todo caso, Ministro, eu acho que há uma razão que justifica a afirmativa do Presidente Tancredo Neves, de que a oposição apoiava a política do Itamaraty. O senhor fez questão de dizer que era a política do Presidente Figueiredo. A rigor, olhando de fora, a impressão que se tem é de que exatamente, independentemente dos Presidentes, e eles foram, às vezes muito ativos, não é? E muito importantes na sustentação dessa política e talvez, até na formulação...

S.G – É, no caso do Geisel e...

A.C – No caso do Geisel foi nítido...

S.G – Ele se metia muito.

A.C – ...eu acho que...

S.G – ...e no caso do Figueiredo, que era menos detalhista, mas muito firme no apoio, nas linhas da diretriz.

A.C – Exato. Eu acho que, de qualquer forma, Ministro, alguma coisa que deu uma continuidade, não é? A partir de Geisel.

S.G – É verdade.

A.C – Quer dizer, e essa continuidade, a meu ver, foi exatamente essa sucessão de Ministros da Casa.

S.G – É, um pouco.

A.C – Quer dizer, independente dos estilos, etc., alguma coisa que permeou. Porque, no final, essa política externa é a política externa que foi gestada dentro do Itamaraty.

S.G – É. Bom, nada se pode fazer sem a decisão do Presidente. Como eu disse, as três principais mudanças do Governo Geisel, ocorreram em termos, que são até explicáveis pela própria história pessoal dele, não é? No Ministério estávamos muitos convencidos, há muito tempo, em matéria de colônias portuguesas, reconhecimento da China e da problemática do Oriente Médio. Tinha-se que caminhar para a posição para a qual se caminhou. E, não adiantava nada, porque você não pode...

A.C – Exato. Mas, de qualquer forma, ...

S.G – Você não tem o poder para decidir.

A.C – Certo. Isso é seguro. Mas, de qualquer forma, houve um longo aprendizado. Eu acho que a sua geração aprendeu muito, não é?

S.G – De certa forma, porque viveu um período de grandes transformações, não é?

A.C – De certa maneira, o fracasso de bilateralismo, de certa maneira apoiada aos Estados Unidos, não é? ...

S.G – ou insuficiência.

A.C – ...ou essa insuficiência, essa política externa...

S.G – É, isso não era o mundo todo.

A.C – Exatamente. Essa política externa também, como o senhor mostrou, incipiente, quer dizer, mais retórica do que real, dos anos 60, do início dos anos 60...

S.G – É, que era um pouco uma espécie de reação em termos de ideias gerais, de atitudes gerais, sem um pensamento, que, aliás, era difícil haver, de como implementar, matizar, realizar com um mínimo de desgaste em relação aos Estados Unidos e às potências que poderiam não achar muito agradável. Quer dizer, o que houve é que se pôde realizar mudanças já com um país bastante diferente, em termos de substância, e com uma certa preocupação, com um certo cuidado em não pagar um preço excessivo pelas mudanças. Uma certa preocupação de como fazer para não pagar esse preço. Uma insinuação em público, na televisão, por exemplo, sobre a pretensão de uma personalidade estrangeira, uma indiscrição sobre algo que nos foi dito por Governo estrangeiro, cria dificuldades inúteis. Mas, mesmo no período Geisel, houve grande preocupação da parte do Presidente e do Silveira de não explorar, não excitar, a opinião pública com as primeiras atitudes do Governo Carter, por exemplo. Não excitar, não utilizar isto para efeitos de propaganda e de mobilização da opinião pública. Nada disso.

A.C – Foi mais uma política de interesses nacionais do que propriamente uma política nacionalista, não é? Nesse sentido de...

S.G – É, não decorria de uma posição à outrance, uma posição apriorística. Era quase que uma posição, como tem sido, de achar que o ideal é que nos entendamos muito bem e não tenhamos problemas. Mas de admitir que vamos ter, porque não pode deixar de haver problema. Então, no trato desses problemas, nós não podemos agir na base de uma ideia abstrata e genérica que nos poupe de avaliá-los na sua especificidade tópica, concretas, em parti-pris.

A.C – Exatamente. Ministro, eu queria, a última pergunta, quer dizer, é saber do senhor, quer dizer, o senhor revelou essa simpatia pelo candidato Tancredo Neves e, enfim, o Itamaraty participou intensamente desse período já anterior à suposta posse, que deveria ser no dia 15, com o Ministro Flecha de Lima, participou da viagem, enfim, colaborou, etc.

S.G – É verdade.

A.C – Como é que o Itamaraty normalmente costuma fazer e como é que ele colaborou nesse sentido, já que é um Governo que ia tomar posse?

S.G – Isso eu entendia que era norma, era institucional. Quer tivesse simpatia por Tancredo, ou deixasse de ter. Curiosamente, se estava numa situação embaraçosa, pois, do ponto de vista da política externa, possivelmente, provavelmente, na base das declarações dos candidatos, haveria até mais garantia de continuidade da linha geral com o Governo Tancredo. Agora, nós colaboramos numa base institucional e no interesse do país. É evidente que se o Presidente eleito do Brasil vai fazer uma viagem a vários países no exterior, mesmo que ele seja um candidato de oposição, dá-se a ele todo o apoio possível, porque é do interesse do país. Trata-se do sujeito que vai governar o país. O interesse que nós temos é que ele se saia da melhor maneira possível, não é? Nessa viagem. No caso, Tancredo Neves tinha indicado uma preferência por levar o Paulo Tarso e o Ricúpero. Era uma boa escolha, cada qual no seu gênero. Todos dois são excelentes funcionários, podia dar-lhe um bom apoio em toda a viagem. Isso e tudo o que era necessário fazer se fez, na base das preferências dele e sugestões nossas. O Presidente Figueiredo não tinha nenhuma objeção a que se fizesse tudo de acordo com as regras, institucionalmente, e deu todo apoio.

A.C – Eu queria perguntar ao senhor é o fato dessa, enfim, ocorrência trágica que praticamente permeou toda a nossa entrevista, não é? Essa doença do Presidente, que, enfim, atingiu a todos. Isso teve repercussões práticas? Por que, afinal, ele não compareceu? Foi uma grande recepção, etc., todo o Corpo Diplomático...

S.G – Bom, aí não havia mais como modificar, não é? Estava todo mundo presente. Deverá ter havido alguma frustração da parte dos visitantes. Mas, foi tudo feito corretamente. Não houve problema, eu acho, maior; todos acabaram ficando para todas as cerimônias. De certa forma, também, era uma ocasião de mostrar apreço pelo Brasil ou pelo momento que o Brasil vivia, etc.

A.C – Solidariedade. E o Secretário-Geral?

S.G – Conhecimento de alguns novos Ministros.

A.C – O Secretário-Geral? O senhor acha que é uma pessoa...

S.G – Quem? O Paulo Tarso?

A.C – É.

S.G – Ele pode ser um bom Secretário-Geral. É um excelente funcionário, dinâmico, bom organizador. Organizou aquele Departamento dele muito bem. Há muitos anos estava naquilo. Há uma coisa curiosa que notei nele. Embora, ele fosse um homem de promoção comercial, econômico, tudo isso, sempre foi muito sensível a todas as observações que tinham implicações políticas na ação comercial. Nunca o vi como um homem que, por estar num setor muito determinado e muito específico, com características muito especiais, deixasse de ser um diplomata, quer dizer, um homem com uma visão do conjunto do relacionamento do Brasil com os diversos países.

A.C – Quer dizer, não é uma mera diplomacia do resultado, não é?

S.G – Nunca. Bom, pode até usar expressões. Eu acho que qualquer Governo tem todo direito de inventar coisas, etc., não é? Mas eu acho que ele é uma pessoa perfeitamente capaz de se adaptar a essa função do Secretário-Geral, que é um pouco um caleidoscópio. Mexe um pouco com tudo. Tudo vai passar por aquele canal, de certa forma. Eu tenho a impressão de que ele se sairá muito bem.

A.C – E o Ministro, também, o que o senhor está esperando?

S.G – Não o conheço muito. Mas me deu a impressão de um homem sólido, pessoa de bom senso. Fará mudanças. Não vai concordar com alguma coisa que eu fiz, ou outra, mas não o vejo assim, como uma pessoa de fazer as coisas por fazer. Ele pode até se convencer e tomar decisões que eu ache erradas. Isso é outra coisa. Mas, eu não o vejo como uma pessoa “ligeira”. No contato que eu tive, duas horas e quarenta de conversa, ele, pelo contrário, me pareceu uma pessoa muito sólida, muito interessada em decidir sabendo das coisas, se assenhoreando bem dos assuntos. Tem bom pessoal com ele.

A.C – Como é que o senhor vê essa situação geral aí? No caso de uma, enfim, uma impossibilidade da posse do exercício definitivo do Presidente Tancredo Neves, o senhor acha que vai tudo funcionar razoavelmente?

S.G – Eu acho que pode funcionar. A única hipótese em que eu vejo não funcionar é se houver agitação social, por um lado, ou uma abulia governamental que crie um vácuo. Mas, fora disso, eu não vejo. Quer dizer, não sou um perito em Forças Armadas, embora tenha muitos amigos nela. Mas, historicamente, as Forças Armadas no Brasil só agiram em momentos em que achavam que a ação delas teria uma ressonância pública receptiva. A própria Revolução de 64, chamada assim, só veio no momento, você se lembra, em que havia uma grande e influente parte da opinião pública atuante no Brasil, se mobilizando contra o governo. Até mulheres na rua. Uma incerteza e angustiante receio quanto ao rumo que ia tomar o Governo Jango, com uma interpretação prevalecente muito revolucionária. E, só aí é que as Forças Armadas estiveram em condições de se unir para fazer alguma coisa, mesmo assim, com gente hesitando até o final. Embora seja, sabido que muito vinham conspirando há dois, três anos.

A.C – Mas nesse vácuo, não é? Nesse vácuo de poder a que o senhor se referiu.

S.G – É.

A.C – E o senhor acha que o Sarney sendo visivelmente uma pessoa...

S.G – Eu não vejo o Exército tomar uma posição, a não se que houvesse uma baderna, ou que fosse um governo que se tornasse incompetente para manter a ordem pública, um problema desse tipo, assim. Fora daí, eu não vejo.

A.C – E o senhor tem esperança de que o Sarney poderia conseguir isso?

S.G – Ele é um político experimentado e não é de dar murro em ponta de faca. As outras forças políticas que poderiam combatê-lo, por não gostarem dele pessoalmente, líderes, etc., podem ter uma convergência de interesses em não balançar o coreto. O próprio Jango se beneficiou de uma posição destas. Se lembram? Na passagem para o presidencialismo?

A.C – Certo.

S.G – Quer dizer, Lacerda queria de volta o presidencialismo, Juscelino também, que ambos eram candidatos potenciais. Então, no fundo, ajudaram o Jango naquele momento. E, eu acho que haveria uma convergência de interesses. Eu também não sou entendido de política interna. Deus me livre! Mas...

A.C – Quem o é?

S.G – Pois é. Mas me parece, a não ser coisas imprevistas, que haveria um certo interesse, até uma certa capacidade de sacrifício por parte de possíveis ou potenciais opositores ao Sarney, pessoas que não gostam dele, de colaborar para que as coisas se mantenham, que a possibilidade da manutenção do regime seja assegurada, se para tanto for necessário que o Sarney se mantenha como Presidente, exercendo suas funções, etc.

A.C – Vamos esperar que tudo dê certo.

[FIM DA 9ª ENTREVISTA]

10ª entrevista. – 11/04/1985

A.C – Hoje nós, na realidade, estamos tentando, enfim, cobrir assuntos que ficaram esquecidos no fluxo da entrevista. E, talvez, a gente pudesse começar por ordem cronológica, se bem que mais ou menos, porque, Espanha, o senhor esteve várias vezes lá, ou pelo menos, são acho que três momentos muito diferentes, não é? Primeiro, nos anos 50, 53.

S.G – Dois.

A.C – Dois períodos longos, e esta última viagem, que eu imagino que deve ter sido também, uma experiência muito interessante, assim, de testemunho das mudanças da sociedade espanhola. Então, eu não queria deixar passar essa oportunidade de conversar com o senhor sobre esse país, enfim, que tem de certa forma influenciado e interessado muito os brasileiros, não é? Então, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

S.G – Bom, a Espanha foi profundamente marcada, como todo mundo sabe, pela guerra civil, pelos ódios que ficaram, os medos. Em 53-56, muitos espanhóis que conheci, gente de classe média alta, muitos deles críticos do Franco, contavam anedotas ultrajantes do Caudillo, mas se se perguntasse qual seria a alternativa, eles diziam: “Deus nos livre de que esse homem morra”. Quer dizer, que ainda havia muito essa sensação quase que física de medo. Foi o momento, entretanto, em que começou uma pequena mudança, não uma mudança deliberada de ordem interna, mas um fato que teve influência, que foi a superação, de certa forma, do isolamento internacional da Espanha, com a assinatura dos Acordos com os Estados Unidos para as bases americanas na Espanha. No meu outro período, que foi já fins de 63, até princípio de 66, o país tinha mudado radicalmente, em termos de progresso material e social, digamos assim. Tinham acabado as “chabolas”, espécie de grutas que tinham o papel de nossas favelas. Havia uma grande construção de vivendas, de casas populares, coisas desse tipo, e um princípio de prosperidade já muito visível. Em grande parte, ou talvez principalmente, esse princípio de prosperidade era uma sobra do Mercado Comum, que fora lançado com o Tratado de Roma e que entrou em vigor no ano de 58. Os efeitos iniciais foram muito importantes. Franco, por sua vez, por essa época, 59-60, passou a chamar para o Ministério, gente do Opus Dei e outros que eram pessoas particularmente competentes. Ullastres, que era o Ministro do Comércio; o Ministro da Educação; Fraga Iribarne, na Informação e Turismo. Houve um grande investimento na indústria de turismo, e tudo isso foi dinamizando muito. O próprio turismo alterava um pouco as condições do país, pelos hábitos e costumes dos visitantes. Mas a evolução realmente para a atual situação, quer dizer, nos últimos tempos de Franco, essa eu não assisti, eu vi de fora. Mas, eu acredito o seguinte: que a própria modificação do país no período Franco criou as condições básicas para essa evolução, no sentido de que ampliou muito a classe média espanhola, ampliou muito o nível de instrução, reduziu o analfabetismo.

[FINAL DA FITA 37-A]

S.G – Recuperação de algumas áreas agrícolas deprimidas tipo Andaluzia, em que foram restabelecidos ou criados, a rigor, depois de séculos, novos sistemas de irrigação, e assim por diante. Isso, indiretamente acabou criando uma condição não planejada pelo Franco, mas que permitia essa evolução no sentido democrático. Sempre havia uma preocupação entre os observadores estrangeiros da situação espanhola, com o fato de que não havia no regime espanhol uma previsão para a sucessão, a não ser um Conselho do Reino que

escolheria o Rei. O próprio atual Rei tinha sido preparado para assumir eventualmente, ainda no período franquista. Fez todos os cursos militares e outros. De modo que o processo, digamos, de restauração de um regime democrático na Espanha se fez já por uma geração menos marcada pela guerra civil, com condições materiais do país bastante mais propícias do que as que existiam nos anos 20 e 30 e com o clima internacional, também muito mais favorável, em certo sentido. Uma Europa próspera, interessada. A Espanha com uma relação com os Estados Unidos já muito substancial. De modo que teve êxito e, como você disse, aqui no Brasil despertou muito interesse. Eu acho que a existência de um país, nunca é mecanicamente transportável para outro e que esses processos de institucionalização ou são realmente endógenos, quer dizer, correspondem a uma evolução autêntica da sociedade, ou duram muito pouco. Acredito que, no caso da Espanha, tende a se consolidar tanto pela conjuntura interna quanto pela conjuntura regional e internacional, apesar da crise, apesar do desemprego que há lá, apesar do recrudescimento de algo que sempre existiu na Espanha, que é o localismo, o regionalismo. Apesar de tudo isso, tende a se consolidar.

A.C – O senhor falou, nos contou outro dia episódios interessantes sobre a participação do Opus Dei, nessa primeira fase em que o senhor esteve lá, nos anos 50.

S.G – É, foi no segundo período.

A.C – Já foi no segundo período.

S.G – É, a partir de 59.

A.C – Eu gostaria que o senhor relembresse isso. Enfim, são umas coisas interessantes.

S.G – Eu conheci o Ullastres. Fui vê-lo com o Embaixador – eu era Ministro-conselheiro. Um homem simpático e discreto. Se sabia que tinha voto de pobreza e voto de castidade. Tinha sido autorizado a comprar duas ou três roupas para representação da função. Quanto ao mais, porém, vivia de acordo com os seus votos.

A.C – Ele era Ministro de quê?

S.G – Comércio. Comércio exterior. Quando ele assumiu, a Espanha estava sem reservas, praticamente, 50 milhões, uma coisa assim. Morava numa cela, numa casa da Ordem, dormia num catre. Houve muito crítica, a partir de um certo momento, na Espanha, de que o Opus Dei era uma espécie de sociedade fechada que havia controlado todo o aparelho estatal; uns punham outros, pertencentes à mesma Ordem, nas posições chave, etc., o que evidentemente, os membros da Opus Dei negavam. Enfim, houve uma certa reação. Mas é inegável que, num dado momento pelo menos, a partir talvez de 59 e nos anos 60 e poucos, essa gente teve uma certa influência. Eram homens geralmente competentes, de vida pública e privada ilibada. Sempre a Ordem dizendo que não tinha nada de político, que não tinha nenhum programa político. Mas, o tipo de vida dos seus membros, sem dúvida alguma, tinha, mesmo que indiretamente, uma influência no funcionamento do Estado. Isso não explica tudo, longe disso, do que se passou na Espanha, mas deu, num dado momento, uma contribuição muito positiva, embora, sem uma intenção comum liberalizante ou democratizadora.

A.C – Terá sido em parte esse puritanismo religioso uma reação exatamente contra esse turismo? Porque o Iribarñe justamente foi muito atacado, não é?

S.G – Foi.

A.C – ...como uma espécie de pessoa, de figura dissoluta que estava introduzindo maus hábitos, o biquíni, maiô, nas praias, enfim, coisas desse tipo.

S.G – Não claramente Fraga Iribarñe. Eu acho que a própria sociedade espanhola tradicional era muito conservadora. Tinha ficado um tanto fixada no tempo. A reação era um pouco natural lá. A modernização nesses aspectos, sobretudo, tinha conotações morais, arranhava os preconceitos ou as normas tradicionais espanholas. A reação surgiria de qualquer maneira. Fraga Iribarñe era Ministro do Turismo e o Turismo europeu, economicamente necessário, acarretaria mudanças. De fato, inicialmente, tudo isso se passava em praias, em lugares meio isolados, onde não havia um contato muito direto com a massa da população espanhola. Tenho a impressão de que o choque não foi tão imediato, embora fosse anotado pela imprensa, por pessoas que tinham receio de que estivesse começando o fim de tudo. Mas, os efeitos foram indiretos. Não creio tenham sido decisivos para mudar o regime, nem nada disso.

A.C – O senhor comentou que, enfim, a Espanha, aparentemente, não se preparou para a abertura. O povo estava muito fixado em Franco. Mas, em dá a impressão que Franco, ele mesmo, preparou essa abertura, porque o Rei foi realmente um elemento decisivo, não é? Nesse processo todo, bem preparado, com treinamento militar e, enfim, uma educação primorosa, enfim ...

S.G – É verdade.

A.C – ...e isso realmente facilitou muito as coisas, o que não ocorreu em Portugal, não é verdade? Quer dizer, o senhor acha que realmente foi um ditador assim clarividente?

S.G – Não sei. Sob certos aspectos parece que sim, mas isso é uma coisa que os historiadores terão que investigar, passados anos, com a perspectiva do tempo e no contexto especificamente espanhol.

A.C – Claro.

S.G – Eu estou falando numa base...

A.C – As suas impressões, lógico.

S.G – ...impressionística, não é? Tenho a impressão de que ele propriamente não havia previsto uma democratização no sentido de democracia representativa, pluralística, liberal, etc. Não creio que ele tenha pensado nisso. Terá pensado em uma transição suave para uma forma de monarquia constitucional, mas autoritária, com um grau de centralização no Executivo muito grande. Talvez, uma forma desse tipo, que preservasse certos princípios, etc. Sobretudo, e ainda, e sempre, sob a influência da lembrança da guerra civil, um poder que mantivesse a ordem e evitasse a anarquia, o desmembramento do país, as tendências centrífugas e coisas desse tipo. Mas, não creio que ele tivesse pensado no que veio a acontecer depois, não.

A.C – Certamente, que ele não penou no PSOE no poder, não é? Nos socialistas do Felipe Gonzalez.

S.G – É. Dificilmente, ele poderia imaginar, até mesmo, por suas percepções filosóficas, que um partido socialista pudesse ser um elemento de ordem e de evolução pacífica, etc. Provavelmente, ele veria num partido socialista o princípio do fim, o princípio da anarquia ou da comunicação. Eu acho que, ainda menos, ele poderia imaginar um partido comunista como o espanhol, na base do eurocomunismo. Isso seria muito contraditório, provavelmente, com a sua visão um tanto de preto ou branco, que era o resultado da vivência, da experiência dele, da sua formação, etc. Mas, o que eu estou fazendo é mera especulação.

A.C – Exato, exatamente. E eu queria, justamente, perguntar ao senhor, quer dizer, suas impressões, enfim, contatos pessoais, etc., que o senhor teve na viagem à Espanha...

S.G – Ah, nessa viagem.

A.C – ...nesse último período. Porque aí já foi com socialistas, não é? O Felipe Gonzalez já estava lá, enfim.

S.G – É, o contato com o Ministro Morán, que aliás tinha estado aqui, quando veio o Rei, foi sempre muito fácil, muito bom, sem problema nenhum, como antes com o Ministro Oreja. Sempre nos falamos muito abertamente. Eu perguntei muito a ele sobre árabes, na primeira vez que aqui veio, sobre a experiência espanhola em negociações com os árabes. Ele deu alguns tuyaux, algumas informações interessantes. Na visita do Presidente à Espanha, houve conversa longa do Presidente com o Felipe Gonzalez em termos gerais, sobre o problema da democratização, um pouco na base de que cada país é um país. Mas, havia uma referência também do lado espanhol ao esforço que o Presidente Figueiredo estava fazendo para a abertura, para uma transição, sem se entrar muito em detalhes. Depois, se falou muito sobre coisas divertidas. Sobre índios, sobre histórias anedóticas. O Presidente Figueiredo é um bom contador de histórias, e Felipe Gonzalez também, pessoa de bom humor, de modo que se criou uma corrente de simpatia informal na conversa entre eles.

A.C – O senhor estava presente, ou não?

S.G – Estava, antes do almoço e depois, quando andamos um pouquinho no parque do palácio do Primeiro Ministro, onde, aliás, ele não mora, mas recebe gente. E o Rei e D. Sofia sempre simpaticíssimos. O Rei fala um português alfacinha fluente. Há, tempos estava querendo vir aqui ao Brasil. Tinha falado com o nosso ex-Embaixador lá, que era o Frazão, já há tempos. Acho que a visita dele se deu no momento em que podia se dar bem, quer dizer, sem explorações ou interpretações estranhas à intenção das partes. Correu muito bem, como a do Presidente nosso lá. O problema prático que temos com a Espanha é essencialmente de comércio, porque a Espanha é muito bom freguês nosso, mas a recíproca não é verdadeira. Ela tem importado aí ao redor de 500 milhões de dólares por ano. E, nós importamos muito pouco. A proporção é de 4 ou 5 para 1. Em 83, foi de 13 para 1. Nas Comissões Mistas se procuravam definir meios e modos de atenuar o desequilíbrio, mas era muito difícil, porque o nosso saldo decorria de condições estruturais da economia. Porque a Espanha compra vários produtos de base aqui, café, tabaco e outros.

A.C – Agrícolas, de modo geral?

S.G – Agrícolas, de modo geral, e acho que algum minério de ferro. Enfim, assim de memória não direi todos. Café e tabaco, certamente, às vezes, açúcar. Às vezes compram carne, porque não produzem carne suficiente para o consumo, sobretudo para o consumo dos turistas.

A.C – Prefere o Brasil à Argentina?

S.G – Não, acho que compra em um e outro. Temos tido condições de competir bem no mercado. Ao passo que a Espanha tirante os produtos mediterrâneos, ou de frutas de Natal, não consegue vender muito. Aqui, no Brasil, não dá para concorrer, porque os países da ALADI, entram com vantagens aqui, no caso sobretudo chilenos, argentinos, uruguaios. Frutas de Natal, por exemplo, que numa certa época foi importante, à vista de nossas dificuldades, tem-se importado cada vez menos. E, produtos industriais espanhóis também é difícil eles venderem aqui, porque a indústria deles tem um nível mais ou menos comparável à nossa. Tirante uma ou outra coisa muito especializada, algum tipo muito especial de barco de pesca ou coisa desse tipo, é difícil encontrar lá em matéria de produtos industriais algum produto que não seja produzido aqui também, que não tenha

similar nacional. De modo que o saldo nosso em relação à Espanha é de certa forma estrutural. Mas, esse é o único problema.

A.C – O que é que levou a essa viagem? Porque foi uma viagem, de certa forma, muito... Um pouco criticada, não é? No sentido de que as pessoas achavam que o Presidente estava viajando demais, enfim, e porque... Enfim, isso aconteceu com o Japão, também, e a China, de certa forma. O que é que nós vamos fazer lá? Não temos uma pauta que justifique essa...

S.G – No caso de Japão e China havia bastante. Mas, nada foi feito a partir do nada. É preciso ver que o Rei havia estado aqui e insistiu muito com o Presidente para que fosse lá. Isso eu assisti. Inclusive, no pequeno jantar, dado na Embaixada espanhola, o Rei voltou a falar. Até disse o mês: maio, que é um mês bom. Depois, virou-se para mim: “Não deixe o Presidente se esquecer”. O Presidente, nesse mesmo jantar, disse: “Eu vou, não tenha dúvida que eu vou”. Quer dizer, criou-se quase que – como é que se poderia dizer? – um...

A.C – Um compromisso?

S.G – Um compromisso, assim, na hora, compreende? Dado o evidente interesse e a simpatia com que o Rei tinha colocado o assunto. Mesmo aqui, no banquete do Itamaraty, e depois, quando se andou pelo terraço, tanto ele quanto D. Sofia e o Presidente, voltaram a tocar no assunto. Ora, a Espanha tinha uma significação para nós em vários sentidos, e não só históricos e culturais. Também era um bom cliente, um cliente que estava até mal satisfeito: nós não comprávamos lá o bastante. É um país que tem uma política ibero-americana à qual atribui muita importância. É um país em ascensão econômica, prestes a participar da CEE significativamente. O mínimo que se pode dizer é que era uma visita que se explicaria independentemente de contratos, ou coisas desse tipo. E que dizer das visitas à China e ao Japão, que tinham muito de substância? Com o Japão, havia uma substância concreta muito clara, relativa ao problema de negociação da dívida, Clube de Paris e fluxos financeiros para o Terceiro Mundo. O Presidente tratou disso pessoalmente com o Nakasone. E a conversa que eu tive com o Ministro do Exterior, Abe, cobriu os assuntos tanto de América Latina quanto os mais próximos deles, porque eu perguntei muito sobre ASEAN, sobre China, União Soviética. E, ele foi também – para japonês –

bastante franco. Eles são muito cuidadosos, não é? O próprio Ministro só fala com fichinha, lendo. Nunca me ajeitei com fichas. Não é como eu que falo assim, como estou conversando com você. Tudo direitinho, controlado. Mas a visita em si tinha uma significação importante. Japão, em termos econômicos, era muito importante para nós, inclusive, naquele momento em termos de negociações no Clube de Paris. Eles estavam muito duros na queda. Mas, além da motivação para o problema geral, que convinha estimular, havia especificamente, a renovação, ou melhor, os novos créditos não muito volumosos, mas importantes, para a continuação do projeto do cerrado e outras. O Presidente falou pessoalmente. Tais créditos demoraram um pouco, mas saíram. Com a China visita era plenamente explicável. Nós tínhamos começado já há tempos um tipo de cooperação. Em 82, quando estive lá, essa cooperação de certa forma se abriu bastante; não naquele ano, mas, como eles nos disseram, para o ano seguinte. Disseram-me: “Este ano não é possível, mas ano que vem vamos mandar missões para comprar coisas no Brasil”. Se assinou, em 82, o Tratado de Cooperação Científica e Tecnológica, que está funcionando e interessou muito ao CNPq. Se iniciou uma série de contatos na área nuclear, na área espacial, e em outros setores. O Presidente foi inclusive um pouco para marcar esse crescimento da relação com a China. O comércio aumentou muito em 83, e mais ainda em 84. Acho que anda nos dois sentidos hoje, em perto de 1 bilhão, com potencialidade para bastante mais.

A.C – Quer dizer, sentia-se que havia uma potencialidade de expansão muito grande, não é?

S.G – Ah, sim. No início houve uma grande onda aqui. Aliás, na Europa também. A própria China fez uma porção de contratos. Não sei se lembra disso.

A.C – É.

S.G – Há uns 6 anos atrás, 5 anos atrás, criou-se uma expectativa exagerada. Negócios da China. E nós não tínhamos condição de fazer tanta coisa. Eu não acreditava muito. De fato, depois os próprios chineses reviram seus planos iniciais, até com os japoneses, que tinham negócios previstos de bilhões. Renegociaram com os japoneses. Mas agora os chineses estão se expandindo pouco a pouco, mais seguramente, mais seguramente. E, houve, inegavelmente, uma boa disposição para conosco. Na época, em que não era fácil

obter petróleo, por exemplo, aí em 80, 81, embora os chineses não fossem grandes exportadores, reservaram 20 mil barris diários para o Brasil.

A.C – Como? O petróleo, eles repassaram? Como é que foi?

S.G – Não, eles nos forneceram, exportando seu petróleo.

A.C – Eles forneceram.

S.G – Forneceram _____. Tanto que passaram a ter saldo no balanço comercial conosco por causa do petróleo _____. Exportavam pouco petróleo, mas reservaram para o Brasil 20 mil numa época, em 80, creio eu, em que o mercado era do vendedor. O difícil era na ocasião obter um suprimento garantido. Depois, quando abriram à prospeção estrangeira a sua plataforma continental, se interessaram em que a Petrobrás participasse. Quando eu estive lá, eles nos garantiram que iam dar à Petrobrás, ou melhor, ao consórcio em que a Petrobrás estava, uma área no Mar da China, o que fizeram, de fato, daí a 6 meses creio. Eles têm sido corretos, previsíveis. Quando se comprometem, fazem. De modo que...

A.C – E, é um mercado potencial para o Brasil fantástico.

S.G – Potencial enorme.

A.C – Porque, não sei quantos bilhões de pessoas já são a esta altura. Quatro? Não sei.

S.G – Não, também não!

A.C – Não, dois, dois e meio.

S.G – Um bilhão, um bilhão e pouco. Um bilhão e cem, por aí. E, já é coisa...

A.C – E, com uma propensão ao consumo, muito grande.

S.G – E, tende a aumentar.

A.C – Talvez produtos que o Brasil possa fornecer, não é?

S.G – Ah, vários. Eles estavam muito interessados em produtos de madeira, quando eu passei lá. Chegaram a fazer depois uma pequena joint venture na Amazônia, onde puseram uns 3 ou 4 milhões de dólares. Uma experiência. Quando o Presidente esteve lá, houve uma exposição de produtos industriais brasileiros que o Itamaraty organizou. Não custava muito, porque os custos cabem principalmente às firmas expositoras. Inclusive a Volkswagen apresentava um carro que pretendia montar lá, via sucursal do Brasil. Não sei em que deu.

A.C – Quer dizer, o senhor acha que, por exemplo, Japão e China, foi um pouco... Porque o senhor consolidou algumas áreas que já tinham sido, enfim, iniciadas, alguns contatos. Por exemplo, a África, e tudo. Houve uma consolidação dessa política. Mas Japão e China foram uma espécie de campo novo, não é? No qual nós tínhamos pouca...

S.G – Japão eu não diria que novo, porque há muito tempo, que havia um relacionamento muito estreito nos governos anteriores. Mas, por isso mesmo, era preciso continuar e aprofundar. Isso faz parte um pouco, até, da mentalidade japonesa. Eles vêm aqui; veio o primeiro-ministro; vieram muitas missões. O Kenidaren vem anualmente aqui, uma missão importantíssima, etc.

A.C – A missão de comércio?

S.G – A Kenidaren é o órgão do Patronato japonês.

A.C – Ah, certo.

S.G – Vêm aqui primeiros ministros. Era normal que houvesse uma retribuição, ao que eles dão justificadamente muita importância. São muito formais, os japoneses, nessas coisas. Tudo é contabilizado direitinho, o que por si só já explicaria a visita. Agora, eu não diria que o Japão é um campo novo. Absolutamente! Foi uma continuação...

A.C – Não, eu digo mais na política propriamente diplomática, porque...

S.G – Ah, houve mais conversa, se se quiser...

A.C – É, isso. Exato.

S.G – ...nesses últimos anos, também em termos de uma troca de avaliações política, diplomáticas e da conjuntura geral e sub-regional. Talvez, um pouco mais disso foi acrescentado. Houve um esforço maior para que eles comprem produtos industriais brasileiros, o que é muito difícil. A ideia vinha de antes, mas talvez, havido uma possibilidade maior nesse período, embora ainda modesta.

A.C – Eles se interessam por que aqui no Brasil?

S.G – Para eles, na visão deles, trata-se essencialmente de um país fornecedor de matérias primas.

A.C – Certo. É mais matérias primas, mesmo. É minério, essas coisas.

S.G – É, minério, por exemplo. Para eles, quanto maior for o número de fornecedores confiáveis e eficientes, tanto melhor.

A.C – Claro.

S.G – Eles têm esta visão, temperada, no nosso caso, pela presença do maior número de gente de origem japonesa fora do Japão. Por exemplo, o grupo parlamentar nipo-brasileiro na Dieta é enorme, porque nas diversas províncias há várias, muitas famílias, que têm ramos que vieram para cá. Quando estive em Tóquio em visita oficial, como Ministro, esse grupo no Parlamento me deu um almoço americano movimentado, porque eles tinham que ir e vir do plenário. Estavam votando orçamento. Estava cheio o almoço, deitaram falação, mostraram claramente, um interesse que ia além da cortesia. Mas o Japão não é coisa nova.

A.C – Porque a colônia japonesa aqui, proporcionalmente, com relação a outras partes do mundo, é grande, não é?

S.G – É a maior. Foi o país para onde houve mais emigração. Porque os Estados Unidos restringiram, por motivos raciais ou o que fosse. Os países do Sudeste asiático não eram muito atraentes para eles e também se fechavam muito. Tinham muito medo. O Brasil estava longe, não tinha esse problema, não é? E eles vieram, a partir de 1907. Ainda nos anos 20 vieram muitos, até os anos 30 e poucos.

A.C – O que dá uma aproximação muito grande, também.

S.G – No caso deles, que ligam muito para isso, no passado tentavam manter o caráter nipônico dessa comunidade. Nós sabemos que ela se vem integrando muitíssimo, mas mantém uma ligação afetiva, quando mais não seja, com o Japão. No caso da visita à China, havia ainda um ar de novidade, embora houvéssimos estabelecido relações no período Geisel...

A.C – Exatamente.

S.G – ...houve numerosa troca de missões comerciais, técnicas, etc. Mas, com a visita presidencial, passamos de nível, houve uma consolidação e uma crescente compreensão pela opinião pública brasileira da evolução chinesa, do que se vinha passando lá. Minha visita e, mais tarde e principalmente, a do Presidente, marcaram ostensivamente a relação política que as visitas só de autoridades de áreas técnicas ou econômicas, por importantes que sejam, não chegam a caracterizar.

A.C – De qualquer forma, com relação a essas viagens, ficou um pouco a ideia de que... Quer dizer, talvez vários aspectos, não é? O primeiro é que o Presidente se aborrecia terrivelmente com a política interna, e que a política interna era uma fonte de desgosto muito grande, e que a política externa era o lado gratificante das coisas, não é? Inclusive as más línguas diziam que era, enfim, as viagens, isso tudo, também era, seria uma tentação. Mas a gente podia interpretar, talvez, esse lado gratificante no sentido político também, não é? De que estava rendendo coisas muito palpáveis para o Brasil, etc., enquanto a política interna derrapava, digamos assim.

S.G – Na verdade, a interpretação jornalística aqui é que cada visita se justificava em termos puramente econômicos. Eram, a rigor, visitas do Delfim. O Delfim trouxe não sei

quantas centenas de milhões de dólares, etc. O que às vezes se concretizava completamente, ou não. Eu achava até excessivo aquilo, porque tinha lá as minhas dúvidas sobre o processo. Mas, para o público brasileiro a compreensão era apenas essa. Eu me lembro que quando fiz a primeira visita ao exterior, que foi a Caracas, toda a imprensa disse: “O Guerreiro vai comprar petróleo da Venezuela”. Quer dizer, tudo ficou reduzido a isto. Em entrevista coletiva aos correspondentes acreditados no Ministério, procurei explicar que a Venezuela não era só petróleo. Para nós significava muito mais do que isso. Que era, sim, petróleo. Podia ser uma base para desenvolver o comércio. Uma contrapartida ao que pudéssemos vender lá. Era uma diversificação de fontes de suprimento. Até então, tínhamos comprado muito pouco lá, porque...

[FINAL DA FITA 37-B]

S.G - Até então, tínhamos comprado muito pouco lá, porque os países do Golfo vendiam mais barato e as instalações nossas, as refinarias, estavam adaptadas ao petróleo do Golfo. Havia esse aspecto, de diversificação de fontes de suprimentos, Mas ressaltei muito que esse não era o aspecto exclusivo ou mesmo principal. Em termos de um país como a Venezuela, nosso vizinho, com uma atuação importante no contexto latino-americano, uma significação política que não se podia ignorar, reduzir ao petróleo a nossa relação era amesquinhá-la muito. Até no campo econômico havia outras possibilidades. Mas era uma relação que necessariamente tinha uma densidade política, tinha uma significação, em termos da atuação externa do Brasil e até em termos, também, da própria política exterior venezuelana, que estava sendo marcada por uma aproximação com o Brasil. Um país que tinha estado sempre voltado para o Caribe e em todos os sentidos voltado para os Estados Unidos, comercialmente, culturalmente, etc., fazendo um esforço de se integrar com os países do Sul, em todos os campos. Não adiantou nada em chamar a atenção para tais fatos. A interpretação “petróleo” continuou e, durante seis anos, a imprensa (e mesmo não sei se a opinião pública) parecia entender que uma visita só se explica em termos de comércio, de contratos, etc. Creio que isso é muito uma demonstração do nosso provincianismo. Quer dizer, vê-se a relação externa reduzida a uma questão de comprar e vender e de obter empréstimos, etc. O que é compreensível, porque somos um país pobre, com problemas econômicos, e a ideia de obter vantagens lá fora nesses campos é fundamental. No entanto, dificilmente um país se afirma ou cria uma certa possibilidade de atuação internacional – se ele se limitar a isso. A relação entre nações, como entre indivíduos, é mais variada e complexa do que isso.

A.C. - De qualquer forma, houve uma intensificação das viagens, nesse período.

S.G - Houve, muitas.

A.C. – Muito visível, não é?

S.G - Muito visível.

A.C. – E, sobretudo, do Presidente. Quer dizer...

S.G - Do Presidente. Eu mesmo fiz muitas. E, sobretudo, ainda mais de estrangeiros aqui. Todo mundo queria vir aqui, queria conversar, queria saber da opinião nossa sobre os assuntos. Naturalmente, eu não podia chamar os jornalistas e dizer: “Olha, eu conversei com Fulano sobre isso. Sobre América Central, eu disse isso, ele disse aquilo. Sobre situação no Cone Sul, nós trocamos tais impressões assim”.

A.C. – De repente passou a ser importante, no nível internacional...

S.G - ...saber o que é que nós pensávamos.

A.C. – ...saber o que o Brasil pensava, uma vez que não havia mais uma posição...

S.G - Até, inclusive, como avaliar certas atitudes americanas. Tudo.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

A própria crise econômica. E a crise, também, de certa forma, política. Os problemas surgidos em sub-regiões do chamado Terceiro Mundo, principalmente na América Latina; o reacirramento da confrontação Leste-Oeste, e certos fenômenos que mudavam um pouco a conjuntura; a nova força relativa dos países árabes; a guerra Irã-Iraque, tudo eram assuntos que contribuíam para criar uma conjuntura pouco clara. Aí na porta, quando você saiu ontem, você mexeu nesses aspectos e eu disse: “Pois é, era como se as Chancelarias, os Governos, em termos de interpretação da situação, até certo ponto andassem às apalpadelas, no escuro, procurando...” E, isso se refletiu muito numa

intensificação de contatos pessoais e de conversas entre países amigos ou que tinham certos interesses em certas áreas. Você dirá: “Por que é que procuravam saber a opinião do Brasil?” Não sei, talvez, por uma avaliação até exagerada do que o Brasil é ou pode ser, do papel que pode desempenhar, ou da influência que possa ter regionalmente. Um pouco essa ideia. Em parte, também, porque era visível que nós, em meio a esta conjuntura difícil, só tínhamos dito coisas muito sensatas em todos os lugares, não é?

A.C. – Não houve gaffe de espécie alguma.

S.G - Não houve gaffe.

A.C. – Ao contrário, houve êxitos diplomáticos.

S.G - Tínhamos resolvido todos os problemas com os vizinhos. O último foi o das águas do Paraná. Tínhamos criado um ambiente muito bom. Como o quadro internacional tem seus vasos comunicantes, as informações passam. Se, conversando sobre América Latina, os Chefes de Governo, os Chanceleres de México, Argentina, Venezuela, etc., fazem a interlocutores europeus ou americanos uma referência boa ao papel do Brasil, tais referências calam, são anotadas. Quando se vê, por exemplo, países africanos, oficialmente dando uma enorme receptividade a nós, esse fato não passa despercebido. Logo antes de minha visita, em junho de 80, aos países da linha de frente (Tanzânia, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia e Angola), passei na Alemanha Federal, o Governo local mostrou interesse nessas visitas que se sucederiam. Chegou a haver a impressão de que eu visitava a RFA para preparar a visita à África, o que eu procurei desfazer. Mas, todos perguntavam muito. Queriam avaliar. “O que é que vocês estão fazendo na África?” Os europeus, geralmente, achando que nós devíamos fazer mais. No caso dos alemães, eu disse, nas conversas com o Genscher: “Nós não fazemos mais porque não temos meios. Se vocês nos emprestarem, podemos fazer mais...”

A.C. – Eles viam o papel do Brasil como uma coisa...

S.G - ...como uma coisa útil.

A.C. – ...nesse confronto Leste-Oeste, digamos assim.

S.G - Em geral, no sentido de que somos um país em desenvolvimento, um país que criava menos reações e ressentimentos históricos nos países africanos. Os últimos ressentimentos que eu ainda senti foram em Moçambique, em comentários de Chissano, o Ministro do Exterior, no primeiro dia. Depois passou. Ficou, no fim, amicíssimo, mas ainda tenso por causa da tradição nossa pró Portugal durante a guerra, etc. Isso desapareceu. Apenas, nós não tínhamos meios materiais para aproveitar a receptividade política que havia. São países carentes, precisam de tudo, etc. E, se a gente tivesse um pouco mais de meios, teríamos uma presença maior nesses países. Mas, há receptividade política. Isso tudo deu ao Brasil, uma imagem como ator no cenário internacional, mais complexa e significativa do que tinha antes. Quer dizer, era um país que, de uma forma muitas vezes, se você quiser, secundária, mas não de todo irrelevante, estava jogando aquilo que eu chamei “a partida nos vários tabuleiros”.

A.C. – Exatamente.

S.G - Ele tinha um tipo de presença em termos de Japão, em termos de China; um tipo de presença na África, além do óbvio, que é América Latina, Estados Unidos e Europa. No Oriente Médio havia algum tipo de presença. Começavam firmas nossas a obter contratos lá, concorrendo com européias e americanas. Estávamos começando a vender armamentos. Começou o Brasil a ser um fator, se você quiser, ainda secundário, mas um fator, numa avaliação qualquer, a ser levado em conta. Tinha que ser ponderado. Então, havia interesse em ter um tipo de contado de algo nível, de sentir um pouco o que a gente pensava.

A.C. – De certa forma, foi uma política de consolidação e intensificação das relações, e diversificação.

S.G - Diversificação. Eu não posso pôr isso nunca por escrito, porque elogio em boa própria é vitupério, mas alguns dos meus colegas estrangeiros, não só a mim, mas a terceiros, disseram que tinha sido extremamente útil para eles conversarem comigo, quer dizer, saber o que é que o Brasil pensava, nossas avaliações de situações sub-regionais e diversos...

A.C. – Quais foram esses principais países? Eu tenho a impressão, pelo que o Sr. contou, que a América Latina, quer dizer, os países latino-americanos, seriam...

S.G - Tivemos, na América Latina, quer dizer, um grau de contato fluido que eu acho que vai continuar. Pode por um mês ou por um periodozinho, haver um retraimento, por falta de contato pessoal, mas virá, virá fatalmente, e que eu acho que foi muito maior do que qualquer outra época da História. Isto sem a menor dúvida. Quer dizer, com quase todos os chanceleres, eu pegava o telefone e falava a qualquer momento, e eles para mim, sobre qualquer assunto. Era possível haver uma coordenação até sem uma reunião, na base de telefone. Em várias ocasiões. Sobre Granada, por exemplo. A imprensa aqui criticou o suposto atraso de nossa nota pública. Porque saíram algumas antes. A nossa saiu com mais de 24 horas de atraso. Mas, se “atrasou” por quê? Não houve uniformidade entre os latino-americanos nas manifestações públicas. Cada qual pôs o seu matiz. Mas, houve um mútuo conhecimento prévio. Eu falei ao telefone com o venezuelano, com o mexicano, senti as reações deles, até que ponto iam, um ia muito mais do que o outro, e assim por diante. Falei com o colombiano. Quando saiu a nossa nota, aquilo não era algo tirado da cabeça em termos abstratos. Tinha feito uma avaliação do que seria a tendência latino-americana, para escolher as palavras. O verbo que nós usamos era tão próximo daquilo que era, na verdade, realisticamente possível, em termos de qualificação da ação americana, o verbo “deplorar”, que foi, depois de muita discussão na Assembleia Geral da ONU, o verbo que saiu na Resolução das Nações Unidas. Isso seria impossível se não houvesse essa fluidez, essa confiança de você pegar no telefone e falar. Houve, eu acho, nesse período, um grau de informalidade e confiança, como talvez, em nenhum outro período, pelo menos em âmbito latino-americano. E, até em termos de alguns africanos e europeus. Desenvolvemos também as reuniões de planejamento político, que não resultavam em nada concreto, mas davam muita informação, inclusive as reuniões com os americanos, que às vezes, não diziam muito. Eles têm outros interesses, também, não é? Mas o fato de, numa reunião dessas, a outra parte ser um tanto omissa sobre certos assuntos é uma indicação muito importante, para quem sabe avaliar.

A.C. – O Sr. está se referindo às reuniões...

S.G - De consultas políticas a nível de altos funcionários. Apenas, você tem que ter sujeitos que saibam, tenham sensibilidade, primeiro, para fazer as perguntas; segundo,

para dar as respostas certas; e para sentir as intenções naquilo que a outra parte diz, ou deixa de dizer. Quer dizer, é um jogo que requer um conhecimento muito seguro da situação internacional, dos interesses do outro país, das informações provenientes de outras fontes, para poder aproveitar a conversa, não ser levado a conclusões ingênuas na base apenas de palavreado do interlocutor.

A.C. – E, nesse caso, dos Estados Unidos houve esse fluxo positivo nesse sentido?

S.G - Sempre houve. Todo ano havia. Às Vezes era útil, às vezes não tanto. Mas, dava alguma indicação. Eles falavam um pouco menos. E a visão deles do Brasil, embora positiva, é naturalmente de menor ponderação, por exemplo, do que a ponderação que eles dão aos seus aliados da OTAN, com os quais tem um compromisso maior e interesses estratégicos mais imediatos. Ora, mesmo na relação com os europeus, os europeus se queixam de que eles fazem as coisas sem consultar, ou que, tendo feito, não explicam muito. Imagina conosco! Mas, foram sempre boas reuniões. E, isso com outros países funcionou muito bem. Com a Inglaterra, houve várias. Foi interrompido por causa de Malvinas, infelizmente. Com a Alemanha Federal... Com a França, não tanto, porque não é do sistema deles. A ideia da França é que quando os Ministros se encontram há essa troca. Mais tarde, até se interessaram. Houve um ou outro contato. Se dirá: “Isso é conversa fiada”. Os críticos geralmente dizem: “Ah, diplomacia de punhos de renda, etc.” O que é muito engraçado, não é? Porque não faz muito sentido. É uma expressão que não tem muito sentido. Você não pode agir concretamente sem saber em que território está pisando. E, para você saber exatamente, ou muito aproximadamente, como vai agir, você tem que ter um grau de informação e de avaliação enorme. Quer dizer, aqueles atos de política exterior que vêm a público são a ponta de um iceberg. Tem que ser assim. A não ser que você tenha um tipo de política exterior, não digo independente, mas meio maluco, não é? Que o sujeito faça para certos efeitos demagógicos internos ou se sinta poderosíssimo e resolva dizer o que acha e os outros que se fomentem, se arrumem, não importando a reação alheia. Mas, se você quer ter uma atuação que seja útil para você, você tem que conhecer o ambiente, as forças em jogo, e agir de tal forma, que essas forças trabalhem para você ou sejam neutralizadas. Não adianta você reclamar, como ingenuamente nós fazíamos depois da guerra, do Plano Marshall: “Ah, durante a guerra o Brasil foi aliado, e também na Primeira Guerra. Agora, vocês americanos nos esquecem”. Era uma jeremiada boba. Mas, o país era muito mais simples naquele tempo,

não é? O país se tornou muito mais complexo e, de certa forma, mais relevante, e a opinião pública não se deu conta disso.

A.C. – O Sr. falando sobre esse tópico, que é muito importante, dá a impressão, realmente, de que houve um processo de amadurecimento, porque a concentração da política externa sobre os Estados Unidos até um período relativamente recente era muito grande. Isso lembra, um pouco uma relação de tipo paternal-filial, não é?

S.G - É verdade, é. É normal.

A.C. – E, à medida em que as coisas se diversificam, digamos, a relação fraternal aumenta e a relação, digamos, de subordinação não diria, mas de paternalismo se atenua.

S.G - ...de paternalismo se atenua um pouco. É.

A.C. – Agora, de qualquer forma, me dá a impressão de que, nesses contatos com os Estados Unidos, prevaleceu um pouco esse modelo clássico, não é? Eles tendem a ser um pouco paternos, ou um pouco...

S.G - É a tendência normal.

A.C. – ...omissos, não é?

S.G - É. É um pouco a tendência normal americana. Também é preciso pensar que se trata de uma potência fundamental. Assim, como nós temos, com raras exceções hoje, uma certa presença no mundo, mas uma presença meio secundária. – o que nós fazemos não vai decidir a sorte dos outros países; é um elemento a ser ponderado, pois em certas circunstâncias vale a pena ter um apoio político ou diplomático brasileiro e tudo isso – os Estados Unidos afetam o mundo todo, a cada país, o que eles fazem é relevante necessariamente para todos. E tudo o que acontece no resto do mundo é relevante para eles, porque podem interpretar sempre como algo que reforça a posição deles, ou que a enfraquece e cria uma abertura para a União Soviética. Eles veem o Brasil, talvez, como um país decisivo em termos de América do Sul. É um país que, se fosse à garra, se se tornasse anárquico, ou o que seja, ia criar um problema maior na região. Não que

tenhamos essa influência direta. Mas indiretamente. Porque é a metade da região, e pode ter o efeito de exemplo. Embora, por exemplo, o Brasil não tenha tido uma política democratizante na América Latina mas tenha seguido uma política de estrita não-interferência, sem sequer dar conselhos, independentemente disso, o fato de haver internamente no Brasil um firme processo de abertura, obviamente tem influência regional.

A.C. – Quer dizer, desse ponto de vista nós poderíamos dizer que o Ministério das Relações Exteriores, enquanto Ministério, tem um interesse, digamos assim, não propriamente ideológico, mas um interesse real na abertura, porque facilita. A redemocratização facilitaria a afirmação do Brasil, da autoridade brasileira.

S.G - Acho que, no Governo Figueiredo, nós chegamos a um ponto quase que idealmente equilibrado. O país já estava caracterizado como um país aberto. Apesar de internamente se falar tanto em Governo militar, etc. Os Governo, porém, sabiam mais do que esse tipo de slogan. O país estava aberto, com imprensa livre e mostrando uma evolução patente e irreversível. Tínhamos, por um lado, as vantagens da abertura e da simpatia de diversas áreas, sem termos criado um medo nas ditaduras, porque fomos cuidadosos para não criar esse medo, razão porque nós ficamos num ponto médio de equilíbrio dentro da região, que é muito heterogênea em termos de regime e tudo, não é? Razão porque se verificavam também, por exemplo, pequenos fatos – a eleição do Calero para presidir a Comissão de Direitos do Homem, que nós não pedimos, nem ele, e depois a Comissão social na Assembleia, que é onde se discutem esses assuntos. Por que iam para o Brasil? Bom, o Delegado é excelente, o país é importante, e, sobretudo, não havia ninguém que ficasse com medo de um brasileiro lá com manias, com posições a priori, violentas, nem nada disso. Por que é que o Baena , e já me referi a isso, foi eleito? Foi eleito sem escrutínio, caso virgem, depois de lançado candidato, porque alguns países pediram para que lançássemos para evitar uma confrontação na hora da eleição. Isso tudo era o resultado dessa posição intermédia e de equilíbrio, com as vantagens, já de um processo de abertura indiscutível, uma restauração de liberdades civis evidentes e, além disso, o fato de que a política era unívoca. Não estava sujeita a uma briga interna entre facções e correntes políticas. E, por outro lado, a percepção de que o processo interno não nos levava a cruzadas internacionais.

A.C. – É, foi um ponto ótimo, digamos assim, das tendências.

S.G - Daqui por diante, eu acredito que isso possa continuar. Mas é natural no regime democrático que haja mais dificuldades internas.

A.C. – Mais oscilações, às vezes, não é? De decisões.

S.G - É. Mas, eu acredito que nesta área externa se conservará. Não vejo que haja razão para que haja razão para que isso mude muito.

A.C. – Eu acho que a política externa brasileira, nesse período, teve um outro efeito muito curioso. É que a chamada política de abertura internamente, muitas vezes foi questionada. Quer dizer, ela era... Às vezes houve dúvidas, quanto ao seu destino final, enfim, tropeços, etc. Então, essas viagens do Presidente tiveram, em momento, às vezes, estrategicamente muito importantes da evolução interna, um papel quase que de afirmação dessas tendências.

S.G - Ah, é.

A.C. – Afirmação implícita dessas tendências. Eu me lembro que a viagem à Espanha ou à África, se não me engano, foi muito típica, não é? Quer dizer, de repente o Presidente, de fora, dá um sinal de que ele, enfim, está disposto a continuar no seu caminho.

S.G - Se você examinar as entrevistas de imprensa coletivas que ele deu, nas visitas ao exterior, ele se saiu muitíssimo bem em todas elas. Tranchã nas respostas, seguro, etc. Raras, raríssimas vezes me perguntava alguma coisa sobre um pormenor. Natural. Mas, estava preparado para dar as respostas. Evitava comentários sobre política interna. A não ser, às vezes, alguma resposta de ordem geral, muito positiva. O que causou aqui rebuliço, confusão e interpretação imprecisas, foram declarações fora dessas entrevistas formais. Como umas declarações que ele fez na escadaria da residência oficial, em Lagos, quando o agarraram no meio da escada. Eu não ouvi, porque não gosto e não consigo penetrar em bolo de gente, que se acotovela.

A.C. – Sobre as diretas, não é?

S.G - É. Quando há bolo de gente, eu saio. O negócio de ser empurrado, etc., não é comigo. Fiquei olhando, esperando que ele acabasse. Ele me disse, mais tarde, que fora mal interpretado. Provavelmente foi, porque ele tem uma maneira de falar, às vezes que pode se prestar a ser apanhado um pouco fora de contexto, um pouco fora do clima em que falou. Sei lá! Poderá ter dito que era a favor das diretas, mas que isso dependia de vários fatores, do Congresso, do Partido, de tudo isso. Foi tudo interpretado, como se ele estivesse no movimento das “Diretas já”, o que provavelmente não estava no espírito dele. Talvez, quisesse dizer o que um político diria: “Em tese, eu sou a favor, mas acho que o momento, as circunstâncias de conjuntura política não aconselham”. Quem sabe, um troço desses, não é?

A.C. – Exato.

S.G - Não sei. E, não sei porque não ouvi. Mas, das coisas que ele me mencionou em passant e muito rapidamente, quando esses assuntos surgiram, eu tenho a impressão de que no espírito dele o que foi publicado e comentado pareceu genuinamente uma deformação.

A.C. – Inclusive, ele sugeriu que nem dependia dele.

S.G - É.

A.C. – O que, de fato, é uma verdade, porque só dependia indiretamente. Mas o espírito foi esse.

S.G - Lógico.

A.C. – Exato.

S.G - Quer dizer, por algum motivo, na avaliação dele, não havia condições objetivas, ou podiam resultar efeitos perigosos. Não sei. Mas, apareceu aqui de forma talvez, simplificada, que criou muito embaraço para ele.

A.C. – O Sr. tinha intimamente uma posição sobre essa questão?

S.G - Das eleições?

A.C. – É, das diretas.

S.G - Das diretas já? Não, eu achava que não seria prudente fazer já. Não seria prudente, porque não era ainda pacífica essa solução. Não sentia que todas as áreas pudessem se conciliar em torno dessa ideia. Era um pouco a caixa de Pandora. Ninguém sabia. Acho que, nesse processo dito de abertura, prudência e segurança são mais importantes do que resultados “impactantes”.

A.C. – Havia esse medo do Brizola, especificamente, não é verdade?

S.G - Talvez fosse, da parte de alguns. Eu não sei se seria ele só. Ou medo de que o país se metesse numa competição tensa demais, aguda demais, e com aspectos de radicalização num sentido e no outro. Combinações estranhas, um vale tudo, excitações contraproducentes, contrárias ao próprio objetivo de uma democracia sólida e regular.

A.C. – Isso de fato acabou ocorrendo na disputa indireta, não é?

S.G - É.

A.C. – Até um certo ponto. Eu acho que o Dr. Tancredo depois tratou de negociar as coisas de maneira que isso fosse, digamos assim, atenuado, não é? A própria reação dele em relação ao Maluf. Mas, houve um momento em que se sentiu que era uma guerra, realmente, que estava se travando, enfim...

S.G - É. Agora, é difícil saber. É difícil de antemão saber. Mas, na base dos interesses partidários e de grupo, você vê que o interesse do PDS, enquanto, achava que tinha o controle do Colégio Eleitoral era pró-eleição indireta e o PMDB e os outros acreditavam que seriam favorecidos por eleições diretas. No momento, em que ficou visível que a oposição poderia ganhar, a campanha contra o Colégio foi atenuada.

A.C. – E que o próprio, quer dizer, um dos candidatos do PDS poderia perder, não é?

S.G - Poderia.

A.C. – Quer dizer, que, com isso... No caso do Dr. Aureliano, quer dizer, quando o Partido se dividiu, já...

S.G - É, não havia essa possibilidade.

A.C. – Complicou tudo.

[FINAL DA FITA 38-A]

S.G - É, não havia essa possibilidade.

A.C. – Complicou tudo.

S.G - Não sou, como disse, um entendido em política interna. Desde o ano de 82, eu tinha intimamente a impressão de que a sucessão seria muito difícil. Não via um elemento unificador no PDS.

A.C. – No princípio, o Presidente, quer dizer, o vice-presidente Aureliano Chaves era um candidato ideal para quem observava de fora do Governo, não é?

S.G - É.

A.C. – Porque ele era um moderado, evidentemente, e era uma pessoa...

S.G - ...bem vista publicamente.

A.C. – ...que estava com o apoio da opinião pública bom. Por que é que isso não deu certo? O Sr...

S.G - Olhe, eu não lhe posso dizer, francamente, porque não tenho todos os dados. Eu não fiz qualquer esforço para estar escarafunchando e arrancando opiniões dos outros.

A.C. – Certo.

S.G - Mas eu acho que houve momentos difíceis. Ele não era um candidato, talvez, da primeira preferência do Presidente ou do pessoal que o cercava, por um lado. Mas, acho que poderia evoluir para ele. Houve, entretanto, vários quiproquós e desenvolvimentos equivocados que criaram problemas.

A.C. – O Presidente não gostou da maneira como ele assumiu a interinidade, digamos.

S.G - O fato de que a própria reação do Presidente não podia ser normalmente a de um político calejado. Lembrava-se, por exemplo, de que quando Tancredo foi eleito Governador, Aureliano o alertara de que Tancredo era um sujeito perigoso, e agora estava aí, muito amigo, muito ligado, etc. Em 82, houve um ataque do Golbery – se lembra? – que o Aureliano, então Presidente interino, achou que não tinha porque responder, embora não concordasse. Ele mesmo me disse depois que não concordava com nada daquilo. Mas, achou que não tinha uma obrigação de responder ao Golbery. E, talvez o Presidente tenha achado que ele devia ter dito qualquer coisa naquela ocasião. Depois, houve uma campanha de jornal, toda a imprensa. – quer dizer, algo, portanto, organizado, essas coisas não acontecem de graça. – no sentido de transmitir a imagem de que o Aureliano era um homem sério, ético e que trabalhava, e que o Presidente Figueiredo era um vagabundo, não é isso? “Agora, sim, temos um Presidente aí que fica até tarde no Palácio”. “Que vê tudo...”, etc. Obviamente, parecia uma campanha para endeusar o Aureliano e, ao mesmo tempo, denegrir a imagem do Presidente Figueiredo. Ora, como isso tinha uma aparência de coisa organizada, deve ter calado muito negativamente, no espírito do Presidente Figueiredo. Ele mesmo, uma vez me disse: “Você sabe, os grandes empresários, grupos econômicos, fizeram uma “caixinha”, contrataram uma firma de public relations, de publicidade, para fazer campanha pelo Aureliano”. Quer dizer, eu acho que implicitamente estava no espírito dele que o Aureliano devia ter desautorizado esse tipo de coisa ou dito qualquer coisa para se opor a isso. Mas não sei, estou supondo.

A.C. – Eu acho que isso explica muito isso. A sua interpretação explica muito essa reação tão generosa que ele teve com relação ao Sarney agora, não é? Esses cumprimentos, enfim, antes de viajar, não é? Com relação ao comportamento do Sarney em relação à doença do Presidente Tancredo.

S.G - Do Tancredo.

A.C. – Eu acho que houve uma certa, exatamente, uma certa manifestação explícita de que ele tinha sido vítima dessa situação.

S.G - O Aureliano foi ao Nordeste – se lembra? – naquele período, e prometeu ou decidiu uma porção de recursos para lá. O Presidente me disse isso. E eu nunca perguntei, mas ele me disse: “Isso tudo estava já resolvido, mas ele foi lá para tirar o crédito de algo que

já estava resolvido”. Pode ter havido um conjunto de coisas desse tipo. Por sua vez, o vice-presidente, com quem eu me dei muito bem, nos assuntos de substância, sempre procurava agir conforme decisões do Presidente Figueiredo. Em política externa, certamente. Ele se queixou muito em certo sentido. Explicou: “Eu não tinha porque responder ao Golbery”. Isso já depois, em uma vez em que ele queria ir a Israel em visita privada e perguntou minha opinião. Fui ao escritório dele e disse-lhe que, sendo ele vice-presidente, qualquer visita privada sua a um país estrangeiro tinha implicações e interpretações não privadas, não é? E que Israel era um pouco difícil. De fato, dada a nossa política, o mínimo que achariam é que nos estávamos começando algum tipo de relacionamento especial que não queríamos fazer numa base ostensivamente oficial. Temos relações bilaterais corretas, não há problema nenhum. Mas o vice-presidente tem um valor simbólico brutal. Mesmo que seja uma área de que ele não esteja tratando, que o Presidente não lhe tenha delegado, ainda que ele diga que vai em viagem privada, ninguém vai acreditar muito nisso. As desconfianças nessa área são muito agudas. Externamente, então, tem um valor representativo muito grande. Ele compreendeu. Era um homem prudente e foi muito correto. Comigo sempre foi de uma extrema gentileza. Ele me disse: “Então, eu vou pensar um pouco. Depois eu lhe digo. Se eu decidir ir, nós voltamos a conversar”. Mas, nessa ocasião, então, ele de certa forma me falou das queixas que tinha do Presidente Figueiredo. Sem falar mal, em absoluto. Sobre essa história dos ataques do Golbery, ele lembrou, que não tinha que sair do seu caminho como Presidente interino para rebater ou fazer alguma manifestação.

A.C. – Parece que ele disse também que cabia ao Ministro do Exército, General Walter Pires, tomar as medidas disciplinares que ele achasse convenientes, não é?

S.G - As medidas, é. Sobre o outro assunto da campanha de imprensa, ele não me falou nada. Mas se queixou muito de que, mesmo antes do racha no Partido, o Presidente parecia estar agindo como se o Maluf fosse o candidato dele. Principalmente, quando ele, Aureliano, Sarney e outros pretenderam que houvesse uma consulta às bases do Partido.

A.C. – Exatamente. A chamada prévia.

S.G - É. E que nessa ocasião o Presidente à última hora mandou aquela carta para o Sarney. Quer dizer, houve um problema aí também de falta de comunicação, talvez. Não

tenho base para saber com precisão. O Presidente me havia comentado um dia num despacho: “Pois é, o Aureliano quer essas consultas às bases. Propõe isso depois de já ter feito o trabalho. Mandou telex para todos os Diretórios municipais, já mobilizou todo mundo e, depois propõe, sem ter conversado antes com a gente, etc.” Aí, eu não sei se a galinha vem antes ou o ovo vem antes. Nunca me meti nisso, porque achava inútil. Estou apenas constatando que havia e houve pelo menos equívocos, quiproquós e coisas desse tipo em várias ocasiões.

A.C. – De qualquer maneira, ficou a impressão de que...

S.G - E haverá muitíssima coisa que eu não sei, não é? Porque eu também não explorava isso.

A.C. – Exato. Quer dizer, foram as coisas que o Sr. ouviu dele, não é? Mas ficou essa sensação, desde o período Geisel, de que só se podia falar de política interna fora do Brasil. Isso ocorreu um pouco com o Sr. também, porque o Sr. lembrou o caso de Lagos, não é?

S.G - É, Lagos.

A.C. – E é engraçado, quer dizer, é curioso isso, não é?

S.G - É curioso, é, que ele tenha falado... Nas conferências de imprensa, não. A não ser perguntas de ordem geral, enfim, que ele respondeu muito bem, em termos da abertura, do processo de reinstitucionalização democrática. Mas, sim em encontros às vezes ocasionais, quando os repórteres, os correspondentes que o acompanhavam, o agarravam num lugar qualquer...

A.C. – Porque o Presidente Geisel, também, dava umas entrevistas em uns trens aí famosos.

S.G - É, coisas dessas.

A.C. – Isso o Sr. era o Secretário Geral ainda. Mas, eu queria lhe perguntar também, Ministro, sobre a questão da Europa. Houve uma certa crítica implícita ao fato de que o Sr. deu ênfase demasiada à África e à América Latina e que o Sr., digamos assim, não levou na devida conta, etc., as relações com a Europa. E, eu tenho a impressão de que isso tem a ver com a crise, não é?

S.G - É.

A.C. – Quer dizer, o fato de que o comércio, etc., deve ter...

S.G - A rigor, não houve isso. Se você for contar, em termos de visitas de europeus aqui e minhas à Europa, a crítica aí não tem nada a ver com a realidade. É uma crítica de gente que precisava encontrar um bode expiatório, para a situação nossa, em termos de negociações da dívida.

A.C. – E, aí foi especificamente, eu creio, uma comparação com o Governo Silveira. Eu acho.

S.G - Mas é natural. No tempo do Silveira, o problema da África foi objeto de decisões básicas, mas não houve um grande desenvolvimento em função disso. O desenvolvimento se deu já no Governo Figueiredo. E, ao mesmo tempo, é preciso lembrar, era natural que houvesse um certo receio no Governo anterior, ou da parte do Silveira. – eu não sei, disso ele nunca me falou – de que um relacionamento em termos de visitas à África ficasse mexendo naquela ferida do reconhecimento de Angola e de outras coisas, e, reavivando críticas que foram feitas na época. E, também, porque era preciso esperar a poeira assentar um pouco. Agora, essa crítica de que houve mais ênfase na África do que na Europa, isso não é verdade. Simplesmente, o que acontece é que as relações com os Estados Unidos e com a Europa são relações tradicionais e muito consolidadas. Não há coisas novas extraordinárias a fazer. Não há ressentimentos a superar. E, são países importantes, países que não vão contar ou considerar como particularmente significativa a visita do Ministro do Exterior do Brasil. Quer dizer, podem achar interessante, muitas vezes me convidaram, tudo isso para marcar o tipo de relação que eles têm com o Brasil. Mas, recebem visitas de ministros de todo o mundo, o tempo todo. Agora, mesmo assim, se você considerar numericamente, houve maior número, talvez, de visitas de Ministros do Exterior europeus

aqui do que de africanos, e um número de visitas minhas à Europa tão numeroso, tão grande ou maior do que as minhas visitas à África. Por exemplo, eu estive em visita oficial, com o Presidente, à França. Estive lá em visita de trabalho uma vez, pelo menos. Estive na Alemanha com o Presidente e estive em visita oficial minha à Alemanha. Também em Portugal, Espanha, Itália, Vaticano, Áustria... Estive na Inglaterra, em visita oficial minha. Foi uma visita excelente, em novembro de 81. E, eu creio que há muitos anos nenhum Ministro brasileiro do Exterior ia à Inglaterra, a não ser como o Silveira foi, acompanhando o Geisel. Por primeira vez na História, o Secretário do Foreign Office, quer dizer, o Ministro do Exterior inglês, veio ao Brasil. Primeira vez. Depois, houve o problema de Malvinas, que nos atrapalhou, mas que, como eu disse, nós atravessamos bem e chegamos ao final não só com boas relações com o Reino Unido, mas, de alguma forma, como eu disse e está nos arquivos do Ministério, com agradecimentos pela moderação e a seriedade com que tínhamos atuado naquele episódio.

A.C. – Mas, de qualquer maneira, atrapalhou um pouquinho, pelo que o Sr. já falou.

S.G - Atrapalhou. Porque nós tivemos – e até isto eu conversei com o Embaixador inglês, depois com um dos Secretários de Estado que esteve aqui, em agosto de 82, não me lembro o nome dele, como ainda ano passado novamente, com Lady YounS.G - que nós tínhamos por algum tempo de ser um pouco prudentes, em termos de visitas oficiais do mais alto nível. Para Ministros de áreas especializadas não havia problema. Mas Ministro do Exterior, era melhor esperar um pouquinho que houvesse uma evolução na Argentina, uma redução da animosidade e do emocionalismo, o que foi bem compreendido por eles. Eu estive na Itália em visita oficial, recebi aqui dois Ministros do Exterior italianos. Depois, eu retribui à visita oficialmente. Também fiz uma visita oficial à Santa Sé, na mesma ocasião. Estive em visita oficial, também, na Áustria, e acho que fui o primeiro Ministro do Exterior brasileiro a ir lá. Na Iugoslávia, por ocasião da UNCTAD. Estive na Espanha, com o Presidente. Mas, o Ministro do Exterior espanhol esteve aqui com o Rei, também. Insistiu muito para que eu fosse outra vez. E eu estive na Espanha, também uma vez, antes e independentemente da visita do Presidente. Em Portugal, estive duas vezes, em visita oficial, e o português, duas vezes aqui. O primeiro, foi o Gonçalves Pereira, que era um velho amigo meu. Da segunda vez, já foi o Jaime Gama, o atual.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

Mas, então, essa crítica de que houve mais visitas à África do que à Europa não tem fundamento. Acontece que os países africanos são numerosíssimos, como é sabido, não é? Em primeiro lugar. Em segundo lugar, como todo país pequeno, são suscetíveis. Além de pequenos, saído da vida colonial. Além disso, pretos, e desconfiados de um atitude de discriminação racial ou de certo desprezo. Portanto, havia necessidade de tratar muito bem, com muito cuidado. O que estava de acordo com nossos sentimentos autênticos. Para nós, uma atitude amistosa sem empecilhos emocionais, com muita naturalidade. E, o que é que eu fiz na África? Visitei os países da linha de frente de uma vez só, Tanzânia, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia e Luanda. Fazia sentido esta visita. Quando realizei esta visita, houve outros que reclamaram, nigerianos, o Zaire. Eu chamei os embaixadores, dei explicações. Prometi-lhes que iria a seus países, só não podia fazer tudo ao mesmo tempo. E, fui ainda ao Senegal, ao qual devíamos visita, sendo que Senghor, esteve aqui três vezes, o então Ministro do Exterior deles vinha aqui quase todo ano, a qualquer pretexto, inventava um jeito de vir. À Costa do Marfim devíamos duas visitas do Aké, Ministro do Exterior. Nigéria, que mandava aqui montes, numa certa época, de delegações. É verdade que aí em parte, porque eles estavam para construir e mesmo começando a construção da nova capital em Abuja. Então, vinham muitas delegações, especialmente do Congresso deles, para se informar sobre Brasília, etc. Mas, o Ministro do Exterior também tinha vindo, tinha estado aqui o vice-presidente da Nigéria, e assim por diante. Então, você não podia deixar indefinidamente, sem uma retribuição um país importante. E, eu tive convites insistentes de vários outros, Todo, Camarões, Gana. Consegui ir ao Zaire e também ao Congo-Brazaville, do outro lado do rio. As capitais estão uma em frente da outra, às margens do rio Zaire. Em ambos os casos, havia interesses concretos brasileiros; a Andrade Gutierrez tinha obtido o contrato para uma grande estrada de rodagem e para o desenvolvimento de uma região na zona florestal do Congo-Brazaville. O Zaire é um país meio enrolado, mas também, ali a Andrade Gutierrez estava negociando a exploração de uma mina de ouro, o que foi conseguido na ocasião da minha visita. Você dirá: “Estava tudo arrumado já”. Mas, ele esperaram a minha visita para fazer o gesto. Agora, se você somar tudo isso, não é mais do que o que eu fiz em termos de viagem à Europa. Apenas, sendo uma área nova, se se queria ter uma política africana, sem ter meios extraordinários de atuação, então, a atuação diplomática se tornava mais necessária. É uma forma de você suprir, de certa maneira, a ausência de outros meios, econômicos, militares, culturais, ou o que seja, para a criação de

receptividade, de ânimo positivo, etc. É lógico, que a visita sozinha não resolve; mas a visita, no contexto de uma aproximação, é uma espécie de símbolo, de indício, de evento que confirma a disposição do país de manter um relacionamento vivo.

A.C. – O Sr. pode dizer, poderia dizer que a África, em certo sentido, deu mais trabalho, quer dizer, mais volume de trabalho do que a Europa? Porque eu estou pensando em um raciocínio econômico, não é? Da acumulação de capital. Que quando se começa, não é? O esforço é muito maior do que manter uma relação.

S.G - Há em parte isto, quer dizer, o nosso relacionamento com a Europa, Estados Unidos, mesmo o Japão, era um relacionamento tradicional. O que houve a mais, digamos assim, foi a adjunção da consulta política, de interesse mútuo, além do desenvolvimento das opções econômicas, comerciais, etc. Passaram a conversar mais conosco sobre América Latina, sobre África, sobretudo essas duas áreas em que eles acreditavam que nós tínhamos algo a dizer, com vistas à informação, avaliação, etc. Do ponto de vista do comércio, do ponto de vista da cooperação econômica, científica, tecnológica, a Europa é fundamental, como é óbvio. E, é preciso considerar também que o grosso do relacionamento nesses campos, entre esses países, que são países de economia de mercado, de livre empresa, decorre da atividade dos operadores econômicos, dos meios acadêmicos, etc. Não é a mesma coisa com países africanos, em que o Estado é que está criando a Nação.

A.C. – Claro.

S.G - Está tomando todas as providências, está fazendo as opções. Porque o que existe por baixo da elite que controla esses países, é às vezes pouco mais do que uma organização tribal, pura e simplesmente. Ainda por cima, artificial, com as fronteiras coloniais cortando as tribos ao meio, Obviamente, e muito claramente, os países africanos estão sendo criados por ação do Estado, a tal ponto que um dos preceitos básicos da Carta da Organização da Unidade Africana é que não se mexe em fronteira. Porque, se for mexer, abre-se uma caixa de Pandora brutal, não é?

A.C. – É, realmente. Imagine!

S.G - Não há um país ali que não tenha populações divididas. Em cada fronteira, um povo está dividido entre um país e outro.

A.C. – A heterogeneidade étnica é terrível, não é?

S.G - É. E, em muitos casos até há uma vida tribal sobre a fronteira. Quando eu estive no Zaire, que é um país que tem em todas as fronteiras esse tipo de coisa, o Ministro do Exterior deles me contou. Eles nem sempre têm boas relações com o Congo-Brazaville, que se diz marxista. Eles são, se dizem, de livre empresa. E, é mais ou menos isso, dentro da semântica africana, bem entendido. Porque o Congo-Brazaville é comunista, mas é da área do franco. Um dos principais assessores do Ministro do Planejamento lá é um francês, que, aliás, é brasileiro, tem dupla nacionalidade, e me visitava muito em Paris, quando eu era Embaixador lá, e assim por diante. Mas, o Ministro zairense me disse que quando tinham de fechar a fronteira, o barco, tipo barca da Cantareira, que vai de um lado para outro, não funcionava. Alfândega fechada. Mas tudo isso adiantava pouco, porque de um lado e outro do rio é a mesma tribo e, quando havia qualquer evento em que os familiares ou os membros da tribo tinham que participar, eles pegavam uma canoa a 20 km de embarcadouro da capital e atravessavam o rio. Quem é que vai controlar isso?

A.C. – Exatamente.

S.G - Quer dizer, é uma realidade diferente. De modo que, esse tipo de crítica, é porque era preciso criticar alguma coisa, não é? Porque não houve, ninguém podia ter ilusão de que nós pensávamos que o Terceiro Mundo fosse substituir o Primeiro no nosso relacionamento externo. Isso é um disparate completo.

A.C. – Claro, claro. E a França? O Sr. disse que o contato foi menor. Isso teve a ver com o Governo Mitterrand, que deve ter se tornado...

S.G - Não, nada não. Aliás, não foi menor, porque você veja. O Giscard correspondeu ao nosso Governo anterior. O Presidente Figueiredo retribuiu a visita ao Giscard. Foi uma visita do Presidente Figueiredo à França, importante. No Governo Mitterrand, por exemplo, no princípio, ele mandou um irmão dele aqui, para conversar com o Figueiredo. Aliás, eu conhecia os irmãos dele todos, menos o especialista em cognac, que é famoso e

tem grande autoridade na matéria. Mas, os outros todos eu conhecia. E, logo depois houve visitas do Cheysson aqui. Eu também estive, como disse, na França, em visita de trabalho.

A.C. – O Ministro da Cultura esteve também, não é? O Lang.

S.G - O Ministro da Cultura. Enfim, não houve interrupção nenhuma desse tipo de contato. De modo que a crítica é um pouco conversa fiada. O que se pode dizer, talvez, é que, no caso da França (um pouco no caso da Itália) a posição, digamos, retórica é muito mais aberta aos interesses do Terceiro Mundo, e da América Latina, do que a realidade do comportamento.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

A visita...

A - ____ que era mais retórica, não é? A política francesa. Era mais retórica do que...

S.G - É. eles gostam, tanto a Itália quanto a França, de manifestar a sua compreensão, o seu interesse particular pela América Latina. Mas, na prática, em termos propriamente econômicos, não diferem de nenhum dos outros países industrializados. Em certo sentido, até, por serem das economias mais vulneráveis dentro do Mercado Comum. Nós sabemos que em Bruxelas, quando se trata de negociações conosco, por exemplo, sobre produtos siderúrgicos ou têxteis e coisas desse tipo, são dos países mais protecionistas. A Alemanha é mais liberal porque, realmente, tem uma capacidade de competição enorme e tem um interesse em comprar mais barato aquilo que não está interessada em produzir. Nós sabemos – e isso nos foi dito, por exemplo, claramente, pela Chancelaria italiana. – que, embora eles achassem que caberia um diálogo político com o grupo de Cartagena, que isso poderia ser muito útil, eles tinham de acompanhar o consenso dos sete países mais industrializados. De modo que têm uma atitude sempre muito receptiva, mas na prática estão jungidos à solidariedade com os outros países industrializados.

A.C. – Esse fortalecimento do Mercado Comum agora, com a entrada da Espanha e de Portugal no próximo ano, isso terá consequências talvez muito importantes do ponto de vista da diplomacia e da economia mundial, ou não?

S.G - Aí, são problemas mais locais em termos de Europa, não é? Sobretudo no caso da Espanha, que é altamente competitiva em produtos mediterrâneos. No caso da laranja, por exemplo, com relação à Itália. No caso do vinho, com relação a boa parte da produção francesa. Azeite, produtos mediterrâneos. A agricultura espanhola foi renovada e é produtiva em diversos setores.

A.C. – Agora, eles vão perder em outras coisas. Parece que em leite e coisas assim. Enfim...

S.G - É, em outros produtos, perderiam. Em alguns casos, por exemplo, a Espanha poderia tomar parte do mercado da CEE que absorve certos produtos brasileiros, por um motivo a que eu me referi antes, isto é, que o tipo de industrialização espanhola tem alguma semelhança com a industrialização brasileira. Em matéria de produtos siderúrgicos, por exemplo, nós vendemos à Europa dentro de quotas que negociamos com grande dificuldade. E haveria uma possível perda de quotas para as exportações brasileiras...

[FINAL DA FITA 38-B]

S.G. - ... exportações brasileiras em favor de exportações favorecidas espanholas. No caso de Portugal, não, propriamente. Por outro lado, há coisas que nós vendemos a um e ao outro que possivelmente venderíamos menos ou deixaríamos de vender. É óbvio que esses dois países, como participantes do Mercado Comum, aumentarão o seu dinamismo econômico, o que pode resultar em aumento de sua capacidade de compra no exterior. Isto pode a médio prazo vir a nos favorecer.

A.C. - Agora, a médio prazo, eu acho que politicamente isso pode ter também efeitos importantes...

S.G – Tem, lógico, é.

A.C. – ...no sentido de fortalecer a Europa diante dos Estados Unidos.

S.G – Eu não vejo muito desse ângulo. Há, na parte espanhola e portuguesa e às vezes expressamente, outras vezes implicitamente, um pouco a ideia de que a ligação maior com a Europa dá uma maior firmeza, digamos, à evolução democrática desses dois países.

A.C. – Certo, isso é óbvio, é.

S.G – Consolida-se, não é? Mas eu acho que a entrada desses dois países não altera substancialmente a ponderação econômica européia, mas a aumenta politicamente e estrategicamente. A Espanha e Portugal deixam entender ou procuram mostrar a sua valia para a CEE, ressaltando que são bons interlocutores, ou intermediários, para a América Latina. É um exagero e, com relação ao Brasil, pelo menos, bordeja o divertido, pois temos contatos diretos com todos os outros países, excelentes relações. Portugal às vezes pretende também que é um bom caminho para as suas ex-colônias e os novos Estados lusófonos da África, que é uma meia verdade. Em condições normais, Portugal terá no futuro uma presença cada vez maior nesses países. É muito mais fácil você arrebatar técnicos portugueses para irem para a África do que aqui no Brasil, por exemplo. Mas, as possibilidades são limitadas. Portugal tem tentado, entretanto. Veja, por exemplo, que tem uma reserva orçamentária para cooperação técnica e econômica com a África várias vezes maior do que a que nós temos. Tem procurado obter recursos de terceiros, inclusive dos Estados Unidos para fazer programas financiados pelos americanos e executados pelos portugueses. Até agora, porém, ainda não têm muita receptividade em suas ex-colônias. Eu digo, politicamente. Menos do que nós. Nós não fazemos mais porque não podemos; porque, a rigor, não é uma prioridade nossa ter uma presença e participação muito importante na área. Nós queremos ter um pé, ter uma boa atitude; acho que desfizemos os ressentimentos; mas, nós mesmos somos, no fundo, um país que não tem pretensão a uma presença de motivação político-estratégica, popularmente aceita, que implique sacrifício econômico nosso.

A.C. – Certo.

S.G – Não vejo isso.

A.C. – O Sr. acha que...

S.G – Eu acho que nós mantivemos tudo dentro dos limites do que era possível, sem mobilização de recursos e opinião pública.

A.C. – O Sr. acha que esse trabalho, essa consolidação da política, diversificação da política externa, e sobretudo em países recentes, etc., de formação recente, isso poderá nos trazer benefícios mais ou menos rápidos em termos de um papel do Brasil, nesses foros multilaterais? O Sr. citou, por exemplo, no caso do Brasil, do Baena e do Calero , não é?

S.G – É, no caso da América Latina, houve uma grande...

A.C. – ...quer dizer, que houve na América Latina, visivelmente.

S.G – É. Mesmo na ONU...

A.C. – Mas o Sr. acha que isso pode se refletir na própria ONU?

S.G – Veja você, no caso de utilização das águas do Paraná – hoje totalmente superado – em 73, na Assembleia Geral, a Argentina fez aprovar uma Resolução sobre recursos compartilhados que incorporava os princípios que interessavam a ela, como implicitamente o da consulta prévia, e nós batalhamos para evitar isto e não conseguimos. Basicamente, porque ela tinha entrado para o grupo dos não-alinhados. Quando se reuniu o grupo africano, nós soubemos que o próprio delegado nigeriano disse: “É preciso dar uma lição ao Brasil”. Hoje jamais uma coisa dessas ocorreria, nem nada parecido. Desse ponto de vista de votações de nosso interesse, esses efeitos positivos são visíveis.

A.C. – Consolidou o prestígio e, em certos casos, até a liderança do Brasil, digamos, nesses órgãos. Em alguns órgãos.

S.G – Não sei se liderança, mas uma receptividade. Não há crispações...

A.C. – Certo.

S.G – ...quando nós nos aproximamos, ou pretendemos, ou gestionamos qualquer coisa, com qualquer um desses países. Pelo menos, isso foi muito imediato. Mas, outras coisas virão, a longo prazo, e até de um ponto de vista material, comercial. É evidente que, se nós tivermos serviços e bens mais caros, serviços e bens nitidamente inferiores aos dos países industrializados, não há boa vontade política que resolva. Pode resolver num caso isolado ou outro, mas não como norma, não como...

A.C. – Exato.

S.G – Agora, é inegável que, em condições compatíveis, há uma predisposição favorável, ou pelo menos nós temos a capacidade de gestionar como um país amigo. Como um país com o qual eles têm disposição de manter boas relações.

A.C. – Como é que foi esse problema da Namíbia?

S.G – O problema da Namíbia é uma história muito antiga. Tínhamos uma posição, aliás generalizada das Nações Unidas, pró independência da Namíbia. Há até um parecer da Corte Internacional, no sentido de que a África do Sul, não tem um título jurídico sobre a Namíbia, porque ela recebeu aquilo como mandato da Liga das Nações, que não existe mais. Com a Carta das Nações Unidas, criou-se o sistema de tutela e os países que tinham mandatos ficaram de levar à independência os antigos territórios sob mandato ou negociarem acordos de tutela que os substituíssem. E a África do Sul não fez nem uma coisa, nem outra. A Corte entendeu que, realmente, o título original, o mandato da Liga, não tinha mais vigência e, não tendo mais vigência, então, não havia título nenhum. A África do Sul ocupa, portanto, ilegalmente a Namíbia. O grande problema aí está ligado ao problema do apartheid. Depois da independência de Angola, o assunto se tornou muito mais agudo, porque o novo Estado, achou que tinha obrigação política e moral, de dar apoio ao movimento de liberação da Namíbia, a SWAPO. Isso foi azedando a situação. Há um aspecto aí ambíguo. A alegação do Governo angolano para justificar o apoio de tropas estrangeiras no caso cubanos, ao Governo de Luanda, era de que os sul-africanos intervieram militarmente, chegando perto de Luanda, em apoio da UNITA. Disse Paulo Jorge: “Nós fizemos um apelo a todo mundo. O único país que respondeu foi Cuba”. Et pour cause... De fato, havia um batalhão blindado sul-africano no meio das tropas da UNITA que chegou a uns 40 ou 50 km de Luanda. Creio que duas ou três semanas depois

da independência, mais ou menos. Então, de um ponto de vista jurídico formal, as tropas cubanas estão lá convidadas pelo governo angolano, para o defenderem de uma intervenção, por um terceiro país. A situação formal, digamos, é esta. Então, para que os cubanos saiam, teoricamente, seria preciso que cessasse esse apoio da África do Sul a uma facção angolana, aliás significativa, porque corresponde a uma grande tribo, que talvez, incluía metade da população ou mais até. Mas, o apoio de tropa cubana só se pode justificar pela intervenção sul-africana, não apenas para manter o Governo contra uma rebelião interna. Eu mesmo disse isso ao Paulo Jorge, em 81, ao que ele retrucou que a UNITA não era problema sem o apoio sul-africano. No momento, em que a África do Sul deixar de intervir, se isso for conseguido, os angolanos não poderão mais manter a presença cubana lá, sem uma perda de prestígio brutal.

A.C. – Claro.

S.G – Se não houvesse a intervenção sul-africana, não havia porque reconhecer à época. Seria uma prova de que o Governo novo de Luanda não tinha condições de governar e não preenchia um requisito básico para o reconhecimento. O Fletcher Pereira, que foi Embaixador de Portugal aqui, depois foi Ministro lá, numa das visitas que fez a Portugal informal (numa troca de aviões, eu fiquei em Lisboa, umas horas e conversei com ele) me disse que, mesmo que a África do Sul formalmente não interviesse ela poderia continuar apoiando a UNITA, porque basta passar dinheiro e recursos em uma fronteira porosa e portos de difícil controle. Podem cessar raids aéreos, mas, pelo menos, dinheiro e meios para a UNITA seriam eficientes e menos visíveis. Houve também, o esforço pacificador das chamadas Cinco Potências, Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França e Alemanha, que tentavam levar a África do Sul, a cumprir as Resoluções da ONU sobre a independência da Namíbia e obter também a cooperação angolana para deixar de apoiar a SWAPO ou a SWAPO, ser restringida e tudo se resolver dentro da ideia de um plebiscito. Houve várias etapas nessas negociações, discussões técnicas sobre voto simples, voto duplo, enfim, não vou entrar nisso agora. O esforço desses países do grupo de conciliação, com os quais nós mantivemos contatos o tempo todo e eles nos davam as informações quando perguntávamos sobre como se desenvolvia o processo, não levaram a nada. Aliás, foi a França o primeiro deles a se desiludir completamente e até a declarar, que aquilo não ia para adiante. Agora, num dado momento, já no Governo Reagan, os Estados Unidos adotaram uma política com relação à África do Sul, que eles chamaram

de constructive engagement. Os Estados Unidos são o único país que teria meios de pressão efetivos sobre a África do Sul. Fizeram lá à maneira deles, evidentemente, pagando um preço, também, em termos de reaproximação com a África do sul, que implicava um certo desgaste como resto da África. Mas, os Estados Unidos são os Estados Unidos. Ninguém, vai brigar com os Estados Unidos, a não ser num caso muito grave. E, eles procuraram dar satisfações, explicar a filosofia por detrás dessa política de constructive engagement, externamente aos africanos e internamente perante sua opinião pública, porque há na imprensa, nos meios de comunicação nos Estados Unidos, uma atitude anti sul-africana e há, naturalmente a pressão negra, que tem seu lobby no Congresso. Pressão, também, sobre as multinacionais americanas estabelecidas na África do Sul. Já há algum tipo de legislação americana restritiva sobre investimentos, sobre políticas de emprego que as firmas americanas seguem e que ignoram o apartheid. Uma vez, conversando acho que ainda com o Secretário de Estado, Haig, ele me perguntou sobre nossa política e eu disse mais ou menos o seguinte: “Olhe, nós não podemos lá fazer o que vocês fazem, nem ter a atitude que vocês têm, porque seria irrisório. Nós não podemos ter capacidade de pressão sobre a África do Sul. Então, a única coisa que fazemos, um pouco simbolicamente, é manter as relações diplomáticas no mais baixo nível. Não temos porque ignorar a existência do país. Há um certo comércio, enfim, mas não temos um relacionamento político significativo. O Encarregado de Negócios funciona mais como um Agente Consular e um Chefe de Escritório Comercial. Não é mais do que isso. Nós temos, pelo contrário, uma série de ligações subjacentes com Angola, com Moçambique, de ordem cultural, de uma grande sensibilidade. Não esperam, nem compreenderiam que nós tivéssemos uma atitude parecida com a de vocês. Compreendem, talvez, a de vocês. Podem até não gostar, mas compreendem. Não compreenderiam que nós fizéssemos o mesmo e creio que tampouco a opinião pública brasileira”. Agora, ele perguntou: “O que é que você acha?” Eu disse: “Olha, eu acho...” (Aí, sim, para usar o termo que o atual Ministro nosso usa “diplomacia de resultados” e que nunca usei), eu disse: “Olha, essa política de vocês vai ser julgada em função dos resultados. Se ela der certo, se ela levar à independência de Namíbia, à cessação das intervenções em Angola, então, foi ótimo. Vocês tiveram um grande êxito. Se não levar a isso, vocês vão levar pau, vão ser objeto de todo tipo de crítica, de insinuações, etc. Para não falar em Moçambique que ficou contra a parede e fez o Acordo com a África do Sul, o próprio Governo angolano tem interesse e há tempos vem tentando encontrar alguma forma segura e decente de se ver livre dessas tensões com a África do Sul”.

A.C. – Quer dizer, a África do Sul é uma realidade irremovível, não é?

S.G – Ah, pois é. E, quem é que vai mandar exército para mudar o país? E, mesmo assim não se pode mudar um país. O próprio Paulo Jorge, quando nos visitou, me disse, e eu transmiti isso ao próprio Haig, que o problema dos cubanos não é um problema, é uma questão da soberania de Angola. Quando não houver mais intervenção sul-africana, os cubanos se retiram. Lembrei que se poderia examinar, quem sabe, até alguma retirada simbólica dos cubanos, acoplada a uma espécie de arranjo, com um cronograma preciso, desde que se dessem garantias a Angola, sempre, garantias de não intervenção sul-africana ou de que a Namíbia independente não seria um mero títere da África do Sul. Porque é normal, comunista ou não, que qualquer Estado soberano tem que ter suas garantias firmes. Não nos metemos nisso, eu ainda disse a Haig. Conversamos, como eu conversei com o Paulo Jorge. Paulo Jorge, aliás, sobrou agora. A versão corrente insinua que ele é muito ideólogo e que o Governo angolano, o Eduardo Santos, o Presidente, quer mesmo negociar. Tanto que, nas negociações com os americanos e sul-africanos em Cabo Verde, em que houve uma certa intermediação do Aristides Pereira, Presidente de Cabo Verde, quem foi, por parte de Angola, nunca foi o Paulo Jorge, foi o Ministro do Interior, creio, Vito Carrera. Eu não me lembro bem o nome. O Paulo Jorge agora sobrou. Não está em desgraça; me disseram que vai ser representante na ONU. Outro dado curioso é que a D. Maria Amorim, que é uma preta bonita, inteligente, simpática, encantada com o Brasil, quando veio aqui em visita oficial, sobrou também em S. Tomé e Príncipe, porque S. Tomé está como a Guiné-Bissau antes, e Cabo Verde, praticamente se encaminhando para uma cooperação íntima com o Ocidente, para voltar a produzir cacau, contratar com empresas privadas gerenciamento das plantações, e assim por diante. Está claramente numa evolução para uma posição estritamente não-alinhada e de abertura para o Ocidente em todos os campos. São os mais fracos, os mais carentes, não é? Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe. Nós acompanhamos isso muito bem. Não tínhamos porque nos meter, mas acompanhamos de um lado e do outro, sempre tendo, da parte de uns e de outros, uma informação razoável. Já os americanos eram até mais retraídos para dizerem o que faziam, embora quando a gente perguntasse eles dissessem. Mas, não se abriam muito. O angolano sempre, se perguntávamos, falavam até demais, (risos) naturalmente do ângulo deles. Mas, de uma forma não raivosa, com uma semântica, com uma maneira de dizer, de ver as coisas, que, para quem está acostumado também a negociar e a conversar com

soviéticos e com os satélites do Leste europeu, é muito diferente. Bom, não é só a questão do sotaque, que é português, de Portugal, mas o raciocínio, a maneira de falar muito diferente de uma pessoa fechada, de formação marxista rígida.

A.C. – De qualquer forma, essa tentativa de aproximação com a África, obviamente, é uma tentativa muito importante. Agora, há esses tropeços da própria fragilidade desses países, como o Sr. mostrou, não é?

S.G – Ah, mas sim.

A.C. – Porque não tem nada a ver com a América Latina. São países muito jovens, de fronteiras muito divididos, não é? Quer dizer, o retalhamento e...

S.G – Vão levar gerações para ter uma definição mais clara. Mas existem, são significativos para nós. Nós temos fatores positivos subjacentes, inclusive culturais, etc., uma experiência de áreas tropicais que pode ser útil para eles; há um interesse humano. Quando o Brasil perdeu o campeonato para os italianos na Espanha, em várias dessas capitais parou o comércio, parou todo mundo, foi um dia assim de luto nacional. Em Moçambique, numa época mais ideológica do que hoje, houve uma semana do cinema brasileiro. Só levaram dois dias. O Governo interrompeu a mostra, porque parava a cidade. Todo mundo queria ver. Enfim, há essas pequenas coisas. Novelas da Globo em Luanda, que a cidade parava para ver. Achavam uma graça extraordinária na maneira de falar do Prefeito de Sucupira e nos destroços que fazemos no idioma.

A.C. – Televisão, a penetração da televisão é fantástica, não é?

S.G – Ah, muito.

A.C. – Ministro, dentro dessa política de aproximação com vários países que o Sr. mencionou...

S.G – Agora, o erro da crítica que foi feita é de que (Risos) nós temos feito isso em detrimento da relação com outras áreas. Não foi assim. Foi um acréscimo importante. Dá muita mão-de-obra. Como você mesma notou, dá muita mão-de-obra.

A.C. – Isso paralisa muito o Ministro, também, que tem que dar...

S.G – Tem que estar dando atenção variada, o que é de seu dever.

A.C. – Assistindo.

S.G – Agora, há uma coisa: você não pode confundir volume de atividade com concentração de interesse político. Por exemplo, politicamente, com os países europeus, não temos problema específico. Temos problemas de outra ordem. É interessante trocar ideias, essa coisa toda. No entanto, eles têm uma presença no Brasil imensa, direta. Em todos os sentidos. Meio cultural, meio científico e tecnológico, investimentos, comércio, tudo, não é?

A.C. – Exato.

S.G – Mas, são coisas que o Governo brasileiro não precisa estar se desdobrando para estimular. Agora, um pequeno país com o qual você queira de alguma forma estimular uma atração natural em relação ao Brasil, apresenta três opções: ou você se considera completamente marginal e não faz nada; ou você acha que pode aproveitar, ou até satelitizar, o que estaria fora dos nossos meios, da realidade, do interesse e da psicologia de nosso povo; ou você toma uma posição equilibrada, mostra seu interesse, estimula, faz aquilo que pode fazer com seus próprios meios, mesmo que pouco, mas não ignora, nem deixa de lado.

A.C. – Exato. Exatamente sobre, ainda sobre esse... tomando as coisas desse ponto de vista, eu queria conversar um pouco com o Sr. sobre o México, porque é um país em que o Brasil tinha uma relação bastante, até por questões de distância, não é? Relativamente afastada.

S.G – É verdade.

A.C. – E a partir de um determinado momento, sobretudo recentemente, não é? Quer dizer, houve muitas viagens do Presidente, tudo isso, e eu lhe perguntaria se essa

aproximação foi ainda dentro dessa perspectiva política que o Sr. ressaltou ou se houve também um lado econômico. Porque até é possível entender que o Sr. tendo tido uma gestão difícil desse ponto de vista, de retração de comércio e tudo isso, que tenha havido essa intensificação, também, buscando, não é? O Petróleo na Venezuela, ou o que seja no México. Enfim, eu acho que seria perfeitamente legítimo isso, não é?

S.G – Houve um pouco de tudo. Eu talvez, até dissesse que o início da aproximação veio, da parte do México, com o Presidente Echeverria, que era um demagogo terrível, mas aqui veio. O Geisel o recebeu. Eram pessoas muito diferentes. Ele veio com aquela massa de gente com que o Presidente mexicano viaja, etc. Mas, o relacionamento se estreitou no Governo Figueiredo, e até mais com a abertura. E foi, em parte, uma evolução da parte do México no sentido de uma maior participação mexicana nos assuntos latino-americanos. Voltou-se mais para a América do Sul do que em ocasiões anteriores. Houve um pouco essa avaliação.

A.C. – Foi uma iniciativa do México esse movimento.

S.G – É. Coincidiu com uma atitude nossa de abertura para a América Latina. Quer dizer, sempre houve uma boa disposição. Mas passou a haver uma visão de um interesse brasileiro que ia além da sub-região, além do Prata, enfim. E o México era um país importante em termos de uma política latino-americana. Coincidiram as duas coisas. Aliás, isso foi de certa forma facilitado, porque o Ministro do Exterior do México no Governo López Portillo era o Jorge Castañeda, profissional competente. Não digo isso por ser meu amigo pessoal de vinte e tantos anos de Nações Unidas. Se criou uma ideia e prática de diálogo informal. Havia disposição da política nossa de prioridade para a América Latina e López Portillo queria também desenvolver as relações México com o Sul... E o Brasil era a escolha natural, pelo tamanho, pelo volume e também do ponto de vista, comércio, que já começava a se desenvolver bastante. Nós éramos, inclusive, vendedores de equipamentos industriais ao México. Foi crescendo como mercado. As nossas exposições industriais lá tinham êxito. Quando eu estive na minha visita oficial ao México, ainda no tempo do...

[FINAL DA FITA 39-A]

S.G – ...ao México, ainda no tempo do Castañeda, inaugurei a segunda exposição. Naquele período, antes da grande crise de 82, estava-se desenvolvendo naturalmente um bom comércio com o México. Estava já na base de duzentos e tantos milhões em cada sentido, e crescendo. E isso, mesmo sem petróleo. Porque eram economias que, em termos latino-americanos, em termos de ALALC ou de ALADI...

A.C. – ...se complementam.

S.G – É, até certo ponto se complementam. Tratava-se, pois, de um desenvolvimento natural. A aproximação política foi desejada pelas duas Partes. Houve uma coincidência no tempo. Ainda no período López Portillo houve um tipo de relação muito bom, diferente já daquele que foi iniciado ainda no período Geisel, por causa das atitudes pessoais.

A.C. – Castañeda vinha da ONU, também, como o Sr., não é?

S.G – Muitos anos lá estive. Mais tarde, foi Chefe da Delegação em Genebra quando eu era. Coincidimos. Eu o conhecia desde os anos 50 e tantos, da Comissão Jurídica da Assembleia Geral. Trabalhamos juntos em muitas coisas. Ele hoje é Embaixador em Paris. E, começou a haver muito mais troca, também, de avaliações políticas, etc. Na América Central, por exemplo, eles têm uma atuação que não é a nossa, logicamente, mas havia alguns pontos de coincidência no sentido da não-intervenção, no sentido de trabalhar para evitar que situação se deteriorasse de tal forma que não houvesse outra alternativa senão discuti-la na ONU ou uma intervenção militar americana, coisas desse tipo. Evitar o pior, digamos. Havia uma série de pontos de contato. Uma cooperação em termos de Grupo dos 77, que já existia antes, mas em que o México passou a ser menos demagógico e mais negociador. Se aproximou, portanto, da nossa maneira de abordar o problema dos 77. Isso tudo contribuiu para desenvolver muito o relacionamento. Depois, no atual Governo, La Madrid é um homem também equilibrado. O atual Ministro do Exterior, o Bernardo Sepúlveda, também é amigo meu. Era um antigo assessor do Castañeda. É um homem de 40 e poucos anos, muito responsável, muito correto. Nós trabalhamos muito, Brasil e México, para Cartagena, com uma coincidência muito grande. Argentina também. Mas Argentina, no princípio do Governo Alfonsín, tinha um pouquinho, num primeiro momento, a ideia de fazer algo mais no sentido de forçar os industrializados ao diálogo coletivo direto, o que à época era impossível e poderia levar

a uma derrota inicial desmoralizante. Mas, se ajeitou muito bem, porque eram pessoas racionais, tanto o Dante Caputo quanto os auxiliares dele, Sábado, Romero, etc. De modo que houve um entrosamento entre esses três países, não uma coincidência total, mas um entrosamento, uma confiança muito grande.

A.C. – Houve Cancún, também, não é?

S.G – Cancún, que foi iniciativa mexicana. Nós tínhamos dúvidas sobre os efeitos disso. Castañeda veio aqui conversar comigo sobre essa história quando estavam ainda organizando a reunião. Eu disse que evidentemente, nós participaríamos. Eles tinham um problema de participantes, embora sempre previssem o Brasil entre eles. Eu alertei para o óbvio, que alguns países iam ficar irritados por não serem convidados, se sentiriam discriminados, desprestigiados, e tal. Trocamos muitas ideias sobre isto, sobre Cancún. Demos uma cooperação boa, que eles agradeceram. Infelizmente, na reunião a nível de Chefes de Estado, o Presidente não foi, porque teve em outubro de 81, aquele primeiro sinal de problema cardiovascular, não é?

A.C. – Exato.

S.G – Mas, enfim...

A.C. – E o Sr. vê, por exemplo, já que o Brasil, México e Argentina são países com dívidas externas monumentais, etc., o Sr. vê possibilidade de que, enfim, haja realmente uma aliança, enfim, uma consolidação de posições, já que são países também muito fortes dentro do continente?

S.G – Têm procurado coordenar posições. Agora, cada qual tem uma circunstância própria, não é? A ideia do Clube de Devedores nunca esteve nem mesmo na posição argentina. O México, muito menos. E nós, tampouco. Eu mesmo achei que era inútil. Porque, para você fazer uma coisa dessas, uma confrontação, etc., se você está precisando de dinheiro novo, como os nossos responsáveis pela área econômica não deixavam de alertar, se você precisa de dinheiro novo e está sem reservas, sua condição não é propícia à confrontação. Você pode até criar uma crise no sistema financeiro mundial, mas é como

se você pusesse fogo no circo e continuasse lá dentro, não é? Não faz muito sentido. Então...

A.C. – Exatamente. Meio suicida.

S.G – Meio suicida. E, para isso você teria que ter também uma autoridade política interna brutal, porque as populações teriam que se submeter a sacrifícios ainda maiores do que aqueles que decorriam das políticas recessivas – essa é a verdade – que resultaram da negociação da dívida. Quer dizer, você poderia ter uma situação de não importar nada, de ter que pagar o seu petróleo à vista. O Brasil, então, não tem petróleo bastante, México e Argentina ainda tinham. Mas os insumos que você precisa, tudo. Haveria um contencioso possivelmente judicial, tentativas de penhora de seus bens no exterior e coisas assim. De novo, aí o Brasil era o país mais vulnerável, porque muito mais do que México e Argentina tem sucursais de bancos e companhias nos Estados Unidos, em toda parte; maior número e importância de navios em portos, de aviões em aeroportos, e assim por diante. Então, havia um conjunto de implicações e consequências que dificilmente, esses Governo latino-americanos que estavam ou em processo de democratização, ou eram democracias de uma forma ou de outra. – no caso da Argentina, uma democracia novo –, teriam condições de impor à população. Só um Governo ditatorial, totalitário, poderia enfrentar uma situação de escassez de coisas fundamentais, e assim por diante. Não apenas de crise, mas de deslocamento econômico.

A.C. – e como é que ficou, Ministro... Houve uma... O Sr. se referiu aos contatos com o Japão, inclusive buscando um pouco, não é? Talvez, a simpatia do Japão para o Brasil, ou alguma coisa desse tipo. Eu queria que o Sr. falasse um pouco disso e também dos efeitos da reunião dos Seis Grandes, não foi? Em Londres.

S.G – Sete.

A.C. – Sete Grandes. Que o Japão está incluído nesse grupo, não é?

S.G – Está.

A.C. – E, que foram muito desfavoráveis, quer dizer, eu achei que eram.

S.G – É. Não, aí...

A.C. – Foi uma reação muito restritiva, quer dizer, muito ortodoxa, no sentido de chamar a atenção de que não haveria negociação política, não é? Da Dívida.

S.G – É. É verdade.

A.C. – E, se não me falha a memória, o Sr. teve uma resposta que, no momento... Uma reação que... Muito clara.

S.G – Nós tivemos uma reação matizada. Quando o Presidente esteve no Japão, inclusive, tratou deste assunto com o Nakasone, o qual disse que na Reunião dos Sete, em Londres, o Japão ia se interessar para que se desse a devida atenção ao problema da dívida, se procurassem formas de cooperação equitativas para resolver o assunto. Mas isso, é uma frase genérica, não é? A reunião de Londres nem tinha na sua Agenda especificamente a questão da dívida. Estava em “Outros Assuntos”. Quer dizer, a concentração da discussão era sobre as questões mais imediatamente relevantes para eles. As negociações multilaterais no GATT, o problema de juros que aparecia como uma reclamação européia, mútuo protecionismo, coisas desse tipo. A carta dos sete Presidentes latino-americanos, sem dúvida, provocou nessa reunião uma modificação do próprio caráter da reunião, tendo passado a questão da dívida a ser um tópico principal, um dos principais, senão o principal. No próprio comunicado conjunto, é o assunto que ocupa maior espaço. Há algumas ligeiras aberturas, pelo menos retóricas. Primeiro, a manifestação sobre a importância fundamental do problema, que até então, da parte dos envolvidos, nunca tinha sido expressada assim. Segundo, a ideia de que era preciso procurar resolver, etc. Apenas, o remédio proposto ou indicado era muito fraco. Era uma referência ao Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial que está se reunindo em abril deste ano. Havia uma indicação de que as negociações da dívida deveriam ser feitas caso a caso. Foi interpretada como uma recusa do diálogo político. Em si mesmo, isso não é uma recusa do diálogo político, porque nós sempre dissemos e o Brasil foi o primeiro a dizer: a negociação da dívida como tal tem que ser individual; variam de país para país as circunstâncias. O que é preciso, o que nós entendíamos por diálogo político era a necessidade de uma discussão em nível decisório do problema geral da dívida, dos

parâmetros, do quadro em que as negociações concretas se realizam, em termos das normas, dos critérios, das práticas gerais seguidas, com possíveis modificações no Fundo, possíveis modificações no Banco, certo aumento da liquidez, e ligar isto à questão do comércio, que nós sempre achamos que tinha que ser vista em conjunto, incluindo também um maior acesso a mercados, barreiras tarifárias e não tarifárias, tratamentos diferenciados para os países em desenvolvimento, dada a ligação entre o comércio e a finança. Mas, nós nunca dissemos, nem pretendemos – isso foi um equívoco que a imprensa internacional fez por muito tempo –, que nós pretendíamos uma negociação coletiva das dívidas. Quer dizer, o que sempre propusemos foi uma mudança no quadro em que se fez essa negociação, sabendo que os bancos por si sós, não podem modificar esse quadro. Não têm autoridade para isso. Eles têm margem de manobra muito limitada. Os governos tem de ser envolvidos.

A.C. – O que é que o Sr. pensa exatamente? Por exemplo, a questão dos juros, questões estruturais, assim?

S.G. – Há várias questões desse tipo. Políticas macroeconômicas nos países industrializados, como a dos juros nos Estados Unidos, que é difícil de você conseguir se modifiquem. Mas você pode mostrar os efeitos sobre terceiros e discuti-los. Por exemplo, a política de grandes déficits orçamentários americanos. Eles alegam: “Mas se não fosse isso, também, não teríamos um déficit comercial e vocês não estariam ganhando em exportações”. Não poderiam combater a inflação diz o Governo americano, sem os juros altos. Esses juros altos nos atrapalham. Atrapalham também os europeus, porque o capital europeu é atraído para os Estados Unidos. Mas, independentemente dos efeitos sobre terceiros, é grave, a médio prazo, para a economia americana.

A.C. – É.

S.G. – E assim por diante. Problemas de maior liquidez. Quer dizer, inclusive há muitas propostas que foram discutidas já pelas delegações, digamos, aos órgãos especializados, tanto nossas e de outros Estados-membros, no próprio âmbito do Fundo e do Banco. No caso do Banco, mudar o que eles chamam de gearing ratio, quer dizer, a relação entre as reservas do Banco e o que ele empresta. O Banco Mundial é muito conservador nisso. No Fundo, um aumento dos Direitos Especiais de Saque. Dar maior liquidez a esses

Organismos, maior capacidade de empréstimo, e criar critérios que levem em conta, de uma forma mais ponderada, as consequências políticas e sociais de uma política recessiva sistemática. Quanto ao que se discutiria ou às medidas que se tomariam, é lógico que nós não poderíamos apresentar um contrato de adesão aos países industrializados. Nós demos indicações em Cartagena.

A.C. – Porque, por enquanto, o que nós temos como margem...

S.G – Por exemplo, no Consenso de Cartagena, você tem uma segunda parte em que há um elenco de medidas que interessaria aos países devedores fossem consideradas e atendidas. Não é uma coisa puramente genérica. Queremos um debate. Para, em nível decisório, a um nível capaz de encaminhar soluções, adotar certas medidas. Está no Consenso de Cartagena, por exemplo, um elenco delas, não exaustivo.

A.C. – Certo, Porque, por enquanto, o que nos resta como margem de manobra é muito estreito, não é? O spread, enfim, coisas desse tipo, que não...

S.G – É. Tem já havido uma evolução considerável, que as nossas próprias autoridades financeiras atribuem, como as do México – Hertzog, Galvêas, o Grinspun – atribuem em boa parte já ao movimento de Cartagena, embora isso jamais seja declarado pelos credores. Evidentemente, os países devedores adotaram medidas duras. Se não tivessem adotado, não iam conseguir nada. Mas, houve uma preocupação dos credores de reduzir a motivação mais aguda do movimento de Cartagena. E, foram adotadas certas medidas, indicadas no Consenso de Cartagena, em termos de spread, em termos de taxas, fees, taxas de serviço dos bancos, negociação plurianual. Eu mesmo disse ao Schultz, quando ele esteve aqui, em 82, na visita do Reagen que não podia continuar esse sistema de os Ministros irem negociar com os bancos a cada três, quatro meses. E com o Fundo. E sempre na incerteza total. Não se pode fazer plano nenhum em tais condições. Mas, já estão aceitando a negociação plurianual, o spread menor, a supressão ou redução das comissões, dos fees e serviços, os prazos de carência maiores ...

A.C. – Certo. Já aliviou um pouco.

S.G – Já houve uma atenuação da rigidez das negociações. Cosmética, por pequenos passos, mas que tende a acentuar-se. Mas, jamais admitirão que a mobilização moderada dos latino-americanos para a melhora do quadro negociador teve influência. Começou a haver a preocupação de evitar que a atitude se deteriorasse ou descambasse para formas mais contundentes. Aliás, se vê isso na maneira como o próprio documento de Cartagena foi recebido a nível da grande imprensa especializada, a nível da imprensa geral, Washington Post, New York Times, nos meios universitários especializados, professores de economia, em artigos diversos.

A.C. – Quer dizer, foi um momento importante de articulação ____ países.

S.G – Eu acho que os credores ficaram esperando alguma maluquice e saiu um texto extremamente equilibrado e objetivo, que era impossível deixar de respeitar.

A.C. – Perfeito. Ministro, eu queria lhe fazer algumas perguntas sobre a transição para Roma, não é? Mas, antes nós temos um assunto que eu não sei se o Sr. vai, se vamos poder tratar ou não, que é a questão dos Direitos do Mar, que é uma coisa um pouco fora aqui de tudo que nós estamos conversando.

S.G – Bom, aí eu posso tratar em duas palavras só. Realmente, não dá para mais, porque o assunto tomaria um dia ou dois de conversa. Eu diria apenas o seguinte. Nas Conferências sobre Direito do Mar das Nações Unidas, em 58, ficou em aberto a questão da largura do mar territorial. Adiantou-se a questão da plataforma, que era um assunto novo. Vinha dos anos 40 e tantos, da Declaração Truman. Na década de 60, houve algumas iniciativas entre os Estados Unidos e a União Soviética discretas, e nós fomos consultados sobre a possibilidade de uma nova reunião para tratar só de mar territorial e pescarias, a questão da extensão a 12 milhas do mar territorial, etc. Bom, nesse meio tempo, em 67, houve na Assembleia Geral do ONU o grande discurso do Dr. Pardo, que era o representante de Malta.

A.C. – Representante de...?

S.G – De Malta. Era um homem, que vivia nos Estados Unidos em meios acadêmicos. Reuniu dados técnicos, etc., sobre a possibilidade tecnológica de exploração de fundos

marinhos além da plataforma. Mostrou, a necessidade de que se criasse uma regulamentação para evitar que as potências tecnologicamente desenvolvidas viessem a se disputar os fundos marinhos numa base colonialista, digamos, como fizeram na África no século XIX, sem respeito aos interesses comuns da humanidade e criando tensões entre elas, etc. Essa ideia acabou por trazer à colação e à discussão toda problemática do mar. Porque para você pensar numa regulamentação de fundos marinhos, você tinha que saber o que é que eram os fundos marinhos. Ora, o limite externo da jurisdição nacional na plataforma não era preciso. A Convenção de 58 se referia à isóbata de 200 metros ou até onde a técnica permitisse explorar. Ora, a técnica parecia tender a permitir a exploração a grandes profundidades, muito além daquilo que geograficamente é a plataforma. Então, era preciso estabelecer um limite para a plataforma. A questão de um limite para a plataforma traz o problema das águas superjacentes. O trabalho inicial nosso no Comitê dos Fundos Marinhos, e de outros latino-americanos, era sensibilizar os africanos e os outros países em desenvolvimento, que tinham uma posição clássica sobre mar territorial, herdada dos colonizadores. Não tinham inicialmente maior interesse. A posição particular latino-americana aconselhava atrasar a conferência, ganhar tempo e evitar tendência a começar logo, etc. Era necessário conseguir uma certa cooperação dos outros países em desenvolvimento. Nos batemos porque se considerasse toda a complexa problemática do mar, o que levaria tempo, mas permitia chamar a atenção para a rationale das posições latino-americanas. Foi nesta base, de 68 até 74, que se reuniu o Comitê dos Fundos Marinhos, preparando a Conferência do Mar, em 74, com uma Agenda que compreendia tudo. A posição brasileira a partir de 70, se não me engano, foi de um mar territorial de 200 milhas. Ora, essa medida foi adotada quando eu já estava em Genebra. A ideia era proteger os recursos vivos, proteger a plataforma como área de soberania, com todas as garantias, até 200 milhas. Era uma posição extrema, talvez, a mais extrema, porque os próprios países latino-americanos que tinham 200 milhas não eram tão claros na sua legislação. A Argentina dizia que a soberania da Nação se estendia até 200 milhas. Não usava a expressão mar territorial. O Uruguai usava a expressão. Mas ambos previam liberdade de navegação nessa área. Liberdade de navegação é característica do alto mar, não de uma área de soberania. De modo que havia uma contradição. O Chile tinha apenas, nas 200 milhas, um direito de preservação das riquezas e exploração dessas riquezas. Portanto, era, a rigor, o precedente do mar patrimonial ou da zona econômica exclusiva. Era essa ideia que estava na legislação chilena, sem o nome. O Chile tinha um mar territorial propriamente dito de 3 milhas, apenas. O Peru e o Equador tinham uma

legislação mais próxima da nossa. Falava de mar territorial. Mas, eu acho que, no caso do Peru, falava também de liberdade de passagem, de liberdade de navegação, que é uma característica do alto mar. Outros, Salvador, Honduras, tinham simples zona de pesca. Enfim, era muito variado. A nossa posição era mais rígida. Não tinha qualificações, a não ser a possibilidade de acordos de pesca, para permitir que barcos estrangeiros pescassem. Lógico, quem pode o mais, pode o menos. Numa área de soberania, o sujeito pode dar concessões. Então, quando a negociação começou, nós fomos ativos na fase de jogar areia no mecanismo e complicá-lo. Essa era a tática, para que nada fosse resolvido de sopetão. Durante seis anos, trabalhei nesse período, quer como Secretário Geral Adjunto para Organismos Internacionais, quer mesmo depois, em Genebra, no Comitê dos Fundos Marinhos. Em 74, começou a Conferência. Eu já estava de Secretário Geral. Sugeri ao Silveira, para substituir-me, o Calero, que conhecia o assunto, tinha sido Secretário Geral Adjunto para Organismos, acompanhou a negociação na outra ponta do fio, tinha formação jurídica muito boa. Porque na matéria se jogavam argumentos de todo tipo, complexos, econômicos, técnicos, militares-estratégicos, políticos, jurídicos. Era um desses assuntos que tinha que ser tratado de uma maneira multidisciplinar, em uma negociação muito enrolada e complicada. Com o tempo, as coisas evoluíram em várias reuniões da Conferência para uma forma intermediária, que para nós satisfaz o essencial e é possível de aceitação universal. Porque o aspecto de segurança no nosso mar territorial não era o fundamental. O aspecto econômico, sim. Ora, a zona econômica exclusiva basicamente cobre esse interesse econômico. A parte de controle da pesquisa científica está razoavelmente atendida. Esses eram os pontos principais, e nós pudemos aceitar. Agora, a parte dos fundos marinhos, que foi a origem da operação, foi a que no fim voltou a criar a maior dificuldade. Porque os próprios Estados Unidos já tendo, de certa forma, aceitado nas negociações o regime para os fundos marinhos, voltou atrás com o Governo Reagan. Não quis assinar a Convenção. Mas, nós assinamos...

[FINAL DA FITA 39-B]

S.G. - ...as explicações _____

A.C.- Quer dizer, basicamente, era um problema com os Estados Unidos, no final?

S.G – Só no final, não é? Sempre foi, porque era a principal potência conservadora, no caso. Se bem que a Inglaterra e mesmo o Japão tenham posições ainda mais

conservadoras, mais duras, mas menos atuantes, porque os Estados Unidos é que levavam de frente a oposição a inovações.

A.C. – Quer dizer, havia esse corte terceiro-mundista nesse conflito. Era um conflito Norte-Sul, basicamente.

S.G – Havia. É, mas com muitas qualificações, não é?

A.C. – Certo.

S.G – A União Soviética, e seus satélites, coincidiam, sobretudo no início, com a posição das grandes potências marítimas. Os países subdesenvolvidos sem litoral, por exemplo, frequentemente, se aliavam com as grandes potências marítimas...

A.C. – Claro. Certo.

S.G – ...dependendo da posição geográfica do país. Uma vez, o Delegado canadense, o Beesley – muito ativo e bom jurista. Uma vez comentou que o Canadá, por exemplo, participa de 8 categorias geográficas diferentes. É um país marítimo, mas está em dois oceanos de características diferentes. Ao mesmo tempo, tem regiões que são tipicamente regiões sem litoral e distantes do litoral. Tem um litoral em boa parte bloqueado pelos gelos. E foi por aí afora, (risos) mostrando as contradições do próprio interesse nacional canadense. É um país onde todo mundo pesca, nas águas da Terra Nova, desde o século XVIII, bacalhau, etc. Lembrou que um país onde há espécies migrantes que sobem os rios, e o governo cuida para que essas espécies se reproduzam. E, depois voltam elas para o mar, e são pescadas por terceiros...

A.C. – Então, quer dizer, eu queria então, perguntar ao Sr. essa decisão de ir para Roma. Inclusive o Sr. deve saber que algumas pessoas criticaram, porque parece que Roma ficou sem Embaixador um certo tempo, etc. Então...

S.G – É, isso já aconteceu em Roma, no fim do Governo Médici. Porque o Jorge de Carvalho e Silva, Secretário-Geral, conservou o posto sem chefe. Ficou bastante tempo, até ele mesmo ir. A minha preocupação era a seguinte: ao fim do Governo, eu não queria

tirar nenhum colega de posto. Tinha que pensar em deixar uma vaga para mim. Acho que um ex-Ministro, não deve ir para um posto em que tenha de praticar atos que reflitam mudança substancial de política, como, por exemplo, na ONU, em que você tem que votar a cada momento, na OEA, mesmo em Genebra. Em certo sentido, potencialmente, no caso de Washington, de Buenos Aires, até mesmo qualquer país latino-americano de alguma importância.

A.C. – Quer dizer, o Ministro não pode ficar à mercê de mudanças bruscas que, de certa maneira, pudessem...

S.G – Por exemplo, se houvesse, embora não esperasse, mas poderia haver, um novo Governo que mudasse visivelmente, sensivelmente, as diretrizes da política externa, seria muito embaraçoso para mim estar num posto, digamos, do primeiro circuito político em que eu tivesse que executar instruções muito contraditórias com aquilo, que eu tinha feito como Ministro. Ao mesmo tempo, achava justo, razoável, equitativo que, tendo 40 anos de carreira e 6 anos de Ministro, eu devesse ter um posto bom.

A.C. – O Sr. merecia um, de certa maneira.

S.G – É. Modéstia à parte, eu achava normal, achava que seria decoroso que eu fosse para um lugar bom. Então, Roma ia vagar e me pareceu que aí estava a oportunidade. Podia-se fazer sem prejudicar ninguém. Me preocupei em que as relações com a Itália não sofressem em consequência da vacância da chefia do posto, por tanto tempo, e mandei para lá um Ministro de Segunda Classe de muito boa qualidade, que trabalhava na SEB com o Sardenberg , o Viegas , provisoriamente. Ele ficou lá vários meses como Encarregado de Negócios.

A.C. – Outros preenchimentos de cargos foram mais controvertidos, certamente, do que o seu, como o caso, por exemplo, da tentativa de nomeação do Ueki, que era do Governo, para a CEE, e o caso do Ministro Walter Pires para Portugal. O Sr. acompanhou essas gestões?

S.G – No caso do Ueki, o Presidente me falou que o Ueki estava interessado em ter um posto e ele achava que merecia, que tinha feito um grande desempenho na Petrobrás,

atingido aquelas metas que se tinham proposto, etc. O Presidente querendo, eu não tinha porque opor-me, não tinha razão pessoal nenhuma anti-Ueki, pelo contrário. Para mim, custava um esforço, porque eu tinha que fazer vagar a CEE, o que era complicado. Tive que mexer em gente, nem todos ficaram satisfeitos, mas isso, paciência. Também, nenhum foi para um lugar ruim nesse movimento para vagar a CEE.

A.C. – Quem é que estava na CEE?

S.G – Era o Souto Maior . Foi para Lima. O que estava em Lima, foi para Berlim, que era o Vasco Mariz , para a RFA. O que estava lá, o Calábria , que é Ministro de Segunda e era o único Ministro de Segunda, aliás, chefiando posto na Europa Oriental, foi para Cônsul-Geral em Berlim ocidental. Calábria fez toda a carreira na Alemanha, casou-se lá, tem um filho que foi educado lá, por motivos principalmente médicos relativos à visão. Tinha feita uma opção limitativa geográfica que, naturalmente, o prejudicou do ponto de vista da carreira.

A.C. – Ele está onde agora, Ministro?

S.G – Ele está em Berlim, mas como Cônsul-Geral. Não...

A.C. – Certo.

S.G – Berlim, na RFA, aquela parte que é ocupada formalmente pelas potências ocidentais, mas é administrada pela RFA.

A.C. – É, porque eu encontrei com ele em Munique. Numa época, ele esteve em Munique.

S.G – Foi muitos anos Cônsul lá.

A.C. – Muitos. Em 67.

S.G – Então, ele não pode reclamar muito, não é?

A.C. – É.

S.G – Ele fez uma opção. Quer dizer, os outros andaram de ceca em meca, vieram para a Secretaria de Estado, tudo isso.

A.C. – É. Foi bem resolvido. E a questão do Ministro Walter Pires?

S.G – Ah, isso o Presidente nunca me falou. Contam uma piada dele. Um amigo comum me disse: “Ah, pois é, ele está até agora aprendendo Português...” (Risos) Isto sem maldade porque éramos amigos e apreciadores de Walter Pires.

A.C. – Foi o Presidente Figueiredo que disse isso?

S.G – Não. Foi uma brincadeira sem qualquer intenção que não fosse rir um pouco, não do interessado, mas da piada em si.

A.C. – Não, porque Portugal parece que reagiu um pouco a essa ideia de que sempre vão militares para lá.

S.G – Não sei. Oficialmente, nunca soubemos.

A.C. – Não houve nada. Certo. Mas, finalmente não vai o Ministro Walter Pires? Ou sim? Não se sabe?

S.G – Não sei. Não ouvi falar mais nada. Só sei o que saiu na imprensa que é o que você sabe...

A.C. – Não, porque inclusive, o Sr. tinha tocado nesse fato, não é? De que – que eu acho que é uma coisa importante de a gente deixar registrado – quer dizer, com esse martírio do Presidente Tancredo Neves, que acompanhou praticamente nossa entrevista, houve esse problema de que os Ministérios em geral, e o Governo em geral, está...

S.G – Estão um pouco mancos, não é? Está faltando interlocutor no _____

A.C. – ...está manco, com seus quadros desfalcados de segundo e terceiro escalão, etc., e o próprio primeiro escalão meio confuso, e o Itamaraty, parece que está ótimo, não é? Porque está tudo mais ou menos no seu lugar.

S.G – Esses cargos no Itamaraty são privativos da Carreira. Quer dizer, o novo Ministro podia tirar um, botar outro, como botou na Secretaria Geral, o Paulo Tarso . Mas, tinha mais que luz verde para isso na ocasião. Olhe, o Rubens Barbosa , ele também escolheu, até antes de assumir, para Chefe de Gabinete. E, está funcionando, mas há muitos Ministérios onde para esses cargos, cada Ministro traz gente de fora. Às vezes, usa pessoas do Ministério, às vezes traz de fora, de modo que não é tão fácil assim. E, em muitos deles, há ainda esse tipo de cargo de segundo e terceiro escalão vazio. Há pessoas interinas e às vezes, parece que nem isso. Há uma falta de interlocutores. Devo dizer que tive grande satisfação com minha indicação para Roma, porque o Presidente Figueiredo, em 17 de janeiro, quando esteve em palácio, o Presidente-eleito Tancredo, entre as coisas que lhe falou, disse que pretendia submeter o meu nome ao agrément do Governo italiano. E o Tancredo Neves, sem hesitar, teve uma reação excelente. De modo que fui indicado, digamos assim, com total concordância do futuro Presidente.

A.C. – E o Sr. foi dispensado da sabatina no Senado, que foi também o reflexo...

S.G – Ah, isso é outra coisa. Isso eu já contei.

A.C. – Exatamente. O reflexo da boa relação com o Congresso, não é? E, quais são as suas perspectivas em Roma? O Sr. vai ler muito? Cada vez que o Sr. vai para alguma Embaixada, o que não foi nem... enfim, é mais ou menos isso...

S.G – Pretendo fazer o que eu puder, em termos de contatos com as autoridades e sociedade italianas, Há em curso alguns problemas concretos: financiamento para a contribuição brasileira ao desenvolvimento do avião AMX, que ficou um pouco atrasado por causa da negociação da dívida no Clube de Paris. Há problemas relacionados com a cooperação no campo da energia nuclear. Há a programação, que foi assinada no Governo Figueiredo, na base de um Acordo antigo de muitos anos atrás, para uma cooperação no campo da tecnologia do sódio, que é uma coisa importante para os futuros reatores rápidos. Há, muitas outras oportunidades, nesse campo científico e tecnológico com a

Itália que devem ser explorados. Há uma parte cultural, que pretendo desenvolver, mesmo sem dinheiro, pois a Embaixada tem uma galeria que se pode mobilizar para exposições, talvez, com bons artistas italianos e brasileiros, misturando um pouco para atrair interesse de jornais e de público.

A.C. – Certamente, será uma ideia mais interessante do que só os brasileiros, não é?

S.G – Talvez, uma forma de tornar mais atraente. Eu não sei se isso é possível. Parece que é, se pode negociar e arranjar isso. Nós não temos é dinheiro para pagar o seguro de...

A.C. – ...transporte.

S.G – ...de guarda. Mas, em alguns casos até, pelo que eu soube, há galerias que cuidariam disso, com pouca despesa para nós. A própria Universidade de São Paulo e outras nossas têm alguns acordos com Universidades italianas.

A.C. – O Flávio é que está no Departamento Cultural, agora?

S.G – Não, o Flávio Perri está indo de Ministro-Conselheiro comigo. O Professor Marotta Rangel, da Universidade de São Paulo, me falou, que ele tem uma porção de contatos com universidades italianas; que o CNPq não tem dado dinheiro porque direito não é prioridade. Mas, tentarei ver se se consegue gente que auspicie isto, entidades, empresas, pois há, longa tradição nesse campo entre os dois países.

A.C. – O Itamaraty podia aumentar um pouquinho a verba cultural, também, quem sabe? É tão importante isso!

S.G – Este ano, eu acho que nem pensar. Há um corte – além da retenção de 15% - um corte de 10%. Ainda agora, eu estava conversando com o Alberto . Eu disse: “Olha, isso é impossível”. De certa forma é indecente. Porque, se você faz uma proposta orçamentária – toda proposta orçamentária, você faz com uma pequena folga – e, depois você consegue reduzir em 25%, então, a sua proposta inicial era desonesta. Era muito safada, não é? Ou toda errada, ou safada, mesmo. Não dá...

A.C. – Exatamente.

S.G – Mas, enfim, vai ser um ano de abertura. O que custar dinheiro, nem pensar.

A.C. – De qualquer maneira, como é que o Sr. se sente? Porque, afinal de contas, o que nós vimos aqui é que o mundo ficou realmente... Era muito grande, o Itamaraty o ocupou todo, quase, praticamente. E, agora, o Sr. vai se concentrar num país. Enfim, como é que o Sr. se sente? É um alívio, de certa maneira? Um relax ou...

S.G – Eu me sinto muito feliz. Olhe, aí há duas coisas. Embora tenha uma vocação para a vagabundagem, que desde os 16 anos nunca pude satisfazer, não me arrependo, em absoluto. E, quanto ao cargo de Ministro, pesado e desgastante sempre o levei como um cargo tipicamente transitório, embora pensando sempre nos efeitos a longo prazo das decisões que tomasse.

A.C. – Um cargo político.

S.G – O Presidente podia me pôr na rua à hora que quisesse. Por isso mesmo é que eu mantive este apartamento aqui no Rio, em condições de eu poder vir acampar e me arrumar. Eu podia vir a ter um posto depois, como achava justo e natural. Mas, era uma possibilidade. Quanto ao fim do Governo, eu estava com o espírito mais do que preparado. Já tinha até data marcada. Acho, também, que pode vir aí um Ministro, que seja melhor do que eu, ué! Sei lá? Eu nunca tive essa pretensão de ser dono de coisa nenhuma, nem de achar que necessariamente a minha experiência, a minha inteligência, ou o que seja, era de tal ordem que eu fosse indispensável. (Riso). Acho isso totalmente ridículo. Só uma forma muito avançada de neurose, pode levar o sujeito a ter essa percepção egocêntrica das coisas. De modo que é normal. Eu estou encantadíssimo de ir para Roma. Espero fazer o que tiver que fazer razoavelmente. Estou muito feliz, porque terei horas mais decentes. Certamente, eu espero poder ler mais, pensar mais nas coisas.

A.C. – Está pensando em fazer incursões sobre a literatura italiana, enfim, como o Sr. costuma fazer?

S.G – Não a fundo. Mas, é natural que estando no lugar, me interesse um pouco pelos diversos aspectos da vida do país. Trata-se de um país inesgotável. E, pretendo melhorar um pouco o italiano, ler um pouco mais, entender mais o país.

A.C. – O seu filho está aonde?

S.G – O Antônio José está no Cairo, na Embaixada no Cairo. Ele é capaz até de aparecer em Roma, agora. Ele estava de Encarregado há cinco meses, porque o Marcos Coimbra teve férias extraordinárias, depois teve um mês de prorrogação, mas, dia 8 deve ter chegado de volta. Então, é possível que o Antônio José vá num fim de semana encontrarmos.

A.C. – E sua filha está em Paris ou Genebra?

S.G – Em Genebra. Mas, ela estará na Itália, quando chegarmos, porque foi indicada pelo Professor Fontaine, que é o Professor de História Medieval da Sorbonne, que foi convidado e não pôde ir, para o congresso de medievalistas de Spoleto.

A.C. – Ela é especialista em História da Idade Média?

S.G – É. O Congresso de Spoleto dura uma semana. Ela vai e levar um paper que vai apresentar, etc. Então, no fim de semana ela deve ir à Roma. Acho que Spoleto não é longe. Está a umas, duas horas de Roma.

A.C. – E para D. Glória o que eu é que vai representar Roma?

S.G – Bom, eu acho que...

A.C. – É um momento de mais tranquilidade, também?

S.G – Talvez um pouco, é.

A.C. – Porque ela, como Primeira Dama do Ministério, trabalhou muito também, não é?

S.G – Ah, sim.

A.C. – Nós não falamos disso, mas eu acho que ela teve um papel importante, não é?

S.G – Ah, muitas vezes houve visitas oficiais em que os visitantes estavam com as mulheres; havia às vezes almoços de homem e então, as mulheres iam almoçar em nossa casa. As Embaixatrizes que chegavam queriam vê-la. Geralmente, ela unia duas, três das novas, e dava um chá em casa. Houve, algumas vezes em que eu levei certos visitantes para jantar em casa, informalmente. E, inclusive, até mulheres de Chefes de Governo, às vezes. Quando era visita de trabalho, elas ficavam meio soltas. Quando havia reuniões, tipo Bacia do Prata, Assembleia da OEA, em que vários Ministros participantes levavam as Senhoras, Glória organizava alguma coisa. Ia com elas a Cristalina, porque todas se interessavam pelas pedras, as convidava para chás, almoço, enfim. Mas, isso numa Embaixada sempre há, esse tipo de atividade social. Apenas, há mais recursos, até, para fazer isso. Maior facilidade, em certo sentido. Também desse ponto de vista pessoal, que você apontou, é óbvio que Roma, para nós tem uma vantagem financeira relativa. Nós podemos melhorar um pouco a aposentadoria, talvez. Ligeiramente, mas sempre. E, sobretudo, há a possibilidade de ver os filhos com uma relativa frequência.

A.C. – Quer dizer, Roma é um pouco o repouso do guerreiro...

S.G – Em termos relativos, proporcionais. Porque a Embaixada tem o que fazer, e bastante. Mas, é uma coisa normal, você tem um horário normal. A situação do Ministro (não me queixo, estive sempre muito satisfeito todo o período) obviamente é mais tensa. Você tem que estar optando, decidindo a todo momento e tem, a maior parte do tempo, semanas de sessenta horas de trabalho. Isso, semana após semana, ano após ano, e sem férias, é um pouquinho demais, não é?

A.C. – E o Sr. vai... Tem o empenho de diminuir o cigarro ou não nesse período?

S.G – Aí, se eu puder, eu faço. O meu empenho é não comer massa demais, não engordar.

A.C. – Está ótimo. Obrigada, Ministro.

[Final do depoimento]